

## SINERGIA DE MEDIDAS E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE NA DOENÇA HUANGLONGBING (HLB) DOS CITRUS: ABORDAGENS INTEGRADAS PARA PREVENÇÃO E COMBATE EFETIVO

SHIDOSHI, Christian José<sup>1</sup>

SANTOS, Claudio Luciano dos<sup>2</sup>

### RESUMO

O Greening dos Citrus, também conhecido como Huanglongbing (HLB), é uma das doenças mais devastadoras que afetam a citricultura em todo o mundo. Essa enfermidade é causada por uma bactéria transmitida por *psilídeos*, insetos que se alimentam da seiva das plantas. O Greening resulta em sintomas graves, como murchamento e amarelecimento das folhas, comprometendo a produção e qualidade dos frutos, e, em muitos casos, levando à morte das árvores. As perdas têm sido muito expressivas em várias partes do mundo, especialmente na Flórida, onde lavouras têm sido dizimadas, resultando em grandes prejuízos econômicos para o setor citrícola. Diante dessa ameaça, a adoção de medidas e estratégias de controle adequadas é essencial para a prevenção e combate efetivo da doença. O objetivo geral deste trabalho é investigar e apresentar uma abordagem sinérgica e integrada de medidas e estratégias de controle para o Greening dos Citrus, visando prevenir a disseminação da doença, combater sua propagação e promover um manejo adequado e sustentável das lavouras de citrus. A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma revisão bibliográfica abrangente e sistemática sobre o tema do controle do Greening dos Citrus.

**Palavras-chave:** Greening dos Citrus. Huanglongbing. Manejo integrado de pragas. Doenças de citrus.

### 1 INTRODUÇÃO

A citricultura é uma atividade agrícola de extrema importância para o mercado global, contribuindo significativamente para a economia e o abastecimento de alimentos em diversas regiões do mundo. A produção de citros, que inclui laranjas, limões, tangerinas e outras frutas cítricas, representa uma fatia significativa da indústria agrícola e movimenta bilhões de dólares anualmente (Fundo de Defesa da Citricultura, Fundecitrus, 2023).

No entanto, esse setor vital da agricultura tem enfrentado um desafio crescente devido a uma das doenças mais devastadoras que afetam os citros: o Greening dos Citrus, ou Huanglongbing (HLB). Essa enfermidade é causada por uma bactéria transmitida por psilídeos, insetos sugadores de seiva que propagam a doença ao se alimentarem de plantas doentes e saudáveis. O Greening resulta em sintomas graves nas árvores, como amarelecimento e murchamento das folhas, além de frutos deformados e de baixa qualidade (Girardi *et al.*, 2017).

Segundo Khan e Razi (2018), o Greening dos Citrus é considerado a pior doença dos citros em todo o mundo, e já causou perdas substanciais em diversas regiões produtoras. Um dos exemplos mais alarmantes é a Flórida, Estados Unidos, onde a citricultura é uma atividade econômica de grande importância. Segundo os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), as lavouras de citros da Flórida foram severamente afetadas pelo Greening, resultando em uma redução drástica da produção nos últimos anos (USDA, 2021).

1

Essa enfermidade é causada pela bactéria *Candidatus Liberibacter spp.*, transmitida principalmente pelos psilídeos *Diaphorina citri* e *Trioza erytrae* (Girardi *et al.*, 2017). Os sintomas do Greening incluem amarelecimento irregular das folhas, redução no tamanho e qualidade dos frutos e, eventualmente, a morte das árvores (Liberato, 2017). Esses efeitos devastadores têm colocado em risco a sustentabilidade da citricultura e a subsistência de produtores em diferentes partes do mundo (Khan; Razi, 2018).

É essencial destacar que o Greening tem desafiado os esforços de controle por meio de abordagens isoladas. Estudos de diversos pesquisadores apontam que, embora algumas táticas de manejo tenham

1 Graduado em Agronegócios pela Faculdade de Tecnologia de Rio Preto, FATEC; especialista em Engenharia de Produção.

2 Graduado em Agronegócios pela Faculdade de Tecnologia de Rio Preto, FATEC, especialista em Engenharia Ambiental e Sanitária (cursando).

demonstrado algum sucesso em reduzir a população de *psilídeos* transmissores, não têm sido suficientes para conter efetivamente a disseminação da doença (Bové, 2006; Hall et al., 2013). Essas falhas enfatizam a necessidade de adotar uma abordagem integrada de controle, combinando diferentes técnicas e estratégias (FUNDECITRUS, 2021).

A sinergia de medidas de controle tem se mostrado promissora para reduzir a incidência do Greening e mitigar seus efeitos negativos na citricultura. O uso de plantas resistentes, o manejo adequado de fertilizantes e a aplicação criteriosa de defensivos agrícolas seletivos são alguns exemplos de táticas integradas que têm sido propostas (Baldwin et al., 2019; Tomaseto et al., 2021). Além disso, o monitoramento constante e a detecção precoce da presença da doença têm se revelado fundamentais para permitir uma resposta rápida e efetiva (Grafton-Cardwell et al., 2013).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral investigar e apresentar uma abordagem sinérgica e integrada de medidas e estratégias de controle para o Greening dos Citrus, visando prevenir a disseminação da doença, combater sua propagação e promover um manejo adequado e sustentável das lavouras de citros. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando dados de estudos científicos e pesquisas renomadas, que servirão como base para a discussão das melhores práticas de controle e manejo do Greening na citricultura.

## 2 GREENING DOS CITRUS: ASPECTOS BIOLÓGICOS E EPIDEMIOLÓGICOS

O Greening dos Citrus, também conhecido como Huanglongbing (HLB), é uma doença de grande relevância para a citricultura mundial. Sua ocorrência tem se tornado uma preocupação crescente para produtores e pesquisadores devido aos impactos devastadores que causa nos pomares de citros. De acordo com Gottwald (2010), o Greening é uma das doenças mais sérias e de maior impacto econômico para o setor citrícola em todo o mundo.

A doença é causada por uma bactéria do gênero *Candidatus Liberibacter* spp., que é transmitida por psilídeos, pequenos insetos sugadores de seiva. De acordo com Bové (2006), a interação entre a bactéria, os psilídeos vetores e as plantas hospedeiras é complexa e influencia diretamente o desenvolvimento e a disseminação do Greening.

Um dos principais sintomas do Greening é o amarelecimento irregular das folhas, também conhecido como “*chlorose mottle*”, que afeta a fotossíntese e a translocação de nutrientes nas plantas. Além disso, a doença resulta em frutos de baixa qualidade, devido ao tamanho reduzido e à má formação, prejudicando a produtividade e a comercialização dos citros (Grafton-Cardwell et al., 2013).

A disseminação do Greening ocorre principalmente pela ação dos psilídeos vetores, que se alimentam das plantas infectadas e, posteriormente, transportam a bactéria para árvores saudáveis. Esses insetos possuem alta mobilidade e podem percorrer grandes distâncias, facilitando a rápida disseminação da doença em áreas citrícolas (Hall et al., 2013).

A compreensão dos aspectos epidemiológicos do Greening é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de controle efetivas. A detecção precoce da doença e a implementação de medidas de manejo adequadas podem contribuir para limitar a propagação do patógeno e minimizar os danos aos pomares. De acordo com Tomaseto et al. (2021), a identificação rápida de árvores doentes e a erradicação dessas plantas são medidas importantes para o controle da doença.

Além disso, a resistência das plantas hospedeiras ao Greening tem sido objeto de estudo e pesquisa. A busca por variedades de citros resistentes à doença é uma estratégia promissora para reduzir os impactos do Greening na citricultura (Tomaseto et al., 2021).

2

A disseminação internacional do Greening tem despertado a preocupação das autoridades fitossanitárias, que têm implementado medidas rigorosas de controle para evitar a entrada e a propagação da doença em diferentes países. A adoção de quarentenas, restrições ao comércio de material vegetal e ações de monitoramento e controle são algumas das ações adotadas para minimizar os riscos associados ao Greening (Bové, 2006).

A complexidade da interação entre a bactéria causadora do Greening, os psilídeos vetores e as plantas cítricas, torna fundamental a compreensão da epidemiologia da doença. Estudos como os de Grafton-Cardwell et al. (2013) fornecem informações relevantes sobre o comportamento e a dinâmica populacional dos vetores, bem como suas relações com os patógenos e as plantas hospedeiras. Esse conhecimento é essencial para a



adoção de medidas de controle que sejam efetivas na redução da disseminação da doença.

A evolução do Greening dos Citrus e sua rápida disseminação têm levantado preocupações sobre a sustentabilidade da citricultura em escala global. As implicações econômicas e sociais decorrentes dos danos causados pela doença são significativas, como evidenciado pelos estudos de Bové (2006) que descrevem os impactos do Greening em diferentes regiões do mundo. Ações coordenadas e políticas públicas adequadas são essenciais para garantir a viabilidade da citricultura e a segurança alimentar em face dessa ameaça.

Diante desse cenário desafiador, é fundamental promover ações integradas de controle e manejo do Greening, com base no conhecimento científico e na troca de informações entre pesquisadores, produtores e autoridades fitossanitárias. A busca por soluções sustentáveis e ambientalmente responsáveis, como sugerido por Tomaseto et al. (2021), é essencial para garantir a proteção dos pomares de citros e a saúde dos ecossistemas agrícolas.

## 2.1 Táticas de Controle Químico e Manejo Integrado de Pragas para o Greening dos Citrus

O controle do Greening dos Citrus é uma tarefa desafiadora que requer a adoção de diversas estratégias, incluindo o controle químico e o manejo integrado de pragas. O uso de defensivos agrícolas tem sido uma das principais abordagens para controlar os psilídeos vetores da doença. Estudos como os de Hall et al. (2013) têm avaliado a eficácia de diferentes inseticidas no combate aos psilídeos, visando reduzir a população desses insetos transmissores.

No entanto, a utilização exclusiva de defensivos agrícolas tem se mostrado insuficiente para controlar o Greening de forma efetiva. É necessária uma abordagem integrada que inclua também outras táticas de manejo. O uso de armadilhas adesivas para monitoramento da presença dos psilídeos, por exemplo, é uma medida importante para avaliar a densidade populacional desses insetos nos pomares (Grafton-Cardwell et al., 2013).

O monitoramento da população de psilídeos é uma recomendação fundamental no manejo do Greening dos Citrus. Através da armadilha adesiva amarela, é possível detectar os pontos de entrada dos insetos nos pomares e determinar o momento adequado para a aplicação de medidas de controle. Estudos indicam que a armadilha é mais eficiente do que outros métodos de monitoramento, especialmente em áreas com controle químico rigoroso. No entanto, a identificação dos psilídeos capturados requer treinamento e reciclagem periódica dos inspetores. O monitoramento regular e a correta identificação dos insetos são essenciais para garantir a eficácia do controle e contribuir para a proteção dos pomares e a sustentabilidade da citricultura (FUDECITRUS, 2017).

Além disso, o manejo integrado de pragas envolve o controle de plantas invasoras, a eliminação de plantas doentes e a implementação de práticas culturais adequadas. O controle da brotação excessiva, eliminação das damas da noite da região, monitorar psilídeo *Diaphorina citri*, a poda de galhos afetados e a nutrição equilibrada das plantas são ações que podem reduzir a suscetibilidade das árvores ao Greening (Dutra, 2018).

Para garantir a eficiência e a segurança das táticas de controle químico, é essencial o cumprimento das boas práticas agrícolas. A aplicação correta dos defensivos agrícolas, a escolha de produtos seletivos e a consideração dos períodos de carência são medidas que devem ser seguidas rigorosamente pelos produtores (Baldwin et al., 2019).

A resistência de plantas hospedeiras aos psilídeos e ao patógeno do Greening é outra frente importante de pesquisa para o controle da doença. Estudos como os de Tomaseto et al. (2021) têm investigado a identificação e a seleção de variedades de citros que apresentem maior resistência à infecção e aos danos causados pela bactéria.

A compreensão da ecologia dos psilídeos e da dinâmica da transmissão do patógeno também é crucial para orientar a aplicação eficiente das táticas de controle químico e do manejo integrado de pragas. A interação entre as medidas de controle e a biologia dos vetores pode influenciar significativamente a eficácia das estratégias adotadas (Hall et al., 2013).

## 2.2 Resistência de Plantas Hospedeiras e Outras Estratégias Promissoras para o Controle do Greening dos Citrus

A resistência de plantas hospedeiras é uma estratégia promissora para o controle do Greening dos Citrus. Estudos têm sido conduzidos para identificar variedades de citros que apresentem maior resistência à infecção



pela bactéria *Candidatus Liberibacter asiaticus*, principal agente causador da doença. Pesquisas como as de Tomaseto et al. (2021) têm investigado os mecanismos de resistência presentes em diferentes genótipos de citros, buscando identificar aqueles que possam ser utilizados no desenvolvimento de cultivares mais resistentes ao Greening.

De acordo com Arenas (2017), a infecção pela bactéria *Candidatus Liberibacter asiaticus* é o principal agente causador da doença Greening nos Citrus. Essa bactéria é transmitida pelos psíldeos vetores, como o *Diaphorina citri*, quando se alimentam das plantas contaminadas. Uma vez dentro da árvore, a bactéria se multiplica e se dissemina, causando obstrução dos vasos condutores de seiva, o que leva ao desenvolvimento de sintomas característicos da doença, como folhas amareladas, deformações nos frutos e redução da produção. O *Candidatus Liberibacter asiaticus* é altamente destrutivo para as plantações de citros, representando uma ameaça significativa para a citricultura mundial e tornando essencial a busca por estratégias de controle e manejo eficazes para combater o Greening.

Além da resistência de plantas hospedeiras, outras estratégias promissoras têm sido investigadas para o controle do Greening dos Citrus. Entre elas, destacam-se o uso de agentes biológicos de controle, como inimigos naturais dos psíldeos vetores e o uso de armadilhas com feromônios para monitoramento e controle das pragas. Estudos de Grafton-Cardwell et al. (2013) têm demonstrado a eficácia de parasitoides e predadores na redução da população de psíldeos, contribuindo para o controle da disseminação do Greening.

A utilização de técnicas de cultivo e manejo adequado também desempenha um papel importante no controle da doença. A poda correta, a nutrição balanceada das plantas e o controle de plantas invasoras podem ajudar a reduzir a suscetibilidade das árvores ao Greening (Gottwald, 2010). Estudos de Baldiwin et al. (2019) demonstraram que práticas culturais adequadas podem contribuir para melhorar a saúde das plantas cítricas e a qualidade dos frutos.

Outra abordagem promissora é o uso de técnicas de edição genética para desenvolver plantas mais resistentes ao Greening. Pesquisadores têm explorado a tecnologia CRISPR-Cas9 para modificar genes em citros e melhorar sua resistência à doença (Tomaseto et al., 2021). Essa abordagem tem o potencial de criar variedades de citros com características específicas de resistência, contribuindo para o controle do Greening de forma sustentável.

Além disso, a conscientização e a participação ativa de todos os envolvidos na cadeia produtiva de citros são fundamentais para o sucesso das estratégias de controle do Greening. A colaboração entre produtores, pesquisadores, autoridades fitossanitárias e toda a sociedade é essencial para implementar e aprimorar as medidas de controle da doença.

A resistência de plantas hospedeiras, o uso de agentes biológicos, técnicas de cultivo adequado e a edição genética são estratégias promissoras que vêm sendo estudadas para o controle do Greening dos Citrus. A busca por soluções integradas e sustentáveis é essencial para proteger a citricultura e garantir a continuidade da produção de citros em face dessa ameaça global.

### 3 DISCUSSÃO

A análise dos estudos apresentados ressalta a importância do manejo adequado e da sinergia de estratégias no combate ao Greening dos Citrus. Os estudos mostram que a simples adoção de uma única estratégia de combate não é suficiente para erradicar a doença. Pelo contrário, é crucial aplicar diversas táticas, como o controle químico, a eliminação de plantas doentes, o monitoramento de psíldeos, o uso de armadilhas e a resistência de plantas hospedeiras, de forma sinérgica. A integração dessas medidas permite maximizar a eficiência do controle e prevenir a propagação do Greening.

4

A discussão sobre a importância do manejo adequado ganha destaque, pois os estudos mostram que práticas culturais adequadas, como a poda correta, a nutrição balanceada e o controle de plantas invasoras, podem reduzir a suscetibilidade das árvores ao Greening. Isso reforça a necessidade de capacitar os produtores com conhecimentos sobre boas práticas agrícolas, a fim de garantir a saúde e produtividade dos pomares.

O estudo de Li et al. (2021), com objetivo de analisar estratégias atuais sob os aspectos físicos, químicos e biológicos e discutir seus impactos ambientais, propôs uma estratégia verde e ecológica para controlar o HLB com base nos métodos existentes e nos resultados de pesquisas anteriores. O estudo propõe uma combinação de técnicas e estratégias físicas, químicos e biológicos, como o uso de inseticidas e a liberação de pragas inimigas



naturais. Além de estratégias, como a utilização de fertilizantes orgânicos e a pulverização de ativadores imunológicos, visando melhorar o ambiente de crescimento das plantas e aumentar a imunidade das plantas, removendo ainda as plantas doentes, para reduzir a transmissão porque o efeito dos medicamentos é guiado pela gravidade da doença dos citros infectados pelo HLB.

A adoção de tecnologia também se mostra relevante na prevenção e controle do Greening. O uso de armadilhas com feromônios, por exemplo, permite o monitoramento eficiente dos psíldeos vetores, possibilitando a detecção precoce da praga e a tomada de medidas rápidas de controle. Além disso, a aplicação de técnicas de edição genética pode impulsionar o desenvolvimento de variedades de citros mais resistentes ao Greening, fortalecendo a citricultura contra essa ameaça.

Em conjunto, essas estratégias e ferramentas representam um enfoque holístico para o controle do Greening dos Citrus. A sinergia entre medidas de manejo, controle químico, resistência de plantas hospedeiras e o uso de tecnologia é essencial para combater de forma sustentável essa doença devastadora, garantindo a segurança alimentar, a economia e a saúde dos pomares de citros em todo o mundo. A conscientização de todos os atores envolvidos na cadeia produtiva e a colaboração entre pesquisadores, produtores e autoridades fitossanitárias são fundamentais para o sucesso desse enfrentamento global. Somente com uma abordagem integrada e colaborativa, será possível superar os desafios impostos pelo Greening e preservar a citricultura para as futuras gerações.

Além das estratégias já mencionadas, é importante destacar que a resistência de plantas hospedeiras também tem sido objeto de estudos intensos visando o controle do Greening. A busca por variedades de citros que apresentem maior resistência à bactéria *Candidatus Liberibacter asiaticus* é uma perspectiva promissora para minimizar os efeitos da doença nos pomares. Diversos pesquisadores têm se dedicado a identificar os mecanismos de resistência presentes em diferentes genótipos de citros, buscando desenvolver cultivares mais resistentes ao Greening. Essas variedades resistentes não apenas contribuiriam para a prevenção da doença, mas também reduziriam a necessidade de aplicações excessivas de pesticidas, tornando o controle mais sustentável (ALVES *et al.* 2022).

A sinergia entre as diferentes estratégias é fundamental para obter resultados mais eficazes no combate ao Greening. O uso combinado de armadilhas com feromônios para monitorar e controlar a população de psíldeos, juntamente com a erradicação de plantas doentes e o controle químico direcionado, pode ajudar a diminuir a incidência da doença nos pomares. O manejo integrado, ao abranger uma variedade de táticas, proporciona uma abordagem mais completa e equilibrada para enfrentar o desafio do Greening.

Além disso, a incorporação de tecnologia no manejo dos pomares também se destaca como uma ferramenta poderosa para a prevenção e controle do Greening. O uso de técnicas de edição genética, como a tecnologia CRISPR-Cas9, pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento de variedades de citros resistentes à doença. A edição genética permite modificar genes específicos para fortalecer a resistência das plantas, abrindo caminho para uma abordagem inovadora e precisa no controle do Greening.

No entanto, é importante ressaltar que nenhuma dessas estratégias deve ser considerada isoladamente. A adoção de uma abordagem integrada, que considere a combinação de diferentes medidas e tecnologias, é crucial para enfrentar o Greening de forma eficiente e sustentável. Além disso, a colaboração entre instituições de pesquisa, produtores e autoridades governamentais é fundamental para promover a implementação e o aprimoramento contínuo dessas estratégias.

## 4 CONCLUSÃO

O controle efetivo do Greening dos Citrus é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada e sustentável. As estratégias discutidas neste artigo demonstram que a sinergia entre diferentes medidas, como o manejo adequado, o uso de tecnologia e a busca por resistência de plantas hospedeiras, é fundamental para enfrentar essa doença devastadora. A combinação dessas táticas pode resultar em um controle mais eficiente e duradouro, reduzindo os impactos negativos do Greening nos pomares e na citricultura como um todo.

A resistência de plantas hospedeiras se apresenta como uma perspectiva promissora para o controle do Greening, permitindo o desenvolvimento de variedades de citros mais resistentes à infecção pela bactéria causadora da doença. Ao lado disso, o uso de armadilhas com feromônios e outras tecnologias avançadas possibilita um monitoramento preciso da população de psíldeos vetores, permitindo uma intervenção tempestiva e eficiente.

A importância do manejo adequado também é destacada, pois práticas culturais adequadas, como a poda correta e o controle de plantas invasoras, podem fortalecer as plantas e reduzir sua suscetibilidade ao Greening. Combinadas, essas abordagens integradas contribuem para a sustentabilidade da citricultura e para a proteção das plantações contra essa grave ameaça fitossanitária.

Portanto, é essencial que produtores, pesquisadores, autoridades governamentais e a sociedade em geral estejam engajados nesse esforço conjunto para o controle do Greening. A colaboração entre diferentes atores, a busca por inovação e o compartilhamento de conhecimentos são fundamentais para alcançar o sucesso no combate a essa doença. Somente por meio de uma abordagem integrada e cooperativa, com enfoque na sustentabilidade e na sinergia de estratégias, poderemos proteger e fortalecer a citricultura, garantindo a produção de citros de qualidade e a segurança alimentar em âmbito global.

## REFERENCIAS

ALVES, M. N.; RAIOL-JUNIOR, L. L.; GIRARDI, E. A. et al. Insight into resistance to ‘Candidatus Liberibacter asiaticus,’ associated with Huanglongbing, in Oceanian citrus genotypes. *Front. Plant Sci.*, v. 13, 09 September 2022

Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpls.2022.1009350>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BALDWIN, E., PLOTTO, A., MANTHEY, J., MCCOLLUM, G., BAI, J., & IREY, M. (2019). Efeito da infecção por *Liberibacter* (huanglongbing ou “citrus greening”) na qualidade do suco de laranja avaliada por avaliação sensorial. *Journal of Food Science*, v. 84, n. 3, p. 437-446. 2019

BOVÉ, J. M. Huanglongbing: a destructive, newly-emerging, century-old disease of citrus. *Journal of Plant Pathology*, v. 88, n. 1, p.7-37. 2006

DUTRA, A. Manejo integrado para erradicar o Greening. *Revista Cultivar*. 2018. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/manejo-integrado-para-erradicar-o-greening>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA – FUNDECITRUS. 2022. **Levantamento da incidência das doenças dos citros, Greening, CVC e Cancro Cítrico no cinturão citrícola de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro**. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/levantamentos>. Acesso em: 02 jan. 2023

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA – FUNDECITRUS. 2021. **Sinal vermelho aceso para o greening**. Citricultor- Edição Especial. Ano XII, nº 56 I 2º Semestre 2021. Disponível em: [https://www.fundecitrus.com.br/comunicacao/revista\\_detalhes/revista-citricultor---edicao-56/75](https://www.fundecitrus.com.br/comunicacao/revista_detalhes/revista-citricultor---edicao-56/75). Acesso em: 05 jan. 2023.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA – FUNDECITRUS. 2017. Armadilha adesiva detecta até 90 vezes mais psilídeos do que método visual em áreas com controle químico. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/comunicacao/noticias/integra/armadilha-adesiva-detecta-ate-90-vezes-mais-psilideos-do-que-metodo-visual-em-areas-com-controle-quimico/554>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GIRARDI, E. A. et al. **Relatório Corporativo da I Reunião Técnica do Arranjo HLB dos Citros: “Soluções inovadoras e integradas para a superação da doença huanglongbing (HLB, ex-greening) dos citros”** / Eduardo Augusto Girardi .... [et. al.]. – Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/167258/1/DOC-218-Girardi-AINFO-ficha-ajustada.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

GOTTWALD, T. R. Current epidemiological understanding of citrus huanglongbing. *Annual Review of Phytopathology*, v. 48, p. 119-139. 2010

GRAFTON-CARDWELL, E. E.; STELINSKI, L. L.; STANSKY, P. A. Biology and management of Asian citrus psyllid, vector of the huanglongbing pathogens. *Annual Review of Entomology*, v. 58, p. 413-432. 2013



HALL, D. G.; RICHARDSON, M. L.; AMMAR, E.; HALBERT, S. E. Asian citrus psyllid, *Diaphorina citri*, vector of citrus huanglongbing disease. **Entomologia Experimentalis et Applicata**, v. 146, n. 2, p. 207-223. 2013

KHAN, M; RAZI, F. D. Citrus Greening Disease (Huanglongbing) a Perilous Threat to Global Citrus Industry. **J Hortic**, v. 5, n. 3, p. 1000e110. 2018. doi: 10.4172/2376-0354.1000e110

LI, X.; RUAN, H.; ZHOU, C. et al. Controlling Citrus Huanglongbing: Green Sustainable Development Route Is the Future. **Front Plant Sci**. 2021; v. 12, p. 760481. doi: 10.3389/fpls.2021.760481.

LIBERATO, T. **Óculos especiais identificam sintomas do greening em folhas de citros**. Embrapa 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21787015/oculos-especiais-identificam-sintomas-do-greening-em-folhas-de-citros#:~:text=Os%20sintomas%20aparecem%20nas%20folhas,-clara%20entre%20essas%20duas%20cores>. Acesso em: 03 jan. 2023.

TOMASETO, A. F.; KRUGNER, R.; LOPES, J. R. S.; PARRA, J. R. P. The quest for resistance in citrus to huanglongbing. **Annual Review of Entomology**, v. 66, p. 221-238. 2021.

US DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **Citrus: World Markets and Trade**. 2021 Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/citrus.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

Baldwin, E., Plotto, A., Manthey, J., McCollum, G., Bai, J., & Irey, M. (2019). Effect of *Liberibacter* infection (huanglongbing or “citrus greening”) on orange juice flavor quality by sensory evaluation. *Journal of Food Science*, 84(3), 437-446.

Bové, J. M. (2006). Huanglongbing: a destructive, newly-emerging, century-old disease of citrus. *Journal of Plant Pathology*, 88(1), 7-37.

Gottwald, T. R. (2010). Current epidemiological understanding of citrus huanglongbing. *Annual Review of Phytopathology*, 48, 119-139.

Grafton-Cardwell, E. E., Stelinski, L. L., & Stansly, P. A. (2013). Biology and management of Asian citrus psyllid, vector of the huanglongbing pathogens. *Annual Review of Entomology*, 58, 413-432.

Hall, D. G., Richardson, M. L., Ammar, E., & Halbert, S. E. (2013). Asian citrus psyllid, *Diaphorina citri*, vector of citrus huanglongbing disease. *Entomologia Experimentalis et Applicata*, 146(2), 207-223.

Tomaseto, A. F., Krugner, R., Lopes, J. R. S., & Parra, J. R. P. (2021). The quest for resistance in citrus to huanglongbing. *Annual Review of Entomology*, 66, 221-238.



## O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E SUA APROXIMAÇÃO DO MONOTEÍSMO

MURILO LOPES DA SILVA<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a aproximação do fundamentalismo ao monoteísmo. O fundamentalismo surgiu como um resgate da tradição cristã em meio as transformações socioculturais. A modernidade oriunda do iluminismo provocou dentro dos fundamentalistas uma cisão que convergiu na formação de duas vertentes teológicas. Uma vertente de cunho liberal que se associou aos humanistas e as ciências sociais tornando-se uma teologia liberal. A outra vertente manteve-se atrelada ao conservadorismo e tradições da igreja primitiva. O fundamentalismo se perdeu ao encontrar com uma sociedade cíclica que avançava a passos largos. Isto provocou reações severas e críticas a sociedade moderna. Os avanços levaram ao surgimento de um pentecostalismo midiático que conduziu o fundamentalismo abancarrotado. Na primavera árabe a expansão do Islamismo trouxe à tona o fundamentalismo, porém em uma releitura extremista. Esse extremismo revelou ao mundo toda violência e perseguição de pessoas e nações que aconteciam como preservação da Moral e da defesa do nome de Deus.

**Palavras-chave:** Monoteísmo; fundamentalismo; religião.

### ABSTRACT

This research seeks to understand the approximation of fundamentalism to monotheism. Fundamentalism emerged as a rescue of the Christian tradition in the midst of sociocultural transformations. The modernity arising from the Enlightenment caused a split among fundamentalists that converged in the formation of two theological trends. A liberal aspect that was associated with the humanists and the social sciences, becoming a liberal theology. The other trend remained linked to conservatism and traditions of the early church. Fundamentalism lost its way when it came across a cyclical society that was moving forward by leaps and bounds. This provoked severe and critical reactions to modern society. The advances led to the emergence of a media Pentecostalism that led fundamentalism to bankruptcy. In the Arab spring, the expansion of Islamism brought fundamentalism to the fore, but in an extremist way. This extremism revealed to the world all the violence and persecution of people and nations that took place as preservation of Moral and the defense of the name of God.

**Keywords:** Monotheism; fundamentalism; religion.

### INTRODUÇÃO

Este artigo traz à discussão o Fundamentalismo Religioso e sua associação ao monoteísmo. O monoteísmo é a base religiosa do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo e isso favoreceu a instalação político-religiosa dos fundamentalistas.

As três religiões monoteístas do ocidente têm algumas similitudes oriundas de sua base religiosa como o Pentateuco, a obediência aos Mandamentos revelados, a peregrinação e a fé como ascese e transcendência.

Essas similitudes são símbolos e exercícios de prática de vida religiosa. Por exemplo, os Mandamentos orientam a vivência moral, a peregrinação faz memória da luta por alimento e liberdade, a fé orienta os adeptos a crer em Deus como Ser incriado e o Pentateuco narra a criação do mundo e traz exemplos de histórias humanas que encontraram em Deus a prática do amor, da bondade, da compaixão, da justiça, da equidade e da retidão.

1

A leitura das Sagradas Escrituras ensina a humanidade a lapidar o caráter, buscar em Deus a retidão e a prática dos Mandamentos são exercícios de virtudes que conectam a Deus.

O monoteísmo representa a força de perdurar a temporalidade, pois se adaptou ao ato do Período Histórico. Provavelmente tenha surgido no Período do Bronze por volta do ano de 1800 a.C. Porém, ao adentrar ao século XX, um acontecimento marcou fortes mudanças na construção sociocultural. Parafraseando Nietzsche, o monoteísmo recebeu nesse período um hóspede funesto que se apropriou

<sup>1</sup>Doutorando em Teologia pelo Institute Theology Science Florida-USA



de toda virtude para se consolidar como um grupo tradicionalista, intitulados de Fundamentalistas.

O surgimento do Fundamentalismo Religioso se deu nos Estados Unidos entre os cristãos protestantes no início do século XX. Esse período foi marcado por diversas mudanças socioculturais e econômicas. A ciência estava em plena expansão, acontecia o processo de modernização e industrialização resultante do Iluminismo.

Alguns membros mais tradicionais do cristianismo tiveram dificuldades em aceitar o avanço da sociedade moderna e em decorrência a luta para retroceder a base da igreja nascente, esses adeptos causaram uma fenda na base teológica do monoteísmo, dividindo-o em duas vertentes.

Uma vertente chamada de liberal, assumiu o diálogo humanista que embasouas mudanças teológicas a partir da aproximação com as ciências humanas e sociais, abrindo a uma nova teologia liberal. A outra vertente, extremamente conservadora, reagiu às transformaçõessociais e buscou um retorno ao tradicionalismo religioso.

Em decorrência da cisão, o conservador calvinista Reverendo Reuben Archer Torrey lançou entre os anos de 1910 a 1915 uma coletânea de 12 livros intitulada *The fundamentals: a testimony to the truth*. Essa coletânea tinha como escopo a preservação do tradicionalismo religioso, conservando os textos bíblicos com defesa de sua inerrância. Junto a esses textos, manifesta uma crítica contra a teologia liberal e ao Catolicismo Romano.

Os “fundamentos” apresentados pelo Reverendo Reuben se consolidaram como uma reação aos valores da modernidade iluminista e humanista, colocando o Cristianismo no centro da discussão. Ao reagir contra os valores da modernidade abriu o processo de secularização como consequência da retaliação feita.

Essa semente chamada Fundamentalismo, semeado pelo Reverendo Reuben, germinou e produziu diversos problemas à sociedade vigente.

## O FUNDAMENTALISMO NORTE-AMERICANO

O Fundamentalismo oriundo da partilha dos pensamentos exauridos da Coletânea do reverendo Reuben, traziam de forma implícita traços da cultura norte-americana. O domínio cultural norte-americano refletiu dentro do âmbito religioso cristão como sendo os verdadeiros adeptos que mantiveram o tradicionalismo do cristianismo.

Essa ideia de verdadeiros continuadores de Cristo se manteve dentro de todas as denominações evangélicas até o ano de 1930, com militantes atuantes e conservadores. Vale ressaltar que os Católicos Romanos não participaram dessa primeira fase do Fundamentalismo Evangélico.

Após a década de 1930 e em paralelo ao período da Segunda Guerra Mundial, houve uma perda significativa de evangélicos tradicionalista para o Movimento Ecumênico que buscava a unidade na diversidade.

No período do Pós-Guerra, por volta dos anos de 1960, os fundamentalistas passaram a ser chamados de “separatistas” e começaram a se desvincular das igrejas conservadoras se associando ao movimento pentecostal. Esse período aconteceu também a expansão do capitalismo estadunidense que se tornou o novo escopo debatido por poucos fundamentalistas que se mantiveram ativos.

Agora a batalha é em reconquistar a América, preservar as famílias pelos valores cristão, pois na expansão o humanismo secular adentrou a América apresentando as famílias algumas correntes ideológicas. Entre essas correntes estavam o comunismo, o feminismo e o homossexualismo.

Essas correntes ideológicas disseminaram de forma muito rápida entre os estadunidenses, além da disseminação ideológica o Governo Norte-Americano declarou Guerra contra o Vietnã. Foi um período em que o fundamentalismo veio à bancarrota. Alguns teólogos mais conservadores se alinharam a política patriota e imbuíam discursos de anticomunismo.

Até o final da Guerra do Vietnã em 1975 os evangélicos mais conservadores perderam completamente a sua força na luta de manter vivo os costumes e os princípios do cristianismo nascente, cedendo espaço ao pentecostalismo. Os teólogos liberais se alinharam a corrente marxista e expandiram em toda a América uma nova teologia que favorecia a luta popular em favor de uma política justa, de moradia e da erradicação da fome.

## O FUNDAMENTALISMO APÓS A GUERRA DO VIETNÃ

No final da década de 1970 o fundamentalismo norte-americano estava completamente desestruturado e o pentecostalismo havia ganhado força e adeptos na expansão comercial estadunidense. Paralelo a este acontecimento iniciava a popularização do Islamismo no Mundo Árabe, principalmente no Irã.

Em alguns países árabe, militantes que lutavam contra a hegemonia dos Estados Unidos tornaram uma parte do Islã a justificativa para garantir a divinização de uma luta armada.

No alvorecer do século 21 é retomado pela imprensa norte-americana o nome fundamentalista para caracterizar os extremistas islâmicos que cometeram o ataque de 11 de setembro de 2001. O ataque as Torres Gêmeas foram classificadas como uma das ações mais violentas praticadas por extremistas radicais islâmicos.

Esse ato praticado pelos extremistas criou uma imagem negativa sobre o Islamismo e a mídia o caracterizou como fundamentalistas, radicais, praticantes de intolerância e de uma religiosidade autoritária. O Islã, em decorrência de grupos extremistas como o Hezbollah, o Estado Islâmico e Governos islâmicos como o Afeganistão, construíram uma religião adaptada em um monoteísmo extremamente conservador que se abre ao fanatismo, a intransigência, ao feminicídio, a recusa de diálogo inter-religioso e a negação da transformação de costumes e moral da sociedade vigente.

Os novos fundamentalistas que surgiram da primavera árabe são políticos reguladores da sociedade. Controlam as leis, matam em nome da moral e negociam as riquezas naturais como o petróleo. Expressam uma religiosidade extremamente machista e não aceitam entre eles as pessoas que se identificam com o movimento LGBTQIA+.

### **A retomada do fundamentalismo norte-americano**

O fundamentalismo norte-americano retornou à ativa por volta da metade da década de 1980 aliando-se ao Partido Republicano, formando um grupo de pressão política intitulado de Nova Direita Cristã.

Era liderado pelo pastor batista Jerry Falwell e tinham como propósito a luta contra o aborto (legalizado nos Estados Unidos em 1973) e a retomada da construção familiar baseada no conservadorismo religioso.

Falwell percebeu a possibilidade de conseguir mais adeptos utilizando de um marketing massivo utilizando as emissoras de televisão. Rapidamente houve a ascensão da Nova Direita Cristã e do pentecostalismo. A expansão da ideologia de Falwell ultrapassou fronteiras ganhando novos seguidores que almejavam a reorganização moral da sociedade.

Na pauta do discurso político-religioso de Falwell estavam a retomada do ensino do criacionismo nas escolas públicas, a prática da oração, o combate ao homossexualismo, ao comunismo e a obrigatoriedade do patriotismo.

A expansão midiática desse novo fundamentalismo cristão fez surgir uma nova ressignificação e o termo fundamentalismo ampliou a sua utilização. O termo se tornou um marco da disseminação do retorno do pensamento em alegorias e epopeias, a volta de guerras colossais e inimigos da fé.

Havia uma propaganda maçante do idealismo fundamentalista que defendiam a infalibilidade das escrituras e a ampliação do proselitismo religioso.

O ápice da Nova Direita Cristã foi na década de 1990 com a vitória dos Republicanos a Presidência dos Estados Unidos. Elegeram Ronald Reagan, George Bush. Com a saída de Bush não perderam a motivação de perdurar o fundamentalismo religioso regado pela moral e bons costumes. Na virada do milênio voltaram novamente ao cargo mais alto da nação americana elegendo George Bush Filho.

### **A perversidade do fundamentalismo**

Parece que com o fim da Segunda Guerra Mundial pairou no ar um sentimento de continuar a propagação do mal da dor alheia.

Esse sentimento é narrado pela filósofa Hannah Arendt em seu livro *Eichmann em Jerusalém*. Nessa coletânea de seus artigos ela narra o sentimento da banalidade do mal quando não foi atribuído a Eichmann culpa pelo holocausto. Ele se caracterizou apenas como um burocrata que cumpria ordem. A verdadeira culpa apresentada em seu julgamento seria única e exclusivamente do partido nazista.





Nessa perspectiva suje uma dúvida: quem legitima as barbáries produzidas pelo extremismo religioso?

Todo extremismo religioso é justificado em Deus, pois em cada ato praticado sempre foi motivado pelo desejo de que todos voltassem seu respeito para o Deus supremo e criador.

O fundamentalismo religioso nasceu de um anseio de manter vivo o respeito a Deus e a continuação da família, porém, ultrapassou os limites do que é moral e tornou-se uma matriz de propagação do mal da perversidade.

Dos grupos que tomam o fundamentalismo (extremismo) como justificativa de seus atos (Hezbollah, Estado Islâmico) perde-se a possibilidade de caracterizá-los como grupos religiosos ou políticos. Qual é a causa que defendem? Como propagam a misericórdia de Deus aos mais necessitados? É legítimo matar em nome de Deus?

Essas dúvidas clarificam a ideologia propagada por esses grupos. Persuadem a sociedade a fim de estabelecer novas fronteiras e lutam contra os pseudos-inimigos. E como grupo político, são completamente separatistas e negam a possibilidade de construir um diálogo democrático e acolhedor.

Assim, se caracterizam como perversos porque sentem prazer em empregar a força e a violência aos mais fracos. Há nesse emprego de força e de violência a desnaturalização daquilo que é sagrado, a preservação da vida.

## CONCLUSÃO

Nosso tempo é rico de informações. Temos a nosso favor uma tecnologia que possibilita o encurtamento de distância com tantas plataformas e redes sociais.

Somos capazes de enviar mensagem de um hemisfério a outro em questão de segundos.

Derrubamos barreiras de distâncias, de compreensão de outro idioma. Criamos laços de multiculturalismo.

O mundo está globalizado, ou melhor, a tecnologia está globalizada, porque o ser humano ainda não foi capaz de derrubar suas crenças e conceitos em prol da ampliação da vida.

Prova disto é a falta de diálogo inter-religioso. Não há a convivência pacífica de determinados grupos religiosos, principalmente quando o assunto em pauta é a aceitação da modernização dos costumes do novo modelo de família.

Esses grupos extremistas estão inseridos dentro das três religiões monoteístas do ocidente (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). São intolerantes, disseminadores de violência contra grupos religiosos e sociais. Justificam suas ações na defesa do bom costume e, sobretudo, em defesa de Deus.

Ao longo da história do monoteísmo muitas guerras aconteceram em nome de Deus como o período da inquisição imposta pelo Cristianismo. Mas no século XX iniciou um período de guerras religiosas que tem em sua essência a prática da perversidade, ou seja, a prática do prazer provocado pela dor alheia. O século XX presenciou a perversidade e o mal praticado no holocausto e o século XXI no ataque de 11 de setembro de 2001.

O fundamentalismo nascido no século XX se caracteriza em nosso tempo como ações políticas que tem como escopo a dominação. Se disfarça de luta religiosa para que os praticantes possam se desvencilharem de toda culpa transferindo-a para Deus. A nova matriz política-religiosa desnaturalizou as tentativas de alianças que Deus buscava construir com a humanidade. Há um afastamento de Deus e uma aproximação do que é inerente ao humano, o desejo de poder. No início Adão desobedeceu a Deus e experimentou o fruto do conhecimento. Hoje a humanidade descarta o conhecimento, se afasta de Deus e experimenta o fruto da dor alheia.

Os mais extremistas em defesa da fé declaram que seus inimigos são todos aqueles que comungam da modernidade. Os inimigos mais combatidos são aqueles que se alinham com movimento sociais, ativistas, intelectuais, professores, lideranças e religiões que promovam a vida na sociedade vigente.

Desta forma, o monoteísmo abraâmico que propagou o homem como a imagem e semelhança de Deus se tornou o alicerce do fundamentalismo religioso iniciado no final do século XIX. Mas não se pode condenar o monoteísmo, pois a ideologia fundamentalista apenas o utilizou como justificativa. Toda perversidade do século XX se constituiu como uma doutrina e não como um dogma religioso. Deus ainda busca morada no coração humano.



## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen; FEIST, Hildegard. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. 2ed.São Paulo: Schwarcz,2021.

EDITORA, PAULUS. **Bíblia de Jerusalém**.13ed.SãoPaulo: Paulus,2019.

GAARDER, Jostein; NOTAKER, Henry; HELLERN, Victor. **O livro das religiões**. 9 ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.

IBARRONDO, Xabier Pikaza. **Monoteísmo e globalização**. Tradução Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 2004.Tradução de: Monoteísmo y globalización.

## RELAÇÃO ENTRE A PROMOÇÃO DAS FEIRAS DE CIÊNCIA, SAÚDE HUMANA E MEIO AMBIENTE ESTUDO DE CASO DA PROVÍNCIA DE SOFALA

Carlos José Domingos Alface

Jaime Ernesto Naene

### RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo aferir se existe uma relação saudável entre a promoção das feiras de ciência e o cuidado ao meio ambiente e saúde humana sob o ponto de vista de locais de origens das mostras assim como de locais na qual decorrem as atividades de feira. Para esse propósito, foi fundamental usar a observação direta e a entrevista no local da ocorrência do estudo. A pesquisa teve como local de acolhimento a Universidade Licungo, Extensão da Beira, com uma amostra de 36 participantes. Com suporte na análise de conteúdo e estatística, os resultados permitiram em observação direta, constatar uma organização deficiente do evento, pelo que faltou o condicionamento que respondesse a altura o problema de gestão de resíduos sólidos produzidos durante os dias do evento; na identificação, notou – se que todas mostras de ciência se relacionam com a saúde humana e do meio ambiente, mas que não é assegurada efetivamente pelos protagonistas dos experimentos no contexto da saúde humana; Devido a isso e aos resultados da entrevista, não podemos averiguar a relação aplicada entre ações ambientais constatados com a saúde humana e do meio ambiente, pelas instituições educativas da região. Entretanto, a EA é uma atividade que exige muitos esforços permanente e que os educadores tenham tempo e interesse.

**Palavras-chave:** Feira de ciência. Saúde humana. Saúde ambiental. Mostras de ciência

### ABSTRACT

This research aimed to assess whether there is a healthy relationship between the promotion of science fairs and care for the environment and human health from the point of view of the places where the shows originate as well as the places where the fair activities take place. . For this purpose, it was essential to use direct observation and interview at the place where the study took place. The research took place at Licungo University, Extension of Beira, with a sample of 36 participants. Supported by content and statistical analysis, the results allowed, in direct observation, to verify a deficient organization of the event, so there was a lack of conditioning that would respond to the problem of solid waste management produced during the days of the event; in the identification, it was noted that all science shows are related to human health and the environment, but that is not effectively ensured by the protagonists of the experiments in the context of human health; Due to this and the results of the interview, we cannot verify the relationship applied between environmental actions verified with human health and the environment, by educational institutions in the region. However, EA is an activity that requires a lot of permanent effort and that educators have time and interest.

**Keywords:** Science fair. Human health. Environmental health. science exhibits

### 1 INTRODUÇÃO

As feiras de ciências são “[...] um empreendimento técnico-científico-cultural que se destina a estabelecer o inter-relacionamento entre a escola e a comunidade” (MORAES, 1986, citado por BERTOLDO & CUNHA, 2016, p.2). Em contrapartida, elas não devem estar dissociadas do cuidado ao meio ambiente, inclusive da saúde humana a partir da promoção de educação ambiental nas escolas, em especial nas atividades de feira e/ou mostras de ciência.

1

Em virtude disto, um passeio bibliográfico efetuado pelos autores da presente pesquisa permitiu verificar que em Moçambique faltam efetivamente estudos que abordam sobre o cuidado ao meio ambiente e aos humanos em locais de ocorrências das feiras e muito menos estudos que relacionam esta ocorrência com saúde do meio ambiente e humana nos locais de origem dos experimentos. A prevalência da falta destes estudos, pode fragilizar a integração de conhecimentos sobre a educação ambiental, que por sua vez venha a afetar a saúde do meio ambiente e dos humanos. E, tendo em conta que temas de educação ambiental são de grande impacto social, é fundamental conferir ações relacionadas em locais de preparação e de realização de feiras em todos os seus níveis. Por isso, fica o questionamento, se a promoção das feiras de ciência tem-se em



conta o cuidado ao meio ambiente e aos humanos.

O objetivo do presente artigo é de aferir se existe uma relação saudável entre a promoção das feiras de ciência e o cuidado ao meio ambiente e saúde humana sob o ponto de vista de locais de origens das mostras de ciência e/ou experimentos científicos assim como de locais na qual decorrem as atividades de feira. Foi considerado como objetivo específico identificar experimentos que promovem o cuidado ao meio ambiente e a saúde humana exibidos no local de actividade de feira; descrever os experimentos que promovem o cuidado ao meio ambiente e a saúde humana; verificar que ações ambientais são realizadas pelos atores da feira em locais de origem das suas mostras e/ou experimentos assim como no local cuja feira decorreu. O objeto de estudo são os alunos participantes de feira em um número de 36, oriundos de 12 distritos da região de Sofala. Contudo, o estudo é de grande valia uma vez que permite aos alunos, despertar atitudes ambientais por forma a consolidar não apenas a sua consciência ambiental como também o espírito crítico construtivo em situações vivenciadas no cotidiano.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Iniciação científica no ensino secundário e seu benefício

As propostas de incentivo à formação do aluno pesquisador se apoiam, em geral, numa crítica que se tem feito à escola tradicional que é a de estar se limitando a formar alunos para dominar determinados conteúdos e não alunos que saibam pensar, refletir, propor soluções para problemas e questões atuais, trabalhar e cooperar uns com os outros. Tem-se defendido a ideia de que a escola tem o papel de formar seres críticos e participativos, conscientes de seu papel nas mudanças sociais.

Para tanto, a realização das feiras de ciências desenvolvidas em instituições do ensino secundário tem sido um contributo para despertar o espírito investigativo de alunos desse nível de ensino. Elas, são eventos em que os alunos são responsáveis pela comunicação de projetos planejados e executados por eles durante o ano letivo. Durante o evento, os alunos apresentam trabalhos que lhes tomaram várias horas de estudo e investigação, em que buscaram informações, reuniram dados e os interpretaram, sistematizando-os para comunicá-los a outros, ou então construíram algum artefato tecnológico. Eles vivenciam, desse modo, uma iniciação científica Junior de forma prática, buscando soluções técnicas e metodológicas para problemas que se empenham em resolver (HARTMANN & ZIMMERMANN, 2009, p.2). Essas feiras de ciência podem ser sintetizadas em três tipos:

1) trabalhos de montagem, em que os estudantes apresentam artefatos a partir do qual explicam um tema estudado em ciências; 2) trabalhos informativos em que os estudantes demonstram conhecimentos acadêmicos ou fazem alertas e/ou denúncias; e 3) trabalhos de investigação, projetos que evidenciam uma construção de conhecimentos por parte dos alunos e de uma consciência crítica sobre fatos do cotidiano (MANCUSO, 2000, citado por HARTMANN & ZIMMERMANN, 2009, p.2)

Um estudo realizado por Costa, Mello & Roehrs (2019), intitulado “*Feira de Ciências: aproximando estudantes da educação básica da pesquisa de iniciação científica*”, cujo objetivo foi de analisar de que modo as feiras de Ciências podem constituir uma oportunidade para a aprendizagem e para a formação de uma identidade científica no contexto da Educação Básica, concluíram com base em uma abordagem qualitativa que, além de ser um evento importante, a feira é uma estratégica metodológica mediadora da Educação e incentiva as atividades científicas por meio da socialização e do intercâmbio que possibilita.

Outro estudo realizado por Hartmann & Zimmermann (2009), aborda sobre “*Feira de ciências: A interdisciplinaridade e a contextualização em produções de estudantes de ensino médio*”. Em suas abordagens, esses autores fundamentam o benefício da feira de ciências em uma escola ou comunidade ao citarem Mancuso (2000) e Lima (2008). Assim, de entre eles, consta: a) o crescimento pessoal e a ampliação dos conhecimentos, pois alunos e professores mobilizam-se para buscar e aprofundar temas científicos que, geralmente, não são debatidos em sala de aula; b) a ampliação da capacidade comunicativa devido à troca de ideias, ao intercâmbio cultural e ao relacionamento com outras pessoas; c) mudanças de hábitos e atitudes com o desenvolvimento da autoconfiança e da iniciativa, bem como a aquisição de habilidades como abstração, atenção, reflexão, análise, síntese e avaliação; d) o desenvolvimento da criticidade com o amadurecimento da capacidade de avaliar o próprio trabalho e o dos outros; e) maior envolvimento e interesse e, conseqüentemente, maior motivação para o estudo de temas relacionados à ciência; f) o exercício da criatividade que conduz à apresentação de inovações dentro da área de estudo das ciências; g) maior politização dos participantes devido à ampliação da visão de mundo, à formação de lideranças e à tomada de decisões durante a realização dos trabalhos.

Entretanto, é um facto os benefícios advindos da promoção de feira de ciências serem bem evidentes tanto para os alunos como para os professores. Para um “rastreamento”, é fundamental realizar um “raio – x” que é um olhar diferenciado que relaciona essas actividades de feira com a saúde humana e do meio ambiente. Para isso,



é necessário ir a fundo, mas na “retaguarda” para procurar compreender todos os cenários sobre sustentabilidade, condicionado por compreender a origem das exposições como trabalho investigativo pelos protagonistas do processo em alusão.

## 2.2 Feira de ciência e a saúde humana e do meio ambiente

Saber sobre a saúde ambiental de uma determinada área ou região, passa por uma educação ambiental em todos os seus níveis, que por sua vez concorre, certamente, para a saúde humana também em todas as suas vertentes. Por isso,

Não se pode deixar de lado os encantamentos infantis pela natureza e toda a magia que ela oferece, a necessidade de experimentar e vivenciar a sensibilidade desta. As práticas pedagógicas de Educação Ambiental devem permitir que as crianças se sintam parte do Ambiente e as estimulem para que cuidem do meio em que estão inseridos (RODRIGUES; SAHEB, 2019, citado por CORDIOLI, 2022, p.20).

Segundo Pelegrini e Vlach (2011), as discussões da Educação Ambiental devem vir de uma aproximação dos diferentes campos disciplinares, que se faria possível através da junção, assim como o alcance do mesmo propósito, das disciplinas do grupo das ciências sociais, como de algumas do grupo das ciências naturais.

É importante ressaltar que a Educação Ambiental é uma prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas depende de todas as relações do ambiente escolar, na interação entre os diferentes atores e é conduzida por um sujeito em especial: o professor (GUIMARÃES, 2012 citado por RODRIGUES; SAHEB, 2019).

É na prática pedagógica cotidiana que a educação ambiental poderá oferecer uma possibilidade de reflexão sobre alternativas e intervenções sociais, nas quais a vida seja constantemente valorizada e os atos de deslealdade, injustiça e crueldade possam ser repudiados. Face a essas constatações, a escola, como uma das principais agências formadoras do ser humano, vê-se questionada e desafiada pelas pressões que o mundo contemporâneo vivência. (REIGOTA, 1998, citado por CORDIOLI, 2022, P.20).

Em locais de realização de feiras de ciência, seja de qualquer tipo e em particular a escolar, os professores e a equipa organizadora no seu todo, não estão isentos de continuarem a promoverem a educação ambiental por forma a garantir a saúde do meio ambiente assim como, de certa forma, condicionar a saúde humana.

Muito em particular é fundamental tendo em conta as mostras de ciência, compreender efetivamente a educação ambiental sustentável de locais de proveniência e/ou onde as experiências pelos seus protagonistas foram ensaiadas assim como de locais de obtenção de materiais e reagente, quer seja natural ou artificial.

Não menos importante, o trabalho com a saúde ambiental vai além do desenvolvimento de actividade de feira escolar, desde a sua preparação até a fase de apresentação, ele envolve diferentes dimensões (social, política e cultural). Para a EA, os professores devem determinar suas ações através de objetivos desenvolvidos para cada faixa etária a ser trabalhada, e eles também devem conhecer, experimentar, vivenciar as práticas possíveis, podendo assim fazer com que ela se torne parte do seu planeamento por uma escolha e não por uma obrigação (RODRIGUES; SAHEB, 2019).

## 2.3 Gestão de resíduos sólidos e a feira de ciências

Ora,

Tendo em vista que a quantidade de resíduos orgânicos e inorgânicos produzidos pelas pessoas aumenta a cada dia, é fundamental que os alunos se tornem conscientes do seu papel de cidadãos, tendo conhecimento de seus deveres para a manutenção e preservação do ambiente em que vivem, compreendendo que a separação de resíduos para a reciclagem é uma ação que favorece o meio ambiente, e consequentemente, favorece a qualidade de vida das pessoas e dos demais seres vivos (SOFA & LOPES, 2017, p. 3)

Em feira de ciência escolar é importante que os alunos saibam fazer a coleta seletiva de resíduos sólidos gerados, condicionado por saber efetivamente sobre a sua classificação (resíduos orgânicos, hospitalares, nucleares, eletrônicos, urbanos e industriais), as cores (Azul: papel/ papelão; Vermelho: plástico; Verde: vidro; Amarelo: metal; Laranja: resíduos perigosos; Branco: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; Roxo: resíduos radioativos; Marrom: resíduos orgânicos; Preto: madeira; Cinza: resíduos gerais não recicláveis ou misturados) como indicadores de coleta e, importância de sua reciclagem.

3

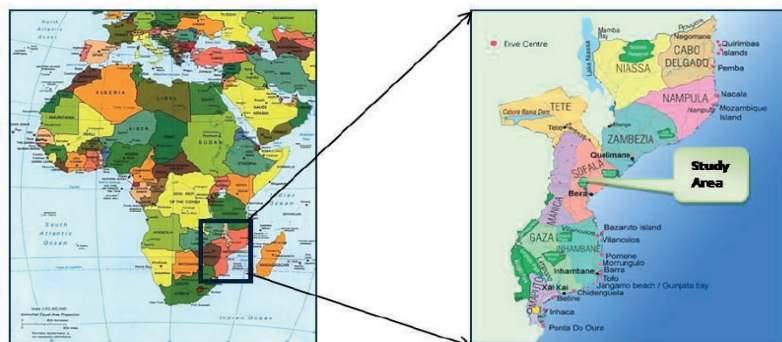
De acordo com Souza (2015), tendo em conta os quatro grandes grupos: papel, metal, plástico e vidro, é importante para os alunos o conhecimento do que pode e do que não pode ser separado, para facilitar a coleta seletiva e o trabalho dos catadores e trabalhadores que realizam a coleta e separação destes materiais.

O autor, *ibidem* (2015), explica ainda que: a) Para os papéis, separa - se: jornais e revistas, folhas de caderno, formulários de computador, caixas em geral, aparas de papel, fotocópias, envelopes, rascunhos, cartazes velhos e papel de fax. Não deve ser separado etiquetas adesivas, papel carbono e celofane, fita crepe, papeis sanitários, papeis metalizados, papeis parafinados, guardanapos, papeis plastificados, bitucas de cigarro e fotografias; b) Para Metal Separa – se: folha-de-flandres, tampinha de garrafa, latas de óleo, leite em pó e conservas, latas de

refrigerante, cerveja e suco, alumínio, embalagens metálicas de congelados. Não se separa: clips, grampos, esponjas de aço, tachinhas, pregos e canos; c) Quanto aos plásticos, separa - se: canos e tubos, sacos, CDs, disquetes, embalagens de margarina e produtos de limpeza, embalagens PET: refrigerante, suco e óleo de cozinha, plásticos em geral. Não se separa: cabos de panela e tomadas; c) No respeito aos vidros separa - se: recipientes em geral, garrafas e copos. Não se separa: espelhos, vidros planos e cristais, cerâmicas e porcelanas, tubos de Tvs e computadores.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Área de estudo



#### 3.2 Procedimento metodológico

Para a pesquisa, foi concebida abordagem qualitativa e quantitativa. Entende – se quanto aos objetivos como sendo exploratória e descritiva. Conforme Gil (2007), é exploratória porque tem como efeito possibilitar maior familiaridade com o problema, por forma a torná-lo mais compreensível ou a construir hipóteses. É descritiva, pois, permite a “descrição de aspectos de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...] e têm por objetivo estudar as características de um grupo [...]” (GIL, 1988, p. 44) Para a coleta de dados, foi utilizada no primeiro momento a pesquisa bibliográfica. Ela “procura esclarecer um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” (CERVO; BERVIAN, 2002, citado por MELO; CINTRA; LUZ, 2022, p.123). A pesquisa bibliográfica foi realizada em material publicado em livros, revistas científicas, artigos acadêmicos, comentários de forma dissertativa e entre outros, como alicerce à pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi precedida pela observação participante, como sendo uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tomando - se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles” (MANN, 1970, citado por MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 194).

Para conferir as informações colhidas no âmbito da observação realizada, foi efetivada uma entrevista por meio de um questionário com alunos que apresentaram suas experiências no local de execução. A entrevista conforme Marconi & Lakatos (2003), tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

Os questionários foram entregues apenas aos alunos que apresentaram suas comunicações. A amostra foi de 36 participantes oriundos de diferentes distritos, num total de 12, da província de Sofala e de classes diferenciadas ao nível do ensino secundário.

Para o estudo dos dados realizou-se a análise de conteúdo, que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2006, p. 38). Com a técnica, foi feito o juízo de valores por meio de uma avaliação profunda do conteúdo das questões que possibilitaram identificar assim como descrever as mostras de ciências que promovem o cuidado ao meio ambiente e a saúde humana exibidos no local de actividade de feira. As categorias construídas por meio disso permitiu chegar às considerações finais. Aproveitou – se também da análise estatística para trabalhar as perguntas que não dispensam comparação numérica, que inclusive permitiram construir categorias, viabilizando chegar as possíveis considerações relevantes.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Análise da observação intensiva na feira escolar

Em relação a EA em âmbito de gestão de resíduos sólidos, constatou -se como observação no primeiro dia, um preparo deficiente de aspectos que tornaria possível a gestão positiva de resíduos produzidos no evento. Notadamente, não havia recipientes para disposição seletiva de resíduos gerados. Devido a isso, quando se tratasse de refeições, inclusive lanches, orientou – se a cada constituintes dos grupos a guardar seus resíduos sólidos. E, não havendo um local específico para as refeições, fez com que alguns tomassem suas refeições na sala de eventos, outros fora, mas a deriva. Devido o nível de consciência, nesses locais ficaram resíduos alimentares e mais ainda, resíduos plásticos (principalmente embalagens, sacolas, garrafas de água mineral, de sumo e latas de alumínio, vulgo recipientes de refresco em lata).

Imagem 1: Resíduos plástico à deriva no local de evento após lanche



Fonte: Autores, 2022

Alguns procuraram qualquer recipiente disponível no pátio da instituição para deposição dos resíduos gerados, mas que os recipientes não eram propícios.

Imagem 2: Disposição incorreta de resíduos plásticos



Fonte: Autores, 2022

No final de encontro do dia em alusão, não foi dado pelos alunos e gestores, a atenção de resíduos deixados para atrás nos diferentes locais onde foram gerados. Ficou na responsabilidade de funcionários auxiliares da instituição fazer a limpeza de locais nas quais era possível identificar os resíduos sólidos gerados pelos protagonistas do evento.

5

Tendo em vista que a quantidade de resíduos orgânicos e inorgânicos produzidos pelas pessoas aumenta a cada dia, é fundamental que os alunos se tornem conscientes do seu papel de cidadãos, tendo conhecimento de seus deveres para a manutenção e preservação do ambiente em que vivem, compreendendo que a separação de resíduos para a reciclagem é uma ação que favorece o meio ambiente, e conseqüentemente, favorece a qualidade de vida das pessoas e dos demais seres vivos (SOFA & LOPES, 2017, p. 3)

No segundo dia do evento, o cenário não foi diferente. Houve a produção de vários resíduos sólidos, novamente. A ser assim, era muito evidente notar:



- a) Vários resíduos de cartolinas à deriva por baixo das mesas de ensaio, inclusive mangueiras plásticas, garrafas plásticas, embalagens plásticas;

Imagem 3: Resíduos à deriva e por baixo de mesa de ensaio



Fonte: Autores, 2022

- b) Presença de garrafas PET à deriva no chão, no local de ocorrência da feira escolar

Imagem 4: Garrafas PET à deriva no chão, no local de evento



Fonte: Autores, 2022

#### 4.2 Identificação da relação entre as mostra de ciência, saúde humana e meio ambiente

Tabela 1: Dados sobre a relação entre os experimentos e a saúde humana e do meio ambiente

Título	Relevância	Tem relação com
<i>Produção de inseticida com base em extratos de tabaco (E1)</i>	[...] combater insetos mastigadores	Saúde do meio ambiente (devido à cuidados às plantas)
<i>Palestra sobre HIV/SIDA (E2)</i>	[...] ajuda os jovens a estarem cientes [...], elaborar plano anual da ação da resposta do HIV/SIDA	Saúde humana (devido à chamada de atenção)
<i>Máquina de soldar (E3)</i>	Baixo custo e económico na compra	Saúde do meio ambiente (devido a resíduos gerados na produção)
<i>Desenho artístico (E4)</i>	Na falta de câmara fotográfica pode se usar o realismo para retratar uma paisagem ou pessoa	Saúde ambiental (devido a resíduos gerados na produção)
<i>Construção de cidade eólica (E5)</i>	[...] fornece a sociedade a energia renovável e limpa com base em vento [...]	Saúde ambiental (em razão de resíduos gerados)
<i>Bomba hidráulica feito de pressão de ar (E6)</i>	[...] substituir as motos – bombas porque poluem o meio ambiente [...]	Saúde de meio ambiente (em razão de resíduos gerados na produção)
<i>Vaso feito com base em papeis (E7)</i>	Ajuda na diminuição do lixo de papeis nas escolas e na comunidade	Saúde do meio ambiente (em razão de resíduos secundários gerados)

Fonte: Autores, 2022



Conforme a tabela 1 entendemos que com exceção da E2, todas experiências têm sua relação com o meio ambiente, este facto é justificado e/ou condicionado pelo cuidado às plantas (E1), gestão de resíduos gerados durante a produção (E3, E4, E5, E6) e em razão de resíduos secundários gerados (E7). A E2 tem relação indissociável com a saúde humana uma vez que ela foca na chamada de atenção a todos jovens no combate ao HIV/SIDA.

Tabela 2: Dados sobre a relação entre os experimentos, saúde humana e meio ambiente...cont.

Título	Relevância	Tem relação com
<i>Produção de suco que combate a impotência sexual ou ejaculação precoce e disfunção erétil (E8)</i>	[...] ajuda os homens que tem problemas de ejaculação precoce [...] (e) lavagem do organismo, criando imunidade [...]	Saúde humana (oferece cura)
<i>Máquina manual de pilar arroz (feito de material local) – E9</i>	[...] traz solução para as zonas [...] sem energias. E, em outros sítios (cantos) do país [...]	Meio ambiente (em razão do produto obtido para consumo e resíduos gerados na produção)
<i>Jovens adolescentes na luta contra o HIV e SIDA (E10)</i>	[...] visa informar a toda a camada jovem a se prevenir contra o HIV e SIDA [...] e abster – se as relações sexuais [...]	Saúde humana (por promove sobre vida saudável)
<i>Gerador eólica (E11)</i>	[...] ajuda na reciclagem de plásticos nas zonas rurais [...] e electrificação à zonas rurais sem corrente eléctrica	Saúde do meio ambiente e bem-estar social
<i>Preparação de chá medicinal com base em folhas de euphorbia maculata (E12)</i>	Atenua doenças (como) asma, parasitose, purifica os rins, é anti-flamatorio, alivia a ansiedade, vômitos e diarreias	Saúde humana (por promover cura)

Fonte: Autores, 2022

De acordo com a tabela, a E8, E10 E12 se relaciona muito com a saúde humana. Se tomarmos em conta a relevância, aferimos que a E8 e E12 promovem cura porque a E8 por exemplo, ajuda os homens que apresentam problemas de ejaculação precoce, lavagem do organismo criando imunidade, enquanto o E12 atenua doenças como asma, parasitose, purificação dos rins, alivia a ansiedade, vômitos e diarreias. A E10 promove uma vida saudável, pelo que visa dar informe a toda camada jovem para se prevenir do HIV e SIDA. Só a E9 e E11 se relacionam com a saúde do meio ambiente. Para justificar este fato confere – se que para efetivação da E9 é inevitável produzir resíduos sólidos, pelo que os tais resíduos proporcionam uma boa saúde ambiental quando melhor forem geridos. A E11 confirma que ajuda na reciclagem de plásticos em zonas rurais, assim como das zonas referidas, mas que não tem eletricidade.

### 4.3 Resultados das entrevistas sobre ações ambientais educativas realizadas pelos participantes da feira em instituições de origem

#### 4.3.1 Perfil dos entrevistados

**Sexo:** Dos entrevistados 72% (maioria) são homens e 28% (minoría) são mulheres. Este resultado permite inferir que a diferença de participação de gênero na entrevista é elevada.

**Faixa etária:** Em termos de faixa etária, constatou – se que 44,4% é a maioria, e encontra – se na faixa etária compreendida entre 14 e 17 anos de idade. Já a minoría encontra - se na faixa etária entre 22 e 25 anos. Não menos importante, a faixa intermediária encontram – se em 38,8% cuja idade varia entre 18 e 21 anos.

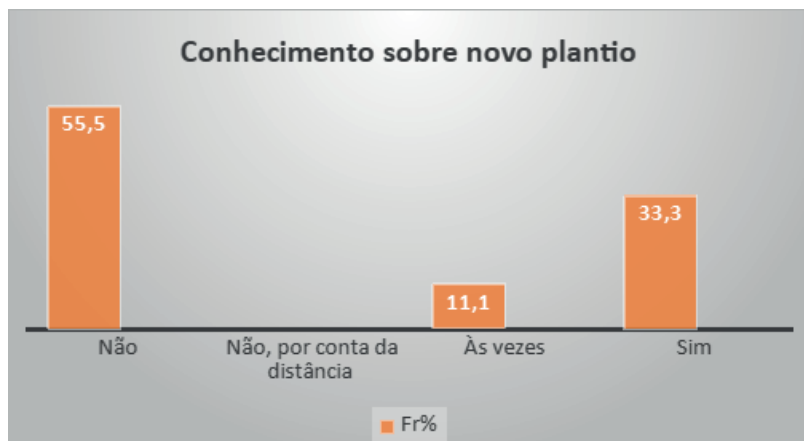
**Nível escolar:** No respeito ao nível escolar foi possível conferir que 47,2% possuem a 12ª classe 27,7% a 11ª enquanto 19, 4% a 10ª classe. Os participantes da 8ª e 9ª classes estão igualmente em 2,7%. Estes dados da - nós a indicação de que participaram da feira em maior número (47,2%) apenas alunos da 12ª classe enquanto em menor número a 8ª e 9ª classes.

7

#### 4.3.2 Conhecimento sobre novo plantio em razão de uso de raízes para promoção de cura

*Q1: Vocês fazem novamente o plantio das árvores cujo raízes por vocês arrancadas trazem na feira de ciências para mostrar a cura que elas promovem em certas doenças, em humanos?*

Figura 2- dados referentes ao conhecimento sobre o novo plantio



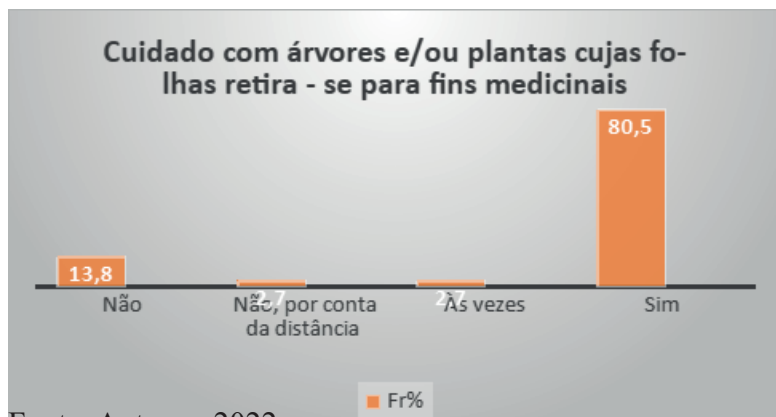
Fonte: Autores, 2022

Conforme os dados 55% não realiza novo plantio de árvores após usar suas raízes para fins medicinais, enquanto 33,3% afirmam realizar esta actividade. Não menos importante, só 11,1% realizam às vezes, o novo plantio. Conferido que a maioria (55%) não realiza o novo plantio, pode significar que não seja foco para os alunos no momento conforme os objetivos, mas também pode significar que está actividade não é tomado em conta por lhes faltar conhecimento. Fedrizzi et al. (200-) destacaram a importância da vegetação para melhorar a qualidade de vida dos ambientes, agregando valor estético, conforto e constituindo-se em valiosa ferramenta para a educação ambiental.

#### 4.3.3 Conhecimento sobre cuidado com árvores e/ou plantas cuja folhas são arrancadas para cura

*Q2: vocês cuidam das árvores e/ou plantas cujo folhas são retiradas para prepara uma porção de cura à certas doenças que promovem aqui na feira de ciências?*

Figura 3: cuidado com árvores e /ou plantas cujas folhas são retiradas para fins medicinais



Fonte: Autores, 2022

A figura 3 informa que 80,5% afirmam cuidar das árvores e/ou plantas cujas folhas foram retiradas para fins de porções medicinais promovidas na feira. Isto pode significar que existe um comportamento ambientalista por parte dos alunos em podar as árvores ou mesmo cuidar da saúde das árvores de maneira geral. Entretanto, a evolução das concepções ambientais teve início com a ideia de conservação dos ambientes pelo seu valor estético, passando à valorização da qualidade de vida relacionada com a saúde humana e, atualmente, encontra-se vinculada ao desenvolvimento sustentável (DÍAZ, 2002). A minoria (2,7%) cuida das árvores e/ou plantas às vezes e/ou não o faz por conta da distância. Ainda, há os que não cuidam mesmo por nada (13,8%), talvez por falta de conhecimento ou vontade de o fazer.

8

#### 4.3.4 Conhecimento sobre desenvolvimento de actividade ambiental relacionada a aprendizagem de ciências no dia a dia e no do meio ambiente

*Q3: Na tua escola se desenvolve actividade ambiental que se relacionam com o ensino de ciências no dia a dia e, no dia do meio ambiente?*

Figura 4: conhecimento de desenvolvimento de actividade ambiental no cotidiano e no dia do meio ambiente



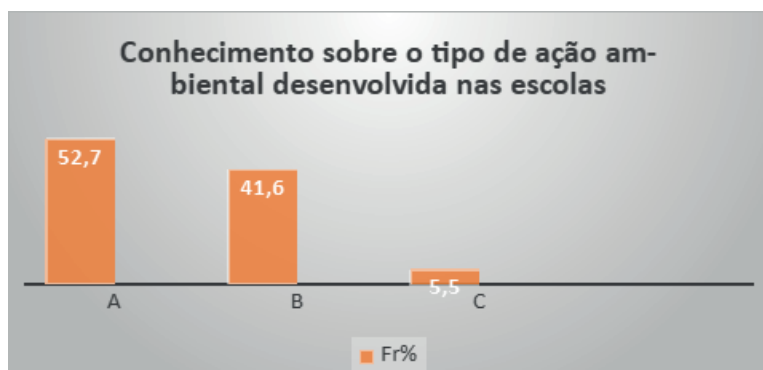
Fonte: Autores, 2022

Na figura 4 informa – se que a maioria (91,6%) afirma desenvolver – se actividade ambiental que se relacionam com o ensino de ciências no dia a dia e, no dia do meio ambiente. Com este dado pode significar que as escolas também pautam (indiretamente) por ações ambientais nesta senda. Para Marcos Reigota (1998), é na prática pedagógica cotidiana que a educação ambiental poderá oferecer uma possibilidade de reflexão sobre alternativas e intervenções sociais, nas quais a vida seja constantemente valorizada e os atos de deslealdade, injustiça e crueldade possam ser repudiados. Em contrapartida, a minoria (8,3) o faz às vezes.

#### 4.3.5 Actividade ambiental desenvolvida nas escolas no caso afirmativo e/ou às vezes

Q4: se for sim ou às vezes (conforme a questão 3), quais são as atividades ambientais desenvolvidas na sua escola?

Figura 5: dados sobre o tipo de ação ambiental desenvolvida nas escolas



Fonte: Autores, 2022

NB: A= Limpeza em salas antes de início de aulas, realização de actividade de limpeza geral no período contrário de aulas, limpeza em balneários; B= Reciclagem de papeis, gestão de resíduos gerados ao nível da escola, plantio de árvores, realização de oficina de reciclagem de papeis; C= Não responderam

Os resultados indicam que 52,7% escolheram a opção A, enquanto 41,6% escolheram a opção B. Sendo o plantio de árvores um dos indicadores da opção B (que infelizmente não acontece), permite afirmar que, o cuidado com a qualidade dos pátios escolares (por exemplo) pode ser efetuado através do uso da vegetação, tornando estes locais mais atrativos para a comunidade (FEDRIZZI et al., 200-). Ainda, uns 5,5% não escolheram nem a opção A, nem opção B.

9

Uma percentagem de 52,7% pode significar equívoco, uma vez que entra em contradição com os resultados da questão número 3 (Q3) que responde haver desenvolvimento de atividades ambientais nas escolas (91,6%). Trindade (2011, p. 2) ressalta que a “escola deve favorecer o trabalho de questões ambientais, promovendo ações de integração, divulgação e discussão das atividades desenvolvidas, bem como elaborar uma política ambiental para a instituição”

### 4.3.6 Conhecimento sobre a promoção de competição interturma na coleta de garrafas PET ou latinha de alumínio para reciclar

Q7: a tua escola promove competição interturma para maior coleta de garrafas PET ou latinhas de alumínio (vulgo refresco em lata) para reciclar?

Figura 6: Competição interturma na coleta de garrafas plásticas ou latas de alumínio para reciclagem



Fonte: Autores, 2022

Os resultados ilustram que, realiza – se às vezes (44,4%) a promoção de competição interturma com intuito de coletar garrafas plásticas e latas de alumínio para a reciclagem. De acordo com Nani (2012, p.15), a separação de resíduos recicláveis “contribui para diminuir a poluição do solo, água e ar. Além de melhorar a limpeza e a qualidade de vida da população, prolonga a vida útil de aterros sanitários”, contribuindo assim para formar uma consciência ecológica. Esta actividade não é realizada por certas escolas (38,8%) mas é efetivada por 16,6% das mesmas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo aferir se existe uma relação saudável entre a promoção das feiras escolares e o cuidado ao meio ambiente e saúde humana sob o ponto de vista de locais de origens das mostras de ciência e/ou experimentos científicos assim como de locais na qual decorrem as atividades de feira. Com isso foi possível conferir o seguinte:

A observação intensiva permitiu constatar uma organização deficiente do evento, pelo que, faltou o condicionamento que respondesse a altura o problema de gestão de resíduos sólidos produzido durante os 2 dias do evento. Devido a isso, não podemos conferir a relação aplicada entre ações ambientais constatados com a saúde humana e do meio ambiente pelos participantes do evento;

Observou – se na identificação, que todas mostras de ciência se relacionam com a saúde humana e do meio ambiente, mas que não é assegurada efetivamente pelos protagonistas dos experimentos no contexto da saúde humana (devido a inexistência de evidências científicas, encontradas através de análise laboratorial);

Os resultados revelam também que o uso de raízes para fins medicinais em mostra de ciências não culmina com o novo plantio (55,5) mas, existe um cuidado com as árvores e/ou plantas cujas folhas foram retiradas para fins de porções medicinais promovidas na feira (80,5%)

As escolas também pautam por ações ambientais (91,6%) mas não propriamente dito, pelo que os entrevistados indicaram como ação ambiental a limpeza em salas antes de início de aulas, realização de actividade de limpeza geral no período contrário de aulas e limpeza em balneários (52,7%). Mais ainda, a falta de coerência

nos resultados colhidos entendemos que as ações ambientais desenvolvidas não devem ser significativas.

Outro facto é que, realiza – se às vezes a promoção de competição interturma com intuito de coletar garrafas plásticas e latas de alumínio para a reciclagem (44,4%), embora tenha sido conferido que muitos (83,3%) afirmam que em suas escolas ensinam o descarte adequado de resíduos gerados no seu dia a dia durante o processo de ensino e aprendizagem.

Devido a estes resultados concluimos que, não existe uma relação saudável entre a promoção da feira de ciências com a saúde humana e do meio ambiente. Entretanto, a EA é uma actividade que exige muitos esforços permanente e que os educadores tenham tempo e interesse.



- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BERTOLDO, Raquel Roberta; DA CUNHA, Marcia Borin. Feiras de ciências na escola. Atos de Pesquisa em Educação, v. 11, n. 1, p. 293-318, 2016.
- CAMPOS, Áurea Chateaubriand Andrade. Resíduos sólidos urbanos: educação ambiental e análise de comportamento de estudantes de escolas de Feira de Santana-Ba. 2001.
- CORDIOLI, EMILIANA et al. Gincana Ambiental Escolar como Metodologia de Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos. 2022.
- COSTA, Luzinete Duarte; MELLO, Geison Jader; ROEHRS, Marfa Magali. Feira de Ciências: aproximando estudantes da educação básica da pesquisa de iniciação científica. Ensino em Revista, v. 26, n. 2, p. 504-523, 2019.
- DE OLIVEIRA SOUZA, Thatiele Guedes; RIBEIRO, Lidiane Lopes; DA SILVA, José Humberto. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO DE CASO NA “FEIRA HIPPIE” EM GOIÂNIA-GO. QUALIA: a ciência em movimento, v. 2, n. 1, p. 26-47, 2016.
- DÍAZ, A. P. Educação Ambiental como Projeto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 168p., 2002.
- DO PRADO RIBEIRO, Antonio Carlos; DOS SANTOS RIOS, Elizabeth. Análise dos resíduos sólidos e alternativas para minimizar seus efeitos em uma unidade de Ensino de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro. Revista Sustinere, v. 3, n. 1, p. 65-79, 2015.
- FEDRIZZI, B.; TOMASINI, S.L.V.; CARDOSO, L.M. A vegetação no pátio escolar: um estudo para a realidade de Porto Alegre-RS. 200-. Disponível em: <[http://sbau.org.br/materias\\_serjio\\_toma.html](http://sbau.org.br/materias_serjio_toma.html)>. Acesso em: 13 novembro. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, Ísis Pereira; NOVELLO, Tanise Paula; JUNIOR, Errol Fernando Zepka Pereira. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTUDO EM UMA ESCOLA. Expressa Extensão, v. 27, n. 1, p. 148-160, 2022.
- HARTMANN, Angela M.; ZIMMERMANN, Erika. Feira de ciências: a interdisciplinaridade e a contextualização em produções de estudantes de ensino médio. VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009.
- KRAUCZUK, Helena Maria. Reciclagem. FESPPR Publica, v. 3, n. 1, p. 18, 2019.
- LIMA, M. E. C. Feiras de ciências: o prazer de produzir e comunicar. In: PAVÃO, A. C.; FREITAS, D. Quanta ciência há no ensino de ciências. São Carlos: EduFSCar, 2008.
- MANCUSO, R. Feiras de ciências: produção estudantil, avaliação, consequências. Contexto Educativo. Revista digital de Educación y Nuevas Tecnologías, n. 6, abr. 2000. Disponível em: <<http://contexto-educativo.com.ar/2000/4/nota-7.htm>> Acesso em: 23 outubro de 2022.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. atlas, 2003.
- NANI, Everton Luiz. Meio ambiente e reciclagem. Curitiba: Juruá, 2012.
- PELEGRINI, Djalma Ferreira; VLACH, Vânia Rúbia Farias. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. Sociedade & Natureza, v. 23, p. 187-196, 2011.
- REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al.(orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.
- RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. Ciência & Educação (Bauru), v. 25, p. 893-909, 2019.
- SOFA, Ana Paula; LOPES, Mario Marcos. Separação de resíduos sólidos no ambiente escolar: fomentando a consciência ambiental. Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 20, n. 1, p. 49-61, 2017.
- SOUZA, Girlene Santos et al. Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 8, n. 2, p. 118-130, 2013.
- TRINDADE, Naianne A. Dias. Consciência Ambiental: Coleta seletiva e reciclagem no ambiente escolar. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer. Goiânia, v. 7, n. 12, 2011. Disponível em: acesso em: 25 outubro 2022.

## Os desequilíbrios fisiopatológicos da depressão e as repercussões da terapêutica farmacológica The pathophysiological imbalances of depression and the repercussions of pharmacological therapy

Ana Karine Laranjeira de Sá | Enfermeira pelo IFPE | Email: [ana.sa@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:ana.sa@pesqueira.ifpe.edu.br)

Luis Andres Carrasco Garate | Médico pela Universidade Russa da Amizade dos Povos - Rússia | Email: [luchokarrasco@hotmail.com](mailto:luchokarrasco@hotmail.com)

Anna Caroline Moreira Tenório | Médica; Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) | Email: [carolinemtenorio@gmail.com](mailto:carolinemtenorio@gmail.com)

Kelly Ribeiro Moura Barboza | Docente adjunta no curso de medicina da Universidade Vila Velha | Email: [kellybarboza@uvv.br](mailto:kellybarboza@uvv.br)

Flávia de Albuquerque Leão Costa | Médica pelo Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos | Email: [fla.albuquerque@hotmail.com](mailto:fla.albuquerque@hotmail.com)

Ubiratan Rodrigues de Godoy Neto | Médico Cirurgião da Área Básica. Santa Casa de Misericórdia de Goiânia | Email: [ubiratan.rgodoy@gmail.com](mailto:ubiratan.rgodoy@gmail.com)

Denysson Max Bandeira Romão Médico pelo Centro Universitário Cesmac | Email: [Denysson\\_romao@hotmail.com](mailto:Denysson_romao@hotmail.com)

Emanuela Lira Milhomem | Graduando em Medicina pela Unifamaz Centro Universitário Metropolitano da Amazônia  
Email: [Emanuelalira@hotmail.com](mailto:Emanuelalira@hotmail.com)

Katia Aparecida Scarpari Bourdoka | Médica pela UNIDERP | Email: [katiabourdoka@gmail.com](mailto:katiabourdoka@gmail.com)

Sabine Zuse Maros | Médica pela Universidade federal do Rio Grande - FURG | Email: [sabine\\_maros@hotmail.com](mailto:sabine_maros@hotmail.com)

Christiane de Sousa Martins | Médica pela Uniceplac | Email: [christianemartins2015@gmail.com](mailto:christianemartins2015@gmail.com)

Marília Sonda | Médica pela Universidade Federal da Fronteira Sul- Passo Fundo | Email: [mariliasonda@hotmail.com](mailto:mariliasonda@hotmail.com)

Larissa Suzart Martins | Medicina, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública | Email: [larissamartins19.2@bahiana.edu.br](mailto:larissamartins19.2@bahiana.edu.br)

Arthur van Lauter Albuquerque Pereira | Graduando em Farmácia pela Universidade Federal de Pernambuco

Email: [van.lauter@gmail.com](mailto:van.lauter@gmail.com)

Cristiele Aparecida Pizzolatto . Médica pela UNIVAG Email: [cristiele\\_pizzolatto@hotmail.com](mailto:cristiele_pizzolatto@hotmail.com)

Ingra Dalcin Pereira | Médica pela Universidade Oeste Paulista | Email: [ingra\\_dalcin@hotmail.com](mailto:ingra_dalcin@hotmail.com)

JEFERSON GOELZER WENCESLAU | Médico pela Universidade Cristiana da Bolívia UCEBOL | Email: [jeferson-goelzerwenceslau73@gmail.com](mailto:jeferson-goelzerwenceslau73@gmail.com)

Gabriel tagliari reginato | Médico pela Universidade de Passo Fundo | Email: [Gabrielreginato@gmail.com](mailto:Gabrielreginato@gmail.com)

Caroline Vianna Maciel | Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde, UniRV- campus Aparecida | Email: [Carolviannamcl@gmail.com](mailto:Carolviannamcl@gmail.com)

Luiz Otavio Santos Amaral. Graduando em Medicina pelo Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. Email: [luiz.amaral.sk8@gmail.com](mailto:luiz.amaral.sk8@gmail.com)

Aldo Leocadio Alave Franco . Médico pela Universidade Mayor de San Andrés. Email: [aldofrancoelunico1691@gmail.com](mailto:aldofrancoelunico1691@gmail.com)

Laize dos Santos Ribeiro | Médica pela Universidad de Buenos Aires (UBA) | Email: [dossantosribeirolaize@gmail.com](mailto:dossantosribeirolaize@gmail.com)

Bruna Forte Giacheto | Graduação em Medicina pela Unifran | Email: [bruna.giacheto.forte@gmail.com](mailto:bruna.giacheto.forte@gmail.com)

Nildo Redivo Junior | Médico Ginecologista e Obstetra, cursando doutorado pela Universidade do Oeste Paulista | E-mail: [nildodr@hotmail.com](mailto:nildodr@hotmail.com)

Maria Lorena Ribeiro Redivo | Graduando em medicina pela Universidade do Oeste Paulista | Email: [marialorenaredivo@gmail.com](mailto:marialorenaredivo@gmail.com)

José Songlei da Silva Rocha | Médico pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) | Email: [songleirocha@gmail.com](mailto:songleirocha@gmail.com)

Antonio Marcus Vinicius Rocha Pereira Bezerra | Médico pela Faculdade de Medicina de Olinda | Email: [antoniomarcus2@hotmail.com](mailto:antoniomarcus2@hotmail.com)

Raimundo Nogueira de Oliveira Júnior Médico pela Faculdade de Medicina de Jundiá Estacio -FMJ Email: [rdojr.md@gmail.com](mailto:rdojr.md@gmail.com)

Claudia Soares Alves | Médica e professora pela Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Goiás E-mail: [claudia.alves@ueg.br](mailto:claudia.alves@ueg.br)

Anita Maria Pereira Ramos | Graduando em Medicina pela UniFtc | Email: [Anitapereiraramos@gmail.com](mailto:Anitapereiraramos@gmail.com)

Gabriela Inocente Kikuchi | Médica pela Unicesumar | Email: [gabikikuchi@hotmail.com](mailto:gabikikuchi@hotmail.com)

Násser Sabry Azar Melo | Médico pela UNINTA | Email: [nassersabry97@gmail.com](mailto:nassersabry97@gmail.com)

Karine Silva de Macêdo. Residente em Clínica Médica pela Universidade Estadual Do Maranhão - UEMA. Email: [karizinhamacedo@hotmail.com](mailto:karizinhamacedo@hotmail.com)

1 Thiago Marques Brito | Graduando em Medicina pela Afya Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes  
Email: [thiogomarcusb@hotmail.com](mailto:thiogomarcusb@hotmail.com)

Virgínia Borém Camargos | Médica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais | Email: [virginiaborem@gmail.com](mailto:virginiaborem@gmail.com)

Gabriela Bom Colás | Médica pela Universidade Nove de Julho | Email: [gabrielabcolas@gmail.com](mailto:gabrielabcolas@gmail.com)

Juliana da Conceição Sampaio Lóss | Médica, Doutorado em Cognição e Linguagem UENF | Email: [Ju.sampaio23@hotmail.com.br](mailto:Ju.sampaio23@hotmail.com.br)

Andrieli Brasil de Farias. Médica pela UFN. Email: [andrielibrasil97@gmail.com](mailto:andrielibrasil97@gmail.com)



Raissa Foureaux Travassos. Médica pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. E-mail: [raissafoureaux@gmail.com](mailto:raissafoureaux@gmail.com)

Roberto Carlos Rivero Salazar Médico pela UNITEPC. Email: [robertorivero3215@gmail.com](mailto:robertorivero3215@gmail.com)

Christiane de Sousa Martins | Médica pela Uniceplac | Email: [christianemartins2015@gmail.com](mailto:christianemartins2015@gmail.com)

Marcelo Jorge Machado Nazareth | Médico pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques- RJ | Email: [mjnazarethdocs@gmail.com](mailto:mjnazarethdocs@gmail.com)

Laura Garcia Alvarenga | Médica pela Faculdade de Medicina de Petrópolis | Email: [lauragalvarenga@hotmail.com](mailto:lauragalvarenga@hotmail.com)

Lucas Hiago Varela | Médico pela Universidade Nilton Lins | Email: [lucasvarel@hotmail.com](mailto:lucasvarel@hotmail.com)

Beatriz Antunes da Silva | Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Pelotas. Email: [b.antunesdr@gmail.com](mailto:b.antunesdr@gmail.com)

Amanda Ruiz Nunes. Médica pela Universidade Nove de Julho

Email: [aman.nunes.ruiz@gmail.com](mailto:aman.nunes.ruiz@gmail.com)

Záyrton Gregório Aguiar. Médico pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Email: [zayrongregorio@gmail.com](mailto:zayrongregorio@gmail.com)

Myrna Maria Costa de Melo Silveira. Médica pela Unichristus. Email: [myrna.mello@hotmail.com](mailto:myrna.mello@hotmail.com)

Liara Afaela Alves Feitosa Moreira. Médica pelo Centro Universitário Maurício de Nassau. Email: [feitosaliara@gmail.com](mailto:feitosaliara@gmail.com)

Mariana Ramos de Castro. Medicina - Centro Universitário Uninovafapi E-mail: [ramoscastro.mariana@gmail.com](mailto:ramoscastro.mariana@gmail.com)

Claudia Regina Belo Soares | Médica Pediatra pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro | Email: [claudiabello@me.com](mailto:claudiabello@me.com)

Thais de Souza Aquino | Médica pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro | E-mail: [thais-aquino@hotmail.com](mailto:thais-aquino@hotmail.com)

Kleber Correa Cardoso | Médico pela Itpac Porto | Email: [Klebercorreacardoso@gmail.com](mailto:Klebercorreacardoso@gmail.com)

Deyse Caldas Santos | graduada na Médica e pós graduada UFSC | Email: [deysecaldas@hotmail.com](mailto:deysecaldas@hotmail.com)

Cristian Erik Campos Bezerra | Graduando em Medicina pela Universidade Potiguar (UNP) Email: [Erikcamposbezeraral2@gmail.com](mailto:Erikcamposbezeraral2@gmail.com)

Kércia Costa de Oliveira | Medicina, Universidade Potiguar, Email: [kerciacosta@hotmail.com](mailto:kerciacosta@hotmail.com)

Flávio Gabriel Alves de Sousa | Graduando em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real Email: [med-flaviosouza@camporeal.edu.br](mailto:med-flaviosouza@camporeal.edu.br)

Luíza Marques Paterline. Médica pela Multivix Vitória | Email: [Luizapaterline@hotmail.com](mailto:Luizapaterline@hotmail.com)

Wyliver Barkyn Saunders Rocha Tavares. Médico pela Uninovafapi | Email: [wyliver@gmail.com](mailto:wyliver@gmail.com)

Eduardo Vinícius Ramos dos Santos | Médico pela Unifipmoc E-mail: [eduardovinicius@gmail.com](mailto:eduardovinicius@gmail.com)

Eduardo Cruz Storte Pollara | Médico pela Universidade Santo Amaro (UNISA)

Email: [edu.pollara@gmail.com](mailto:edu.pollara@gmail.com)

Marina Carelli Araújo Ichikawa. Médica pela Universidade de Várzea-Grande( UNIVAG)

Email: [marinacarelliaraujo1@gmail.com](mailto:marinacarelliaraujo1@gmail.com)

Michel Santiago Basto Batista. Doutor em Ciências Médicas pelo Instituto Superior de Ciências. Email: [Michelsbb@gmail.com](mailto:Michelsbb@gmail.com)

Vanusa Maria da Silva Araújo | Enfermeira pela Faculdade UNIBRA-Centro Universitário Brasileiro | Email: [vanusamary69@gmail.com](mailto:vanusamary69@gmail.com)

Thiago Marinho de Sousa | Graduanda em Medicina pela Universidade Anhanguera - UNIDERP | Email: [marinhoth12@gmail.com](mailto:marinhoth12@gmail.com)

Helton Zheus Azevedo Mota | Graduando em Medicina pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - Uemasul | Email: [heltonmota87@gmail.com](mailto:heltonmota87@gmail.com)

Kesley Vinicius de Alvarenga | Médico pelo Centro Universitário de Mineiros | E-mail: [kesley222@hotmail.com](mailto:kesley222@hotmail.com)

Flávia de Melo Carvalho | Médica pelo Centro Universitário de Mineiros | Email: [flaviamelocarvalho@hotmail.com](mailto:flaviamelocarvalho@hotmail.com)

Bruna Costa Querido Graduando em Medicina pela Universidade de Rio Verde-Campus Aparecida de Goiânia | Email: [brunacquerido@gmail.com](mailto:brunacquerido@gmail.com)

Tadeu Ribeiro Toledo | Médico pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora - FCMS JF- SUPREMA Email: [tadeuribeirotoledo@gmail.com](mailto:tadeuribeirotoledo@gmail.com)

Andrey Arantes Teodoro Filho | Graduando em Medicina pela Unicerrado | Email: [andreyatfilho21@alunos.edu.br](mailto:andreyatfilho21@alunos.edu.br)

Danilo Pigosso Marciano | Médico pela Universidad del Pacífico | E-mail: [danilo\\_marciano\\_ivi@hotmail.com](mailto:danilo_marciano_ivi@hotmail.com)

## Resumo

A depressão é um conflito afetivo muito comum, afetando o humor de modo abrupto. O quadro clínico da depressão é composto por sensação de tristeza e desesperança, bem como incapacidade de sentir prazer em atividades usuais, alterações nos padrões de sono e apetite, perda de vigor e pensamentos suicidas. Sendo a mania constituída pelo comportamento oposto, ou seja, entusiasmo, raiva, pensamentos e fala rápidos, extrema autoconfiança e diminuição de autocrítica. Neste contexto, a depressão é um acometimento que pode interferir negativamente na perspectiva física e emocional de uma pessoa, e em alguns casos pode resultar até em suicídio e também ocasionar inúmeros atrasos socioeconômicos.

Palavras-chave: Transtorno de humor, percepção, depressão, afeto retraído.

## Abstract

Depression is a very common affective conflict, affecting mood abruptly. The clinical picture of depression is



composed of feelings of sadness and hopelessness, as well as inability to feel pleasure in usual activities, changes in sleep patterns and appetite, loss of vigor and suicidal thoughts. Being the mania constituted by the opposite behavior, that is, enthusiasm, anger, fast thoughts and speech, extreme self-confidence and decrease of self-criticism. In this context, depression is an affection that can negatively interfere with a person's physical and emotional perspective, and in some cases it can even result in suicide and also cause numerous socio-economic delays.

Keywords: Mood disorder, perception, depression, withdrawn affect.

## Introdução

A depressão se trata de um transtorno do humor, sendo este o mais comum<sup>7</sup>. O humor pode ser uma emoção ou toque de sensação difusa e continua que costumam ser determinante no comportamento de uma pessoa e ilustra a percepção de ser no mundo<sup>8</sup>. Os transtornos de humor ou transtorno afetivo compõe relevante classe de patologias psiquiátricas<sup>2</sup>.

A depressão é majoritariamente conhecida pelo humor recaído, apatia, irritabilidade, anedonia, alterações na sensopercepção e psicomotricidade, idéias agressivas, desolação, acompanhada de diversas queixas somáticas como alterações no sono, alimentação e disposição<sup>4</sup>. O diagnóstico é norteado pela análise sintomatológica e preenchimento dos critérios estabelecidos pelo DSM-5<sup>9</sup>.

O seguinte artigo objetivou descrever de modo narrativo e sucinto, a respeito dos desequilíbrios fisiopatológicos da depressão e as repercussões da terapêutica farmacológica.

## Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, adequado para debater sobre os desequilíbrios fisiopatológicos da depressão e as repercussões da terapêutica farmacológica, visando o melhor prognóstico do paciente depressivo. É composto por uma análise abrangente da literatura, a qual o método baseou-se por ser uma análise bibliográfica a respeito da depressão e suas respectivas repercussões, associado aos famosos efeitos dos fármacos, foram recuperados artigos indexados nas bases de dados do PubMed, Lilacs, SciELO, Latindex e demais literaturas pertinentes a temática, durante o mês de janeiro de 2023, tendo como período de referência os últimos 15 anos.

Foram utilizados os termos de indexação ou descritores: transtorno de humor, percepção, depressão, afeto retraído, isolados ou de forma combinada. O critério eleito para inclusão das publicações era ter as expressões utilizadas nas buscas no título ou palavras-chave, ou ter explícito no resumo que o texto se relaciona aos aspectos vinculados às repercussões clínicas da depressão e o potencial, a qual os fármacos mais utilizados possuem em interferir na regularidade orgânica. Os artigos excluídos não continham o critério de inclusão estabelecido e/ou apresentavam duplicidade, ou seja, publicações restauradas em mais de uma das bases de dados. Também foram excluídas dissertações e teses.

Após terem sido recuperadas as informações-alvo, foi conduzida, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos 20 textos. Como eixos de análise, buscou-se inicialmente classificar os estudos quanto às particularidades da amostragem, delimitando aqueles cujas amostras são dos aspectos fisiopatológicos do transtorno e aqueles cujas amostras são dos efeitos colaterais de cada classificação os acometimentos clínicos. A partir daí, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos, bem como a observação das características gerais dos artigos, tais como ano de publicação e língua, seguido de seus objetivos. Por fim, realizou-se a apreciação da metodologia utilizada, resultados obtidos e discussão.

## Resultados e Discussão

3

A busca dos artigos que compuseram este estudo identificou 155 referências a respeito dos desequilíbrios fisiopatológicos da depressão e as repercussões da terapêutica farmacológica nas bases de dados referidas, das quais 33 publicações foram incluídas na revisão. Entre os estudos selecionados, 28 artigos são de abordagem teórica, 1 apresenta desenho transversal, dois artigos tratam de um estudo de caso. Observou-se a prevalência de publicações na língua inglesa, representando 84% do total, quando comparada às línguas espanhola (9,6%) e portuguesa (6,4%).

A afetividade condiz ao estado de humor ou ânimo que denunciam as sensações e emoções determinando a reação geral do indivíduo mediante as experiências vividas, alterando o modo de pensar e portar. Isto é, o humor





é norteado pelas percepções alterados conforme o humor<sup>3</sup>.

A depressão é marcada pelo estado de humor deprimido, ou hipotímico, acompanhado de angústia. Numa perspectiva patológica, os agentes gatilhos mentais e ambientais são uma consequência e não um desencadeante da depressão<sup>6</sup>.

O distúrbio depressivo maior incide na ausência de um histórico prévio de algum episódio maníaco misto ou hipomaníaco<sup>2</sup>. Este evento deve persistir ao menos por duas semanas, e majoritariamente deve cursar com cerca de um quarteto sintomatológico de um protocolo que abrange modificações no apetite e peso, variações no sono e na atividade, déficit de energia, sentimentos de culpa, confusões no raciocínio e dificuldade para selecionar decisões e ideias suicidas e de óbito constantes<sup>8</sup>.

A depressão é uma desordem mental que acomete pessoas de qualquer faixa etária, sexo, condição socioeconômica. Estima-se que os transtornos de humor, denominados por distímia (pelo menos dois anos de humor deprimido não grave o bastante para enquadramento em transtorno depressivo) e a ciclotimia (pelo menos dois anos de incidência corriqueira de sintomas hipomaníacos)<sup>10</sup>.

## Teoria Cognitiva

Estabelece que determinadas desconfigurações pormenorizadas em indivíduos predispostos a florescer depressão. Denominados por “esquemas depressogênicos”, as quais configuram uma percepção interna e externa alterados, normalmente por experiências anteriores<sup>3</sup>.

A tríade cognitiva da depressão: autocrenças, sob o mundo e o futuro de modo negativo. Os esquemas se fundamentam em meios de enquadrar e interpretar as experiências de modo muito rigoroso<sup>4</sup>.

As distorções cognitivas abrangem a interferência arbitrária (imposição de conclusões específicas sem evidência suficiente), abstração específica (enfoque em um só detalhe, enquanto exclui demais aspectos, mais transcendentes de um experimento), generalização excessiva (estipulação de ideias definitivas em experiências muito curtas e restritas), maximização e minimização (super e subvalorização da atribuição de algum ocorrido), personalização (incumbência a si mesmo a ocorridos externos sem base), pensamento absoluto/dicotômico (estabelecer experiências em posições de tudo ou nada)<sup>5</sup>.

## Determinantes externos

A prevalência da depressão é notória no sexo feminino, sendo justificado pelos determinantes como: desproporção hormonal, resultados do parto, estressores psicossociais e a maior coesão e repressão social<sup>9</sup>.

A incidência do transtorno depressivo maior é expressivo em indivíduos sem relações interpessoais íntimas ou em casos de divórcios e viuvez<sup>7</sup>.

A existência de transtorno depressivo maior têm alta correlação com o desenvolvimento de demais patologias, sendo o etilismo, transtorno de pânico, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e o transtorno de ansiedade social. Em contraste, os usuários de substâncias químicas e ansiedade possuem maior propensão para desenvolver transtorno do humor comórbido. Sendo estes fatores de mau prognóstico e impulsionar a chance de suicídio nos pacientes depressivos<sup>7</sup>.

## Determinantes Genéticos

É muito notório a atuação dos neurotransmissores monoaminérgicos (norepinefrina, dopamina, serotonina e histamina). A qual, as aminas biogênicas (norepinefrina e serotonina) são a dupla determinante na fisiopatologia dos distúrbios humorais, informação altamente relevante, pois estes são os alvos farmacológicos para reversão destes transtornos<sup>4</sup>.

4

Disfunções orgânicas

## Endócrinas

A desordem tireoidiana é uma intercorrência comum nos depressivos, denunciada pelo nível basal do hormônio estimulante da tireóide (TSH) alto ou a reação de TSH elevada a uma administração de 500 mg do neuropeptídeo hipotalâmico hormonal liberador de tireotrofina (TRH). Ademais, têm se rebaixamento dos níveis de somatostatina<sup>11</sup>.

## Ciclo sono vigia

A depressão é ligada ao extravio do sono profundo (onda lenta) e aumento dos despertares noturnos. A qual pode ser detectado por menor extensão de sono total, propulsão do sono de movimentos oculares rápidos (REM) fásico e notória hipertermia<sup>13</sup>

## Imune

As irregularidades imunológicas, tais como redução da multiplicação de linfócitos em reação a mitógenos e demais formas de imunidade celular afetada. Esses linfócitos geram neuromoduladores, como o fator liberador de corticotrofina (CRF), e citocinas, peptídeos denominados “interleucinas”<sup>6</sup>.

## Ambientais

Episódios de vida estressantes majoritariamente antecedem ao início dos transtornos de humor. Justificado por estes culminarem em extensas alterações na neurobiologia, isto é, os estados funcionais de vários neurotransmissores e sistemas sinalizadores intraneuronais, depleção neuronal e de ligações sinápticas<sup>9</sup>.

Estes eventos de vida desempenham uma atuação pioneira ou determinante na depressão em algumas pessoas. Porém, também pode ser restritos ao começo e momento depressivo<sup>14</sup>

As aparições mais marcantes no desencadeamento da depressão são: perda de um dos genitores antes dos 11 anos de idade, a viuvez e o desemprego<sup>18</sup>

## Manejo Farmacológico

A maior porcentagem dos fármacos antidepressivos relevantes clinicamente propulsiona direta ou indiretamente, as ações da norepinefrina e/ou da serotonina (5-HT) cerebral. Associado a demais evidências, levou à teoria das aminas biogênicas, que propõe que a depressão ocorre pelo déficit das monoaminas, como norepinefrina e serotonina, em alguns locais-chave do cérebro. Sendo a mania oriunda da síntese exacerbada desses neurotransmissores. Mas, trata-se de uma teoria restrita, a qual não desdobra a razão dos efeitos farmacológicos de qualquer antidepressivo e antimania na neurotransmissão ocorrem imediatamente, enquanto que a evolução temporal para a reação terapêutica urge por várias semanas. Isso sugere que a diminuição da captação dos neurotransmissores é só o efeito pioneiro do fármaco, que pode não ser diretamente encarregado pelos efeitos antidepressivos<sup>20</sup>.

A expansão do tratamento foi guiada pela intervenção recomendada pelo Programa de Ação para o Hiato na Saúde Mental (Mental Health Gap Action Programme – mhGAP) da [OMS:13](#) uso contínuo de antidepressivos por seis meses e tratamento psicossocial, com 14 a 18 consultas anuais para os casos moderados e graves e quatro consultas por ano no caso de intervenção psicossocial para os casos leves. A fluoxetina foi classificada como referência de medicação antidepressiva desse pacote de tratamento; porém, o custo e a efetividade desse medicamento variam bastante entre os países. Os estudos de custo-efetividade para impor qual seria a melhor medicação de referência a ser incluída no pacote de tratamento são escassos ou inexistentes na maioria dos países<sup>20</sup>. Seis meses são insuficientes para o tratamento das depressões mais graves e, considerando-se a alta prevalência de comorbidades clínicas, esses pacientes podem apresentar custos adicionais no tratamento. Assim, é possível que os custos tenham sido subestimados. Além disso, é necessário saber dos custos do uso de serviços de saúde, o que não foi possível computar nesses casos<sup>13</sup>.

Terapia farmacológica

## Inibidores Seletivos da Receptação de Serotonina

Estes contam com margem terapêutica ampla. Alguns pacientes, podem se apresentar mais agitados, deprimidos e ansiosos com o seguimento terapêutico, sendo que atenção especial deve se voltar às ideações suicidas<sup>20</sup>

A interferência na libido é comum, o aumento do ganho ponderal, a sedação é plausível na maioria dos pacientes, ocorrências de diarreia<sup>5</sup>.

5

## Moduladores da serotonina

Estes têm função antidepressiva e ansiolítica, não cursam com disfunção sexual. Contudo, algumas classes como a trazodona podem causar priapismo e hipotensão ortostática. Ademais, está é altamente sedativa, restringindo as doses usuais<sup>9</sup>.

A mirtazapina possui os efeitos adversos bem tolerados, contanto deve ser monitorada pela questão do efeito sedativo e ganho ponderal<sup>12</sup>.

## Inibidores de recaptação de serotonina e noradrenalina

Majoritariamente, atua com alta toxicidade, curando com muitas náuseas, elevação da pressão arterial equivalente as dosagens. O interrompimento medicamentoso é perceptível pelo quadro sintomatológico, baseado em irritabilidade, ansiedade, náuseas<sup>18</sup>.

## Inibidor da recaptação de dopamina e noradrenalina

Representado pela bupropiona, costuma ser muito eficiente em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e uso crônico de drogas como cocaína ou tabagismo. Geralmente, cursa com hipertensão, convulsões<sup>17</sup>.

Antidepressivos triciclos

Cursa com alta toxicidade e são responsáveis por inúmeros efeitos colaterais, superando os demais antidepressivos. Sendo estes devido a ação nos receptores muscarínicos, o resultado anticolinérgico geralmente é abrupto. Sendo altamente, contra-indicado para o grupo idoso, pois estes são altamente sensíveis<sup>13</sup>.

Inibidores da monoaminoxidase (IMAOs)

Este é indicado mediante a ineficiência da administração dos demais antidepressivos. São muito eficazes na depressão refratária ou atípica, sendo estes disponíveis em várias formulações<sup>14</sup>. Estes são responsáveis pelas crises convulsivas, em situações em que são manipulados junto de fármacos simpatomiméticos ou alimentos compostos por tiramina ou dopamina, ou seja desencadeia a famosa “reação do queijo”<sup>17</sup>.

## Conclusão

Conforme as informações analisadas neste estudo, pode-se elucidar que a depressão é um potencial de risco a saúde coletiva, ou seja, é uma doença grave que afeta o indivíduo como um todo, ou seja, no campo afetivo, comportamental, físico e que se não diagnosticada corretamente e tratada, pode levar o deprimido ao suicídio. A terapêutica farmacológica permanece com questões ainda não respondidas, devido a hipótese bioquímica da origem da depressão, na qual os efeitos colaterais são quase que junto do início da administração do medicamento e os benefícios ao mínimo após semanas. Mas, apesar de tudo, quando adequadamente diagnosticada e manejado, o tratamento este feito por uma equipe multidisciplinar e especialista, ela tem cura e o indivíduo readquire o seu bem-estar.

## Referências

1. ATKINSON, L. R.; et al. Introdução à Psicologia de Hilgard. Tradução Bueno, D.; 13. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. P. 562-563.
2. BAHLS, S. C. Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes. *Jornal de Pediatria*, v.78, n. 5, p. 359-366, 2002.
3. DALGALLARONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. P 271.
4. GRUBITS, S.; GUIMARÃES, M. A. L. Psicologia da saúde. Especificidades e diálogo interdisciplinar. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. P.145-146.
5. KAPLAN, HI; SODOCK, B. J.; GREBB, J. A. Compêndio da Psiquiatria – Ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
6. MÉNDEZ, F. X.; OLIVARES, J.; & ROS, M. C. Características clínicas e tratamento da depressão na infância e adolescência. In V. E. Caballo & M. A. Simón, *Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente: Transtornos gerais* (pp.139-185). 2005. São Paulo, SP: Santos.
7. MNGRATH, E. et al. Women add depression: risk factors and treatment issues. 8. Washington: America Psychological Association, 1990.
8. QUEVEDO, J.; GERALDO, S. A. Depressão: [recurso eletrônico] Teoria e Clínica. Porto Alegre: Artmed, 2013. P. 23.
9. RODRIGUES, M. J. S. F. O diagnóstico de depressão. *Psicol. USP*, v. 11, n. 1, p. 155-187, 2000.
10. Akiskal HS. Mood disorders: clinical features. In: Kaplan HI, Sadock BJ, editors. *Comprehensive Textbook of Psychiatry*. 6th ed. Baltimore (MD): Williams & Wilkins; 1995. P. 1123-52.
11. Bleichmar, N. (1992). *A Psicanálise depois de Freud. Teoria e Clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
12. Bowlby, J. (1993). *Tristeza e Depressão. Apego e Perda*. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes.
13. Camon, V. A. A. (2003). *Temas Existenciais em Psicoterapia*. São Paulo: Thompson.
14. DSM-IV. (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.



16. Férida, P. (2002). Dos benefícios da Depressão. Elogio da Psicoterapia. São Paulo: Escuta.
17. Fenichel, O. (2000). Teoria Psicanalítica das Neuroses. Fundamentos e Bases da Doutrina Psicanalítica. São Paulo: Atheneu Editora.
18. Finazzi, M. E. P. (2003). Breve Histórico sobre a Depressão. Disponível: <http://www.campsm.med.br/artigos/depressao.htm>
19. Freire, J. (2003). O Desamparo. Disponível: [http://www.jfreirecosta.com/o\\_desamparo.html](http://www.jfreirecosta.com/o_desamparo.html).
20. Freud, S. (1987). Luto e Melancolia (1917). São Paulo: Imago.





## Resinificando o Silêncio: Transformações na Atuação do Intérprete de Libras durante a Pandemia Resignifying Silence: Transformations in the Role of Sign Language Interpreters during the Pandemic

Samuel de Araújo Mateus

### RESUMO

O artigo até aqui construído procura acima de tudo documentar a partir da marca da oralidade por meio das entrevistas as reconhecendo como parte integrante do processo resultante, a escrita, um conjunto de narrativas que apresentam aos leitores destes escritos as experiências vividas por profissionais imersos em um momento de caos, e um estado de calamidade na saúde do mundo inteiro. Em primeira instância documentar todo o experienciado a partir dessas narrativas, mas não somente, e entende que gerando espaços de fala se pode construir melhor os caminhos para a atuação, exercício e suplementação da formação bem como atuação desse profissional in foco.

**Palavras-chave:** Pandemia. Intérprete de Libras. Isolamento Social. Reconfigurar.

### Abstract

The article constructed so far seeks, above all, to document a set of narratives through oral accounts gathered from interviews, recognizing them as an integral part of the resulting process - writing. These narratives present to the readers the experiences lived by professionals immersed in a moment of chaos and a state of global health emergency. The primary objective is to document all that has been experienced through these narratives, but not only that; it is understood that by creating spaces for dialogue, one can better shape the paths for the professional's performance, exercise, and enhancement of their training in focus.

**Keywords:** Pandemic. Sign Language Interpreter. Social Isolation. Reconfigure.

### INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 causou no mundo uma série de novas preocupações, levantando discussões entre a validade do método científico, discussões políticas, a necessidade de se repensar a forma como nos relacionamos com o mundo e principalmente a discussão que norteará o texto aqui redigido, a necessidade de se construir uma nova forma de educar, devido a urgência e o distanciamento social, ferramenta que melhor se encontrou no período para evitar a disseminação do vírus, o ensino remoto foi o modelo adotado como método.

Aos primeiros indícios de que de fato haveria uma quebra no modelo presencial de ensino, todos os atuantes da educação se sentiram preocupados, dentre os anseios de suas preocupações estava o como, como seria uma sala de aula sem a presença física de alunos? Por meio de qual ferramenta essa relação aconteceria? Havia ainda aqueles que pouco se preocuparam com a pandemia, assim como ainda há, não deixemos de esquecer que as escolas e suas organizações são modelos reprodutores de uma lógica social, assim como a sociedade deflagrou conflitos na realidade sempre existentes, as escolas também.

Basta rememoras as escolas que nem se quer fecharam na pandemia, mesmo em seus níveis mais altos de mortalidade. Para além de todos os anseios acima referidos um em especial muito me chamou atenção, enquanto intérprete como seria a minha atuação nesse período, como a escola bem como seu corpo, os alunos a coordenação, os professores, compreenderiam a minha presença? Com quais ferramentas estaríamos lidando? O quanto não se estaria afastando dos alunos surdos a possibilidade de inclusão mínima?

Como pode se ver, e intencionalmente se encontram nas linhas acima muitas questões, muitas interrogações, dúvidas de um profissional intérprete no início de todo esse processo que ainda não teve seu fim decretado, embora os quadros de mortes e internações tenham diminuído. Há um distanciamento necessário para a validação do método que a ciência se encarrega de exercer, acredita-se que ainda nos encontramos em uma pandemia, que as ferramentas que auxiliam o processo educacional muitas ainda se encontram em construção.

Os relatos e discussões aqui desenvolvidos visam a colaboração de possíveis teias epistêmicas, discussões teóricas – metodológicas e principalmente descrever todo esse processo de reconfiguração da atuação de um profissional que se constrói circunscrito nesse momento tão marcante a toda a população mundial que é pandemia de COVID-19.

19 de março de 2020

Nessa data se iniciava o primeiro isolamento social não parcial em Fortaleza bem como em todo o estado Ceará. Na primeira seção que aqui será decorrida faremos frente dialogal com os impactos causados na atuação de todo o corpo escolar, em conjunto foi colhido por meio de entrevistas os relatos das partes integrantes do corpo estrutural de ensino de diversas escolas, dentre essas envolvendo a capital assim com os interiores.

Foram ouvidos, três alunos, uma de Fortaleza, dois (com surdez) de duas localidades da região do maciço de Baturité. Dois professores, ambos de uma mesma escola da região do maciço. Uma coordenadora, e dois diretores. As entrevistas realizadas por meio virtual duraram em média 30 minutos. As seguintes questões puderam ser percebidas inicialmente pelos alunos:

O medo de não conseguir passar no vestibular, foi o mais citado no decorrer das entrevistas. Em um momento a aluna do terceiro ano do ensino médio de uma escola da capital relatou a dificuldade de concentração na sala de aula e a falta de suporte quanto as dificuldades apresentadas ao tentar compreender o conteúdo, no quanto todo esse prejuízo poderia resultar em uma não aprovação na seleção para o curso superior.

O mesmo não ocorreu com os demais, devido a sua estadia ainda no início do ensino médio. Muito embora, os anseios de não passar no vestibular não estivessem presentes em suas preocupações. Por se tratar de dois alunos surdos, aqui referidos por Ana Clara e João, nomes meramente ilustrativos.

João ressaltou em vários momentos a dificuldade de acesso a rede e que em boa parte do primeiro bimestre quase não conseguiu assistir aula, a dificuldade de acesso se dava pelo fato de residir ele em uma localidade muito distante do centro urbano da cidade onde reside. João, surdo que embora esteja no ensino médio já tem uma idade avançada e compreende bem a língua de sinais.

Ana Clara, que se difere de João por ter sido alfabetizada ainda na infância, domina sua língua e relatou dificuldades, no sentido de não sentir que os conteúdos fossem adaptados a ela, dificuldade essa que partiria não de si, mas do ambiente, constituinte da sala de aula. Esse que agora será retratado.

O ambiente outro, entendendo todos os elementos constitutivos do espaço de sala como ambientes, dotados de espaços existenciais é aquele que constrói o processo de ensino, o professor.

Dois professores foram ouvidos, uma mulher Júlia, com seus 52 anos, cabelos cor de mel, 20 anos de educação, mestra em literatura e professora de português. O outro, Luiz, 28 anos, 14 anos de educação, 10 em uma mesma escola, professor de química, altura mediana, cabelos castanhos, olhos castanhos, e semblante impaciente ao falar.

As dificuldades relatadas por Júlia em algum aspecto traduzem uma realidade outra ao gênero, para além das dificuldades do trabalho, de lidar com as novas plataformas antes jamais experimentadas, a dificuldade de gerir um lar, o que para ela fora ainda mais complexo dentro do processo de home office.

Luiz, por sua vez, relata que os problemas enfrentados se deram muito pela falta de acompanhamento do estado, na capacitação para a utilização das novas plataformas, a distância estabelecida pela tela entre a didática e os alunos, e o acesso a internet.

Muito se ganhou com a pandemia e o isolamento social, o novo pode ser contemplado por aqueles que hoje o compõe, novos horizontes de possibilidades para o ensino, para a educação, mas muito se perdeu, no que diz respeito a evasão escolar, ingresso em universidades publicas por alunos de rede pública e principalmente a condição ao qual esse aluno se encontra para alçar voos mais retilíneos na condução de sua vida pós ensino médio.

## ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE NA PANDEMIA: José, 34 ANOS

2

A primeira narrativa colhida, por um intérprete de libras, revela a partir da entrevista uma adaptação ligeira do entrevistado quanto a atuação pelas plataformas. Esse com seus, 34 anos, nome de José, homem de média estatura, atua na área a pelo menos 12 anos e hoje se encontra empregado em duas modalidades de atuação. Em ambas a adaptação segundo o entrevistado foi de forma fácil.

Devido a atuação se dá na tradução de conteúdos para uma plataforma online, o modelo de atuação por essas plataformas não era de desconhecimento dos agentes ali dispostos, logo a facilidade em lidar com elas já rotineira do exercício do ofício.

Entretanto no decorrer da entrevista, demais questões acerca de outros profissionais da área foram apresentadas, o entrevistado afirma ter colegas de trabalho que perderam seus postos de trabalho principalmente em universidade por ser tomada a iniciativa pela gestão de se condensar as turmas, as unindo, e em salas onde

havia duas pessoas surdas, forma compostas por 5 a 6 pessoas surdas, retirando a necessidade de demais profissionais. Assim, muitos postos de trabalho foram perdidos.

Muita embora postos tenham sido perdidos, novos postos bem como atuações em campos antes pouco explorados ascenderam na pandemia. A entrevista segue no caminho de compreender a necessidade que se criou de inclusão quando ascendeu em momentos críticos da pandemia as lives musicais.

Um novo horizonte de atuação antes pouco explorado. Postos de emprego, de atuação foram perdidos, bem como novos foram criados, é citado na entrevista criação de empresas de atuação de tils, editais como a lei Aldir Blanc de fomento a cultura, as já citadas lives, e a possibilidade de atuação a distância, mesmo em faculdades de outros estados, em cursos de outros estados.

Formações que antes não eram possíveis devido à distância, mas que devido ao formato implementado pela pandemia forma possibilitadas. Intérpretes de Fortaleza, se capacitando em cursos de formação em Santa Catarina por exemplo. Se fala da expansão na atuação, mas principalmente na formação se tem também em decorrência da pandemia um novo panorama, as lives realizadas com a presença de intérpretes também ocasionaram a possibilidade de lives formativas a esses profissionais bem como as demais áreas.

A entrevista com o José, nome fictício escolhido pelo entrevistado se encerra e o novo entrevistado entra em cena.

### **A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE NA PANDEMIA: Leticia, 24 ANOS**

A segunda entrevistada, Leticia atua na área da interpretação desde 2016, é bacharel em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mulher negra, alta dos olhos castanhos e cabelos igualmente castanhos. Começa seu relato ressaltando um cenário ainda não apresentado pelos demais entrevistados.

Para alguns profissionais da área a pandemia foi de fato cruel, perdas de postos de trabalho, perda de familiares, e até perda de alguns profissionais mesmo pelo vírus da covid-19. Já para Leticia, a partir de seus relatos a pandemia foi o momento em que melhor conseguiu fazer sua empresa funcionar.

Os trabalhos de tradução foram os que mais se apresentaram a ela e sua empresa, ainda nesse tópico trataremos brevemente sobre as lacunas existentes que discriminam a diferença em ambos os processos, tradução e interpretação. O crescente aumento de lives, e a busca pelas pessoas dentro de janelinhas em cantos inferiores de lives aumentaram e sua empresa se viu na necessidade de expansão. Tanto na profissionalização, desde a criação de uma logo ao registro em estado como microempreendedor, abertura de conta CNPJ e demais tramites que atestam a legalidade de uma MEI (Cadastro de microempreendedor individual) Muito embora se tenha obtido lucros, expandido contratado mais pessoal, atuado de formas antes não experienciadas, dificuldades também foram relatadas. As principais delas, no sentido de edição de conteúdo, do compreender a tradução, que aqui bem será discorrido, e no diálogo com o contratante.

O caráter ambíguo da pandemia em base os relatos aqui mencionados podem ser traduzidos quando se compreende que muitos perderam espaços de atuação e outros couberam em novos espaços antes não cabidos. Quanto a esses espaços foi em algum momento na entrevista mencionado um fato que muito me intrigou. O diálogo com o contratante, que por Leticia muitas vezes não se deu de maneira fácil.

A entrevista segue, e é perguntado se mesmo após a volta dos públicos com o avanço da vacinação os trabalhos e modelo EAD continuaram, Leticia prontamente responde que sim, mas que um cenário mais preciso só poderá ser reconhecido após a pandemia, para se compreender o que de fato veio para ficar e o que não.

### **A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE NA PANDEMIA: Fernanda, 30 ANOS**

3

A terceira entrevistada foi dentre os interlocutores uma das descrições mais densas e mais complexas obtidas. Por se tratar de uma atuação muito específica, tendo em vista o local de atuação, sendo uma universidade interiorizada com uma proposta não convencional, muitas preocupações foram apresentadas, dentre essas, preocupações estruturais da atuação, luz, computador, rede, e produções de conteúdo.

Assim como, preocupações da ordem do sentir e das relações socioafetivas desenvolvidas no trabalho. Fernanda de 30 anos, mulher negra, com cabelos negros, olhos castanhos escuros, média estatura, atua na área da tradução a mais de 10 anos. Hoje se encontra atuando em uma universidade no interior do Ceará a mais de 4 anos.

Mestra em antropologia, e especialista em docência de libras a interlocutora traduz em suas palavras

um sentir que antes não pudera ser percebido com relação as demais entrevistas, para ela o momento em sala de aula era o principal agente construtivo de relações que extrapolam o campo do exercício do ofício e adentram um campo socioafetivo-interacional. O fazer é viver e sentir, e o trabalho se torna o fazer circunscrito nesse campo semântico de sentir e viver.

Logo, a distância estabelecida pelo isolamento social em algum aspecto interrompeu esse processo, o que para a entrevistada se traduz em perda no trânsito do percurso pandêmico. Para que melhor seja entendido a descrição, o trabalho que é apresentado por Fernanda é realizado de forma que o sujeito surdo, ao qual é ofertado a ferramenta de inclusão e acessibilidade age em conjunto a ela, na compreensão dos textos, convenções de sinais, estudo de conceitos, momentos que se constroem fora da sala de aula e que devido ao isolamento social foram perdidos.

Fernanda relata ainda um novo contexto de atuação, narrativa que se assemelha a dos demais profissionais da área. Passou a atuar em alguns momentos em traduções de peças de teatro, festivais, saraus entre outras produções artísticas. As dificuldades estruturais para ela geraram não somente problemas técnicos no de correr do percurso ainda em vigência, ainda não saímos da pandemia de covid-19. Desde não se ter equipamento adequado, rede suficiente, lugar apropriado, até um período de adaptação que lhe custara um desgaste psicológico acarretando ansiedade.

Para Fernanda é indispensável para uma boa atuação, uma conexão que extrapole o envolvimento paradigmático do ofício, o que para ela, o trabalho em formato virtual não dá conta, a entrevistada relata não ter conseguido avançar nas conexões a ela necessárias para o exercício pleno de suas atribuições.

## A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE NA PANDEMIA: Ágata, 22 ANOS

A entrevista com a quarta entrevistada é dividida em dois momentos. Cada relato apresentado até aqui é carregado de vivências em trânsito com um período que a cada ser traduz sentimento muito particulares, lucros, desenvolvimento, crescimento, profissional e pessoal e imerso nesses campos do sentir também se reconhecem as perdas, as dores, os sofrimentos.

É nesse sentido que se inicia o relato breve de nossa última entrevistada. Ágata, mulher negra, trançada, com seus 22 anos e cinco anos de atuação, mulher de alta estatura, perdeu os avós no ápice da pandemia, perdeu o emprego, e após o luto contraiu covid junto aos seus pais. O que para ela gerou uma série de outros problemas, veio a desenvolver ansiedade e tendo crises frequentes ainda no período.

O relato de Ágata foi até aqui sem dúvida um dos mais emocionantes. Quando falamos em exercício do ofício, muitas vezes não levamos em conta que o ser/indivíduo no âmbito de suas atribuições é construindo como ambiente por pessoas, momentos, vivências, percepções e que como corpo Bio-psíco-químico-afetivo-social, tudo que decorre de suas ações estabelecem estreita relação com o sentir.

O fazer, o exercício diário de seus deveres, é constituído e criado em trânsito com tudo aquilo que se inscreve nas realidades circunstâncias cotidianas, delas podem ser experienciadas e principalmente imerso em um momento de luto a toda a comunidade global, uma gama de emoções, sem tirar delas, a dor do luto e da perda.

## REVISÃO DE LITERATURA

Haja vista, todos os relatos até aqui apresentados, chega o momento em que carece que nos centralizemos um pouco mais na figura por onde os relatos e as experiências são perpassadas fazendo desse agente a centralidade dessa revisão, o Intérprete de Libras. Assim como os entrevistados o redator desse escrito faz parte também dessa gama de profissionais atuantes na capital e não somente nela, mas também nas demais regiões do estado.

4

Os primeiros registros de atuação desse profissional datam de 1980, se sabe o quanto o meio religioso foi fundamental para a formação empírica e o exercício do ofício da interpretação, esses canais eram os principais exportadores das agências responsáveis em parte por um elemento de acessibilização, o canal de movimento entre uma língua fonte e uma língua alvo.

Mesmo se datando a atuação desde os anos iniciais de 1980, apenas em 2002 foi dado um passo embrionário para a formatação de uma pauta inclusiva que ainda hoje caminha a passos curtos. Se reconhece que a lei que resulta da luta da comunidade surda por reconhecimento e inclusão foi fundamental, a lei 10.436, não somente para essa comunidade, mas também para todo o conjunto que se encontra circunscrito em seu



seio, e uma agência desse conjunto é o TILS. (Quadros,2004).

Dez anos após a lei de Libras, a lei que regulamenta a profissão e estabelece critérios legais para atuação entra em vigor, a lei 12.319, que reconhece o Intérprete de Libras como o agente que compete o exercício de atuação na tradução e interpretação de uma língua fonte para uma língua alvo. Segundo ainda a lei 12.319, para exercer o que compete o ofício da profissão, a formação do profissional deve necessariamente ocorrer por meio de:

- I -cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
  - II -cursos de extensão universitária; e
  - III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação Parágrafo único.
- A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2012).

## METODOLOGIA

De modo a relatar experiências e propor reflexões e contribuições acerca do trânsito em meio a uma pandemia e a influência dela sob a atuação de um ofício específico, foi optado a metodologia de cunho qualitativo. Para alguns autores dentre eles Yin (2006), pesquisas que exploram um caráter qualitativo tendem a oferecer maior profundidade no que diz respeito a análise e reflexão de dados.

Tendo em vista que o discorrido até aqui se tratar de um conjunto de relatos de experiência, o teor subjetivo e o caráter particular dos relatos corroboraram com o método escolhido. O instrumento primordial de coleta de dados foi a entrevista, com o apoio do gravador de voz, e do caderno de campo. Todos os entrevistados concordaram em ter sua voz gravada e ter nomes fictícios escolhidos pelos mesmo para serem referidos no trabalho.

Em concordância com Duarte (2004) se reconhece que a entrevista não é um recurso exclusivo das abordagens qualitativas, todo o caráter qualitativo é desenvolvido no decorrer do percurso teórico-metodológico do trabalho, entretanto, tendo em vista o sumo que se pretende extrair dos agentes da composição da obra, a entrevista se encaixa dentro do campo de possibilidades dessa extração.

Vejam, há elementos não verbais que somente o caráter dialogal pode exprimir de uma relação, embora seja essa muito objetiva como o caso da que aqui foi desenvolvida. São esses elementos não verbais que constroem muitas vezes o sentido do que pode ser refletido, expressões não verbais, como franzido de testa, inquietação, tristeza expressa pelas expressões faciais.

Quando se procura construir relatos de sentir, esses elementos são indispensáveis, e podem ser somente captados a partir de um contato dialogal, por meio da ferramenta aqui escolhida. A entrevista. Para suplementar aquilo aqui explanado trazemos Minayo (2010) que entende o método qualitativo como o que se preocupa com o compreender da história, das crenças bem como das percepções. Sendo essas as que melhor dialogam com a proposta aqui explanada. O captar sentido das percepções apresentadas pelos entrevistados.

Para Matos e Batista (2017) a utilização da entrevista como ferramenta de contato e obtenção de dados busca exprimir desses os sentidos da subjetividade particular de cada entrevistado colaborando com a construção do processo narrativo descritivo bem como com as reflexões que poderão vir a ser impressas no trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

5

Conclui-se que a partir da marca da oralidade por meio das entrevistas as reconhecendo como parte integrante do processo resultante, a escrita, um conjunto de narrativas que apresentam aos leitores destes escritos as experiências vividas por profissionais imersos em um momento de caos, e um estado de calamidade na saúde do mundo inteiro.

Em primeira instância documentar todo o experienciado a partir dessas narrativas, mas não somente, e entende que gerando espaços de fala se pode construir melhor os caminhos para a atuação, exercício e suplementação da formação bem como atuação desse profissional in foco.

As demais contribuições são no sentido de fomentar em um espaços epistêmico, de produção de conhecimento, aquilo que para o Ubuntu, se reconhece enquanto gnose, as marcas do saber que extrapolam o

campo técnico da episteme mas que podem e devem colaborar com o mesmo espaço, tornando o espaço de produção teórico-metodológico largo e espaçado, com contribuições que o fomentem mesmo não sendo oriundas dele, rompendo o retroalimentação, processo que desencadeia o distanciamento do saber produzido no cotidiano das academias, é quando se busca na marca da oralidade por meio das entrevistas construir esse processo (MUDINBE, 2013)

Relatar, refletir, produzir espaços de fala com fins de fomento, contribuição e documentar, é com base nos conceitos referidos que se estruturam essa produção. Por vezes as agências de tradução e interpretação, mas não somente, demais outros profissionais passaram despercebidos desse processo de trânsito pandêmico, o objetivo do trabalho aqui desenvolvido é em mínima escala, pôr em evidência esses espaços, essas agências de atuação, bem como relatas seus sentidos experienciados no momento de movimento, suas alegrias, dores, atuação, transformações, capacidade de se adaptar, dificuldades, aprendizados.

Reconhecendo em primeira análise, seus ofícios, atuação função social de produção objetiva, e a partir do método qualitativo, todos os seus sentidos, suas vivências, os relatos de suas experiências.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980- 7031 Acesso em: 05 abril 2022
- BRASIL, Lei 12.319, 1 de setembro de 2010, **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais**, Brasília, df. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>>. Acesso em: 06 de março. 2022
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Acesso em: 02 mar. 2022.
- MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In: \_\_\_\_\_. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 260- 298. Acesso em: 10 março 2022
- MUDIMBE, Y.t. **A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Faculdade de ciências sociais agostinho neto, [s. l.], 1 jan. 2013. Acesso em: 17 março 2022
- QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Acesso em: 10 abril 2022
- Yin, R.K. (2015) **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 5ed. Porto Alegre (RS): Bookman. 290 p. Acesso em: 10 abril 2022
- Yin, R.K. (2016) **Pesquisa Qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva - Porto Alegre: Penso. Acesso em: 8 março 2022



## Tecnologia Assistiva na Educação

### Promoção de uma Cultura de Inclusão nas Escolas Públicas Brasileiras

Markelen Dutra<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem como proposição uma análise contemporânea acerca da Tecnologia Assistiva na Educação e a sua relação direta com a promoção de uma cultura de inclusão no contexto escolar. Os caminhos metodológicos percorridos foram os da análise de revisão bibliográfica; análise do fato social contemporâneo e também, com entrevistas com especialistas que atuam em projetos de inovação e tecnologia assistiva. Buscou-se trazer à baila uma contextualização do fato social relativo ao contexto escolar brasileiro sobre o uso e aplicação de Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas públicas brasileiras, bem como analisar dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que através do censo analisa o contexto social das pessoas com deficiência altas habilidades/superdotação e singularidades. Nesse afã, o artigo discorre através de análises acadêmicas de modo a tentar compreender alguns paradoxos que se instalam na convergência de informações. Através de uma perspectiva acadêmica, as investigações foram dos conceitos mais elementares acerca da Tecnologia Assistiva, bem como trouxe à baila questões de ordem social, pedagógica e também apresenta a tecnologia denominada Colibri, que se apresenta como uma alternativa para romper com obstáculos existentes para uma inclusão digital e social de pessoas com deficiência no Brasil.

**Palavras-chave:** tecnologia assistiva, inclusão escolar, educação especial, inclusão social.

#### ABSTRACT

This article proposes a contemporary analysis of Assistive Technology in Education and its direct relationship with the promotion of a culture of inclusion in schools. The methodological paths followed were those of the bibliographic review analysis; analysis of the contemporary social fact and also, with interviews with experts who work in innovation projects and assistive technology. We sought to bring up a contextualization of the social fact related to the Brazilian school context about the use and application of Assistive Technology in Specialized Educational Assistance (AEE) in Brazilian public schools, as well as to analyze data and information from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) which, through the census, analyzes the social context of people with disabilities, high abilities/giftedness and singularities. In this eagerness, the article discusses through academic analyzes in order to try to understand some paradoxes that are installed in the convergence of information. Through an academic perspective, the investigations were of the most elementary concepts about Assistive Technology, as well as brought up social and pedagogical issues and also presents the technology called Colibri, which presents itself as an alternative to break with existing obstacles to a digital and social inclusion of people with disabilities in Brazil.

Keywords: assistive technology, school inclusion, special education, social inclusion.

#### 1 Introdução

Na sociedade contemporânea, amplos são os estudos sobre os avanços e os incontáveis benefícios das tecnologias nas diversas áreas: empresarial; da saúde; da educação; do esporte; da cultura; dentre outros. Com o desenvolvimento das tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e o maior acesso aos dispositivos móveis, a população se acerca cada vez mais rápido de tais recursos, neste sentido é pertinente também compreender de que forma a tecnologia tem propiciado e apoiado a inclusão digital de pessoas com deficiência. O presente trabalho pretende apresentar os benefícios e os desafios da tecnologia assistiva para esse público, em especial aquele com comprometimento motor severo dos membros superiores, de modo a apoiar no processo de acessibilidade ao mundo digital: acesso à internet; à informação digital e aos dispositivos móveis, elementos tão importantes para garantir a comunicação; o acesso à informação e o convívio e interação social. E, também, trazer à baila um debate atual acerca dos desafios de implementação

<sup>1</sup> Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação; Especialista em Tecnologia na Educação, Neuropsicopedagogia, Pedagogia Empresarial, Gestão em Docência do Ensino Superior, Gestão Estratégica em Pessoas. Graduada em Pedagogia; Graduada em Psicologia (em curso).

da tecnologia assistiva na educação, buscando uma relação com a cultura digital brasileira e a inclusão escolar.

A metodologia deste trabalho usa revisão bibliográfica, de modo a coletar um referencial teórico sobre inclusão digital e tecnologia assistiva com enfoque na pesquisa sobre as funcionalidades de um aparelho, que é um mouse que funciona através dos movimentos da cabeça para pessoas com deficiência motora severa. Este dispositivo, cujo nome é Colibri, capta movimentos intuitivos da cabeça para controlar o ponteiro do *mouse* com precisão e que beneficia o acesso à *internet* nas suas variadas funcionalidades, o uso e a aplicação de computadores e dispositivos móveis minimizando os esforços e simplificando o seu uso. Também, será utilizada a coleta de informações através de entrevistas acerca do uso e aplicação do Colibri. Essa coleta de informações foi feita junto aos consultores, que forneceram um arcabouço de conhecimento para a compreensão e validação das hipóteses dos desafios de implementação no contexto da educação inclusiva. Utilizou-se os vídeos e Guias do usuário, encontrados no site do fabricante, materiais que arrimaram com o arcabouço teórico que acerca da tecnologia em questão, trouxeram elucidações sobre as possibilidades e dificuldades de manuseio, acionamento e interação por meio dos usuários.

O novo Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva da OMS, divulgado em 2022, destaca que quase 1 bilhão de adultos e crianças com algum tipo de deficiência estão excluídos do acesso as ajudas técnicas ou tecnologia assistiva. No total, existem mais de 2,5 bilhões de pessoas carecendo de meios como cadeiras de rodas, aparelhos auditivos ou aplicativos de auxílio para a comunicação e cognição (OMS, 2022). Essa exclusão pode ocorrer por vários motivos, como a falta de tecnologia assistiva em determinadas regiões ou países, a falta de conhecimento ou recursos financeiros para adquirir essas tecnologias ou a falta de acesso a essas tecnologias para diferentes tipos de pessoas com deficiências. Por exemplo, no contexto escolar há recursos de tecnologia assistiva que são projetados para pessoas com deficiência visual ou auditiva, mas não são adequados para pessoas com deficiência motora. Para combater essa exclusão, é importante que a iniciativa pública, organizações sem fins lucrativos e empresas trabalhem juntos para desenvolver tecnologia assistiva acessíveis e inclusivas e garantir que todas as pessoas com deficiência possam se beneficiar dessas tecnologias, independentemente de sua localização geográfica ou condições socioeconômicas. A partir dessa compreensão, faz-se relevante trazer à baila e ao nível da discussão acadêmica o conhecimento sobre os benefícios dos recursos da tecnologia assistiva e os desafios da sua implementação na educação. Em suma, a exclusão de pessoas com deficiência do uso e aplicação de tecnologia é uma questão complexa que requer uma abordagem holística e colaborativa. Desta maneira se faz necessário estudos e análises para compreender esse fato social contemporâneo.

## 2 A Educação Inclusiva no Brasil

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. No Brasil, em 2019, eram 17,2 milhões de pessoas com 2 anos de idade ou mais com ao menos alguma das deficiências estudadas, representando 8,4% da população dessa faixa etária. Estavam em 14,5 milhões de domicílios, 19,8% do total. Em média, a maior proporção entre pessoas de 60+ anos (24,8%) do que entre 2 e 59 anos (5,1%). Pessoas com deficiência tinham perfil mais feminino (9,9%) do que masculino (6,9%), mais pessoas pretas ou pardas (8,7%) do que brancas (8,0%) (IBGE 2019).

Na última década, de acordo com o Censo Escolar, houve um aumento substancial na demanda pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ao dialogar com professores e especialistas do setor eles são unânimes em afirmar que esta demanda aumente ainda mais nos próximos anos, eles apontam para o fato, principalmente, do aumento global da expectativa de vida e da população com algum tipo de Deficiência, além da maior disponibilidade e acesso à informação por parte da família, bem como da melhoria continua dos processos dos diagnósticos em relação aos transtornos, síndromes e suas comorbidades.

2

Os dados do Censo Escolar no Brasil (INEP, 2019) retratam essa realidade quando mostra o progressivo número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo cada etapa de ensino – Brasil – 2018-2022.



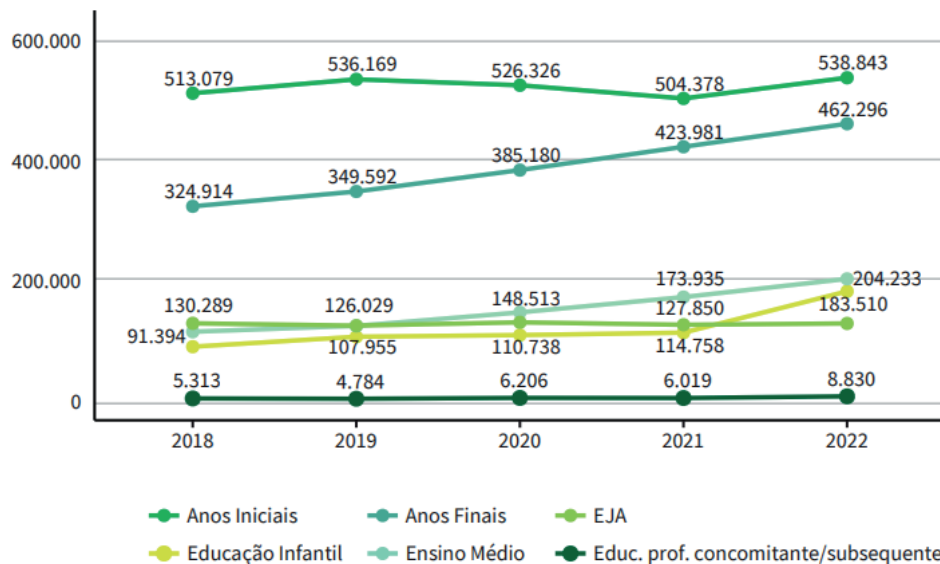


Gráfico 1 - Matrículas de alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo cada etapa de ensino no Brasil (2018-2022)

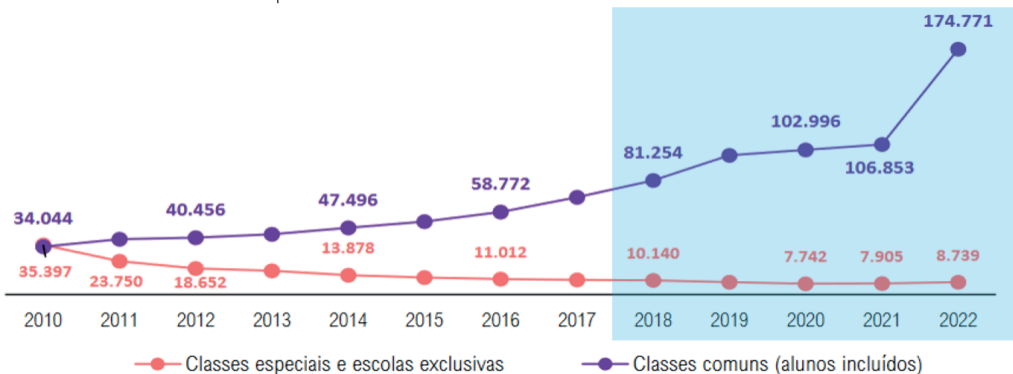
Fonte: INEP/Censo Escolar, 2022.

Os dados do Censo Escolar no Brasil (INEP 2022) deflagram que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8%.

Os gráficos sobre a educação inclusiva no Brasil (INEP, 2022), trazem dados substanciais de que, cada vez mais, as crianças e jovens com deficiência estão inseridos nas escolas de classes comuns.

## Educação Inclusiva no Brasil

Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Fonte: Inep/Censo Escolar 2022

Gráfico 2 - Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil por local de atendimento - Brasil (2010-2022).  
Fonte: Inep/Censo Escolar, 2022.

3

Na contramão dos dados do Censo Escolar 2022, a análise dos dados do IBGE de 2019, revelam que as pessoas com deficiência no Brasil estão menos escolarizadas, com maior dificuldade de acessar o mercado de trabalho e com menor renda. O compilado aponta para diversas desigualdades vividas por esse grupo que era de 17,2 milhões de pessoas em 2019 ou 8,4% da população.

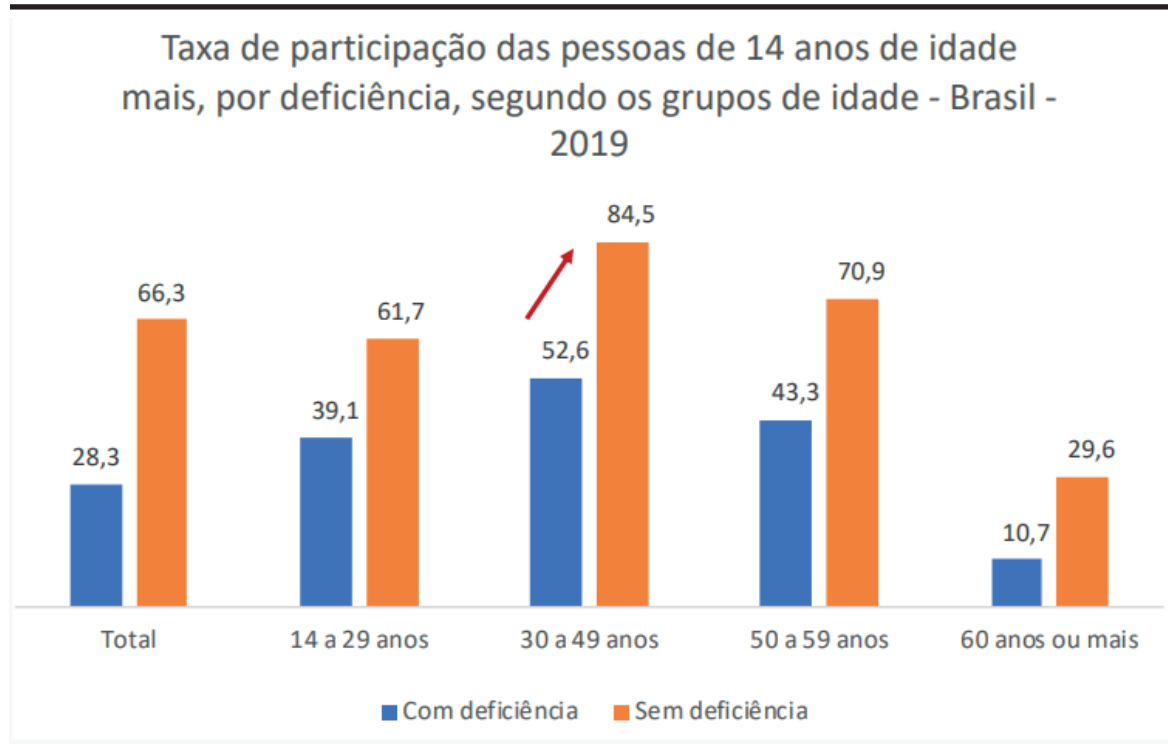


Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de saúde, 2019.

A Agência Brasil, após a análise dos dados, afirma que a dificuldade que começa na educação e se intensifica no mercado de trabalho, pois enquanto 66,3% das pessoas sem deficiência estão dentro da força, sejam ocupadas ou à procura de uma vaga, essa participação cai para 28,3% no caso de quem tem alguma condição. De acordo com o IBGE (2022), concorrem para isso o fato de as pessoas com deficiência geralmente terem ocupações menos especializadas e de menor remuneração, além de uma série de preconceitos.

Nessa direção e sentido, a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para a análise da evolução das matrículas das pessoas com deficiência em classes comuns e a falta de participação nos grupos de força de trabalho. Mantoan (2015) alerta para a diferença entre os vocábulos: integração e inclusão, pois apesar de terem significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos-metodológicos divergentes.

O uso do vocábulo integração se refere-se mais especificamente a inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns. (...) pela integração escolar o aluno tem acesso às salas de aula de ensino regular. (...) oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento escolar especiais: classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. (...) Já a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, 2015)

Diante do exposto, é cada vez mais latente refletir sobre a educação inclusiva, como uma ponte para a igualdade de oportunidades e de direitos. Segundo Kleina (2015), a escola inclusiva requer revisão e a ampliação das práticas educativas que superem o trabalho pedagógico tradicional, atendendo não somente as dificuldades de aprendizagem advindas da deficiência, mas a todos os estudantes, ofertando iguais oportunidades de aprendizagem a todos.

4

Com efeito, ao se pensar na educação inclusiva e em oportunidades educativas para todos, os recursos da tecnologia assumem um papel de protagonista, quando proporciona novas formas de acesso a aprendizagem e a informação, uma ponte de acesso aos recursos de informação e comunicação com a vida em sociedade. O Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva (OMS, 2022) sugere, que seja assegurada a disponibilidade, segurança e eficácia, ao lado da acessibilidade a esses meios.

Por conseguinte, é inegável que, ao longo do tempo, a tecnologia tem ganhado cada vez mais protagonismo na sociedade contemporânea, ela está presente em todos os lugares e na escola, como já ocorreu em um tempo

não tão distante, não tem ficado de fora. A tecnologia imbrica na direção de apoiar o cotidiano com ferramentas desenvolvidas para simplificar e dar acesso a rotina diária, seja da mais simples à mais complexa. Se é verdade que “seja com o professor ou com os estudantes, as tecnologias tem contribuído para a construção do conhecimento” (Leite, 2022), é pertinente que nos perguntemos se essa tecnologia também está à mão do estudante com deficiência.

Segundo Kleina (2012, p.32), ela é imprescindível na educação especial:

(...) Enquanto o uso da tecnologia na educação ainda pode ser discutido, na educação especial e na inclusiva seu emprego é obrigatório, já que muitos alunos dependem desse meio para aprender. Assim, quando aliamos a aplicação da tecnologia na educação especial estamos dando ao estudante a possibilidade de demonstrar o seu potencial, aprender, interagir e participar ativamente em nossa sociedade.

Assim, a Tecnologia Assistiva, tem por objetivo proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade, pois melhora sua capacidade funcional, permitindo e aumentando sua participação e inclusão em todos os domínios da vida.

Ainda nessa perspectiva, segundo Besch (2017), a TA promove a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitar a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. As definições de tecnologia assistiva e produtos assistivos diferem dependendo de sua finalidade e escopo. Por exemplo, alguns países desenvolveram suas próprias definições para especificar medidas legais, classificar produtos ou facilitar a comunicação (OMS, 2022). Ao pesquisar sobre o tema Tecnologia Assistiva nos documentos oficiais do nosso país, verificou-se os termos: tecnologia assistiva, ajudas técnicas, tecnologia de apoio. Na legislação brasileira, utiliza-se o termo “ajudas técnicas”, quando trata dar garantias ao cidadão brasileiro com deficiência de acesso a recursos destinados a melhorar suas habilidades funcionais (BESCH, 2017). Para o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) as expressões “tecnologia assistiva” e “ajudas técnicas”, são entendidas como sinônimos, pois em nossa legislação oficial ainda consta o termo “ajudas técnicas”. A mesma autora, alerta para outro ponto importante sobre a terminologia encontrada na documentação produzida pelo CAT, que é a indicação do uso da expressão Tecnologia Assistiva sempre no singular, por referir-se a uma área de conhecimento e não a uma coleção específicas de produtos (BRASIL – CAT, ATA V, 2009). Utilizar corretamente o termo no singular ajuda à compreensão da abrangência deste conceito.

Segundo o Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva, “é provável que todos precisem de tecnologia assistiva durante a vida, especialmente à medida que envelhecem” (OMS, 2022). Segundo o mesmo relatório, a tecnologia assistiva também é um meio para o exercício dos direitos humanos. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece isso. Exige que os Estados forneçam a tecnologia assistiva necessária para permitir que as pessoas com deficiência exerçam seus direitos à educação, trabalho, lazer, participação na vida cultural da comunidade, etc., e liberdade de opinião e expressão. A diretora executiva do Unicef, Catherine Russell, disse haver 240 milhões de crianças com deficiências. Sem direito aos produtos essenciais para progredir, elas são afetadas em níveis individual, familiar e comunitário. A chefe da agência declarou que sem acesso à tecnologia assistiva, as crianças com deficiência continuarão a perder a educação, seguindo em maior risco de trabalho infantil e sujeitas ao estigma e à discriminação, que minam sua confiança e bem-estar.

5

A evolução de tecnologias focadas no apoio e auxílio de pessoas com limitações motoras para o uso dos recursos computacionais e digitais como a internet, contribui de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Sabe-se que há um grande esforço por parte dos profissionais na criação de matérias adaptados e na busca por recursos da tecnologia assistiva para busca da autonomia e interação social de estudantes com paralisia cerebral, tetraplegia ou comprometimento moderado a severo dos membros superiores para o acesso deles ao currículo escolar e ao desenvolvimento da aprendizagem, pois, em geral, alguns desses estudantes jamais poderão segurar em um lápis ou caneta, ou até mesmo desenvolver uma forma de escrita ou linguagem. Permitir que esses estudantes

possam acessar computadores e celulares, softwares de Comunicação Alternativa e/ou Aumentativa sem usar as mãos, pode ser a única opção de aprendizagem para alguns deles. Sobrepor essas dificuldades é uma das finalidades da Tecnologia Assistiva, buscar esses recursos é papel da escola e da iniciativa pública. Um exemplo de tecnologia assistiva a favor da aprendizagem desses estudantes o aparelho Colibri<sup>2</sup>, o mouse de cabeça que permite que pessoas com comprometimento moderado a severo dos membros superiores, sem usar as mãos, controlem celular, tablet e computador apenas com movimentos da cabeça e piscar dos olhos.



Figura 1 – Tecnologia assistiva: *mouse* de cabeça. Fonte: Tix Tecnologia Assistiva, s.d.

A tecnologia assistiva Colibri é projetada para ajudar pessoas com deficiência no acesso a computadores e celulares, para superar as limitações que enfrentam no dia a dia, permitindo-lhes uma maior independência e inclusão social. Dotado de sensores, que podem ser acoplados em óculos ou alguma vestimenta na cabeça, de modo a poder controlar o ponteiro do mouse. O colibri atua via tecnologia *bluetooth* e com microbateria recarregável de alta performance. Segundo o *site* do fabricante, o Colibri foi criado para apoiar e permitir o acesso à informação, a comunicação e ao uso dos recursos tecnológicos, às pessoas com nível de comprometimento severo das funcionalidades motoras superiores como: tetraplegia, paralisia cerebral, sequelas de AVC, entre outras.



Figura 2 - Diagrama de Funcionalidade do Colibri. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

6 Na descrição do site do fabricante, o Colibri é pequeno, leve e sem fios. Dentro dele, há um sofisticado sensor de movimentos, um detector de gestos faciais e uma bateria recarregável. Ele também tem uma luz de indicação e emite bipes sonoros para sinalização e pode ser ajustado para as peculiaridades e características de cada indivíduo, para isso, a empresa criou um aplicativo capaz de personalizar minuciosamente o funcionamento do aparelho para que ele se adapte a cada pessoa.

<sup>2</sup> Marca registrada por TiX Tecnologia Assistiva – Disponível em: <https://tix.life/tecnologia-assistiva/colibri-mouse-de-cabeca/>. Acessado em: 22 de abril de 2023, às 18:31.



Esses recursos de apoio tem um objetivo muito maior para os estudantes com deficiência, pois quando é utilizado pode romper preconceitos, barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas e de comunicação que limitam ou impedem o acesso às informações ou aos conhecimentos que podem ser adquiridos; pode, ainda, favorecer, o acesso ao currículo escolar e a participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos. Com o auxílio de soluções técnicas adaptadas às necessidades individuais de cada estudante, pode-se promover a autonomia, a independência e a plena participação nas atividades escolares no desafio de aprendizagem, a qual, sem esses recursos tecnológicos, seria restrita ou inexistente.

Sendo assim, pode-se concluir que os recursos da TA são ferramentas poderosas para promover a inclusão e a participação de estudantes com deficiência nas escolas, principalmente nas escolas públicas brasileiras, de classes comuns, onde concentra-se o maior número de matrículas, principalmente nos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O uso de tecnologia assistiva em escolas públicas pode ajudar, ainda, a diminuir as barreiras e dificuldades educacionais enfrentadas pelos estudantes com deficiência, mas também habilitá-los para o mercado de trabalho, de modo a permitir que eles desenvolvam suas habilidades e competências de forma mais eficaz. Partindo desse pressuposto, ao entrevistar um dos consultores da empresa que fornece o Colibri e questioná-lo sobre o alcance desse produto para âmbito educacional, ele informou que esse recurso de tecnologia assistiva faz parte do portfólio do Programa Educacional TiX Letramento (PETL) – um conjunto de soluções em tecnologia assistiva e serviços educacionais - comercializado para redes públicas de ensino. Segundo os consultores do PETL, esse conjunto de soluções educacionais está em diversas redes de ensino municipais e estaduais em todo Brasil, mas para implementá-lo efetivamente nas escolas públicas onde atuam, é preciso a formação continuada dos professores e profissionais que atuam diretamente no AEE para que estes possam utilizar as soluções técnicas de forma adequada e personalizada para cada estudantes. Para além dos produtos que auxiliam os estudantes no acesso aos recursos computacionais e dispositivos móveis, ele ressaltou, também, que é preciso garantir a acessibilidade e a interoperabilidade dos softwares educativos e de comunicação alternativa aumentativa que integram esses recursos de Tecnologia Assistiva que compõe esse conjunto de soluções, o que garante a continuidade do aprendizado e o apoio aos estudantes com deficiência em todas as fases da educação escolar.

### 3 Considerações Finais

Após os estudos e as análises dos dados aqui demonstrados, é mister parafrasear Mary Pat Radabaugh (1993), quando ela afirma que: “para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. De fato, o acesso à tecnologia assistiva apropriada pode significar a diferença entre permitir ou negar a educação de uma criança, a participação na força de trabalho de um adulto ou a oportunidade de manter a independência e envelhecer com dignidade para uma pessoa idosa. O acesso, o uso e aplicação de Tecnologia Assistiva empodera, proporciona autonomia, habilita indivíduos e garante a aquisição de direitos.

Ficou evidenciado, então, que investir em tecnologia assistiva pode contribuir para a promoção de uma cultura de inclusão nas escolas públicas brasileiras, na medida em que torna possível a igualdade de oportunidades educacionais, a ampliação da comunicação e interação com o mundo social, o acesso à informação e ao conhecimento, quando permite que o estudante com deficiência utilize os recursos computacionais com o mesmo objetivo que seus colegas: pesquisar na web, construir textos, tabular informações e até para se comunicar. O estudante com deficiência, assim como seus colegas, utilizaria o computador como uma ferramenta tecnológica aplicada tanto no contexto educacional e social, podendo se beneficiar da tecnologia para o aprendizado. Tanto na escola, quanto no mercado de trabalho, a pessoa com deficiência precisa estar inserida no mundo social, fazer uso de novas ferramentas tecnológicas com objetivo de se qualificar, mas também de ter acesso as múltiplas formas de organizar, expressar e adquirir os conhecimentos construídos.

### 4 Referências

(s.d.). Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-09/ibge->



- Bersch, M. L. (2023). Fonte: Assistiva Tecnologia e Educação: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#topo>
- Costa, D., & Martins, G. (2022). *Plataformas Adaptativas Educacionais: a aprendizagem personalizada na cultura digital*. Curitiba: Letra e Forma.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, T. (21 de setembro de 2022). *Agência Brasil*. Fonte: Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-09/ibge-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-renda-e-menos-escolaridade>
- Gómez, Á. I. (2015). *Educação na era digital: a escola educativa*. Porto Alegre: Penso.
- Guedes, A., Rudi Birgman, G. m., Savioli, C., & Motta, J. (2020). *Educação para um mundo exponencial*. Belo Horizonte.
- Hummel, E. I. (2015). *Tecnologiaq Assistiva : a inclusão na prática*. Curitiba: Appris.
- Kenski, V. M. (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus.
- kleina, C. (2012). *Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva*. Curitiba: InterSaberes.
- Leite, B. S. (2022). *Tecnologias Digitais na Educação: da formação à aplicação*. São Paulo: Livraria da Física.
- Mantoan, M. T. (2021). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* . São Paulo: Summus.
- OMS. (16 de maio de 2022). *news.un.org*. Fonte: Nações unidas: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789172>
- Sancho, J. M., & Hernández, F. (2006). *Tecnologias para transformar a Educação*. Porto Alegre: Artmed.

**A ESCOLA INDÍGENA NO DIREITO BRASILEIRO: PRINCÍPIOS REGENTES DA ESCOLA INDÍGENA****THE INDIGENOUS SCHOOL IN BRAZILIAN LAW: GOVERNING PRINCIPLES OF THE INDIGENOUS SCHOOL****<sup>1</sup>Eliuvomar Cruz da Silva****<sup>2</sup>Laury Vander Leandro de Souza****<sup>3</sup>Samara Soares de Freitas****<sup>4</sup> Vanuzia Silva de Assis Holanda****<sup>5</sup> Isac Moreira Rodrigues****<sup>6</sup> José Cruz Queiroz do Nascimento****RESUMO**

Este artigo apresenta um recorte da Tese de Doutorado que investiga a EDUCAÇÃO SUPERIOR: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS NO CURSO DE PEDAGOGIA – PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR), NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ – AMAZONAS. O estudo aborda sobre a inserção da escola no espaço indígena brasileiro onde a escola entre as comunidades indígenas adquire um novo significado, passando a ser contemplada como meio de garantir o acesso ao conhecimento geral sem ter que negar suas especificidades culturais e suas identidades étnicas. A proposta de uma escola indígena diferenciada representa uma grande novidade no sistema educacional do país e exige que órgãos e instituições responsáveis definam novos mecanismos, conceitos e dinâmicas para que essas escolas sejam efetivamente beneficiadas e incorporadas com sua inclusão na rede oficial, e respeitadas em suas particularidades.

**Palavras-chave:** Princípios. Escola Indígena. Brasil**RESUMEN**

Este artículo presenta un extracto de la Tesis Doctoral que investiga LA EDUCACIÓN SUPERIOR: LA FORMACIÓN DE DOCENTES INDÍGENAS EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA – PROGRAMA NACIONAL DE FORMACIÓN DE DOCENTES DE EDUCACIÓN BÁSICA (PARFOR), EN EL MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ – AMAZONAS. El estudio trata de la inserción de la escuela en el espacio indígena brasileño donde la escuela entre las comunidades indígenas adquiere un nuevo significado, pasando a ser contemplada como un medio para garantizar el acceso a los conocimientos generales sin tener que negar sus especificidades culturales y sus identidades étnicas. La propuesta de una escuela indígena diferenciada representa una gran novedad en el sistema educativo del país y requiere que los órganos e instituciones responsables definan nuevos mecanismos, conceptos y dinámicas para que estas escuelas sean efectivamente beneficiadas e incorporadas con su inclusión en la red oficial, y respetadas en sus particularidades.

**Palabras clave:** Principios. Escuela Indígena. Brasil**SUMMARY**

This article presents an excerpt from the Doctoral Thesis that investigates HIGHER EDUCATION: THE TRAINING OF INDIGENOUS TEACHERS IN THE PEDAGOGY COURSE – NATIONAL PROGRAM

1 Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhiri. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuvomar9@gmail.com](mailto:eliuvomar9@gmail.com).

2 Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysouzabc@gmail.com](mailto:laurysouzabc@gmail.com).

3 Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Kurios. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [samarabadauí@gmail.com](mailto:samarabadauí@gmail.com).

4 Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [vanuziaassis@hotmail.com](mailto:vanuziaassis@hotmail.com).

5 Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela FAIBRA. Graduado em Matemática pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA. [isac.moreira.rodrigues@gmail.com](mailto:isac.moreira.rodrigues@gmail.com).

6 Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade de Educação da Serra-FASE. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [josecruzatn@gmail.com](mailto:josecruzatn@gmail.com)

FOR TRAINING BASIC EDUCATION TEACHERS (PARFOR), IN THE MUNICIPALITY OF SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ – AMAZONAS. The study deals with the insertion of the school in the Brazilian indigenous space where the school among indigenous communities acquires a new meaning, starting to be contemplated as a means of guaranteeing access to general knowledge without having to deny their cultural specificities and their ethnic identities. The proposal for a differentiated indigenous school represents a great novelty in the country's educational system and requires that responsible bodies and institutions define new mechanisms, concepts and dynamics so that these schools are effectively benefited and incorporated with their inclusion in the official network, and respected in their particularities.

**Keywords:** Principles. Indigenous School. Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo escolar indígena no Brasil teve origem na Colonização portuguesa. Acima de tudo, procurou-se evangelizar os povos utilizando o sistema tradicional da Igreja, por meio de suas Ordens e Congregações.

Eles impuseram não só a sua própria cultura, mas também um sistema de vivência e celebração da fé, que levou à devastação das culturas indígenas e de suas crenças, deixando uma marca indelével de sua presença na história educacional do país.

Os colonizadores portugueses implementaram uma política educacional para os povos indígenas baseada nos preceitos educacionais do mundo ocidental e aos poucos os remanescentes desses povos foram submetidos a um processo educacional indiferente a eles.

Embora os indígenas constituíssem o contingente ideal por origem e quantidade para fornecer trabalho escravo, esse objetivo não era facilmente alcançado, pois ofereciam resistência e eram vistos como “selvagens”, precisando de “pacificação”. Para atingir seus objetivos, os missionários jesuítas viajaram para as aldeias em busca, acima de tudo, de crianças. Como não tinham instalações educacionais fixas e adequadas, esses movimentos foram chamados de missões (SCHMITZ, 1994).

As escolas, principalmente faculdades e seminários que atuaram em toda a colônia, agiram para assegurar a reprodução da sociedade escrava e segmentada.

Com isso, a Igreja Católica não só assumiu a hegemonia na sociedade civil, mas também penetrou de certa forma, na sociedade política por meio dessa arma pacífica, que era a educação, segundo Schmitz (1994). Assim, a Igreja, por meio das instituições educacionais, se espalhou por vários lugares do território, marcando seu domínio.

Essa posição etnocêntrica legitimou a ação “civilizadora”, que teria por objetivo integrar os povos indígenas à sociedade ocidental e cristã da época. Até a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, cabia aos religiosos missionários cumprir a tarefa “civilizadora” e educativa que difundia uma educação baseada na prática da catequese entre os indígenas.

Do ponto de vista da política colonial, pretendia-se sujeitar os índios aos ditames da metrópole portuguesa, integrá-los às ações de seus interesses. A legislação indígena, nesse período, conjecturava esse aspecto e se baseava nos problemas relacionados à escassez de mão de obra, permitindo a captura, catequização e escravização do índio.

## 2 Princípios regentes da escola indígena

A oferta de programas de educação escolar para comunidades indígenas no Brasil foi impulsionada, desde o século XVI, pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngue, o foco era um: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que se tornassem algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre os grupos indígenas tem servido como uma ferramenta para impor os valores dos outros e negar diferentes identidades, línguas e culturas (GRUPIONI; MONTE, 2006).

O pequeno tamanho da população indígena, sua dispersão e heterogeneidade, a previsão de seu desaparecimento como grupos étnicos diferenciados e a perspectiva da necessidade de integração dos povos indígenas na comunhão nacional, por considerá-los uma categoria étnica e social transitória e destinada, tornavam isso particularmente difícil, representando entraves, pois, à implementação de uma política educacional do Estado brasileiro que respeitasse a visão de mundo e o modo de vida desses povos.

Somente nos últimos anos esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a atuar junto às comunidades indígenas, buscando alternativas à subjugação dessas populações, como a





garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre elas e outros segmentos da sociedade nacional (PIRES, 2017).

Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos para as realidades socioculturais e históricas de algumas comunidades indígenas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo e se adaptando aos seus diferentes projetos de futuro (MATOS, 2010).

É justamente a partir de experiências fragmentadas e localizadas que nasceu um novo modelo de introdução de escolas às comunidades indígenas. Esse modelo, pautado fundamentalmente pelos princípios do respeito à organização social indígena e da valorização de suas línguas maternas e dos conhecimentos e compreensão tradicionais desses povos, foi incorporado nos últimos anos pelo Estado brasileiro.

Hoje as diversas sociedades indígenas têm consciência de que a escola pode ser, dentro das dinâmicas de reestruturação social e cultural, um instrumento de fortalecimento próprio, bem como um veículo de aquisição de conhecimentos universais.

Nesse contexto, a promulgação da Constituição de 1988 constitui um marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. Destaca-se o fato de que a Constituição Federal assegurou às sociedades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, a qual foi regulamentada por diversos textos legais.

Entendeu-se que somente assim seria possível garantir não apenas sua sobrevivência física, mas também sua etnia, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou com os habitantes originários do território (GRUPIONI; MONTE, 2006).

Com a Constituição de 1988, os índios deixaram de ser considerados uma categoria social em extinção e passaram a ser respeitados como etnias diferenciadas, com direito a manter “[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (artigo 231 da Constituição Federal de 1988) (BRASIL, 1988).

O mesmo texto constitucional, em seu artigo 210, garante às comunidades indígenas o uso de sua língua materna e seus processos de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas (artigo 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988) (BRASIL, 1988).

Essas disposições constitucionais amparam as novas Diretrizes Educacionais Nacionais e Lei Básica, que garantem aos povos indígenas, nos artigos 78 e 79, a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural. Com essas disposições legais, o índio tem garantido o direito a uma escola com características específicas que busque valorizar os conhecimentos tradicionais vigentes em seu meio, dotando-os de ferramentas para lidar com o contato a outras sociedades (GRUPIONI; MONTE, 2006).

A mudança de paradigma no conceito de educação escolar para as sociedades indígenas foi introduzida pela Constituição de 1988, quando a educação deixou de ter o caráter integracionista amparado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) e passou a assumir o princípio do reconhecimento da socio-diversidade, desenvolvimento e manutenção da linguagem. Isso levou a uma mudança nas responsabilidades na condução da oferta de programas de educação indígena.

Com o Decreto nº 26/1991, foi retirado o mandato exclusivo da Fundação Nacional do Índio para conduzir os processos de educação escolar com as sociedades indígenas e o Ministério da Educação e do Desporto, à época, ficou responsável pela coordenação das ações, bem como sua execução junto aos Estados e municípios. Em decorrência desse decreto e da Portaria nº 559/1991, foram criadas no MEC a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas e a Comissão de Educação Escolar Indígena, assessora deste órgão, de caráter interinstitucional e com representação de professores indígenas (SOUZA, 2016).

Desde então, o trabalho do MEC tem se pautado pelo princípio de reconhecer e manter a diversidade sociocultural e linguística das sociedades indígenas. Reconhecendo a necessidade de definir os parâmetros de atuação dos diversos órgãos, sendo assim, o referido Comitê elaborou, apoiado em diversas experiências inovadoras, em grande parte fruto do trabalho alternativo de organizações da sociedade civil, as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena” (1993). Este documento, que representa um marco para a educação escolar indígena no Brasil, estabelece os princípios para a prática pedagógica no contexto da diversidade cultural.

Isso se deve pelo fato de que, hoje, o Brasil, como outros países latino-americanos, reconhece que é formado pela presença de diferentes etnias, que têm o direito de manter suas especificidades culturais, históricas e linguísticas.

Pesquisas recentes indicam que hoje existem entre 290.000 e 330.000 índios em terras indígenas, formando cerca de 210 grupos diferentes, falando línguas em 170 línguas diferentes. Não há informações sobre os índios urbanizados, embora muitos deles mantenham suas tradições e línguas.

A política desenvolvida pelo MEC visa garantir que os povos indígenas tenham uma escola de qualidade,

que respeite suas especificidades culturais e que garanta sua plena participação nos projetos futuros do país. Embora, até o momento, não haja um estudo sistematizado com dados precisos, é possível traçar um perfil da educação escolar indígena no país. Sabe-se que a oferta de programas educacionais aos povos indígenas no Brasil ainda é incipiente, caracterizada por experiências descontínuas e fragmentadas pela atuação de diferentes instituições e órgãos, seguindo diferentes diretrizes e realizando ações particulares.

Porém, é graças a essas iniciativas que a escola está hoje presente no cotidiano de muitas sociedades indígenas, embora não corresponda ao modelo de escola que diversos povos indígenas reivindicam. Contudo, apesar de crescente, o número de professores indígenas ainda é pequeno.

Em geral, não existe uma formação adequada para os professores que atuam em escolas indígenas, sejam eles indígenas ou não, o que lhes permite adquirir conhecimentos para o exercício da docência dentro de uma proposta escolar que tenha a especificidade, a diversidade, a interculturalidade e o bilinguismo como princípios (PIRES, 2017).

Poucas escolas são reconhecidas como indígenas: a maioria delas é considerada escolas rurais ou classes de extensão. Outro ponto comum às escolas indígenas é a falta de material escolar adequado e específico na língua materna das diferentes etnias (PIRES, 2017).

A situação atual reflete uma descontinuidade, fragmentação e desarticulação, que o Ministério da Educação tem procurado superar por meio da padronização dos princípios que devem reger a oferta educacional a estes povos.

O direito a uma escola diferenciada, com ensino na língua materna e respeito aos métodos corretos de aprendizagem, está expresso na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, na década de 90, os princípios da escola indígena são abordados no Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (1998), chamando a atenção para o seu pertencimento ao sistema nacional de educação e para a necessidade de uma nova política pública que atenda e respeite o patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios para o desenvolvimento de projetos escolares em áreas indígenas são a participação efetiva das comunidades indígenas, com base na elaboração de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades tradicionais dos diferentes grupos, com diferentes metodologias de ensino, com a incorporação de processos específicos à aprendizagem de cada pessoa e com a implementação de currículos escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis.

Além disso, é de extrema importância a realização de cursos de especialização para professores indígenas, bem como a publicação de material didático em línguas indígenas e português. Essas foram as diretrizes do trabalho atualmente desenvolvido pelo Ministério da Educação.

Assumindo suas responsabilidades na coordenação das ações educativas indígenas no país, o Ministério da Educação e Esportes propôs uma política que garante o respeito à especificidade e à sua diversidade étnica. Essa política foi detalhada no documento “Diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena”, cujo texto está organizado em torno de alguns princípios e diretrizes, destacados a seguir.

### REFERENCIAS

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas, 2011. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

GRUPIONI, L. D. B.; MONTE, N. L. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39 -68.

4

MAHER, T. M. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-37.

MARTINS, A. M. S. Oralidade e escrita nas escolas indígenas - do bilinguismo subtrativo a um bilinguismo aditivo: é possível? In: SOUZA, A. S. D.; BETTIOL, C. A.; MAXIMIANO, C. A. **Anais do 1º Simpósio PROIND Educação e Diversidades Amazônica**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 240-261.

MOREIRA, A. F. B. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 11-32.



PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



## Comunicação em saúde como ferramenta estratégica de eficiência em gestão de Serviços De Saúde

### Health Communication as a strategic efficiency tool in Health Services management

*Carolina Santana Krieger\**

#### RESUMO

O presente trabalho pretende desvelar a importância do processo comunicativo como ferramenta estratégica para o alcance de eficiência na gestão de equipes de saúde. O trabalho na área da saúde, seja em instituições públicas e/ou privadas, possui uma configuração representada pela interdisciplinaridade, com trabalhadores de diferentes formações e níveis de conhecimento.

**Palavras-chave:** Comunicação, Comunicação em saúde, Gestão estratégica.

#### ABSTRACT

The present work intends to reveal the importance of the communicative process as a strategic tool for achieving efficiency in the management of health teams. Work in the health area, whether in public and/or private institutions, has a configuration represented by interdisciplinarity, with workers from different backgrounds and levels of knowledge.

**Keywords:** Communication, Health communication, Strategic management.

#### 1. INTRODUÇÃO

A palavra comunicação vem do latim *comunicare*, que possui o significado de tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, sendo um processo que



envolve a transferência de informações entre dois ou mais interlocutores com a utilização de signos e regras semióticas, de forma recíproca de compreensão (Rudiger, 2011). Conforme Fermino e Carvalho (2007), a comunicação é uma prática social que advém da interação entre seres humanos, expressa por meio da fala (aspecto verbal), escrita, comportamentos gestuais, distância entre os participantes, toque (aspectos não verbais).

Torres (1998) define interdisciplinaridade como a interação existente entre duas ou mais disciplinas, onde cada uma das disciplinas em contato é, por sua vez, modificadas e passa a depender claramente umas das outras, resultando em enriquecimento recíproco e na transformação de suas metodologias de pesquisa e conceitos.

A comunicação em saúde é uma referência aos estudos e utilização de ferramentas de comunicação para informação de indivíduos e coletividade para conhecimento. Seus principais objetivos são promover e educar para a saúde, reduzir riscos e danos relativos à saúde, prevenir agravos, promover educação em saúde, estreitar laços para melhor entendimento das questões que permeiam a saúde. (Teixeira, 2007). CORIOLANO- MARINUS et al (2014) pontuam que a importância da comunicação como instrumento laboral dos profissionais de saúde e a necessidade de implementação da comunicação reflexiva, embasada na relação de troca e intercâmbio de saberes, deve ocorrer nos serviços de saúde.

Para Nogueira e Rodrigues (2015), a aplicação de medidas para melhoria da comunicação entre os membros da equipe de saúde requer mudanças na cultura organizacional que visam impactar nos índices de segurança nos cuidados com usuários.

Conforme Acqua et al (1997) existem muitas barreiras que impossibilitam o processo de comunicação que decorrem de linguagens e saberes diferentes, limitações fisiológicas do receptor e/ou emissor, imposição de valores, divergências socioculturais e estágios de desenvolvimento cognitivo e intelectual dos envolvidos na emissão e recebimento da mensagem.

Abordar a comunicação durante a graduação e os cursos de formação pode contribuir para o desenvolvimento de competências na interação comunicacional, não apenas para transmissão de informações, mas reconhecendo no ato

comunicativo a realidade sociocultural do sujeito, suas representações, preconceitos e saberes (Teixeira e Veloso, 2006).

Vale ressaltar que a habilidade da comunicação constitui uma das cinco competências gerais estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da área da saúde, sendo pontuado que os profissionais da área devem ser acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. O processo comunicativo envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de pelo menos uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação (Brasil, 2001).

A prática interprofissional colaborativa em saúde representa uma ferramenta estratégica de suma importância por possibilitar reversão ao modelo de atenção em saúde hegemônico e, assim, aumentar a resolutividade do trabalho em equipe, com respeito à integralidade do cuidado e elevar a eficiência nos processos gerenciais de equipes de saúde.

## 2. OBJETIVO

Apontar a importância da comunicação em saúde como ferramenta estratégica de gestão eficiente dos serviços de saúde.

Elucidar a dimensão da comunicação em equipes interdisciplinares de saúde para o aprimoramento da eficácia e resolutividade nos serviços de saúde.

## 3. COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

### 3.1 A COMUNICAÇÃO

O processo de comunicação compreende o uso da linguagem, cultura e a tecnologia para transmitir uma mensagem. Na história da humanidade, a linguagem tinha um caráter de sobrevivência, uma vez que as primeiras ferramentas utilizadas pelo homem serviam para acessar os alimentos. Arsuaga (2005,.) atribui a utilização

de tais objetos ao *homo habilis*, sendo as primeiras pedras recolhidos em Gona, na região do Hadar, país dos Afaris (Etiópia) e contam com 2,5 milhões de anos de antiguidade. Em relação à emissão de mensagens, só muito tempo depois é que o homem passou a recorrer a outros materiais para aperfeiçoar a comunicação. Bordenave (1982) aponta que o homem chegou à associação dos sons e gestos para designar um objeto, dando origem ao signo. Na organização dos signos criados, foram acrescentadas a linguagem escrita e, posteriormente, a linguagem falada. Para que a comunicação humana alcançasse o estágio atual foram necessárias diversas transformações fisiológicas e processos tecnológicos revolucionários.

De acordo com Cardoso e Araújo (2007), os diferentes contextos como histórico, econômico, político, institucional, textual, intertextual, existencial e situacional exercem papel crucial nos processos comunicacionais.

O sistema mecânico da comunicação, para Shannon (1948) é constituído por cinco partes:

1. **Fonte de informação:** Mensagem a ser comunicada ao receptor;
2. **Transmissor:** Operador da mensagem, por meio de sinais, adequadas para sua transmissão;
3. **Canal:** o meio para transmitir a mensagem;
4. **Receptor:** Decodifica a mensagem advinda dos sinais;
5. **Destino:** É a pessoa (ou coisa) para quem a mensagem se destina.

Conforme Jakobson (2010), compõem elementos básicos da comunicação:

- **Código:** Conjunto de sinais que interagem sob regras semânticas e que permitem a interpretação do emissor. O receptor deve conhecer o código para compreender a mensagem;
- **Canal:** Meio físico por onde a mensagem é transmitida;
- **Emissor:** A pessoa que tem a intenção e transmite a mensagem;
- **Receptor:** Quem recebe e interpreta e decodifica a mensagem enviada pelo emissor;
- **Mensagem:** É o objeto da comunicação, é a informação propriamente dita pelo emissor para o receptor;
- **Contexto,** o espaço em que ocorre o ato de comunicação;
- **Contato:** É um canal físico e uma conexão entre o emissor e o destinatário a fim de manter a comunicação entre ambos.

Habermas (1989) chama de agir comunicativo às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação. Pode-se medir o acordo alcançado, em cada caso, pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade, implícitas em qualquer ato de fala.

Para Silva (1999), comunicar com qualidade engloba a compreensão do que desejamos trocar com as pessoas, colocar em comum, através da nossa capacidade de estar trocando com o outro, qual o nível de troca que somos qualificados para fazer-nos ser compreendidos, com o auxílio de nossa disponibilidade e conhecimento

### 3.2. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A comunicação organizacional integra funções administrativas das instituições, tais como as atividades de planejamento, organização, direção e controle, pois estabelece as relações de entendimento para que as pessoas possam interagir como grupos organizados, de forma que permita atingir objetivos preconizados. Na prática das instituições de saúde, sejam públicas ou privadas, os diferentes atores, dentre usuários, profissionais e gestores e seus saberes, o processo comunicativo acontece no contexto das relações preestabelecidas por determinados modelos de assistência. Estas ações são diretamente influenciadas tanto pelo contexto onde ocorrem, quanto pelos valores dos grupos sociais aos quais cada membro está incluído, possibilitando a geração de distorções como a supressão da mutualidade, característica implícita em um processo relacional (Caprara, Franco, 2006).

Segundo Teixeira Filho (2001), as evoluções das empresas, organizações e os processos comunicacionais e informacionais estiveram sempre presentes. Atualmente, esses processos complexos viraram mais que necessários em um contexto de aceleradas transformações sociais. Nesse sentido, as empresas necessitam buscar novos mecanismos para manter a competitividade. Dessa maneira, os processos de comunicação podem servir como instrumentos para a realização das potencialidades estratégias e de integração nas organizações, pois a comunicação promove maior interação dentro das organizações por conta do trabalho em grupo. Assim, as instituições estimulam que as pessoas articulam-se e



relacionam-se muito mais, até pela necessidade do negócio, no caso, a saúde. Destarte, na atualidade, o mundo se comunica mais do que no passado, por conta da tecnologia da informação e do processo de globalização.

Bardash et al (2017) assinalam que o uso das tecnologias de comunicação é uma crescente tendência contemporânea, o que também alcança o trabalho em equipe. O argumento para o seu emprego é a facilidade no repasse das informações. Contudo, seu emprego em excesso e exclusivo pode vir a dificultar e/ou reduzir a colaboração interprofissional. Isso decorre porque o tipo de conversação, que caracteriza a comunicação dialógica, depende de níveis mais aprofundados de relação pessoal. A comunicação superficial caracteriza uma barreira comunicativa de diálogo entre os profissionais e as equipes de diversas especialidades (Curran et al 2015).

Dessa forma, as organizações necessitam buscar novos mecanismos para aprimorar seus processos de comunicação para que possam servir de instrumentos para a realização das potencialidades estratégicas e de integração entre os profissionais.

### 3.3 COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Saúde é considerada uma área eminentemente interdisciplinar e a integração de disciplinas no âmbito dos cursos que preparam recursos humanos para atuar nesse campo, além da práxis, fomentam a constante troca de informações entre os trabalhadores de diferentes áreas do conhecimento.

Conforme Almeida (2019), a comunicação em saúde, em seus diferentes níveis: interpessoal, grupal, societal e mediático, proporciona a transmissão de mensagens verbais e não-verbais com o objetivo de compreensão por parte dos envolvidos e a uma consequente ação promotora de saúde. O compartilhamento de saberes através da formação formal envolve um conjunto de influências (Hargie et al, 1998):

1. Cultura, hábitos e crenças dos participantes;
2. Idade dos participantes;
3. Diversidade profissional dos envolvidos;

4. Interligação e a sequência das matérias abordadas durante a formação;
5. Princípios da educação;
6. Qualidade das fontes e das referências;
7. Qualidade das dinâmicas cognitivas, emocionais e comportamentais, para motivarem a aprendizagem e a retenção do conhecimento;
8. Promoção de relações positivas e florescentes entre os participantes e os docentes, que permitem a continuidade no tempo das relações.

Consoante com Coriolano-Marinus et al, (2014), a comunicação em saúde tem despertado interesse particularmente com o estabelecimento de relações horizontais e democráticas, a humanização da assistência, o protagonismo do indivíduo assistido e o controle social. Entretanto, algumas barreiras dificultam a sua concretude da forma ideal. A (des)comunicação constitui uma dessas barreiras, que se estabelece por meio de filtros perceptivos que podem mudar a mensagem para ouvir o que o receptor deseja, bem como expressar mensagens contraditórias de forma não verbal, pela postura corporal assumida (Mendes e col., 1987).

Na visão de Pedruzzi (2011), em relação à divisão do trabalho em saúde, entende-se que a prática dos médicos é fundadora da técnica científica moderna na área da saúde e, portanto, núcleo original do qual outros trabalhos especializados derivam. Os trabalhos que se separam ou se agrupam ao trabalho médico configuram um conjunto diversificado de áreas profissionais, necessárias à implementação da totalidade das ações que podem viabilizar a atenção integral à saúde. No entanto, configuram-se não somente trabalhos diferentes tecnicamente, mas também desiguais quanto à sua valorização social.

Na perspectiva de Fortuna (1999) existem três concepções distintas sobre trabalho em equipe, cada uma delas destacando os resultados, as relações e a interdisciplinaridade. Nos estudos que destacam os resultados, a equipe é concebida como recurso para aumento da produtividade e da racionalização dos serviços. Os estudos que apontam as relações tomam como referência conceitos da psicologia, analisando as equipes principalmente com base nas relações interpessoais e nos processos psíquicos. No âmbito da interdisciplinaridade estão os trabalhos que trazem para discussão a articulação dos saberes e a divisão do trabalho, ou seja, a especialização do trabalho em saúde. Nessa concepção,

destacam-se estudos acerca das equipes de saúde como base principal de organização dos serviços de saúde.

Pedruzzi (1998) conceitua a equipe multiprofissional como uma modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais. Por meio da comunicação, ou seja, da mediação simbólica da linguagem, dá-se a articulação das ações multiprofissionais e a cooperação

### 3.4. COMUNICAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A comunicação representa um instrumento imprescindível na prática dos trabalhadores de saúde. Em estudo sobre comunicação na concepção de cursos de graduação em medicina, ela foi considerada de forma ampla; no entanto, para uma parcela significativa de entrevistados constitui-se apenas um instrumento para o diagnóstico (Rossi e Batista, 2006).

Sob o ponto de vista de Oliveira e col. (2008), a competência comunicacional no exercício da profissão não é inata, devendo ser abordada e trabalhada nos currículos dos cursos da área de saúde já que demanda aprendizagem contínua e precisa ser sintonizada entre todos os membros da equipe. Deve abranger não somente a capacidade de se fazer claro, mas principalmente escutar de forma acolhedora, não fornecendo apenas um entendimento conceitual, mas considerando os indivíduos na sua subjetividade. Para Agreli et al (2016), o diálogo é ponto indispensável à prática interprofissional colaborativa em saúde.

Para Sørensen et al (2012), o profissional de saúde deve ter amplas competências técnicas, com conhecimentos e habilidades nas áreas da comunicação em saúde, mediação de conflitos e resolução de problemas, marketing em saúde, criatividade, além de um vasto campo de competências sociais. Já para Coriolano-Marinus et al, (2014) os profissionais de saúde precisam se apropriar de tecnologias, conhecimentos, habilidades e técnicas, dentre as quais se situam as práticas da educação em saúde. Entretanto, para que os processos comunicativos em saúde se deem de forma transformadora, a formação dos trabalhadores da área deve ultrapassar a simples aquisição de técnicas e instrumentos rígidos que possam ser utilizados, de forma generalizada, em suas ações educativas. Reitera-se o

desafio de proporcionar experiências formativas também nos processos de educação permanente nos cenários de assistência à saúde, de forma a produzir o compartilhamento de saberes que conduzam à compreensão e entendimento entre os vários interlocutores envolvidos no ato comunicativo.

Os autores Schaiber e Pedruzzi (1999) mencionam que os profissionais de saúde, como sujeitos do processo de trabalho, exercem autonomia técnica. Esta é concebida como a esfera de liberdade de julgamento e de tomada de decisão frente às necessidades de saúde dos usuários. A utilização do conceito de autonomia técnica na análise do trabalho em saúde procede à medida que não é possível desenhar um projeto assistencial que já seja definitivo e único antes de sua implementação. As variadas autonomias dirão respeito à maior ou menor autoridade técnica, socialmente legitimada e não apenas tecnicamente estabelecida, das distintas áreas profissionais e da correlata amplitude da dimensão intelectual do trabalho.

No trabalho de Pedruzzi (2001) foram apresentadas 3 formas de comunicação entre equipes de saúde: uma delas é aquela em que a comunicação aparece externa ao trabalho. A comunicação, embora esperada, não é exercida, ou é exercida apenas como formalização da técnica. Nessa situação, observa-se, por um lado, o padrão restrito de comunicação entre os profissionais, e, por outro, a comunicação ocorre como recurso de otimização da técnica. Em ambas, os agentes experimentam tensão entre o comunicativo e o instrumental, não havendo agir-comunicativo. Outra forma é aquela em que ocorre a comunicação estritamente de caráter pessoal. Os agentes dão destaque à dimensão das relações pessoais baseadas no sentimento de amizade e aliam as dimensões pessoal e tecnológica. Conhecer o profissional equivale a conhecer como é executado seu trabalho e o saber técnico que o fundamenta. A dimensão de sujeito parece ser plena quando, de fato, havendo sobreposição completa entre o agente técnico e o trabalho, ocorre redução da interação, com o que se reduz a noção de trabalho em equipe na mesma direção: a das boas relações interpessoais, independentemente da reiteração das relações hierárquicas de subordinação. Não há, nesse caso, igualmente, agir-comunicativo, embora haja certa forma de comunicação. A terceira expressão é aquela em que a comunicação é concebida e praticada como dimensão intrínseca ao trabalho em equipe. Os agentes destacam como característica do trabalho em



equipe a elaboração conjunta de linguagens comuns, objetivos comuns, propostas comuns ou, mesmo, cultura comum. Dessa maneira, destacam a elaboração de um projeto assistencial comum, construído por meio da intrincada relação entre execução de intervenções técnicas e comunicação dos profissionais. Trata-se da perspectiva do agir comunicativo no interior da técnica, o que, dada a hegemonia instrumental do agir-técnico, também acaba por gerar tensões. A possível cisão ou tensão entre trabalho e comunicação dos agentes decorre do caráter distinto do agir-instrumental e do agir-comunicativo, pois o primeiro visa a um dado fim, enquanto o outro busca o entendimento e o reconhecimento mútuos. Portanto, a prática comunicativa é uma situação em que as mediações são o próprio fim, ou seja, a finalidade é interagir e, nesse processo, construir consensos pertinentes a cada contexto, ao passo que no agir instrumental busca-se um certo resultado independente das adversidades do processo. É por isso que será um agir comunicativo e técnico aquele em que o fim é definido e alcançado por um processo participativo e de intervenção por todos os membros da equipe de saúde.

As diferenças técnicas dizem respeito às especializações dos saberes e das intervenções, entre as variadas áreas profissionais. As desigualdades referem-se à existência de valores e normas sociais, hierarquizando e disciplinando as diferenças técnicas entre as profissões. Dessa forma, correspondem distintas autoridades técnicas e legitimidades sociais às diferentes áreas profissionais, implicando em algumas profissões “superiores” a outras, e que há relações hierárquicas de subordinação entre os profissionais. Portanto, as diferenças técnicas transmutam-se em desigualdades sociais entre os agentes de trabalho, e a equipe multiprofissional expressa tanto as diferenças quanto as desigualdades entre as áreas e, diuturnamente, entre os agentes-sujeitos do trabalho. Os profissionais das diferentes áreas, médicos e não médicos, tendem a reiterar as relações assimétricas de subordinação, mesmo quando repudiam a divisão e a recomposição dos trabalhos. Todos partilham o valor comum atribuído ao modelo biomédico, deixando para segundo plano os saberes e as ações de outros âmbitos da produção do cuidado, tais como educativo, preventivo, psicossocial, comunicacional, que aparecem como periféricos ao trabalho nuclear – a assistência médica individual. Assim, o repisamento das relações de subordinação pode ser compreendido considerando-se a tendência dos sujeitos de replicar as práticas sociais de seu tempo histórico, e a

alienação do agente de sua própria capacidade de ser sujeito no sentido de posicionar-se diante das situações e tomar decisões, ciente das regras e dos valores que legitimam e fundamentam suas práticas.. Por conseguinte, no trabalho coletivo em que há menor desigualdade entre os diferentes trabalhos e os respectivos agentes, ocorre maior integração na equipe. À medida que o trabalho em equipe é construído, efetivamente, na relação intrínseca entre trabalho e interação, quanto mais próximo o estatuto de sujeito ético-social dos agentes, maiores as possibilidades de eles interagirem em situações livres de coação e de submissão, na busca de consensos acerca da finalidade e do modo de executar o trabalho na busca de coesão e eficiência.

Conforme Carli et al (2014), a formação dos profissionais de saúde deve pautar-se nos conhecimentos experimentados, vividos, pois esses permitem formar profissionais com capacidade de solucionar problemas. Assim sendo, a educação deve ser prática e medir sua qualidade frente à necessidade de contribuir para melhorar a situação de saúde da população. A pouca consciência social coletiva e a formação isolada dos contextos sociais levaram ao fato de que os trabalhadores começaram a ser muito mais parte do problema do que da solução dos mesmos. A universidade sem responsabilidade com a comunidade é um erro e os currículos devem incluir, em seus planos, o princípio da responsabilidade social, bem como os conceitos de equidade, acesso universal e qualidade do atendimento. Já para Venturelli (1998) as dificuldades para que a educação dos profissionais de saúde caminhe nessa direção contam com fatores como: a rotina dos docentes, suas experiências anteriores e sua formação, a tendência à privatização, fazendo com que os planos de formação profissional, com uma clara responsabilidade social, não consigam o apoio docente. A década de 80 produziu reforço do individualismo e os docentes de hoje aceitam com dificuldade os caminhos participativos e de progresso social coletivo. Uma mudança nesse terreno poderá ser facilitada mediante formas de aprendizagem participativas e coletivas, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), principal campo de atuação dos estudantes e trabalhadores da saúde.

A interdisciplinaridade, de acordo com Meireles e Erdmann (1999), corresponde a uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum, abrangendo unificação conceitual dos métodos e estruturas em que

as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias, com o objetivo de construir um novo conhecimento. Como efeito, a interdisciplinaridade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica impostas pelas questões de saúde.

Para Adams (2014), a prática interprofissional colaborativa em saúde permite influenciar de forma sinérgica sobre o cuidado e melhorar o acesso à saúde, aperfeiçoando a alocação dos recursos, aprimorando a eficiência dos serviços, apurando os resultados e racionalizando os custos no cuidado em saúde.

### 3.5 A COMUNICAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA GERENCIAL

Processos inteligíveis possuem maior capacidade de êxito para o alcance de metas, reduzindo insegurança e falhas nos atendimentos em saúde. Teixeira Filho (2001) pontua que os processos de comunicação eficientes são responsáveis diretos pela eficácia das ações de gestão do conhecimento nas organizações, pois permitem que a informação correta chegue a quem deve chegar, da forma como deve se apresentar, e de maneira que o entendimento seja entendível e inequívoco.

Em conformidade com Baldisserra e Bueno (2014) a liderança é uma importante ferramenta porque permite aglutinar os processos de reflexão-teorização da realidade vivenciada, com contribuições à construção do conhecimento.

Motta (1991) evidencia que a liderança é a expressão de apoio e confiança; é o desenvolvimento de um real sentido de interdependência entre os integrantes, com respeito às individualidades; sendo a comunicação fundamental para o exercício da influência, para a coordenação das atividades grupais e, portanto, para a efetivação do processo de liderança. O êxito do líder está relacionado com a sua habilidade de comunicação; envolvendo a utilização sistemática de símbolos para transmitir informação e alcançar entendimento sobre uma situação.

Diante da imprescindível reorganização dos serviços de saúde, urge a necessidade de profissionais da área da saúde dotados de habilidades e de instrumentos de gerência e liderança, uma vez que, investir no desenvolvimento das habilidades de liderança provoca impacto direto sobre a capacidade dos gestores para promover melhorias contínuas nos serviços. Para o exercício de uma liderança

eficaz é imprescindível aliar às características pessoais, o desenvolvimento de habilidades referentes à dimensão organizacional e à interpessoal, especialmente no que diz respeito à comunicação e à interação humana (Motta, 1998).

Por meio de uma efetiva liderança nos serviços de saúde, esses locais poderão promover a reorganização da atenção e do trabalho em saúde, permitindo criar um ambiente propício para o atendimento resolutivo e para a manutenção de um espaço corporativo mais atrativo para profissionais de saúde.

#### 4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura realizada a partir da busca de artigos nas bases de dados Literatura Latino- -Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MedLine) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores: comunicação, comunicação em saúde, comunicação entre profissionais de saúde, comunicação organizacional e comunicação e liderança. Procedeu-se ao cruzamento dos descritores comunicação e demais descritores para elucidar as práticas de comunicação em serviços de saúde.

A revisão integrativa, segundo Mendes et al. (2008), inclui a análise de pesquisas relevantes que subsidiam a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando um apanhado amplo do conhecimento de um determinado assunto. Ademais, viabiliza apontar as lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas, assim como conduzir a síntese de estudos publicados com conclusões gerais sobre uma determinada área de estudo.

Souza e Carvalho (2010) mencionam que a revisão integrativa proporciona a síntese de conhecimento e a aplicabilidade dos resultados de estudos significativos na prática, englobando a aplicação das etapas do método científico, definição do problema de pesquisa, busca das informações na literatura, avaliação crítica dos estudos incluídos, identificação da aplicabilidade dos dados coletados. Dessa forma, permite a inclusão de estudos de diferentes abordagens metodológicas, transversais, longitudinais, qualitativos, de reflexão e revisões narrativas.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O processo comunicativo é definido como um ato caracterizado não por relações de poder, mas por atitudes de sensibilidade, aceitação e empatia entre os sujeitos, em um universo de significações que envolvem tanto a dimensão verbal como a não verbal (postura e gestos). Nesse processo, é relevante o interesse pelo outro, a clareza na transmissão da mensagem e o estabelecimento de relações terapêuticas entre trabalhadores e usuários (Braga e Silva, 2007; Silva e col., 2000).

O trabalho em equipe multiprofissional consiste em uma modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais. Por meio da comunicação, ou seja, da mediação simbólica da linguagem, dá-se a articulação das ações multiprofissionais e a cooperação (Peduzzi, 1998).

Vale ressaltar que aprimorar estratégias para comunicação efetiva, seja de forma verbal ou não, é fundamental para o desempenho de atividades por diferentes categorias profissionais, desde que ocorra clareza acerca das informações e os resultados esperados.

O que oportunizar a maior ou menor integração entre membros da equipe será a prática de argüição da técnica e da desigual valoração social dos distintos trabalhos por meio do agir-comunicativo, visto que este pressupõe não somente compartilhar premissas técnicas mas, sobretudo, um horizonte ético. (Peduzzi, 2001).

Gocan (2014) esclarece que a comunicação é um aspecto crucial para o desenvolvimento da cultura de grupo, além de criar um senso comum de realização dentro da equipe, o que permite exercer a colaboração interprofissional efetiva nas organizações de saúde.

É imperioso destacar que o líder efetivo aprimora suas próprias habilidades e seu relacionamento com os demais profissionais, clientes e com todo o ambiente que o cerca, além de não se apoiar na tradicional posição de poder como caminho para influenciar pessoas (Size, 2006).

Resta inferir que a comunicação constitui uma poderosa ferramenta estratégica para gestão de equipes e gerenciamento dos diferentes serviços de saúde.

## 6. REFERÊNCIAS

1. ACQUA, M. C. Q. D. et al. Comunicação da equipe multiprofissional e indivíduos portadores de hipertensão arterial. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 43-48, 1997.
2. ADAMS, T. L. et al. The metamorphosis of a collaborative team: from creation to operation. USA: **J Interprofessional Care**, 28(4):339-44, 2014.
3. AGRELI, H. F. et al.. **Atenção centrada no paciente na prática interprofissional colaborativa**. Interface (Botucatu): 20(59):905-16, 2016.
4. ALMEIDA, C. V. Modelo de comunicação em saúde ACP: As competências de comunicação no cerne de uma literacia em saúde transversal, holística e prática. In C. Lopes & C. V. Almeida (Coords.), **Literacia em saúde na prática** (pp. 43-52). Lisboa: Edições ISPA [ebook], 2019.
5. ARSUAGA, J. L.. **O colar do neandertal: em busca dos primeiros pensadores**. São Paulo: Globo, p. 349, 2005.
6. BALDISSERA, V. D. A.; BUENO, S. M. V. A educação permanente em saúde e a educação libertária de Paulo Freire. **Cienc Cuid Saúde**: 13(2):191-2, 2014.
7. BARDASH, S. H. et al. Perspectives of health care practitioners: an exploration of interprofessional communication using electronic medical records. USA: **J Interprofessional Care**: 31(3):300-6, 2017.
8. BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1<sup>a</sup> ed., 1982.
- BRAGA, E. M.; SILVA, M. J. P. Comunicação competente: visão de enfermeiros especialistas em comunicação. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 410-414, 2007.
9. BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso em ago 2022.
10. CARDOSO, J. M.; ARAÚJO, I.S. **Comunicação e saúde. Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/comsau.html>. Acesso em jul 2022.
11. CARDOSO, O.O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública** 40 (6): 1123-44, 2006.

12. CARLI, F. et al. Acolhimento e vínculo nas concepções e práticas dos agentes comunitários de saúde. **Texto Contexto Enfermagem**: 23(3):626-32, 2014
13. CAPRARA, A.; FRANCO, A. Relação médico-paciente e humanização dos cuidados em saúde: limites, possibilidades, falácias. In: DESLANDES, S. (Org.). **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.85-108, 2006.
14. CORIOLANO- MARINUS, M. W. L et al. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. **Saúde Soc**. São Paulo, v.23, n.4, p.1356-1369, 2014.
15. CURRAN, V. et al. The use of information and communications technologies in the delivery of interprofessional education: a review of evaluation outcome levels. USA: **J Interprofessional Care**: 29(6):541-50, 2015
16. FERMINO, T. Z.; CARVALHO, E. C. A comunicação terapêutica com pacientes em transplante de medula óssea: perfil do comportamento verbal e efeito de estratégia educativa. **Cogitare Enfermagem**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 287-289, 2007.
17. FORTUNA, C. M. **O trabalho de equipe numa unidade básica de saúde: produzindo e reproduzindo-se em subjetividades** [Dissertação]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; 1999.
18. GOCAN, S. et al. Interprofessional collaboration in Ontario's family health teams: a review of the literature. Canada: **J Res Interprofessional Practice and Education**; 3(3):1-19, 2014.
19. HABERNAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1989.
20. HARGIE, O. et al. **A survey of communication skills training in UK schools of medicine: Present practices and prospective proposals**. Medical Education, 1998.
21. JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.
22. MEIRELES, B. H. S.; ERDMANN, A. L. A questão das disciplinas e da interdisciplinaridade como processo educativo na área da saúde. **Texto Contexto Enfermagem**: jan/abr; 8(1):149- 65, 1999.
23. MENDES, I. A. C.; TREVIZAN, M. A.; NOGUEIRA, M. S. Definições teórica e operacional do conceito de comunicação. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 204-219, 1987.
24. MENDES, K. D. S. et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Florianópolis. **Contexto Enferm**, Out-Dez; 17(4): 758-64, 2008.

- 25.MOTTA, P.R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- 26.MOTTA, P. R.. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record; 1998
- 27.NOGUEIRA, J. W. S.; RODRIGUES, M. C. S. Comunicação efetiva no trabalho em equipe em saúde: desafio para a segurança do paciente. Curitiba, **Cogitare Enferm**. 2015 Jul/set; 20(3): 636-640, 2015.
- 28.OLIVEIRA,A. et al. A comunicação no contexto do acolhimento em uma unidade de saúde da família de São Carlos, SP. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, v. 12, n. 27, p. 749-762, 2008.
- 29.PEDUZZI, M. **Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação** [Tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 1998.
- 30.PEDUZZI, M. **Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia**. São Paulo: Rev Saúde Pública, 35(1):103-9, 2001.
- 31.ROSSI, P. S; BATISTA, N. A. O ensino da comunicação na graduação em medicina: uma abordagem. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, v. 10, n. 19, p. 93-102, 2006.
- 32.RUDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre, Artmed, 2011.
- 33.SCHRAIBER, L. B.; PEDRUZZI M.. Tendências e possibilidades da investigação de recursos humanos em saúde no Brasil. **Educ Méd Salud**;27:295-313, 1999.
- 34.SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, Vol 27, p. 379-423. 1948. Disponível em: <https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>. Acesso em jul 2022
- 35.SILVA, M. J. P.. Qual a mensagem que quero transmitir quando cuido? São Paulo: **Rev Soc Bras Cancerologia**, 2(8):3-8, 1999.
- 36.SIZE, T. Leadership development for rural health. USA: **North Carolina Medical J.**:67(1):71-6, 2006.
- 37.SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, M. D. **Integrative review: what is it?: how to do it?**. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.
- 38.SØRENSEN, K. et al. Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. **BMC Public Health**, 2012.



39. TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2001.

40. TEIXEIRA, E. R.; VELOSO, R. C. O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. Florianópolis: **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 320-325, 2006.

41. TEIXEIRA, J. A. C. **Psicologia da Saúde**. Portugal: Climepsi Editores, 2007.

42. TORRES, J. S. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

43. VENTURELLI, J. Os aspectos educacionais na reforma da educação e nas profissões de saúde. In: Almeida M, Feuerwerker L, Llanos M, organizadores. **A educação dos profissionais de saúde na América Latina: teoria e prática de um movimento de mudança**. São Paulo: Hucitec, p.145- 64, 1999.

*\*Enfermeira Sanitarista com especialização em Saúde Coletiva e da Família, Gestão Clínica do Cuidado, Mediação de Processos Educacionais na Modalidade Digital, MBA em Gestão de Saúde 4.0, Mestranda em Saúde Coletiva e doutoranda em Saúde Coletiva*

**A ADAPTAÇÃO DE INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS E O PROCEDIMENTO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA****THE ADAPTATION OF TECHNOLOGICAL INSTRUMENTS AND THE EVALUATION PROCEDURE IN INCLUSIVE****MELO, Cícero Ridalro Gonçalo de**

Graduado em Pedagogia pela URCA (Universidade Regional do Cariri). Graduado em Matemática pela URCA (Universidade Regional do Cariri) Pós-Graduado em Matemática pela EDUCON (Tecnologia em Educação Continuada) Mestrando em Ciências da Educação pela UTIC (Universidad Tecnológica Intercontinental)

**MELO, Djane Gomes Gonçalo de**

Graduada em Pedagogia pela IJES (Instituto Juazeiro de Educação Superior)

**MELO, Bruna Freitas Ricarte de**

Graduada em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Pós-Graduada em Psicopedagogia clínica e institucional pela UNI-JUAZEIRO

**GONÇALO, Francisco Renan Barbosa**

Graduado em Letras pela URCA (Universidade Regional do Cariri). Pós-Graduado em Psicopedagogia pela Faculdade FUTURA

**RESUMO:** O presente estudo tem como tema “a adaptação de instrumentos tecnológicos e o procedimento avaliativo na educação inclusiva”, tendo em vista inúmeras inquietações a respeito do verbo infinitivo avaliar. O objetivo deste artigo é reconhecer e aplicar diferentes metodologias que incremente políticas de inclusão para que possibilite a aprendizagem do estudante com autismo na escola regular de ensino. Considera-se que na avaliação é fundamental reconhecer a dessemelhança das habilidades de cada alunos, utilizando nesse procedimento abordagens inclusivas com investidas adaptativas para garantir uma aprendizagem justa e significativa. Os fundamentos da abordagem têm caráter qualitativa, onde os principais procedimentos utilizados foram coleta de dados, entrevistas, relatórios e observações, na abordagem do acompanhamento e evolução envolvendo a estudante de 1º ano do ensino médio: Maria Isadora Gonçalo de Melo, acompanhada da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) Bruna Freitas Ricarte de Melo titular do colégio estadual Plácido Aderaldo Castelo no município de Caririaçu estado do Ceará. Acrescenta-se também os valiosos depoimentos da segunda entrevistada: A cuidadora Regina Felix Roque Valentim. Os resultados apurados mostraram que o estudante com TEA (Transtorno do Espectro Autista), apresentam dificuldades e vagarosidade na aprendizagem, no caso específico da aluna em estudo, apresenta também baixa visão, onde aumenta os desafios. Todavia, é importante confiar nos recursos didáticos e compreender que a metodologia de ensino é vasta e flexível, aumentando assim a qualidade no ensino. Outros recursos tecnológicos que merecem destaque: TA (Tecnologia Assistiva), as TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação), Plataforma 123 autismo dentre outras, que sem dúvida proporciona qualidade no ensino, autonomia e independência no desenvolvimento do educando.

**Palavras-chave:** Avaliação inclusiva, metodologia tecnológica, avaliativa.

**ABSTRACT:** The present study has as its theme “the adaptation of technological instruments and evaluative procedure in inclusive education”, in view of numerous concerns about the infinitive verb evaluate. The objective of this article is to recognize and apply different methodologies that increase inclusion policies to enable the learning of students with autism in regular schools. It is considered that in the evaluation it is fundamental to recognize the dissimilarity of the abilities of each student, using in this procedure inclusive approaches with adaptive investments to ensure a fair and meaningful learning. The fundamentals of the approach have a qualitative character, where the main procedures used were data collection, interviews, reports and observations, in the approach of monitoring and evolution involving the student of 1st year of high school: Maria Isadora Gonçalo de Melo, accompanied by the teacher of the AEE (Specialized Educational Service) Bruna Freitas Ricarte de Melo holder of the state school Plácido Aderaldo Castelo in the municipality of Caririaçu state of Ceará. . The results showed that the student with ASD (Autism Spectrum Disorder), present difficulties and slowness in learning, in the specific case of the student under study, also has low vision, where the challenges increase. However, it is important to rely on didactic resources and understand that the teaching methodology is vast and flexible, thus increasing the quality of teaching. Other technological resources that deserve to be highlighted: AT (Assistive Technology), ICTs (Information and Communication Technology), Platform 123 autism among others, which undoubtedly provides quality in teaching, autonomy and independence in development within the limitations of the learner.

**Keywords:** Inclusive evaluation, technological methodology, evaluative.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino vem despertando importantes tomadas de decisões com respeito aos direitos fundamentais, legais e metodológico. As entidades normativas designadas aos direitos a inclusão social analisam e orientam estilos diversificados bem como ritmos de aprendizagens diferenciadas que são peculiares a cada indivíduo. O resultado do sistema inclusivo na sua essência é muito lento o que implicam num complexo esforço coletivo com recursos didáticos e implementos de parcerias. São diversas estratégias de ensino somadas a intermináveis associações educativas seja ela dentro da comunidade escolar ou fora dela, todos devem colaborar e discutir a melhor forma curricular apropriada a formação do discente. Em passos lentos, porém gradativamente essa ideia da defesa da inclusão vem ganhando minúsculos espaços na esperança de uma educação de qualidade para todos.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

Nesse sentido, o conjunto escolar busca promover a difícil inclusão integral do autista em sala de aula regular, faz-se necessário que os profissionais de educação que nela atuam tenham uma formação adequada e especializada. Com isso, permitem-lhes conhecer as características peculiares atuando diretamente nas dificuldades individuais de cada indivíduo. Os novos posicionamentos e as atualizações do currículo pedagógico perante atuação direta com o discente com TEA (Transtorno do Espectro Autista), exige do professor um fiel aperfeiçoamento adequando suas modificações metodológicas na prática de ensino. A formação continuada e o aprimoramento pedagógico desses profissionais da educação são fatores essenciais para o desenvolvimento e formação do educando, na esperança da melhoria dos resultados efetivos da inclusão social, que, por sua vez é um processo lento que depende de um complexo ânimo coletivo e sobretudo investimentos de recursos didáticos, tecnológicos e físicos (SILVA; BROTHERHOOD, 2009).

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1- LEIS NACIONAIS QUE AFIANÇAM A INCLUSÃO ESCOLAR

Detalha-se algumas leis nacionais que amparam e estabelecem suporte à inclusão escolar, que, na maioria dos casos refere-se às pessoas com algum tipo de deficiência dentro do processo de aprendizagem educativa. As leis em gerais, ocasionam importantes avanços na abordagem do direito de acesso igualitário à educação. Recomenda-se ainda que o acesso mencionado à educacional deve ser abarcado em todos os níveis e modalidades da educação, sem quaisquer cobranças extras por parte das entidades escolares pela implementação dos recursos financeiros e dos investimentos na acessibilidade. Há um embate com relação a matrícula do estudante autista, por exemplo, ser matriculado na rede regular de ensino. O texto em destaque enfrenta dura oposição de vários educadores que estudam o assunto a fundo, ressaltam que o texto não cita explicitamente que em vez de escolas especiais, sejam matriculados na rede regular de ensino. Destacam que o Ministério da Educação (MEC) está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que é do ano de 2008. Vejamos algumas leis nacionais que amparam à inclusão escolar em ordem cronológica:

**1961 – Lei Nº 4.024:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

**1988 – Constituição Federal:** O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

**1990 – Lei Nº 8.069:** Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações



e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

**1996 – Lei Nº 9.394:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** No âmbito da **Educação Inclusiva (EI)**, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

**2008 – Decreto Nº 6.571:** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.

**2019 – Decreto Nº 9.465:** Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

Disponível em :<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> Acesso: 25 ago. 2023.

Considerando-se as características dos estudantes com TEA, relacionadas em especial às dificuldades de comunicação e interação social, a educação inclusiva é considerada de fundamental importância para o desenvolvimento desses estudantes e constitui um direito para os mesmos. “A inclusão escolar promove aos estudantes com TEA oportunidades de convivência com outros estudantes da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social” (FILHO; LOWENTHAL, 2013, p. 134). É importante observar que os estudantes com TEA possuem um estilo cognitivo diferenciado, exigindo estratégias de ensino específicas e recursos didáticos adaptados (MORAES, 2004).

É formidável ressaltar que a Educação Inclusiva tem um conceito mais extenso, abrangendo não apenas os estudantes com algum tipo de deficiência como também todos aqueles alunos que por algum pretexto tenham negado o seu direito de permanecer incluídos em uma comunidade escolar regular de ensino. Inclui-se aqueles também que apresentam claramente pequenas dificuldades de concentração, conversação e intercâmbio social. Assim sendo, a inclusão escolar estabelece e procura nos estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista) a oportunidades de convivência coletiva. Dessa forma, a inclusão educacional deve ser uma educação de qualidade para todos (SILVA, 2011).

Os avaliados têm o direito de ter suas características conhecidas, entendendo-se que suas deficiências e limitações não são atributos imutáveis, numa visão fatalista e determinística. “Este raciocínio se estende, também, às potencialidades identificadas que podem ser enquadradas e conformadas a padrões mínimos de desempenho (Delou, 2002, Apud Delou 2001).

Compreende-se que qualquer aluno com algum tipo de necessidades educacionais especiais têm o direito de serem acompanhados na realização das atividades diárias e conseqüentemente serem reconhecidos e enquadrados dentro do processo educativo. O mediador, com todo preparo, está a par das principais dificuldades de aprendizagem do educando para uma possível intervenção metodológica no intuito de agregar potencialidades e habilidades. É importante ressaltar que a inclusão no complexo processo educativo se depara com inúmeros desafios e limitações que, por sua vez, não são estagnadas nem imutáveis, necessita-se de diferentes intervenções pedagógicas visando a desenvoltura significativa do educando, tais intervenções feitas através de interatividade específicas que favoreçam a mínima evolução da aprendizagem.

3

### 3. MATERIAL E MÉTODO

#### AUTISMO 123: FERRAMENTA MATEMÁTICA QUE FACILITA O PROCESSO AVALIATIVO

Este método tecnológico matemático auxilia essencialmente os princípios de organização de contagem, estimula o raciocínio, estruturação das atividades e do tempo corrido, envolve e distrai a mente, a ferramenta





utilizada pelo estudante visa compensar os déficits característicos do espectro do autismo e proporcionar entretenimento e ganhos significativos para o convívio intelectual e social (FONSECA, CIOLA, 2014).

Nesse sentido a ferramenta tecnológica utilizada como instrumento para avaliar estudante onde visa contrabalançar os déficits característicos do autismo, Assmann (1998 apud Faria, 2001, p. 67) cita que: “A educação só alcançará a qualidade desejável quando gerar experiências de aprendizagem, criatividade para construir conhecimentos e habilidades para saber acessar fontes de informação sobre os mais variados assuntos”.

Por essas e outras razões, as metodologias de ensino voltado especificamente para alunos com qualquer grau de autismo exige uma cautela coletiva e uma imediata intervenção de toda comunidade escolar. Mira-se compensar as dificuldades e os déficits naturais existentes e específico dos alunos com espectro do autismo. Com as atividades lúdicas do cotidiano mesclada ao aplicativo “autismo 123” preferencialmente auxiliado por um profissional especializado na área, certamente diminui a desigualdade e alavanca a concentração em sala de aula. A inclusão destas metodologias e suas aplicabilidades citadas auxiliadas pelo profissional especializado promover um aprendizado eficaz estimulando um raciocínio lógico matemático bem como nas demais disciplinas.

Percebe-se que é de enorme importância a sintonia das responsabilidades pela educação que deve ser compactada em conjunto, visando o benefício dos indivíduos diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. A coletividade pela educação é necessária para obter-se êxito na aprendizagem e o mínimo de evolução. Com isso o direito à inclusão é efetivado perante uma ação direta em forma de diagnóstico, que anteriormente verificado as necessidades individuais e as dificuldades do educando. Atividades diagnosticas são formas avaliativas que deve ser constantemente revista e aprimorada para que se descubra um perfil para uma intervenção de acordo com a necessidade de aprendizagem na busca constante da interação e da inclusão.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

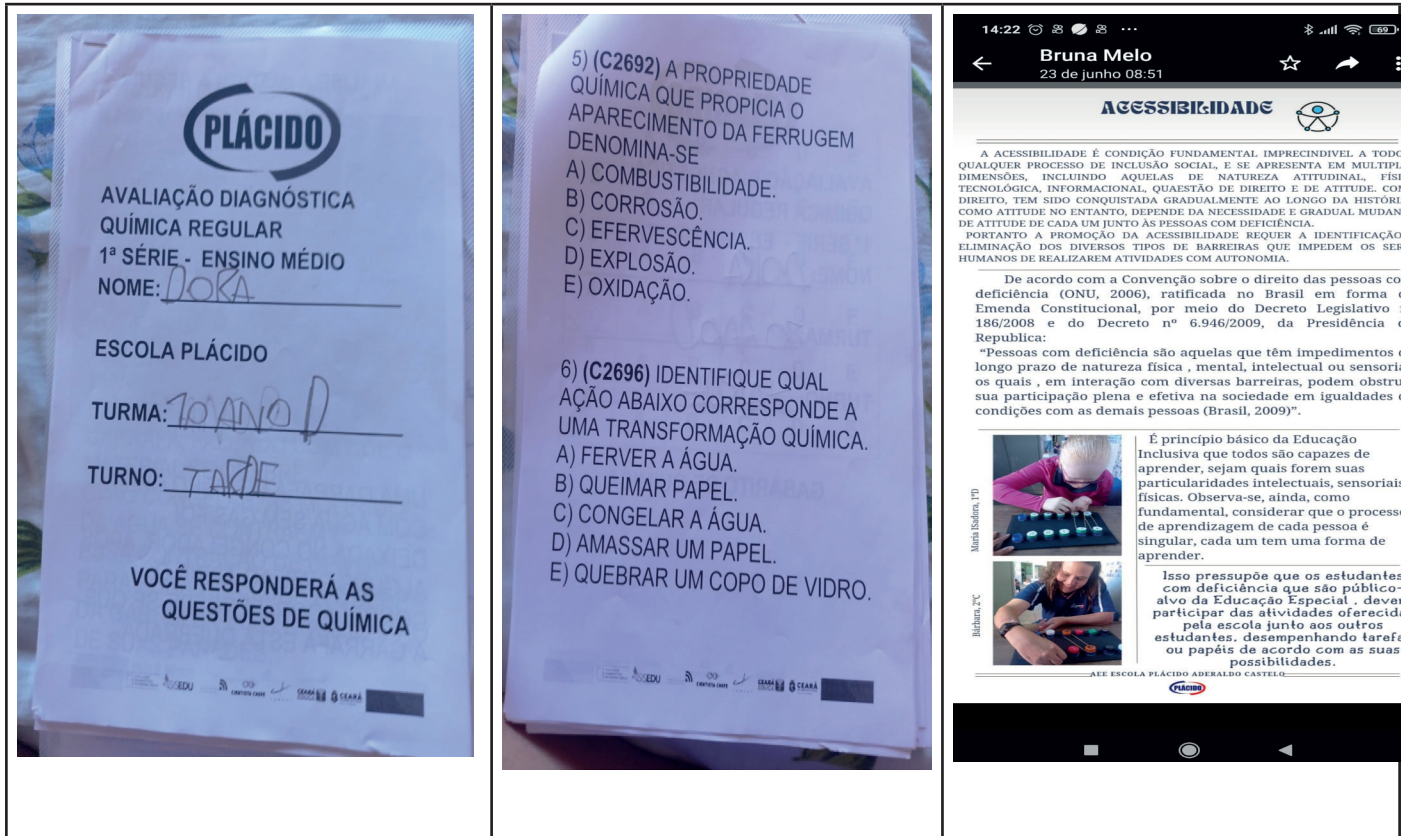
##### **RELATO DE EXPERIÊNCIA: SERVIDORAS DA ESCOLA PLÁCIDO ADERALDO CASTELO EM CARIRIAÇU - CEARÁ**

É necessário, propiciar tarefas contextualizadas e dinâmicas na perspectiva de procedimento avaliativo, presando o respeito e o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo. Quanto aos procedimentos metodológicos analisa-se de forma sistemática, ainda vale salientar que a avaliação procura a ampla valorização da dimensão socioafetiva. Não há separação entre razão e emoção. Há uma preocupação com o desenvolvimento de valores necessários para uma vida saudável, solidária, para um ser humano sensível. É uma avaliação formativa, continuada e integrada ao ensino e à aprendizagem (VEIGA, 2008).

Nessa visão, destacamos relatos, fotos e entrevistas realizadas com duas funcionárias que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais que estuda na rede regular de ensino da escola Plácido Aderaldo Castelo, município de Caririaçu no estado de Ceará. Instigou-se relevantes assuntos de natureza curricular, metodológicas e procedimentos avaliativos com alunos especiais, A tutora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) Bruna Freitas (33a, Psicopedagoga) ressaltou que:

Ao tratarmos de avaliação inclusiva podemos afirmar que ela deverá estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferentes características e necessidades educativas de cada educando. Logo, devemos ter atenção às especificidades de cada aluno para que ele possa avançar. Entende-se que cada aluno é único, independente da deficiência pois, isso quer dizer que serão levadas em consideração o nível de aprendizagem de cada indivíduo. A avaliação é realizada, por meios de observações nos avanços de cada aluno. De acordo com as habilidades de cada aluno foram feitas adaptações nas avaliações externas para atender a necessidade de cada discente. A exemplo disso, temos alunos com baixa visão em que, ampliamos a fonte do material para que ele pudesse ter acesso às provas que são enviadas pelo estado, como também selecionamos as questões de acordo com o entendimento da linguagem do aluno.

**Figura 1: Avaliação diagnóstica de Química ampliada adaptada e trabalho sobre acessibilidade**



Questionou-se em entrevista uma segunda funcionária da escola Plácido Aderaldo Castelo, na ocasião, presta cuidados a aluna autista Maria Isadora Gonçalo de Melo. Os questionamentos abordados tratam de alguns requisitos básicos tais como: Como é a convivência da aluna dentro e fora da sala? Ela está recebendo confiança de andar sozinha no pátio? Ela compreende as regras coletivas exigida pela escola? Regina Felix Roque Valentim (28a, Cuidadora) afirmou que:

Ela está aos poucos ganhando confiança e dominando de forma lenta uma forma própria de comunicação e pequena interação com os demais colegas. Na maioria das vezes, busca sozinha seu lanche na hora do intervalo, e compreende que lugar de lixo é na lixeira, isso parece irrelevante, todavia, eleva o nível de desenvolvimento do aluno identificando regras a serem cumpridas e que são exigidas dentro da sociedade. Os avanços são minúsculos, contudo, é essencial e faz toda diferença para a liberdade e consequentemente para a qualidade de vida do educando.

**Figura 2: A aluna Maria Isadora demonstrando total confiança em relação as entrevistadas mencionadas**





A qualidade de vida do educando autista, inicia na com pequenos detalhes, os quais fomenta a autonomia do educando avançando através de pequenas gestos, acatando os limites peculiares do indivíduo. Nesse processo, recomenda-se paciência que compreenda a necessidade do outro. O domínio da comunicação no intuito do ensino é essencial, tornando um poderoso procedimento metodológico natural, pois a boa dicção clara promove a cooperação e evolução entre os envolvidos. Os objetivos se tornam mais vivos e acessíveis quando ferramentas de aplicabilidade entram em conexão, nesse caso, o ouvinte e o falante. Nesse pensamento Moran (2009, p. 32) define:

Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Para que o progresso e o desenvolvimento do discente seja acompanhado com mais clareza e precisão, diferentes formas de avaliação e metodologias deveriam ser refletidas e revistas ao longo do processo. É necessário mudanças na postura por parte do discente, bem como no método do professor no atendimento individualizado que contribui significativamente no êxito escolar. Visando colaborar para o desenvolvimento do aluno, a avaliação formativa quando incorporada no procedimento educacional regular, dá qualidade as práticas em sala de aula e atender as necessidades reais do aluno no sentido de manter os professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar a superá-las. (UNESCO, 1994).

[...] o processo avaliativo deve focalizar: o contexto da aula (metodologias, procedimentos didáticos, atuação do professor, relações interpessoais, individualização do ensino, condições físico-ambientais, flexibilidade curricular, etc.); o contexto escolar (projeto pedagógico, funcionamento da equipe docente e técnica, currículo, clima organizacional, gestão, etc.). (BRASIL, 1999, p. 57).

Identifica-se que para realização da avaliação formativa exige mudanças nos métodos e nas atitudes dos profissionais da educação. Solicita-se destes, uma espécie de mutação na função e execução como facilitadores da aprendizagem, são eternos aprendizes na conjuntura avaliativa junto aos estudantes, atuando de forma flexível e cooperativa. O diálogo é essencial para harmonizar o feedback sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento e a autonomia do estudante. Essa metodologia avaliativa quando executada de forma verdadeira, seus resultados são surpreendentes e eficientes. Com formato de larga abrangência, a avaliação formativa invade nesse processo todo corpo escolar. Os gestores das entidades escolares, por exemplo, têm papel crucial numa perspectiva de uma gestão aberta e democrática para a contribuição na construção do conhecimento. É sabido que os avanços de resultados não são imediatos, são bem desafiadoras e envolve diferentes setores escolares e extra escolares. Espera-se dos alunos uma postura ativa gradual e responsável para a formação de seres participativos diante da construção da autonomia e do próprio conhecimento.

**Figura 3: A aluna Maria Isadora nas atividades** **Figura 4: O pátio da escola Plácido**

Maria Isadora, 1ºD



Para que aconteça a inclusão com o mínimo de qualidade, faz-se necessário uma análise aprofundada priorizando metas em conjunto com toda comunidade escolar, isso exige investimentos governamental de larga escala, citamos: Formação contínua dos profissionais, construção da estrutura física adequada, elaboração e



aplicação de projetos que garantam que visam a autonomia das pessoas com deficiência. recursos tecnológicos e métodos de avaliação adequados. Segundo Gil (2005, p.18):

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Para uma aprendizagem significativa e um desenvolvimento harmônico, os níveis das tarefas e propostas são peculiares para cada indivíduo, no intuito de avaliar o aprendizado do discente com necessidades educacionais especiais. A metodologia aplicada deve ser verificada com cautela por parte do professor. Nesse sentido, cada utensílio tecnológico deve ser averiguado e adaptado no emprego dos métodos convencionais. Tendo em mente que pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) se distraem ou se desconcentram dos conteúdos propostos com certa facilidade (FERREIRA; FRANÇA, 2017) e têm significativas dificuldades com foco atencioso, na concentração explicativa em sala de aula e raciocínio lógico requeridos para aprendizagem de conceitos matemáticos (REDERD; SANTOS; HEES, 2018).

O professor necessita ter todo conhecimento das dificuldades do educando com necessidades especiais para que pedagogicamente possa estudar e potencializar o aprendizado dentro das limitações peculiares de cada indivíduo. Identifica-se a existência de outros alunos dentro do universo escolar que necessita de um apoio extra visando a melhor compreensão e desenvolvimento, assim favorece a evolução coletiva com equilíbrio dos conteúdos programáticos. O apoio do cuidador é de suma importância nesse processo, dando suporte no auxílio das rotineiras atividades, que se estende a toda classe quando exigido, seja o aluno com deficiência ou não. Esse profissional de apoio deve participar constantes formações e treinamentos especializados para exercer com concisão tal função. Almeja-se então, que esse profissional de apoio tão importante quanto o professor compreenda o conteúdo básico escolar aplicado na sala de aula para que o mesmo sirva de ponte de ligação complementando o avanço da qualidade de vida do aluno autista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino vem despertando importantes tomadas de decisões com respeito aos direitos fundamentais, legais e metodológico. Com o aumento considerado das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) nas escolas regulares de ensino, estimulou um avanço significativo na utilização de tais equipamentos pedagógicos, porém, ainda tímido por falta de manuseio adequado por parte do professor. Identifica-se que com a execução das mídias aumenta as possibilidades na qualidade da educação, desse modo, insulta as habilidades dos discentes.

Nota-se que, o avanço na perspectiva da inclusiva em grande escala é uma realidade longe de ser alcançada, a falta de investimentos em qualificar profissionais e na construção de salas padronizadas é um fator preocupante e que diminui a qualidade na educação inclusiva. A ausência de políticas organizacional gera atraso nos resultados, mesmo com inúmeras dificuldades e com pouquíssimos recursos, acreditemos no trabalho e no compromisso.

Conclui-se que para acontecer a avaliação formativa e a inclusão escolar, alterações de métodos devem ser revistos por parte dos profissionais da educação. Estes, devem atuar como facilitadores da aprendizagem, são eternos aprendizes na conjuntura avaliativa junto aos estudantes, atuando de forma flexível e cooperativa. O diálogo é essencial para harmonizar o feedback com o objetivo de promover o desenvolvimento e a autonomia do estudante com necessidades especiais. Quando os assuntos são relevantes junto a vivência do educando, o que chamamos de contextualização, tornando prazeroso em compreender, pensando assim, o aplicativo “autismo 123” é um método de ensino agradável voltado a matemática básica.

Finalizando a pesquisa, identificamos nas entrevistas que quando a aluna Maria Isadora quando insultada a pegar sua própria merenda na cantina, isso gera uma profunda liberdade automática que aumenta sua desenvoltura social. São esses pequenos e invisíveis gestos que dão qualidade e significado a educação. O processo é doloroso e lento, mas com esperança e perseverança acreditemos que tudo é possível, inclusive inclusão.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental.





Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CIOLA, J.C.B e FONSECA, M.E.G.F. Vejo e aprendo: fundamentos do Programa TEACCH: o ensino estruturado para pessoas com autismo. 1. ed. -- Ribeirão Preto, SP: **Book Toy**, 2014.

DELOU, C.M.C. **Parecer encaminhado ao MEC/SEESP, por solicitação, acerca do presente documento.** Mimeo, 2002.

FARIA, E. T. O professor e as novas tecnologias. In: ENRICONE, D. (Org.). **Ser professor**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. P. 57-72.

FERREIRA, M. M. M., FRANÇA, A. P. O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, V.11, N. 38. 2017 - ISSN 1981- 1179.

FILHO, José Belizário; LOWENTHAL, Rosane. A inclusão escolar e os transtornos do espectro do autismo. In: SCHMIDT, Carlos (Org.). **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: **Papirus Editora**, 2013.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Universidade de São Paulo, 2005.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender: Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido.** Toronto, Ontario – Canada, 2ª edição, 2004.

MORAES, César de. **Estudantes Autistas na Escola. Revista Viva Saúde.** Disponível em: [www.revistaviva-saude.uol.com.br](http://www.revistaviva-saude.uol.com.br). Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, E. C. S. da. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, I P. A. V. (Org.) **Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão.** In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, 2007. Disponível em: **A formação docente na perspectiva da inclusão: Científico (unesp.br)** Acesso em: 26 ago.2023.

#### AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, simplesmente pelo milagre da vida e do amor;

Meus pais, Ana Salustriano Melo e Cícero Barbosa Gonçalo pela compartilha do carinho e dos ensinamentos;

Todos os familiares: Isadora (razão do artigo) Djane, Renan, Isabela, Sandra, Fátima, Beatriz, Aninha, Nicolas, Yan, Allan, Luiz, Sofia, Lucas, Luan... que são sinônimos de inspiração e alegria;

As entrevistadas e assistentes educacionais de Isadora: Bruna Freitas Ricarte de Melo, Regina Felix Roque Valentim e Milena Matias que contribuíram significativamente para a execução desta pesquisa.



## O TRATAMENTO DA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: O protagonismo do professor no contexto da escola contemporânea.

Markelen Dutra<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo investiga como as instituições escolares abordam a criatividade e a inovação no contexto educacional e discorre sobre o papel fundamental do professor nesse processo. A criatividade e a inovação são habilidades essenciais para preparar os estudantes para os desafios do século XXI, permitindo-lhes enfrentar problemas complexos, pensar criticamente e desenvolver soluções inovadoras. No entanto, muitas escolas ainda apresentam estruturas e práticas pedagógicas que não incentivam ou valorizam adequadamente a criatividade e a inovação. Neste artigo, propõe-se uma reflexão sobre as maneiras pelas quais as instituições escolares podem promover um ambiente propício à criatividade e à inovação. Também nessa pesquisa procurou-se analisar de quemaneira é possível criar ambientes de aprendizagem flexíveis, que permitam a exploração e a experimentação. Os professores precisam estar abertas a novas abordagens pedagógicas e dispostos a adaptar suas práticas para atender às necessidades individuais dos estudantes, estimulando sua criatividade e encorajando a busca por soluções inovadoras. Dessa forma, os professores tornam-se agentes de transformação social nas instituições escolares, promovendo a criatividade e a inovação como pilares essenciais da educação.

**Palavras-chave:** Criatividade. Compartilhamento. Protagonismo. Educação. Inovação.

### ABSTRACT

This article investigates how educational institutions approach creativity and innovation in the educational context and discusses the fundamental role of the teacher in this process. Creativity and innovation are essential skills to prepare students for the challenges of the 21st century, allowing them to face complex problems, think critically and develop innovative solutions. However, many schools still have pedagogical structures and practices that do not encourage or adequately value creativity and innovation. This article proposes a reflection on the ways in which educational institutions can promote an environment conducive to creativity and innovation. This research also sought to analyze how it is possible to create flexible learning environments that allow exploration and experimentation. Teachers need to be open to new pedagogical approaches and willing to adapt their practices to meet students' individual needs, stimulating their creativity and encouraging the search for innovative solutions. In this way, teachers become agents of social transformation in school institutions, promoting creativity and innovation as essential pillars of education.

**Keywords:** Creativity. Sharing. Protagonism. Education. Innovation.

## 1. INTRODUÇÃO

1

A criatividade e a inovação são características intrínsecas ao ser humano e sua promoção no ambiente educacional é fundamental para preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo. No entanto, as instituições escolares frequentemente se deparam com desafios em relação à incorporação desses elementos em suas práticas pedagógicas. Este artigo, examina como as escolas tratam a criatividade e a inovação e destaca o papel crucial que os professores desempenham na promoção dessas

<sup>1</sup> Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação; Especialista em Tecnologia na Educação, Neuropsico pedagogia, Pedagogia Empresarial, Gestão em Docência do Ensino Superior, Gestão Estratégica em Pessoas. Graduada em Pedagogia; Graduanda em Psicologia (em curso) – e-mail: markelen@gmail.com





habilidades nos estudantes.

A escolha desse temas e tornarelevante para fomentar discussões e pensarem alternativas viáveis para a incorporação cadavez mais efetiva de práticas educativas que fomentem a criatividade e a inovação na educação. Apesar do reconhecimento da importância de atuar nessa direção e sentido, muitas instituições escolares enfrentam desafios ao incorporar esses elementos em suas práticas pedagógicas. Alguns obstáculos comuns incluem a falta de tempo para explorar abordagens mais criativas, a pressão por resultados acadêmicos tradicionais e a resistência a mudanças no currículo. Além disso, a falta de recursos adequados e a falta de formação específica para os professores podem limitar sua capacidade de promover a criatividade e a inovação de maneira eficaz.

Em muitas instituições escolares, ainda prevalecem abordagens e práticas pedagógicas tradicionais, centradas no professor, que valorizam a transmissão passiva de informações e a reprodução de conhecimento. Essa abordagem pode restringir a expressão criativa dos estudantes, limitando seu potencial inovador. É necessário repensar o papel do professor não somente como o transmissor do conhecimento, aquele que deposita o conhecimento, numa concepção “bancária” da educação (FREIRE, 2019), nem tão pouco o de facilitador do processo de aprendizagem, mas sim a mudança para o papel de estimulador interventor, proporcionando um ambiente em que os estudantes possam explorar, experimentar e desenvolver suas habilidades criativas e inovadoras.

Não obstante, existe uma resistência cultural em face de investimento na formação continuada de profissionais da educação, a formação dos professores desempenha um papel crucial na promoção da criatividade e inovação nas instituições escolares. É essencial oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional que os capacitem a integrar práticas pedagógicas inovadoras em suas salas de aula. Os professores precisam ser atualizados sobre abordagens de ensino que incentivem a criatividade, como a aprendizagem baseada em projetos, o pensamento crítico e a resolução de problemas. Além disso, é fundamental proporcionar um espaço para reflexão sobre a própria prática docente e o compartilhamento de experiências entre os educadores.

Com efeito, as instituições escolares podem se beneficiar ao estabelecer parcerias com organizações externas, como empresas, museus, centros de pesquisa e instituições culturais. Essas parcerias podem oferecer recursos adicionais, expertise especializada e oportunidades de aprendizagem fora do ambiente escolar tradicional. Através dessas colaborações, os estudantes podem se envolver em projetos reais, interagir com profissionais de diferentes áreas e expandir sua visão sobre as possibilidades criativas e inovadoras em diversos campos.

## 2. DESENVOLVIMENTO

No mundo atual, onde a criatividade e a inovação são habilidades altamente valorizadas, é preciso proporcionar o desenvolvimento criativo e inovador em estudantes, como forma de prepará-los para os desafios. A criatividade e a inovação desempenham um papel fundamental na educação contemporânea, preparando os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação. Nesse sentido, é essencial reconhecer a importância dessas habilidades no contexto escolar e promover sua incorporação nas práticas educacionais.

Segundo uma análise presente no Relatório do Futuro do Trabalho, publicado pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), a criatividade será a quinta atividade mais valorizada no universo do trabalho até 2025. O estudo do FEM elaborou um ranking com as habilidades que mais crescem em 2022. No pódio, está pensamento crítico e inovação, seguido por aprendizado ativo e estratégias de aprendizado e, em terceiro lugar, criatividade, originalidade e iniciativa.

Ao se pensar que um dos principais objetivos da educação segundo a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 1996, é garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho, não há dúvidas que ao se promover práticas educacionais que estimulam a criatividade e a inovação, a educação estará cumprindo seu objetivo de desenvolver habilidades que são essenciais



para enfrentar os desafios complexos do século XXI.

No Brasil, a educação também objetiva desenvolver o cidadão como apoiado Estado, da sociedade e da família. Na escola pública, o objetivo da educação é atingir a qualidade social para todos e cada um dos seus alunos, garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade, desenvolver as diversas habilidades e contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico. (LDB, 1996) Em primeira perspectiva, a criatividade e a inovação estimulam o pensamento crítico e a resolução de problemas, ao encorajar os estudantes a pensar de forma não convencional e a encontrar soluções originais. Em outro prisma, elas são fundamentais para preparar os estudantes para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e globalizado. À medida que a tecnologia avança rapidamente e os empregos tradicionais são substituídos por novas oportunidades, a capacidade de pensar de forma criativa e inovadora torna-se uma vantagem competitiva. As escolas contemporâneas precisam proporcionar aos Estudantes experiências de aprendizagem que os incentivem a explorar ideias novas e a buscar soluções inovadoras.

Encorajar a imaginação, incentivando os estudantes a pensar além dos limites convencionais é um dos desafios da educação, que por muitas vezes se encontra engessada em currículos e conteúdos programáticos. A escola precisa ser espaço onde se valorize a diversidade de pensamento e a originalidade. É fundamental que as atividades escolares promovam e estimulem o trabalho em equipe, habilidade imprescindível para qualquer profissional, pois a colaboração e a troca de ideias são fundamentais para o desenvolvimento criativo e a busca de soluções inovadoras coletivas.

Ao estimular os estudantes a questionar, a explorar diferentes perspectivas e a experimentar, a educação promove uma mentalidade aberta e uma busca contínua pelo conhecimento. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os estudantes para aprender de forma independente ao longo da vida, adaptando-se a novos desafios e oportunidades.

Um dos principais desafios é a ênfase excessiva em resultados padronizados e currículos rígidos. A pressão por resultados acadêmicos pode levar as escolas a focarem apenas em conteúdos pré-determinados, deixando pouco espaço para a exploração criativa e o pensamento inovador. Além disso, a falta de flexibilidade nos currículos impede que os Estudantes tenham oportunidades de se engajar em projetos e atividades que estimulem sua criatividade.

Outro obstáculo é o medo do erro e a aversão ao risco na sala de aula. Muitas vezes, os Estudantes são condicionados a temer o fracasso e a buscar apenas respostas “certas”. Esse ambiente de medo e pressão inibe a criatividade, pois os Estudantes têm receio de explorar novas ideias e correr o risco de errar. É importante que as escolas criem um ambiente seguro, onde os erros sejam encarados como oportunidades de aprendizado e os Estudantes se sintam encorajados a experimentar, inovar e pensar fora da caixa.

Outro fator a ser considerado e analisado é a falta de recursos e treinamento adequados para os professores, sendo isso um desafio significativo e não raro nas redes de ensino. Para promover a criatividade e inovação nas escolas, os professores precisam estar capacitados e atualizados em abordagens pedagógicas inovadoras. No entanto, nem sempre há investimento suficiente em formação contínua e recursos adequados para que os professores possam desenvolver estratégias eficazes de ensino que estimulem a criatividade dos Estudantes. Sem o suporte necessário, os professores podem encontrar dificuldades em incorporar práticas criativas e inovadoras em sua rotina escolar.

3

Importante ressaltar que superar esses obstáculos requer uma mudança de mentalidade e uma abordagem mais flexível e adaptável no sistema educacional. É fundamental que as escolas valorizem e priorizem a promoção da criatividade e inovação, fornecendo recursos, formação e apoio adequados aos professores.

Uma abordagem eficaz envolve a criação de um ambiente inclusivo e seguro que valorize a diversidade de ideias. Os professores podem incentivar a participação ativa de todos os Estudantes, promovendo um clima de respeito e aceitação, onde todas as perspectivas



sejam valorizadas.

Além disso, a integração de projetos e a aprendizagem baseada em problemas no currículo são estratégias importantes. Ao envolver os Estudantes em projetos práticos e desafiadores, eles têm a oportunidade de aplicar seu conhecimento de forma criativa, buscando soluções inovadoras para problemas reais. A aprendizagem baseada em problemas estimula o pensamento crítico e a colaboração, promovendo o desenvolvimento de habilidades criativas e inovadoras.

Outra estratégia relevante é o estímulo ao pensamento crítico e à curiosidade. Os professores podem incentivar os Estudantes a questionar, explorar diferentes perspectivas e desafiar suposições. A criação de um ambiente que valorize o questionamento e a investigação estimula a criatividade e a inovação, encorajando os Estudantes a buscar respostas originais e soluções não convencionais.

A utilização de tecnologias e ferramentas criativas também desempenha um papel importante na promoção da criatividade e inovação nas instituições escolares. “É preciso afastar do compromisso do profissional da educação a ideia falsa de humanismo – que vê na tecnologia a razão dos males do homem moderno.” (FREIRE, 2014. p.28)

Os recursos tecnológicos podem ser utilizados como meio de ampliar as possibilidades de expressão e criação dos Estudantes, permitindo que eles explorem diferentes formas de apresentar suas ideias. As ferramentas criativas, como softwares de design, programas de codificação, podem ser incorporadas ao currículo para estimular a imaginação e o pensamento inovador.

Mesclar tecnologia, inovação e novas práticas pedagógicas, as quais o aluno se encontra no cerne de todo processo, bom como o professor, atuante como mediador, um curador do conhecimento, apoiado por uma gestão também inovadora que fomenta o investimento em capital humano, tanto do professor quanto do aluno, sequenando a direção e sentido do diálogo com todos os agentes envolvidos nesse processo inovador dentro das escolas e ambientes de aprendizagens. (MARTINS, 2020. p.130)

Ao adotar essas estratégias, as instituições escolares estarão promovendo um ambiente propício à criatividade e à inovação. Os estudantes serão incentivados a pensar de forma independente, colaborar com seus colegas e a buscar soluções criativas para os desafios que enfrentam. Com a implementação dessas estratégias, as instituições escolares estarão preparando os estudantes para se tornarem cidadãos capazes de enfrentar os desafios do século XXI com criatividade, inovação e resiliência.

Não se pode falar em desenvolvimento criativo, sem falar em autonomia. Desenvolver a criatividade é primordial para que os estudantes tenham voz e participação ativa no processo de aprendizado. Deixar que eles escolham projetos, pesquisem tópicos de interesse e proponham soluções criativas para problemas reais, ajudará a desenvolver sua confiança e habilidades de pensamento crítico.

O estímulo à curiosidade e o incentivo à pesquisa são, também, fatores ligados ao desenvolvimento da criatividade: incentivar os estudantes a fazer perguntas, a explorar diferentes fontes de conhecimento e a buscar respostas por conta própria.

4

Neste processo realizar pesquisas, analisar informações e tirar conclusões embasadas, integrando a tecnologia e ferramentas criativas: softwares de edição de vídeo, design gráfico e programação, para promover a expressão criativa dos estudantes, são fundamentais.

Ao que se refere as novas estratégias de ensino e da aprendizagem, cinco pontos são fatores preponderantes que precisam fazer parte do planejamento e execução no contexto das escolas contemporâneas: (1) Criação de um ambiente inclusivo e seguro que valorize a diversidade de ideias; (2) Integração de projetos e aprendizagem baseada em problemas no currículo; (3) Estímulo à colaboração e ao pensamento crítico; (4) Fomento da curiosidade.

de e do questionamento e; (5) Utilização de tecnologias e ferramentas criativas no processo de ensino-aprendizagem.

O professor desempenha um papel central neste processo na promoção da criatividade e inovação nas instituições escolares. Para cumprir esse papel com protagonismo, é essencial que os professores invistam em seu próprio desenvolvimento profissional e participem de programas de formação contínua que os capacitem a incorporar novas estratégias criativas e inovadoras em sua prática pedagógica.

Se o compromisso do profissional só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundamentado cientificamente. Envolve, portanto, no compromisso do profissional, seja ele quem for, a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialismo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, de formada pelos especialismos estreitos. (FREIRE, 2014.p. 26)

Freire 2014, alerta para os olhos dos professores para o mundo atual, o qual a realidade contemporânea urge por ambientes de aprendizagem que encorajem os estudantes a explorar diferentes caminhos, a tomarem decisões e a enfrentarem desafios. Ao dar espaço para a autonomia, os professores promovem e fomentam não somente a criatividade e a inovação, mas habilidades humanas como autonomia, liberdade de expressão e resolução de problemas.

Para além de tudo disso, o professor tem o papel de inspirar e modelar comportamentos criativos e inovadores, compartilhando exemplos inspiradores de inovação e criatividade em diferentes áreas do conhecimento, bem como apresentar casos de sucesso de pessoas que aplicaram suas habilidades criativas para resolver problemas do mundo real. Ao agir como modelos, os professores mostram aos estudantes o compromisso com a vivência e a experiência, aspectos que vão além do saber acadêmico, mas que têm relevância relevante em suas vidas.

Propor a reflexão e a metacognição para os estudantes incentivando que eles pensem sobre seus próprios processos de aprendizagem, que identifiquem suas estratégias eficazes e reflitam sobre o que podem melhorar, devem ser objetivos de uma educação que fomenta a criatividade.

Em síntese, o papel do professor na promoção da criatividade e inovação é crucial. Por meio de seu próprio desenvolvimento profissional, estimulando a autonomia, promovendo a reflexão e metacognição, oferecendo feedback construtivo e inspirando comportamentos criativos, os professores podem criar um ambiente propício ao desenvolvimento dessas habilidades.

### 3. CONCLUSÃO

A criatividade e a inovação desempenham um papel fundamental na formação dos estudantes para um futuro cada vez mais complexo e desafiador. As instituições escolares devem reconhecer a importância dessas habilidades e criar ambientes educacionais que as valorizem e as promovam. O professor desempenha um papel central nesse processo, atuando como facilitador, inspirador e orientador do desenvolvimento da criatividade e inovação dos estudantes. Há de se ter investimento na formação do professor: para que os professores possam desempenhar seu papel na promoção da criatividade e inovação, é necessário investir em sua formação contínua. Programas de desenvolvimento profissional devem ser oferecidos, fornecendo aos educadores as ferramentas e estratégias necessárias para incorporar a criatividade e a inovação em suas práticas de ensino. Além disso, é importante promover o compartilhamento de experiências entre os professores, por meio de grupos de estudo, colaboração em projetos e participação em comunidades de prática. O investimento na formação dos professores é um investimento no futuro dos estudantes.

Outro fator importante desta pesquisa foi constatar que se faz necessário estímulo à

diversidade de perspectivas. Isso significa que a criatividade e a inovação são enriquecidas pela diversidade de perspectivas e experiências. Os professores devem incentivar e valorizar a diversidade de ideias, promovendo um ambiente inclusivo onde os estudantes se sintam confortáveis em expressar suas opiniões e contribuições. Isso pode envolver a exploração de diferentes culturas, contextos sociais e experiências individuais, para ampliar as possibilidades criativas e promover a inovação por meio da combinação de diferentes conhecimentos e abordagens.

As análises permitiram afirmar que parcerias com a comunidade e o setor privado são também importantes. As instituições escolares podem estabelecer parcerias com a comunidade local e o setor privado para promover a criatividade e inovação. Essas parcerias além de fortalecer o tecido social, podem oferecer recursos, mentores e oportunidades de aprendizagem fora do ambiente escolar tradicional. Ao se conectar com profissionais e organizações externas, os estudantes têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em situações reais, desenvolvendo soluções inovadoras para problemas do mundo real. Essas parcerias também permitem que os professores se beneficiem do conhecimento e experiência de especialistas de diferentes áreas.

Por fim, um ponto de reflexão abarcada na análise deste artigo foi o da promoção de uma cultura de experimentação e do aprendizado. Isto porque para incentivar a criatividade e inovação, é fundamental que os professores encorajem os estudantes a assumirem riscos calculados, a testarem novas ideias e a aprenderem com os erros. Ao valorizar a aprendizagem contínua e a perseverança, os professores ajudamos estudantes a desenvolverem a confiança em suas habilidades criativas e inovadoras.

## REFERENCIAS

- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.9394/1996.
- Franco, M. A. do R. S. (2016). Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 97(247), 534–551. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>
- Freire. Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 68.ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019. 256 p. cap. 2, p. 79-105.
- Freire. Paulo. *Educação e Mudança*. 36.ed. rev e atual-São Paulo: Paz e Terra, 2014. 110p. cap. 1, p. 17-32.
- Lima, V. B. F., & Alencar, E. M. L. S. de. (2014). Criatividade em programas de pós-graduação em educação: práticas pedagógicas e fatores inibidores. *Psico-usf*, 19 (1), 61–72. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712014000100007>
- Guedes, Arian., Martins, Geisse., Savioli, Carolina., Filho, M. José., & Birgman, Rudi. *A Educação para um Mundo Exponencial*. Belo Horizonte: 2020. ISBN: 978-65-00-02108-0
- Mitjans Martínez, A. (2003). A criatividade na escola: três direções de trabalho. *Linhas-Críticas*, 8(15), 189–206. <https://doi.org/10.26512/lc.v8i15.3057>
- Reuter Braun, J. R., Pereira Fialho, F. A., & Salomão Ribas Gomez, L. (2017). Aplicações da criatividade na educação brasileira. *Revista Diálogo Educacional*, 17 (52), 575–593. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.052.AO03>



## PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM TURMAS DO PARFOR/UEA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

TEACHING PRACTICE IN HIGHER EDUCATION IN PARFOR/UEA CLASSES IN THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO DE OLIVENÇA: AN EDUCATION EXPERIENCE REPORT FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS

<sup>1</sup> Eliuvar Cruz da Silva

<sup>2</sup> Laury Vander Leandro de Souza

<sup>3</sup> Vilania Sampaio da Silva dos Santos

<sup>4</sup> Jocilene Alves Sousa

<sup>5</sup> José Cruz Queiroz do Nascimento

<sup>6</sup> Adry Gabrielle Duarte de Almeida

### RESUMO

O presente artigo vem trazer um relato sobre a prática docente no Ensino Superior do Programa PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas. No estudo apresentamos um breve histórico do Programa de Formação e também da realidade educacional do Estado do Amazonas, enfocando também a implantação do Programa e a permanência dos professores nestes cursos de Formação. Pode-se observar a questões étnico-raciais precisam ser debatidas, discutidas e analisadas pelos professores que participam dos cursos de formação do PARFOR, pois possibilitam a reflexão em torno das posturas adotadas no contexto social, como também no escolar. As práticas pedagógicas devem priorizar a elaboração de estratégias didáticas de combate às discriminações, em especial, a discriminação racial no ambiente escolar dos (as) professores/as.

**Palavras-chave:** Prática docente. Formação de Professores. Relação Étnico Raciais.

### RESUMEN

Este artículo trae un informe sobre la práctica docente en la Educación Superior del Programa PARFOR - Plan Nacional de Formación de Profesores de Educación Básica en el municipio de São Paulo de Olivença en el Estado de Amazonas. En el estudio presentamos una breve historia del Programa de Formación y también la realidad educativa del Estado de Amazonas, centrándose también en la implementación del Programa y la permanencia de los docentes en estos cursos de Formación. Se puede apreciar que las cuestiones étnico-raciales necesitan ser debatidas, discutidas y analizadas por los docentes que participan en los cursos de formación del PARFOR, ya que permiten reflexionar sobre las posiciones adoptadas en el contexto social, así como en el contexto escolar. Las prácticas pedagógicas deben priorizar el desarrollo de estrategias didáticas para combatir la discriminación, en particular, la discriminación racial en el ámbito escolar de los docentes.

**Palabras clave:** Práctica docente. Formación de profesores. Relaciones raciales étnicas.

### SUMMARY

This article brings a report on the teaching practice in Higher Education of the PARFOR Program - National

1 Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguai-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Tahirih. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuvar9@gmail.com](mailto:eliuvar9@gmail.com).

2 Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas.

3 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysouzabc@gmail.com](mailto:laurysouzabc@gmail.com).

1

3 Especialista em Gestão Pública pela UAB. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA. [vilania.santos@seduc.net](mailto:vilania.santos@seduc.net).

4 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai-PY. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Kurios. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [Jocilenealves1978@gmail.com](mailto:Jocilenealves1978@gmail.com)

5 Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai-PY. Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade de Educação da Serra-FASE. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [josecruzatn@gmail.com](mailto:josecruzatn@gmail.com)

6 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana de Ciências Sociais do Paraguai-PY. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [duarteadry5@hotmail.com](mailto:duarteadry5@hotmail.com).







Plan for the Training of Basic Education Teachers in the municipality of São Paulo de Olivença in the State of Amazonas. In the study we present a brief history of the Training Program and also the educational reality of the State of Amazonas, also focusing on the implementation of the Program and the permanence of teachers in these Training courses. It can be seen that ethnic-racial issues need to be debated, discussed and analyzed by teachers who participate in PARFOR training courses, as they allow reflection on the positions adopted in the social context, as well as in the school context. Pedagogical practices should prioritize the development of didactic strategies to combat discrimination, in particular, racial discrimination in the school environment of teachers.

**Keywords:** Teaching practice. Teacher training. Racial Ethnic Relations.

## 1. INTRODUÇÃO

O PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, foi criado no Brasil como um plano emergencial de formação docente, em regime de colaboração entre a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e suas diretrizes estão ancoradas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094/2007 como programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo por objetivo a oferta de educação superior e gratuita para professores em exercício na rede pública de Educação Básica, conforme também é exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), seja 1ª Licenciatura, 2ª Licenciatura ou Formação Pedagógica.

A realidade do Estado do Amazonas, ainda é uma realidade diferente de grande parte dos estados do Sul e Sudeste do Brasil, uma vez que por ser um estado de difícil acesso, e de uma grande população indígena que enfrenta grandes desafios comparados a outros estados, por este motivo, programas de formação docente como o PARFOR, são muito bem vindos para a região.

Desta forma, as articulações em torno da proposta do PARFOR se intensificaram mesmo antes da criação do programa, no estado do Amazonas, visto que, em 2008, em atendimento ao ofício circular nº 118/08, de julho de 2008 do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Estadual de Educação, juntamente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-AM), a UFAM, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), dentre outros, elaboraram o planejamento estratégico com a demanda por formação para 17.553 professores da rede pública de ensino da Educação Básica, com vistas à criação do PARFOR, em 2009. Dessa demanda, 41% correspondiam à rede estadual, ou seja, 7.280 professores sem formação condizente com a LDB.

Além da distância dos grandes centros, o estado do Amazonas ainda, até o início de 2000, contava com apenas uma instituição pública de ensino superior, a UFAM, que, até meados da década de 1980, oferecia cursos apenas em Manaus, restringindo as possibilidades de acesso à graduação para as populações do interior. E, foi somente em 1987, dado início ao seu processo de expansão, que teve o município de Coari, o primeiro a receber o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Educacional.

A falta de professores com formação superior no estado do Amazonas é evidenciada tanto nos dados da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM) quanto na base do Censo Escolar. De acordo com o Censo Escolar de 2007, dos 38.252 professores que atuavam no exercício da docência, 14.616 não possuíam formação em curso superior, 4.645 eram bacharéis e aproximadamente 3 mil eram professores leigos, atuando com formação em nível de Ensino Fundamental e Médio – alguns desses docentes, inclusive, com a própria formação no Ensino Fundamental incompleta.

Assim, o PARFOR é uma política educacional voltada para a formação docente, cuja finalidade é fomentar a oferta de educação superior para professores ou tradutores intérpretes de Libras que estão no exercício da docência na Educação Básica, a fim de que os profissionais da educação possam ter a formação compatível com a LDB em vigor no país, conforme fora abordada nesta seção. Suas diretrizes estão ancoradas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

2

## 2. OFERTA E PROCURA DE CURSOS DA UFAM, NO ÂMBITO DO PARFOR

Segundo os dados obtidos e disponíveis na Plataforma Freire (BRASIL, 2013), ao longo desses anos de existência do PARFOR (2009-2019) no estado do Amazonas, UFAM, UEA e IFAM ofertaram 24.943 vagas e 587 turmas para cursos de licenciaturas para professores de todas as etapas da Educação Básica. Os cursos foram ofertados em quase todos os municípios do estado, excetuando onze, do universo de 62, conforme enfatizado



anteriormente. Foram, portanto, contemplados 51 municípios, dos mais próximos aos mais longínquos, o que supostamente facilitaria o acesso e a permanência do professor no programa.

Dentre os municípios amazonenses contemplados com a oferta de cursos pelo PARFOR, estão os municípios da região metropolitana de Manaus (Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva), os quais permitem o tráfego por estradas de rodagens – ainda que a chegada ao Careiro da Várzea implique em uma travessia de 19,85 km do rio Negro.

Além da região metropolitana, foi possível identificar lugares mais distantes de Manaus, mas que apresentam melhores condições na infraestrutura de transportes, quer seja o fluvial, quer seja aéreo, ou concomitantemente os dois meios de locomoção. Nessa situação estão os municípios de Coari, Tefé, Parintins, Tabatinga, Codajás, São Gabriel da Cachoeira, que, em grande parte, servem de elos de ligações entre alguns municípios de pequeno porte, que são percorridos apenas por transportes fluviais.

Entre os lugares mais longínquos e com menos infraestrutura, mas que também funcionaram ou funcionam como polos do PARFOR, estão os municípios de Juruá, Jutai, Japurá, Itamarati, Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Tapauá, Canutama, Envira e outros, que demandam mais tempo de viagem e maiores gastos com passagens e diárias, já que normalmente são acessíveis por táxis aéreos ou barcos, por preços bem elevados, não possuindo um sistema de transporte regular com datas de embarque definidas. Por essas razões, tais municípios são conhecidos no estado como lugares de difícil acesso, o que está associado, sobretudo, pela falta de transporte mais eficaz, fator este que os torna mais distantes do que realmente o são.

Ao longo da história, a formação de professores no estado do Amazonas tem se constituído a partir de políticas educacionais que se colocam frente aos desafios na busca pela melhoria do panorama educacional. Entretanto, as demandas que surgem desse setor anseiam por uma política de formação docente de caráter amplo, que não esteja voltada apenas para a certificação ou para o atendimento das exigências do mercado de trabalho.

De acordo com dados dos censos escolar de 2014, o déficit de professores habilitados em cursos de ensino superior sempre foi elevado, existiam 11.826 professores que não tinham formação compatível, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2014 (BRASIL, 2014). Com a implantação do programa PARFOR, esperava-se que fosse possível minimizar esse problema, o que não ocorreu até então.

Muitas foram as causas para o insucesso do resultado esperado, mas, mesmo assim buscou-se analisar os entraves ao acesso e à permanência dos professores no processo educativo dos cursos validados pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

Um das causas apresentadas para o não sucesso do Programa como o esperado é que alguns cursos ofertados para pré-inscrição na Plataforma Freire não chegaram a se efetivar porque não formaram turma. As causas, possivelmente, estejam ligadas ao professor que: a) perde o processo seletivo simplificado; b) deixa de cumprir com a apresentação de alguma documentação; c) não preenche todos os pré-requisitos, principalmente no caso dos cursos de 2ª Licenciatura, que exigem que o professor esteja atuando há pelo menos três anos fora de sua área de formação.

Além desses fatores, que podem afetar diretamente o acesso do professor à política nacional de formação docente, é possível relacionar outros estraves tanto de acesso quanto permanência relacionados ao cumprimento de atribuições dos partícipes, que devem:

a) apoiar os professores participantes, liberando-os das aulas, fornecendo transporte, alimentação, hospedagem para aqueles que se deslocam de seus municípios. Não basta apenas a SEDUC/AM expedir ofício autorizando o professor da rede estadual a participar do programa e respeitar o calendário acadêmico de cada IPES. É necessária a contratação de professores substitutos, visto que as aulas, via de regra, ocorrem nos meses de janeiro, fevereiro e julho.

b) oferecer infraestrutura mínima para realização dos cursos; contar com um quadro de professores, instalações e bibliotecas para a efetivação de uma formação significativa por parte dos professores/estudantes; e

c) institucionalizar o programa no âmbito das IPES e a renovação do Acordo de Cooperação Técnica, a fim de contemplar os professores que não possuem formação compatível com a LDB.

Portanto, tais aspectos se constituem como relevantes para a garantia de acesso e permanência no programa.

### 3. PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM TURMAS DO PARFOR/UEA

Como já descrito anteriormente, o principal objetivo do PARFOR é formar professores para atuarem na educação do Amazonas. No entanto o público alvo destes programas de formação, em sua maior parte é formado por docentes indígenas, fato este que requer dos docentes que vão atuar nestes cursos uma metodologia



diferenciada em sua prática docente.

Falar em educação escolar indígena é estar atento para uma modalidade de ensino que foi introduzida nas comunidades indígenas devido ao processo de contato desses povos com o não indígena. Assim, existe um processo educativo que funciona no seio dessas comunidades, como estratégias de produção e difusão de conhecimentos que se dá de forma holística, em sintonia com suas cosmovisões de mundo, práticas sociais que poderiam ser valorizadas e dialogadas no ambiente escolar, para dar sentido ao ensino de Matemática e às outras disciplinas do currículo escolar, valorizando ainda suas produções dos saberes tradicionais e evidenciando, dessa forma, os distintos conhecimentos como uma construção humana inerente a todo grupo sociocultural.

O dialogar com o saber e fazer oriundos de suas práticas sociais, nas quais podemos identificar elementos no intuito de estabelecer relações com o conhecimento escolar matemático, difundido nas escolas e universidades é o grande desafio de uma Educação Matemática comprometida com a construção da cidadania e inserção dos povos indígenas no amplo contexto brasileiro. Partindo do pressuposto que os povos indígenas investigados possuem diferentes modos de viver, costumes, tradições e modos de situar-se no espaço territorial de vivência cotidiana.

Não obstante a relevância de uma política de formação de professores, na prática, o que se vê é que as políticas de formação de caráter pontual como o PARFOR acabam por desvelar a realidade de professores que atuam sem formação suficiente, e que quando a ela tem oportunidade de acesso, acabam sobrecarregados pela dupla jornada de estudos e trabalho.

Em sua análise dos resultados de uma pesquisa sobre o referido programa, Brzezinski (2014) declara que eles indicam uma grande evasão dos alunos matriculados nesses cursos e cita o fato de que estes alunos não terem substitutos para suas turmas, e tendo que arcar com esse pagamento quando estão em aula, ser uma das razões desta evasão.

Em uma avaliação mais geral da política instituída pelo Decreto, a autora afirma que:

Na definição e desenvolvimento das políticas de formação de profissionais da educação, constata-se, contudo, que o governo nas duas últimas décadas opta por práticas de políticas pontuais e emergenciais, por meio de planos e programas dispersos, marcados pela inorganicidade e desarticulação do próprio Ministério da Educação (MEC). No âmbito dessas políticas, ignora-se a importância de um controle social sistemático, o que implica malversação de recursos públicos. Na verdade, não existe uma política pública global de formação e valorização dos profissionais da educação, de modo que se articule a qualidade social dos processos formativos com condições dignas de trabalho, carreira e planos de cargos e salários com base no piso salarial nacional. (BRZEZINSKI, 2014, p. 1243).

Por isso, é importante que todo formador em seu planejamento respeite os desejos e anseios dos indígenas no que concerne a sua formação inicial e continuada, em particular os seus espaços e tempos; estes sim, têm sido um dos principais objetivos.

Da mesma maneira, cada povo tem a sua matemática” (GERDES, 2007, p. 159), as quais são retratadas nas aulas de matemática como atividades investigativas pelos professores em formação, podendo as mesmas serem projetadas para a sala de aula.

Assim, as metodologias adotadas devem ser direcionadas à participação de todos, de tal modo que os grupos constituídos para a realização dessas atividades propostas tenham sempre um ou mais professores pertencentes a povos diferentes para que pudessem trocar experiências e interagir entre si, favorecendo a interculturalidade e intraculturalidade.

Certamente o debate entre os saberes oriundos das práticas tradicionais indígenas e os conhecimentos matemáticos escolares são abordados conjuntamente com os professores por meio da proposta pedagógica da Etnomatemática que permeia o fazer da sala de aula, em que os professores são os sujeitos de sua formação, uma vez que esta proposta tem como objetivo:

[...] fazer da matemática algo vivo, lidando com situações reais no tempo [agora] e no espaço [aqui]. E, através da crítica, questionar o aqui e agora. Ao fazer isso, mergulhamos nas raízes culturais e praticamos dinâmica cultural. Estamos, efetivamente, reconhecendo na educação [matemática] a importância das várias culturas e tradições na formação de uma nova civilização, transcultural e transdisciplinar. (D'AMBROSIO, 2002, p. 46)

Não podemos deixar de relatar aqui, que nas últimas décadas a Educação Brasileira passou por diversas reformas, e entre elas a reforma que buscava o reconhecimento e o fortalecimento da diversidade humana. No campo da Educação, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que trouxe em seu bojo artigos que iam nortear os currículos e seus conteúdos mínimas, colocando em discussão questões relativas à diversidade cultural e a pluralidade étnica.

Também em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que altera a LDB “para incluir no currículo oficial da





Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira”, tendo esta a finalidade de viabilizar a implementação da lei, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, aprovada pelo Conselho Nacional de educação em 10 de março de 2004, e junto a esta legislação foram produzidos alguns documentos, entre eles, as “Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais” ( BRANDÃO, 2006)

Pode-se afirmar que é a escola a responsável em sair na defesa de relações sociais mais igualitárias, haja vista que nela estão inseridos formadores e são formadas identidades, opiniões e visões de mundo. Mas para que realmente possa fazer o seu papel a escola necessita de:

[...] professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se investir para que os professores, além da sólida formação específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnicos raciais, mas lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar e reeducá-las. (BRASIL, 2005, p. 17).

E neste sentido que os programas de formação PARFOR, necessitam ter em sua proposta pedagógica as temáticas que transversalizam o cotidiano da escola possam ser discutidas, refletidas e problematizadas, contribuindo para a formação cidadã.

Que os profissionais da educação dominem tanto os saberes específicos de suas disciplinas quanto o arcabouço teórico e metodológico que permitem utilizá-los com vista à oferta de uma educação inclusiva. Ele exige, sobretudo de professores, técnicos e gestores as competências necessárias para o enfrentamento das questões que subjazem ao proposto a lei: o enfrentamento do preconceito e de seus desdobramentos nocivos a formação de crianças e adolescentes, por meio da construção de uma nova forma de se pensar a formação da nação e da nacionalidade. (COELHO; COELHO, 2014, p. 22).

Por fim, a formação docente, colabora com fundamentação necessária para que diversas temáticas possam ser debatidas, questionadas, problematizadas, entre estas, também as questões étnico-raciais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei maior da Educação, a LDB e as outras legislações existentes no cenário educacional que se referem as questões étnicos-raciais sinalizam a necessidade de os profissionais de educação, em especial os professores, receberem formação para atender as demandas atuais.

Questões tratadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana determinam que sejam organizados cursos de formação de professores que venham por sua vez trazer para o cenário educacional o debate referente às relações raciais neste contexto.

A experiência ora apresentada possibilitou discussões em torno das relações raciais e suas representações no contexto educacional, contribuiu para perceber o lugar do(a) negro/a na sociedade e na escola, assim como permitiu a elaboração também de estratégias didáticas voltadas para uma educação das relações raciais na qual pudessem ser construídas/reconstruídas políticas de resistências e alternativas de superação do preconceito no espaço escolar.

#### REFERENCIAS

BRANDÃO, Ana Paula. **Memórias das palavras**. Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro, 2006. BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira. Diário Oficial da União, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

5

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004. Diário Oficial da União, 19 maio 2004.

\_\_\_\_\_. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, 2006

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

LOPES, Ney. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

\_\_\_\_\_. **História e Cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.





NUNES, Clarice. **Memória e história da educação:** entre práticas e representações. In: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



## GESTÃO ESCOLAR E TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL<sup>1</sup>

BELTO KLESIO FURTADO DE SOUZA<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo científico que tem como temática as tecnologias de informação e comunicação e suas contribuições para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino fundamental, visa contribuir e ao mesmo tempo informar ao leitor sobre o panorama político atual brasileiro no que se refere à educação dos portadores de deficiência e sua inserção no ambiente escolar. Isso se deve no fato de nosso país muitos desses direitos terem sido violados pelo poder público que nada fizeram ou fazem para mudar o cenário de abandono que nossos jovens e adultos encontram pelo caminho para terem um pouco de respeito e cidadania. Neste contexto é inconcebível que em nosso país, em plena era da comunicação instantânea e das tecnologias digitais, quebrando barreiras físicas ultrapassando as fronteiras do conhecimento, ainda não se atentou para a questão dos deficientes, pois tais recursos tecnológicos podem ajudá-los facilitando o trabalho do professor em sala de aula que muitas vezes encontra-se sem preparo para lidar com alunos especiais, pois os mesmos podem otimizar o processo de ensino-aprendizagem dos portadores de necessidades, contribuindo satisfatoriamente para seu desempenho escolar.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Tecnologia.

### ABSTRACT

This scientific paper which is the theme of information and communication technologies and their contributions to the inclusion of people with disabilities in fundamental education, and aims to contribute both inform the reader about the current Brazilian political landscape in terms of education with disabilities and their integration into the school environment, since in our country many of these rights have been violated by the government did nothing to change or make the scenario of abandonment that our young people and adults find the way to have a little respect and citizenship. In this context it is inconceivable that in our country in the era of instant communication and digital technologies, breaking physical barriers beyond the frontiers of knowledge, not yet looked at the issue of disabled people, such as technological resource can help them facilitate the work of Professor classroom that often is unprepared to deal with special students, because it can optimize the process of teaching and learning of people with disabilities, contributing to the satisfaction of Their school performance.

Keywords: Human Rights; Inclusive Education; School Management; Technology.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, vivencia-se um momento de grande relevância no campo educacional brasileiro, uma vez que as grandes invenções tecnológicas exigem cada vez mais profissionais capacitados para adaptarem-se com tais transformações nela ocorridas.

Sob esta ótica, a busca de estratégias para tornar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) mais acessíveis tem sido um grande desafio para os profissionais, sobretudo da educação, tendo como prioridade favorecer a inclusão e o acesso de todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas e cognitivas.

As TICs estão ao nosso redor estreitando nossa relação com o mundo, quebrando barreiras e encurtando distâncias, portanto, fica inconcebível a não utilização de tais recursos como forma de inclusão social principalmente daqueles que necessitam dela para se inserirem neste campo tecnológico do qual todos nós fazemos parte, sendo assim qualquer indivíduo independente de sua situação sócio-econômica possa fazer uso como forma de se comunicar com o mundo fazendo parte desta grande aldeia global.

Diante do exposto, no processo de inclusão, faz-se necessário analisar as possibilidades de uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem, bem como a atuação do gestor pedagógico preparando a escola para a diversidade.

1

Portanto, este artigo pretende fazer uma análise e reflexão a respeito das políticas de inclusão, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais.

<sup>1</sup> Artigo apresentado a FAVENI como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico.

<sup>2</sup> Licenciado Pleno em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA/PA, Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação, Ciências e Teologia do Norte do Brasil – FACETEN/RR, Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME/MA.

### Reflexões sobre o conceito de Inclusão

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

Mas qual o conceito que se tem sobre a inclusão? O que leva as pessoas a terem entendimentos e significados tão diferentes? Cabe aqui tecer algumas reflexões, pois dessa forma contribui-se para uma prática menos segregacionista e preconceituosa. O adjetivo “inclusivo” é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência.

Na primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações-não governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, reunida em Caracas, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2002, considerando que é compromisso de todos elevar a qualidade de vida de pessoas com deficiência e suas famílias por meio de serviços de qualidade em saúde, educação, moradia e trabalho, declararam 2004 como o “Ano das Pessoas com Deficiência e suas famílias” com o objetivo de almejar a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiências e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Convenção da Guatemala 2001).

O termo “inclusão” já traz incutida a idéia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão - exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos.

Em se tratando de inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, faz-se necessário, também, uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais, além de atualizar nossas concepções e ressignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática.

### A Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão

Há séculos, os estabelecimentos de ensino regular foram considerados espaços educativos, para alunos que necessariamente se enquadravam nos padrões de normalidade estabelecidos ideologicamente por uma minoria excludente. De acordo com análises de Dall’Acqua e Vitaliano (2010,p. 25 ) “a escola se organizou historicamente para ser indiferente às diferenças, com práticas homogêneas e excludentes que se distanciam das propostas destinadas as escolas inclusivas”, uma vez que esta se destina a atender a todos os alunos, sem distinção em relação às especificidades humanas.

De acordo com o processo educacional inclusivo atual, cabem as escolas de ensino regular desenvolver não só uma nova política educacional congregada a uma prática inclusiva, mas também o desenvolvimento de uma nova cultura escolar, embasada nos direitos humanos, em especial, ao direito de todos os alunos se beneficiarem de um ensino de qualidade, tendo como pressuposto básico o princípio de igualdade.

Gil (2005) faz uma análise sobre estas questões, e sugere que as práticas inclusivas, tenham como participantes: o professor, a família, a coordenação pedagógica e principalmente os órgãos governamentais. De acordo com a autora, se nosso objetivo é transformar escolas regulares em escolas que atendam a todos, sem discriminações, é necessário prioritariamente que todos os envolvidos no referido processo tenham em mente que o objetivo da educação inclusiva é propiciar a participação efetiva de todos os alunos em todas as atividades da escola e da comunidade, independentemente de suas características individuais, e que todos podem dar sua contribuição para o desenvolvimento pleno deste processo.

É neste contexto que o papel do gestor escolar se destaca, pois é ele quem irá contribuir com a estrutura organizacional das escolas, visando uma transformação. Sendo assim, se queremos uma escola regular que atenda as NEE dos alunos, é necessário que se tenha um gestor escolar que esteja comprometido com a proposta da educação inclusiva, disposto a mobilizar toda a comunidade escolar no que se refere à questão em foco.

Lück (2009, p. 95) ao caracterizar a função do gestor pedagógico dentro do contexto escolar, analisa que: A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez

que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Tendo em vista as análises realizadas, acreditamos que o gestor pedagógico é um dos profissionais que se destaca no contexto educacional inclusivo, em consequência do papel que exerce, na medida em que cabe a ele planejar e organizar a escola, de forma que esta atenda as NEE dos alunos que ali se encontram. Logo, é imprescindível que o gestor pedagógico se conscientize da importância de se prover uma escola inclusiva e de providenciar ações que viabilize esta proposta, mesmo porque, todos que compõem a comunidade escolar, estarão se espelhando em suas ações.

De acordo com as análises dos referidos autores acima em relação ao processo educacional inclusivo, e as contribuições da gestão pedagógica para o desenvolvimento do referido processo, devemos considerar que cabe ao gestor pedagógico: prover os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos com NEE; auxiliar os professores no desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino diferenciadas que favoreça o processo educacional inclusivo; possibilitar, no contexto escolar, momentos de reflexão com relação às práticas pedagógicas inclusivas, de forma que todos os participantes do referido processo possam participar na definição dos objetivos, no planejamento, bem como, na elaboração de propostas e planos de ação que possibilite a quebra das barreiras que estejam impedindo o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com NEE.

Enfim, neste sentido, desenvolver práticas que favoreçam o princípio da Educação Inclusiva, motivando todos os participantes a aceitarem este processo, contribuir com as práticas dos professores para a obtenção de uma atitude inclusiva, bem como a democratização do ensino, é tarefa indispensável dos gestores pedagógicos.

## AS TICs E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

### As Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs e as Tecnologias Assistivas

Para Vygotsky, é sumamente relevante para o desenvolvimento humano o processo de apropriação, por parte do indivíduo, das experiências presentes em sua cultura. O autor ressalta a importância da ação, da linguagem e dos processos interativos na construção das estruturas mentais superiores (VYGOTSKY, 1987). O ingresso aos recursos oferecidos pela sociedade, escola, tecnologias, etc., influencia determinantemente nos processos de absorção da aprendizagem da pessoa.

Entretanto, as dificuldades do indivíduo com deficiência tendem a tornar-se uma barreira a este aprendizado. Desenvolver meios de acessibilidade seria uma maneira concreta de acabar com as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes propícios para a aprendizagem, proporcionados pela cultura.

Outra dificuldade que as barreiras limitantes de interação trazem consigo são os preconceitos pelo qual o indivíduo com deficiência está sujeito. Desenvolver recursos de acessibilidade também pode significar combater esses preconceitos, pois, no momento em que lhe são ofertadas às condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, a pessoa com deficiência mais facilmente será assistido como um “diferente-igual”... Ou seja, “diferente” por sua condição de pessoa com deficiência, mas ao mesmo tempo “igual” por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. É visto como “igual”, portanto, na medida em que suas “diferenças”, cada vez mais, são situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Esta pessoa poderá, então, dar passos maiores em direção à erradicação das discriminações, como consequência do respeito conquistado com a convivência, aumentando sua autoestima, porque passa a poder explicitar melhor seu potencial bem como seu pensar a respeito das coisas.

3

É sabido que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um recurso concreto de inclusão e interação no mundo (LEVY, 1999).

Essa realidade é ainda mais notada e verdadeira quando nos referimos as pessoas com deficiência. Nesses casos, as TICs podem ser utilizadas ou **como** Tecnologia Assistiva, ou através de Tecnologias Assistivas.

Fazemos uso das TICs como Tecnologia Assistiva quando o próprio computador é a ajuda técnica para atingir um determinado objetivo. Por exemplo, o computador utilizado como caderno eletrônico, para o





indivíduo que não consegue escrever no caderno comum de papel.

Por outro lado, as TICs são utilizadas através de Tecnologias Assistivas, quando o objetivo final desejado é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que permitam ou facilitem esta atividade.

Por exemplo, adaptações de teclado, de mouse, software aplicativos especiais, etc. Definindo, Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência.

O objetivo da Tecnologia Assistiva é:

“Proporcionar à pessoa portadora de deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. “Podem variar de um par de óculos ou uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado”. ([http://www.clik.com.br/ta\\_01.html](http://www.clik.com.br/ta_01.html)).

Sobre esses “sistemas computadorizados”, ou seja, as novas TICs utilizadas ou como, ou através de Tecnologias Assistivas, em processos de ensino e aprendizagem, é que queremos tratar aqui. As diferentes maneiras de utilização das TICs como Tecnologia Assistiva têm sido sistematizadas e classificadas das mais variadas formas, dependendo da ênfase que quer dar cada pesquisador. Nós, aqui, optamos por utilizar uma classificação que divide essa utilização em quatro áreas (SANTAROSA, 1997):

- **As TICs como sistemas auxiliares ou prótese para a comunicação.**
- **As TICs utilizadas para controle do ambiente.**
- **As TICs como ferramentas ou ambientes de aprendizagem.**
- **As TICs como meio de inserção no mundo do trabalho profissional.**

1. As TICs como sistemas auxiliares ou prótese para a comunicação, Esta talvez seja a área onde as TICs tenham possibilitado avanços mais significativos. Em muitos casos o uso dessas tecnologias tem se constituído na única forma pela qual diversas pessoas podem comunicar-se com o mundo exterior, podendo expor seus desejos e pensamentos.

Essas tecnologias tem possibilitado uma melhoria na utilização de Sistemas Alternativos e Aumentativos de Comunicação (SAAC), com a informatização dos métodos tradicionais de comunicação alternativa, como os sistemas Bliss, PCS ou PIC, entre outros.

Fernando Cesar Capovilla, pesquisando na área de diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas com problemas de comunicação e linguagem, faz notar que:

“Já temos no Brasil um acervo considerável, e em acelerado crescimento, de recursos tecnológicos que permitem aperfeiçoar a qualidade das interações entre pesquisadores, clínicos, professores, alunos e pais na área da Educação Especial, bem como de aumentar o rendimento do trabalho de cada um deles.” (CAPOVILLA, 1997).

2. As TICs, como Tecnologia Assistiva, também são utilizadas para controle do ambiente, possibilitando que a pessoa com comprometimento motor possa comandar remotamente aparelhos eletrodomésticos, acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, enfim, ter um maior domínio e independência nas atividades do dia a dia.

3. As dificuldades de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem têm encontrado uma ajuda eficaz na utilização das TICs como ferramenta ou ambiente de aprendizagem. Diferentes pesquisas têm demonstrado a importância dessas tecnologias no processo de construção dos conhecimentos desses discentes (NIEE/UFRGS, NIED/UNICAMP, CRPD/OSID e outras).

4. Por fim, pessoas com grave comprometimento motor vêm podendo tornar-se cidadãs ativas e produtivas, em vários casos garantindo o seu sustento, através do uso das TICs.

Frequentemente essas quatro áreas se relacionam entre si, podendo determinada pessoa estar utilizando as TICs com finalidades presentes em duas ou mais dessas áreas. É o caso, por exemplo, de uma pessoa com problemas de comunicação e linguagem que utiliza o computador como prótese de comunicação e, ao mesmo tempo, como caderno eletrônico ou em outras tarefas de ensino-aprendizagem.

#### Utilizando os Recursos de Acessibilidade na Educação Especial

Nosso interesse específico aqui, em função dos objetivos educacionais do nosso trabalho, no Programa “Informática na Educação Especial” do Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências (CRPD), em Salvador-Bahia (<http://infoesp.vila.bol.com.br>), é apresentar um pouco mais detalhadamente algumas Tecnologias Assistivas, alguns recursos de acessibilidade, utilizados para atingir as finalidades discriminadas na área 3, ou seja, as TICs como ferramentas ou ambientes de aprendizagem, na Educação Especial e Inclusiva.

Conforme tem sido detectado:

“A importância que assumem essas tecnologias no âmbito da Educação Especial já vem sendo destacada como a parte da educação que mais está e estará sendo afetada pelos avanços e aplicações que vêm ocorrendo nessa área para atender necessidades específicas, face às limitações de pessoas no âmbito mental, físico-sensorial e motoras com repercussão nas dimensões sócio-afetivas.” (SANTAROSA, 1997).

No nosso trabalho educacional, portanto, utilizamos adaptações com a finalidade de possibilitar a interação, no computador, a alunos com diferentes graus de comprometimento motor, sensorial e/ou de comunicação e linguagem, em processos de ensino-aprendizagem. Essas adaptações podem ser de diferentes ordens, como, por exemplo:

“adaptações especiais, como tela sensível ao toque, ou ao sopro, detector de ruídos, mouse alavancado a parte do corpo que possui movimento voluntário e varredura automática de itens em velocidade ajustável, permitem seu uso por virtualmente todo portador de paralisia cerebral qualquer que seja o grau de seu comprometimento motor (Capovilla, 1994).”(Magalhães, Leila N.A.P.in <http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/ribie98/111.html>).

Nós classificamos os recursos de acessibilidade que utilizamos em três grupos:

- **Adaptações físicas ou órteses.**

São todos os aparelhos ou adaptações fixadas e utilizadas no corpo do aluno e que facilitam a interação do mesmo com o computador.

- **Adaptações de hardware.**

São todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos, ou mesmo, quando os próprios periféricos, em suas concepções e construção, são especiais e adaptados.

- **Softwares especiais de acessibilidade.**

São os componentes lógicos das TICs quando construídos como Tecnologia Assistiva. Ou seja, são os programas especiais de computador que possibilitam ou facilitam a interação do aluno portador de deficiência com a máquina.

## 1 - Adaptações Físicas ou Órteses

Quando buscamos a postura correta para um aluno com deficiência física, em sua cadeira adaptada ou de rodas, utilizando almofadas, ou faixas para estabilização do tronco, ou velcro, etc., antes do trabalho no computador, já estamos utilizando recursos ou adaptações físicas muitas vezes bem eficazes para auxiliar no processo de aprendizagem dos alunos. Uma postura correta é vital para um trabalho eficiente no computador.

Alguns alunos que tem paralisia cerebral têm o tônus muscular flutuante (atetóide), fazendo com que o processo de digitação se torne lento e penoso, pela amplitude do movimento dos membros superiores na digitação. Um recurso que utilizamos é a pulseira de pesos que ajuda a reduzir a amplitude do movimento causado pela flutuação no tônus, tornando mais rápida e eficiente a digitação. Os pesos na pulseira podem ser acrescentados ou diminuídos, em função do tamanho, idade e força do aluno. O aluno Elsimar, por exemplo, utiliza a capacidade total de pesos na pulseira devido à intensidade da flutuação de seu tônus e também porque sua complexão física assim o permite.

### Pulseira de Pesos

Outra órtese que utilizamos é o estabilizador de punho e abdutor de polegar com ponteira para digitação, para alunos, principalmente com paralisia cerebral, que apresentam essas necessidades (estabilização de punho e abdução de polegar).

5

Além dessas adaptações físicas e órteses que utilizamos, existem várias outras que também podem ser úteis, dependendo das necessidades específicas de cada aluno, como os ponteiros de cabeça, ou hastes fixadas na boca ou queixo, quando existe o controle da cabeça, entre outras.

## 2 - Adaptações de Hardware

Um dos meios mais simples e eficientes como adaptação de hardware é a máscara de teclado (ou colméia). Trata-se de uma placa de plástico ou acrílico com um furo correspondente a cada tecla do teclado, que é fixada sobre o teclado, a uma pequena distância do mesmo, com a finalidade de evitar que o aluno com



dificuldades de coordenação motora pressione, involuntariamente, mais de uma tecla ao mesmo tempo. Esse aluno deverá procurar o furo correspondente à tecla que deseja pressionar.

Alunos com dificuldades de coordenação motora associada à deficiência mental também podem utilizar a máscara de teclado junto com “tampões” de papelão ou cartolina, que deixam à mostra somente as teclas que serão necessárias para o trabalho, em função do software que será utilizado. Desta forma, será diminuído o número de estímulos visuais (muitas teclas), que podem tornar o trabalho muito difícil e confuso para alguns alunos, por causa das suas dificuldades de abstração ou concentração. Vários tampões podem ser construídos, disponibilizando diferentes conjuntos de teclas, dependendo do software que será utilizado.

Outras adaptações simples que podem ser utilizadas, dizem respeito ao próprio posicionamento do hardware. Um exemplo disso é o nosso aluno Mércio, que digita utilizando apenas uma mão, em certa etapa de seu trabalho e com determinado software que exigia que ele pressionasse duas teclas simultaneamente, descobriu ele mesmo que, se colocasse o teclado em seu colo na cadeira de rodas, ele poderia utilizar também a outra mão para segurar uma tecla (tecla Ctrl), enquanto pressionava a outra tecla com a outra mão.

Já o aluno Raimundo está começando agora a conseguir utilizar o mouse para pequenos movimentos (utilização combinada com um simulador de teclado) com a finalidade de escrever no computador, colocando o mouse posicionado em suas pernas, sobre um livro ou uma pequena tábua.

Outra solução que utilizamos é reposicionar o teclado perto do chão para digitação com os pés, recurso utilizado por uma aluna que não consegue digitar com as mãos. E assim, diversas variações podem ser feitas no posicionamento dos periféricos para facilitar o trabalho do aluno, sempre, é claro, em função das necessidades específicas de cada aluno.

### Teclado Reposicionado para Digitação com o Pé

Além dessas adaptações de hardware que utilizamos, existem muitas outras que podem ser encontradas em empresas especializadas, como acionadores especiais, mouses adaptados, teclados especiais, além de hardwares especiais como impressoras Braille, monitores com telas sensíveis ao toque, etc. (ver outras referências no final).

### 3. Softwares Especiais de Acessibilidade

Um dos recursos mais úteis e facilmente disponível, mas muitas vezes ainda desconhecido, são as “**Opções de Acessibilidade**” do Windows (Iniciar - Configurações - Painel de Controle - Opções de Acessibilidade). Através desse recurso, diversas modificações podem ser feitas nas configurações do computador, adaptando-o a diferentes necessidades dos alunos.

Um exemplo seria o de um aluno que, por dificuldades de coordenação motora, não consegue utilizar o mouse, mas pode digitar no teclado (o que ocorre com muita frequência), tem a solução de configurar o computador, através das Opções de Acessibilidade, para que a parte numérica à direita do teclado realize todos os mesmos comandos na seta do mouse que podem ser realizados pelo mouse.

Além do mouse, outras configurações podem ser feitas, como a das “**Teclas de Aderência**”, a opção de “**Alto Contraste na Tela**” para pessoas com baixa visão, e outras opções.

Um outro exemplo de Software Especial de Acessibilidade são os simuladores de teclado e de mouse. Todas as opções do teclado ou as opções de comando e movimento do mouse podem ser exibidas na tela e selecionadas, ou de forma direta, ou por meio de varredura que o programa realiza sobre todas as opções.

Aos nossos alunos que tem necessidades encontramos na Internet o site do técnico espanhol Jordi Lagares, no qual ele disponibiliza para download diversos programas freeware por ele desenvolvidos. Estamos falando de simuladores que podem ser operados de forma bem simples, além de serem softwares muito “leves” (menos de 1 MB: endereço no final). Através desse simulador de teclado e do simulador de mouse, um aluno,

6

por exemplo, com 37 anos, pôde começar a trabalhar no computador e pode, agora, expressar melhor todo o seu potencial cognitivo, iniciando a aprender a ler e escrever. Esse aluno, que é tetraplégico, só consegue utilizar o computador por meio desses simuladores, que lhe possibilitam transmitir seus comandos no computador somente através de sopros em um microfone. Isto lhe tem permitido, pela primeira vez na vida, escrever, desenhar, jogar e realizar diversas atividades que antes lhe eram impossíveis. Ele começa, agora, a tentar usar o mouse sobre as pernas para pequenos movimentos. Ou seja, horizontes totalmente novos se abriram para ele, possibilitando que sua inteligência, antes aprisionada em um corpo extremamente limitado, encontrasse novos canais de expressão e desenvolvimento.

## Comandando o Computador com Sopros no Microfone.

Tais simuladores podem ser acionados não só por meio de sopros, mas também por pequenos ruídos ou pequenos movimentos voluntários feitos por diversas partes do corpo, e até mesmo por piscadas ou somente o movimento dos olhos.

Na internet existem outros sites que disponibilizam gratuitamente outros simuladores e programas especiais de acessibilidade, como o site da Rede Saci.

Como softwares especiais para a comunicação, existem as versões computadorizadas dos sistemas tradicionais de comunicação alternativa como o Bliss, o PCS ou o PIC.

Para pessoas com deficiência visual existem os softwares que “fazem o computador falar”:

“Também os cegos já podem utilizar sistemas que fazem a leitura da tela e de arquivos por meio de um alto-falante; teclados especiais que têm pinos metálicos que se levantam formando caracteres sensíveis ao tato e que “traduzem” as informações que estão na tela ou que estão sendo digitadas e impressoras que imprimem caracteres em Braille.” (FREIRE, 2000).

Para os cegos existem programas como o DOSVOX, o Virtual Vision, o Bridge, Jaws e outros.

É importante salientar que a decisão sobre os recursos de acessibilidade que serão utilizados com os discentes, tem que partir de um estudo pormenorizado e individual, com cada aluno. É preciso começar com uma análise detalhada e escuta aprofundada de suas necessidades, para a partir deste ponto ir optando pelos recursos que melhor respondem a essas necessidades.

## CONCLUSÃO

Diante da discussão ora apresentada, as mudanças são fundamentais para a inclusão, mas exigem esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a formação do indivíduo ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura, além da redefinição de papéis que possa, assim, favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar. Atentar para a formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino e aprendizagem.

Acompanhar o professor para resolução de problemas no cotidiano da sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas idéias e desafios para novas situações.

Enfim, para o processo de inclusão escolar, é preciso que haja uma melhoria no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações, ainda que em passos lentos o país e as pessoas com deficiências tem vencido muitas barreiras para fazer valer seus direitos dentro da escola ou fora dela.

## REFERÊNCIAS

7

**EDUCAÇÃO ESPECIAL.** Londres. n. 01, Janeiro 2000. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_especial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_especial) >. Acesso: 03/08/2013

Ministério da Justiça - DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - Brasília, corde, 1997.

Figueira, E. A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial.

**CONVENÇÕES E DECLARAÇÕES DA ONU SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** São Luis. n 14, Novembro de 2003. Disponível em: < [www.ampid.org.br/Docs\\_PD/Convencoes\\_ONU\\_PD.php](http://www.ampid.org.br/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php) > . Acesso: 09/10/2013





CAPOVILLA, Fernando C. Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Recursos Tecnológicos para Educação Especial: Boas Novas para Pesquisadores, Clínicos, Professores, Pais e Alunos. Boletim Educação/ UNESP, n. 1, 1997.

FREIRE, Fernanda M. P. **Educação Especial e Recursos da Informática: Superando Antigas Dicotomias.** Biblioteca Virtual, Artigos e Textos, PROINFO/MEC, 2000, [www.proinfo.gov.br](http://www.proinfo.gov.br).

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Ed. 34, 1999.

SANTAROSA, Lucila M.C. “Escola Virtual” para a Educação Especial: Ambientes de Aprendizagem Telemáticos Cooperativos como Alternativa de Desenvolvimento. Revista de Informática Educativa, Bogotá/Colômbia, UNIANDÉS, 10(1): 115-138 1997.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente.** SP, Martins Fontes, 1987.

DALL’ACQUA, M. J. C.; VITALIANO, C. R. Algumas reflexões sobre o processo de inclusão dêem nosso contexto educacional. In: VITALIANO (org). Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL, 2010.

GIL, M. Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso? Marta Gil (coord), São Paulo, 2005. Realização USP. 167p. Disponível em: [http://saci.org.br/pub/livro\\_educ\\_incl/redesaci\\_educ\\_incl.html](http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html). Acesso em: 18 de dezembro de 2008.

**INCLUSÃO UTILIZANDO AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS.** Novo Hamburgo. n. 03, Outubro de 2011. Disponível em: < <http://inclusodepneesnaescola.blogspot.com> >. Acesso: 05/11/2013

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar.** Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1- 6, 2004.

## Hérnia incisional gigante e uso de múltiplas técnicas associadas: relato de caso Giant incisional hernia and use of multiple associated techniques: case report

**Vinicius Souza Nunes**

Médico Residente em Cirurgia Geral Medicina pela Escola Superior de ciências da saúde (ESCS) Email:  
[vsnvinius1994@gmail.com](mailto:vsnvinius1994@gmail.com)

### RESUMO

A correção das hérnias incisionais gigantes com perda de domicílio vem mostrando-se um foco de estudo cada vez mais evidente, visto que, tal complicação está presente em aproximadamente 11% das laparotomias. Apesar da grande incidência, continua sendo uma importante dificuldade técnica aos cirurgiões, devido ao grande número de complicações possíveis, dentre elas deiscências precoces, síndrome compartimental e a própria impossibilidade de fechamento. Neste contexto, o Pneumoperitônio pré-operatório é uma opção para melhor acomodação visceral com menores complicações. **Objetivo:** Relatar caso de paciente tratado cirurgicamente por hérnia incisional gigante. **Materiais e métodos:** Propõe-se um estudo observacional e de braço único, com coleta de dados do prontuário médico eletrônico do participante de pesquisa. O prontuário eletrônico no sistema TrakCare encontra-se disponível em todas as instituições da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. **Resultados esperados:** Espera-se que os resultados disseminem informações que auxiliem os médicos cirurgiões com informações clínicas que possibilite um tratamento prévio e melhora na qualidade de vida de pacientes com hérnia incisional gigante.

**Palavras-chaves:** Hérnia incisional, parede abdominal, intervenção cirúrgica.

### INTRODUÇÃO

A hérnia incisional pode ser descrita como uma falha da parede abdominal no local de fechamento da parede abdominal, é formada a partir de uma incisão fisiológica anterior, geralmente ocorrendo como resultado de uma incisão cirúrgica anterior que não cicatrizou adequadamente, sendo mais comuns na linha média do abdômen. A hérnia é considerada gigante quando a protuberância alcança o diâmetro superior a 10 cm. Podendo essas serem muito dolorosas e impedir as atividades cotidianas do indivíduo (ABDELHALIM, RADWAN, *et al.*, 2022; SEKHAR, EKKA, *et al.*, 2023; TANSAWET, NUMTHAVAJ, *et al.*, 2022).

A hérnia incisional é uma das principais determinantes a morbidade cirúrgica em todo o mundo, com incidência entre 2% a 20% (SEKHAR, EKKA, *et al.*, 2023; SMITH, MEGGY, *et al.*, 2022). A ocorrência desta condição varia conforme a população atendida e o tipo de cirurgia abdominal realizada. Estudos demonstram que a incidência geral de hérnias incisionais após cirurgias abdominais varia entre 10% a 23%, sendo que a maioria dessas hérnias são pequenas e assintomáticas (MÜLLER, WEYHE, *et al.*, 2023).

As hérnias incisionais pós-laparotomia estão associadas à cicatrização inadequada da fáscia abdominal. A cicatrização inadequada da fáscia pode ser devida a vários fatores, como a técnica cirúrgica e os fatores biológicos do paciente (KORKUT, AKSUNGUR, *et al.*, 2022). Já nos casos de hérnia incisional gigante, a incidência é relativamente rara, correspondendo a menos de 1% de todos os casos (ABDELHALIM, RADWAN, *et al.*, 2022; SEKHAR, EKKA, *et al.*, 2023; TANSAWET, NUMTHAVAJ, *et al.*, 2022; MÜLLER, WEYHE, *et al.*, 2023).

As hérnias incisionais são divididas em pequenas, quando seu diâmetro é inferior a 5 cm, médias com diâmetros entre 5 a 10 cm e grande com diâmetro entre 10 a 15 cm de largura ou comprimento, sendo que, em casos com diâmetro maior que 15 cm já são considerados gigantes. Porém, muitos estudos definem como hérnia incisional gigante diâmetros a partir de 10 cm (KORKUT, AKSUNGUR, *et al.*, 2022; MÜLLER, WEYHE, *et al.*, 2023).

O potencial de risco ao desenvolvimento desta condição é alto em indivíduos com idade avançada, obesidade, tabagistas, diabéticos, portadores de patologias respiratórias crônicas ou que tenham passado por infecção no local da incisão cirúrgica. Ademais, a extensão e a localização da incisão cirúrgica têm forte risco no desenvolvimento desta. Não obstante, indivíduos com hérnia incisional gigante tem maiores riscos de desconforto provocados pela dor, pode ocorrer obstrução intestinal,



isquemia, infecção e redução na qualidade de vida (MÜLLER, WEYHE, *et al.*, 2023; SMITH, MEGGY, *et al.*, 2022).

As principais funções da parede abdominal são fornecer suporte mecânico às estruturas internas e à pressão intra-abdominal e promover a mobilidade/movimento do tronco. As hérnias incisionais prejudicam as funções mecânicas da parede abdominal, contribuindo para ocorrência de sintomas como dor, inchaço, náusea, vômito e constipação (ABDELHALIM, RADWAN, *et al.*, 2022).

O diagnóstico é norteado através de exames físicos e complementares :image (ultrassonografia, tomografia computadorizada ou ressonância magnética). A terapêutica consiste na utilização de um suporte abdominal, mudanças dietéticas, perda ponderal e fisioterapia para fortalecer os músculos abdominais. Porém, em alguns casos mais avançados é necessário a intervenção por cirurgia corretiva (LUAN, CAO, *et al.*, 2022; SEKHAR, EKKA, *et al.*, 2023; TANSAWET, NUMTHAVAJ, *et al.*, 2022). O manejo cirúrgico das hérnias incisionais é um grande desafio para os cirurgiões devido ao alto índice de complicações. Representado por infecção do sítio cirúrgico (oriunda da tela, deiscência da ferida, seroma e lesão intestinal) e recorrência são complicações relatadas na literatura após o reparo da hérnia incisional (BACO e MITRIC, 2022; KORKUT, AKSUNGUR, *et al.*, 2022; SHEIKH, ASUNRAMU, *et al.*, 2022; SMITH, MEGGY, *et al.*, 2022; WILLEMEN, SCHAFFER, *et al.*, 2023). As técnicas cirúrgicas para o reparo da hérnia incisional apresentam um risco potencial de fraqueza dos músculos abdominais, e a reabilitação pós-operatória deve ser considerada para reconstruir a força muscular normal (ABDELHALIM, RADWAN, *et al.*, 2022; BACO e MITRIC, 2022).

Diante do exposto, o desenvolvimento do seguinte estudo objetivou relatar um caso de paciente tratado cirurgicamente por hérnia incisional gigante, justificando a publicação deste, devido a raridade deste tipo de caso. Ademais, as informações contidas no relato de caso poderão ser úteis para fundamentação clínica e auxiliar no tratamento prévio destes pacientes.

## RELATO DE CASO

Paciente masculino, 34 anos, sem comorbidades conhecidas ou alergias, tabagista e usuário de cocaína, deu entrada no Hospital Regional do Paranoá em dezembro de 2018, vítima de perfuração por arma branca em flanco direito.

Submetido a uma laparotomia exploradora foram identificadas duas lesões em íleo distal sem perda de substância e com diâmetros inferiores há 50% da circunferência da alça (requisitos para tratamento sem enterectomia), tendo sido realizada enterorrafia das lesões.

Paciente com instabilidade hemodinâmica no pós-operatório imediato tendo permanecido em UTI por período necessário a estabilização, apresentou ainda na UTI quadro de deiscência parcial da parede aponeurótica, tendo sido optado, devido a instabilidade do paciente de correção em um momento mais adequado.

Aproximadamente um ano após liberação do paciente com hérnia de parede incisional, ele retorna ao serviço para programação da correção cirúrgica devido hérnia incisional gigante com anel herniário medindo (20 x 15 cm). Após ter passado por avaliação multidisciplinar em Saúde com estabelecimento de metas própriaa, a qual por parte do nutricionista recomendou-se perda de peso; o cardiologista não citou nenhuma contraindicação, porém com medidas farmacológicas para TEV no pós-operatório; a pneumologia também sem contraindicações ao procedimento, orientado apenas cuidado com o pneumoperitônio progressivo e, posteriormente, realização da medida da PIA (pressão intra-abdominal) no intraoperatório.

Após realização de tomografia de abdome sem contraste foram realizadas medidas aproximadas do volume da hérnia (conteúdo fora dos limites da parede abdominal) comparativamente ao volume da cavidade intra-abdominal. Nesta avaliação o volume herniário representava mais de 20% do volume da cavidade interna o que sugere, segundo a literatura, confere maior propensão a hipertensão abdominal, restrição respiratório, entre outras complicações.

2

Optado por implante de cateter intraperitoneal para realização de pneumoperitônio com insuflação diária até possibilidade cirúrgica. Após o sétimo dia de seguimento, realizou-se hernioplastia incisional com a técnica cirúrgica de separação de componentes e implantação de tela de polipropileno In Lay.

No pós-operatório paciente apresentou evolução favorável e sem intercorrências, recebendo alta com avaliações seriadas pelo período de um ano. Paciente permaneceu estável e sem retorno da hérnia abdominal e bom aspecto estético de modo importante.

Manifestou bons resultados no pós-operatório, recebendo alta hospitalar com seguimento ambulatorial por um ano com resolução completa da hérnia, mantendo integridade de parede abdominal.

## DISCUSSÃO

A correção das hérnias incisionais gigantes com perda da integridade abdominal vem mostrando-se um foco de estudo cada vez mais evidente, visto que, tal complicação está presente em aproximadamente 11% das laparotomias. A realização do pneumoperitônio, embora não apresente ainda protocolos técnicos bem estabelecidos quanto à forma a ser executada (volume insuflado, quantidade de dias de insuflação), tem se mostrado uma técnica bastante eficaz de forma isolada ou associada a outras técnicas para ajuste de hérnias incisionais. A insuflação abdominal, ao mesmo tempo em que gera relaxamento muscular e das fáscias abdominais, também pode ser considerada como uma prova da capacidade pulmonar do paciente, uma vez que, pacientes que desenvolvam desconforto respiratório unicamente com a insuflação, provavelmente seriam incapazes de suportar a oclusão da parede abdominal. No presente caso, o paciente não apresentou nenhum tipo de desconforto respiratório. Apesar da grande incidência das hérnias incisionais, esta continua sendo de importante dificuldade técnica aos cirurgiões, devido à grande porcentagem de complicações possíveis, dentre elas: deiscências precoces, síndrome compartimental e a própria impossibilidade de fechamento. Neste contexto, a técnica de uso de pneumoperitônio para relaxamento de musculatura abdominal mostra-se promissora no avanço de correções de hérnias incisionais gigantes, diminuindo o número de complicações e intercorrências pois permite uma melhor acomodação visceral.

## IMAGENS

**FIGURA 1** – Hérnia incisional de linha média







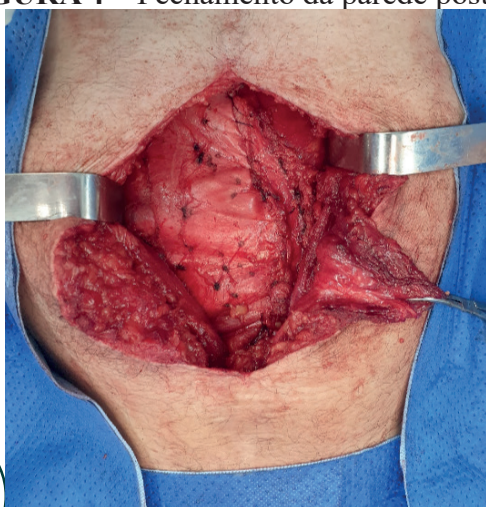
**FIGURA 2** – Preparo pré instalação do cateter de pneumoperitônio



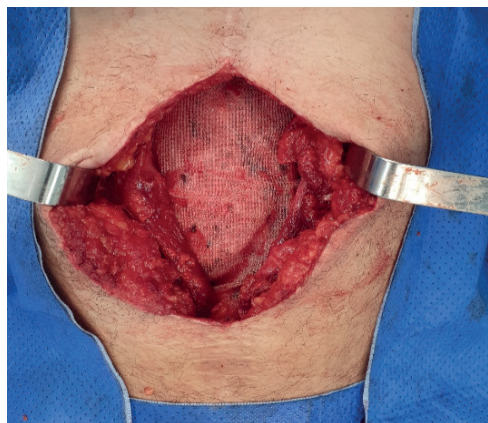
**FIGURA 3** – Ganho tecidual e de espaço intra-abdominal após 14 dias de Pneumoperitônio progressivo



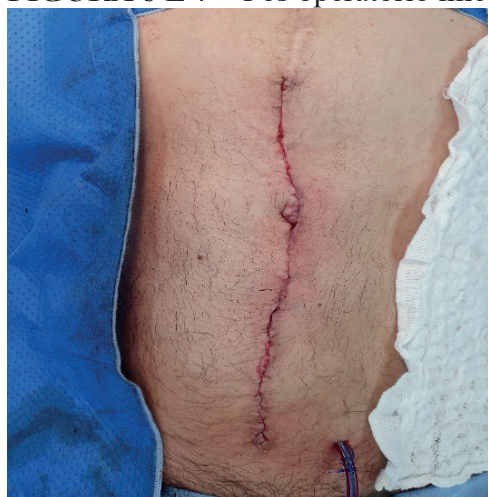
**FIGURA 4** – Fechamento da parede posterior do abdômen



**FIGURA 5** – Instalação da tela de polipropileno no espaço retro-muscular



**FIGURA 6 E 7** – Pós operatório imediato



6

**REFERÊNCIAS**

- ABDELHALIM, N. M. et al. The efficacy of isokinetic strength training versus core stability training on the trunk muscle strength and quality of life after surgical repair of incisional hernia in adolescents. *Turk J Phys Med Rehabil*, v. 68, n. 4, p. 501–508, 2022.
- BACO, ; MITRIC,. Transversus Abdominis Muscle Release in Giant Incisional Hernia. *Cureus*, v. 14, n. 8, p. 28277, 2022.
- KORKUT, et al. Comparison of Surgical Treatment Results of Large Incisional Hernias. *Cureus*, v. 14, n. 11, p. 32020, 2022.

- LUAN, et al. Construction and properties of the silk fibroin and polypropylene composite biological mesh for abdominal incisional hernia repair. *Front Bioeng Biotechnol.*, v. 10, n. 1, p. 949917, 2022.
- MÜLLER, et al. Prophylactic effect of retromuscular mesh placement during loop ileostomy closure on incisional hernia incidence—a multicentre randomised patient- and observer-blind trial (P.E.L.I.O.N trial). *Trials*, v. 24, n. 1, p. 76, 2023.
- SEKHAR, et al. Effect of Suture Length on the Incidence of Incisional Hernia and Surgical Site Infection in Patients Undergoing Midline Laparotomy: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Cureus*, v. 15, n. 2, p. 34840, 2023.
- SHEIKH, et al. A Cost-Utility Analysis of Mesh Prophylaxis in the Prevention of Incisional Hernias following Stoma Closure Surgery. *Int J Environ Res Public Health.*, v. 19, n. 20, p. 13553, 2022.
- SMITH, et al. Incisional hernia prevention: risk–benefit from a patient perspective (INVITE) – protocol for a single-centre, mixed-methods, cross-sectional study aiming to determine if using prophylactic mesh in incisional hernia prevention is acceptable to patients. *BMJ Open*, v. 12, n. 12, p. 069568, 2022.
- TANSAWET, et al. Fascial Dehiscence and Incisional Hernia Prediction Models: A Systematic Review and Meta-analysis. *World J Surg.*, v. 46, n. 12, p. 2984–2995, 2022.
- WILLEMIN, et al. Drain Versus No Drain in Open Mesh Repair for Incisional Hernia, Results of a Prospective Randomized Controlled Trial. *World J Surg.*, v. 47, n. 2, p. 461–468, 2023.
- BernardC,etal-Repair of giant abdominal wall hernias using open intraperitoneal mesh Hernia (2007).
- Minossi,JoséGuilhermeetal.O uso do pneumoperitônio progressivo no pré-operatório das hérnias volumosas da parede abdominal. *Arquivos de Gastroenterologia*, v.46, n.2, p.121-126,20095-320.



## UMA REFLEXÃO SOBRE A LITERATURA AFROBRASILEIRA E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lidiane Fagundes Machado Alves

*Linha de pesquisa; Ensino de literatura no Contexto das Leis 10.645/03 e 11.6545/08*

*Área de Ensino na Educação Básica Prof. Eliane Gonçalves Costa*

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o estudo da história da cultura afrobrasileira, como também, os principais desafios enfrentados pela luta e superação do racismo e da desigualdade social no ambiente escolar.

Durante várias décadas tem sido discutido sobre tratar desse tema, e buscamos respostas sobre qual é a melhor estratégia para uma ação docente adequada que possibilite mudanças que possam impulsionar a luta pela desigualdade social por meio da educação.

A pesquisa busca conhecer as leis, e metodologias didáticas para chamar atenção dos alunos de forma consciente e levá-los ao aprendizado, referenciando as diversas matrizes africanas que temos como influencia, e ferramentas que seriam cruciais para que esse tema seja evidenciado com total importância no contexto escolar. A metodologia dessa pesquisa foi fundamentada em uma revisão bibliográfica construída a partir de uma revisão teórica feita em artigos encontrados em vários periódicos eletrônicos, e também em monografias e dissertações. Após a pesquisa foi o momento da análise descritiva feita mediante a leitura da temática.

### OBJETIVOGERAL

Refletir sobre a importância em trabalhar a questão da cultura africana em sala de aula de um modo geral.

### OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Entender a importância de trabalhar a cultura africana em sala de aula por meio de estratégias, usar criatividade e observar com sensibilidade e cuidado com seus alunos.

- Discutir a importância de trabalhar a leitura nos diferentes estilos literários, a fim, de garantir a aprendizagem e do desenvolvimento dos mesmos, e principalmente a igualdade dos indivíduos.

É primordial conhecer o tema para que seja possível desenvolver metodologias de aprendizagem que venha fazer com que o aluno torne-se um ser investigador e participativo nas diversas formas de trabalho, tanto individual quanto em grupo. Por outro lado, não pode ser esquecido que os desafios enfrentados pelos docentes na sala de aula são extensos. Como eliminar o preconceito racial e suas vertentes por uma busca constante de inclusão se torne uma realidade em nossa sociedade.

É necessário que os professores precisam compreender, desenvolver e aprimorar conhecimentos e técnicas que proporcionem a prática pedagógica, voltada a abordagem do tema cultura africana e suas influências na construção da história do país pois ainda é visível a discriminação e o preconceito praticado em muitos espaços.

1

## UMA REFLEXÃO SOBRE LITERATURA AFROBRASILEIRA E NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Nesse sentido, o trabalho da literatura direcionado a questão da diversidade é de fundamental importância no processo de inclusão e de respeito as diferenças em sala de aula, nas diferentes modalidades de ensino da educação básica brasileira. Nessa direção, com o amparo da legislação educacional, na qual ampara o estudo das diferentes culturas no sistema educacional, é necessário que o educador tenha clareza sobre esses conteúdos.

Dessa forma, Souza e Vieira, argumenta ainda que “trabalhar à cultura e literatura afrodescendente no

âmbito escolar, fazendo com que os alunos possam conhecer a verdadeira faceta do negro no Brasil, abrindo caminho para a discussão étnico e racial em sala de aula.” (2016, p.85)

A literatura é vista uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão. Em nível complexo surgem as narrativas populares, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos. No nosso ciclo de civilização, tudo isto culminou de certo modo nas formas impressas, divulgadas pelo livro, o folheto, o jornal, a revista: poema, conto, romance, narrativa. (CANDIDO, 1972)

Dado que a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. E a sociedade não pode não escolher o que em cada momento lhe parece adaptado aos seus fins, enfrentando ainda assim os mais curiosos paradoxos, - pois mesmo as obras consideradas indispensáveis para a formação do moço trazem com frequência o que as convenções desejariam banir. Aliás, essa espécie de inevitável contrabando é um dos meios por que o jovem entra em contato com realidades..(CANDIDO, 1972). Nessa perspectiva:

Todos sabem que a arte e a literatura têm um forte componente sexual, mais ou menos aparente em grande parte dos seus produtos. E que age, portanto, como excitante da imaginação erótica. Sendo assim, é paradoxal que uma sociedade como a cristã, baseada na repressão do sexo, tenha usado as obras literárias nas escolas, como instrumento educativo. (CANDIDO, 1972 p.6).

Muitas correntes estéticas, inclusive as de inspiração marxista, entendem que a literatura é sobretudo uma forma de conhecimento, mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. Sabemos que as três coisas são verdadeiras, mas o problema é determinar qual o aspecto dominante e mais característico da produção literária. (CANDIDO, 1972)

A literatura africana na língua portuguesa, é constituída vinda de um passado por meio da oralidade, o material preciso para sua edificações. Fortalecem, convicções, se alicerçam o contexto colonial sobre a história do povo africano de um modo geral. Nesse sentido, a leitura consistiria, então, na via pela qual os habitantes personagens, levados pelas exigências de significação, reencontrariam a imagem de sua cidade. (COSTA, 2007)

A linguagem do texto literário revela mais do que diz, e essa revelação é o seu verdadeiro sentido. Dessa forma, o texto literário diz, mas esse fato está intrinsecamente relacionado ao ato de representação do leitor. Pois a criação de sentidos, para Iser, é um ato criativo; espera-se que o leitor imagine, ou melhor, faça sua representação a respeito do texto, a partir de uma sequência de aspectos que o próprio texto oferece. (ZAFALON, 2010). Sendo assim:

O professor de literatura deve ter como objetivo fundamental estabelecer um contato efetivo do aluno como texto, portanto as obras literárias selecionadas devem estar o mais próximo possível do que eles esperam, já que a experiência de leitura e a visão de mundo do adolescente ainda são mais restritas. A participação dos alunos na escolha dos textos a serem lidos e trabalhados seria um passo inicial para o entrosamento com a obra literária.(ZAFALON, 2010 p.7)

A partir do momento em que o professor começa a oferecer aos alunos a oportunidade de fazer leituras de textos e o Brasil realmente significativos do ponto de vista de suas aspirações e conhecimentos prévios, pode-se então planejar alçar vôos mais altos, ou seja, o professor, paulatinamente, introduzirá uma literatura que seja mais aprofundada e abrangente, que desperte prazer, sem prescindir de um objetivo prático imediato. (ZAFALON, 2010). Nessa perspectiva:

O ensino da literatura não pode ser confundido ou reduzido à transmissão de ideias morais. Ensinar literatura consiste em destacar nela a contribuição efetiva para um exercício de linguagem coletiva e individual. O texto literário traz na sua própria construção o processo da escrita e da leitura, demonstrando uma experiência de reflexão na qual o leitor também é agente, na medida em que pode levá-lo a uma transformação, no embate com suas vivências individuais. No processo de recepção, o leitor assume sua postura de coautor da obra lida, atribuindo sentido aos textos, colocando-se numa condição de criticidade em relação à leitura, enfim, assumindo um papel de leitor-sujeito (ZAFALON, 2010 p.9)

Sendo assim, toda e qualquer obra literária só se legitima diante da ação do leitor, deixando em segundo plano tanto o trabalho artístico do autor, como também, o próprio texto literário criado. É a submissão da tirania formalista ante a soberania do leitor, numa clara transformação dos paradigmas literários, pois sob o viés da Estética da Recepção, o que mais interessa é o confronto entre a obra construída pelo autor e as reconstruções elaboradas pelo leitor. O texto deixa de ser um objeto estanque e a leitura passa a ser um

processo de reconstrução constante da obra literária, pela intervenção do leitor.(ZAFALON,2010).

A literatura, ao cumprir as três funções que lhes são atribuídas, humanizando o homem e a sociedade, cumpre o seu papel emancipador. Dentre as funções da Literatura, talvez a mais relevante seja a capacidade que o texto literário tem de humanizar, pois, por sua própria natureza, leva o leitor a identificar-se emocionalmente como texto. As pessoas que leem textos literários têm maior capacidade de colocar-se no lugar dos outros, em consequência, tornam-se mais autocríticas, uma vez que podem entender e questionar melhor as opiniões, crenças e atitudes alheias.(CORREA, 2018).

A literatura não nasce no vazio, mas, sempre, no centro de um conjunto discursivo como qual compartilha numerosas características. A literatura é um conjunto de elementos que agem em interação que, desenvolvendo-se historicamente, revela as nuances da cultura e recria aspectos da realidade. Inquestionável, portanto, é a contribuição de tais vivências, cujos relatos, por meio da literatura, são convertidos em textos escritos e publicados, tornando-se, assim, um legado às gerações vindouras. (TODOROV,2009;CORREA,2018). Dessa maneira:

É inegável a contribuição da literatura na emancipação do aluno enquanto sujeito em processo de formação sociocultural. Cabe, portanto, à escola e ao professor, atentarem-se ao modo como vem sendo trabalhada, em sala de aula, a leitura de textos literários e a maneira como tais obras são ou não aceitas pelos alunos e se esse trabalho tem contribuído de maneira satisfatória na formação de novos leitores.(CORREA, 2018 p.19).

A literatura aparece nos documentos oficiais a partir de 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei 9394/96 (LDB/96). O ensino de literatura está ligado ao artigo 35, onde especifica as finalidades do Ensino Médio, mais especificamente no inciso III, onde afirma que uma dessas finalidades é: “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.(CORREA, 2018)

Cabe, pois, à escola estabelecer metas que propiciem o desenvolvimento humano, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. O ensino de Literatura visa ao cumprimento deste inciso, pois a literatura, como já vimos, surge como fator indispensável de humanização.(CORREA,2018)

Nessa perspectiva os textos literários, é uma atividade bastante complexa de produção de sentidos que se realiza com base nos elementos linguísticos presentes na superfície do texto e na sua forma de organização, por isso requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes por parte do leitor. Isso significa afirmar que o sentido de um texto é construído na interação autor-texto-leitor. Nesse sentido, deve-se considerar o contexto, ou seja, tudo aquilo que, de alguma maneira, contribui para a construção da literatura de uma forma geral e ampla..(CARVALHO,2015).

Entende-se que as aulas de língua e literatura devem caminhar juntas, pois só assim será possível formar um leitor consciente de seu papel cooperativo, produtivo e reflexivo. Cabe ao professor de Língua Portuguesa promover essa integração entre a gramática e a literatura para que o ensino-aprendizagem aconteça. (CARVALHO,2015).

Mariosa (2011) argumenta em sua pesquisa relacionada a literatura afro-brasileira, que os contos populares, de tradição africana e afro-brasileira são também um importante e significativo modo de preservação da memória e da tradição, apesar de serem pouco valorizados pela literatura. Dessa forma, autora conta ainda que a força desta cultura está na possibilidade de novas experiências para percepção do mundo. Há um crescente número de publicações de histórias, originadas da tradição oral, o que expressa uma construção de novos paradigmas socialmente construídos.

A leitura em sala de aula do texto literário aguça o interesse do aluno em saber mais sobre a vida e o trabalho do autor selecionado como objeto de estudo, bem como de outros autores, cujas obras se colocam à disposição do estudante. É preciso, então, profundo conhecimento literário do professor e colocar em sua leitura todo o entusiasmo, demonstrando não só conhecimento, mas também paixão. (CARVALHO,2015).

É papel do professor, além de conhecedor é visto como amador pelo texto literário, facilitar este tipo de leitura, tendo em vista que requer uma participação mais ativa do leitor. É a partir da sua leitura que o aluno compreenderá a funcionalidade e a beleza do texto literário, convidado a entrar no universo da literatura e a experimentar a grande transformação no leitor, que viajará pelo universo da imaginação e da recriação a partir do real. Transformar-se a como ser humano dotado de conhecimentos sobre si e sobre o mundo que o cerca à medida que suas leituras avancem, daí a importância da literatura para a formação do aluno. (CARVALHO, 2015).

É papel do professor fazer escolhas entre autores e obras que se adaptem aos projetos que desenvolvam o hábito da leitura, sem deixar de considerar o sentido principal do trabalho com a literatura: a formação de

leitores literários fluentes e habilidosos. Para tanto, deverá haver uma ampliação das práticas de linguagem e repertório, numa abordagem que privilegie a produção colaborativa e o cruzamento de culturas e saberes. (YPIRANGA, 2019)

O trabalho com a literatura afro-brasileira, permite assim que o professor busque novas metodologias acompanhadas de textos e histórias que possam ser desenvolvidos em sala de aula, com todos os demais alunos. Dessa forma, é fundamental que o educador pesquise e fomente novas metodologias em sala de aula.

A literatura, ao cumprir as três funções que lhes são atribuídas, humanizando o homem e a sociedade, cumpre o seu papel emancipador. Dentre as funções da Literatura, talvez a mais relevante seja a capacidade que o texto literário tem de humanizar, pois, por sua própria natureza, leva o leitor a identificar-se emocionalmente com o texto.

Portanto, a leitura, principalmente de textos literários, é uma atividade bastante complexa de produção de sentidos que se realiza com base nos elementos linguísticos presentes na superfície do texto e na sua forma de organização, por isso requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes por parte do leitor.

## CRONOGRAMA

Ano/meses	2023					2024				
	Abr/Mar	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Abr/Mar	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez
Atividades										
Levantamento inicial de dados sobre o tema	■									
Definição do Tema e Delimitação	■									
Problema e hipóteses	■									
Introdução	■									
Objetivos		■								
Revisão da Literatura		■								
Metodologia		■								
Cronograma			■							
Contatos iniciais como Órgão			■							
Orçamento-Recursos			■							
Referências				■						
Organização dos Slides				■						
Revisão Geral –Formatação				■						
Entrega do Projeto na Coordenação				■						
Defesa do Projeto					■					
Envio ao CEP					■					
Avaliação e resposta CEP						■	■			
Coletas e tabulação dos dados								■		
Construção da Discussão Teórica								■		

## REFERÊNCIA

4

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

CANDIDO, Antônio, *A literatura e a formação do homem*, Disponível em: [Quantonalatino-americana](#), a palavra de ordem é “morte ao regionalismo”, quanto ao presente, e menosprezo pelo que foi, quant(usp.br). Acesso em 24 de Jan de 2022.





CARVALHO, A importância da leitura literária para o ensino, Revista Entreletras, Araguína/TO, v.6 n.1, p.6-21, jan/jun. 2015.(ISSN2179–3948).

CORREIA, Elaine Andrade da Silva, **A importância do ensino da literatura e da leitura de obras literárias no ensino médio.** Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná–UTFPR –Câmpus Medianeira. 2018

COSTA, Eliane Gonçalves da, No fim o princípio: Raízes de Luanda, Programa de Estudos Pós Graduação em Literatura em crítica literária PUC/SP. Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre no programa de estudos pós graduados em literatura e crítica literária da pontifícia universidade católica de São Paulo, 2007.

JESUS, Aline Souza de, CALIARI, Aparecida da Silva, **Leitura de Literatura no Ensino Fundamental III: Uma experiência possível a partir do circuito de Leituras.** Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiel/wp-content/uploads/2014/11/556.pdf#:~:text=Enfim%2C%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20li>. Acesso em 01 de Maio de 2022.

GIACON, Eliane Maria de Oliveira, Natureza e função da literatura, Disponível em: NATUREZA E FUNÇÃO DA LITERATURA (cepad.net.br). Acesso em 24 de Abril de 2022.

MARIOSIA, Gilmaria Santos, A influência da literatura infantil Afro-brasileira na construção da identidade das crianças. **Estação Literária Londrina**, Vagão-volume 8 parte A, p.42-53, dez. 2011 ISSN 1983-1048. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL>. Acesso em 09 de Maio de 2022.

SOUZA, Gabriela Alves de Oliveira, VIEIRA, Wellington Neves, **O ensino da literatura afrobrasileira como um jeito de transformação social.** Anais do Festival Literário de Paulo Afonso -FLIPA -2016 -Faculdade Sete de Setembro- Paulo Afonso-Bahia

ZAFALON, Miriam, **Leitura e ensino da literatura: reflexões**, Disponível em: [REFLETINDO SOBRE A LEITURA E O ENSINO DA LITERATURA \(diaadia.pr.gov.br\)](http://REFLETINDO SOBRE A LEITURA E O ENSINO DA LITERATURA (diaadia.pr.gov.br)). acesso em 24 de Janeiro de 2022.

YPIRANGA, Sarah, Ensino, leitor, leitura e escola, **Revista de letras**, centro de humanidades, Universidade Federal do Ceará/UFC-Fortaleza/CE.

## RESOLUÇÃO DE CONFLITO: RISCOS, BENEFÍCIOS E IMPACTOS (PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS – UM INTROITO NO JUDICIÁRIO)

Sérgio Nunes de Jesus<sup>1</sup>  
Bruna Caroline Farias Alves<sup>2</sup>

### Resumo:

No contexto do sistema jurídico nacional, o presente texto procura fornecer uma visão sistêmica da mediação, conciliação e arbitragem a partir dos princípios doutrinários (não de maneira ampla, mas simplificada na concepção do judiciário). Os benefícios de tais técnicas alternativas serão examinados e associados à doutrina e às leis que as controlam. Isto posto, devido à reconhecida ‘lentidão’ do sistema judicial. Objetiva-se assim que a mediação é utilizada quando existe uma relação prévia entre as partes, pois exige esforço na investigação e estudo da questão. Outrossim, aponta diretamente ao tema proposto de acordo com as formas primárias de mediação e a forma como funcionam essas disputas e de que maneira são examinadas. Sendo assim, apontamos na direção do contraditório – onde os princípios da alegação darão suportes a conciliação que é tipicamente empregada quando da não existência de uma relação prévia e deve concentrar efetivamente na resolução da questão (fato proposto ao judiciário). Dessa maneira, coadunamos que o ‘árbitro’ deve tomar especial eventualmente ao demonstra-se que os benefícios do procedimento de arbitragem compensam quaisquer potenciais inconvenientes, tornando assim um processo rápido, com precisão técnica que pode/poderá encorajar suas efetividades no sistema judiciário – seja em uma dada localidade, ou no território nacional.

**Palavras-chave:** Métodos alternativos. Conciliação. Mediação/Arbitragem.

### Abstract:

In the context of the national legal system, this text seeks to provide a systemic view of mediation, conciliation and arbitration from doctrinal principles (not broadly, but simplified in the conception of the judiciary). The benefits of such alternative techniques will be examined and associated with the doctrine and laws that control them. This is because of the recognized ‘slowness’ of the judicial system. It is thus intended that mediation is used when there is a prior relationship between the parties, because it requires effort in the investigation and study of the issue. Furthermore, it points directly to the proposed theme according to the primary forms of mediation and how these disputes work and how they are examined. Thus, we point in the direction of the adversarial - where the principles of plea-bargaining will support conciliation that is typically employed when there is no prior relationship and should effectively focus on resolving the issue (fact proposed to the judiciary). Thus, we coadunate that the ‘arbitrator’ should take special eventually in demonstrating that the benefits of the arbitration procedure outweigh any potential drawbacks, thus making it a fast process, with technical precision that can/will encourage its effectiveness in the judicial system - either in a given locality, or in the national territory.

**Keywords:** Alternative methods. Conciliation. Mediation/Arbitration.

### Introdução

A justiça tardia não é justiça; é uma injustiça qualificada e óbvia, segundo o eminente jurista *Rui Barbosa*. De fato, a noção de que o sistema judicial é lento, desperdiça dinheiro pelo caminho e serve frequentemente como o propósito da provisão judicial que já está demasiado e profundamente enraizado na sociedade

1 Pós-Doutor em Ciências da Educação (UFLO). Doutor em Ciências da Educação (UTIC). Doutor em Ciências da Linguagem (UNICAP). Mestre em Linguística (UNIR). Graduado em Letras (UNEB). Professor Efetivo EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *campus* Cacoal. Cursa Mestrado em *Master of Science in Legal Studies, Emphasis in International Law* na MUST University, US, Flórida. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – ProfEPT/CAPES [Rede Nacional]. Faz parte do GP Linguagem, Cultura e Sociedade: Práticas Discursivas na Amazônia (PDA) - IFRO/CNPq, *campus* Cacoal.

2 Cursa especialização em Direito Penal e Criminologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Cursa especialização em Direito Internacional pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Cursa graduação em Enfermagem pela Faculdade Estácio De Sá (Estácio). Especialista em Direito Material e Processo Penal pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC). Bacharel em Direito pela Faculdade Pan Amazônica (FAPAN). Faz parte do GP Direito Penal e Democracia (DPD) – UFPA/CNPq, *campus* Belém. Faz parte do GP Linguagem, Cultura e Sociedade: Práticas Discursivas na Amazônia (PDA) - IFRO/CNPq, *campus* Cacoal.

brasileira. Sendo assim, o bem desejado na vida ou mesmo a própria parte que ‘morre’ (falta) sem o receber, pode expirar após anos de espera – na ocasião, pelo fim do processo; lastimável.

Nessa perspectiva acima, para dar uma ideia da situação - um processo nos Tribunais Estaduais pode demorar em média 3 (três) anos e 4 (quatro) meses na primeira instância; e 11 (onze) meses na segunda instância, e 4 (quatro) anos e 3 (três) meses na fase de execução judicial; isso posto, de acordo com o relatório *Justice in Numbers*, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ em 2021. Logo, é preciso esperar mais de oito anos para que um ‘conflito’ seja resolvido - o que é uma condição socialmente preocupante. Dessa maneira, durante este período provisório as partes e o próprio direito solicitado ‘desaparecem’; portanto, acrescentando de maneira expressiva o grande número de casos de injustiça.

Além disso, é preciso considerar que, uma vez que, as próprias partes não são capazes de resolver uma disputa por meio da negociação - o motivo excessivo para procurar o Poder Judiciário desqualifica-as automaticamente; como resultado, forma-se um tecido social composto por pessoas que se opõem à resolução pacífica e que utilizam frequentemente o sistema jurídico como *instrumento de revanchismo* – acreditamos.

## MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO – uma essência unilateral

A partir das abordagens anteriormente discutidas – aqui apontaremos as bases que correspondem a unilateralidade, via de regra, pela viabilidade da Mediação, bem como a da Conciliação, pois frequentemente são resolvidos por meio do ‘auto-reforço’ em que um lado emprega ‘todos’ os métodos disponíveis, incluindo a força, para derrotar o outro, como resultado do desenvolvimento e disseminação da lei. Sendo assim, apontamos aqui que o conceito de auto-reforço é geralmente definido como *tomar a lei nas próprias mãos* – ou seja, baseia-se neste pressuposto judiciário. Como se pode notar, por exemplo, no artigo 345, do Código Penal - que penaliza a pessoa que emprega a força, mesmo que seja para *saciar uma exigência legítima*; mas, o sistema legal rejeita geralmente essas ações.

Desta forma, como se pode resolver tais disputas entre as partes? A alegada autocomposição direta aparece como suporte. Nessa ilustração exemplificada, as partes resolvem o impasse por si e sem a ajuda de outrem como mediador socialmente estabelecido pelos contextos por eles manifestados. Assim, um acordo pode ser formado de três maneiras, segundo Lima (2021); Netto; Longo (2022): A partir da 1. *Desistência*: nessa hipótese, o indivíduo simplesmente renuncia ao direito invocado, submetendo-se à vontade do outro – é, portanto, ato unilateral; 2. pela *Transação*: por meio de concessões recíprocas, as partes chegam em um denominador comum; e pela 3. *Submissão*: uma das partes reconhece a pretensão da outra, deixando de opor resistência.

De qualquer sorte, é possível que as partes precisem de um terceiro para facilitar a conversa ou mesmo oferecer soluções; de certo, se não forem capazes de resolver o problema por si mesmo. Conquanto, nisso reside a autocomposição indireta assistida de acordo aos princípios estabelecidos por Costa (2004), pois é importante estabelecer uma compreensão de que as diferenças entre conciliação e mediação, como exemplos deste tipo de resolução de disputas, requer atenção e perspicácia dos legisladores – pois cada caso é um caso; cada vida é uma vida (tomamos aqui a importância de estabelecer o lado humano no julgamento de cada ação).

É válido considerar que o ‘conflito pacificador’ é apenas natural e visa alcançar o estado ideal de pacificação da sociedade; a mediação por sua vez, é uma figura inerente à natureza humana. Logo, como resultado, a maioria das pessoas têm tido a oportunidade de resolver disputas amigavelmente, pois a mediação é um atributo técnico da justiça e se baseia principalmente na área de especialização do mediador que procura ‘ajudar’ as partes a compreenderem as perspectivas umas das outras e a chegarem a acordos por intermédio de uma compreensão mútua; isso posto apontado por Costa (2004). Para tanto, como resultado, o mediador é significativo, uma vez que, preserva a comunicação das partes – onde o trabalho não inclui, contudo, fazer sugestões sobre como resolver a questão.

## A efetividade da/na Lei: princípios e fundamentos

2

Ainda na mesma linha de raciocínio, observamos aqui o Código de Processo Civil (CPC) que prevê no seu art. 165, que *o mediador funcionará preferencialmente em circunstâncias em que exista uma ligação prévia entre as partes, de acordo com o significado das modalidades de autocomposição*. Como resultado, prévio dessa questão, apontamos aqui, a comunicação é preservada, pois ajuda as partes a ‘descobrir’ soluções particulares às resoluções mutuamente benéficas de acordo a Lei nº 13.105/2015.

Isto posto, a figura da mediação adquire terreno em disputas onde há *sentimentos envolvidos*, indo além de considerações estritamente econômicas, pode ser deduzida da definição do texto legal, pois é por meio dela que tenta-se ‘reconstruir os laços sociais entre os indivíduos envolvidos’, para além da resolução do

conflito, segundo Cabral (2017).

Nessas perspectivas, observamos aqui também o ‘significado’ do mediador – esse destaca-se, particularmente, no direito da família (contexto importante a partir desse viés na conciliação); onde ele tem papel fundamental para poder restaurar as ‘linhas de comunicação quebradas’ e pacifica os entremeios das disputas que são acirradas ao longo do processo. No entanto, uma vez que, a comunicação é um dos primeiros pilares a cair quando há um problema, a sua utilidade estende-se a uma série de outras áreas - o que acaba por fazer avançar o desenvolvimento da sociedade nessa multiplicidade conceitual, contextual e analítica – historicamente a falar.

Assim, após essa breve digressão a partir desses pilares fundamentais – é importante considerar que tanto a mediação quanto a conciliação são importantes em nossa sociedade – cada um tem seu papel profissional, pois são delineados a partir do artigo 165, Seção 2, do CPC, mas sem restringir ou assustar, pois a Lei nº 13.105/2015 irá estabelecer ainda que é preferível que o conciliador aja quando nunca tenha havido uma relação entre as partes; fator preponderante nesse ponto de partida entre as partes. Dessarte, como resultado, enquanto na mediação todo o cenário de conflito é trabalhado com mais detalhe e muito tempo é gasto para compreender e a abordar as questões que se seguem; na conciliação a ênfase está em sugerir soluções. Desse viés, segundo Cabral (2017), a questão é tratada de forma mais superficial na conciliação e o objetivo do processo é essencialmente a autocomposição e não a resolução do conflito.

Ainda dentro desses pormenores aqui discutidos – o modelo anterior é eficaz e constitui apoio do Tribunal Especial Civil que estabelece seus princípios a partir da Lei nº 9.099/1995 que é descritiva e visa realçar a distinção entre as instituições, onde nos termos do art. 2º, da lei, a conciliação será testada nesta situação sempre que possível. Logo, devemos considerar a seguinte perspectiva analítica: *o cenário em que a mala de um cliente foi perdida por um operador aéreo*; existem apenas interesses patrimoniais disponíveis nesta situação e é inexistente quaisquer vínculos afetivos. Assim, o conciliador adotará uma abordagem mais proativa e poderá mesmo fazer sugestões para os ‘potenciais montantes de liquidação’, em vez de se concentrar na *questão em causa*.

Isto posto, o poder judiciário tem trabalhado para fazer da *mediação* e da *conciliação* um aparte regular, defendendo resoluções sobre o assunto. Vemos que, a Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, é inquestionavelmente representativa com o objetivo principal de punir tais métodos consensuais de resolução de conflitos; pois o art. 8º, do Ato Normativo, confere aos tribunais a responsabilidade de estabelecer os Centros Judiciais de Resolução de Conflitos e Cidadania já existentes, ou seja, os CEJUSCs, segundo o CNJ, 2010. Além disso, foram gradualmente publicadas várias emendas à referida Resolução. Logo, é válido considerar a exemplo da Resolução nº 2/2016 que estabeleceu o dever de melhoria contínua aos conciliadores e mediadores, bem como a Resolução nº 326/2020 que fundamentou as orientações curriculares e o estágio supervisionado para esses profissionais – segundo o CNJ (2016; 2020), só para fundamentar nossa discussão em voga.

### A arbitragem – do cenário jurídico: perspectivas

No que concerne a arbitragem, podemos assim considerar que é uma prática comum no Brasil, de fato, já foi delineada no art. 160, da Constituição do Império, de 1824, que deu às partes a autoridade para escolher os árbitros; onde a Constituição Federal de 1988 declara que a resolução pacífica dos desacordos como um princípio básico no seu preâmbulo. No entanto, a promulgação da Lei nº 9307/1996, que mandata a arbitragem, deu um notável impulso ao assunto. O ato normativo, por sua vez, descreve o instituto e especifica os procedimentos de aplicação – sem dúvida, a consideração dos elementos-chave torna claro se é prático como método auto compositivo nessa perspectiva judicial.

Dessa maneira, é válido considerar que a legislação já deixa claro no seu *primeiro artigo* que as pessoas capazes que têm direitos de propriedade disponíveis podem submeter disputas a arbitragem; além disso, a legislação subsequente, Lei nº 13.129/2015, acrescentou dois parágrafos à referida cláusula e deu especificamente à administração pública a opção de se submeter a tal instituto. É salutar que a chamada convenção de arbitragem é necessária, pois para *que as partes concordem expressamente em submeter-se à arbitragem*. O compromisso por sua vez, a cláusula arbitral, são pelo menos duas espécies que pertencem a este contexto teórico-prático.

O compromisso a partir das abordagens torna-se uma ‘transação jurídica bilateral’ que visa submeter um litígio em curso à arbitragem, segundo Azevedo (1996). Por outro lado, a cláusula arbitral (pode ser considerada um documento fundamental que rege a relação jurídica das partes), já deixa claro que qualquer litígio emergente da mesma (ação) deve ser resolvido por intermédio da arbitragem.



Sendo assim, é necessário questionar sobre as vantagens de selecionar a arbitragem como meio de resolver o litígio – onde a rapidez do processo deve sobressair sem dúvida. A esse respeito, segundo Rodovalho (2015), especifica que *a duração da resolução da disputa pode ser acordada previamente pelas partes; mas, na ausência de um acordo escrito, deve aplicar-se o prazo de seis meses estabelecido no art. 23, da Lei de Arbitragem*; essa por sua vez, é rápida em contraste, pois o prazo de seis meses para a conclusão é estipulado na própria lei, embora sejam frequentemente concedidas prorrogações. No entanto, mesmo com a prorrogação, as principais câmaras de arbitragem duram pouco mais de um ano – incluindo, por vezes, provas e audiências de acordo com Ramalho (2015) que também acrescenta as chamadas “arbitragens aceleradas” dentro dessa mesma perspectiva.

Portanto, a fim de evitar possíveis anulações da decisão arbitral, as partes podem também procurar câmaras ou árbitros de reconhecida competência. Além disso, mesmo que o Judiciário seja obrigado a ouvir de uma testemunha relutante, o tempo envolvido será sem dúvida mais curto do que num processo típico que tem em conta recursos que podem ir até ao Supremo Tribunal. De sorte, entendemos que, nessas abordagens elencadas que, a arbitragem é um método viável de resolução de litígios, mas ainda tem de ‘amadurecer’ no sistema jurídico nacional, particularmente, em termos de utilização bem sucedida ao público em geral (ou seja: sujeitos ativos dessas e nessas ações judiciais).

## Considerações Finais

Dessa maneira, esperar anos pelo resultado dos processos judiciais é sem dúvida uma consideração que deve ser levada em conta ao entender que os métodos alternativos de resolução de conflitos num mundo conectado e onde a rapidez é um vetor crucial – torna as interações mais dinâmicas.

Outrossim, observamos de que maneira a mediação é uma estratégia alternativa que ‘salva’ não apenas as relações, mas também ‘arruína’ as partes. Essas em conflito são instadas a reconsiderar as suas respectivas contribuições com vista ao futuro mesmo que a ligação entre elas não continue, pelo menos, podem sair dessa dinâmica de maturidade e introduzir sujeitos capazes de resolver as suas próprias disputas pessoais no contexto comunal social e cultural em seu dia a dia.

No entanto, demonstramos aqui que a conciliação quando é utilizada de maneira efetiva e eficaz pode traduzi-lo num *método significativo de resolução amigável*; pois as partes podem se beneficiar significativamente, especialmente em termos da rapidez com que o problema é resolvido – pois ela tem um papel mais ativo na condução da mediação. Assim, é *mister* incentivar a aceitação pela sociedade desse *método* como suporte humanitário - tendência essa que pode ser reforçada na redução de custos e o aumento da acessibilidade dos processos de arbitragem no cenário não apenas brasileiro, mas internacional.

## Referências

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. (2017) A Evolução da Conciliação e da Mediação no Brasil. v.1, Rio de Janeiro, Revistas Fonamec, p. 354-369.

CNJ. Emenda 2, de 8 de março de 2016. (2016). Altera e acrescenta artigos e os Anexos I e III da Resolução 125, de 29 de novembro de 2010.

CNJ. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. (2010). Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

4

CNJ. Resolução nº 326, de 26 de junho de 2020. (2020). Dispõe sobre alterações formais nos textos das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

COSTA, A. A. (2004). Métodos de composição de conflitos: mediação, arbitragem e adjudicação. *In: Azevedo, A. G. (Org.), Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Editora Grupos de Pesquisa.

FISS, O. M. (1984). *Against Settlement. Faculty Scholarship Series. Paper 1215.*

JUNQUEIRA, A. A. (1996) Arbitragem e o direito do consumidor. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, S.I.*, v. 91, p. 265-275, ISSN 2318-8235.

LEI Nº 13.105, de 16 de março de 2015. (2015). Código de Processo Civil.

LEI Nº 13.129, de 26 de maio de 2015. (2015). Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

LEI Nº 13.140, de 26 de junho de 2015. (2015). Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

LEI Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. (1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm)

LEI Nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. (1996). Dispõe sobre arbitragem.

LIMA, V. S. S. (2021). A autotutela, a autocomposição e a heterocomposição: um breve histórico sobre os métodos de solução de conflitos. *Brazilian Journal of Development*.

MELO, T. C. C. (2018). Judiciário X arbitragem: vantagens e desvantagens. *Revista Jus Navigandi*.

NETTO, A. E. S. & Longo, S. M. (2020). Superação de conflitos: autotutela, auto composição e heterocomposição.

RODOVALHO, T. (2015). Aspectos Introdutórios da Arbitragem. In COELHO, M. V; *et al.* Manual de Arbitragem para Advogados. OAB.

SILVA, F. R. A. Esteves, D. (2016). Tribuna da defensoria: os métodos adequados de solução de controvérsias e a Defensoria Pública.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. (2018). Mediação x Conciliação x Arbitragem. Tribunal de Justiça do Distrito Federal.



## A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA IGREJA NASCENTE ACTION OF THE HOLY SPIRIT IN THE RISING CHURCH

MURILO LOPES DA SILVA<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Doutorando em Teologia pelo Institute Theology Science Florida-USA*

### RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica e hermenêutica busca compreender como o Espírito Santo participou no processo evangelizador da formação da igreja que nasceu após a ressurreição na vinda de Pentecostes. Desde o Livro de Gênesis o Espírito faz parte da criação, mas com o surgimento da nova igreja, Ele se tornou ânimo e força aos anunciadores da Boa Nova. A nova igreja evidencia o Espírito Santo como elemento de ação direta com a humanidade, participante da Santíssima Trindade e fortalecedor da missão de construir uma igreja que se forma na partilha e na pequenez humana. Esse Espírito é a regeneração e a transformação radical daqueles que aceitam a redenção do crucificado, ressuscitando todos os que estavam mortos espiritualmente, trazendo-os para uma vida em plenitude.

**Palavras-chave:** Espírito Santo, Paráclito, religião

### ABSTRACT

This bibliographic and hermeneutical research seeks to understand how the Holy Spirit participated in the evangelizing process of the formation of the church that was born after the resurrection at the coming of Pentecost. Since the Book of Genesis, the Spirit is part of creation, but with the emergence of the new church, He has become courage and strength to the announcers of the Good News. The new church highlights the Holy Spirit as an element of direct action with humanity, participating in the Holy Trinity and strengthening the mission of building a church that is formed in sharing and in human smallness. This Spirit is there generation and radical transformation of those who accept the redemption of the crucified, raising all who were spiritually dead, bringing them to life in fullness.

**Keywords:** Holy Spirit, Paraclete, religion

### Introdução

O presente artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e hermenêutica sobre a ação do Espírito Santo na igreja nascente como elemento que motiva a comunidade à Missão. Dentro da Trindade, o Espírito é o pneuma que sopra vida na luta de Anunciar a todos o Reino de Deus. Ele é o Paráclito, Aquele que conforta e acalenta o homem em seus momentos de dúvida diante da Verdade Salvífica.

Como o Espírito Santo age na evangelização? Este problema é que norteia o estudo em voga. A sua relevância é a compreensão da ação direta da divindade sobre a Igreja humana (terrena), abrangendo uma discussão metafísica como fenômeno das comunidades que anunciam a construção do Reino de Deus. Outra relevância é o estudo hermenêutico bíblico que trará à consciência as ações do Espírito nas comunidades.

O problema de pesquisa suscita como objetivo geral a compreensão da manifestação do Espírito dentro da formação da comunidade primitiva cristã. Para isto, utilizar-se-á o método de pesquisa bibliográfica.

1

Para melhor compreensão da ação do Espírito Santo como agente evangelizador, esta pesquisa de limitou a compreensão da Ressurreição e de Pentecostes como elementos motivadores do nascimento de uma nova religião construída a partir do que é humano.

### A comunidade nascente

A ressurreição de Jesus é um ponto marcante no início da comunidade primitiva, pois representa a transição do judaísmo à formação de um grupo que expressava uma transcendência a Deus por intermédio do Cristo. Essa forma de transcendência tornou basilar a inserção da Trindade

no monoteísmo abraâmico.

Vale lembrar que a ressurreição foi um momento de muito desânimo entre aqueles que acompanhavam Jesus, pois não haviam compreendido que Ele voltaria como Cristo, o Messias. “Eles pararam, com o rosto triste [...] esperávamos que fosse ele o libertador de Israel, mas, apesar de tudo isso, já faz três dias que tudo isso aconteceu!” (LC 24, 18-23)

O desânimo sobreveio aos discípulos, era incompreensível a morte em cruz e inconcebível à razão a compreensão da ressurreição. Caminhar como Ressuscitado é a certeza que o Espírito nos dá vida e salvação, porém, temos que estar atentos e reconhecer que Jesus está entre nós. “[...] Jesus se aproximou, e começou a caminhar com eles. Os discípulos, porém, estavam como cegos, e não o reconheceram” (LC 24, 15-16).

Na singeleza de um gesto está a percepção da falta de compreensão daquilo que é divino, ou seja, os discípulos só reconheceram Jesus quando Ele partiu o pão na chegada em Emaús. Isto nos revela que em Jesus está a partilha do Espírito de Deus como o Pneuma que nos dá ânimo e também sabedoria. “Agora eu lhes enviarei aquele que meu Pai prometeu”(LC24, 49).

A ressurreição trouxe à comunidade primitiva a certeza daquilo que Jesus falava, pois Ele dá aos discípulos uma prova concreta da existência do Deus de Abraão. Vencendo a morte foi de encontro à comunidade testemunhar que a vida sempre sobrevém. Em Jesus, Deus restabeleceu a aliança com a humanidade e mostrou que o caminho para o encontro divino é a simplicidade, é o partilhar, é o doar. Quando despojamos das nossas vaidades abrimos a janela de nossa alma para contemplar o Espírito de Deus que habita em nós.

Segundo o evangelista Lucas a ressurreição tornou os discípulos testemunhas de que se cumpriu as palavras de Jesus e assim não poderiam mais serem participantes do Judaísmo, uma vez que, não aceitavam o Messias. “[...] Jesus levou os discípulos para fora da cidade [...] ergueu as mãos e os abençoou” (LC 24, 50) e voltaram para Jerusalém com grande alegria e ali esperavam a vinda do Paráclito.

A ressurreição foi um convite à construção de uma religião baseada no amor e não em leis. Uma nova religião que contempla a fé em um Deus Trino, que acolhe a humanidade como carinho de um Pai, um Filho que luta pela liberdade doando-se como um irmão e um Espírito que clarifica a consciência humana e nos fortifica para sermos continuadores de Jesus e anunciadores da benevolência de Deus.

## A vinda de Pentecostes

Pentecostes inaugura o nascimento de uma comunidade que testemunha a vinda do Messias. Foi um período de transição em que deixaram as práticas religiosas do Judaísmo para serem continuadores de Jesus. A transcendência que era marcada pela severidade das leis e tradições foi sucumbida. Após a vinda de Jesus, encontrar Deus se dá na simplicidade de sentar na mesa e partilhar o pão.

A vinda do Espírito Santo como Elemento que conduz os discípulos ao Anúncio do Reino rompeu com a tradição da manifestação de Deus ser apenas ao povo eleito e passa a ser universal. “Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e da região da Líbia vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes” (AT 2, 9-10). Por meio de Jesus, Deus se manifesta a todos aqueles que o buscam. A salvação é para todos, assim como o Espírito Santo está em todos, pois não há em Deus distinção entre a humanidade.

A missão dos discípulos de serem anunciadores da Boa Nova é uma obra do Espírito Santificador, porque Ele sempre esteve presente na vida e Missão do Messias. A nova religião é a morada do Espírito, pois ela está enraizada na vida de Jesus. É a semente que caiu em solo fértil e germinou. Enquanto presente, Jesus “deu instruções aos apóstolos que escolhera, movido pelo Espírito Santo”(AT 1, 2).

Pentecostes marca o carisma da igreja nascente, ela é missionária e oracional. Missionária pois, a caminhada do Monte das Oliveiras<sup>1</sup> até Jerusalém marca que o anúncio da Boa Nova não pode ser estático, parado, é necessário ir de encontro daqueles que esperam Deus. Oracional pois, ao chegarem em Jerusalém vão para a sala de cima e se mantêm assíduos na oração (AT 1,14).

<sup>1</sup> Segundo o capítulo I dos Atos dos Apóstolos, a partidade Jesus para o céu e desceu no Monte das Oliveiras(AT1,12);



## A construção de uma nova religião

Pentecostes é uma celebração tradicional judaica, em hebraico é chamada de *Shavuo the* significa “Semanas” (Tb 2,1). Na celebração das Semanas que é comemorado cinquenta dias após a Páscoa, os judeus fazem memória do dia que Moisés recebeu as Tábuas das Leis Sagradas e também a festa da colheita. Percebe-se desta forma que, Jesus e seus discípulos cumpriam com a liturgia judaica eo nascimento deu ma nova religiãos edeudeforma natural.

A igreja nascente estava enraizada na pessoa de Jesus Ressuscitado. Antes da crucifixão Jesus é um modelo de homem que cumpria a liturgia judaica, porém, denunciava tudo aquilo que ia contra os Mandamentos de Deus. Ele sempre lutou pelas pessoas que não tinham voz ou vez na sociedade, aos marginalizados, aos doentes, pois o Espírito de Deus é para todos.

Aos poucos uma nova religião foi se construindo alicerçada nos ensinamentos de Jesus, na opção pelos mais fracos, no Cristo Ressuscitado que venceu a morte e no Espírito Santo que garantiu a continuidade de Jesus a partir do anúncio dos discípulos. Pedro foi o primeiro a testemunhar que Jesus é o Cristo de Deus e que se havia cumprido a profecia de Joel. Como o próprio Pedro disse, eram ainda nove horas da manhã, porque se manifestava nas pessoas não era proveniente de embriaguez, mas do Espírito derramado sobre todos para profetizar em nome do Senhor (AT, 15-21).

Nesse querigma, Pedro anuncia Jesus como profeta, Jesus que sofreu com a morte em cruz, Jesus como o Cristo de Deus ressuscitado e Jesus glorificado e repleto do Espírito Santo para derramá-lo sobre nós. Essa mensagem querigmática é o cerne de Pentecostes para aqueles que foram chamados de cristãos ao longo da história, ou seja, em Pentecostes foi derramado o Espírito Santo Paráclito, Aquele que nos santifica e nos anima à missão.

Agora o povo eleito são todos aqueles que se arrependem de seus pecados e se converterem de forma espontânea. No batismo “você receberão do Pai o dom do Espírito Santo” (AT 2, 38). Aquele que se converte é continuador de Jesus, pois Ele partilhou com a humanidade o poder de transformar e continuar a sua obra, para isto basta fé. “Eu garanto a vocês: quem acredita em mim, fará as obras que eu faço, e fará maiores do que estas [...]” (Jo14,12).

Portanto, a igreja nascente tem em Pentecostes o cerne do seu ministério que é anunciar de forma missionária e oracional a Boa Nova, pois na celebração da festa das “Semanas” recebemos o Espírito Santo que nos anima a sermos continuadores de Cristo. Porém, é necessário compreender que Jesus não sucumbe ao Pai, mas ambos se completam tornando-se um único Deus. “[...] eu estou no Pai e o Pai está em mim” (Jo14,11).

### As primeiras comunidades

A partir do capítulo seis dos Atos dos Apóstolos encontramos a narrativa de que o serviço pastoral de continuar Jesus e anunciar a Boa Nova havia crescido em demasia. Inicia-se um problema de associação entre os judeus e os helênicos que haviam se convertido ao cristianismo.

Vale ressaltar que o anúncio da Boa Nova já estava incomodando os saduceus. Os apóstolos haviam sido presos e convocado o Sinédrio para julgá-los, porém, quando foram buscá-los na prisão a cela estava trancada e vazia. O Espírito de Deus os libertou e eles voltaram ao Templo para continuar anunciando as maravilhas em Jesus. Novamente foram capturados e levados para o Sinédrio para serem condenados à morte. Gamaliel, um fariseu que era doutor da Lei, proferiu a favor dos apóstolos, dizendo que se o anúncio deles fosse algo humano logo acabaria e se fosse de Deus, ninguém conseguiria detê-los. O medo tomou conta do Conselho (Sinédrio), açoitaram-lhes e mandaram que não falassem mais em nome de Jesus.

3 O Espírito conduziu o anúncio da Boa Nova para além de Jerusalém. Filipe, um dos setes ministros helenistas, se destaca no início da missão ao anunciar e batizar pelo caminho desértico que desce de Jerusalém para Gaza. Filipe se torna a voz que clama no deserto (Jo 1,23), pois as comunidades judaicas que estavam no caminho de Samaria eram o verdadeiro deserto, estavam estáticas, paradas e estagnadas na tradição. O anúncio da Boa Nova iniciava-se pela denúncia e a percepção da estagnação promovia a conversão e a comunidades e enchia com o Espírito, renovando-se: “Eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5).

As primeiras comunidades nos ensinam que após o batismo recebemos o Espírito Santo Anunciador, nos possibilitando ser anunciadores do Cristo ressuscitado. Da mesma forma que



recebemos o Espírito, podemos pela imposição das mãos doá-lo, pois tudo o que recebemos de Deus, podemos doar gratuitamente. Em Atos dos Apóstolos Pedro amaldiçoa o dinheiro ofertado por Simão para receber em troca o Espírito Santo (At 8, 18-20).

## O Espírito Santo como redenção

Lucas em Atos dos Apóstolos nos mostra que a igreja de Jesus foi crescendo além dos muros de Jerusalém. O Espírito guiava os anunciadores, convertia os perseguidores e capacitava os mais fracos à missão.

Aos poucos todas as leis que oprimiam foram suprimidas pela gratuidade da igreja que nasceu da partilha. Nascia uma Igreja formada pela união daqueles que encontraram em Jesus a redenção. Uma igreja pluralizada, pois cada redimido apresenta um dom, coloca-se a serviço da construção do Reino de Deus doando o que tem de melhor. Apesar da diferença de dons, sobre todos o Espírito habita, dando-lhes ânimo e poder para serem anunciadores e denunciadores. Em Jesus a vida é plena e abundante e isto é testemunhado por todos os que encontram a redenção.

A vida cristã inicia a partir do momento em que o Espírito conduz à obra, pois só é possível demonstrar a fé em Jesus sendo construtor de uma nova vida. Cada cristão é construtor de sua própria vida, tem-se a liberdade de construí-la da forma que melhor convir, porém, é necessário que ao longo da construção haja a valorização de tudo que recebeu gratuitamente.

Quando o evangelista João em seu evangelho apresenta que Jesus veio para que todos tenham vida em abundância ele não falava de uma vida biológica e sim uma vida como um ânimo recebido pela ação do Espírito Santo, que dá sentido à vida biológica.

## Conclusão

Desde o início da narrativa da Criação no Livro de Gênesis o Espírito Santo se apresenta como elemento essencial, participando ativamente da geração da vida e doando ânimo às criaturas. Deus ao soprar nas narinas do homem (a esse sopro divino dá-se o nome de Rûah ou Pneuma) compartilhou Seu Espírito tornando a humanidade a sua semelhança. Esse gesto divino fez o homem ter inato um Espírito, que o santifica e lhe concede a consciência de sua existência temporal.

Após a ressurreição o Espírito se tornou um elemento essencial que motivou o nascimento das primeiras comunidades e encorajou aos apóstolos o anúncio de Jesus como o Cristo de Deus. Essa motivação doada pelo Espírito faz com que Ele participe diretamente da história da salvação cristã, tornando-o definitivamente um elemento da Trindade Santa.

Pentecostes após a ressurreição rompeu com todas as leis que oprimiam e trouxe uma igreja nova, uma igreja de todos e para todos. Deus deixou de ser o Deus de um povo escolhido e passou a ser universal. Jesus venceu a morte e principalmente venceu o que levava à morte que eram as leis opressoras.

O Espírito passou a ser soprado como um vento e esse sopro é o que apresenta o caminho para o lugar que deverá ser seguido. Isto acontece pelo fato que Jesus continua vivo e atuante dentro da igreja nascente. Ele orienta a igreja e suas ações. Pela ação do Espírito, os mais fracos são capacitados à missão e a igreja da Boa Nova continua ativa anunciando a possibilidade de ter uma vida em abundância através do nascimento do Espírito.

Desta forma, a igreja iniciada após a Ressurreição e em Pentecostes é um rompimento com questões doutrinárias e leis que sufocavam a vivência em Deus. A nova igreja é uma associação de pessoas que denunciavam a opressão e anunciavam uma vida abundante a partir da redenção. Aos que se batizavam, o Espírito era concedido como uma graça e perfeição. Todos que recebiam o Espírito pelo batismo eram continuadores do anúncio da eterna aliança que Jesus construiu entre Deus e a humanidade. E nos dias de hoje ainda vive esta igreja da partilha e do anúncio.

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA sagrada: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BOFF, Leonardo. **O Espírito Santo**: Fogo interior, doador de vida e Pai dos pobres. Petrópolis:



CORBELLINI, Vital. **A missão da igreja antiga.** Goiás: Aliança, 2008.

LADARIA, Luis Francisco. **O Deus vivo e verdadeiro:** o mistério da Trindade. São Paulo: Loyola, 2005.

PADOVESE, Luigi. **Introdução à teologia patristica.** Tradução Orlando. São Paulo: Loyola, v. 1, f. 106, 1999. 212 p. Tradução de: Soares.



## A importância do Sistema Único de Saúde para o aprimoramento da Saúde Coletiva

### *The importance of the Unified Health System for the improvement of Public Health*

**Carolina Santana Krieger\***

\*Enfermeira Sanitarista com especialização em Saúde Coletiva e da Família, Gestão Clínica do Cuidado, Mediação de Processos Educacionais na Modalidade Digital, MBA em Gestão de Saúde 4.0, Mestrado em Saúde Coletiva e Doutoranda em Saúde Coletiva

#### Resumo

O artigo pretende resgatar a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) como Política Pública que alicerça a promoção e prevenção da saúde coletiva. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura a partir da busca de artigos em Lilacs, MedLine e Scielo, utilizando os descritores: SUS, Saúde Coletiva e Pública e História da Saúde. Procedeu-se ao cruzamento dos descritores para elucidar as implicações de ações de promoção e prevenção em saúde para o aprimoramento da saúde coletiva.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde, Saúde pública, Planejamento em saúde comunitária, Gestão da qualidade total.

#### Abstract

This article aims to rescue the relevance of the Unified Health System (SUS) as a Public Policy that underpins the promotion and prevention of collective health. The methodology used was an integrative literature review from the search for articles in Lilacs, MedLine and Scielo databases, using the descriptors: SUS, Collective and Public Health, History of Health. The descriptors were crossed to elucidate the implications of actions with promotion and prevention for the improvement of collective health.

**Keywords:** Unified Health System, Public health, Community health planning, Total quality management.

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades<sup>1</sup>. Direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, religião, identidade de gênero, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos. É uma conceituação ampliada que abarca a saúde coletiva.

O sanitarista Sérgio Arouca foi um dos principais teóricos e líderes do Movimento Sanitário, ressignificando a saúde pública brasileira e constituindo como um dos pilares da saúde como direito de acesso universal presente na Carta magna de 1988<sup>2</sup>. Citando Escorel<sup>3</sup>, para Arouca, a saúde coletiva era um processo de determinação social da saúde e doença, fundamentando as bases conceituais da saúde coletiva em contraponto à medicina preventivista, que, à época, era uma atividade educativa, com foco em indivíduos, em detrimento da coletividade.

Lima<sup>4</sup> expõe que o movimento pelo saneamento brasileiro, desencadeado durante a Primeira República (1889- 1930), explicitou as precárias condições de saúde das populações rurais como sendo impeditivas para o desenvolvimento civilizatório como nação. A origem etrajetória do movimento relacionam-se com o surgimento da tripanossomíase americana ou doença de Chagas, descoberta pelo médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, em Lassance (MG), no ano de 1909. Consoante com Kropf<sup>5</sup>, em outubro de 1916, Carlos Chagas e a delegação brasileira, ao regressarem de um congresso médico em Buenos Aires (Argentina), foram recepcionados e homenageados pela classe médica como reconhecimento pela representação da ciência nacional no exterior, além da descoberta da tripanossomíase, doença que acometia a população.

Para Paim<sup>6</sup> o estudo da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), no âmbito das ciências da saúde, é essencial para a compreensão da história da saúde pública e coletiva. Conforme Nunes<sup>7</sup>, a história da Saúde Coletiva no Brasil pode ser dividida em três períodos. O primeiro, chamado de fase pré-





-Saúde Coletiva, foi de 1955 a 1970, tendo sido marcado por um projeto preventista. O segundo, na década de 1970, foi denominado como fase da medicina social. Já o terceiro, teve início no final dos anos 1970 e é apontado como Saúde Coletiva propriamente dita. Com o advento da emergência sanitária provocada pelo novo coronavírus no final de 2019, tornaram-se pertinentes as ações e debates acerca de medidas para contenção da disseminação da doença, e, para tanto, a implantação de procedimentos voltados para a saúde coletiva. De acordo com Ocké- Reis<sup>8</sup>, em 11/03/2020, a OMS declarou a infecção respiratória aguda pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela Covid-19, como pandemia. Com o avanço da doença no Brasil, medidas foram adotadas para mitigar a propagação da doença, como isolamento e restrição de atividades não essenciais. Desse modo, além da crise sanitária, a população começou a sofrer com o colapso econômico. A queda da renda e o desemprego, aliados ao recrudescimento da pandemia, sobrecarregaram ainda mais a procura pelo sistema público de saúde.

Por conseguinte, estratégias para implementação de providências para o cuidado em saúde diante de um sistema público subfinanciado e diuturnamente demandado em larga escala, exigiram um reordenamento para atividades voltadas à promoção e prevenção- uso de máscara, etiqueta respiratória, distanciamento social, imunização em massa- menos onerosas, invertendo a lógica hospitalo-cêntrica, mais dispendiosa para os cofres públicos e com menoreficiência para a saúde da população. Desse modo, a pandemia evocou a importância da saúde coletiva como procedimento adequado para o cuidado em saúde para a coletividade.

### **A importância do SUS para o aprimoramento da saúde coletiva**

A história da saúde no Brasil teve início com atividades exercidas pela filantropia, de cunho religioso e de caridade. A população era assistida por instituições e médicos filantropos. Concomitantemente, o governo realizava ações pontuais diante de epidemias, como a vacinação e o saneamento básico. No final do século XIX e começo do XX ocorreu acampanha de vacinação contra a varíola. O Estado também fazia intervenção em doenças negligenciadas como em saúde mental, hanseníase, tuberculose, dentre outras. Ulteriormente, nascemos atendimentos às emergências e internações gerais.

Em conformidade com Braga<sup>9</sup>, a saúde pública tradicional, campanhista, era organizada por programas limitados diante das necessidades de saúde da população, dacapacidade financeira reduzida e do alto custo decorrente dos requisitos técnicos adotados, dispendo de uma lógica centralizadora, vertical, e além da uniformização que produzia efeitos nocivos de desarticulação com os serviços estaduais.

Com a Lei Elói Chaves, de 1923, a saúde dos trabalhadores vinculada à previdência passa a integrar um sistema para os trabalhadores. De início, as caixas de pensão, depois, os institutos e, finalmente, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Os Serviços Especiais de Saúde Pública (SESP), mais tarde transformado em Fundação SESP, atendia os trabalhadores da extração de borracha e manganês. Foi o programa mais completo de atenção à saúde associada ao saneamento do país. Contava em sua estrutura com uma equipe multidisciplinar, a partir de unidades mistas onde era realizado o atendimento básico, primeiro atendimento, urgência e emergência e internações hospitalares<sup>10</sup>.

Vale destacar o marco que representou a 3ª Conferência Nacional de Saúde de 1963 que englobava vários estudos para a criação de um sistema de saúde para todos (saúde como direito) e organizado descentralizadamente (protagonismo do município). Pelo prisma de Teixeira e cols.<sup>11</sup>, o movimento sanitário possui uma ótica socializante da problemática evidenciada pela crise da medicina mercantilizada, bem como sua ineficiência.

2

Entretanto, a ditadura militar iniciada em 1964 soterrou a proposta poucos meses depois, com alguns projetos privatizantes como o do Vale Consulta e, para as regiões mais vulneráveis, implantou uma reedição da Fundação SESP, o Programa de Interiorização de Ações e Serviços de Saúde (PIASS). De modo clandestino, organizações como movimentos populares, Universidades, partidos políticos, dentre outros protagonistas, esboçavam pilares de um sistema público de saúde integral e universal.

Nos anos 1980/90, a vigilância em saúde concretiza-se como modelo de atenção alternativo aos hegemônicos médico-assistencialista e sanitário-campanhista, ao propor reestruturar as práticas



sanitárias pela incorporação da interdisciplinaridade, articulando saberes da epidemiologia, do planejamento, da comunicação e educação, da política e gestão, da geografia e da organização dos serviços<sup>12</sup>.

Em 1973 foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que representou o desfecho de uma série de iniciativas do Ministério da Saúde na área do controle de doenças, influenciada pela criação da Central de Medicamentos (CEME), dois anos antes, em 1971, encarregada de implantar a política de assistência farmacêutica no país. Antes disso, a administração de imunobiológico era feita de diferentes modos, com maior ou menor participação do governo federal, visto que, em 1941, a reforma administrativa atribuiu à política federal o controle de algumas doenças transmissíveis e a vacinação contra essas doenças passou a ser gerenciada por órgãos autônomos, que assumiam o compromisso pela produção, normalização técnica e utilização dos produtos. As vacinas BCG e contra a febre amarela estavam sob responsabilidade dos serviços nacionais de tuberculose e febre amarela. Outras vacinas, não vinculadas aos serviços nacionais, estavam sob incumbência da rede de centros de saúde, em geral administrada pelos governos estaduais, embora também existissem redes autônomas, como a da Fundação SESP, presente em todos os estados. O governo federal cooperava tecnicamente e apoiava o suprimento de imunizantes, mas de forma insuficiente e irregular. A possibilidade de ampliação da cobertura vacinal dependia da iniciativa dos governos estaduais. A ação federal era episódica, movida por compromissos internacionais, como o controle da varíola ou o surgimento de novas vacinas, como as da poliomielite e do sarampo, já na década de 1960. A Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) e o Plano Nacional de Controle da Poliomielite (PNCP) tinham como estratégia básica a vacinação extensiva da população e exigiam estreita colaboração da rede de serviços de saúde, nesse caso, organizadas e dirigidas por técnicos da Fundação SESP. No caso da varíola, foi organizado um sistema de vigilância epidemiológica da doença, a partir de 1969. Mas conforme chegava o fim da campanha, houve a preocupação de manter a vacinação de rotina, para assegurar que as coberturas permanecessem elevadas. Já o PNCP foi concebido em 1971 e muito influenciado pela experiência da CEV, tendo buscado aperfeiçoar a estratégia de vacinação em massa, com esforços integrados de mobilização institucional e social nos estados<sup>13</sup>.

O sistema público de saúde brasileiro decorreu após décadas de luta de um coletivo denominado Movimento da Reforma Sanitária e culminou com a criação do SUS em 1990. Foi instituído pela Constituição Federal (CF) de 1988 e consolidado pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142<sup>14,15</sup>. Consta na CF, no art. 196 que “saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante o acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”<sup>16</sup>, e, no art. 198, “atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”<sup>16</sup>.

Ademais, Risi<sup>13</sup>, reitera o valioso trabalho dos programas de imunização por permitirem a apropriação da realidade demográfica brasileira, dimensionando os distintos territórios geográficos e exprimindo a atuação da saúde pública. Tal processo foi mais exitoso no combate aos vetores da febre amarela e da malária e teve a cooperação internacional, em especial da Fundação Rockefeller.

A ampliação da crítica ao projeto da medicina preventiva e comunitária e a oferta de ideias em torno de uma medicina social possibilitaram que, nos anos 1970, novos projetos de formação fossem propostos, desencadeando o alargamento do debate político-social. Em 1976, constituiu-se o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), e, em 1978-1979, organiza-se a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), instituições articuladas e engajadas no debate da saúde, sendo a primeira voltada para a articulação política, e a segunda, dedicada ao projeto acadêmico-formativo. Os debates propunham um projeto socializante do Estado<sup>17</sup>. Em 1979, o CEBES produziu o 1º Simpósio de Política Nacional de Saúde, indicando o “direito à saúde como direito universal e inalienável” e aprovando-o como princípio<sup>18</sup>.

Segundo Carvalho<sup>10</sup>, a crise da previdência na década de 1980 provocou a necessidade de criação de uma associação mais robusta entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e os serviços públicos de saúde. Assim, foram concebidas as Ações Integradas de Saúde (AIS), que consistiam em parceria da previdência com a saúde pública municipal e estadual; prestação de cuidados, principalmente primários ambulatoriais; transferência de recursos da previdência para que fossem realizadas essas ações pelos Estados e municípios. A partir de 1987, as AIS foram aprimoradas com o chamado Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), que durou até 1991 quando deu origem ao SUS. O Projeto da Reforma Sanitária culminou, em 1986, com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, que contou com cerca



de cinco mil pessoas de todo o Brasil, sendo parte delas composta por usuários. A proposta referendada pela população e trabalhadores foi entregue aos constituintes que agregaram a maioria das recomendações ao definir a Ordem Social e, em seu interior, a Seguridade Social.

Conforme Freitas<sup>19</sup>, a Vigilância em Saúde enquanto modelo de atenção, atua nas intervenções sobre problemas de saúde, ênfase naqueles que requerem atenção e acompanhamento contínuos, operacionalização do conceito de risco, articulação entre ações de promoção, prevenção e assistenciais, com atuação intersetorial e sobre um território; por isso, valoriza a regionalização e a hierarquização dos serviços, operando sob o princípio da integralidade. Paim<sup>20</sup> assinala que o sistema de vigilância deve possuir estruturas de informação para subsidiar a tomada de decisões, o planejamento e a avaliação constante das intervenções realizadas sobre os problemas locais de saúde.

Parafraseando Brito<sup>21</sup>, a concepção do SUS, impulsionada a partir da promulgação da Carta Magna, em 1988, e estabelecida com a publicação das Leis Orgânicas de Saúde, em 1990, foi uma conquista importante para os direitos sociais no Brasil. Entretanto, descortinou a complexidade da situação epidemiológica do país, caracterizada pela tripla carga de doenças na população: permanência de doenças agudas; aumento do peso relativo das condições crônicas; e das causas externas. O SUS também constitui uma vultosa política social, resultado da luta pela retomada do denominado Estado Democrático de Direito<sup>22</sup>.

A Saúde Pública surgiu a partir da necessidade de criação e aplicação de ações direcionadas ao controle e à prevenção de doenças que aniquilavam populações urbanas no período da Revolução Industrial. Enquanto cidades expandiram desordenadamente, comunidades eram acometidas por doenças infectocontagiosas, juntamente com a ausência de saneamento básico. Com esse cenário, a condução de práticas com vistas à prevenção de moléstias tiveram relevância para gestores públicos e industriais pois incidiam diretamente nos índices de produção e desenvolvimento econômico da população<sup>23</sup>.

Apesar da robustez da estrutura do SUS, com vistas ao acesso universal e igualitário, a garantia da equidade à saúde ainda está aquém do desejado<sup>24</sup>. Dessa maneira, percebe-se que é utópico desvincular a política pública da efetividade, porque seu propósito não se esgota com a eficácia, mas sim com a eficiência para atender a sociedade<sup>25</sup>.

Guimarães e cols.<sup>26</sup> explicam que as atividades contidas no bojo da saúde coletiva consideram a análise da situação de saúde e das condições de vida e a base territorial para proposições sobre os problemas e as necessidades identificadas. O território reúne um conjunto articulado e indissociável de objetos e ações que lhes permite compreender as dinâmicas e os movimentos constantes, e, conseqüentemente como um processo em permanente construção/reconstrução. As prioridades das políticas de saúde no Brasil baseiam-se no perfil de morbidade e mortalidade dos diversos estados e municípios do país, apresentando ampla variação entre as regiões. Com dados como estimativas de casos incidentes, pode-se oferecer informações epidemiológicas que são fundamentais para o planejamento de ações de promoção à saúde, detecção e diagnóstico precoces em todos os níveis, de maneira a reconhecer as desigualdades regionais provocadas por diferenças no desenvolvimento, sendo crucial para descentralizar as ações de forma que elas se tornem mais efetivas e direcionadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção e implantação do SUS surgiu de lutas históricas de diferentes segmentos sociais. Para além de um sistema de saúde e assistência, foi estruturado como uma política pública, capaz de prestar cuidado em saúde de forma universal, igualitária, equânime, integral e através da participação popular.

4

Empreender esforços para o financiamento adequado do SUS desde as ações coletivas que primam pela manutenção da saúde e qualidade de vida da população constitui como uma providência elementar enquanto política pública. A responsabilização do Estado em prover a saúde como um direito inalienável está alicerçada na Constituição Cidadã de 1988.

Indubitavelmente, garantir atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação em saúde são procedimentos que viabilizam cuidados basilares em saúde pública. Outrossim, conhecer e reconhecer os determinantes sociais nos diversos territórios de saúde favorece a organização de operações programáticas, pontuais e dirigidas para o cuidado em saúde de distintas comunidades brasileiras, promovendo a saúde coletiva. Porém, é imperioso asseverar que são primordiais os investimentos



em políticas públicas que assegurem o acesso à saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho e renda, transporte, segurança e saneamento básico para a população, os quais constituem elementos que incidem diretamente sobre a complexa definição de saúde proposta pela OMS.

## Referências

1. World Health Organization. *Constitution of the World Health Organization* [documentonaInternet]. New York: WHO; 1946 [acessado 2023 maio 30]. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>
2. Carnut L, Mendes A, Marques MCC. Outra narrativa no ensino da Reforma Sanitária Brasileira; o debate crítico de uma escolha política. *Saúde Debate* 2019; 43 (spe8): 133-145.
3. Escorel S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.
4. Lima NT. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; 1998.
5. Kropf SP. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2009; 16(suppl 1):205-227.
6. Paim JS. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.
7. Nunes ED. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. *Saude Soc* 1994;3(2):5-21.
8. Ocké-Reis CO. O SUS sobreviverá aos tempos de pandemia? *Saúde Debate* 2020;44 (spe 4):261-266.
9. Braga JCS. Industrialização e políticas de saúde no Brasil. In: Braga JCS, Paula SG, organizadores. *Saúde e previdência: estudos de política social*. São Paulo: Hucitec; 2006.p. 41-85.
10. Carvalho G.A saúde pública no Brasil. *EstudAv* 2013; 27 (78): 7-26.
11. Teixeira SMF, Giovanella L, Gerschman SV, Labra ME, Vaitsman J. *Antecedentes da reforma sanitária: relatório de pesquisa PEC/ENSP*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz; 1988.
12. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Manual de Gestão da Vigilância em Saúde* [livro na Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009 [acessado 2023 mai. 26]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_gestao\\_vigilancia\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestao_vigilancia_saude.pdf)
13. Risi JB Jr. A produção de vacinas é estratégica para o Brasil. *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2003; 10(suppl 2):771-783.
14. Brasil. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990* [legislação na Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 1990 [acessado 2023 maio 26]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)
15. Brasil. *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990* [legislação na Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 1990 [acessado 2023 maio 26]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm)
16. Brasil, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Legislação do SUS*. Brasília, DF: CONASS; 2003.
17. Borges CF, Baptista TWF. Leituras sobre os sanitários e interpretações para a reforma sanitária brasileira e a saúde coletiva. *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2021; 28(1):79-99.
18. Cordeiro H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis* 2004; 14(2):343-362.
19. Freitas CM. A vigilância à saúde para a promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 141-172.
20. Paim JS. Epidemiologia e planejamento: a recomposição das práticas epidemiológicas na gestão do SUS. *Cien Saude Colet* 2003; 8(2):557-567.
21. Brito F. *A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e o desafio para a economia e a sociedade*. Belo Horizonte: UFMG; 2007.
22. Dantas AV. Saúde, luta de classes e o “fantasma” da Reforma Sanitária Brasileira: apontamentos para sua história e crítica. *Saúde Debate* 2018; 42(spe3):145-157.
23. Kirst C, Darsie C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Único de Saúde. *Asklepion: Informação em Saúde* 2022;1(2):91-112.
24. Cerqueira DRC, Ferreira HRS, Lima RS, Bueno S, Hanashiro O, Batista F, Nicolato P. *Atlas da violência 2016*. Brasília, DF: IPEA; 2016.
25. Santos L. SUS-30 anos: um balanço incômodo? *Cien Saude Colet* 2018;23(6):2043-2050.
26. Guimarães RM, Meira KC, Paz EPA, Dutra VGP, Campos CEA. Os desafios para a formulação, implantação e implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde. *Cien Saude Colet* 2017; 22(5):1407-1416.









## NATIVOS E MIGRANTES DIGITAIS: O DOMÍNIO TECNOLÓGICO NA FORMAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS

### DIGITAL NATIVES AND MIGRANTS: THE TECHNOLOGICAL DOMAIN IN THE TRAINING OF FUTURE GENERATIONS

**José Carlos Guimarães Junior**

<https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

Governo do Distrito Federal, Brasil

profjc65@hotmail.com

**Redjane Laura Guimarães de Campos**

<https://orcid.org:9595.7305.7893.4594>

Graduado em Letras pela Unic (Universidade de Cuiabá)

redjanelaura@gmail.com, Brasil

**Adilson Gomes de campos.**

Mestre em Enfermagem pela UFMT.

<https://orcid.org:5053-0079-2929-1196>.

adilson.campos@univag.edu.br, Brasil

**Maria Amelia dos Santos Peres**

<https://orcid.org/0000-001-5717-7012>

Mestre em Ambiente e Saúde Unic/MT

amelperss@gmail.com, Brasil

**Hilton Giovani Neves**

<https://orcid.org/009-005-8863-3949>

Mestre em Enfermagem UFMT/MT

hgneves@unemat.br, Brasil

**Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento**

<https://orcid.org/0009-0007-3645-1232>

Universidade Federal do Piauí

e-mail: [isidrofortaleza@hotmail.com](mailto:isidrofortaleza@hotmail.com)

**Hellygenes de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0002-4143-0117>

Universidade Estácio de Sá, Brasil Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

E-mail: [hellygenes@hotmail](mailto:hellygenes@hotmail)

**Eryck Dieb Souza**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4245-4989>

Universidade Federal do Ceará, CE

E-mail [eryckdieb@gmail.com](mailto:eryckdieb@gmail.com)

**Alexsander Pippus Ferreira**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3645-2731>

Mestrado em ambiente e saúde pela UNIC

Medicina-Facimed

1

#### Resumo

A contemporânea tecnologia da informação impõe a reformulação das rotinas escolares voltadas a otimização da performance discente, docente e institucional e, concomitantemente, a elaboração e alinhamento de estratégias pedagógicas e curriculares moldadas às plataformas Web 3.0, que possibilitam interações virtuais coletivas síncronas e assíncronas e o emprego de ferramentas cognitivas como, por exemplo, as inteligências artificiais generativas. Tal cenário revela-se natural à geração contemporânea de discentes, dita nativa digital, enquanto pode obstar as relações, interações, currículos e desempenho didático pedagógico da geração de docentes que lhe antecede, esta migrante digital. Este estudo se propõe a investigar a forma como as tecnologias estão sendo aplicadas nas instituições de ensino e quais são suas contribuições pedagógica e curriculares.



Como suporte para a revisão bibliográfica e construção teórica deste estudo, utilizou-se Google Acadêmico, Biblioteca Digital e Periódicos da Universitários. Adicionalmente, outras bases de dados, livros, monografias e artigos de periódicos online também foram explorados. Por fim, este artigo fundamenta a urgência dos atores educacionais dominarem as novas tecnologias que irrompem nos espaços de ensino, considerando que diversas atividades antes realizadas em modalidades não-virtuais passam a ocorrer em ambientes digitais, habitat nativo das gerações futuras.

**Palavras-chave:** Educação; Docência; Tecnologia da Informação; Novas tecnologias; Novas metodologias.

### Abstract

Contemporary information technology requires the reformulation of school routines aimed at optimizing student, teacher, and institutional performance. Concurrently, it necessitates the development and alignment of pedagogical and curricular strategies shaped by Web 3.0 platforms, which enable collective synchronous and asynchronous virtual interactions and the use of cognitive tools such as generative artificial intelligences. Such a scenario is natural for the contemporary generation of students, known as digital natives, while it can hinder the relationships, interactions, curricula, and didactic pedagogical performance of the preceding generation of teachers, referred to as digital migrants. This study aims to investigate how technologies are being applied in educational institutions and what their pedagogical and curricular contributions are. Google Scholar, Digital Library, and University Periodicals were used as support for the literature review and theoretical construction of this study. Additionally, other databases, books, theses, and articles from online journals were also explored. Finally, this article underscores the urgency for educational actors to master the new technologies that are emerging in educational spaces, considering that various activities previously carried out in non-virtual modalities are now taking place in digital environments, the native habitat of future generations.

**Keywords:** Education; Teaching; Information Technology; New Technologies; New Methodologies.

### Introdução

As novas tecnologias estão sendo cada vez mais utilizadas nas salas de aula, e isso precisa da atenção de professores e instituições escolares uma que coisas que antes eram feitas offline agora estão sendo feitas online.

A Internet e a Web 2.0 abriram uma infinidade de novas tecnologias e formas de interagir e trabalhar em conjunto. Estes precisam da atenção de escolas e professores, de acordo com o estudo, computadores, dispositivos móveis e mídia digital estão sendo usados mais nas salas de aula, em vez de métodos mais antigos.

O aluno, o professor e a instituição de ensino desempenham um papel na tecnologia usada na educação, pois é impossível aprender sem grande suporte técnico, mas o uso eficiente da tecnologia na educação exige a formação continuada dos professores, tornando improvável seu uso indevido.

É importante que haja alguma forma de poder direcionar e permitir que as crianças entendam a tecnologia não apenas como entretenimento ou distração, mas que também compreendam, nesta fase inicial da vida, onde descobrem o mundo ao seu redor, que os recursos tecnológicos, podem ser um aliado no desenvolvimento do ensino e da compreensão.

Sendo assim, é necessário que escola e docentes busquem inserir as Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramenta pedagógica e cognitiva, pois na cultura digital, a escola perde parte de seu papel de detentora dos saberes, pois eles estão disponíveis ao alcance, sendo assim é fundamental que os recursos e dispositivos tecnológicos façam parte das ferramentas pedagógicas (FARDO, 2013, p. 34).

Os professores devem estar dispostos e aptos a incorporar novas tecnologias em suas aulas e planos, aprimorando constantemente seus métodos com a ajuda de dispositivos de tecnologia educacional, e os alunos têm que saber separar o entretenimento do estudo, usando o que lhes é dado de forma responsável.

Sendo assim este estudo tem por objetivo identificar as contribuições das novas tecnologias para a educação bem como relacionar esta interatividade com o currículo escolar, para isso faz-se necessário identificar os impactos das novas tecnologias na educação, bem como investigar seu uso pelos professores.

O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma revisão da literatura, no qual realizou uma consulta a livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados, Google Acadêmico, Biblioteca Digital, Periódicos UFSC, entre outros materiais que se fizerem relevantes para este estudo A fundamentação teórica foi balizada mediante o levantamento bibliográfico em artigos de periódicos online, livros, monografias e bases de dados pertinentes a investigação.



## 1 Referencial teórico

### 1.1 Inserção das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem

A prática pedagógica visa transformar os ensinamentos em informação para os alunos e, como resultado, algumas técnicas são desenvolvidas para aproveitá-los da melhor forma e, assim, alcançar os melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

Freire (1999) disserta sobre o ensino que este é importante para a pesquisa, crítica e métodos rigorosos de respeito ao conhecimento do aluno e valores éticos, portanto, quando a neurociência analisa a função cerebral na tentativa de expressar como as pessoas aprendem, e o comportamento das funções neurais quando expostas a novas informações, dá aos professores uma ideia de como eles podem melhorar os métodos de ensino para projetar uma aprendizagem eficaz para os alunos.

Diante do avanço tecnológico e a identificação dos jovens com estas novas tecnologias, se faz necessário que o professor acompanhe esta evolução tecnológica para que sua metodologia de ensino não se torne ultrapassada, e acabe por desmotivar os alunos.

Nesse sentido, é importante criar caminhos oportunos para alcançar uma educação mais alinhada com os desenvolvimentos atuais. De acordo Scorsato (2016) “as circunstâncias, as relações sociais, culturais, políticas e econômicas mudaram, mas alguns processos de ensino permanecem estagnados, exigindo novas ideias pedagógicas”.

Sabendo que a aprendizagem do aluno se deve a forma como ele interage com o meio em que está inserido, ao professor e aos recursos disponíveis, faz-se necessário que este tenha acesso as novas tecnologias. Este acesso no ambiente escolar favorecerá as “formas de aprender e ensinar”, portanto é inegável o quanto é importante o uso destas tecnologias na atualidade, pois através dela a informação se multiplica, não existe limites de tempo e espaço, conecta as pessoas, acontecimentos e informações de uma maneira instantânea e inclusiva (COSTA, 2018).

Os chamados “nativos digitais” formam a geração que cresce com a revolução digital e os jogos eletrônicos utilizados como entretenimento são parte integrante da construção de sua cultura (AZEVEDO, 2012).

O termo “nativos digitais” foi introduzido por Marc Prensky em seu artigo “Digital Natives, Digital Immigrants” (2001). Prensky argumentou que os indivíduos que cresceram em meio à tecnologia digital possuem uma familiaridade inata com as ferramentas digitais, devido à exposição precoce e ao contato constante com essas tecnologias.

No entanto, é importante destacar que existem debates e críticas em relação ao conceito de “nativos digitais”, onde Sonia Livingstone, professora de Psicologia Social na London School of Economics, e Julian Sefton-Green, pesquisadora associado da Universidade de Oslo, argumentam que o termo é muito simplista e generalizado, onde é enfatiza que a habilidade e o acesso às tecnologias digitais variam entre os jovens, e que existem desigualdades digitais que precisam ser consideradas.

A discussão sobre a relação das tecnologias e o processo de ensino aprendizagem é muito importante, pois hoje o educador tem uma grande variedade tecnológica a sua disposição, por isso precisa aprender a usá-las na sala de aula, uma vez que o professor é o mediador do processo de ensino aprendizagem, portanto, compete a ele procurar métodos motivacionais para seus alunos aprenderem com as novas tecnologias.

As tecnologias de informação e comunicação são todas as ferramentas disponíveis e utilizadas gerir a informação e promover a comunicação, tais ferramentas, quando incorporadas à educação, são ferramentas que podem facilitar os processos de ensino e aprendizagem, além de desenvolver e facilitar a construção de informações relacionadas à comunidade técnica na qual os alunos estão inseridos (MATTAR, 2013).

De acordo com Almeida (2011) a integração da tecnologia não envolve apenas computadores e internet na sala de aula, é necessário transformar processos de ensino e aprendizagem, currículo e relações de conhecimentos.

3

Ainda citando o mesmo autor, essa integração vai além e envolve uma transformação dos processos de ensino e aprendizagem, do currículo escolar e das relações de conhecimento.

Essa perspectiva ressalta a importância de considerar a tecnologia como uma ferramenta que pode potencializar e melhorar a experiência educacional, em vez de vê-la como um mero adendo ao ambiente de aprendizagem, pois a simples presença de dispositivos tecnológicos não garante uma integração efetiva; é necessário repensar e redesenhar os métodos de ensino, o planejamento curricular e a forma como os conhecimentos são abordados e construídos.

Ao integrar a tecnologia, é possível explorar abordagens mais interativas, colaborativas e personalizadas,

permitindo que os alunos tenham uma participação ativa na construção do conhecimento. Além disso, a tecnologia pode facilitar o acesso a uma variedade de recursos educacionais, promover a pesquisa independente e o desenvolvimento de habilidades digitais essenciais para o mundo contemporâneo.

Essa abordagem ampla e transformadora da integração tecnológica na educação alinha-se com as discussões atuais sobre a importância de repensar a prática pedagógica e adaptá-la aos desafios e oportunidades trazidos pelas tecnologias digitais

## 2.2 Metodologias Ativas na Educação

Estamos vivendo em um mundo cada vez mais interconectado, no qual novas formas de mídia, entretenimento e informações são compartilhadas instantaneamente em todo o mundo por meio de redes de comunicação participativas.

Esse fenômeno tem promovido uma maior conexão entre pessoas, empresas privadas e instituições públicas, resultando em uma sociedade e instituições que estão se movendo em direção a um universo interligado. A velocidade e a abrangência das interações e trocas de informações têm impactos significativos em diversas áreas da vida cotidiana, e o acesso imediato a notícias, eventos e entretenimento influencia a forma como nos relacionamos, tomamos decisões e nos informamos sobre o mundo ao nosso redor.

Esse processo de crescente conectividade também levanta questões importantes sobre privacidade, segurança e a forma como nos adaptamos a esse ambiente em constante evolução, pois a interconectividade global está moldando a maneira como nos comunicamos, interagimos e percebemos o mundo, proporcionando novas oportunidades e desafios à medida que avançamos em direção a um futuro cada vez mais interligado.

MITRE et al. (2008) observa que como a sociedade está mudando tão rapidamente, os métodos tradicionais de ensino na educação precisam ser atualizados, onde as verdades que o conhecimento científico oferece podem ser provisórias ou temporárias, devido à velocidade com que as mudanças ocorrem na sociedade.

Muitas escolas ainda usam métodos tradicionais de ensino, como as salas de aula sendo referidas como o lugar onde todos dormem e uma pessoa fala. Isso decorre do fato de que o ensino pode acabar sendo reduzido ao momento da aula expositiva, desconsiderando a ação de ensinar.

O ensino pode acontecer de forma repetitiva, com as aulas sendo compostas pelo desabafo dos instrutores e os alunos ouvintes, geralmente pouco motivados. Enquanto no Brasil, a maioria dos professores universitários ainda usa métodos tradicionais de ensino que existem há anos, embora esses métodos tenham sido estabelecidos há muito tempo, eles não estão alinhados com as necessidades dos alunos no processo de aprendizagem (CUNHA, 1997).

Esses métodos e práticas não apenas dificultam o aprendizado dos alunos, mas também não contribuem muito para a progressão do processo de aprendizagem. Em vez de refletir e analisar o conhecimento aprendido, o aprendizado geralmente é medido pela quantidade de informações que um aluno consegue lembrar e recitar durante as provas (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Embora seja importante mencionar que a relação entre a tecnologia na sala de aula e a adoção de metodologias de aprendizagem ativa requer uma análise mais aprofundada, alguns autores têm contribuído para essa discussão.

De acordo com Jonassen (2006), a mera presença de lousas eletrônicas ou outras tecnologias não garante a implementação efetiva de uma abordagem ativa, onde argumenta que é necessário considerar como essas ferramentas são utilizadas no contexto educacional, destacando a importância de promover a participação ativa dos alunos.

A visão do professor como mero transmissor de informações e do aluno como receptor passivo é discutida por Vygotsky (1978) em sua teoria sociocultural, enfatizando a importância da interação social e da construção coletiva do conhecimento, destacando o papel do professor como mediador do aprendizado.

4

Por outro lado, autores como Johnson, Johnson e Smith (1991) destacam a importância da aprendizagem colaborativa como uma metodologia ativa, defendendo que o trabalho em equipe e a interação entre os alunos promovem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Já as metodologias interdisciplinares, que incentivam a conexão entre diferentes disciplinas, são abordadas por autores como Morin (1999), argumentando que a fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas prejudica a compreensão e a aplicação prática dos conceitos, defendendo a necessidade de uma abordagem mais integrada e holística.

### 2.3 Prática Inovadora - Gamificação

O jogo é um ato ou atividade voluntária, realizada dentro de certos limites de tempo e espaço, em termos de regras livremente permitidas, mas totalmente obrigatórias, dada a sua própria conclusão, acompanhada de uma sensação de tensão e felicidade (HUIZINGA, 1993).

Prensky (2012) define o jogo como um subconjunto de entretenimento que contém uma ou mais características, tais como: regras, metas ou objetivos, resultados e feedback. O jogo é natural da humanidade, podendo ser considerado uma “categoria primária e inegável da vida, antecedendo a cultura, sendo que está evoluiu no jogo” (HUIZINGA, 2007, p. 33).

Alguns pesquisadores vêm trabalhando o conceito de jogos para fins educacionais, destacando, entre outras coisas, a relação entre jogos e motivação e participação para os indivíduos, segundo Alves (2015) aprendizagem e tecnologia têm muitas semelhanças, afinal, ambas querem facilitar a complexidade.

Segundo Gee (2009), os jogos são ferramentas que incentivam e engajam seus usuários a passar horas no trabalho para atingir um objetivo. Alguns dos princípios de aprendizagem desenvolvidos em jogos são: propriedade, colaboração, produtividade, risco, problemas, desafios e integração.

A ideia de que o uso de jogos ou atividades correlatas permite que os alunos se envolvam em atividades escolares que consideram chatas não pode ser evitada, pois o uso de jogos pode aproximar o processo de aprendizagem do educando de sua realidade.

Em primeiro lugar, porque incentiva a realização de atividades para progredir no estudo com o objetivo de ganhar recompensas e, em segundo lugar, porque é de fácil acesso, considerando a possibilidade de uso de celulares, tablets e computadores. e a interação está diretamente relacionada à adequação dos conteúdos, das pessoas e da forma como a aprendizagem é incentivada. A gamificação, também conhecida como *gamification*, visa usar conceitos e mecânicas de jogos orientados para engajar públicos específicos, resolver problemas reais e facilitar o aprendizado, sendo definido como “utilização de elementos de design de jogos eletrônicos em contextos não relacionados a jogos eletrônicos” (GEE, 2004).

A partir deste ponto, pode-se observar que gamificação não é apenas mais um nome para jogos educativos, ela utiliza de componentes do jogo e aplicar esses elementos ao campo em que são utilizados.

O verdadeiro objetivo da gamificação é aumentar o interesse e/ou eficiência de um indivíduo na realização de uma determinada ação. Dessa forma, é amplamente utilizado como estímulo comportamental ou motivador do público-alvo.

Viana et al (2013) concordam que, por meio da gamificação, as pessoas interagem mais facilmente, convivem, são motivadas e mais abertas a aprender de forma mais efetiva., esta prática “incorpora o uso de mecânicas de jogos em contextos não-jogos, ou seja, jogos ao ar livre, criando ambientes de aprendizagem desafiadores, divertidos e de entretenimento”.

Estudos sobre o uso de jogos e elementos de jogos no campo da educação são realizados há décadas, mas nos últimos anos o interesse pelo assunto cresceu rapidamente. É possível ver jogos visuais voltados à aprendizagem, porém a gamificação ainda não foi explorada em ambientes escolares (TOLOMEI, 2017).

Ressalta-se que um desafio bem utilizado pode ser uma inspiração quando uma criança, no caminho de casa, brinca e não racha apenas para fazer a viagem parecer divertida, e são ações como essas que devem ser utilizadas pela escola. Se o dever de casa deve ser feito de uma determinada maneira, por que não o melhorar para torná-lo divertido, como pode ser visto em outras áreas, como mídias sociais, essa ideia é reforçada quando Trevisan (2013), questiona se este é um século de entretenimento, como podemos usá-lo para beneficiar a educação, a publicidade e a sociedade?”.

Gamificação é um termo muito recente, ainda em teste no campo da educação, mas promissor por algumas de suas características, para entender seu significado, você é preciso recorrer à palavra jogo, que está intimamente relacionada aos esportes e à indústria do entretenimento.

5

Esse termo, há alguns anos, é um conceito amplamente utilizado nas áreas industrial e publicitária, para aumentar o engajamento de funcionários ou fidelizar clientes em determinada empresa, ou mesmo treinamentos ou qualificações, ainda pouco utilizado no campo da educação, porém com a sua utilização na forma de brincar e ensinar deve ser levada a sério pelos professores, principalmente à medida que a tecnologia avança, com grandes melhorias na realidade estudantil.

Levar essa abordagem ao brincar nas atividades acadêmicas pode não apenas motivar os alunos em relação às matérias que estão aprendendo, mas também promover a eternidade no ambiente educacional, pois os jogos estimulam o esforço para atingir um determinado objetivo, ao mesmo tempo em que proporcionam entretenimento.

Segundo Tolomei (2017), a ideia de que o uso de jogos ou atividades como jogos favorece o envolvimento dos alunos em atividades escolares consideradas chatas é inevitável, pois o uso de jogos pode aproximar o processo de aprendizagem do aluno da realidade.

Primeiro, porque incentiva a realização de atividades para avançar no estudo com o objetivo de ganhar recompensas e, segundo, por ser de fácil acesso, é considerado possível para uso em celulares, tablets e computadores.

O uso de jogos muitas vezes tende a desafiar as pessoas a superá-los, para que não percamos de vista os obstáculos que encontram pelo caminho, mesmo os mais difíceis. Portanto, a inclusão de material de gamificação proporciona um nível de envolvimento difícil de alcançar nos métodos tradicionais de ensino. No entanto, de acordo com o autor, podemos então chegar à conclusão de que se aplicarmos os aspectos motivadores do jogo em atividades contextuais e não relacionadas ao jogo, e isso é feito através da gamificação, podemos obter o mesmo interesse e envolvimento encontrados em Gamificação, jogos e outras fontes de informação.

Gee (2015) relata que os princípios desenvolvidos e utilizados nos jogos são: apropriação, colaboração, produção, risco, problemas, desafios e integração, contextos apresentados nos jogos e proporcionar um processo de aprendizagem em um contexto, envolvendo jogadores para se envolverem com a natureza, meio ambiente e outras pessoas. Sendo uma boa ferramenta de engajamento, pois seus usuários podem jogar por horas, com o objetivo de atingir um objetivo.

No entanto, de acordo com Fardo (2013), gamificação não é a criação de um jogo que aborda um problema específico, reabilitando o mundo, mas sim utilizando as mesmas estratégias, métodos e ideias utilizadas para resolver problemas globais em situações no mundo visível real.

### 3 Conclusões

A importância de professores bem formados em instituições de ensino vai além da simples presença de recursos tecnológicos no ambiente escolar, mesmo que uma escola tenha acesso a tecnologia de ponta, se os professores não estiverem adequadamente capacitados, os resultados serão infrutíferos.

Da mesma forma, mesmo que os professores sejam bem treinados, se trabalharem em um ambiente desfavorável, com falta de recursos ou clima ruim, o impacto das mudanças e inovações será limitado, portanto **é crucial que haja investimento tanto na formação dos professores quanto na infraestrutura escolar.**

Um ambiente escolar propício ao uso de novas tecnologias deve fornecer as ferramentas necessárias e financiar a infraestrutura adequada para sua implementação, onde os professores, por sua vez, precisam estar abertos ao uso das tecnologias em constante evolução e buscar o treinamento necessário para aproveitar ao máximo essas ferramentas em sua prática pedagógica. Além disso, é importante que os alunos também sejam orientados sobre a responsabilidade no uso das tecnologias, aprendendo a separar o entretenimento dos estudos e fazendo uso consciente das ferramentas disponíveis.

A gamificação na educação é uma abordagem que tem sido explorada recentemente e ainda há muito a ser aprendido sobre seu impacto no ensino e na aprendizagem, pois trata-se de aplicar elementos de jogos em contextos educacionais, visando engajar os alunos e promover um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e motivador.

Os nativos digitais, que são os alunos nascidos em uma era de tecnologia digital, podem se beneficiar especialmente dessa abordagem, pois estão familiarizados com a interação digital desde cedo.

A gamificação em sala de aula pode ser uma excelente estratégia para auxiliar os alunos no processo de aprendizagem, especialmente aqueles que possuem deficiências ou dificuldades, ela pode ser utilizada como uma ferramenta para tornar a aprendizagem mais acessível e divertida, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo. Além disso, a gamificação também pode promover a competição saudável entre os alunos, estimulando o engajamento e possibilitando um feedback em tempo real entre professores e alunos.

Em resumo, a integração de tecnologias na educação exige não apenas recursos, mas também professores capacitados, um ambiente favorável e a conscientização dos alunos sobre o uso responsável das tecnologias.

A gamificação surge como uma abordagem promissora para aprimorar a experiência de ensino e aprendizagem, proporcionando um ambiente mais estimulante e engajador para os alunos, no entanto, é fundamental continuar a pesquisa e explorar seu potencial completo na melhoria dos processos educacionais.

### 4 Considerações finais

A pesquisa é um pilar fundamental para impulsionar o progresso e promover avanços em todas as áreas



do conhecimento, assim no contexto educacional, a pesquisa desempenha um papel crucial na busca por soluções inovadoras e eficazes para melhorar os processos de ensino e aprendizagem.

Incentivar pesquisas futuras é essencial para continuarmos a aprimorar a educação e enfrentar os desafios que surgem em um mundo em constante transformação.

As tecnologias educacionais, por exemplo, têm o potencial de revolucionar a forma como ensinamos e aprendemos, mas ainda há muito a ser descoberto e explorado em termos de sua aplicação efetiva e seus impactos na aprendizagem dos alunos.

Ao encorajar a pesquisa futura, abrimos portas para novas descobertas e insights valiosos, assim devemos investigar como a gamificação pode ser implementada de maneira mais eficaz, considerando diferentes contextos educacionais e necessidades dos alunos, podendo explorar os benefícios do uso de realidade virtual e aumentada na sala de aula, investigando como essas tecnologias podem melhorar a compreensão e o engajamento dos alunos em diferentes disciplinas.

Além disso, a pesquisa nos permite analisar o impacto das abordagens pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido e a personalização do aprendizado.

Podemos assim, examinar os benefícios do uso de inteligência artificial e análise de dados para adaptar o ensino às necessidades individuais dos alunos podendo também, explorar a eficácia de diferentes estratégias de avaliação, levando em consideração a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem.

A pesquisa futura também pode nos ajudar a compreender melhor as interações sociais na sala de aula e o impacto das relações interpessoais no processo de aprendizagem, devendo investigar como a colaboração entre os alunos pode ser aprimorada e como promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo.

Ao incentivar pesquisas futuras, estamos investindo na construção de um futuro educacional mais promissor, onde as descobertas resultantes da pesquisa podem informar políticas e práticas educacionais, permitindo que educadores e formuladores de políticas tomem decisões embasadas em evidências.

Portanto, convido a todos os profissionais da educação, pesquisadores e interessados a continuarem a explorar e investigar novas possibilidades, desafios e soluções na área da educação, pois somente por meio da pesquisa constante e da busca por conhecimento poderemos criar um ambiente educacional cada vez mais enriquecedor e impactante para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. A. (Org.). *Tecnologias e formação de professores: as trilhas da aprendizagem*. São Paulo: Paulinas, 2011.

AZEVEDO, J. *Aprendizagem e jogos eletrônicos*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2012.

COSTA, C. E. S. A importância das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. In: COSTA, C. E. S. et al. (Org.). *Tecnologias da informação e comunicação e educação: temas e desafios*. Salvador: EDUFBA, 2018.

CUNHA, M. I. da. *O bom professor e sua prática*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

FARDO, J. F. Recursos tecnológicos: o professor mediador e a formação continuada. In: RIBEIRO, C. M. et al. (Org.). *Educação e tecnologia: novas formas de aprender e ensinar*. São Paulo: All Print, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

7

JONASSEN, D. H. *Learning to solve problems: an instructional design guide*. San Francisco: Pfeiffer, 2006.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; SMITH, K. A. *Cooperative learning: increasing college faculty instructional productivity*. ASHE-ERIC Higher Education Report No. 4. Washington, DC: George Washington University, School of Education and Human Development, 1991.

MATTAR, J. *Games em educação: como os nativos digitais aprendem*. São Paulo: Pearson, 2013.



MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

PRENSKY, M. *Aprendizagem baseada em jogos digitais*. Porto Alegre: Penso, 2012.

SCORSATO, L. Atividades de aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita na universidade. In: FREITAS, M. T. et al. (Org.). *Leitura e escrita: questões contemporâneas*. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

VYGOTSKY, L. S. *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Harvard University Press, 1978.

## ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA PARA INSERÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS E ARMAZENAMENTO DE ENERGIA EM UMA INDÚSTRIA BRASILEIRA<sup>1</sup>

José Fárlei Olivera Lima – jose.farlei@hotmail.com

Patrício Rodolfo Impinnisi – rodolfo@lactec.com.br

**Resumo.** Este trabalho discute uma alternativa metodológica para estudo da redução do custo da energia elétrica em uma empresa do setor industrial brasileiro a partir de uma análise de viabilidade técnico-econômica, a qual depende de fatores como custo dos componentes, legislação e avanços tecnológicos. Estudos recentes mostram que a análise técnico-econômica tem se tornado cada vez mais favorável para o aproveitamento de energias renováveis, especialmente para consumidores residenciais, mas que ainda há desafios a serem superados no caso de cenários com armazenamento. O estudo analisou a viabilidade técnico-econômica de instalar um sistema híbrido de geração de energia elétrica, composto por painéis fotovoltaicos e armazenamento por baterias, em uma indústria farmacêutica de dispositivos médicos. Foi comparado, aplicando simulação no software Homer Pro, o contrato atual da empresa no mercado livre com outras tarifas da concessionária, e verificado que o contrato atual é menos favorável para a instalação do sistema alternativo devido ao custo da energia ser menor que a tarifa da distribuidora. A partir dos resultados foi identificada a opção mais viável como sendo um sistema híbrido composto pela rede elétrica com contrato atual com adição de 3.200 kW de energia fotovoltaica instalada e conversor de corrente, e indicado que o sistema é viável tanto técnica quanto economicamente, sem a instalação de sistema de armazenamento. Contudo, o payback simples próximo à 8 anos pode ser considerado longo, o que pode dificultar sua implantação na prática a depender das políticas de cada empresa. O estudo sugere, a partir do teste de hipóteses baseadas na condição do 'e se' pela análise de sensibilidade do software, que com o barateamento das tecnologias de painéis fotovoltaicos, assim como o aumento da eficiência destes e a variabilidade do preço das tarifas de energia, a implantação de microgeração distribuída nas indústrias brasileiras pode ser melhor viabilizada.

**Palavras-chave:** Geração fotovoltaica, Armazenamento de energia, Tarifação binômia.

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se observado cada vez mais estudos, desenvolvimentos e discussões em torno da busca por formas (alternativas) para redução do custo da energia elétrica (LIU et al., 2019). Atualmente, perante um possível cenário de crescimento da demanda, a procura por soluções que permitam garantir o fornecimento de energia elétrica se tornou um dos focos das grandes empresas. Esta procura para garantir o fornecimento pode incluir (e inclui) sistemas de geração que utilizam combustíveis fósseis, mas há um movimento acentuado para evitar os combustíveis fósseis e utilizar sistemas baseados na geração de energia a partir de fontes renováveis (YANG; SUN, 2019). Neste sentido, esta tendência tem que ser compatível com a procura das empresas para se tornarem mais eficientes, mais competitivas e sustentáveis. Em outras palavras, a implementação de um sistema de geração de energia a partir de fontes renováveis, com ou sem armazenamento deverá ser técnica e economicamente viável. Esta viabilidade técnico-econômica depende de vários fatores e cenários.

Nos cenários em que não se utiliza o armazenamento (injeção direta de energia), além dos custos dos painéis fotovoltaicos, inversores e outros componentes, a legislação, que determina as regras para esta aplicação, pode ter um impacto importante na viabilidade econômica. Todos estes fatores têm um caráter dinâmico e demandam atualizações dos estudos de viabilidade, por exemplo, em 06 de janeiro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.300/2022 que institui o Marco Legal da Microgeração e Minigeração Distribuída de Energia, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS) (BRASIL, 2022) o que tem impacto direto nestes estudos de viabilidade. Paralelamente, nos cenários que incluem sistemas de geração fotovoltaica com armazenamento de energia, além da legislação e dos custos dos componentes já mencionados há que considerar os avanços nas tecnologias de armazenamento e as quedas de preços devidas aos ganhos em volume de produção.

Dentre todas as tecnologias utilizadas para o armazenamento de energia ligadas ao aproveitamento de fontes de energia renováveis, as baterias se destacam pela sua modularidade e capacidade de apresentar soluções relativamente simples para demandas de poucos kW/kWh até casos de centenas de MW/MWh (ENFORMER, 2022). Por esse motivo atualmente o armazenamento de energia a base de baterias é um dos mais utilizados



(SANDIA, 2022). Dentre todas as tecnologias de baterias disponíveis, as mais utilizadas para armazenamento de energia são as já consideradas tradicionais baterias de íons de lítio e as de chumbo-ácido (KAMIVA, 2021). Outras tecnologias de baterias que também são utilizadas, mas em menor escala, são as baterias de fluxo e as baterias de chumbo-carbono (conhecidas como baterias de chumbo-ácido avançadas) (BOWEN et al., 2021).

Esta pesquisa traz uma visão detalhada das possibilidades de ganhos técnico-financeiros a partir da redução da energia elétrica consumida da rede da concessionária ao longo do ano, assim como avaliar o potencial de eficiência energética que pode ser obtido a partir do diagnóstico global da empresa versus a solução apresentada incluindo os possíveis cenários de viabilidade futura.

## 2. ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Plantas industriais são compostas por diversos equipamentos com diferentes consumos de energia elétrica e cada um opera com diversas características de regime. O perfil de consumo de energia de uma planta fabril se dá pelo olhar geral do regime combinado de todos seus equipamentos. Alguns destes podem operar em regimes não uniformes, com intermitência diária ou horária, a depender do planejamento de produção. Devido a todas essas possibilidades as demandas de energia elétrica estão em constante mudança com forte correlação entre a potência consumida e os volumes em produção no processo industrial. O perfil de consumo inerente de processos industriais tem sido estudado em diversas fábricas, buscando sua otimização e redução de custos para aumento da eficiência operacional e ganho em competitividade (MACHALEK; POWELL, 2019).

A partir de um perfil de demanda (potência em operação) é possível estudar e dimensionar sistemas de geração de energia elétrica para atendimento de tal demanda. Sendo que uma das opções de tecnologia de geração de energia são os painéis fotovoltaicos que demandam o devido dimensionamento da capacidade de geração de energia elétrica e dados de irradiação solar na posição geográfica em que se pretende instalar o sistema.

Sistemas fotovoltaicos possuem algumas limitações em função das condições climáticas da região onde serão aplicadas, além de serem um sistema de geração de energia inerentemente intermitente. Entretanto, ao instalar um sistema de armazenamento de energia combinado a este tipo de geração pode-se obter um modelo apropriado para mitigar essa intermitência. Devido ao tipo de material e tecnologias aplicadas, os custos dos sistemas de geração de energia fotovoltaicos ainda são relativamente altos, o que limita a popularização e disseminação desta. Mas, a fim de promover maior compreensão e visualizar os benefícios deste tipo de sistema, é necessário estudar a viabilidade e eficiência destes em termos econômicos para cada aplicação (YANG; SUN, 2019).

Fu e Remo (2018) sugerem modelos e cenários para garantir o melhor desempenho e o menor custo. Um dos cenários se refere à instalação de um sistema fotovoltaico combinado a um sistema de armazenamento de energia ligado à rede concessionária e o outro cenário trata somente de um sistema individual de armazenamento de energia por baterias da tecnologia de íons de lítio ligado à rede concessionária.

Já Tahir et al (2021) apresentam um estudo de desenvolvimento e otimização de um sistema integrado híbrido para geração de energia, a partir da simulação no software HOMERPRO, para fornecimento de energia para uma área rural. Os autores explicam que um sistema híbrido pode ser composto de dois ou mais sistemas de geração e/ou armazenamento de energia. Para uma análise mais acurada da viabilidade foram realizadas simulações com diferentes cenários utilizando o software HOMER que modela e simula as diferentes condições para definir a melhor opção de sistema de alimentação e armazenamento, dado um perfil de carga.

Tahir et al. (2021), em sua pesquisa, consideraram o impacto do sistema de armazenamento de energia e concluiu que um dos grandes desafios para este sistema é o tamanho e espaço ocupado, visto que ainda se trata de sistemas grandes se se pretende armazenar uma quantidade satisfatória de energia. Um sistema de armazenamento de energia pode ser usado de duas formas, sendo uma para armazenar a energia que sobra da geração enquanto a demanda é menor que a oferta e a segunda é para compensar a intermitência da geração renovável, como o caso dos painéis fotovoltaicos e turbinas hidro cinéticas.

2

Na análise de sensibilidade para o sistema já identificado como sendo o melhor é possível avaliar o impacto de algumas mudanças em parâmetros como a intermitência da fonte de energia renovável, variações de demanda de carga, incidência solar etc. (TAHIR et al., 2021).

Tahir e colaboradores (2021) finalizam concluindo que após as diversas simulações a partir de diferentes cenários e estratégias realizadas com o software HOMER e posteriormente analisadas, a solução otimizada de sistema híbrido incluem 40 kW instalados em capacidade de energia fotovoltaica, 25 kW instalados para geração a partir de gerador de biomassa e duas turbinas hidrocínéticas, todos integrados a rede para gestão da demanda de acordo a necessidade. Este sistema atingiu 94% da demanda anual na pequena cidade do paquistão, a partir de onde o estudo foi realizado.





ZHU e colaboradores, (2018) também apresentam sua conclusão com a afirmativa de que a aplicação de sistemas de armazenagem de energia em locais onde exista uma variação dinâmica da tarifa da energia elétrica pode gerar um ganho significativo, quando da aplicação combinada de diferentes métodos, a depender da melhor condição do momento e custo. Isso pode ser aplicado de forma estratégica na implantação de sistemas similares, visto que cada vez mais as variações de preço da energia têm sido observadas dados os impactos de fatores externos.

A respeito das tecnologias de baterias, Zubi et.al (2018) concluem que de todas essas a de maior sucesso em eficiência é a de íons de lítio considerada a mais promissora para tal aplicação, isso porque o lítio não é tóxico, tem baixa densidade e é altamente eletropositivo. Por isso, segundo o autor, outros metais ou opções de armazenamento de energia elétrica não conseguem competir com o lítio. No caso do presente trabalho, isso não se aplica devido ao fato das baterias de íons de lítio serem importadas (dificultando a logística na manutenção destes sistemas, na substituição de peças, disponibilidade de sobressalentes no mercado, etc. como já mencionado) e pelo seu elevado custo comparado com a tecnologia de baterias de chumbo-ácido disponíveis no mercado nacional.

Em relação ao sistema de geração de energia por painéis fotovoltaicos, existe a limitação do espaço físico disponível além dos fatores econômicos. Das limitações físicas mais comuns tem-se a disponibilidade de área de telhado para instalação dos painéis, e dependendo do caso, esta limitação pode acarretar um baixo retorno econômico, inviabilizando o projeto. Assim para se ter uma visão completa da análise técnico financeira, primeiramente precisam ser analisados os gastos anuais com energia elétrica que poderão vir a se tornar o ganho do projeto. De fato existe uma correlação direta entre os ganhos potenciais anuais versus a potência nominal total dos painéis fotovoltaicos.

Adicionalmente, quando toda a energia produzida é consumida existe a compensação da energia adquirida da rede, assim os ganhos anuais são dados pelo custo da energia comprada, incluindo todas as taxas, dividido pela quantidade de unidades de energia consumidas pela carga (R\$/kWh). Já em relação à análise de retorno pela venda da energia produzida/armazenada, esta se refere aos ganhos resultantes da venda (ou compensação) da energia injetada na rede (KOSKELA et.al, 2019).

Sistemas de armazenamento de energia são mais comuns para aplicações na opção por energia mais barata em determinadas situações, por exemplo, em casos de variação de carga, para momentos de pico. Por exemplo, fazer a carga do sistema de armazenamento em momentos em que o custo da energia é mais barato e descarregar quando o custo é mais alto. Estes sistemas são utilizados em diversos nichos ou cenários com o principal objetivo de reduzir o custo da energia para operação industrial ou consumo doméstico. A expectativa é que os custos dessas tecnologias se reduzam cada vez mais no futuro o que iria facilitar a disseminação da tecnologia. Outra aplicação primária destes sistemas é em horários de ponta, onde o custo da energia da rede da concessionária aumenta consideravelmente. O sistema de armazenamento de energia por baterias pode tanto ser carregado diretamente pela rede em horários fora da ponta, como também por alguma outra fonte geradora, por exemplo, por fontes de energia renováveis, utilizando painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas, entre outros (VENKATARAMAN et.al, 2018).

Quando se fala em aplicações reais de tais tecnologias, para se encontrar uma solução ótima em termos técnicos e econômicos é importante considerar todo o contexto da instalação, incluindo o fornecimento de energia, seus custos, taxas, a demanda da carga e espaço disponível, para então avaliar o impacto de um potencial projeto neste sentido. Todos os fatores devem ser levados em conta para se obter a melhor análise econômica, como subsídios, diminuição de perdas de transmissão, ganhos na postergação de expansões da rede e a redução dos impactos causados ao meio ambiente, pelo uso de geração renovável de energia elétrica no local de consumo. Assim os estudos de avaliação econômica devem incluir o custo de instalação do sistema para aproveitamento da energia renovável e sua manutenção, possíveis trocas e qualquer outro custo decorrente da sua operação ao longo do tempo (LIU et.al, 2020).

Apesar dos estudos encontrados e analisados em relação à instalação de sistemas híbridos de geração e armazenamento, a relevância e contribuição deste estudo estão centradas na análise da aplicação em uma indústria Brasileira a partir de um modelo tarifário específico do país e do estado onde a empresa estudada está instalada. Haja visto que muitos dos estudos encontrados estão voltados para países no exterior, poucos abordam a especificidade do Brasil, sendo que somente foram encontrados alguns trabalhos de aplicação do software Homer Pro para análises voltadas a regiões remotas, ambientes rurais e instalações comerciais. Com isso, este trabalho aproxima este tipo de análise ao segmento industrial nacional considerando sua bi tarifação a partir de um estudo de caso com dados reais de uma indústria local.

### 3. MATERIAIS E MÉTODO

#### 3.1 Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- a) *Software* para captura de dados de consumo: Gerenciador CCK
  - Aplicativo para o Gerenciamento do Sistema CCK.
    - i. Versão 8.18.12.1.
    - ii. CCK Automações Ltda.
- b) *Software* de modelagem e simulação: HOMER Pro®
  - Versão 3.147880.21077 (2017)

#### 3.2 Método

O método utilizado no desenvolvimento deste trabalho foi a simulação computacional para análise de viabilidade econômico-financeira aplicada a um Estudo de Caso, onde a principal ferramenta foi o software Homer Pro a partir dos dados coletados da empresa Farmacêutica, objeto do estudo. Todas as etapas deste podem ser observadas nos passos a seguir:

O passo 1 consistiu na coleta de dados de consumo de energia (kWh), de 15 em 15 minutos, referentes ao ano de 2019 utilizando software CCK®. A demanda foi calculada a partir dos dados de consumo (kWh), sendo a razão do consumo de 15 minutos pela fração de tempo (0,25 horas) para se obter o kW, isso porque os dados existentes para demanda estão em escala diária, o que impede a obtenção do perfil hora-a-hora;

No passo 2 foi estudado o contrato vigente atualmente e suas características, tal como tipo de tarifa, custos, limites contratados, multas, tempo de vigência e outros;

No passo 3 foi feito um estudo de componentes existentes no mercado quanto às tecnologias potenciais a serem aplicadas, seus custos e características operacionais;

No passo 4 foi analisada a área disponível para instalação dos painéis fotovoltaicos;

O passo 5 foi para a definição das simulações: sendo 3 simulações em condições reais de preço de energia e tecnologias, variando somente a característica de contrato;

No passo 6 são apresentadas as simulações considerando o contrato A4 azul no Mercado livre, A4 azul da concessionária Copel Distribuidora e A4 verde da concessionária Copel Distribuidora;

No passo 7 executou-se a simulação da análise de sensibilidade com os parâmetros extrapolados para identificação do seu impacto no resultado final do estudo e assim determinar sua estabilidade (em relação ao parâmetros avaliados);

O passo 8 consistiu na análise dos resultados e na discussão das simulações;

Finalmente, no passo 9 foram, apresentadas as conclusões.

### 4. ESTUDO DE CASO

O objeto do presente estudo é uma planta fabril média, filial de uma empresa farmacêutica multinacional americana de dispositivos médicos de grande porte, instalada na cidade industrial de Curitiba no Paraná, Brasil.

Este estudo de caso tem por objetivo levantar informações que poderão ser utilizadas para a criação de um sumário executivo que possa ser utilizado como parte de uma justificativa de um projeto real de instalação de um sistema de geração de energia fotovoltaico, com ou sem um sistema de armazenamento de energia elétrica (a base de baterias) para a gestão energética da empresa, visando a redução de custos.

O principal intuito é a redução dos custos da energia em horário de ponta e fora de ponta; mas outros cenários também foram simulados para identificar a melhor configuração e determinar sua sensibilidade aos componentes do sistema.

4

#### 4.1 Contratos e suas definições de base

A Fig. 1 apresenta toda a categorização das modalidades tarifárias e discrimina as particularidades de cada uma. Dentro das subdivisões verde e azul, para tarifas dos grupos de alta tensão percebe-se que as tarifas de demanda e de consumo estão discriminadas.



Figura 1 - Modalidades de tarifas

Com base nas definições e caracterizações mencionadas, a Tab. 1 apresenta os parâmetros do contrato do objeto de estudo desta dissertação, referentes ao ano de 2022.

Tabela 1 - Parâmetros de contrato

Parâmetros	Contrato
Tensão	13,8 KV
Demanda Horo-sazonal (potência KW) contratada	3500 KW (na ponta); 3600 kw (fora de ponta)
Consumo de energia (KWh) contratado	1.620 MWh +/- 10% por mês
Preço da energia consumida (Copel - TUSD)	R\$ 0,1231 por KWh
Preço da energia consumida (Cemig Mercado Livre - TE)	R\$ 0,1917 por KWh
Tarifa demanda Fora de Ponta	R\$ 12,7168 por KW
Tarifa demanda na Ponta	R\$ 26,8777 por KW
Grupo	Azul
Tarifa horária	A4
Horário de ponta	De 18:01h a 21:00h

Ainda que atualmente está vigente o contrato na tarifa azul, este estudo pretende apresentar uma simulação para o contrato de tarifa verde e analisar as diferenças, na prática, entre os dois modelos tarifários. Para isso foram utilizados dados das Fig. 2 e 3, tarifas aplicadas ao grupo A4 atualmente, dentro de 2 simulações distintas quanto ao esquema tarifário.

A Tab. 1 não apresenta preços diferentes para o kWh entre o período de ponta e fora de ponta devido à vigência do contrato com o mercado livre. Desta forma o valor do kWh consumido é o mesmo dentro e fora da ponta e é somado e composto pelo custo do mercado livre (Cemig) e da taxa cobrada pela concessionária para transmissão (Copel).

É importante esclarecer que o método utilizado (simulações com o *software* Homer Pro) não permite a adição de multas em caso da ultrapassagem dos limites contratados para a demanda, ou seja, no caso da demanda consumida ser superior à contratada (3600 kW), o *software* não considera a aplicação de multas. O que o *software* faz é impedir o consumo de energia a partir da rede quando os valores contratados são excedidos. Além disso, nas simulações foram incluídos 3 níveis de contrato sendo estes 4500 kW, 3600 kW e 3000 kW para o pior caso fora da ponta. No contrato vigente na empresa, a multa por exceder os valores do contrato é a cobrança do dobro do preço por kW contratado para cada kW excedido, dentro e fora de ponta.

As tarifas de energia (TE) se referem à energia consumida, ou seja, o custo do kWh utilizado. Já a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) se divide em 2, a de consumo, que se refere ao kWh de energia e a de demanda contratada, que está relacionada ao kW de potência.

Escolha sua tarifa			
Grupo Tarifário			
A1	A2	A3	A4
A2	A3a	A3b	A4
Modalidade tarifária			
Azul - Super Pólo Especial	Verde		
Azul - Rural	Verde - Agricultura e Irrigação em Ho		

Fora de ponta			
Sem imposto	17,58 TUSD (R\$/kW)	0,24720 TE (R\$/kWh)	0,11085 TUSD (R\$/kWh)
Com imposto	22,47 TUSD (R\$/kW)	0,31590 TE (R\$/kWh)	0,14166 TUSD (R\$/kWh)

Ponta			
Sem imposto	17,58 TUSD (R\$/kW)	0,38808 TE (R\$/kWh)	1,02746 TUSD Ponta (R\$/kWh)*
Com imposto	22,47 TUSD (R\$/kW)	0,49593 TE (R\$/kWh)	1,31300 TUSD (R\$/kWh)

Figura 2 - Tarifas aplicadas ao contrato A4 Verde

Escolha sua tarifa			
Grupo Tarifário			
A1	A2	A3	A4
A2	A3a	A3b	A4
Modalidade tarifária			
Azul	Azul - Pólo Público Especial		
Azul - Cooperativas Autônomas	Azul - Rural		

Fora de ponta			
Sem imposto	17,58 TUSD (R\$/kW)	0,24720 TE (R\$/kWh)	0,11085 TUSD (R\$/kWh)
Com imposto	22,47 TUSD (R\$/kW)	0,31590 TE (R\$/kWh)	0,14166 TUSD (R\$/kWh)

Ponta			
Sem imposto	37,77 TUSD (R\$/kW)	0,38808 TE (R\$/kWh)	0,11085 TUSD Ponta (R\$/kWh)*
Com imposto	48,27 TUSD (R\$/kW)	0,49593 TE (R\$/kWh)	0,14166 TUSD (R\$/kWh)

Figura 3 - Tarifas aplicadas ao contrato A4 Azul

No presente momento a empresa farmacêutica, objeto deste estudo, possui um contrato de energia junto ao mercado livre. Desta forma, ela faz parte de um grupo de empresas privadas sem vínculo com as concessionárias de energia do estado, o que garante a ela um preço de energia menor que o praticado atualmente pela empresa concessionária local. Logo as tarifas apresentadas na Fig. 3 não correspondem com a situação atual da empresa. Portanto, para a simulação A4 azul do mercado livre foram utilizados os preços atuais vigentes no contrato da empresa.

Já para a simulação do contrato A4 verde Copel e azul Copel, foram utilizados os dados das Fig. 2 e 3, simulando a condição de consumidor cativo. Importante pontuar que os valores das tarifas, utilizados no estudo, foram sem impostos, uma vez que grande parte dos impostos (ICMS) são recuperáveis para o caso da empresa estudada neste trabalho devido ao benefício permitido pelo governo do estado do Paraná.

A condição de tarifa binômica, onde se paga pela demanda e pelo consumo, presente atualmente no contrato da empresa apresenta um percentual do valor total pago na fatura mensal em média de 26% para a demanda e 71% para o consumo, sendo a diferença referente à impostos e tarifa de iluminação pública.

a) Topologia do projeto (HOMER PRO®)

A Fig. 4 apresenta o esquema do projeto que possibilita o *software* HOMER® fazer as simulações de modelagem otimizada. Abaixo é possível identificar duas linhas, que representam os barramentos AC (corrente alternada) e DC (corrente contínua), entre eles vemos um conversor que faz a devida conversão de contínuo, proveniente do sistema de armazenamento de energia elétrica e do sistema de geração por painéis fotovoltaicos para corrente contínua, que é a consumida pela carga.

Conforme já comentado acima, os componentes à direita do esquema representam a geração e o sistema de armazenamento e a esquerda estão a rede, com sinal de entrada para o sistema, indicando o fluxo da energia, e a carga com sinal de saída do sistema, indicando o consumo.



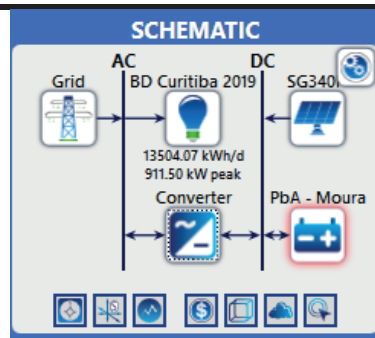


Figura 4 - Topologia esquemática da configuração do projeto

Para cada elemento inserido no projeto, faz-se necessário a parametrização de seu componente. Estes parâmetros precisam seguir dados mais realistas possíveis para que o modelo possa refletir a situação encontrada na fábrica em estudo e na possibilidade de instalar estes elementos auxiliares com o sucesso pressuposto pela saída das simulações, quando aplicável.

b) Características da rede

A configuração da foi feita a partir de dados reais da empresa, e das características do contrato vigente. Dentre as opções de tarifas, se optou pelas tarifas agendadas por existir diferentes tarifas a depender do horário de consumo, ponta e fora de ponta, conforme Tab. 2.

O item “reliability” dentro das configurações da rede, refere-se à confiabilidade da rede e possíveis intermitências na alimentação. Mas como não existe histórico conhecido de falta de energia na rede que alimenta a empresa, a confiabilidade foi mantida em 100%.

c) Carga e perfil de demanda

Para a definição da necessidade de energia demandada para o sistema, foi utilizado o histórico de consumo da empresa. Este histórico está registrado no sistema de gerenciamento energético da empresa, denominado CCK.

Para o propósito do estudo foram utilizados dados de registros feitos no ano de 2019, pois devido à variabilidade do consumo energético durante a pandemia (que alterou as taxas de produção da empresa), se escolheu utilizar dados pré-pandêmicos, pois eles representam melhor a operação normal da empresa.

d) Sistema de geração: Sistema fotovoltaico

Através do endereço da empresa objeto de estudo dessa dissertação, é possível obter os dados de irradiação solar. Estes dados são essenciais para o programa definir os parâmetros de geração de energia pelos painéis fotovoltaicos. O *software* Homer utiliza a base de dados da NASA para apresentar o perfil anual de irradiação. Estes dados são valores médios de 22 anos entre 1983 e 2005 e são apresentados em kWh/m<sup>2</sup>/dia.

Para a presente simulação foram utilizados dados de painéis fotovoltaicos da empresa OSDA (painéis comerciais disponíveis no mercado, referência na data de julho de 2022). Também resalto aqui a informação de utilização da sucata como parte do valor de reposição dos painéis, isso foi extraído de cotação do fornecedor e demonstra a gestão completa de todo o ciclo deste tipo de produto. Estas características são apresentadas na Tab. 2 e foram estas as transferidas para o software de simulação.

Tabela 2 - Características do painel fotovoltaico

Característica	Parâmetro
Fabricante	OSDA
Modelo	ODA465-36 V-MH
Potência	465 +/- 3 Wp
Eficiência padrão em condições de teste	21.3%
Dimensões	2102 x 1040 x 35 mm
Vida útil	25 anos
Coefficiente de redução	80%
Efeito da temperatura	-0,35%/°C
Temperatura nominal de operação	45°C

Reposição (com reaproveitamento da sucata)	65% do valor de aquisição
Operação e manutenção (referência de cotação)	1% ao ano
Reflectância do asfalto (PUTTONEN et. al, 2009)	20%
Valor de referência (NEOSOLAR, 2022)	R\$ 1049,00 por painel

Importante salientar que o dimensionamento dos KW instalados é resultado do otimizador do próprio software, com níveis limitantes de 0 até 3.200 KW de potência instalada e que os custos de instalação compõe o valor da unidade do painel (estimado aproximadamente 25% com ganho de negociação de escala). O limite superior (capacidade máxima instalada) foi obtido a partir do limite de área disponível para instalação dos painéis no telhado.

A área disponível para instalação dos painéis fotovoltaicos se limita à 14.000 m<sup>2</sup> (Eq.(5) e Eq.(6)). A partir deste valor de área, e levando em conta as dimensões de cada painel instalado, é determinado o número máximo de painéis.

$$n^{\circ} \text{ de painéis} = \frac{\text{área total disponível}}{\text{área do painel}} \quad (5)$$

Fonte: O Autor (2022).

em que:

é a quantidade de painéis que podem ser instalados dentro da área disponível;

= trata-se da área livre para instalação dos painéis;

= área de ocupação de cada painel em sua instalação.

(6)

$$\text{limite máx instalado} = n^{\circ} \text{ painéis} \times \text{potência painel}$$

Fonte: O Autor (2022).

em que:

é a capacidade máxima instalada (kWp);

é a quantidade de painéis que cabem na área de instalação.

#### e) Sistema de armazenamento de energia elétrica por baterias

Como referência para o SAEEB (Sistema de armazenamento de energia elétrica por baterias) foi utilizada uma bateria de mercado com as características e atributos descritos na Tab. 3. Este item foi parametrizado como uma unidade da biblioteca do software de simulação.

Tabela 3 - Características da unidade de bateria

Característica	Parâmetro
Fabricante	Moura
Modelo	Pb-Acido - Moura 12MS234
Potência	2,8 kWh
Tensão	12 V
Capacidade máxima	234 Ah
Tecnologia	Chumbo-ácido
Máxima temp. de operação	65°C
Mínima temp. de operação	-10°C
Estado inicial de carga	100%
Mínimo estado de carga	80%
Limite de degradação	20%
Configuração em Série	45 unidades (540 V)

8

Para a simulação foram utilizados os valores de mercado (de julho de 2022) para os custos de aquisição, reposição, manutenção e tempo de vida útil, de acordo Tab. 4.

Tabela 4 - Atributos de mercado para o modelo de bateria

Atributo	Valor
Valor de aquisição (MINHACASASOLAR, 2022)	R\$ 1349,00 por unidade
Reposição por unidade	60% do valor de aquisição (referência dos contatos com fabricante MOURA)
Manutenção por unidade	1% do valor de aquisição (referência dos contatos com fabricante MOURA)

Assim como para os painéis, a utilização da sucata no custo de reposição é um grande aliado para estes sistema e demonstra a gestão completa do ciclo de vida do material, trazendo mais sustentabilidade para sua aplicação.

f) Unidade de conversão de corrente contínua (CC) para corrente alternada (CA)

Além das baterias e painéis fotovoltaicos é necessário incluir na simulação o conversor de corrente CC/CA, que permite interligar o barramento de corrente contínua com o de corrente alternada. O sistema fotovoltaico de geração de energia, assim como o de armazenamento com baterias, operam em corrente contínua, no entanto a carga é alimentada por corrente alternada. Para a inclusão do conversor é necessário fornecer ao *software* as informações operacionais do mesmo. Os dados do conversor utilizado na simulação foram extraídos de um produto comercialmente disponível (no mercado nacional, na data de julho de 2022) e são apresentados na Tab. 5.

Tabela 5 - Características do conversor de frequência (conversor de corrente)

Características	Parâmetro
Capacidade	123KW
Vida útil	10 anos
Eficiência (entrada do conversor)	98%
Capacidade relativa (a depender do regime de operação)	100%
Eficiência (entrada do retificador)	98%
Valor de aquisição (MAGAZINELUIZA, 2022)	R\$100.000,00
Reposição unidade (referência na cotação)	65% do custo de aquisição
Manutenção unidade (referência na cotação)	1% da aquisição (anual)

## 1.1 Modelagem

As seguir são apresentados os resultados das simulações realizadas com o auxílio do *software* Homer utilizando os dados inseridos para cada elemento do projeto. O *software* permite configurar as simulações de forma que os elementos do projeto possam mudar alguns dos seus parâmetros operacionais, Tab. 6, dentro de faixas de valores preestabelecidas, adicionando ou retirando alguns elementos, conforme definido na análise de sensibilidade. Após finalizadas as simulações (utilizando todas as combinações permitidas de valores de parâmetros e componentes), os resultados são apresentados de forma a identificar a melhor combinação de componentes e dimensionamento, sempre visando o menor custo do projeto (além de permitir comparar a solução proposta com a situação atual).

O principal parâmetro comparativo para a escolha da melhor configuração do sistema é o custo por unidade de energia consumida (R\$/KWh) pela carga, mas outras informações também são obtidas como resultado das simulações, como o custo de operação e manutenção ao longo de toda a vida útil do sistema (O&M), o valor presente líquido, o fluxo de caixa, entre outros.

A análise de viabilidade econômica realizada pelo *software* é baseada no custo por unidade de energia (R\$/kWh) e no *payback* simples, este último calculado a partir do retorno do investimento no tempo, para se obter, em quantos anos o valor investido retorna de forma direta, sem taxa de desconto. A melhor opção (menor custo de operação da carga em termos de energia elétrica em R\$/kWh consumido) será apresentada como a configuração vencedora, ou seja, classificada em primeira posição como a melhor opção de sistema a ser instalado com o menor custo de operação.

9

a) Índices econômicos

Os índices econômicos utilizados nas simulações são: taxa mínima de atratividade de 15% é uma referência

para o investimento em renda fixa no Brasil, tomando como base a atual taxa Selic (BANCO CENTRAL DO BRASIL, janeiro de 2023), a inflação (IBGE, 2023) considerada foi a dos últimos 12 meses até novembro de 2022, e o tempo de projeto analisado foi de 25 anos.

b) Sensibilidade

Para a análise de sensibilidade foram atribuídos diferentes valores potencialmente viáveis para os componentes escolhidos conforme Tab. 6. Os componentes presentes na tabela foram definidos pelo critério de serem as principais variáveis de impacto financeiro na análise de aplicação de geração por painéis fotovoltaicos e para o armazenamento de energia elétrica por baterias. Os valores potencialmente viáveis para cada componente foram escolhidos para evidenciar o potencial de impacto de cada um nos custos da energia nos cenários simulados. A forma de introduzir estes valores potencialmente viáveis é por meio de fatores multiplicadores do custo de referência..

Os índices econômicos considerados na análise de sensibilidade foram os mesmos utilizados na simulação e apresentados no item a des capítulo, com exceção do índice de inflação que teve adição de dois valores limites conforme Tab. 6.

Tabela 6 - Fatores e níveis para análise de sensibilidade

Variáveis de nível	Componentes considerados na sensibilidade								
	Custo da energia na rede (R\$/kWh)	Crédito para compensação na rede (kWh)	Multiplicador do Custo painéis fotovoltaicos	Multiplicador do custo de manutenção dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo de substituição dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo Baterias	Multiplicador do custo de manutenção Baterias	Multiplicador do Custo de substituição das Baterias	Inflação anual
Valor 1	0,3148	0	75%	50%	50%	10%	50%	50%	3%
Valor 2	0,6256	3000	50%	0	0	1%	10%	10%	10%

c) Execução das simulações

Foram realizadas quatro simulações no total, sendo três referentes aos valores e parâmetros nominais do sistema com alteração entre elas somente das tarifas de contrato (A4 verde Copel, A4 azul Copel – Fig. 2 e 3 – e A4 azul Mercado Livre) e uma de sensibilidade, com limites variáveis para cada componente (Tab. 6), e as devidas restrições como no caso da quantidade de painéis fotovoltaicos (0 a 3200 kW), permitindo que o software otimize o sistema dentro destes limites. Estas faixas de variação dos valores (exemplo: custo dos painéis fotovoltaicos em 75% ou 50%) apresentados na Tab. 6, foram propostos para permitir ao *software* analisar o impacto destes parâmetros no resultado da viabilidade econômica (e sua sensibilidade). Importante salientar que para a sensibilidade, os valores nominais de base para os custos dos componentes e seus custos de operação e manutenção não foram considerados, já que o impacto destes valores já estão presentes nas primeiras simulações feitas somente com valores nominais.

5. RESULTADOS

Os resultados das simulações para as diferentes características de contrato estão apresentados de forma sumarizada na Tab. 7, com cada sistema vencedor nas 3 simulações.

Tabela 7 - Resumo comparativo entre os cenários

Contrato					VPL	Custo de Operação	Capital inicial	Custo do kWh	Payback Simples
A4 azul Mercado Livre	3200 kW	-	45000 kW/ano	2051 kW	R\$ 94 milhões	R\$ 8,38 milhões/ano	R\$ 8,89 milhões	R\$ 0,367	7,6 anos
A4 verde Copel	3200 kW	-	45000 kW/ano	2108 kW	R\$ 129 milhões	R\$ 11,8 milhões/ano	R\$ 8,93 milhões	R\$ 0,505	6,6 anos
A4 azul Copel	3200 kW	-	45000 kW/ano	2108 kW	R\$ 114 milhões	R\$ 10,3 milhões/ano	R\$ 8,93 milhões	R\$ 0,443	6,6 anos



Observa-se que em todos os casos se obtém o mesmo resultado, com o mesmo sistema vencedor, em que o contrato vigente é com o mercado livre, mais a instalação de um sistema de geração fotovoltaica com capacidade instalada de 3.200 kW e um conversor de corrente com 2.051 kW de capacidade.

É válido complementar que entre os contratos com as tarifas diretas da Copel Distribuição S.A., o melhor sistema seria com contrato A4 azul. Outro ponto importante é que o *payback* observado em ambas condições da Copel é justificado pelo maior custo da energia e, portanto, maior ganho quando da geração fotovoltaica.

#### 4.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi realizada a partir dos multiplicadores de valor atribuídos a cada componente, novamente apresentados na Tab. 8. O *software* Homer realizou as diversas simulações com todas as combinações possíveis entre os valores parametrizados e buscou a melhor configuração de componentes e valores (melhor caso para cada componente dados seus custos e condições de operação).

Tabela 8 - Fatores e níveis para análise de sensibilidade

Níveis dos componentes	Componentes considerados na sensibilidade								
	Custo da energia na rede R\$/kWh	Crédito para compensação na rede (kWh)	Multiplicador do Custo painéis fotovoltaicos	Multiplicador do custo de manutenção dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo de substituição dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo Baterias	Multiplicador do custo de manutenção Baterias	Multiplicador do Custo de substituição das Baterias	Inflação anual
Valor 1	0.3148	0	75 %	50 %	50 %	10 %	50 %	50 %	3 %
Valor 2	0.6256	3000	50 %	0	0	1 %	10 %	10 %	10 %

Como saída da simulação de sensibilidade são apresentadas as principais configurações com o melhor custo de operação (R\$/kWh). A Tab. 9 resume este resultado com a classificação das configurações e o modelo vencedor.

Tabela 9 - Cenário otimizado da sensibilidade

Classificação					VPL	Custo de Operação	Capital inicial	Custo do kWh
1	3200 kW	-	45000 kW/ano	2108 kW	R\$ 129 milhões	R\$ 8,35 milhões/ano	R\$ 5,32 milhões	R\$ 0,345
2	3200 kW	450 unid.	45000 kW/ano	2152 kW	R\$ 129 milhões	R\$ 8,34 milhões/ano	R\$ 5,37 milhões	R\$ 0,345
3	-	-	45000 kW/ano	-	R\$ 140 milhões	R\$ 9,45 milhões/ano	0	R\$ 0,375
4	-	630 unid.	45000 kW/ano	28,5 kW	R\$ 140 milhões	R\$ 9,45 milhões/ano	R\$ 32 mil	R\$ 0,375

Nota-se que a configuração vencedora possui o sistema de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada no limite máximo permitido de 3.200 kW devido à área disponível, a rede contratada com 45.000 kW/ano e o conversor com capacidade de 2.108 kW; sem utilização de sistema de armazenamento por baterias. A esta configuração vencedora foi aplicada a análise de sensibilidade permitindo variações de valores (parametrizados pelos fatores multiplicadores) em seus componentes, o que permite avaliar seu impacto nos indicadores econômicos.

O gráfico a seguir, Fig. 5, apresenta a comparação de uma configuração analisada pela sensibilidade contra o sistema atual do contrato com a rede na tarifa A4 azul com o Mercado Livre, com seus indicadores econômicos e de viabilidade do projeto.

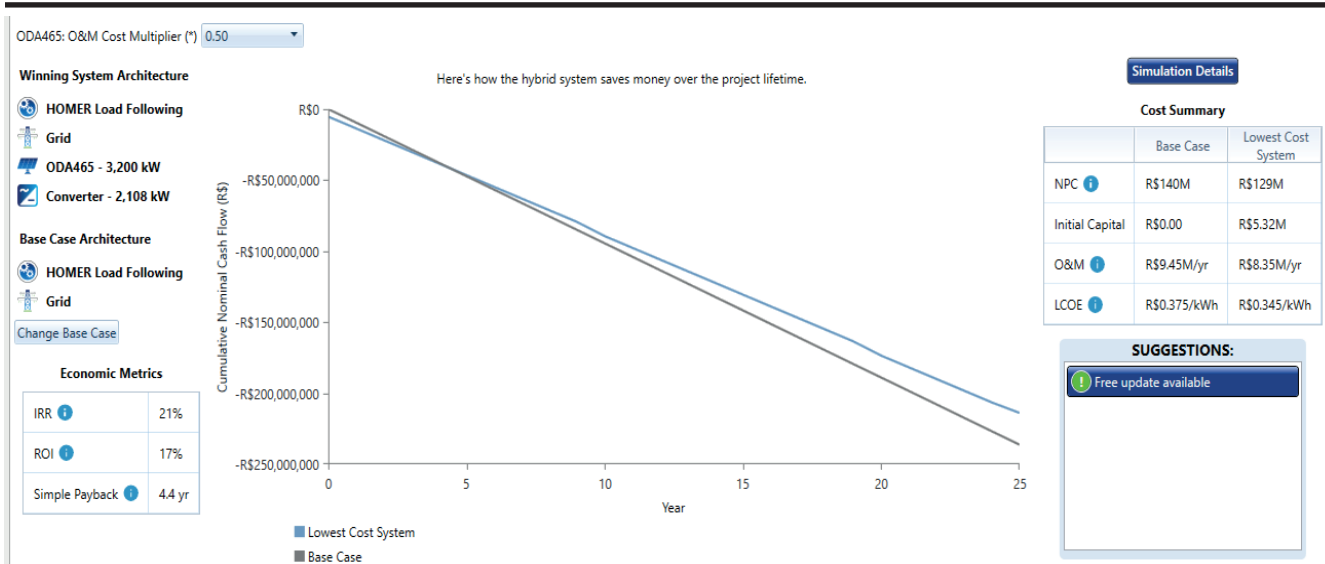


Figura 5 - Resultado da comparação configuração vencedora e sistema atual de rede

Observa-se que os indicadores apresentam uma considerável diferença em relação à simulação com os valores nominais, da Tab. 7, o custo de operação total anual ficaria em R\$ 8,35 milhões nesta condição e isso leva à uma taxa interna de retorno muito mais atraente de 21%, com 17% de retorno do investimento e *payback* simples caindo para 4,4 anos.

Os valores da sensibilidade que foram aplicados pelo *software* para o sistema acima estão apresentados na Tab. 10.

Tabela 10 - Valores da configuração otimizada

Valores do sistema vencedor considerados na sensibilidade								
Custo da energia na rede (R\$/kWh)	Crédito para compensação n rede (kWh)	Multiplicador do Custo painéis fotovoltaicos	Multiplicador do custo de manutenção dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo de substituição dos painéis fotovoltaicos	Multiplicador do Custo Baterias	Multiplicador do custo de manutenção Baterias	Multiplicador do Custo de substituição das Baterias	Inflação anual
0,3148	0	50 %	50 %	50 %	1 %	10 %	10 %	10 %

Uma das conclusões que derivam desta análise é que mesmo com um valor irreal de aquisição das baterias (1% do custo atual do mercado) e mesmo considerando uma redução de 90% no custo de operação e manutenção, mesmo assim, o acréscimo do sistema de armazenamento de energia com baterias não se torna economicamente mais viável do que a utilização somente da rede com o sistema de geração fotovoltaica. Vale ressaltar que neste caso os valores estão combinados com uma redução de 50% dos custos de aquisição, manutenção e substituição dos painéis fotovoltaicos.

## CONCLUSÕES

O que ficou identificado a partir deste estudo é que as tecnologias de geração de energia elétrica por painéis fotovoltaicos, assim como para armazenamento de energia, são viáveis econômica e tecnicamente para se aplicar na empresa estudada, a qual possui perfil de demanda praticamente nivelado, e potencial para empresas similares. Também foi observado que alguns fatores, como a inflação e a taxa de substituição, possuem pouco impacto no custo da energia consumida pela carga, em comparação com as outras variáveis. Em contrapartida a tarifa de consumo por kWh, o próprio custo de aquisição e manutenção das tecnologias de geração fotovoltaica possuem grande influência na modelagem de uma solução deste tipo.

12

Por fim, apesar do potencial de viabilidade técnica-econômica deste tipo de sistema, notou-se um *payback* simples próximo à 8 anos, em relação ao contrato atual e ao perfil de consumo da empresa aqui estudada, e isso pode dificultar a instalação prática deste sistema. Mas, a partir do estudo de sensibilidade, vê-se que no caso de um maior custo da energia proveniente da rede ou no caso de queda nos custos das tecnologias aplicadas, o resultado de retorno do capital pode ser fortemente reduzido. Desta forma é válido afirmar que com o barateamento das tecnologias de armazenamento de energia existentes e a contínua evolução das tecnologias de

painéis fotovoltaicos, a utilização destes sistemas combinados pode ser melhor viabilizada, principalmente para implantação de micro-geração distribuída nas indústrias Brasileiras.

Em trabalhos futuros é recomendada uma análise quanto à utilização de geradores a diesel como opção de modal de geração de energia e baterias de íon de lítio para armazenagem e a aplicação de ganhos intangíveis para este tipo de projeto, como selo verde e marketing de sustentabilidade. Outra recomendação para estudos futuros, para os próprios desenvolvedores do software Homer, é da consideração de multas em caso da ultrapassagem da potência de demanda contratada, visto que existe essa limitação na condiação da versão atual, e da formulação para monetização da demanda. Recomenda-se também, a partir de outra metodologia que não por simulações no software Homer devido as limitações para tal, avaliar a implantação de sistemas de armazenamento de energia exclusivamente para suprir a demanda em horário de ponta.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Controle de Inflação. Taxas de Juros. [Online]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 02-jan-2023.
- BOWEN, Thomas; CHERNYAKHOVSKIY, Ilya; XU, Kaifeng; GADZANKU, Sika; CONEY, Kamyria. Usaid grid-scale energy storage technologies primer. National Renewable Energy Laboratory (2021)
- BRASIL. Diário oficial da união. Publicado em: 07/01/2022 | Edição: 5 | Seção: 1 | Página: 4. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.300-de-6-de-janeiro-de-2022-372467821>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.
- COPEL Distribuição. (2022). Tarifas de energia elétrica. Disponível em: <https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/tarifas-de-energia-eletrica/>. Acesso em 30-dez-2022 às 14:44h.
- FU. Ran; REMO, Timothy; MARGOLIS, Robert. 2018. 2018 U.S. Utility-scale photovoltaics-plus-energy storage system cost benchmark. Golden, CO: National Renewable Energy Laboratory. NREL/TP-6A20-71714. Disponível em: <https://www.nrel.gov/docs/fy19osti/71714.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2022.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 02 jan. 2023.
- KAMIVA, George. Energy Storage Report. International Energy Agency - IEA, Paris (2021). Disponível em: <https://www.iea.org/reports/energy-storage>. Acesso em: 13 de março de 2022.
- KOSKELA, Juha; RAUTIAINEN, Antti; JÄRVENTAUSTA, Pertti. Using electrical energy storage in residential buildings – Sizing of battery and photovoltaic panels based on electricity cost optimization. Applied Energy 239, p1175:1189, 2019.
- LIU, Jia; CHEN, Xi; CAO, Sunliang; and YANG, Hongxing. Overview of hybrid solar photovoltaic electrical energy storage Technologies for power supply to buildings. Energy conversion and management v 187, p 103: 121, 2019.
- LIU, Jia; WANG, Meng; PENG, Jinqing; CHEN, Xi; CAO, Suliang; YANG, Hongxing. Techno-economic design optimization of hybrid renewable energy applications for high-rise residential buildings. Energy Conversion and Management 213, 112868, 2020.
- MACHALEK, Derek; POWELL, Kody. Automated electrical demand peak leveling in a manufacturing facility with short term energy storage for smart grid participation – Journal of manufacturing systems v 52, p 100: 109, 2019.
- MAGAZINE LUIZA. (s.d.). Inversor Solar Fotovoltaico on Grid Inversor 3Q189901000A PVS 120 TL SX2 Full 120 0KW Trifásico 480V 6 MPPT FIMER ABB. <https://www.magazineluiza.com.br/inversor-solar-fotovoltaico-on-grid-inversor-3q189901000a-pvs-120-tl-sx2-full-120-0kw-trifasico-480v-6-mppt-fimer-abb/>. Acesso em julho de 2022.
- MINHA CASA SOLAR. Retirado de – Disponível em: [https://www.minhacasasolar.com.br/produto/bateria-solar-moura-234ah-ms234ah-antiga-220ah-78829?utm\\_source=&utm\\_medium=&utm\\_campaign=&utm\\_parceiro=82&gclid=cj0kcqjw9zgybhcearisaeuxituwubn6jz5luxh1uosx\\_vewa-wsuuftxfzel6mtgmvgqli5vppmd-vaaamjlealw\\_wcb](https://www.minhacasasolar.com.br/produto/bateria-solar-moura-234ah-ms234ah-antiga-220ah-78829?utm_source=&utm_medium=&utm_campaign=&utm_parceiro=82&gclid=cj0kcqjw9zgybhcearisaeuxituwubn6jz5luxh1uosx_vewa-wsuuftxfzel6mtgmvgqli5vppmd-vaaamjlealw_wcb). Acesso em: julho de 2022.
- S.A, Neosolar. Pannel Solar Fotovoltaico 465W OSDA ODA-465 36V MH. Neosolar. Disponível em: [https://www.neosolar.com.br/loja/pannel-solar-fotovoltaico-465w-osda-oda-465-36v-mh.html?gclid=cj0kcqjwidswbhddarisaiotvb1xtsbakmmaf4rnz0zxvtsnmpai3nbrrrzl9pese90xfu2iozsrwaatn4ealw\\_wcb](https://www.neosolar.com.br/loja/pannel-solar-fotovoltaico-465w-osda-oda-465-36v-mh.html?gclid=cj0kcqjwidswbhddarisaiotvb1xtsbakmmaf4rnz0zxvtsnmpai3nbrrrzl9pese90xfu2iozsrwaatn4ealw_wcb). Acesso em julho-2022.
- SANDIA. Doe global energy storage database. Disponível em: <https://www.sandia.gov/ess-ssl/gesdb/public/statistics.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

- TAHIR, Muti ur Rehman; AMIN, Adil; BAIG, Ateeq Ahmed; MANZOOR, Sajjad; HAQ, Anwar Ul; AS-GHA, Muhammad Awais e KHAWAJA, Wahab Ali Gulzar. Design and optimization of grid integrated hybrid on site energy generation system for rural area in AJK-Pakistan using HOMER software. AIMS Energy v051, p1113:1135, 2021.
- VENKATARAMAN, S.; ZIESLER, Chris; JOHNSON, Peter; KEMPEN, Stephanie Van. Integrated Wind, Solar, and Energy Storage. *ieee power & energy magazine* 1540-7977/18 p74:83, 2018.
- YANG, Changhui; SUN, Tianyi. Economic efficiency evaluation of distributed photovoltaic-energy storage hybrid system based on the Dynamic load – IMMS 2019: Proceedings of the 2019 2nd international conference on information management and management sciences p 213: 218, 2019.
- ZHU, K; LI, X; CAMPANA, P; LI, H; YAN, J. Techno-economic feasibility of integrating energy storage systems in refrigerated warehouses. *Applied Energy* 216, p348:357, 2018.

## TECHNICAL-ECONOMIC FEASIBILITY STUDY FOR THE INSERTION OF PHOTOVOLTAIC SYSTEMS AND ENERGY STORAGE IN A BRAZILIAN INDUSTRY

**Abstract.** *This paper discusses alternative ways to reduce the cost of electricity in companies in the industrial sector, focusing on the technical-economic feasibility analysis, which depends on factors such as cost of components, legislation, and technological advances. Recent studies show that the technical-economic viability has become increasingly favorable for the use of renewable energies, especially for residential consumers, but that there are still challenges to be overcome in the case of scenarios with storage. The study analyzed the technical-economic viability of installing a hybrid system of electric power generation, composed of photovoltaic panels and battery storage, in an industry. The company's current contract in the free market was compared with other concessionaire tariffs, and it was verified that the current contract is less favorable for the installation of the alternative system due to the low cost of energy available. The most viable option was identified as a hybrid system composed of the electrical grid plus 3,200 kW of installed photovoltaic energy and a current converter, which indicates that the system is feasible both technically and economically. However, the payback was considered long, which may hinder its implementation in practice. The study suggests, based on the sensitivity analysis, that with the cheaper technologies for photovoltaic panels, the increase in their efficiency and the variability in the price of energy tariffs, the implementation of distributed microgeneration in Brazilian industries can be better made possible.*

**Keywords:** *Photovoltaic generation, Energy storage, Binomial pricing.*



## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES ATRAVÉS DO CURSO CUIDADORA DE IDOSOS OFERTADO A PARTIR DO PROJETO SABER CUIDAR - FORMAÇÃO CIDADÃ PARA AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES NO IFSP - CÂMPUS ARARAQUARA NOS ANOS DE 2017 A 2019

Juliana Lopes Ruiz<sup>1</sup>

Paulo Roberto Barbosa Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a formação profissional de mulheres, especificamente, o Projeto Saber Cuidar - formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres, conhecido informalmente como Projeto Cuidadora de Idosos ou Curso Cuidadora de Idosos. O objetivo é descrever as percepções de 30 mulheres egressas dos cursos de formação profissional de Cuidadora de Idosos ofertados nos anos de 2017, 2018 e 2019 no IFSP - Campus Araraquara. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, aplicando o estudo descritivo através das entrevistas. Os dados apurados revelam que as mulheres egressas do IFSP – Câmpus Araraquara concordam que Curso Cuidadora de Idosos foi e é importante para a inserção das concluintes no mundo do trabalho e para melhorar sua condição social. Além disso, elas acreditam ser de extrema relevância que o IFSP – Câmpus Araraquara tenha o seu próprio programa de formação profissional de mulheres.

**Palavra-chave:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP. Projeto Cuidadora de Idosos. Formação profissional de mulheres.

### ABSTRACT

The object of study of this article is the professional training of women, specifically the Know How to Care Project - citizen training for autonomy and income generation for women, informally known as the Elderly Caregiver Project or Elderly Caregiver Course. The objective is to describe the perceptions of 30 women who graduated from professional training courses for Caregivers for the Elderly offered in the years 2017, 2018 and 2019 at IFSP - Campus Araraquara. The methodology adopted was the qualitative and quantitative approach, applying the descriptive study through interviews. The collected data reveal that the women who graduated from the IFSP – Campus Araraquara agree that the Elderly Caregiver Course was and is important for the insertion of the graduates in the world of work and to improve their social condition. In addition, they believe it is extremely important that the IFSP – Campus Araraquara has its own professional training program for women.

**Keywords:** Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo-IFSP. Professional training of women. The Elderly Caregiver Project.

## 1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é a formação profissional de mulheres, especificamente, o Projeto Saber Cuidar - formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres, conhecido informalmente como Projeto Cuidadora de Idosos ou Curso Cuidadora de Idosos, o qual foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP – Câmpus Araraquara entre os anos de 2017 a 2019. Assim sendo, o objetivo principal deste artigo é descrever as percepções de 30 mulheres egressas dos cursos de formação profissional de Cuidadora de Idosos ofertados nos anos de 2017, 2018 e 2019 no IFSP - Campus Araraquara.

As entrevistas com o grupo de 30 mulheres egressas dos cursos de Cuidadora de Idosos, realizados no IFSP – Câmpus Araraquara nos anos de 2017, 2018 e 2019, ocorreram em fevereiro e março de 2021, via telefone, e as respostas das entrevistadas foram gravadas para as devidas análises.

Os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica surgem buscando edificar um novo paradigma de educação profissional. Conforme descrito na Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 2º, “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 2008, s.p.). Além disso, no artigo 7º desta mesma lei, consta que os institutos federais têm como

1 Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana. Professora do IFSP – Câmpus Araraquara.

2 Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana. Orientador. Professor do Senac-PE.



objetivo “[...] ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.” (BRASIL, 2008, s.p.).

Logo, o Projeto Cuidadora de Idosos ou Curso Cuidadora de Idosos é uma iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Araraquara, que visa oferecer uma formação profissional e cidadã para mulheres, com idades entre 18 e 55 anos, em situação de vulnerabilidade social, que desejam atuar como cuidadoras de idosos. O curso é gratuito e presencial, e tem duração de 5 meses, com carga horária total de 160 horas, sendo 80 horas de formação básica e 80 horas de formação específica. O requisito básico para se matricular no curso é possuir o ensino fundamental incompleto. O curso aborda temas como: direitos humanos, cidadania, saúde, envelhecimento, cuidados básicos com o idoso, primeiros socorros, comunicação e relações interpessoais, entre outros. O projeto além de inserir as alunas no mercado de trabalho, busca incentivar a continuidade dos estudos.

Portanto, o Curso Cuidadora de Idosos é uma oportunidade para as mulheres se qualificarem profissionalmente, melhorarem sua condição socioeconômica e atender um mercado em alta, que precisa cada vez mais de mão de obra especializada, para atender o crescente número de idosos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP tem mais de cem anos de história, sendo fundado em 1909 como Escola de Aprendizes e Artífices. Posteriormente, foi chamado de Escola Técnica Federal de São Paulo, passando para Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo e transformando-se em IFSP em dezembro de 2008.

Atualmente é formado por uma Reitoria e cinco Pró-reitorias (Pró-reitoria de Administração, Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão e Pró-reitoria de Pesquisa) com sede no município de São Paulo/SP - BRASIL e mais de 30 câmpus espalhados por todo o estado, oferecendo um ensino público, gratuito e de qualidade, incluindo cursos de ensino médio, técnico, de nível superior e de pós-graduação.

O Projeto Político Pedagógico do IFSP – 2015-219 destaca que:

[...] a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

[...] Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o. (IFSP, 2016, p. 12).

Para tanto, além dos cursos que possibilitam a elevação de escolaridade, o IFSP também desenvolve atividades de pesquisa e de extensão. As atividades de extensão possibilitam a troca entre os membros internos da instituição, servidores e alunos, e a comunidade externa, tendo um importante papel social e sendo, em muitas vezes, poderosas ferramentas para a transformação de grupos fragilizados através da qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

A Pró-reitoria de Extensão é responsável por desenvolver e possibilitar a realização de ações de extensão nos diversos câmpus do IFSP. Segundo a portaria 2.968 de 24 de agosto de 2015, a qual regulamenta as ações de extensão do IFSP, as ações de extensão são:

[...] uma via de mão dupla com a sociedade, que proporcionada a relação de diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, enriquecendo o processo educativo e possibilitando a formação de consciência crítica tanto da comunidade interna do IFSP (docentes, discentes e técnicos-administrativos), quanto dos diversos atores sociais envolvidos. (IFSP, 2015, p. 2).

Com isso, a Pró-reitoria vem se preocupando, entre outras coisas, com as questões relacionadas com mulheres em situação de vulnerabilidade, propondo, a partir do Programa Mulheres Mil, um programa de formação profissional exclusivamente para mulheres, o Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres do IFSP.

O Programa Mulheres Mil foi implementado no Brasil pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) entre 2007 e 2011, com o apoio do governo canadense. Esse programa contribui para a promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra a mulher e acesso à educação. Além disso, o programa visa a erradicação da extrema pobreza e da fome, a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental, estando estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

O programa tem uma metodologia própria, denominada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, a qual está voltada para as especificidades das mulheres que serão contempladas e dos locais onde estão inseridas. Desta forma, tem como princípio a valorização dos conhecimentos prévios dessas mulheres, estando de acordo com as ideias de Piaget, o qual sugere que um novo conhecimento só pode ser construído a partir da existência de uma estrutura cognitiva prévia, a qual será modificada a partir da assimilação de um novo conhecimento.

O Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres do IFSP fundamenta-se na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil do Governo Federal do Brasil. Desta forma, cada projeto aprovado e contemplado pelo edital desenvolveu um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) que melhor atenderia às demandas das mulheres e das comunidades envolvidas. Além disso, a fim de contribuir com o processo de permanência e êxito das alunas, foi disponibilizado um auxílio estudantil para os gastos com transporte e alimentação.

Nesses quatro anos de existência (2016 a 2019), o Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres do IFSP atendeu aproximadamente 400 mulheres em situação de vulnerabilidade social e com pouca ou nenhuma escolaridade, sendo que o Projeto *Saber Cuidar: Formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres (Curso Cuidadora de Idosos)* atendeu mais de 60 dessas mulheres.

Verifica-se que o IFSP tem um papel fundamental na formação da mão-de-obra qualificada. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP - 2009-2013 (2008, p. 40):

A oferta de cursos estará sempre em sintonia com os arranjos produtivos, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegiará a oferta de cursos técnicos e licenciaturas e de graduação na área tecnológica.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores o IFSP, atuará na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Deverá atuar no desenvolvimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada campus, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

Sendo assim, a Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas, sempre com o foco no desenvolvimento social da nação, sem desprezar os anseios das comunidades locais.

### 3 METODOLOGIA

A técnica utilizada para coletar dados foi a pesquisa de campo, a qual foi realizada a partir de entrevistas sobre a importância do Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP e do Projeto Saber Cuidar - Cuidadora de Idosos.

As entrevistas foram aplicadas a 30 egressas dos cursos de Cuidadora de Idosos realizados no IFSP - Câmpus Araraquara nos anos de 2017, 2018 e 2019. As entrevistas ocorreram em fevereiro e março de 2021 via telefone e as respostas das entrevistadas foram gravadas e analisadas posteriormente.

O método para realização das análises e interpretações dos dados foi através da abordagem qualitativa, em que os dados numéricos foram descritos detalhadamente, através de gráficos, quadros e tabelas, ou seja, aplicou-se a estatística descritiva. Nesta fase, foi possível fazer inferências com os dados estatísticos, integrando-os com os dados qualitativos. No enfoque misto, Sampieri; Collado; Lucio (2013, p. 567) explicam que: “A interpretação final é o produto da integração e comparação de resultados qualitativos e quantitativos.”

Para tanto, foram construídos uma base de dados qualitativos e outra base de dados quantitativos, que foram comparadas, integradas, analisadas e interpretadas. Sampieri; Collado; Lucio (2013, p. 567) enfatizam que: “Em ambas as modalidades, os dados e resultados quantitativos ajudam o pesquisador na interpretação das descobertas de ordem qualitativa.”

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a apresentação desse capítulo com a caracterização das 30 mulheres egressas dos cursos de formação profissional de Cuidadora de Idosos ofertados nos anos de 2017, 2018 e 2019 no IFSP - Câmpus Araraquara.

A tabela 1 apresenta a distribuição das egressas pesquisadas por faixa etária.

Tabela 1 – Distribuição das egressas pesquisadas por faixa etária

Faixa etária pesquisada	Quant.	%
21  --- 26 anos	02	07%
26  --- 31 anos	00	00%
31  --- 36 anos	05	17%
36  --- 41 anos	05	17%
41  --- 46 anos	04	13%
46  --- 51 anos	06	20%
51 --- 56 anos	04	13%
56  --- 61 anos	04	13%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Como apresentado pela tabela 1, 46% (14 mulheres) têm 46 anos ou mais, sendo que a maioria dessas mulheres se encontra na faixa etária entre 46 e 51 anos (20%). Apenas 02 delas (07%) possuem idade inferior a 31 anos, as quais se encontram na faixa etária entre 21 e 26 anos. As demais mulheres se encontram divididas entre as faixas etárias de 31 a 36 anos e de 36 a 41 anos, representando 17% da amostra (05 mulheres) em cada faixa etária.

Na tabela 2 é possível verificar a distribuição das egressas pesquisadas por cor.

Tabela 2 – Distribuição das egressas pesquisadas por cor

Cor	Quant.	%
Branca	08	27%
Negra	10	33%
Morena	02	07%
Parda	10	33%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

A partir dessa tabela, ficou demonstrado que 08 mulheres se autodeclararam brancas (27%), 10 se autodeclararam negras (33%), 02 se autodeclararam morenas (07%) e 10 se autodeclararam pardas (33%).

A tabela 3 apresenta a distribuição das egressas pesquisadas por renda familiar.

4

Tabela 3 – Distribuição das egressas pesquisadas por renda familiar

Renda Familiar (Reais)	Quant.	%
0 a 1.000	12	40%



1.001 a 2.000	14	47%
2.001 a 3.000	02	07%
3.001 a 4.000	01	03%
4.001 a 5.000	01	03%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Como apresentado na tabela acima, a maioria das mulheres (87%) possui renda familiar entre 0 e 2.000 reais. Dessas mulheres, 12 (40%) possuem renda familiar entre 0 e 1.000 reais, 14 (47%) possuem renda familiar entre 1001 e 2.000 reais, 02 (07%) possuem renda familiar entre 2.001 e 3.000 reais, 01 (03%) possui renda familiar entre 3.001 e 4.400 reais e 01 (03%) possui renda familiar entre 4.001 e 5.000 reais.

Em seguida, será apresentada a distribuição das egressas pesquisadas por escolaridade, conforme exposta pela tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição das egressas pesquisadas por escolaridade

Escolaridade	Quant.	%
Ensino Fundamental Incompleto	03	10%
Ensino Fundamental Completo	04	14%
Ensino Médio Incompleto	01	03%
Ensino Médio Completo	21	70%
Ensino Técnico	01	03%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Conforme consta na tabela 6, a maioria das mulheres possui o Ensino Médio Completo, as quais representam 70% da amostra (21 mulheres). Os demais 30% da amostra estão divididos em Ensino Fundamental Incompleto (10% - 03 mulheres), Ensino Fundamental Completo (14% - 04 mulheres), Ensino Médio Incompleto (03% - 01 mulher) e Ensino Técnico (03% - 01 mulher).

A tabela 5 exibe a distribuição das egressas pesquisadas por ano de conclusão do Curso Cuidadores de Idosos.

Tabela 5 – Distribuição das egressas pesquisadas por ano de conclusão do Curso Cuidadores de Idosos

Ano de Conclusão do Curso	Quant.	%
2017	07	24%
2018	10	33%
2019	13	43%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

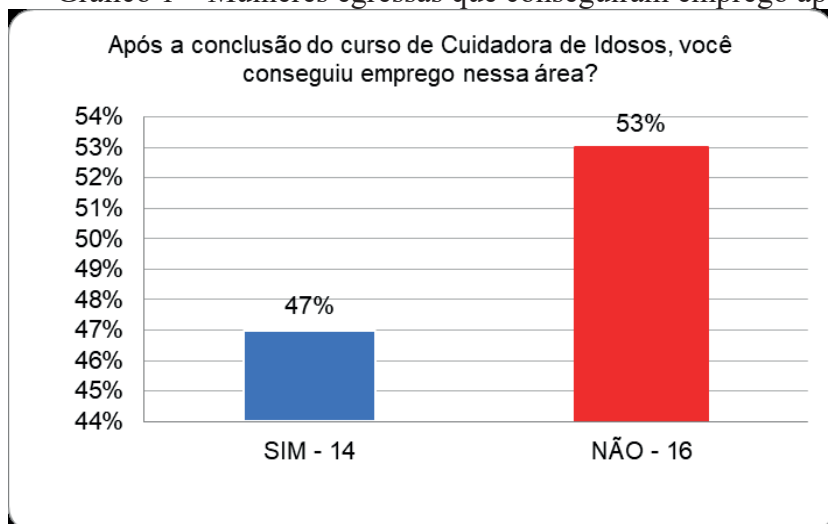
5

Conforme tabela acima, tem-se que 43% das mulheres (13 mulheres) entrevistadas concluíram o curso no ano de 2019, 33% (10 mulheres) no ano de 2018 e 24% (07 mulheres) no ano de 2017.

A seguir, temos as percepções das 30 mulheres egressas dos cursos de formação profissional de cuidadora de idosos quanto as perguntas da entrevista.

A primeira pergunta feita para as 30 entrevistadas procurou saber se, após a conclusão do curso de Cuidadora de Idosos, as pesquisadas conseguiram emprego nessa área, conforme mostrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Mulheres egressas que conseguiram emprego após o término do curso



Fonte: Autoria própria, 2021.

Conforme o gráfico acima, o número de mulheres que não conseguiram emprego após o término do curso foi maior do que o número de mulheres que foram empregadas, as quais representam, respectivamente, 53% (16 mulheres) e 47% (14 mulheres) da amostra.

A partir dessa primeira pergunta, houve três novas perguntas relacionadas à conquista de emprego: duas direcionadas às mulheres que conseguiram emprego e uma às mulheres que não conseguiram emprego.

Desta forma, a tabela 6 apresenta o resultado referente à primeira pergunta direcionada exclusivamente às mulheres que conseguiram emprego, a qual procurou saber quanto tempo elas levaram para serem empregadas.

Tabela 6 – Tempo que as mulheres egressas levaram para conseguiram emprego após o término do curso

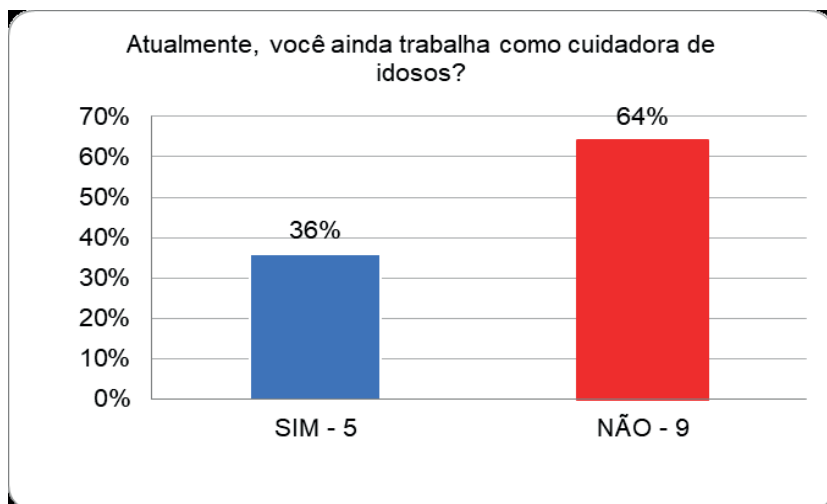
Quanto tempo você levou para encontrar um emprego após o término do curso?	Quant.	%
Já trabalhava antes de iniciar o curso	02	14%
Conseguiu emprego ainda durante o curso	01	07%
0 a 1 mês	03	22%
1 a 3 meses	01	07%
3 a 6 meses	03	22%
6 a 9 meses	01	07%
9 a 12 meses	00	00%
1 ano	01	07%
2 anos	02	14%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Como consta na tabela 8, dentre as mulheres que conseguiram emprego, a maioria estava empregada após no máximo 6 meses do término do curso, representando 58% da amostra (08 mulheres). Duas (14% da amostra) disseram que já trabalhavam na área antes de iniciar o curso e duas (14% da amostra) conseguiram emprego apenas depois de 2 anos após o término do curso.

A segunda pergunta feita direcionada exclusivamente às mulheres que conseguiram emprego após o término do curso procurou saber se elas ainda se encontravam empregadas. As respostas foram apresentadas no gráfico 2.

Gráfico 2 – Mulheres que se encontravam empregadas no momento da entrevista



Fonte: Autoria própria, 2021.

Como demonstrado no gráfico 2, no momento da entrevista 36% das mulheres (05 mulheres) que conseguiram emprego após o término do curso, ainda se encontravam empregadas. Em contrapartida, 64% das mulheres (09 mulheres) entrevistadas não estavam trabalhando por alguns motivos, conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 – Motivos das mulheres não estarem empregadas no momento da entrevista

Motivos das mulheres não estarem trabalhando como cuidadora de idosos.	Quant.	%
Trabalhando como Técnica em Enfermagem	01	11%
Parou por conta da pandemia	02	22%
Parou para trabalhar na prevenção contra a Dengue	01	11%
Parou para participar do processo eleitoral	01	11%
Foi dispensada e não retornou por conta da pandemia	04	45%
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Nota-se que 06 mulheres (67% da amostra) mencionaram a pandemia do COVID – 19 como motivo para não estarem mais empregadas. As demais mulheres, 33% da amostra, resolveram deixar de trabalhar como cuidadora de idosos para seguirem outros projetos. Uma mulher passou a trabalhar como técnica em enfermagem, outra participou do projeto da prefeitura para a prevenção contra a dengue e outra participou do processo eleitoral como candidata a vereadora.

Na tabela 8, estão apresentadas as respostas dadas pelas 16 mulheres entrevistadas que não conseguiram emprego após o término do curso. Essa pergunta procurou saber o motivo pelo qual essas mulheres não conseguiram um emprego na área do curso de formação realizado.

Tabela 8 – Motivo pelo qual as mulheres não conseguiram emprego após o término do curso

Qual foi o principal motivo de não conseguir um emprego como cuidadora de idosos?	Quant.	%
Não chegou a procurar emprego, pois fez o curso para cuidar de familiares.	02	12,5%
Não chegou a procurar emprego, pois não se sentiu segura para realizar a função.	01	6,25%
Desistiu de procurar emprego, pois queria ser apenas uma acompanhante e não cuidadora	01	6,25%
Acredita que não tenha conseguido emprego por ser de outra cidade e esse ser um trabalho que necessita de indicação.	01	6,25%



Acredita que não conseguiu emprego por essa ser uma área muito concorrida.	01	6,25%
Acredita que não conseguiu emprego por já estar trabalhando na área de limpeza.	01	6,25%
Acredita que não conseguiu emprego devido à vantagem que os Técnicos em Enfermagem têm para ocupar as vagas.	01	6,25%
Acredita que não conseguiu emprego por conta da pandemia.	06	37,5%
Acredita que não conseguiu emprego por não ter experiência.	01	6,25%
Acredita que não conseguiu emprego por conta da idade.	01	6,25%
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria, 2021.

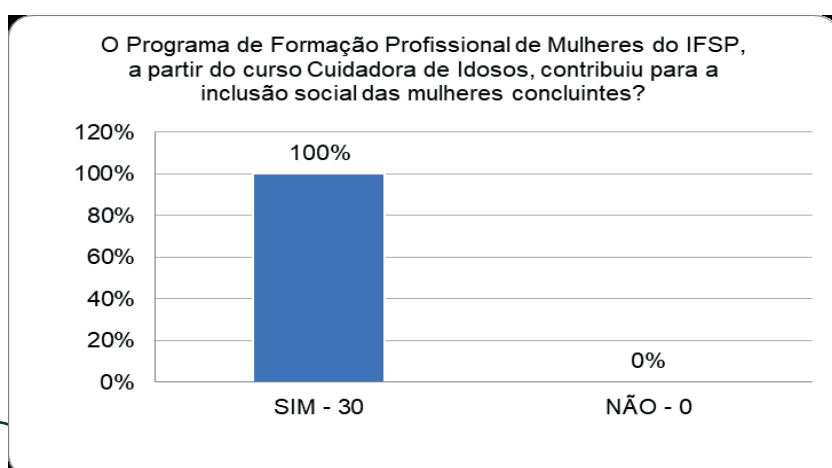
Conforme demonstrado na tabela 8, houve diferentes motivos pelos quais as mulheres não conseguiram emprego após o término do curso de Cuidadora de Idosos.

Dentre eles, destaca-se que 03 mulheres não chegaram a procurar emprego, pois fizeram o curso por questões familiares ou não se sentiram seguras para a realização do trabalho. Além disso, uma das mulheres que não conseguiu ser empregada, disse que desistiu de procurar emprego, devido a função não ser exatamente o que ela esperava. Desta forma, tem-se que 25% das mulheres (04 mulheres) não conseguiram emprego por não terem procurado ou por terem desistido de o fazer.

Destaca-se também o fato de 37,5% dessas mulheres (06 mulheres) terem mencionado a pandemia do COVID – 19 como fator para não terem conseguido emprego, valendo ressaltar que das 14 mulheres que conseguiram emprego após o término do curso, 05 se formaram no ano de 2017, 05 no ano de 2018 e 04 no ano de 2019, representando, respectivamente, 57, 50 e 23% das mulheres pesquisadas que se formaram em cada ano. Nota-se, dessa forma, que o número de mulheres que se formaram no ano de 2019, ou seja, pouco antes do início da pandemia, e que conseguiram emprego, foi proporcionalmente o mais reduzido. Sendo assim, fica clara a interferência da pandemia na conquista de emprego e também na permanência dessas mulheres no emprego, conforme demonstrado na tabela 16.

A segunda pergunta feita para as 30 entrevistadas procurou saber se o Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP, a partir do curso Cuidadora de Idosos, contribuiu para a inclusão social das mulheres concluintes, conforme mostrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Contribuição do Programa de Formação de Mulheres do IFSP para inclusão social das mulheres concluintes



8

Fonte: Autoria própria, 2021.

Observa-se que 100% das entrevistadas concordaram que o curso de Cuidadora de Idosos contribuiu para a sua inclusão social. O quadro 1 apresenta alguns depoimentos das mulheres entrevistadas sobre a contribuição do Programa de Formação de Mulheres do IFSP para sua inclusão social.

Quadro 1 – Depoimentos das mulheres entrevistadas sobre a contribuição do Programa de Formação de Mulheres do IFSP para sua inclusão social



DEPOIMENTOS DAS MULHERES ENTREVISTADAS
“Ter um certificado é muito importante para a busca de emprego.”
“As mulheres adquiriram mais conhecimento.”
“As mulheres conseguiram emprego.”
“Trouxe independência e autonomia para as mulheres.”
“As mulheres aprenderam sobre os seus direitos.”
“Contribuiu para que as mulheres dessem continuidade aos estudos.”
“As mulheres puderam cuidar melhor de seus familiares.”
“As mulheres puderam cuidar melhor da sua própria saúde.”
“As mulheres passaram a se valorizar mais e ter sua autoestima elevada.”
“Fez com que as mulheres resgassem o seu lado mais humano.”

Fonte: Autoria própria, 2021.

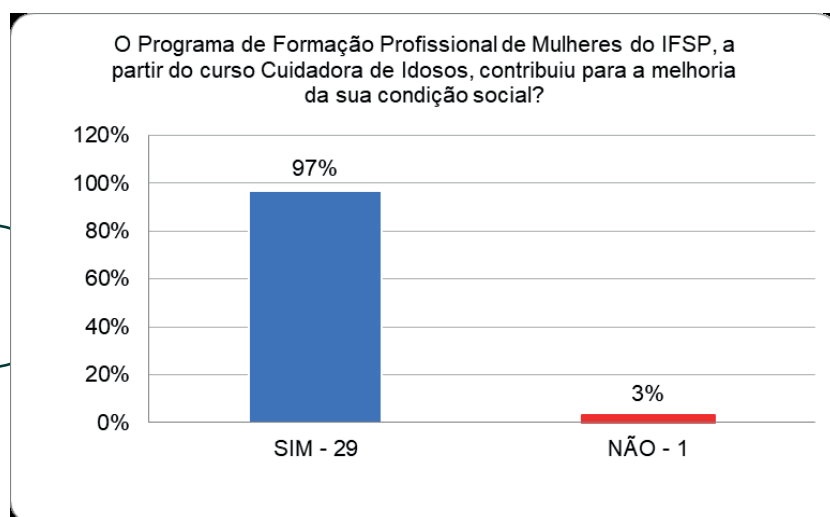
Conforme o quadro 1, o Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP promoveu a inclusão social das mulheres por diversos motivos, dentre eles foram citados a conquista de um certificado, de um emprego, de independência e autonomia, além da valorização dessas mulheres e do aumento da autoestima delas. Também são motivos para as mulheres se perceberem mais incluídas socialmente, o fato delas terem adquirido mais conhecimento, passarem a saber sobre os seus direitos e por terem dado continuidade aos estudos.

Tavares e Araujo (2018), ao se referirem ao Programa Mulheres Mil, programa de formação profissional de mulheres desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC, dizem que esse programa interfere positivamente na vida das mulheres que participam do mesmo. Para além da nova possibilidade de emprego a partir da formação adquirida, essas mulheres passam a ser donas da sua própria história, valendo dizer que:

Empoderamento, autonomia, autoestima elevada, são fatores comuns que se destacam nos estudos do Programa. E estes fatores, por si só, talvez já bastassem para a melhoria na vida das mesmas, pois podem ser o ponto de partida, para que se sintam motivadas a seguir em frente em busca de uma qualificação mais consistente, se assim desejarem. (TAVARES E ARAUJO, 2018, p. 8).

A terceira pergunta procurou saber se o Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP, a partir do curso Cuidadora de Idosos, contribuiu para a melhoria da condição social das 30 mulheres entrevistadas, conforme mostrado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Percepção das mulheres entrevistadas sobre a melhoria de sua condição social após a conclusão do curso Cuidadora de Idosos



Fonte: Autoria própria, 2021.

Como demonstrado no gráfico 4, apenas 01 entrevistada (03%) disse não ter tido nenhuma melhora em sua condição social, após o término do curso Cuidadora de Idosos, enquanto que 29 entrevistadas (97%) afirmaram que sua condição social melhorou, após a realização do curso Cuidadora de Idosos. O quadro 2 apresenta alguns depoimentos das entrevistas.

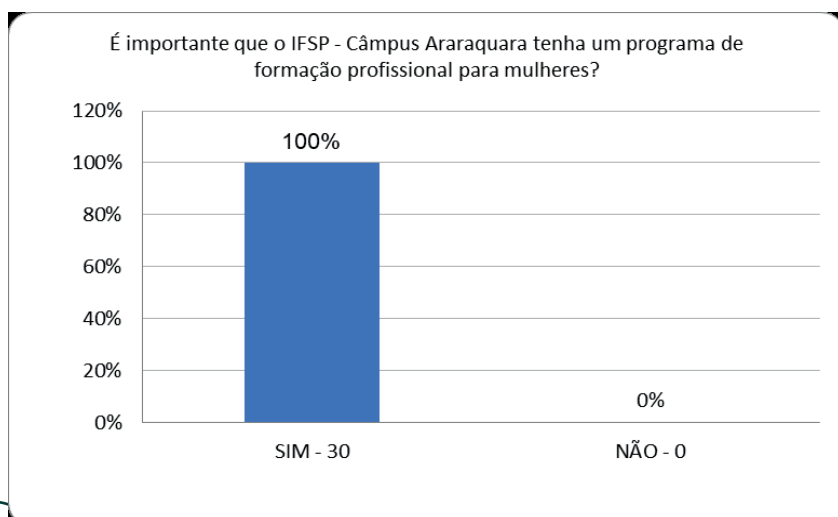
Quadro 2 – Depoimentos das mulheres entrevistadas sobre a melhoria de sua condição social após a realização do curso Cuidadora de Idosos

DEPOIMENTOS DAS MULHERES ENTREVISTADAS
“Consegui um emprego.”
“Me senti mais independente.”
“Ter um certificado ajuda bastante na busca de emprego.”
“Me senti mais valorizada.”
“Minha autoestima melhorou.”
“Contribui para que as mulheres dessem continuidade aos estudos.”
“Passei a me cuidar melhor.”
“Houve uma melhoria na minha renda.”
“Me incentivou a continuar estudando.”
“Adquiri mais conhecimento.”
“Com a nova renda pude contratar alguém para cuidar do meu filho.”

Fonte: Autoria própria, 2021.

A quarta pergunta realizada às mulheres entrevistadas procurou saber se elas acreditavam ser importante o IFSP – Câmpus Araraquara ter um programa de formação profissional para mulheres, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Importância do IFSP – Câmpus Araraquara ter um programa de formação profissional para mulheres



Fonte: Autoria própria, 2021.

Como mostra o gráfico acima, todas as mulheres entrevistadas entendem ser importante que o IFSP – Câmpus Araraquara tenha um programa de formação profissional para mulheres, o Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP - Câmpus Araraquara. O quadro 3 apresenta alguns depoimentos das entrevistas.

Quadro 3 – Depoimentos das mulheres entrevistadas sobre a importância do IFSP – Câmpus Araraquara ter um programa de formação profissional para mulheres

DEPOIMENTOS DAS MULHERES ENTREVISTADAS
“Pois o IFSP é um lugar conceituado e iria ajudar bastante as mulheres que estão buscando emprego.”
“Pois é um programa que ajuda as mulheres tanto na busca de emprego como psicologicamente.”
“Pois é fundamental ter cursos gratuitos para a população de baixa renda.”
“Pois com esse programa a mulher conhece os seus direitos.”
“Pois com esse programa a mulher passa a se valorizar mais.”
“Pois é muito difícil para a mulher encontrar emprego.”
“Pois com esse programa as mulheres melhoram sua autoestima.”
“Pois um programa como esse facilita a participação das mulheres em cursos de formação.”
“Pois um programa como esse possibilita a independência da mulher.”
“Pois um programa como esse contribui para que a mulher se cuide melhor.”
“Pois existe muita desigualdade entre homem e mulher.”

Fonte: Autoria própria, 2021.

A partir dos depoimentos das mulheres entrevistadas apresentados no quadro 3, vê-se diferentes motivos pelos quais elas entendem ser importante o IFSP – Câmpus Araraquara ter um programa de formação profissional para mulheres, sendo eles: contribuir para a igualdade entre homens e mulheres; contribuir para independência e melhora da autoestima de mulheres; contribuir na busca de emprego de mulheres, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostra a importância dos cursos de formação profissional para a inserção das pessoas no mundo do trabalho. Quando se fala em cursos de formação profissional específicos para mulheres, eles passam a ter uma importância ainda maior, devido a todo o contexto histórico de discriminação e desvalorização que esse grupo social sofreu e ainda sofre atualmente.

A profissionalização das mulheres desempregadas se mostra fundamental para a sua (re)inserção no mercado de trabalho, enquanto que para as empregadas é uma forma de conseguirem uma melhor posição nesse mercado, possibilitando que essas mulheres tenham uma melhor qualidade de vida, saindo muitas vezes de uma situação de vulnerabilidade social, o que é o caso de muitas delas.

Os dados apurados revelam que as mulheres egressas do IFSP – Câmpus Araraquara concordaram que o Projeto Saber Cuidar - formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres (Curso Cuidadora de Idosos) foi e é importante para a inserção das concluintes no mundo do trabalho e para melhorar sua condição social.

11

Além disso, verifica-se que as mulheres entrevistadas acreditam ser de extrema relevância que o IFSP – Câmpus Araraquara tenha o seu próprio programa de formação profissional de mulheres.

Portanto, um programa social específico para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, como é o caso do Programa Mulheres Mil e do Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP, é de extrema relevância, uma vez que, para além da inserção dessas mulheres no mundo do trabalho, o programa possibilita a inclusão social desse grupo desfavorecido, a transformação delas em cidadãs autônomas, conhecedoras dos seus direitos e de suas potencialidades, além do aumento da autoestima e valorização dessas mulheres.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 03 de ago. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013)**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/pdi-2009-2013.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria N° 2.968, de 24 de agosto de 2015**. Regulamento das Ações de Extensão - IFSP. São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/prx/NormasManuais/2015\\_Portaria\\_2968\\_Regulamenta\\_as\\_aes\\_de\\_extenso.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/prx/NormasManuais/2015_Portaria_2968_Regulamenta_as_aes_de_extenso.pdf). Acesso em: 11 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmpus Araraquara. **Projeto Político-Pedagógico – PPP – 2015 - 2019**. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://www.arq.ifsp.edu.br/phocadownload/ppp/2016/PROJETO\\_POLITICO\\_PEDAGGICO\\_ARARAQUARA.pdf](https://www.arq.ifsp.edu.br/phocadownload/ppp/2016/PROJETO_POLITICO_PEDAGGICO_ARARAQUARA.pdf). Acesso em: 21 jul. 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

TAVARES, P. M. & ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, São Paulo, V. 4, ed. especial, artigo nº 758, p. 1-12, fev., 2018, e-ISSN: 2525-7870. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/758/416>. Acesso em: 07 jul. 2021.



## FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFESSORAL DOCENTE

Autor<sup>1</sup>, *Cleoni Maria Barboza Fernandes*

Autor<sup>2</sup>, *Raquel da Costa Rosa*

### RESUMO:

O presente artigo visa a reflexão sobre a formação e valorização do profissional docente na sociedade. Assim como, no decorrer do texto, se faz uma discussão acerca dos anseios dos alunos, futuros professores. Ainda transita no tema da valorização desse profissional, e como este é importante para a construção de cidadãos reflexivos. Ao final da escrita, se faz considerações sobre o profissional docente e sua suma importância na sociedade.

**Palavras-chave:** Formação, Valorização, Docente, Reflexão

## 1. INTRODUÇÃO

Acreditamos que a educação é o caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária, a qual muitos de nós sonhamos. Para isto acontecer, é necessário percorrer um caminho árduo, que às vezes é diferente do imaginado, essa construção é constante.

Para Flores (2010) “Os alunos futuros professores/as entram nos programas de formação inicial de professores à espera que lhes digam como devem ensinar”. Entretanto, para aprender e ensinar não existe fórmula mágica, pois é um processo, que exige esforço e dedicação. Em consonância, Freire (2014) diz que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. E para Flores, (2010) ensinar implica a “aquisição de destrezas e de conhecimentos técnicos”

Assim sendo, é durante a graduação que ocorre a transformação, de discente para docente, que segundo Flores (2010) é quando se forma uma nova identidade, que exige um novo papel institucional, onde será necessário, preparo, compromisso; envolvimento e responsabilidade. Para Nóvoa (2006) “é fundamental consolidar as bases de uma formação que tenha como referência lógica de acompanhamento, de formação-em-situação, de análise da prática e de integração na cultura profissional docente”. Ainda para tal autor,

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista a construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA,1992, p. 25).

Considerando que os autores estão relatando de uma articulação entre teoria e prática, que desenvolveria, habilidades e competências necessárias para uma formação sólida dos candidatos a docência. É possível, analisar que elas não são trabalhadas durante a graduação, provavelmente por causa do currículo e a dicotomia entre teoria e prática, pois, eles servem de obstáculos para uma formação mais centrada no desenvolvimento profissional dos futuros professores/as conforme explica Flores (2010) existe a necessidade de “uma abordagem interdisciplinar do currículo e ao divórcio entre Universidade e escolas no que diz respeito a filosofia da formação”, embora, a mesma autora também relata, que além disto, também é essencial que os pretendentes a docência entendam que não existem receitas prontas que desenvolvam tais habilidades e competências.

Foi pensando neste contexto que o trabalho possui o objetivo de falar sobre “Formação de professores/as”. E para Facin (2017) a vida diária dos professores precisa ser satisfatória no que diz respeito às suas práticas educativas, e para isso, muitos elementos servem como requisitos básicos para o êxito na sua atividade pedagógica, por exemplo, formação específica, experiência, dedicação, conhecimento em relação aos processos de ensino e aprendizagem.

## 2. O docente: formação e valorização:

1

Durante os últimos anos, o professor/a tem sido valorizado muito mais, não tanto como gostaríamos, mas realmente há uma valorização maior, passamos de uma formação quase elementar, de uma formação inicial a uma

1 Possui graduação em Pedagogia pela UCPel (1973) e doutorado em Educação pela UFRGS (1999). Professora convidada do Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense - ISUL Campus Pelotas. [cleofernandes@terra.com.br](mailto:cleofernandes@terra.com.br), <http://lattes.cnpq.br/0233489763906464>

2 Graduada em Pedagogia pela ULBRA (2009), Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Dom Bosco - Instituto Educar Brasil(2014), Pós Graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Faculdade Favoni (2021), Mestranda Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense - ISUL Campus Pelotas. [rakeldacostarosa@gmail.com](mailto:rakeldacostarosa@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/4716763910946838>

formação universitária. Isto é importante, porque há alguns anos das poucas profissões que havia no mundo social, os professores/as eram os únicos que não tinham uma titulação universitária, é importante mas não o suficiente, Nóvoa relata que:

Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão. O registo das práticas, a reflexão sobre o trabalho e o exercício da avaliação são elementos centrais para o aperfeiçoamento e a inovação. São estas rotinas que fazem avançar a profissão (NÓVOA, 2009, p. 30)

Para valorizar a profissão docente temos que mudar também a metodologia, a forma de ensinar que as Universidades dão aos futuros professores e também a formação continuada, como se formam os professores ao longo da vida. Segundo Nóvoa:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista a construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1992, p. 25).

Os cursos de formação dos professores/as precisam estar atrelados às exigências da sociedade, ou seja, é necessário compreender que cada momento sócio-histórico exige uma reciclagem na forma de ensinar seus alunos, conforme explica Cunha (1989) “pois compreender que o conteúdo da formação não se constitui num constructo estático e permanente, depende substancialmente da finalidade para a qual se destina, sendo sua eficácia atrelada ao alcance dos objetivos propostos”.

O conhecimento científico tem avançado muito, temos que ter, então, professores predispostos a aprender durante toda a vida, para assim mudar constantemente os conhecimentos científicos para demonstrar a sociedade que são profissionais da educação que conhecem como educar as crianças, que tipo de ensino a fazer, como trabalhar currículo nas escolas e depois isso corresponde a uma valorização que deveria corresponder a situação de trabalho.

Em alguns países, o professor não tem uma situação de trabalho adequada, a nível salarial, de carreira docente, e hoje também é importante lutar para que os professores tenham um salário que os permita a viver corretamente uma situação laboral de Escolas bem dotadas para que eles possam se desenvolver. Mencionamos que, a valorização social é um conjunto de elementos que passam não somente pela formação, mas pelas condições laborais. O ingresso na docência, os países que estão melhores situados, são países que possuem uma boa seleção de docentes, as vezes pensamos que qualquer um pode ser docente, quando não é verdade. O corpo docente lamentavelmente ainda está muito feminilizado, se pensar socioeconomicamente, está feminilizado porque se constitui de uma profissão de segunda ordem, de apoio à casa, ao salário do marido, do companheiro, e isto não deve existir. Hypolito (1994, p. 82) diz:

o processo de feminização do magistério é um processo que coincide com o processo de transformação do trabalho docente em trabalho assalariado, controlado pelo Estado, submetido a formas de controle externas ao próprio processo de trabalho, retirando das professoras formas autônomas de controle sobre o quê e como ensinar. O processo de racionalização e parcelamento do trabalho docente é simultâneo à transformação desse trabalho em trabalho feminino.

No século XXI, a pessoa que se dedica a ensinar deve ser uma pessoa qualificada com empenho nos estudos, se queremos valorizar os docentes, a carreira do professor/a não acaba na universidade, inicia nesta, é um caminho grande que vai levar a muitos quilômetros. É importante o acesso ao seguimento no que se chama indução a docência, a entrada profissional a Escola. Não tem intercâmbio entre universidade, conhecimento universitário e o conhecimento prático.

É valioso ter mentores na universidade, tutores/as nas Escolas que colaboram com a universidade para continuar trabalhando na prática, é necessário que reconheçam suas práticas, avaliando constantemente e façam um esforço, hoje ensinar é muito mais complexo que há trinta anos, que para ser professor não era necessário ter muito conhecimento, antes se dizia: entra na universidade se forma como docente e trabalha como docente. Agora, já se estuda para docente, e continua estudando para docência, isso dá elementos para que a sociedade pouco a pouco reconheça o trabalho docente, é uma mudança gradual. Segundo Freire (2002), o homem é um ser inconcluso e deve ser consciente de sua não conclusão, através do movimento permanente de ser mais:

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de uma lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo falto de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20).

Para Flores (2010) um dos problemas que impedem estas conexões é que “há uma visão fragmentada na formação do professorado, que escolas e universidades estão em mundos separados pela dicotomia teoria/prática”. Mas, para



Nóvoa (2006) “a verdade é que não houve uma reflexão que permitisse transformar a prática em conhecimento”. É comum os futuros professores não se sentirem preparados para enfrentar as realidades das escolas e da sala de aula, e buscam soluções na sua experiência como alunos.

Os docentes são protagonistas, são eles que, a partir do conhecimento diário com o educando, do que ensinam e sabem mais, além disso alguns professores/as, podem ter um conhecimento comum, de qualquer forma, esse conhecimento, de senso comum também é científico, de acordo com Freire,

(...) é fundamental que, na prática da formação docente o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente de deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o processo formador (FREIRE, 2002, p. 43)

Esse protagonismo indica dar identidade aos docentes e considerá-los, dizer que são os mais importantes no país. Se um país não investe em Educação, pesquisa e desenvolvimento, é um país que tem a vocação de depender de outros países, não gerará pesquisas, como países conscientes que são a maioria dos países avançados, professor sem convicção, conseqüentemente, sem credibilidade da família resulta em um país que não crê que o ensino pode garantir o futuro. É certo, que quanto mais tiver desigualdade, os filhos dos mais poderosos poderão levar seus filhos para Escola privada e deixarão a pública para os mais pobres. Isso não corresponde a um país democrático. Os governos têm o dever de potencializar a Escola pública como uma escola de todos e diminuir a desigualdade.

Em alguns países europeus, se vislumbram iniciativas políticas que visam construir novas maneiras de formação dos professores, que se dividem em três etapas: primeira: a licenciatura numa determinada disciplina científica; segunda: o mestrado em ensino, com um forte referencial didático, pedagógico e profissional e terceiro: um período probatório, de indução profissional. E para a entrada na profissão é preciso possuir mestrado (NÓVOA, 2006).

No Brasil, o censo Escolar de 2014 indicava que 2,2 milhões de docentes em atuação no país 24% não apresenta a formação adequada. Todos esses fatores quando somados indicam a importância da questão da formação de professores de educação básica frente aos desafios impostos pelas constantes transformações políticas, econômicas e sociais nas sociedades contemporâneas. Neste sentido, Nóvoa (2006) diz que é devido a formação de professores continuar a ser dominada mais por referências externas do que referências internas ao trabalho docente. Impõe-se inverter esta longa tradição, e instituir as práticas profissionais como lugar de reflexão e de formação.

Neste contexto podemos perceber, que não há separação entre a pessoa e o professor, ou seja, “que o professor é a pessoa, e que a pessoa é o professor e que é impossível separar as dimensões pessoais e profissionais” (NÓVOA, 2006).

A partir do exposto no texto, deve-se compreender que a formação do professorado é o alicerce, pois ela precisa dar base estrutural que favorece ao professor(a) seu desenvolvimento profissional, sendo este, um cidadão de extrema importância, por isso é necessário que seja valorizado, dando condições para que eduquem melhor as crianças e jovens que serão o futuro do país. Diante disso, é necessário entender que tal assunto não se esgota, devendo ser debatido constantemente.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental considerar que o processo de formação do professorado possui o resultado e o compromisso de cada professor/a com seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Diante destas proposições fica evidente, que o processo de formação de professores/as é algo complexo e multidimensional.

Neste sentido, é importante que os futuros professores/as façam uma análise reflexiva sobre o seu processo formativo, tentem buscar um novo olhar, menos racional de ensinar e ter uma consciência mais humana, ou seja, uma identidade enquanto professor/a.

E que durante a transição entre aluno/a para professor/a como explica Nóvoa (2006) “é fundamental consolidar as bases de uma formação que tenha como referência lógica de acompanhamentos, de formação-em-situação, de análise da prática e de integração na cultura profissional docente”.

Se queremos crianças e jovens democráticas, com pensamento crítico, solidária e que respeitem o meio ambiente, é preciso que comunidade, sociedade e escola trabalhem conjuntamente defendendo valores que beneficiem para uma educação crítica, reflexiva e de qualidade.

CUNHA, Maria Izabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1989.

FACIN, Elson Cesar. Reflexões sobre os modelos epistemológicos e pedagógicos de um grupo de educadores. **Criar Educação**, Criciúma, v. 6, nº1, janeiro/junho 2017.– PPGE – UNESC. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1648/3239>> Acesso em: maio /2023.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido: Saberes necessários às práticas educativas.** 39.ed. *São Paulo: Paz e Terra, 2009*

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 28. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FLORES, Maria Assunção. **Algumas reflexões em torno da formação inicial dos professores.** *Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 182-188, set./dez.2010.* Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8074>> Acesso em: maio/ 2023.

HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. **Processo de Trabalho Docente: uma análise a partir das relações de classe e de gênero.** Tese de Mestrado. FaE/UFMG.1994.

NÓVOA, Antônio, **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** 2006. Disponível em:<[http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf)> Acesso em: maio /2023.

NÓVOA, Antônio.Sampaio da. **Professores: Imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009. *Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e201844002003, 2018.* Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e201844002003.pdf>> Acesso em: maio/20213





## OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NA PRODUÇÃO DISSERTATIVA ARGUMENTATIVA E ENEM: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

### THE CHALLENGES OF HIGH SCHOOL IN ARGUMENTATIVE DISSERTATION PRODUCTION AND ENEM: A LOOK AT TEACHING PRACTICE

Maria Irenilce do Nascimento<sup>1</sup>

#### RESUMO

A redação para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, tem mostrado uma referência desafiadora para professores e alunos, considerando as peculiaridades da tipologia textual exigida, - dissertativa argumentativa, cuja produção é moldada a partir das exigências presentes na Cartilha do Participante, um dos documentos oficiais do INEP, que orienta a referida prova. Necessário ressaltar a carência e a precariedade de laboratórios de Redação nas escolas públicas, de ações docentes que priorizem conteúdos interativos, de melhor conexão professor x aluno, dentre outros fatores tem motivado contínuas pesquisas a respeito. Sobre esta prova, no que diz respeito às exigências da escrita, é visível que estas acabam por impactar as práticas docentes em relação ao ensino da escrita, especialmente na 3ª série, momento em que as aulas de Língua Portuguesa e Redação são direcionadas à preparação desse exame. Foi possível compreender a partir da pesquisa, sobre alunos com diferentes níveis de escrita, de argumentação, como também professores com carga horária extensa que dificulta uma devolutiva individual e produtiva para os trabalhos. O presente artigo objetiva conhecer e refletir sobre a influência da prova de Redação do ENEM nas práticas metodológicas dos professores de Língua Portuguesa, entender de que forma isso se materializa na rotina docente. É também intenção deste, conhecer a opinião de professores das redes públicas de Ensino Médio sobre a prova de Redação do ENEM, considerando a importância deles no processo de renovação das práticas de ensino nas escolas. Durante a pesquisa, foi possível perceber que o trabalho do docente, na vivência de produção textual, é marcado em parte, pelas orientações contidas na Cartilha do Participante, o que torna essa ação voltada para o treino de uma escrita limitada aos moldes propostos pelo ENEM.

**Palavras-Chave:** Redação. ENEM. Texto dissertativo argumentativo. Prática docente.

#### ABSTRACT

The essay for the National Secondary School Examination – ENEM, has shown a challenging reference for teachers and students, considering the peculiarities of the required textual typology, - argumentative dissertation, whose production is shaped from the requirements present in the Participant's Cartilha, one of the official documents from INEP, which guides the referred test. It is necessary to emphasize the lack and precariousness of writing laboratories in public schools, of teaching actions that prioritize interactive content, of better teacher x student connection, among other factors, has motivated continuous research in this regard. Regarding this test, with regard to the requirements of writing, it is visible that these end up impacting teaching practices in relation to the teaching of writing, especially in the 3rd grade, when Portuguese Language and Writing classes are aimed at preparing this exam. It was possible to understand from the research about students with different levels of writing, argumentation, as well as teachers with an extensive workload that makes it difficult to provide individual and productive feedback for the work. This article aims to know and reflect on the influence of the ENEM Writing test on the methodological practices of Portuguese Language teachers, to understand how this materializes in the teaching routine. It is also the intention of this, to know the opinion of teachers from public high school systems about the ENEM Writing test, considering their importance in the process of renewing teaching practices in schools. During the research, it was possible to perceive that the teacher's work, in the experience of textual production, is partly marked by the guidelines contained in the Participant's Handbook, which makes this action focused on training a writing limited to the molds proposed by ENEM.

**Keywords:** Writing. ENEM. Argumentative essay text. Teaching practice.

## 1 INTRODUÇÃO

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Absolute Christian University – ACU – Flórida – EUA. Especialista em Planejamento Educacional Latu Sensu pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Educação Especial pela Universidade Vale do Acaraú – UVA. Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri – URCA.



A produção textual, presente em diferentes tipologias, assim como a leitura, são práticas sociais e culturais, que, vivenciadas nas diferentes etapas de formação acadêmica, tem impulsionado favoravelmente, diferentes aprendizagens no ambiente escolar, cultural e social. Nesta perspectiva e considerando as tipologias tradicionais Descrição, Narração e Dissertação, as aulas de Língua Portuguesa, especialmente na 3ª série, privilegiam ações voltadas para o trabalho dissertativo argumentativo, ainda no ensino médio, considerando que as avaliações externas- vestibulares, Exame Nacional de Ensino Médio- ENEM, cobram em seus processos de seleção, a escrita da referida tipologia, parte relevante do certame, um dos meios de ingresso para o ensino superior.

Assim, deduzimos que é a partir do exercício com esse tipo de texto, que conseguimos expor com mais propriedade os conhecimentos sobre uma temática, considerada importante socialmente. Bem como, relacionar ideias, fatos, opiniões, argumentar pontos de vista de forma consistente, produzir texto conforme reza a tipologia, atendendo ao exposto na Cartilha do participante, um dos documentos oficiais que orienta a referida prova aos alunos de 3ª série.

Diante disso, e observando a maneira como a redação é trabalhada, a partir dos critérios de avaliação ENEM, a escola vem buscando estratégias para preparar o aluno para que este consiga êxito na prova. Portanto, mais um desafio para os envolvidos, que precisam inteirar-se que o ensino de leitura e escrita dos gêneros textuais, especialmente da redação dissertativa argumentativa nesta série, está direcionada para uma prática de um gênero moldado no estilo ENEM.

No entendimento de que o exame pede uma tipologia específica de produção escrita, frente à dissertação argumentativa, elabora-se alguns questionamentos: os conteúdos da prova de Redação do ENEM são ensinados nas escolas? Qual grau de dificuldade os professores atribuem à essa prova? As propostas de Redação apresentam clareza e objetividade? Que dificuldades os estudantes apresentam em relação à redação do ENEM e que fatores podem ser responsáveis? As “ações” do professor focam no ensino e aprendizagem do texto escrito ou apenas no exercício para a prova do ENEM?

Pensamos, na hipótese de o professor trabalhar outras tipologias, caso contempladas nos documentos oficiais que orientam o ENEM, levando em conta que esse exercício pode não corresponder às expectativas de uma legítima aprendizagem. Isso porque, motivadas por dificuldades de compreensão e prática das competências, implica em reflexões quanto ao fato de, se o aluno obtiver nota 1000 (mil) na prova de Redação ENEM, significa saber dominar a língua escrita.

Os caminhos desta pesquisa incidem numa pesquisa em portais de pesquisas e bases de dados sobre uma contextualização histórica do ENEM, observações sobre a prova de Redação do referido exame, reflexões sobre a perspectiva de produção escrita, sobre a rotina de sala de aula, o papel do professor de Língua Portuguesa e quais os desafios interferem nessa vivência. Foram ainda pautadas algumas observações teóricas, conceituações acerca da prática pedagógica, na visão de Ramalho, Núñez e Gautier (2004).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de cunho bibliográfico que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158) realiza-se por meio de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos, sendo “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e pertinentes com a temática investigada.

## 2 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM E A PROVA DE REDAÇÃO- ALGUMAS ANOTAÇÕES

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final da Educação Básica, visando segundo Andriola (2011, p.115), “a aferir o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício pleno da cidadania”. A produção escrita exigida é avaliada através de uma redação, na tipologia dissertativa argumentativa, conforme a Cartilha do Participante.

2

Assim, no entendimento de que o ENEM é um dos principais exames realizados no país é visível que anualmente as escolas e os cursinhos preparatórios promovem ações exclusivas, especialmente pelos professores de Língua Portuguesa, em que são trabalhadas técnicas para a escrita do texto dissertativo argumentativo. Essa produção textual tem seu passo a passo orientado na Cartilha do Participante (BRASIL, 2019, p. 5), documento produzido e lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, desde 2012, traz toda a dinâmica de construção e correção específica da prova de Redação. Partindo dessas orientações, observamos que a Redação ENEM pode provocar um desafio para a escola, em que educadores e alunos são instigados a

“seguir o roteiro” do documento.

Considerando esse contexto, estudos tem revelado baixo rendimento por parte dos estudantes das escolas básicas na prova de Redação, mostrando uma deficiência no ensino da produção textual na educação básica, na opinião de Peres (2015), Pereira e Sales (2014) e Pereira (2009). Portanto, é relevante destacar o protagonismo do professor de Língua Portuguesa, que trabalhará nos estudantes, o desenvolvimento das habilidades necessárias, à produção do texto escrito, na dinâmica da articulação e organização de ideias, conhecimentos e construção de textos autônomos que se adeque às diferentes situações de comunicação e aprendizagem.

Na compreensão de que, para que os estudantes desenvolvam essas habilidades de produção escrita, o trabalho do professor precisa estar fundamentado no texto. A reflexão de Bezerra (2005), vem corroborar com este pensamento, quando ele enfatiza que o ensino deve estar pautado no texto para:

[...] desenvolver competências linguísticas, textuais e comunicativas dos alunos, possibilitando-lhes uma convivência mais inclusiva no mundo letrado de hoje (não no sentido de simplesmente, aceitá-lo, mas principalmente de questioná-lo, de imprimir-lhes mudanças). Assim, a ênfase na leitura, análise e produção de textos narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos e conversacionais, considerando seus aspectos enunciativos, discursivos, temáticos, estruturais e linguísticos (que variam conforme situações comunicativas), caracteriza-se como uma das renovações mais apregoadas no ensino da nossa língua, embora ainda não insuficientemente praticada. (BEZERRA, 2005, p.43).

Aludindo a essas considerações com vistas ao papel do professor de Língua Portuguesa, é significativo “rascunhar” que o trabalho deste tende a ser mais desafiador, visto que é uma demanda nova a cumprir, quando a deficiência da escrita já vem se arrastando desde as etapas iniciais de escolarização e, múltiplos fatores na série atual, vem contribuir para um contexto crítico quanto à eficiência do texto escrito. E dessa maneira, mesmo que o professor tenha uma rotina sequencial didática no ensino e aprendizagem das tipologias e gêneros de texto, com o trabalho de produção escrita, suas práticas metodológicas sobre tal, são “modificadas” pela necessidade de preparar os estudantes para a prova de Redação do ENEM. Isso se dá, porque a sociedade cobra da escola um resultado satisfatório em relação às notas dos alunos no ENEM, especificamente em relação à nota da prova de Redação.

Diante desse panorama, levando em conta a importância de todas as reflexões, é válido enfatizar nosso olhar para a prática docente, compreendendo que é em sala de aula onde acontecem especificamente as ações orientadas, as atividades desenvolvidas na organização da prova de Redação do ENEM.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No percurso da pesquisa, percebeu-se quão é imprescindível “ajustar”, aprofundar, aprimorar a vivência docente acerca do trabalho com esta tipologia textual, dada a importância que o texto dissertativo argumentativo “ganhou” frente à prova de Redação ENEM, exame que concede ao estudante de 3ª série do ensino médio ingressar no ensino superior.

Para entendermos essa reflexão, no processo de preparação para a prova de Redação modelo ENEM, pensamos na importância de estudar mais sobre esse assunto, compreendendo as dificuldades, conhecendo as estratégias que o professor vivencia para ensinar aos estudantes, a escrita do texto dissertativo argumentativo. E assim a pesquisa ganha ênfase, a partir de relatos que buscam entender o porquê deste ser o gênero textual exigido na Redação ENEM, como também compreender que através desta prática é possível verificar que o aluno está desenvolvendo seu potencial, compreendendo a proposta de redação, relacionando e organizando as informações para desenvolver seus argumentos. Sobre esse assunto, é válido destacar que a pesquisa foi bibliográfica por inteiro e que, baseada no passo a passo temático, sucedeu-se o estudo à ótica de alguns teóricos.

Na primeira parte, foi possível entender que essa tipologia é bastante presente na práxis docente e que há o esforço do professor em trabalhar métodos que possam ir além da correção do texto, que provoque a vontade, a capacidade do aluno, que desenvolva o gosto e a fruição à leitura e à produção textual. Na opinião de Garcez e Corrêa (2016), esse gênero se caracteriza pela defesa de ideias a partir da linguagem lógica, objetiva e, ainda, convencer o leitor a partir do ponto de vista de quem escreveu. Para escrever um texto dessa tipologia, é necessário que o autor impulse os seus conhecimentos para a seleção de argumentos que apresentem coerência com o tema proposto. Sobre isso, Garcez e Corrêa (2016) afirmam que “São partes essenciais na produção de um texto dissertativo-argumentativo, a escolha do ponto de vista, a posterior seleção e avaliação dos argumentos que darão suporte ao posicionamento escolhido e às estratégias argumentativas (GARCEZ, CORRÊA, 2016, p.173)”.



É válido retomar que a prova de redação é a que apresenta o maior peso na nota final do exame e na produção do referido texto, tipologia dissertativa-argumentativa, o candidato precisa considerar o desenvolvimento de argumentos, soluções, estrutura textual e norma padrão orientado em dois documentos oficiais, - cartilha do participante e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC) – que norteiam a orientação da argumentação e organização de ideias para a sustentação da defesa do tema. Somados a esses aspectos e levando em conta que isso é uma tipologia trabalhada desde o início da educação básica, relatos de professores afirmam que os estudantes encontram muitas dificuldades na escrita dessa: a delimitação do tema, a falta de coerência e coesão, a falta de bons argumentos, a dificuldade em apresentar suas ideias são causas comuns apresentadas pelos estudantes e vêm impedindo a escrita de um bom texto.

Dessa forma, torna-se relevante o trabalho com essa tipologia textual na rotina de sala de aula, e é fundamental o apoio do professor ajudando diretamente os estudantes na compreensão e treino dessa prova. O pontapé inicial deve conduzir-se pela comprovação aos discentes de que a leitura e a escrita são importantes processos indissociáveis na construção de ideia e de sentido no texto escrito. Garcez e Corrêa (2016, p.18) apontam que “Na prática, todos nós professores de língua portuguesa, de uma forma geral, devemos saber que o objetivo do ensino da língua é ampliar a competência do estudante para o exercício cada vez mais fluente da fala e da escrita”.

Posto isso, é relevante o professor conhecer os fatores responsáveis pelas dificuldades quanto ao ato de ler e escrever, trabalhar essa prática e que considere a variedade de gêneros textuais, cuja estrutura predominante é a argumentativa, uma vez que a redação do ENEM exige domínio da escrita formal da Língua Portuguesa.

Na visão de Pinheiro e Cortez (2017), os candidatos precisam elaborar um texto que contemple essa tipologia, visto que os organizadores entendem que esta é a que melhor atende e constitui uma das rotinas vivenciadas na sala de aula. Nesse sentido, no “adentrar” da pesquisa, foi possível entender algumas estratégias que podem apoiar o ensino da referida tipologia sob o olhar – ENEM. Dito isto, foi significativo destacar que o hábito da leitura deveria ser a mais importante estratégia adotada pelo professor junto a seus alunos. É por meio dessa prática orientada que o estudante estará apto a construir argumentos válidos, coerentes, autônomos para defender a tese produzida no texto.

Destarte, é importante promover um trabalho diferenciado com leitura e produção textual que viabilize o processo de reescrita. Cabe ainda aos professores, desenvolver procedimentos que provoquem o estímulo para essa atividade e deixe claro que como aluno, a dedicação é fundamenta para que o professor atinja seu objetivo de formar indivíduos capazes de ler, compreender e escrever.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado nas impressões dos autores analisados, é urgente que as escolas desenvolvam ações de ensino que contribuam para fortalecer tanto a habilidade de leitura quanto a de escrita dos estudantes, algo que já é um alerta na visão de muitos autores nesse campo de conhecimento, tem motivado expectativas e reflexões no contexto educacional.

Os estudantes precisariam ler textos de diferentes gêneros que circulam na sociedade, como resultado de diversificadas práticas sociais., assim é indispensável que o ensino seja motivado por condições docentes necessárias para efetivação deste exercício.

Outra observação ao final deste trabalho é o entendimento de que o ensino da tipologia argumentativa venha a despertar e motivar o aluno a capacidade crítica, fator que auxilia no criticidade junto a redação do ENEM.

Os objetivos da pesquisa foram atendidos, uma vez que foi possível conhecer e refletir sobre a influência da prova de Redação do ENEM nas práticas metodológicas dos professores de Língua Portuguesa, entender de que forma isso se materializa na rotina docente.

Por fim, tecemos críticas à atenção exclusiva dada à Cartilha do Participante, uma vez que isso pode limitar o conhecimento e aprendizagem do aluno quanto às demais tipologias textuais.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. [online]. 2011, vol.19, n.70, p. 107-125.

ANTUNES, I. **Língua texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: parábola editorial, 2009.





BEZERRA, M. A. **Ensino de língua portuguesa e contextos teóricos-metodológicos**. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs). Gêneros textuais e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP **Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>>. Acesso em 10 de abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Redação no ENEM 2019**. Cartilha do Participante, Brasília, 2019. GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. **Textos dissertativos argumentativos** – subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Cebraspe. 2016. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/textos\\_dissertativo\\_argumentativos.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/textos_dissertativo_argumentativos.pdf)>. Acesso em 12 de abr. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, 311p.

PEREIRA, L. P. M. I. **Redação do ENEM: uma análise da (in)competência textual**. 2009. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – Departamento de Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul.

PEREIRA, G. C. R.; SALES, M. D. F. **Uma análise sobre avaliação, critérios e competências exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. IN: I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, 2014 UFPA, Anais I.

PERES, C. **O texto dissertativo argumentativo no ensino médio**. Lume Repositório Digital, UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117502>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PINHEIRO, Clemilton Lopes; CORTEZ, Joliza Xavier. **Teorias de argumentação na prova de Redação do ENEM**. Pelotas, 2017.

RAMALHO, B.; NUÑEZ, I., y GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulinas. 2004.



## GESTÃO DE PESSOAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: Uma revisão integrativa

*PEOPLE MANAGEMENT IN CIVIL CONSTRUCTION: An integrative review*

João Vittor Dandi de Freitas Sousa<sup>1</sup>  
Diogo Ramon do Nascimento Brito<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao longo dos anos a sociedade vem passando por diversas mudanças. Essas mudanças impulsionam o âmbito empresarial a trabalhar com competitividade e apresentar resultados de excelência. Existe diversas formas e estratégias para alcançar tais objetivos, pode-se destacar que dentre as principais está a gestão de pessoas, que pode ser aplicada a todas as áreas de atuação. Apesar de muitas das vezes ser considerada um verdadeiro desafio aos líderes, como no caso de líderes na engenharia civil, que é uma área marcada pela mão de obra. O objetivo geral deste trabalho é conhecer as principais contribuições da gestão de pessoas para a construção civil. A metodologia, trata-se de uma revisão Integrativa da literatura entre os anos de 2018 à 2023, em bases de dados como Scielo e Google acadêmico. Os resultados desses estudos consistiram na seleção de 4 artigos, sobre as contribuições, papel e dificuldades encontradas na gestão de pessoal na construção civil. Existe inúmeras contribuições e conflitos, principalmente se tratando no relacionamento entre os colaboradores. Conclui-se que o estudo permitiu conhecer as principais contribuições da gestão de pessoas para a construção civil.

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Canteiros de obras. Engenheiro Civil.

**Abstract:** Over the years, society has undergone several changes. These changes drive the business environment to work competitively and deliver excellent results. There are several forms and strategies to achieve these objectives, it can be highlighted that among the main ones is people management, which can be applied to all areas of activity. Although it is often considered a real challenge for leaders, as in the case of leaders in civil engineering, which is an area marked by manpower. The general objective of this work is to know the main contributions of people management for civil construction. The methodology is an integrative review of the literature between the years 2018 to 2023, in databases such as Scielo and Google Scholar. The results of these studies consisted of the selection of 4 articles, on the contributions, role and difficulties encountered in the management of personnel in civil construction. There are numerous contributions and conflicts, especially when it comes to the relationship between employees. It is concluded that the study allowed knowing the main contributions of people management for civil construction.

**Key Words:** People management. Construction sites. Civil engineer.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a sociedade vem passando por diversas mudanças. Essas mudanças impulsionam o âmbito empresarial a trabalhar com competitividade e apresentar resultados de excelência. Existe diversas formas e estratégias para alcançar tais objetivos, pode-se destacar que dentre as principais está a gestão de pessoas, que pode ser aplicada a todas as áreas de atuação. Apesar de muitas das vezes ser considerada um verdadeiro desafio aos líderes, como no caso de líderes na engenharia civil, que é uma área marcada pela mão de obra (VERDUM, 2018).

Gerir é um recurso que objetiva o desenvolvimento do capital humano nas empresas e sendo este um dos principais meios para gerar receita, mas gerir pessoas é considerado um ato desafiador, isso acontece pois o ato está relacionado a tomada de decisões, que devem ser adequadas e totalmente alinhadas aos objetivos da empresa, levando em consideração a individualidade de cada profissionais, e de cada setor, e dependendo do setor a gestão de pessoas, pode ser ainda mais desafiadora, como na construção civil (MONTEIRO; BENTO, 2019).

A construção civil é uma área marcada pela mão de obra, com diversas funções, cargos, ambiente de trabalho, níveis escolares, e educação. Por isso, a boa gestão da mão de obra é essencial para se destacar no mercado globalizado e competitivo (CASTRO; CASTRO; SILVA, 2021).

Diante do exposto, nota-se que as competências do engenheiro civil dentro de um canteiro de obras devem estar além do conhecimento teórico-técnico. como uma correta gestão. Através destes expostos, justifica-se o desenvolvimento do presente estudo.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é conhecer as principais contribuições da gestão de pessoas

para a construção civil, e os objetivos específicos são: Descrever as principais características do perfil do engenheiro/gestor na construção civil; relatar a importância do profissional Engenheiro civil como gestor na construção civil; e identificar quais as principais dificuldades para gestão de pessoas na construção civil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma revisão integrativa, realizada por meio de materiais publicados nos anos de 2018 a 2023 (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2018). Em relação a organização do trabalho, estar dividido em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução, o segundo a fundamentação teórica, o terceiro é a metodologia, o quarto é os resultados, o quinto é destinado as discussões acerca dos achados nos resultados, e o último é o capítulo de considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Gestão de pessoas

A administração de recursos humanos possui função essencial na gerência de pessoas, uma vez que atrai talentos, unindo técnicas e desenvolvendo uma gestão organizacional eficiente e dinâmica, promovendo novas práticas visando reconhecer mais pessoas com habilidades diferenciadas (VERDUM, 2018).

Chiavenato (2008, p.06) vem ratificar que “a gestão de pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações”. Ela é contingência e situacional, pois depende de vários aspectos como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes (SILVA; WEBER; BARROS, 2021).

Portanto, são as pessoas – funcionários e/ou colaboradores – assim como os gestores que compõe a organização que participam do dia-a-dia dos processos de trabalho, desenvolvem e conhecem as rotinas de trabalhos, como suas carências, deficiências, pontos fracos e ainda o que necessita ser aperfeiçoado. No entanto, são elas que vão auxiliar e passar subsídios de informação e outros dados para juntamente com o consultor de treinamento fomentar o melhor conteúdo de programação de treinamento, visto que as mesmas estão inseridas na cadeia de trabalho (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

Hoje, os profissionais da área de recursos humanos são elementos importantes no sucesso de qualquer organização. Suas tarefas exigem um novo nível de sofisticação, sem precedentes na administração de recursos humanos. Por isso, não é de surpreender que sua posição na organização tenha também melhorado, ainda que de maneira não suficiente (CHIAVENATO, 2008 *apud* BRANCO; STEINBACH, 2018).

### 2.2 A importância da administração dos recursos humanos

Antes de meados da década de 1960, os departamentos de pessoas nas organizações eram muitas vezes percebidos como a turma da “saúde e felicidade”. (CHIAVENATO, 2000). Suas atividades principais envolviam a programação das férias, o registro dos empregados para cobertura do seguro de saúde e a realização de festas de aposentadoria. Mas esta situação mudou de maneira drástica durante os últimos trinta anos (MONTEIRO; BENTO, 2019).

Leis federais e estaduais criaram muitas exigências aos empregados para a contratação de seus empregados. As funções também mudaram, tornaram-se mais técnicas, e exigem empregados com maiores habilidades, além disso, os limites das funções ficaram indefinidos (BRANCO; STEINBACH, 2018).

No passado, um empregado desempenhava uma função num departamento específico, fazendo tarefas específicas junto com outros que cumpriam funções similares. Os trabalhadores de hoje, no entanto, têm maior probabilidade de participarem de equipes de projetos, com várias pessoas de outras áreas da organização (PAIXÃO; SILVEIRA; NASCIMENTOS, 2019).

Segundo Maximiano (2004, p.58), O trabalho do dirigente consiste em tomar decisões, estabelecer metas, definir diretrizes e atribuir responsabilidade aos integrantes da organização, de modo que as atividades de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar estejam numa sequência lógica. Uma vez organizada uma empresa, seus colaboradores necessitam de ordens para saber o que fazer e suas ações precisam de coordenação e controle gerencial (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

Com isso, percebe-se que os objetivos da empresa sejam alcançados o dirigente tem por responsabilidade definir os objetivos e planejar quais os recursos devem ser utilizados, portanto, o mesmo pode também determinar como as atividades devem ser realizadas, como selecionar as pessoas responsáveis por cada tarefa otimizando todo o processo (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

Há os que podem realizar a maior parte do seu trabalho em casa e quase nunca se encontram com os colegas da organização. E, certamente, a competição global aumentou a importância do aprimoramento da produtividade de sua força de trabalho nas organizações. Isto resultou na necessidade por especialistas em



administração de RH treinados em psicologia, sociologia, organização e planejamento de trabalho, além de direito do trabalho (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

Nesta perspectiva, Chiavenato (2000, p.85) afirma que: “até pouco tempo atrás, o relacionamento entre pessoas e organizações era considerado antagônico e conflitante”. Acreditava-se que os objetivos das organizações – como lucro, produtividade, eficácia, maximização da aplicação de recursos físicos e financeiros, redução de custos – eram incompatíveis com os objetivos das pessoas – como melhores salários e benefícios conforto no trabalho, lazer, segurança no trabalho e no emprego, desenvolvimento e progresso pessoal ameno (CASTRO; CASTRO; SILVA, 2021).

A Administração de RH, portanto, deve equilibrar duas responsabilidades principais: a de “ser um parceiro estratégico nos negócios e um representante dos empregados” (MAXIMIANO, 2004). Em termos mais específicos da Administração de Recursos Humanos, propõe-se um sistema que consiste em quatro funções básicas: Preenchimento de cargos; Treinamento e desenvolvimento; Motivação; Manutenção. Maior desempenho dos colaboradores é incentivado pela valorização, satisfação e identificação do colaborador com a organização, fazendo-o doar-se mais, pois estes têm no trabalho, fatores condicionantes para a qualidade de vida, tendo eticamente seus direitos garantidos e respeitados (SILVA; WEBER; BARROS, 2021).

Percebe-se então, o imprescindível papel da Gestão de Pessoas nas organizações, que é o de consultoria interna, junto com os líderes se servem de técnicas, informações e avaliações que se transformam em um verdadeiro termômetro na medição do grau de eficiência de seus subordinados (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

Independente da segmentação se é pública ou privada, grande, média ou pequena, todas estão na busca de atender bem a sociedade, cumprir as metas e objetivos organizacionais, e para isto criam um planejamento estratégico, tático e operacional, envolvendo todos os seus recursos e pessoal, utilizando cursos de formação e programas de treinamentos que servem como meios para melhorar o desempenho individual e em equipe, criar novos métodos e manter uma clara comunicação interna dos passos que serão necessários para se chegar aos resultados, transformando o ambiente de trabalho para mais produtivo e ameno (CASTRO; CASTRO; SILVA, 2021).

De acordo com Mayo (2003, p.17), “As pessoas são os elementos geradores de valor decisivos que temos, qualquer que seja a natureza da organização; e, se está se baseia exclusivamente no conhecimento – como acontece com muitas -, então as pessoas são, na verdade, os únicos elementos que têm importância”.

Maximiano (2000, p.352) ressalta “compreender que a motivação está ligada às necessidades já ajuda bastante a entender a complexa mecânica do comportamento humano”. A gestão voltada para os seus colaboradores não se exime do papel de acompanhar e promover bem-estar, respeito e segurança, aspectos importantes e necessários para a vida que o colaborador leva dentro da organização e que reflete fora dela, porque na realidade o trabalho acaba afetando a vida pessoal dos colaboradores, tanto negativa, quanto positivamente, basta que pra isto não esteja satisfeito com a organização (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

A valorização das pessoas é disseminada pela gestão pautada na equidade, sempre atentando com prioridade ao estabelecimento da harmonia entre todos os níveis da organização envolvidos de forma integrada, sempre com a finalidade de provocar uma ação conjunta, na busca de atingir um objetivo comum com a troca de ideias e conhecimentos, sem a desvalorização ou desmerecimento de uns e outros, pois todos são importantes para a concretização da missão organizacional (MAXIMIANO, 2000).

### 2.3 Gestão de pessoas na construção civil

Um dos maiores desafio, é alinhar metas, para que todos estejam sempre na mesma intensidade, cada um exercendo de acordo com sua função. O trabalho do líder é direcionar todos os colaboradores ao mesmo objetivo pessoal (TUBBS; MOSS, 2008). Não é fácil coordenar pessoas, já que cada pessoa tem valores, pensamentos e experiências de vida muito diferentes, por isso é necessário aprender administrar conflitos, crises e situações repentinas diariamente. É preciso ter empatia, respeitar a individualidade, ser acessível para diálogo, auxiliar no crescimento do colaborador, aceitar pontos de vista diferentes a fim de manter um ambiente saudável e alcançar .as metas estabelecidas pela empresa (VERDUM, 2018).

O papel do líder é soluções inteligentes e eficazes para os problemas bem como estimular a equipe/colaboradores. Algumas dicas para a liderança na construção civil funcionar é: Tomar decisões e resolver problemas; adotar uma atitude positiva; demonstrar segurança; aprimorar a comunicação; liderar pelo exemplo; conhecer a equipe; investir no aperfeiçoamento profissional (CHIAVENATO, 2010). Além disso, para ser um líder na construção civil, é necessário desenvolver algumas habilidades, como empatia, a humildade, a resiliência, flexibilidade para lidar com opiniões diferente e autoconfiança pessoal (TUBBS; MOSS, 2008).



Há diversos conflitos na gestão de pessoas na construção civil, porém os que serão abordados: conflitos de relacionamento, de comunicação, conflitos gerados pela falta de estudos da área de gestão de pessoas e conflitos culturais (PAIXÃO; SILVEIRA; NASCIMENTOS, 2019).

Para Tubbs e Moss (2008), um conflito interpessoal referente a inconsistência de ideias, nos atos, nos valores e até emoções de uma pessoa; conflito interpessoal que ocorre entre pessoas que tem algum relacionamento a frente de uma falta de concordância; os conflitos intragrupo caracterizado por um grupo que tem interesse individuais e divergentes que interferem em todos do grupo; os conflitos intergrupo que ocorre entre diferentes grupos de pessoas com a participação de seus integrantes, pode ter uma duração longa.

O conflito de relacionamento, como o relacionamento do engenheiro com o funcionário é um dos motivos mais responsáveis por comprometer todo o trabalho nas organizações, o meio de evitar esse conflito é promovendo a participação do colaborador, estimulando o comprometimento e a cooperação, resultando assim em uma interação ativa e estreita entre os colaboradores (SILVA; WEBER; BARROS, 2021).

Já os conflitos gerados pela falta de estudos da área de gestão de pessoas são resultado natural de sua atividade profissional, como por exemplo, o engenheiro civil nos últimos anos tem atuado também na gestão das organizações. Entretanto esse pode ser mais um motivo dos conflitos na gestão de pessoas, possivelmente por este não ter uma formação específica para as tarefas que deverá desenvolver nesta posição (SEBRAE, 2018). Os conflitos culturais correspondem a competição por poder, que acontece em diferentes gerações de valores diversificados assim possibilitando formas distintas de ter/gerar determinadas situações sociais pessoais e até mesmo profissionais. O conhecimento empírico e conhecimento científico é um exemplo disso (DUARTE; MELO; OLIVEIRA, 2019).

### 3 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 1), a revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.

A coleta de dados foi realizada mediante ao levantamento de trabalhos, como artigos, com descritores indexados a saber: Gestão de pessoas; Canteiros de obras; Engenheiro Civil. Após isso, irá ser estabelecido os critérios de inclusão e exclusão. Os achados da pesquisa foram submetidos a seleção através de filtros nos descritores, em seguida todos os materiais obtidos foram selecionados por meio dos critérios de inclusão e exclusão, que foram previamente definidos, afim de ser selecionado somente trabalhos que respondessem à questão norteadora.

Após a seleção, foi realizada a extração dos dados e estes foram organizados em quadro, contemplando-se as principais informações, como: Título; Ano de publicação; Título do periódico; Delineamento do estudo; Metodologia; Objetivos; Resultados e Considerações finais.

Foram incluídos artigos completos e disponíveis eletronicamente nas bases de dados acima mencionadas, publicados entre os anos 2018 a 2023, em idioma português e inglês, e foram excluídos todos os trabalhos em duplicidade, que não atendiam aos objetivos, os que não respondem à questão norteadora do presente projeto.

Quanto a análise dos dados, foi realizada de forma descritiva, por meio de avaliação crítica dos trabalhos selecionados, que consistiu na leitura diretamente integra dos mesmos, e foi elaborado um quadro com as seguintes informações: título do estudo e periódico, ano de publicação, tema da pesquisa, métodos utilizados, objetivos, resultados e considerações finais.

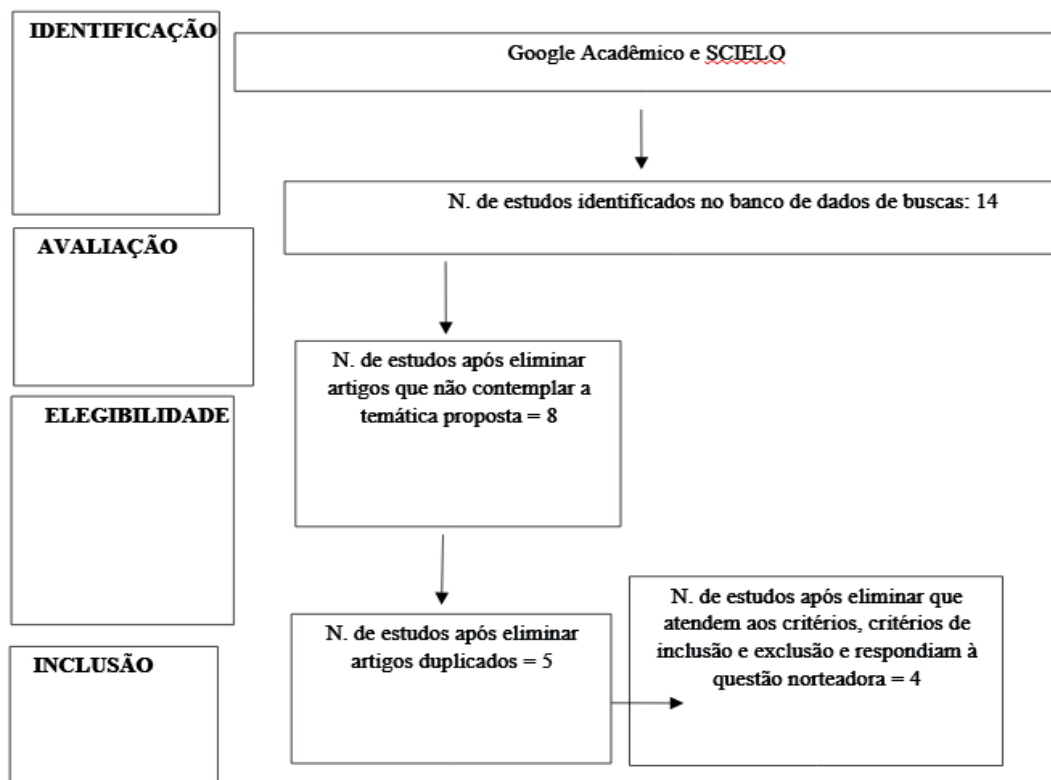
### 4 RESULTADOS

A Administração de Recursos Humanos possui função essencial na gerência de pessoas, uma vez que atrai talentos, unindo técnicas e desenvolvendo uma gestão organizacional eficiente e dinâmica, promovendo novas práticas visando reconhecer mais pessoas com habilidades diferenciadas (VERDUM, 2018).

4

A partir desta busca, relacionou-se inicialmente 14 artigos aos critérios pré-definidos para inclusão e exclusão dos artigos selecionados. Ao fim dessa seleção foi alcançado o total de 4 artigos, que se enquadraram nos critérios adotados, mencionado no fluxograma da Figura 1.

Figura 1- diagrama mostrando as etapas da revisão da literatura – fluxograma.



Fonte: autor da pesquisa (2023).

Para contemplar os trabalhos selecionados, foi organizado em um (quadro 1), as seguintes informações de cada um dos trabalhos: título do artigo; autores do trabalho; periódico; ano de publicação.

Quadro 1 – informações iniciais dos artigos selecionados

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(ES)	PERÍODICO	ANO
A1	O papel do engenheiro civil como gestor de pessoas em obras: Um estudo de caso	DUARTE, K. M. A. V; MELO, V, S; OLIVEIRA, R. S.	SCIELO	2019
A2	Estudo sobre a relação entre gestão de pessoas e produtividade.	LYRIO, T; GUIMA- RÃES, A.	GOOGLE ACADÊMICO	2023
A3	Proposta de melhorias na gestão de empresas de construção civil: um estudo de caso internacional.	NETTO, J. T; <i>et al.</i>	SCIELO	2020
A4	Gestão eficiente de empresas e seus reflexos positivos na construção civil.	SILVA, W. A; WEBER, G; BARROS, H. D. B.	SCIELO	2021

Fonte: autor da pesquisa (2023).

5

No quadro 2, destaca-se as principais informações dos trabalhos selecionados, em forma de síntese, contendo as seguintes informações: objetivos; métodos; amostra estudada e os principais resultados.

**Quadro 2 – Apresentação do resumo dos trabalhos selecionados.**

Nº	OBJETIVOS	MÉTODOS	AMOSTRA ESTUDADA	PRINCIPAIS RESULTADOS
A1	Analisar as principais questões relacionadas à gestão de pessoas em dois canteiros de obras diferentes localizados em dois municípios do Agreste Meridional de PE	Pesquisa exploratória.	28 pessoas/colaboradores dos canteiros.	O resultado dessa análise comparativa relata de um lado, uma escassez de conhecimento na área da gestão de pessoas e do outro, a certeza que é possível realizar uma boa gestão caminhando junto com os níveis técnico, operacional e estratégico da empresa, para que as pessoas trabalhem satisfeitas e se sintam reconhecidas.
A2	Identificar como o tipo de abordagem e os relacionamentos, independente da hierarquia, dentro das construtoras podem intervir na produtividade e desempenho dos funcionários.	Revisão bibliográfica	9 artigos	Foi possível perceber que o resultado dos processos está diretamente ligado ao uso e gestão dos recursos humanos e implementação de políticas que estabeleçam ambiente adequado de trabalho, o que colabora para um desenvolvimento das atividades de maneira mais vantajosa.
A3	Identificar as lacunas na gestão de empresas da construção civil e propor melhorias.	Pesquisa Exploratória	6 construções	Foram propostas melhorias na gestão da construção civil, baseadas nas melhores práticas de diferentes países.
A4	Determinar a relação entre capital de giro e níveis de eficiência nos negócios.	Revisão na literatura	10 artigos	Identificou-se que a falta de planejamento adequado e a baixa qualidade dos profissionais responsáveis pelo projeto e execução obras, seriam as principais causas, entre outras, dessas deficiências.

Fonte: autor da pesquisa (2023).

## 5 DISCUSSÕES

De acordo com Netto *et al* (2020), a gestão de pessoas possuiu papel indispensável nas empresas, pois assegura a vantagem competitiva, alcança resultados positivos nos processos, além de aumentar a eficiência para atingir as metas estabelecidas. Segundo Lyrio e Guimarães (2023), as pessoas são elementos gerados de valor, decisivo para todas as organizações, independentemente de sua natureza.

Os modelos de gestão estão passando por modificações para se adequar ao porte de cada empresa afim de otimizar a qualidade, a competitividade, e ao preço. Os autores Duarte, Melo e Oliveira (2019), mencionam que na construção civil os recursos humanos são indispensáveis devido a mão de obra ser o pilar desse ramo, dentre as contribuições destacam a produtividade, a motivação, melhoria no ambiente de trabalho, o desenvolvimento dos colaboradores, e auxilia a manter a equipe de colaboradores alinhadas aos objetivos da empresa.

6

Para Silva, Weber e Barros (2021), as principais contribuições da gestão de pessoas na construção civil está relacionada a um processo que objetiva a otimização do desempenho dos colaboradores bem como da empresa. Além disso, segundo Lyrio e Guimarães (2023), indicam que na construção civil a gestão de pessoas contribui diretamente a produtividade e a integração da equipe.

Netto *et al* (2020), destacam que a atuação do engenheiro civil como gestor na construção civil tem é caracterizada pelo perfil de líder que busca sempre soluções aos problemas e como principal estimulador dos colaboradores. Em concordância Duarte, Melo e Oliveira (2019), mencionam que as principais características que fazem parte do perfil de um engenheiro/gestor, são: tomada de decisões, facilidade para resolver problemas

e conflitos, postura positiva, seguro e comunicativo.

Segundo Netto *et al* (2020), o engenheiro civil, que antes era responsável apenas pela execução de obras, agora acumula funções e tarefas cada vez mais relacionadas à gestão e gerenciamento da obra. Isso inclui atuação nas áreas administrativa, comercial, ambiental, de segurança do trabalho, controle e planejamento de estoques, acompanhamento e cumprimento do cronograma. Essas funções serão detalhadas ao longo deste trabalho.

O papel que o Engenheiro civil exerce como gestor na construção civil, segundo Lyrio e Guimarães (2023), é crucial para determinar o sucesso e o fracasso da empresa, ou da obra. Visto que, a necessidade de aumento da produtividade e de manejo correto do capital humano. Silva, Weber e Barros (2021), esse papel é tão importante para as construções civis devido ao fato desta área possuir uma dependência intensiva de mão de obra, a gestão de pessoas é torna-se um recurso para administrar o recurso humano.

Apesar disso, a gestão de pessoas na construção civil há diversos conflitos, para Netto *et al* (2020), esses conflitos estão relacionados a comunicação e de relacionamento entre colaboradores. Já Duarte, Melo e Oliveira (2019), fala a respeito de conflitos gerados pela falta de estudos da área de gestão de pessoas, essa falta de estudos na área de gestão de pessoas pode ser natural da atividade profissional do engenheiro civil, que nos últimos anos tem atuado também na gestão das organizações. No entanto, isso pode ser um motivo para conflitos na gestão de pessoas, já que o engenheiro civil pode não ter recebido ao longo de sua formação o embasamento específico para desempenhar as tarefas relacionadas a essa posição.

Weber e Barros (2021), destacam que esses conflitos podem ser devido a divergência cultural, que são resultado da competição por poder entre diferentes gerações com valores diversificados, e isso gera diferentes formas de lidar com situações sociais pessoais e profissionais, que as vezes pode ser positiva, mas também pode ser negativa, dependendo do caso em questão.

Todos esses conflitos estão relacionados com uma insatisfação pessoal com o ambiente a qual se encontra. Além destes, Lyrio e Guimarães (2023), falam em seu estudo que um dos maiores desafios na gestão de pessoas da construção civil, é alinhadas as metas, ao ponto que todos envolvidos estejam na mesma intensidade, de acordo com suas funções. Isso acontece porque cada pessoa tem seus valores, pensamentos e experiências de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu conhecer as principais contribuições da gestão de pessoas para a construção civil. Os autores Lyrio e Guimarães (2023), Silva, Weber e Barros (2021), Netto *et al* (2020), Duarte, Melo e Oliveira (2019), concordam que a gestão de pessoas contribui para construção civil. Apesar de seguirem na mesma linha de pensamento, diferenciam-se por suas particularidades, como Lyrio e Guimarães (2023), que trata especificamente da relação entre gestão de pessoas e produtividade, de Silva, Weber e Barros (2021), que aborda a eficiência da gestão de empresas e os impactos positivos na construção civil, de Netto *et al* (2020), que através de um estudo de caso internacional apresenta proposta de melhorias na gestão de empresas de construção civil, e dos autores Duarte, Melo e Oliveira (2019), que também utilizam um estudo de caso, no entanto voltado a esclarecer o papel do engenheiro civil como gestor de pessoas em obras.

De modo geral todos esses estudos permitiram conhecer as principais contribuições da gestão de pessoas para a construção civil: produtividade, melhoria no ambiente de trabalho, otimização dos resultados, integração dos membros que formam a equipe e além disso estabelece um alinhamento do trabalho realizado pelos colaboradores no que é almejado pela empresa em questão. Em relação as características do perfil do engenheiro/gestor na construção civil, as principais estão relacionadas a facilidade de tomadas de decisões, facilidade para resolver conflitos, apresenta uma postura positiva, segura e comunicativo. Apesar das contribuições e atribuições que possuem na construção civil, enfrentam diversos conflitos, como os de relacionamentos, de comunicação, os gerados pela falta de estudos da área de gestão de pessoas e também os conflitos culturais.

Contudo, é possível observar a falta de produções científicas atuais sobre esse assunto. Por se tratar de um recurso que objetiva o desenvolvimento do capital humano nas empresas e sendo tal crucial para gerar receita, é indispensável ressaltar a necessidade de ampliação de produções científicas nesta mesma linha de estudo, afim de fomentar e auxiliar no aprimoramento de profissionais e estudantes da área.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, L. S; STEINBACH, L. **GESTÃO NA ENGENHARIA CIVIL: O PERFIL DO ENGENHEIRO NA SOCIEDADE ATUAL**. UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL. Palhoça, 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/4624>. Acesso em: 10 de julho de 2023.





Repositório anima educação.2021.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas.** 3.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria da Administração.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DUARTE, K. M. A. V; MELO, V. S; OLIVEIRA, R. S. **O PAPEL DO ENGENHEIRO CIVIL COMO GESTOR DE PESSOAS EM OBRAS: UM ESTUDO DE CASO.** Journal of Perspectives in Management, v. 3, n.1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/jpm/article/view/242926>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

LYRIO, T; GUIMARÃES, A. **ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DE PESSOAS E PRODUTIVIDADE.** Revista Gestão & Gerenciamento. Rio de Janeiro, v. 20, n. 20, abril, 2023.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração:** da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAYO, A. **O valor humano da empresa: Valorização das pessoas como ativos.** 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MONTEIRO, G. J. R; BENTO, K. D. **A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NO CLIMA ORGANIZACIONAL NA ENGENHARIA CIVIL: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A UMA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS.** 2019. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/1407>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

NETTO, J. T; *et al.* **Proposta de melhorias na gestão de empresas de construção civil: um estudo de caso internacional.** Interações, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 499-512, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/dzc5R7xxdwFHHFznb38RqLN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

PAIXÃO, C. R; SILVEIRA, A; NASCIMENTOS, S. **A ESTRATÉGIA EM ORGANIZAÇÕES E O PROCESSO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE PESSOAS.** REVISTA ALCANCE – ELETRÔNICA – VOL. 26 – N. 2 – MAI./AGO. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4777/477760555005/477760555005.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

SEBRAE. **A importância da mão de obra qualificada.** Portal SEBRAE NACIONAL, Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em 15 de junho de 2023.

SILVA, W. A; WEBER, G; BARROS, H. D. B. **Gestão eficiente de empresas e seus reflexos positivos na construção civil.** Research, Society and Development, v. 10, n. 14, e234101421893, 2021.

SILVA, W. A; WEBER, G; BARROS, H. D. B. **Gestão eficiente de empresas e seus reflexos positivos na construção civil.** Research, Society and Development, v. 10, n. 14, e234101421893, 2021.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein, Morumbi, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TUBBS, S L; MOSS, S. **Human Communication: Principles and Contexts.** 11. ed. São Paulo: MacGraw Hill, 2008.

VERDUM, U. **Gestão de pessoas na construção civil: análise da qualidade de vida no trabalho, através de um estudo de caso em serviços de engenharia de instalações.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2018.

## **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA ADOLESCENTES GRÁVIDAS E AS CONSULTAS DE ENFERMAGEM COMO UM MEIO DE INTERVENÇÃO NESSES CASOS.**

Giuliana Denise Rodrigues de Andrade  
Felipe Renato Castro Rodrigues  
Eduarda Luiza Oliveira Monteiro  
Ítalo José Silva Damasceno  
Roberta Ventura Neves

### **RESUMO**

A violência intrafamiliar contra adolescentes grávidas constitui-se um grave problema de saúde pública sendo manifestada a partir de uma relação desigual de poder, em razão das formas violentas de se relacionar perpetuadas de geração para geração. São sérias as repercussões da violência intrafamiliar para a saúde do binômio mãe-bebê, podendo se tornar mais grave por se tratar de adolescente, em virtude das transformações peculiares inerentes a esta fase da vida, a assistência de enfermagem durante a rotina de consultas do pré-natal no âmbito da atenção primária, podem ser um espaço que propicie a identificação dos sinais de violência e intervenções amparadas por lei, a fim de que está menor seja retirada deste cenário nocivo.

Palavras chaves: violência intrafamiliar, gravidez na adolescência, pré-natal, atenção primária.

### **INTRODUÇÃO**

A violência em sua totalidade, além de ser reconhecida como um grave problema social no Brasil, também vem ganhando um espaço de relevância no âmbito da saúde pública, em virtude dos seus efeitos nocivos que provocam desequilíbrio no bem-estar físico e mental. Este fenômeno complexo presente desde as primeiras civilizações desencadeados por questões multifatoriais, interfere diretamente na deterioração da qualidade de vida da sociedade, e dos gastos públicos (MENDONÇA, et al.,2018).

Nesse sentido, discute-se a violência do tipo intrafamiliar que tem como cenário a prática por um ou mais autores com laços familiares, conjugais, parentesco ou com vínculo afetivo, possuindo uma relação de poder violenta, independente de gênero. A violência intrafamiliar possui formas variadas de manifestações, como agressões físicas, abuso sexual, psicológico, negligência, abandono e maus-tratos (MACHADO ,et al.,2014).

Dessa forma, trazendo a dinâmica da violência intrafamiliar em um cenário de gestação precoce, a forma negativa da repercussão do fenômeno prejudica o desenvolvimento adequado da saúde do binômio mãe-bebê, caracterizando o fato como um grave problema de saúde pública (AGUIAR e GOMES,2021).

O surgimento de uma gestação precoce faz com que a família se torne o principal agente de apoio, para que está gravidez se desenvolva de forma saudável, além dela se mostrar indispensável na retomada e adaptação das atividades da adolescente. Todavia, em sua maioria, a revelação da notícia causa sentimentos de repulsa por parte dos familiares, desencadeando episódios de violência que por sua vez causa impactos negativos sobre a gravidez (MACEDO et al.,2018).

As diretrizes e estratificações de risco gestacional apontam que, a adolescente gestante inserida em um cenário de violência intrafamiliar apresentariam sua classificação de risco intermediário, além dos fatores de idade e baixa escolaridade. Entretanto, o desenvolvimento da gravidez deve ser monitorado até o último trimestre, haja vista da possibilidade de alterações no quadro clínico em decorrência do seu contexto social que pode influenciar no surgimento de patologias com risco potencial no comprometimento da evolução adequada da gestação aumentando os riscos de óbito materno e fetal (BRASIL,2019).

1

Sendo assim, dentro desse cenário familiar violento em que a adolescente grávida está inserida; faz com que a mesma esteja mais predisposta a evoluir para um aborto espontâneo, descolamento prematuro de placenta, trabalho de parto prematuro, complicações por trauma, infecções, hemorragias, danos psicológicos, ausência de afeto pela criança e morte materna (BARROS, et al., 2021).

Nesse contexto, os profissionais da saúde ocupam uma posição privilegiada para identificação de adolescentes em situação de violência intrafamiliar, e frequentemente, são os primeiros a serem informados sobre episódios de violência (MACHADO, et al.,2014).

No âmbito da atenção primária, a assistência de enfermagem durante as consultas do pré-natal, de adolescentes gestantes vítimas da violência intrafamiliar podem ser um meio estratégico para identificação de sinais

físicos e comportamentais indicativos de acometimento de violência. Contudo, dada à complexidade que engloba este tipo de violência, torna-se um desafio trazer a público o que é de esfera privada (LORDELLO e COSTA, 2020).

Dessa maneira, entende-se que a dinâmica da violência intrafamiliar, dentre as suas diversas formas de manifestações, não apenas afeta a saúde, como também, segrega o exercício dos direitos assegurados pelo estatuto da criança e do adolescente (ECA).

Perante ao cenário exposto, a pesquisa objetivou-se explicar a dinâmica e a relação da violência intrafamiliar contra as adolescentes grávidas, e de como as consultas de enfermagem durante o pré-natal na APS podem ser um meio de intervenção nesses casos.

## METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica de natureza explicativa, onde a pesquisa foi fundamentada em trabalhos de outros autores que apresentaram resultados alcançados, além de objetiva-se na explicação do fenômeno abordado.

O levantamento de dados foi elaborado em 5 etapas: delimitação do tema; recorte temporal; pesquisa bibliográfica; seleção dos estudos a partir dos critérios de inclusão e exclusão; análise e síntese dos resultados.

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de setembro de 2022 e maio de 2023, dentro do sítio da Biblioteca virtual em Saúde (BVS), onde foram selecionados artigos indexados nas bases de dados LILACS, BDENF e MEDLINE, além de uma busca também na plataforma Google acadêmico.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos dentro do eixo temático publicados entre 2002 e 2022 e que estivessem disponíveis na língua portuguesa. Foram excluídos artigos fora do tema abordado, recorte temporal e disponibilizados somente na língua estrangeira, livros, capítulos, resenhas, relatórios Técnicos, dissertações e monografias.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em sua totalidade, A violência praticada por pais e responsáveis contra os adolescentes repercute efeitos nocivos que podem interferir na vida adulta, uma vez que os mesmos deveriam desempenhar um papel afetivo na vida desses jovens (VIEIRA, et al.,2019).

Tendo isso em vista, as adolescentes grávidas que sofrem constantes agressões advindas desta classificação de violência, é duas vezes mais prejudicada em relação a uma mulher adulta inserida neste cenário, em virtude da sua imaturidade física e cognitiva, além de sua vulnerabilidade frente a sociedade (BRASIL, 2006).

Dentro do contexto da consequência a gestação é o resultado da violência intrafamiliar, pois muitas famílias possuem um modelo de criação que além de ser regado com agressões físicas e psicológicas, também possui uma certa rigidez diante do comportamento exigido dos filhos gerando ausência de abertura para uma relação alicerçada no diálogo e confiança, revelando dessa forma outro problema que seria a omissão frente à educação sexual, uma ferramenta de extrema importância, uma vez que os adolescentes tendem a ter sua primeira relação íntima nesta fase, sendo este um fator de risco para a gestação precoce (MOTA, et al.,2013).

Para muitas meninas submetidas a relações abusivas dentro do ambiente familiar, a gravidez se apresenta como uma alternativa para sair da casa dos pais, pois as mesmas acreditam que desta forma poderão obter afeto incondicional, família e reafirmar seu papel de mulher (SULLCA e SCHIRMER, 2006).

A gravidez na adolescência também pode ser resultado da violência sexual sendo esta uma vertente da violência intrafamiliar. Em sua maioria, o ato é praticado pelos membros da própria família, onde em massa se tem o maior número de casos, praticada por pessoas do sexo masculino (pai,irmão,tio e etc), no mais Lordello e Costa complementam “[...] Considerando os casos em que a gravidez decorre da violência sexual intrafamiliar, a dinâmica gestacional evidência repulsa e ambivalências quando revelada.’ (LORDELLO e COSTA apud RAKOVIC-FELSER, 2016,p. 96).

No contexto de causa, a revelação da gravidez precoce em alguns casos pode desencadear a violência intrafamiliar. Em uma pesquisa realizada com adolescentes grávidas, revelou que a descoberta da gravidez foi o ponto de partida para a manifestação da violência, através de agressões físicas, psicológicas e verbal, até mesmo a indução ao abortamento, dessa forma, tal cenário evidencia a não aceitação da situação gerando conflitos, sentimentos de vergonha e mágoa (MONTEIRO, et al.,2007).

Outra forma muito frequente da manifestação da violência intrafamiliar após anúncio da gravidez, é por meio da negligência, que também pode ser o motivo do surgimento da gestação no contexto da consequência supracitada. Portanto, o ato da negligência define-se como atitudes de omissão aos cuidados e proteção contra

agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, alimentação, higiene e até mesmo a própria gravidez (BRASIL, 2002).

Diante disso vale salientar que a negligência como vertente da violência descrita produz forte influência no acompanhamento do pré-natal e conseqüentemente dificulta não apenas o desenvolvimento da saúde do binômio, como também na possível identificação deste ciclo de violência. Para gestantes submetidas neste cenário violento, há maior aderência tardia ao pré-natal comprometendo dessa forma a qualidade da assistência prestada (MACEDO, et al.,2018).

Dentro desse contexto, a assistência ao pré-natal mostra-se como um momento oportuno para o reconhecimento e identificação dos casos de violência, uma vez que neste período as visitas ao serviço de saúde tornam-se mais frequentes. No entanto, muitos casos não demonstram sinais típicos do acometimento da violência, o que gera dificuldade na constatação, portanto é necessário que o profissional de enfermagem tenha uma visão holística para cada caso (MARTINS,et al.,2022)

A violência no ciclo gravídico de uma adolescente assume traços preocupantes por se tratar de duas vidas, além da potencialização dos riscos em decorrência da imaturidade anatômica, fisiológica e psicológica. Dessa forma, é de Extrema importância que o(a) enfermeiro(a) atuante frente a este tipo de assistência, esteja capacitado e atento para detectar sinais e sintomas apresentados na adolescente grávida, como fobias, sinais que remetam a um quadro depressivo, ansiedade e adesão tardia ao pré-natal (DEFELLIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020).

Diante deste cenário, é preciso também atentar-se aos condicionantes sociais, tendo em vista a sua contribuição para o surgimento da violência dentro do seio familiar. Fatores como baixa escolaridade de ambos os genitores, baixa renda, histórico de uso abusivo de drogas ilícitas e lícitas, etnia e filhas de mulheres com histórico de acometimento de violência praticada por parceiro íntimo necessitam ser levados em consideração para o rastreamento (ANTUNES; MACHADO; MALTA, 2020).

No contexto da atenção primária, o enfermeiro possui uma posição estratégica no que tange a identificação de casos de violência intrafamiliar contra adolescentes grávidas. Haja vista que, além da unidade onde o mesmo atua ser a porta de entrada do sistema único de saúde, ela também localiza-se no mesmo território da vítima e muitas vezes o profissional enfermeiro é quem fará o primeiro contato com essa jovem ao iniciar o pré-natal (COSTA, et al.,2015).

Outro ponto que evidência a relevância das consultas de enfermagem no contexto do pré-natal para elucidação dos casos, são a valorização e maior aderência das mesmas por parte das pacientes gestantes em virtude das características positivas da profissão. A assistência de enfermagem durante as consultas, é reconhecida como um espaço que promove acolhimento e diálogo permitindo livre expressão de dúvidas; compartilhamento de sentimentos e experiências, além de que, quando a consulta é realizada por uma enfermeira, o fato de ambas serem mulheres influência ainda mais na adesão das consultas, pois o apoio e a escuta ativa qualificam ainda mais o atendimento (RAMOS, et al., 2018).

Ainda dentro desse panorama, é nítido que um dos caminhos que viabiliza a qualidade da assistência prestada, é a competência dos profissionais em fazer o uso adequado dos protocolos de enfermagem. Todavia, apesar da sua importância, o fato não anula a necessidade do profissional enfermeiro estar atento às peculiaridades de cada gestante uma vez que a eficácia do pré-natal vai além do que é padronizado evidenciando a precisam de uma abordagem holística e humanizada (AMORIM, et al., 2022).

Em contrapartida ao cenário propício que o espaço promove para trazer a tona e intervir nesses casos, alguns empecilhos refletem na efetivação das notificações. O medo da represália por parte do agressor da vítima aliada à falta de preparo dos profissionais por parte das instituições de saúde, são alguns dos fatores que contribuem para a subnotificação (SILVA,2021).

Em outros caso, os empecilhos são causados pela postura antiética de alguns profissionais que prestam tratamento hostil e rude por meio de abusos e ameaças, quebra da confidencialidade; culpabilização e humilhação que contribuem para a evasão das adolescentes do serviço de saúde (MARANHÃO; VIEIRA; MONTEIRO, 2012).

Com a análise dos artigos, evidenciou-se como a violência intrafamiliar cometida contra adolescentes grávidas está relacionada de forma que a gestação possa ser o gatilho para o início das diversas formas de manifestações da violência intrafamiliar, ou podendo ser a consequência de um cenário onde a violência já fazia ninho.

Os estudos elegíveis para o presente trabalho evidenciaram o fato das adolescentes grávidas estarem mais



vulneráveis aos impactos nocivos na saúde do binômio mãe-bebê, em virtude da posição que ocupam dentro da sociedade. A gravidez precoce por si só apresenta alto risco, portanto, aliada ao acometimento rotineiro da violência praticada por seus familiares, logo esta gestante poderá evoluir para um agravamento do seu quadro clínico.

A importância das consultas de enfermagem durante a assistência ao pré-natal na APS, ficou evidente como um potencial caminho para a intervenção no ciclo da violência intrafamiliar. As pesquisas mostram que a frequência das consultas juntamente com as características de cuidado humanizado atribuídas à profissão do enfermeiro(a) podem ser fatores que facilitem a identificação de vítimas, e conseqüentemente levem a notificação dos casos aos órgãos competentes.

A violência, embora não seja um problema tipicamente médico, é sim fundamentada no meio social, ainda sim é considerada um grave problema de saúde pública. Dessa forma, há uma necessidade do fornecimento de treinamentos por parte dos serviços de saúde visando a implementação de protocolos de atendimento afim de fortalecer e ampliar o conhecimento de todos os profissionais diante das situações de violência vivenciadas por essas jovens possibilitando um desfecho favorável para às vítimas.

Como limitações indica-se o número escasso de trabalhos dentro desse recorte temático abordado na presente pesquisa. Recomenda-se que estudos posteriores dentro do recorte pesquisado possam ser realizados de maneira aplicada tanto com as adolescentes gestantes, quanto com os profissionais da enfermagem, bem como as demais categorias prestadoras de assistência ao pré-natal e demais níveis de atenções à saúde.

## REFERENCIA

AGUIAR, C.M; GOMES, K.W.L. **Gravidez na adolescência e violência doméstica no contexto da atenção primária à saúde.** Revista Brasileira de Medicina família e comunidade, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2401#:~:text=No%20seguimento%20de%20pr%C3%A9%2Dnatal.principal%20agressor%20foi%20o%20companheiro>. Acesso em: 9 de mai. 2023.

AMORIM, T.S; BACKES, M.TS; CARVALHO, K.M; SANTOS, E.K.A; DOROSZ, P.A.E; BACKES, D.S. **Gestão do cuidado de enfermagem para a qualidade da assistência pré-natal na atenção primária à saúde.** Escola Ana Nery, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/HGs3P75mn7qwnvB8WCH6r-VL/?lang=ptBARROS>. Acesso em: 9 de mai.2023.

BETTÚ, NATÁLIA, PICOLLI, FABIANA, TROMBETTA, TAISA. **Relações abusivas: a violência sexual no contexto intrafamiliar.** Anuário Pesquisa e extensão UNOESC, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/21545>. Acesso em: 9 de mai de 2023.

BRASIL. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço.** Cardenos de atenção básica n°8, série A- normas e manuais técnicos; n° 131, Ministério da Saúde, Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf&ved=2ahUKEwi53IzHwOn-AhVMKlKGHfkAwAQFnoECCIQAQ&usq=AOvVaw1f2dKp9d5N9bk-9CwSolcoC](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf&ved=2ahUKEwi53IzHwOn-AhVMKlKGHfkAwAQFnoECCIQAQ&usq=AOvVaw1f2dKp9d5N9bk-9CwSolcoC). Acesso em: 9 de mai.2023.

BRASIL. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada.** Série A. Normas e manuais técnicos, série diretos sexuais e direitos reprodutivos, Ministério da Saúde, Brasília, 2006. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_pre\\_natal\\_puerperio\\_3ed.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf). Acesso em: 9 de mai. 2023.

BRASIL. **Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério: guia de orientação para as secretárias estaduais e municipais de saúde.** Ministério da Saúde, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/saude-da-mulher-na-gestacao-parto-e-puerperio/>. Acesso em: 9 de mai.2023.

DEFELLIPO, E.C; CHAGAS, O.S.C; RBEIRO, L.C. **Violência contra gestantes: prevalência e fatores associados no município de Governador Valadares.** Revista de saúde pública, 2020. <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pYcWnH9DRHw5SmSxLFCTsBK/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai.2023.

LORDELLO, S.R.M; COSTA, L.F. **Violência sexual intrafamiliar e gravidez na adolescência: uma leitura bioecológica.** Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/QqFGJhsKBdpdysXPBG9vYnQ/?lang=pt>. Acesso em: 9 de mai.2023.

4

MACEDO, C.M; MIURA, P.O; BARRIENTOS, D.M.S. **Estratégias de enfrentamento da violência doméstica contra adolescentes grávidas: revisão interativa.** Edição temática: Contribuições e desafios das práticas de enfermagem em saúde coletiva. Revista Brasileira de enfermagem, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-988020>. Acesso em: 9 de mai.2023.

MARTINS, N.G.S; MOTA, A.C.Z.A.P; BASTOS, C.L.S.T; PIMENTEL, G.L; SILVA, M.K.T; RIBEIRO, M.G.A.S; SANTOS, M.V.S.B; GUINAZ, M.F; BASTOS, N.L.S.T; COSTA, S.C.B; RIBAS, S.L.F. **Violência contra a mulher: o cuidado pré-natal e a importância da atuação humanizada.** Revista científica mul-



tidisciplinar, v.3, n.9, p.1-7, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1853>. Acesso em: 10 de mai.2023

MONTEIRO, C.F.S; COSTA, N.S.S; NASCIMENTO, P.S.V; AGUIAR, J.A. **A violência intrafamiliar contra adolescentes grávidas**. Revista Brasileira de enfermagem, Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/vkX9Vy6d4Qb9NpGVHSGtC9q/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

MARANHÃO, T.A; VIEIRA, T.S; MONTEIRO, C.F.S. **Violência contra adolescentes grávidas: uma revisão interativa**. Revista universitas: ciências da saúde, Brasília, v.10, n.1, p. 41-49, 2012. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/1623>. Acesso em: 10 de mai.2023.

RAMOS, A.S.M.B; ALMEIDA, H.F.R; SOUZA, I.B.J; ARAUJO, M.C.M; PEREIRA, P.S.L; FONTENELE, R.M. **A assistência ao pré-natal sob a ótica das gestantes**. Revista interdisciplinar, V.11,n.2, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6763719.pdf>. Acesso em: 10 de mai.2023.

SILVA, A.S.B *et al.*, **Percepções dos profissionais da atenção primária à saúde sobre a violência contra mulher**. 2021. Disponível em: [https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/download/5596/pdf\\_2/32489](https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/download/5596/pdf_2/32489). Acesso em: 10 de mai.2023.

SULLCA, F.T; SCHIRMER, JANINE. **Violência intrafamiliar na adolescência na cidade de Puno-Peru**. Revista latino-Americana de Enfermagem, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/9hhnk5K5Wk-vwjBC8T8GJLzn/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai.2023.

VIEIRA, K.G; SCHLOSSER A; DE MARCO, T.T; D'AGOSTINI F.P. **Relações abusivas no contexto familiar**. Anuário Pesquisa e extensão UNOESC Videira, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/20651>. Acesso em: 10 de mai.2023.

**A IoT – Internet of Things -no setor de compras e suprimentos numa empresa de logística – controle de entradas e saídas de suprimentos em almoxarifado<sup>1</sup>**

**Marcília Miranda Teixeira dos Santos**

## RESUMO

A implementação da Internet das Coisas (IoT) tem revolucionado o setor de logística, proporcionando maior eficiência, controle e transparência nas operações. A IoT permite o monitoramento em tempo real de suprimentos, rastreamento de produtos desde a produção até a entrega, identificação de gargalos e falhas nos processos, e a tomada de decisões mais informadas e estratégicas. Além disso, a utilização de dispositivos inteligentes, sistemas de rastreamento e análise de dados e inteligência artificial são algumas das principais tecnologias disponíveis para alcançar esses objetivos.

Palavras-chave: IoT, logística, cadeia de suprimentos, tecnologias, monitoramento, eficiência.

## ABSTRACT

The implementation of the Internet of Things (IoT) has revolutionized the logistics sector, providing greater efficiency, control, and transparency in operations. IoT allows real-time monitoring of supplies, tracking products from production to delivery, identifying bottlenecks and flaws in processes, and making more informed and strategic decisions. Additionally, the use of smart devices, tracking systems, data analysis, and artificial intelligence are some of the key technologies available to achieve these objectives.

Keywords: IoT, logistics, supply chain, technologies, monitoring, efficiency.

# 1 INTRODUÇÃO

A integração das tecnologias está se expandindo cada vez mais, aumentando seu alcance e possibilidades de aplicação. Como resultado, as tecnologias têm um poder cada vez maior de transformação no mundo empresarial, onde a inovação está moldando a forma como as grandes empresas operam. As empresas estão injetando ideias, possibilidades e soluções reais para a enorme conexão de dispositivos que está surgindo.

A aplicação de novas tecnologias no setor de logística tem causado uma verdadeira revolução, interferindo na economia, competitividade e eficiência do mercado e trazendo modernização para a gestão. A tecnologia aplicada no controle de entrada e saída de suprimentos em um almoxarifado permite o controle do consumo e apresenta-se como uma ferramenta para uma gestão eficiente, possibilitando um planejamento adequado de compras e evitando desperdícios devido à falta de planejamento.

Portanto, a implementação da tecnologia IoT como instrumento para o gerenciamento de recursos, tanto no setor público como no privado, daria origem a uma gestão mais transparente e otimização das finanças. Essas inovações também são necessárias nas áreas de logística, tornando-as mais integradas à cadeia de valor, podendo ser acionadas quando necessário.

Além disso, a utilização da IoT na área de operações pode trazer grandes benefícios para a cadeia de suprimentos, permitindo o rastreamento e monitoramento dos produtos desde a produção até a entrega ao cliente final. Com a IoT, as empresas podem obter uma visão mais precisa e em tempo real de suas operações, permitindo a identificação de gargalos e a adoção de medidas para otimizar os processos (SANTOS, 2018).

A IoT também pode ser aplicada no monitoramento de equipamentos industriais, permitindo a coleta de dados em tempo real sobre o desempenho desses equipamentos, o que pode levar a uma redução dos custos de manutenção e do tempo de inatividade (FABRICIO, 2018). Além disso, a IoT pode ser utilizada para o gerenciamento de spindles em operação, permitindo uma melhor monitoração e controle desses equipamentos (BACHIM et al., 2020).

No entanto, a implementação da IoT apresenta desafios em relação à segurança dos dispositivos e dados coletados. É necessário garantir que os dados coletados sejam precisos e confiáveis, evitando a tomada de decisões baseadas em informações incorretas (STOYANOVA et al., 2020). Além disso, é necessário garantir a proteção dos dados contra ameaças externas, como hackers, o que exige uma abordagem multidisciplinar

<sup>1</sup> Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Computação e Sistemas na Universidade Estadual do Maranhão como requisito para conclusão de curso. Orientação: Prof. Dr. Leonardo. Co-orientação: Prof.Msc Riabeth Cutrim. Linha de Pesquisa: Gestão Empresarial

envolvendo engenharia, ciência da computação e direito.

A integração da IoT com sistemas legados já existentes nas empresas também pode ser um desafio, uma vez que muitas vezes esses sistemas não são compatíveis com a IoT. É importante que as empresas planejem cuidadosamente a integração da IoT em seus processos operacionais, garantindo que a tecnologia seja implementada de forma eficiente e sem prejudicar a operação atual (SINCLAIR, 2018).

Por fim, é importante ressaltar que a implementação da IoT na área de operações deve ser vista como um processo contínuo e colaborativo, envolvendo diversas áreas da empresa, como engenharia, tecnologia da informação, operações e gestão (SHAFIQUE et al., 2020). Dessa forma, as empresas podem obter o máximo benefício da tecnologia e se manterem competitivas no mercado.

Para maximizar os benefícios da IoT na área de operações, é importante que as empresas invistam em tecnologias adequadas e em profissionais capacitados para gerenciar e manter os sistemas de IoT (SANTOS, 2018). Além disso, a implementação da IoT requer um planejamento cuidadoso e uma estratégia clara, com a definição de objetivos e a avaliação da viabilidade da implementação da IoT em seus processos de produção (SINCLAIR, 2018).

A IoT também exige a utilização de sistemas de analytics e inteligência artificial para analisar e interpretar os dados coletados, permitindo que as empresas obtenham insights valiosos sobre suas operações e, conseqüentemente, possam tomar decisões mais informadas e eficazes (SHAFIQUE et al., 2020).

Tem-se o seguinte problema da pesquisa: Como isso impactaria nas cadeias de suprimentos? A gestão da cadeia de suprimentos, também conhecida como supply chain, abrange um grande número de etapas e diversas localizações geográficas, o que pode tornar o rastreamento de itens um desafio para muitas empresas. No entanto, a implementação da IoT pode permitir um controle mais eficiente das entradas e saídas de suprimentos, possibilitando um acompanhamento instantâneo e confiável do controle de abastecimento e estoque. Com a IoT, é possível ter uma visão em tempo real do estoque, o que facilita a gestão e a tomada de decisões em relação aos suprimentos.

a) E em se tratando de fornecedores e compradores, como isso iria facilitar essas relações?

No trato com fornecedores e compradores facilitaria a avaliação da eficiência das referidas empresas, se estão cumprindo prazos de entrega, prazos de pagamentos previstos, se os suprimentos estão sendo entregues nas quantias e na qualidade exigida de modo mais confiável, verificar e validar a real procedência dos produtos e serviços adquiridos, de maneira que o preço pago por tais produtos e serviços reflitam o custo real de produção.

b) Como implantar o IoT na gestão da cadeia de suprimentos?

Existem diversas maneiras de implantar a IoT nas empresas de logística. Uma opção é terceirizar a implementação com uma empresa que já tenha o software desenvolvido para o controle de estoque, o que pode ser uma solução mais prática e econômica. Outra opção é desenvolver um software próprio de acordo com as necessidades específicas da empresa, o que pode proporcionar maior controle e personalização do sistema. Independentemente da opção escolhida, é importante garantir que a equipe responsável esteja capacitada para lidar com as novas tecnologias e que os sistemas sejam integrados de forma eficiente com outros sistemas existentes na empresa.

c) Quais os benefícios da implantação dessa tecnologia?

A Internet das Coisas (IoT) tem sido amplamente adotada como uma tecnologia estratégica para empresas de diferentes setores, incluindo a logística. A sua utilização no gerenciamento da cadeia de suprimentos traz uma série de benefícios que impactam positivamente na qualidade dos serviços prestados e na produtividade da empresa como um todo. A IoT permite a coleta, processamento e análise de dados em tempo real, tornando possível a tomada de decisões mais precisas e eficazes.

Ao empregar a IoT na gestão da cadeia de suprimentos, as empresas podem obter maior controle e visibilidade sobre as operações, permitindo identificar gargalos e falhas nos processos e adotar medidas para otimizá-los. Além disso, a IoT possibilita o monitoramento de produtos e mercadorias em tempo real, desde a produção até a entrega ao cliente final, tornando possível a rastreabilidade e garantindo a segurança das operações.

A implementação da IoT na cadeia de suprimentos também possibilita a interação e compartilhamento de informações críticas entre colaboradores e gestores, promovendo uma maior colaboração e eficiência no trabalho em equipe. Isso permite uma maior integração e sincronização de processos e sistemas, possibilitando uma gestão mais eficiente e otimizada da cadeia de suprimentos.

Outro benefício importante da utilização da IoT na cadeia de suprimentos é a redução de custos. Com o monitoramento em tempo real e a identificação de gargalos e falhas nos processos, as empresas podem adotar



medidas para reduzir custos de produção e de transporte, além de minimizar o tempo de inatividade e aumentar a eficiência dos processos.

Dentre as tecnologias de IoT que podem influenciar na cadeia de suprimentos na empresa de logística, destacam-se os sensores e dispositivos inteligentes, que permitem a coleta e transmissão de dados em tempo real; os sistemas de rastreamento e monitoramento de produtos, que permitem a localização e acompanhamento dos produtos durante toda a cadeia de suprimentos; e as plataformas de análise de dados e inteligência artificial, que permitem a identificação de padrões e insights para a tomada de decisões estratégicas.

A utilização da IoT na gestão da cadeia de suprimentos traz uma série de benefícios para as empresas de logística, incluindo maior controle e visibilidade sobre as operações, redução de custos, melhoria na eficiência dos processos, interação e compartilhamento de informações críticas, e segurança nas operações.

Desta maneira, como a implementação de tecnologias de IoT pode melhorar o desempenho operacional na cadeia de suprimentos de uma empresa de logística e quais são as principais tecnologias disponíveis para atingir esse objetivo?

De acordo com o que foi evidenciado, as empresas do setor de logística estão em constante busca por soluções que possam garantir qualidade nos processos operacionais. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar o controle e gerenciamento de estoque utilizando sistema de identificação de radiofrequência (RFID) dos itens visando melhorias internas nos serviços oferecidos na cadeia de suprimentos.

Por meio da temática “IoT em suprimentos”, busca-se propor uma solução técnica baseada em tecnologia IoT utilizando sistema de identificação de radiofrequência (RFID) de para o controle de compras e suprimentos na empresa de logística, capaz de fornecer informações relevantes para a tomada de decisão. É importante salientar que, à medida que novas tecnologias surgem no mercado para facilitar o desenvolvimento das atividades logísticas e de outras áreas, devem ser consideradas para possibilitar um maior controle na gestão.

A IoT aplicada à gestão de suprimentos se mostra como uma ferramenta com grande importância no controle de estoque, porém, o software utilizado deve ser adequado à realidade de cada empresa, garantindo a fidedignidade das informações. Somente assim, a aplicação da tecnologia alcançará o objetivo pretendido e proporcionará uma gestão mais eficiente. É fundamental que a equipe responsável esteja capacitada para lidar com as novas tecnologias e que haja uma integração eficiente dos sistemas de IoT com outros sistemas existentes na empresa.

**Tem-se como objetivos específicos:** Analisar os principais indicadores de suprimentos da empresa de logística; Garantir o controle de entrada e saída de suprimentos na empresa de logística; Fornecer informações precisas e fidedignas em tempo real para o gestor da empresa de logística; Permitir a classificação da saída de suprimentos de acordo com o prazo de validade, priorizando a saída de mercadorias com prazo de validade mais próximo; Prevenir perdas, furtos e erros de estoque, reduzir desperdícios.

Os objetivos específicos deste estudo são fundamentais para alcançar o objetivo geral de propor uma solução tecnológica baseada em IoT para controle de entrada e saída de suprimentos na empresa de logística, a fim de garantir o controle, precisão e eficiência das atividades relacionadas à gestão de suprimentos.

Inicialmente, será realizada uma verificação dos principais processos relacionados ao uso de tecnologia em suprimentos na empresa de logística. Essa análise permitirá compreender o cenário atual e identificar possíveis gargalos que podem ser solucionados com o uso da IoT. Além disso, será avaliada a estrutura organizacional da empresa de logística, a fim de identificar como a tecnologia pode ser implementada de forma eficiente e integrada aos processos existentes.

A análise dos principais indicadores de suprimentos da empresa de logística também é essencial para compreender como a tecnologia pode contribuir para o aumento da eficiência e redução de custos.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 Conceituação da logística

3

A palavra logística origina-se do francês *loger*, que significa alugar. Atualmente esse termo abrange o campo administrativo envolvendo gerência de estoques, armazenagem e movimentação. De acordo com *Council of Supply Chain Management Professionals – CSCMP* (2011) define-se logística como:

Logística é a parte do Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos que inclui os processos de planejar, implementar e controlar de maneira eficiente e eficaz o fluxo e a armazenagem de produtos, bem como os serviços e informações associados, cobrindo desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com

o objetivo de atender aos requisitos do consumidor.

Já a logística reversa se trata de uma área da logística empresarial que tem a função de planejar e controlar as informações em relação à pós-venda, ou seja, é o responsável pela satisfação do cliente, aonde a vida do produto vai além de sua entrega, para que produtos danificados possam ser corretamente descartados, reparados ou reaproveitados. Podendo ser definida como o conjunto de atividades de uma empresa desde a compra da matéria prima até o consumo final.

Ressalta-se que grandes mudanças estão ocorrendo em relação à produtividade, resultando em exigência por profissionais que se adéquem e acompanhem essa transformação. Conforme aponta Pochmann (1999, p. 35-36):

Alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores), que implica na redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outras; alteração da organização interna do trabalho: há redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado nas atividades secundárias, que implica na redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão e maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários e a redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros).

Com isso, a logística empresarial sente bastante essa mudança, já que implica principalmente na administração e controle de estoque e movimentação de produtos. As atividades primárias da logística empresarial são a gerência de estoques fazendo com que o produto esteja disponível de acordo com a necessidade da empresa e do consumidor; Gerência de transportes dispondo o produto no local necessário; Gerência de informações com a função de coletar, processar e transmitir o pedido dos clientes internos e externos acerca da sua produção e despacho. Sendo que este trabalho será focado na gestão de estoques.

Para que uma organização obtenha lucro, precisa alcançar os “cinco objetivos de desempenho” que conforme elucida Slack (1996, p.103) são:

- **Rapidez** – No meio comercial dos dias atuais necessita-se de uma velocidade de resposta para satisfação do cliente.
- **Flexibilidade** – É a capacidade de alterar a operação de alguma forma. Havendo possibilidade de se mudar a operação, ou seja, pode-se alterar o que a operação faz como faz ou quando faz.
- **Confiabilidade** – É a capacidade de realizar coisas em tempo, fazendo desta forma com que o cliente receba seus serviços no momento que lhe foi prometido.
- **Custos** – Devem-se conhecer os custos unitários dos diversos serviços prestados pela empresa e compará-los com os custos-padrões, para determinar se os serviços dão lucros satisfatórios.
- **Qualidade** – A qualidade é a satisfação das necessidades dos consumidores, podendo ser expressa quando o consumidor solicita um serviço sob medida, cabendo a empresa a tarefa de detectá-la através de pesquisas de mercado.

Para que uma empresa consiga se manter e competir no mercado faz-se necessário a utilização de ferramentas que resultem em melhor qualidade, menor custo e menor tempo de execução. A filosofia JIT (Just in Time) fundamenta-se em fazer bem as coisas simples e eliminar os desperdícios em cada passo do processo, otimizando a produção. A filosofia kaizen é uma palavra japonesa que significa processo contínuo, objetiva uma contínua melhoria.

Para Chaves (2005) melhoria contínua é um sistema que visa promover o trabalho e possibilitar o crescimento humano por meio de uma constante troca de ideias e conhecimentos entre seus componentes.

Alude-se que o planejamento estratégico visa à integração da manufatura com as outras funções dentro da organização e determina como a empresa tenciona competir no mercado, procurando então, criar condições para que esforços sejam focalizados fazendo com que a empresa obtenha um melhor desempenho. Porém, se um planejamento não for bem executado pode gerar desvantagens para a organização onde atividades importantes para o sucesso da organização poderão ser negligenciadas.

O serviço global atua no recebimento do produto pelo consumidor através de atividades arquitetadas e ordenadas de forma otimizada. Dias (1993, p. 41) elenca os objetivos do serviço logístico:

Melhoria do serviço: Os proveitos de uma empresa crescem na medida em que a qualidade do serviço logístico aumenta; Redução do capital empatado: O nível do serviço logístico deve ser obtido com a minimização do capital investido; Redução do custo operacional: Os clientes apreciam muito a qualidade do serviço logístico, mas ignoram os custos do processo. Na redução de custo operacional é preciso que seja analisado até que ponto os níveis de estoque são viáveis em relação a custo e benefício.

Ressalta-se que no serviço logístico alguns fatores devem ser considerados para que resulte em uma vantagem competitiva a partir de uma eficiente distribuição de serviços e mercadorias, são aqueles que possuem benefícios operacionais com menor custo possível. No serviço logístico, o transporte tem grande importância na sua qualidade já que tem impacto direto com o tempo da entrega, sua confiabilidade e segurança dos produtos.

O serviço logístico deve ser entendido como um importante componente, se não o mais importante para os serviços globais oferecidos pela empresa, sendo valioso para o sucesso das operações nas cadeias de suprimento. (BALLOU, 2006).

Como existe uma dificuldade de se desenvolver vantagens competitivas pela empresa, as empresas estão passando a vender processos logísticos e não apenas produtos. Doctker (2000, p. 51) define serviço logístico como: “o processo integral de atendimento do pedido, englobando elementos desde a recepção do pedido até a disponibilização dos serviços ao usuário e programa de devoluções”.

Destaca-se que o serviço logístico é multidimensional, já que cada segmento de mercado de acordo com seu produto ou serviço é que define a importância que cada variável possui, porém cada atributo que pode ser valioso para o fornecedor, na visão do cliente não possui tanta relevância.

## 2.2 Custo logístico

Os custos logísticos são gerados através do planejamento, implementação, controle das atividades logísticas da empresa, onde segundo Dornier (2000) a qualidade e rapidez da captação, processamento e transmissão da informação no sistema logístico garante um processo decisório racionalizado, desenvolvendo atividades eficientes, uma gestão dos canais logísticos não predispostos a otimizações parciais e um nível de comunicação interna e externa satisfatório.

O sistema de informações favorece a compreensão, processamento, armazenamento e recobrimento das informações da empresa, sendo necessário, portanto, um planejamento acerca da disposição, demanda e precisão de material.

O controle de gestão atua comparando os valores reais e esperados quanto ao nível de serviço formado e os custos logísticos calculados.

Define-se então os custos logísticos como proveito das pendências dos clientes, atendimento, ratificação e expedição de informações para a relação entre as diversas funções empresariais; ideação, apoio e prática de métodos de previsão, plano e diagnóstico de valores, informações e resultados; domínio e cumprimento de ações corretivas; organização e administração do sistema logístico avaliado em seu conjunto; pessoal e sistemas computacionais; diminuição e restrição dos equipamentos e infraestrutura técnica.

Os custos logísticos associados à gestão de estoques têm a função de determinar quais os produtos e materiais que podem ser estocados, bem como a sua disposição, tendo como custos logísticos o custo financeiro de posse do estoque, custo de armazenamento, custo originário de riscos, custo de falta de materiais e produtos, colocação do pedido para ressuprimento, custo de falta de materiais ou produtos quanto ao não atendimento de demanda devido a falta do item estocado, custo de aquisição.

Os custos logísticos associados ao suprimento e compras são mais adotados por empresas mais competitivas, como afirma Novaes (2001, p. 23):

5

O enfoque da logística global, hoje adotado pelas empresas mais competitivas, corresponde à visão de que o fluxo de materiais inter-empresas deve ser planejado de forma integral e conjunto, o que leva essas empresas a considerar seus fornecedores como parte integrante de seu próprio processo de fabricação e de comercialização.

Os custos logísticos associados ao transporte têm maior participação no valor final logístico de acordo com o meio e modo de transporte selecionado, influenciado pelo tipo do produto. Esses custos pautados com o transporte têm a função de definir rotas e seleção de percursos, composição de cargas e operação de veículos.

A apuração dos custos logísticos necessita de um mapeamento de todos os custos relacionados a todas

as atividades da empresa desde a distribuição até o momento pós-venda.

## 2.3 GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

O conceito de cadeia de suprimentos está vinculado ao conceito de logística, este que se trata de um termo amplo que envolve várias atividades. De acordo com Bowersox e Closs (2001) a logística inclui todas as atividades relacionadas à movimentação de produtos e transferência de informações dos participantes de uma cadeia de suprimentos. A cadeia de suprimentos, por sua vez, se constitui como uma estrutura logística que possibilita o trabalho em conjunto com o intuito de levar produtos, serviços e informações, de forma eficiente até o consumidor final.

Pode-se dizer, com base em Chopra e Meindl (2003), que a cadeia de suprimentos envolve desde o atendimento até a entrega do pedido de um cliente. Para Pires et. al (2001) cadeia de suprimentos consiste em “uma rede de companhias efetivamente responsáveis pela obtenção, fabricação e disponibilização de um produto ou serviço qualquer ao elo final, ou seja, o cliente”.

Desta forma, em linhas gerais, é possível dizer que a cadeia de suprimentos trata-se de uma rede que envolve diferentes processos e atividades visando a satisfação das necessidades dos clientes, tanto em seus produtos quanto nos serviços.

De acordo com Rodrigues e Santin (2004, p. 98) a cadeia de suprimentos tem como objetivo:

Integrar todos os processos desde a fabricação até a distribuição do produto, com o intuito de otimizar custos para o fabricante e agregar maiores valores ao consumidor final, por meio de funções que atendam as suas necessidades. Tudo isso deve acontecer com uma rápida resposta, desde o atendimento do pedido até a entrega do produto.

Para Lambert et. al. (1998) para que a cadeia de suprimentos obtenha êxito é de suma importância que a mesma seja analisada, para tanto deve-se conhecer a configuração da cadeia de suprimento, sendo o primeiro passo definir seus elos. Tais elos podem ser divididos em primários ou de suporte. Os elos primários se configuram como as companhias ou negócios estratégicos responsáveis por desenvolver atividades operacionais ou de gestão nos processos de negócios necessários para produzir um produto ou serviço para um cliente ou para determinado mercado e de suporte. Já os elos de suporte são as companhias que apenas oferecem recursos, conhecimentos, utilidades ou ativos para os elos primários. (LAMBERT et. al., 1998).

Segundo Chopra e Meindl (2003) para se desenhar a configuração de uma cadeia de suprimentos cinco elos primários são identificados, os quais: Fornecedores de matéria-prima em vários níveis; Fabricantes; Atacadistas/Distribuidores (ou Centros de Distribuição); Varejistas; Clientes.

Contudo, vale salientar que não é necessário que a cadeia de suprimentos considere todos os elos citados, dependendo da especificidade de cada cadeia de suprimentos, devendo ter foco nas necessidades dos clientes, e dos elos necessário para atendê-las.

## 2.4 Alinhamento estratégico

Pode-se dizer, com base em Di Pietro (2006), que alinhamento estratégico é um processo que possui o intuito de ajustar a organização externa em relação ao seu ambiente de atuação por meio da formulação de uma estratégia, e no âmbito interno buscar coerência entre a estratégia, os recursos e os processos gerenciais.

Assim, o alinhamento estratégico visa assegurar a organização e a integração lógica de um conjunto de atividades estruturadas com o intuito de alinhá-las, ao mesmo tempo em que garante a flexibilidade da implantação da estratégia, possibilitando que mudanças estratégicas possam ser realizadas, e incorporadas a este processo.

6

De acordo com Chopra e Mendl (2003) o alinhamento estratégico possui a finalidade de conciliar as estratégias corporativas e competitivas empresariais com as da cadeia de suprimentos, sendo necessárias três grandes fases para sua realização, as quais: 1ª) Entender o cliente ou o mercado; 2ª) Entender a cadeia de suprimentos; 3ª) Realizar o alinhamento estratégico.

A primeira fase a ser realizada para se conquistar o alinhamento estratégico é identificar como se comportam os clientes e o mercado a ser atingido, devendo-se para tanto obter dados que dimensionem o tamanho do lote, o tempo de resposta que atendem à necessidade dos clientes, a variedade de produtos necessária, o



nível de serviço, o preço, a demanda, enfim, todos os aspectos que descrevam o comportamento do cliente e do mercado alvo.

Já a segunda fase tem como objetivo entender qual a melhor forma para atuação da cadeia de suprimentos no mercado alvo, levando em consideração as definições da primeira fase, devendo está de acordo com a estratégia do escopo do produto em funcional ou inovador.

A terceira fase do processo de alinhamento estratégico se configura pela combinação das duas primeiras fases, de modo que a gestão da cadeia de suprimentos possa ser sustentada pela cadeia de valor. O alinhamento estratégico em sua terceira fase pode ser traçado de acordo com o grau de incerteza da demanda de produtos necessária e o posicionamento da cadeia considerando a necessidade de responsividade e eficiência, bem como, o que deve ser puxado e o que deve ser empurrado na cadeia de suprimentos. A terceira fase finalizada caracteriza também o fim do processo de alinhamento estratégico, ocorrendo tal finalização assim que as fases estiverem bem delineadas para se adaptarem ao que as estratégias da cadeia de suprimentos solicitam. Nesse momento faz-se necessário dimensionar a melhor estratégia de operações, de fornecedores e de logística.

Vale ressaltar que o cenário que envolve o alinhamento estratégico deve ser dinâmico, haja vista que a evolução dos negócios, a participação no mercado, e o ciclo de vida dos produtos mudam conforme o passar do tempo. Desta forma as necessidades de revisão das fases do alinhamento estratégico deve ser feita de forma constante, e ainda, as políticas adotadas devem ser mapeadas constantemente.

## 2.5 Gestão da cadeia de suprimentos

O termo gestão da cadeia de suprimentos (GCS) vem do inglês *supply chain management* (SCM). Surgiu por volta das décadas de 80 e 90 a partir da necessidade de integração dos departamentos internos das empresas. (PIRES, 2004).

Desta forma, a gestão da cadeia de suprimentos trata-se de uma integração de todos os processos logísticos, ressaltando que podem acontecer conflitos durante o processo já que ocorre uma centralização, onde as atividades se dão de uma forma interpolada de acordo com a necessidade de seu desenvolvimento. (RUSSEL, 1998).

Como definição, Pires (2004, p. 70) afirma que se trata de:

Um modelo gerencial que busca atender as sinergias através da integração dos processos de negócios chaves ao longo da cadeia de suprimentos. O objetivo principal é atender ao consumidor final e outros stakeholders de forma mais eficaz e eficiente possível, ou seja, com produtos e/ou serviços de maior valor percebido pelo cliente final e obtido através do menor custo possível.

Assim, o objetivo principal da gestão da cadeia de suprimentos é focar no cliente final, onde se visa maximizar o valor global gerado, ou seja, o montante financeiro que será recebido pelos produtos e serviços oferecidos pela empresa, tornando-a rentável. (CHOPRA; MEINDL, 2003). Complementando a observação de Chopra e Meindl (2003, p. 121) afirmam:

Entende-se por “valor global gerado” a diferença entre o valor do produto final percebido pelo cliente, refletido no preço que ele está disposto a pagar, e o esforço realizado pela cadeia para atender ao seu pedido, ou seja, o quanto cada estágio foi responsável pelo incremento do valor final.

Desta forma, é preciso verificar que atividades geram valor agregado para a empresa e também verificar qual a divisão mais adequada do valor global gerado na cadeia. Assim, o sucesso de uma cadeia de suprimentos depende da lucratividade total que deve ser dividida entre todos os estágios da cadeia e do que é realizado para atrair o cliente final. (PIRES, 2004).

A nomenclatura usual da cadeia de suprimentos para a sistemática e práticas da gestão do relacionamento com o cliente é o Customer Relationship Management (CRM), que **é considerado como uma estratégia para facilitar o gerenciamento do conhecimento e para as tomadas de decisões, com o intuito de antecipar e satisfazer as expectativas dos clientes.**

Importante salientar que não se trata de escolher clientes, mas sim de determinar quais serão focados para o estabelecimento de ações voltadas a uma integração mais profunda de sistemas de informações e de avaliação de desempenho. Um cliente-chave é identificado basicamente pelos volumes negociados e no seu potencial estratégico.

A utilização da tecnologia de informação, a integração de pessoas e processos e a estratégia de gestão

de negócios por meio do relacionamento com o cliente permite maior lucratividade e ganhos em vantagem competitiva.

O CRM não deve ser entendido apenas como uma ferramenta da tecnologia da informação, pois sua filosofia enfatiza o atendimento ao cliente em todas as suas etapas, desde o primeiro contato (por telefone, por exemplo), passando pela negociação, até o pós-venda. Tem como objetivo principal de otimizar a gestão de todos os relacionamentos, incluindo consumidores e canais de distribuição. (BULLER, 2012 p. 60).

O CRM sob o ponto de vista tradicional pode ser dividido em operacional, enquanto visa a criação de canais de comunicação com o cliente; analítico, quando as informações obtidas junto aos clientes permitem a otimização dos negócios em curso e a geração de novos negócios; e colaborativo, quando cria-se conhecimento aplicável à criação de valor para o cliente e para novos potenciais clientes.

Na gestão de clientes, existem muitos desafios e um deles é estabelecer comunicação contínua, que permite a identificação em tempo real das mudanças de necessidades, permitindo a rápida adequação dos processos de atendimento, partindo do processo de fidelização dos já existentes até a conquista de novos clientes.

As ferramentas de TI (Tecnologia da Informação) não restam dúvidas, são importantes e devem ser intensamente utilizadas em virtude do grande fluxo de informações pertinentes à gestão do processo de atendimento aos clientes, mas deve-se evitar o entendimento de que se resume a ferramentas, técnicas e sistemas, para não se perder a essência da solução personalizada, que é a finalidade do CRM junto aos clientes.

Sabe-se que, embora a gestão de clientes seja importante para o resultado da atuação em cadeias de suprimentos, ainda existe dificuldade na criação de sistemas de avaliação de desempenho nos quais clientes sejam avaliados com a mesma intensidade que os fornecedores.

Entende-se que o processo de reestruturação da base de fornecedores consiste basicamente na redução do número de fornecedores, com os quais se deve manter alinhamento estratégico e comunicação direta e ágil.

Dessa forma, faz-se necessário e oportuno a identificação das competências que possam trazer diferenciação perante a concorrência e os clientes. As cadeias são ajustadas de acordo com seu foco no mercado e os fornecedores são selecionados observando-se a aderência de seu core business a esse foco. Importante saber que Core business significa negócio central ou principal da organização e foco dado a este. (BULLER, 2012).

Vale salientar que as competências centrais também são importantes para a decisão, que deve ser estratégica e não apenas baseada em custos, uma vez que a seleção de fornecedores envolve, por muitas vezes, a decisão de terceirização de atividades ou processos.

A observação da centralidade e o custo de troca irá determinar o relacionamento a ser estabelecido com fornecedores. Observa-se que a centralidade do fornecedor será mais elevada quanto maior a diferenciação de seu produto e maior se apresente o valor criado e percebido pelo cliente.

Ressalta-se que a redução de fornecedores associada à globalização leva muitas organizações à seleção de fornecedores globais (*global sourcing*) para todas as suas unidades de negócios ao redor do mundo (*follow sourcing*). Essa redução pode levar ao estabelecimento de uma fonte única de suprimentos.

Vale salientar que a fonte única não significa exclusividade, pois pode existir mais de um fornecedor qualificado e o gestor do processo decidir-se pelo suprimento de apenas um deles em virtude de volumes de negociação e influências das decisões estabelecidas em contratos para o suprimento global.

Para que a parceria seja economicamente viável faz-se necessário a dedicação das partes envolvidas pressupondo-se grande volume de atividades conjuntas. Importante saber que não é habitual que uma organização considere todos os seus fornecedores nesse nível de relacionamento. Conclui-se assim que uma parceria deve ser cultivada, avaliada e reavaliada continuamente entre os membros de uma cadeia de suprimentos.

## 2.6 IOT e a 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

8

Inicialmente houve o surgimento da máquina a vapor, dando início a mecanização da produção, após veio a eletricidade e o fordismo, com a produção em massa (BERGER, 2014, p. 23).

De acordo com que os níveis de produção cresceram, também aumentou o rendimento econômico dos países e assim o nível de exigência das populações subiu. Como consequência o ritmo de vida está cada vez mais acelerado, e um dos fatores que influenciam para este aumento acelerado é o impacto das novas tecnologias. Para se adequarem a esta realidade os empreendimentos tiveram que se adaptar as exigências, principalmente dos consumidores, que a cada momento querem produtos novos e diferenciados, além do ambiente ser cada

vez mais competitivo. (BERGER, 2014, p. 41).

Assim, foram estabelecidas as condições tecnológicas para inovações, que jamais haviam sido pensadas, nem possíveis e “que fizeram surgir os sistemas ciberfísicos, a Internet das Coisas e a Internet dos Serviços. Estava em marcha a 4.ª Revolução Industrial” (BERGER, 2014, p. 41).

Internet das coisas é um paradigma que visa conectar tudo o que pode ser conectado à Internet, onde esse “tudo” faz referência a pessoas, processos, coisas (carros, televisores, câmeras, geladeiras, aeroportos, cidades entre outras inúmeras possibilidades) e seus respectivos dados.

Dessa forma, soluções de IoT têm sido amplamente fomentadas em diversos setores, devido a suas enormes perspectivas de mercado e benefícios associados, este paradigma tem recebido muita atenção de governos, empresas e universidades em todo o mundo. Desempenhando um papel importante e visando facilitar a integração de redes de sensores através de comunicações móveis, redes privadas ou Internet, para a gestão e controle de processos e dados, normalmente correlacionados a cálculos de Retorno de investimento (ROI).

Para qualquer solução de IoT, é necessário aplicar os conhecimentos e processos do segmento para obtenção de dados cruciais, por exemplo: Para uma solução de IoT no ramo automotivo ou um “automóvel conectado” é preciso compreender sobre o trânsito e suas normas, sobre o veículo, seus componentes e tecnologias embarcadas, passageiros e cargas. Agora, para uma solução de IoT no aeroporto, se faz necessário conhecimento sobre as operações de voo, companhias aéreas, quanto tempo um passageiro demora para embarcar, processo logístico para bagagens e aeronaves, procedimentos relacionados à segurança, serviços ofertados, entre outros. Todas essas informações podem ajudar para que o usuário esteja no lugar certo, na hora certa e com as ferramentas ou informações disponíveis para uma determinada ação.

Então, IoT não se trata apenas de conectividade, mas de qual forma se utilizar dados obtidos através de dispositivos dentro de um contexto que venha a auxiliar um processo, uma decisão ou automatize um comando. A real importância da solução está diretamente ligado à como os dados obtidos podem providenciar valor aos produtos, serviços ou processos.

Soluções de IoT podem incluir diversos componentes tecnológicos, uma vez que existem inúmeras variáveis de soluções para inúmeros segmentos. Contudo o autor elencou, segundo sua visão, que os componentes que devem estar presentes em grande parte das soluções de IoT, sendo elas: Fonte de energia, Sensores, Redes, Cloud e Big Data.

Segundo STANKOVIC a Internet das coisas não deve ser vista como uma simples automação ou um sistema autônomo individual, mas como uma infraestrutura globalmente integrada com muitas aplicações e serviços.

A movimentação financeira gerada pela adoção de IoT pode variar drasticamente. Quanto à receita incremental da Internet das coisas, as estimativas variam drasticamente. O Gartner projeta que os fornecedores de produtos IoT irão gerar receita incremental de US \$ 60 bilhões em 2020; Prestadores de serviços IoT tem projeções para gerar um adicional de US \$ 250 bilhões em receita até o final desta década. O Gartner define valor agregado como qualquer coisa que aumenta a receita ou diminui os custos. Para colocar isso em perspectiva, o tamanho da economia total dos EUA é atualmente de US \$ 15,5 trilhões.

Segundo recente estudo da Cisco (J. Bradley, J. Barbier, D. Handler) a IoT é projetada para criar US \$ 14 Trilhões, através de uma combinação de aumento de receitas e custos reduzidos, para o setor privado de 2013 a 2022

Com relação aos protocolos para implementação, padrões como o MQTT e CoAP evoluíram e são mais adequados para ambientes restritos do que o protocolo web padrão HTTP uma vez que as mensagens são mais leves a fim que de sensores e pequenos dispositivos móveis possam ser otimizados para redes TCP/IP não confiáveis ou de alta latência.

Reitera-se assim, que com a indústria 4.0 a simulação de objetos passa a ser cada vez mais comum. A realidade virtual já não é usada apenas para jogos de vídeo ou entretenimento. O conceito pode ser dirigido a muitas outras áreas, desde as aplicações militares, sector da saúde, educação, turismo, arquitetura, vendas e marketing e a indústria. Os ambientes virtuais podem ser usados em cada momento do processo industrial, seja para planejar, projetar, fabricar, prestar serviços e manutenção, testar produtos ou realizar o controle de qualidade (BERGER, 2014).

Na essência, a principal novidade para o ambiente das empresas é a conectividade. A partir da digitalização, toda a fábrica estará conectada, desde a produção até o sistema de logística e os departamentos de marketing e vendas. Máquinas conversarão com máquinas e também com peças, com ferramentas e com seres

humanos. Tudo isso por meio de sistemas ciberfísicos que enviam informações de um dispositivo para o outro (STONER, 1992, p. 5).

A industrialização iniciou-se com a introdução da fabricação mecânica no final do século XVIII, conhecida como primeira revolução industrial, ocasionando uma revolução na maneira como os produtos eram fabricados.

Um exemplo de sua utilização é a máquina mecânica de tear, que proporcionou o aumento da produtividade. Logo após, houve a segunda revolução industrial, que envolveu o emprego de energia elétrica e a divisão de trabalho. Logo após, veio a terceira revolução que ficou caracterizada pelo uso das TICs. Por último, a quarta revolução industrial, denominada como “indústria 4.0”. Esta é centrada na utilização de recursos de informação e tecnologia da comunicação (KAGERMANN, 2013).

Assim, reitera-se que esta tem como objetivo otimizar o uso das TICs, aproveitando a questão tecnológica, a qual contribui para o avanço no potencial econômico. Neste sentido, se esta revolução da internet nos deixa cada dia mais conectados com os amigos virtuais, e afastados dos amigos reais, nos empreendimentos a indústria 4.0 propicia uma revolução nos processos, mecanismos, e até mesmo nos hábitos e maneiras de consumir.

## CONCLUSÃO

Nesse estudo procurou-se verificar como a gestão da cadeia de suprimentos e o processo logístico, demonstrando-se duas configurações, peculiaridades, bem como a importância desse processo para o seu bom andamento,

O processo logístico e a gestão da cadeia de suprimentos são demonstrados como complementares e fundamentais apresentando-os como processos fundamentais para evitar desperdícios.

Entende-se, portanto, que os objetivos propostos foram alcançados e destaca-se que este assunto não pretende se esgotar aqui, pois procurou-se explicar de forma sucinta o tema abordado. Quem desejar se aprofundar pode buscar os autores e obras citados nas referências bibliográficas.

Ao final do estudo pode-se perceber a importância da gestão da cadeia de suprimentos e da logística de distribuição como parte do processo logístico se faz fundamental para que não se tenha intercorrências durante sua execução, seja pelo excesso de material adquirido que por vezes acaba sendo desperdiçado e impactando ao meio ambiente, seja pela falta do material trazendo atrasos.

Enquanto a logística de distribuição permite que os materiais cheguem aos diversos planos a partir de diferentes equipamentos que devem ser escolhidos de acordo com a necessidade, devendo ser analisadas todas as etapas e procedimentos necessários ao processo.

Sugere-se que a aquisição de materiais e o processo de distribuição logístico seja planejado desde o projeto, sendo elaborados cronogramas que auxiliem a tomada de decisões para aquisição, estoque e distribuição dos suprimentos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. **A Internet das Coisas irá muito além das Coisas**. 2017.

ARYAL, Arun et al. **The emerging big data analytics and IoT in supply chain management: a systematic review**. Supply Chain Management: An International Journal, v. 25, n. 2, p. 141-156, 2020.

BACHIM, Thyago et al. Proposição de um sistema IoT (Internet of Things) para gerenciamento de spindles em operação. 2020.

BALLOU, Ronaldo H. **Logística Empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição. São Paulo, Atlas, 2006.

BEN-DAYA, Mohamed; HASSINI, Elkafi; BAHROUN, Zied. **Internet of things and supply chain management: a literature review**. International Journal of Production Research, v. 57, n. 15-16, p. 4719-4742, 2019.

BOWERSOX, D. CLOSS, David J. **Logística Empresarial**: O Processo de Integração da Cadeia de Supri-



BULLER, Luz Selene. **Modelagem sistêmica do ciclo de vida do aguapé do pantanal e análise do uso desta biomassa para a produção de bio-óleo e bio-fertilizante.** Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2012.

CHAVES, N. M. D. et al. **Caderno de campo das equipes de melhoria contínua.** 2005. 1. ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2005.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Supply chain management: strategy, planning and operations.** New York: Prentice Hall, 2003.

COSTA, Cainã L.; OLIVEIRA, Leticia; MÓTA, LS Michele. **Internet das coisas (IOT): um estudo exploratório em agronegócios Internet of Things (IOT): na exploratory study in agribusiness.** VI Simpósio da Cienc. do Agronegócio, 2018.

DE ALMEIDA SOARES, Rogério; MAIA, LEONARDO CAIXETA DE CASTRO. **Aplicação de IOT em Cadeia de Suprimentos no Setor de Telecomunicações: um estudo de caso.** 2019

DE VASS, Tharaka; SHEE, Himanshu; MIAH, Shah Jahan. **IoT in supply chain management: Opportunities and challenges for businesses in early industry 4.0 context.** Operations and Supply Chain Management: An International Journal, v. 14, n. 2, p. 148-161, 2021.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais.** 4.ed. São Paulo, Atlas, 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 13ª edição São Paulo: Editora Atlas, 2006.

DORNIER, Philippe-Pierre, et al. **Logística e Operações Globais: Textos e Casos.** São Paulo. Editora Atlas S.A. 2000.

FABRICIO, Marcos Aurelio. **Monitoramento de equipamentos elétricos industriais utilizando iot.** 2018.

FAROOQ, M. Umar et al. **A review on internet of things (IoT).** International journal of computer applications, v. 113, n. 1, p. 1-7, 2015.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced scorecard.** 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOBERG, Esteban; LONGONI, Annachiara. **A systematic review of sustainable supply chain management in global supply chains.** Journal of cleaner production, v. 207, p. 1084-1098, 2019.

KOTHARI, Sneha S.; JAIN, Simran V.; VENKTESHWAR, Abhishek. **The impact of IOT in supply chain management.** International Research Journal of Engineering and Technology, v. 5, n. 8, p. 257-259, 2018.

LOPES, YAN M.; MOORI, ROBERTO G. **O papel da IoT na relação entre gestão estratégica da logística e desempenho operacional.** RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 22, 2021.

LUNA, Roger Augusto. **Green Supply Chain Management E As Práticas Adotadas Pela Indústria Química.** Gestão & Planejamento-G&P, v. 21, 2020.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C.; PAGH, J. D. **Supply Chain Management: Implementation Issues and Research Opportunities.** The International Journal of Logistics Management, vol.9, nº2, pp-19, 1998.



MADAKAM, Somayya et al. **Internet of Things (IoT): A literature review**. Journal of Computer and Communications, v. 3, n. 05, p. 164, 2015.

NIŽETIĆ, Sandro et al. **Internet of Things (IoT): Opportunities, issues and challenges towards a smart and sustainable future**. Journal of Cleaner Production, v. 274, p. 122877, 2020.

NOVAES, A.G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2001.

PIRES, S. R. I.; BREMER, C. F.; AZEVEDO, R. C.; NASCIUTTI, A. C.; SANTA EULÁLIA, L. A. A reference model and a case study in demand management. In: **International Conference of the Production and Operations Management Society**, 2001.

PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, práticas e casos – Supply chain management**. São Paulo: Atlas, 2004.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

POURNADER, Mehrdokht et al. **Blockchain applications in supply chains, transport and logistics: a systematic review of the literature**. International Journal of Production Research, v. 58, n. 7, p. 2063-2081, 2020.

RODRIGUES, Washington Luiz Halley Portes; SANTIN, Nilson Jair. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. Ano X, n.º 37. Revista Integração, 2004.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Christine; HANRISON, Alan; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

SANTOS, Sandro. **Introdução à IoT: desvendando a internet das coisas**. SS Trader Editor, 2018.

SANTOS, Bruno P. et al. **Internet das coisas: da teoria à prática**. Minicursos SBRC-Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, v. 31, p. 16, 2016.

SCRAMIM, Fernando Cezar Leandro; BATALHA, Mário Otávio. **Supply Chain Management em cadeias agroindustriais: discussões a cerca das aplicações no setor lácteo brasileiro**. Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999.

SHAFIQUE, Kinza et al. Internet of things (IoT) for next-generation smart systems: **A review of current challenges, future trends and prospects for emerging 5G-IoT scenarios**. Ieee Access, v. 8, p. 23022-23040, 2020.

SINCLAIR, Bruce. **Iot: como usar a” internet das coisas” para alavancar seus negócios**. Autêntica Business, 2018.

SINGH, Ravi Pratap et al. **Internet of things (IoT) applications to fight against COVID-19 pandemic**. Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews, v. 14, n. 4, p. 521-524, 2020.

SODHI, ManMohan S.; TANG, Christopher S. **Supply chain management for extreme conditions: research opportunities**. Journal of Supply Chain Management, v. 57, n. 1, p. 7-16, 2021.

SRINIVASAN, C. R. et al. **A review on the different types of Internet of Things (IoT)**. Journal of Advanced Research in Dynamical and Control Systems, v. 11, n. 1, p. 154-158, 2019.

STADTLER, Hartmut. **Supply chain management: An overview**. Supply chain management and advanced





planning: Concepts, models, software, and case studies, p. 3-28, 2014.

STOYANOVA, Maria et al. **A survey on the internet of things (IoT) forensics: challenges, approaches, and open issues.** IEEE Communications Surveys & Tutorials, v. 22, n. 2, p. 1191-1221, 2020.

VITOI, Henrique Abrantes; JUNQUEIRA, Fabrício; MIYAGI, Paulo Eigi. **ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE IOT NA CADEIA LOGÍSTICA.**

WATERS, Donald. **Supply chain management: An introduction to logistics.** Bloomsbury Publishing, 2019.



## Multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica: Valorização da diversidade cultural e inclusão nas práticas educacionais

*Multiculturalism in Amazonian riverside education: Valuing cultural diversity and inclusion in educational practices*

### Adnéia Miranda Gomes Andrade

Doutorado em Educação pela Universidade Interamericana UI, Paraguai - Mestrado em História, Direitos Humanos, Fronteiras no Brasil e América Latina pela Universidad Pablo de Olavide, UPO, Espanha - Especialização em Metodologia do ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia – Especialização em Psicopedagogia. Universidade Federal de Rondônia – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia.

### Geane Ferreira Leite

Doutoranda em geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2023), Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (2018), graduada pela Universidade do Amazonas (2009).

### Ivanise Nazaré Mendes

Doutorado em Ciências Ambientais - Universidad Central Del Paraguay (2017), Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Tecnológica Intercontinental (2007), Graduação em Letras - Português pela Universidade Federal de Rondônia (2000).

**Data de submissão:** 21/07/2023

**Resumo:** Ao promover o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica, busca-se valorizar e respeitar as diferentes culturas presentes na região, reconhecendo a importância do conhecimento tradicional e promovendo a inclusão de perspectivas e saberes locais nos currículos e nas práticas educacionais. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é investigar a importância do multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica, visando valorizar e promover a diversidade cultural presente na região, bem como identificar as melhores práticas educacionais que promovam a inclusão das diferentes culturas e perspectivas na escola ribeirinha. Para alcançar tais objetivos estabelecemos os seguintes problemas de pesquisa: Como o multiculturalismo pode ser integrado à educação ribeirinha amazônica de forma a valorizar e promover a diversidade cultural presente na região, e quais são as práticas educacionais mais eficazes para garantir a inclusão das diferentes culturas e perspectivas nas escolas ribeirinhas? A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica que abrange estudos relacionados ao multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica. A análise dos dados é qualitativa, identificando os principais conceitos, abordagens e melhores práticas encontradas na literatura. Os resultados desta pesquisa demonstram que o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica é fundamental para valorizar e respeitar a diversidade cultural presente na região.

**Palavras-chave:** Multiculturalismo. Educação ribeirinha amazônica. Diversidade cultural.

**Abstract:** By promoting multiculturalism in Amazonian riverside education, we seek to value and respect the different cultures present in the region, recognizing the importance of traditional knowledge and promoting the inclusion of local perspectives and knowledge in curricula and educational practices. Therefore, the objective of this research is to investigate the importance of multiculturalism in Amazonian riverside education, aiming to value and promote the cultural diversity present in the region, as well as to identify the best educational practices that promote the inclusion of different cultures and perspectives in the riverside school. To achieve these objectives, we established the following research problems: How can multiculturalism be integrated into Amazonian riverside education in order to value and promote the cultural diversity present in the region, and what are the most effective educational practices to ensure the inclusion of different cultures and perspectives in riverside schools? The research was carried out through a bibliographic review that covers studies related to multiculturalism in Amazonian riverside education. Data analysis is qualitative, identifying key concepts, approaches and best practices found in the literature. The results of this research demonstrate that multiculturalism in Amazonian riverside education is essential to value and respect the cultural diversity present in the region.

**Keywords:** Multiculturalism. Amazon Riverside Education. Cultural diversity.



## 1. Introdução

A região amazônica é conhecida mundialmente por sua exuberante biodiversidade e pela rica diversidade cultural que a permeia. Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, essa diversidade cultural se manifesta de maneira singular, com a presença de diferentes grupos étnicos, tradições, línguas e conhecimentos ancestrais. Nesse contexto, o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica desempenha um papel crucial ao valorizar e promover a diversidade cultural, garantindo a inclusão de todas as perspectivas e saberes locais no ambiente educacional.

Ao reconhecer a importância do multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica, abre-se espaço para um diálogo intercultural, no qual as tradições, histórias e conhecimentos tradicionais das comunidades ribeirinhas são respeitados e valorizados. É por meio desse diálogo que as escolas ribeirinhas podem contribuir para a construção de identidades fortes e para a preservação da riqueza cultural amazônica.

No entanto, o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica também enfrenta desafios e demanda reflexões profundas. Como garantir que todas as culturas e perspectivas sejam representadas de maneira justa e igualitária nas práticas educacionais? Como promover uma educação inclusiva que reconheça as diferentes formas de conhecimento presentes na região?

Esta pesquisa se propõe a explorar o tema do multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica, investigando as práticas educacionais que valorizam a diversidade cultural e promovem a inclusão nas escolas ribeirinhas. Por meio dessa pesquisa, espera-se contribuir para a compreensão e o aprimoramento das práticas educacionais que promovem o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica. Ao reconhecer a importância da diversidade cultural e da inclusão, será possível construir uma educação mais justa, equitativa e enraizada nas realidades das comunidades ribeirinhas amazônicas.

## 2. O Multiculturalismo e a Educação Multicultural

O multiculturalismo é concebido na educação como uma proposta inclusiva que possibilita o reconhecimento dos diferentes grupos culturais com representações minoritárias e que se encontram submetidos a um quadro de hierarquias. Apesar da diversidade de etnia, classe, gênero ou religião, todos os homens e mulheres compartilham uma igualdade natural e uma condição humana comum. Miguel Nenevé assim define o multiculturalismo:

O multiculturalismo é um sistema de crenças e comportamentos que reconhece e respeita a presença de todos os grupos diversos em uma organização ou sociedade, reconhece e valoriza as suas diferenças socioculturais e estimula e capacita sua contribuição continuada com um contexto cultural inclusivo dando poder a todas as pessoas nesta organização ou sociedade (NENEVÉ, 2009, p. 62).

Dessa forma, compreender o multiculturalismo é perceber que existe o outro, e muitos outros dentro de uma sociedade, culturas, vocábulos, identidades variadas que contribuem para a formação de diversas organizações.

O multiculturalismo vem despertando muito interesse em educadores que discutem a construção de um currículo emancipatório, que promova discussões sobre a diversidade e a pluralidade cultural presentes no contexto do espaço escolar. As questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, à interação entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração assente numa relação baseada no respeito pela diversidade e no enriquecimento mútuo.

A discussão sobre a educação multicultural deve propor a quebra dos modelos e práticas pré-estabelecidas no currículo escolar com efeito colonizador para os estudantes de diversas culturas. Mediante a análise bibliográfica foi possível elencar algumas maneiras de promover o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica, tais como:

2

Inclusão de conteúdos curriculares que abordem as culturas tradicionais presentes na região; Parcerias e colaborações com as comunidades ribeirinhas e líderes comunitários; Realização de atividades extracurriculares que permitam a expressão das diferentes culturas presentes na região; Incentivo à pesquisa e valorização do conhecimento tradicional; Formação de professores que trabalhem com a diversidade cultural.

A seguir iremos discorrer sobre cada um desses elementos afim de ampliá-los e torná-los mais compreensivos. Trazemos de forma simplificada ideias de como implementar tais elementos na escola ribeirinha,

e também apresentando pontos de vista de outros estudiosos sobre o tema.

A inclusão de conteúdos curriculares que abordem as culturas tradicionais presentes na região amazônica é uma estratégia fundamental para promover o multiculturalismo na educação ribeirinha. Essa abordagem permite que os alunos tenham a oportunidade de conhecer, valorizar e se identificar com as tradições, histórias, línguas e conhecimentos ancestrais presentes em seu contexto sociocultural.

Paulo Freire (1996), enfatiza que “a educação deve ser pensada a partir da realidade vivida pelos alunos, considerando seus contextos socioculturais e promovendo a valorização de suas culturas e conhecimentos” (FREIRE, 1996, p. 25).

Além disso, Santos (2012) argumenta que a inclusão das culturas tradicionais no currículo escolar permite a construção de uma educação mais democrática, plural e inclusiva. Segundo o autor, “a valorização e o respeito às culturas locais são fundamentais para uma educação que promova a equidade e a valorização das identidades culturais” (SANTOS, 2012, p. 53).

Já as parcerias e colaborações com as comunidades ribeirinhas e líderes comunitários são fundamentais para promover o multiculturalismo na educação ribeirinha amazônica. Ao envolver ativamente as comunidades locais no processo educacional, é possível garantir que suas perspectivas, conhecimentos e necessidades sejam considerados e respeitados.

Diversos autores destacam a importância da participação das comunidades locais na educação como forma de fortalecer as relações de confiança, valorizar os saberes tradicionais e promover a autenticidade cultural. Nesse sentido, Santos (2012, p. 65) ressalta que “a participação das comunidades ribeirinhas na definição e implementação das práticas educacionais é essencial para uma educação contextualizada, que considere as realidades e as aspirações das comunidades”.

Além disso, a parceria com líderes comunitários é uma estratégia relevante para garantir que as vozes e as necessidades das comunidades ribeirinhas sejam ouvidas e atendidas. Oliveira (2019, p. 21) destaca que “os líderes comunitários desempenham um papel crucial como mediadores entre as comunidades e as instituições de ensino, contribuindo para a construção de um diálogo respeitoso e efetivo”.

A participação das comunidades ribeirinhas no processo educacional também está alinhada com os princípios da educação intercultural. Para Macedo (2005, p. 8), “a educação intercultural implica o reconhecimento da pluralidade cultural e a promoção de espaços de diálogo e interação entre diferentes grupos étnicos, possibilitando a construção conjunta de conhecimentos”.

A colaboração com as comunidades ribeirinhas e líderes comunitários pode ocorrer por meio de reuniões, conselhos escolares, visitas à comunidade, trocas de experiências, entre outras formas de envolvimento. Essa parceria permite que as comunidades se sintam valorizadas e protagonistas de sua própria educação, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, o respeito mútuo e a promoção de uma educação mais inclusiva e contextualizada.

De acordo com pesquisas realizadas constatamos que a realização de atividades extracurriculares que permitam a expressão das diferentes culturas presentes na região amazônica é uma estratégia importante para promover o multiculturalismo na educação ribeirinha. Essas atividades oferecem oportunidades para que os estudantes e a comunidade local possam compartilhar, valorizar e celebrar suas tradições, práticas culturais e conhecimentos ancestrais.

Rocha (2015, p. 37) ressalta que “os festivais, exposições e apresentações artísticas são espaços privilegiados para que as comunidades ribeirinhas possam mostrar ao mundo suas expressões culturais, suas tradições e suas formas de conhecimento”. Já Clifford (1997, p. 14), que argumenta que “os eventos culturais são momentos de encontro e celebração, nos quais as comunidades podem compartilhar sua riqueza cultural e reafirmar sua identidade coletiva”.

3

A realização de atividades extracurriculares também está alinhada com a perspectiva da educação integral, que busca promover uma formação mais ampla e abrangente dos estudantes. Segundo Lima (2017, p. 42), “as atividades extracurriculares permitem que os estudantes desenvolvam habilidades e competências não apenas acadêmicas, mas também artísticas, culturais e sociais, contribuindo para sua formação integral”.

Essas atividades podem incluir festivais folclóricos, nos quais são apresentadas danças, músicas e trajes típicos das diferentes culturas ribeirinhas; exposições de artesanato, onde os estudantes e a comunidade podem mostrar e comercializar seus produtos tradicionais; apresentações artísticas, como teatro, música e dança, que valorizam as expressões culturais locais; e eventos culturais que envolvam a participação ativa das comunidades ribeirinhas, como feiras de saberes e práticas tradicionais.

Essas atividades extracurriculares permitem que os estudantes e a comunidade se sintam orgulhosos de suas raízes culturais, fortalecendo sua identidade e autoestima. Além disso, promovem a interação e o intercâmbio cultural, contribuindo para o respeito mútuo e o enriquecimento cultural de toda a comunidade escolar.

O incentivo à pesquisa e valorização do conhecimento tradicional na educação ribeirinha amazônica são fundamentais para promover o respeito e a preservação das práticas e saberes ancestrais presentes na região. Por meio estudos que promovam a investigação e a preservação do conhecimento local sobre plantas medicinais, práticas agrícolas sustentáveis, técnicas de pesca, artesanato tradicional e outros aspectos culturais, os estudantes e a comunidade têm a oportunidade de valorizar e aprofundar seus conhecimentos, além de contribuir para a preservação dessas tradições.

Mendonça (2018) destaca a necessidade do incentivo à pesquisa e valorização do conhecimento tradicional na educação ribeirinha amazônica, segundo esse autor, “a pesquisa sobre o conhecimento tradicional permite aos estudantes compreenderem a importância das práticas sustentáveis e dos saberes ancestrais na convivência harmoniosa com o ambiente amazônico” (MENDONÇA, 2018, p. 23).

Além disso, Molina (2016, p. 52) argumenta que “a valorização do conhecimento tradicional contribui para a construção da identidade cultural das comunidades ribeirinhas e para a promoção da sustentabilidade, ao incentivar o uso responsável dos recursos naturais e a preservação dos saberes ancestrais”.

As pesquisas escolares que promovem a investigação do conhecimento tradicional podem abranger diversos temas relevantes para a região amazônica, como o estudo das propriedades medicinais das plantas locais, a pesquisa de práticas agrícolas sustentáveis adaptadas ao ambiente ribeirinho, a valorização das técnicas de pesca tradicionais que respeitam a biodiversidade, e a preservação e valorização do artesanato tradicional.

Esses estudos não apenas contribuem para o enriquecimento do conhecimento dos estudantes, mas também promovem a interação entre gerações, estimulam o diálogo intercultural e fortalecem o vínculo comunitário. Além disso, permitem que o conhecimento tradicional seja documentado e transmitido para as futuras gerações, evitando a perda desses saberes ancestrais.

A formação de professores que trabalhem com a diversidade cultural na educação ribeirinha amazônica é essencial para garantir uma prática pedagógica inclusiva e sensível às necessidades das comunidades locais. Os educadores devem ser capacitados para reconhecer, valorizar e incluir as diferentes culturas presentes na região amazônica em suas práticas pedagógicas, garantindo que as identidades culturais dos estudantes sejam respeitadas e valorizadas.

Kincheloe (2007), ressalta a relevância da formação de professores nesse contexto, para a pesquisadora “a formação de professores que trabalhem com a diversidade cultural deve envolver a reflexão crítica sobre os próprios valores e preconceitos, a compreensão das especificidades culturais e a aquisição de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão” (KINCHELOE, 2007, p. 68).

A formação de professores que trabalham com a diversidade cultural na educação ribeirinha amazônica deve abordar diversos aspectos, como o conhecimento sobre as culturas locais, a consciência das desigualdades e preconceitos existentes, a reflexão sobre as próprias práticas e a aquisição de estratégias pedagógicas inclusivas.

Essa formação pode envolver cursos de capacitação específicos, oficinas, trocas de experiências com outros educadores, visitas às comunidades ribeirinhas e a participação em programas de educação intercultural. Essas oportunidades permitem que os professores ampliem seu repertório cultural, desenvolvam empatia, compreendam as necessidades dos estudantes ribeirinhos e adotem práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural presente na região.

### 3. Considerações finais

4

Constatamos que a inclusão de conteúdos curriculares que abordem as culturas tradicionais na educação ribeirinha amazônica é respaldada pela necessidade de promover uma educação que reconheça e valorize as diversidades culturais presentes na região. Essa abordagem contribui para a formação de identidades sólidas, o respeito mútuo entre os diferentes e a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Observamos que ao estabelecer parcerias e colaborações com as comunidades ribeirinhas e líderes comunitários, a educação ribeirinha amazônica tem a oportunidade de construir uma prática educacional mais participativa, inclusiva e relevante, na qual as vozes e os conhecimentos locais sejam respeitados e considerados na formação das gerações presentes e futura.

Consideramos que realização de atividades extracurriculares que permitam a expressão das diferentes culturas presentes na região amazônica é uma forma eficaz de promover o multiculturalismo na educação



ribeirinha, valorizando e celebrando a diversidade cultural, fortalecendo a identidade das comunidades e contribuindo para uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Ressaltamos também que o incentivo à pesquisa e valorização do conhecimento tradicional na educação ribeirinha amazônica são estratégias fundamentais para promover o respeito, a preservação e a continuidade das práticas e saberes ancestrais presentes na região. Esses estudos contribuem para o enriquecimento cultural, a valorização das tradições locais e para uma educação mais contextualizada e sustentável.

Por fim, enfatizamos que a formação de professores que trabalhem com a diversidade cultural na educação ribeirinha amazônica é fundamental para garantir práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis às necessidades das comunidades locais. Através dessa formação, os educadores estarão capacitados para reconhecer, valorizar e incluir as diferentes culturas presentes na região, promovendo uma educação mais equitativa, respeitosa e contextualizada.

## Referências

Clifford, J. (1997). **Routes: Travel and translation in the late twentieth century**. Harvard University Press.

García, O. (2009). **Bilingual education in the 21st century: A global perspective**. John Wiley & Sons.

Kincheloe, J. L. (2007). **Critical pedagogy: Where are we now?** The Educational Forum, 71(3), 253-270.

Macedo, D. (2005). **A importância da educação intercultural**. In: M. S. C. Cintra; V. S. Lopes (Orgs.), Educação intercultural e direitos humanos (pp. 23-34). Editora PUC Minas.

Mendonça, M. J. S. (2018). **A importância do conhecimento tradicional na formação do aluno ribeirinho amazônico**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, 13(1), 194-208.

Nenevé, M (2009). **Por um Ensino Multicultural na Amazônia**. In: AMARAL, N. F. G. (Org.). Multiculturalismo na Amazônia: o singular e o plural em reflexões e ações. Curitiba: CRV, 66 p.

Oliveira, F. P. (2019). **Escola ribeirinha: Dilemas e possibilidades da inclusão educacional**. Práxis Educacional, 15(33), 437-458.

Rocha, E. F. (2015). **Cultura e diversidade na educação: Contribuições para a prática pedagógica**. Revista de Educação Pública, 24(59), 447-466.

Santos, M. A. (2012). **Educação escolar e culturas amazônicas: desafios e perspectivas**. Revista Teias, 13(28), 100-115.





## ESCOLA INTERCULTURAL: A INTERCULTURALIDADE NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

INTERCULTURAL SCHOOL: INTERCULTURALITY IN THE CURRICULUM OF INDIGENOUS SCHOOLS

<sup>1</sup>Eliuvomar Cruz da Silva

<sup>2</sup>Laury Vander Leandro de Souza

<sup>3</sup>Maria Francisca Nunes de Souza

<sup>4</sup>Neli Brito Moreira

<sup>5</sup>Nelly Mary Oliveira de Souza

<sup>6</sup>Jennyfer de Souza Arancívia

### RESUMO

Este artigo é um recorte do aporte teórico que fundamenta a Tese de Doutorado que investiga a EDUCAÇÃO SUPERIOR: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS NO CURSO DE PEDAGOGIA – PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR), NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ – AMAZONAS. O estudo mostra que abordar o princípio da interculturalidade implica uma compreensão da cultura e suas diferentes concepções. Somos uma sociedade multiétnica e plural e isso implica uma diversidade de culturas. A concepção reducionista acabou hierarquizando as culturas ao pensar nelas em um processo evolutivo, como se uma cultura tivesse que evoluir para chegar ao nível de outra. Assim, por muito tempo se entendeu que havia uma cultura superior e outras culturas inferiores que deveriam ter chegado a ela. Nesse caso, a cultura entendida como culta foi a cultura da Europa Ocidental e suas expressões se deram por meio da arte, da música, da dança, de sua língua, de sua religião.

**Palavras-chave:** Interculturalidade. Currículo. Escolas Indígenas.

### RESUMEN

Este artículo es un extracto de la contribución teórica que subyace a la Tesis Doctoral que investiga LA EDUCACIÓN SUPERIOR: LA FORMACIÓN DE PROFESORES INDÍGENAS EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA – PROGRAMA NACIONAL DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN BÁSICA (PARFOR), EN EL MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇA – AMAZONAS. El estudio muestra que abordar el principio de interculturalidad implica comprender la cultura y sus diferentes concepciones. Somos una sociedad multiétnica y plural y esto implica una diversidad de culturas. La concepción reduccionista terminó por jerarquizar las culturas al pensarlas en un proceso evolutivo, como si una cultura tuviera que evolucionar para alcanzar el nivel de otra. Así, durante mucho tiempo se entendió que había una cultura superior y otras culturas inferiores que debían llegar a ella. En este caso, la cultura entendida como culta era la cultura de Europa Occidental y sus expresiones se daban a través del arte, la música, la danza, su lengua, su religión.

**Palabras clave:** Interculturalidad. Plan de estudios. Escuelas Indígenas

### SUMMARY

This article is an excerpt from the theoretical contribution that underlies the Doctoral Thesis that investigates HIGHER EDUCATION: THE TRAINING OF INDIGENOUS TEACHERS IN THE PEDAGOGY COURSE

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhiri. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuvomar9@gmail.com](mailto:eliuvomar9@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysouzabc@gmail.com](mailto:laurysouzabc@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista Libras pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [mariafranciscanunes2019a@gmail.com](mailto:mariafranciscanunes2019a@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestra em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [britomoreiranel@gmail.com](mailto:britomoreiranel@gmail.com).

<sup>5</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Paulista. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [mel\\_tbt@hotmail.com](mailto:mel_tbt@hotmail.com).

<sup>6</sup> Mestra em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [jennyferdesouzaarancivia@gmail.com](mailto:jennyferdesouzaarancivia@gmail.com).

1

– NATIONAL PROGRAM FOR TRAINING BASIC EDUCATION TEACHERS (PARFOR), IN THE MUNICIPALITY OF SANTO ANTÔNIO DO IÇA – AMAZONAS. The study shows that approaching the principle of interculturality implies an understanding of culture and its different conceptions. We are a multi-ethnic and plural society and this implies a diversity of cultures. The reductionist conception ended up hierarchizing cultures by thinking of them in an evolutionary process, as if one culture had to evolve to reach the level of another. Thus, for a long time it was understood that there was a superior culture and other inferior cultures that should have come to it. In this case, the culture understood as cultured was the culture of Western Europe and its expressions took place through art, music, dance, its language, its religion.

**Keywords:** Interculturality. Curriculum. Indigenous Schools.

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo da ideia de uma cultura homogênea, as relações socialmente estabelecidas foram hierarquizadas em uma lógica binária que não abre espaços de diálogo e reciprocidade. Nesse sentido, segundo Souza e Fleuri (2003, p. 57). Na maioria das vezes, as relações entre culturas diferentes são consideradas a partir de uma lógica binária (índio x branco, centro x periferia, dominador x dominado, sul x norte, homem x mulher, normal x anormal) que não permite compreender a complexidade dos agentes e das relações subtendidas em cada polo, nem a reciprocidade das inter-relações, nem a pluralidade e a variabilidade dos significados produzidas nessas relações.

Numa perspectiva mais ampla, a cultura é entendida como uma construção social, em que as trocas e as relações entre diferentes pessoas são espaços complexos e híbridos, mas capazes de dialogar. Geertz (1978) define cultura como uma rede que envolve o homem e suas relações, portanto, a partir daí, há um envolvimento de diferentes pessoas que se encontram, se relacionam, se entrelaçam, tecendo outras redes. O autor explica isso da seguinte forma:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1978, p. 4).

Essa rede que envolve relacionamentos deve ser pensada em simetria entre os participantes do processo, pois, uma vez estabelecido o contato entre eles, inevitavelmente resultam em trocas e hibridizações.

Podemos afirmar, seguindo as palavras de Bauman (2001), que a cultura é historicamente construída, portanto, não podemos tratá-la como única, monolítica e homogênea. Na mesma direção, Bhabha (1998) afirma que nenhuma cultura jamais é unitária em si mesma, nem simplesmente dualística na relação entre o Eu e o Outro, uma vez que o ato de enunciação cultural implica na diferença na escrita e na produção de sentido, de forma que esses dois lugares (o Outro e o Eu) sejam mobilizados na passagem por um terceiro espaço, qual seja, o “entrelaçamento”.

Em outras palavras, corresponde o entrelaçamento aos contextos intersticiais que constituem campos identitários, subjetivos ou coletivos, em relações e processos interculturais. A noção de interculturalidade é recente no contexto educacional e tem ocupado um lugar significativo. No Brasil, a discussão sobre a diversidade nessa área ganhou mais espaço com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD) em 2004. Em Paladino e Almeida (2012, p. 16) encontramos importantes considerações sobre o conceito de interculturalidade, ao assim afirmarem:

O conceito de interculturalidade traz a ideia da inter-relação, diálogo e troca entre culturas diferentes e supõe a coexistência da diversidade como riqueza. [...] a abordagem intercultural representou um avanço importante em relação às políticas anteriores, que perseguiram objetivos assimilacionistas ou integracionistas.

Voltando ao conceito explicitado pelos autores, podemos dizer que na interculturalidade existe uma relação mais aberta ao diálogo e ao ensino e aprendizagem. A definição traz à mente o fato de que a diferença tem algo a ensinar e que as trocas entre culturas trazem ganhos para ambas as partes. É uma relação em que a convivência dessas diferentes pessoas é baseada no respeito e no reconhecimento da diversidade como algo significativo e positivo para as culturas envolvidas. É, pois, a partir de tal relação que se teria a possibilidade de construção de um “Outro” que seja bom para todos.

## 2. A interculturalidade no currículo das escolas indígenas

Estudiosos interculturais enfatizam quatro maneiras de lidar com a diversidade: o modelo assimilacionista, o modelo integracionista, o modelo multicultural e o modelo intercultural. O modelo assimilacionista



utilizado nos Estados Unidos, na Nova Zelândia, na Austrália e na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX é voltado para grupos com o objetivo de promover a adoção coletiva dos valores nacionais.

O integracionista pode ser exemplificado pela política adotada pela França e dirigida aos países por ela colonizados e às minorias. É neste modelo que a ação centra-se no indivíduo, incorporando gradativamente a língua, os deveres e a cultura nacionais. O terceiro modelo é o multiculturalismo também adotado pelos Estados Unidos após as lutas dos movimentos negros. Ela reconhece os direitos das minorias, mas “tolera” apenas sua diversidade. Ou seja, há coexistência, porém, não há troca ou valorização.

O quarto modelo, intercultural, propõe um tratamento igualitário, uma troca, sem sobreposição de culturas. Em relação a este modelo, Paladino e Czarny (2012, p. 14) assim explicam: [...] os autores que vêm trabalhando com a temática apontam que o conceito da interculturalidade tem um significado ligado tanto à construção de projetos sociais, políticos e epistêmicos, orientados para a descolonização e para a transformação do sistema, quanto a um discurso utilizado pelo Estado e pelas agências internacionais, que funcionaria como dispositivo para disciplinar as diferenças, sem acarretar uma transformação nas relações de poder e na desigualdade.

As autoras defendem que o discurso do Estado se baseia na convivência harmoniosa das culturas e no respeito à diferença, sem se preocupar com as tensões e disputas geradas nesse campo. Muitas vezes, as políticas educacionais baseadas nessa temática também carregam consigo essa noção simplista e acabam por promover a homogeneização e a ruralização, tratando a diversidade como algo estático.

É importante lembrar que as propostas de educação intercultural não podem se limitar apenas à diferença cultural, pois muitas vezes nem mesmo se entende que essa diferença é algo natural para legitimar os processos de exclusão, bem como as desigualdades a que esses diferentes grupos estão sujeitos.

Em Czarny (2012) encontramos apontamentos no sentido de que é necessário distinguir entre duas formas de interculturalidade: aquela formulada por educadores e filósofos, denominada interculturalidade normativa, e aquela defendida pelos movimentos sociais, chamada interculturalidade crítica.

Segundo o autor, a interculturalidade normativa é caracterizada pelo interculturalismo funcional que vem sendo assumido pelo discurso do Estado. Postula o diálogo como utopia, substituindo o discurso da pobreza pelo da cultura, que ao invés de questionar a homogeneização, facilita sua reprodução.

A outra forma de interculturalidade é o interculturalismo crítico, que busca aproveitar as causas das injustiças sociais para combatê-las, bem como as assimetrias e discriminações que geram o não diálogo. Canciani (2015, p. 57) argumenta que: Os atores dos movimentos indígenas sabem que a desigualdade tem uma dimensão cultural, e os mais informados sobre a constituição das diferenças sabem que esta reside, mais do que nas características genéticas ou culturais essencializadas (língua, costumes herdados e imutáveis) em processos históricos de configuração social.

Esses processos históricos que caracterizam as desigualdades sociais, muito presentes nos países latino-americanos, têm suas raízes no período de colonização e exploração. O autor analisa que essa “diferença” não pode ser vista de forma naturalizada, mas pelas desigualdades que a constituem. Bourdieu (2015), em sua pesquisa sobre as diferenças dentro da escola, afirma que as práticas culturais consideradas socialmente são aquelas legitimadas pelos detentores do poder.

Como resultado, as culturas indígenas foram (e ainda são) tratadas como diferenças, no sentido de inferioridade, e se materializou em um currículo homogêneo que impulsiona uma cultura como a de elite. Para Lopez (2009, p. 190), o interculturalismo crítico: [...] deja abierta la posibilidad de transformación como las que los indígenas han venido tercamente reivindicando, en la línea de complementar la visión y el alcance individuales con la visión y el alcance colectivos del derecho.

Por isso, o direito à educação escolar reivindicado por esses povos carrega essa marca de coletividade, de busca de uma escola pensada coletivamente e, portanto, de direito da comunidade. Bergamaschi (2012) discute a interculturalidade no cenário brasileiro, criticando as políticas que realizam um projeto educacional único e homogêneo, uma vez que, para o autor, interculturalidade pode significar o movimento concreto de diferentes grupos sociais em diálogo.

Portanto, na escola intercultural indígena, é necessário que os grupos envolvidos desconstruam as relações que durante séculos carregaram o estigma da discriminação e a alegada superioridade dos saberes ocidentais sobre os tradicionais.

E essa relação não acontece sem conflitos e tensões, como afirmam Souza e Fleuri (2003, p. 63), [...] as relações interculturais, em certa medida, perturbam a visão hierarquizada e purificada das culturas, do poder e do conhecimento [...] ensejam a possibilidade de problematizar a pretensão procedência universalizante e homogeneizante do conhecimento.



Nessa relação que se estabelece, o conflito é algo positivo, promove a construção de outro saber, o saber intercultural. É nesse tecido que o espaço se abre para o “entrelaçamento”, conforme Candau (2011, p. 247): Nesse sentido, a perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, e trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico, assumindo os conflitos que emergem deste debate.

O “entrelaçamento”, ou terceiro espaço como é denominado por Bhabha (1998), no qual as culturas se encontram, respeitam e se relacionam, mesmo nas tensões decorrentes desse processo, a descentralização permite o enriquecimento de nossa identidade.

É esse enriquecimento que a escola indígena busca para a interculturalidade. Em certo sentido, tal movimento rompe com a imposição hegemônica de um currículo imposto pela cultura dominante e com a ideia de integracionismo. Ao buscar outros saberes e dialogar com outras culturas, a escola intercultural fortalece a identidade de seus sujeitos e garante cada vez mais a formação de um patrimônio intercultural para os povos indígenas.

Canclini (2015) enfatiza a interculturalidade como uma ação que leva ao confronto e entrelaçamento, o que acontece quando grupos entram em uma relação de troca, e afirma que os povos indígenas construíram, durante este processo de interação, um patrimônio intercultural, citando como exemplos a organização do trabalho comunitário e remunerado, a articulação dos recursos modernos com os tradicionais e o bilinguismo.

Ainda segundo Canclini (2015), há uma situação em que esse patrimônio permite que eles articulem seus saberes com os não indígenas, não para se integrarem à sociedade nacional como antes era o objetivo da escola, mas pela interação com os não indígenas, que vivenciam uma situação fática em que aprendem e ensinam em um só tempo.

Portanto, entendemos que interculturalidade crítica é aquela que contempla o princípio definido pela escola indígena, sendo também o conceito que assumimos para interculturalidade neste trabalho.

Os debates sobre os temas culturais têm encontrado espaço nas discussões sobre os currículos escolares, tratados, sobretudo, sob o tema da diversidade, dadas as diferentes disciplinas, as diferentes culturas, as diferentes realidades presentes no que se convencionou chamar de educação intercultural.

Situando a teoria do currículo no Brasil, Moreira (1998) refere-se aos estudos culturais e ao direito à diferença como contribuições muito significativas para a construção de um currículo em uma perspectiva multicultural.

Segundo a autora, o diálogo é fundamental para a superação das dificuldades teóricas e práticas, e estas devem continuar a ser enfrentadas, mesmo que saibam que algumas serão resolvidas e outras não. Portanto, é necessário abandonar a ideia de uma perspectiva monocultural no currículo (MOREIRA, 1998).

De acordo com Hall (1997), a cultura adquire uma crescente centralidade nos fenômenos sociais contemporâneos e passa a representar um processo social que possibilita modos de vida específicos para cada um desses grupos.

Essas modalidades estão vinculadas ao que chamamos de identidade e têm ganhado espaço de debate entre pesquisadores nas últimas décadas. Hall (2006) chama a atenção para a maneira como as identidades culturais, que derivam do nosso pertencimento à cultura, sofrem contínuos deslocamentos ou descontinuidades.

Conforme o autor, as sociedades modernas não possuem um núcleo identitário aparentemente fixo, coerente e estável. Eles são permeados por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições subjetivas”, identidades (HALL, 2006).

Então, quando falamos em identidade indígena, por exemplo, estamos falando de uma pessoa que está envolvida em uma complexa rede de relações, que se constitui como um indígena, pertencente a um povo específico, mas que também estabelece contatos e negociações com a sociedade que o envolve, com povos de outra etnia, portanto.

Nesta direção, os Estudos Culturais têm dado grande contribuição para a área de currículo ao esclarecer que a ideia de monocultura não mais cabe no mundo em que vivemos. Há que se considerar a feitura dos currículos a partir da perspectiva intercultural, levando-se em consideração a sociedade atual tão plural e diversa. Essas contribuições não cabem somente às escolas indígenas, mas a todas as escolas que têm a presença de diferentes culturas da nossa sociedade.

Assim, a escola indígena reconhecida como tal tem uma trajetória recente na educação brasileira e, mesmo que tenha sido conquistada tardiamente, tem amparo legal para sua especificidade. Porém, é claro que, entre o ideal proclamado na letra da lei e o que se concretiza na prática, há um longo caminho a percorrer.



A escola indígena diferenciada, específica, intercultural e bilíngue é fruto das lutas desses povos pelo direito à alteridade e ao reconhecimento como cidadãos, ganhando contornos específicos nas lutas conduzidas por seus sujeitos até a proposta de uma escola indígena, com uma nova minuta de acordo com as comunidades que dela fazem parte. Acreditamos, como Tassinari (2001), que a escola indígena pode ser definida como uma área de fronteira, de trânsito, articulação e troca de saberes. Nesse sentido, conflitos e tensões são inerentes ao diálogo intercultural.

## REFERENCIAS

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas, 2011. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

GRUPIONI, L. D. B.; MONTE, N. L. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39 -68.

MAHER, T. M. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-37.

MARTINS, A. M. S. Oralidade e escrita nas escolas indígenas - do bilinguismo subtrativo a um bilinguismo aditivo: é possível? In: SOUZA, A. S. D.; BETTIOL, C. A.; MAXIMIANO, C. A. **Anais do 1º Simpósio PROIND Educação e Diversidades Amazônica**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 240-261.

MOREIRA, A. F. B. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 11-32.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

## **Comparações entre Metodologias para Estimativa de Vazões Mínimas de Referência utilizadas em Concessão da Outorga**

*Comparisons between Methodologies for Estimating minimum reference flows used in Granting Grant*

Taena Roberta Poeta Castilho da Silva <http://lattes.cnpq.br/1027184677226261>

Dra. Débora Cintia Marcilio <http://lattes.cnpq.br/7819552476232601>

Dra. Ana Paula Oening <http://lattes.cnpq.br/3366592871800741>

Dr. Daniel Henrique Marco Detzel <http://lattes.cnpq.br/8287047471398895>

Data submissão 26/07/2023

Resumo:

A Política Estadual de Recursos Hídricos visa garantir o controle, para os usuários atuais e futuros, do uso da água e seu uso em quantidade, qualidade e regime satisfatórios. A legislação vigente prevê, como um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, a outorga de direito de uso da água ao seu titular por prazo pré-estabelecido e de forma pessoal e intransferível. Como apenas parte das vazões mínimas de referência podem ser concedidas, há uma limitação do uso da água. Em períodos de menor disponibilidade hídrica há necessidade de analisar a influência da sazonalidade das vazões nos critérios de outorga de uso da água criando alternativas para a gestão dos recursos hídricos. Neste contexto, o presente trabalho foi realizado com o objetivo de avaliar e comparar as vazões mínimas de referência. Foram utilizados dados de cinco estações fluviométricas das bacias hidrográficas do Alto Iguaçu e Ribeira, ambas localizadas no estado do Paraná, comparando valores exigidos pela legislação vigente com os obtidos por metodologias utilizadas principalmente nos Estados Unidos e Europa: Método Q<sub>7,10</sub>, Método de Tennant, Método do Perímetro Molhado. Os resultados obtidos permitiram afirmar que as vazões mínimas de referência podem ser ajustadas pois as metodologias aplicadas para as mesmas estações fluviométricas, resultam em valores diversos para as vazões mínimas de referência.

Palavras-chave: Disponibilidade hídrica. Gestão de recursos hídricos. Vazão mínima de referência.

**Abstract:**

The State Water Resources Policy aims to ensure control, for current and future users, of water use and its use in satisfactory quantity, quality and regime. Current legislation provides, as one of the instruments for managing water resources, the granting of the right to use water to its holder for a pre-established period and in a personal and non-transferable manner. As only part of the minimum reference flows can be granted, there is a limitation on the use of water. In periods of lower water availability, it is necessary to analyze the influence of the seasonality of flows in the criteria for granting water use, creating alternatives for the management of water resources. In this context, the present work was carried out with the objective of evaluating and comparing the minimum reference flows and verifying the possibility of an increase in water availability for different users. Data from five fluviometric stations of the Alto Iguaçu and Ribeira watersheds, both located in the state of Paraná, were used, comparing values required by current legislation with those obtained by methodologies used mainly in the United States and Europe Method, Q<sub>7,10</sub>Tennant Method, Wet Perimeter Method.

The results obtained allowed us to state that the minimum reference flows can be adjusted since the methodologies applied to the same fluviometric stations result in different values for the minimum reference flows.

**Keywords:** Water availability. Water resources management. Minimum water reference flow.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. CONTEXTO

Para o gerenciamento adequado dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica é necessário que haja o conhecimento da disponibilidade hídrica de seus corpos hídricos. A variedade de interesses para a utilização das águas superficiais juntamente com a disparidade na distribuição da água, uso inadequado e baixa quantidade dos recursos hídricos pode originar desafios e problemas.

A disponibilidade hídrica superficial comumente é representada por uma vazão mínima de referência para fins de gestão e representa a oferta de água a ser considerada no balanço hídrico, e é a outorga de direito de uso dos recursos hídricos que assegura o controle qualitativo e quantitativo da água e o direito de acesso pelos diferentes usuários. A outorga consiste em uma autorização, expedida pelo poder público outorgante, para o uso da água pelos diferentes usuários de uma bacia hidrográfica, por um período predefinido.

De acordo com a RESOLUÇÃO CNRH 140, de 21 de agosto de 2012, (BRASIL, 2012) a vazão de referência é aquela que representa a disponibilidade de água em um curso d'água, associada a uma determinada probabilidade de ocorrência. Essa definição estabelece uma base para avaliar a disponibilidade hídrica em relação às demandas dos usuários. Por sua vez, a RESOLUÇÃO N° 1.938, de 30 de outubro de 2017, (BRASIL, 2017) emitida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), define os usuários como aqueles que realizam diferentes usos dos recursos hídricos, os quais estão sujeitos a processos de outorga preventiva e direitos de uso de recursos hídricos sob domínio da União. Esses usos podem incluir captações e derivações de água para consumo final, utilização como insumo em processos produtivos, transporte de minérios, lançamentos de efluentes com finalidade de diluição, transporte ou disposição final, piscicultura em tanques-rede seguindo parâmetros outorgáveis de qualidade, acumulação de volumes de água que alteram o regime de vazões ou níveis, e aproveitamentos de potenciais hidrelétricos. Essas definições estabelecem uma base normativa para a gestão e regulação dos recursos hídricos, considerando a disponibilidade, a demanda e os diferentes usos da água, com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre a exploração sustentável e a preservação.

Sendo assim, é de suma importância estudos que quantifiquem vazões de referência para atender de maneira mais eficiente as demandas dos usuários e manter uma vazão mínima.



O futuro desenvolvimento da hidrologia requer uma melhor comunicação entre cientistas e tomadores de decisão, para garantir que estudos hidrológicos se traduzam em ações para tornar a gestão dos recursos hídricos mais sustentável (Oki & Kanae 2006).

No Brasil a outorga é o instrumento de concessão que garante a qualidade e quantidade da água. A concessão da quantidade de água é dada por uma vazão que, por sua vez significa o volume de um fluido que passa por uma seção por determinado período. A vazão de um corpo hídrico é influenciada diretamente pela chuva. Períodos de seca e chuva alteram os volumes dos rios.

A vazão mínima de referência está associada às vazões mínimas do corpo d'água, de forma a caracterizar uma condição de maior garantia de água possível aos usuários de recursos hídricos

As autorizações para as retiradas de água (outorgas) só podem ocorrer até o limite desse valor, além do qual pode haver prejuízos quanto à disponibilidade hídrica para outros usuários e para a manutenção do equilíbrio ecológico. A outorga concedida ao usuário estipula um prazo máximo legal de vigência que, segundo a lei que Institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídrico, a Lei nº 9.433/97 (BRASIL, 1997) é de 35 anos.

Em geral, as vazões outorgáveis no Brasil têm sido determinadas através da legislação nos níveis estadual e federal. As legislações ambientais e de recursos hídricos do país não apontam explicitamente o detentor da competência para a definição da vazão referência (Silva, et al, 2005).

As vazões mínimas de referência adotadas para fins de outorga, pelos órgãos gestores de recursos hídricos, influenciam diretamente no total disponível para outorga. Os critérios de análise dos pedidos de outorga utilizados pelos órgãos de gestão assentam em diferentes fluxos mínimos de referência, bem como nas percentagens consideradas concedíveis (SILVA; SILVA; MOREIRA, 2015b). Ao utilizar, em um processo de outorga, um valor fixo em todos os meses do ano, desconsideram-se as variações sazonais da disponibilidade hídrica, implicando na concessão de vazões bastante restritivas em períodos de maior disponibilidade (BOF et al., 2010; EUCLYDES; FERREIRA; FARIA FILHO, 2006).

A administração pública brasileira define o risco de desatendimento (ou garantia de atendimento) ao conjunto de usuários de uma bacia. Ao definir vazão mínima de referência pelo parâmetro  $Q_{95\%}$ , por exemplo, tem-se o valor mínimo de vazão que deve ser garantido em 95% do tempo avaliado. Dessa forma, o Estado assume arbitrariamente que, em média, os usuários

têm uma tolerância de 5% ao risco de desatendimento hídrico. O mesmo raciocínio se aplica a diferentes percentuais de referência, como  $Q_{90\%}$ , por exemplo.

Outra metodologia utilizada para outorga é a chamada vazão  $Q_{7,10}$ , que representa a vazão mínima de 7 dias de duração e 10 anos de tempo de recorrência. Ou seja, assume-se uma probabilidade de 10% de ocorrer valores menores ou iguais a este em qualquer ano. Diferentemente dos critérios baseados em permanência descritos no parágrafo anterior, a  $Q_{7,10}$  requer uma abordagem probabilística para se determinar a recorrência. Em geral, os valores resultantes são mais restritivos que os resultantes do critério baseado em permanências.

A vazão máxima outorgável, como demonstra o manual de outorga utilizado pelo Instituto Água e Terra do Paraná, em uma determinada seção de um corpo hídrico pode ser quantificada de forma expedita. Porém, não são consideradas características sociais, econômicas e ecossistêmicas dessa utilização.

Os mesmos métodos utilizados para estimar a vazão se repetem entre os estados brasileiros, ou seja, são utilizados os mesmos critérios para rios localizados em diferentes regiões do país. Contudo estes critérios parecem poucos adequados para atender diversos estados em virtude de a necessidade da vazão mínima de referência estar adaptada às particularidades e necessidades da bacia hidrográfica.

## 1.2. OBJETIVOS

### Objetivo geral:

O objetivo geral é comparar e analisar a metodologia utilizada para estimar vazões mínimas de referência praticadas atualmente nas bacias hidrográficas Ribeira e Alto Iguaçu no estado do Paraná, com outras metodologias utilizadas para estimar vazão mínima de referência.

### Objetivos específicos:

- Levantar dados de vazões dos corpos hídricos das bacias hidrográficas Ribeira e Alto Iguaçu;
- Aplicar aos corpos hídricos das bacias hidrográficas Ribeira e Alto Iguaçu a metodologia atual para estimar as vazões de referência utilizada no estado do Paraná;
- Aplicar as vazões dos corpos hídricos das bacias hidrográficas Ribeira e Alto Iguaçu a outros métodos ( $Q_{7,10}$ ; Tennant e Perímetro Molhado) utilizados para estimar as vazões de referência;

- Comparar as vazões obtidas pela metodologia atual com as metodologias levantadas na literatura, sob a ótica de atendimento das demandas de uso da água.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

A outorga é constituída como um instrumento de racionalização dos recursos hídricos, que deve impor as prioridades para os diferentes usos, protegendo o abastecimento urbano e a vazão necessária em épocas de escassez (MEDEIROS, 2000). Mas o grande desafio atual é atender à crescente demanda de água e ao mesmo tempo, preservar o recurso que tende a escassez. O conhecimento de como a vazão outorgada é calculada atualmente e identificando métodos e testando critérios diferentes dos atuais para o cálculo, possibilita chegar a resultados de concessão de direito de uso de recursos hídricos que poderão ser os meios para solucionar esse desafio. Sempre haverá a possibilidade de um determinado evento hidrológico ser maior ou menor que um valor histórico já registrado. Uma das principais funções da hidrologia é observar eventos e modelar as frequências de sua ocorrência, permitindo fazer estimativas. (MELLO; SILVA, 2013).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. REGULAÇÃO E OUTORGA

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (BRASIL,1997) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta lei elenca entre os seus instrumentos de gestão a Outorga de direito de uso de recursos hídricos. Não existe propriedade privada da água no Brasil, portanto cabe ao poder público gerir sua destinação. A outorga trata-se de uma autorização de uso de água que, apesar de seu caráter administrativo, depende de uma série de análises técnicas.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um instrumento clássico de comando e controle, por meio do qual a administração autoriza uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, a usar água de um manancial para abastecimento humano ou animal ou para alguma atividade econômica. A necessidade de direitos claros de uso ou propriedade, em geral, foi consagrada nos trabalhos de Coase (1960) e Demsetz (1967).

O alicerce legal para atribuição de direitos de uso teve desenvolvimentos diferentes no Brasil, em comparação com outras partes do mundo. No Brasil, convergiu-se para um sistema em que a administração pública define a priori o risco de desatendimento (ou garantia de atendimento) a que o conjunto de usuários de uma bacia está sujeito. Ao definir como “vazão mínima de referência” a  $Q_{95\%}$  (valor mínimo de vazão que deve ser garantido em 95% do tempo avaliado), por exemplo, o Estado assume arbitrariamente que, em média, os usuários têm uma tolerância de 5% ao risco de desatendimento hídrico. A vazão mínima de referência está associada às vazões mínimas do corpo d'água, de forma a caracterizar uma condição de maior garantia de água possível aos usuários de recursos hídricos. As autorizações para as retiradas de água (outorgas) só podem ocorrer até o limite desse valor, além do qual pode haver prejuízos quanto à disponibilidade hídrica para outros usuários e para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Pela legislação vigente para os rios de domínio da União, existem três tipos de outorga: a outorga preventiva, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e a outorga de direito de uso. A outorga preventiva não confere direito de uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, aos investidores, o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos. O prazo de validade máximo desta outorga emitida pela ANA está limitado a três anos. E a outorga de direito de uso, como o próprio nome já diz, confere ao detentor o direito de uso dos recursos hídricos. É interessante observar que a legislação estabelece para o detentor da outorga um prazo de dois anos para o início da implantação do empreendimento, e outro de seis anos para a conclusão desta implantação. Porém, não há necessidade de uma autorização específica para iniciar a operação do empreendimento. Em outras palavras, quando o empreendedor recebe a outorga de direito de uso, ele já pode iniciar a utilização dos recursos hídricos.

## 2.2. REGIME HIDROLÓGICO

Em grande parte do Brasil, o regime hidrológico é marcado pela sazonalidade, ou seja, há um período de chuvas, em que as vazões são mais altas, e um período de estiagem, em que as vazões dos rios são sustentadas apenas pela descarga dos aquíferos subterrâneos, resultando em vazões mais baixas. Assim, o conhecimento do regime hidrológico é fundamental para uma tomada de decisão mais embasada no gerenciamento de recursos hídricos. Duas abordagens



têm sido usadas nacionalmente como critério para definição de vazões mínimas de referência: vazões mínimas com determinado tempo de recorrência e vazões de curva de permanência.

A primeira abordagem tem origem no setor de saneamento é usada em vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, usualmente por meio da vazão mínima de 10 anos de recorrência e 7 dias de duração ( $Q_{7,10}$ ), em que a estatística de vazão mínima é obtida por meio do ajuste de uma distribuição estatística, como a de Gumbel, Weibull ou outra.

A segunda abordagem, o uso de vazões de curva de permanência, consiste em ordenar as vazões observadas e identificar a vazão que é superada em uma porcentagem grande do tempo. Esta porcentagem do tempo é usualmente denominada garantia. O valor complementar à garantia, ou seja, o tempo em que esta não é satisfeita, é usualmente denominado risco ou falha. Ao levar este raciocínio no limite, a vazão mínima do rio é a  $Q_{100\%}$ , ou seja, nunca foi observada vazão inferior àquela, e, portanto, com a qual pode-se contar sem risco de falha. No entanto, a  $Q_{100\%}$  é uma vazão extremamente baixa, que limitaria significativamente o uso da água. Além disso, a maioria dos usuários tolera um certo nível de risco de não ter a sua demanda atendida. Por exemplo, a maior parte das culturas irrigadas pode tolerar alguns dias sem água. Já usuários como abastecimento público têm uma tolerância menor ao risco, ou seja, devem ser atendidos em uma porcentagem maior do tempo. Por esta razão, a vazão mínima de referência adotada por muitos estados e pela ANA situa-se entre a  $Q_{95\%}$  e a  $Q_{90\%}$ .

Portanto, a disponibilidade hídrica é estabelecida a partir de estatísticas do passado observadas em estações de monitoramento. Atualmente, as atividades de gerenciamento de recursos hídricos adotam a hipótese de estacionariedade, ou seja, supor que as estatísticas da hidrologia observadas no passado vão se repetir no futuro. Embora haja críticas a essa abordagem, os diversos estudos realizados no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) ainda não foram conclusivos em propor um procedimento que incorpore previsões suficientemente confiáveis de variabilidade climática futura no gerenciamento de recursos hídricos.

### 2.3. CLASSIFICAÇÃO DAS METODOLOGIAS

Existem diferentes métodos para estabelecer a vazão mínima de referência, e estes podem ser classificados em quatro categorias principais: hidrológico, hidráulicos, de habitat e holístico (Benetti et al.,2003)

As metodologias hidrológicas são as que utilizam dados (séries temporais de vazões diárias ou mensais) para fazer recomendações sobre a vazão referência. Em geral, elas fixam um percentual ou proporção da vazão natural para representar a vazão mínima de referência.

As metodologias hidráulicas consideram as mudanças em variáveis hidráulicas simples como perímetro molhado ou profundidade máxima, medidas numa única seção transversal dos rios. As vazões de referência são obtidas através de gráfico no qual é representada a variável em estudo e a vazão.

As metodologias que empregam o uso do habitat, objetivam avaliar a vazão referência quanto ao habitat físico disponível para as espécies em análise. Essas metodologias são um processo de desenvolvimento de uma política de vazão de referência que incorpora regras variáveis ou múltiplas, consideradas as demandas de abastecimento de água e de outros usos da água. Elas usualmente implicam na determinação de uma relação de vazão-habitat para comparar alternativas de vazão ao longo do tempo.

As metodologias holísticas identificam os eventos críticos de vazão em função do critério estabelecido para variabilidade da vazão, para alguns ou principais componentes ou parâmetros do ecossistema do rio. Elas são basicamente caminhos de organizar e usar dados de vazão e conhecimento. É uma metodologia que utiliza procedimentos distintos ou métodos para produzir resultados que nenhum outro procedimento e/ou método produziria sozinho.

Essas classificações principais das metodologias demonstram quais informações e considerações utilizam para estimar as vazões de referência.

Como exemplos de metodologias hidrológicas podem ser citadas a  $Q_{95\%}$ , a  $Q_{7,10}$  e a metodologia de Tennant. Estes métodos utilizam a análise estatística dos dados de vazão históricos para determinar a vazão mínima de referência. Eles incluem a análise da frequência de vazão, a análise regional de vazão, a análise da sequência de vazão e a análise da tendência de vazão.

Como exemplo de metodologia hidráulica pode-se citar a metodologia do Perímetro Molhado. Este método considera as características físicas do canal e utiliza equações hidráulicas para determinar a vazão mínima de referência.

#### 2.4. METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTADO DO PARANÁ

No Paraná, seguindo o Manual de Outorga criado pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental SUDERHSA (2006), a

outorga de captação de água superficial para chegar a uma vazão máxima outorgável em uma determinada seção do corpo hídrico segue as seguintes formulações:

$$Q_{outorgável\ i} = 0,5 \times Q_{95\%i} - Q_{não\ disponível} \quad (1)$$

$$Q_{não\ disponível\ i} = \sum Q_{outorgáveis\ m} + \sum Q_{outorgadas\ j} \quad (2)$$

na qual:

$Q_{outorgável\ i}$  é a vazão máxima que pode ser outorgada na seção  $i$  do corpo hídrico;

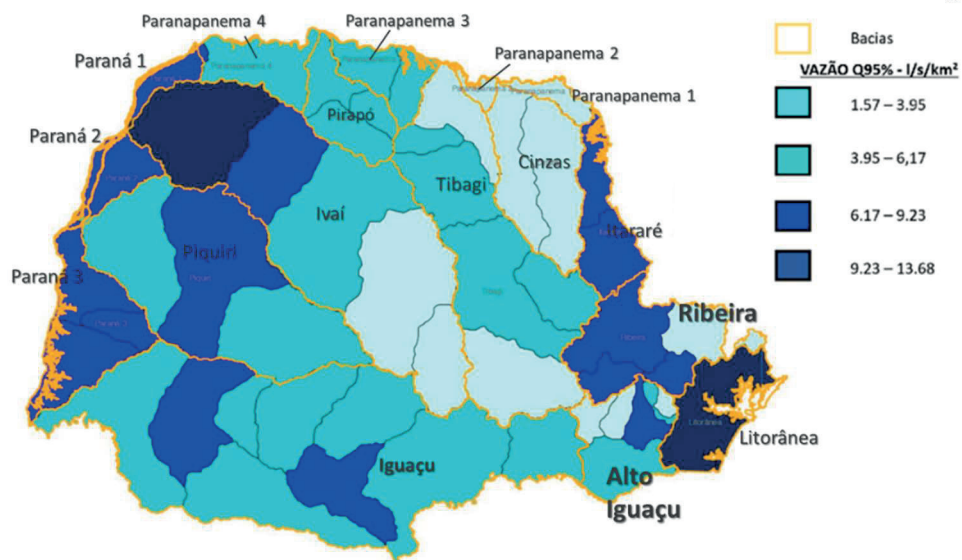
$Q_{95\%}$  é a vazão natural com permanência de 95% do tempo na seção  $i$ ;

$\sum Q_{outorgáveis\ m}$  é o somatório das vazões outorgadas a montante da seção  $i$ ;

$\sum Q_{outorgadas\ j}$  é o somatório das vazões outorgadas a jusante, que dependem da vazão na seção  $i$ ;

A FIGURA 1 demonstra a disponibilidade hídrica da vazão de permanência  $Q_{95\%}$  - ( $l/s/km^2$ ).

FIGURA 1 – MAPA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA / VAZÃO DE PERMANÊNCIA  $Q_{95\%}$  - ( $l/s/km^2$ )



FONTE: Plano Estadual de Recursos Hídricos – Águas do Paraná

## 2.5. METODOLOGIAS QUE SERÃO UTILIZADAS PARA O ESTUDO

### 2.5.1. Método $Q_{7,10}$

Método da Vazão Mínima de Sete Dias com Período de Recorrência de Dez Anos ( $Q_{7,10}$ ) está inserido no Métodos Hidrológicos. São utilizadas neste método apenas informações de vazões históricas diárias. No Método  $Q_{7,10}$  trabalha-se com vazões mínimas de sete dias de duração para estabelecer a vazão máxima possível de ser utilizada pelos usuários. A  $Q_{7,10}$  indica uma situação de estado mínimo (TUCCI, 2002).

O método  $Q_{7,10}$  não leva em conta os habitats aquáticos e tem como principal vantagem não ser necessário realizar qualquer trabalho de campo, a não ser, evidentemente, a medida sistemática da vazão.

Para calcular as médias móveis de 7 dias para cada ano da  $Q_{7,10}$ , obter o valor mínimo das médias móveis para cada ano e montar uma nova série histórica com os valores mínimos das médias móveis de 7 dias de cada ano  $Q_{7,10}$  será utilizado o SisCAH software Sistema Computacional para a Análises Hidrológicas (SisCAH), versão 1.0. Este sistema computacional foi desenvolvido sob a coordenação da Universidade Federal de Viçosa, que permite importar dados da ANA. O *download* do SisCAH pode ser feito através da página do Grupo de Pesquisa em Recursos Hídricos da Universidade Federal de Viçosa.

### 2.5.2. Método de Tennant

O método de Tennant ou de Montana foi desenvolvido por TENNANT (1976), em Montana (EUA), e é um dos métodos hidrológicos mais utilizados em todo o mundo (BENETTI & LANNA, 2003; REIS, 2007). Tennant (1976) definiu as condições esperadas para o ecossistema fluvial em função da vazão ecológica, expressa em porcentagem, com relação à vazão média anual do rio, calculado para o local de interesse.

Para esta metodologia a vazão ecológica será considerada como vazão mínima de referência, pois essa vazão será a vazão capaz de manter as condições ambientais adequadas ao longo de todo o curso d'água, as características específicas do curso d'água e as demandas da bacia hidrográfica em questão.



O método recomenda uma vazão mínima de referência baseada num conjunto de percentagens em relação à vazão média anual para os períodos de enchente e estiagem do rio. As recomendações de vazão são baseadas apenas em valores obtidos pelo autor do método, conforme a TABELA 1.

TABELA 1 – REGIME DE VAZÕES RECOMENDADOS PELO MÉTODO DE TENNANT

CONDIÇÃO DO RIO	Vazão recomendada	
	Outubro - Março (seco)	Abril - Setembro (chuvoso)
Lavagem ou máxima	200%	
Faixa Ótima	60 - 100%	
Excepcional	40%	60%
Excelente	30%	50%
Boa	20%	40%
Regular ou com degradação	10%	30%
Má ou mínima	10%	10%

FONTE:TENNANT (1976)

A vazão recomendada, também será determinada através do software SisCAH, versão 1.0. A partir dos dados obtidos no software e da tabela desenvolvida por TENNANT (1976) determinou-se os valores de vazão mínima e referência pelo método. No trabalho, adotou-se a sugestão de REIS (2007), onde o autor salienta que na tabela elaborada por TENNANT (1976), os períodos seco e chuvoso do ano são sazonalmente opostos em relação aos da região Sudeste do Brasil. Portanto, na aplicação desse método para rios dessa região brasileira, deve-se atentar para essa inversão sazonal.

O Método de Tennant tem sofrido diversas modificações que visam adaptar melhor o regime de vazões de referência calculado ao regime natural de vazões em diversas regiões diferentes daquela para a qual o método foi desenvolvido (BENETTI & LANNA, 2003; REIS, 2007; SARMENTO, 2007).

### 2.5.3. Método do Perímetro Molhado

O Método do Perímetro Molhado é o terceiro método mais utilizado nos EUA para quantificar vazões ecológicas para os rios (ANA, 2004). Para esta metodologia a vazão ecológica será considerada como vazão mínima de referência, pois essa vazão será a vazão

capaz de manter as condições ambientais adequadas ao longo de todo o curso d'água, garantindo a sobrevivência e reprodução das espécies presentes e a manutenção da biodiversidade e estão sendo consideradas as características específicas do curso d'água e as demandas da bacia hidrográfica em questão.

Esta metodologia tem sido aplicada principalmente em rios que apresentam seções transversais relativamente largas, retangulares e pouco profundas e não inclui uma representação explícita do habitat aquático.

Para obter a vazão de referência é necessário estabelecer a relação entre a vazão e o perímetro molhado. O perímetro molhado de um curso d'água é definido como o comprimento da linha de intersecção da superfície molhada do canal com a seção transversal normal a direção do escoamento.

Processos baseados na relação entre parâmetros hidráulicos e vazão, embora requeiram dados de campo, estabelecem relações muito simples entre as variáveis hidráulicas associadas à geometria do canal com a vazão. A relação perímetro molhado e vazão é função da geometria do canal e da forma com que a vazão aumenta com a profundidade. A relação da vazão com a geometria do canal pode ser expressa através da equação de Manning (Baptista et al, 2003).

$$Q = \frac{1}{n} \times A \times Rh^{\frac{2}{3}} \times D^{\frac{1}{2}} \quad (3)$$

na qual:

$Q$  = vazão ( $m^3/s$ );

$n$  = coeficiente de rugosidade de Manning ( $m/(s^{1/3})$ );

$A$  = área transversal do escoamento ( $m^2$ );

$D$  = declividade ( $m/m$ );

$Rh$  = raio hidráulico ( $m$ ), obtido por:

$$Rh = \frac{A}{Pm} \quad (4)$$

onde:

$Pm$  = perímetro molhado (m).

E o cálculo da vazão pela Equação da Continuidade:

$$Q = V \times Am \quad (5)$$

onde:

$Q$  = vazão (m<sup>3</sup>/s);

$V$  = velocidade média (m/s);

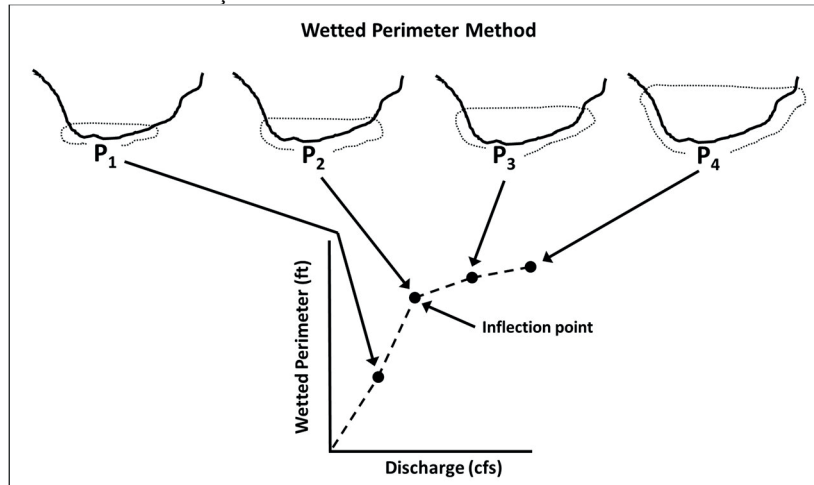
$Am$  = área molhada (m<sup>2</sup>).

Para a aplicação da metodologia são definidas as seções transversais. As informações de batimetria foram obtidas nas fichas de campo do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) da ANA.

Após a definição das seções são realizadas medições de profundidade e velocidade, para no mínimo três vazões, podendo recorrer-se à simulação hidráulica. A partir da simulação hidráulica define-se um gráfico que relaciona o perímetro molhado com a vazão, então identifica-se o principal ponto de inflexão da curva, a partir do qual o aumento da vazão traduz-se num aumento pouco significativo do perímetro molhado. A vazão referida no ponto de inflexão é a vazão recomendada considerando como pressuposto que a vazão mínima de referência obtida nas zonas de corredeiras é igualmente adequada para os outros tipos de habitat (Annear e Conder, 1984).

O gráfico geralmente possui um formato característico, sendo mais inclinado para baixas descargas e menos inclinado para vazões maiores, como explicitado na FIGURA 2.

FIGURA 2 – RELAÇÃO ENTRE A VAZÃO E O PERÍMETRO MOLHADO



FONTE: GOPAL (2013)

Esta diminuição abrupta é chamada de ponto de quebra (*'break in slope'*). Os pontos de quebra, onde a variação do perímetro molhado diminui, são utilizados para determinar a vazão requerida para a proteção dos habitats, ou seja, a vazão de referência (GOPAL, 2013).

Uma limitação para a aplicação da abordagem do método do perímetro molhado é que ele recomenda apenas um valor de vazão mínima de referência. O ideal é que um regime de escoamento deveria ser especificado levando-se em consideração os períodos de cheia e seca (Gippel e Stewardson, 1998).

### 3. MATERIAIS E MÉTODO

Este capítulo apresenta os materiais e o método utilizado no presente trabalho, iniciando pela caracterização da área de estudo, passando pelas técnicas utilizadas, e finalizando com os dados usados. O presente estudo propõe uma análise de metodologias utilizadas para estimava de vazões de referência.

#### 3.1. MATERIAIS

Os materiais necessários para o desenvolvimento deste trabalho são: informações (as vazões dos corpos hídricos das bacias hidrográficas que serão estudadas; fichas de campo com as informações de batimetria) das estações fluviométricas que estão no banco de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) da ANA ; o software Sistema Computacional para a Análises Hidrológicas (SisCAH), versão 1.0, sistema



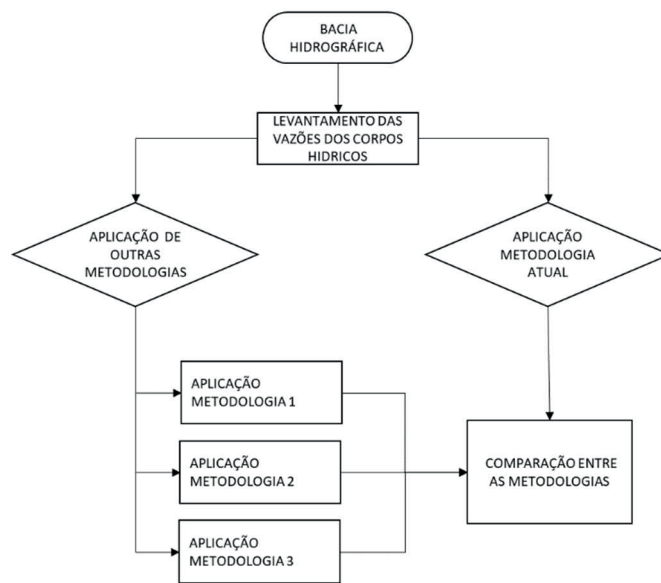
computacional desenvolvido sob a coordenação da Universidade Federal de Viçosa, que permite importar dados da ANA.

### 3.2. MÉTODO

A metodologia aplicada neste estudo é uma análise descritiva e comparativa de várias experiências comparando a metodologia legal utilizada para estimar a vazão mínima de referência no estado do Paraná com os métodos existentes e diferentes do atual.

O método proposto neste trabalho é apresentado no fluxograma Atividades mostrado na FIGURA 3.

FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES



FONTE: A autora (2023).

#### 3.2.1. Bacia Hidrográfica

A primeira etapa será a escolha das bacias que serão estudadas. Neste trabalho foram escolhidas as Bacias hidrográficas Ribeira e Alto do Iguaçu, devido a importância quanto as suas localizações (FIGURA 4). Sendo que a principal demanda dessas bacias é para consumo humano, pois é a região onde se concentra aproximadamente 43% da população do estado.

FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NO PARANÁ.



FONTE: Planos das bacias do Alto Iguaçu e Ribeira – Relatório Executivo Versão 03 (2014)

### 3.2.2. Levantamento das vazões

Para o levantamento das vazões dos corpos hídricos das bacias Alto Iguaçu e Ribeira, foi utilizado o banco de dados do SNIRH. Houve avaliações para a escolha das estações fluviométricas: a avaliação de quais estações estavam mais próximas a Região Metropolitana de Curitiba; avaliação referente ao período mínimo de dados da série histórica o período estabelecido foi de 25 anos, no mínimo, de observações diárias (a maioria dos postos utilizados possuem mais de 30 anos de dados, 10 estações possuem registros entre 7 e 27 anos e 41 estações possuem registro superior a 30 anos de dados); e a última avaliação para escolha das estações é referente à batimetria sendo escolhidas as estações que no banco de dados do SNIRH constasse a ficha de campo contendo as informações de batimetria. Após as avaliações das estações foram utilizadas 5 de 51 identificadas. A TABELA 2 indica as estações fluviométricas que foram utilizadas para este estudo.

TABELA 2 – RELAÇÃO DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS UTILIZADOS NO ESTUDO

<b>Estação:</b>	<b>FAZENDINHA</b>	<b>Código:</b>	65010000	<b>Entidade:</b>	ANA
Município:	São José dos Pinhais	Instalação:	28/01/1955	Extinção:	
Tipo:	FFrQDST	Bacia:	Iguaçu	Sub-bacia:	1
Altitude:	875,060 m	Latitude:	25° 31' 09"	Longitude:	49° 08' 48"
Rio:	Rio Pequeno	Área drenagem	116,82 km <sup>2</sup>	Classe:	2
<b>Estação:</b>	<b>PONTE DA CAXIMBA</b>	<b>Código:</b>	65019700	<b>Entidade:</b>	ANA
Município:	Curitiba	Instalação:	18/12/1973	Extinção:	
Tipo:	FFrQDT	Bacia:	Iguaçu	Sub-bacia:	1
Altitude:	865,350 m	Latitude:	25° 36' 49"	Longitude:	49° 21' 24"
Rio:	Rio Barigüi	Área drenagem	257,00 km <sup>2</sup>	Classe:	3
<b>Estação:</b>	<b>GUAJUVIRA</b>	<b>Código:</b>	65025000	<b>Entidade:</b>	ANA
Município:	Araucária	Instalação:	17/08/1973	Extinção:	
Tipo:	FFrQDST	Bacia:	Iguaçu	Sub-bacia:	3
Altitude:	857,720 m	Latitude:	25° 36' 00"	Longitude:	49° 30' 48"
Rio:	Rio Iguaçu	Área drenagem	2577,76 km <sup>2</sup>	Classe:	2
<b>Estação:</b>	<b>BALSA NOVA</b>	<b>Código:</b>	65028000	<b>Entidade:</b>	AGUASPARANÁ
Município:	Balsa Nova	Instalação:	17/08/1973	Extinção:	
Tipo:	FFrQDST	Bacia:	Iguaçu	Sub-bacia:	3
Altitude:	854,735 m	Latitude:	25° 35' 14"	Longitude:	49° 37' 54"
Rio:	Rio Iguaçu	Área drenagem	3048,69 km <sup>2</sup>	Classe:	2
<b>Estação:</b>	<b>CAPELA DA RIBEIRA</b>	<b>Código:</b>	81200000	<b>Entidade:</b>	ANA
Município:	Adrianópolis	Instalação:	20/10/1936	Extinção:	
Tipo:	FFrQDST	Bacia:	Ribeira	Sub-bacia:	2
Altitude:	180,000 m	Latitude:	24° 39' 20"	Longitude:	48° 59' 59"
Rio:	Rio Ribeir	Área drenagem	7252,00 km <sup>2</sup>	Classe:	2

FONTE: Dados retirados do SNIRH

### 3.2.3. Aplicações da metodologia atual utilizada no estado do Paraná

Atualmente nas bacias do Paraná é utilizado a metodologia  $Q_{95\%}$  que é classificada como um método hidrológico. Repetindo a informação que está contida na fundamentação teórica, estes métodos utilizam a análise estatística dos dados de vazão históricos para determinar a vazão mínima de referência. Eles incluem a análise da frequência de vazão, a análise regional de vazão, a análise da sequência de vazão e a análise da tendência de vazão.

A metodologia utilizada no Paraná obtém a  $Q_{95\%}$ , por meio da curva de permanência de vazões. A curva de permanência é um gráfico que representa a porcentagem de tempo em que a vazão do rio ou córrego é igualada ou excedida por um determinado valor. Assim é possível estimar a vazão mínima de referência  $Q_{95\%}$ , que representa a vazão que é igualada ou

excedida durante 95% do tempo. As curvas de permanência são obtidas a partir de um registro histórico de vazões médias superior a 20 anos, utilizando a escala diária.

#### 3.2.4. Aplicações das outras metodologias

As demais metodologias para estimar a vazão mínima de referência que serão utilizadas para este estudo estão citadas na TABELA 3. Apresentadas anteriormente na fundamentação teórica.

TABELA 3 – MÉTODOS QUE SERÃO UTILIZADOS

<b>Metodologia</b>	<b>Classificação da Metodologia</b>
$Q_{7,10}$	HIDROLÓGICA
Tennant	HIDROLÓGICA
Perímetro Molhado	HIDRÁULICA

FONTE: A autora (2023).

#### 3.2.5. Comparação entre a metodologia utilizado no Paraná e das outras metodologias utilizadas

Com as cinco estações fluviométricas escolhidas, e com o levantamento das vazões das series históricas de cada uma destas estações. Foi estimado o valor da vazão mínima de referência utilizada no estado do Paraná, para cada uma das estações e comparada com os valores de vazões de referência encontradas para cada uma destas estações utilizando as metodologias propostas.

A comparação entre as metodologias será quantitativa por meio da análise conjunta entre as vazões de referência atual com o resultado das vazões de cada um dos métodos apresentado neste trabalho. O objetivo dessa análise será identificar diante dessa comparação, quais métodos são mais adequados para garantir uma gestão mais eficiente, proporcionando uma melhor utilização dos recursos hídricos disponíveis.



## 4. ESTUDO DE CASO

### 4.1. BACIAS HIDROGRÁFICAS

As bacias utilizadas foram as bacias do Alto Iguaçu e a Bacia do Ribeira.

#### 4.1.1. Bacia do Alto Iguaçu

As várzeas ao longo do Rio Iguaçu, localizadas no trecho da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, consistem em áreas de destaque na Região Metropolitana de Curitiba pela necessidade que existe de protegê-las e conservá-las, haja vista a sua função como principal canal de drenagem do território urbano metropolitano e importante corredor de biodiversidade regional.

A Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu possui uma área de aproximadamente 2.881km<sup>2</sup> (18,64% do território metropolitano) e o seu rio intercepta a Região Metropolitana de Curitiba no sentido Leste-Oeste, atingindo os municípios de Pinhais, Piraquara, Curitiba, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária, Contenda, Balsa Nova e Lapa. Bacia paranaense que abriga a maior concentração populacional do Estado, caracterizada por uma mancha contínua de ocupação urbana onde vivem aproximadamente 97% da população urbana metropolitana (Núcleo Urbano Central).

O sistema de abastecimento de água de Curitiba, pertence à bacia do Alto Iguaçu e está interligado com outros seis municípios da Região Metropolitana de Curitiba – RMC. As principais barragens que armazenam água para abastecer o Município são: a do Iraí, a do Piraquara e a do Passaúna. E as três estações de Tratamento de Água (ETAs): a ETA Iguaçu; a ETA Iraí e a ETA Passaúna.

#### 4.1.2. Bacia do Ribeira

O Rio Ribeira do Iguape nasce na vertente leste da serra de Paranapiacaba, tendo como principais contribuintes os rios Piedade, Pardo, Turvo, Capivari e Açungui. Dos seus 470 km de extensão, 220 km estão em território paranaense. A bacia localiza-se na parte norte do primeiro planalto paranaense, sobre unidades aquíferas-cársticas.

No estado do Paraná a vazão do Rio Ribeira foi avaliada na estação hidrométrica Capela da Ribeira, em Adrianópolis. Neste ponto, a área da bacia hidrográfica é de 9.129km<sup>2</sup>,

e as demandas do uso de recursos hídricos somam 2,3 m<sup>3</sup>/s dos quais 81% são para o abastecimento público 9% para abastecimento industrial e 4% para outras demandas, 3% para aquicultura e 2% para irrigação. Na bacia do Rio Ribeira, 12% do uso de recursos hídricos para abastecimento público é de fontes superficiais e 88% de fontes subterrâneas.

#### 4.2. DADOS DE VAZÕES E APLICAÇÃO NA METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTADO DO PARANÁ

Por meio do SNIRH foram obtidas as vazões médias das séries históricas para cada estação fluviométricas.

Exportando os dados das vazões do SNIRH para o software SisCAH, o software efetua o cálculo e apresenta as vazões ( $Q_{95\%}$ ) encontradas na TABELA 4.

TABELA 4 – VALORES DE  $Q_{95\%}$

ESTAÇÕES MONITORADAS	VAZÃO
NOME	$Q_{95\%}$ (m <sup>3</sup> /s)
FAZENDINHA	0,75
PONTE DA CAXIMBA	0,40
GUAJUVIRA	12,7
BALSA NOVA	18,1
CAPELA DO RIBEIRA	48,1

FONTE: Dados das estações retirados do SNIRH e processados através do software SisCAH

Utilizando a  $Q_{95\%}$ , foi empregado o critério utilizado no Paraná para fins de outorga, ou seja 50%  $Q_{95\%}$  demonstrando-se os resultados na TABELA 5.

TABELA 5 – VAZÕES MÍNIMAS DE REFERÊNCIA (M<sup>3</sup>/S) PARA AS ESTAÇÕES FLUVIOMETRICAS DO ESTUDO

ESTAÇÕES MONITORADAS	VAZÕES MÍNIMAS DE REFERÊNCIA (m <sup>3</sup> /s)
NOME	50 % $Q_{95\%}$
FAZENDINHA	0,38
PONTE DA CAXIMBA	0,20
GUAJUVIRA	6,35
BALSA NOVA	9,05
CAPELA DO RIBEIRA	24,1

FONTE: A autora (2023).

### 4.3. METODOLOGIAS UTILIZADAS NO ESTUDO

#### 4.3.1. Método $Q_{7,10}$

O levantamento das vazões  $Q_{7,10}$  para cada estação fluviométrica deste estudo foi obtida através do software SisCAH, que trabalha com os dados das vazões diárias desde a data de instalação de cada uma das estações até o período até julho/2022. A vazão  $Q_{7,10}$  é a vazão média dos 7 dias consecutivos mais secos de um ano qualquer, com período de recorrência de 10.

Para finalizar o cálculo da  $Q_{7,10}$  é necessário fazer uma análise estatística, com os valores anuais da menor média de 7 dias consecutivos, que permita encontrar o valor da vazão para o período de retorno de 10 anos. Para encontrar este valor de vazão são utilizadas distribuições de probabilidade que melhor se ajuste aos dados observados. De acordo com Von Sperling (2007) as distribuições que têm sido utilizadas para este fim são as de Weibull, Gumbel para valores mínimos, Pearson tipo III, Log-Pearson tipo III, Log-Normal II Log-Normal III.

Para atingir os objetivos deste trabalho o software Sistema Computacional para a Análises Hidrológicas (SisCAH), verifica e escolhe a melhor aderência dessas seis distribuições de probabilidades para a série de dados. Para as estações deste trabalho o software utilizou as distribuições de LogPearson Tipo III para determinação da probabilidade de ocorrências das variáveis em estudo. Obtidas as vazões  $Q_{7,10}$ , calculou-se as vazões de referência para cada estação fluviométrica do estudo utilizando o critério da Portaria n°20/99 – SUDERHSA (D.O.E DE 16/06/99) que traz o limite máximo outorgável, para o estado do Paraná naquele período, de 50% da  $Q_{7,10}$ . Vazões apresentadas na TABELA 6.

TABELA 6 - VALORES DE  $Q_{7,10}$

ESTAÇÕES MONITORADAS	VAZÃO	VAZÃO
	$Q_{7,10}$ (M <sup>3</sup> /S)	DE REFERÊNCIA (M <sup>3</sup> /S)
NOME	$Q_{7,10}$	50 % $Q_{7,10}$
FAZENDINHA	0,57	0,29
PONTE DA CAXIMBA	0,36	0,18
GUAJUVIRA	8,48	4,24
BALSA NOVA	11,2	5,60
CAPELA DO RIBEIRA	40,2	20,1

FONTE: Dados das estações retirados do SNIRH e processados através do software SisCAH

#### 4.3.2. Método de Tennant

Na TABELA 7 são apresentadas as vazões médias obtidas para as estações fluviométricas dos estudos. O levantamento das vazões médias das séries históricas para cada estação fluviométricas foi obtido pelo SNIRH.

TABELA 7 - VALORES DA VAZÕES DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS

ESTAÇÕES MONITORADAS	VAZÃO MÉDIA(M³/S)
NOME	
FAZENDINHA	2,80
PONTE DA CAXIMBA	5,58
GUAJUVIRA	52,3
BALSA NOVA	148,1
CAPELA DO RIBEIRA	116,9

FONTE: Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

As vazões médias calculadas das estações são utilizadas nas diferentes percentagens para o período seco e para o período chuvoso conforme método de Tennant (TENNANT, 1976) como demonstram as TABELAS TABELA 8, TABELA 9, TABELA 10, TABELA 11 e TABELA 12.

TABELA 8 - FAZENDINHA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT  
FAZENDINHA - TABELA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT

CONDIÇÃO DO RIO	VAZÃO RECOMENDADA	
	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)
LAVAGEM OU MÁXIMA	5,60	
FAIXA ÓTIMA	1,68	2,80
EXCEPCIONAL	1,12	1,68
EXCELENTE	0,84	1,40
BOA	0,56	1,12
REGULAR OU COM DEGRADAÇÃO	0,28	0,84
MÁ OU MÍNIMA	0,28	0,28
DEGRADAÇÃO ELEVADA	0,00	0,28

FONTE: A autora (2023).



TABELA 9 - PONTE DA CAXIMBA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT

PONTE DA CAXIMBA - TABELA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT

CONDIÇÃO DO RIO	VAZÃO RECOMENDADA	
	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)
LAVAGEM OU MÁXIMA	11,16	
FAIXA ÓTIMA	3,35	5,58
EXCEPCIONAL	2,23	3,35
EXCELENTE	1,67	2,79
BOA	1,12	2,23
REGULAR OU COM DEGRADAÇÃO	0,56	1,67
MÁ OU MÍNIMA	0,56	0,56
DEGRADAÇÃO ELEVADA	0,00	0,56

FONTE: A autora (2023).

TABELA 10 - GUAJUVIRA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT

PONTE DA GUAJUVIRA - TABELA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT

CONDIÇÃO DO RIO	VAZÃO RECOMENDADA	
	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)
LAVAGEM OU MÁXIMA	104,72	
FAIXA ÓTIMA	31,42	52,36
EXCEPCIONAL	20,94	31,42
EXCELENTE	15,71	26,18
BOA	10,47	20,94
REGULAR OU COM DEGRADAÇÃO	5,24	15,71
MÁ OU MÍNIMA	5,24	5,24
DEGRADAÇÃO ELEVADA	0,00	5,24

FONTE: A autora (2023).

**TABELA 11 - BALSA NOVA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT**  
**PONTE DA BALSA NOVA - TABELA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT**

CONDIÇÃO DO RIO	VAZÃO RECOMENDADA	
	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)
LAVAGEM OU MÁXIMA	296,26	
FAIXA ÓTIMA	88,88	148,13
EXCEPCIONAL	59,25	88,88
EXCELENTE	44,44	74,07
BOA	29,63	59,25
REGULAR OU COM DEGRADAÇÃO	14,81	44,44
MÁ OU MÍNIMA	14,81	14,81
DEGRADAÇÃO ELEVADA	0,00	14,81

FONTE: A autora (2023).

**TABELA 12 - CAPELA DO RIBEIRA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT**  
**PONTE RIBEIRA - TABELA - REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT**

CONDIÇÃO DO RIO	VAZÃO RECOMENDADA	
	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)
LAVAGEM OU MÁXIMA	233,80	
FAIXA ÓTIMA	70,14	116,90
EXCEPCIONAL	46,76	70,14
EXCELENTE	35,07	58,45
BOA	23,38	46,76
REGULAR OU COM DEGRADAÇÃO	11,69	35,07
MÁ OU MÍNIMA	11,69	11,69
DEGRADAÇÃO ELEVADA	0,00	11,69

FONTE: A autora (2023).

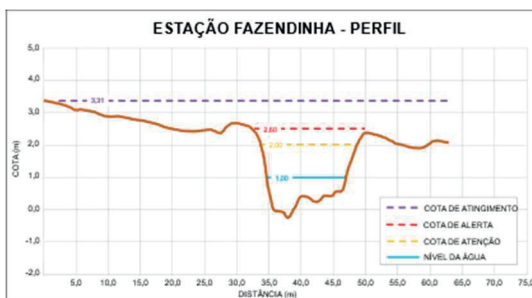
Para efeito de comparação foi utilizado como base o critério: Boa (30% da vazão recomendada).

Essa faixa é considerada por muitos autores como suficiente para manter níveis adequados de sobrevivência (BENNETI & LANNA, 2003), onde a redução de habitat não é tão considerável (REIS, 2007). Além disso, foi utilizado como critério de suficiência pela ANA no Plano Decenal (2004-2013) de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco (SARMENTO, 2007).

### 4.3.3. MÉTODO DE PERÍMETRO MOLHADO

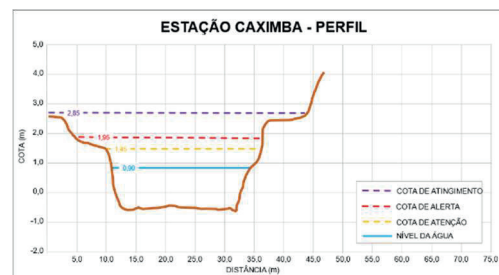
A partir do levantamento das batimetrias de cada estação fluviométrica encontradas nas fichas de campo obtidas através da página do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) da ANA foram identificadas as seções dos rios de cada estação fluviométrica como demonstram as FIGURAS 5,6,7,8 e 9.

FIGURA 5 – SEÇÃO DO PERFIL DO RIO - ESTAÇÃO FAZENDINHA



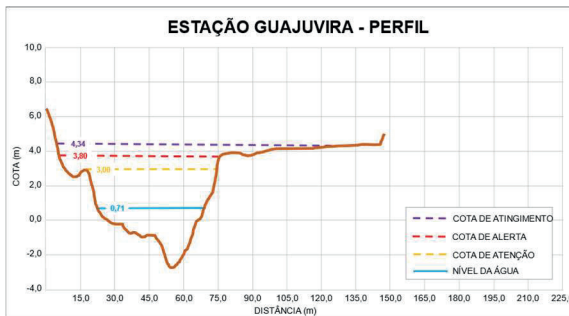
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 6 – SEÇÃO DO PERFIL DO RIO - ESTAÇÃO CAXIMBA



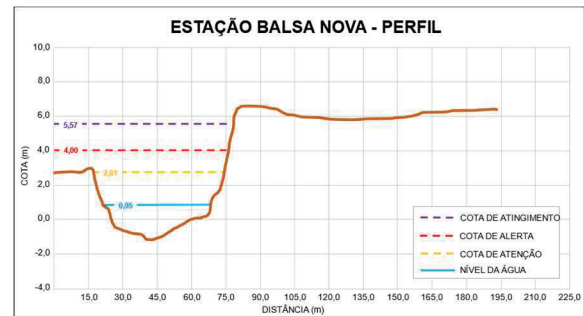
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 7 – SEÇÃO DO PERFIL DO RIO - ESTAÇÃO GUAJUVIRA



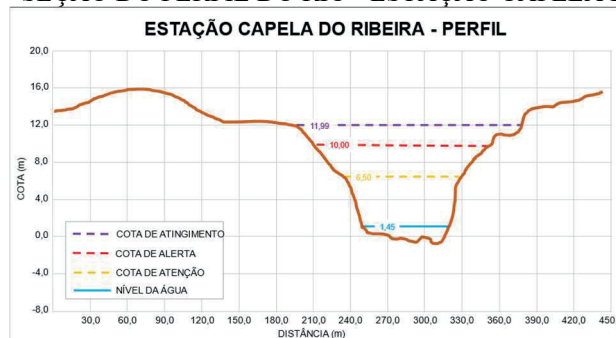
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 8 – SEÇÃO DO PERFIL DO RIO - ESTAÇÃO BALSA NOVA



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 9 – SEÇÃO DO PERFIL DO RIO - ESTAÇÃO CAPELA DO RIBEIRA



FONTE: A autora (2023).

As seções foram desenhadas no AutoCad e com o auxílio desse software e com a utilização das alturas foram identificadas as áreas molhadas e perímetros molhados. Através da equação de Manning foram calculadas as vazões. As TABELAS TABELA 13, TABELA 14, TABELA 15, TABELA 16 e TABELA 17 apresentam os valores obtidos para os perímetros e para os resultados dos cálculos das vazões para cada seção de cada Estação.

TABELA 13 – VALORES OBTIDOS ESTAÇÃO FAZENDINHA

PERÍMETRO (m)	VAZÃO (m³/s)
13,2	11,919
8,1	0,944
7,3	0,790
3,4	0,122

FONTE: A autora (2023)

TABELA 14 – VALORES OBTIDOS PONTE DA CAXIMBA

PERÍMETRO (m)	VAZÃO (m³/s)
24,42	73,56
22,95	44,16
21,87	20,90
20,58	5,18

FONTE: A autora(2023)

TABELA 15 – VALORES OBTIDOS ESTAÇÃO GUAJUVIRA

PERÍMETRO (m)	VAZÃO (m³/s)
47,77	241,75
45,04	110,00
25,31	50,21
9,18	4,82

FONTE: A autora (2023).

TABELA 16 – VALORES OBTIDOS ESTAÇÃO Balsa Nova

PERÍMETRO (m)	VAZÃO (m³/s)
207,6	47,37
105,3	47,61
58,44	36,67
11,31	27,13

FONTE: A autora (2023).

TABELA 17 – VALORES OBTIDOS ESTAÇÃO CAPELA DO RIBEIRA

PERÍMETRO (m)	VAZÃO (m³/s)
70,10	202,34
64,47	93,99
59,14	37,90
9,60	0,81

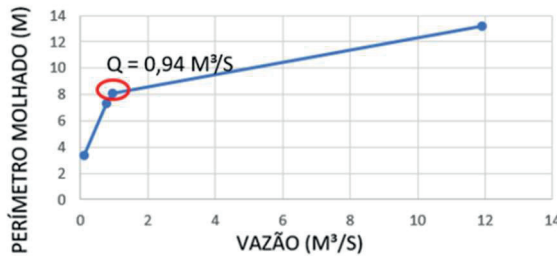
FONTE: A autora (2023).

Os gráficos são definidos relacionando o perímetro molhado com a vazão, são identificados os pontos de inflexões para cada uma das curvas das estações fluviométricas as FIGURAS FIGURA 10, FIGURA 11, FIGURA 12, FIGURA 13 e FIGURA 14 apresentam o ponto de inflexão para cada uma das estações fluviométricas, e a TABELA 18 apresenta as vazões de



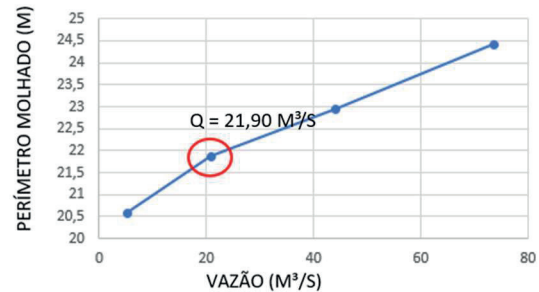
referências encontradas estabelecendo a relação entre a vazão e o perímetro molhado determinado pelo método.

FIGURA 10 – PONTO DE INFLEXÃO ESTAÇÃO FAZENDINHA



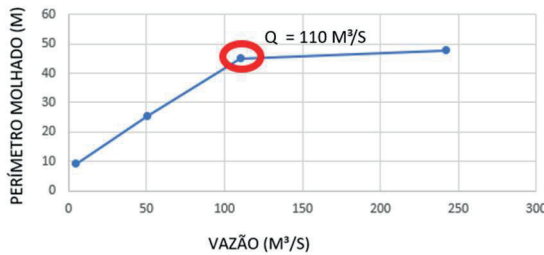
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 11 – PONTO DE INFLEXÃO ESTAÇÃO PONTE DA CAXIMBA



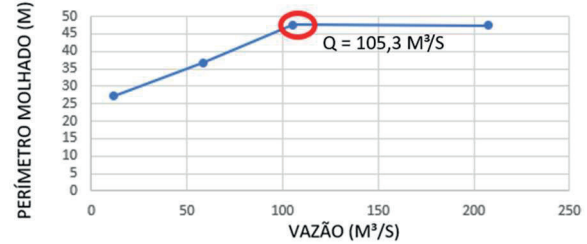
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 12 – PONTO DE INFLEXÃO ESTAÇÃO GUAJUVIRA



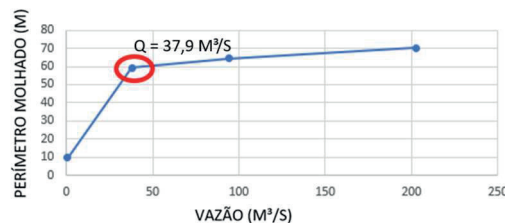
FONTE: A autora (2023).

FIGURA 13 – PONTO DE INFLEXÃO ESTAÇÃO BALSA NOVA



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 14 – PONTO DE INFLEXÃO ESTAÇÃO CAPELA DO RIBEIRA



FONTE: A autora (2023).

TABELA 18 VALORES DAS VAZÕES DE REFERÊNCIA DEFINIDAS PELO MÉTODO DO PERÍMETRO MOLHADO

ESTAÇÕES MONITORADAS	VAZÕES DE REFERÊNCIA DETERMINADAS PELO METODO DO PERÍMETRO MOLHADO(m³/s)
FAZENDINHA	0,94
PONTE DA CAXIMBA	21,90
GUAJUVIRA	110,0
BALSA NOVA	105,3
CAPELA DO RIBEIRA	37,9

FONTE: A autora (2023).

4.3.4. Comparação entre a metodologia utilizada no Paraná e as metodologias do estudo  
Os comparativos entre as vazões de referência utilizados no Paraná e vazões de referência dos métodos utilizados estão apresentados na TABELA 19.

TABELA 19 – VAZÕES DE REFERÊNCIA DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS UTILIZADA NO ESTADO DO PARANÁ COMPARADAS COM A VAZÕES DOS MÉTODOS ESTUDADOS

ESTAÇÕES MONITORADAS		VAZÃO MINIMA DE REFERENCIA (m³/s)	REGIME DE VAZÕES CALCULADAS $Q_{7,10}$ (m³/s)	REGIME DE VAZÕES RECOMENDADAS PELO MÉTODO DE TENNANT(m³/s)		REGIME DE VAZÕES CALCULADAS PELO MÉTODO PERÍMETRO MOLHADO (m³/s)
NOME	CÓDIGO	50 % $Q_{95\%}$	50% $Q_{7,10}$ (m³/s)	MAIO - OUTUBRO (SECO)	NOVEMBRO - ABRIL (CHUVOSO)	MÉTODO PERÍMETRO MOLHADO(M³/S)
FAZENDINHA	65010000	0,38	0,29	0,56	1,12	0,94
PONTE DA CAXIMBA	65019700	0,20	0,18	1,12	2,23	21,90
GUAJUVIRA	65025000	6,35	4,24	10,47	20,94	110,0
BALSA NOVA	65028000	9,06	5,60	29,63	59,25	105,3
CAPELA DO RIBEIRA	81200000	24,03	20,1	23,38	46,76	37,9

FONTE: A autora (2023).

Na análise comparativa a  $Q_{7,10}$ , utilizando para comparativo o valor de 50% da vazão  $Q_{7,10}$  verificou-se que os resultados seriam mais restritivos aos utilizados pela legislação estadual do Paraná. Resultados pela metodologia Tennant (considerando a faixa Boa do Método de Tennant faixa é considerada por muitos autores como suficiente para manter níveis adequados de sobrevivência (BENNETI & LANNA, 2003)) e método do Perímetro Molhado demonstra que os valores obtidos foram superiores ao exigido pela legislação estadual do Paraná.

## 5. CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

Com o objetivo de assegurar a segurança hídrica e promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos, é essencial analisar cuidadosamente o sistema e adotar as medidas apropriadas para garantir o acesso à água para todos aqueles que dependem dela, especialmente durante períodos de escassez hídrica. Conseqüentemente, é importante avaliar políticas públicas e medidas de adaptação para minimizar a vulnerabilidade hídrica em resposta às mudanças climáticas possíveis. Por último, destaca-se a relevância da análise de cenários futuros de oferta de água, permitindo que os gestores incorporem propostas para um desenvolvimento sustentável.

A vazão mínima de referência é um parâmetro fundamental para a gestão de recursos hídricos, sendo utilizada como um padrão para garantir a preservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados a um determinado curso d'água.

Os dados das séries históricas de vazões das cinco estações fluviométricas: Fazendinha, Ponte da Caximba, Guajuvira, Balsa Nova e Capela do Ribeira; estações das bacias hidrográficas Alto Iguaçu e Ribeira, no estado do Paraná, foram exportadas do SNIRH da ANA. E com base nesses dados, a vazão mínima de referência para cada estação foi calculada usando 50%  $Q_{95\%}$ , metodologia atualmente adotado pelo estado do Paraná.

A metodologia do Paraná para calcular a vazão mínima de referência é baseada na utilização da  $Q_{95\%}$ . Para determinar a vazão mínima de referência, a metodologia do Paraná utiliza 50% da  $Q_{95\%}$ , que é um valor considerado seguro e adequado para manter as condições ecológicas e hídricas adequadas em uma bacia hidrográfica.

Para comparar as vazões de referência utilizadas no estado do Paraná, foram utilizadas as vazões das séries históricas das mesmas estações fluviométricas para calcular as vazões de referência usando três metodologias diferentes:

-Metodologia  $Q_{7,10}$ : para encontrar a vazão mínima de referência utilizou-se o parâmetro da Portaria n°20/99 – SUDERHSA (D.O.E DE 16/06/99) que traz o limite máximo outorgável, de 50% da  $Q_{7,10}$ .

- Metodologia Tennant: para encontrar a vazão mínima de referência utilizou a faixa “Boa” que é calculada com 30% da vazão recomendada;

- Método do Perímetro Molhado: os processos que utilizam parâmetros hidráulicos para estimar a vazão são baseados em relações simples entre as variáveis hidráulicas e a geometria do canal. Embora esses métodos exijam dados de campo, como medições de



profundidade e velocidade, eles permitem estabelecer uma relação entre o perímetro molhado e a vazão. A equação de Manning é uma das equações hidráulicas utilizadas para expressar essa relação.

Para determinar a vazão recomendada para manter as condições de habitat adequadas, são realizadas medições de profundidade e velocidade para pelo menos três vazões diferentes. A partir desses dados, é construído um gráfico que relaciona o perímetro molhado com a vazão, identificando o ponto de inflexão da curva. Esse ponto é o limite a partir do qual o aumento da vazão resulta em um aumento pouco significativo do perímetro molhado e em uma rápida deterioração das condições de habitat. A vazão recomendada no ponto de inflexão é considerada a vazão mínima de referência, ou seja, a vazão que deve ser mantida para preservar as condições adequadas de habitat.

A definição da vazão mínima de referência é uma ferramenta importante para a tomada de decisão em relação a outorgas de uso da água. Há a possibilidade de afirmar que as vazões de referência das estações fluviométricas podem ser ajustadas para mais ou para menos.

Há possibilidade em aumentar a vazão mínima de referência dessas estações em épocas mais chuvosas, como demonstraram as vazões de referência encontradas pelo método de Tennant, aumentando consequentemente a concessão de água nessas estações para que os usuários possam utilizar a água disponível de forma mais eficiente. E em períodos de secas há possibilidade em restringir as vazões de referência, como encontradas com a aplicação do método  $Q_{7,10}$ , garantindo a vazão mínima no corpo hídrico e consequentemente diminuindo a concessão de água nestas estações. A vazão mínima de referência não é necessariamente a vazão mínima de um corpo hídrico, mas sim a vazão mínima que deve ser mantida para garantir a preservação dos ecossistemas que dependem dele e a garantia de disponibilidade hídrica para os usuários localizados a jusante do ponto em análise.

Os métodos analisados neste trabalho -  $Q_{95\%}$ , Tennant,  $Q_{7,10}$  e Perímetro Molhado - mostraram valores mínimos para as vazões de referência em um contexto quantitativo, ou seja, sem considerar as implicações na qualidade da água em caso de uso múltiplo, caso essa vazão fosse utilizada como referência. No entanto, é essencial adotar uma metodologia mais abrangente que leve em conta não apenas a quantidade, mas também a qualidade da água, para estabelecer valores aceitáveis para outorga.

A discrepância nos valores de vazão obtidos através do método do Perímetro Molhado é notável. Além disso, o valor de vazão mínima de referência varia consideravelmente entre diferentes seções. O maior desafio na utilização do método do Perímetro Molhado é determinar

o número adequado de seções batimétricas e obtê-las. Contar com apenas uma ou poucas seções não é suficiente para produzir uma estimativa confiável da vazão mínima de referência. Isso também significa que não é adequado focar apenas em um trecho do rio, pois há espécies migratórias que podem estar em risco de extinção se não conseguirem se deslocar ao longo do curso do rio. Como alternativa, é recomendável utilizar o Método IFIM, que tem sido extensivamente estudado e possui dados técnicos disponíveis em áreas de biologia, geotecnia e engenharia. O IFIM também pode ser utilizado para validar ou refutar o método do Perímetro Molhado. Em Portugal (2002) é sugerido o emprego inicial do Método do Perímetro Molhado durante a fase de estudos preliminares, até que sejam obtidos dados adequados para a utilização do Método IFIM, por agregar informações consideráveis para complementação do método do Perímetro Molhado.

Ao projetar novos experimentos, é recomendável determinar a vazão mínima de referência por meio da metodologia IFIM (Incremental Methodology for Flow in Streams) para que possa ser comparada com as metodologias utilizadas neste estudo.

O Instream Flow Incremental Methodology (IFIM) foi desenvolvido pelo “Cooperative Instream Flow Service Group”, atualmente “Aquatic Systems Branch of the National Ecology Research Center”, USFWS, em Fort Collins, USA, para a resolução de problemas no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos que envolvam a implementação de qualquer tipo de empreendimento hidráulico em rios, objetivando diminuir o impacto negativo causado aos ecossistemas (Bovee, et al., 1998).

O IFIM é composto por diversos procedimentos teóricos e computacionais que estão interligados para descrever as características temporais e espaciais do habitat fluvial em resposta a alterações no regime fluviométrico dos rios.

Este método é classificado como uma metodologia de habitat, e sua aplicação às estações fluviométricas estudadas agregaria ao comparativo uma abordagem que leva em conta o uso do habitat para avaliar a relação entre vazão e a disponibilidade de habitat físico para as espécies analisadas. Além disso, o IFIM incorpora regras variáveis ou múltiplas que podem ser usadas em negociações baseadas na vazão para atender às necessidades do ecossistema aquático, considerando as demandas para abastecimento de água e outros usos.

A aplicabilidade deste estudo pode se estender aos dados de outras estações fluviométricas tanto do estado do Paraná quanto de qualquer outro estado. Se houver interesse em compará-lo com a metodologia adotada por outros órgãos outorgantes estaduais, é fundamental examinar a metodologia empregada pelo respectivo órgão

## REFERÊNCIAS

ANDREOLI, C. V.; DALARMI, O.; LARA, A.I.; ANDREOLI, F.N.; Os Mananciais de Abastecimento do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Curitiba - RMC – 9º SILUBESA - Simpósio Brasileiro De Engenharia Sanitária E Ambiental. Anais. Porto Seguro, abr. p.196-205, 2000.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Acesso em 10 agosto. 2021.

ANA. Agência Nacional de Águas - Banco de Dados HidroWeb: Séries Históricas. Disponível em: <<http://hidroweb.ana.gov.br>>. Acesso em 22 outubro 2021.

ANNEAR, T.C., A.A., CONDER. Relative Bias of several fisheries instream flow methods. North American Journal of Fisheries Management, v. 4, p. 451-539, 1984.

ARAÚJO, G.A; PINHEIRO, V.R; SILVEIRA K.C; SIMITAN P.L(2019). O modelo probabilístico Gumbel no ajustamento da vazão máxima do córrego Norete. Revista Eletrônica Engenharia de Interesse Social VOL. 1, NUM. 4, 2019

BAPTISTA, M. B.; COELHO, M M L P ; CIRILO, J. A. ; MASCARENHAS, Flavio C B . Hidráulica Aplicada. 2. ed. Porto Alegre: Editora ABRH, 2003. v. 1. 621 p.

BAHIA, Decreto nº 6296, de 21 de março de 1997, Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos, infração e penalidades e dá outras providências. Diário oficial do Estado da Bahia, Salvador, 21 de março de 1997.

BENETTI, A.D.; LANNA, A.E.; COBALCHINI, M.S. (2003). Metodologias para determinação de vazões ecológicas em rios. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 8, n. 2, abr.- jun, p. 149 169.

BOF, L. H. N. Análise de critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

BOVEE, K.D. ET AL, 1998. Stream habitat analysis using the instream flow incremental methodology. U.S. Geological Survey, Biological Resources Division Information and Technology Report USGS/BRD- 1998- 0004. Colorado, p.139.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNRH N° 140, de 21 de março de 2012. O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH objetiva promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido.

Disponível em:

<<https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/Resolucao-CNRH-n-1402012.pdf>>.

Acesso em 10 de janeiro de 2023

CARDOSO, C.O.; ULLMANN, M.N.; BERTOL, I. Análise de chuvas intensas a partir da desagregação das chuvas diárias de Lages e de Campos Novos (SC). Rev. Bras. Ciênc. Solo, v. 22, n. 1, p. 131-140, 1998.

CARMO, R.L.; ANAZAWA, T.M. Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. Revista Brasileira de Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3669-3681, 2014.

CEARA, Decreto n° 23067, de 11 de fevereiro de 1994, Regulamenta o artigo 4° da Lei n° 11.996, de 24 de julho de 1992, na parte referente à outorga do direito de uso dos recursos hídricos, cria o Sistema de Outorga para Uso da Água e dá outras providências. Regulamenta o artigo 4° da Lei n° 11.996, de 24 de julho de 1992, na parte referente à outorga do direito de uso dos recursos hídricos, cria o Sistema de Outorga para Uso da Água e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 11 de fevereiro de 1994.

Demsetz, H. (1967) Toward a theory of property rights. American Economic Review 57, 347-359. In: Classic Papers in Natural Resource Economics, Palgrave Macmillan

DISTRITO FEDERAL, Decreto n° 22 359 de 31 de agosto de 2001, Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos no território do Distrito Federal. Diário oficial do Distrito Federal, Brasília, 31 de agosto de 2001.

Coase, Ronald (1960). The Problem of Social Cost. Journal of Law and Economics 3 (1): 1–44. In: Classic Papers in Natural Resource Economics, Palgrave Macmillan

COCHRANE, E. Análise da vazão máxima outorgável da sub-bacia Quapi-Macacu, RJ a partir das vazões mínimas  $Q_{7,10}$  e  $Q_{(95\%)}$  e geração das curvas-chave e séries de vazões de seus postos fluviométricos. 2019. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente). Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2019.

Disponível

em:

<[https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12284/TCC\\_EDUARDO\\_COCHRANE\\_NOVO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12284/TCC_EDUARDO_COCHRANE_NOVO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>.

(COLLISCHONN et al, 2005). COLLISCHONN, W.; AGRA, S. G.; FREITAS, G. K.; PRIANTE, G. R.; TASSI, R.; SOUZA, C. F. Em busca do hidrograma ecológico. 2005. Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. João Pessoa. ABRH, 2005.



CUTOLO, S. A. Reúso de águas residuárias e saúde pública. São Paulo: Annablume, 2009.

ELTZ, F.L.; REICHERT, J.M.; CASSOL, E.A. Período de retorno de chuvas em Santa Maria, RS. R. bras.Ci. Solo, v. 16, p. 265-269, 1992.

FREITAS, F.S; HORA, M.A.G.M.; DUMAS, B.P. Análise das chuvas máximas diárias e de 24 horas na cidade do Rio de Janeiro. Revista SODEBRAS, Rio de Janeiro, v. 12, n. 135, p. 97-101, 2017.

GIPPEL, J. C.; STEWARDSON, M. J. (1998). Use of wetted perimeter in defining minimum environmental flows. Cooperative Research Centre for Catchment Hydrology, Department of Civil and Environmental Engineering, The University of Melbourne, Parkville, Victoria 3052, Australia. INFORMATIVO CAPIM BRANCO (2006). Informativo Mensal do Consórcio Capim Branco Energia. Ano III, nº 29

GENOVEZ, A.M.; PEGORARO, R.C.F. Análise e avaliação de equações de chuvas intensas generalizadas. In: Congresso Latino-americano de Hidráulica 18, 1998, Oaxaca. Anais. Oaxaca: IAHR, v. 1, 1998, p. 369-379.

GIPPEL, J. C.; STEWARDSON, M. J. (1998). Use of wetted perimeter in defining minimum environmental flows. Cooperative Research Centre for Catchment Hydrology, Department of Civil and Environmental Engineering, The University of Melbourne, Parkville, Victoria 3052, Australia.

GOPAL, B., 2013. Environmental Flows. Nova Deli: National Institute of Ecology.

GUEDES, H. A. S. Modelagem hidrodinâmica do ecossistema aquático visando à determinação do hidrograma ecológico no rio Formoso – MG. 2013. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Ambientais). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2013

IAT. Instituto Água e Terra do Paraná – Banco de dados Monitoramento hidrológico: Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/>. Acesso em 22 outubro 2021.

MEDEIROS, M. J. Avaliação da vazão referencial como critério de outorga dos direitos de usos das águas na bacia do Paraopeba. 2000. 176 p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos hídricos) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2000.

MELLO, C. R. de; SILVA, A. M. da. Hidrologia: princípios e aplicações em sistemas agrícolas. Lavras: Ed. UFLA, 2013. 455 p.

MARQUES, A.; RODRIGUEZ, D. A importância da análise exploratória de cenários de mudanças climáticas no planejamento de longo prazo dos recursos hídricos – estudo de caso: Santa Cecília. Revista do 8º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade (07 a 09 de maio 2019). Rio de Janeiro-RJ, 2019. Disponível em: <[36](https://itr.ufrrj.br/sigabi/wp-content/uploads/2019/08/A-IMPORTA%CC%82NCIA-DA-ANA%CC%81LISE-EXPLORATO%CC%81RIA-DE-CENA%CC%81RIOS-DE-MUDANC%CC%A7AS-</a></p></div><div data-bbox=)

CLIMA%CC%81TICAS-NO-PLANEJAMENTO-DE-LONGO-PRAZO-DOS-RECURSOS-HI%CC%81DRICOS\_ESTUDO-DE-CASO-SANTA-CECI%CC%81LIA.pdf>.

MONTEIRO, C. A. F. A dinâmica climática e as chuvas no estado de São Paulo: estudo geográfico sob a forma de atlas. USP/Igeog, São Paulo, 1973.

MOREIRA.H; MOREIRA.K; SOUSA.P; OLIVEIRA.L. 2020). Cenários de disponibilidade hídrica para concessão de outorga: estudo de caso da Bacia Vertentes do Rio Grande, Estados de Minas Gerais e São Paulo, Brasil. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (2020).

OKI, T.; KANAE, S. Spatial and Temporal Evolution of the Static Water Level of the Cuauhtemoc Aquifer during the Years 1973, 1991 and 2000: A Geographical Approach. Global Hydrological Cycles and World Water Resources. Science, v. 313, p. 1068-1072, 2006.

OLIVEIRA, I. C. Modelagem ecohidrológica uni e bidimensional do Rio Formoso – MG. 2013. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Ambientais). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2013

PARAÍBA, Decreto nº 19.260, de 31 de outubro de 1997, Regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras providências. Diário oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa , 31 de outubro de 1997.

PARANÁ, Decreto nº 4.646 de 31 de agosto de 2001, Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências. Diário oficial do Paraná, Curitiba , 31 de agosto de 2001.

PIRES,J. Índice de Variabilidade do Escoamento nas Escalas Semanal e Mensal: Estação Fluviométrica Engenho Mato Grosso/PE. 2018.38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Biosistemas). Universidade Federal de Campina Grande, Sumé- PB, 2018. Disponível em <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4466>>

RELATÓRIO CLIMÁTICO DA ONU.IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change.Disponível:< <https://www.ipcc.ch>>. Acesso em 03/03/2022

PORTUGAL (2002) Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Decreto Regulamentar N.º 11/2002 de 08-03-2002. Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Lima - 3ª Fase – Estratégias, Medidas e Acções. (Rev.1 - 00/09/15). Diário da República I Série.Disponível<[http://www.dran.pt/temas/pbh/cdrom/lima/3\\_fase/Li3.pdf](http://www.dran.pt/temas/pbh/cdrom/lima/3_fase/Li3.pdf)>. Acessado em 11/07/2021

REIS, A. A. Estudo comparativo, aplicação e definição de metodologias apropriadas para determinação da vazão ecologia na bacia do rio Pará em Minas Gerais. 2007. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2007.

RIO GRANDE DO NORTE, Decreto nº 13.283 de 31 de outubro de 1997, Regulamenta as outorgas para utilização das águas e as licenças para obras de oferta hídrica. Diário oficial do Rio Grande do Norte, Natal , 31 de outubro de 1997.

SARMENTO, R. Termo de Referência para a elaboração de estudos sobre a vazão ecológica na bacia do rio São Francisco. Edital n. 05 do ano de 2006, PROJETO 704BRA2041 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. UNESCO. 2007.

SARMENTO, R. Estado da arte da vazão ecológica no Brasil e no mundo. UNESCO/ANA/CBHSF, 2007.

SILVA, A.M.; OLIVEIRA, P.M.; MELLO, C.R.; PIERANGELI, C. (2006). Vazões mínimas e de referência para outorga na região do Alto Rio Grande, Minas Gerais. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 2, p. 374-380, 2006.

SILVA, B. M. B. da; SILVA, D. D. da; MOREIRA, M. C. Índices para a gestão e planejamento de recursos hídricos na bacia do rio Paraopeba, Estado de Minas Gerais. Ambiente e Água: An Interdisciplinary Journal of Applied Science, Taubaté, v. 10, n. 3, p. 685-697, 2015a.

Sem autor: Manual Técnico de Outorga. [www.iat.pr.gov.br](http://www.iat.pr.gov.br), 2022. Disponível em: <[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-10/manual\\_outorgas\\_suderhsa\\_2006.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/manual_outorgas_suderhsa_2006.pdf)> Acesso em: 01/02/2022.

Sem autor: Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira PBAI\_Produto 11\_Relatorio tecnico02\_R07\_R02. [www.iat.pr.gov.br](http://www.iat.pr.gov.br), 2014. Disponível em :<[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-05/pbai\\_produto\\_11\\_relatorio\\_tecnico.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/pbai_produto_11_relatorio_tecnico.pdf)>. Acesso em: 03/03/2022

Sem autor: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – Resumo Executivo. [iat.pr.gov.br](http://www.iat.pr.gov.br), 2010. Disponível: <[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-03/resumo\\_executivo\\_plerh.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/resumo_executivo_plerh.pdf)>. Acesso em 03/03/2022

SOUZA FILHO, E. E. ; STEVAUX, J. C. ; JABUR, I. C. A história quaternária do rio Paraná. In: VAZZOLER, A E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; e HANH, N. S. (Org.). A planície de inundação do alto rio Paraná. 1 ed. Maringá: EDUEM, 1997, v. 1, p. 46- 62.

THARME, R.E., 2003. A Global Perspective on Environmental Flow Assessment: Emerging Trends in the Development and Application of Environmental Flow Methodologies for Rivers. Revista River Research and Applications, 22/09/2003. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/rra.736>>. Acesso em: 01/03/2022

TENNANT, D. L.; Instream Flow Regimes for Fish, Wildlife, Recreation and Related Environmental Resources. Fisheries 1, p. 6-10. 1976

TUCCI, C. E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação. Porto Alegre: Edusp, 1993.

TUCCI, C. E. M. Regionalização de Vazões. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 256 p

VON SPERLING, M. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. 7. Ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 588p 2007.

## Transtorno do Espectro Autista: qualificação técnica para o mercado de trabalho

Autistic Spectrum Disorder: technical qualification for the job market

Láudia da Silva Oliveira Góes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8685-5880>

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo evidenciar as dificuldades para que ocorra uma educação inclusiva para indivíduos autistas na qualificação para o mercado de trabalho, assim conceitua o papel da educação inclusiva, compreendendo o autismo e dialogando com a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, com qualificação adequada, sendo assim, compreende-se que a escola por ter uma função social é um dos primeiros espaços depois do contexto familiar de apoio para seu desenvolvimento. A inserção no mercado de trabalho da pessoa com autismo exige acesso com qualidade a educação inclusiva direcionadas especificamente a educação profissional. Para realização do estudo optou-se por pesquisa bibliográfica, através de artigos, dissertações, teses, dentre outros aportes teóricos que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Mercado de trabalho.

### ABSTRACT

The work aims to highlight the difficulties for inclusive education to occur for autistic individuals in qualifying for the labor market, thus conceptualizing the role of inclusive education, understanding autism and dialoguing with the inclusion of these people in the labor market, with qualification adequate, therefore, it is understood that the school, for having a social function, is one of the first spaces after the family context of support for its development. Inserting a person with autism into the job market requires quality access to inclusive education specifically aimed at professional education. To carry out the study, bibliographical research was chosen, through articles, dissertations, theses, among other theoretical contributions that served as a basis for the development of the work.

**Keywords:** Autism. Inclusion. Labor market.

## 1. INTRODUÇÃO

O autismo é considerado um transtorno no neurodesenvolvimento, cuja suas características podem ser observadas ainda na primeira infância, através de consultas com especialistas. O autismo é uma condição que atualmente é vista como uma síndrome comportamental de nível complexo, além disso, pode estar relacionado aos fatores ambientais e genéticos que foi descrita pela primeira vez pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943, onde se baseou em um estudo sobre o comportamento de 11 crianças portadoras do autismo.

Este trabalho tem como objetivo evidenciar as dificuldades para que ocorra uma educação inclusiva para indivíduos autistas e qualificação para o mercado de trabalho, além de conceituar o papel da educação inclusiva, buscando a compreensão do autismo, através dos referências já existentes sobre o tema. Nesse sentido é imperativo compreender cada vez mais a necessidade da pessoa com transtorno do espectro autista-TEA ser incluído dentro das perspectivas e exigências do mercado de trabalho

Nessa perspectiva é de extrema importância identificar as principais dificuldades de inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista nesse processo de qualificação profissional, bem como, avaliar o conhecimento e a forma de conviver com a riqueza da diversidade que essas pessoas possuem e suas contribuições significativas para a sociedade, pressupõe desta forma dar acesso e permanência com qualidade aos benefícios e direitos em relação a sua inserção ao mercado de trabalho.

A pesquisa de cunho bibliográfico com análise pertinente sobre o objeto de estudo, pontuando o TEA dentro dos aspectos da educação inclusiva para a inclusão no mercado de trabalho. Enfatizando a importância do contexto educacional direcionados para o acesso a qualificação profissional e tecnológica.

1

## 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

A educação inclusiva vem sendo bastante discutida no mundo, em todo cenário tanto nacional como internacional, vários encontros foram realizados até aqui, com objetivo de desenvolver e articular uma educação para todos, um desses encontros internacionais deu origem a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com a finalidade de prover diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.





Uma declaração para o mundo, discutida pelas Nações Unidas em 1994 e que ecoa ainda hoje quando se trata de respeito e direitos para a construção de uma escola e educação inclusiva que alcance todos os alunos com ou sem deficiência, proporcionando uma educação de qualidade. A Declaração de Salamanca reafirma seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas entre as crianças, professores e público em geral, no que diz respeito aos que possuem necessidades educacionais especiais.

Dentre as políticas inclusivas, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008 e em vigor até os dias atuais, já se avançou muito no ensino infantil e fundamental, promoveu-se políticas públicas que visaram dar apoio e assistência a professores e alunos, com salas multifuncionais e professores especializados – AEE e os resultados são vistos através das inúmeras publicações e pesquisas realizadas. Porém no ensino superior ainda são escassas as referências a respeito de autismo e ensino superior, mas segundo a política, a inclusão deve perpassar por todos os níveis e modalidades, isso inclui as universidades e faculdades.

A lei 12. 764/12 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, denominada também como lei Berenice Piana ou Lei do autismo, importante ressaltar que Berenice Piana é uma grande ativista na causa dos autistas, a lei em 2022 completou 10 anos, a instituição desta lei foi um grande avanço para esse público que não se encaixava nas leis vigentes anterior a implementação. A partir desta lei a pessoa com autismo, passou a ser considerada pessoa com deficiência para efeitos legais e garantia de direitos. Entre outros direitos ela garante acompanhante especializado para pessoas com autismo que comprovadamente necessitem de apoio nas atividades escolares. A mesma lei nos esclarece quem está dentro do quadro do transtorno do espectro autista – TEA, caracterizando-se nos dois itens a seguir:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, P. 1)

A causa do autismo ainda não está totalmente determinada; pode ser hereditária, relacionada a variantes ou mutações genéticas ambientais, ou seja, multifatorial. Acerca das suas características, até para ser considerado um Transtorno do Neurodesenvolvimento, tem como marca uma desordem no padrão de desenvolvimento que traga à pessoa prejuízos no seu funcionamento. Importante compreender que o transtorno do espectro autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento que compromete a comunicação e as interações sociais e gera comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos. (APA, 2013)

A inclusão educacional dos alunos com autismo ainda enfrenta inúmeros obstáculos, pois esbarra em muitos preconceitos e na maioria deles pelo comportamento e não pode ser considerada como plena, pois a cada aluno, um novo desafio e com ele novas oportunidades, necessitando de adequações e adaptações para acessar de forma inclusiva os conteúdos e o espaço escolar.

Para acolher o estudante com autismo é indispensável a remoção das barreiras, principalmente a do preconceito, que infelizmente ainda se faz presente em nossa sociedade. Autistas moderados e severos são vistos como incapazes e os autistas leves passam despercebidos, muitas vezes tendo as suas particularidades comparadas e sentenciadas de forma descabida. Aceitar o estudante e suas diversidades é o primeiro passo para que a inclusão saia do papel e se concretize, compreendendo que não basta incluir, nem tão pouco moldá-lo para que se enquadre a um perfil desejado. (ASSIS, 2020, P. 7)

Segundo o referido autor, uma das barreiras mais complicadas a ser trabalhada é a comparação constante com seus pares, trazendo embaraço para si e para outros, e essa é apenas uma das particularidades, mas incluir é acima de tudo respeitar, é aceitar a diferença, é conviver com o outro aceitando quem ele é, sem querer moldá-lo de modo a ficar igual aos outros. Mas além de eliminar as barreiras atitudinais é também eliminar as comunicativas e repensar a didática.

Mantoan (2015), em sua obra Inclusão escolar: o que é? por que? Como fazer? nos elucida a importância de que todos sejam inclusos, sejam respeitados e que tenham oportunidades iguais, de acordo com seus desafios ou limitações, provocando e desestabilizando o sistema, deixando a prática de integração no passado e sendo mais inclusiva.

Então o desafio continua, as pessoas com autismo ao ingressarem nas escolas da educação básica, necessitam se deparar com profissionais preparados para lidarem com suas inabilidades sensoriais, sociais ou comunicativas, com seu jeito introspectivo de ser e se expressar, com dificuldades de aprendizagem decorrentes de aspectos cognitivos ou não, mas principalmente diante de situações novas e desafiadoras.

### 3. A INCLUSÃO DA PESSOA COM TEA NO MERCADO DE TRABALHO

A Lei 12.764/2012, no Brasil, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. § 2º A pessoa com TEA para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência. A Constituição Brasileira (1988) alega em seu Art. 205 que a educação, direito de todos e dever da família e do Estado, será oportunizada e encorajada com a cooperação da sociedade, objetivando ao completo desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para a concretização da cidadania e sua qualificação e formação para o trabalho, isto é, o compromisso de oferecer educação a todos, com suporte da comunidade, sem qualquer exclusão ou distinção, de forma que possa atuar ativamente no mercado de trabalho e em sociedade.

A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), entrou em vigor a partir de 2016, e, impôs ao Estado Brasileiro o dever em garantir o correto cumprimento das normas estabelecidas em seus respectivos meios legais, relacionados ao favorecimento da acessibilidade das pessoas com deficiência (PcD) ao ambiente educacional de modo mais consistente, considerando que essa referida legislação impôs aos agentes políticos a obrigatoriedade em sua execução, caso contrário, incidiram na consumação da infame autoridade administrativa.

A inclusão social do autista é imprescindível e as duas etapas que mais necessitam dessa inserção, a profissional e a escolar, contém uma relação direta, visto que após o período escolar, o portador de TEA se esbarra com um mercado de trabalho altamente competitivo. Embora existam políticas públicas e legislação que asseguram a inclusão do portador de TEA no mercado de trabalho, é evidente que isso não acontece de fato como deveria. Infelizmente, a dificuldade do portador de TEA em se inserir no mercado de trabalho mostra uma realidade que acaba sendo excludente.

A entrada no mercado de trabalho fica prejudicada, já que eles necessitam satisfazer os critérios cada vez mais exigentes das empresas. Diversos autistas descrevem uma forte dificuldade entrave para se inserir no mercado de trabalho, até mesmo aqueles que têm habilidade e formação para executar uma atividade remunerada, e por esta razão, acabam dependendo de programas governamentais e de ajuda familiar, o que acaba criando dificuldades financeiras; isso realça, cada vez mais, a importância de uma cultura inclusiva por meio de políticas públicas que possibilitem aproveitar os pontos fortes dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista – TEA. (MARTINI, 2019)

Segundo a Organização das Nações Unidas (2018), há um bilhão de pessoas com deficiência no mundo. Destes, 785 milhões estão em idade ativa, mas apenas 26,9 % estavam empregados. Agora são companhias que adotam positivamente algumas das características e aptidões do espectro. A inclusão de pessoas no espectro do autismo no mercado de trabalho não se trata de exploração. O principal objetivo deve ser capacitar essas pessoas. É certo que eles coloquem seus conhecimentos em prática e consigam viver uma vida com qualidade e sem limites. Apenas uma pequena porcentagem de pessoas com TEA tem empregos.

Muitos adultos diagnosticados com TEA, trabalharam em várias profissões e tiveram problemas sociais que trouxeram a desentendimentos com outros colaboradores de trabalho e supervisores. A falta de conhecimento desde o diagnóstico as barreiras financeiras e sociais muitas vezes impossibilitam a implementação de cuidados terapêuticos, questões relacionadas à qualidade de vida como: ter um emprego próximo do que desejam, alcançar autonomia plena, obter apoio social e saúde mental são obstáculos presentes e persistentes.

A pesquisa de Coleman e Adams (2018) sobre os desafios de entrar no mercado de trabalho para jovens com TEA mostra que 59 % das pessoas dizem que a conclusão bem-sucedida das entrevistas é o maior desafio, além de dúvidas sobre qual emprego se candidatar e que tipo de trabalho fazer podem vir acompanhadas de barreiras sociais. A insatisfação com as opções de trabalho oferecidas pelas empresas para pessoas com TEA é algo salientado por Coleman e Adams (2018). Eles indicam que esses serviços de treinamento ou suporte também podem ser direcionados a profissionais com TEA.

Os desafios específicos que os adultos com TEA enfrentam no contexto da busca de trabalho são muito diversos. Isso pode incluir a compreensão de tarefas que eles podem achar difícil, dificuldade de concentração, mudança constante de procedimentos e rotinas e lidar com situações inesperadas. Se algumas dessas dificuldades foram extremas para o profissional, provavelmente significa que certos tipos de trabalho não são adequados para a pessoa com TEA.

Algumas pessoas com TEA podem ter dificuldades com cognição social, interações e relacionamentos ao longo de suas vidas. A entrada no mercado de trabalho em meia-idade, programas de estágio, aprendizagem, etc. Isso pode ter um efeito positivo em sua carreira. É muito importante maximizar os esforços dos gestores nas organizações em geral. O emprego apoiado por moldes de comportamento positivo pode ser particularmente valioso para ajudar pessoas com TEA em seu ambiente de trabalho. Independentemente do grau, esse suporte



profissional deve incluir complexidade e adaptabilidade. Envolve indivíduos e supervisores e colegas em ajustes de processos, treinamento e suporte.

As empresas e a sociedade têm falado e entendido mais sobre o mercado de trabalho para pessoas com TEA, inclusive no Brasil. Algumas empresas querem ir além do processo de entrevista tradicional. O suporte dedicado é muito importante para fornecer um ambiente de trabalho envolvente para esses funcionários, o que as ajuda a se desenvolver e se destacar.

Segundo a OMS, 2 milhões de brasileiros são autistas. Essa imprecisão prejudica tanto a conscientização pública quanto o desenvolvimento da ordem pública. No entanto, as entrevistas revelaram que algumas empresas têm tomado medidas próprias para apoiar e disseminar o conhecimento sobre o tema, ainda que isoladamente e na ausência de dados estatísticos oficiais sobre TEA no Brasil.

À medida que as pessoas vivem e crescem, muitas não terão mais pais ou mediadores atenciosos. Esta é uma realidade que deve estar presente na sociedade, nas famílias, nas instituições educacionais, nas empresas e nas organizações civis. Todos esses empregos, desde a educação inclusiva até o mercado de trabalho, devem se tornar um modo de vida independente. Cada um tem um papel fundamental a desempenhar na capacitação de pessoas com TEA.

#### 4. CONCLUSÃO

A partir do desenvolvimento do estudo foi possível verificar que no século XXI é muito discutido os aspectos referentes a inclusão no âmbito corporativo, e espontaneamente o tema também se desenrola para o debate acerca da neurodiversidade, principalmente sobre a qualificação da pessoa com TEA no mercado de trabalho e a relevância de desenvolver habilidades e competências para a garantia de acesso e permanência no mercado de trabalho por essas pessoas.

Nesse contexto a educação inclusiva é o ponto de partida na inclusão ao trabalho com qualidade e também ponto de extrema necessidade quando se trata do acesso à informação sobre as especificidades do autismo, sensibilização dos empregadores, conhecimento acerca dos direitos da pessoa com autismo no âmbito de trabalho, elaboração de política de inclusão da empresa e participação e suporte da família dos indivíduos com TEA nesse processo de inserção no mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

ASSIS, Elisângela Aparecida de; OCANHA, Mariane. **Reflexões acerca de estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior**. CONEDU – VII Congresso de educação.2020. p.07 Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA10\\_ID6259\\_31082020212832.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID6259_31082020212832.pdf) Acessado em 02/01/2023.

APA - American Psychiatry Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5. 5th ed.** Washington: American Psychiatric Association, 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Senado, 2012.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado, 2015.

COLEMAN, D; ADAMS, J. **Survey of vocational experiences of adults with Autism Spectrum Disorders, and recommendations on improving their employment**. Journal of Vocational Rehabilitation, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 67–78, 2018.

4

MARTINI, M M; et al., **Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar**. Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 429- 442, maio 2019.5

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência**. ONU News, [s. l.], dez. 2018.

SARTORI, J. **Formação do professor em serviço: prática pedagógica resignificada**. (Org.). Formação de professores em diferentes espaços e contextos. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.



## Educação profissional e tecnológica e a reforma do ensino médio: uma análise da lei 13.415/2017

Professional and technological education and the reform of secondary education: an analysis of law 13.415/2017

Láudia da Silva Oliveira Góes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8685-5880>

### RESUMO

O presente trabalho visa ao longo de seus tópicos promover uma análise da educação profissional e tecnológica aplicada no Brasil, considerando principalmente o processo da reforma do ensino médio, com o objetivo de analisar a educação profissional e tecnológica e a Reforma do Ensino Médio, por meio dos aspectos referentes a implantação dessa política nas escolas públicas, frente ao desafio da formação humana integral. No processo metodológico realizou-se uma revisão de literatura, promovendo uma compreensão dos principais conceitos, assim como mensuração da análise de autores renomados sobre o processo de reforma do ensino médio e a introdução da educação profissional no Brasil. Tendo por base artigos, livros e teses publicados ao longo dos últimos 10 anos. Pode-se concluir que por meio da reforma do ensino médio que ocorre uma valorização ou necessidade de inclusão de uma nova metodologia de ensino nas rotinas educacionais brasileiras.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Educação profissional. Reforma.

### ABSTRACT

The present work aims, throughout its topics, to promote an analysis of professional and technological education applied in Brazil, considering mainly the process of secondary education reform, with the objective of analyzing professional and technological education and the Reform of Secondary Education, through aspects related to the implementation of this policy in public schools, facing the challenge of integral human formation. In the methodological process, a literature review was carried out, promoting an understanding of the main concepts, as well as measuring the analysis of renowned authors on the process of reforming secondary education and the introduction of professional education in Brazil. Based on articles, books and theses published over the last 10 years. It can be concluded that through the reform of secondary education there is an appreciation or need to include a new teaching methodology in Brazilian educational routines.

**Keywords:** High School. Professional education. Remodeling.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história a educação brasileira passou por inúmeras reformas, com legislações que ampliaram o acesso à educação nas instituições escolares. Em 08 de Fevereiro de 2017 foi aprovada no Senado Federal uma nova reforma da educação brasileira, implementada pela Medida Provisória nº 746, de 2016, que reformulou a legislação para o Ensino Médio no Brasil, sendo consolidada posteriormente na Lei 13.415/2017, que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); a Lei 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Consolidação das Leis do Trabalho, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O artigo que tem como tema “Educação profissional e tecnológica e a reforma do ensino médio: uma análise da lei 13.415/2017”, tem como objetivo analisar a educação profissional e tecnológica e a Reforma do Ensino Médio, por meio dos aspectos referentes a implantação dessa política nas escolas públicas, frente ao desafio da formação humana integral. Verificando como a reforma foi pensada, principalmente para as escolas públicas; através da identificação das estratégias utilizadas para a qualificação profissional e para a infraestrutura das escolas.

1

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado a pesquisa bibliográfica com literaturas pertinentes e relevantes ao objeto de estudo. O levantamento dos livros, dissertações, teses e artigos seguiu alguns critérios como, um corte temporal de 2012-2022, elencando as referências mais condizente e coerentes para investigação e a análise proposta do artigo.



## 2. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS

A origem da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem como ponto inicial a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto 7.566/1909, instituída todos os estados do país, com a finalidade de “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício”. (VIEIRA E SOUZA JUNIOR 2016, p.156).

Importante salientar que esse decreto foi implementado após o fim do trabalho escravo no Brasil e também pelo advento das fábricas, onde a força de trabalho exigida não onerava a produção das indústrias da época, mas respondia as necessidades e interesses dos donos dos meios de produção com mão de obra com qualificação e baixo custo.

Em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, a EPT foi colocada como parte independente da educação básica e do ensino médio, no entanto com a implementação do Decreto 2.208/97, que alterava a LDBEN, o currículo da EPT passou a fazer parte do ensino médio, sendo desta forma ofertado na modalidade subsequente ou concomitante, possibilitando uma formação mais ampla e de maneira integral para os alunos.

Promover a educação profissional é uma das formas encontradas pelos governantes em promoverem o desenvolvimento dos indivíduos, assim como contribuir para minimizar as possíveis fontes de desigualdade social presente dentro dos países e de algumas regiões. Através da educação profissional são obtidos os conceitos, análises e observações básicas de como funciona o mercado de trabalho, assim como ressaltadas algumas das atividades laborais mais presentes dentro do país. (SAVIANI, 2020)

Segundo Freitas (2020) existem três níveis de educação profissional, são eles: o nível básico (o mesmo pode ser desenvolvido por qualquer pessoa, independente da sua formação, não existe uma regulamentação precisa para as instituições que realizam esse procedimento), nível técnico (voltado especialmente para alunos do ensino médio, possui uma regulamentação a ser seguida e em geral tem por base as práticas voltadas para as principais atividades desenvolvidas dentro do mercado de trabalho ativo no país) e o nível tecnológico (aplicado em nível superior, apresenta algumas atividades nas quais as pessoas devem apresentar alguns requisitos e conhecimentos básicos para que as atividades sejam devidamente realizadas. Em geral, ao concluírem sua formação tecnológica os alunos conquistam diploma e carteira para que a atividade na qual se formaram possa ser desenvolvida positivamente).

Por meio da educação profissional pode-se conceder aos alunos uma oportunidade de promover o seu desenvolvimento dentro do contexto social, ressaltando aos mesmos alguns valores e ensinamentos que ao longo dos anos foram sendo deixados de lado. O desenvolvimento social é um dos pontos que ficam mais evidenciados por meio da formação profissional, uma vez que se expande a oportunidade dos alunos de alcançarem um emprego ou mesmo realizarem atividades com finalidades financeiras por meio dos ensinamentos observados ao longo da sua formação.

Estudos sobre formação profissional em diferentes países mostram que a principal característica que se destaca na comparação entre os países latino-americanos e os países desenvolvidos, nos países desenvolvidos, a formação profissional e técnica tem como alicerce a educação regular, fundamental e média, universalizada. Significa que a formação profissional ocorre a partir de uma base de cultura científica e humanista, diferente dos países latino-americanos ou em desenvolvimento. Nestes, essa base ainda não foi alcançada por todos e principalmente pelas populações socioeconomicamente desfavorecidas, para as quais se destinam muitos dos programas de formação criados (CIAVATTA, 2016).

### 3. REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio está pautada numa proposta de melhoria da qualidade da educação, com a política de ampliação das escolas de tempo integral e a flexibilização do Currículo, essa lei altera profundamente o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. A proposta altera a carga anual mínima do Ensino Médio para 1.400 horas, sendo o currículo dividido em Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, formada por cinco itinerários formativos, na qual o aluno poderá escolher mais de um itinerário formativo, caso haja vaga disponível na rede.

Com essa nova lei, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias, ao passo que disciplinas como História e Geografia dependerão do Itinerário Formativo oferecido pelo estabelecimento de ensino.

Além disso, as áreas de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes deixarão de serem disciplinas

obrigatórias no Ensino Médio, para tornarem-se “estudos” e “práticas” que serão diluídas nas disciplinas obrigatórias.

Essa reformulação do ensino médio tem o objetivo de construir um currículo que atenda às necessidades dos alunos, que priorize os seus interesses, que não sejam conteúdos desconexos da realidade de vida destes, porém tenha relação com sua identidade e seja integral, que possua sentido para os anseios e objetivos, ou seja, educação relacionada diretamente com projeto de vida desses jovens. Para que seja realizado de fato e de direito a reforma do ensino médio (REM), relevante que sejam consideradas as mudanças exigidas nessa etapa para melhoria do ensino.

Uma das muitas modificações está na desobrigação de algumas disciplinas educativas, fator esse ocorrido com a alteração do currículo do ensino médio, que para alguns especialistas pode ser algo muito precipitado, gerando grandes impactos no desenvolvimento educativo dos alunos. Outro ponto consiste na implantação do sistema integral de ensino, onde ocorre a inclusão dos alunos dentro do mercado de trabalho através dos procedimentos de ensino aplicados na sua rotina educativa. Por meio da educação integral o governo visa principalmente fornecer a oportunidade de emprego a todos os alunos do ensino médio, esse ponto é algo muito criticado por alguns estudiosos do mercado de trabalho.

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho. (GENTILI, 2018, p. 104)

Até a ratificação da lei 13.415/2017, havia no ensino médio uma carga acadêmica mínima de 800 horas por ano ao longo de três anos (2400h) de educação geral em disciplinas tradicionais. Após a reforma, no entanto, o tempo dedicado às áreas de conhecimento geral foi reduzido de 2400h para 1800h, apesar da carga acadêmica mínima total ser aumentada para 3000h. A lei anterior a REM exigia que as 1200h restantes fossem dedicadas ao que era chamado de “itinerários formativos”, a saber, campos especializados que os alunos, em teoria, poderiam escolher (KUENZER, 2020).

Observando esses aspectos mencionados pode-se considerar que por meio da REM, é importante questionar, até que ponto a liberdade de escolha dos adolescentes deve ser antecipada, enquanto a educação geral é reduzida. Eles devem decidir sua especialização em uma idade anterior, com menos experiência - tanto na vida quanto na escola - e menos tempo institucional em estudos gerais, faltando conhecimento suficiente para escolha desses itinerários. (CONSED, 2020).

A disponibilidade de diferentes itinerários formativos depende quase inteiramente das condições do sistema educacional regional, bem como da disponibilidade em cada escola em particular. Em outras palavras, muitas escolas só podem ser capazes de oferecer um itinerário, indicando claramente que a escolha dos alunos na realidade é determinada pelo que é oferecido em suas escolas locais. Um dos principais pontos observados por pesquisadores, assim como estudiosos do campo educacional consiste em reconhecer que se faz presente uma preocupação, por parte dos autores da REM, em formar jovens para o mercado uma vez que a concepção social do país foi traçada com bases em uma linha que atende ao mercado (KUENZER, 2020). Obviamente, isso é mostrado como uma crítica ao capitalismo em paralelo com o empobrecimento e a precarização do pensar a formação das “juventudes” delegando a elas um papel de sustento e serviço ao arranjo do capital.

Em termos de infraestrutura, considera-se que o mais importante é dotar todas as escolas públicas que oferecem Ensino Médio de laboratórios modernos de informática, com recursos destinados para a manutenção desses laboratórios de informática, de forma que tais manutenções, quando necessárias, sejam realizadas de forma rápida e contínua. Claro que uma boa quadra poliesportiva, assim como um espaço adequado para as mais diversas manifestações artísticas (música, teatro, dança, etc.), também são muito bem-vindas, pois entende-se que qualidade do ensino também pode ser medida pela qualidade dos espaços e equipamentos que rodeiam e fazem parte desse ensino.

#### 4 CONTEXTO DO OBJETO DE PESQUISA

3

O tipo de pesquisa realizado neste trabalho, foi uma revisão bibliográfica, na qual foi realizada consulta a livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Acadêmico*, *Periódicos Portal CAPES* entre outros disponíveis online.

Para atingir os objetivos propostos, foram levados em consideração trabalhos realizados entre 2012-2022, com temas relacionados com o objeto de estudo, portanto os trabalhos publicados nos últimos 10 anos (exceto para livros clássicos), sendo os idiomas definidos português e inglês. Para busca de informações foram

utilizados os seguintes termos: “Educação profissional no Brasil”, “Reforma do ensino médio e educação profissional”, “Introdução da educação profissional no Brasil”, associando a seus termos sinônimos e uma lista de termos sensíveis para a busca.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos que discorressem sobre a educação profissional e da reforma do ensino médio. Os critérios de exclusão foram: trabalhos que não contemplavam o objetivo proposto da pesquisa; que não tivessem aderência com a área de pesquisa e que estivessem indisponíveis no momento da coleta e que, portanto, não teriam relevância para esse estudo. No total foram selecionados 20 materiais. Os mesmos foram compostos por: 6 livros, 10 artigos de revistas científicas, 4 dissertações.

Nota-se que o processo de inserção da educação profissional e tecnológica nas rotinas brasileiras, a Lei 13.415/2017, fornece subsídios para a implementação da reforma e da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alterando diversos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (GENTILI, 2018). Sendo um dos pontos de maior impacto quanto aos processos estabelecidos pela lei, a impossibilidade de terceirização e privatização de investimentos, que possivelmente aumentará consideravelmente a aplicação de recursos públicos em instituições privadas. Além disso, a flexibilização do ensino e a reorganização curricular tendem a diminuir os conteúdos historicamente sistematizados e de extrema relevância no ato educativo.

De acordo com Lorangeira (2012), considera que estabelecer uma definição única de qualificação profissional é uma tarefa complexa e controversa, devido à falta de consenso sobre o assunto, em outras palavras, é um sujeito polissêmico. Alguns podem considerar que uma pessoa é qualificada por suas habilidades, outros pelas exigências do trabalho que vão ocupar. No entanto, em sua opinião, objetivamente, o grau de qualificação pode ser avaliado pelo tempo que o indivíduo leva para aprender uma função bem como seu grau de autonomia ou nível de conhecimento.

Dessa forma pode-se dizer que o mercado atualmente está mais favorável para pessoas que demonstram determinadas habilidades e que possuem uma formação profissional mais ampla do que os demais concorrentes (WITTACZIK, 2018). Para o meio empresarial o conhecimento e a prática ao longo dos anos tem sido um importante alicerce para o desenvolvimento profissional, uma vez que as visões desenvolvidas atualmente pelos empresários são de pessoas que possam não somente realizar as atividades mais ao longo do tempo melhorar os procedimentos que envolvem tais atividades.

Nesse sentido observou-se com a pesquisa que as instituições de ensino continuam subordinadas ao mercado de trabalho, onde o ato educativo de qualifica mão específica para atender a demanda do grande capital, ou seja, as necessidades da produção, o trabalho continua se adequando aos critérios estabelecidos pelo mercado. Os donos dos meios de produção são aqueles que detém o conhecimento científico e tecnológico e os recursos das atividades produtivas.

Mediante a esses fatos a necessidade de uma formação docente que alcance teoria, prática, ação, interação e reflexão, a busca pelo desenvolvimento profissional e pessoal, além do olhar clínico e especial ao estudante. A ausência de tais conceitos tem evidenciado que, parte dos professores, mesmo daqueles que concluíram o curso superior, ainda continuam adotando práticas repetitivas, apolítica, sem visar uma formação humanística e social, sem considerar aspectos relevantes para o processo de ensino e aprendizagem. (IRIGON, 2019).

Pertinente considerar que a formação continuada serve como uma forma de promover aos profissionais docentes uma oportunidade de expandir ainda mais seus conhecimentos, como realizar uma visualização diferenciada de instrumentos que podem ser inseridos na rotina educativa a fim de obter um melhor rendimento dos conteúdos apresentados.

## 5 CONCLUSÃO

A partir do estudo, pode-se pontuar alguns aspectos de extrema importância que a REM propõe, sendo abordada como um mecanismo de reprodução para atender as necessidades do mercado de trabalho. Aponta-se, ainda, encaminhamentos que buscam o fortalecimento das estratégias de resistência dos profissionais docentes e a luta constante em prol do compromisso com as classes populares e/ou com quem precisa fazer uso da Educação Pública brasileira.

Entende-se que a educação profissional, a partir da análise da legislação e políticas educacionais adotadas, apresenta problemas complexos em relação ao papel do Estado em termos de oferta e qualidade, além de perpetuar o dualismo histórico na educação, oferece formação prática para jovens da classe trabalhadora e proporciona uma educação mais ampla para os jovens das classes dominantes

Desta maneira com a implantação da reforma do ensino médio ocorre uma valorização ou necessidade de inclusão de uma nova metodologia de ensino nas rotinas educacionais brasileiras, sendo inserida com a



educação a profissional. Possibilitando aos alunos variados conteúdos relacionadas a sua dinâmica de vida, uma ampla oportunidade de conhecimento sobre diversas áreas que podem ser utilizadas ou nas quais eles podem ser inseridos eficientemente, considerando as especificidades de seu contexto político, social, cultural e econômico.

## REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria. **Arquivos da Memória, do Trabalho e da Educação e a Formação Integrada**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4., 2016, Goiás. Anais.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO; FNCEE – FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC, 2020.

FREITAS, A. **A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio: a experiência do Centro Paula Souza**. 2020. 147 f. il. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2020.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2018.

IRIGON, O. C. G. B. Práticas formativas, formação continuada e profissionalidade docente. In: GUIMARÃES, V. S. **Formação e profissão docente: cenários e propostas**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2019. p. 61-83.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul-set. 2020.

LARANGEIRA, S. M. G. Verbete qualificação. In A. D. Cattani (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico** (4a ed.) Petrópolis: Vozes. 2012.

SAVIANI, D, **Escola e democracia**, 33<sup>a</sup>. Ed. Campinas, Autores Associados, 2020.

VIEIRA, Albani Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. **A Educação Profissional no Brasil**. Revista Interacções, n 40, p. 152-169, 2016.

WITTACZIK, L. S. **Educação Profissional no Brasil: histórico**. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1<sup>o</sup>. sem., 2018.





## A Organização do Currículo na Educação Infantil com Base na BNCC

### José Carlos Guimaraes Junior

<https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia

Universidade do Estado do Amazonas-UEA-Rede Bionorte

profjc65@hotmail.com, Brasil

### Fabrcia Ribeiro Gontijo

<https://orcid.org/0000-0002-5493-5165>

Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011)

Especialização lato sensu em gestão escolar pela escola de gestores da UFMG (2013)

frgontijo21@gmail.com

### Jadilson Marinho da Silva

<https://orcid.org/0000-0001-9416-8549>

Doutor em Ciências da Educação

Universidad de la Integración de las Américas

jadilson.marinho@gmail.com, Brasil

### Wellington Santos de Paula

<https://orcid.org/0000-0002-0577-8087>

Mestrando em Educação Bilíngue de Surdo pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos -INES/RJ- Brasil

wellufrj@gmail.com

### Larissa Cândido Piazzzi

<https://orcid.org/0009-0009-2609-9807>

Mestranda em Educação/ Universidad Europea Del Atlântico

Pedagoga pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

Oficial do Quadro Técnico de Pedagogia da Marinha do Brasil.

larissacandido@live.com

### Leandro Pereira Chagas

<https://orcid.org/0009-0005-5068-9381>

Professor formado no Magistério nível médio

Graduado em Educação física bacharelado, Ciências biológicas e Pedagogia.

Pós-graduado em Docência do Ensino médio técnico e Ensino Superior, e Educação Especial e Psicomotricidade.

legalchagas@hotmail.com

### Carlos Danillo Claudino dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-1366-4119>

Estudante de Ciências Biológicas (LIC) no Centro de Formação de Professores (CFP)- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Campus Cajazeiras/PB

Membro do Grupo de Pesquisa Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (GPA/UFCG).

carlos.cdanilo@gmail.com

## Resumo

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) é um documento essencial para orientar o processo educacional no Brasil, proporcionando diretrizes para a organização do currículo na etapa inicial da educação. Neste artigo abordaremos a importância da BNCC na estruturação do currículo na Educação Infantil, destacando sua metodologia de aplicação e os resultados esperados para o desenvolvimento integral das crianças. Para isso utilizamos a metodologia de estudos documentais, análise de legislações educacionais e revisão bibliográfica de pesquisas relacionadas ao tema. A partir da coleta e sistematização de dados, buscou-se destacar os princípios e objetivos da BNCC, suas diretrizes pedagógicas e sua contribuição para a estruturação curricular nessa etapa da educação. Como resultados identificamos que no desenvolvimento integral das crianças, a BNCC visa promover um desenvolvimento holístico das crianças, contemplando aspectos cognitivos, socioemocionais, físicos e culturais; a proposta de um currículo com base nessas diretrizes, busca-se garantir que todas as crianças tenham oportunidades de aprendizagem significativas e adequadas ao

seu estágio de desenvolvimento mais flexível e contextualizado, reconhecendo a importância de considerar as particularidades de cada contexto escolar, valorizando a diversidade cultural e regional; a garantia de direitos e equidade, onde essa legislação estabelece os direitos de aprendizagem que todas as crianças têm na educação infantil, independentemente de sua origem, condição social ou necessidades específicas. Ao organizar o currículo com base nesses direitos, busca-se promover a equidade educacional e combater as desigualdades, e o brincar como princípio pedagógico, cuja norma reconhece o brincar como uma forma de expressão, aprendizado e desenvolvimento infantil. Ao organizar o currículo com base nesse princípio, valoriza-se o papel do brincar no processo educativo, proporcionando momentos lúdicos e criativos para as crianças.

**Palavras-chave:** BNCC, Educação Infantil, Currículo, Desenvolvimento Integral, Brincar.

## Summary

The National Common Curricular Base for Early Childhood Education (BNCC) is an essential document that guides the educational process in Brazil, providing guidelines for curriculum organization in the initial stage of education. In this article, we discuss the significance of the BNCC in structuring the curriculum in Early Childhood Education, highlighting its methodology of implementation and the expected outcomes for the holistic development of children. To achieve this, we employed a methodology of documentary studies, analysis of educational legislation, and a review of related research literature. Through data collection and synthesis, we aimed to emphasize the principles and objectives of the BNCC, its pedagogical guidelines, and its contribution to curriculum structuring in this educational stage. As a result, we identified that the BNCC aims to promote the holistic development of children, encompassing cognitive, socio-emotional, physical, and cultural aspects. By proposing a curriculum based on these guidelines, we seek to ensure that all children have meaningful and age-appropriate learning opportunities according to their developmental stage. The curriculum becomes more flexible and contextualized, recognizing the importance of considering each school's particularities and valuing cultural and regional diversity. Furthermore, the BNCC guarantees rights and equity, as it establishes learning rights for all children in early childhood education, regardless of their origin, social status, or specific needs. Organizing the curriculum based on these rights aims to promote educational equity and combat inequalities. The BNCC also highlights the significance of play as a pedagogical principle, recognizing it as a form of expression, learning, and child development. By organizing the curriculum based on this principle, the role of play in the educational process is valued, providing playful and creative moments for children.

**Keywords:** BNCC, Early Childhood Education, Curriculum, Holistic Development, Play.

## 1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) é um documento de extrema relevância para a educação no Brasil, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem que todas as crianças devem desenvolver ao longo da Educação Infantil. Com foco nas faixas etárias de zero a cinco anos, a BNCC busca garantir uma formação integral das crianças nessa fase inicial da educação, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e potencialidades.

A educação infantil é um período crucial no desenvolvimento das crianças, pois é nessa fase que se formam as bases para aprendizagens futuras. A BNCC, nesse contexto, surge como uma ferramenta poderosa para orientar educadores, gestores e toda a comunidade escolar na construção de um currículo alinhado com as necessidades e peculiaridades das crianças em seus diferentes contextos sociais e culturais.

No contexto da BNCC, a organização do currículo na educação infantil visa contemplar a pluralidade de experiências, o respeito às diferenças e o estímulo ao desenvolvimento pleno das capacidades das crianças. Para isso, a BNCC estabelece competências, habilidades e conteúdo que devem ser trabalhados em cada faixa etária, valorizando tanto o aspecto cognitivo quanto o socioemocional, o lúdico e o artístico.

2

O presente texto tem como objetivo abordar a importância da BNCC na educação infantil, analisando como ela orienta a construção de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças nessa etapa crucial de suas vidas. Serão discutidos aspectos como a flexibilidade curricular, a inclusão, o brincar como princípio pedagógico e o papel dos educadores na efetivação dos direitos previstos na BNCC.

Dessa forma, a BNCC se apresenta como uma ferramenta transformadora no cenário educacional, estabelecendo padrões de qualidade e direcionando o olhar para uma educação mais inclusiva, democrática e sensível às necessidades das crianças. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de

qualidade, a BNCC contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo possa desenvolver seu potencial plenamente e se tornar um cidadão crítico, criativo e consciente de seu papel no mundo.

## 1.1 Metodologia de Pesquisa

Para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, especialmente apropriado à pesquisa no campo da educação e suas legislações, pois visa identificar a realidade investigada sobre a questão pertinente as normas que as ordenam.

Os periódicos foram pesquisados em bases de dados como SCOPUS, CAPES e Google Scholar utilizando as seguintes palavras de busca: BNCC, Educação Infantil, Currículo e Desenvolvimento integral; além de pesquisas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior-CAPES, vinculado ao Ministério da Educação do Brasil-MEC, através dos seguintes bancos de dados: Web of Science, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scopus.

É importante perceber que algumas/alguns autoras/autores consideram a pesquisa documental como sinônimo da pesquisa bibliográfica; contudo, nesta pesquisa priorizou-se os conceitos dos autores Almeida, Guindani e Sá-Silva, (2009) que apontam que “a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (Almeida, 2009).

Desse modo, a pesquisa bibliográfica restringe-se a artigos, periódicos, ensaios, enciclopédias, livros e dicionários, sendo conhecida, também, como estado da arte do conhecimento. A pesquisa documental “segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos” (Silva, 2009).

Severino (2007) acrescenta, que a análise documental, não se restringe aos documentos públicos legais ou teóricos, mas mostra que revistas educacionais, jornais, livretos, imagens e até mesmo filmes, podem ser utilizados como fonte de pesquisa. Essa forma de registro implica em sistematizar dados informações, e análise e pode ser empreendida mediante “técnicas de coleta, organização exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho. (Severino, 2007)

Acredita-se que o estudo empreendido, poderá ampliar discussões de pesquisadoras/es do campo educacional, a percepção e reflexão crítica de profissionais da educação sobre questões relacionadas aos diversos processos que envolvam a afetividade no ensino aprendizagem, oferecendo assim, um grande desafio no sentido de trabalharem de forma individual cada criança/aluno.

## 2. Revisão Bibliográfica

A formação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil envolve aspectos ideológicos e políticos de suma importância, onde a autores renomados têm contribuído para a compreensão desse processo, oferecendo insights valiosos sobre o tema.

A formação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil é um processo complexo que envolve não apenas aspectos técnicos e pedagógicos, mas também questões ideológicas e políticas.

No âmbito ideológico, a BNCC reflete diferentes concepções sobre a educação e o desenvolvimento infantil. Autores como Cesar Coll e Ana Lúcia Goulart de Faria têm explorado as implicações ideológicas presentes na elaboração dos currículos escolares, incluindo a Educação Infantil, onde em seus estudos ressaltam a importância de considerar as particularidades das crianças e seus direitos na construção de um currículo que promova uma educação de qualidade.

3

Já no contexto político, autores como Dermeval Saviani e Maria Malta Campos analisam as influências políticas na formação da BNCC, evidenciando a necessidade de participação democrática e de considerar os interesses e perspectivas de diferentes atores envolvidos no processo, como especialistas, educadores e representantes da sociedade civil.

Todos esses pesquisadores oferecem insights valiosos para entender a relação entre os aspectos ideológicos e políticos na formação da BNCC da Educação Infantil; suas obras fornecem análises críticas e reflexões sobre a influência de diferentes concepções pedagógicas, visões de mundo e decisões políticas no currículo,

assim como a importância de uma abordagem que considere as especificidades da Educação Infantil.

Dessa forma, os estudos desses aspectos ideológicos e políticos contribuí para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do processo de formação da BNCC da Educação Infantil, permitindo uma reflexão crítica sobre o currículo e seu impacto na prática educacional, e assim, para um melhor entendimento, passamos a discutir esses autores e suas proposituras.

Cesar Coll (2005), renomado pesquisador espanhol da área de Educação, traz valiosas contribuições em sua obra “Psicologia e Currículo Escolar” (2005), que ao explorar a relação entre as concepções ideológicas e a elaboração dos currículos escolares, evidencia a influência de diferentes perspectivas nesse processo de construção curricular. Em seus estudos busca enfatizar a importância de compreender as concepções ideológicas subjacentes aos currículos, pois estas refletem visões de mundo, valores e propósitos educacionais. Segundo ele, diferentes perspectivas ideológicas moldam a seleção de conteúdo, a organização do currículo e as práticas pedagógicas adotadas nas instituições escolares.

Ao analisar essas influências o autor destaca que elas podem variar desde perspectivas mais tradicionais, que priorizam a transmissão de conhecimentos e valores culturais, até abordagens mais progressistas, que enfatizam a participação ativa dos estudantes e a construção de conhecimento; e ainda discute que essas perspectivas ideológicas não são estáticas, mas sim influenciadas por contextos sociais, políticos e culturais em constante transformação, e assim, a elaboração dos currículos escolares envolve um processo complexo de negociações e debates entre diferentes atores e interesses presentes na sociedade.

Assim, em seus estudos Cesar Coll nos oferece uma perspectiva fundamental para compreender a relação entre concepções ideológicas e a construção curricular, onde em suas reflexões nos convidam a refletir sobre as implicações dessas concepções na prática educativa e a buscar currículos que promovam uma educação de qualidade, considerando as necessidades e os direitos dos estudantes.

Outro pesquisador destaque nesses temas, Saviani, em sua obra “Escola e Democracia” (2013), analisa os aspectos políticos presentes na formação dos currículos escolares, incluindo a BNCC da Educação Infantil, e ainda aborda importância da participação democrática na construção de um currículo que atenda às necessidades educacionais da sociedade.

O autor argumenta que a construção curricular não deve ser uma tarefa exclusiva de especialistas, mas sim um processo coletivo e participativo, salientando a importância de envolver educadores, pais, alunos e demais membros da comunidade escolar na definição dos objetivos educacionais e nas decisões que moldam o currículo.

Ao comentar sobre as obras de Saviani, podemos perceber sua preocupação com a democratização da educação e o empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo educativo, discutindo e defendendo que a participação ativa da comunidade escolar na elaboração do currículo promove uma maior identificação dos estudantes com os conteúdos abordados e com a própria instituição escolar. Assim, destaca a importância de uma visão crítica sobre os interesses e as influências políticas presentes na formação dos currículos, realça a necessidade de se questionar quais valores, conhecimentos e habilidades estão sendo privilegiados e como essas escolhas impactam a formação dos estudantes.

A obra “A formação do Currículo no Brasil” (2012), de autoria de Maria Malta Campos, contribui para a compreensão do processo de construção curricular no país, discutindo os aspectos ideológicos e políticos envolvidos na formulação dos currículos, considerando a influência de diferentes atores e interesses.

A complexidade do processo de construção curricular é ressaltada pela pesquisadora, pois envolve disputas e negociações entre diferentes grupos de interesse, pois o argumento é que a elaboração curricular não ocorre de maneira neutra, mas reflete visões de mundo, valores e propósitos educacionais.

Ao comentar a referida autora, observamos seu olhar crítico sobre o papel dos diferentes atores envolvidos na formulação dos currículos, onde analisa as influências políticas e econômicas, bem como as demandas da sociedade civil e dos educadores, no processo de tomada de decisões curriculares, tornando-se assim, uma importante obra para se refletir sobre a importância de uma visão plural e democrática na construção curricular, pois ressalta a necessidade de considerar as diversas perspectivas e garantir a participação de diferentes atores, visando a construção de currículos que atendam às necessidades educacionais da sociedade.

Ainda nesse contexto, José Dias sobrinho, em sua obra “Avaliação: Concepções e Práticas” (2013), ainda apresenta uma reflexão sobre a avaliação educacional como parte integrante do currículo.

Seu destaque refere-se a importância de se considerar os aspectos ideológicos e políticos na concepção e implementação de práticas avaliativas coerentes com os objetivos educacionais propostos; e assim, torna-se





perceptível sua preocupação em compreender a avaliação como um processo complexo, influenciado por diferentes concepções pedagógicas, visões de mundo e interesses políticos.

Ele questiona a avaliação meramente como uma medida de desempenho e destaca a importância de uma abordagem formativa, que considere o progresso e o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo; argumentando que a avaliação não deve ser vista isoladamente, mas sim como parte integrante do currículo, refletindo suas concepções e objetivos, pois possui implicações pedagógicas e políticas, influenciando a forma como o conhecimento é construído e transmitido nas instituições educacionais.

Destaque, esse autor nos convida a refletir sobre as relações entre avaliação, currículo e as concepções educacionais presentes na sociedade, pois em suas obras nos ajuda, e nos referencia, a compreender como os aspectos ideológicos e políticos influenciam as práticas avaliativas e a importância de considerar o impacto dessas práticas na promoção de uma educação mais justa e inclusiva.

Já analisando-se em um campo específico da Educação Infantil, Cipriano Carlos Luckesi, em “Currículo Escolar e Avaliação da Aprendizagem: Entre a Intenção e o Gestado” (2005), aborda a importância de se compreender as especificidades dessa etapa de ensino na elaboração de um currículo que considere o desenvolvimento integral das crianças.

Ao tecer comentários sobre sua obra, podemos perceber sua preocupação em destacar a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite o ritmo e as características próprias das crianças na Educação Infantil; onde o currículo nessa fase deve estar pautado no brincar, na interação e na exploração do mundo ao redor, buscando atender às necessidades de desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico das crianças.

O autor enfatiza a importância de uma avaliação formativa na Educação Infantil, que considere o processo de aprendizagem das crianças e valorize suas múltiplas linguagens expressivas, argumentando que a avaliação nessa etapa deve ser um instrumento de acompanhamento e reflexão, fornecendo subsídios para aprimorar as práticas pedagógicas e garantir o desenvolvimento pleno das crianças.

Dessa forma, Luckesi nos convoca a reflexão sobre a relevância de um currículo sensível às particularidades da Educação Infantil, que valorize a ludicidade, a curiosidade e a autonomia das crianças, e assim, suas reflexões ressaltam a importância de uma avaliação que vá além da mera mensuração de resultados, promovendo uma educação de qualidade para as crianças nessa fase crucial de suas vidas.

Faria (2012), em sua obra “Currículo e Infância: Entre Palavras e Coisas”, publicada em (2012), explora a relação entre o currículo e a infância, destacando a importância de uma abordagem curricular que respeite as singularidades e os direitos das crianças.

Ao tecer comentários sobre a percebe-se a preocupação em reconhecer a infância como uma fase única e significativa no desenvolvimento humano; onde através da sua argumentação, destaca que o currículo na Educação Infantil deve ser construído a partir do olhar atento às experiências, às necessidades e aos interesses das crianças, valorizando suas vozes e protagonismo; e ainda salienta a necessidade de uma abordagem pedagógica que promova a participação ativa das crianças na construção do conhecimento, por meio de práticas pedagógicas democráticas e inclusivas, em ambientes de aprendizagem que estimulem a curiosidade, a exploração, o brincar e a expressão artística.

Consoante a esse raciocínio, a pesquisadora destaca a relevância de se considerar os direitos das crianças, como o direito à diversidade, à igualdade e à participação social, ao elaborar um currículo para a Educação Infantil, argumentando que o currículo deve ser pensado de forma a garantir a equidade e a valorização das diferentes culturas, identidades e formas de expressão das crianças.

Assim, fica iminente o convite da repensar o currículo na Educação Infantil, enfatizando a importância de uma abordagem que respeite e valorize as singularidades e os direitos das crianças, onde suas reflexões contribuem para uma educação mais inclusiva, participativa e significativa nessa etapa crucial da vida das crianças.

### 3.1 Tipos de currículo

No que diz respeito aos tipos de currículo, a BNCC da Educação Infantil propõe uma abordagem integradora, que considera as diferentes dimensões do desenvolvimento das crianças.

A abordagem integradora proposta pela BNCC é fundamentada em teorias e estudos de renomados



autores como Vygotsky (1978), onde comenta que o desenvolvimento infantil ocorre de maneira integrada e complexa, sendo influenciado por múltiplas dimensões, que abrangem aspectos físicos, emocionais, sociais, cognitivos e linguísticos, como destacado por Wallon (1941) em suas pesquisas.

Ao adotar uma perspectiva integradora, o currículo da Educação Infantil busca criar um ambiente educativo que considere todas essas dimensões do desenvolvimento, onde a proposta é promover experiências e atividades que estimulem o movimento e o corpo, as relações sociais e emocionais, o pensamento e a linguagem, como defendido por Piaget (1970) em sua teoria do desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, um currículo integrador na Educação Infantil busca oferecer uma educação abrangente e completa, atendendo às necessidades e potencialidades das crianças em todas as suas esferas de desenvolvimento; essa abordagem reconhece a interdependência entre as diferentes áreas do desenvolvimento, conforme ressaltado por Bronfenbrenner (1979) em sua teoria ecológica do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, Luckesi, em “Currículo Escolar e Avaliação da Aprendizagem: Entre a Intenção e o Gestado” (2005), ressalta a importância de se compreender as especificidades dessa etapa de ensino na elaboração de um currículo que considere o desenvolvimento integral das crianças.

Nessa perspectiva, autores como Maria Carmen Silveira Barbosa, em “Currículo, Cultura e Sociedade” (2002), e José Gimeno Sacristán, em “O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática” (2000), também enfatizam a importância de um currículo que aborde de forma holística as diferentes dimensões do desenvolvimento da criança, argumentando que o currículo deve ir além do aspecto puramente acadêmico, considerando as experiências de vida, o contexto social e as interações no ambiente escolar.

Vygotsky (1988), em sua teoria sociocultural, ressalta a relevância do currículo como um instrumento que medeia a interação entre a criança, o conhecimento e o contexto social, onde defende que o currículo deve ser projetado de forma a promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais das crianças, estimulando a aprendizagem por meio da interação e do diálogo com os outros.

Diante dessas abordagens teóricas, a BNCC da Educação Infantil busca garantir um currículo que valorize as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, reconhecendo a importância de proporcionar experiências significativas e contextualizadas, que estimulem a criatividade, a curiosidade, a expressão artística, o desenvolvimento motor, as relações sociais e o protagonismo das crianças.

### 3.2 Os objetivos do BNCC

O estabelecimento de aprendizagens essenciais deve ser desenvolvido na Educação Infantil, levando em conta as especificidades dessa fase; nesse contexto Faria (2012), enfatiza a importância de uma abordagem curricular que respeite as singularidades e os direitos das crianças.

Ainda a mesma autora ressalta que a construção de um currículo para a Educação Infantil deve levar em consideração a valorização das vivências e dos saberes prévios das crianças, bem como o respeito à diversidade e às diferentes formas de expressão infantil, tornando-se fundamental garantir que as crianças tenham a oportunidade de participar ativamente do processo educativo, explorando e construindo conhecimentos de forma significativa.

Freire (1996), em “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa” (1996), destaca ainda a importância de promover a autonomia e a construção do conhecimento pelas crianças, valorizando sua curiosidade e capacidade de questionamento.

E assim, contribui também para a formação desse pensamento Malba Barahona, em “Currículo: Políticas, Contextos e Práticas” (2009), defende a importância de um currículo que promova o desenvolvimento integral das crianças, contemplando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e motores.

Dessa forma, a BNCC da Educação Infantil busca estabelecer objetivos curriculares que considerem as particularidades e os direitos das crianças, valorizando suas experiências, saberes e formas de expressão.

6

Essa abordagem, respaldada por Faria, Freire, Barahona e outros autores, promove um currículo que estimula o desenvolvimento pleno das crianças, incentivando sua autonomia, criatividade e participação ativa no processo educativo.

### 3.3 A implementação do BNCC

A abordagem ecológica de Bronfenbrenner enfatiza a importância de considerar o indivíduo em seu contexto, reconhecendo a interdependência entre o ambiente e o desenvolvimento humano. Essa perspectiva ampla e contextualizada contribui para uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam o crescimento e a formação de uma pessoa.

Um dos aspectos cruciais nesse processo é a formação dos professores, que desempenham um papel fundamental na concretização do currículo, como destaca Libâneo (2013), em sua obra “Didática”, que evidencia a importância da formação docente e da articulação entre teoria e prática para garantir uma implementação efetiva do currículo.

O referido autor ainda evidencia que os professores devem estar preparados para compreender e contextualizar os princípios e diretrizes presentes na BNCC; não obstante, isso requer uma formação sólida, que contemple não apenas os conhecimentos teóricos, mas também a capacidade de os relacionar com a realidade da sala de aula e as necessidades das crianças.

Nesse sentido, e retornando a Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido” (1968), onde destaca a importância da práxis, ou seja, da reflexão sobre a prática educativa, como forma de promover a transformação social; assim a implementação da BNCC exige que os professores sejam capazes de articular teoria e prática de forma crítica e reflexiva, adaptando o currículo às características e necessidades de seus alunos.

Além do processo de formação dos professores, é essencial considerar outros desafios, como a infraestrutura adequada das escolas, a disponibilidade de recursos didáticos e materiais pedagógicos alinhados à BNCC, bem como a promoção de uma cultura escolar que valorize e apoie a implementação do currículo.

Nesse sentido, Saviani, em “Escola e Democracia” (2013), ressalta a importância da participação democrática na construção curricular, destacando a necessidade de envolver os diversos atores educacionais, como gestores, professores, alunos e famílias, no processo de implementação da BNCC.

Portanto, a implementação da BNCC na Educação Infantil requer uma atenção cuidadosa para garantir a formação adequada dos professores, a articulação entre teoria e prática, o acesso a recursos didáticos e a participação democrática dos envolvidos.

### 3.4 Críticas e barreiras

É importante considerar diferentes perspectivas, como destaca Paulo Freire (1966), que descreve a importância de um currículo que valorize a participação ativa dos estudantes e promova uma educação libertadora.

Por outro lado, Barahona (2009), faz críticas em relação à padronização excessiva e à falta de flexibilidade da BNCC.

Freire (1966), a BNCC pode ser criticada por limitar a autonomia dos estudantes ao estabelecer um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser seguidas rigidamente; assim um currículo verdadeiramente emancipatório deve permitir que os estudantes sejam protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem, estimulando a criatividade, o diálogo e a participação ativa.

Barahona (2009), estabelece críticas em relação à padronização excessiva e à falta de flexibilidade da BNCC, argumentando que um currículo muito prescritivo pode negligenciar as particularidades locais, as diferenças individuais dos alunos e as características das escolas; tornando-se importante considerar a diversidade de contextos educacionais e a necessidade de adaptação do currículo de acordo com as demandas específicas de cada realidade.

A falta de flexibilidade da BNCC pode resultar em uma abordagem uniforme, desconsiderando as diferentes realidades e limitando a autonomia das escolas e dos professores na definição de suas práticas pedagógicas, portanto as críticas pertinentes à BNCC envolvem a limitação da autonomia dos estudantes, a padronização excessiva e a falta de flexibilidade do currículo.

As contribuições de Paulo Freire e Malba Barahona são importantes para a reflexão sobre esses aspectos, ressaltando a necessidade de um currículo que promova a participação ativa dos estudantes, valorize a diversidade de contextos e proporcione uma educação mais flexível e adaptada às necessidades individuais e coletivas.

### 3.5 A estruturação do documento

A estruturação do BNCC da Educação Infantil propõe uma abordagem inovadora por meio da introdução de novas nomenclaturas, como os Campos de Experiências, onde esses são áreas de conhecimento que abrangem diversos aspectos do desenvolvimento infantil a serem explorados ao longo do processo educativo.

Nessa perspectiva, Coll (2005), oferece uma contribuição significativa ao destacar a importância de

considerar as concepções ideológicas na elaboração dos currículos, ressaltando que os currículos não são meramente instrumentos técnicos, mas são construções sociais influenciadas por valores, ideologias e perspectivas políticas. Segundo esse autor, as decisões sobre o que é considerado conhecimento relevante e quais habilidades e competências devem ser desenvolvidas refletem concepções e escolhas ideológicas.

Ao considerar a influência de diferentes perspectivas no processo de construção curricular, Coll (2005), enfatiza a importância do diálogo entre os diversos atores envolvidos na educação, como professores, especialistas, pais e alunos, prática essa que é fundamental para a construção de um currículo que reflita uma visão abrangente e inclusiva do desenvolvimento infantil, contemplando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais.

A introdução dos <sup>2</sup>Campos de Experiências na BNCC da Educação Infantil busca justamente proporcionar uma estrutura mais abrangente e integradora, na qual os conhecimentos e as experiências das crianças sejam considerados de forma holística. Essa abordagem reconhece que as crianças constroem conhecimento a partir de suas experiências pessoais, interações sociais e contextos culturais, e que o currículo deve ser sensível a esses aspectos. Portanto, a contribuição de Cesar Coll nos alerta para a importância de considerar as concepções ideológicas na elaboração dos currículos, reconhecendo que eles refletem escolhas e valores políticos.

A introdução dos Campos de Experiências na BNCC da Educação Infantil busca proporcionar uma estrutura curricular mais abrangente, integradora e sensível às vivências e às necessidades das crianças.

Esses autores e suas obras nos permitem compreender melhor o currículo na educação, a partir das relações de poder, dos tipos de currículo, dos objetivos do documento, da implementação nas escolas, das críticas pertinentes e da estruturação do documento, suas contribuições enriquecem o debate sobre a construção de currículos mais significativos e contextualizados, capazes de promover uma educação de qualidade para as crianças na Educação Infantil.

## Considerações Finais

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) é um documento de extrema relevância para a educação no Brasil, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem que todas as crianças devem desenvolver ao longo da Educação Infantil. Com foco nas faixas etárias de zero a cinco anos, a BNCC busca garantir uma formação integral das crianças nessa fase inicial da educação, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e potencialidades.

A educação infantil é um período crucial no desenvolvimento das crianças, pois é nessa fase que se formam as bases para aprendizagens futuras, e nesse contexto, surge como uma ferramenta poderosa para orientar educadores, gestores e toda a comunidade escolar na construção de um currículo alinhado com as necessidades e peculiaridades das crianças em seus diferentes contextos sociais e culturais.

A organização do currículo na educação infantil visa contemplar a pluralidade de experiências, o respeito às diferenças e o estímulo ao desenvolvimento pleno das capacidades das crianças, e para isso essa norma estabelece competências, habilidades e conteúdo que devem ser trabalhados em cada faixa etária, valorizando tanto o aspecto cognitivo quanto o socioemocional, o lúdico e o artístico.

No que se refere a abordagem integradora proposta, ela está fundamentada em teorias e estudos de renomados autores como Vygotsky, Wallon e Piaget, que destacam a complexidade e a interdependência das diferentes dimensões do desenvolvimento infantil; e ao adotar essa perspectiva integradora, busca criar um ambiente educativo que considere todas essas dimensões do desenvolvimento, promovendo experiências e atividades que estimulem o movimento e o corpo, as relações sociais e emocionais, o pensamento e a linguagem.

Nesse sentido, um currículo integrador na Educação Infantil busca oferecer uma educação abrangente e completa, atendendo às necessidades e potencialidades das crianças em todas as suas esferas de desenvolvimento.

8

Essa abordagem reconhece a interdependência entre as diferentes áreas do desenvolvimento, contribuindo para uma formação mais holística das crianças.

A estruturação do documento da BNCC da Educação Infantil introduz os campos de experiências como uma abordagem inovadora, que busca contemplar as diversas vivências e saberes das crianças, proporcionando uma estrutura mais abrangente e integradora, onde busca o reconhecimento que as crianças constroem

<sup>2</sup> Os Campos de Experiências na BNCC da Educação Infantil são áreas temáticas que guiam o currículo nessa etapa educacional. Eles abrangem a Formação Pessoal e Social, Expressão e Comunicação, Conhecimento de Mundo e Corpo, Gestos e Movimentos. Esses campos fornecem diretrizes para o planejamento de atividades e experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas múltiplas dimensões.



conhecimento a partir de suas experiências pessoais, interações sociais e contextos culturais, e que o currículo deve ser sensível a esses aspectos, valorizando suas experiências, saberes e formas de expressão.

No que diz respeito aos objetivos da BNCC, é fundamental destacar a importância de uma abordagem curricular que respeite as singularidades e os direitos das crianças, valorizando sua curiosidade, autonomia e capacidade de questionamento; dessa forma, autores como Faria, Freire e Barahona contribuem para a reflexão sobre a construção de um currículo que promova a participação ativa dos estudantes, respeitando suas diferentes formas de expressão e incentivando a autonomia na construção do conhecimento.

A implementação da BNCC na Educação Infantil demanda uma atenção cuidadosa, com ênfase na formação dos professores e na articulação entre teoria e prática, onde a formação docente é fundamental para garantir que os professores compreendam e contextualizem os princípios e diretrizes presentes na BNCC, adaptando o currículo de acordo com as necessidades e características de seus alunos.

Além disso, é importante considerar outros desafios, como a infraestrutura adequada das escolas, a disponibilidade de recursos didáticos e materiais pedagógicos alinhados à BNCC, bem como a promoção de uma cultura escolar que valorize e apoie a implementação do currículo, onde a participação democrática de gestores, professores, alunos e famílias também é essencial para o sucesso da implementação da BNCC.

Em suma, a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil é um documento que representa um avanço significativo na educação brasileira, ao estabelecer diretrizes e objetivos claros para a formação integral das crianças nessa fase inicial da educação, pois ao adotar uma abordagem integradora, valorizando todas as dimensões do desenvolvimento infantil, e ao reconhecer a importância da participação ativa dos estudantes e da formação adequada dos professores, a BNCC busca promover uma educação mais significativa, inclusiva e contextualizada, capaz de preparar as crianças para uma vida plena de aprendizado e cidadania. Contudo, é importante considerar as críticas e desafios presentes na implementação da BNCC, buscando sempre uma educação que respeite a diversidade e valorize o protagonismo das crianças em seu processo de aprendizagem.

## Referências

ALMEIDA, Luciana da Silva; GUINDANI, Miriam José; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental e bibliográfica: reflexões no campo das ciências sociais e humanas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 47-63, 2009.

BARAHONA, Malba. *Currículo: Políticas, Contextos e Práticas*. Porto: Porto Editora, 2009.

\_\_\_\_\_, Malba. *Currículo: Políticas, Contextos e Práticas*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002.

BRONFENBRENNER, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.

CAMPOS, Maria Malta. *A Formação do Currículo no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COLL, Cesar. *Psicologia e Currículo Escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DEWEY, J. (1897). My pedagogic creed. *The School Journal*, 54(3), 77-80.

9

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Currículo e Infância: Entre Palavras e Coisas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACKSON, Philip. *Life in Classrooms*. New York: Teachers College Press, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Currículo Escolar e Avaliação da Aprendizagem: Entre a Intenção e o Gestado. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PIAGET, J. (1970). Genetic epistemology. Columbia University Press.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Eduardo Manoel R. A. et al. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação: Concepções e Práticas. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. (1941). L'enfant turbulent. PUF.

ZABALZA, Miguel. Planificación y Desarrollo Curricular. Madrid: Narcea, 2004.

## DIREITO DAS FAMÍLIAS: CASAMENTO NATUREZA JURÍDICA<sup>1</sup>

MYRLA TICYANNE SIQUEIRA BARBOSA CAMILO

### RESUMO

A pluralização familiar no Brasil tem passado por grandes transformações ao longo do tempo. Anteriormente, o direito familiar baseava-se em modelos matrimoniais e patriarcais, deixando à margem as famílias constituídas informalmente. A Lei do Divórcio de 1977 trouxe mudanças significativas, e a Constituição Federal de 1988 representou uma inovação ao reconhecer a união estável como entidade familiar protegida pelo Estado, além de assegurar a igualdade e a dignidade dos membros da família. Princípios como a pluralidade familiar, a afetividade e a igualdade passaram a guiar o direito de família, tornando-o mais aberto e inclusivo. O estudo tem como objetivo geral apresentar a natureza jurídica do casamento e, como objetivos específicos, ampliar a temática, abordar os aspectos gerais do casamento no direito brasileiro e elencar a dissolução do matrimônio. Palavras-chave: pluralização familiar, direito familiar, união estável, igualdade, afetividade.

### ABSTRACT

The Brazilian family pluralization has undergone significant changes over time. Previously, family law was based on matrimonial and patriarchal models, leaving informally constituted families aside. The Divorce Law of 1977 brought significant changes, and the Federal Constitution of 1988 represented an innovation by recognizing stable unions as a family entity protected by the State, as well as ensuring equality and dignity of family members. Principles such as family plurality, affectivity, and equality started guiding family law, making it more open and inclusive. The study aims to present the legal nature of marriage as its general objective and, as specific objectives, to broaden the theme, address the general aspects of marriage in Brazilian law, and list the dissolution of marriage.

Keywords: family pluralization, family law, stable union, equality, affectivity.

## 1 INTRODUÇÃO

A pluralização familiar brasileira é um acontecimento caracterizado por sofrer grandes alterações no decorrer do tempo. Desde sempre, o direito familiar esteve baseado apenas nos modelos matrimoniais e patriarcais deixando a margem aqueles que eram constituídas informalmente.

Nas contribuições de Oliveira (2006) “As famílias reconhecidas pela norma eram apenas constituídas pelo elo sanguíneo, não existindo igualdade entre filhos nascidos dentro do casamento aos que nasceram fora do casamento, que eram marginalizados pela sociedade”. Outro fator, se diz respeito ao patriarca das famílias, caracterizada pela hierarquização da entidade familiar, assim o pai, sendo enaltecido pela figura máxima, ou seja, o chefe da família, tendo responsabilidades tomadas por todos que o compõe a família.

A Lei nº 6.515 de 1977 (Lei do Divórcio) estabelece um quebrantamento de um dos primeiros paradigmas do direito da família. Sendo necessária tal mudança. A constituição de 1988, em vigência, passou o ordenamento jurídico de família, tanto principiologicamente quanto ao que passou a ser reconhecido como família.

Oliveira (2006) relata que a família constituída pelo casamento a partir da vigência da lei citada anteriormente, não eram a única entidade familiar protegida e reconhecida por lei, pois a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226 elencou o novo paradigma de família a ser assegurados direitos pelo ordenamento jurídico de família.

1

De acordo com os ensinamentos de Maria Helena Diniz, o moderno direito de família, marcado por grandes mudanças e inovações, rege-se por princípios, tais como o Princípio da “*ratio*” do matrimônio e da união estável, segundo o qual o fundamento básico da vida conjugal é a afeição e a necessidade de completa comunhão de vida; o Princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros, no que atina aos seus direitos e deveres; o Princípio da igualdade jurídica de todos os filhos (CF, art. 227, § 6º, e CC, arts. 1.596 a 1.629); o Princípio da pluralidade familiar, uma vez que a norma constitucional abrange a família matrimonial e as entidades familiares (união estável e família monoparental); o Princípio da

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Direito da Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar, como requisito para a obtenção do título de Direito. Orientadora: Profa. Thalita

consagração do poder familiar (CC, arts. 1.630 a 1.638), substituindo o marital e o paterno, no seio da família; o Princípio da liberdade, fundado no livre poder de constituir uma comunhão de vida familiar por meio de casamento ou união estável; e o Princípio do respeito da dignidade da pessoa humana, que constitui base da comunidade familiar, garantindo o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente (CF, art. 227).

A Constituição Federal de 1988 representou uma inovação na forma de se compreender uma constituição familiar, agora não necessariamente proveniente de um casamento formal, mas fruto de uma “união estável”, entre um homem e uma mulher, como entidade familiar protegida pelo Estado, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (artigo 226, § 3º).

De acordo com Lazzarini (1995), a união entre um homem e uma mulher, legalizada ou não, com certa duração, enquadra-se nos moldes de um núcleo familiar, um agrupamento de pessoas unidas por laços de sangue, vínculos afetivos e comunhão de interesses. A Lei Maior também menciona a possibilidade de a família ser constituída por qualquer dos pais e seus descendentes (artigo 226, § 4º), reafirma a igualdade entre o homem e a mulher na sociedade conjugal (artigo 226, § 5º) e estabelece o tratamento igualitário dos filhos, sem qualquer designação discriminatória.

Desta forma, os princípios basilares do direito passou a assegurar à igualdade, a dignidade, a solidariedade, a pluralidade da família e, ainda que não implicitamente expresso, o princípio da afetividade, que tem sido objeto de base para os argumentos deste trabalho.

Os princípios de pluralização e de afetividade da família tem sido desde então um dos grandes aspectos abordados quanto à forma de família a ser reconhecida pelo direito, isso com o reconhecimento da união estável pela Constituição de 1988, no art. 226, §3º, e posteriormente o Código Civil de 2002 elencou os requisitos gerados de direito e deveres entre os companheiros. Esta entidade familiar, hoje conhecida como união estável, era nomeada como concubinato por muito tempo, mas por sua peculiaridade de que os indivíduos que adotavam esta forma de convivência eram desimpedidos para o casamento, assim recebendo o nome de concubinato puro, diferenciados das uniões de impedidos de se casar, nomeados de concubinato impuro, que é o objeto de trabalho.

Neste exposto esse estudo tem como objetivo geral apresentar a natureza jurídica do casamento. E como objetivos específicos: ampliar a temática; abordar os aspectos gerais do casamento no direito brasileiro; elencar a dissolução do matrimônio no direito brasileiro.

A presente pesquisa evidencia a necessidade e importância do direito de família, a fim de regular as relações existentes, diversos membros e as influências que exercem sobre as pessoas e bens. O direito de família caracteriza-se, sobretudo por ser local e cultural e as suas reformas implicam a modificação da escala axiológica e, algumas vezes, da ideologia dominante, onde as tradições históricas-religiosas refletem e justificam o sistema jurídico de família adotado. Assinalou a doutrina moderna o caráter publicista do direito de família, cujas disposições são geralmente imperativas e ortodoxas, enxergando a família como um ente intermediário entre o indivíduo e o Estado. Sua relevância inquestionável social, ética e histórica diferenciam o direito de família dos demais ramos do direito.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ASPECTOS GERAIS DO CASAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

O casamento remonta dos primórdios da sociedade, desde o início dos tempos o homem sente necessidade de unir-se em matrimônio para formar sua família e dar continuidade à sua espécie. De acordo com Rizzardo (2004) historicamente, a família veio antes do casamento devido a uma força biológica que originou a necessidade de união entre o homem e a mulher.

2

Assim, inicialmente, o homem unia-se à mulher como uma forma de seguir seu instinto, unindo-se para cumprir o dever de procriar, perpetuando, desta forma sua espécie. O casamento só veio a surgir no decorrer da história, após o advento das civilizações (RIZZARDO, 2004).

Para Diniz (2023) o casamento consiste na mais importante e soberana de todas as instituições do Direito Privado, haja vista que se constitui como uma das bases da família. Até pouco tempo atrás a única forma de se constituir uma família era através do casamento, devendo este ser feito diante do Ordenamento Jurídico e da Igreja, os chamados casamentos civil e religioso, assim era considerado como peça principal de todo o sistema social e cultural. Nos dias de hoje, esse fator está sendo modificado as pessoas se unem sem



a intervenção do ordenamento jurídico ou religioso e formam suas famílias, alguns têm filhos sem haver nenhum laço amoroso, enfim, apesar dessas modificações o casamento para muitos continua sendo essencial para a formação de uma família, sendo este considerado como o caminho mais correto.

O casamento surgiu primeiramente como uma imposição da Igreja Católica, para ela o instituto casamento consistia em um sacramento, para que um homem e uma mulher vivessem juntos e constituíssem uma família era necessária a bênção divina, constituindo-se o casamento religioso (RODRIGUES, 2002).

Rodrigues (2002) destaca que a partir do século XVIII prosperou uma corrente de pensamentos que transformou o casamento em um simples contrato, com qualidade e validade decorrentes apenas do ânimo das partes. Desta forma, no início a Igreja dominava o instituto do casamento, passando, o Ordenamento Jurídico posteriormente a assumir parte de tal instituto.

A visão em torno do casamento só passa a ser modificada com Cristianismo que passa a considerar o casamento como um sacramento, no qual homem e mulher, segundo Pereira (2022), tornam válido seu amor e sua união após receberem as bênçãos de Deus, tornando-se então uma única entidade física e espiritual.

Etimologicamente, a palavra casamento deriva do latim *casamentu*, de acordo com Rezende (2003) trata-se de uma ação solene realizada durante a união de duas pessoas civil ou religiosamente para a constituição de uma família. Pode-se perceber através do conceito dado que o casamento está sempre voltado para uma celebração solene e ritualística, haja vista que até os dias de hoje são festejados através de normas, valores, e tradições sociais.

Em linhas gerais, com base nas pesquisas realizadas para esse trabalho é possível afirmar que o casamento desde o início das sociedades teve como objetivo a procriação, a constituição de famílias, estas que só poderiam ser constituídas através do mesmo (REZENDE, 2003).

Segundo Franco, Houaiss e Villar (2003) o casamento trata-se da união entre homem e mulher por meio de uma cerimônia matrimonial constituindo-se como um elo, uma associação entre as partes.

Juridicamente, o casamento consiste na legalização de uma relação sexual para a constituição de uma família legítima, conforme explica Diniz (2023, p. 125) “o casamento é o vínculo jurídico entre o homem e a mulher, livres, que se unem, segundo as formalidades legais, para obter o auxílio mútuo material e espiritual de modo que haja uma integração psicossíquica, e a constituição de uma família”.

Assim, apesar do Ordenamento Jurídico considerar o casamento como a constituição de uma família legítima não deixa de lado fatores como o social e o ético essenciais para a compreensão do seu regime legal.

Diante disso, para ter validade o casamento religioso e o civil se equiparam se o religioso for registrado em no registro próprio e obedecer às exigências da lei, sendo realizado o matrimônio após a afirmação de vontade de ambas as partes acerca de sua união, o famoso momento do sim dos casamentos tradicionais, somente após a confirmação dos cônjuges o casamento é confirmado.

Assim, antes de um casamento ser efetivado, seja o civil, seja o religioso, deve-se atentar para os requisitos de capacidade e impedimento aos cônjuges para a realização do casamento (LISBOA, 2002).

Para muitos doutrinadores o casamento se constitui como um contrato, de acordo com Lisboa (2002) ordinariamente, o casamento é interpretado como um contrato ou instituto jurídico de natureza híbrida sendo firmado por sujeitos de direito para constituir uma família legítima.

Ter o casamento como um contrato seria vê-lo apenas como um negócio jurídico bilateral e formal, sendo ele muito mais que isso, não se reduzindo apenas à conexões econômicas ou estimáveis de forma pecuniária, tratando-se da união entre duas pessoas para o aprazimento de suas necessidades particulares.

Por fim, vale ressaltar aqui que a maioria dos doutrinadores ao conceituar o casamento destaca o fato de ser celebrado entre duas pessoas de sexo distinto, porém, tendo em vista que no Brasil, recentemente foi aprovado pelo Supremo Tribunal de Justiça o casamento entre pessoas do mesmo sexo, suprimiu-se a informação dada pelos autores acerca do casamento ser entre pessoas do mesmo sexo. Conhecendo-se neste tópico o conceito de casamento, o tópico a seguir traz a natureza jurídica, para que seja possível o aprofundamento no assunto em âmbito jurídico.

## 2.2 NATUREZA JURÍDICA

O casamento, em termos de sua Natureza Jurídica, pode ser compreendido como um negócio jurídico que estabelece a formação de uma família legítima. De acordo com as considerações de Venosa (2022), trata-se de um ato solene e pessoal, no qual somente os noivos têm o poder de manifestar sua vontade. No Brasil, é per-

mitido realizar o casamento por procuração, conforme estabelecido no art. 1.542 do Código Civil de 2002.

Nas situações em que um casamento é realizado por meio de procuração, ambos os cônjuges devem outorgar uma procuração com poderes especiais, indicando representantes para agirem em seu nome.

Oliveira (2003) categoriza o casamento por procuração em três modalidades: Casamento Nuncupativo, realizado excepcionalmente em casos de risco de vida de uma das partes; Casamento Putativo, cujos efeitos se aplicam em relação ao cônjuge que age de boa-fé; e Casamento Consular, quando os cônjuges se encontram fora do Brasil e formalizam a união perante um representante consular brasileiro, sendo obrigatório o registro do casamento em cartório no país.

Conforme a abordagem de Rodrigues (2002), o casamento representa um contrato de Direito de Família, visando a união legal entre o homem e a mulher, com a regulamentação de suas relações sexuais e a responsabilidade compartilhada em relação à prole.

Ao longo da história, várias concepções foram atribuídas ao casamento, algumas considerando-o como um contrato, enquanto outras questionavam essa ideia. Atualmente, segundo Leite (2005), a doutrina estabelece o casamento como um contrato especial. Essa designação se dá porque o casamento é um acordo formalizado pelas duas partes que voluntariamente escolhem viver em matrimônio, sendo especial por não impor determinações legais de negócios de Direito Patrimonial, enquadrando-se, portanto, como um contrato especial ou um contrato de Direito de Família.

A perspectiva institucionalista do casamento, conforme Fiúza (2003), o considera uma criação social que envolve um complexo conjunto de regras aceitas globalmente para regular a união entre homem e mulher. Nesse sentido, o casamento não se restringe a uma mera relação contratual, mas sim, representa uma instituição social com deveres e direitos pré-estabelecidos pelo legislador.

De acordo com Gonçalves (2008), a Natureza Jurídica do casamento pode ser compreendida como um ato de autonomia privada, em que os cônjuges possuem a liberdade de escolher se casar ou não. A constituição de uma família é um processo natural para o ser humano, pois busca perpetuar sua espécie ao unir-se com uma mulher e gerar descendentes.

O casamento, portanto, representa uma criação formal do homem para regulamentar sua família e proporcionar organização social e moral. Sendo assim, o casamento é constituído por um conjunto de normas obrigatórias com o objetivo de proporcionar à família uma organização adequada para a vida em sociedade.

## 2.3 DOS EFEITOS DO CASAMENTO NO BRASIL

O casamento é um contrato especial firmado entre duas pessoas, e a partir do momento da assinatura, ambos assumem responsabilidades e são afetados pelos efeitos decorrentes dele. Esse instituto é protegido pelo Estado, e a Constituição Federal de 1988 igualou os direitos e deveres dos cônjuges, estabelecendo, em seu art. 226, que a família constituída através do casamento tem efeito vinculante para todos (eficácia erga omnes).

Segundo Gomes (2002, p. 131), o casamento é uma relação jurídica que engloba direitos e deveres estabelecidos na lei, com relações pessoais e patrimoniais regulamentadas por disposições legais obrigatórias.

Com base no Código Civil de 2002, Dias (2016, p. 235) destaca que o casamento gera uma série de efeitos de natureza social, pessoal e patrimonial. Existem vantagens previdenciárias, tributárias, mas também impõe algumas restrições, como a necessidade de autorização do cônjuge para vender ou gravar bens imóveis, prestar fiança, aval e fazer doações. O casamento também cria presunção de filiação, torna indissolúvel o vínculo de afinidade, estabelece direito a alimentos, possibilita ser curador do cônjuge incapacitado, além de conferir direitos sucessórios e direito real de habitação.

O casamento envolve uma variedade de condições jurídicas complexas e não se limita apenas a uma relação jurídica, mas também abrange uma relação moral. De acordo com Pereira (2022), os efeitos jurídicos do casamento podem ser classificados em três categorias: sociais, pessoais e patrimoniais.

4

Os efeitos sociais abrangem o comportamento moral e ético dos cônjuges no âmbito familiar, como fidelidade, assistência e participação na dignidade conjugal. A quebra desses deveres pode implicar retirada dos direitos adquiridos com o casamento (REZENDE, 2003).

Conforme afirmado por Gonçalves (2008, p. 166), o Estado vai além de apenas validar o casamento e atribuir responsabilidades aos cônjuges, ele também regula a relação conjugal, impondo deveres e garantindo direitos, muitas vezes, intervindo na vida íntima do casal.

Em resumo, o casamento é mais do que um simples contrato, pois envolve implicações legais, sociais

e morais que afetam a vida do casal e a família constituída a partir dessa união. O Estado tem o papel de garantir que os direitos e deveres sejam respeitados e preservados para o bem-estar e organização da sociedade.

Quanto aos efeitos pessoais gerados pelo instituto casamento, o primeiro efeito decorre da mudança de estado civil dos cônjuges que a partir do mesmo passam a ser casados oficialmente, e mesmo que venha a se separar receberão a titulação de estado civil como divorciado, não atendendo mais oficialmente em nenhum momento como solteiro.

Voltando-se agora para os efeitos patrimoniais gerados pelo casamento em primeiro lugar está o sustento da família, e em segundo lugar está o regime de comunhão de bens dependendo do acordado no contrato de casamento. De acordo com Gonçalves (2008, p. 170):

O casamento gera, para os consortes, além dos efeitos pessoais, consequências e vínculos econômicos, consubstanciados no regime de bens, nas doações recíprocas, na obrigação de sustento de um ao outro e da prole, no usufruto dos bens dos filhos durante o poder familiar, no direito sucessório etc.

Ressalta-se que os efeitos aqui comentados são recíprocos e estão dispostos pelo Código Civil de 2002, em seu art. 1.566 que diz: “são deveres de ambos os cônjuges: I-fidelidade recíproca; II-vida em comum, no domicílio conjugal; III- mútua assistência; IV- sustento, guarda e educação dos filhos; V- respeito e consideração mútuos”.

Ressalta-se que a guarda dos filhos é um mútuo dever e direito dos pais, haja vista que se negando a fazer de maneira adequada, o violador sujeita-se à perda do poder de família, abrindo fundamentação para a ação de alimentos. Ressalta-se que este direito e dever não acaba com o fim do casamento, mesmo após separação judicial os pais, estando este direito e dever estabelecido para ambos, obedecendo ao binômio necessidade e possibilidade.

## 2.4 DA DISSOLUÇÃO DO MATRIMÔNIO NO DIREITO BRASILEIRO

Antes da promulgação da Constituição Federal, o Direito de Família no Brasil se limitava a um conjunto de leis que regulavam o casamento, suas validades e efeitos, bem como as relações pessoais e econômicas entre os cônjuges e a relação de assistência entre pais e filhos. Contudo, com a evolução do conhecimento científico, os movimentos políticos e sociais do século XX e o fenômeno da globalização, houve profundas mudanças na estrutura familiar e nos ordenamentos jurídicos em todo o mundo, levando a repensar o Direito de Família sob a ótica dos Direitos Humanos e da cidadania.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, várias alterações foram implementadas no conceito de família e na realidade social. A União Estável entre homem e mulher passou a ser reconhecida como uma entidade familiar, permitindo considerar como casamento a união entre duas pessoas, independentemente da forma civil ou religiosa, constituindo uma família. Outras leis, como as de nº 8.971/94 e 9.278/96, trouxeram mudanças relevantes para o Direito de Família brasileiro, incluindo a equiparação dos cônjuges, a não discriminação entre filhos e o regime de comunhão parcial de bens (REZENDE, 2003).

Nesse contexto, o Direito de Família passou a ser embasado em princípios constitucionais como a dignidade, a igualdade, a liberdade, a proteção dos valores sociais e a proteção do menor, solidariedade e afetividade. A crescente tendência de constitucionalização do Direito Civil reforçou a importância dos princípios como fonte normativa e essenciais para a busca do ideal de Justiça.

No Brasil, o Direito de Família é um dos ramos do Direito Civil mais suscetíveis a construções doutrinárias e jurisprudenciais, devido às diversas mudanças ocorridas ao longo do tempo. Esse ramo do Direito não conseguiu acompanhar o Código Civil de 1975, evidenciando a necessidade de reformas, inclusive com a promulgação da lei do divórcio no país.

É notável que o Direito de Família busca se adaptar à história da sociedade, alterando sua legislação conforme novas visões de família e necessidades surgem. O primeiro Código Civil brasileiro, promulgado em 1916, indicava uma família formada somente pelo casamento, sem possibilidade de dissolução, e apresentava distinções discriminatórias entre os membros da família. Com a evolução da sociedade, esse sistema se tornou ultrapassado e retrógrado, exigindo a atualização dos dispositivos legais aplicados ao Direito de Família (DIAS, 2016).

No ano de 1977 o direito de Família sofre uma de suas mais importantes modificações quebrando um dos maiores paradigmas da sociedade da época, surge uma nova lei que possibilita a dissolução do casamento,

a Lei nº 6.515 que passou a ser conhecida como Lei do divórcio.

Como se pode ver, a tutela jurisdicional do Direito de Família adota no decorrer dos tempos a peculiaridades das famílias em sua formação, abrangendo famílias formadas apenas por irmãos, por pais ou mães divorciados ou solteiros, avós, tios, ou qualquer pessoa que tenha adotado uma criança, e a mais recente forma de família os casais homoafetivos, ou seja, casais do mesmo sexo.

Etimologicamente, a palavra divórcio deriva do latim *divortiu*, *divertere* que significa separação, dissolução do vínculo matrimonial, a partir do mesmo, os cônjuges que haviam contraído casamento ficam livre para constituir novas núpcias.

Divórcio, de acordo com Dias (2016, p. 241) consiste na “dissolução de um casamento válido, ou seja, extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial, habilitando as pessoas a convolar novas núpcias”. Deste modo o divórcio trata-se do meio para se por fim ao matrimônio e seus efeitos jurídicos, sendo por meio dele que é dissolvido o vínculo entre os cônjuges, sendo possível que venham a contrair novo matrimônio.

A palavra divórcio, no âmbito do Direito de Família, é utilizada com o intuito de indicar que um vínculo matrimonial foi dissolvido em decorrência de uma sentença judicial transitada em julgado.

De acordo com Paiva e Bittencourt (2010), o divórcio foi trazido ao sistema jurídico brasileiro pela Lei nº 6.515/1977 e adotado pela Constituição Federal, pelo Código de Processo Civil e pelo Código Civil de 2002, ele extingue o vínculo matrimonial e todos os deveres e direitos dele decorrentes em relação ao ex-consorte. Desta maneira, se houver algum arrependimento, os divorciados deverão casar-se novamente, realizando nova habilitação.

Diante do exposto, pode-se dizer que o divórcio, em linhas gerais, consiste na extinção do casamento, na dissolução dos vínculos matrimoniais existentes em um casamento válido, proporcionado aos divorciados a possibilidade de contrair novas núpcias.

## 2.5 DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO DIVÓRCIO NO BRASIL

A indissolubilidade máxima do casamento predominou no Brasil por muito tempo tendo como principal motivo a união da Igreja e do Estado, e a visão da Igreja como um sacramento que deveria durar por toda a vida. Após a proclamação da República no Brasil e com a expansão do positivismo surgiu um clima hostil ao Catolicismo o que resultou na separação entre a Igreja e o Estado. No ano de 1890 foi instituído o casamento civil, mas ainda permaneceu a indissolubilidade do casamento (DIAS, 2016).

Várias foram tentativas de introduzir o divórcio na legislação brasileira, com projetos na Câmara dos Deputados e no próprio Senado, e em 1900 começam-se as discussões acerca dos projetos. No ano de 1901 o divórcio foi debatido entre os políticos prevalecendo a visão religiosa tradicional, não sendo introduzido o divórcio no Brasil.

O divórcio só foi instituído no Brasil no ano de 1977 por meio da lei 6.515, ressalta-se que o divórcio foi instituído tardiamente em relação ao restante do mundo. A lei supracitada passou a regular os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. A partir desta lei deveria haver separação judicial antes de ser dado o divórcio, deveria esperar um prazo de 3 anos para que fosse concedido o divórcio, sendo este prazo dado para caso de arrependimento dos cônjuges.

Desta forma, por meio desta lei estava instituído o divórcio no Brasil. Posteriormente com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 o divórcio passa a prevalecer em Constituição, constando no art. 226 da CF/1988 o seguinte texto: “§ 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos” (BRASIL, 1988).

6

Um ano após a promulgação da atual Constituição Federal brasileira foi instituída uma nova lei, a Lei nº 7.841/89 que veio para revogar o art. 358 da Lei nº 3.071 Código Civil brasileiro de 1916 e dispositivos da Lei nº 6.515/77, adaptando novas formas ao divórcio no Brasil, por meio do então presidente José Sarney, principalmente quanto ao tempo exigido para o divórcio-convenção e para o divórcio direto e eliminou a restrição à possibilidade de divórcios sucessivos.

A partir da Constituição Federal de 1988 as hipóteses para a dissolução do casamento foram ampliadas, passando a existir o chamado divórcio indireto o qual ocorre após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos estabelecidos em lei, e o chamado divórcio direto que ocorre se comprovada a separação de corpos



por mais de dois anos.

Em relação ao divórcio direto, de acordo com Coelho (2006, p. 106) existem duas hipóteses no direito brasileiro “por conversão e direto: Em ambas, decreta-o o juiz, a pedido dos cônjuges, ou, se um deles for incapaz, de seu curador, ascendente ou irmão (CC art. 1.582)”.

Em relação às modalidades de divórcio, Cahali (2005, p. 955) elucida que:

[...] tem-se em primeiro lugar o divórcio-conversão os cônjuges separados judicialmente há mais de um ano (antes três anos) poderão requerer a conversão da separação em divórcio. A dissolução do casamento é deferida sob o argumento de que a instituição matrimonial, no caso, está irreversivelmente desfeita ou totalmente falida ante o pressuposto de não se terem reconciliado nesse período os cônjuges separados judicialmente. [...] Com característica até então excepcionais, tinha-se, em segundo lugar, a ação direta de divórcio, ou o divórcio direto, com fundamento na separação de fato.

Nesse contexto, o divórcio por conversão para ter validade jurídica deve ter transcorrido um tempo determinado de, pelo menos, um ano a partir do trânsito em julgado da sentença que decreta a separação dos cônjuges. Já o divórcio direto terá validade jurídica se a separação de corpos dos cônjuges tiver ocorrido há mais de dois anos.

Em relação à conversão da separação judicial em divórcio, Carvalho Neto (2010, p. 280) afirma que “[...] pode ser obtida consensual ou litigiosamente, após um ano da decisão que homologou a separação consensual ou que julgou procedente a ação de separação judicial litigiosa”.

Mais recentemente, surgiu a emenda Constitucional nº 66/2010 tema central deste estudo, que veio para revogar a separação judicial, não necessitando que os cônjuges esperem um longo tempo para conseguir o divórcio, passou a ser bem mais simplificado. Com a nova emenda constitucional foi alterado o § 6º do art. 266 da CF de 1988 que passou a ter a seguinte redação: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio” (BRASIL, 1988).

Como se pode ver, essa emenda constitucional traz modificações, hoje, para se divorciar basta estar casado e ser vontade de ambas as partes, não se faz mais necessário que haja primeiro uma separação judicial, para somente depois de dois anos ter-se o divórcio. Contudo, vale ressaltar, que a separação não deixa de existir, mas passa a ser algo facultativo, sendo decisão do casal optar por ela ou não.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 Tipologia da pesquisa e coleta de dados

Em relação aos aspectos metodológicos, no que tange à tipologia da pesquisa, trata-se de uma revisão bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 14) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade posicionar o leitor, o colocando em contato com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Segundo a abordagem, ela é qualitativa, à medida que se aprofunda na compreensão das ações e relações humanas e nas condições e frequências de determinadas situações sociais. Beuren (2003, p. 92) afirma que com a pesquisa qualitativa pode-se ter análises mais profundas em relação ao fenômeno observado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois buscará descrever, explicar, classificar, esclarecer e interpretar o fenômeno observado, e exploratório, já que objetiva aprimorar as ideias através de informações sobre o tema em foco. De acordo com Gil (2002) a pesquisa Exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

7

O estudo realizado levou ao entendimento de que as relações familiares são consideradas uma relação privada, mas que geram uma repartição de responsabilidade entre seus membros, pois o ordenamento jurídico reconhece a família como uma interligação de diferentes pessoas em um mesmo núcleo.

A família é uma configuração original, na qual se entrelaçam laços afetivos e econômicos que estabelecem deveres, poderes e responsabilidades entre seus membros. Além disso, a família também é vista como uma instituição social, com normas jurídicas definidas pelo ordenamento pátrio, que determinam direitos e obrigações de cada indivíduo, tornando-a uma entidade protegida pelo Estado e um direito subjetivo público, oponível à sociedade e ao próprio Estado.



No contexto das ciências humanas, a família é considerada um dos núcleos fundamentais de organização social e um dos institutos que buscam a pacificação social, estabelecendo suas próprias regras, moral e costumes para controlar o comportamento de seus membros.

Embora seja uma instituição milenar, a família não permanece alheia às mudanças sociais e históricas. Ela passa por constantes transformações ao longo do tempo, e o Direito não se mostra inerte a essas mudanças, precisando se adaptar à nova realidade social.

A sociedade está em constante evolução em todos os seus aspectos, e a família tem estado em destaque quando se fala sobre essas mudanças. Deixou-se de focar apenas em aspectos formais, como a efetivação jurídica ou religiosa, para dar ênfase ao afeto, dignidade e respeito mútuo, resultando em uma nova harmonia nos laços parentais.

Ao longo do tempo, o Direito de Família sempre buscou se adaptar aos novos modelos da sociedade, com novas legislações surgindo para atender suas necessidades em constante transformação.

Com o fim do conservadorismo, surge uma visão mais moderna, em que a influência religiosa perde espaço no âmbito jurídico, mas mantendo o respeito ao princípio da dignidade humana como um valor essencial a ser preservado.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Código Civil.** Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO NETO, Inácio. **Separação e divórcio: teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2010, 616p.

DIAS, Maria Berenice. **Direito de família e o novo Código Civil.** 14. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 6: Direito de Família.** 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família.** vol. VI, 5. ed. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado. V – Direito de Família.** Revista dos Tribunais: São Paulo, 2005.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual elementar de direito civil: direito de família e das sucessões.** v. 5. 2. ed. rev. atual. em conformidade com o novo código civil – lei n. 10.406, de 11 de janeiro de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **União estável: do concubinato ao casamento, antes e depois do novo Código Civil.** 6. ed. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2003.

8

OLIVEIRA, José Sebastião de. **Fundamentos Constitucionais do Direito de Família.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 91.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família.** V. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

REZENDE, Renata Flavia Maimone. Desamor como causa de separação judicial. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 71, 12 set. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4238>. Acesso em: jul. 2023.



RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família:** Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil de família.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, vol. 62, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** direito de família. vol. V. ed. 21 São Paulo: Atrás, 2022.

## ADMINISTRAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE

Felix Aidar

E A produção intra-hospitalar de ar comprimido medicinal e sua comercialização. É uma atividade rentável? Peter Drucker nos ensina muito sobre várias possibilidades de ação, nos momentos em que devemos utilizar informação para a tomada de decisões.

Uma das ocasiões em que menciona esse tema, fala sobre a importância da informação sobre custo e valor. Em uma frase diz que “Não podemos conseguir resultados se não temos informação sobre custo e valor”. A administração de tecnologia em saúde, com apoio de técnicos, tecnólogos e engenheiros, é uma fonte relevante de informações e, para ilustrar um pouco o que Drucker comenta, apresentamos uma avaliação quantitativa sobre o compressor de ar medicinal, seus custos e o valor que representa para uma instituição hospitalar.

Nossa principal meta com este artigo é mostrar parte do conjunto de Conhecimentos (técnicos, administrativos, epidemiológicos etc.) para a tomada de decisões frente às diversas questões relacionadas ao parque tecnológico de equipamentos de um hospital. Aqui o compressor é tratado em particular, focando não somente parte de temas técnicos como os administrativos, principalmente aqueles relacionados com as informações financeiras.

O Santos Dumont Hospital (SDH), que pertence à Unimed de São José dos Campos/SP, vem trabalhando para melhorar a contribuição do seu serviço próprio de engenharia em suas atividades assistenciais. De início, foram incorporadas as atividades e as responsabilidades neste caso, onde uma relação de causalidade entre os fatos era esperada. O valor calculado neste período foi de 0,68 e mostra que a utilização do equipamento é aumentada durante períodos de maior ocupação. É uma instalação hospitalar que contribui e está disponível quando solicitada.

Com a base de dados montada, estudamos a correlação entre o número de horas trabalhadas pelos compressores de ar e o número de horas de pacientes de UTI assistidos por ventilação mecânica.

O valor de correlação obtido foi 0,55 e consideramos que este resultado reforça a dependência que a área de cuidados críticos tem deste tipo de tecnologia, reforçando de engenharia conforme determina o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) aos, até então denominados, departamentos de manutenção predial e de manutenção de equipamentos.

Assim, foi criado um novo organograma para o SDH em que foi destacado o serviço de engenharia hospitalar, responsável por todas as edificações hospitalares, suas instalações especiais, ampliações e reformas, e a engenharia clínica, responsável pelo parque tecnológico no que diz respeito aos equipamentos médico-assistenciais.

Hoje, a busca da engenharia para alcançar a visão do hospital é mais planejada ainda e o SDH caminha com determinação na aplicação de práticas de Administração de Tecnologia em Saúde (AdTS).

Para exemplificar um pouco mais a AdTS, mostramos o trabalho realizado que este equipamento necessita de um valor de disponibilidade muito alto, praticamente 100%. É um equipamento de valor extremo para pacientes.

Para que se possa avaliar os custos associados, adotamos para o compressor uma capacidade de produção de ar igual a 80 m<sup>3</sup>/h (5 bar), já incluídas as perdas do compressor alternativo e outras pelo processo de secagem por absorção.

Com uma sequência de 615 dados de nossa amostra total, obtivemos o valor de 20°C como temperatura média do ambiente durante o período estudo sobre o sistema de geração de ar comprimido medicinal que, além de sua grande importância no funcionamento de equipamentos e segurança de pacientes críticos, apresenta uma excelente rentabilidade financeira dentro do complexo ambiente hospitalar.

1

Esse ganho fica ainda mais acentuado, quando comparado com o mesmo produto (ar medicinal) adquirido no mercado no estado gasoso e armazenado em cilindros. Outras avaliações, como o estudo sobre o valor cobrado em procedimentos em que se utilizam esse insumo e a formação de preços, podem ser feitas a partir da mesma base de dados criada pela equipe de engenharia hospitalar que se encarregou de montar um banco de informações relevante, que contribui não somente com as necessidades de rastreabilidade de dados. Valor excelente para este tipo de produção e desempenho do equipamento.

O número de horas trabalhadas pelos dois compressores de 11 Kw cada, no período, foi de 2.879,87





horas para o compressor 1 e 2.778,10 para o compressor 2, totalizando 5.657,97 horas (e centésimos de hora). Para efeitos deste artigo, consideramos somente o período de 3.872 horas.

Importante ressaltar, que essas horas, compreendem cerca de 70% de toda a amostragem inicial. O valor total do investimento foi de aproximadamente R\$ 63.000,00, incluindo equipamentos; secagem e filtragem do ar; armazenamento (sendo que os custos de armazenamento, de secagem e de distribuição não foram analisados amplamente). Os custos de distribuição deste equipamento (RDC 02/2010), mas também como um instrumento para AdTS. O ar medicinal sintético é obtido pela mistura de O<sub>2</sub> com N<sub>2</sub>, armazenados no estado líquido.

O ar comprimido é produzido pelo compressor e existem diversas tecnologias para este processo. No Brasil, embora o equipamento mais difundido nos hospitais seja os compressores alternativos (pistão), encontramos outros modelos como os de parafuso, utilizados quando é necessária uma grande produção. Embora a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, em Sua norma NBR 12188:2012 nada mencione acerca do tipo de lubrificação utilizado por estes equipamentos, os mais utilizados são os isentos de óleo.

No ambiente hospitalar, o uso do ar comprimido pode ser observado em duas aplicações básicas: Aplicação medicinal: o ar comprimido deve ser produzido para fins de inalação de substâncias medicamentosas, suporte ventilatório a pacientes críticos e anestesia respiratória. Esse ar para fins medicinais deve apresentar características especiais em termos de pureza.

Essa necessidade é justificada por seu uso direto em pacientes debilitados que necessitam de aparelhos de suporte ventilatório - Resolução da Diretoria Colegiada, RDC 50 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

Aplicação industrial hospitalar: a qualidade requerida para o ar produzido nesse caso é inferior e normalmente é ditada pelas características de projeto de cada equipamento como os de lavanderia, os de termodesinfecção, esterilização de materiais etc.

Pode-se ressaltar que ao utilizar oxigênio como forma de substituir o ar comprimido em sistemas pneumáticos, como no movimento do fole de equipamentos de anestesia, normalmente representa um custo adicional, desnecessário para os hospitais.

Neste exemplo, definimos a metodologia e os dados que serão coletados sendo que, neste trabalho, as informações escolhidas foram: horas trabalhadas pelo compressor; taxa de ocupação do hospital; horas de pacientes em cuidado assistido por ventilação mecânica; valor de aquisição do compressor incluindo isolamento acústico e climatização; valor de manutenção (mão de obra, reposição de peças); valor de mercado de um cilindro com 10 m<sup>3</sup> de ar; valor da temperatura ambiente e o preço de venda destes procedimentos obtidos no mercado privado de São Paulo.

O preço médio praticado do kW contratado no período foi de R\$ 16,85 e do consumo de energia foi de R\$ 0,3028/kWh. Assim, nesse período gastou-se o equivalente a R\$ 18.845,57 com energia elétrica (kWh) e o valor correspondente à demanda, equivalente a R\$ 6.301,90 durante os 34 meses de estudo. O número total de horas de ventilação mecânicas utilizadas na UTI nesse período foi de 53.037.

Fazendo a relação com as horas efetivamente trabalhadas, encontramos que 14 horas de ventilação mecânica equivale a uma hora trabalhada pelo compressor. O preço de um cilindro de ar comprimido medicinal no estado gasoso de 10 m<sup>3</sup> é de R\$ 98,51, preço praticado na região, se incluir o valor do aluguel dos cilindros.

Neste mesmo período, o preço de venda de uma hora de ventilação mecânica, na tabela de preços de hospitais de São Paulo, no caso do paciente particular, foi de R\$ 21/hora. A tabela de preços de serviços hospitalares para convênio tipo B, em 2011, apresentou o valor de R\$ 12,17 para cada hora de uso de respirador e mostra também o preço de R\$ 8,49/hora, para o ar comprimido utilizado em UTI.

Dessas informações e daquelas necessárias para a montagem dos gráficos, podemos concluir que o investimento para produzir este volume de ar é extremamente compensador. Se considerarmos que um paciente de UTI, utilize um volume corrente de 500 ml e uma frequência respiratória de 15 rpm, consumirá 0,45 m<sup>3</sup>/hora, poderemos, assim, inferir com pertinência sobre a rentabilidade desta instalação.

Comparando agora as despesas apontadas na produção de ar com a compra deste mesmo produto, porém, na forma gasosa e em cilindros, a rentabilidade é novamente comprovada. É importante notar que a maior jornada mensal de trabalho do compressor, foi de 180 horas no mês. Isso equivale a 25% da capacidade de produção deste equipamento dentro das 720 horas de um mês, para apenas um compressor funcionando. O que significa que à instalação como um todo ainda tem capacidade de geração sete vezes maior do que à atual. Portanto, o equipamento existente, ainda suporta uma relevante expansão do hospital, sem que tenha que ser trocado ou ampliada sua capacidade de produção.

Concluimos deste modo que dados que combinam o conhecimento de administração hospitalar e os de engenharia, nos permite criar informações e conhecimentos relevantes para tomadas de decisão. Podemos



afirmar que o compressor é um equipamento rentável. Além disso, e mais importante, é de extremo valor para os pacientes. Por essa razão, é importante mantê-lo tecnologicamente atualizado e seguro.

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DO ENSINO REMOTO<sup>1</sup>**TELMA N. DE SOUSA PEREIRA<sup>2</sup>  
RILDO FERREIRA DA COSTA<sup>3</sup>**Resumo:**

**Objetivou-se** com este artigo, conhecer os desafios da educação infantil em relação ao ensino remoto em tempo de pandemia. A **metodologia** utilizada considerou a pesquisa bibliográfica, e de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Fundamentou-se teoricamente em estudiosos da área como Lück (2009), Vygotsky (1998), Lavado (2020), Soprana (2020) dentre outros. Para a realização da pesquisa de campo aplicou-se questionários para 6 (seis) pais/responsáveis e 2 professores da educação infantil de 3 a 5 anos). Verificou-se os desafios foram grandes, a rotina escolar teve que ser reinventada pra adequar-se ao momento. As crianças da educação infantil, conviveram com o ensino remoto de forma bem satisfatória, demonstraram, apesar de terem entre 3 a 5 anos, tiveram facilidades de usar e assistir os vídeos. As atividades também conseguiram ser correspondidas dentro das expectativas. O grande problema foi o distanciamento do contexto escolar. Professores e gestor da escola se esforçaram e aprenderam e ensinaram através das suas dificuldades e facilidades envolvidas no processo da pandemia de COVID 19. **Concluiu-se** que a escola de educação infantil e todos os componentes que lhe faz parte, como colaboradores, professores, gestores, crianças e responsáveis aprenderam junto e conseguiram superar dentro de suas limitações as dificuldades do processo de educação no período pandêmico, onde o ensino remoto transportou a possibilidade de ensino indo além dos espaços físicos e ao mesmo tempo deixando claro que nada substituir o abraço, o carinho, respeito presente no dia a dia do cotidiano da escola.

**Palavra-chave:** Educação. Ensino. Remoto. Pandemia.

**INTRODUÇÃO**

A educação sempre esteve presente em todas as sociedades, porém com o passar do tempo naturalmente passa por mudanças. Fato natural pois se as pessoas fazem a história, são protagonistas das transformações e formam novas perspectivas de educação.

A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. A prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática, pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados objetivos (GADOTTI,1999).

É nessa perspectiva que a educação torna-se essencial na vida das pessoas e para seu próprio desenvolvimento. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos. (FREIRE, 1993).

Segundo Aranha (2006) na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, por mais que as leis elaboradas ao longo dos anos indicassem mudanças, a realidade pouco mudava e, a educação, com toda a sua magnitude, se destinou a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar “objetos”, quando deveria formar sujeitos da história.

São esses aspectos que vieram à tona quando se enfrentou algo chamado de pandemia. Um problema novo, inesperado que caiu entre tantas outras partes, mexendo com a vida de todas as pessoas, diretamente na escola.

1

A pandemia da COVID-19 trouxe como bagagem o fechamento de escolas, a implementação do trabalho remoto, e o distanciamento físico, transformando a vida familiar e profissional no mundo todo.

Para crianças que estão na primeira etapa da educação básica, constituída pela creche (0 a 3 anos) e

1 Artigo apresentado como requisito de conclusão de curso de Pós Graduação em Gestão Educacional

2 Graduada em Ciências Sociais, Licenciada em História, especialistas em Serviço social e Políticas Sociais e Mestre em Antropologia(UFPA). Aluna regularmente matriculada no Curso de pós graduação em Gestão educacional da Faculdades Integradas Ipiranga.

3 Licenciado em história (UFPA)Mestre em Educação e Doutor em Sociologia e Antropologia (UFPA) Orientador deste artigo de conclusão de curso de no Curso de pós graduação em Gestão educacional da Faculdades Integradas Ipiranga.



pré-escola (4 e 5 anos), lugares que antes eram de entretenimento, brincadeiras, se tornaram distantes.

Logo, esta pesquisa traz a problemática sobre qual o desafios da educação infantil em relação ao ensino remoto em tempo de pandemia?

Em 3 de abril de 2020, o MEC publicou a Portaria nº 376, que dispõe sobre as aulas nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. Em caráter excepcional, a portaria autoriza as instituições integrantes do sistema federal de ensino de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em andamento a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais por até 60 dias, prorrogáveis a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

Neste sentido, chamou atenção questões como: Como pais e mães poderiam ensinar os conteúdos da escola a seus filhos? Quais as dificuldades frente ao uso da tecnologia e acesso à internet? Como professores e gestores poderiam adequar práticas de ensino em aulas remotas na educação infantil?

O objetivo principal desta pesquisa, foi identificar como pais e mães ensinaram os conteúdos da escola a seus filhos? E quanto aos objetivos específicos Conhecer as dificuldades dos pais frente ao uso da tecnologia e acesso à internet; E também mostrar como professores e gestores puderam adequar práticas de ensino nas aulas remotas;

Essa medida não levou em consideração que cerca de 70 milhões de pessoas no Brasil têm acesso precário à internet na pandemia, conforme aponta Soprana (2020). Além do mais, a classe menos favorecida economicamente não está totalmente coberta com conexão à internet. (LAVADO 2020)

O ponto chave sobre as atividades educacionais em tempos de pandemia, situa-se em como minimizar os impactos da pandemia, principalmente mediada pelo isolamento social no processo de aprendizagem dos estudantes.

Do ponto de vista metodológico, este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Considera-se a abordagem qualitativa e quantitativa. Como técnica de pesquisa optou-se em fazer aplicação de questionários para 2 professoras e 6 pais/responsáveis de alunos da educação infantil. A escolha deu-se forma aleatória de um total de 6 alunos de educação infantil, sendo 2 de maternal, 2 de jardim I e 2 de jardim II.

Para fins de análise este artigo está dividido em 4 partes, sendo a primeira que discuti brevemente sobre a educação, e posteriormente uma apresentação.

## I CONCEITO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UM BREVE RELATO)

### 1.1 Educação no Brasil

Junto com o início da colonização brasileira, também se iniciou o processo de educação para os povos que aqui habitavam. Na primeira comitiva que veio para o Brasil acompanhando o governador geral Tomé de Souza, estava o Padre Manoel da Nóbrega, principal responsável pela educação jesuítica no período (1549 a 1553) e pela companhia de Jesus que tinha como objetivo a “civilização e catequização” dos índios, que acontecia por meio da igreja católica. Foi ele quem apresentou a primeira política educacional voltada para a construção de “recolhimentos” para meninos indígenas, no qual lhes era imposta a doutrina cristã, os bons costumes e as primeiras letras. (FONSECA, 2011)

De qualquer forma sabe-se que os jesuítas conseguiram tornar essas missões autossuficientes nos ensinamento aos índios não somente ensinando-os a ler e escrever, mas a se especializar em diversas artes e ofícios mecânicos, além é claro de submetê-los a conversão religiosa, com isso o ensinamento no Brasil, não apresentou diferença com relação aos séculos anteriores.

Segundo Fonseca (2011) A educação interessava apenas a poucos elementos da classe dirigente e, ainda assim como ornamento e erudição. Era literária abstrata - além de dogmática -, afastada dos interesses materiais, utilitários, e até estranha por tentar trazer o espírito europeu urbano para um ambiente agreste e rural.

Assim, durante séculos o ensino sinalizava para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental dos indivíduos; missão essa impossível para o âmbito doméstico. Esse modelo esteve a serviço, sobretudo durante o século XIX, da moldagem das elites intelectuais nacionais. A escola era profundamente diferente da família e, oferecia à formação das crianças e dos jovens a uma educação da qual nenhuma outra instituição poderia se ocupar. Os primórdios da República, na onda dos movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a época, impuseram a necessidade de modernizar a sociedade e colocar a Nação nos trilhos do crescimento, exigindo então outro modelo e uma maior abrangência da ação educacional. (FONSECA, 2011)



Desde os primórdios da história no Brasil, a educação serviu antes de qualquer coisa para atender as classes detentoras do poder, que habitavam nas cidades e que buscava a ascensão social, sem que houvesse a universalização do ensino, como era preconizado por educadores da época. Todavia, somente muito tempo depois é que por meio de inúmeras lutas de intelectuais e grupos sociais é que a educação passa a ser laica, obrigatória e com um calendário uniforme. A escola, como instituição, construiu-se aos poucos, à custa das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana. (FONSECA, 2011)

Deu-se assim, uma grande expansão da rede escolar, não somente em números de escola, mas na ampliação da escola elementar da rede secundária e superior, além da novidade da pré-escola. No ensino universitário ampliado e reformado foram criadas as escolas politécnicas para atender as necessidades decorrentes do avanço da tecnologia. Iniciado por Paoebel surgiram os “Jardins de Infância”. O interesse pela educação estendeu-se nas escolas normais denominações genéricas dada aos cursos de preparação para o magistério. (FONSECA, 2011)

Mesmo assim, nas década de 1930 a 1940, com a implantação das universidades foram dando oportunidades para as pesquisas e elaboração de monografias e tese. Nesse sentido alguns estudos relatam que no período da ditadura militar foi doloroso para a educação brasileira com o fechamento de escolas experimentais o centro de pesquisas e a formação grupos com forte orientação ideológica que prepararam as leis das reformas do ensino superior.

Foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no terreno da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos. Normalmente, os historiadores dividem o período que Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República. (PALMA FILHO, 2005, p. 61-62)

Essas medidas não agradaram aos educadores da época, mesmo porque esse Ministério não atendia somente aos interesses da educação, como o nome já evidencia. Tem início então, alguns movimentos pela educação, nos quais encontram-se de um lado, intelectuais liberais, socialistas e comunistas, muitos desses, responsáveis por importantes reformas educacionais em seus respectivos estados, reunidos em torno do movimento denominado como “Escola Nova” tendo por outro lado, os católicos e os conservadores das diversas ideologias, organizados em torno de um projeto conservador de renovação educacional. (PALMA FILHO, 2005)

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, porém após várias modificações e revisões a Constituição Federal (CF) de 1988, garante em seu artigo 214 sua obrigatoriedade.

Na Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988 está declarado que: Art.205. A educação. Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2003, p.122)

Outros artigos da referida CF foram criados para dar suporte à consolidação desses e de outros direitos referentes à educação escolar básica, como é o caso da Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), e o Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil, além de vários documentos, pactos e acordos internacionais, feitos entre os países interessados em assegurar esse direito que é um bem público necessário a autodeterminação humana, pois, é base para a realização de todos os outros direitos.

A LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

3

A determinação dos artigos 12,13 e 14 da LDB trouxeram às escolas a tarefa de planejar suas ações, compreendendo suas especificidades e assumindo sua função social de uma maneira coletiva e participativa, envolvendo todos os agentes escolares, criando a cultura de que todos são responsáveis pela instituição escolar.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
- IV velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI articular – se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Como podemos observar, dentre os principais responsáveis pela garantia da qualidade da Educação está a família. A LDB tem como fundamento básico, reger e zelar para que as políticas públicas para a educação sejam elaboradas e garantidas de fato e de direito.

A escola também participa de sua transformação, às vezes intencionalmente, outras vezes, as mudanças se dão além da escola. Assim, pensar a função social da educação e da escola implica problematizar a escola que temos na tentativa de construirmos a escola que queremos. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são prerrogativas fundamentais para o exercício do jogo democrático na construção de um processo de educação democrática.

Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito de minha opção, de meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo e percebo o quanto temos ainda de caminhar para melhorar nossa democracia. É que, ao pôr em prática um tipo de educação que provoca criticamente a consciência do educando necessariamente trabalhamos contra alguns mitos que nos deformam. Ao contestar esses mitos enfrentamos também o poder dominante pois que eles são expressões desse poder, de sua ideologia. (FREIRE, p.39-40,1997)

Assim, a educação se constitui numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais. Nessa ótica, as relações sociais desenvolvidas nas diferentes esferas da vida social, inclusive no trabalho, constituem-se em processos educativos, assim como os processos educativos desenvolvidos na escola consistem em processos de trabalho, desde que este seja entendido como ação e criação humanas. Contudo, na forma como se opera o modo de produção capitalista, a sociedade não se apresenta enquanto totalidade, mas é compreendida a partir de diversos fatores que interagem entre si e se sobrepõem de forma isolada. (FREIRE, 1997)

## 1.2. A EDUCAÇÃO INFANTIL

Sendo considerada a “primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” como mostra o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96).

O projeto pedagógico da educação infantil, apresentado pelo Referencial Curricular Nacional (RCNEI/98) sugere que as unidades de educação infantil criem condições para o desenvolvimento integral das crianças, propiciando o desenvolvimento da capacidade física cognitiva, afetiva, estética e ética além da preocupação com o desenvolvimento interpessoal e com a inserção social. (PEREIRA, 2006)

4

Segundo Gadotti, Freire e Guimarães (1989), o educador assume um papel, mutável, histórico e social definindo sua postura social diante da sociedade que almeja mudar. O desenvolvimento da capacidade ética propõe aos educadores, dos valores que devem nortear as ações da criança.

Portanto, é nesse momento escolar em que as crianças começam a interagir e descobrir o mundo a sua volta, fora do seu ambiente familiar, fazendo amigos e aprendendo a conviver e respeitar as diferenças culturais. Dessa forma, o ambiente escolar da Educação Infantil é o primeiro local em que as crianças terão contatos fora de suas zonas de conforto e passarão a socializar com outras crianças e adultos de forma mais intensa e frequente. (BNCC, 2017)

Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los. Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenham as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola. No contexto dessa sociedade, a natureza da educação e as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio. (LÜCK, 2009, p. 16)

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017, p. 36, 37) diz que a Educação Infantil deve “ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à Educação familiar”. A mesma complementa, dizendo que cabe ao educador “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”.

Segundo a BNCC,

[...] Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BRASIL, 2017, p. 36)

Nos primeiros anos de vida das crianças são de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades sociais e expressivas. Assim, esse ambiente escolar passa a ser a porta de entrada de um novo conhecimento e de um mundo diferente para elas.

A partir disso na Educação Infantil se trabalham as potencialidades da criança como ser social, valorizando seus conteúdos e apresentando as cores, formas, letras, palavras, números, quantidades, sons, rostos e gostos. Por conseguinte, fazermos uso dos sentimentos e sensações das crianças que ao se misturarem acabam ocasionando um mundo de experiências, descobertas e de possibilidades diversas para elas. Por consequência, as mesmas passarão a desenvolver necessidades básicas que por sua vez serão fundamentais para esse indivíduo durante todo o processo de ensino e aprendizagem.

Mediante o exposto, para as escolas lidarem com as emoções das crianças precisam enxergá-las de forma única e individualizada visando entender as necessidades que precisam ser trabalhadas nelas. Para isso, a instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Considerando que no Brasil a educação infantil só é obrigatória para crianças a partir de 4 anos, o grande desafio era adaptar as atividades educativas condizentes a sua realidade e suas necessidades. Era importante a participação da família no processo de ensino remoto, a fim de contribuir como apoios pedagógicos no ensino aprendido das crianças. Principalmente no sentido de diminuir as incertezas e as angústias das crianças, fragilizadas pelas ausências dos colegas e do contexto escolar.

5

Além disso, é importante considerar que cerca de 30% da população brasileira, constituída de famílias menos favorecidas economicamente não dispunham de acesso a internet. (TIC Domicílios, 2019/CETIC)

Para a educação infantil, o Ministério sugeriu que as escolas tentassem uma aproximação online entre os familiares e responsáveis das crianças e os professores. Essa ação tem o objetivo de manter um bom vínculo e fazer com que os pais possam ajudar, afinal, eles são os responsáveis pelos pequenos do outro lado da tela. (PINHEIRO; MOREIRA, 2021)

Além disso, o professor deve sempre buscar compartilhar o conhecimento de forma lúdica, falando a

“língua das crianças”. Além de utilizar meios eletrônicos para aumentar a participação das crianças, outra boa ideia é pedir para que cada uma delas mostre e explique as tarefas que elas realizaram. Lembrando que ao verbalizar algo que fez, a criança também está aprendendo. (PINHEIRO; MOREIRA, 2021)

Conforme a recomendação do MEC as escolas devem procurar estreitar o vínculo entre a família e a instituição. Por isso, a nossa outra dica para que a aula online da educação infantil na pandemia seja o melhor possível é promover ações que tornem os laços entre a família dos alunos e a escola mais próximos. Vale ressaltar aqui que é necessário ter cuidado para não exigir um grande comprometimento dos pais, afinal, nesse momento delicado, muitos estão com uma carga de trabalho elevada. (TIC Domicílios, 2019/ CETIC)

O período que corresponde ao Corona vírus é bastante desafiador para os educadores, especialmente na educação básica. Por isso, é preciso se reinventar para continuar educando os alunos da melhor forma, principalmente os da educação infantil na pandemia.

Segundo, a pedagoga e pesquisadora sobre os usos das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, Xênia Honório, falou sobre os desafios das aulas on-line na educação infantil. Afirma que os educadores precisam criar ambientes que sejam os mais lúdicos e diversificados possíveis, para que a criança consiga se envolver com essas aulas. Consigam, realmente, aprender neste tempo que elas passam conectadas. É um desafio para todo mundo, para as crianças, para os educadores e para os pais.” (PEREIRA JUNIOR; MACHADO, 2015).

## 2 EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA E AS RECOMENDAÇÕES DO MEC

### 2.1 A PANDEMIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Em dezembro de 2019, houve a identificação em Wuhan na China, da transmissão do Coronavírus (SARS-CoV-2), causando a pandemia da COVID-19. Esta doença apresenta variados sintomas que mudam de acordo com as infecções, sendo de assintomáticas a quadros graves que levam ao óbito, o sintoma que mais é frequente é a dificuldade respiratória. (BRASIL, 2020).

A COVID-19 é um vírus que causa danos ao sistema respiratório do ser humano, afetando de maneira estável como um simples resfriado ou podendo evoluir até o estado mais agressivo, onde possui manifestação de contágio acelerado, o que levou o fundamento da pandemia (OMS, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), o país contabiliza 439.379 óbitos e 15.735.485 casos, foram 2.517 mortes registradas em 24 horas.<sup>4</sup>

O contágio do novo corona vírus se manifestou no mundo todo de forma violenta, com sintomas de febre, insuficiência respiratória, tosse, falta de paladar e olfato e entre outras causas, que levou até mesmo ao óbito de muitas pessoas (OMS, 2020).

O isolamento social trouxe medidas de prevenção para conter a COVID 19, com precauções obrigatórias de cuidados como: lavar as mãos de maneira contínua, uso obrigatório de máscaras ao sair de casa, higiene pessoal e domiciliar constante e uso do álcool em gel, com o objetivo de reduzir a proliferação do vírus e consequentemente o número de casos do novo Corona vírus (BRASIL,2020). Ele apresentou benefícios como prevenção ao vírus, mas ao mesmo tempo, motivou o distanciamento entre familiares e amigos. Por outro lado houve aproximação mais contínua entre pais, filhos e cônjuges, onde os mesmos tinham uma rotina diária individual. Desse modo, as pessoas tiveram que se adaptar com esse novo cotidiano. (PONTE JORNALISMO, 2020).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), logo com o início do chamado período pandêmico, tudo era muito incerto e foi até meados de julho de 2020 que a educação tornou-se uma preocupação mundial. Eram mais de 160 países no mundo com as escolas fechadas, o que afetava cerca de 1 (um) milhão de estudantes. Isso fez com que Antônio Guterres, secretário geral das nações unidas declarasse que se tratava da maior interrupção da educação de toda a história mundial. (PINHEIRO; MOREIRA, 2021).

Nesse sentido, foi elaborado um documento pelo Conselho Nacional de educação – CNE que recomendou uma série de atividades não presenciais para serem utilizadas no ensino durante a pandemia. Eram vídeo aulas, plataformas digitais, redes sociais, programas de televisão e rádio e material didático impresso entregue aos responsáveis eram algumas alternativas possíveis de ensino.

Segundo o artigo 80 da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, estabelece que:

<sup>4</sup> Dados do dia 21 de maio de 2021 (BRASIL, 2021)



O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Neste sentido, conforme as diretrizes do disposto no artigo 1º do Decreto 9.057/17, que regulamenta a LDB, a educação a distância é a “modalidade educacional na qual a mediação didática-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com política de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outras, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (PINHEIRO; MOREIRA, 2021, p. 2).

Neste sentido, o MEC orientou as instituições de ensino sobre como deveria ser as aulas remotas durante a pandemia, visando amenizar a difícil situação vivida por todos, e oferecendo às crianças boas experiências. A orientação é que as escolas e os professores priorizem atividades que sejam lúdicas. O intuito é fazer com que as crianças realmente se envolvam com o que for proposto e consigam aprender e desenvolver habilidades, mesmo à distância. (PINHEIRO; MOREIRA, 2021)

### 3 O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA

#### 3.1 O ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como sabemos, Covid-19 não é a primeira pandemia do mundo. No entanto, o sistema educacional sempre foi prejudicado em tempos de incerteza. De fato, foi muito válido que a história tenha documentado as ocorrências anteriores e os efeitos na sociedade. Provavelmente as pandemias anteriores poderiam ter estimulado o desenvolvimento da educação orientada pela tecnologia nos países desenvolvidos do mundo, através de uma lição da história que pesou sobre a sua educação. É igualmente importante notar que as publicações sobre pesquisas científicas referentes à Covid-19 deveriam ter tirado suas conclusões e recomendações dos eventos históricos. (HONORATO; NERY, 2020)

De acordo com o Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) na educação infantil, as escolas devem desenvolver materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter lúdico, recreativo, criativo e interativo, a serem realizadas com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

Na instituição de Educação Infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil (BRASIL, 1998)

Portanto, a escola tem como papel fundamental durante esse momento da Educação Infantil de despertar as crianças para a percepção de mundo dinâmico no qual elas estão inseridas. (BRASIL, 2017)

Mas, como minimizar os impactos da pandemia no processo de ensino e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos? Como trabalhar com brinquedos e brincadeiras pelas telas dos celulares, *tablets* e computadores, visto que as brincadeiras fazem parte do processo de ensino e aprendizagem de crianças tão pequenas? E o brincar é um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2020)

Para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 37). Por isso, todos os momentos nos quais as crianças estão vivenciando dentro ou fora do ambiente escolar são educativos e envolvem cuidados. Visto que, na medida em que estão constantemente aprendendo, elas estarão compreendendo o mundo que as rodeia através de suas interações diárias.

7 Dessa forma, a utilização dos jogos, brinquedos e brincadeiras quando bem conduzidas pelos professores conseguem modificar ideias, pensamentos, comportamentos e dizeres dessas crianças. Então, a brincadeira tem importância em si mesma e, por isso, deve ser valorizada pelos professores da Educação Infantil, fazendo com que todas as atividades e propostas pedagógicas sejam enriquecedoras. E percebendo nas atividades individuais e coletivas, nas brincadeiras, nos jogos, nos brinquedos, nos movimentos das crianças e nas atividades corporais momentos de ensino e aprendizagem tão importantes quanto. Por fim, cabe a nós, professores e professoras da Educação Infantil, termos conhecimento das inúmeras possibilidades que cada momento propicia para as crianças e aproveitá-las o máximo possível. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2020)

Professores, familiares, e responsáveis têm buscado formas de proporcionar diversos tipos de atividades lúdicas que instiguem a criança durante esse processo de isolamento social.

Segundo (WIGOTSKY, 1984, P. 27) é na interação com os outros e nas atividades que a criança se envolve simbolicamente com os brinquedos, ela aprende agir em uma esfera cognitiva, na visão do autor a criança comporta-se de forma avançada do que nas atividades da vida real tanto pela convivência de uma situação imaginária quanto pela capacidade de subordinação e regras. Diante ao exposto é que vamos conhecer alguns tipos de brinquedos e/ou brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento infantil.

Neste caso as atividades lúdicas como jogos e brincadeiras através do uso de instrumento eletrônicos como *smartphones*, *tablets*, e computadores a distância com crianças da educação infantil, tornou-se uma e talvez a única possibilidade.

Nesse aspecto, Vygotsky (1998) evidencia que:

No início da idade pré-escolar, quando surgem os desejos que não podem ser satisfeitos ou esquecidos... o comportamento da criança muda. Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos de brinquedo (VYGOTSKY, 1998, p.122)

O envio de vídeo aulas, ou o uso de plataformas, foi também uma alternativa, estes deveriam ser rápidos, claros e objetivos. Mas isso cobrava alguns desafios para o professor, é necessário:

Produzir material assertivo – Os pequenos perdem o interesse rapidamente, clareza e objetividade são fundamentais na Educação remota de crianças.

Propor atividades factíveis – As atividades sugeridas devem ser possíveis de serem realizadas com objetos e materiais encontrados em casa.

Vídeos de psicomotricidade – Vídeos curtos com atividades de psicomotricidade, coordenação motora fina, coordenação global etc. Podem ser repetidos muitas vezes, em casa.

Vídeos para aproximar – Para manter a proximidade com os alunos, disponibilize vídeos com as músicas da entrada das aulas, da hora do lanche e do almoço. Assim, os pequenos não perdem o laço afetivo com os professores.

#### 4 METODOLOGIA

O processo de pesquisa é caminho para se conhecer a realidade, conforme destaca Lakatos e Marconi (2001, p. 43) ao conceituar o processo de pesquisa.

Trata-se de um procedimento metodológico formal do pensamento reflexivo que exige um tratamento científico que se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos.

O presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa Bibliográfica e pesquisa de campo, baseado numa abordagem quantitativa e qualitativa, pois, segundo Minayo (1995, p. 22), “os dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Também serão aplicados estudos do referencial teórico indicado.

A pesquisa bibliográfica visa respaldar o estudo teoricamente, buscando em autores conceitos, explicações e discussões sobre a problemática levantada a respeito do tema abordado. Para Gonçalves (2005, p. 58), a pesquisa bibliográfica “trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa; sua finalidade é conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar”.

A pesquisa de campo objetivou obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, buscando respostas para as hipóteses levantadas, descobrindo novos fenômenos ou relações entre eles. Vergara (2000, p. 48) caracteriza a pesquisa de campo, como “a investigação de um tema realizada no local que ocorreu o evento ou que tenha elementos para explicá-lo. Pode-se realizar entrevista, aplicar questionário e realizar observações”.

A pesquisa de campo foi realizada através do uso de questionário com perguntas abertas aplicadas a 1 (um) gestor, 2 (dois) professores e 6 (seis) pais ou responsáveis de alunos da Educação Infantil Sementinha do Saber, sendo 2 de maternal, 2 de jardim 1 e 2 de jardim 2.

A referida Escolha, se deu por ser considerada de pequeno porte, uma vez que seu universo de alunos é muito pequeno, e está localizada em um bairro periférico do município de Ananindeua, pertencente a área

metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. A Escola de Educação Infantil, constitui-se de 3 salas, funciona no horário da manhã e atua com 3 professora e um total de 25 alunos.

## 5 ANALISE E DISCUSSÕES

### 5.1 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A APLICAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM TEMPO DE PANDEMIA

Os impactos na educação das crianças devido à pandemia do novo corona vírus, trouxe a interrupção no ensino e, posteriormente, a mudança da educação presencial para a distância que causaram impactos no ensino muito além do processo de aprendizagem. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2020)

Isso acontece por mais que as escolas e instituições busquem aprimorar ferramentas e novos métodos, já que envolve aspectos emocionais e sociais da criança. “E quando o retorno do contato social ocorreu, essas crianças trazem outras demandas. Dentre elas, níveis de linguagem, de socialização e aspectos cognitivos,” conclui. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2020)

As crianças da Escola de educação infantil Sementinha do saber, ficaram sem aulas presenciais durante dois meses no ano de 2021. E os pais e responsáveis, assim como até mesmo os professores reclamavam pela volta as aulas.

No que se refere a aplicação de questionário aplicado aos responsáveis: perguntou-se:

### 5.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS:

Foram selecionados 6 pais ou responsáveis sendo 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A escolha foi aleatória, considerando a disponibilidade de cada um em responder os questionários.

No caso das professoras uma delas que será representada pelo número 1 está concluindo a graduação em pedagogia, e a outra representada pelo número 2, é graduada em pedagogia com especialização em gestão escolar.

Conforme as perguntas as respostas são apresentadas na íntegra, abaixo os quadros:

1 Qual sua maior dificuldade frente ao ensino a distância pra sua criança?

1 Tempo, pois tenho 2 crianças em séries diferentes portanto não consigo muitas vezes conciliar.
2 a dificuldade que enfrento é que em casa as criança não atenta muito, estudar, as aulas presenciais a sala de aula são o que mais ela quer.
3 nossa casa é pequena e é difícil que ele pare para assistir as aulas
4 é um esforço muito grande para uma criança, pois as crianças não tem uma atenção igual ao adulto para si concentrar uma aula online
5 difícil pois na escola ele aprende melhor, interage com outras crianças, tem as brincadeiras a hora do lazer
6 falta de tempo e atenção que ele precisava

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Conforme mostra as respostas acima, pode-se analisar que os pais apresentaram dificuldades no ensino e acompanhamento das aulas enviadas ou ministradas em vídeos para os alunos.

Alguns falaram sobre o tempo, e até mesmo sobre o ambiente de casa, que não seria favorável para o ensino, outro sobre a dificuldade de concentração do aluno em casa.

9

Percebe-se que assim como foi complicado para os professores administrarem a rotina de trabalho em casa, para os estudantes não foi diferente, principalmente pelas distrações que possuem em casa. Com isso, acaba que muitos não conseguem manter a mesma rotina de estudos, enquanto outros mantêm a mesma dedicação.

Segundo Freitas, Maimoni & Siqueira, (1994) e de Maimoni & Miranda, (1999), a família pode participar de várias maneiras na vida educacional do estudante, elas podem: acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, entre outras.

O ensino a distância em tempos de pandemia, é também uma expectativa de participação efetiva dos pais no acompanhamento e até da participação dos pais na escola.

Perguntou-se também:

2 Como você avalia as aulas?

1 Sem muita utilidade, já que eu que tenho que explicar como fazer e o que fazer
2 As aulas a distância foram boas, porém a criança não dá muita importância por ser por celular ou tablete, mas a professora fez de tudo pra ser profissional,
3 pelo esforço dos professores positivo
4 aulas bem eficientes para uma boa aprendizagem e entendimento das crianças
5 até agora não tive problemas
6 São boas

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

As respostas aqui expostas demonstram que os pais tiveram observações diferentes, houve um reconhecimento sobre o esforço dos professores. Apenas uma demonstrou que as aulas estavam substituindo o professor pelos pais que findavam tendo que ministrar as aulas no lugar dos professores.

Para Sousa (2012) A educação é ajudar a cada filho a crescer como pessoa, o que implica em proporcionar-lhes meios para adquirir e desenvolver as virtudes, tais como a sinceridade, a generosidade, a obediência, honestidade, lealdade, amizade, bondade, solidariedade, dentre muitas outras. Em tempos em que a família está se transformando e grande parte das mulheres não tem mais tempo de acompanhar integralmente os passos de seus filhos, qual seria realmente o papel da família em relação à escola? Para Içami Tiba (2012) O estudo é essencial; portanto, os filhos têm obrigação de estudar.

3 O que você achou das estratégias do governo?

1 inconcebível
2 bom pra mim não tem sido muito proporcional, devido se estender muito esse lockdown, não haverá futuros profissionais e quem ensinará os meus netos?
3. O governo só pensou em alimentos para as crianças e não pensou em educação
4 positiva ao combate ao vírus em tempos de pandemia para o que se devia fazer
5 foi preciso para o bem de todos
6 boas, mas nossas crianças precisam mais de atenção do governo sobre as aulas

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Sobre as estratégias definidas pelo governo, as respostas foram variadas, percebeu-se que há uma consciência de que a pandemia não deixava outra escolha.

Atualmente grande parte dos estudantes, crianças, adolescentes e adultos, do país se encontram em uma realidade forçada, tendo essas aulas de forma remota como alternativa para as cidades onde as escolas e faculdades permanecem fechadas devido à pandemia do coronavírus. (REIS, 2021)

Com o ensino remoto, especialmente os professores precisaram se reinventar. A cada dia precisavam de uma ideia nova para desenvolver com as crianças, o desafio para os professores e para os familiares e responsáveis das crianças era diário. Isso pelo motivo de que a principal atividade que se aplica é a socialização da mesma com outras crianças, isso só pode ser vivenciado se a convivência e a interação forem proporcionadas de modo presencial. E a pandemia não permitia. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2020)

4 Como seria se você fosse o gestor da escola?

1 Lutaria pela aula presencial que é um direito constitucional de todos
2 Não deixaria entrar sem máscara manter sempre os portões fechados nos cadeados, e sempre com álcool em gel e até para os pais que fosse buscar os filhos
3 encontraria dificuldade
4 Aulas <i>on line</i> todos os dias e procurar inovar nas ideias
5 acho que não teria capacidade é muita responsabilidade



**6 em branco**

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Sobre a gestão, as respostas foram bem diferentes, mas consegue-se perceber que os pais trazem suas respostas ao período que as aulas já haviam retornado presencialmente. E reconhecem que há uma grande dificuldade em ser gestor escolar.

É fundamental reconhecer que o que ocorre na prática do dia-a-dia escolar tem uma importância significativa para determinar a qualidade do ensino. Pequenos atos, poucas palavras repetidas dia após dia, condicionam o desenvolvimento de significados e formação de hábitos. (LÜCK, 2009)

Uma situação desafiadora para os gestores das escolas neste momento é a cobrança de alguns pais pela falta de aulas. Alguns chegam a colocar a possibilidade de não fazer o pagamento das mensalidades escolares, alegando que as unidades não estão funcionando.

Dando continuidade as perguntou-se nas questões 5 e 6:

**5 O que a Escola poderia fazer pra melhorar as aulas?**

1 Dinamismo, eu seu lá está cansativo
2 poderia fazer equipes de alunos em horários, em dias diferentes, mas não poderia deixar de ter aulas.
3 foi feito o possível
4 aulas muito boas no sementinha do saber não tenho nada a reclamar
5 não vejo, porque melhorou agora, quem sabe mais lá na frente
6 eles fazem o que pode para ajudar nossas crianças

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

**6 O que você pode destacar como positivo e negativo desse processo?**

1 Positivo, pelo menos há aulas, Negativo sem aulas presenciais
2 positivo é que a professora fez de todo esforço de ser educativa ao ensino; negativo que prejudica a atenção o fora da criança n termo “estudo”
3 positivo foi o esforço da escola; negativo foi a falta de atenção do governo do Estado
4 positiva: estratégia do governo; negativa não poder ir à escola, porém é para o bem de todos.
5 “não soube responder”
6 positivo as crianças votarem a aulas presenciais; negativo aulas online

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

De acordo com a Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Neste período de pandemia, certo que deu então para perceber que os desafios das escolas públicas e particulares do Brasil e do mundo são inúmeros, mas então qual a solução para lidar com tudo isso? Bem, em primeiro lugar é preciso ter muita calma nesse momento e saber que esta é uma situação necessária, mas temporária. Que tal ver esse momento como uma experiência nova com a qual podemos aprender algo novo? A paciência consigo mesmo e com a atual situação. (MATTJIE, 2020)

11

Além da adaptação com um novo método de ensino, há ainda o **estresse** gerado pelo confinamento e o distanciamento social durante a quarentena. Todos nós temos lidado diariamente com a ansiedade e o medo por conta desse momento de incerteza, o que também se configura como um enorme desafio para o ensino. (MATTJIE, 2020)

É importante. Aprender a ter empatia com seus colegas de trabalho, com seus filhos e ou com seus alunos. Não ignore seus sentimentos e tente sempre se colocar no lugar do outro. (MATTJIE, 2020)

**7 Você como mãe aprendeu ou se questionou nesse processo?**

1 Aprendi que preciso estudar mais.
Questiono o quanto tenho que me qualificar para as aulas
2 aprendi que em hipótese nenhuma, deixar o estudo em terceiro plano, e sim focar no melhor futuro
3 aprendemos a valorizar mais os profissionais da educação
4 questionei sim porem o aprendizado é a melhor coisa
5 aprendi um pouco com ele
6 aprendi ter mais paciência e ter mais tempo para o meu filho

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Nestas falas, foi ressaltada a ausência de conhecimento por parte dos responsáveis, no que se refere ao conteúdo, além disso a uma didática de ensino para com seu filho. Segundo Oliveira (2002) descreve que há dois aspectos principais nesta relação: 1) a incapacidade da família para a tarefa de educar os filhos e 2) a entrada da escola para subsidiar essa tarefa, principalmente quando se trata do campo moral, onde:

[...] a partir destas colocações, vê-se que a relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada, além de estar marcada pela existência de uma forte atenção da escola dirigida à instrumentalização dos pais para a ação educacional, por se acreditar que a participação da família é condição necessária para o sucesso escolar (OLIVEIRA, 2002, p.107).

Quando se referiu a essas dificuldades, questionamos:

Por exemplo o que foi sua dificuldade?

1 Paciência para contornar todos os empecilhos
2 Ensinar em casa, tenho filho de dois anos, si alimenta com dificuldade.
3 acompanhar alunos
4 Não houve dificuldade
5 de ensinar algumas questões a respeito das aulas
6 ter tempo para assistir aula com ele online

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

O Estatuto da Criança e do Adolescente, muito sabiamente, consagra em seu artigo 19 que *toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família*. E digo que é sábia essa norma porque penso que os pais são os principais educadores de seus filhos.

Algumas famílias podem achar reduzido o tempo de atividades diárias para educação infantil, no entanto, Alessandra lembra que a etapa tem suas peculiaridades.

Os filhos precisam entender que tem a responsabilidade de estudar e que os pais os estão ajudando a cumprir um dever que faz parte da brincadeira da vida.

Os pais não devem assumir o papel dos professores na vida dos filhos. Por exemplo, quando surgir uma dúvida durante alguma tarefa, é interessante estimular a criança ou o jovem a contatar os seus colegas de sala primeiro. Essa é uma forma de instigar e manter o envolvimento social com a turma. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

A fase em que a criança está no Ensino Infantil é importantíssima no desenvolvimento, tanto que marcará a relação dela com a Educação e a aprendizagem pelo resto da vida. Por isso, não faz sentido sentá-la na frente de uma tela. As escolas devem mandar as atividades e as competências para o ensino-aprendizagem da criança pequena de uma forma acessível, assim os próprios pais conseguem desenvolvê-las com as crianças em casa. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

O ideal é não passar mais de meia hora consecutiva em frente ao celular, computadores ou televisões. Mas, há uma dica prática para não se preocupar em contabilizar as horas de exposição às telas: ao estabelecer uma rotina que reforce e distribua outras atividades no dia a dia das crianças e jovens, o tempo disponível que restará para as telas não será prejudicial. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

“Ela é um acréscimo de estímulos, de brincadeiras e interações. Por isso, não dá para imaginar que a criança vai se sentar diante do computador e ficar olhando para a professora por muito tempo”. Um estranhamento que famílias sentem, segundo a educadora, tem a ver com a falta de uma grade horária fixa para esta etapa. “A família não percebeu isso (de início) e achou que se não houvesse tempo dividido em casa, a criança não iria aprender”, (OLIVEIRA,2020)

8 O que foi que você percebeu na criança sobre esse processo?

1 confusão, distanciamento e esperança
2 que ela queria muito ta na escola e não podia, ela perguntava, já pode ir? eu dizia ainda não, ai ela chorava e não entendia, dizia qe eu a não levava.
3 bastante tédio de ficar em casa sem estudar
4 ir à escola é muito bom, importante para eles
5 dificuldade
6 ele sentiu falta da professora e dos amigos

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Nas falas dos responsáveis, observamos a preocupação de manter um vínculo afetivo e uma interação social, mesmo que virtual, constatando sobre a importância do desenvolvimento infantil a partir do seu meio de interação social, que no caso seria a escola, segundo Vygotsky (1998) a criança aprende e depois se desenvolve, deste modo, o desenvolvimento de um ser humano se dá pela aquisição/aprendizagem de tudo aquilo que o ser humano construiu socialmente ao longo da história da humanidade.

Como podemos também observar na questão abaixo:

9 O que mais a criança sentiu falta?

1 Convivência com os coleguinhas e professora
2 dos coleguinhas
3 desse contato frequente com o colégio
4 de ir na escola ver seus amigos
5 da escola dos amigos e da professora
6 dos coleguinhas e da professora

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Conforme podemos perceber, a ausência do contexto escolar, através do contato com os coleguinhas, as brincadeiras e as professora, foi o relato de todas as entrevistadas, tanto na questão 9 como na questão 11.

11 Qual a frase que mais a criança falava quando ia fazer as aulas a distância?

1 “porque tenho que só vê e não mais tocar, brincar cm os coleguinhas?”
2 Isso é chato, não gosto.
3 que queria ir ao banheiro
4 eu queria ir para a escola
5 porque não posso ir à escola, difícil explicar pra ele sobre essa situação ele as vezes não entende
6 ele queria a professora

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Segundo o secretário municipal de Educação de São Paulo, Bruno Caetano, é impossível negar que não há prejuízos com o fechamento das escolas também para essa faixa etária. “Por melhores que sejam os esforços da rede pública, privada, das famílias, dos educadores e da sociedade, nada substitui a escola (*presencial*).” (OKUMURA, 2020).

Marco Aurélio Sáfy, professor adjunto e diretor do departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, destaca que. “Os ganhos cognitivos uma vez que a criança ingressa na escola são frutos da convivência escolar. A interação entre as crianças também estimula o desenvolvimento”, (OKUMURA, 2020).

Para Rosely Sayão, psicóloga e colunista do Estadão, o maior prejuízo neste momento é a falta de

relacionamento das crianças com outros adultos que não sejam pais e parentes próximos. “A multiplicidade de vínculos facilita a vida da criança. Sem isso, ela fica muito dependente. Faz falta estabelecer relações diferentes”. (OKUMURA, 2020).

Verdade que uma das questões mais afetadas com a pandemia foi a educação, mas a educação infantil e a alfabetização foi a que mais sofreu, como podemos perceber nas falas dos responsáveis.

10 O que o professor poderia fazer pra melhorar suas aulas em tempo de pandemia?

1 Nos entender
2 se já tem cuidado, tomar mais cuidado ainda, sei que criança não gosta de usar mascara, mas não deixar de usar nem um momento.
3 não tem muito a fazer
4 ideias novas, trabalhos em dupla mesmo que seja online
5 acho que estão fazendo o seu melhor
6 em branco

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Conforme percebemos acima, os responsáveis mostraram que houve dificuldade no método utilizado, conforme afirma (MATTJIE, 2020)

Não houve nenhum tipo de planejamento para o ensino à distância que está sendo feito atualmente, justamente porque ninguém iria imaginar que passaríamos por algo assim, logo adaptar-se a essa nova realidade não tem sido nada fácil.

Por isso, professores e gestores escolares tiveram que se virar nos 30 para adaptar o currículo escolar presencial para o ensino online de uma hora para outra. Dessa forma, muitas escolas passaram a utilizar ferramentas digitais como Zoom, Skype e Google Meet, e até mesmo o Watzap, sendo que muitos professores jamais tiveram contanto prévio com a maioria destas ferramentas, muitas vezes os pais também não. Ademais, os professores também precisaram aprender inclusive a gravar e editar vídeos e no meio disso tudo compreender a melhor maneira de transmitir seu conteúdo e manter a atenção de seus alunos. (MATTJIE, 2020)

### 5.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Os professores entrevistados, foram do sexo feminino e apresentam experiência com o ensino da educação infantil a mais de 10 anos. Ambas são da educação infantil sendo do jardim 1 e do jardim II. Resultado de questionário aplicado a professores.

1 Qual sua maior dificuldade frente ao ensino a distância para seu aluno?

1 A participação dos alunos (falta)
2 ter a certeza que as aulas e os conteúdos estariam sendo aprendido

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

No contexto da pandemia, os professores precisaram reinventar sua forma de dar aula e lidar com outras dificuldades, como a tecnologia e, em alguns casos, o convívio familiar durante o expediente.

O uso de tecnologia a distância, não é uma coisa nova, o *Sesame Street*, um programa educacional de acesso público para crianças que foi transmitido pela primeira vez na televisão estadunidense em 1969, é um bom exemplo disso (LEPORE, 2020). No início dos anos 1970, o microprocessador aumentou a capacidade dos alunos de interagir com a instrução, em vez de simplesmente receber um currículo por correio, rádio ou televisão. Em 1985, as telecomunicações permitiam que programas de graduação e de pós-graduação fossem oferecidos on-line usando transmissão via satélite. (CASEY, 2008; KENTOR, 2015)

14

Com a pandemia, a forma de ensino precisou ser repensada nesse momento de pandemia, lugar de criança é na escola, com um profissional qualificado ao seu lado, para lhe orientar e dar todo o suporte necessário. Além da presença do educador, é claro, que os pequenos precisam dos colegas, afinal são entre eles que acontece a troca de experiências, a criação de laços e o mais importante, o crescimento e a diversão. A realidade enfrentada agora é outra e ficou nas mãos desses profissionais buscas novas ferramentas para rever e inovar o ensino, pois nem todas as práticas que funcionavam anteriormente se aplicam no sistema remoto



## 2 Como você avalia as aulas que você desenvolveu no período da pandemia?

- |  |
|--|
| 1 Avalio como regular, já que não tive a participação o de todos   |
| 2 do ponto de vis do conteúdo pode ter sido boa, mas o resultado mostrou dificuldade por partes dos pais que tiveram dificuldades para o acompanhamento dos seu filho. |

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Como podemos perceber a avaliação foi relativamente boa, apesar das dificuldades.

Com o isolamento social causado pela pandemia do corona vírus (COVID-19), professores desta etapa ficaram muito mais dependentes das famílias para promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças. Criar a rotina de estudos não é fácil porque famílias precisam coordenar a vida profissional e os afazeres domésticos com uma infinidade de porquês por minuto vindos das crianças. Por mais que a tecnologia ajude, o distanciamento entre professor e aluno nestas horas traz uma série de dificuldades. (OLIVEIRA, 2020)

É oportuno ressaltar que o trabalho do professor deve se desenvolver numa ação por meio de interações que, de algum modo, interfira ou direcione para a sua prática pedagógica, onde nesse contexto, muitas vezes o professor abre mão de algumas habilidades que tem para solucionar problemas cotidianos, o que requer em geral até, certo grau de improvisação. (REIS, 2021)

### 5.4 ALÉM DISSO, A DISTÂNCIA DIFICULTA O TRABALHO PELA AUSÊNCIA DA PROXIMIDADE, DO OLHAR, DA ANÁLISE DAS EMOÇÕES FRENTE AO CONTEÚDO APRESENTADO.

Para que as mudanças ocorram na sociedade atual é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja preocupado com a formação do educador (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002). Onde Imbernón (2010, p. 75) corrobora que o:

[...] conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos.

Os pais não devem assumir o papel dos professores na vida dos filhos. Por exemplo, quando surgir uma dúvida durante alguma tarefa, é interessante estimular a criança ou o jovem a contatar os seus colegas de sala primeiro. Essa é uma forma de instigar e manter o envolvimento social com a turma.

## 3 O que a Escola poderia fazer pra melhorar as aulas no período da pandemia?

- |   |
|---|
| 1 Da suporte tecnológico para que o professor desenvolva melhor suas atividades remotas |
| 2 Oferecer suporte tecnológico  |

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

A questão do uso da tecnologia, não só como acesso, mas como dificuldade de manuseá-la foi presente em todos os entrevistados.

Segundo, Eliza (2020) nenhuma escola estava preparada para tal situação. a grande maioria se empenhou para dar o seu melhor. Entretanto, vale ressaltar que a experiência acumulada até o momento anterior à pandemia, é de ensino presencial. Portanto, talvez pode-se trocar a palavra prejuízo, por adaptações. Seria necessário, sim, fazer algumas adaptações.

Esta situação tem preocupado alguns pais que temem prejuízos no aprendizado dos filhos.

Além disso, é importante considerar que o acesso à internet ainda é limitado para alguns alunos, principalmente de baixa renda.

15

## 4 O que você percebeu na avaliação das atividades do período a distância?

- |  |
|--|
| 1 Que ao alunos não tiveram o mesmo desempenho                                   |
| 2 que os alunos não apresentaram uma aprendizagem tal qual nas aulas presenciais |

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

Segundo a Revista Nova Escola, em uma pesquisa realizada com 9 mil professores. De modo geral, os participantes relatam baixo índice de participação de alunos e famílias nas atividades a distância, atraso no

calendário letivo, falta de apoio da rede e saúde mental dos professores comprometida. A educação infantil é a etapa com menor participação. (OLIVEIRA, 2020)

Esta análise se encaixa nas 3 (três) perguntas a baixo e suas respectivas respostas:

5 Você avalia que houve aprendizado nesse período?

1 Não pois a maioria não interagiu na aula ministrada

2 sim, mas muito pouco se relacionado a aprendizagem do presencial

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

6 Qual sua avaliação sobre seu desempenho nas aulas no ensino no período da pandemia?

1 Apesar das dificuldades enfrentadas acredito que foi bom

2 acredito que foi boa, pelo menos me esforcei pra isso

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

7 Qual sua maior dificuldade no processo de ensino com a aula remota?

1 Apresentar as aulas online

2 utilizar recursos didáticos que motivassem os alunos a acompanhar diariamente as aulas

FONTE: Pesquisa de Campo/2021

As respostas mostram que apesar das dificuldades, todos se esforçaram para poder desenvolver as atividades. É possível perceber que nem sempre isso parece estar ligado a aprendizagem. As respostas mostram que implicitamente há um certo entrave, uma dificuldade com uso do recurso e o sentido simbólico, podemos dizer assim frente no contexto da pandemia.

Segundo Cruz (2002) enquanto facilitador do processo ensino-aprendizagem, o professor é aquele com condições de intencionalmente filtrar e selecionar estímulos, atuando no desenvolvimento global das potencialidades de seus educandos de modo a tornar prazeroso, o ato de compreender, construir e reconstruir o conhecimento.

Lopes (2020), salienta que, caso o período de estudos não coincida com o seu trabalho, observe o processo de aprendizagem de seus filhos, tire dúvidas, mas dê liberdade para que eles façam as atividades sozinhos;

Conforme já vimos sobre as respostas dos responsáveis houve na maioria um interesse em que os filhos continuassem suas atividades, mas o que se queira mesmo era os filhos no ambiente físico, participativo e de aprendizagem da escola.

8 Como você avalia o desempenho dos pais no que se refere ao ensino no período da pandemia?

1 Avalio como regular, pois os pais não participam assiduamente

2 No geral foram boas, mas percebi várias dificuldades como o uso de internet ou mesmo paciência para ensinar seus filhos.

FONTE: Pesquisa de Campo/21

Segundo Lopes (2020), algumas dicas práticas para ajudar a montar uma rotina de estudos com as crianças em casa são:

Defina os horários – Assim as crianças saberão que aquele período é destinado a estudar e não para brincar e também aprenderão a se tornar responsáveis pelos estudos;

16 Separe um espaço adequado – Se possível, escolha um lugar silencioso, distante de televisão, celulares e de qualquer outra distração;

Esteja acompanhando – Caso o período de estudos não coincida com o seu trabalho, observe o processo de aprendizagem de seus filhos, tire dúvidas, mas dê liberdade para que eles façam as atividades sozinhos;

Insira jogos e brincadeiras durante o processo – Algumas ferramentas podem tornar o tempo de estudo mais divertido. Alguns jogos no computador podem tornar o ensino de matemática, geografia ou história mais interessante. As brincadeiras também podem auxiliar a estimular o intelecto ao mesmo tempo que exercita o corpo, seja criativo. Lopes (2020)

Segundo Oliveira (2020), a comunicação deve servir para orientar, entregar sugestões e explicar a importância dos objetivos de aprendizagem definidos para a idade da criança. “É dizer que a brincadeira faz sentido cognitivo e não só de prazer social”, afirma. Para dar conta desta tarefa, recomenda, também vale a ideia de que menos é mais. É mandar vídeos e não apresentações em PowerPoint ou PDF de muitas páginas ou até usar o WhatsApp para ter retornos mais rápidos das famílias.

Por mais que o momento gere ansiedade para os professores da educação infantil, a ideia nestas trocas com as famílias sobre as atividades feitas pelas crianças deve evitar o clima de cobrança. “Nessa idade, o mais importante não é a quantidade de trabalho, mas sim manter viva a curiosidade e a paixão que a criança tem pelo mundo. A criança é uma pesquisadora por natureza porque faz pergunta o tempo inteiro. Ela sempre quer saber como as coisas são e como elas funcionam. (OLIVEIRA,2020)

9. Qual sua avaliação sobre o gestor da escola no que se refere as ações de sua responsabilidade no período da pandemia?

- |   |
|---|
| 1 Teve um bom desempenho, onde procurou dar suporte aos professores   |
| 2 acredito que tentou dar o melhor, mas também via como um desafio, ninguém tinha experiências para compartilhar sobre esse assunto com ele |

FONTE: Pesquisa de Campo/21

10 O que você acha que o gestor poderia melhorar no processo de gestão da pandemia na escola?

- |  |
|--|
| 1 Buscar mais apoio para que os professores desenvolvam com mais eficácia suas atividades online |
| 2 da formação sobre uso de recurso tecnológico   |

FONTE: Pesquisa de Campo/21

Como podemos perceber nas questões de número 9 e 10, que trata sobre a gestão, as respostas confirmam que a pandemia pegou todo mundo de surpresa. E que se houve ganhos, houveram também perdas. Os desafios foram o ingrediente para a superação diária. Seja do aluno, do responsável, do professor e também do gestor.

Segundo, Wandscheer (2020), todas essas transformações não poderiam deixar o campo da educação passar em branco. Como somos sujeitos de nossa história e está estreitamente relacionada às nossas vivências, saberes, a educação acaba sendo atingida de forma quase que inevitável.

A educação em Período Remoto está sendo algo totalmente inovador, desafiador. Jamais poderíamos imaginar que um dia nos afastaríamos de tal forma que nosso meio de interação seria a tão temida tecnologia. Mesmo com tantos empecilhos e descrenças, fomos encontrando estratégias e subsídios para nos apropriar e compreender esse novo cenário da educação. (WANDSCHEER, 2020)

## CONCLUSÃO

Conforme a proposta estabelecida como temática desta pesquisa, o período pandêmico, sem dúvida trouxe inúmeras descobertas, estavam envolvidas em medo e porque não dizer em incertezas profundas.

A escola privada trouxe um desafio a mais, como manter aulas, sem perder alunos, o que significa perder renda, já que uma vez saindo da escola, deixariam de pagar. Assim, a preocupação era criar formas de ensinar que garantisse a presença, ainda que distante ou remota do aluno. A importância da participação dos pais era primordial, mas não se poderia pensar em substituir o papel do professor. Muitas foram as escolas que fecharam ou tiveram que demitir professores e colaboradores, devido ao cancelamento de matrículas.

Finalmente nossa questão de pesquisa referia aos desafios do ensino remoto na educação infantil. Este desafio foi paulatinamente se descobrindo, mas também se redescobrindo. Ou seja aprendia-se e colocava-se em prática, criava-se outra forma de ensinar, de passar os conteúdos, assim cada dia uma nova experiência. Sobre como os pais e mães poderiam ensinar os conteúdos da escola a seus filhos. Podemos concluir que conforme as respostas apresentadas, houve sim uma preocupação em manter o ensino e aprendizado e também o acompanhamento escolar das crianças. É importante ressaltar que a prática de acompanhamento escolar das crianças da educação na infantil pelos pais é bem comum, e isso no caso do ensino remoto se manteve. A questão sobre as dificuldades frente ao uso da tecnologia e acesso à internet não foram relatadas. É



importante ressaltar que o recurso mais usado foi o WhatsApp, onde os professores gravavam as aulas em pequenos vídeos e passavam nos grupos escolares por turma.

No que se refere aos professores e gestores, sobre como poderiam adequar práticas de ensino em aulas remotas na educação infantil, percebemos que os professores, foram aprendendo diariamente, criando recursos pedagógicos e acompanhando as aulas.

A escola foi uma das primeiras atividades a ser cortada e, em muitos países, a última a reiniciar. Não aparece entre as atividades prioritárias e imprescindíveis do capitalismo atual. Além de olhar isso como uma estratégia que tirou uma grande parte da população de circulação, deve ser vista como resultado de um discurso que, nos últimos anos, se empenhou em falar sobre a crise da escola, que não melhora nem com exames internacionais nem com reformas educacionais, e culpam-se, muitas vezes, os docentes, que aparecem como pessoal dispensável diante da promessa da tecnologia. (HONORATO; NERY, 2020)

A questão a se pensar agora é muito séria. Em algumas cidades brasileiras as aulas presenciais estão de volta, o que se torna um grande alívio para os que poderão entregar a alfabetização dos filhos a quem realmente entende do assunto. Porém, ao mesmo tempo que as aulas presenciais são essenciais a crianças em formação, o medo da exposição ao Coronavírus é real.

A vacina chegou para alguns, mas não para as crianças, fazer com que elas não tirem a máscara, por exemplo, será um grande desafio a se enfrentar. A certeza de que desde pequenos o ensino é fundamental na vida de qualquer um irá ser a chave para se alcançar o mais rápido possível a segurança para todos voltarem à escola, quanto a quando isso será de fato realmente cem por cento garantido apenas o tempo irá dizer.

Longe de ser uma pesquisa concluída, este artigo relata uma discussão embrionária, pois a pandemia assim como chegou, sem saber de onde veio, não sabemos para onde vai.

## REFERENCIAS

HONORATO, Tony; NERY, Ana Clara B. **História da Educação e Covid-19: crise da escola segundo pesquisadores africanos (Akanbi, Chisholm), americanos (Boto, Civera, Cunha, Kinne, Rocha, Romano, Rousmaniere, Southwell, Souza, Taborda, Veiga, Vidal) e europeus (Depaepe, Escolano, Magalhães, Nóvoa)**. Acta Sci. Educ., v. 42, e54998, 2020. <http://periodicos.uem.br/ojs/acta>

ALMEIDA, A. **Ludicidade como Instrumento Pedagógico**, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/a-ludicidade-no-desenvolvimento-e-aprendizado-da-crianca-na-escola.htm>> Acesso realizado em: 30/12/2020.

BRASIL. **Decreto 9.057, de 25 de Maio de 2017**. Disponível [clikando aqui](#). Acesso em: 28 jan. 2021.

FERRARI, Márcio. **Jean Piaget, o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio**. 2008. Disponível [clikando aqui](#). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN**. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Volume 1: Introdução. Brasília, 1998.

DIÁRIO ESCOLA. **Super dicas para a Educação remota de crianças**. Disponível em: <https://diarioescola.com.br/superdicas-para-a-educacao-remota-de-criancas/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GUIMARÃES, ANA ELIZA. **DESAFIOS DO ENSINO A DISTÂNCIA PARA CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA**. FOLHA DE PERNANBUCO. [HTTPS://WWW.FOLHAPE.COM.BR/NOTICIAS/BRASIL/DESAFIOS-DO-ENSINO-A-DISTANCIA-PARA-CRIANCAS-DURANTE-A-PANDEMIA/140646/](https://www.folhape.com.br/noticias/brasil/desafios-do-ensino-a-distancia-para-criancas-durante-a-pandemia/140646/) ACESSO EM: 30 MAIO DE 2021.





FRIEDMAN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender – O resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-MICHELE-SANTOS-DE-MENESES.pdf>> Acesso realizado em: 30/12/2020.

GADOTTI, M.; FREIRE, P. & GUIMARÃES, S. **Pedagogia e dialogo e cultura**. São Paulo, CONTEX. 1989.

JORNADA EDU. **Dicas de atividades de Educação Infantil no ensino remoto**. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/atividades-de-educacao-Infantil/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS. Anais... Belo Horizonte, novembro de 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao-infantil.htm>> Acesso realizado em: 30/12/2020.

KOSELLECK, R. (2014). **Estratos do tempo. Estudos sobre história** (Markus Hediger, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; PUC-Rio

**Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível clicando aqui. Acesso em: 28 jan. 2021.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MARANHÃO, Romero Albuquerque. **Novo coronavírus (2019-nCoV): uma abordagem preventiva para o setor hoteleiro**. Brazilian Journal of health Review, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 2814-2828 mar./abr. 2020.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência e Saúde coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil confirma primeiro caso da doença**. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso: em 19 de abril, 2020.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. **OMS declara pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível clicando aqui. Acesso em: 17 jan. 2021.

DW. COM. **Pandemia causou maior interrupção da educação da história, diz ONU**. 2020. Disponível clicando aqui. Acesso em: 28 jan. 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **MEC orienta instituições sobre ensino durante a pandemia**. 2020. Disponível clicando aqui. Acesso em: 27 jan. 2021.

OKUMURA, Renata. **Especialistas discutem os desafios da educação infantil provocados pela pandemia**. Palestrantes debateram diálogo entre alunos, pais e escolas e ações que devem ser tomadas para a volta às aulas de crianças pequenas. 2020. <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/especialistas-discutem-os-desafios-da-educacao-infantil-provocados-pela-pandemia,7db99410145eb71c5498436d18f2fb4fyvi623nf.html> Acesso em: 30 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Thamilles T. F. de; RODRIGUES, Lídia A.de M.. **Desafios na gestão do cotidiano escolar da educação infantil pública e privada em tempos de pandemia**. CONEDU. Congresso Nacional de educação. Educação como (re)Existência, mudanças conscientização e conhecimentos, Maceió. 2020.



OLIVEIRA, Vinicius de. **Pesquisas mostram o impacto da pandemia em diferentes áreas da educação.** Levantamentos no Brasil e no exterior fazem um raio x das aulas remotas e mostram como estudantes, professores e famílias analisam o momento. 2020.

<https://porvir.org/pesquisas-mostram-os-impactos-da-pandemia-em-diferentes-areas-da-educacao/> Acesso em: 30 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Na educação infantil, comunicação com família é chave para manter criança aprendendo na quarentena.** Conversas não devem se resumir a entrega de lista de atividades e precisam envolver os objetivos de aprendizagem. 2020. <https://porvir.org/na-educacao-infantil-comunicacao-com-familia-e-chave-para-manter-crianca-aprendendo-na-quarentena/> Acesso em: 30 de maio de 2021.

PEREIRA JUNIOR, Lucimar da Silva; MACHADO, Joana Bartolomeu. **Educação infantil em tempos de pandemia: desafios no ensino remoto emergencial ao trabalhar com jogos e brincadeiras.** Revista Educação Pública. V.a. 21, nº 6, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/6/educacao-infantil-em-tempos-de-pandemia-desafios-no-ensino-remoto-emergencial-ao-trabalhar-com-jogos-e-brincadeiras>.

PEREIRA, Rejane L. **O papel da educação infantil na construção de uma autonomia moral: Uma revisão de literatura.** Faculdade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

REIS, NATHALIA F. **A DIFICULDADE DO ENSINO INFANTIL ONLINE EM TEMPOS DE PANDEMIA.** 2021. [HTTPS://CONTRAMA.O.UNA.BR/A-DIFICULDADE-DO-ENSINO-INFANTIL-ONLINE-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA](https://contramao.una.br/a-dificuldade-do-ensino-infantil-online-em-tempos-de-pandemia). ACESSO EM: 20 DE MAIO DE 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SOUSA, Jaqueline Pereira. **A importância da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança.** UVA. Fortaleza, 2012

TODOS PELA EDUCAÇÃO. <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/filhos-em-casa-como-as-familias-podem-apoiar-a-aprendizagem-durante-a-suspensao-das-aulas/> acesso em: 30 de maio de 2021.

TENENTE, Luiza. **30% dos domicílios no Brasil não têm acesso à internet; veja números que mostram dificuldades no ensino à distância.** 2020. Disponível [clikando aqui](#). Acesso em: 27 jan. 2021.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na idade certa.** São Paulo: Editora Gente, 1996

VIGOTSKI, L. S. – **A formação Social da Mente.** 6º ed. São Paulo: Martins fontes, 1998. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCCI121.pdf>> Acesso realizado em: 30/12/2020.



## Alteração de Prenome e Sobrenome na Via Extrajudicial: uma Análise da Lei 6.015/73 Alterada pela Lei 14.382/22<sup>1</sup>

Change of First Name and Surname in Extrajudicial Via: an Analysis of Law 6.015/73 Amended by Law 14.382/221

Raiane França Dias<sup>2</sup>

Denis Marcio Jesus Oliveira<sup>3</sup>

Submetido em: 15/04/2023

Aprovado em: 15/04/2023

Publicado em: 16/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.520

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a importância da alteração do prenome e sobrenome através da via extrajudicial, regulamentada pela Lei nº 6.015/73 de Registros Públicos, que foi alterada recentemente pela Lei nº 14.382/2022. Conforme dispõe o artigo 16 do Código Civil, toda pessoa possui o direito ao nome, que engloba tanto o prenome quanto o sobrenome. Por ser um tema recente, a utilização de periódicos e doutrina especializada foi essencial para o desenvolvimento do trabalho. Portanto, é importante ressaltar que a possibilidade de alteração do prenome e sobrenome através da via extrajudicial trouxe mais celeridade e eficiência aos processos, desafogando o Judiciário e possibilitando que os interessados realizem a mudança sem a necessidade de recorrer a uma ação judicial. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.382/2022, as regras para a alteração do nome foram atualizadas, possibilitando que mais pessoas possam realizar a mudança sem a necessidade de comprovar a existência de prejuízos ou justificar a necessidade da alteração. A pesquisa realizada busca permitir uma melhor compreensão das alterações na legislação e evidenciar a importância de se manter atualizado acerca das mudanças e inovações no Direito Civil.

**Palavras-chave:** Direitos de personalidade. Nome civil. Alteração do nome da pessoa natural.

### ABSTRACT

This article aims to address the importance of changing one's first and last name through an extrajudicial process, regulated by Law No. 6.015/73 on Public Records, which was recently amended by Law No. 14.382/2022. As provided in Article 16 of the Civil Code, every person has the right to a name, which encompasses both the first and last names. Because this is a recent topic, the use of periodicals and specialized doctrine was essential for the development of the work. Therefore, it is important to note that the possibility of changing one's first and last name through an extrajudicial process has brought more speed and efficiency to the processes, relieving the Judiciary and allowing interested parties to make the change without the need to resort to a court action. With the entry into force of Law No. 14.382/2022, the rules for name changes have been updated, enabling more people to make the change without having to prove the existence of damages or justify the need for the change. The research conducted seeks to allow a better understanding of the changes in the legislation and to highlight the importance of staying updated about changes and innovations in Civil Law.

**Keywords:** Personality rights. Civil name. Changing the name of the natural person.

## 1. INTRODUÇÃO

1

O nome civil como um dos principais direitos da personalidade por resguardar a dignidade da pessoa humana, é conservado na vida e na morte, perpetuando-se de gerações em gerações e individualizando o

1 Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

2 Raiane França Dias, Discente do curso de Direito da instituição de ensino Faculdade Santo Agostinho, Vitória da Conquista – BA.

3 Denis Marcio Jesus Oliveira, Mestre em Direito, docente da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista - Bahia, e-mail: denis.oliveira@vic.fasa.edu.br

ser humano na sociedade. Conforme a doutrina o nome civil é o conjunto dos elementos essenciais e/ou não essenciais, como o prenome, sobrenome, agnome, pseudônimo, cognome, entre outros (SILVA, 2019).

*Em todos os períodos da humanidade, o homem sentiu necessidade de individualizar uns aos outros perante a sociedade. Para tanto se valia do uso, como referencial, da família, do local onde vivia, os títulos que recebia mediante desempenho na guerra ou atividades desenvolvidas na sociedade. FRANÇA (1964, p 23)*

No Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais é onde serão registrados os dados referentes ao nome civil e outras informações que constarão na certidão de nascimento. É essencial que o registro civil reflita a realidade, uma vez que deve estar em consonância com a verdade que se apresenta e é utilizada no mundo exterior.

Contudo, caso seja necessária a adequação da realidade, existe a possibilidade jurídica de retificar o registro civil, que consiste na correção de dados que foram erroneamente registrados. É importante destacar a diferença entre retificar e alterar nesse contexto: retificar é corrigir adequadamente o registro para refletir a verdade, enquanto que alterar e modificar sem que haja necessariamente um erro a ser corrigido.

Para que as pessoas possam ser identificadas nos seus direitos e deveres na ordem civil, é fundamental que sejam individualizadas. Essa individualização se dá por diversos elementos, entre os quais destacamos o estado, que indica a posição na família e na sociedade em geral; o domicílio, que é a sede jurídica da pessoa; e o nome, que é a designação que a diferencia dos demais conviventes privados e públicos, objeto de estudo deste artigo.

O nome é um elemento identificador que compõe a personalidade da pessoa natural, constituído geralmente pelo prenome e sobrenome. Ele possui um papel importante na individualização e identificação da pessoa, tanto no âmbito familiar quanto social e perante o Estado. Conforme destacado por Reinaldo Velloso dos Santos, trata-se de uma característica social fundamental para a distinção entre os indivíduos.

Da mesma forma, tem proteção jurídica, tanto em vida quanto após a morte. Inicia-se com o registro, que deve ser realizado no lugar em que tiver ocorrido o nascimento ou no lugar da residência dos pais, conforme a Lei 6.015/1973, conhecida como Lei dos Registros Públicos, sendo o nome um direito de cada indivíduo, preceituado pelo Código Civil em artigos do capítulo que trata dos direitos da personalidade.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, verificar os benefícios de diferentes discussões e comentários da lei, bem como suas características, estruturais e sociais. As consultas se limitarão a produção científica dos últimos sete anos, publicadas no idioma português ou inglês, disponíveis na íntegra.

### 2.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo se constitui em uma pesquisa exploratória tendo como base Carlos Gil (2010, p. 45) que segundo o autor tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Na maioria dos casos estas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão.

### 2.2 Cenário da Pesquisa

Convém destacar que embora diversas pesquisas já apresentem diversas ações pelo tema pesquisado, seja algo destacado nos documentos oficiais disponíveis.

2

### 2.3 Participantes da Pesquisa

Os instrumentos deste estudo foram a pesquisa bibliográfica e a documental.

### 2.4 Procedimentos para coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados constituem-se em um o processo de busca e agrupamento de dados e informações para pesquisas, através da utilização de técnicas específicas. A coleta de dados contribui para um



direcionamento que define no desenvolvimento da investigação. Dessa forma, se faz necessário a atenção do pesquisador, na busca de informações sólidas e concretas para a efetivação da pesquisa.

## 2.5 Procedimentos para análise de dados

Os dados e informações coletados serão utilizados na elaboração do planejamento, estudo, desenvolvimento e experimentações durante a realização da pesquisa.

## 3. O NOME CIVIL: CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA

O nome civil é o conjunto de termos utilizados para identificar uma pessoa no âmbito jurídico, que geralmente é composto pelo prenome, ou nome próprio, e pelo sobrenome, ou nome de família, podendo ainda ser acrescido de outros elementos, tais como títulos, apelidos, entre outros. De acordo com Luiz Guilherme Loureiro, renomado jurista brasileiro, essa identificação é essencial para garantir a individualização e a identificação da pessoa na sociedade e no Estado.

*O nome, juntamente com outros atributos, tem por missão assegurar a identificação e individualização das pessoas e, por isso, é como se fosse uma etiqueta colocada sobre cada um de nós. Cada indivíduo representa uma soma de direitos e de obrigações, um valor jurídico, moral, econômico e social e, por isso, é importante que tais valores apareçam como o simples enunciado do nome de seu titular, sem equívoco e sem confusão possível. (LOUREIRO, 2019, p. 213).*

O nome civil é de fundamental importância para o exercício dos direitos e deveres de uma pessoa, sendo utilizado em diversos atos da vida civil, como contratos, registros públicos, documentos pessoais, entre outros. Desse modo, Pontes de Miranda (2000, p. 299) instrui que:

*[...] os nomes foram criações da vida [...]; são elementos fáticos, de grande importância nas relações inter-humanas, ainda quando o direito os ignore, e.g., antes do registro do nascimento da criança, o nome, que se lhe dá e ainda é mudável, a designa e distingue das outras crianças, tal como a designa e distingue o seu número na casa de maternidade.*

Em termos jurídicos, o nome civil é considerado um direito da personalidade, que é um conjunto de atributos e características que identificam e individualizam uma pessoa no âmbito social e jurídico. Como tal, é protegido pela Constituição Federal e pelo Código Civil, que garantem o direito ao uso do nome e à sua proteção contra eventuais violações.

A natureza jurídica do nome civil é, portanto, a de um direito personalíssimo e intransferível, que está intrinsecamente ligado à própria identidade e individualidade da pessoa. Sobre a obrigatoriedade do nome, Brandelli explica que:

*Há uma obrigatoriedade jurídica no sentido de que toda pessoa tenha um nome, obrigatoriedade essa que deriva de uma necessidade humana decorrente da vida em sociedade, que permite individualizar a pessoa como ser único que é, atribuindo-se lhe os direitos que tem ao pleno e integral desenvolvimento e atendimento de suas necessidades mínimas, assim como os deveres. (BRANDELLI, 2012, p. 65).*

Percebemos a relevância do nome civil no âmbito jurídico, mas não podemos deixar passar despercebido o impacto no meio social, o nome nos remete a personalidade física do seu portador, e hoje já percebemos que se trata de uma elo ligação tão forte, que o legislador brasileiro vem nos apresentar alternativas de possibilidades alteração do prenome sobrenome na via extrajudicial.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 DIREITO À ALTERAÇÃO DE NOME: MUDANÇA DE PRENOME E SOBRENOME

O nome civil é um elemento importante da identidade de uma pessoa, permitindo sua individualização e identificação na sociedade. Por essa razão, a lei estabelece que os oficiais do registro civil não podem registrar

prenomes que possam expor seus portadores ao ridículo. Caso os pais insistam em registrar um prenome inadequado, o oficial deverá submeter o caso ao juiz competente.

Embora o prenome seja geralmente imutável, a lei prevê exceções em circunstâncias especiais, permitindo sua alteração. De acordo com o artigo 58 da Lei nº 6.015/73<sup>4</sup>, a substituição do prenome por apelidos públicos e notórios é possível. Essa possibilidade de alteração do prenome tem como objetivo proteger o direito da personalidade, garantindo a preservação da identidade do indivíduo.

Segundo Caio Mário da Silva Pereira, o nome civil é um elemento que integra a personalidade e indica a procedência familiar da pessoa. No entanto, em casos especiais, é possível solicitar a retificação do prenome em juízo, garantindo a proteção do direito fundamental à identidade pessoal. Observe-se a decisão do Superior Tribunal de Justiça na matéria:

*DIREITO CIVIL. ALTERAÇÃO DO ASSENTAMENTO DE NASCIMENTO NO REGISTRO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADA. PRODUÇÃO DE PROVA. DEFERIMENTO. Em que pese a divergência doutrinária e jurisprudencial, o princípio da imutabilidade do nome de família não é absoluto, admitindo-se, excepcionalmente, desde que presentes a justa motivação e a prévia intervenção do Ministério Público, a alteração do patronímico, mediante sentença judicial. No caso dos autos, atendidos os requisitos do artigo 57 c/c o parágrafo 1º do artigo 109 da Lei nº 6.015/73, deve ser autorizada a produção de prova requerida pela autora, quanto aos fatos que embasam o seu pedido inicial. Recurso provido. (REsp 401138/MG, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.2003, DJ 12.08.03, p. 219)*

O processo judicial de retificação de registro civil está previsto no artigo 109 da Lei 6.015/73. Trata-se de um procedimento de jurisdição voluntária. O pedido de alteração e/ou retificação será feito diretamente no cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, sendo indispensável a atuação do advogado para propor a ação, além da intimação do Ministério Público, e o pagamento de custas processuais quando o interessado não for beneficiário da justiça gratuita.

Todavia, como este processo judicial, diante do cenário de abarrotamento do Poder Judiciário, é muitas vezes demorado e burocrático, surgiu a necessidade de adaptações para um processo mais célere na tramitação e até mesmo mais simplório, garantindo o acesso à Justiça.

## 4.2 LEI 14.382/22: CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA

A lei 14.382/22, originada da Medida Provisória/21, aborda principalmente o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), trazendo alterações e acréscimos a leis importantes como a lei 4.591/64 - que trata da incorporação imobiliária -, a lei 6.015/1973 (lei de registros públicos) e o Código Civil 2002.

Uma das alterações aborda o direito ao nome, que é consagrado como direito da personalidade, incluindo o prenome e sobrenome, seguindo a regra do art. 16 do Código Civil de 2002. A nova perspectiva inclui o direito à identidade pessoal, abrangendo diferentes traços que representam a pessoa no meio social. A necessidade de se observar a inclusão dos sobrenomes dos genitores ou ascendentes, em qualquer ordem, na formação do prenome é enfatizada, e o oficial de registro civil não pode registrar prenomes que possam expor ao ridículo, seus portadores ou titulares. Em caso de recusa, o oficial submeterá o caso à decisão do juiz competente. Essa nova regulamentação traz avanços para o Direito de Família Brasileiro.

## 4.3 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO NOME NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS APÓS O REGISTRO

A Lei 14.382/2022 trouxe uma importante inovação no que diz respeito ao registro civil de nascimento. Agora, nos primeiros quinze dias após o registro, há a possibilidade de alteração do nome da criança pelos genitores. Essa mudança pode ocorrer caso um dos genitores apresenta oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante.

*Art. 55, § 4º Lei 6015/73. Em até 15 (quinze) dias após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante, observado que, se houver manifestação consensual dos genitores, será realizado o procedimento de retificação*

**Art. 58.** O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

*administrativa do registro, mas, e não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão.*

Se houver um acordo entre os pais, é possível realizar uma retificação administrativa do registro, o que tornará mais fácil o processo de alteração de nome. No entanto, se não houver acordo, a questão será levada ao juiz competente para que ele tome uma decisão.

Essa nova regra traz maior flexibilidade e autonomia aos genitores, permitindo que possam revisar e modificar o nome escolhido para a criança dentro de um curto período de tempo após o registro. É importante lembrar, no entanto, que a alteração do nome deve ser feita com responsabilidade e cautela, levando em consideração o bem-estar da criança e a sua identidade.

Essa norma foi inspirada em um caso de ampla repercussão nacional, que foi julgado pelo STJ. No caso em questão, o pai havia informado, perante o cartório de registro civil, um nome diferente daquele que havia sido consensualmente escolhido pelos genitores. O STJ decidiu que o ato do pai, que desrespeitou o consenso prévio sobre o nome a ser dado ao filho, configurou ato ilícito e exercício abusivo do poder familiar.

*[...] 2 - O propósito recursal é definir se é admissível a exclusão de prenome da criança na hipótese em que o pai informou, perante o cartório de registro civil, nome diferente daquele que havia sido consensualmente escolhido pelos genitores. [...] 5 - Nomear o filho é típico ato de exercício do poder familiar, que pressupõe bilateralidade, salvo na falta ou impedimento de um dos pais, e consensualidade, ressalvada a possibilidade de o juiz solucionar eventual desacordo entre eles, inadmitindo-se, na hipótese, a autotutela. 6*

*- O ato do pai que, conscientemente, desrespeita o consenso prévio entre os genitores sobre o nome a ser de dado ao filho, acrescentando prenome de forma unilateral por ocasião do registro civil, além de violar os deveres de lealdade e de boa-fé, configura ato ilícito e exercício abusivo do poder familiar, sendo motivação bastante para autorizar a exclusão do prenome indevidamente atribuído à criança que completará 04 anos em 26/05/2021 e que é fruto de um namoro que se rompeu logo após o seu nascimento (REsp 1905614/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2021, DJe 06/05/2021)*

De acordo com o entendimento do STJ, nomear o filho é um ato de exercício do poder familiar que pressupõe bilateralidade e consensualidade, salvo na falta ou impedimento de um dos pais. O desrespeito a esse consenso prévio configura um ato ilícito e abusivo do poder familiar, que pode levar à exclusão do prenome indevidamente atribuído à criança.

*Importante destacar que a norma permite a completa alteração do nome registrado pois autoriza tanto a mudança de prenome quanto do sobrenome. Assim, pode-se compreender essa faculdade como uma nova oportunidade de escolha do nome, com ampla liberdade aos genitores, limitados apenas pelos mesmos, limites acima descritos, aplicáveis ao momento do próprio registro inicial. CASSETTARI (2023)*

Dessa forma, a Lei 14.382/2022 vem para garantir aos genitores a possibilidade de corrigir eventuais equívocos na escolha do nome do filho, desde que isso seja feito nos primeiros quinze dias após o registro de nascimento. Com isso, busca-se preservar a consensualidade na escolha do nome e garantir que o poder familiar seja exercido de forma responsável e respeitosa.

#### **4.5 REQUISITOS PARA ALTERAÇÃO DE NOME: IMPORTÂNCIA DA MANIFESTAÇÃO PESSOAL PERANTE O REGISTRADOR CIVIL**

5

A mudança de nome é um direito personalíssimo garantido pela lei. Por isso, a lei estabelece que o pedido deve ser feito pessoalmente pelo requerente, a fim de garantir a livre vontade para tal mudança. Isso ocorre porque o nome é um direito fundamental da personalidade e, portanto, deve ser tratado com relevância e cuidado. Como pontua Christiano Cassettari em sua obra “Registro Civil das pessoas naturais” (2023), a lei é clara ao afirmar que a expressão “requerer pessoalmente” impede que o pedido seja feito por meio de um instrumento particular, mesmo que tenha firma reconhecida.

É de extrema importância que a vontade de mudar de nome seja formalmente manifestada perante um registrador civil. Essa medida é necessária para assegurar que o requerente esteja ciente do que está solicitando e de que a mudança de nome é uma decisão que deve ser tomada de forma consciente. A lei não cria dificuldades

e burocracias para que o requerente possa solicitar a mudança de nome, pois ele pode procurar o registro civil mais próximo ou conveniente para fazer sua manifestação de vontade.

Dessa forma, o registrador civil será capaz de assegurar que a vontade do requerente seja formalmente manifestada e que os documentos necessários sejam apresentados. O procedimento para a mudança de nome será encaminhado via CRC para o cartório em que o requerente foi registrado, a fim de que a mudança possa ser feita de forma segura e adequada. Em resumo, a mudança de nome é um direito fundamental que deve ser exercido de forma consciente e responsável, garantindo que o requerente possa ter sua vontade respeitada e seu nome devidamente registrado.

#### 4.6 Possibilidade de alteração do prenome segundo a Lei n. 6015/73

De acordo com o artigo 56 da Lei n. 6.015/73, é possível realizar a alteração do prenome da pessoa natural, sem que a lei traga quaisquer limitações ou restrições a essa mudança. Nesse sentido, CASSETTARI (2023) aponta que “é possível: a) alterar por completo o prenome, excluindo aquele de nascimento e incluindo um novo; b) tornar um prenome simples em prenome composto; c) transformar um prenome composto em simples.

As mesmas considerações realizadas no momento em que a pessoa adulta escolhe seu prenome, no ato do registro de nascimento tardio, são aplicáveis a esse caso. Assim, não cabe ao registrador questionar o nome selecionado por uma pessoa absolutamente incapaz, a menos que ele possua potencial para ofender princípios constitucionais, a ordem pública e os bons costumes.

É importante destacar que a escolha do prenome é um direito personalíssimo, protegido pela legislação. Dessa forma, é necessário que a pessoa interessada realize pessoalmente o pedido de mudança de prenome, a fim de que o registrador possa assegurar-se da livre vontade e da relevância do nome como um dos direitos de personalidade. O uso de instrumento particular, ainda que com firma reconhecida, não é permitido, devendo a manifestação da vontade ser formalmente apresentada perante o registrador civil.

#### 4.7 A Lei nº 14.382/22 e as principais mudanças contidas nos artigos 46 e 47 da Lei

A Lei nº 14.382/22 promoveu mudanças significativas no procedimento de modificação do nome, abrangendo tanto o prenome quanto o sobrenome. Tal alteração veio ao encontro do princípio da dignidade humana e do direito à autodeterminação, já indicados pela jurisprudência. Com a nova redação do art. 56 da Lei nº 6.015, a pessoa registrada poderá, após atingir a maioridade civil, requerer pessoalmente e sem justificativa a mudança do seu prenome, sem necessidade de decisão judicial, sendo que a alteração será averbada e divulgada em meio eletrônico.

*Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, reque-ter pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.*

§1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial.

§2º A averbação de alteração de prenome conterà, obrigatoriamente, o prenome anterior, os números de documento de identidade, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de passaporte e de título de eleitor do registrado, dados esses que deverão constar expressamente de todas as certidões solicitadas.

Cabe ressaltar que a alteração imotivada de prenome somente poderá ser feita na via extrajudicial uma única vez, e a sua desconstituição dependerá de sentença judicial. Ademais, a averbação da alteração do prenome deverá conter obrigatoriamente informações do prenome anterior, números de documentos de identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de passaporte e de título de eleitor do registrado, as quais deverão constar expressamente em todas as certidões solicitadas. A Lei nº 14.382/22 trouxe importantes mudanças para a modificação do nome, garantindo mais autonomia e liberdade de escolha para a pessoa registrada.

O artigo 57 da Lei 6.015/73 prevê diversas possibilidades de alteração de sobrenome que podem ser solicitadas pela pessoa interessada. Uma delas é a inclusão de sobrenomes familiares que não constam do registro, desde que haja comprovação de vínculo ou ancestralidade por meio de documentos. Além disso, é possível alterar ou excluir o sobrenome do cônjuge durante o casamento, permitindo que a pessoa interessada



volte a utilizar seu nome de solteira, por exemplo.

Também é possível excluir o sobrenome do ex-cônjuge após a dissolução da sociedade conjugal, seja ela consensual ou litigiosa. Isso confirma que o sobrenome é um direito da personalidade do cônjuge que aderiu a ele.

O artigo 57 ainda prevê a inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, tanto para os descendentes quanto para o cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. É importante ressaltar que a alteração do sobrenome deve ser realizada por meio de um procedimento formal, com a devida comprovação dos documentos necessários. A Lei 6.015/73 garante ao interessado o direito de modificar seu sobrenome, desde que atendidas as condições previstas na legislação.

*Merece elogios também a hipótese de inclusão extrajudicial de sobrenomes em virtude da união estável. De acordo com o novo §2º do art. 57, “os conviventes em união estável devidamente registrada no registro civil de pessoas naturais poderão requerer a inclusão de sobrenome de seu companheiro, a qualquer tempo, bem como alterar seus sobrenomes nas mesmas hipóteses previstas para as pessoas casadas”. Entretanto, é importante salientar que, como se depreende da leitura, a inclusão do sobrenome nesses casos abrange apenas as uniões estáveis registradas, não se aplicando às uniões de fato. MATIAS; MELO (2022, p. 34-35)*

## 5. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste artigo acadêmico, foram utilizados métodos de revisão bibliográfica e pesquisa documental. O objetivo da pesquisa exploratória foi aprofundar a compreensão sobre diferentes discussões e comentários da lei, considerando suas características estruturais e sociais. Foram consultadas produções científicas publicadas nos últimos sete anos, em português ou inglês, disponíveis na íntegra. A pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, aprimorar ideias ou descobrir intuições para torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Para alcançar esse objetivo, é comum realizar levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que possuem experiência prática no tema e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Embora existam diversas pesquisas realizadas sobre o tema abordado neste artigo, é importante destacar que nem sempre as ações discutidas nessas pesquisas estão presentes nos documentos oficiais disponíveis.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A coleta de dados foi feita através de técnicas específicas que contribuíram para o direcionamento da pesquisa. Para a efetivação da pesquisa, o pesquisador teve que buscar informações sólidas e concretas. Os dados e informações coletadas foram utilizados para a elaboração do planejamento, estudo, desenvolvimento e experimentações realizadas durante a pesquisa.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei 6.015/73, que regulamenta os registros públicos no Brasil, foi alterada pela Lei 14.382/22, que trouxe importantes mudanças no que diz respeito à alteração de nome e prenome de forma extrajudicial. Antes da alteração, a mudança de nome e prenome só poderia ser realizada por meio de processo judicial. No entanto, com a nova lei, essa possibilidade foi ampliada e agora é permitido que a alteração seja feita de forma extrajudicial, ou seja, diretamente no cartório de registro civil.

Para que a mudança seja realizada extrajudicialmente, é necessário preencher alguns requisitos, como a ausência de dúvidas quanto à identidade do requerente e a concordância expressa de ambos os pais, no caso de menores de idade. Além disso, é preciso que o nome escolhido não seja utilizado com o objetivo de fraude ou para prejudicar terceiros. Essa mudança traz diversos benefícios para os cidadãos, como a rapidez e a simplicidade do processo, além da economia de tempo e dinheiro que antes eram necessários para se conseguir uma alteração de nome e prenome por meio judicial.

No entanto, é importante ressaltar que essa possibilidade de alteração extrajudicial não é uma regra para todos os casos, e ainda existem situações em que será necessário ingressar com um processo judicial para a alteração de nome e prenome. Sendo assim, a Lei 6.015/73 alterada pela Lei 14.382/22 trouxe uma importante mudança no que diz respeito à alteração de nome e prenome de forma extrajudicial, possibilitando uma solução mais simples e rápida para esse tipo de demanda.

## CONCLUSÕES

De acordo com a nova lei, uma pessoa registrada pode solicitar pessoalmente e sem necessidade de justificativa a alteração de seu prenome após atingir a maioridade civil. Essa alteração será averbada e publicada em meio eletrônico, sem a exigência do prazo decadencial de um ano a partir da maioridade. Antes, esse prazo poderia ser afastado em casos específicos em que houvesse justificativas para a alteração do nome após esse período. No entanto, a partir da nova lei, não será mais necessário justificar a mudança. Antes, o prazo de um ano era considerado decadencial e a alteração só poderia ser feita por exceção e de forma motivada, conforme o artigo 57 da Lei nº 6.015/73, conforme destacado em uma decisão anterior do STJ no REsp 538.187/RJ, relatado pela Ministra Nancy Andrighi, na terceira Turma, julgado em 02 de dezembro 2004 e publicado no DJ de 21 de fevereiro de 2005.

A Lei de Registros Públicos, ou Lei nº 6.015/73, é uma norma importante para o direito civil brasileiro, regulando o registro civil de pessoas naturais. No entanto, com o passar do tempo, a lei precisou ser atualizada e ajustada para atender às mudanças sociais. A Lei nº 14.382/22 trouxe importantes modificações aos artigos. 56 e 57 da Lei nº 6.015/73, especialmente em relação à modificação de nome, abrangendo prenome e sobrenome.

A nova redação do artigo 56 permite que a pessoa registrada solicite pessoalmente e sem motivação a alteração de seu prenome após atingir a maioridade civil, sem a necessidade de uma decisão judicial. No entanto, é importante destacar que essa alteração imotivada de prenome só pode ser feita uma vez na via extrajudicial, e sua desconstituição depende de uma sentença judicial.

Além disso, a Lei nº 14.382/22 permitiu a inclusão de sobrenomes familiares, desde que o interessado apresente documentos que comprovem o vínculo/ancestralidade. Também é possível a inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge durante o casamento, bem como a exclusão do sobrenome do ex-cônjuge após a dissolução da sociedade conjugal, consensual ou litigiosa. A lei também permite a inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado.

Uma das principais novidades trazidas pela nova lei é a possibilidade de alteração de nome de forma extrajudicial, por meio do Cartório de Registro Civil, sem a necessidade de justificativas. Essa mudança é bastante útil para pessoas que desejam utilizar um nome pelo qual são conhecidas socialmente e rejeitam seu nome de registro, que pode ter sido escolhido pelos pais. No entanto, é importante destacar que a alteração imotivada de prenome só pode ser feita uma vez por meio extrajudicial e sua reversão dependerá de sentença judicial, conforme previsto no artigo 56, §1º da Lei nº 6.015/1973, incluído pela Lei nº 14.382/2022. Segundo levantamento realizado pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen Brasil), a pedido da Agência Senado, aproximadamente mil brasileiros solicitaram a alteração de prenome nos últimos seis meses por meio dos cartórios, o que equivale a uma média de 30 solicitações por dia. A entidade não dispõe de dados referentes às mudanças de sobrenome.

Essas mudanças representam um grande avanço para o direito civil brasileiro, permitindo que as pessoas tenham maior controle sobre sua identidade e história familiar, além de reforçar a proteção dos direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a autodeterminação. A Lei nº 14.382/22 amplia a autonomia da vontade individual e fortalece a importância do respeito aos direitos da personalidade.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, José Roberto Neves. **Direito ao nome da pessoa física**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BRANDELLI, Leonardo. **Nome civil da pessoa natural**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book.

8

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 777.088 - RJ (2005/0142157-1)**. Relator: Ministro Sidnei Beneti. Disponível em: ATC (stj.jus.br)

CASSETTARI, Christiano. **Registro civil das pessoas naturais**. 5ª edição. São Paulo: Editora Foco, 2023.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Do nome das pessoas naturais**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.



MATIAS, João Luis Nogueira; MELO, Álisson José Maia. **Direito privado e contemporaneidade**: volume 3. 1. ed. Fortaleza: Editora Mucuripe, 2022.

SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. **Cartórios e Acesso à Justiça: a contribuição das serventias extrajudiciais para a sociedade contemporânea, como alternativa ao poder judiciário**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

SILVA, Carina Goulart da. **Evolução, conceito e hipóteses de alteração do nome da pessoa natural**. In: FERRO JÚNIOR, Izaías Gomes; SCHWARZER, Márcia Rosália; EL DEBS, Martha (coord.). Registro civil das pessoas naturais: temas aprofundados. Salvador: Juspodivm, 2019.

TIZIANI, Marcelo Gonçalves. **Teoria geral do Registro Civil das Pessoas Naturais**. 1º edição. São Paulo: YK editora, 2017. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VITA, Carolina almeida. **As modificações tradicionais do nome e as formas inovadoras trazidas pela jurisprudência**. In: FERRO JÚNIOR, Izaías Gomes; SCHWARZER, Márcia Rosália; EL DEBS, Martha (coord.). Registro civil das pessoas naturais: temas aprofundados. Salvador: Juspodivm, 2019.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2011.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte geral do Código Civil: Lei nº 10406, de 10.01.2002**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1.



## Democracia brasileira, desafios e avanços: uma leitura na filosofia política de Aristóteles

Brazilian democracy, challenges and advances: a reading of Aristotle's political philosophy

Ricson Macedo dos Santos

macedoricson@gmail.com

Submetido em: 15/04/2023

Aprovado em: 15/04/2023

Publicado em: 16/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.521

### Resumo

O presente artigo possui como tema “Democracia brasileira, desafios e avanços: uma leitura na filosofia política de Aristóteles”. Têm-se como objetivo geral analisar: Analisar os avanços da democracia brasileira a luz da filosofia de Aristóteles. Tenciona-se ainda responder a seguinte problemática: De que forma a filosofia política aristotélica pode contribuir para uma análise sobre os desafios e avanços enfrentados da democracia brasileira? O referido tema foi escolhido pela sua importância no contexto atual da sociedade brasileira, além do fato de que a temática por si só, já denota uma notória justificativa para a iniciação da presente pesquisa. O método utilizado para a pesquisa foi o levantamento bibliográfico e análise de dados e informações colhidas na lei, doutrina, teorias, princípios, jurisprudência e demais estudos científicos atinentes ao tema, bem como o estudo de materiais disponíveis diversos materiais. Com o intuito, portanto, de reunir diversos posicionamentos acerca do tema.

**Palavras-chave:** Democracia. Avanços. Filosofia. Problemáticas. Aristóteles.

### Abstract

This article has as its theme “Brazilian democracy, challenges and advances: a reading in Aristotle's political philosophy”. The general objective is to analyze: To analyze the advances of Brazilian democracy in the light of Aristotle's philosophy. It is also intended to answer the following problem: How can Aristotelian political philosophy contribute to an analysis of the challenges and advances faced by Brazilian democracy? This theme was chosen for its importance in the current context of Brazilian society, in addition to the fact that the theme by itself already denotes a notorious justification for the initiation of this research. The method used for the research was the bibliographic survey and analysis of data and information collected in the law, doctrine, theories, principles, jurisprudence and other scientific studies related to the subject, as well as the study of available materials. With the aim, therefore, of bringing together different positions on the subject.

**Keywords:** Democracy. Advances. Philosophy. Problems. Aristotle.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como tema “Democracia brasileira, desafios e avanços: uma leitura na filosofia política de Aristóteles” que é uma temática de suma importância que será abordado em consonância no decorrer do presente trabalho na área de pesquisa da filosofia política com a subtemática da democracia e cidadania.

Têm-se como objetivo geral analisar a efetividade da ação das instituições legislativas brasileira sob a ótica filosófica de Aristóteles no desempenho de seu papel de entidade responsável pela avaliação, em alto nível, da democracia no Brasil. No que diz respeito aos objetivos específicos, tenciona-se: Descrever o processo histórico e políticos da democracia brasileira; Discutir os pontos cruciais da democracia no Brasil, na perspectiva filosófica da política aristotélica, apontando caminhos para sua sobrevivência.

1

Tenciona-se ainda responder a seguinte problemática: De que forma a filosofia política aristotélica pode contribuir para uma análise sobre os desafios e avanços enfrentados da democracia brasileira?

Justifica-se o presente tema pela sua importância no contexto atual da sociedade brasileira, além do fato de que a temática por si só, já denota uma notória justificativa para a iniciação da presente pesquisa. É de grande valia desenvolvê-la sob a ótica filosófica e ser um assunto de grande relevância para a sociedade brasileira. Este trabalho visa aprofundar teoricamente o assunto, objetivando enriquecer a presente temática e oportunizando futuras reflexões acerca temática proposta.

O público alvo é direcionado a população brasileira, tendo como base nas análises da filosofia política aristotélica



da qual o caráter comunitário da filosofia do mesmo resulta das diversas formas de análise da política que o filósofo apresenta, na articulação dos seguintes aspectos: a tese de que o ser humano é um animal político; o modo como esta é realizada na comunidade política, na qual o logos se manifesta como atividade discursiva compartilhada; o cultivo de determinadas virtudes ético-políticas presentes na convivência humana, sobretudo, hoje; a autossuficiência do cidadão e o seu vínculo com a autarquia da comunidade política.

É notório que a presente pesquisa trará benefício para a sociedade principalmente nestes tempos em que tanto se fala de riscos e ameaças à democracia, com o avanço às vezes real, às vezes imaginado de regimes hostis às liberdades democráticas, quanto mais ferramentas a sociedade tiver para olhar dentro de si mesma e descobrir, ali, as convicções que fortalecem ou que minam a democracia.

Se perguntarmos hoje para a população apenas alguns dos entrevistados afirmariam concordar totalmente que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Mas mesmo dentro deste grupo a compreensão a respeito da importância das liberdades democráticas, da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos é limitada.

Diante da afirmação “Quando há uma situação difícil, não importa que o governo passe por cima das leis do Congresso e das instituições com o objetivo de resolver os problemas”, menos da metade daquele grupo que inicialmente havia manifestado preferência irrestrita pela democracia disse discordar totalmente da frase os demais, portanto, tolerariam algum grau de relativização.

A boa notícia está no fato de a porcentagem daqueles que não admitem nenhum tipo de enfraquecimento da democracia subir para entre os entrevistados que já fizeram algum tipo de curso sobre o sistema político brasileiro, em mais uma demonstração de que o conhecimento ajuda a fortalecer a cultura democrática e Confiança mútua e conhecimento sobre o funcionamento das instituições e valores democráticos são estímulos para a participação do cidadão na vida de sua comunidade, tanto por meio do associativismo quanto da atuação política, pelo voto e pelo uso dos mecanismos que dão voz ao cidadão e a grupos organizados. A apatia, o individualismo e o déficit democrático servem apenas aos que pretendem governar para si mesmos, sem ser questionados um quadro que urge a reverter.

O método utilizado para a pesquisa foi o levantamento bibliográfico e análise de dados e informações colhidas na lei, doutrina, teorias, princípios, jurisprudência e demais estudos científicos atinentes ao tema, bem como o estudo de materiais disponíveis em livros, sítios virtuais, artigos científicos, dentre outras obras que tem por objetivo reunir diversos posicionamentos acerca do tema.

A pesquisa foi realizada com base nas palavras-chaves: “Democracia”. “Filosofia”, “Avanços”, “Problemáticas”, “Aristóteles”. Como primeiro passo, para recorte dos artigos em análise foram identificadas as bases em referência. O segundo passo exigiu a seleção das bases onde os estudos estariam publicados. No total alcançaram-se vários registros. Como terceiro passo, de acordo com as palavras-chave, foram feitos uma análise e um crivo de acordo com o tema, limitando-se as referências para compor o presente estudo, por conterem textos com experiências mais exitosas e por serem os que mais estão de acordo com o foco do presente trabalho.

Convém destacar que não é objetivo esgotar o tema, tampouco trazer um posicionamento definitivo, mas sim, em verdade, fomentar a pesquisa e o debate que podem contribuir e otimizar para chamar a atenção para a sociedade e profissionais da área, acerca da importância, e do quão significativo é a análise da democracia brasileira sob a perspectiva da filosofia de Aristóteles.

## 2 Marco Teórico

### 2.1 Breves conceitos acerca da democracia

#### 2.1.1 O revisitar dos conceitos de democracia

2 Inicialmente é válido destaca que para o autor Bonavides (2009, p.50) democracia é: “[...] aquela forma de exercício da função governativa em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões de governo, de tal sorte que o povo seja sempre o titular e o objeto [...]”. A doutrinadora Chauí (1983, p.15) aduz que “A democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua dos estabelecidos, a reinstalação permanente do social e do político.”

Destaca-se outra importante conceituação que é:

A democracia como forma de estado está em demarcação com a monarquia, aristocracia e ditadura. Talvez já ouviste uma vez a definição mais conhecida de democracia: “government of the people, by

the people, for the people” (governo do povo, pelo povo, para o povo – Abraham Lincoln). Traduzido de maneira simplista [sic] é possível dizer: O poder surge do povo, está a ser exercido pelo povo e no seu próprio interesse (BECKER; RAVELOSON, 2011, p.5).

Já Afonso da Silva aduz que a democracia é um conceito histórico e destaca que “uma das limitações consiste em definir democracia como governo, quando ela é muito mais do que isso: é um regime, é uma forma de vida é, principalmente, um processo” (SILVA, 2002, p.42) e salienta que a democracia “é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido direta ou indiretamente pelo povo e em proveito do povo” (SILVA, 2002, p.43).

A democracia tange em um regime onde a legitimidade do soberano para exercer o poder advém do povo. A Carta Magna de 1988 aduz em seu parágrafo único do artigo 1º que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” e no artigo 14 que a soberania é popular (BRASIL, 1988).

Segundo Putnam (2000, p.77), “(...) democracia concede aos cidadãos o direito de recorrer ao seu governo na esperança de alcançar algum objetivo particular ou social; além disso, requer uma concorrência leal entre as diferentes versões do interesse público”. Nos dizeres de Paulo Bonavides:

Variam, pois de maneira considerável as posições doutrinárias acerca do que legitimamente se há de entender por democracia. Afigura-se-nos, porém que substancial parte dessas dúvidas se dissipariam, se atentássemos na profunda e genial definição lincolniana de democracia: governo do povo, para o povo, pelo povo (BONAVIDES, 2002, p.167).

A conceituação de democracia não tange em algo perfeito, estático, ao contrário, “é algo dinâmico, em constante aperfeiçoamento, sendo válido dizer que nunca foi plenamente alcançado” (BASTOS, 1992, p.147). Uma vez que sua construção e aprimoramento advém de fatos históricos, como um “processo de continuidade transpessoal, irredutível a qualquer vinculação do processo político a determinadas pessoas.” (CANOTILHO, 2002, p.289).

## 2.2 Os avanços da democracia brasileira a luz da filosofia de Aristóteles

### 2.2.1 Democracia brasileira sob a ótica da filosofia de Aristóteles

Inicialmente é importante destacar que Aristóteles foi um filósofo da polis, além de ter sido um partidário da democracia, mas não é em face dele que os teóricos modernos apoiam-se de forma frequente. A democracia no tempo de Aristóteles não era uma nova ideia e nem mesmo uma utopia política, uma vez que era uma instituição antiga que já havia funcionado em Atenas com condições bastante satisfatória.

O julgamento de Aristóteles em face da democracia não é então prospectivo, mas retrospectivo, o que em primeira instância pode parecer muito negativo. Aristóteles certa desconfiança a respeito da palavra “democracia”, mas chega a ser menos severo que o filósofo Platão. No que diz respeito ao regime democrático Aristóteles diz que o governo é o elemento supremo em toda a cidade e o regime é, de fato, esse governo. Para ele, o povo é supremo do governo nas Constituições democráticas (ARISTÓTELES, 2002).

O filósofo grego Aristóteles aduz ainda que há três formas de governo distintas: monarquia, aristocracia e democracia, com foco nessa última espécie, esse teria o objetivo de observar e conservar os princípios de liberdade e igualdade entre os cidadãos. Segundo Aristóteles citado pelo doutrinador Gallo (2013, pp. 79 – 93):

Nós chamamos comumente de realza aquelas monarquias que objetivam o interesse geral, e aristocracia o governo de um pequeno grupo, e não de apenas uma pessoa, seja porque são os melhores no poder, seja porque governam com o objetivo de fazer o melhor pela cidade e seus membros; quando a massa governa a cidade tendo em vista o interesse geral, nós damos a esse governo o nome de politéia, que é comum a todas as constituições; (...) As derivações que correspondem às constituições enumeradas são a tirania, desvio da realza, a oligarquia, da aristocracia, e a democracia, da politéia. A tirania é uma monarquia que tem por finalidade atender os objetivos do monarca; a oligarquia os interesses dos ricos; a democracia, a demanda dos pobres; mas nenhum desses governos visa a servir o bem comum (GALLO, 2013, pp. 79 – 93).

Aristóteles defende a importância de o povo possuir o conhecimento das leis e as instituições das cidades, seja no auxílio do legislador, seja no apoio ao orador, sendo útil, para esse fim, os livros de viagens. Na democracia de Aristóteles ela deve ser soberana, mas possuindo duas limitações, onde a primeira não deve ir além dos órgãos de deliberação e julgamento, e a segunda limitação é o dever de agir de acordo em conformidade com as leis (CABRAL, 2018).

É importante destacar que uma democracia competente tange naquela onde “as práticas democráticas

estão disseminadas na sociedade, regendo não apenas relações dos cidadãos com o Estado, mas também o relacionamento público entre cidadãos” (HELLER; ISAAC, 2003, p. 604). Destaca-se ainda que a democracia não é perfeita, pois está sempre em constante aperfeiçoamento.

O filósofo Aristóteles em sua obra “Política” realiza a definição da democracia como sendo um governo de uma maioria que só pensa em si mesma, não visa o bem coletivo. Apesar de a democracia não ser concernente na forma de governo existente em todos os países, ela tange na preponderante no mundo. A democracia é um processo histórico e cultural, que se relaciona a vários fatores (DAHL, 2001).

De acordo com Aristóteles, a democracia não deveria ser classificada como sendo um governo onde a maioria domina, uma vez que mesmo em uma cidade as maiorias das pessoas fossem ricas e eles dominassem, ainda ia ser chamado de democracia, mesmo tendo uma maioria seria uma oligarquia, pois o poder estaria nas mãos, somente, dos ricos (WOLFF, 1999).

Para Aristóteles uma democracia seria mais bem definida enquanto um Estado que os homens livres governam. Com base nisso, Aristóteles ainda evidencia que as práticas políticas democráticas que são baseadas em assembleias e decisões por deliberação são perfeitamente razoáveis.

Nos livros VII e VIII, os livros finais da Política, o supracitado filósofo aduz que melhor regime é aquele em que muitos governam ou aquele em que uns poucos governam e com isso se deve, dar preferência à democracia. Aristóteles realiza a divisão da democracia em cinco espécies. Onde a primeira tange na que se determina, sobretudo em função de igualdade. “A segunda espécie de democracia tange naquela em que as magistraturas são exercidas em função do montante tributário”. “A terceira espécie é concernente em elevar às magistraturas todos os cidadãos considerados irrepreensíveis, mas sempre sob o poder supremo da lei”. “A quarta espécie é a que faculta o acesso de todos às magistraturas, com a única condição de serem cidadãos, e sempre sob a supremacia da lei”. “A quinta espécie de democracia é aquela em que todas as características das espécies anteriores se mantêm, salvo num aspecto: a supremacia é do povo e não da lei” (REGINALDO, 2004, p.4).

Aristóteles aduz que, no regime democrático o povo deve submeter-se às leis e não aos decretos, e dessa forma não é aceitável que uma ordenação políticas seja regulada por meio de decretos, uma vez que se for assim, jamais a democracia poderia ser identificada, dado que nenhum decreto possui caráter universal (REGINALDO, 2004). Ainda aduz que:

Esta situação surge devido à influência dos demagogos; não ocorre nas cidades governadas democraticamente segundo a lei, nas quais os melhores cidadãos – que se distinguem pela riqueza, pela nobreza de nascimento, pela virtude, pela educação, e outras características determinadas por critérios análogos – detêm um afetivo destaque. Pelo contrário, os demagogos surgem nas cidades em que a lei não é suprema. Aí, com efeito, o povo torna-se monarca, ou seja, um todo composto, ainda que formado de muitas partes (ARISTÓTELES, 2002, p. 1292).

Dessa forma ainda destaca-se que não poderá haver regime constitucional onde a lei não possui a autoridade. Por esse motivo que o filósofo Aristóteles considera a democracia como sendo um desvio do regime constitucional. Aristóteles ainda transparece que o exercício da cidadania é um dos pontos fortes da democracia (ARISTÓTELES, 1998).

Ao contrário do que aduz as disposições tirânicas, faz parte do próprio do espírito democrático o procedimento, onde todos possam participar e decidir sobre as questões que se refere à comunidade. Então, Aristóteles compreende que, há vários modos de procedimentos tais como funções deliberativas, executivas e judiciais, para que o espírito da democracia seja alcançado (ARISTÓTELES, 1998).

Nesse interim, Aristóteles aduz que:

Um primeiro modo seria o de todos desempenharem a função deliberativa de forma alternada, e não todos em conjunto. (...); apenas se convocaria o plenário da cidade se estivesse em causa a promulgação de leis e assuntos relativos ao próprio regime, ou então para tomar conhecimento dos decretos dos magistrados (...) (ARISTÓTELES, Política, 1998, p. 327).

Aristóteles ainda preleciona que

(...) No segundo modo seria o de todos os cidadãos deliberarem em conjunto, reunindo-se apenas para a eleição dos magistrados e para legislar sobre assuntos que configurassem declarações de guerra e paz e fiscalizações em contas públicas, remetendo as restantes decisões à consideração dos magistrados competentes, eleitos, ou entre todos os cidadãos, ou escolhidos por sorteios (...) (ARISTÓTELES, Política, 1998, p. 327).

E por fim, Aristóteles aborda sobre um terceiro modo que tange em:

(...) Um terceiro modo seria o de todos os cidadãos se reunirem para a eleição de magistrados e fiscalização das contas públicas, como ainda para tomas decisões relativas à declaração de guerra e paz ou

aliança, reservando tanto quanto possível os restantes assuntos para as magistraturas eleitas sempre que for possível, isto é, para as magistraturas que requerem necessariamente conhecimentos específicos. Uma quarta forma seria a de todos os cidadãos se reunirem para deliberar sobre os assuntos relativos à cidade, não tendo os magistrados qualquer competência decisória, mas apenas consultiva. De resto, é precisamente este o modo que vigora hoje na última forma de democracia, e que tivemos oportunidade de referir como análoga à oligarquia autoritária e à monarquia tirânica (...). (ARISTÓTELES, Política, 1998:327).

Dessa forma, somente há democracia “sempre que as magistraturas forem dominadas por uma maioria de cidadãos livres e pobres”. (Aristóteles, 1998, p. 1290). O supracitado ainda aduz que reside na liberdade, o fundamento do princípio e do fim de toda a democracia, além do mais para ele um dos atributos da liberdade é governar e ser governado em alternância. A justiça surge como sendo um dos atributos do espírito democrático, a massa popular seria concernente no elemento supremo, quanto ao ato de decidir em consonância com maioria sendo esse fim e o critério da justiça na democracia. O filósofo ainda aduz que como no regime democrático os pobres são em maioria dos ricos, a opinião da maioria deve prevalecer (ARISTÓTELES, 1998).

Para Aristóteles o critério de justiça é uma regra determinante para o regime democrático, ainda entende o supracitado filósofo que partidários da democracia visam como princípio de liberdade não só a busca da igualdade no feitiço da justiça, mas, o fato de cada viver como quiser de acordo com a sua vontade. Levando em consideração essas questões, o filósofo ainda aduz que no regime democrático ou o povo é governado por ninguém ou será governado por alternância (ARISTÓTELES, 1998).

Nessa perspectiva:

A democracia garante a seus cidadãos uma liberdade pessoal mais ampla do que qualquer alternativa viável a ela. Além de todos os direitos, liberdades e oportunidades rigorosamente necessários para um governo ser democrático, os cidadãos numa democracia, com certeza, gozam de uma série de liberdades ainda mais extensa. [...] A democracia tem um lugar decisivo - mas não é o único bem. Como os outros direitos essenciais para um processo democrático, a livre expressão tem seu próprio valor, por contribuir para a autonomia moral, para o julgamento moral e para uma vida boa. (DAHL, 2011, p.64).

Em face disso, Aristóteles realiza a classificação de cidadão como sendo àquela pessoa que governa e é governado, onde o melhor cidadão se torna na pessoa que é capaz de realizar a escolha deliberada de governar e ser governado objetivando ter uma vida virtuosa (ARISTÓTELES, 1998). Como princípios da democracia, Aristóteles preleciona os seguintes procedimentos:

Eleger todas as magistraturas de entre todos os cidadãos ; governar todos a cada um e cada um a todos, em alternância; sortear as magistraturas ou na totalidade, ou então só as que não exijam experiência ou habilitação; não estipular qualquer nível de riqueza para se aceder às magistraturas, ou então estipular um limiar muito baixo; impedir que o mesmo cidadão exerça duas vezes a mesma magistratura, a não ser em raras circunstâncias e apenas naquelas escassas magistraturas que não se relacionam com a guerra (ARISTÓTELES, Política, VI, 1317b 15-40).

Aristóteles ainda destaca que:

(...) reduzir ao mínimo o período de vigência de todas as magistraturas, ou então, do maior número possível delas; atribuir administração da justiça a todos os cidadãos escolhidos de entre todos, discernindo as questões em litígio ou a maioria delas, e entre essas as mais importantes e decisivas, como sejam, por exemplo, as relacionadas com a fiscalização de contas públicas, com a constituição, e com o contrato do foro privado; depor a supremacia das decisões nas mãos da assembleia no tocante a todos os assuntos, ou aos mais importantes, não atribuindo qualquer poder às magistraturas ou apenas para assuntos de pouca monta; de entre as magistraturas o conselho é de fato a mais democrática: mas será assim onde não houver abundância de riqueza que permita remunerar todos os cidadãos, tal magistratura perde toda a sua força, posto que o povo, quando aufere bons salários, acaba por chamar a si mesmo todas as decisões (...) (ARISTÓTELES, Política, VI, 1317b 15-40).

E por fim, o supracitado ainda destaca que:

(...) é ainda de caráter democrático remunerar de modo especial todas as magistraturas, incluindo os membros das assembleias e o corpo dos juizes, ou, pelo menos, remunerar os magistrados, os tribunais, os membros do conselho e as assembleias de caráter deliberativo, ou aquelas magistraturas não é exigida a refeição em comum. (ARISTÓTELES, Política, VI, 1317b 15-40).

Aristóteles ainda preleciona que para que haja a preservação da índole do sistema democrático, faz-se necessário que muitos cidadãos exerçam cargos na administração pública temporariamente, para que dessa forma todos consigam desempenhar cargos governamentais. A força primordial para a realização da democracia tange nos hábitos dos cidadãos educados, onde Aristóteles considera a educação e a habitualidade, forças de fundamental importância para haver o equilíbrio do regime democrático (ARISTÓTELES, 1998).



Aristóteles ainda assevera que a democracia se alicerça em duas bases, que tange no poder supremo da maioria e ainda na liberdade, uma vez que a justiça é concernente no princípio da igualdade fundada com base na opinião da maioria das pessoas, pois dessa forma a opinião deve ser suprema, e com isso o justo tange na opinião da maioria (ARISTÓTELES, 1998).

Aristóteles, dessa forma faz a classificação do verdadeiro democrata, que é concernente naquele que está sempre preocupado com a massa popular, para que a supracitada não venha a viver em penúria excessiva, uma vez que isso é concernente em um das perversões da democracia (ARISTÓTELES, 1998). Ainda para o filósofo não existe apenas um tipo de democracia, a supracitada é talhada, mas que é um regime que é possível de ser adotado, apesar de estar longe de ser a melhor ordem para uma dada sociedade (ARISTÓTELES, 1998).

## 2.3 O processo histórico e políticos da democracia brasileira

### 2.3.1 O percurso da democracia brasileira

Inicialmente é importante destacar que o exercício da democracia não se limita apenas ao período das eleições. Dessa forma aduz o art. 1º, parágrafo único, da CRFB/1988, que todo o poder emana do povo que deve ser exercido por meio de representantes ou de forma direta, visando dessa forma a manutenção da ordem democrática.

Com base nisso, é válido aduzir que a interpretação histórica da democracia é concernente em uma tarefa intelectual que revive em vários contextos sociais, como bem aduz o doutrinador Bonavides (2010, p. 286): “verificar-se-á que as formas históricas referentes à prática do sistema democrático tropeçam por vezes em dificuldades”. Por tal motivo, no presente tópico foi apresentado o processo histórico e políticos da democracia brasileira.

De início, faz-se necessária abordar o estudo por meio da democracia na antiguidade, de forma específica na democracia ateniense que “Atenas não surgiu democrática e nem com concepção de cidadania que permitia a participação cívica de forma direta”. (VIEIRA, 2013, p. 46).

Dessa forma, houve os primeiros efeitos de vários conflitos sociais, que eram destinados à formação dos princípios imediatos advindos de uma nova forma de governo. Além do mais algumas classes sociais estavam descontentes com as oligarquias, o que ocasionou que Drácon e Sólon, respectivamente meados de 620 e 594 a.C, viessem a redigir as leis para que elas se tornassem conhecidas por todos (FUNARI, 2002, p.33).

O autor Vieira (2013), analisando a codificação de Dracón, evidencia a importância da supracitada medida que realizou a restrição do poder da interpretação das leis realizadas pelo Aerópagos, e nessa transformação, “insere a concepção de uma lei universal e pública e, ao limitar o alcance da ação dos anciãos da nobreza, lança bases para o surgimento da democracia” (Vieira, 2013, p. 47).

Realizando uma análise dessa importante marcha histórica, o autor Bonavides (2010) aduz que foi na Grécia, em Atenas, que houve o surgimento da democracia direta, uma vez que o povo ficava reunido na “Ágora” para realizar a discussão do exercício do poder político.

A democracia ateniense era direta: todos os cidadãos podiam participar da assembleia do povo (Eclésia), que tomava as decisões relativas aos assuntos políticos, em praça pública. Entretanto, é bom deixar bem claro que o regime democrático ateniense tinha os seus limites. Em Atenas, eram cidadãos apenas os homens adultos (com mais de 18 anos de idade) nascidos de pai e mãe atenienses. Apenas pessoas com esses atributos podiam participar do governo democrático ateniense, o regime político do “povo soberano” (FUNARI, 2002, p.33).

Destaca-se que nem todas as pessoas eram consideradas como sendo cidadãos, dessa forma não era direito de todas as pessoas a participação da vontade política, o que evidencia uma grande contradição, uma vez que “o direito de participação no ato criador da vontade política, era privilégio de ínfima minoria de homens apoiados sobre esmagadora maioria de homens escravos” (BONAVIDES, 2010, p. 288).

6

Dessa forma, a democracia “era o pior de todos os regimes de governo da cidade-estado, sendo melhor o governo de um só ou de poucos” (VIEIRA, 2013, p. 52). De forma diferente, Aristóteles (384 a 322 a.C.), realizando a análise dos modelos reais da cidade-estado, aduziu que “o homem, por natureza, é um animal político”. (ARISTÓTELES, 2007, p. 56).

Aristóteles (2007), ainda teceu as seguintes análises acerca de “quantas e quais são as formas de governo”. Para o supracitado, são três as formas de governos que podem ser más ou boas, como elucidada:

[...] as formas corretas de constituição são aquelas nas quais uma única pessoa, umas poucas pessoas ou muitas pessoas governam visando ao interesse comum; enquanto os governos que tem têm em vista o interesse privado, seja de um, seja de uns poucos, seja de muitos, são desvios de constituição corretas,

pois os membros da Cidade, se eles são verdadeiramente cidadãos, devem participar da vontade comum. (ARISTÓTELES, 2007, p. 124)

Com base nisso, Aristóteles (2007, p. 124) ainda destaca que para que a monarquia venha a ser boa, não pode haver a degeneração em “tirania”, onde o único soberano governa voltado para o proveito próprio, e que a aristocracia não pode vir a se transformar em “oligarquia”, resultando dessa forma em governo de uns voltados para seus interesses, além do mais o governo constitucional não pode ser desvirtuar em democracia, onde o governo tem como interesse apenas na massa, uma vez que se deve atender ao interesse da sociedade de uma forma geral (ARISTÓTELES, 2007).

No que diz respeito ao processo histórico e políticos da democracia brasileira, entre o período de 1500 até 1930, no Brasil havia a forma de governo o patrimonialismo que a princípio realizou a imposição de 430 anos de um modelo de administração, onde tal modelo que foi vivido por vários anos é descrito da seguinte forma:

Assim, no período que vai do descobrimento até a revolução de 1930 [...] o Estado assumiu, nesse período, características inerentes ao conceito de patrimonialismo, institucionalizando-se um tipo de dominação tradicional definido pelos quadros administrativos estatais, pelo mando dos fazendeiros, dos senhores de engenho e dos coronéis (JUNQUILHO, 2010, p.94).

Destaca-se que o referido modelo de governo foi substituído a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, para um modelo burocrático na administração, que tinha como objetivo a criação de uma linha de divisão na administração patrimonialista, visando ainda o seu rompimento por meio de práticas administrativas que estivessem alinhadas com as características do modelo Burocrático Weberiano (JUNQUILHO, 2010).

[...] foi a partir de 1930 que o Estado no Brasil assume seu papel intervencionista na economia como indutor de seu crescimento de base industrial [...] É a era conhecida como a que marcou a modernização do Estado brasileiro em oposição à era patrimonial. Moderno no sentido de que passou a adotar princípios baseados na racionalidade legal, configurando o que se pode, enfim, chamar de Administração Pública Burocrática. (JUNQUILHO, 2010, p.119).

Fato esse que encontrou empecilhos no ano de 1995, onde a Administração Burocrática cedeu seu lugar para o Paradigma Gerencial que foi implantado pelo r Fernando Henrique Cardoso (FHC) (JUNQUILHO, 2010).

[...] Envolvido em graves escândalos de corrupção, Fernando Collor de Mello foi afastado por impeachment da presidência em 1992, assumindo a presidência o seu Vice-presidente Itamar Franco, que nomeia, em 1993, Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Inicia, então, um processo de estabilização econômica a ser efetivado após a entrada em cena do Plano Real, a partir de 1994. Dado o sucesso desse plano, Fernando Henrique Cardoso (FHC) conquista a eleição para presidente do Brasil naquele mesmo ano, vindo a tomar posse em 1995 [...] FHC implantou a Administração Pública Gerencial [...] (JUNQUILHO, 2010, p.136).

Onde esse modelo objetivava uma gestão de forma mais eficiente, que era voltada para os resultados e ainda para o cidadão/cliente (JUNQUILHO, 2010). Os modelos burocrático e gerencial visaram tentar realizar a eliminação da prática patrimonialista que se inseriu nos séculos e até mesmo nos dias atuais. De acordo com a ex-presidente Dilma Rousseff, “Nós estamos purgando hoje males que carregamos há séculos [...] O sistema patrimonialista de poder que transformou o privado no mecanismo de controle do público nos deixou uma herança nefasta”. (ROUSSEFF, O GLOBO, 2015).

Em relação ao nascimento da democracia, foi introduzido no Brasil a “República Velha (1889 – 1930) Também conhecida como República das Oligarquias [...] que se mantinham no poder de forma alternada”: a política do café com leite [...] (BRASIL, HISTÓRIA DO BRASIL, 2009). O supracitado período trouxe em seu bojo os coronéis e com eles o voto de cabresto, que era concernente em troca de favores com as pessoas menos favorecidas em troca de seus votos, e com isso os corruptos e corruptores cada vez mais mantinham a nefasta corrupção com o patrimonialismo (FAUSTO, 2015).

A democracia dessa forma advém com práticas administrativas voltadas para si, com planejamento criteriosamente patrimonialista. No ano de 1930 Getúlio Vargas na presidência tinha o objetivo de realizar a mudança de Administração Pública, realizando dessa forma a introdução da Tipologia Burocrática (1930-1945), visando de essa forma realizar o rompimento do patrimonialismo ainda vigente. O supracitado presidente fez uso do Modelo Burocrático de Weber que possuía características tais como racionalidade, impessoalidade, formalidade e legalidade, divisão de tarefas, hierarquias, rotinas, fazendo ainda dessa forma a separação do público e privado (VIEIRA, 2010).

No ano de 1938 foi criado o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), visando

o rompimento das práticas patrimonialistas, onde essa criação foi um divisor de águas marcante entre o patrimonialismo e a criação da burocracia weberiana.

Em linhas gerais a tarefa do DASP [...] era promover a montagem de uma máquina administrativa nos moldes do modelo weberiano, com afirmação dos princípios do mérito, da centralização, da separação, das regras rígidas e universalmente validas, da atuação especializada [...] O ambiente cultural encontrado pela reforma modernizadora pretendida com a criação do Dasp foi o mais adverso possível, corroído e dominado por práticas patrimonialistas amplamente arraigadas [...] (TORRES, 2014b, p. 147).

Evidencia-se que a criação da DASP não fora suficiente para conseguir romper com o modelo que foi trazido pelo rei, e dessa forma aduz Bresser Pereira (1999, p.26). “[...] Vargas faz uso principalmente do corporativismo através do qual organiza as relações do Estado com a sociedade e do clientelismo, que lhe permite manter as velhas oligarquias políticas sob controle [...]”, o que evidencia que a relação do Estado com a sociedade não fora democrática e sim de forma ditatorial. Foi imposta uma ditadura no Brasil que trouxe em seu bojo, coação abusiva, violência, exílio, e trauma da sociedade em participar da política e democracia.

O regime militar, instaurado no Brasil no ano de 1964 - 1965 trouxe consequências políticas, sociais, econômicas e comportamentais complexas à população. Neste período retirou-se absurdamente a voz e vez da população, através da manipulação de informações, torturas, repressões. Fica claro a crueldade que a sociedade brasileira por meio das ações militaristas se submeteu. Reflexos enraizados em nosso cotidiano, como a submissão, falta de participação política, crítica pessoal e ainda o atraso intelectual que a maioria da população possui. (FERRARE et al, 2009 p. 11).

No ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal de 1988 devolvendo assim a sociedade seus direitos, tais como direito à liberdade de expressão, e com isso realizando o estabelecimento dos limites políticos, direitos e deveres aos cidadãos e ao Estado. Com o advento da Constituição Federal em 1988 (CF/88) o Brasil passou a viver um processo de redemocratização, que trouxe em seu bojo a promessa para os brasileiros da sua cidadania que antes estava obscurecida por golpes antidemocráticos e com isso aduz o doutrinador Moises e Meneguello. (2013, p.53) da seguinte forma: “as principais promessas da democracia – como liberdade política, igualdade dos cidadãos perante a lei, seus direitos individuais e coletivos, e a obrigação dos governantes de prestarem conta à sociedade de suas ações”.

O processo histórico da democracia brasileira é marcado pelo formalismo em detrimento da prática. Segundo Faoro (2001, p. 86), “a lógica das leis e das decisões estava longe da impessoalidade e da igualdade dos valores, senão que sofria ao arbítrio do príncipe, que alterava o regime jurídico de acordo com sua conveniência, sem se prender às resistências dos interessados”.

Dessa forma, cabe auferir que a democracia uma forma de governo que traz em si direito e deveres ao Estado e a sociedade, para que a supracitada possa viver legitimamente, harmoniosamente, participativa, com liberdade e segurança. Os autores ainda destacam que a democracia requer certo grau de qualidade para que possa atender as demandas da sociedade (MOISES; MENEGUELLO, 2013).

## 2.4 Caminhos para a sobrevivência da democracia brasileira

### 2.4.1 Democracia que ainda não se construiu

No decorrer das décadas a democracia no Brasil vem sofrendo duros golpes que realizaram o seu enfraquecimento. Como forte exemplo o governo de Getúlio Vargas que impôs uma trava na democracia e com isso realizou o desvio da conturbada democracia da época e realizou a implantação da ditadura (PINHO, 2010).

Constituição de 1934 representou uma enorme conquista: pela primeira vez, tornavam-se eleitoras e elegíveis. Mas a Constituição durou pouco. Três anos depois, antes mesmo que a primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse, Getúlio Vargas deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo. Assim, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça. Francisco Campos. A nova Carta incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália. Com o Congresso Nacional fechado e com a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas pôde conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal. (BRAGA, FGV, 2012).

Evidencia-se ainda que muitos particulares por necessidade fazem a manipulação do Estado Democrático de Direito, o desqualificando e ainda cortando as suas raízes afetando dessa forma a Constituição e desrespeitando a democracia. A democracia como sendo uma forma de governo, onde o povo em sua maioria exerce o poder respeitando aos direitos civis, sociais e políticos e realizando o estabelecimento de direitos e



deveres ao Estado e a própria sociedade (QUEIROZ, 2009), e com isso:

Por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como monarquia e oligarquias (BOBBIO, 2000, p. 07).

Destaca-se que a democracia formal está prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 que trata acerca da dignidade da pessoa humana, que dessa forma corrobora para a fundamentação do Estado Democrático de Direito, onde o supracitado deve ser respeitado e exercido pelos atores sociais (BERCOVICI, 2005).

Nos dias correntes, a palavra democracia domina com tal força a linguagem política deste século, que raro o governo, a sociedade ou o Estado que se não proclamem democráticos. No entanto, se buscarmos debaixo desse termo o seu real significado, arriscamo-nos à mesma decepção angustiante que varou o coração de Bruto, quando o romano percebeu, no desengano das paixões republicanas, quanto valia a virtude. Mas a democracia, que não é mais que um nome também debaixo dos abusos que a infamaram, nem por isso deixou de ser a potente força condutora dos destinos da sociedade contemporânea, não importa a significação que se lhe empreste. De tal ordem ainda o seu prestígio, que constitui pesado insulto, verdadeiro agravo, injúria talvez, dizer a um governo que seu procedimento se aparta das regras democráticas do poder. Nada impede, porém, o manifesto desespero e perplexidade com que os publicistas se interrogam acerca do que seja a democracia (BONAVIDES, 1994, p. 345).

A democracia e a educação são aliadas e consideradas irmãs como bem destaca Aristóteles. A democracia brasileira precisa de muitos avanços, uma vez que a supracitada no âmbito brasileiro é tida como “em transição” devido aos seus fatores existentes (GOYARD-FABRE, 2003). Dessa forma cabe enfatizar a importância da Democracia Participativa:

A democracia participativa baseia-se na participação dos cidadãos nas tomadas de decisão política. Essa participação cidadã corresponde a um processo contínuo de consciência política propositiva pelo cidadão que vai adquirindo maior protagonismo na vida política do país. É um processo de empoderamento do cidadão que passa a ter consciência de seu papel social e se conscientiza de que é o verdadeiro detentor do poder soberano, pois a participação passa por uma releitura e rearticulação da fronteira entre o público e o privado, tendo o indivíduo como titular de poder soberano e agente e titular dos caminhos e recursos para utilizá-lo (BARBOSA, 2015, p. 34).

Segundo o autor Barbosa (2015), a consulta dos cidadãos são instrumentos de crucial importância para o exercício da democracia, e principalmente a influência destes na tomada de decisões do Estado, como corrobora aduzindo o doutrinador Afonso da Silva que:

A democracia, em verdade, repousa sobre dois princípios fundamentais ou primários, que lhe dão a essência conceitual: (a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo; (b) a participação, direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular (AFONSO DA SILVA, 2003, p.126).

Com efeito, o Brasil na atualidade encontra-se em crise, uma vez que frequentemente os parlamentares atuam em desconformidade com a opinião pública, que é tão evidenciada por Aristóteles como sendo soberana, onde tais ações dos supracitados que negam a opinião pública bem como aos princípios democráticos, devem ser consideradas ilegítimas e deveriam ser repudiadas (ZVIRBLIS, 2006).

Mas ocorre que a democracia representativa pura não é suficiente para atender todos os anseios dos cidadãos, levando em consideração que grande parte dos representantes que são escolhidos pela população, após serem eleitos esquecem que seus mandatos constituem um múnus exclusivamente público, o que pode-se vislumbrar que o atual sistema representativo brasileiro possui fragilidades, dessa forma torna-se inviável a própria existência da democracia, e dessa forma sem cidadania, que compõe o princípio intrínseco do próprio Estado Democrático, a democracia fica ameaçada (ZVIRBLIS, 2006).

Com base nisso, tal fato corrobora o que evidencia a definição de democracia como forma de governo trazida por Aristóteles é concernente por meio de duas formas negativas, onde o supracitado ressalta que a forma para ser boa deverá ser conduzida por uma maioria de classe média, onde a função será de realizar o controle das diferenças entre classe rica e classe pobre, dessa forma seria possível obter um sistema democrático de pleno equilíbrio, onde seria difícil de ocorrer revoluções (LEVITSKY, 2018).

De acordo com Robert Dahl (2001) “a democracia é a melhor forma de governar um Estado do que qualquer outra opção que não seja democrática”, além do fato de que a democracia se tornou valor universal no contexto das sociedades contemporâneas, que o Brasil vivencia experiências razoáveis em relação aos aspectos normativos da Democracia.





Para a democracia avançar é necessário que o Estado com a sociedade tenha uma comunicação forte acerca das demandas sociais e ainda suas insatisfações, e com isso a sociedade possa exercer de forma efetiva a democracia. A ampliação da democracia requer esforço diário e constante do Governo e dos cidadãos, onde este pode ser alcançado por meio da vontade política e ainda através de um profundo conhecimento acerca da sua significação, o que pode trazer em prol da sociedade a ampliação de forma real de seus direitos sem que o Estado com as instituições públicas possam impor repressão e corrupção (DUARTE NETO, 2005).

## Considerações finais

No decorrer do presente artigo foi possível analisar a efetividade da ação das instituições legislativas brasileira sob a ótica filosófica de Aristóteles no desempenho de seu papel de entidade responsável pela avaliação, em alto nível, da democracia no Brasil. Ainda foi possível descrever o processo histórico e políticos da democracia brasileira; Discutir os pontos cruciais da democracia no Brasil, na perspectiva filosófica da política aristotélica, apontando caminhos para sua sobrevivência.

Pode-se auferir que o filósofo Aristóteles realizou o estudo de muitas Constituições gregas e bárbaras, visando realizar o estabelecimento de um quadro sistemático de um governo democrático com ênfase em uma base histórica e institucional. Trazendo uma melhor definição sobre o regime democrático, o supracitado filósofo aduz que o governo tange no elemento supremo em toda a cidade e o regime é esse governo.

Dessa forma para Aristóteles, nas constituições democráticas o povo é supremo do governo e do regime, pelo simples fato de que o povo é formador da grande massa dos cidadãos, constituindo dessa forma uma multidão, onde a sua decisão será sempre a da maioria, fazendo dessa forma ela suprema. Aristóteles ainda elucida que o exercício da cidadania é um concernente em um dos pontos fortes da democracia, uma vez que apenas haverá democracia sempre que as magistraturas forem dominadas por meio de uma maioria de cidadãos livres e pobres.

Destacou-se ainda que é residente na liberdade o fundamento do princípio e do fim de toda a democracia, além do fato de que a justiça é um dos atributos da democracia. O filósofo ainda aduz que não existe apenas um tipo de democracia, uma vez que ela é talhada devido a além dos números, entram elementos disparees como o nascimento, a fortuna, o mérito, a profissão, os grupos sociais, e as classes de ricos e pobres, e com isso a democracia se reveste de figuras diferentes. Convém destacar que não é objetivo esgotar o tema, tampouco trazer um posicionamento definitivo, mas sim, em verdade, fomentar a pesquisa e o debate que podem contribuir e otimizar para chamar a atenção para a sociedade e profissionais da área, acerca da importância, e do quão significativo é a análise da democracia brasileira sob a perspectiva da filosofia de Aristóteles.

## Referências

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de direito constitucional positivo**. 22<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2003, pp. 126 e 131.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. Trad. de Therezinha M. Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 2002 (Coleção Os Pensadores).

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. de e notas Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **Política**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução, introdução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. Apêndice com a tradução de Plutarco. “Da monarquia, democracia e oligarquia”. São Paulo: Edipro, 2018.

10

BABBITT, Irving. **Democracia & Liderança**. Trad. de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Topbooks Editores, 2003.

BARBOSA, Maria Lúcia. **Democracia direta e participativa**: um diálogo entre a democracia no Brasil e o novo constitucionalismo latino americano. – Recife: O Autor, 2015.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14<sup>a</sup> ed., São Paulo: Saraiva, 1992, p. 147



BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé A. **O que é Democracia?** Luanda: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **O impasse da democracia representativa.** In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno. *Direito Constitucional Contemporâneo.* Belo Horizonte. Del Rey. 2005.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versine. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Noberto. **A Teoria das Formas de Governo.** Trad. de Sérgio Bath. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 10ª edição. São Paulo: Editora Malheiros. 1994.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política.** 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política.** 17 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRAGA, S. **Estado Novo.** FGV CPDOC. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **História do Brasil.** Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>> acesso em: 27 Março. 2022.

BRESSER PEREIRA; L. **Reflexões sobre a reforma gerencial de 1995.** Revista do Serviço Público. 1995.

CABRAL, João Francisco Pereira. **“Os Regimes políticos e as Formas de governo segundo Aristóteles”** 2018.  
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 5ª ed., Coimbra: Almedina, 2002, p. 289.

CHAUÍ, Marilena de Souza. In: LEFORT, Claude. **A invenção democrática:** os limites da dominação totalitária. Tradução de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UNB. 2011.

DUARTE NETO, José. **A iniciativa popular na constituição federal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FABRE-GOYARD, Simone. **O que é democracia?** Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil - República Velha (Parte 3).** 2015.

FREIRE, Silene de Moraes. **Estado, democracia e questão social no Brasil.** In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org.). *Política social e democracia.* Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** São Paulo: Contexto, 2002.

GALLO, Rodrigo Fernando. **A teoria das formas de governo na Antiguidade.** RÓNAI: REVISTA DE ESTUDOS CLÁSSICOS E TRADUTÓRIOS. Juiz de fora. 2013 V.1.N.2 pp. 79 - 93.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELLER, P.; ISAAC, T. M. T. **O perfil político e institucional da democracia participativa.** In: SANTOS,



Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343 – 372.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da Administração Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOISES, J. A. e MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e os Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da Constituição e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PUTNAM, R. D. (2000). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Editora FGV.

QUEIROZ, Cristina. . **Direito constitucional: as instituições do estado democrático e constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, globalização e democracia**. Democracia, Estratégia e Política/ Projeto Raúl Prebisch. Brasília, n. 6, p. 132-179, abr./jun. 2007.

REGINALDO, Sídney Guerra. **Democracia em Aristóteles**. Revista Opinião Jurídica n. 4 - 2004.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROUSSEFF, D. **Governo lança pacote de combate à corrupção**. O Globo. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/brasil/governo-lanca-pacote-de-combatecorrupcao-15629174>> acesso em: 27 Março. 2022.

SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular**. São Paulo: Malheiros, 2002.

TORRES, M.D.F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2004.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Partidos políticos brasileiros: das origens ao princípio da autonomia político-partidária**. Criciúma, SC: Ed. UNESCO, 2010.

VIERA, Reginaldo de Souza. **A cidadania na república participativa: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde**. Florianópolis. 2013.

WEFFORT, Francisco C. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, 154p. ISBN: 8586590118.

ZVIRBLIS, Alberto Antonio. **Democracia Participativa e opinião pública: cidadania e desobediência civil**. São Paulo: RCS Editora, 2006.



## O Direito ao tratamento de crianças com síndromes epilépticas refratárias: desafios e oportunidades no acesso ao Canabidiol

The right to treatment of children with refractory epileptic syndromes: challenges and opportunities in Cannabidiol accessing

Solrac Gigante Ferraz <sup>1</sup>  
Rodrigo Santos Meira <sup>2</sup>

Submetido em: 16/04/2023

Aprovado em: 16/04/2023

Publicado em: 17/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.524

### RESUMO

A utilização do canabidiol em crianças com síndromes epilépticas refratárias é um tema que tem gerado debates acalorados na comunidade médica e jurídica. Embora o canabidiol seja uma substância encontrada na planta da maconha, seu uso para fins medicinais têm sido estudado e aprovado em diversos países, inclusive no Brasil. Entretanto, apesar de sua eficácia comprovada no tratamento de algumas doenças, o acesso a esse tratamento ainda é um desafio para muitas famílias, que enfrentam barreiras burocráticas e legais para conseguir a medicação. Diante disso, questiona-se qual o impacto das barreiras burocráticas e legais na utilização do canabidiol em crianças com síndromes epilépticas refratárias, e como garantir o direito de acesso a esse tratamento de forma segura e eficaz. A hipótese primária é que a utilização do canabidiol em crianças com síndromes epilépticas refratárias é eficaz e pode proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida desses pacientes. O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios e oportunidades no acesso ao tratamento com canabidiol em crianças com síndromes epilépticas refratárias. Percebeu-se que as barreiras burocráticas e legais na utilização do canabidiol em crianças com síndromes epilépticas refratárias têm um impacto significativo, dificultando o acesso a esse tratamento. Isso pode resultar em atrasos no início do tratamento, privação dos benefícios terapêuticos do canabidiol e aumento do sofrimento dessas crianças e suas famílias. Além disso, é fundamental promover a conscientização e o treinamento dos profissionais de saúde sobre os benefícios e riscos do canabidiol, para que possam tomar decisões informadas e embasadas na prescrição desse tratamento.

**Palavras-chave:** canabidiol; síndromes epilépticas refratárias; acesso ao tratamento.

### ABSTRACT

The use of cannabidiol in children with refractory epileptic syndromes is a subject that has generated heated debates in the medical and legal community. Although cannabidiol is a substance found in the marijuana plant, its use for medicinal purposes has been studied and approved in several countries, including Brazil. However, despite its proven effectiveness in treating some diseases, access to this treatment is still a challenge for many families, who face bureaucratic and legal barriers to obtaining medication. Given this, the question is what is the impact of bureaucratic and legal barriers on the use of cannabidiol in children with refractory epileptic syndromes, and how to guarantee the right of access to this treatment in a safe and effective way? The primary hypothesis is that the use of cannabidiol in children with refractory epileptic syndromes is effective and can provide a significant improvement in the quality of life of these patients. The general objective of this article is to analyze the challenges and opportunities in the right of access to cannabidiol treatment in children with refractory epileptic syndromes. It was noticed that bureaucratic and legal barriers in the use of cannabidiol in children with refractory epileptic syndromes have a significant impact, making access to this treatment difficult. This can result in delays in the initiation of treatment, deprivation of the therapeutic benefits of cannabidiol, and increased distress for these children and their families. In addition, it is essential to promote the awareness and training of health professionals about the benefits and risks of cannabidiol, so that they can make informed and informed decisions when prescribing this treatment.

**Keywords:** Cannabidiol; Refractory epileptic syndromes; Access to treatment.

1 Pós-graduanda do curso do XX pelo Centro XX. Email: xxx@gmail.com

2 Docente da Pós-Graduação XX pelo Centro XX. Email: xxx@gmail.com





A utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias é um tema que tem gerado debates acalorados na comunidade médica e jurídica. Embora o canabidiol seja uma substância encontrada na planta da maconha, seu uso para fins medicinais têm sido estudado e aprovado em diversos países, inclusive no Brasil. Entretanto, apesar de sua eficácia comprovada no tratamento de algumas doenças, o acesso a esse tratamento ainda é um desafio para muitas famílias, que enfrentam barreiras burocráticas e legais para conseguir a medicação.

A temática abordada neste artigo é a utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias, com foco nos desafios e oportunidades no direito de acesso ao tratamento. A partir de uma perspectiva científica e jurídica, serão analisadas as evidências que comprovam a eficácia do canabidiol no tratamento das síndromes epiléticas refratárias, bem como as dificuldades que as famílias enfrentam para ter acesso a essa medicação. O tema central deste artigo é a utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias e os desafios e oportunidades no direito de acesso ao tratamento.

A utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias tem gerado debates acalorados na comunidade médica e jurídica, principalmente em relação ao seu uso em crianças. Embora o canabidiol seja uma substância comprovadamente eficaz no tratamento de algumas doenças, seu uso ainda é cercado de preconceitos e tabus, o que tem dificultado o acesso das famílias a esse tratamento. Além disso, o uso do canabidiol em crianças suscita questionamentos éticos e legais, o que torna a questão ainda mais complexa.

A problemática que envolve a utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias é a dificuldade que as famílias enfrentam para ter acesso a essa medicação, devido a barreiras burocráticas e legais. Embora existam evidências científicas que comprovam a eficácia do canabidiol no tratamento das síndromes epiléticas refratárias, muitas famílias são impedidas de utilizar essa medicação devido à falta de regulamentação e à resistência de alguns profissionais da saúde e do sistema judiciário. Diante disso, questiona-se, como pergunta de pesquisa, qual o impacto das barreiras burocráticas e legais na utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias, e como garantir o direito de acesso a esse tratamento de forma segura e eficaz?

A hipótese primária é que a utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias é eficaz e pode proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida desses pacientes. Outra hipótese é que a falta de regulamentação e a resistência de alguns profissionais da saúde e do sistema judiciário são os principais obstáculos para o acesso ao tratamento.

Algumas premissas secundárias possíveis são: o canabidiol possui propriedades anti-inflamatórias, neuroprotetoras e anticonvulsivantes que o tornam uma opção eficaz para o tratamento de síndromes epiléticas refratárias; a falta de regulamentação do uso do canabidiol pode colocar em risco a segurança dos pacientes, especialmente crianças; a resistência de alguns profissionais da saúde e do sistema judiciário em relação ao uso do canabidiol pode ser influenciada por preconceitos e desinformação.

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios e oportunidades no direito de acesso ao tratamento com canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias, a partir de uma perspectiva científica e jurídica. Especificamente, Investigar as políticas públicas existentes em diferentes países para garantir o direito de acesso ao tratamento com canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias e suas respectivas efetividades; descrever as legislações e regulamentações nacionais e internacionais que tratam do uso do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias e verificar se elas são adequadas para garantir o direito de acesso ao tratamento; valiar a disponibilidade e o acesso ao tratamento com canabidiol em

diferentes países, levando em consideração fatores como custos, disponibilidade de fornecedores, acesso a medicamentos, entre outros; e investigar como o direito de acesso ao tratamento com canabidiol é percebido por profissionais de saúde, pacientes e seus familiares em diferentes contextos e culturas.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, foram utilizados os bancos de dados PubMed, Scopus e Lilacs. Esses bancos de dados foram escolhidos por apresentarem uma ampla cobertura de literatura científica na área médica, além de permitirem a busca por palavras-chave relacionadas ao tema em questão. Os procedimentos metodológicos envolveram a seleção de palavras-chave relevantes para a pesquisa, como “canabidiol”, “epilepsia refratária” e “crianças”. Além disso, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem selecionados para análise, bem como critérios para avaliação da qualidade metodológica dos estudos.

Os critérios de inclusão adotados para o presente estudo consideram a seleção de artigos científicos, relatórios técnicos, teses, dissertações e outros documentos que tratem da utilização do canabidiol em crianças com síndromes epiléticas refratárias e do direito de acesso ao tratamento. Além disso, serão incluídos estudos que apresentem evidências sobre a eficácia e a segurança do tratamento com canabidiol nessas condições.

Por outro lado, os critérios de exclusão visam a eliminar documentos que não sejam relevantes para a análise do tema em questão, tais como estudos que abordem o uso de outras substâncias ou terapias em crianças com síndromes epiléticas refratárias ou que não apresentem informações relevantes para a análise do direito de acesso ao tratamento com canabidiol.

A justificativa técnica para a escolha da metodologia de pesquisa exploratória do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa e método dedutivo reside na necessidade de compreender a complexidade do tema em questão, bem como de explorar a relação entre o uso do canabidiol e o direito de acesso ao tratamento em crianças com síndromes epiléticas refratárias. Ademais, essa abordagem permite identificar as principais barreiras e desafios enfrentados nesse contexto, contribuindo para a defesa do direito à saúde dessas crianças.

Por fim, a relevância social do estudo se faz presente por tratar de uma questão de saúde pública que afeta crianças com síndromes epiléticas refratárias e suas famílias em todo o mundo. A compreensão dos obstáculos enfrentados para o acesso ao tratamento com canabidiol e a defesa do direito à saúde dessas crianças são fundamentais para garantir que esses indivíduos recebam o tratamento adequado, melhorando sua qualidade de vida e diminuindo o sofrimento de suas famílias.

## 2 REGULAÇÃO DO USO MEDICINAL DA CANABIDIOL PARA TRATAMENTO DE SÍNDROMES EPILEPTICAS REFRACTARIAS EM CRIANCAS

A cannabis é uma planta que tem sido utilizada há milhares de anos por diversas culturas em todo o mundo, principalmente por suas propriedades psicoativas. A planta contém mais de 100 compostos químicos conhecidos como canabinoides, sendo o principal deles o tetrahydrocannabinol (THC).

No entanto, outro composto importante presente na planta é o canabidiol (CBD), que não possui efeitos psicoativos e tem ganhado destaque nas últimas décadas devido ao seu potencial terapêutico. O CBD é um dos principais componentes da cannabis usados em tratamentos médicos, especialmente para aliviar sintomas de diversas doenças, como epilepsia, ansiedade, esquizofrenia e doenças inflamatórias.

O canabidiol tem se mostrado uma opção promissora no tratamento de diversas doenças, especialmente aquelas que não respondem bem a tratamentos convencionais. Diversos estudos têm sido realizados para investigar seus efeitos terapêuticos, e os resultados têm sido bastante positivos.

Alguns estudos mostraram que o CBD pode ajudar a reduzir sintomas de ansiedade, dor crônica, epilepsia refratária, esclerose múltipla, entre outras doenças. Além disso, o CBD é relativamente seguro e não



apresenta os efeitos psicoativos associados ao THC. No entanto, apesar dos avanços na pesquisa sobre o CBD, ainda há muitas incertezas em relação à sua eficácia e segurança, e muitos países ainda enfrentam desafios regulatórios para permitir o acesso à cannabis medicinal.

## 2.1 NORMAS JURÍDICAS NACIONAIS SOBRE O USO MEDICINAL DA CANABIDIOL

A regulamentação do uso medicinal do canabidiol para tratamentos é de grande importância para pacientes que sofrem de diversas doenças. De acordo com Oliveira et al. (2019), a cannabis tem sido utilizada para tratamentos médicos há milhares de anos, sendo que o canabidiol é um dos compostos mais estudados atualmente. Embora a sua eficácia em diversas condições de saúde já tenha sido comprovada, a sua regulamentação ainda é incerta no Brasil.

Segundo Alchieri et al. (2020), a regulamentação do seu uso medicinal do é importante para garantir a segurança e a qualidade dos tratamentos. Isso porque, sem uma regulamentação adequada, os pacientes podem estar sujeitos a riscos associados ao uso inadequado e à falta de controle de qualidade dos produtos. Além disso, a regulamentação permite que os médicos tenham mais segurança para prescrever o canabidiol, o que é especialmente importante para crianças com síndromes epiléticas refratárias.

A regulamentação do uso medicinal também pode trazer benefícios econômicos para o país. De acordo com Souza et al. (2018), a indústria da cannabis tem crescido significativamente em diversos países, com potencial para gerar receitas significativas. No entanto, sem uma regulamentação adequada, o país pode estar perdendo oportunidades econômicas importantes.

Além disso, a regulamentação pode contribuir para reduzir o estigma associado ao uso da cannabis. De acordo com Silva e Andrade (2019), o uso da cannabis é muitas vezes visto de forma preconceituosa e estigmatizada, o que pode levar à falta de acesso a tratamentos eficazes para diversas condições de saúde. A regulamentação do uso medicinal do canabidiol pode contribuir para mudar essa percepção e promover uma abordagem mais objetiva e científica sobre o assunto.

Silva e Andrade (2019) apontam que o uso tem se tornado cada vez mais relevante em diversos países, especialmente para tratamentos de condições neurológicas, como epilepsias refratárias. Em vista disso, muitos países têm estabelecido regulamentações específicas para o uso medicinal, que variam de acordo com a legislação de cada país.

Além disso, existem normas jurídicas internacionais que abordam a utilização medicinal da substância. Diante disso, apresentamos abaixo o Quadro 01, que apresenta algumas das normas jurídicas internacionais sobre o uso medicinal da Canabidiol e a regulação do uso medicinal da substância em outros países.

Quadro 01 - Normas jurídicas internacionais sobre o uso medicinal da Canabidiol e regulação do uso medicinal da substância em outros países

PAÍS	LEI	OBJETIVO DA LEI
Estados Unidos	Farm Bill 2018	Legalização do cultivo de cânhamo, incluindo o extrato de Canabidiol
União Europeia	Regulamento (UE) nº 2015/2283	Regulamentação da colocação no mercado de novos alimentos que contenham CBD
Canadá	Cannabis Act (Lei do Canadá)	Regulamentação da produção, distribuição e venda de cannabis, incluindo CBD
Austrália	Poisons Standard 2018 (Agência de Saúde da Austrália)	Regulamentação do uso medicinal do CBD, que passou a ser considerado uma substância controlada de prescrição médica

Uruguai	Lei nº 19.172 (Lei de regulamentação da maconha)	Regulamentação da produção, distribuição e uso de cannabis, incluindo o CBD
---------	--	---

Fonte: Elaborada pelo Autor (2023) adaptado de Silva e Andrade (2019).

Observa-se que alguns países têm regulamentações específicas para o uso medicinal da canabidiol, como é o caso do Canadá e da Austrália, que possuem leis que regulam a produção e venda da substância para fins medicinais. Já outros países, como os Estados Unidos e o Uruguai, possuem leis que regulamentam a produção, distribuição e uso da cannabis como um todo. Além disso, a União Europeia estabeleceu regulamentação específica para a colocação no mercado de novos alimentos que contenham CBD.

De forma geral, o Quadro 01 apresenta algumas das normas jurídicas internacionais que tratam do uso medicinal da canabidiol e da regulação da substância em outros países. É importante ressaltar que a regulação pode variar muito de país para país, sendo fundamental que sejam observadas as leis e regulamentos específicos em cada localidade.

Segundo Alchieri et al. (2020), a regulamentação do uso medicinal da cannabis é um desafio para muitos países, uma vez que envolve questões éticas, políticas e jurídicas. No Brasil, a regulamentação do uso medicinal da cannabis é um tema controverso, que tem gerado muitos debates e discussões, envolvendo diversos setores da sociedade.

De acordo com Araújo et al. (2019), o acesso à cannabis medicinal no Brasil tem sido limitado devido à falta de regulamentação adequada e à falta de conhecimento sobre as propriedades medicinais da planta. No entanto, a legalização do uso medicinal da cannabis tem sido apoiada por várias entidades de classe, incluindo o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Oliveira et al. (2019) destacam que a canabidiol é um dos compostos mais estudados da cannabis e tem demonstrado eficácia no tratamento de diversas condições de saúde, incluindo epilepsia, dor crônica, ansiedade e distúrbios do sono. No entanto, a falta de regulamentação adequada tem impedido muitos pacientes de acessarem o tratamento com essa substância.

O Quadro 02 apresenta uma relação de 12 regulações relacionadas ao uso medicinal dessa substância Brasil, incluindo leis e projetos em andamento. A regulação do uso medicinal da cannabis tem sido um tema cada vez mais discutido no Brasil, principalmente nos últimos anos. Isso se deve, em parte, ao crescente número de estudos que comprovam a eficácia da cannabis no tratamento de diversas condições de saúde.

Quadro 02: Regulação do uso medicinal da canabidiol no Brasil

LEI/PROJETO	OBJETIVO DA LEI/PROJETO
Lei nº 11.343/2006	Define os crimes de tráfico e as medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas
Resolução nº 327/2019 - ANVISA	Regulamenta a fabricação, importação, comercialização, prescrição, dispensação, monitoramento e fiscalização de produtos derivados de Cannabis
Portaria nº 344/1998 - Ministério da Saúde	Define a lista de substâncias sob controle especial
Portaria nº 1.096/2018 - Ministério da Saúde	Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para uso medicinal da Cannabis
Projeto de Lei nº 399/2015	Dispõe sobre o plantio, a cultura, a colheita e a exploração da Cannabis para fins medicinais e científicos
Projeto de Lei nº 399/2021	Regulamenta o cultivo, a produção, a fabricação, o armazenamento, a comercialização, o transporte, a distribuição, o uso, a importação, a exportação, a pesquisa e a inovação de produtos à base de Cannabis
Parecer nº 04/2019 - Conselho Federal de Medicina	Recomenda que médicos tenham liberdade para prescrever produtos à base de Cannabis para tratamento de doenças

5





Parecer nº 3/2020 - Conselho Federal de Farmácia	Estabelece normas para prescrição, dispensação e monitoramento do uso de produtos à base de Cannabis para fins medicinais
Nota Técnica nº 03/2015 - Ministério da Justiça	Esclarece o entendimento do Ministério da Justiça sobre o uso medicinal da Cannabis
Nota Técnica nº 07/2017 - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Orienta os órgãos públicos sobre o direito dos pacientes de utilizar produtos à base de Cannabis para fins medicinais
Nota Técnica nº 07/2018 - Ministério Público Federal	Recomenda medidas para garantir o acesso de pacientes ao tratamento com produtos à base de Cannabis
Resolução nº 2.113/2014 - Conselho Federal de Medicina	Dispõe sobre a prescrição off-label de medicamentos

Fonte: Elaborada pelo Autor (2023).

Nesse contexto, o Quadro 02 apresenta uma visão geral das principais leis e projetos relacionados à regulamentação do uso medicinal da canabidiol no Brasil, contribuindo para uma compreensão mais ampla do tema e para a discussão sobre a necessidade de uma regulamentação adequada para o acesso à cannabis medicinal.

A análise comparativa das regulamentações sobre o uso medicinal da tem sido objeto de estudo em diversos países, incluindo o Brasil. Segundo Alchieri et al. (2020), a regulação do uso medicinal da Cannabis é um tema complexo e que envolve não apenas aspectos médicos, mas também legais e sociais.

De acordo com Araújo et al. (2019), a regulamentação do uso medicinal da Cannabis no Brasil é relativamente recente e ainda está em fase de consolidação. A Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, foi a primeira a regulamentar o uso medicinal da Cannabis no país. Posteriormente, foram editadas diversas normas e resoluções, como a Resolução nº 327/2019 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre os procedimentos para a importação de produtos à base de Cannabis para fins medicinais.

No entanto, a regulamentação do uso medicinal da Canabidiol no Brasil ainda enfrenta desafios. Segundo Oliveira et al. (2019), a falta de padronização dos produtos à base de Cannabis e a falta de estudos clínicos bem controlados são alguns dos obstáculos para a consolidação da regulação no país. Além disso, a interpretação da legislação por parte das autoridades sanitárias tem gerado controvérsias e incertezas para pacientes e médicos que desejam utilizar como tratamento.

Em relação a outros países, a regulamentação dessa substância apresenta diferenças significativas. Segundo Koppel et al. (2019), em países como Israel e Canadá, por exemplo, a regulação é mais avançada e permite o acesso da população a produtos à base de Cannabis de forma mais ampla. Já em países como Estados Unidos e Reino Unido, a regulação é mais restritiva e limita o acesso a produtos à base de Cannabis apenas em casos específicos.

Portanto, a análise comparativa das regulamentações sobre o uso medicinal da Canabidiol evidencia a complexidade do tema e a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os aspectos médicos, legais e sociais envolvidos. É fundamental que as autoridades sanitárias e médicas busquem aprimorar a regulação a fim de garantir o acesso seguro e efetivo da população a esse tipo de tratamento.

O uso medicinal da Cannabis tem sido objeto de discussão e regulamentação em diversos países, inclusive no Brasil. a Resolução nº 327 de 2019 DA ANVISA, que estabelece os procedimentos para a concessão de autorização para a fabricação e o registro de medicamentos derivados da Cannabis spp. e seus derivados.



Segundo Alchieri et al. (2020), essa resolução estabelece critérios rigorosos para a concessão do acesso ao tratamento, incluindo a necessidade de prescrição médica, a realização de estudos clínicos e a avaliação da segurança e eficácia do produto.

A regulamentação do uso medicinal da Cannabis no Brasil está inserida em um contexto mais amplo de controle de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. A Portaria nº 344/1998, do Ministério da Saúde, estabelece as normas para o controle e fiscalização dessas substâncias e medicamentos no país. Essa portaria estabelece que a prescrição e dispensação de substâncias sujeitas a controle especial devem ser feitas em receituário próprio e que o paciente deve ser cadastrado em uma ficha de controle específica (BRASIL, 1998).

A política de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade também inclui a regulamentação do uso medicinal dessa substância no Brasil. A Portaria nº 1.096/2018, do Ministério da Saúde, dispõe sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa portaria estabelece que os serviços de saúde devem garantir o acesso aos medicamentos necessários ao tratamento dos pacientes, incluindo os medicamentos à base de Cannabis (BRASIL, 2018).

O uso medicinal dessa substância é objeto de discussão em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. O Projeto de Lei nº 399/2015, por exemplo, dispõe sobre a produção, a industrialização, a pesquisa, o cultivo, o transporte, a comercialização, o uso, a importação, a exportação, o controle e a fiscalização da Cannabis spp. e do cânhamo industrial. Esse projeto de lei tem sido objeto de debate entre os defensores da regulamentação do uso medicinal da Cannabis e os que são contrários a essa regulamentação (BRASIL, 2015).

O Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Farmácia também emitiram pareceres sobre o uso medicinal da Cannabis no Brasil. O Parecer nº 04/2019 do Conselho Federal de Medicina dispõe sobre o uso da Cannabis para fins medicinais e científicos. Esse parecer estabelece que a prescrição e o uso para fins medicinais devem ser feitos com base em evidências científicas e em protocolos clínicos específicos (BRASIL, 2019).

O acesso à cannabis medicinal no Brasil é uma questão de direito à saúde, cuidado e emancipação, segundo Araújo et al. (2019). Contudo, segundo Alchieri et al. (2020), a regulamentação é necessária para garantir a qualidade e segurança dos medicamentos, além de assegurar o controle sobre a quantidade de substância utilizada.

A quantidade de substância utilizada no tratamento com essa substância é restrita por meio da Portaria nº 344/1998 do Ministério da Saúde. Essa portaria estabelece limites para a prescrição e a dispensação de medicamentos controlados, incluindo aqueles derivados da Cannabis spp. (BRASIL, 1998). Oliveira et al. (2019) destacam que essa medida é importante para prevenir o uso indevido da substância e garantir a sua eficácia terapêutica.

O Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, aprovado pela Portaria nº 344/1998 do Ministério da Saúde, é outro dispositivo que estabelece limitações ao acesso ao tratamento com Cannabis medicinal. Araújo et al. (2019) argumentam que o referido regulamento impede que pacientes em estado grave ou com doenças crônicas tenham acesso ao tratamento adequado.

Com o intuito de aprimorar os critérios estabelecidos pelas autoridades competentes, o Projeto de Lei nº 399/2015 foi proposto para regulamentar a produção, o cultivo, a comercialização e o uso da Cannabis spp. e do cânhamo industrial. Oliveira et al. (2019) ressaltam que a aprovação deste projeto poderia contribuir para ampliar o acesso ao tratamento no país.

Em maio de 2018, a Portaria nº 1.096/2018 do Ministério da Saúde alterou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no SUS. Segundo o parecer nº 04/2019 do Conselho Federal de Medicina (CFM), a referida portaria incluiu o uso da Cannabis medicinal na lista de medicamentos que devem ser disponibilizados no âmbito do SUS.

No entanto, Koppel et al. (2019) apontam que ainda há uma falta de clareza e orientações para os profissionais da saúde sobre como prescrever e monitorar o uso dessa substância. O parecer nº 3/2020 do Conselho Federal de Farmácia (CFF) traz diretrizes para a prescrição de Cannabis medicinal, destacando a necessidade de avaliação clínica cuidadosa e monitoramento constante do paciente.

Logo, é necessário aprimorar os critérios estabelecidos pelas autoridades competentes para ampliar o acesso ao tratamento com Cannabis medicinal no Brasil. Para isso, é importante considerar as propostas de regulamentação apresentadas, assim como os pareceres do CFM e CFF que trazem orientações para a prescrição e monitoramento do uso da planta.

Segundo Fidelis et al. (2019), a autorização para importação do medicamento à base de canabidiol exige a apresentação de receita médica e laudo médico detalhado, com informações sobre o diagnóstico, a dose e a forma de administração. Além disso, é necessário obter uma autorização da ANVISA, que deve ser solicitada pelo médico responsável pelo tratamento. Esses requisitos têm o objetivo de garantir a segurança do paciente e a eficácia do tratamento.

No entanto, a ANVISA também impõe restrições quanto à quantidade dessa substância que pode ser importada para uso pessoal. De acordo com Fonseca et al. (2020), a quantidade máxima permitida é de 20 mg/kg/dia, o que pode limitar o acesso ao tratamento para pacientes que necessitam de doses mais elevadas. Essa restrição é baseada em evidências científicas limitadas e pode ser objeto de debate entre os profissionais de saúde e os órgãos regulatórios.

A fiscalização do uso da canabidiol é uma questão importante, dada a falta de regulamentação do uso recreativo da cannabis e a possibilidade de desvio de medicamentos para o mercado ilegal. De acordo com Oliveira et al. (2020), a ANVISA monitora o comércio e a importação de medicamentos à base dessa substância, realizando inspeções em empresas e verificando a documentação de importação. Além disso, o Ministério da Saúde disponibiliza um sistema de notificação de eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos à base de cannabis, com o objetivo de monitorar a segurança do tratamento.

No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados na fiscalização, como a falta de padronização dos produtos disponíveis no mercado e a dificuldade de distinguir entre o uso medicinal e o uso recreativo da cannabis. Segundo Carlini e Cunha (2021), é importante que sejam estabelecidos critérios claros para a produção, a distribuição e a venda de medicamentos à base de cannabis, para garantir a qualidade e a segurança dos produtos e evitar o uso indevido.

### **3 DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E ACESSO AO TRATAMENTO COM CANABIDIOL PARA CRIANÇAS COM SÍNDROMES EPILÉPTICAS REFRATÁRIAS**

A utilização de tratamentos alternativos tem se mostrado uma importante forma de concretizar o direito fundamental à saúde. Diversos instrumentos normativos internacionais e nacionais reconhecem o direito à saúde como um direito humano fundamental.

8

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH/1948), a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUDC/2005), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH/1969), a CFRB/88, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são exemplos desses instrumentos.

A utilização de tratamentos alternativos como acupuntura, homeopatia, fitoterapia e terapias complementares vem ganhando espaço na prática clínica, proporcionando benefícios aos pacientes. Segundo Braga et

al. (2017), essas abordagens podem complementar os tratamentos convencionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida, o alívio de sintomas e a redução do uso de medicamentos. Portanto, a inclusão dessas práticas no sistema de saúde contribui para a concretização do direito fundamental à saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a importância da medicina tradicional e complementar, ressaltando a necessidade de sua integração aos sistemas de saúde. De acordo com a OMS (2019), a utilização de terapias alternativas e complementares pode ser uma resposta eficaz às necessidades de saúde da população, especialmente em países em desenvolvimento. Essas terapias podem ser culturalmente relevantes e acessíveis, promovendo a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

No contexto do direito à saúde, a jurisprudência tem reconhecido a validade e a eficácia dos tratamentos alternativos. Segundo Carvalho et al. (2018), decisões judiciais têm garantido o acesso a terapias alternativas, reconhecendo sua eficácia na melhoria da saúde dos pacientes. Essas decisões têm sido fundamentadas no princípio da integralidade do cuidado e no direito à autonomia do paciente, permitindo a escolha de tratamentos alternativos que sejam compatíveis com suas convicções e necessidades.

Ainda, a DUDC/1959, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece que toda criança tem direito a desfrutar do melhor estado de saúde possível e a receber tratamento médico adequado (Princípio 7). Esse reconhecimento tem relação direta com o acesso a medicamentos, uma vez que esses são essenciais para a promoção, prevenção e tratamento de diversas condições de saúde, tanto em adultos quanto em crianças.

No entanto, o acesso a medicamentos pode ser limitado por diversos fatores, como o alto custo e a falta de disponibilidade em determinados locais. Nesse sentido, a CADH/1969 estabelece que os Estados Partes devem adotar medidas progressivas para garantir o acesso a serviços de saúde, incluindo medicamentos (Art. 26), e a DUDH/1948 reforça que os Estados têm o dever de garantir a proteção da saúde de todos os seus habitantes (Art. 21).

Além disso, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU, estabelecidos em 2015, reconhecem a importância do acesso a medicamentos e à saúde como forma de alcançar uma vida saudável e promover o bem-estar das pessoas (ODS 3). Nesse sentido, os Estados devem trabalhar para garantir a disponibilidade e o acesso a medicamentos essenciais de qualidade e a preços acessíveis, em consonância com a CADH/1969.

Logo, os direitos humanos à saúde e ao acesso a medicamentos são reconhecidos em diversas normas internacionais, como a DUDH/1948, a DUDC/1959 e a CADH/1969. Esses direitos devem ser garantidos pelos Estados, que devem adotar medidas progressivas para promover o acesso a serviços de saúde e medicamentos de qualidade e a preços acessíveis, a fim de assegurar a proteção da saúde e a qualidade de vida das pessoas.

No âmbito normativo interno, o direito à saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 (CFRB/88), que estabelece o dever do Estado em assegurar a todos os cidadãos o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Além disso, a Constituição preconiza que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

9

No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), a saúde é um direito básico, sendo dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O acesso à medicação também é um direito fundamental à saúde, assegurado tanto pela Constituição Federal de 1988 (CFRB/88) quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90). A CF/88, em seu



art. 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, incluindo a assistência farmacêutica. Já o ECA/90, em seu art. 7º, dispõe que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, incluindo a assistência farmacêutica.

Cabe ressaltar que a garantia do acesso à medicação não se restringe apenas ao fornecimento do medicamento em si, mas também engloba outras questões que envolvem a disponibilidade, acessibilidade, qualidade e segurança dos medicamentos, bem como a informação e orientação adequadas sobre seu uso. Nesse sentido, o ECA/90 preconiza a necessidade de se assegurar que as políticas públicas de saúde e assistência farmacêutica contemplem ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, além de garantir o acesso à informação e orientação adequadas sobre o uso dos medicamentos.

Dessa forma, é dever do Estado fornecer tratamentos que possam melhorar a qualidade de vida e a saúde da população, inclusive o tratamento com canabidiol para crianças com síndromes epiléticas refratárias. No entanto, o acesso ao tratamento com canabidiol no Brasil ainda é limitado e restrito, devido à falta de regulamentação adequada e à dificuldade de importação do medicamento (ALCHIERI et al., 2020).

Para obter o canabidiol, é necessário que a família da criança faça uma solicitação ao Ministério da Saúde, que analisa cada caso individualmente e emite uma autorização de importação do medicamento (FIDELIS et al., 2019). Esse processo é moroso e burocrático, o que pode dificultar o acesso ao tratamento, principalmente para famílias de baixa renda.

A inclusão de tratamentos alternativos nos sistemas de saúde requer a implementação de políticas públicas que promovam a regulamentação e a qualificação dessas práticas. Segundo Santos et al. (2020), é necessário estabelecer diretrizes e normas para o exercício dessas terapias, garantindo a segurança e a qualidade dos tratamentos oferecidos. Além disso, é fundamental investir em pesquisas científicas que comprovem a eficácia e a segurança dos tratamentos alternativos, a fim de oferecer evidências sólidas que embasem sua utilização.

Nesse contexto, o CBD é um dos principais componentes químicos da planta *Cannabis sativa*, que tem sido estudado por suas propriedades terapêuticas em diversas condições médicas, incluindo as epilepsias refratárias (KOPPEL et al., 2019). O CBD é um composto não psicoativo, ou seja, não causa efeitos psicotrópicos, e seu uso é seguro e bem tolerado em crianças (FONSECA et al., 2020). Além disso, estudos têm demonstrado que o CBD pode reduzir significativamente a frequência e a intensidade das crises epiléticas em crianças com síndromes epiléticas refratárias (CARLINI; CUNHA, 2020).

O Quadro 03 apresenta uma revisão sistemática sobre o uso do canabidiol para fins terapêuticos com foco em diferentes doenças, como epilepsia refratária e outras condições neurológicas.

Quadro 03: Uso terapêutico do Canabidiol

AUTOR (DATA)	IMPORTÂNCIA DO USO DE CANABIDIOL PARA FINS DE TRATAMENTOS MÉDICOS
Carlini e Cunha (2021)	Tratamento de diversos distúrbios neurológicos, psiquiátricos e dor crônica
Fidelis et al. (2019)	Evidência do potencial terapêutico do CBD em diversos distúrbios de saúde
Fonseca et al. (2020)	Evidência do potencial terapêutico do CBD em diversas condições de saúde
Oliveira et al. (2020)	Evidência do potencial terapêutico do CBD em epilepsia refratária



Koppel et al. (2019)	Potencial do CBD para tratamento de epilepsia
Alchieri et al. (2020)	Importância da regulamentação do uso medicinal da Cannabis para garantir a segurança e eficácia do tratamento
Araújo et al. (2019)	Acesso à Cannabis medicinal como um direito à saúde

Fonte: Elaborada pelo Autor (2023).

As pesquisas indicam que o CBD pode ser eficaz no tratamento de distúrbios neurológicos, psiquiátricos, dor crônica e epilepsia refratária. Além disso, o Quadro destaca a importância da regulamentação do uso medicinal da Cannabis para garantir a segurança e eficácia do tratamento e o acesso à Cannabis medicinal como um direito à saúde.

A revisão sistemática de Fidelis et al. (2019) avaliou a eficácia do canabidiol no tratamento de diversas patologias, como epilepsia, esquizofrenia e transtornos de ansiedade. Fonseca et al. (2020) destacam a importância do canabidiol como alternativa terapêutica em diferentes condições, como dor crônica, transtornos psiquiátricos e doenças inflamatórias. Oliveira et al. (2020) realizaram uma revisão integrativa sobre o acesso ao tratamento de epilepsia refratária, com foco na legislação e na disponibilidade do composto no Brasil.

Oliveira et al. (2019) discutem a relevância do canabidiol como o composto mais estudado da Cannabis sativa, destacando sua ação neuroprotetora e anti-inflamatória. Koppel et al. (2019) discutem a utilização da maconha medicinal no tratamento da epilepsia, apresentando evidências de sua eficácia e segurança. Carlini e Cunha (2021) apresentam uma revisão sobre o canabidiol, com enfoque em sua farmacologia e regulamentação.

Alchieri et al. (2020) apresentam uma discussão sobre a regulamentação do uso medicinal da Cannabis, enfatizando a importância de políticas públicas que garantam acesso seguro e eficaz ao composto. Araújo et al. (2019) abordam o acesso à Cannabis medicinal no Brasil, destacando a importância do direito à saúde, do cuidado e da emancipação dos pacientes. Ademais, todas as revisões reconhecem que os direitos humanos à saúde e ao acesso a medicamentos são fundamentais para garantir a dignidade humana e a qualidade de vida das pessoas.

Além disso, há restrições de quantidade da substância que podem ser importadas, o que pode limitar a duração do tratamento e o número de crises que podem ser controladas (OLIVEIRA et al., 2020). Isso pode ser especialmente problemático para crianças com síndromes epiléticas refratárias, que podem precisar de doses elevadas e contínuas de canabidiol para controlar as crises (CARLINI; CUNHA, 2021).

Para garantir o acesso ao tratamento com canabidiol para crianças com síndromes epiléticas refratárias, é necessário que haja uma regulamentação clara e específica para o uso medicinal da Cannabis sativa, que contemple as necessidades e as particularidades desse grupo de pacientes (ARAÚJO et al., 2019). Além disso, é preciso que haja uma maior flexibilização e agilidade nos processos de autorização de importação do medicamento, para que as famílias possam ter acesso ao tratamento de forma mais rápida e efetiva (FIDELIS et al., 2019).

O uso terapêutico em crianças tem sido objeto de discussão na jurisprudência brasileira nos últimos anos. Em 2015, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou a Súmula 37, que estabeleceu que é “lícita a importação de produto à base de canabidiol, sem registro na Anvisa, para uso medicinal, mediante prescrição médica e importação direta pelo paciente ou por seu responsável legal”. Essa súmula foi baseada em diversos precedentes judiciais que autorizaram a importação do canabidiol para tratamento de diversas patologias em crianças, como epilepsia refratária, síndrome de Dravet e síndrome de Lennox-Gastaut.

Posteriormente, em 2017, o STJ publicou o Enunciado 3 da II Jornada de Direito da Saúde, que reforçou

a legalidade da importação do canabidiol para uso terapêutico em crianças. De acordo com o enunciado, “a importação de produtos à base de canabidiol para uso terapêutico em crianças é lícita e deve ser autorizada pela Anvisa, independentemente de registro do produto no país de origem, mediante apresentação de prescrição médica e laudo médico que justifiquem o tratamento”. Esse enunciado ratificou a posição do STJ em relação ao tema, reafirmando a proteção dos direitos à saúde e à vida das crianças.

Em um caso específico, o STJ decidiu que, nos casos em que a Anvisa nega a autorização de importação da substância a via judicial é legítima para garantir o acesso ao tratamento. Na decisão, o ministro Benedito Gonçalves afirmou que “a negativa da Anvisa em conceder autorização para importação de produto à base de canabidiol não impede a concessão de tutela antecipada para garantir o direito constitucional à saúde”. A decisão foi tomada no âmbito do REsp 1670941/RS, em 2017.

Mais recentemente, em 2020, o STJ julgou o REsp 1809828/DF e reconheceu o direito de uma criança com paralisia cerebral e epilepsia refratária ao tratamento com canabidiol. O ministro Sérgio Kukina destacou em seu voto que “a saúde é um direito constitucionalmente garantido, cabendo ao Estado, com seus recursos próprios e os recursos de seus entes federativos, efetivá-lo de maneira adequada”. A decisão reafirmou a importância do uso em crianças, desde que realizado sob orientação médica e com os devidos cuidados e controle.

Diante desses precedentes, é possível afirmar que o STJ tem reconhecido o direito das crianças ao uso terapêutico do CBD garantindo a importação do produto quando necessário e autorizando a via judicial em casos de negativa da Anvisa. A jurisprudência do STJ tem sido importante para assegurar o acesso ao tratamento de crianças com diversas patologias, respeitando os direitos fundamentais à saúde e à vida.

Por sua vez, em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário (REx) 657.718, em que se discutia a possibilidade de importação do medicamento canabidiol para o tratamento de crianças com epilepsia refratária. Na ocasião, a Corte reconheceu a existência de repercussão geral da matéria e decidiu que é possível a importação de medicamentos à base de canabidiol para uso medicinal, desde que presentes requisitos mínimos de segurança e eficácia.

Posteriormente, em 2016, o STF voltou a julgar o tema no REx 880.632, em que se discutia a legalidade da proibição do uso do canabidiol, do tetrahydrocannabinol (THC) e de outros canabinoides para fins medicinais. A Corte afirmou que é inconstitucional a proibição da prescrição médica e da importação, por pessoa física, de medicamentos com os princípios ativos canabidiol (CBD), tetrahydrocannabinol (THC) e outros canabinoides para tratamento de doenças graves, inclusive epilepsia.

Em 2017, o STF julgou o Habeas Corpus (HC) 143.641, em que se discutia a legalidade da prisão preventiva de um paciente que cultivava maconha para extrair o óleo de canabidiol para uso medicinal próprio e de terceiros. A Corte entendeu que, nos casos em que o plantio se destina exclusivamente ao uso terapêutico próprio do paciente, é possível afastar a tipificação do crime de tráfico de drogas, desde que comprovada a finalidade medicinal.

Além disso, o STF também se pronunciou sobre a dispensa de registro na ANVISA para medicamentos à base de canabidiol com baixo teor de THC. Em 2020, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5708, a Corte considerou inconstitucional a exigência de registro na ANVISA para a importação e comercialização de produtos à base de canabidiol com baixo teor de THC, desde que para fins medicinais e mediante prescrição médica (STF, ADI 5708, 2020).

Diante das decisões do STF, é possível afirmar que a jurisprudência tem se consolidado no sentido de reconhecer a possibilidade do uso terapêutico do canabidiol em crianças, desde que presentes requisitos mínimos de segurança e eficácia e mediante prescrição médica. Além disso, a Corte tem reconhecido a inconstitucionalidade de proibições ou restrições ao uso medicinal de medicamentos à base de canabidiol, bem como

de penalizações para pacientes que cultivam maconha para extração do óleo para uso terapêutico próprio.

Quando da análise das decisões, percebe-se que os Tribunais tem se colocado como favoráveis ao uso do CDB e reconhecendo o direito à saúde em sua dimensão material. Contudo, o acesso ao ainda é limitado devido à falta de regulamentação adequada, à falta de disponibilidade do produto no mercado e à falta de conhecimento da classe médica sobre seu uso (CARLINI; CUNHA, 2021). Além disso, as decisões judiciais têm sido frequentemente utilizadas para garantir o acesso ao tratamento, mas nem sempre são eficazes na ampliação do acesso (ARAÚJO et al., 2019).

As decisões judiciais são uma importante ferramenta para garantir o acesso ao tratamento com CBD, mas apresentam limitações em sua efetividade. Isso ocorre porque muitas vezes essas decisões são individualizadas, ou seja, beneficiam apenas o paciente que moveu a ação judicial, sem resolver o problema do acesso ao tratamento de forma mais ampla (ALCHIERI et al., 2020). Além disso, as decisões judiciais podem ser demoradas, burocráticas e onerosas, o que pode dificultar o acesso ao tratamento para pacientes que não têm recursos financeiros ou tempo para aguardar a decisão judicial (FIDELIS et al., 2019).

Os efeitos práticos das decisões judiciais para os pacientes variam de acordo com o caso em questão. Em alguns casos, a decisão judicial pode garantir o acesso ao tratamento de forma imediata, melhorando a qualidade de vida do paciente (OLIVEIRA et al., 2020). No entanto, em outros casos, a decisão judicial pode ser ineficaz ou insuficiente para garantir o acesso ao tratamento, como no caso da falta de disponibilidade do produto no mercado (KOPPEL et al., 2019).

Para aprimorar o uso do direito como ferramenta para garantir o acesso ao tratamento com CBD, é necessário promover a regulamentação adequada do uso medicinal da Cannabis, bem como a capacitação da classe médica sobre seu uso (FONSECA et al., 2020). Além disso, é importante buscar soluções que garantam o acesso ao tratamento de forma mais ampla, como a disponibilização do produto no SUS e a promoção de políticas públicas que incentivem a produção nacional do CBD (CARLINI; CUNHA, 2020).

Logo, as decisões judiciais têm sido uma importante ferramenta para garantir o acesso ao tratamento com CBD, mas apresentam limitações em sua efetividade. Para aprimorar o uso do direito como ferramenta para garantir o acesso ao tratamento, é necessário promover a regulamentação adequada do uso medicinal da cannabis, bem como buscar soluções que garantam o acesso ao tratamento de forma mais ampla. É importante que os poderes públicos sejam sensíveis à causa e possam proporcionar meios para que as pessoas que precisam desse tratamento possam ter acesso a ele.

#### **4 IMPACTOS DA FALTA DE REGULAMENTAÇÃO CLARA E UNIFORME SOBRE O ACESSO AO TRATAMENTO COM CANABIDIOL PARA CRIANÇAS COM SÍNDROMES EPILÉPTICAS REFRAATÁRIAS**

O direito fundamental à saúde enfrenta impactos significativos em relação ao acesso ao tratamento com canabidiol. Um desses impactos é o desafio enfrentado pelas famílias na obtenção da substância Carlini e Cunha (2021) compreendem que a falta de regulamentação clara e uniforme sobre o acesso ao tratamento para crianças com síndromes epiléticas refratárias tem diversos impactos no direito fundamental à saúde. Um dos principais desafios enfrentados pelas famílias é a obtenção da substância, visto que as barreiras burocráticas e legais dificultam o acesso.

Segundo Alchieri et al. (2020), a ausência de regulamentação adequada resulta em uma situação de insegurança jurídica, onde as famílias são obrigadas a recorrer a recursos judiciais para garantir o direito ao



tratamento. Essa burocracia e incerteza legal acabam prolongando o processo de obtenção da medicação, o que pode afetar negativamente a saúde das crianças.

Além disso, os profissionais de saúde também enfrentam desafios relacionados à segurança do uso da substância. Carlini e Cunha (2021) apontam que a falta de uma regulamentação clara e uniforme dificulta a definição de critérios para a prescrição do canabidiol, o que pode gerar incertezas quanto às dosagens, formas de administração e possíveis interações medicamentosas. Essa falta de diretrizes claras pode causar insegurança entre os profissionais de saúde, tornando mais complexa a tomada de decisão em relação ao tratamento.

A falta de regulamentação clara e uniforme também pode resultar em desinformação e preconceito. Segundo Oliveira et al. (2019), a ausência de informações adequadas sobre o canabidiol e seu uso terapêutico pode levar a concepções errôneas e estigmatizantes por parte da sociedade e até mesmo dos profissionais de saúde. Esse cenário dificulta a aceitação e a prescrição da substância, prejudicando o acesso das crianças ao tratamento.

A falta de regulamentação clara e uniforme afeta o direito fundamental à saúde das crianças com síndromes epiléticas refratárias. Araújo et al. (2019) destacam que a falta de acesso ao tratamento pode resultar em agravamento dos sintomas e comprometimento da qualidade de vida dessas crianças. A ausência de uma regulamentação adequada impede que elas obtenham o tratamento necessário para controlar as crises epiléticas, o que impacta diretamente seu bem-estar e desenvolvimento.

Contudo, Araújo et al. (2019) compreendem que a falta de regulamentação clara e uniforme sobre o acesso ao tratamento com canabidiol para crianças com síndromes epiléticas refratárias gera impactos significativos no direito fundamental à saúde. Isso se reflete nos desafios enfrentados pelas famílias na obtenção da substância, nas dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde na segurança do uso da substância, na desinformação e preconceito associados, e no comprometimento do bem-estar e qualidade de vida das crianças.

Diante disso, é essencial a implementação de uma regulamentação clara e uniforme que garanta o acesso seguro e eficaz ao tratamento para essas crianças. Carlini e Cunha (2021) afirmam que a ausência de padrões regulatórios consistentes resulta em variações na composição e na pureza do canabidiol disponível no mercado, comprometendo a eficácia e a segurança do tratamento.

Além disso, a utilização sem uma regulamentação adequada apresenta riscos para os pacientes e profissionais de saúde envolvidos. Segundo Alchieri et al. (2020), a falta de orientações claras e diretrizes precisas dificulta a avaliação dos benefícios e dos potenciais efeitos adversos do uso da substância, gerando incertezas quanto à sua utilização adequada e segura.

A falta de regulamentação clara e uniforme também resulta em impactos socioeconômicos significativos no acesso ao tratamento com canabidiol. Araújo et al. (2019) destacam que a ausência de diretrizes claras cria obstáculos para a produção, distribuição e comercialização da substância, o que pode aumentar os custos para os pacientes e suas famílias, além de limitar a disponibilidade do tratamento em determinadas regiões.

Nesse contexto, é fundamental considerar o direito fundamental à saúde e garantir uma regulamentação adequada para o acesso ao tratamento com canabidiol. Conforme destacado por Koppel et al. (2019), as políticas e regulamentações devem ser baseadas em evidências científicas sólidas, visando garantir a segurança e a eficácia do tratamento, além de facilitar o acesso adequado para os pacientes que se beneficiam dessa terapia.

Carlini e Cunha (2020) afirmam que países como os Estados Unidos, o Canadá e alguns países europeus já adotaram regulamentações que permitiram o acesso seguro e eficaz ao tratamento, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida das crianças afetadas por essas síndromes.

Para minimizar os impactos da falta de regulamentação clara e uniforme sobre o acesso ao tratamento, propostas têm sido apresentadas. Alchieri et al. (2020) argumentam que é necessário estabelecer diretrizes claras

para a produção, distribuição e prescrição do canabidiol, bem como promover a capacitação adequada dos profissionais de saúde envolvidos no tratamento. Dessa forma, busca-se assegurar a qualidade e a segurança da substância, além de garantir o acesso adequado aos pacientes que necessitam desse tratamento.

No contexto legislativo, também há propostas visando ampliar o acesso ao tratamento para crianças com síndromes epiléticas refratárias. Oliveira et al. (2019) destacam que projetos de lei têm sido apresentados em diversos países com o objetivo de facilitar a obtenção da substância, permitindo seu uso terapêutico de forma regulamentada. Essas propostas legislativas visam assegurar o direito fundamental à saúde e proporcionar melhores condições de tratamento para as crianças afetadas.

Propostas regulatórias têm sido apresentadas com o intuito de ampliar o acesso. Segundo Alchieri et al. (2020), tais propostas visam estabelecer critérios claros para a produção, distribuição e prescrição do Canabidiol, promovendo a segurança e a qualidade do tratamento. A regulamentação adequada é essencial para assegurar que o acesso ao Canabidiol seja realizado de forma eficiente e segura, beneficiando as crianças com síndromes epiléticas refratárias.

De acordo com Araújo et al. (2019), o Poder Judiciário tem sido acionado por famílias em busca do direito ao tratamento com Canabidiol, principalmente quando a oferta pública é insuficiente ou inacessível. As decisões judiciais favoráveis têm contribuído para a garantia do direito à saúde e para a ampliação do acesso ao tratamento com Canabidiol.

Segundo Oliveira et al. (2019), é fundamental que haja investimentos e incentivos para pesquisas clínicas bem controladas, que avaliem a eficácia e a segurança do Canabidiol nesse contexto específico. Dessa forma, será possível obter evidências científicas robustas que embasem a utilização adequada do Canabidiol como alternativa terapêutica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram abordados diversos aspectos relacionados à utilização do canabidiol (CBD) como forma de concretizar o direito fundamental à saúde em crianças com síndromes epiléticas refratárias. Analisou-se o panorama regulatório e judicial, bem como a necessidade de aprimoramento da pesquisa científica nessa área.

Diante da problemática do acesso limitado ao tratamento com CBD no contexto brasileiro, é possível observar desafios e oportunidades. Os desafios estão relacionados à falta de regulamentação clara e acessível, bem como à escassez de estudos científicos que comprovem a eficácia e segurança para essa população específica. Por outro lado, as oportunidades residem na possibilidade de implementação de políticas públicas que ampliem o acesso e garantam a qualidade do tratamento.

Para resolver o problema do acesso limitado ao tratamento com CBD, é necessário um esforço conjunto entre órgãos regulatórios, profissionais de saúde, pesquisadores e sociedade civil. A regulamentação deve ser aprimorada, considerando as necessidades das crianças com síndromes epiléticas refratárias e estabelecendo critérios claros para o uso. Além disso, investimentos em pesquisa científica são fundamentais para fornecer evidências robustas sobre a eficácia e segurança do tratamento.

As hipóteses levantadas neste estudo foram validadas, uma vez que se constatou a existência de obstáculos no acesso ao tratamento, bem como a importância de medidas regulatórias e científicas para superar tais obstáculos. A falta de clareza normativa e a escassez de pesquisas são questões reais que impactam diretamente a concretização do direito fundamental à saúde dessas crianças.

As premissas secundárias também foram confirmadas ao longo da pesquisa. Verificou-se que a ampliação do acesso ao tratamento com CBD é uma demanda social urgente e que a falta de políticas adequadas gera desigualdades no acesso à saúde. Além disso, a relevância da pesquisa científica na área foi evidenciada, uma vez que a falta de estudos robustos dificulta a tomada de decisões embasadas em evidências.

Os objetivos propostos foram respondidos ao longo da pesquisa, destacando a importância de políticas públicas adequadas, a necessidade de investimentos em pesquisa científica e a busca pela ampliação do acesso ao tratamento para crianças com síndromes epiléticas refratárias. Com base nessas conclusões, percebe-se que é fundamental adotar medidas que garantam o acesso apropriado e seguro ao CBD, respeitando o direito fundamental à saúde dessas crianças.

A metodologia utilizada neste estudo permitiu responder à problemática proposta, uma vez que foi possível analisar o panorama regulatório e judicial, bem como a relevância da pesquisa científica, por meio da revisão da literatura disponível. Dessa forma, foi possível obter informações fundamentadas e atualizadas sobre o tema, contribuindo para a compreensão dos desafios e oportunidades no direito de acesso ao tratamento com CBD.

A justificativa da pesquisa foi validada devido à relevância e urgência do tema abordado. A limitação do acesso ao tratamento com CBD para crianças com síndromes epiléticas refratárias é uma questão que afeta diretamente o direito fundamental à saúde desses indivíduos. A necessidade de regulamentação clara, baseada em evidências científicas, e a busca por políticas públicas que promovam o acesso igualitário ao tratamento são desafios que demandam atenção e ação imediata.

Correlacionando os achados da pesquisa, é importante destacar algumas das principais limitações encontradas. A escassez de estudos científicos específicos para essa população e a falta de dados consistentes sobre a eficácia e segurança do CBD para crianças com síndromes epiléticas refratárias são limitações que dificultam a tomada de decisões embasadas em evidências. Além disso, a diversidade de regulamentações em diferentes países e a falta de consenso internacional sobre o tema também constituem um desafio para a construção de políticas adequadas.

No decorrer da pesquisa, foram identificadas algumas dificuldades enfrentadas. A falta de acesso a informações completas e atualizadas sobre os regulamentos existentes, bem como a heterogeneidade das abordagens terapêuticas utilizadas, dificultaram a análise abrangente do panorama regulatório e científico. Além disso, a complexidade da temática e a falta de consenso em relação à eficácia do CBD em diferentes tipos de síndromes epiléticas foram obstáculos que exigiram uma revisão criteriosa da literatura disponível.

Considerando os achados da pesquisa, sugere-se a continuidade dos estudos nessa área, explorando questões que ainda não foram completamente elucidadas. Novas investigações científicas são necessárias para fornecer evidências robustas sobre a eficácia e segurança do CBD em crianças com síndromes epiléticas refratárias. Além disso, é fundamental realizar pesquisas que considerem a diversidade de fatores, como idade, dosagem e características individuais dos pacientes, a fim de aprimorar o entendimento sobre a melhor utilização dessa terapia.

É importante ressaltar que a pesquisa apresentada neste estudo é apenas o ponto de partida para a compreensão do tema e enfrenta suas próprias limitações e desafios. No entanto, os achados obtidos fornecem uma base sólida para o avanço do conhecimento nessa área e destacam a necessidade contínua de investigações científicas e políticas públicas que visem garantir o acesso ao tratamento com CBD para crianças com síndromes epiléticas refratárias, assegurando assim seu direito fundamental à saúde.

ALCHIERI, J. C. et al. Regulamentação do uso medicinal da Cannabis. **Revista Bioética**, v. 28, n. 3, p. 396-405, 2020.

ARAÚJO, L. M. R. et al. Acesso à Cannabis medicinal no Brasil: direito à saúde, cuidado e emancipação. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, 2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução nº 327, de 12 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para a concessão de autorização para a fabricação e o registro de medicamentos derivados da Cannabis spp. e seus derivados, e dá outras providências. *In: VADE Mecum*. São Paulo Saraiva, 2023. Ebook.

BRASIL. Alteração no Projeto de Lei nº 399, de 2021. Dispõe sobre a produção, a industrialização, a pesquisa, o cultivo, o transporte, a comercialização, o uso, a importação, a exportação, o controle e a fiscalização da Cannabis spp. e do cânhamo industrial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2263965>. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Parecer nº 3, de 27 de abril de 2020. Dispõe sobre o uso medicinal da Cannabis spp. Disponível em: [http://www.cff.org.br/userfiles/file/parecer\\_tecnico/Parecer-Tecnico](http://www.cff.org.br/userfiles/file/parecer_tecnico/Parecer-Tecnico)

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Parecer nº 04**, de 25 de janeiro de 2019. Dispõe sobre o uso da Cannabis para fins medicinais e científicos. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2019/4>. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD. *In: VADE Mecum*. São Paulo Saraiva, 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. *In: VADE Mecum*. São Paulo Saraiva, 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.096, de 11 de maio de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 maio 1998.

BRASIL. Projeto de lei nº 399, de 2015. Dispõe sobre a produção, a industrialização, a pesquisa, o cultivo, o transporte, a comercialização, o uso, a importação, a exportação, o controle e a fiscalização da Cannabis spp. e do cânhamo industrial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1470116](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1470116). Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição Federal da República Brasileira de 1988. *In: VADE Mecum*. São Paulo: Saraiva, 2023.

17

CARLINI, E. A.; CUNHA, J. M. Canabidiol (CBD): definições, histórico, farmacologia e regulamentação. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 43, n. 4, p. 383-388, 2021.

CARLINI, E. A.; CUNHA, J. M. Uso medicinal da Cannabis sativa: um breve resumo. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 48, n. 2, p. 85-89, 2020.





CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Pacto de San Jose da Costa Rica, 1969. *In: VADE Mecum*. São Paulo: Saraiva, 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 abr. 1948. *In: VADE Mecum*. São Paulo: Saraiva, 2023.

FIDELIS, G. V. et al. O acesso ao canabidiol como tratamento terapêutico: uma revisão sistemática. **Revista de Pesquisa em Saúde**, v. 20, n. 1, p. 34-40, 2019.

FONSECA, L. S. et al. Uso terapêutico do canabidiol: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Medicina**, v. 77, n. 2, p. 57-63, 2020.

KOPPEL, B. S. et al. The ABCs of medical marijuana and epilepsy. **Epilepsy & Behavior**, v. 98, p. 115-119, 2019.

OLIVEIRA, J. C. et al. Canabidiol: o composto mais estudado da Cannabis sativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 4, p. 324-331, 2019.

OLIVEIRA, L. G. et al. Acesso ao canabidiol para tratamento de epilepsia refratária: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 14, n. 3, p. 890-898, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração dos direitos da criança de 1959**. *In: VADE Mecum*. São Paulo: Saraiva, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: as perguntas mais frequentes sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**, 2018. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/cartilhadeperguntaserespostasdosods.html>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O NOVO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?**

THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE AND THE NEW PERIOD OF LITERACY: WHAT DO TEACHERS SAY?

<sup>1</sup> Wagson Chalo Moçambique<sup>2</sup> Eliuomar Cruz da Silva<sup>3</sup> Laury Vander Leandro de Souza<sup>4</sup> Adry Gabrielle Duarte de Almeida<sup>5</sup> Cristiane Antônia Duarte**RESUMO**

Este estudo objetivou analisar e entender as mudanças ocorridas no período de alfabetização das crianças matriculadas no tempo certo a partir da Base Nacional Comum Curricular. Também procurou pontuar o tempo estipulado para alfabetizar os alunos na escola pública antes da base. E verificou qual é a opinião dos professores alfabetizadores no que concerne ao assunto em estudo sobre o novo período para alfabetizar descrito na Base Nacional Comum Curricular, utilizando como critério de elegibilidade professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Base Nacional Comum Curricular. Professores.

**RESUMEN**

Este estudio tuvo como objetivo analizar y comprender los cambios ocurridos en el período de alfabetización de los niños matriculados en el momento adecuado a partir de la Base Curricular Común Nacional. También se buscó puntuar el tiempo estipulado para alfabetizar a los alumnos de la escuela pública antes de la base. Y verificó cuál es la opinión de los alfabetizadores del tema en estudio sobre el nuevo período de alfabetización descrito en la Base Curricular Común Nacional, utilizando como criterio de elegibilidad a los docentes que laboran en la educación inicial y los grados iniciales de la enseñanza básica.

**Palabras clave:** Alfabetización. Base Curricular Nacional Común. Maestros

**SUMMARY**

This study aimed to analyze and understand the changes that occurred in the literacy period of children enrolled at the right time based on the National Common Curricular Base. It also sought to punctuate the stipulated time to alphabetize students in the public school before the base. And it verified what is the opinion of literacy teachers regarding the subject under study about the new period for literacy described in the National Common Curricular Base, using teachers who work in early childhood education and the initial grades of elementary school as an eligibility criterion.

**Keywords:** Literacy. Common National Curriculum Base. Teachers.

**1 Introdução**

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005/2014, é preciso alfabetizar os alunos até o final do 3º ano do ensino fundamental. Com a aprovação da 3ª versão da BNCC - Base Nacional Comum Curricular,

1 Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, 2017. Pós-graduando em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Kurios-FAK, 2018. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana/Facultad de Postgrados. [wagsonhd@gmail.com](mailto:wagsonhd@gmail.com).

1

2 Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhirih. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuomar9@gmail.com](mailto:eliuomar9@gmail.com).

3 Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysouzabc@gmail.com](mailto:laurysouzabc@gmail.com).

4 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana de Ciências Sociales do Paraguay-PY. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [duarteadry5@gmail.com](mailto:duarteadry5@gmail.com).

5 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana de Ciências Sociales do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhirih. Graduada em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [profa.cristianeduarte@gmail.com](mailto:profa.cristianeduarte@gmail.com)

isso deve ser feito até o final do 2º ano do ensino fundamental, trazendo dessa forma novas perspectivas para o cenário educacional no país. No entanto essa mudança tem causado debates calorosos entre aqueles que defendem e discordam do que diz a nova BNCC.

Procuramos demonstrar que o documento está aí e precisa ser cumprido, uma vez que o mesmo tem caráter de lei. Cabendo a nós nos apropriar do mesmo e fazer o melhor uso possível, sem é claro, deixar de realizar algumas considerações e pontuar elementos que podem ser positivos ou não para o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da nossa educação nas séries iniciais do ensino fundamental, ouvindo e colocando em debate o assunto com professores alfabetizadores.

Primeiramente dentro desse embate devemos considerar que pelo menos três indivíduos estão diretamente ligados ao que a base nos traz sobre o processo de leitura e escrita dos alunos das escolas públicas e particulares, sendo estes: o professor, o aluno, os pais ou responsáveis.

O professor porque é ele que vai desenvolver o trabalho dentro de sala de aula, através de metodologias estabelecidas para alcançar a meta de alfabetização dentro do prazo estabelecido. O aluno porque é ele que irá receber, participar, contribuir ativamente nas práticas de ensino. Uma vez envolvido deverá construir sua autonomia, dominar o nosso Sistema de Escrita Alfabética e se tornar uma pessoa considera alfabetizada. Os pais porque são eles que inserem a cultura, a linguagem, a crença, os costumes, as tradições e outras manifestações de letramento antes mesmo do aluno adentrar na escola. Também são eles que continuarão a participar da construção da pessoa-humana de seus filhos, apresentando cada vez mais o mundo cercado de comunicação, seja escrita ou falada no seu dia-a-dia.

Para Albuquerque (2010)

alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar, crianças, jovens ou adultos a ler e escrever. Vista pela ótica do aprendiz, ela consiste no processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e escrever (ALBUQUERQUE, 2010, p. 15)

Quando os portugueses colonizaram o Brasil este ensino consistia na catequização e domesticação dos povos indígenas, utilizando para isso a gramática da língua Tupi, oralização e a memorização, visando depois inseri-los aos rituais e dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Uma ação que desprezava totalmente a educação da sociedade nativa, desenvolvida através da socialização dentro de comunidades sustentáveis, onde necessariamente não havia um sistema de educação ou regras pré-estabelecidas durante o processo na formação social e cultural de cada um.

Segundo Kramer (2010) a alfabetização não se limita apenas ao processo de decodificação e à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo. Isso porque que antes mesmo de a criança ler e escrever ela compreende as situações que a rodeiam, identifica objetos e se expressa de várias maneiras de falar. Também pelo fato de muitas experiências de leitura antecederem a leitura e a escrita propriamente dita. Sendo este processo iniciando antes mesmo da criança entrar na escola.

Esta pesquisa surge a partir de um recorte do trabalho de dissertação de mestrado, vinculado a Universidad Interamericana (UI). Este estudo também está alinhado ao interesse em conhecer mais sobre a realidade local e trazer ao campo científico contribuições relacionadas a alfabetização. Trata-se de uma análise exploratória, com base na formação, vivências e experiências dos professores investigados, levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa de pesquisa.

Esse artigo analisou as mudanças ocorridas no período de alfabetização das crianças matriculadas no tempo certo a partir da Base Nacional Comum Curricular, na última versão. Também pontuou qual era o tempo estipulado para alfabetizar os alunos na escola pública antes da base. E verificou qual é a opinião dos professores alfabetizadores no que concerne ao assunto em estudo.

A educação ainda continua sendo a esperança de muitos professores e educadores do Brasil, no sentido de que por meio da educação possamos chegar a um novo nível de formação de homens e mulheres que transforme a sociedade na qual vivemos num lugar melhor.

## 2. Breve comentário a respeito do conceito de alfabetização no Brasil

Num sentido histórico do nosso país, até o ano de 1940, era considerado alfabetizado no Brasil aquele que soubesse assinar o seu próprio nome sem auxílio de um terceiro. Os estudos estavam pautados no catecismo, cartilhas de abc, essas cartilhas eram compostas do alfabeto, sílabas e carta de nomes (CÔRREA, 2005). Em meados da década de 1980, os métodos sintéticos e analíticos estavam em alta e os indivíduos que conseguissem ler e escrever palavras, frases e textos simples como um bilhete, não podiam ser mais chamados de analfabetos.

É também nesse espaço de tempo que diversas pesquisas começam a ser desenvolvidas na área da leitura e escrita.

A partir de 1990, o sentido da palavra “alfabetização” começou a ganhar novas concepções, é nesse período que o termo foi ampliado e passou então a englobar outro fenômeno, o letramento. É nesse período que o construtivismo chega ao Brasil e começa a ser plenamente divulgado em oposição aos antigos métodos como sintéticos e analíticos, silábicos ou fônicos. Presenciamos a partir de então uma grande divulgação dos trabalhos de Magda Soares, Emília Ferreiro e Ana Teberosky, apoiadas nas ideias de Vygotsky e Piaget levaram muitas escolas e professores a adotar suas ideias na perspectiva de gerar novas mudanças na educação. Tais estudos e trabalhos influenciam até hoje diversos profissionais da educação.

Atualmente para ser considerado alfabetizado, é preciso compreender, interagir e ser capaz de buscar o significado do texto e contextos diversificados escritos ou falados. Esse conceito está inserido a outro fenômeno, ao do analfabeto funcional, uma vez que muitos ainda não conseguem transitar de maneira autônoma no mundo letrado.

No entanto no Brasil, ainda existem muitas disparidades acerca do que é alfabetização, como a criança, jovem ou adulto precisa ser alfabetizado e o período em que isso deve ocorrer. Além das discussões históricas sobre o método a ser utilizado, posicionamentos, práticas de ensino muitas vezes ligadas à sua formação acadêmica e literatura estudada. Também pela maneira que o próprio profissional foi alfabetizado.

A Base Nacional Comum Curricular surge para normatizar e definir muitas questões como essas, visa por meio de habilidades e competências consideradas primordiais para três etapas da educação básica garantir o acesso à educação e o pleno desenvolvimento do homem para a vida e o mercado de trabalho.

Competência, definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018. p. 08).

Num sentido mais amplo da palavra compreendemos que a base segue os mesmos princípios da Constituição Federal de 1988, assim como de outras leis que até então abordam a educação em nível nacional, como por exemplo a Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996.

## 2.1 O período de alfabetização na BNCC, o que mudou?

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a educação aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, porém, nela não encontramos a palavra alfabetização. Na Lei de Diretrizes da Educação Nacional de igual forma essa palavra não está presente. Inferimos, portanto, que a lei 9394/96, em seu artigo 32, inciso I, definiu a alfabetização como o trabalho ou ação que garanta “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (BRASIL, 1996).

Sobre o período em que a alfabetização deve ocorrer na LBDN, não encontramos, nos levando a crer que esta ocorrerá a partir do 1º ano do ensino fundamental, porém, a lei na sua íntegra deixa um pouco solto e possibilita múltiplas interpretações sobre até quando a leitura e escrita precisa ser consolidada.

No Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, a alfabetização aparece na meta 5, onde determina que é preciso “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º

(terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014, p. 24). O tempo estipulado tem causado debates, uma vez que a lei fixa um tempo, mas isso vem demonstrando que a lei por si só não garante o sucesso do aprendizado. Estamos já em 2021 e muitas metas estabelecidas no PNE ainda não foram alcançadas, principalmente no que diz respeito ao ensino da leitura e escrita, um exemplo disso é que em 2018 o total de analfabetos era mais de 11 milhões de pessoas.

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, homologada no dia 20 de dezembro de 2017, é definida pelo Ministério da Educação como um documento obrigatório em todo o território nacional, e devia ser implementada a partir de 2019 no que tange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Sobre a alfabetização a base define que deverá ocorrer nos primeiros anos do ensino fundamental e faz menção da educação infantil, sendo que nela a criança já precisa alcançar habilidades e conhecimentos que possam contribuir na leitura e escrita. Essa mudança tenta tirar a ideia que muitas vezes a criança da educação infantil ia a escola simplesmente para “brincar”. Certo que o lúdico é uma ferramenta importantíssima, mas o que muitas vezes foi debatido era que isso ocorria de maneira muito solta, o que acarretava maior carga de trabalho aos professores das etapas posteriores da vida escolar da criança.

Nesse sentido a base prioriza a oralidade, expressões linguísticas do próprio aluno, uso de gêneros textuais como: cantigas, parlendas, revistas, contos, jogos, receitas, games, relatos de experiências e experimentos para alfabetizar, (BRASIL, 2018).



Especificamente, no que concerne a prática de trabalho no Ensino Fundamental, o ensino da leitura e escrita está inserido na disciplina de Língua Portuguesa dentro da Área de Linguagem, destacando sua prática em quatro eixos, a saber: oralidade, análise linguística, semiótica, leitura/escrita e produção de texto.

Em resumo, podemos definir as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização/ como sendo capacidades de (de)codificação, que envolvem:

Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); Conhecer o alfabeto; Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento) – (BRASIL, 2018, p. 93);

Essa proposta requer que a escola desenvolva uma aprendizagem que possua uma aplicabilidade ou utilidade prática, isto significa dizer que a mesma deverá estar a serviço sociedade, ao mesmo tempo em que vende a ilusão que a sociedade é justa, uma vez que valoriza todos de forma igualitária, daí a ideia de justa, sendo esta sociedade sem discriminação e exclusão, não pode ser questionada. Dessa forma a base reduz ainda mais o que é aprendido na escola (GONTIJO, 2020).

É necessário lembrar que o governo atual, através do Ministério da Educação, sugeriu que se faça uma nova revisão a Base Nacional Comum Curricular, pois acredita que ela ignora conceitos fundamentais para que aja uma alfabetização de qualidade.

Em 2019 é instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio do Decreto Nº 9.765, de 11 de abril, onde em seu art. 2º, inciso I, considera-se: “alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão” (BRASIL, 2019). Que deve ocorrer logo no primeiro ano do ensino fundamental, cabendo ao Ministério da Educação coordenar as estratégias dos programas e das ações a respeito dessa política.

Em outras palavras a PNA seria uma resposta do governo a BNCC, por intermédio da qual muda o período em que deve ocorrer a alfabetização e os princípios nela contida.

## 2.2 A BNCC e o período de alfabetização: Qual é a perspectiva dos professores?

Tratando-se de educação o professor é a pessoa mais envolvida nas práticas de ensino, porque é ele que vai desenvolver o trabalho dentro de sala de aula, através de metodologias estabelecidas para alcançar a meta de alfabetização dentro do prazo estabelecido. Mesmo após a mudança de foco em nosso país, onde o sujeito mais importante se tornou o aluno, o professor ainda é o agente transformador, aquele capaz de conceber uma transformação na vida do educando.

A análise desenvolvida sugere que o entendimento dos professores está relacionado a ideia de que a alfabetização é o processo que vai deste o reconhecimento das letras do alfabeto até o processo onde o aluno desenvolve a leitura, ou seja, desde identificar os grafemas (grafia das letras); até a produção dos fonemas (sons) correspondente a cada uma delas, um processo que envolve a escrita e leitura. Considerando que alfabetização é tudo para a vida de uma criança, é através da qual o aluno vai levar adiante seus estudos.

Quando é colocado em questão o novo período para alfabetizar na BNCC, existe uma discordância generalizada, e aqui podemos pontuar essa discrepância em duas etapas, a primeira é se dá pelo fato de que em certos pontos a Base Nacional Comum Curricular do ponto de vista dos professores está correta, quando ela define que as crianças sejam alfabetizadas entre o 1º ano até o 2º ano do ensino fundamental. É possível que o profissional dedicado possa sim alcançar êxito nesses dois anos.

Mas vejamos por um outro lado, existem ainda uma diferença muito grande em termos de educação no nosso país, pois em certos lugares onde as crianças tem acesso desde cedo ao ingresso na escola elas tem mais facilidades para aprender (de ser alfabetizada), já em outros onde se investem pouco na educação, não é uma tarefa muito fácil alfabetizar.

4

Notamos uma certa carência na aprendizagem do aluno; sem contar que a participação da família é fundamental nesse processo e na maioria das vezes a escola não tem essa participação. E na maioria das vezes esse processo varia de pessoa para pessoa é não é possível criar estimativas de que até o 2º ano a criança será alfabetizada.

Para tanto “o fracasso da alfabetização tem sido um mal que atinge quase que somente as crianças pobres”, como se isso fosse natural (MORAIS, 2012, p. 23).

Acredita-se também a aquisição da leitura propriamente dita varia de criança para criança. Existe criança que

aprende num período bastante curto, como um ano, outras podem levar mais de quatro anos, dependendo das respostas de cada um e do desenvolvimento apresentando durante esse processo. Isso quando não ocorre casos em que a criança possui distúrbios de aprendizagem, onde será necessário maior acompanhamento e um conjunto de profissionais para consolidar a meta estabelecida pela base.

Outra situação é infelizmente um assunto antigo, para que ocorra a alfabetização nos espaços escolares é preciso termos profissionais capacitados, uma realidade presente em nosso país, é a má formação do professor, isso remete a uma crítica as universidades que começaram a nosso ver debates intermináveis na sala de aula, deixando o conteúdo em segundo plano, ao passo que ao final do curso os graduados aprenderam a “criticar”, mas não dominam certos conceitos práticos e teóricos para se tornarem alfabetizadores competentes.

### 3. Metodologia

Para alcançarmos os objetivos propostos nesse estudo levantamos informações acerca da Política Nacional de Alfabetização, Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão, Lei de Diretrizes da Educação Nacional, lei 9394/96, Programa Nacional de Educação, lei 13.005/2014, Constituição Federal de 1988 a respeito da educação e alfabetização no Brasil. Além de consulta e leitura a livros que discutem a alfabetização no país, artigos científicos que abordam o novo período de alfabetização requerido na BNCC e arquivos que tratam direta e indiretamente o assunto abordado.

Trata-se de uma pesquisa exploratória a respeito das opiniões dos professores alfabetizadores da Escola Municipal de Limeira, escola pública pertencente ao município de Tabatinga, interior do Amazonas, sobre a novo período para alfabetizar descrito na Base Nacional Comum Curricular, utilizando como critério de elegibilidade professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, efetivos ou em cargos de nível temporário.

Assim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, pois a mesma envolve uma investigação baseada em fontes secundárias e compreende métodos e técnicas que facilitam o estudo (DUARTE & FURTADO, 2002), quanto ao tipo de pesquisa é qualitativa (LÜDKE & ANDRÉ, 2014), analisando os dados encontrados indutivamente conforme descrito por Silva (2005).

Para a obtenção das informações necessárias ao trabalho relacionado a perspectiva dos professores recorremos a entrevista a semiestruturada, GIL (1994, p. 113), uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas [...] por pesquisadores que [tratam de problemas humanos], [...] com objetivos voltados para diagnóstico e orientação [...]. A revisão de literatura ocorreu durante o mês de junho e as entrevistas e análise do material coletado no mês de julho de 2021. Todas as entrevistas foram previamente agendadas e seguiram todos os cuidados recomendados pela Organização Mundial de Saúde para evitar a propagação do novo coronavírus.

### 4. Considerações finais

Por meio dessa análise foi possível perceber que ao longo das últimas décadas começou a existir uma preocupação maior sobre a alfabetização de crianças em idade escolar. Também começou surgir novos debates no campo da educação preocupados com a maneira de ensinar a ler e escrever os educandos.

Desde a nossa colonização pelos portugueses até os dias atuais, tanto o conceito como a forma de encarar a alfabetização sofreram mudanças, principalmente a partir dos estudos realizados nos de 1980. Nesse sentido progredimos bastante, no entanto, por falta de uma melhor compressão dessas pesquisas, resultou em muitos “entusiasmados com o novo” a abandonarem práticas também importantes para a compressão do nosso Sistema de Escrita Alfabética.

Como resultado temos no Brasil muitas disparidades acerca do que é alfabetização, como a criança, jovem ou adulto precisa ser alfabetizado e o período em que isso deve ocorrer. Além das discussões históricas sobre o método a ser utilizado, posicionamentos, práticas de ensino muitas vezes ligadas à sua formação acadêmica e literatura estudada.

5

Os professores acham louvável a preocupação sobre tempo em que a criança deve alcançar autonomia na leitura e escrita, porém, muitos são resistentes quanto a alfabetizar em três, dois e um ano. Acreditam que muitos fatores estão relacionados a isso, recursos e meios que na maioria dos casos o Estado não dispõe, ainda que tenhamos direitos garantidos em lei.

Enfim, o documento está aí e precisa ser cumprido à risca, uma vez que o mesmo tem caráter ou força de lei. Cabendo a nós nos apropriarmos do mesmo e fazermos o melhor uso possível, sem é claro, deixar de realizar algumas considerações e pontuar elementos que podem ser positivos ou não para o processo de crescimento,



desenvolvimento e qualidade da nossa educação nas séries iniciais do ensino fundamental, ouvindo e colocando em debate o assunto com professores os alfabetizadores.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas** / organização Telma Ferraz Leal, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Artur Gomes de Morais. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. – (Coleção Estudos em EJA).

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005/2014**. Brasília: 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização, decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Disponível em <http://solicitacao.servicos.gov.br>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

CALÇADE, Paula. **Brasil está mesmo alfabetizado? – 25 de fevereiro, 2019**. Disponível em <https://novaescola.org.br/>. Acesso em 4 abr. de 2021.

CÔRREA, Carlos Humberto Alves. **Manuais, paleógrafos e livros de leitura; com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?** Texto apresentado no Seminário “Constituição do leitor: memórias” promovido pelo Grupo de Pesquisa Alfabetização, leitura e escrita (ALLE) e que foi reavaliado no dia 14 de setembro de 2005 na faculdade de educação da Unicamp.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisas.3 ed.** Montes Claros – Minas Gerais: Unimontes, 2002, 219 p.

GIL, Antônio Carlos, 1994, 2002. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. Ed. -11. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. COSTA, Dania Monteiro Vieira. PEROVAN, Nayara Santos. **Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular. Campinas, SP, 2020**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0110>>.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**/Sonia Kramer. – São Paulo: Ática, 2010. 2013p. – (educação em ação)

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**/ Menga, Lüdke, Marli E. D. A. André. - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2014. 21 cm.

MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. ver. Atual. –Florianópolis: UFSC, 2005.



**INE- INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, HUMANAS E EXATAS - FAHE**  
**JAIRO RIBEIRO DA SILVA**

**A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E OBJETIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO  
NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA- UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)  
apresentado como requisito parcial para a obtenção  
do título de especialista em História e Cultura afro-  
brasileira do INE- Instituto Nacional de Ensino –  
FAHE - Faculdade de Administração Humanas e  
Exatas



## RESUMO

Jairo Ribeiro da Silva\*

Artigo elaborado como trabalho de conclusão de curso da especialização em História e Cultura afro-brasileira, tendo como base a historiografia da escravidão e pós-abolição da população negra no Brasil, e suas repercussões na mentalidade e cultura geradora do senso comum no País. Analisando, expondo e relacionando diversos contextos e dinâmicas históricas, faz uma abordagem sucinta, mas concisa, do processo de desumanização de pessoas racializadas como “negres” e a consequente visão de utilitários até os dias atuais. O processo de estigmatização e de alimentação de estereótipos, que condiciona tais indivíduos a lugares sociais pré-determinados, e a exclusão, é o foco principal; de forma a contribuir com o entendimento sobre a força que o processo histórico escravagista teve na estruturação da exclusão da população negra no Brasil e sua consequente naturalização dessa exclusão e marginalização.

**Palavras-chave:** História 1. Racismo 2. Escravidão 3. História das mentalidades 4. História do Brasil 5.

---

\*Historiador, professor da rede pública de ensino do Estado da Bahia. E-mail: rs.jairo.rs@gmail.com

## ABSTRACT

Article elaborated as a course conclusion work of specialization in Afro-Brazilian History and Culture, based on the historiography of slavery and post-abolition of the black population in Brazil, and its repercussions on the mentality and culture that generates common sense in the country. Analyzing, exposing and relating various contexts and historical dynamics, it makes a succinct but concise approach to the process of dehumanization of racialized people as "negres" and the consequent view of utilities to this day. The process of stigmatization and feeding of stereotypes, which conditions such individuals to predetermined social places, and exclusion, is the main focus; in order to contribute to the understanding of the strength that the slave-based historical process had in structuring the exclusion of the black population in Brazil and its consequent naturalization of this exclusion and marginalization.

**Keywords:** Story 1. Racism 2. Slavery 3. History of mentalities 4. Brazil's history 5.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>3</b>
2.1	A ORIGEM DO RACISMO; O PROPULSOR DOS ESTIGMAS NEGATIVOS PERPETUADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NEGRA, NO BRASIL ESCRAVISTA E PÓS ABOLIÇÃO .....	3
2.2	ESCRavidÃO NEGRA NO BRASIL: A FONTE COTIDIANA DAS RETROALIMENTAÇÕES DE ESTEREÓTIPOS E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO BRANCA .....	5
2.3	O USO DOS ESTEREÓTIPOS PELO RACISMO PARA DETERMINAR EXCLUSÕES E ASSEGURAR PRIVILÉGIOS .....	7
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>12</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem nas Américas uma posição *sui generis*, a de último país a decretar oficialmente o fim da escravidão pelo estado. Em mais de três séculos e meio, doze milhões e meio de pessoas negras foram raptadas de sua origem para as terras brasileiras, com a finalidade de trabalhar entre doze e quinze horas por dia para enriquecimento de famílias europeias e o estado brasileiro, além de servirem como objetos de uso sexual para estes mesmos senhores.

Calcado na memória coletiva da população brasileira estão os resquícios de quase quatro séculos de escravização de pessoas negras como forma de exploração de mão-de-obra, produção de riquezas, organização social e desenvolvimento de extrato social e cultural. Tal histórico logrou toda a gama de conceitos e lugares comuns dos corpos no Brasil de acordo com sua proximidade ou não com a negritude, que é diretamente determinado por um mapa de estereótipos que visa determinar indefinidamente os lugares de “senhores” e “escravos” na sociedade brasileira, como explana perfeitamente Clovis Moura<sup>2</sup>.

Esse “mapa”, embora invisível a olho nu, é extremamente eficiente em determinar e posicionar, os corpos na sociedade brasileira, de acordo com sua tonalidade de pele, e um intrincado emaranhado de códigos, que só podem ser decifrados, levando em conta a natureza subjetiva das relações raciais no Brasil, após a perenidade da escravização de pessoas racializadas como negres pelo estado brasileiro. É importante a observância da construção cultural que foi resultante do sequenciamento de séculos de senso comum, sobre os lugares “naturais”, das pessoas no Brasil, de acordo com seu status racial, para a compreensão e aprofundamento analítico das interações sociais resultantes deste processo.

Nessa seara profícua de elementos a serem observados e expostos, a Historiografia através da modalidade convencionalizada como “História das mentalidades”, traz uma rica gama de possibilidades analíticas da formação cultural e subjetiva da população brasileira. Utilizando desse aparato analítico, será exposto e exemplificado. Como se desenvolveram e foram reafirmados estereótipos negativos em relação à população racializada como negres; e de quais formas se utilizou tais

---

<sup>2</sup> Clovis de Assis Moura (Amarante, 10/07/1925- São Paulo, 23/12/2003), Sociólogo, Historiador, escritor brasileiro.



construções para desumanizar e objetificar tais pessoas no decorrer da História do Brasil.

Para se chegar ao entendimento aprofundado e real sobre as subjetividades resultantes da história pregressa da sociedade brasileira, escravista legalmente até 1888; se faz também importantíssimo, uma viagem teórica até a Europa e a gestação do conceito de humanidade, produzido pelo racismo clássico das sociedades europeias colonizadoras de nações africanas e asiáticas; necessitadas de aportes ideológicos e morais para suas empreitadas de rapinagem, escravização e imposição cultural imperialista, e consolidar este entendimento, através do racismo científico pós regime escravista, que deu sentido para as políticas e ações estatais excludentes, elaboradas no Brasil.

Pensar os lugares construídos para serem ocupados pelas pessoas lidas como negres na sociedade brasileira, tanto na atualidade, quanto no decurso da História do país pós invasão de Pindorama pelos europeus; é pensar o racismo na estrutura da mentalidade dos que se consideram brasileiros.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Falar, dissertar, racionalizar sobre questões raciais exige aportes teóricos básicos. É imprescindível a compreensão que a racialidade nasceu do racismo e não o contrário. Que raça é uma classificação social e não biológica, e que todas as mazelas sociais dos países das Américas em que houve a escravização sistemática de sequestrados do continente africano como sistema de produção, está diretamente ligada a esse passado histórico. Tem como agente determinante o racismo a descendentes destes escravizados. Faz parte da sua formação cultural.

Esta realidade histórica determinou o que se denomina de “racismo estrutural” que passa a ser parte da cultura desses países e principalmente do Brasil, sendo determinante de juízo de valor do senso comum e referenciais do que é aceitável, e naturalmente adequado na sociedade. Longe de ser um aspecto doentio dentro da realidade vigente do país,

“o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.”

(ALMEIDA, 2019, p. 12)

A partir dessa premissa, cunhada pelo Jurista, Filósofo e professor universitário Silvio Almeida, temos como real e usual os fenômenos de articulação de formas de opressão, exclusão, objetificação, invisibilização e desumanização da pessoa negra e a efetividade dessas opressões em reproduções de estereótipos por homens e mulheres negras como padrões de comportamento do indivíduo mediano na sociedade brasileira, buscando com isso manter a supremacia branca em todos os aspectos desta sociedade, mesmo que na maioria das vezes sob a revelia do entendimento deste processo por esta mesma população.

### 2.1 A ORIGEM DO RACISMO; O PROPULSOR DOS ESTIGMAS NEGATIVOS PERPETUADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NEGRA, NO BRASIL ESCRAVISTA E PÓS ABOLIÇÃO

É imprescindível o retorno aos anos de pré-capitalismo, para o entendimento do racismo enquanto ideologia de dominação, que desenvolveu um sistema de exclusão e supremacia. As nações e impérios europeus, imersos em competições pelo

desenvolvimento e enriquecimento de seus impérios e nações, desenvolveram um conceito de imperialismo colonialista, que os unia em avanço de domínio cultural, econômico e em exploração de bens naturais de terras não europeias. Impulsionados pelo capitalismo nascente, desenvolveram disputa, não mais entre nórdicos, latinos, mediterrâneos e alpinos; e sim, entre conquistas de territórios e exploração e sujeição de povos, que passaram a caracterizar, como não-brancos.

Através de um “acordo” não escrito, essas nações passam a invadir e sobrepujar nações dos continentes vizinhos, com o intuito de desenvolver o capitalismo central e expandir e fortificar os privilégios e poderes políticos e socioeconômicos, e consolidar suas culturas como superiores.

Para pavimentar essa ambição, essas nações europeias, passam a desenvolver o conceito de raça, para se diferenciarem do restante do mundo e utilizando-se de crenças moralizantes e revestidas de religiosidade, passam a se colocar como grupo “civilizado”, tendo a missão divina de “humanizar” o resto da população mundial, através da colonização:

“Como se vê, essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos” (MOURA, 1994, p. 4)

Unidos por um interesse em comum, a sede capitalista por acumulação de riqueza, o branco europeu marchou rumo à expansão de seus domínios, mesmo que isso significasse a destruição de continentes inteiros e o extermínio político/econômico e sociocultural dos povos não brancos destes continentes, ação característica das políticas do projeto genocida inaugurado no colonialismo escravagista.

Essa união de diferentes etnias, com propósito único, determinou a consolidação de uma série de dogmas, estigmas e ideologias amparadas em uma imensa propagação de ódio e desprezo por tudo que não fosse “branco europeu”. A utilização da Igreja para respaldar moralmente e espiritualmente tal projeto, foi crucial para o seu sucesso. Como foi desenvolvida e criada de forma artificial e à revelia de fatos e evidências concretas, essa nova forma de visão de mundo precisava ser

constantemente alimentada com estereótipos, que desumanizavam toda as pessoas não europeias, e, portanto, não dignas das benesses dos humanos “de verdade”. Esse é o resumo do nascimento da racialidade, que marca a sociedade humana moderna, filha diletta do racismo europeu com a supremacia branca.

## 2.2 ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL: A FONTE COTIDIANA DAS RETROALIMENTAÇÕES DE ESTEREÓTIPOS E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO BRANCA

Como já abordado, a criação da ideologia da supremacia branca sobre os demais tipos humanos, foi essencial para a expansão do sistema capitalista colonizador escravocrata europeu, e deu respaldo para a sustentação desse regime no Brasil, por quase quatro séculos.

A dinâmica social na colônia e depois república brasileira, era totalmente derivada do conceito de raça, como fator determinante dos lugares dos seus indivíduos, enquanto composição de nação. Toda pessoa não-branca no Brasil escravista, era não-humana, tendo alguns que transpunham essa categorização ficando na posição de quase-humanos, sendo essa visão amplamente aceita como normal dentro do senso comum da sociedade da época. Igreja, estado e meios de comunicação, se completavam em manter esse status quo, como padrão saudável da sociedade brasileira. Ao longo desses séculos, a animalização e objetificação de pessoas escravizadas, permitiu atrocidades absurdas há milhões de pessoas, sem a repulsa da sociedade geral, e à revelia de insurreições e resistências sistemáticas de milhares de escravizados.

A escravização de pessoas negras trazidas a força de diversas partes do continente africano para todas as regiões do Brasil, teve ao longo dos séculos diversas nuances visando sua continuidade. Uma dessas situações, era a cópula forçada entre negros para o aumento do número de escravizados nas fazendas e engenhos e para venda. Muitos foram os homens negros escolhidos pelo porte físico e dotes sexuais para serem “reprodutores” através do estupro de escravizadas diversas. Há relatos de homens negros nessa situação que copulavam com dezenas de mulheres num mesmo dia. Era comum que os escravizados fossem submetidos aos proprietários de escravos; Era parte da função das pessoas negras, como “ferramenta de animação”, ser um instrumento de prazer. Muitas vezes, para entretenimento de amigos e



visitantes, os senhores forçavam os escravizados a fazerem orgias na frente deles, e muitas das vezes estes visitantes participavam submetendo tais escravizados a seus fetiches.

Proibidos de entrar nas igrejas e de praticar sua religiosidade original, estes homens e mulheres eram lembrados cotidianamente que seu destino era por conta de não serem filhos do deus cristão, que os amaldiçoou, e os relegou aquele destino terrível. A explicação para tal maldição se encontrava num mito bíblico, onde o todo poderoso havia amaldiçoado um ancestral comum das populações africanas, e por conta disso, eles foram entregues para serem moldados pelo diabo, e por isso passaram a nascer com sua escuridão e sua fisionomia.

Sua religiosidade original, animista, era influência dessa filiação diabólica, que nada mais era que o culto das hordas demoníacas, para desfazer do puro sacramento santo divino que foi revelado aos humanos legítimos, na Europa.

Por não serem filhos de Deus, portanto, humanos; era impossível estas mesmas pessoas terem as qualidades, do ser divino: Inteligência, raciocínio lógico, equilíbrio, senso de justiça, bondade, amor e espiritualidade. Eram animais, selvagens. Alguns, por conta de muita catequização, e vivência com brancos, desenvolviam certa dose de civilidade, mas não por conta de capacidade nata e sim por obedecer a adestramento de senhores magnânimos. Era o conceito geral. Muitos, por serem filhos de estupros de senhores à escravizadas, fugiam ligeiramente da feição horripilante do demônio, tornando-se mais atraentes figurando na condição de mucamos na casa grande, como descreve Lilia Moritz Schwarcz em “O Espetáculo das Raças”.

Após a abolição da escravidão, como política de estado no Brasil, os então escravizados, passaram a vagar como párias na sociedade brasileira; sendo agora um “problema” a ser resolvido pela classe dominante. É nesse contexto, que leis criminalizando “vadiagem”, capoeira, e toda e qualquer expressão cultural ou aspecto de vida atrelado à condição das populações de ex escravizados, são criadas no intuito de cercear seu trânsito pelas metrópoles, quanto de criminalizá-los, visando seu extermínio e estigmatização, para frear qualquer possibilidade de confrarias comerciais, prestação de serviços ou aquisição de bens por parte dessa população.

O estado brasileiro, desenvolve assim, o início da criminalização da negritude. Tornando, o ser negro, a prerrogativa para ser considerado criminoso, independente da ação praticada. E embora, nunca tenha desenvolvido uma lei marcial de pena de

morte, torna através da recusa de correção criminal de assassinatos de pessoas negras, tal extermínio legal; na realidade, uma “ajuda” para seu projeto eugênico de nação.

Buscando na Europa, uma solução para o “problema” do contingente populacional negro, o estado brasileiro junto com suas elites econômicas e intelectuais, importam os conceitos do racismo científico pujante nas sociedades europeias, e através de teorias de intelectuais como Cesare Lombroso, e Arthur de Gobineau se chega ao consenso que o país só poderá progredir como nação, se for extirpada a negritude da sua sociedade. Ou seja: os indivíduos negros, agora não mais sendo utilizados como propriedade particular da população branca, como são seres humanos inferiores e sem capacidades morais e cognitivas especiais, são então um entrave para o crescimento do país.

Esse mesmo racismo pseudocientífico, fazia a cabeça de intelectuais e da classe dominante dos EUA e demais países das Américas. Desenvolvendo cada um a seu contexto e particularidades culturais e políticas, os países das Américas desenvolveram formas de extermínio/segregação/limpeza étnica em relação a sua parcela de população oriunda da escravidão. Na realidade brasileira, intelectuais como Nina Rodrigues e João Batista de Lacerda, desenvolveram o que para eles era o ideário para nossa realidade: A eugenia racial, ou embranquecimento da população, através do incentivo à diluição da negritude por miscigenação gradativa para clareamento. Por tal intuito, foi-se incentivado a imigração maciça de europeus e até asiáticos, em muito menor número; para o país, com todo tipo de incentivos e abonos fiscais e sociais para estes, na certeza de que em meio século, o Brasil seria uma nação caucasiana nas Américas e com isso próspera e evoluída.

### 2.3 O USO DOS ESTEREÓTIPOS PELO RACISMO PARA DETERMINAR EXCLUSÕES E ASSEGURAR PRIVILÉGIOS

Nessa seara de herança escravista secular, os indivíduos racializados perdem individualidade e humanidade, sendo deliberadamente homogeneizados como representação da raça e, portanto, passíveis de uso e usufruto pela branquitude, que detentora dos privilégios econômicos e sociais advindos da exploração escravista, se autodeclara também representação universal de humanidade. Cabendo ao corpo negro, a sina de representação de sub-humanidade ou de exceção, objeto usufruível

e descartável. Às pessoas racializadas, como as negras e indígenas no Brasil, é retirado as particularidades individuais, homogeneizando toda uma diversidade em um só espectro. Tornando invisível as particularidades do ser racializado, tomando a sua individualidade.

Neste aspecto, Frantz Fanon, psiquiatra, filósofo e ensaísta Franco-martinicano (1925-1961), é cirúrgico quando diz (FANON, 1952, p.71) “O homem negro não é um homem”, expondo como o fator raça supera o gênero nas sociedades racistas. Para estas sociedades na qual o Brasil está incluso, o homem negro é antes de tudo um “negro”, com todas as conotações condicionantes e limitantes que isso lhe acarrete, funcionando da mesma forma para a mulher negra.

Ser condicionado a padrões pré-estabelecidos de comportamento, sexualidade, profissão e posição social são artimanhas utilizadas pelo racismo para delimitar a ação e desenvoltura de corpos negros, além de esforço de preservação do lugar de privilégio da branquitude, que vista como representação universal de humanidade, não pode ser enquadrada em estereótipos negativos.

É neste contexto que o machismo, patriarcado e heteronormatividade se somam ao racismo, delimitando corpos negros a um padrão de inferioridade e sujeição objetificada, a violências físicas e emocionais, tornando o entendimento da interseccionalidade, ou seja, as interações dessas opressões, a chave para se compreender os fenômenos envolvidos na racialidade e a porta para o desenvolvimento de medidas teóricas e comportamentais necessárias a luta pela minoração dessas mazelas.

Extremamente bem descrito e conceituado pela Mestra em estudos feministas e doutoranda em estudos de gênero, Carla Akotirene, no livro “Interseccionalidade”, esta ferramenta teórica, usada basicamente para conceituar e desenvolver os entendimentos em relação às opressões sofridas pelas mulheres negras nos desdobramentos das opressões e exclusões, serve de aporte também para o entendimento de como o racismo age na manutenção da opressão de corpos negros masculinos.

Embora não sejam as principais vítimas do machismo e do patriarcado, os sujeitos na condição de homens negros também são vitimados por essas opressões culturais, também integradas ao racismo estrutural e institucional, “Falo de milhões de homens, em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (CÉSAIRE, 1977, p. 08).

Aimé Césaire (1913- 2008), escritor, poeta, professor e político martinicano deixa exposto de forma sucinta a condição do homem negro diante da dinâmica excludente do sistema racista nessa expressão que faz parte do seu célebre “Discurso sobre o colonialismo”, onde aponta a dificuldade do homem negro em manter a saúde mental e psicológica, além da autoestima danificada em meio às atrocidades da herança do regime escravista e colonial.

Na atualidade em toda a diáspora e no Brasil, não houve muitas mudanças. Há uma sociedade calcada culturalmente no machismo e patriarcado que privilegia o homem e relega às mulheres uma posição secundária, mas que vai além e delega o terceiro lugar para o homem negro, que “não é um homem”, e sim um misto de auto-rejeição, complexo de inferioridade e sentimento de não adequação no mundo humano branco.

Essa gama de sentimentos negativos internalizados leva este homem negro a reproduzir de forma extremada o machismo culturalmente absorvido, pois segundo Helen Lobanov, ativista do feminismo negro, “É difícil para o homem negro se desconstruir, porque o machismo é o único poder que ele tem nessa sociedade”, levando essa enxurrada de opressões para a base da pirâmide que é a mulher negra, através de múltiplas violências.

A realidade desse homem negro então, é das cobranças de um sistema que privilegia homens, mas negam a humanidade a negros, levando-os ao colapso de si mesmo.

O reforço de padrões estereotipados, a cobrança de uma performance definida a partir de opressões escravagistas, e a firme sensação de ser um pária social quando não enquadrado nessas gaiolas, leva homens e mulheres negres a loucura, ao suicídio, a serem exterminados, a violência doméstica e a autoestima negativa e complexo de inferioridade. Em algumas situações, a auto ódio explícito.

Como já exposto, os estereótipos racistas foram inexoravelmente atrelados e reforçados na população negra pelos séculos de escravidão. Tal processo histórico, pujante e consistente, produz frutos, como as realidades acima. Retroalimentados constantemente pela mídia brasileira, principalmente a televisiva; através de suas novelas, filmes, e programas de auditório, alimentam no imaginário coletivo o que se torna prisão para a parcela não branca do país. Ao homem negro é atribuído sempre o papel de criminoso, pobre, traficante, ignorante, feio, necessitado ou subalterno idiotizado. Ao gênero feminino, por outro lado, se soma a todos esses adjetivos já



mencionados, também a figura da empregada doméstica, uma clara e icônica prova da continuidade do sistema escravocrata na sociedade moderna; e a “amiga” da figura feminina principal, que só existe por conta desta e para auxiliar a essa, sem ter vida própria, família, amores .... É irrefutável, quando analisado de forma imparcial e a luz de todo o conteúdo histórico acima exposto, o uso desses padrões como condicionantes e perpetuadores, de um imaginário construído ao longo de séculos, sobre as pessoas negras, para as limitar e condicionar à marginalidade e exclusão.

Aos homens e mulheres negras, é direcionado a alcunha da hiper sexualização, reduzindo essas pessoas a objetos de uso sexual e a características animais, como o “negão do WhatsApp”, meme de um homem negro com órgão sexual super aumentado, e a “mulata”; figura comum do carnaval brasileiro, configurando mulheres negras seminuas que dançam freneticamente como atração dessa festa popular, para o turismo internacional. Interessante, que a despeito da maioria das pessoas no Brasil, tal figura sempre foi representação do turismo sexual internacional no mundo. Tal reforço das pessoas negras como objetos sexuais, reproduz fielmente toda a dinâmica do Brasil escravista, como revisado acima; e traz sobre essa população a marginalização nas relações afetivas e o preterimento para o objetivo romântico. Os estereótipos racistas que objetificam pessoas não brancas no Brasil, seguem até hoje a máxima bem resumida por Gilberto Freyre: “brancas pra casar-se, mulatas pra fornicar, e negras pra trabalhar”.

A incontestabilidade que essa premissa de Freyre se mantém viva e retroalimentada, na sociedade brasileira, é a quase nulidade de homens ricos e famosos, independente de se negros ou brancos; casados com mulheres negras. Segundo o IBGE, mulheres negras retintas são o recorte populacional mais expressivo na categoria “solteiros”.

O uso do perfil “marginal”, e as medidas governistas para o enquadramento dos homens negros dentro dessa “categoria”, se mantém de forma pujante, com programas populistas expondo jovens negros “suspeitos” de crimes como o grande problema da criminalidade no país, à revelia da presunção de inocência; que, como já foi mostrado acima, é um privilégio construído historicamente para pessoas brancas, desenvolvido por pessoas brancas. O resultado dessa estrutura, é o Brasil na atualidade, ser o país que tem a polícia mais letal do mundo, com índice recorde de mortes de crianças e adolescentes negros pelo braço armado do estado.

O uso do estigma de inferioridade intelectual, ainda se mantém, embora de forma mais discreta nos meios de comunicação Brasil a fora. Tentando manter o vigor de personagens de caricatura de reforço desse estereótipo como Mussum e Tião Macalé; se tem hoje nos memes de rede social, a fisionomia de uma pessoa negra ou de um macaquinho, quando se quer denotar, estar fora da noção da conversa. Sendo o “macaco”, figura antiga da associação racista e animalizadora de pessoas negras. Tal marca descabida resultante dessa estereotipagem, serviu por décadas e serve ainda atualmente, para relegar a pessoas negras funções sempre subalternizadas, mesmo aos que tem comprovada instrução secular. Às pessoas negras paira sempre o véu da desconfiança, quando lotadas em funções de respaldo cultural, técnico elevado ou específico. Por força do sucesso que esse estereótipo ainda tem no senso comum brasileiro, erros cometidos por profissionais negres são imediatamente atribuídos a incompetência e desqualificação, enquanto às pessoas brancas, o fator contexto é sempre usado como fator atenuante.

Pessoas negras formadas em faculdades Brasil a fora, em profissões até então “redutos” da branquitude, como medicina, Engenharia ou Direito, vivenciam diariamente a contestação ou dúvida em relação a sua capacidade enquanto profissionais, resultado direto dessa construção cultural. Isso incrementado à experiência pregressa na academia, onde professores e alunos por diversas vezes tenham discretamente exposto sua dúvida sobre a capacidade deles de responder com resultado satisfatório às exigências curriculares de conteúdo do curso.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conclusão de todas essas reflexões, trago exemplos reais de vivências de pessoas negres, que exemplificam de forma explícita, as análises, constatações e narrativas historiográficas acima elaboradas. A certeza da veracidade dos preâmbulos das opressões expostas, que fui testemunha ocular e sou também alvo, me inspirou e orientou à pesquisa e debate sobre essas temáticas. O conhecimento historiográfico aliado a vivência, me conduziu a ansiar por esse trabalho.

E. R. S; morta aos vinte e oito anos devido a complicações no parto, sendo este adiantado em decorrência de violência física infligidos a ela pelo seu companheiro, um homem negro filho de uma mulher branca, mãe solo de seis filhos que aceitava a contragosto o casamento do filho negro que não seguiu suas diretrizes de “limpar a família”, assim como fez seus outros irmãos homens. Ao contrário, se colocou na posição de desafiador, causando desgosto geral ao enamorar-se, casar e ter filhos com uma mulher negra retinta.

J. L. S; Morto aos 34 anos por complicações na faringe e infecção hospitalar em decorrência de uma tentativa de suicídio por ingestão de Carbamato Aldicarbe (chumbinho), dois meses após ser demitido da empresa onde trabalhou por onze anos, por conta dos seus superiores considerarem má influência para os alunos do curso ( ele era professor de culinária), que um homem de porte; “um negão desse” ( palavras do gerente-geral que o reportou a demissão), ter a convivência marital com outro homem, descoberta pelos alunos. Além disso, J. L. S, ouviu de sua própria mãe, que ela entendia e considerava correta a postura da empresa, pois era realmente um mau exemplo para os mais jovens, um negão malhado ser “viado”.

J. R. S; morto aos 26 anos, por seis tiros a queima roupa, por policial militar, em frente à sua residência. J, voltava do trabalho e por estar com uma garrafa de refrigerante no bolso, foi visto como ameaça por um grupo de policiais que faziam ronda na região.

B. O. R; professora do ensino médio, adepta do Candomblé, foi apedrejada por três alunos, ao sair da escola onde trabalha, por estar vestida de branco e com torço na cabeça. Teve diversas escoriações, e cinco pontos na cabeça.

Jairo Ribeiro da Silva, abordado por policiais no carnaval de Salvador, foi infligido por fantadas, por estar no caminho da fila de passagem dos agentes. Precisou fazer fisioterapia por três meses para recuperar os movimentos dos dedos da mão.

M. T. F; namorando a dois anos, ficou extremamente marcada emocionalmente ao descobrir que o término da sua relação, foi um pedido do pai do seu namorado, para que ele buscasse uma mulher mais à altura da família. Uma que não “suje”. Um ano depois, este mesmo ex-namorado, estava casando-se com uma mulher branca...

M. L. S. O; Advogada, exercendo seu ofício havia oito anos, num conceituado escritório de advocacia, sempre tentou lidar bem com o fato de ser a única pessoa negra do escritório a não trabalhar em função braçal, e buscou sempre não questionar ser, dentre os nove advogades atuantes, a única a atender somente questões de pouca relevância. Porém, o que ela nunca imaginaria, seria que o fato de ter deixado seu cabelo natural, sem alisamento, ser motivo de demissão no dia seguinte, com a alegação de que seu perfil não condizia mais com a visão da empresa sobre a forma de apresentação de um profissional do direito. Por conta dessa situação vivida, M, entrou em depressão profunda por quase um ano e que a levou a quase um término de casamento

Esses exemplos de minha vivência, me dão respaldo empírico para o entendimento da necessidade de discussões sobre a influência nefasta dos estereótipos negativos e sua conseqüente desumanização e objetificação da população negra, além de sensibilidade intelectual e lugar de fala.

Nesse universo cultural que estamos inseridos, com essas vivências provando tacitamente como esse imaginário criado e alimentado pela branquitude e reproduzido pelo senso comum, produzem e perpetuam opressões e extermínio contra a população não branca no Brasil, que se faz urgente a produção de abordagens que enfoquem e desconstruam estereótipos racistas no ensino de História na nossa atualidade.

Tanto no ensino de História afro-brasileira, como de História do Brasil; a inserção de esclarecimento sobre essas construções históricas, são urgentes. A busca por parte de professores de livros paradidáticos que enfoquem heróis e personalidades negras, que geralmente são obstruídas na sua grandeza, dentro dos seus respectivos momentos históricos, é fundamental para a criação e manutenção do imaginário dos discentes em relação às pessoas negras como indivíduos dotados de particularidades positivas e grandiosas.

Debates e exposição dessa relação entre nossa história pregressa de escravidão e a perpetuação de signos negativos relativos às pessoas lidas como negras, devem



ser insuflados e correntes durante o ano letivo, e não somente em momentos específicos como maio e novembro.

O ensino médio, com alunos já mais amadurecidos e usuários costumazes de redes sociais e streaming; se tem possibilidades gigantescas de articulações entre conteúdo do livro didático e abordagens atuais sobre as relações raciais no Brasil.

Tendo em mente que somos enquanto sociedade, uma construção pensada e desenvolvida com objetivos específicos, podemos também fazer do ensino de História do Brasil e História afrobrasileira, um mote de construção de terreno para referenciais positivados para os que, desde a invasão dessas terras, foram desumanizados.

A construção de autoestima sadia se dá por referenciais de si que desperte orgulho. Crianças negras, geralmente não tem essa possibilidade no seu entorno social, justamente por conta de tudo que já foi exposto. É justamente, no ambiente escolar, que tal referência mínima pode ser construída pelo educador de História. A ênfase nas contribuições culturais, culinárias, estéticas das populações não brancas, para o Brasil, devem vir elaboradas com exemplos práticos e atuais, através de interlocução com matérias de internet e situações cotidianas, respaldando como verossímil e realista o que se ensina.

Mas tal cuidado na construção de aulas e exposição didática, do ensino de História do Brasil e História e Cultura afro-brasileira, deve ser pensada também a partir da construção de senso crítico e postura antirracista, para o discente branco. Pensar educação histórica antirracista, só a partir do viés de empoderamento dos discentes não-brancos, não cumpre a finalidade de dirimir os efeitos do racismo na construção do imaginário coletivo. Todas as duas finalidades devem ser perseguidas com igual afinco.

Finalizo, desejoso que este presente trabalho, sirva também de contribuição para o enriquecimento e acréscimo, de todos desejosos de incluir no seu fazer pedagógico, uma educação que ajude no combate dessa chaga social que atravessou e determinou os rumos da nossa História enquanto nação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Livros, 2019

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa editora, 1977

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador, EDUFBA, 2008

ITO, Carolina. Negro drama. [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br), questões de gênero, setembro, 2017. Disponível em : [www.geledes.org.br/negro-drama](http://www.geledes.org.br/negro-drama). Acesso em: 28/08/2021

MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. Série Fundamentos 34. Editora Ática. São Paulo. 1998

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 2000. Editora Brasiliense, Publifolha, SP (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

SANTOS, Daniel. “Na cama com o super negão: masculinidades, estéticas, mitos, e estereótipos sexuais do homem negro”. Santo Antônio de Jesus, 2013

SCHWARCZ, Lília Moritz, Espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



## Ultrassonografia transfontanela na avaliação de hemorragia cerebral em neonatos

### Cranial ultrasound in the evaluation of cerebral hemorrhage in neonates

**Autores:** Daiana Lopez Conceição<sup>1</sup>, Thaline Mairace Hernandez das Neves<sup>1</sup>, João Paulo Maldonado<sup>1</sup>, Alan Timoteo Rodrigues Reis<sup>1</sup>, Rafael Teodoro Lopes Laliere<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Médico(a) especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Isomed Diagnósticos.

#### RESUMO

A ultrassonografia transfontanela é um recurso utilizado no período neonatal. A vantagem deste método envolve o baixo custo comparativamente a outros exames e como não utiliza radiação ionizante pode ser realizado repetidas vezes em uma mesma internação. Lesões encefálicas, como a hemorragia cerebral, podem ser identificadas no exame ultrassonográfico e assim, auxiliar em eventuais condutas.

**Palavras-chave:** Ultrassonografia. Hemorragia. Neonatal.

#### ABSTRACT

Cranial ultrasound is a resource used in the neonatal period. The advantage of this method involves low cost compared to other exams and, as it does not use ionizing radiation, it can be performed repeatedly in the same hospitalization. Some brain injuries, such as cerebral hemorrhage, can be identified in the ultrasound exam and thus help in eventual medical care.

**Keywords:** Ultrasound. Hemorrhage. Neonatal.

#### INTRODUÇÃO:

A hemorragia intracraniana (HIC) em neonatos, principalmente em prematuros, representa considerável causa de mortalidade e morbidade nesta categoria de pacientes. Diversas causas estão implicadas nessa afecção, como patologias vasculares, insultos inflamatórios, baixa idade gestacional e baixo peso ao nascer, o que pode levar a sequelas futuras.<sup>1</sup>

A ultrassonografia transfontanela é um recurso imagiológico que avalia a constituição intracraniana e geralmente é solicitada quando há histórico de prematuridade, muito baixo peso ao nascer, crise convulsiva ou suspeita de doenças infecciosas do sistema nervoso central, o que permite ter informações sobre as estruturas encefálicas e inclusive indicar a presença de possíveis hemorragias.<sup>2,3,4</sup>

#### METODOLOGIA:

Este trabalho de revisão de literatura visa avaliar e sintetizar estudos que abordam o tema do auxílio da ultrassonografia transfontanelar no diagnóstico de hemorragia cerebral. A pesquisa se desenvolveu com o acesso a bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde e foram selecionados estudos entre 2005 até 2023.

#### DISCUSSÃO:

A ultrassonografia transfontanela auxilia nos cuidados neonatais, uma vez que a HIC pode estar presente em considerável parcela dos recém-nascidos e é capaz de ser identificada por este tipo de exame. A hemorragia intraventricular e intraparenquimatosa é mais frequente em prematuros, já em bebês a termo as hemorragias cerebrais tendem a representar achados atípicos, mas quando surgem acometem mais comumente os espaços subdural e subaracnóide.<sup>1,5,6</sup>

Quanto menor a idade gestacional maior a incidência de hemorragia periventricular e intraventricular, e quando ocorre sangramento na topografia encefálica pode haver uma maior probabilidade de sequelas no longo prazo, como déficits motores e cognitivos.<sup>3</sup>

A ultrassonografia transfontanelar tem baixo custo em comparação com outros métodos de aquisição de imagem, como a tomografia computadorizada e a ressonância magnética, além disso, é possível realizar o exame à beira-leito na impossibilidade da deslocação do paciente até o setor de radiologia, ademais é um método que não emite radiação ionizante. Este exame de imagem proporciona informações pertinentes para o caso clínico, otimizando as condutas e auxilia no acompanhamento dos pacientes, porém como desvantagens apresentam limitações na caracterização de algumas lesões parenquimatosas isquêmicas e é um exame operador-dependente.<sup>1,6</sup>

A escala de Papile gradua a HIC visualizada na neuroimagem, no grau I a hemorragia se limita à matriz germinal, já no grau II há hemorragia intraventricular porém os ventrículos permanecem com o tamanho normal. O



grau III identifica os casos que possuem sangramento intraventricular cursando com o aumento do sistema ventricular e no grau IV existe a hemorragia no parênquima encefálico.<sup>1,7</sup>

A ultrassonografia transfontanela além de detectar hemorragia pode também auxiliar na análise da presença de hidrocefalia e malformações cerebrais, além de fazer parte do acompanhamento de achados patológicos anteriormente documentados.<sup>8</sup>

### CONCLUSÃO:

O diagnóstico precoce de anormalidades intracranianas em recém-nascidos, como hemorragias encefálicas, pode ser investigado pelo exame ultrassonográfico via transfontanela. Este método pode ajudar a delinear condutas terapêuticas e traçar o prognóstico, e assim, auxiliar no manejo do paciente em unidades de internação neonatal.

### REFERÊNCIAS:

[1] Farage L. Achados ultra-sonográficos da hemorragia intracraniana em recém-nascidos prematuros. Arq Neuropsiquiatr 2005; 63(3-B):814-816.

[2] Neves LAT, Araújo JL. Periventricular leukomalacia as causes of encephalopathy of prematurity. Rev Med Minas Gerais 2015; 25(1): 71-78.

[3] Santos DSS, Prado MSG. Occurrence of neurological injuries in newborns diagnosed by transfontanellar ultrasound; Rev. Enferm. UFPE, 11(Supl. 10):40 81-8, out., 2017.

[4] Formiga CKMR, Silva LP, Linhares MBM. Identification of risk factors in infants participating in a Follow-up program. Rev. CEFAC 20. May-Jun 2018.

[5] Gupta P et al. Neonatal cranial sonography: A concise review for clinicians. J Pediatr Neurosci. 2016; 11(1):7-13.

[6] Gabriel ML, Piatto VB, Souza AS. Clinical application of transcranial Doppler ultrasonography in premature, very-low-birth-weight neonates. Radiol Bras. 2010; 43(4):213–218

[7] Cunha RDS et al. Valor de predição da ultrassonografia cerebral em recém-nascidos pré termo para alteração de desenvolvimento neuropsicomotor aos 12 meses de idade corrigida. Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum. 2010; 20(3): 699-710

[8] Caro-Domínguez P et al. Cranial ultrasound for beginners. Transl. Pediatr. 2021; 10(4):1117-1137.



## MENTALIDADES MATEMÁTICAS E PROJETO DE VIDA MATHEMATICAL MENTALY AND LIFE PROJECT

Luciana M S Veloso<sup>1</sup>, Maria Teresa de Moura Ribeiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo,

lmsvelos@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-92522153>

<sup>2</sup> Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo,

maria.tmribeiro@unitau.br, <https://orcid.org/0000-0002-0558-555x>

### RESUMO

O resumo deste artigo destaca a importância da mentalidade matemática e do projeto de vida para o sucesso pessoal e profissional. A mentalidade de crescimento em relação à matemática pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais e a se concentrar no processo de aprendizado, enquanto o projeto de vida pode fornecer um propósito para o desenvolvimento de habilidades matemáticas. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem encontrar um propósito e uma conexão emocional com a matemática, além de desenvolver habilidades valiosas que as ajudarão a alcançar seus objetivos. Este artigo destaca estudos de casos que mostram que aqueles que adotaram uma mentalidade de crescimento em relação à matemática tiveram um desempenho significativamente melhor do que aqueles que acreditavam que suas habilidades eram fixas. Eles também relataram níveis mais altos de motivação e confiança em relação à matemática. Em resumo, este artigo destaca como a mentalidade matemática e o projeto de vida são áreas complementares e importantes para o sucesso pessoal e profissional. **Palavras-chave:** Mentalidade matemática. Projeto de vida. Aprendizado. Desenvolvimento de habilidades.

### Abstract

The abstract in this article highlights the importance of a mathematical mindset and life plan for personal and professional success. A growth mindset toward math can help people overcome mental blocks and focus on the learning process, while a life plan can provide a purpose for developing mathematical skills. By adopting a growth mindset toward math and aligning the use of math with personal and professional goals, people can find purpose and an emotional connection to math, and develop valuable skills that will help them achieve their goals. This article highlights case studies showing that those who adopted a growth mindset toward math performed significantly better than those who believed their skills were fixed. They also reported higher levels of motivation and confidence towards mathematics. In summary, this article highlights how mathematical mindset and life design are complementary and important areas for personal and professional success.

**Keywords:** Mathematical mindset. Life project. Learning. Skill development.

## 1. INTRODUÇÃO

A matemática é frequentemente vista como uma disciplina difícil e desafiadora, e muitas pessoas acreditam que não têm habilidades naturais para a área. No entanto, a mentalidade matemática pode ter um grande impacto no sucesso das pessoas em relação à matemática e a outras áreas de suas vidas. A mentalidade de crescimento, proposta por Carol Dweck, sugere que as habilidades podem ser desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo, e não são apenas inatas. Em relação à matemática, isso significa que as pessoas podem desenvolver suas habilidades em vez de acreditar que elas são fixas e imutáveis.

1

Além disso, o projeto de vida pode fornecer um propósito e um significado para o desenvolvimento de habilidades matemáticas. Ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem encontrar um propósito e uma conexão emocional com a matemática, além de desenvolver habilidades valiosas que as ajudarão a alcançar seus objetivos.

Este artigo destaca a importância da mentalidade matemática e do projeto de vida para o sucesso pessoal e profissional. Primeiramente, serão apresentadas as teorias de Boaler e Dweck sobre a mentalidade matemática, destacando como a mentalidade de crescimento pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais e a se



concentrar no processo de aprendizado. Em seguida, será discutido como o projeto de vida pode fornecer um propósito e um significado para o desenvolvimento de habilidades matemáticas, além de fornecer uma visão de longo prazo para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Serão apresentados estudos de casos que mostram que aqueles que adotaram uma mentalidade de crescimento em relação à matemática tiveram um desempenho significativamente melhor do que aqueles que acreditavam que suas habilidades eram fixas. Eles também relataram níveis mais altos de motivação e confiança em relação à matemática. Além disso, estudos mostram que o projeto de vida pode ter um impacto significativo no sucesso pessoal e profissional, fornecendo um propósito e um significado para o desenvolvimento de habilidades.

Em resumo, este artigo destaca como a mentalidade matemática e o projeto de vida são áreas complementares e importantes para o sucesso pessoal e profissional. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem encontrar um propósito e uma conexão emocional com a matemática, além de desenvolver habilidades valiosas que as ajudarão a alcançar seus objetivos.

## 2. MENTALIDADE MATEMÁTICA E PROJETO DE VIDA

### 2.1. A IMPORTÂNCIA DA MENTALIDADE MATEMÁTICA NO PROJETO DE VIDA

A matemática é uma disciplina essencial em muitas áreas da vida, desde a ciência e tecnologia até finanças e negócios. No entanto, muitas pessoas têm uma aversão à matemática ou sentem que não são boas em lidar com números. Esse medo ou aversão pode levar a uma mentalidade fixa em relação à matemática, onde a pessoa acredita que não pode mudar sua habilidade ou capacidade matemática. Isso pode afetar não apenas seu desempenho em matemática, mas também em outras áreas da vida. É aqui que entra a importância da mentalidade matemática no projeto de vida. (GOSS, 2018).

A mentalidade matemática se refere à crença de que as habilidades matemáticas podem ser desenvolvidas e aprimoradas com o tempo e o esforço. Esse conceito foi popularizado pela pesquisadora Jo Boaler, da Universidade Stanford, que realizou diversos estudos sobre o assunto. A mentalidade matemática se baseia na teoria de Carol Dweck, que estuda a psicologia da motivação e do sucesso. Segundo Dweck, existem duas mentalidades básicas: a mentalidade fixa e a mentalidade de crescimento. (BURN, 2017).

A mentalidade fixa acredita que as habilidades são imutáveis, que as pessoas nascem com uma certa quantidade de talento e que isso é o que determina seu sucesso ou fracasso. Por outro lado, a mentalidade de crescimento acredita que as habilidades podem ser desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo, através do esforço, da prática e da perseverança. (MANGELS, 2018).

A mentalidade matemática se baseia na mentalidade de crescimento. Isso significa que, ao adotar uma mentalidade matemática, as pessoas acreditam que sua capacidade matemática pode ser desenvolvida e aprimorada com o tempo e o esforço. Elas não se veem como “boas” ou “ruins” em matemática, mas como pessoas que estão em um processo de aprendizado constante.

Essa mentalidade pode ter um impacto significativo na vida das pessoas, especialmente em seu projeto de vida. Quando alguém adota uma mentalidade matemática, ele se torna mais propenso a enfrentar desafios e a perseverar através deles. Ele vê a falha como parte do processo de aprendizagem e não como um sinal de incapacidade. Isso pode ser especialmente importante quando se trata de alcançar metas de longo prazo, como obter um diploma universitário, iniciar um negócio ou mudar de carreira. (MANGELS, 2018).

Além disso, a mentalidade matemática pode ajudar as pessoas a se tornarem mais confiantes em suas habilidades e mais capazes de tomar decisões informadas. A matemática é uma ferramenta poderosa para a tomada de decisões em muitas áreas da vida, desde finanças pessoais até ciência e tecnologia. Quando as pessoas têm confiança em suas habilidades matemáticas, elas são mais propensas a tomar decisões informadas e a se sentir mais empoderadas em suas escolhas.

2

No entanto, a mentalidade matemática não é algo que as pessoas simplesmente adotam de uma hora para outra. Ela requer esforço e prática para ser desenvolvida. Isso pode incluir trabalhar com um tutor ou professor para obter ajuda extra, dedicar tempo para praticar problemas matemáticos, ou se inscrever em cursos ou workshops de matemática. Além disso, é importante mudar a forma como se pensa sobre as habilidades matemáticas e a maneira como a matemática é ensinada. (YEAGER, 2012).

Jo Boaler defende que a matemática deve ser ensinada de forma mais aberta, exploratória e criativa, em vez de simplesmente ensinar aos alunos fórmulas e procedimentos. Isso pode ajudar a mudar a mentalidade

dos alunos em relação à matemática e torná-los mais propensos a adotar uma mentalidade de crescimento. Além disso, é importante lembrar que a matemática é uma disciplina que pode ser aplicada em muitas áreas da vida, como na resolução de problemas cotidianos, planejamento financeiro e até mesmo em jogos e atividades de lazer.

Em resumo, a mentalidade matemática é uma habilidade valiosa que pode ajudar as pessoas a alcançarem seus objetivos e a tomar decisões mais informadas em suas vidas. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática, as pessoas são mais propensas a enfrentar desafios, perseverar através deles e ver a falha como parte do processo de aprendizagem. Embora possa levar tempo e esforço para desenvolver essa mentalidade, as recompensas a longo prazo são inestimáveis. (GUNDERSON, 2018).

## 2.2. DESENVOLVENDO A MENTALIDADE MATEMÁTICA COMO PARTE DO PROJETO DE VIDA

A matemática é uma disciplina que é frequentemente temida e evitada por muitas pessoas. No entanto, a matemática é uma habilidade valiosa que pode ser aplicada em muitas áreas da vida, desde problemas cotidianos até planejamento financeiro. Além disso, a mentalidade matemática pode ser uma habilidade fundamental para o sucesso em muitas áreas da vida. (HWANG, 2017).

A mentalidade matemática refere-se à forma como as pessoas pensam e se sentem em relação à matemática. Pode ser dividida em duas categorias: mentalidade fixa e mentalidade de crescimento. A mentalidade fixa é a crença de que as habilidades matemáticas são inatas e que algumas pessoas simplesmente têm mais talento para a matemática do que outras. Por outro lado, a mentalidade de crescimento é a crença de que as habilidades matemáticas podem ser desenvolvidas com esforço e prática.

A psicóloga Carol Dweck e a educadora Jo Boaler argumentam que a mentalidade de crescimento é essencial para o sucesso em matemática e em outras áreas da vida. Uma mentalidade de crescimento pode ajudar as pessoas a enfrentar desafios, persistir através de dificuldades e ver a falha como uma oportunidade de aprendizado. Por outro lado, uma mentalidade fixa pode levar a uma aversão à matemática, medo do fracasso e baixa autoestima. (PAUNESKU, 20015).

Então, como desenvolver uma mentalidade de crescimento em relação à matemática como parte do projeto de vida? Uma maneira importante é mudar a forma como se pensa sobre as habilidades matemáticas e a maneira como a matemática é ensinada. Em vez de simplesmente ensinar aos alunos fórmulas e procedimentos, a matemática deve ser ensinada de forma mais aberta, exploratória e criativa.

Além disso, é importante dedicar tempo e esforço para a prática de problemas matemáticos. Isso pode incluir trabalhar com um tutor ou professor para obter ajuda extra, se inscrever em cursos ou workshops de matemática e encontrar maneiras criativas de aplicar a matemática na vida cotidiana. Por exemplo, pode-se aprender a calcular a média de gastos mensais para melhorar o planejamento financeiro ou calcular o tempo médio de viagem para organizar melhor o tempo. (SCHMADER, 2008).

Outra forma de desenvolver a mentalidade de crescimento em relação à matemática é através da resolução de problemas. A resolução de problemas pode ajudar as pessoas a desenvolver habilidades como pensamento crítico, criatividade e perseverança. Ao enfrentar desafios matemáticos, as pessoas podem aprender a ver a falha como uma oportunidade de aprendizado e perseverar através de dificuldades.

Além disso, é importante mudar a forma como se pensa sobre o sucesso em matemática. O sucesso em matemática não deve ser medido apenas pelo grau ou nota obtidos, mas também pelo progresso pessoal e aprendizado ao longo do caminho. Ao definir o sucesso em termos de aprendizado e progresso, as pessoas são mais propensas a adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e em outras áreas da vida. (SMITH, 2018).

Em vez de se concentrar apenas no resultado final, é importante se concentrar no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades. Isso pode ajudar a criar uma cultura de aprendizado contínuo e a promover uma mentalidade de crescimento em relação a todas as áreas da vida.

Outra maneira importante de desenvolver uma mentalidade de crescimento em relação à matemática é através da colaboração e do trabalho em equipe. Trabalhar com outras pessoas pode ajudar a aprender novas perspectivas e estratégias, além de compartilhar ideias e soluções. Isso pode ser especialmente útil para pessoas que lutam com a matemática, pois podem se beneficiar da experiência de outras pessoas. (HULLEMAN, 2009).

Além disso, é importante criar um ambiente de aprendizado positivo e de apoio. Isso pode incluir elogios e feedback construtivo, bem como a criação de oportunidades para praticar e desenvolver habilidades. Ao criar um ambiente de apoio, as pessoas são mais propensas a adotar uma mentalidade de crescimento e a



persistir através de dificuldades.

Finalmente, é importante lembrar que o desenvolvimento da mentalidade matemática é um processo contínuo e que leva tempo e esforço. É normal ter dificuldades e falhar em alguns momentos, mas é importante continuar a se esforçar e a perseverar. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e a outras áreas da vida, as pessoas podem desenvolver habilidades valiosas que as ajudarão a alcançar seus objetivos e a ter sucesso em suas vidas pessoais e profissionais. (VAN, 2017).

### 2.3. O IMPACTO DA MENTALIDADE MATEMÁTICA NO PROJETO DE VIDA: ESTUDOS DE CASOS BASEADOS NAS TEORIAS DE BOALER E DWECK

Os estudos de casos baseados nas teorias de Jo Boaler e Carol Dweck mostram o impacto positivo da mentalidade matemática no projeto de vida de indivíduos em diferentes contextos. Essas teorias sugerem que a forma como as pessoas pensam sobre a matemática e seu próprio potencial pode influenciar sua capacidade de aprender e ter sucesso nessa área. (GOOD, 2002).

Um estudo de caso envolvendo estudantes do ensino médio descobriu que aqueles que adotaram uma mentalidade de crescimento em relação à matemática tiveram um desempenho significativamente melhor do que aqueles que acreditavam que suas habilidades eram fixas. Eles também relataram níveis mais altos de motivação e confiança em relação à matemática.

Outro estudo envolvendo professores descobriu que aqueles que adotaram uma mentalidade de crescimento em relação à matemática eram mais propensos a experimentar novas abordagens de ensino e a apoiar os alunos que lutam com a matemática. Eles também relataram maior satisfação no trabalho e maior probabilidade de permanecer na profissão. (BLACKWELL, 2014).

Além disso, a teoria de Boaler enfatiza a importância da criatividade e da experimentação na aprendizagem da matemática. Um estudo de caso envolvendo alunos do ensino fundamental descobriu que aqueles que participaram de aulas de matemática criativa tiveram uma melhora significativa no desempenho em testes padronizados, bem como um aumento na confiança e na motivação em relação à matemática.

Esses estudos de caso sugerem que a mentalidade matemática pode ter um impacto significativo no projeto de vida de indivíduos em diferentes contextos, desde estudantes até professores e profissionais em diferentes áreas. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao concentrar-se no processo de aprendizado e desenvolvimento de habilidades, as pessoas podem superar bloqueios mentais e alcançar seus objetivos pessoais e profissionais. (BOALER, 2014).

Adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática é fundamental para superar bloqueios mentais e alcançar metas em diversos aspectos da vida. Quando as pessoas acreditam que suas habilidades são fixas, elas podem se sentir incapazes de melhorar e podem facilmente desistir quando encontram desafios. No entanto, quando as pessoas acreditam que suas habilidades podem ser desenvolvidas por meio do esforço e da prática, elas são mais propensas a perseverar diante de desafios e a buscar oportunidades de aprendizado.

Ao concentrar-se no processo de aprendizado e desenvolvimento de habilidades, as pessoas podem adquirir as habilidades necessárias para atingir seus objetivos pessoais e profissionais. Isso envolve aprender com os erros e experimentar novas abordagens para resolver problemas, em vez de se concentrar apenas em acertar o resultado final. Ao adotar essa mentalidade, as pessoas são mais propensas a atingir seus objetivos de forma sustentável, ao invés de simplesmente conseguir resultados imediatos. (BOALER, 2016).

Em suma, adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao projeto de vida pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais, desenvolver habilidades valiosas e alcançar seus objetivos pessoais e profissionais a longo prazo. Acreditar que as habilidades em matemática são fixas e inatas pode levar à adoção de uma mentalidade limitante e à falta de motivação e confiança para aprender e progredir. Por outro lado, acreditar que as habilidades em matemática podem ser desenvolvidas por meio de esforço e prática pode levar à adoção de uma mentalidade de crescimento e ao engajamento em atividades de aprendizado.

Estudos conduzidos por pesquisadores como Jo Boaler e Carol Dweck mostraram que alunos que adotaram uma mentalidade de crescimento em relação à matemática tiveram um desempenho significativamente melhor do que aqueles que acreditavam que suas habilidades eram fixas. Esses alunos também relataram níveis mais altos de motivação e confiança em relação à matemática, o que pode levá-los a persistir em seus estudos e superar dificuldades. (BOALER, 2019).

É importante destacar que a mentalidade de crescimento em relação à matemática pode ser desenvolvida por qualquer pessoa, independentemente de suas habilidades atuais. Ao se concentrar no esforço e na prática, em vez de resultados imediatos, é possível adquirir novas habilidades e competências ao longo do tempo.

Além disso, é possível transformar a forma como se pensa sobre a matemática e torná-la uma parte mais significativa e gratificante do projeto de vida.

#### 2.4. A MENTALIDADE MATEMÁTICA E O PROJETO DE VIDA ESTÃO PROFUNDAMENTE INTERLIGADOS E PODEM TRAZER MUITOS INSIGHTS E BENEFÍCIOS QUANDO ESTUDADOS JUNTOS

A mentalidade matemática pode ser vista como um aspecto chave do projeto de vida, uma vez que muitas pessoas precisam de habilidades matemáticas para atingir seus objetivos pessoais e profissionais. Por exemplo, a capacidade de fazer cálculos financeiros é essencial para planejar e administrar um orçamento pessoal ou para gerenciar as finanças de uma empresa. Além disso, muitas carreiras, como engenharia, tecnologia e ciências, requerem um alto nível de habilidades matemáticas. (BOALER, 2016).

Por outro lado, o projeto de vida pode influenciar a mentalidade matemática de uma pessoa. Quando as pessoas têm uma visão clara de seus objetivos e do que desejam realizar na vida, podem se sentir mais motivadas a desenvolver suas habilidades matemáticas para alcançá-los. Além disso, o projeto de vida pode ajudar as pessoas a encontrar um propósito ou uma conexão emocional com a matemática, o que pode tornar a aprendizagem mais significativa e gratificante. (DWECK, 2005).

Ao estudar a mentalidade matemática e o projeto de vida juntos, as pessoas podem aprender como desenvolver habilidades matemáticas para atingir seus objetivos e como usar a matemática para ajudar a alcançar uma vida mais significativa e satisfatória. A mentalidade de crescimento em relação à matemática pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais e a se concentrar no processo de aprendizado, enquanto o projeto de vida pode ajudar a orientar as atividades de aprendizado e dar um propósito para o uso das habilidades matemáticas. (DWECK, 1988).

Em resumo, a mentalidade matemática e o projeto de vida são áreas interconectadas que podem trazer muitos insights e benefícios para quem as estuda. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem desenvolver habilidades valiosas e construir uma vida mais significativa e satisfatória.

A mentalidade matemática pode ser vista como um aspecto chave do projeto de vida, uma vez que muitas pessoas precisam de habilidades matemáticas para atingir seus objetivos pessoais e profissionais. Por exemplo, a capacidade de fazer cálculos financeiros é essencial para planejar e administrar um orçamento pessoal ou para gerenciar as finanças de uma empresa. Além disso, muitas carreiras, como engenharia, tecnologia e ciências, requerem um alto nível de habilidades matemáticas. (DWECK, 2005).

Por outro lado, o projeto de vida pode influenciar a mentalidade matemática de uma pessoa. Quando as pessoas têm uma visão clara de seus objetivos e do que desejam realizar na vida, podem se sentir mais motivadas a desenvolver suas habilidades matemáticas para alcançá-los. Além disso, o projeto de vida pode ajudar as pessoas a encontrar um propósito ou uma conexão emocional com a matemática, o que pode tornar a aprendizagem mais significativa e gratificante.

Ao estudar a mentalidade matemática e o projeto de vida juntos, as pessoas podem aprender como desenvolver habilidades matemáticas para atingir seus objetivos e como usar a matemática para ajudar a alcançar uma vida mais significativa e satisfatória. A mentalidade de crescimento em relação à matemática pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais e a se concentrar no processo de aprendizado, enquanto o projeto de vida pode ajudar a orientar as atividades de aprendizado e dar um propósito para o uso das habilidades matemáticas. (Elliot, 2005).

Em resumo, a mentalidade matemática e o projeto de vida são áreas interconectadas que podem trazer muitos insights e benefícios para quem as estuda. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem desenvolver habilidades valiosas e construir uma vida mais significativa e satisfatória.

### 3. CONCLUSÃO

A mentalidade matemática e o projeto de vida são duas áreas que estão intimamente ligadas e podem trazer muitos benefícios para aqueles que as estudam juntas. A mentalidade de crescimento em relação à matemática pode ajudar as pessoas a superar bloqueios mentais e a se concentrar no processo de aprendizado, enquanto o projeto de vida pode fornecer um propósito para o desenvolvimento de habilidades matemáticas.

Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática, as pessoas podem aprender a ver os erros como oportunidades de aprendizado, a buscar feedback e a desenvolver suas habilidades matemáticas

ao longo do tempo. Isso pode ajudar a aumentar a motivação e a confiança em relação à matemática, tornando a aprendizagem mais significativa e gratificante.

Além disso, ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem encontrar um propósito e uma conexão emocional com a matemática. Por exemplo, o uso da matemática para gerenciar as finanças pessoais pode ajudar a alcançar a meta de se tornar financeiramente estável, enquanto o uso da matemática em uma carreira de tecnologia pode ajudar a atingir a meta de trabalhar em uma área que se ama.

Por fim, o estudo da mentalidade matemática e do projeto de vida pode fornecer um conjunto de habilidades valiosas para aqueles que desejam desenvolver habilidades matemáticas para atingir seus objetivos pessoais e profissionais. Essas habilidades incluem a capacidade de perseverar diante de desafios, a disposição para aprender com os erros, a capacidade de buscar feedback e a habilidade de alinhar as atividades de aprendizado com objetivos pessoais e profissionais.

Em suma, a mentalidade matemática e o projeto de vida são duas áreas que podem ajudar as pessoas a desenvolver habilidades valiosas e a construir uma vida mais significativa e satisfatória. Ao adotar uma mentalidade de crescimento em relação à matemática e ao alinhar o uso da matemática com objetivos pessoais e profissionais, as pessoas podem encontrar um propósito e uma conexão emocional com a matemática, além de desenvolver habilidades valiosas que as ajudarão a alcançar seus objetivos.

## REFERENCIAS

BLACKWELL, L. S., TRZESNIEWSKI, K. H., & DWECK, C. S. (2007). **Implicit theories of intelligence predict achievement across an adolescent transition: A longitudinal study and an intervention.** *Child Development*, 78(1), 246-263.

BOALER, J. (2014). **Ability and mathematics: the mindset revolution that is reshaping education.** *Forum*, 56(1), 143-152.

BOALER, J. (2016). **Mathematical mindsets: Unleashing students' potential through creative math, inspiring messages and innovative teaching.** John Wiley & Sons.

BOALER, J. (2019). **Limitless Mind: Learn, Lead, and Live Without Barriers.** HarperCollins.

BOALER, J., & DWECK, C. S. (2016). **Mathematical mindsets: A collaboration between teachers and researchers to transform mathematics education.** Teachers College Press.

BURN, M. T., & JAFRI, R. (2017). **Mathematics learning and the growth mindset: A systematic review.** *Mathematics Education Research Journal*, 29(4), 363-380.

DWECK, C. S. (2006). **Mindset: The new psychology of success.** Random House.

DWECK, C. S., & LEGGETT, E. L. (1988). **A social-cognitive approach to motivation and personality.** *Psychological Review*, 95(2), 256-273.

DWECK, C. S., & MOLDEN, D. C. (2005). **Self-theories: Their impact on competence motivation and acquisition.** In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 122-140). Guilford Press.

6

ELLIOT, A. J., & DWECK, C. S. (2005). **Competence and motivation: Competence as the core of achievement motivation.** In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 3-12). Guilford Press.

GOOD, C. (2002). **Reducing the effects of stereotype threat on African American college students by shaping theories of intelligence.** *Journal of Experimental Social Psychology*, 38(2), 113-125.

GOSS, A. J. (2018). **Growth mindset in mathematics: A review of literature.** *Journal of Education and*

GUNDERSON, E. A., et.al (2018). **Parent praise to toddlers predicts fourth-grade academic achievement via children’s incremental mindsets.** *Developmental Psychology*, 54(3), 397-409.

HULLEMAN, C. S., & HARACKIEWICZ, J. M. (2009). **Promoting interest and performance in high school science classes.** *Science*, 326(5958), 1410-1412.

HWANG, Y. S., & YOON, H. J. (2017). **The effects of a growth mindset intervention on elementary school students’ mathematics achievement: A quasi-experimental study.** *Studies in Educational Evaluation*, 53, 72-80.

MANGELS, J. A., & SARGENT, J. Q. (2018). **Mindsets, motivation, and learning: A psychobiological framework.** *Frontiers in Psychology*, 9, 2665.

MANGELS, J. A., Motivating Minds Research Group, & Sargent, J. Q. (2018). **Growth mindset interventions: A systematic review and meta-analysis.** *Motivation Science*, 4(2), 123-143.

PAUNESKU, D., et.al (2015). **Mind-set interventions are a scalable treatment for academic underachievement.** *Psychological Science*, 26(6), 784-793.

SCHMADER, T., JOHNS, M., & FORBES, C. (2008). **An integrated process model of stereotype threat effects on performance.** *Psychological Review*, 115(2), 336-356.

SMITH, J. L., & WHITE, P. H. (2018). **The implicit stereotype mindset: Implications for education and social policy.** *Journal of Social Issues*, 74(4), 648-662.

VAN DEN BERG, R., & HOFMAN, A. D. (2017). **Student learning gains in a growth mindset UNIVERSITY PHYSICS COURSE.** *Physical Review Physics Education Research*.

YEAGER, D. S., & DWECK, C. S. (2012). **Mindsets that promote resilience: When students believe that personal characteristics can be developed.** *Educational Psychologist*, 47(4), 302-314.





## Educação Superior: a Formação dos Professores Indígenas no Curso De Pedagogia – Programa Nacional de Formação de Professores Da Educação Básica (Parfor), no Município de Santo Antônio do Içá – Amazonas

Higher Education: The Training of Indigenous Teachers In The Pedagogy Course – National Program For Training Basic Education Teachers (Parfor), In The Municipality Of Santo Antônio Do Iça – Amazonas

<sup>1</sup>Eliuomar Cruz da Silva

<sup>2</sup>Laury Vander Leandro de Souza

<sup>3</sup>Francisca Silva do Nascimento

<sup>4</sup>Ariana Lucas Moraes

<sup>5</sup>Samara Soares de Freitas

### RESUMO

Este estudo objetivou analisar e entender o processo de ensino e aprendizagem na formação de professores indígenas, especialmente considerando seu impacto na formação desses alunos que trabalharão com alunos das comunidades e o contexto das realidades dessas populações. Destina-se também a compreender o funcionamento do PARFOR na realidade de São Antônio do Içá-AM; identificar as metodologias utilizadas em sala de aula nas disciplinas do curso de formação, considerando os conteúdos que são ensinados em sala de aula, voltados para a realidade das comunidades; descrever os processos de como o processo de ensino e aprendizagem é realizado e como o conteúdo é trabalhado e compreendido contextualmente pelos alunos; fazer uma análise de como ocorrem os procedimentos de ensino em sala de aula por professores que lecionam na PARFOR para alunos indígenas da turma de Pedagogia em Santo Antônio do Içá-AM. O trabalho aqui proposto é configurado como pesquisa qualitativa, tendo ocorrido na Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde, onde todas as disciplinas do curso são ministradas em relação ao processo ensino-aprendizagem dos alunos/professores. O objetivo do estudo de pesquisa é o processo de ensino e aprendizagem na formação de professores indígenas, especialmente considerando seu impacto na formação desses alunos que trabalharão com alunos das comunidades e o contexto das realidades dessas populações. O foco é o ensino do Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica (Parfor), no município de Santo Antônio do Içá-AM.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Formação de Professores. Ensino Indígena.

### RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar y comprender el proceso de enseñanza y aprendizaje en la formación de maestros indígenas, especialmente considerando su impacto en la formación de estos estudiantes que trabajarán con estudiantes de las comunidades y el contexto de las realidades de estas poblaciones. También se pretende comprender el funcionamiento del PARFOR en la realidad de São Antônio do Içá-AM; identificar las metodologías utilizadas en el aula en las disciplinas del curso de formación, considerando los contenidos que se imparten en el aula, enfocados en la realidad de las comunidades; describir los procesos de cómo se

1 Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhiri. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuomar9@gmail.com](mailto:eliuomar9@gmail.com).

1

2 Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysozabc@gmail.com](mailto:laurysozabc@gmail.com).

3 Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Metodologia do Ensino em Biologia e Química pelo Instituto Prominas. Graduada em Biologia e Química pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [Franbc83@hotmail.com](mailto:Franbc83@hotmail.com).

4 Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade de Educação da Serra. Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [Arianaspo1987@gmail.com](mailto:Arianaspo1987@gmail.com).

5 Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Kurios. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [samarabadaui@gmail.com](mailto:samarabadaui@gmail.com).





lleva a cabo el proceso de enseñanza y aprendizaje y cómo los contenidos son trabajados y comprendidos contextualmente por los estudiantes; analizar cómo ocurren los procedimientos de enseñanza en el aula de los profesores que enseñan en PARFOR para los estudiantes indígenas en la clase de Pedagogía en Santo Antônio do Içá-AM. El trabajo aquí propuesto se configura como investigación cualitativa, habiendo tenido lugar en la Escuela Municipal Nossa Senhora da Saúde, donde se imparten todas las disciplinas del curso en relación al proceso de enseñanza-aprendizaje de los alumnos/profesores. El estudio de investigación tiene como objetivo el proceso de enseñanza y aprendizaje en la formación de docentes indígenas, considerando especialmente su incidencia en la formación de estos estudiantes que trabajarán con estudiantes de las comunidades y el contexto de las realidades de estas poblaciones. El foco está en la docencia en el Programa Nacional de Formación de Profesores de Educación Básica (Parfor), en el municipio de Santo Antônio do Içá-AM.

**Palabras clave:** Educación Superior. Formación de profesores. Enseñanza Indígena.

## SUMMARY

This study aimed to analyze and understand the teaching and learning process in the training of indigenous teachers, especially considering its impact on the training of these students who will work with students from the communities and the context of the realities of these populations. It is also intended to understand the functioning of PARFOR in the reality of São Antônio do Içá-AM; identify the methodologies used in the classroom in the disciplines of the training course, considering the contents that are taught in the classroom, focused on the reality of the communities; describe the processes of how the teaching and learning process is carried out and how the content is contextually worked and understood by the students; to analyze how teaching procedures occur in the classroom by teachers who teach at PARFOR for indigenous students in the Pedagogy class in Santo Antônio do Içá-AM. The work proposed here is configured as qualitative research, having taken place at the Nossa Senhora da Saúde Municipal School, where all course disciplines are taught in relation to the teaching-learning process of students/teachers. The objective of the research study is the teaching and learning process in the formation of indigenous teachers, especially considering its impact on the formation of these students who will work with students from the communities and the context of the realities of these populations. The focus is on teaching in the National Teacher Training Program for Basic Education (Parfor), in the municipality of Santo Antônio do Içá-AM.

**Keywords:** Higher Education. Teacher training. Indigenous Teaching.

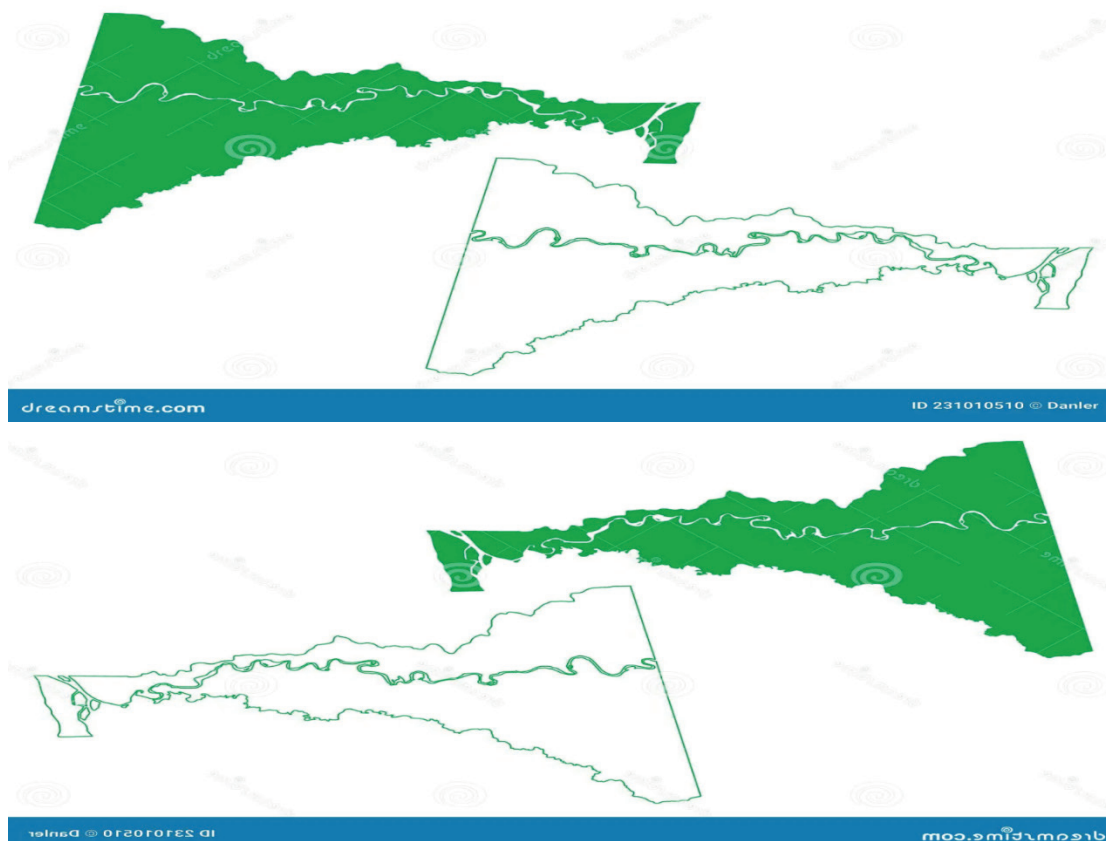
## 1. INTRODUÇÃO

O processo Educacional que passa recentemente o nosso país caracteriza-se como agonizante no sentido de que a assistência aqui também nos referimos em termos financeiros tem diminuído consideravelmente afetando diretamente toda a educação no seu processo, no caso do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, os cortes são evidentes como o auxílio dos governos federais e municipal.

A educação indígena aparece como um dos segmentos da educação, a população indígena é cada vez mais presente, sobretudo em áreas em que sua existência é parte constituinte em geral da população como ocorre em boa parte dos municípios do Estado do Amazonas, o município de Santo Antônio do Içá é parte integrante dessa formação, tendo em vista o PARFOR (programa emergencial criado para permitir a professores em exercício na rede pública de educação básica) observa-se turmas com o contingente indígena totalmente predominante.

No mapa abaixo vemos o município de Santo Antônio ser regido pela prefeitura da cidade.

FIGURA 01- CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ



FONTE: Santo-antonio-do-ica-município-amazonas-municípios- estaduais-da-república-federativa-brasil-ve-  
tor-de-mapa

No Brasil, a educação foi reconhecida pelo legislador como sendo um direito de todos. Trata-se, pois, de um direito fundamental, que deve ser promovido e incentivado em ação conjunta envolvendo Estado, família e sociedade em geral.

No contexto educacional, a inclusão escolar é uma política pública adotada para reunir, no mesmo espaço escolar, pessoas com e sem deficiência (MANTOAN, 2003). No entanto, para que isso aconteça de forma efetiva, é necessário, segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006), realizar mudanças profundas nas concepções, adotando diferentes práticas educacionais e promovendo uma real organização do ensino regular. Isso é necessário, conforme os autores, para que não só o acesso à escola seja garantido para todos, mas, sobretudo para assegurar a aprendizagem e permanência na escola dos indivíduos incluídos.

A educação escolar foi gradativa e inexoravelmente incorporada ao cotidiano dos povos ameríndios. Os debates sobre o lugar institucional da escola, seus limites e suas possibilidades, são permeados por iniciativas escolares implementadas por diferentes instituições e voltadas para os mais distintos objetivos, dando origem a experiências, em geral, pontuais e fragmentados.

Hoje, de acordo com o Censo da Educação Básica de 2013, aproximadamente 238.113 estudantes indígenas estão na educação primária do país. Seguindo os dados relativos ao número de escolas e à população indígena, a maioria desses alunos concentra-se na região Norte.

Nesse cenário, destaca-se o estado do Amazonas, que concentra o maior número de estudantes indígenas brasileiros. No entanto, embora o Acre não seja numericamente significativo em relação ao Amazonas, apresenta um processo histórico precursor na configuração dos processos escolares indígenas, como veremos.

3

Sendo o homem um ser em contínuo processo de formação, suas ações, ideias, construções, pensamentos, entre outros atributos a ele ligados, carregam sempre o sentido de incompletude e, conseqüentemente, a busca permanente pelo aprendizado que podem suprir esta falta. No caso específico da formação docente, e em nossa proposta, do professor indígena, o caráter de incompletude fica latente diante da abrangência e da complexidade que envolve a atividade educativa.

Uma proposta de definição do que é a formação continuada, permite afirmar que esta surge inteiramente de estudos sistemáticos e auto formativos vividos pelos profissionais através dos contextos de trabalho e das necessidades intrínsecas destes contextos e das suas próprias investigações, reflexões e relações, como sujeitos



que produzem conhecimento, conforme explica Tardif (2002).

Portanto, o debate sobre a formação de professores, por esse caráter de busca contínua pelo conhecimento e ampliação que a ação prática exige desse profissional, evidencia uma ampla gama de conceitos e autores que encontram neste contexto um meio relevante de discussão sobre as atividades educativas, suas necessidades, importância, complexidade, carências e, sobretudo, as dinâmicas que a tomam como processo.

A ideia de uma escola que privilegia as singularidades de todos os alunos pressupõe a valorização da composição da diferença e a sua partilha na diversidade. Nesse sentido, a implantação de uma educação indígena é cada vez mais percebida como uma questão de direitos humanos quando se propõe a acolher indivíduos que estão inseridos no sistema educacional nacional, mas nem sempre têm acesso a uma escola diferenciada e específica, que contemple seu universo cultural.

De maneira geral, inicialmente, deve-se considerar que a educação indígena tem seu entendimento no contexto da compreensão como um processo por que passam os povos indígenas, sendo caracterizada pela peculiaridade desse povo em educar seus filhos, com o intuito de transmissão hereditária dos saberes da tribo, garantindo assim a sobrevivência cultural das novas gerações.

Segundo Maher (2006), estima-se que na época do chamado descobrimento do Brasil e da chegada dos europeus, existia uma população indígena local de cerca de 2 a 4 milhões de pessoas. De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena no Brasil é composta por aproximadamente 896.917 pessoas, pertencentes a 254 povos.

No Brasil, muitas vezes existe uma imagem construída sobre os indígenas como se todos fossem iguais. Essa visão ignora o fato de termos mais de 250 povos indígenas que têm sua própria cultura, sua língua, suas formas de ensinar e aprender e de organizar sua vida coletiva.

Nessa perspectiva, Brandão (2006) defende que a educação existe onde não há escola e onde podem existir redes e estruturas sociais para transferir conhecimento de uma geração para outra, onde ainda não foi criado à sombra de nenhum modelo de ensino centralizado e formal. Assim, para o autor, a educação aconteceria independente de institucionalização, já que abrange um processo mais amplo, com a transmissão do conhecimento ocorrendo no cotidiano.

A educação escolar pressupõe a presença da escola. Com base no pensamento de Grupioni e Monte (2006), a escola como instituição para os povos indígenas surgiu do contato com os europeus e, dessa forma, assumiu diferentes modelos e formas para atender igualmente a diferentes objetivos e funções, com base não apenas em conceitos pedagógicos, mas, também, políticos, que procurou definir o lugar que os índios deveriam ocupar na sociedade brasileira.

Desde a década de 1990, a educação escolar indígena entrou no rol de atribuições do Ministério da Educação (MEC). É nesse período, segundo Di Giorgi e Leite (2010), que se dá em grande parte a democratização da escola pública brasileira, que começa a receber um novo aluno, o que muda as suas características.

Neste caso, foram criadas escolas nas aldeias para ensinar as crianças a ler e escrever na sua língua materna, dada a dificuldade de o fazer numa língua diferente da sua, introduzindo-se gradativamente o português até se tornar a única língua de aprendizagem. Assim, a educação e a língua indígena foram totalmente excluídas do currículo escolar. Esse modelo propõe o bilinguismo subtrativo para cancelar a língua materna do repertório do falante (MAHER, 2006).

A demanda por escolas nas comunidades indígenas e a busca por uma nova organização desta corroboram a afirmação dos autores. A escola assume um papel importante nas comunidades, visto que assume o objetivo de promover uma educação que permita aos indígenas o acesso a diferentes saberes e competências, capazes de os formar em diálogo com esta sociedade, valorizando a sua cultura.

De acordo com o Relatório Diagnóstico do Censo Escolar de 2014, foram cadastradas 3.138 escolas indígenas, reunindo 234.869 alunos e mais de 18.000 professores, sendo 3.138 escolas indígenas no Brasil, a maioria localizada no Amazonas, para um total de 1.011 escolas. Os dados obtidos mostram que as escolas indígenas no Brasil apresentam problemas de infraestrutura em relação ao acesso à Internet, ao abastecimento de água, à rede elétrica, ao prédio escolar etc.

4

A inserção da escola no espaço indígena brasileiro tem servido como uma ferramenta para impor os valores dos outros e negar as diferentes identidades, por meio de diversos processos como a catequização, a civilização e a integração forçada à comunhão nacional.

A oferta de programas de educação escolar para comunidades indígenas no Brasil foi impulsionada, desde o século XVI, pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngue, o foco era um: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que se tornassem algo diferente do que eram.



Nesse processo, a instituição da escola entre os grupos indígenas têm servido como uma ferramenta para impor os valores dos outros e negar diferentes identidades, línguas e culturas (GRUPIONI; MONTE, 2006).

É justamente a partir de experiências fragmentadas e localizadas que nasceu um modelo de introdução de escolas às comunidades indígenas. Esse modelo, pautado fundamentalmente pelos princípios do respeito à organização social indígena e da valorização de suas línguas maternas e dos conhecimentos e compreensões tradicionais desses povos, foi incorporado nos últimos anos pelo Estado brasileiro.

A mudança de paradigma no conceito de educação escolar para as sociedades indígenas foi introduzida pela Constituição de 1988, quando a educação deixou de ter o caráter integracionista amparado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) e passou a assumir o princípio do reconhecimento da socio-diversidade, desenvolvimento e manutenção da linguagem. Isso levou a uma mudança nas responsabilidades na condução da oferta de programas de educação indígena.

## 2.FORMA DE ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL INDÍGENA

A proposta de uma escola indígena diferenciada representa uma grande novidade no sistema educacional do país e exige que órgãos e instituições responsáveis definam novos mecanismos, conceitos e dinâmicas para que essas escolas sejam efetivamente beneficiadas e incorporadas com sua inclusão na rede oficial, e respeitadas em suas particularidades.

Poucas escolas são reconhecidas como indígenas: a maioria delas são consideradas escolas rurais ou classes de extensão. Outro ponto comum às escolas indígenas é a falta de material escolar adequado e específico na língua materna das diferentes etnias (PIRES, 2017).

O direito a uma escola diferenciada, com ensino na língua materna e respeito aos métodos corretos de aprendizagem, está expresso na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, na década de 1990, os princípios da escola indígena são abordados no Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (1998), chamando a atenção para o seu pertencimento ao sistema nacional de educação e para a necessidade de uma nova política pública que atenda e respeite o patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas.

Os princípios para o desenvolvimento de projetos escolares em áreas indígenas são a participação efetiva das comunidades indígenas, com base na elaboração de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades tradicionais dos diferentes grupos, com diferentes metodologias de ensino, com a incorporação de processos específicos à aprendizagem de cada pessoa e com a implementação de currículos escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis.

As decisões sobre o tempo e o espaço no processo educativo escolar, os conteúdos, os objetivos, a metodologia adotada, a forma de organização e o calendário escolar devem ser tomadas pela comunidade. Nesse sentido, de acordo com o Referencial Curricular para Escolas Indígenas, a escola deve ser “[...] conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios” (BRASIL, 1998).

Portanto, ao se pensar na organização da escola indígena, devem-se considerar os modos de vida dessas etnias, sua visão de mundo e sua forma de “viver bem” neste território, no sentido de conceber a sua vida plena e as relações que estabelece entre si, os outros e o mundo.

No caso das escolas indígenas, para garantir uma educação diferenciada, não basta que os conteúdos sejam ministrados com base no uso da língua materna, é preciso incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e aceitar as próprias formas de transmissão dos conhecimentos indígenas. Além disso, é essencial que o desenvolvimento do currículo, como um processo em constante desenvolvimento, ocorra em estreita harmonia e sob a orientação da escola e da comunidade indígena que atende. O momento de organizar a vida das comunidades indígenas segue uma lógica própria que deve ser considerada nos calendários das escolas.

Da mesma forma, o currículo diferenciado deve contemplar o conhecimento de cada povo e o conhecimento universal, a que todo aluno tem direito, como bem comum da humanidade. As sociedades indígenas existentes no Brasil hoje possuem tradições culturais únicas. Os processos de contato de cada povo com a sociedade ocidental foram diversos, em tempos e formas diferentes. Cada um destes povos é único, têm uma identidade própria que se constrói no território que habitam, nas tradições que preservam, nos costumes que vivenciam, na língua que falam e na organização social. Para que essas especificidades permaneçam, é importante que as escolas indígenas sejam específicas e envolvam a comunidade indígena como um participante ativo nos processos que estabelecem.

Portanto, reconhecer a alteridade dos povos indígenas significa reconhecer que cada povo possui características específicas de suas próprias culturas, línguas e formas de organização social, e que estas se materializam em suas escolas, mesmo que façam parte de um sistema educacional maior. Assim, uma escola Tikuna



tem suas formas diferentes das escolas Kokama e kambeba. A língua materna é um elemento importante em termos de especificidade. Os povos indígenas que falam suas línguas devem garantir que não perca espaço com a língua portuguesa. Valorizar a língua materna 50 utilizá-la em todos os espaços e fazer com que as crianças a aprendam é uma luta que deve ser travada pelas comunidades e consolidada na escola.

Assim, uma escola Tikuna, embora se assemelhe a outras escolas de outros povos indígenas ou não indígenas, continua sendo uma escola Tikuna porque possui a singularidade que os identifica como pertencentes a este povo, sua língua, sua cultura, sua tradição, seu território. É bem sabido que o cancelamento das línguas indígenas foi um dos meios encontrados pelo colonizador para submeter os povos ao serviço forçado e para sua “integração” à sociedade nacional. A proibição do uso da língua materna nos espaços que ocupava fragilizou seu uso e, muitas vezes, deu aos falantes a ideia de ser uma língua inferior e sem importância.

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos povos indígenas o direito de uso da língua materna durante o processo educacional oral e escrito de todos os conteúdos curriculares. O português, embora seja a língua oficial do país, surge como segunda língua. Esse direito foi reafirmado na LDB nº 9394/1996 e adotado como princípio da escola indígena no bilinguismo, garantindo o uso da língua materna como língua de ensino.

Por isso, esclarecendo o bilinguismo nas escolas indígenas, Martins (2013, p. 247) relembra que: “[...] o que temos visto é que ainda predomina o modelo de Bilinguismo Subtrativo, chamado também de modelo Assimilacionista de Transição”.

Abordar o princípio da interculturalidade implica uma compreensão da cultura e suas diferentes concepções. Somos uma sociedade multiétnica e plural e isso imolando ao conceito explicitado pelos autores, podemos dizer que na interculturalidade existe uma relação mais aberta ao diálogo e ao ensino e aprendizagem. A definição traz à mente o fato de que a diferença tem algo a ensinar e que as trocas entre culturas trazem ganhos para ambas as partes. É uma relação em que a convivência dessas diferentes pessoas é baseada numa diversidade de culturas. Para Candau (2000, p. 61).

Pensar dentro de uma perspectiva tradicional deve ser superado já que realmente procura a superação da ideia de colonidade, sendo assim, a superação da formação de como é apresentada o ensino, a necessidade da compreensão de uma originalidade conforme Pereira (2017) partindo do princípio de que a educação deve levar em consideração a própria necessidade indígena, os alunos indígenas ou professores em formação como já chegamos a comentar representam uma forma de entendimento ou de formação dessa nova cosmovisão ainda a espera.

De acordo com Menezes e Rizo (2013), a distorção da formação dos professores retrata um problema existente na formação de docentes; o PARFOR e sua constituição são estratégicos para o ajustamento dessa questão que é um dos elementos centrais na formação que representa uma distorção da formação dos professores, muitas vezes ocorre em função da oportunidade inexistente ocorrida durante a possibilidade de cursar aquela formação.

### 3.METODOLOGIA

Neste momento da pesquisa, buscamos identificar o campo empírico, enquadrando também os sujeitos participantes e a instituição que forma os professores indígenas nos cursos aqui analisados, observando, mormente as disposições do PARFOR, procurando compreendê-lo na realidade do Santo Antônio do Içá-AM. A pesquisa foi problematizada pela seguinte questão: “em que medida o processo de ensino e aprendizagem pode influenciar na formação dos professores indígenas?”. Já o objetivo geral foi “analisar e compreender o processo de ensino e aprendizagem na formação dos professores indígenas tendo em vista como incide na formação desses alunos que vão trabalhar com os alunos das comunidades e contexto dessas realidades das populações”.

Na área educacional, a pesquisa qualitativa tem sido amplamente utilizada, devido à natureza dos problemas buscados. Vários autores têm teorizado sobre os temas da pesquisa qualitativa, entre eles Sandín Esteban (2010) e André (2012), nos quais buscamos uma base para este trabalho. De acordo com Sandín Esteban (2010, p. 127): A pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

Na concepção do autor, a pesquisa qualitativa é um trabalho que exige uma organização em seu trabalho e tem objetivos bem definidos que a norteiam. O modo qualitativo busca comunicar muito mais do que dados quantificados. O que se espera é interagir com o universo de significados, motivos, emoções, aspirações, valores e atitudes (MINAYO, 2010). Isso é importante ao estudar uma realidade dinâmica, como a formação de professores. Portanto, mesmo diante de informações quantificadas, buscou-se o significado no contexto do estudo.

A opção pela predominância qualitativa é o caráter “[...] flexível da pesquisa [...] no que diz respeito a descobrir - construir seus objetos, à medida que a pesquisa progride [...]” (PIRES, 2008, p. 154). Isso porque os ambientes e atores educacionais são interativos e dinâmicos e não estão condicionados a um método determinado e inflexível. Essa flexibilidade também indica que pretendemos alcançar resultados absolutos, mas nos aproximando da realidade (MOREIRA; CALEFFE, 2006).

De acordo com o que se propõe a pesquisa qualitativa visa compreender a transformação das realidades, bem como se dedicar à produção de novas teorias. Esteban (2010) também aponta que uma característica fundamental desse tipo de pesquisa é a atenção dada ao contexto, uma vez que não é possível compreender os eventos ocorridos separados de sua realidade. Para André (2012, p. 17), diz-se que a pesquisa é qualitativa pelo fato de ela se contrapor ao esquema quantitativo de pesquisa, agindo defender “[...] uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. Desta forma, o trabalho aqui proposto se configura como uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa apresentada enfatiza a interpretação contextual durante o processo de compreensão das manifestações gerais da pesquisa e tem a característica de retratar a realidade em profundidade. Isso permite ao pesquisador, em suas análises, enfrentar a complexidade da situação estudada, procurando desvelar a multiplicidade de fatos que a envolvem e determinam (MINAYO, 2010). Para Ventura (2007, p. 384), o estudo de caso constitui uma “[...] metodologia [...] que [...] visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior para professores em serviço enfrenta tensões, desafios e potencialidades. Muito para além das outras práticas que já realizamos no dia a dia, a frequência no ensino superior engloba as dimensões de conhecimentos, competências e atitudes. É preciso enfrentar e superar as dificuldades que surgem a cada dia. “Ousar” será a palavra de honra para esses profissionais, principalmente para os mais desacreditados pelos colegas, pela idade, pelo tempo em sala de aula e pelas lideranças municipais.

Também pensamos que a formação inicial não é mais apenas uma forma de aumentar os salários, mas uma necessidade que emerge da realidade que enfrentamos como professores em sala de aula. Para tanto, temos políticas de expansão do ensino superior para a formação de professores no Brasil, que oportunizam a formação dos professores em exercício. Parfor, nesse sentido, é um agente multiplicador de profissionais preparados para enfrentar o que é necessário como novidade na educação. O programa leva à reflexão sobre os conteúdos do currículo pedagógico, necessários para o professor, mas, sobretudo, para o exercício de formador de opinião, educador consciente e multiplicador de sonhos.

São muitas as desventuras, como o tempo, a família, o trabalho, a questão da falta de meios de transporte, que deveriam ser propostas pelos secretários municipais. Porém, o fato mais interessante a destacar é o esforço com que cada um persegue seus interesses. Depois de superar uma série de barreiras, eles conseguem chegar com dignidade ao local de estudo. As experiências resultantes não podem ser alinhadas em formatos novos e permanentes. Ao contrário, podem enfrentar a temporalidade múltipla e propiciar o contato com um tempo multidimensional que refaz as relações conteúdo-método, professor-aluno, ensino / pesquisa / extensão; sequências de aprendizagem estruturadas; currículos baseados em pré-requisitos; divisão ensino-aprendizagem em tempos de aula, libertando corpos aprendentes para vivências numa multiplicidade de níveis onde o que é intracurricular ou extracurricular, intraclasse ou extraclasse se dissolve e promove diferentes círculos e relações de aprendizagem.

Não se trata, portanto, de viver esses movimentos, em seus círculos de virtualidade, como etapas primitivas de um real a ser construído, ou como possibilidade de devir, já que sua brevidade ocorre sob o princípio da indeterminação e da incerteza. Em suma, a contribuição educacional, prática e intelectual fornecida por Parfor é evidente, apesar, é claro, de seus limites. Sabemos que ainda há muito que estudar sobre o programa e sua realidade. Não podemos refletir apenas sobre decepções ou acertos, mas sim tentar compreender os reais motivos que levaram ao abandono da formação inicial ou mesmo compreender os motivos que fazem com que um gestor municipal não apoie a formação intelectual de seus quadros, se só ganha o Município com a melhoria dos índices de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 1. ed. 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas, 2011. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

GRUPIONI, L. D. B.; MONTE, N. L. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39 -68.

GIORGI, Cristiano Amaral G. Di; LEITE, oshie Ussami FerrarI. A qualidade da escola pública, na perspectiva democrática e popular, *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS*, n. 30, p. 305-323, jul./dez. 2010.

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, 1ed., São Paulo: Summus, 2006.

MAHER, T. M. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-37.

MARTINS, A. M. S. Oralidade e escrita nas escolas indígenas - do bilinguismo subtrativo a um bilinguismo aditivo: é possível? In: SOUZA, A. S. D.; BETTIOL, C. A.; MAXIMIANO. C. A. **Anais do 1º Simpósio PROIND Educação e Diversidades Amazônica**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 240-261.

MENEZES, Janaina S. S.; RIZO, Gabriela. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro: contribuições e desafios, **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 87-103, out./dez. 2013. Editora UFPR.

MOREIRA, A. F. B. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 11-32.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017.

PIRES, Luísa Puricelli; GURSK, RosI. Uma leitura particular das conexões de Freud com a Educação, **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista** Ano XI n. 17p. 11-23jan./jun.2017

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

#### SITE

<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf)

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm)

<https://moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=1482149>

<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>.



## A implantação de jogos como ferramenta de facilitação do processo de aprendizagem da matemática

**Leonardo de Oliveira Luna**

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: leonardolluna@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>

URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

### RESUMO

A utilização de jogos como ferramenta para facilitar o processo de aprendizagem da matemática tem sido amplamente estudada no campo da educação. Os jogos podem ser uma maneira divertida e eficaz de ensinar conceitos matemáticos, pois permitem que os alunos aprendam de maneira mais lúdica e interativa. Além disso, os jogos podem ajudar a desenvolver habilidades como pensamento lógico, resolução de problemas e trabalho em equipe. Vários estudos mostraram que o uso de jogos em sala de aula pode melhorar o desempenho matemático dos alunos e aumentar sua motivação e interesse pelo assunto. No entanto, é preciso ressaltar que os jogos devem ser escolhidos criteriosamente e adequados ao nível de desenvolvimento dos alunos e aos objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a implementação de jogos como ferramenta facilitadora do processo de aprendizagem em matemática pode ser uma estratégia eficaz que pode tornar o ensino mais envolvente e eficiente, ajudando a desenvolver alunos mais preparados e engajados na disciplina.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Matemática; Jogos; Inovação; Ensino.

## ABSTRACT

*The use of games as a tool to facilitate the process of learning mathematics has been widely studied in the field of education. Games can be a fun and effective way to teach math concepts, as they allow students to learn in a more playful and interactive way. Also, games can help develop skills like logical thinking, problem solving, and teamwork. Several studies have shown that the use of games in the classroom can improve students' mathematical performance and increase their motivation and interest in the subject. However, it should be noted that the games must be chosen carefully and appropriate to the students' development level and the pedagogical objectives. In this sense, the implementation of games as a tool to facilitate the learning process in mathematics can be an effective strategy that can make teaching more engaging and efficient, helping to develop students who are more prepared and engaged in the discipline.*

**Keywords:** *Learning; Mathematics; Games; Innovation; Teaching.*

## 1 INTRODUÇÃO

Ensinar matemática é um desafio para muitos alunos, que muitas vezes lutam para entender os conceitos e aplicá-los em situações do mundo real. Nesse sentido, a utilização de jogos como ferramentas facilitadoras do processo de aprendizagem em matemática tem se mostrado uma estratégia eficaz para tornar o ensino mais dinâmico e envolvente, ajudando a desenvolver alunos mais preparados e engajados no assunto.

A maioria dos alunos tem medo de matemática, talvez a forma como ela é ensinada impeça os alunos de aprender o assunto porque o que é ensinado dificilmente é prático. [Stoica 2015] salienta que aprender matemática é considerado difícil pela maioria dos alunos. Um dos motivos é que em uma aula de matemática tradicional, os alunos aprendem primeiro a teoria, e depois são solicitados a resolver exercícios e problemas que tenham soluções mais ou menos algorítmicas, usando mais ou menos o mesmo raciocínio, muito menos conectado com a realidade. eventos do mundo.

A ideia de utilizar jogos como recurso didático de matemática não é nova. Jogos como xadrez são usados desde a antiguidade para desenvolver habilidades matemáticas como geometria e lógica. A partir do século XX, no entanto, o uso de jogos em sala de aula tornou-se mais comum com o advento de jogos pedagógicos específicos para o ensino de matemática.

Vários estudos mostraram que o uso de jogos em sala de aula pode melhorar o desempenho matemático dos alunos e aumentar sua motivação e interesse pelo assunto. Além disso, os jogos podem ajudar a desenvolver habilidades como pensamento lógico, resolução de problemas e trabalho em equipe.

No entanto, é preciso ressaltar que os jogos devem ser escolhidos criteriosamente e adequados ao nível de desenvolvimento dos alunos e aos objetivos pedagógicos. Jogos muito simples podem não desafiar os alunos, enquanto jogos muito complexos podem gerar frustração e atrapalhar o aprendizado. Portanto, os professores devem ter um bom conhecimento dos jogos disponíveis e saber adaptá-los às necessidades de seus alunos.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir a implementação de jogos como ferramenta facilitadora do processo de aprendizagem em matemática, apresentando os principais benefícios e desafios dessa estratégia e boas práticas para sua implementação.

Portanto, para a realização deste artigo, seguiu-se uma pesquisa na forma de revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar textos de fontes e publicações confiáveis como o (Google Acadêmico, Scielo, etc.), nas quais foram selecionados estudos recentes, fornecendo descrições informativas detalhadas e resultados de pesquisas realizadas em obras reais sobre o tema, buscando autores reconhecidos que tenham tratado e interpretado o tema.



## 2 DESENVOLVIMENTO

A matemática é a ciência que estuda a lógica e as propriedades dos números, quantidades, formas e estruturas abstratas. Existe em diversas áreas do conhecimento, como física, química, biologia, economia e engenharia, e é fundamental para a compreensão e resolução de problemas em diversas áreas da vida cotidiana.

A prática de ensino de matemática envolve o desenvolvimento e a implementação de estratégias instrucionais destinadas a desenvolver a compreensão e as habilidades dos alunos em conceitos matemáticos. Isso inclui a escolha do conteúdo, o uso de material didático adequado, a aplicação de atividades e exercícios que estimulem o raciocínio lógico e a resolução de problemas e avaliações que meçam o aprendizado do aluno.

Ela é um campo crescente de pesquisa, com vários estudos em andamento em todo o mundo para melhorar as técnicas e métodos usados pelos professores.

Além de auxiliar e influenciar na formação de crianças e adolescentes, também pode promover o crescimento saudável e o enriquecimento permanente de crianças e adolescentes, e faz parte do mais alto espírito. (Almeida (1974, p.57)).

Prática democrática sem deixar de investir na produção séria de conhecimento. Sua prática exige engajamento franco, criativo, livre, crítico, fomenta a interação social e tem em mente um forte compromisso com a transformação e transformação do meio ambiente.

Com o avanço da tecnologia e das pesquisas na área da educação, novos métodos e técnicas de ensino surgem constantemente, sendo importante que os professores estejam atualizados e abertos a novas possibilidades, a fim de tornar o ensino mais dinâmico e envolvente.

As inovações instrucionais vão desde o uso de novos materiais didáticos até a implementação de métodos mais participativos e interativos, como o uso de jogos e tecnologia educacional. Além disso, a inovação pode ocorrer no planejamento e organização das aulas, criando atividades e projetos que estimulem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a resolução de problemas.

As inovações instrucionais também ajudam a preparar os alunos para responder melhor aos desafios do mundo contemporâneo, que exigem competências e habilidades cada vez mais complexas. Através da prática inovadora, os alunos desenvolvem habilidades como criatividade, pensamento crítico, trabalho em equipe e resolução de problemas, que são fundamentais para o sucesso em muitas áreas da vida.

A criatividade dos alunos pode ser estimulada por meio do uso de jogos que apresentam diferentes desafios e exigem a aplicação de diferentes estratégias para atingir os objetivos do jogo. Os jogos podem estimular o desenvolvimento da criatividade ao apresentar situações-problema que exigem que os alunos encontrem soluções inovadoras.

O pensamento crítico pode ser desenvolvido por meio do uso de jogos que apresentam desafios complexos e exigem que os alunos apliquem conceitos matemáticos em situações do mundo real. Os jogos podem estimular o pensamento crítico, apresentando desafios que exigem que os alunos analisem diferentes soluções e escolham a melhor.

O trabalho em equipe pode ser desenvolvido por meio do uso de jogos colaborativos em que os alunos precisam trabalhar juntos para atingir os objetivos do jogo. Os jogos colaborativos podem promover o desenvolvimento do trabalho em equipe, exigindo que os alunos se comuniquem, cooperem e compartilhem tarefas.

A resolução de problemas pode ser desenvolvida por meio do uso de jogos desafiadores que exigem que os alunos apliquem conceitos matemáticos para resolver problemas. Os jogos podem estimular a resolução de problemas, apresentando desafios que exigem que os alunos analisem diferentes soluções e escolham a melhor opção.

Além disso, observou-se que o uso de jogos como ferramenta para facilitar o processo de aprendizagem da matemática tem se mostrado uma estratégia eficaz para tornar o ensino mais dinâmico e envolvente, ajudando a desenvolver alunos mais preparados e engajados com a disciplina. Esta revisão apresenta pesquisas que discutem o uso de jogos como ferramenta para facilitar o processo de aprendizagem em matemática, destacando os benefícios e desafios dessa estratégia e as melhores práticas para implementá-la.

O xadrez é uma atividade que pode ser utilizada como estratégia no ensino de matemática, pois envolve a aplicação de conceitos matemáticos como geometria, álgebra e lógica. Além disso, jogar xadrez pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisão e planejamento estratégico.

Os exercícios de xadrez no ensino de matemática podem ser utilizados em vários níveis de ensino, desde o ensino fundamental até o universitário. No ensino fundamental, o jogo de xadrez pode ser utilizado como uma atividade lúdica para desenvolver habilidades matemáticas básicas como contagem, adição e subtração. No ensino médio, o jogo de xadrez pode ser utilizado para estimular o raciocínio lógico e resolver problemas complexos, como a aplicação de conceitos de geometria e álgebra. Já no ensino superior, o jogo de xadrez pode ser utilizado como ferramenta para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e análise matemática.

A prática do xadrez no ensino da matemática também pode ser utilizada como atividade extracurricular, por exemplo, um clube de xadrez ou uma competição escolar. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como trabalho em equipe, respeito às regras e convivência em grupo.

Além da prática de jogos tradicionais, como o já citado xadrez, pode-se observar que os jogos digitais também podem ser utilizados para ensinar conceitos matemáticos de forma lúdica e interativa, estimulando a participação ativa dos alunos e contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

A adaptação de jogos digitais para o ensino de matemática pode ir desde a utilização de jogos já existentes até a criação de jogos específicos para o ensino de conceitos matemáticos. Os jogos digitais podem ser personalizados para atender às necessidades dos alunos e aos objetivos de aprendizado, tornando o aprendizado mais personalizado e eficaz.

Os jogos digitais podem ser usados para ensinar conceitos matemáticos de vários níveis de complexidade, desde conceitos básicos até conteúdos mais avançados. Além disso, os jogos digitais podem ser utilizados em diversas etapas do processo de ensino, desde a introdução de conceitos até a avaliação do aprendizado do aluno.

A adaptação de jogos digitais para o ensino de matemática pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade e trabalho em equipe. Além disso, os jogos digitais podem estimular a motivação dos alunos para aprender matemática e, assim, contribuir para o seu desempenho acadêmico.

Vários estudos têm mostrado que o uso de jogos em sala de aula pode melhorar o desempenho dos alunos em matemática, bem como aumentar sua motivação e interesse pelo assunto. Além disso, os jogos podem ajudar a desenvolver habilidades como raciocínio lógico, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Um estudo de Silva et al. (2018) Os autores enfatizaram que os jogos foram capazes de envolver os alunos e tornar o aprendizado mais significativo.

Outro estudo de Sousa et al. (2019), investigou o uso de jogos digitais no ensino de matemática para alunos do ensino médio. Os resultados mostraram que o uso de jogos contribuiu para a melhora do desempenho dos alunos em relação ao conteúdo estudado e também para o aumento da motivação e interesse pelo assunto.

Porém, é importante ressaltar que a seleção dos jogos deve ser criteriosa e adequada ao nível de desenvolvimento dos alunos e aos objetivos pedagógicos. Jogos muito simples podem não desafiar os alunos, enquanto jogos muito complexos podem causar frustração e desencorajar o aprendizado. Portanto, é fundamental que os professores conheçam os jogos disponíveis e saibam adaptá-los às necessidades de seus alunos.

Um estudo de Barros (2017) aborda o uso de jogos no ensino de matemática para alunos com deficiência intelectual. Os resultados mostraram que os jogos foram capazes de contribuir para a melhora do desempenho dos alunos em relação ao conteúdo estudado, bem como para aumentar a motivação e o interesse pela disciplina. Os autores destacaram a importância de escolher jogos adequados e adaptá-los às necessidades dos alunos com deficiência.

A utilização de jogos no ensino de matemática pode contribuir para a formação de alunos mais críticos e reflexivos. Uma perspectiva apresentada por Lima et al. (2016) explanou o uso de jogos no ensino de matemática para alunos do ensino médio. Os resultados mostraram que os jogos foram capazes de contribuir para o



desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos alunos e também para melhorar seu desempenho em relação ao conteúdo processado.

É importante ressaltar que o uso de jogos no ensino de matemática não é uma estratégia isolada, mas deve estar integrada a outras práticas pedagógicas. Os resultados mostraram que o uso de jogos foi eficaz, mas que a integração com outras práticas pedagógicas, como a resolução de problemas, foi essencial para melhorar o desempenho dos alunos.

Segundo Kishimoto (2007), ao conceituar “jogos”, não podemos deixar de associá-lo ao esporte e à competição, numa visão de abraçar sua eficácia. Sendo assim estimular os participantes do jogo a buscarem novas estratégias para vencer o jogo. Essa situação contribui para a percepção de que melhorar a inferência e a velocidade é importante ação. O jogo afeta diretamente as emoções dos participantes, mantendo a atenção e transformando a atividade “jogo” em uma atração envolvente e motivadora para os participantes.

Em síntese, a utilização de jogos como ferramenta facilitadora do processo de aprendizagem da matemática tem se mostrado uma estratégia eficaz para tornar o ensino mais dinâmico e atrativo, contribuindo para a formação de alunos mais preparados e interessados pela disciplina. No entanto, é fundamental que os professores tenham um bom conhecimento dos jogos disponíveis e saibam adaptá-los às necessidades dos seus alunos, bem como integrá-los com outras práticas pedagógicas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o uso de ferramentas e jogos interativos é essencial para o ensino da matemática, pois torna o aprendizado mais divertido e eficaz. Os alunos se envolvem mais no assunto e são capazes de visualizar com mais clareza os conceitos e aplicações da matemática no mundo real. Além disso, ferramentas e jogos interativos fornecem um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo que incentiva a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem. Portanto, é importante que os professores incorporem essas ferramentas em suas salas de aula para tornar o ensino de matemática mais envolvente e eficaz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de: **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos.**

10.ed, agosto 2000. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1974.

ALMEIDA, L. S., & Freire, T. **Jogos matemáticos: uma estratégia lúdica para o ensino e aprendizagem da matemática.** Revista Brasileira de Educação Matemática, 2018, p 1-19.

AZEVEDO, M. V. R. **Jogando e Construindo Matemática: a influência dos jogos e materiais pedagógicos na construção dos conceitos em Matemática.** São Paulo: Unidas, 1993.

BARROS, Iris A **Jogos matemáticos para inclusão de estudantes com deficiência intelectual.** Monografia Pedagogia. UFF - Universidade Federal Fluminense - Instituto de Educação de Angra dos Reis Disponível em: <  
[https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5646/monografia\\_ultima%20vers%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5646/monografia_ultima%20vers%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 10 mai 2023

BORGES, E. P. S., & Moraes, M. A. C. **O ensino de matemática e o jogo de xadrez: uma revisão bibliográfica.** Revista de Educação Matemática, 2017, p. 1-13.

COLL, C., Mauri, T., & Onrubia, J. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Artmed Editora. 2012.

JUNIOR, L. C. L., & de la Rosa Onuchic, L. **O Jogo da Imitação: A Resolução de Problemas na processualidade do ensino e da aprendizagem de Estatística e Matemática.** Perspectivas da Educação Matemática, 2019.

KISHIMOTO, TizucoMorchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2007

LIMA, C.A.S; Paula C. G; Beirão E. C; Borges L. B. **Jogos matemáticos: reflexões a partir do PIBID**. ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática. 2016.

Disponível em: <

[http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6361\\_3624\\_ID.pdf](http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6361_3624_ID.pdf)> Acesso em:

02 mai. 2023.

MORAES, S. L., Carvalho, M. A., & Santos, T. A. **Jogos matemáticos como ferramenta para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2018, p. 790-805.

MUNDSTOCK, I. A., Barcellos, C. M. O. **Uso de jogos como estratégia de ensino e aprendizagem na Matemática: estudo de funções quadráticas no 1o ano do Ensino Médio**. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, 2016 v. 2, n. 1, p.140-154.

SILVA, L. F., Carvalho, M. A., & Santos, T. A. **Jogos no ensino de matemática: uma estratégia para o desenvolvimento de habilidades cognitivas**.2018. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 13(2), 512-527.

SOUSA, L. F., Silva, B., & Pimenta, M. S. **Jogos digitais no ensino de matemática: um estudo com alunos do ensino médio**. Revista Brasileira de Educação Matemática, 2019, p. 1-16.

SOUZA, M. C. F., & Silva, M. A. **Jogos digitais educativos para o ensino de matemática**. Revista Brasileira de Informática na Educação, 2013, p 73-82.



STOICA, A. **Using Math Projects in Teaching and Learning. Procedia-Social and Behavioral Sciences**, 2018, p. 702-708.

TEIXEIRA, Luzimar, **Brincadeiras infantis: importância para o desenvolvimento neuropsicológico**, texto de apoio ao curso de especialização, atividade física adaptada e saúde, S/D.



## O papel da liderança na gestão escolar

**Leonardo de Oliveira Luna**

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em  
Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
E-mail: leonardolluna@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

### RESUMO

O papel da liderança na gestão escolar é essencial para o sucesso do processo educacional. A gestão é responsável por estabelecer uma visão compartilhada e objetivos claros, fomentando a colaboração e um ambiente de trabalho motivador. O diretor da escola é responsável por administrar os recursos da escola, como pessoal, orçamento e infraestrutura, e garantir que a instituição atenda às necessidades dos alunos e da comunidade. Além disso, o diretor escolar deve estar atento às tendências educacionais e às mudanças na legislação, buscando constantemente inovar e aprimorar os processos educacionais. Existem diferentes perfis de liderança na gestão escolar, como líderes autoritários, democráticos e laissez-faire, cada um com suas características e formas de atuação. O diretor da escola deve ser capaz de adaptar seu estilo de liderança às necessidades da instituição e de sua equipe e buscar sempre o melhor para a escola e seus alunos. Em suma, o papel da liderança na gestão escolar é fundamental para o sucesso da instituição, garantindo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador, bem como uma educação de qualidade para os alunos.

**Palavras-chave:** Escolar; Liderança; Gestão; Inovação; Ensino.

## ABSTRACT

*The role of leadership in school management is essential for the success of the educational process. Management is responsible for establishing a shared vision and clear objectives, fostering collaboration and a motivating work environment. The school director is responsible for managing the school's resources, such as staff, budget, and infrastructure, and ensuring that the institution meets the needs of students and the community. In addition, the school director must be aware of educational trends and changes in legislation, constantly seeking to innovate and improve educational processes. There are different leadership profiles in school management, such as authoritarian, democratic and laissez-faire leaders, each with their characteristics and ways of acting. The school director must be able to adapt his leadership style to the needs of the institution and its staff and always seek the best for the school and its students. In short, the role of leadership in school management is fundamental to the success of the institution, ensuring a collaborative and motivating work environment, as well as quality education for students.*

**Keywords:** School; Leadership; Management; Innovation; Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

A liderança é um tema cada vez mais relevante na gestão escolar, já que é fundamental para o sucesso do processo educativo. A liderança escolar pode ser compreendida como um processo de influência que visa alcançar coletivos, promovendo um ambiente de trabalho objetivos colaborativo e motivador. O líder escolar é responsável por gerenciar os recursos da escola, como pessoal, orçamento e infraestrutura, e garantir que a instituição esteja atendendo às necessidades dos alunos e da comunidade. Além disso, o líder escolar deve estar atento às tendências educacionais e às mudanças na legislação, buscando sempre inovar e aprimorar os processos educativos.

A liderança escolar pode ser exercida de diferentes formas, e cada líder escolar tem seu próprio estilo de liderança. Existem diferentes perfis de liderança na gestão escolar, como o líder autoritário, democrático e laissez-faire, cada um com suas características e formas de atuação. O líder escolar deve ser capaz de adaptar seu estilo de liderança às necessidades da instituição e de sua equipe, buscando sempre o melhor para a escola e seus alunos.

De acordo com Fullan (2001), a liderança é um fator determinante para o sucesso das escolas, e um dos principais desafios é desenvolver líderes que possam inspirar e mobilizar suas equipes para alcançar metas ambiciosas. Para isso, é importante que os líderes escolares possuíssem habilidades como comunicação efetiva, capacidade de tomada de decisões, gestão de conflitos, planejamento estratégico e desenvolvimento profissional da equipe.

Outro autor que aborda a importância da liderança na gestão escolar é Sergio Vanni (1992), que destaca a necessidade de os líderes escolares serem agentes de mudança, capazes de criar uma visão compartilhada e mobilizar a comunidade escolar em torno de objetivos comuns. Segundo o autor, a liderança escolar deve ser pautada por valores como respeito, confiança, responsabilidade e compromisso com a educação.

Nesse sentido, o papel da liderança na gestão escolar é fundamental para o sucesso da instituição, garantindo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador, além de uma educação de qualidade para os alunos. É necessário que os líderes escolares tenham uma visão ampla e estratégica da gestão escolar, buscando sempre



inovar e aprimorar os processos educativos, em consonância com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Para isso, seguiu-se uma pesquisa na forma de revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar textos de fontes e publicações confiáveis como o (Google Acadêmico, Scielo, etc.), nas quais foram selecionados estudos recentes, fornecendo descrições informativas detalhadas e resultados de pesquisas realizadas em obras reais sobre o tema, buscando autores reconhecidos que tenham tratado e interpretado o tema.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A gestão tem sido amplamente estudada na literatura e várias abordagens e teorias foram desenvolvidas ao longo do tempo. Segundo Fayol (1916), a administração inclui cinco funções básicas: planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar. Drucker (1973) destaca a importância da gestão por objetivos, em que os objetivos são definidos em conjunto com a equipe e a avaliação de desempenho é baseada no alcance desses objetivos.

Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos para alcançar objetivos específicos. Este processo pode ser aplicado em diversas áreas como empresas, órgãos públicos, instituições de ensino, entre outros. A gestão inclui a definição de metas e estratégias, alocação de recursos, gestão de pessoas e avaliação de resultados. Uma gestão eficaz é fundamental para o sucesso de uma organização pois permite a maximização dos recursos disponíveis e otimização dos processos e garante a eficácia e eficiência das operações.

A gestão pode ser dividida em diferentes áreas como a gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão de projetos, gestão da qualidade, entre outras. Cada área possui suas próprias técnicas e ferramentas de gestão, mas todas possuem um objetivo comum para garantir o sucesso da organização.

É entendida como um processo fundamental para o sucesso de qualquer organização, pois possibilita a maximização de recursos e a otimização de processos. A gestão eficaz envolve definir metas claras, alocar recursos adequados, gerir pessoas e avaliar resultados, sempre buscando a melhoria contínua dos processos.

A gestão escolar é um tema recorrente no debate sobre políticas educacionais.

Nas décadas de 1950 e 1960, a ideia de autonomia escolar e de liberdade dos educadores era questionar a validade de ações administrativas e intervenções políticas com projetos que não estivessem relacionados à realidade da escola.

O silenciamento das reivindicações na década de 1970 revela o auge do processo de centralização administrativa. A gestão escolar volta à cena do debate político na década de 1980 com um novo contexto – a reforma do Estado. Tais reformas eram desejáveis porque traziam igualdade, justiça social, redução do clientelismo e fortalecimento da democracia, assim a descentralização recupera força (KRAWCZYK, 1999).

Na era da ditadura militar com estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas, os diretores das escolas obedeciam às regras estabelecidas, naquele momento as demandas dos educadores buscavam a conquista da autonomia escolar, o que se relacionava com a necessidade de alternativas curriculares e didáticas no combate à evasão e repetição. que ocorreu (KRAWCZYK, 1999).

Antes disso, entender essas contradições sociais é fundamental, pois assim os gestores conseguem fazer da escola um ambiente que não reproduza os reflexos das estruturas sociais capitalistas, mas reflita conscientemente essas perturbações, promovendo, assim, a ampliação do ato de ensinar e, portanto, para a formação da emancipação. Porém, ainda segundo Krawczyk (1999), na década de 1990 o foco na educação tomou um novo rumo. As novas demandas que a economia globalizada começava a revelar causaram transtornos do setor produtivo ao setor educacional. Portanto, diante dessas mudanças socioeconômicas, a educação passou a fazer parte da agenda política como um tema cada vez mais importante. Produtividade e cidadania global.

Para compreender a realidade da gestão escolar é preciso observar que a escola não existe um modelo ideal, mas se apresenta como resultado da vontade humana e aceita o grande a influência da sociedade que a organiza para criar as condições materiais de sobrevivência (WELLEN; Wellen 2010). Lembrando Karl Marx (MARX; ENGELS, 2007) antes de fazer algo pense se no campo da política, arte ou ciência, o ser humano tem que se preocupar com alimentação, bebida, roupas e abrigo.

Um gerente precisa desenvolver seu trabalho e entender seu efeito com base no processo de gestão. Assim como o professor, ao compreender o processo de gestão, ele participa de forma mais ativa e efetiva das ações da escola (LÜCK, 2011).

Entende-se, portanto, que a gestão, que tem como base o ambiente escolar, deve estar voltada para a educação. Tendo a escola como objetivo básico da educação porque ela auxilia na formação do ser humano. Enfatiza a interação entre pessoas em que ocorre o desenvolvimento do potencial físico, cognitivo, afetivo e atitudinal por meio do processo de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO et al., 2012). Esse processo, que um gestor precisa entender para poder intervir, como afirma Lück (2009, p. 131):

[...] quando o diretor da escola age de acordo com sua forma de ser e agir na organização educacional, ele efetivamente apoia a gestão escolar, ou seja, ele mobiliza esforços, direcionando energias e habilidades, articulando vontade e apoiando a integração de processos voltados para a realização das ações necessárias para atingir os objetivos educacionais que requerem ação escolar como um todo, de forma consistente, coerente e articulada.

A prática de gestão dentro das instituições de ensino é chamada de gestão escolar. É um conjunto de processos e procedimentos administrativos, pedagógicos e financeiros que visam garantir o bom funcionamento da instituição de ensino, subsidiar a qualidade do ensino e atender às necessidades de alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. A gestão escolar inclui definir metas e objetivos, desenvolver e implementar planos de ação, gerir recursos humanos, financeiros e materiais, avaliar e monitorar o desempenho escolar, apoiar a participação da comunidade escolar e buscar a inovação e a melhoria contínua dos processos educacionais.

Segundo Lück (2006) os gestores educacionais são profissionais que gerenciam instituições de ensino públicas ou privadas. Suas atividades vão desde a gestão pedagógica até a administração e gestão financeira das escolas. De acordo com a literatura profissional, as principais atividades desempenhadas por um gestor educacional incluem:

- Planejamento estratégico: os administradores educacionais devem desenvolver um plano estratégico que inclua a missão, a visão e os valores da instituição educacional e estabelecer metas e objetivos de curto, médio e longo prazos.
- Gestão instrucional: Os gestores educacionais devem monitorar o processo de ensino, facilitar a formação continuada de professores, avaliar o desempenho dos alunos e implementar políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.
- Administração: Os administradores educacionais devem gerenciar os recursos humanos, financeiros e materiais das instituições educacionais, desenvolvendo planos de ação que incluem compras, estoque, manutenção e gerenciamento de infraestrutura.
- Gestão de pessoas: Os gestores educacionais devem liderar as equipes profissionais da escola, promover um ambiente de trabalho harmonioso e colaborativo, incentivar a participação dos funcionários nas tomadas de decisões e valorizar o trabalho em equipe.

- Comunicações e Marketing: Os gerentes educacionais devem promover a escola dentro da comunidade, divulgar eventos e programas escolares e manter uma comunicação eficaz com os pais, alunos e professores.

A liderança escolar é a base do sucesso da instituição, pois é responsável por garantir um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício para a educação dos alunos. A gestão escolar inclui, entre outras coisas, a definição de políticas educativas, gestão de recursos financeiros e humanos, elaboração de projetos pedagógicos, avaliação e acompanhamento do desempenho escolar.

A gestão escolar é objeto de estudo de diversos autores que destacam a importância da liderança, da participação da comunidade escolar e da busca pela inovação e melhoria contínua. Para Fullan (2001), a liderança escolar é o fator mais importante na melhoria da qualidade da educação. Sergiovanni (1992) enfatiza a importância da liderança moral na gestão escolar, ou seja, a capacidade de criar um conjunto de valores e princípios éticos que norteiam as ações da equipe escolar. Além disso, a participação da comunidade escolar é fundamental para o sucesso da gestão escolar, pois possibilita a construção de um ambiente escolar acolhedor e democrático.

Sendo um conjunto de processos e procedimentos administrativos, pedagógicos e financeiros. A gestão escolar visa assegurar o bom funcionamento da instituição de ensino, apoiar a qualidade do ensino e atender às necessidades dos alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. A gestão escolar inclui a definição de políticas educacionais, gestão de recursos financeiros e humanos, desenvolvimento de projetos pedagógicos, avaliação e monitoramento do desempenho escolar, apoio à participação da comunidade escolar e busca da inovação e melhoria contínua dos processos educacionais.

Porque desempenha um papel vital no processo de mediação de conflitos entre alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. Os diretores das escolas devem estimular a intervenção nos processos de gestão de conflitos e buscar sua resolução por meio do diálogo e da negociação. A mediação pode ser conduzida por um mediador ou por um grupo de mediadores que atuam de forma imparcial e procuram encontrar uma solução que seja satisfatória para todas as partes envolvidas.

A gestão escolar é responsável por promover a mediação de conflitos na instituição, criando um ambiente escolar acolhedor e democrático, formando mediadores e promovendo uma cultura de diálogo e negociação. A gestão escolar



deve estar atenta aos conflitos que surgem na instituição e buscar soluções que sejam resolvidas por meio da mediação.

A mediação de conflitos na escola tem sido tratada por diversos autores. Segundo Ponte (2004), a mediação de conflitos na escola pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos, além de promover uma cultura de diálogo e negociação na instituição. Barros e Almeida (2014) destacam a importância da formação de mediadores na escola por meio de cursos e treinamentos para que possam atuar de forma efetiva no processo de mediação de conflitos.

Além disso, a gestão escolar deve promover uma cultura de paz na instituição, promovendo valores como respeito, tolerância, solidariedade e empatia. Segundo Galtung (1996), uma cultura de paz envolve a transformação de conflitos por meio do diálogo e negociação e construção de relações de cooperação e solidariedade entre as pessoas, e para isso os gestores escolares devem desenvolver atividades de liderança.

Existem diferentes tipos de dirigentes e gestores escolares, cada um com suas características e formas de atuação. Os principais tipos de liderança incluem liderança autocrática, liderança democrática e liderança transformacional.

A liderança autocrática caracteriza-se pela centralização do poder nas mãos de um líder que toma todas as decisões independente da opinião da equipe escolar. Esse tipo de liderança pode ser eficaz em situações de crise ou emergência, mas a longo prazo pode gerar insatisfação e desmotivação na equipe escolar.

A liderança democrática, por outro lado, caracteriza-se pela participação da equipe escolar no processo decisório. Um diretor de escola que adota esse tipo de liderança procura ouvir e considerar as opiniões e sugestões da equipe escolar, promove a cooperação e um ambiente de trabalho participativo. Esse tipo de liderança, além de fomentar uma cultura de diálogo e negociação na instituição, pode gerar maior comprometimento e envolvimento da equipe escolar.

Por fim, a liderança transformacional caracteriza-se pela capacidade do líder de inspirar e motivar a equipe escolar, promover a mudança e a inovação na instituição. Esse tipo de busca de liderança estimula a criatividade e a capacidade de resolução de problemas da equipe escolar, fomenta uma cultura de excelência e a busca pela melhoria contínua.

Dentre as competências de liderança, elas são essenciais para o gestor escolar, pois permitem que ele desempenhe sua função com eficácia, sustentem a

qualidade do ensino e garantam o bom funcionamento da instituição. As habilidades de liderança incluem a capacidade de motivar e inspirar os funcionários da escola, tomar decisões estratégicas, criar um ambiente escolar acolhedor e incentivar a participação da comunidade escolar.

Uma das habilidades básicas de liderança de um gestor escolar é a capacidade de motivar e inspirar a equipe escolar. O gestor deve ser capaz de criar um ambiente de trabalho positivo no qual professores e funcionários se sintam valorizados e motivados para realizar seu trabalho de forma eficaz. Além disso, o gestor deve ser capaz de inspirar a equipe escolar a trabalhar em prol dos objetivos da instituição, promover uma cultura de excelência e buscar a melhoria contínua.

Outra habilidade de liderança essencial para um gestor escolar é a capacidade de tomar decisões estratégicas. Um gestor deve ser capaz de analisar dados e informações relevantes, identificar oportunidades e desafios e tomar decisões que exijam que a instituição alcance efetivamente seus objetivos. Além disso, o gestor deve saber comunicar suas decisões de forma clara e transparente e envolver a equipe escolar e a comunidade escolar no processo decisório.

A capacidade de criar um ambiente escolar agradável também é essencial para os diretores de escola. O gestor deve ser capaz de promover valores como respeito, tolerância, solidariedade e empatia, criar um ambiente de convivência harmoniosa entre alunos, professores e funcionários. Além disso, o gestor deve ser capaz de criar um ambiente de aprendizado estimulante e desafiador, no qual os alunos se sintam motivados a aprender e desenvolver suas habilidades e competências.

Entre os maiores desafios atuais para os dirigentes e gestores escolares estão: adaptar-se às novas tecnologias, gerir a diversidade e promover uma aprendizagem significativa.

A adaptação às novas tecnologias é um dos maiores desafios para dirigentes e gestores escolares. Com o uso crescente das tecnologias digitais na educação, é necessário que os gestores escolares estejam preparados para lidar com as novas demandas e desafios que surgem nesse contexto. É preciso investir em infraestrutura tecnológica, capacitação de professores e alunos e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que utilizem efetivamente as novas tecnologias.

A gestão participativa é um modelo de gestão que visa estimular a participação de todos os envolvidos no processo educacional e prima por uma gestão mais democrática e transparente. Nas escolas, a gestão participativa tem se mostrado uma

alternativa eficaz para melhorar a qualidade do ensino e desenvolver uma cultura de participação e cooperação entre alunos, professores, funcionários e pais.

Segundo Lück (2009) a gestão participativa nas escolas tem como princípios básicos a transparência, a ética, a valorização da diversidade, a formação contínua do corpo docente, o apoio à participação de pais e alunos e a busca constante pela melhoria da qualidade do ensino.

A gestão participativa nas escolas pode ser implementada de diferentes formas, por exemplo:

- Conselhos de escola: os conselhos de escola são órgãos colegiados constituídos por representantes de alunos, professores, funcionários e pais, que têm por objetivo discutir e debater questões relacionadas com a gestão escolar.
- Entidades estudantis: as associações estudantis são organizações formadas por estudantes com o objetivo de representá-los e apoiar sua participação na gestão escolar.
- Assembleias Escolares: As assembleias escolares são reuniões realizadas regularmente com a participação de alunos, professores e funcionários nas quais são discutidos e debatidos assuntos relacionados com a gestão escolar.
- Plano de ação participativo: o plano de ação participativo é uma ferramenta de gestão que contempla a participação de todos que participam do processo educativo, define as metas e objetivos da escola a curto, médio e longo prazo.

O autor Paro (2001) diz que a gestão participativa nas escolas é uma alternativa eficaz para o desenvolvimento de uma cultura de participação e cooperação, que pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e participativa.

A gestão da diversidade é outro desafio importante para os dirigentes e gestores escolares. É necessário promover a inclusão e a diversidade na escola e garantir que todos os alunos se sintam acolhidos e respeitados, independentemente da sua origem étnica, religiosa, cultural ou socioeconómica. Além disso, é necessário desenvolver estratégias pedagógicas que considerem a diversidade cultural e linguística dos alunos e promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

Promover a aprendizagem participativa é um desafio constante para dirigentes e gestores escolares. É necessário desenvolver estratégias pedagógicas que

possibilitem aos alunos aprender de forma significativa e conectar os conteúdos escolares com suas experiências cotidianas e estimular a construção ativa do conhecimento. Além disso, é preciso investir na formação dos professores para que possam utilizar metodologias pedagógicas inovadoras e eficazes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é essencial para o sucesso da gestão escolar. Com o constante desenvolvimento da educação e das demandas da sociedade, é necessário que os gestores estejam atualizados e capacitados para aprimorar suas habilidades de liderança e lidar com os novos desafios que surgem no cotidiano escolar.

Formações continuadas podem ser alcançados por meio de treinamentos, participação em eventos educativos, leitura de artigos e livros profissionais e outras formas de atualização profissional. Estas permanecem capacitando os gestores a desenvolver novas habilidades, adquirir novos conhecimentos e estar preparados para lidar com as mudanças e desafios na gestão escolar.

Além disso, os processos em curso têm sido subordinados à melhoria da qualidade da educação oferecida aos alunos. Com uma gestão escolar mais atualizada e qualificada, é possível promover mudanças na instituição, como a introdução de novas metodologias de ensino, melhoria da infraestrutura escolar e apoio à inclusão e diversidade na escola.

Outra vantagem é a oportunidade de compartilhar experiências e conhecimentos com outros gestores e especialistas em educação. A participação em eventos educativos e a organização de cursos de capacitação permitem aos gestores participar de novas práticas e experiências bem-sucedidas em outras instituições que podem ser adaptadas à realidade da escola que frequentam.

Em síntese, é fundamental que os gestores escolares aprimorem continuamente suas habilidades e conhecimentos e apoiem a melhoria da qualidade da educação oferecida aos alunos. Atualizações e treinamentos contínuos são importantes para que os gestores estejam preparados para lidar com as mudanças e desafios na gestão escolar.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, MAF; ALMEIDA, ASA. **A mediação de conflitos na escola: uma estratégia de resolução de conflitos.** Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 56, pág. 183-204, 2014.

BASS, BM; AVOLIO, BJ. **Melhorando a eficácia organizacional por meio da liderança transformacional.** Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

DRUCKER, PF. **Gestão: Tarefas, Responsabilidades, Práticas.** Nova York: Harper & Row, 1973.

FAYOL, H. **Administration Industrielle et Générale: Prévoyance, Organização, Comando, Coordenação, Controle.** Paris: Dunod, 1916.

FERNANDES, AA. **O gestor escolar como líder transformacional.** Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 17, p. 159-174, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FULLAN, M. **O novo significado da mudança educacional.** Nova York: Teachers College Press, 2001.

GALTUNG, J. **Paz por meios pacíficos: paz e conflito, desenvolvimento e civilização.** Londres: Sage Publications, 1996.

KRAWCZYK, N. **A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros.** Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 67, Aug. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000200005>>. Acesso em 12 mai. 2023.

LIMA, JC. **Liderança e gestão escolar: uma revisão da literatura.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 29, n. 2, pág. 321-337, 2013.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-4.

MOROSINI, MC; FRANCO, MAS (Org.). **Gestão escolar, políticas públicas e processos formativos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PEREIRA, AS; SILVA, MR. **Liderança e gestão escolar: conceitos e práticas**. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, pág. 48-62, 2014.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTE, C. **Mediação de conflitos na escola: uma proposta de intervenção**. Psicologia em Estudo, v. 9, n. 1, pág. 55-63, 2004.

SERGIOVANNI, TJ. **Construindo comunidade nas escolas**. São Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SERGIOVANNI, TJ. **Liderança moral: chegando ao cerne da melhoria escolar**. São Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SILVA, FM; BARBOSA, MCS. **Habilidades de liderança do gestor escolar: uma revisão integrativa da literatura**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 97, n. 247, pág. 129-148, 2016.



SILVA, MR; FERNANDES, RA **Desafios da gestão escolar na contemporaneidade.**  
Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, pág. 238-252, 2015.

SOUZA, DCA. **Desafios da gestão escolar na contemporaneidade: reflexões sobre o papel do gestor escolar.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 10, n. 4, pág. 422-437, 2016.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

YUKL, G. **Liderança nas organizações.** 8ª ed. Boston: Pearson, 2013.



## O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS<sup>1</sup> The Role of the Federal Constitution in Guaranteeing Social Rights

Sisnando Leiria Junior<sup>2</sup>  
Anderson Moraes Cardoso  
Hugo Anael Gomes Bicca  
Gabriel de Paula Lima  
Pamela Georg  
Orvandil Colares Jardim  
Denize Bathaglini Guerra  
Eduardo Monteiro Abreu  
Vinícius Ferri Troleiz  
Wasley Barbosa Fagundes

Declaro que o trabalho apresentado é de minha autoria, não contendo plágios ou citações não referenciadas. Informo que, caso o trabalho seja reprovado duas vezes por conter plágio pagarei uma taxa no valor de R\$ 250,00 para terceira correção. Caso o trabalho seja reprovado não poderei pedir dispensa, conforme Cláusula 2.6 do Contrato de Prestação de Serviços (referente aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com exceção à Engenharia de Segurança do Trabalho. Em cursos de Complementação Pedagógica e Segunda Licenciatura a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória).

### RESUMO

A Constituição Federal é um instrumento essencial na garantia dos direitos sociais. Ela estabelece as bases legais para a proteção desses direitos, sendo responsável por criar os mecanismos necessários para sua efetivação. A partir da Constituição, são criadas políticas públicas e programas sociais que buscam garantir o acesso aos direitos sociais, como saúde, educação, moradia, trabalho digno, entre outros. Além disso, a Constituição também prevê a responsabilidade do Estado na promoção dos direitos sociais, estabelecendo que ele deve atuar de forma efetiva na proteção desses direitos e garantir a sua universalização. Apesar dos desafios na implementação dos direitos sociais, a Constituição Federal é um importante instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois ela assegura a proteção desses direitos fundamentais e promove a inclusão social e a dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Constituição Federal. Direitos Sociais. Instrumento.

### ABSTRACT

The Federal Constitution is an essential instrument in guaranteeing social rights. It establishes the legal bases for the protection of these rights, being responsible for creating the necessary mechanisms for their effectiveness. Based on the Constitution, public policies and social programs are created that seek to guarantee access to social rights, such as health, education, housing, decent work, among others. In addition, the Constitution also provides for the responsibility of the State in the promotion of social rights, establishing that it must act effectively in the protection of these rights and guarantee their universalization. Despite the challenges in implementing social rights, the Federal constitution is an important instrument for building a more just and egalitarian society, as it ensures the protection of these fundamental rights and promotes social inclusion and human dignity.

**Keywords:** Federal Constitution. Social rights. Instrument.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco histórico na proteção e garantia dos

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

<sup>2</sup> Discente do curso de Ciências Sociais.

direitos sociais no Brasil. A partir da promulgação da Constituição, foram estabelecidas as bases legais para a efetivação desses direitos, garantindo a todos os cidadãos o acesso a condições básicas de vida digna, como saúde, educação, moradia, trabalho e lazer.

Um dos principais papéis da Constituição Federal é o de definir os direitos sociais e garantir a sua universalização. A partir da definição de cada um desses direitos, o Estado é responsável por criar políticas públicas e programas que buscam efetivar esses direitos e promover a inclusão social. Apesar dos avanços na garantia dos direitos sociais, ainda há muitos desafios a serem enfrentados na sua implementação. A falta de recursos e de políticas públicas adequadas, a má gestão dos recursos destinados aos programas sociais e a falta de comprometimento do Estado são alguns dos fatores que dificultam a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição.

É importante destacar que a garantia dos direitos sociais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O acesso a esses direitos é essencial para a promoção da dignidade da pessoa humana e para a inclusão social de grupos historicamente marginalizados. Por fim, é fundamental ressaltar que a Constituição Federal é um instrumento fundamental na proteção e garantia dos direitos sociais. Ela estabelece as bases legais para a efetivação desses direitos e é responsável por criar os mecanismos necessários para que eles sejam garantidos a todos os cidadãos brasileiros.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil estabeleceu uma série de direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado. Esses direitos estão relacionados às condições básicas de vida digna, como saúde, educação, moradia, trabalho e lazer. O papel da Constituição Federal é definir e assegurar a universalização desses direitos, ou seja, garantir que todos os cidadãos tenham acesso a eles. Para isso, o Estado é responsável por criar políticas públicas e programas que buscam efetivar esses direitos e promover a inclusão social.

Apesar dos avanços na garantia dos direitos sociais, ainda há muitos desafios a serem enfrentados na sua implementação. Um dos principais desafios é a falta de recursos e de políticas públicas adequadas para a efetivação desses direitos. Além disso, a má gestão dos recursos destinados aos programas sociais e a falta de comprometimento do Estado também dificultam a sua efetivação. É necessário, portanto, que o Estado atue de forma efetiva na garantia dos direitos sociais, por meio da criação de políticas públicas e programas que busquem promover a inclusão social e reduzir as desigualdades.

É importante destacar que a garantia dos direitos sociais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O acesso a esses direitos é essencial para a promoção da dignidade da pessoa humana e para a inclusão social de grupos historicamente marginalizados. A partir da garantia desses direitos, é possível promover a melhoria das condições devida da população brasileira e reduzir as desigualdades sociais.

Ademais, é fundamental ressaltar que a Constituição Federal é um instrumento fundamental na proteção e garantidos direitos sociais. Ela estabelece as bases legais para a efetivação desses direitos e é responsável por criar os mecanismos necessários para que eles sejam garantidos a todos os cidadãos brasileiros. Dessa forma, é fundamental que a Constituição seja respeitada e que o Estado atue de forma efetiva na sua implementação, garantindo o acesso aos direitos sociais a todos os brasileiros.

### 2.1 O papel da Constituição Federal na garantia dos direitos sociais

2

Os direitos sociais surgiram como uma resposta à crise do Estado liberal, que foi desencadeada pelo intenso avanço da industrialização. Este período histórico foi marcado por lutas sociais e trabalhistas em busca da igualdade, devido ao tratamento cruel vivido pela classe operária durante a Revolução Industrial ocorrida na Europa nos séculos XVIII e XIX. Naquela época, as relações econômicas e sociais não eram regulamentadas juridicamente, e a propriedade privada e autonomia da vontade eram os únicos institutos para regulá-las. Como resultado, os trabalhadores viviam em condições precárias nas fábricas, o que gerou a necessidade de movimentos reivindicatórios sem busca de uma postura mais atuante do Estado. (WEIS, 2014)

A partir desse contexto, os movimentos sociais e trabalhistas começaram a exigir que o Estado





não apenas não interferisse nas relações econômicas, mas também garantisse condições mínimas aos trabalhadores. Dessa forma, os direitos sociais passaram a ser uma pauta importante para a sociedade e foram incorporados às constituições de diversos países, incluindo a brasileira. Os direitos sociais incluem, por exemplo, o direito à educação, saúde, moradia, trabalho e lazer, e são essenciais para promover a igualdade e garantir condições dignas de vida para todos os cidadãos. (TAVARES, 2012)

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco na garantia dos direitos sociais, já que estabeleceu que o Estado deve garantir a todos os cidadãos o acesso a esses direitos. Para isso, o Estado deve criar políticas públicas e programas que busquem efetivar esses direitos e promover a inclusão social. No entanto, apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem enfrentados na implementação desses direitos, como a falta de recursos e de políticas públicas adequadas. Dessa forma, é importante ressaltar que a origem dos direitos sociais está intimamente relacionada às lutas sociais e trabalhistas pela busca da igualdade e da justiça social. A garantia desses direitos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a Constituição Federal é um instrumento importante na proteção e garantia desses direitos.

Cabe ao Estado atuar de forma efetiva na implementação das políticas públicas e programas que buscam promover a inclusão social e reduzir as desigualdades, garantindo o acesso aos direitos sociais a todos os brasileiros. (SOUZA,2009)

A Constituição Federal é a principal norma jurídica do país e um instrumento essencial na garantia dos direitos sociais. Ela é responsável por estabelecer as bases legais para a proteção desses direitos, criando os mecanismos necessários para a sua efetivação. Desde a promulgação da Constituição em 1988, diversos direitos sociais foram incluídos em seu texto, como o direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho digno e à previdência social. (MARSHALL,1967)

Um dos principais objetivos da Constituição é garantir que os direitos sociais sejam assegurados a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou qualquer outra característica pessoal. Para isso, a Constituição estabelece a obrigação do Estado de criar políticas públicas e programas que garantam o acesso universal aos direitos sociais, bem como a fiscalização dessas políticas para que sejam efetivamente implementadas. (SARLET,2014)

A Constituição Federal também prevê a criação de órgãos responsáveis pela proteção e garantia dos direitos sociais, como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros. Esses órgãos são responsáveis por elaborar políticas e programas que promovam a igualdade social e o acesso aos direitos básicos, além de fiscalizar o cumprimento das leis e ações governamentais. Outro importante mecanismo de garantia dos direitos sociais é a criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses programas visam garantir a renda mínima para pessoas em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes condições de sobrevivência digna. (SARLET, 2014)

Em resumo, a Constituição Federal é um instrumento essencial na garantia dos direitos sociais no Brasil. Ela estabelece as bases legais para a proteção desses direitos, cria os mecanismos necessários para sua efetivação, estabelece a obrigação do Estado de criar políticas públicas e programas que garantam o acesso universal aos direitos sociais, e prevê a criação de órgãos responsáveis pela proteção e garantia desses direitos. É fundamental que a Constituição seja respeitada e aplicada de forma efetiva, garantindo que todos os cidadãos brasileiros possam ter acesso aos seus direitos básicos. (SALEME, 2011)

A Constituição Brasileira é o documento fundamental que rege o país e estabelece os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado. Entre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, estão os direitos sociais, que visam assegurar condições dignas de vida para todos os brasileiros.

3

Para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, o Estado deve criar políticas públicas e programas sociais que tenham como objetivo promover o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, moradia e trabalho. (MOTTA, 2016)

Nesse sentido, essas políticas e programas sociais devem ser pensados e planejados de forma a atender às necessidades da população, levando em consideração as particularidades e as desigualdades regionais e sociais do país. Além disso, é importante que sejam avaliados constantemente, a fim de verificar se estão cumprindo os seus objetivos e se podem ser aprimorados para atender melhor às necessidades da população. (MELLO,1986)



A saúde é um dos direitos sociais mais importantes garantidos pela Constituição. Para assegurar o acesso à saúde, o Estado deve investir em políticas públicas que garantam o acesso a serviços de qualidade, como hospitais, postos de saúde e medicamentos. É fundamental que esses serviços estejam disponíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou de onde moram. A educação também é um direito social fundamental, que garante o acesso à formação e ao conhecimento. Para que esse direito seja efetivado, o Estado deve investir em políticas públicas que assegurem o acesso à educação básica e ao ensino superior de qualidade, bem como a formação continuada de professores. Além disso, é preciso garantir que as escolas tenham infraestrutura adequada e que sejam inclusivas, de forma a atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais. A moradia e o trabalho digno também são direitos sociais garantidos pela Constituição. Para que esses direitos sejam efetivados, o Estado deve investir em políticas públicas que promovam a construção de moradias populares e o acesso a empregos dignos e remunerados, que garantam a sustentabilidade e o bem-estar dos trabalhadores. É fundamental que essas políticas sejam inclusivas e tenham como objetivo a redução das desigualdades sociais e regionais, garantindo condições de vida dignas a todos os brasileiros. (BUCCI,2006)

A garantia do acesso aos direitos sociais é uma das principais preocupações do Estado brasileiro. Para tanto, é necessário que sejam criadas políticas públicas e programas sociais que possibilitem o acesso a serviços básicos e essenciais, como saúde, educação, moradia, trabalho digno, entre outros. Essas políticas devem ser estruturadas de forma a contemplar todas as regiões do país, incluindo aquelas mais carentes, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e econômicas. (COSTANETO, 2010)

Dentro desse contexto, o acesso à saúde é um direito social assegurado pela Constituição e que deve ser garantido a todos os cidadãos brasileiros. Para isso, o Estado deve investir em políticas públicas que possibilitem o acesso a hospitais, postos de saúde, médicos e medicamentos de qualidade, sem qualquer tipo de discriminação. Além disso, é preciso que o sistema de saúde seja eficiente, com atendimento ágil e humano, e que contemple também a prevenção de doenças. (OLSEN, 2011).

Outrossim, a educação é outro direito social assegurado pela Constituição e que deve ser garantido a todos os cidadãos. Para tanto, o Estado deve investir em políticas públicas que possibilitem o acesso à educação básica e ao ensino superior de qualidade, bem como a formação continuada de professores. É fundamental que essas políticas tenham como objetivo a redução das desigualdades regionais e sociais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento do país. (PAULO, 2012)

Ademais, a moradia é um direito social que deve ser garantido a todos os cidadãos brasileiros. Para tanto, o Estado deve investir em políticas públicas que possibilitem a construção de moradias populares e o acesso a programas de habitação, de forma a reduzir o déficit habitacional existente no país. É fundamental que essas políticas sejam inclusivas, garantindo o acesso à moradia digna a todos, sem discriminação. (SALEME, 2011)

Outro aspecto a destacar é que o trabalho digno também é um direito social garantido pela Constituição e que deve ser garantido a todos os cidadãos brasileiros. Para isso, o Estado deve investir em políticas públicas que possibilitem o acesso a empregos dignos e remunerados, que garantam a sustentabilidade e o bem-estar dos trabalhadores. Além disso, é preciso que o Estado promova políticas de inclusão social, de forma a reduzir as desigualdades sociais e econômicas, garantindo o acesso ao trabalho digno a todos, sem discriminação. (COELHO,2019)

Assim, a partir da Constituição brasileira, é fundamental que sejam criadas políticas públicas e programas sociais que garantam o acesso aos direitos sociais, como saúde, educação, moradia, trabalho digno, entre outros. Essas políticas devem ser estruturadas de forma a reduzir as desigualdades sociais e econômicas, garantindo o acesso a serviços básicos e essenciais a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação. (REIS, 2020)

Para além disso, a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu texto, a promoção dos direitos sociais como uma das principais responsabilidades do Estado. O conjunto desses direitos compreende um amplo espectro de garantias, que incluem desde o acesso à saúde e à educação até o direito ao trabalho e à segurança alimentar. Esses direitos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e o Estado tem a obrigação de promovê-los e protegê-los. (ALMEIDA, 2021)



A atuação efetiva do Estado na promoção dos direitos sociais é fundamental para a concretização desses direitos na prática. Ainda que a Constituição estabeleça a universalização dos direitos sociais, na prática, é comum observar a desigualdade no acesso a essas garantias por parte da população. Por isso, é fundamental que o Estado adote políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso universal aos direitos sociais. Ademais, a proteção dos direitos sociais também é uma forma de garantir a dignidade humana, que é um dos fundamentos da Constituição. Quando o Estado não atua de forma efetiva na promoção desses direitos, a população mais vulnerável pode ser exposta a condições precárias de vida, o que pode impactar negativamente em sua saúde física e mental, além de dificultar a sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. (GOMES, 2019)

Assim, é imprescindível que o Estado assumaa sua responsabilidade na promoção dos direitos sociais, por meio da implementação de políticas públicas que visem garantir o acesso universal a essas garantias. É importante que sejam adotadas medidas para superar as desigualdades sociais existentes, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades. A efetivação dos direitos sociais é, portanto, um desafio que deve ser enfrentado pelo Estado, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. (HERKENHOFF, 2011)

Outro ponto a destacar, é que a garantia dos direitos sociais é um desafio constante em qualquer sociedade, e no Brasil não é diferente. Apesar de a Constituição Federal estabelecer a proteção desses direitos comoum dever do Estado, muitas vezes há dificuldades na implementação das políticas públicas e programas sociais que visam assegurar o acesso universal a esses direitos. Entretanto, é importante destacar que a Constituição Federal é um instrumento fundamental na luta pelos direitos sociais no Brasil. A partir dela, é possível exigir a proteção desses direitos e cobrar o cumprimento das obrigações do Estado na promoção e garantia dos mesmos. (GOMES, 2019)

Além disso, a Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos, estabelecendo a necessidade de promover a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Isso significa que a proteção dos direitos sociais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os cidadãos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social. (COSTA NETO, 2010)

Outrossim, a garantia dos direitos sociais, no entanto, não é uma tarefa simples. Para que esses direitos sejam efetivamente assegurados, é preciso queo Estado adote medidas concretas, que vão desde a formulação de políticas públicas adequadas até a destinação de recursos suficientes para a sua implementação. Ademais, é necessário que a sociedade como um todo esteja engajada nessa luta pelos direitos sociais, cobrando das autoridades públicas a proteção desses direitos e se mobilizando para promover a inclusão social e a redução das desigualdades. (ALMEIDA, 2021) Nesse sentido, a Constituição Federal é um importante instrumento de conscientização e mobilização da sociedade em prol dos direitos sociais. Ao estabelecer a proteção desses direitos como um dever do Estado e assegurar a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos, a Constituição promove a conscienciada importância desses direitos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, é importante destacar que, apesar dos desafios na implementação dos direitos sociais, é fundamental que se continue lutando pela sua efetivação. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os cidadãos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social. (MOTTA, 2016)

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível concluir que a Constituição Federal desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos sociais, estabelecendo as bases legais para sua proteção e efetivação. A partir da Constituição, o Estado é responsável por implementar políticas públicas que busquem promover o acesso universal aos direitos sociais, visando assegurar a inclusão social e a dignidade da pessoa humana. Apesar dos desafios na implementação desses direitos, é inegável que a Constituição Federal é um importante instrumento na construção de uma sociedade





mais justa e igualitária. Por isso, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade na promoção dos direitos sociais, afim de que todos os cidadãos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social. Compreender o papel da Constituição Federal na garantia dos direitos sociais é essencial para entender como funciona a proteção desses direitos em nosso país. A Constituição Federal estabelece as bases legais para a proteção dos direitos sociais, determinando que o Estado deve atuar de forma efetiva na sua promoção e garantia de universalização.

A partir da Constituição, são criadas políticas públicas e programas sociais que buscam garantir o acesso aos direitos sociais, como saúde, educação, moradia, trabalho digno, entre outros. No entanto, apesar dos avanços em algumas áreas, ainda existem desafios na implementação dos direitos sociais em sua plenitude.

É fundamental destacar que a garantia dos direitos sociais é um fator decisivo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando o Estado promove o acesso aos direitos sociais, ele está contribuindo para a inclusão social e para a superação das desigualdades existentes na sociedade. Além disso, a proteção dos direitos sociais é uma forma de garantir a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da Constituição Federal.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a Constituição Federal é um importante instrumento na luta pelos direitos sociais no Brasil. A partir dela, é possível exigir a proteção desses direitos e cobrar o cumprimento das obrigações do Estado na promoção e garantia dos mesmos.

Portanto, é necessário que o Estado assuma sua responsabilidade na promoção dos direitos sociais, adotando medidas que busquem superar as desigualdades existentes e garantir o acesso universal a essas garantias. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os cidadãos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Vieira de. **Direitos Sociais e Garantias Individuais na Constituição Federal de 1988: Uma Análise da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html). Acesso em 05 de Abril 2023.

BUCCI, MariaPaula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. 1. ed. SãoPaulo: Saraiva, 2006.

COSTANETO, Antônio Cavalcante da. **Lazer, Direitos Humanos e Cidadania**. Curitiba:pretexto, 2010.

COELHO, Luiz Gustavo Grandinetti Castanho. **A Judicialização dos Direitos Sociais no Brasil e a Possibilidade de Restrição em Razão da Reserva do Possível**. Revista de Direito Público da Economia, v. 12,n.1, p.41-68,2019.

GOMES, Rafael da Silva. **A Realização dos Direitos Sociais na Constituição de 1988: Uma Análise do Papel do Ministério Público**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

6

HERKENHOFF, João Baptista. **Gênese dos direitos humanos**. 3.ed. Aparecida: Santuário, 2011.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELLO, Filho, José Celso. **Constituição Federal anotada**. SãoPaulo: Saraiva, 1986.



MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Método. Revista atualizada e ampliada, 2016.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. **Direitos fundamentais sociais: efetividade frente à reserva do possível**. Curitiba: Juruá, 2011.

PAULO, Vicente. **Resumo de Direito Constitucional Descomplicado**/ Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. 6ª ed. – São Paulo: Método, 2012.

REIS, Bianca Guimarães dos. **A Efetividade dos Direitos Sociais na Constituição Federal de 1988: Um Estudo Sobre a Atuação do Poder Judiciário**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito Constitucional**. Coleção e Sucesso Concursos Públicos e OAB. São Paulo: Manole, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014

SOUZA, João Valdir Alves de. **Introdução à Sociologia da Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2012

WEIS, Carlos. **Os direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2014.





## O PAPEL DOS DIREITOS SOCIAIS NA PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS The Role of Social Rights in Protecting Citizens.

Eduardo Lopes Cardozo  
Anderson Moraes Cardoso  
Hugo Anael Gomes Bicca  
Gabriel de Paula Lima  
Pamela Georg  
Orvandil Colares Jardim  
Denize Bathaglini Guerra  
Eduardo Monteiro Abreu  
Roberto Ferreira Junior  
Jeferson Ferreira Pinto

Declaro que o trabalho apresentado é de minha autoria, não contendo plágios ou citações não referenciadas. Informo que, caso o trabalho seja reprovado duas vezes por conter plágio, pagarei uma taxa no valor de R\$ 250,00 para terceira correção. Caso o trabalho seja reprovado, não poderei pedir dispensa, conforme Cláusula 2.6 do Contrato de Prestação de Serviços (referente aos cursos de pós-graduação *latu sensu*, com exceção à Engenharia de Segurança do Trabalho. Em cursos de Complementação Pedagógica e Segunda Licenciatura a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória).<sup>1</sup>

### RESUMO

O tema dos direitos sociais, que são considerados como direitos de segunda dimensão, é de grande importância no ordenamento jurídico brasileiro. Esses direitos exigem que o Estado assuma um papel prestacional na redução das desigualdades, tornando-se um direito fundamental. Para cumprir essa obrigação, é necessário que o Estado intervenha na vida social, implementando os direitos fundamentais e criando políticas de inclusão e desenvolvimento social por meio de leis e incentivos. A efetivação, aplicação e concretização dos direitos sociais requerem uma atuação do Estado, mas é preciso entender o conceito desses direitos e a dimensão em que se enquadram, bem como sua eficácia, principalmente na Constituição Federal. Para alcançar a concretização dos direitos sociais, que são aqueles que exigem ação positiva do Estado, é necessário analisar o princípio da eficiência, as políticas públicas e as ações afirmativas. Além disso, esse artigo demonstrará o seguinte objetivo: apresentar o papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos. Este artigo aborda uma pesquisa qualitativa com coleta de dados bibliográficos. Com base em uma revisão teórica, o estudo demonstrará que os direitos sociais são fundamentais para a proteção dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais. Cidadãos. Proteção.

### ABSTRACT

The issue of social rights, which are considered second-dimensional rights, is of great importance in the Brazilian legal system. These rights require the State to assume a provisional role in reducing inequalities, becoming a fundamental right. To fulfill this obligation, it is necessary for the State to intervene in social life, implementing fundamental rights and creating policies for inclusion and social development through laws and incentives. The effectiveness, application and realization of social rights require action by the State, but it is necessary to understand the concept of the rights and the dimension in which they fit, as well as their effectiveness, mainly in the Federal Constitution. In order to achieve the realization of social rights, which are those that require positive action from the State, it is necessary to analyze the principle of efficiency, public policies and affirmative actions. In addition, this article will demonstrate the following objective: to present the role of social rights in protecting citizens. This article approaches a qualitative research with bibliographical data collection. Based on a theoretical review, the study will demonstrate that social rights are fundamental for the protection of citizens.

**Keywords:** Social Rights. Citizens. Protection.

<sup>1</sup> Declaração.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo explorar o papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma revisão bibliográfica, que incluirá a coleta, análise e interpretação de informações relevantes presentes em livros, artigos, dissertações e teses.

Os direitos sociais são essenciais para proteção de todos os cidadãos. É amplamente reconhecido que respeitar esses direitos é uma das principais maneiras de promover mudança e a melhoria das condições de vida das pessoas.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é evidenciar os direitos sociais como base para a proteção dos cidadãos. Busca-se promover o desenvolvimento humano por meio de instrumentos voltados à proteção dos cidadãos.

A revisão bibliográfica será o principal método utilizado para coletar informações e construir uma argumentação teórica sólida para esta pesquisa. Serão analisados livros, artigos, dissertações e teses que aborda matemática dos direitos sociais como base para a proteção das pessoas, a fim de proporcionar uma visão completa e fundamentada sobre o assunto.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para compreender plenamente o conceito de direitos sociais, é necessário primeiramente conceituar os direitos fundamentais, os quais são considerados essenciais para a dignidade humana. Nessa conceituação, é importante distinguir entre direitos fundamentais e direitos humanos.

O termo “direitos fundamentais” se refere aos direitos do ser humano que são reconhecidos e estabelecidos no âmbito do direito constitucional de um determinado Estado. Por essa razão, possuem caráter nacional. É importante salientar que direitos fundamentais e direitos humanos não são sinônimos, apesar de frequentemente serem confundidos.

Os direitos humanos, por outro lado, são os direitos reconhecidos ao ser humano por meio de tratados internacionais estabelecidos pelo Direito Internacional. Eles têm como objetivo alcançar validade universal para todos os povos e em todos os tempos, independente da sua positivação em uma ordem constitucional específica. Por essa razão, possuem caráter supranacional.

### 2.1 O PAPEL DOS DIREITOS SOCIAIS NA PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS

Os princípios dos direitos fundamentais são considerados mandamentos de otimização que segue a máxima da proporcionalidade, a qual inclui três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Esses direitos possuem uma natureza fundamental, devendo ser protegidos de forma a garantir o equilíbrio entre eles e os demais valores constitucionais. Assim, a aplicação desses princípios deve ser feita de forma cuidadosa, visando garantir a máxima efetividade dos direitos sem prejudicar outros interesses constitucionais relevantes. (SILVA, 2002).

Os direitos humanos representam um conjunto de faculdades e instituições que, em diferentes momentos históricos, visam atender às exigências da dignidade, liberdade e igualdade dos seres humanos. É essencial que esses direitos sejam positivamente reconhecidos pelos sistemas jurídicos tanto em nível nacional quanto internacional. (PEREZLUÑO, 1999)

Além disso, o valor do direito decorre da sua origem como criação humana, sendo assim, depende daquele que o concebeu. Essa premissa revela que a dignidade intrínseca da pessoa humana é o fundamento essencial do direito, e todas as distinções individuais ou coletivas são secundárias em relação a essa base. (COMPARATO, 1997)

A dignidade da pessoa humana é um conceito fundamental que permeia todos os direitos sociais e serve como um paradigma universal para guiar todas as sociedades. Ela representa o valor central que deve nortear o respeito pelos direitos humanos em todas as nações, e é indiscutível que a sua proteção é essencial para garantir a justiça e a igualdade em todo o mundo. (SARLET, 2001)

Nesse sentido, a comunidade internacional tem o dever de proteger a dignidade da pessoa humana e denunciar qualquer violação desse valor. Isso envolve monitoramento de governos, organizações e indivíduos que ameaçam a dignidade humana, e a aplicação de sanções e medidas corretivas quando necessário. (SARLET, 2001)

O respeito pela dignidade humana é uma questão, diretamente, relacionada aos direitos sociais, mas



também é um requisito moral e ético para qualquer sociedade justa e igualitária. Com total, é responsabilidade de todos os indivíduos e instituições trabalhar juntos para promover e proteger a dignidade da pessoa humana em todas as suas formas. (SILVA,2002)

Outro ponto a destacar é que a dignidade da pessoa humana é considerada o valor central dos direitos humanos e deve servir como um paradigma universal que orienta todas as sociedades. É indubitável que a dignidade humana é o padrão fundamental que deve guiar o respeito pelos direitos humanos em todas as nações, independentemente de sua cultura ou sistema político. Ademais, a comunidade internacional tem o direito e a responsabilidade de exigir o respeito à dignidade da pessoa humana e protestar quando esse valor é violado em qualquer parte do mundo. (SIQUEIRA, 2009, p. 252)

Além disso, a importância da proclamação dos direitos fundamentais em nosso país pode ser facilmente percebida através da leitura do Preâmbulo da Constituição vigente. Nele, é afirmado que a Assembleia Constituinte teve como principal objetivo instituir um Estado Democrático que garantisse a liberdade, a segurança e o exercício dos direitos sociais e individuais. Assim, é indispensável abordar as questões étnicas que os direitos fundamentais suscitam para uma interpretação completa da Constituição. Ainda dentro desse contexto, destaca-se a importância do tratamento fraterno que deve ser concedido entre os indivíduos, em um ambiente de solidariedade, a fim de efetivar a ideia de igualdade e pertencimento. Qualquer comportamento que venha ofender ou desrespeitar outra pessoa em sua integridade física ou moral, colocando-a em uma posição de inferioridade, viola a dignidade humana (MENDES; BRANCO, 2014, p.135).

A dignidade da pessoa humana é o valor central que fundamenta os direitos humanos e busca ser um princípio básico para todas as nações e povos. A concepção por trás dos direitos humanos é a ideia de que todas as pessoas têm a responsabilidade de respeitar os direitos básicos de seus cidadãos e que a comunidade internacional tem o direito de protestar quando a dignidade da pessoa humana é violada. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948, estabeleceu que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, visando evitar futuras atrocidades contra a humanidade. É crucial que haja um tratamento fraterno e solidário entre as pessoas para a efetivação da igualdade e pertencimento. A dignidade da pessoa humana é essencial quando a liberdade, a autonomia, a igualdade e os direitos fundamentais não são reconhecidos e assegurados, pois a falta dessas condições pode transformar as pessoas em meros objetos de arbitrariedade e injustiça, ferindo assim sua dignidade. (SARLET, 2001, p.59).

Cabe destacar ainda que no modelo atual de sociedade no qual os valores predominantes são baseados em ideologias liberais, individualismo, liberdade e na crença na capacidade de autossuficiência do mercado, a proteção social só é fornecida para aqueles que estão em situação de pobreza ou indigência, ou seja, aqueles que não foram bem-sucedidos no mercado e são vistos como objetos de caridade privada ou pública, o que leva a uma inversão na condição de cidadania. (BOSCHETTI, 2000, p.47) No que diz respeito ao papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos, é importante salientar que o direito à existência digna engloba diversas condições necessárias para se viver de acordo com os próprios valores e objetivos, sem ser perturbado por ações públicas ou privadas. Além disso, esse direito inclui a liberdade de escolher as opções de vida que permitam a realização plena da pessoa, seja por decisões pessoais ou tomadas por representantes legais. Atualmente, a sociedade reconhece e garante não apenas o direito à vida, mas também à vida digna. No entanto, existem ainda questionamentos e desafios sérios relacionados a esse princípio fundamental dos direitos humanos (ROCHA, 2004, p.26).

Outro ponto a destacar é que no contexto do papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos, é fundamental lembrar que a Constituição estabelece a dignidade da pessoa humana como base para a atividade estatal. Isso significa que o homem é o centro, o sujeito, o objeto, o fundamento e o fim de todas as atividades públicas. Para cumprir o princípio democrático do poder, a atividade estatal deve focar na totalidade da dignidade e cidadania da pessoa humana. É importante destacar que a interpretação axiológica, que considera os valores protegidos pela norma jurídica, enfatiza que a dignidade da pessoa humana é o valor mais importante estabelecido pela Constituição (SLAIBI, 2006, p.128).

No que diz respeito ao papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos, é importante destacar que, nos últimos tempos, o princípio da dignidade da pessoa humana tem sido incorporado aos sistemas constitucionais positivos de forma abrangente, ultrapassando a individualidade e se estendendo à espécie humana como um todo. Isso é baseado na integridade, intangibilidade e inviolabilidade da



pessoa humana, considerada em sua dimensão mais elevada, além de meras contingências físicas. Essa abordagem é uma reação aos excessos inaceitáveis da ideologia nazista, que criou categorias diferenciadas de seres humanos com direitos e condições absolutamente distintas, muitas vezes relegando-os a guetos, muros em madrugadas furtivas e ao medo de um fim indigno a qualquer momento (ROCHA, 2004, p.35).

Além disso, atinente ao papel dos direitos sociais na proteção dos cidadãos, é importante destacar que os direitos humanos são universais, imutáveis e derivam da própria natureza humana, constituindo o núcleo básico desses direitos. Sua compreensão e designação são o resultado da combinação do jusnaturalismo e culturalismo, tendo como base principal a dignidade da pessoa humana. A dignidade humana é um valor supremo que engloba todos os direitos humanos e é o fundamento essencial desses direitos, incluindo os direitos sociais. Cada indivíduo possui um valor intrínseco e absoluto que compõe sua dignidade, o que se expressa através dos direitos humanos, que devem ser protegidos e promovidos pelos Estados e pela sociedade como um todo (SIQUEIRA, 2009, p.258).

Outro ponto a ser destacado é a violação da dignidade dos cidadãos em diversas situações. Infelizmente, muitas vezes os direitos sociais são negligenciados, o que leva a uma série de consequências negativas para as pessoas. A falta de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a outros direitos fundamentais afeta a vida dos indivíduos, prejudicando seu bem-estar físico, emocional e social. (OLIVEIRA, 2007, p.01)

Não se deve admitir que a falta de dignidade seja um fator inerente a qualquer cidadão, independentemente de sua condição social, de sua etnia, de sua religião ou de outros aspectos que o diferenciem dos demais. A dignidade humana é um atributo inerente a todos os seres humanos e deve ser respeitada em todas as circunstâncias. (SARLET, 2001)

Para garantir a proteção dos direitos sociais dos cidadãos, é necessário que sejam implementadas políticas públicas que promovam a igualdade, a justiça e a solidariedade. Isso inclui o acesso a serviços de saúde, à educação, ao trabalho e a outras oportunidades que contribuam para a melhoria das condições de vida dos indivíduos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (SARLET, 2001)

Ainda nesse contexto, é importante destacar que os direitos sociais são frequentemente negligenciados e seletivamente aplicados em nossa sociedade. Embora devam ser garantidos a todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou posição social, muitas vezes os direitos sociais são direcionados principalmente às camadas mais privilegiadas da sociedade. (BUCCI, 2006)

O sistema legal e as políticas públicas devem trabalhar para garantir que os direitos sociais sejam aplicados de forma igualitária a todos os cidadãos, independentemente de sua posição social ou condição financeira. Infelizmente, a realidade muitas vezes é outra, e as pessoas menos privilegiadas são as que mais sofrem com a falta de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, emprego e moradia digna. (COSTANETO, 2010)

Ademais, a dignidade é um atributo inerente a todo ser humano independente de qualquer critério adicional. Sendo assim, é fundamental que essa dignidade seja respeitada e protegida em todas as circunstâncias, uma vez que a condição humana é o único requisito necessário para a titularidade de direitos. Esse aspecto é fundamental, uma vez que a dignidade não pode ser condicionada ou dependente de outros fatores além da própria humanidade de cada indivíduo (PIOVESAN, 2003, p.70). Ainda dentro desse contexto, para uma proteção efetiva dos direitos humanos, é necessário fortalecer a perspectiva integral que engloba os direitos sociais como uma dimensão vital e inalienável. É preciso aprimorar os mecanismos de proteção e justiciabilidade desses direitos para dignificar a racionalidade emancipatória dos direitos sociais, que são garantidos tanto nacional quanto internacionalmente como direitos humanos. (PIOVESAN, 2003, p.135).

4

A Constituição tem como um de seus principais objetivos promover os direitos fundamentais. Para alcançar essa meta de forma sistemática e abrangente, é preciso utilizar as políticas públicas, que envolvem gastos do dinheiro público. No entanto, é importante destacar que os recursos públicos são limitados, o que torna necessário fazer escolhas. Apesar de ser um tema que envolve a deliberação política, a definição de gastos e políticas públicas não é completamente reservada apenas aos políticos. (BARCELLOS, 2005, p. 105)

Outrossim, é essencial que se comece a considerar hoje o que seria um "núcleo fundamental" de direitos sociais, econômicos e culturais, expandindo o entendimento dos direitos humanos como um todo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos sugere que tal núcleo seria composto pelos



direitos ao trabalho, à saúde e à educação. Em recentes reuniões internacionais de especialistas, também se mencionou os chamados “direitos de subsistência” como possíveis componentes desse núcleo. (TRINDADE, 1997, p. 493)

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu diversos mecanismos para regulamentar os direitos sociais no Brasil, com o objetivo de garantir a proteção e o respeito à dignidade dos indivíduos. Além disso, o artigo 6º da Constituição determina uma série de direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado, mesmo quando exercendo seu poder punitivo. É necessário que o Estado atue de maneira coerente e efetiva na proteção dos direitos sociais, para assegurar a promoção da justiça social e a plena cidadania dos indivíduos. (LIMA JUNIOR, 2001)

Com efeito, quanto mais escassos forem os recursos disponíveis, mais essencial se torna uma deliberação democrática sobre como alocá-los de maneira que todos os direitos fundamentais e a justiça social sejam satisfatoriamente atendidos. Nessa mesma medida, aumenta a importância daqueles que têm a difícil missão de garantir o cumprimento da Constituição, com uma sensibilidade cada vez maior para reconhecer direitos sociais subjetivos a prestações determinadas. O princípio da proporcionalidade assume um papel crucial no processo necessário de ponderação de bens ao decidir sobre a concessão ou não de um direito subjetivo individual, ou até mesmo na declaração de inconstitucionalidade de uma medida que restrinja os direitos sociais. (SARLET, 2001)

### 3 CONCLUSÃO

Os direitos sociais são essenciais para proteger os cidadãos e garantir sua dignidade. Esses direitos não são meras declarações de vontade programática, mas possuem força normativa que assegura sua efetiva implementação através de ações estatais e políticas públicas. No entanto, a realidade fática, jurídica, social, econômica e orçamentária muitas vezes impede a plena concretização desses direitos pelos poderes públicos.

Diante desse cenário, a tutela jurisdicional dos direitos sociais se torna uma reivindicação necessária. A judicialização dos direitos fundamentais é uma consequência desse contexto sociopolítico, no qual questões sociais e políticas relevantes são decididas, em caráter final, pelo Poder Judiciário.

É preciso lembrar que os direitos sociais são indispensáveis para garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades. O acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança são direitos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado, por meio de políticas públicas efetivas. Quando esses direitos são negados ou violados, a população tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário para garantir sua proteção.

Portanto, é fundamental que os poderes públicos cumpram seu papel na implementação dos direitos sociais e que a sociedade exerça seu papel de fiscalização e reivindicação desses direitos. Somente assim poderemos garantir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham acesso às condições mínimas de vida digna.

É relevante lembrar que os direitos sociais são essenciais para garantir a proteção e a dignidade dos cidadãos. Embora os três poderes do Estado tenham limites de atuação definidos, é importante ressaltar que o poder judiciário não pode ser impedido de agir em conformidade com a Constituição e as demais leis.

Em tempos nos quais o princípio da dignidade humana deve prevalecer, as omissões dos poderes políticos, como o Executivo e o Legislativo, não podem ser toleradas. Nesse sentido, o poder judiciário adquire legitimidade para garantir a efetividade das normas constitucionais e concretizar a justiça social por meio de sua atividade jurisdicional, sempre respeitando os limites impostos pela razoabilidade da aplicação dos recursos provenientes dos orçamentos.

5

É preciso enfatizar que o papel do poder judiciário na proteção dos direitos sociais é fundamental para garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades. Quando os poderes políticos falham em suas obrigações de implementar políticas públicas efetivas para garantir o acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança, por exemplo, é dever do poder judiciário agir para garantir que esses direitos sejam respeitados.

Assim, embora os limites de atuação dos poderes do Estado devam ser respeitados, não se pode tolerar que a omissão dos poderes políticos prejudique a proteção dos direitos sociais. O poder judiciário deve agir de forma legítima para garantir a efetividade das normas constitucionais e a justiça social, sempre considerando a razoabilidade da aplicação dos recursos disponíveis. Somente





assim poderemos garantir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham acesso às condições mínimas de vida digna.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, Direitos Fundamentais e Controle das Políticas Públicas. Revista de Direito Administrativo: Repositório FGV de Periódicos e Revistas, Rio de Janeiro, v.240,2005, p. 102.

BOSCHETTI, Ivanete. As Políticas de Seguridade Social: Assistência Social. In: ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB. (Org.). Política Social. 1ed. Brasília: ABEPSS/CFESS/UnB-CEAD, 2000, v. 3, p.138-152.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html) Acesso em 19 de maio 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e políticas públicas. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamento dos direitos humanos. 1997. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato\\_fundamentos\\_dos\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato_fundamentos_dos_dh.pdf)>. Acesso em: 02jul. 2023.

COSTANETO, Antônio Cavalcanteda. Lazer, Direitos Humanos e Cidadania. Curitiba:pretexto,2010.

LIMAJUNIOR, Jayme Benvenuto. Os Direitos Humanos econômicos, sociais e culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez Luño. Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitucion. 6 ed. Madrid: Tecnos, 1999.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Câmara Hilderline. A Falência da Política Carcerária Brasileira. Artigo Científico. 3ª Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz-MA, 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o princípio da dignidade humana. Revista do Advogado, v.23, n.70, jul. de 2003.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Coord.). O direito à vida digna. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SARLET. Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. Revista dos Tribunais, nº 798, 2002, p. 23-50.

6

SIQUEIRA Jr., Paulo Hamilton. A dignidade da pessoa humana no contexto da pós-modernidade: o direito no MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade da Pessoa Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SLAIBIFILHO, Nagib. Direito Constitucional. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, v I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997, p.493.





## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REMOTO<sup>1</sup> *THE CHALLENGES OF PHYSICAL EDUCATION IN REMOTE EDUCATION*

Fábio Aristides de Almeida<sup>2</sup>; Anderson Moraes Cardoso; Hugo Anael Gomes Bicca; Gabriel de Paula Lima; Pamela Georg; Orvandil Colares Jardim; Denize Bathaglini Guerra; Roberto Ferreira Junior; Jeferson Ferreira Pinto

<sup>1</sup>Artigo científico apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

<sup>2</sup>Discente do curso de **Educação Física**.

Declaro que o trabalho apresentado é de minha autoria, não contendo plágios ou citações não referenciadas. Informo que, caso o trabalho seja reprovado duas vezes por conter plágio pagarei uma taxa no valor de R\$ 250,00 para terceira correção. Caso o trabalho seja reprovado não poderei pedir dispensa, conforme Cláusula 2.6 do Contrato de Prestação de Serviços (referente aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com exceção à Engenharia de Segurança do Trabalho. Em cursos de Complementação Pedagógica e Segunda Licenciatura a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória).

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é destacar os desafios enfrentados pela Educação Física no ensino remoto. Esta disciplina é fundamental para a formação de indivíduos críticos, capazes de desenvolver suas habilidades motoras e psicomotoras, e interagir com mundo ao seu redor. No entanto, no contexto do ensino remoto, a Educação Física enfrenta novos obstáculos que dificultam a sua efetividade. Para enfatizar a importância da Educação Física no processo de ensino-aprendizagem em tempos de ensino remoto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa que ressaltou os benefícios desta disciplina para o Ensino. Neste sentido, destaca-se a importância da Educação Física e a inclusão de temas transversais para a construção de uma sociedade fundamentada no respeito mútuo, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação. Diante disso, é necessário que a sociedade se empenhe em minimizar e solucionar desafios impostos pela educação Física no ensino remoto, de forma a garantir que esta disciplina continue a contribuir para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de desenvolver suas habilidades motoras psicomotoras, mesmo em contextos virtuais. Em suma, este trabalho aponta os desafios enfrentados pela Educação Física no ensino remoto e destaca a importância da inclusão de temas transversais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Palavras-chave: Ensino remoto. Educação Física. Desafios.

### ABSTRACT

The objective of this work is to highlight the challenges faced by Physical Education in remote teaching. This discipline is fundamental for the formation of critical individuals, capable of developing their motor and psychomotor skills, and interacting with the world around them. However, in the context of remote teaching, Physical Education faces new obstacles that hinder its effectiveness. To emphasize the importance of Physical Education in the teaching-learning process in times of remote teaching, qualitative bibliographical research was carried out that highlighted the benefits of this discipline of teaching. In this sense, the importance of Physical Education and the inclusion of cross-cutting themes for building a society based on mutual respect, without any kind of distinction or discrimination, is highlighted. In view of this, it is necessary for society to strive to minimize and solve the challenges imposed by Physical Education in remote teaching, in order to guarantee that this discipline continues to contribute to the formation of critical and reflective individuals, capable of developing the motor skills and psychomotor skills, even in virtual contexts. In short, this work points out the challenges faced by Physical Education in remote teaching and highlights the importance of including cross-cutting themes for the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: Remote Learning. Physical education. Challenges.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo, o, nomado, psicólogo, suíço, Jean Piaget, a, educação física, exerce, uma, influência, significativa, no, desenvolvimento, dos, padrões, intelectuais, que, se, estendem, por toda a vida adulta das crianças. Isso se deve ao fato de que a educação física, além de promover a saúde física, também estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional, contribuindo para a formação de habilidades motoras, cognitivas e sociais. Dessa forma, a prática regular de atividades físicas desde a infância pode trazer inúmeros benefícios para a vida adulta, como melhoria do desempenho cognitivo, redução do estresse e aumento da autoestima.

Com o objetivo de abordar a importância da educação física no ensino remoto, este estudo destaca que ela é uma disciplina essencial para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades corporais dos alunos, sua interação social e compreensão do ambiente ao seu redor. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação física é especialmente importante na primeira etapa da educação, pois contribui para a formação de relacionamentos saudáveis e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além de ser uma importante ferramenta pedagógica para a promoção da habilidade física, a educação física é capaz de contribuir significativamente para a formação de uma consciência crítica e ampla compreensão da realidade. Por meio de uma abordagem democrática, humanizada e diversificada, a educação física pode auxiliar no desenvolvimento de valores como a cooperação, o respeito, a inclusão e a igualdade, tão necessários em uma sociedade cada vez mais plural e complexa. Ademais, ao estimular a prática de atividades físicas de forma lúdica e prazerosa, a educação física pode despertar o interesse dos alunos para a adoção de um estilo de vida saudável, contribuindo para a prevenção de doenças e a promoção do bem-estar físico e mental.

Com base em uma pesquisa bibliográfica qualitativa abrangente da literatura relacionada ao tema, este ensaio tem como objetivo fornecer uma visão ampla sobre a importância da educação física no contexto do ensino, em especial, no contexto do ensino remoto. A literatura consultada inclui estudos que exploram os desafios e as oportunidades da educação física em ambientes virtuais, bem como as estratégias pedagógicas e tecnológicas que podem ser adotadas para superar esses desafios.

O ensaio busca auxiliar educadores e a comunidade interessada a compreender como a educação física pode ser adaptada para o ensino remoto, e como ela pode contribuir para o desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes. Além disso, o ensaio também enfatiza a importância da inclusão de atividades físicas no currículo escolar e como elas podem contribuir para o bem-estar dos alunos.

Em resumo, o ensaio apresenta uma abordagem abrangente e baseada em evidências sobre a importância da educação física no contexto do ensino remoto, fornecendo orientações práticas e estratégias pedagógicas que podem ser úteis para educadores e demais interessados na área.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Com o crescimento do ensino remoto imposto pela sociedade moderna, a educação física tem enfrentado inúmeros desafios na manutenção de sua metodologia. Ainda que a importância da prática de atividades físicas para o desenvolvimento dos alunos seja incontestável, a falta de recursos e a impossibilidade de aulas presenciais têm dificultado o processo de ensino-aprendizagem. Diante desse cenário, a realização de uma pesquisa de revisão sistemática bibliográfica torna-se uma importante ferramenta para a fundamentação científica da importância da educação física no processo educacional. Dessa forma, mesmo diante das limitações impostas pelo ensino remoto, é possível oferecer aos alunos um trabalho satisfatório, capaz de garantir a validade e a credibilidade do conhecimento adquirido. Ademais, essa abordagem possibilita uma compreensão mais ampla do tema, contribuindo para o desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas que possam ser aplicadas tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto.

### 2.1 Os desafios da educação física no ensino remoto

A história da Educação Física no Brasil é longa e remonta ao período do descobrimento, em 1500. De acordo com registros históricos, a primeira aula de ginástica e recreação provavelmente ocorreu nesta época, como relatado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em uma carta enviada à coroa portuguesa. Nesse relato, Caminha descreveu que os indígenas praticavam atividades físicas de forma natural e utilitária, dançando, saltando e girando alegremente ao som de uma gaita. A partir de então, a educação física foi se desenvolvendo



no país, passando por diversas fases e transformações ao longo dos séculos. Na era colonial, a educação física era voltada para a preparação militar e a disciplina dos escravos. No século XIX, surgiram as primeiras escolas de ginástica e a disciplina começou a ser ensinada nas escolas. Já no século XX, a educação física se consolidou como uma disciplina obrigatória nas escolas, sendo reconhecida como fundamental para o desenvolvimento físico e mental dos alunos. Hoje em dia, a educação física é vista como uma disciplina ampla e diversificada, que engloba desde a prática esportiva até a promoção da saúde e do bem-estar físico e emocional. (SOARES, 2012)

A educação física enfrenta um dos seus maiores desafios no ensino remoto devido à falta de equipamentos e espaço apropriados para a prática de atividades físicas. É comum que muitos alunos não possuam em casa equipamentos de ginástica, como bolas, pesos ou tapetes de ioga. Adicionalmente, a falta de espaço adequado para a prática pode limitar a diversidade de exercícios que podem ser realizados pelos alunos. (MARCOLINO, 2019)

Ainda nesse sentido, a mudança abrupta para o ensino remoto trouxe consigo uma série de desafios para o setor educacional. Um desses desafios é manter os estudantes envolvidos nas aulas de educação física. Diferentemente das aulas tradicionais, as aulas remotas de educação física exigem que os alunos sejam mais autônomos e autodisciplinados para realizar as atividades propostas. No entanto, muitos alunos podem sentir-se desmotivados e desinteressados em atividades físicas sem a presença de seus amigos e professores. A educação física não se trata apenas de se exercitar, mas também de socializar, desenvolver habilidades de trabalho em equipe e fazer novas amizades. Sem esses elementos, os alunos podem perder o entusiasmo e o desejo de participar das aulas. (GADOTTI, 1997)

Além disso, a falta de interação social pode tornar a prática de exercícios menos atraente para alguns alunos. Durante as aulas presenciais, os alunos têm a oportunidade de se comunicar e interagir com seus colegas e professores, o que pode tornar a prática de exercícios mais divertida e motivadora. No ensino remoto, porém, essa interação é mais difícil de se realizar, o que pode afetar negativamente o nível de engajamento dos alunos. Para superar esses desafios, os professores de educação física precisam ser criativos e inovadores em suas abordagens de ensino. Eles devem buscar alternativas para promover a interação social e a participação ativa dos alunos nas atividades propostas. Além disso, é importante fornecer feedback constante e incentivar os alunos a estabelecer metas pessoais para melhorar seu desempenho e manter o interesse nas aulas. (PRANDINA, 2016)

Outrossim, avaliar o progresso dos alunos na disciplina de educação física durante o ensino remoto pode ser um desafio significativo, uma vez que muitos exercícios e atividades não podem ser monitorados de perto pelos professores. Isso pode dificultar a identificação de possíveis problemas ou limitações dos alunos em relação às atividades propostas. Além disso, pode ser difícil verificar se os alunos estão realizando as atividades corretamente ou com a intensidade adequada. Durante as aulas presenciais, os professores podem observar de perto o desempenho dos alunos e fornecer feedback imediato para ajudá-los a corrigir suas técnicas e aperfeiçoar suas habilidades. No entanto, no contexto do ensino remoto, isso se torna mais complicado. (GHILARDI, 1998)

Para contornar essas dificuldades, os professores de educação física precisam adotar estratégias de avaliação alternativas. É possível recorrer a vídeos enviados pelos alunos para acompanhar seu desempenho e observar possíveis problemas. Além disso, é importante fornecer orientações claras e detalhadas para os alunos sobre a execução correta das atividades propostas, para minimizar erros e garantir a segurança durante a prática de exercícios. (GHIRALDELLI JR., 1991)

Ainda dentro desse contexto, um dos principais desafios da educação física no contexto do ensino remoto diz respeito à limitação do contato físico e da supervisão. Em ambientes educacionais presenciais, os professores têm a possibilidade de monitorar a postura e a técnica dos alunos, corrigindo eventuais erros e orientando-os a evitar lesões. Entretanto, essa dinâmica torna-se bastante desafiadora em ambientes virtuais, visto que é difícil realizar intervenções presenciais. Como resultado, os alunos podem acabar se expondo a riscos desnecessários, comprometendo sua segurança e integridade física. É importante, portanto, que sejam exploradas alternativas viáveis para contornar essa dificuldade e garantir a proteção dos estudantes. (KUNZ, 2004)

Outro desafio importante é a constante mudança nas diretrizes e protocolos de segurança. Os professores devem acompanhar as atualizações e mudanças nos protocolos para garantir que as atividades propostas estejam em conformidade com as normas de segurança e que os alunos estejam protegidos contra lesões. A fim de superar esses desafios, os professores de educação física podem adotar estratégias criativas e inovadoras para motivar seus alunos a manter uma rotina de atividades físicas em casa. Eles podem usar plataformas de



vídeo para compartilhar rotinas de exercícios e vídeos tutoriais, que os alunos possam seguir facilmente em casa. Além disso, podem organizar atividades online que envolvam competições amigáveis entre alunos e incentivar a prática de exercícios físicos em família.

Ainda nesse sentido, o ensino remoto na educação física apresenta diversos desafios, incluindo a dificuldade em manter a continuidade do ensino. No entanto, com a adoção de estratégias inovadoras, os professores podem superar esses obstáculos e garantir que seus alunos continuem se desenvolvendo em suas habilidades físicas e mantenham um estilo de vida saudável.

A educação no ensino remoto apresenta diversos desafios, especialmente quando se trata de manter a prática de atividades físicas. Como é sabido, a prática regular de exercícios é essencial para preservar e aprimorar a saúde, além de prevenir enfermidades em qualquer indivíduo, independentemente da idade. No entanto, durante o ensino remoto, os alunos podem enfrentar dificuldades para manter uma rotina de atividades físicas regulares, o que pode levar a problemas de saúde física e mental.

Para além disso, a educação no ensino remoto apresenta diversos desafios para o processo de aprendizagem. A falta de interação pessoal com colegas e professores pode impactar negativamente a habilidade dos alunos em absorver conhecimento e aplicá-lo em suas atividades. Além disso, as limitações tecnológicas podem prejudicar o acesso a recursos educacionais e atividades práticas, o que pode levar à desmotivação e desinteresse dos alunos.

Outro desafio é a falta de supervisão e orientação constante dos professores durante o processo de aprendizagem. Em ambiente presencial, os alunos têm a oportunidade de interagir com seus professores e esclarecer dúvidas em tempo real. No entanto, durante o ensino remoto, pode haver dificuldades em obter ajuda e orientação rapidamente, o que pode levar a atrasos no aprendizado e frustração. Além disso, as mudanças frequentes nas diretrizes e protocolos de segurança podem afetar o planejamento e execução de atividades educacionais. Professores podem ter que se adaptar rapidamente a novas exigências e diretrizes, o que pode ser desafiador e demandar muito esforço.

Outro ponto a destacar é imprescindível enfatizar que a prática regular de atividade física possui uma relevância fundamental na promoção de uma vida duradoura e saudável. Além disso, ela proporciona uma série de benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais que são capazes de melhorar consideravelmente a qualidade de vida. Entretanto, a educação física se depara com uma série de desafios no ensino remoto que precisam ser superados para garantir que os estudantes continuem aprimorando suas habilidades físicas e preservando um estilo de vida saudável.

Os desafios do ensino remoto para a Educação Física são muitos e complexos. A concepção dessa disciplina na Educação Básica ultrapassa a simples preparação física, uma vez que contribui para o desenvolvimento e a formação integral do ser humano, desde a sua concepção até a sua maturidade plena. É fundamental reconhecer que a Educação Física propicia o aprimoramento do educando como um cidadão crítico e reflexivo, e não apenas como um atleta ou praticante de atividades físicas. (KUNZ, 2004)

Ainda nesse contexto, é crucial que as aulas sejam ministradas por profissionais capacitados e qualificados, a fim de promover uma educação integral e de qualidade. Essa perspectiva ressalta a importância da Educação Física na formação de indivíduos mais saudáveis, conscientes e participativos na sociedade, e enfatiza que sua relevância vai muito além dos benefícios fisiológicos. No entanto, o ensino remoto traz inúmeros obstáculos para a Educação Física, como a falta de equipamentos adequados, a dificuldade de monitorar e avaliar o desempenho dos alunos, e a necessidade de adaptar as atividades para um ambiente virtual. Além disso, o ensino remoto pode comprometer o desenvolvimento social dos estudantes, já que a interação com os colegas é um aspecto crucial dessa disciplina. (ARAÚJO, 2017)

Ademais, é necessário encontrar soluções criativas e eficazes para superar os desafios atuais e garantir que os alunos continuem a desenvolver suas habilidades físicas e cognitivas, além de se tornarem cidadãos críticos e reflexivos. Para manter a qualidade do ensino de Educação Física, mesmo em um contexto de ensino remoto, as instituições de ensino e os professores devem ser flexíveis e adaptáveis às necessidades dos alunos, buscando alternativas viáveis e acessíveis. (FARINATTI, 1995)

Para além disso, no contexto do ensino remoto, enfrentamos desafios significativos para manter a qualidade do ensino de Educação Física. No entanto, é importante lembrar que as atividades realizadas durante as aulas oferecem um ambiente propício para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades motoras. Embora o desenvolvimento físico seja um componente essencial, as aulas de Educação Física têm um potencial ainda maior, pois podem contribuir para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. (MELLO, 2020)

Outrossim, é fundamental encontrar soluções criativas e efetivas para superar esses desafios e garantir



que os alunos continuem aprimorando suas habilidades físicas e cognitivas, bem como sua formação como cidadãos críticos e reflexivos. As instituições de ensino e os professores precisam ser flexíveis e adaptáveis às necessidades dos alunos, buscando alternativas viáveis e acessíveis para manter a qualidade do ensino de Educação Física, mesmo em um contexto de ensino remoto. (GONÇALVES, 1994)

Apesar das dificuldades, é importante ressaltar que a sala de Educação Física desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos, oferecendo um ambiente lúdico e desafiador para o aprendizado e desenvolvimento de habilidades e competências motoras, assim como para a formação integral do indivíduo. Além disso, as atividades físicas não se limitam apenas ao desenvolvimento de habilidades físicas, mas também podem educá-las, aprimorá-las e melhorá-las por meio dos movimentos realizados durante as aulas. (ZABALA, 1998)

No contexto do ensino remoto, a seleção cuidadosa e inclusão de atividades relevantes e impactantes para o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais durante o primeiro ciclo do Ensino Fundamental é um desafio significativo para o planejamento das aulas de Educação Física. Tais atividades são cruciais para a formação completa dos alunos, pois contribuem para o desenvolvimento de habilidades conectadas e aprimoramento das capacidades físicas, cognitivas e socioemocionais.

É necessário, portanto, uma seleção criteriosa de atividades que considerem as características individuais e coletivas dos alunos, suas necessidades e interesses, além de promover a interação e o envolvimento de todos durante as aulas. Com isso, essas atividades selecionadas podem desempenhar um papel significativo no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, oferecendo um ambiente propício para a aquisição de habilidades motoras fundamentais e para a formação integral do indivíduo, mesmo no contexto do ensino remoto. (FELCHER, 2021)

No entanto, essa modalidade de ensino também oferece oportunidades para a Educação Física explorar novas formas de promover o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional dos alunos, através do uso de tecnologias e atividades adaptadas ao contexto remoto. Essas oportunidades incluem a possibilidade de promover a prática regular de atividades físicas em casa, de utilizar recursos tecnológicos para ampliar a variedade de atividades e de criar espaços de interação e diálogo sobre questões relacionadas à saúde e bem-estar. Ainda há desafios a serem enfrentados, mas é possível enxergar no ensino remoto novas oportunidades para a Educação Física reinventar e expandir seu papel na formação dos alunos. (MELLO, 2020)

### 3. CONCLUSÃO

A transição para o ensino remoto trouxe desafios significativos para a Educação Física, já que atividades físicas e esportivas em grupo se tornaram inviáveis. No entanto, a adaptação da disciplina para o contexto remoto também trouxe oportunidades para inovação e criatividade na promoção da atividade física e do desenvolvimento integral dos alunos. O uso de tecnologias e atividades adaptadas ao contexto remoto, como aulas gravadas, aulas ao vivo por videoconferência e atividades que podem ser realizadas em casa, têm sido cada vez mais utilizados pelos educadores de Educação Física.

Além disso, o diálogo com a comunidade educativa, incluindo alunos, famílias e profissionais de saúde, tem sido fundamental para a identificação das necessidades e desafios específicos enfrentados pelos alunos durante o ensino remoto. Nesse sentido, é importante que educadores e instituições de ensino continuem a investir em soluções criativas e adaptadas ao contexto remoto, visando garantir a promoção da atividade física, da saúde e do bem-estar dos alunos.

Para superar os desafios da Educação Física no ensino remoto, é importante que todos os envolvidos na comunidade educativa colaborem ativamente. Os educadores de Educação Física devem buscar soluções criativas e adaptadas ao contexto remoto para manter seus alunos ativos e engajados, promovendo a saúde e o bem-estar físico e mental dos estudantes. Os alunos, por sua vez, devem estar dispostos a participar e se envolver nas atividades propostas pelos professores, mesmo que à distância.

Ademais, as famílias também têm um papel importante, apoiando e incentivando seus filhos a participar das atividades propostas pelos professores de Educação Física e garantindo que eles tenham um ambiente adequado para realizar as atividades. Os profissionais de saúde, como médicos e fisioterapeutas, também podem contribuir fornecendo orientações e sugestões para atividades físicas que possam ser realizadas em casa, sem comprometer a saúde dos alunos.

Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam suporte técnico e pedagógico para os professores de Educação Física, para que eles possam adaptar suas atividades ao contexto remoto com sucesso. Em resumo, a superação dos desafios da Educação Física no ensino remoto requer a colaboração de toda



a comunidade educativa, para garantir que os alunos continuem a se desenvolver integralmente, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marco Antônio Pereira. A inclusão digital como estratégia para resgate da cidadania e diminuição da exclusão social e econômica. **Revista Interdisciplinar de Direito**, Valença, v.6, n.1, p.375-382, jul. 2017. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/50>. Acesso em: 3 Mai.2023.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. Educação a distância na crise COVID – 19: um relato de experiência. **Research, Society And Development**, [s. l.], v.9, n.6, p. 1-26, 23 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3699>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340905918\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_na\\_crise\\_COVID\\_-\\_19\\_um\\_relato\\_de\\_experiencia](https://www.researchgate.net/publication/340905918_Educacao_a_Distancia_na_crise_COVID_-_19_um_relato_de_experiencia). Acesso em: 16 Abr. 2023.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não conta. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1991.

FARINATTI, Paulo T. Veras. *Criança e Atividade Física*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

FELCHER, Carla Denize Ott; FOLMER, Vanderlei. Educação 5.0: reflexões e perspectivas para sua implementação. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)**, [S.l.], v.2, n.2, p.01-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/67227>. Acesso em: 30 Abr.2023.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

GHILARDI, Reginaldo. Formação profissional em Educação Física: a relação teoria e prática. **MOTRIZ**– Volume 4, Número 1, Junho, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítica dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1991.

GONÇALVES, M. Augusta S. Sentir, pensar, agir-corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.

KUNZ, Eleonor. *Transformação Didático-Pedagógico do Esporte*– 6ª edição-Ijuí: Unijuí, 2004.

MARCOLINO, Francisca Samara; LIMA, Patrícia Ribeiro Feitosa. A importância da Educação Física no ensino médio integrado: concepção docente no IFCE Campus Canindé. **Res., Soc. Dev.** 8 (12). Ceará: Agosto 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662203006/Acesso> em: 07 Mai. 2023.

MELLO, Cleison de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério, Moura; PETRILLO, Regina Pentagna. **Educação 5.0: educação para o futuro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2020.

OLIVEIRA, Jéssica; BARATA, Tânia; GIL, Henrique. O Youtube em contexto de E@D: práticas inovadoras de aprendizagem. **Cultura Digital e Educação na Década de 20**, p.129-137, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/7547/1/Artigo\\_NP\\_RA\\_CDE20.pdf](https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/7547/1/Artigo_NP_RA_CDE20.pdf). Acesso em: 05 Jun. 2023.

PALUMBO, Lívia Pelli; TOLEDO, Cláudia Mansani Quada de. A tecnologia como instrumento democratizador do direito à educação nos tempos da pandemia causada pela COVID-19. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, [s.l.], v.6, n. 1, p. 72, 11 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0111/2020.v6i1.6640>. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/6640>. Acesso em: 11 Abr. 2023.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A Imagem Mental na Criança*. Rio de Janeiro: Livraria Civilização Editora, 1977.

6

PRANDINA, Marilene Zandonade; SANTOS, Maria de Lourdes dos. A Educação Física escolar e as principais dificuldades apontadas por professores da área. **Horizontes–Revista de Educação**, Dourados, MS, v.4, n.8, julho a dezembro, 2016.

SANTOS, Talita Costa. **Protagonismo na Cultura Digital: configuração subjetiva da aprendizagem de jovens estudantes**. Dissertação (Mestrado em Processos e Desenvolvimento Humano em Saúde) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2020.



SOARES, Everton Rocha. **Educação Física no Brasil: da origem até os diasatuais**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-nobrasil-da-origem.htm>>. (17):169,2012. Acesso em 18 de Jul de 2023.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



## A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### THE CONSTRUCTION OF MATHEMATICAL KNOWLEDGE AND ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE IN CHILDHOOD EDUCATION

<sup>1</sup> Laury Vander Leandro de Souza

<sup>2</sup> Eliuomar Cruz da Silva

<sup>3</sup> Isac Moreira Rodrigues

<sup>4</sup> Vanuzia Silva de Assis Holanda

<sup>5</sup> Nelly Mary Oliveira de Souza

#### RESUMO

Diversos estudos e dados estatísticos apontam a Matemática como a disciplina que mais reprova os alunos do Ensino Fundamental. Além disso, as crianças chegam às séries finais vendo esta disciplina como o bicho papão das escolas. Diante desse contexto, este estudo apresenta reflexões e análises acerca da construção do conhecimento Matemático na Educação Infantil, cuja finalidade é compreender as implicações da prática docente no ensino da Matemática, entendendo que a Educação Infantil é a etapa primordial da Educação Básica, na qual a criança se encontra em uma fase de desenvolvimento de natural curiosidade vivendo a descoberta do ambiente que a rodeia. Neste contexto, a Matemática é uma disciplina que se bem trabalhada, pode contribuir para desenvolver habilidades significativas que auxiliarão a criança a compreender melhor este mundo. Entretanto, a intervenção do professor em trabalhar o conhecimento matemático atrelado às questões ambientais nas atividades em sala de aula possibilitará ao discente o desenvolvimento de tais habilidades. O trabalho é um recorte do aporte teórico que fundamenta a Tese de Doutorado que investiga a prática docente na construção do conhecimento matemático nas crianças da pré-escola. O estudo mostra a importância de ensinar a Matemática na Educação infantil relacionando a construção do conhecimento aos saberes das crianças para uma aprendizagem significativa na Pré-escola.

**Palavras-chave:** Conhecimento Matemático. Educação Infantil. Aprendizagem significativa

#### RESUMEN

Diversos estudios y datos estadísticos apuntan a Matemáticas como la materia que más suspende a los alumnos de Primaria. Además, los niños llegan a los grados finales viendo esta materia como el coco de las escuelas. Ante este contexto, este estudio presenta reflexiones y análisis acerca de la construcción del conocimiento matemático en la Educación Infantil, cuyo propósito es comprender las implicaciones de la práctica docente en la enseñanza de las Matemáticas, entendiendo que la Educación Infantil es la etapa primordial de la Educación Básica, en la cual El niño se encuentra en una fase de desarrollo de curiosidad natural experimentando el descubrimiento del entorno que le rodea. En este contexto, las Matemáticas son una disciplina que, bien trabajada, puede contribuir al desarrollo de habilidades significativas que ayudarán al niño a comprender mejor este mundo. Sin embargo, la intervención del profesor en el trabajo de los conocimientos matemáticos vinculados a la problemática ambiental en las actividades del aula permitirá al alumno desarrollar tales competencias. El trabajo forma parte del aporte teórico que subyace a la Tesis Doctoral que investiga la práctica docente en la construcción del conocimiento matemático en niños de edad preescolar. El estudio muestra la importancia de

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [laurysouzabc@gmail.com](mailto:laurysouzabc@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhirih. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. [eliuomar9@gmail.com](mailto:eliuomar9@gmail.com).

<sup>3</sup> Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela FAIBRA. Graduado em Matemática pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA. [isac.moreira.rodrigues@gmail.com](mailto:isac.moreira.rodrigues@gmail.com).

<sup>4</sup> Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [vanuziaassis@hotmail.com](mailto:vanuziaassis@hotmail.com).

<sup>5</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Paulista. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [mel\\_tbt@hotmail.com](mailto:mel_tbt@hotmail.com).





la enseñanza de las Matemáticas en la Educación Infantil, relacionando la construcción del saber con el saber de los niños para un aprendizaje significativo en Preescolar.

Palabras clave: Conocimiento Matemático. Educación Infantil. aprendizaje significativo

## SUMMARY

Several studies and statistical data point to Mathematics as the subject that most fails Elementary School students. In addition, children reach the final grades seeing this subject as the bogeyman of schools. Given this context, this study presents reflections and analyzes about the construction of mathematical knowledge in Early Childhood Education, whose purpose is to understand the implications of teaching practice in teaching Mathematics, understanding that Early Childhood Education is the primordial stage of Basic Education, in which the child is in a phase of development of natural curiosity experiencing the discovery of the environment that surrounds him. In this context, Mathematics is a discipline that, if well worked, can contribute to the development of significant skills that will help the child to better understand this world. However, the teacher's intervention in working on mathematical knowledge linked to environmental issues in classroom activities will enable the student to develop such skills. The work is a part of the theoretical contribution that underlies the Doctoral Thesis that investigates the teaching practice in the construction of mathematical knowledge in preschool children. The study shows the importance of teaching Mathematics in Early Childhood Education, relating the construction of knowledge to children's knowledge for meaningful learning in Preschool.

Keywords: Mathematical Knowledge. Child education. meaningful learning

## 1. INTRODUÇÃO

Compreende-se o processo de ensino-aprendizagem da Matemática na Educação Infantil como um fator relevante para auxiliar a criança a elaborar e construir conhecimentos que possibilitem a compreensão de sua realidade. Pois a Matemática é, antes de tudo, um modo de pensar e quanto mais cedo este modo de pensar for trabalhado adequadamente com as crianças, mais positivamente as bases de uma aprendizagem significativa se estabilizarão.

No processo de construção do conhecimento matemático, quando o professor reconhece o contexto cultural da criança valorizando os seus saberes ambientais, as aulas se tornam mais atrativas com conteúdos úteis, vivos, dinâmicos e significativos, pois o ambiente onde o indivíduo está inserido proporciona várias informações que estabelecem relações com o conhecimento lógico-matemático.

Nesse sentido, D'Ambrosio (2005), ressalta a necessidade de um ensino de Matemática que respeite as questões sociais e sirva como instrumento de ascensão cultural. Segundo ele, a aplicabilidade da Matemática só tem real valor quando ela vem suprir a necessidade de resolver problemas da vida e esse é o significado da sua existência.

Diante disso, este trabalho teve por objetivo geral “analisar os fatores que interferem no processo de construção do conhecimento Matemático nesta etapa da Educação Básica de fundamental importância que é a Educação Infantil”, pois esta etapa é à base da vida escolar de qualquer indivíduo, e se este alicerce não for bem planejado, se o professor não possuir um conhecimento amplo propondo atividades bem estruturadas, que respeite e valorize o meio sociocultural dos alunos, certamente o educando não terá bons resultados no seu processo educacional.

Acredita-se que a prática pedagógica adequada não é tão natural e não basta apenas gostar de crianças. Trabalhar com o ser humano em formação é algo bastante complexo que exige preparo e conhecimentos sólidos. A criança não pode mais ser vista como um adulto em miniatura, a criança é um ser singular que possui características próprias, um conhecimento próprio que ela vem construindo ao longo de sua vida. Assim, o trabalho de construção das primeiras ideias Matemáticas dependerá da habilidade prática pedagógica do professor como mediador na construção do conhecimento.

## 2. A PORQUE É IMPORTANTE ENSINAR A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Compreende-se que os conhecimentos matemáticos contribuem para a construção da cidadania. O fato de a sociedade estar em constante mudança exige um maior conhecimento associado às novas tecnologias. Dessa forma, a educação deve proporcionar a aquisição de conhecimentos que atendam as mudanças sociais,



culturais e tecnológicas, suprindo às necessidades e interesses dos indivíduos.

Aí se dá a importância da Educação Matemática que propicia o desenvolvimento da lógica, a rapidez do pensamento e a capacidade de selecionar informações fazendo o uso delas para o bom desenvolvimento individual e coletivo. A Matemática favorece o crescimento integral do homem, dando a ele mecanismos para que possa seguir em frente e ser um construtor de sua história e não um ser passivo a tudo e a todos. Diante disso, Carvalho (1994) nos atenta para a seguinte questão:

Se considerarmos que o conhecimento deve ser construído e que a linguagem matemática deve ser adquirida pelo aluno, levando-o a incorporar os significados que as atividades de manipulação de material didático ou de vivência diária assumem, então, quanto antes iniciarmos essa construção, mais tempo teremos para enriquecer os temas abordados, tornando-os mais abrangentes e complexos, possibilitando, talvez, que o processo de aquisição do conhecimento matemático não se interrompa como em geral acontece (CARVALHO, 1994, p.20).

D’Ambrosio (2005) nos diz que para lidar e conviver com a realidade da sociedade, o indivíduo busca explicações nas diversas formas de se comunicar. O ensino da matemática traz grandes contribuições, nesse processo de comunicação e no desenvolvimento das múltiplas linguagens, ela desenvolve no indivíduo criatividade e habilidades de resolução de problemas e esse saber é adaptado e aprimorado gradativamente.

Os diversos trabalhos sobre educação, dentre eles o do psicólogo suíço Jean Piaget (1986-1980), consideram que os primeiros anos de vida de uma criança são muito importantes para seu desenvolvimento físico, mental, emocional e social. Em seus estudos na área da psicogenética, realizou experiências que evidenciaram quatro estágios no desenvolvimento lógico: Estágio sensório-motor, que vai desde o nascimento até cerca de 24 meses.

Segundo ele, neste estágio, a criança passa por atividades puramente reflexas à formação dos primeiros hábitos, depois vem à coordenação entre visão e apreensão (olhos e mãos) à procura de objetos escondidos, à prática de atos intencionais, à diferenciação de esquemas de ações e à resolução de problemas por coordenação.

Depois deste estágio vem o estágio pré-operatório, que vai dos 2 anos até cerca de 7 anos. Esta fase segundo Piaget, se inicia com o aparecimento da linguagem, que é uma função simbólica. Para Piaget este é o estágio que mais interessa na Educação Infantil, onde a criança tem oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

Depois vem o estágio das operações concretas, que vai dos 7 anos até 11 anos de idade. Nesta etapa, a criança está totalmente ligada a objetos reais, concretos, mas já é capaz de passar da ação à operação, que é uma ação interiorizada.

Logo depois, vem o estágio das operações formais que vai dos 11 aos 15 anos. Nesta fase aparece o raciocínio lógico onde a criança já é capaz de pensar usando abstrações.

Piaget (apud NETO, 2001) salienta que “cada estágio serve de base para o estágio seguinte”. Nesse sentido percebe-se que Educação Infantil é uma etapa fundamental na vida escolar de qualquer cidadão, sem esse alicerce o educando certamente não teria bons resultados no seu processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu Art. 29, também é bem clara ao dizer: “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social [...]” (LDB, 1996.). Bock(2000, p. 124)., nos fala que:

A aprendizagem da criança inicia-se muito antes de sua entrada na escola, isto porque desde o primeiro dia de vida, ela já está exposta aos elementos da cultura e à presença do outro, que se torna o mediador entre ela e a cultura. A criança vai aprendendo a falar e a gesticular, a nomear objetos, a adquirir informações a respeito do mundo que a rodeia [...]

Ao ingressar na escola, a criança passa a conviver com pessoas de sua idade, descobrindo à sua maneira, novos valores, novas experiências que vêm enriquecer a sua vida. “Essa socialização dá-lhe confiança em si, adaptabilidade e rendimento intelectual. Para muitos, o convívio social proporcionado pela escola oferece possibilidades que a família raras vezes tem condições de proporcionar” (BOCK, 2000, p. 124.).

Segundo Dante (1996), “a Educação Infantil proporciona às crianças realizar muitas descobertas”. Para ele, neste estágio de desenvolvimento humano, as crianças estão mais ansiosas e curiosas, momento propício para cimentar os conceitos matemáticos, uma vez que elas trazem consigo algumas práticas da Matemática vivenciadas no seu dia-a-dia.

Dante (1996) nos coloca ainda duas razões básicas para que a Matemática faça parte do currículo da pré-escola. A primeira é que ela oportuniza na criança o desenvolvimento do raciocínio lógico, levando-a a pensar logicamente e resolver situações-problema estimulando sua criatividade.

A segunda é que a Matemática é bastante útil para a vida diária da criança, pois, inconscientemente ela está em contato permanente com formas, grandezas, números, medidas, contagens e etc. Assim, a Educação infantil por ser uma fase de descobertas é o momento favorável para estimular na criança, o desenvolvimento do pensamento lógico Matemático trabalhando aspectos práticos da sua realidade favorecendo o seu desenvolvimento intelectual.

O referencial Curricular para a Educação Infantil nos mostra a importância sobre a etapa da Educação Infantil. Sobre a criança ele diz que: “Como todo ser humano, a criança é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico [...]” (RCNEI, 1998, p. 21).

Sendo assim, “as crianças trabalham cognitivamente desde muito cedo informações das mais variadas procedências” (FERREIRO, 2001, p. 99). Diante disso é importante que elas estejam em contato com o mundo pré-escolar, para que através das informações prévias o educador possa mediar e facilitar seu desenvolvimento para o ingresso mais produtivo no Ensino Fundamental. Dante (1996) ainda sustenta que,

O bom desempenho da criança nas primeiras séries e sua conseqüente permanência na escola subentendem um longo e cuidadoso trabalho anterior de coordenação motora, de percepção visual e auditiva, de conhecimentos verbais para comunicar-se e se expressar, de atenção e capacidade para seguir corretamente instruções, de atividades que desenvolvem o pensamento lógico, de reconhecimento e representação de pequenas quantidades, de atividades em grupo que visem a socialização e o desenvolvimento de hábitos de higiene e saúde[...] A finalidade da pré-escola é, exatamente, dar condições para que as crianças, através de atividades orientadas, atinjam o máximo de suas potencialidades neste estágio, tornando-se preparadas, prontas para o ingresso no 1º grau. (DANTE, 1996, p. 8)

Estudos nos mostram que a concepção de criança sofreu transformações ao longo do tempo. Percorreu-se um longo caminho histórico de mudanças sociais até chegarmos às atuais concepções sobre infância. Áries (1978), nos mostra que:

[...] a imagem da criança era vista (ou não era vista, como um adulto em miniatura, sem valor, com a infância negada, bastava aparecer traços físicos que era logo misturada aos adultos, a aprendizagem nessa época era auxiliar os adultos em seus afazeres, destituídas de direitos, a mortalidade infantil era tida como algo natural, além disso, a criança era percebida como um ser sem alma, que não pensava, que nos remete a pensar num filhote de animal [...]

Hoje temos uma nova concepção, um novo olhar voltado para a criança. Conforme ressalta o Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. (BRASIL, 1998, p.21-22)

Diante disso, podemos compreender a função crucial da escola como uma das instituições humanas responsáveis por grande parte do comportamento e do conhecimento que a criança terá no decorrer de sua vida. Pois o ambiente onde o indivíduo está inserido proporciona várias informações que também estabelecem relações com o conhecimento lógico-matemático.

4

Oliveira (1995) explicita que para Vygotsky a interiorização de sistemas de signos produzidos culturalmente, amplia o desenvolvimento cognitivo. As sociedades criam sistemas de signos ao longo da história que modificam e influenciam no desenvolvimento social e cultural do indivíduo, sendo que este conhecimento é compartilhado por toda a comunidade.

Sendo assim, fica visivelmente clara a importância de se estimular a linguagem Matemática na Educação Infantil, na qual o fazer é instrumento necessário para o progresso da criança, pois quando ela faz, constrói, se sente realizada, enriquecida, sai de um estado desafiador para um estado engrandecedor, passando a olhar sua criação com cuidado e atenção, estando pronta pra falar sobre ela com segurança e seguir em frente com autonomia.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe reflexões e conhecimentos relevantes sobre a prática pedagógica na Educação Infantil, como também proporcionou um confronto dos aspectos teóricos legais procurando compreender este universo da prática pedagógica no ensino da Matemática que também envolve o ato de educar e cuidar.

O embasamento teórico foi fundamental para compreender as competências e responsabilidades de um professor de Educação Infantil. Por meio das teorias pode-se conhecer propostas e sugestões de como deve ser o trabalho de ensino da Matemática na Educação Infantil e toda dinâmica do processo de ensino aprendizagem.

Assim, este trabalho mostrou fatores relevantes sobre como trabalhar as ideias Matemáticas na Educação Infantil, o qual deve-se levar em conta a experiência de vida acumulada pela criança na interação com o seu meio social, que oferece condições para que a própria criança vá construindo seu conhecimento por meio do contato direto com o objeto de estudo sob a orientação do professor.

## REFERENCIAS

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: Dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1 e v.3.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Vol. 1 e 2. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da Matemática**. São Paulo: Cortez, 2ª ed, 1999.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da Matemática na pré-escola: por que o que e como trabalhar as primeiras ideias matemáticas**. São Paulo. Editora Ática, 1996.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**. São Paulo: Summus, 2002.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Coleção questões da nossa época. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

5

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAMII, C. J. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1990.

KISHIMOTO, T.M. (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2000.



KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

NETO, Ernesto Rosa. **Didática da Matemática.** 11. ed. São Paulo. Editora Ática, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos. Coleção docência em formação.** São Paulo: Cortez, 2002.

## A influência das lendas e mitos para a cultura atual e a educação

The influence of legends and myths on contemporary culture and education

Maria Cristina Sagário  
Profa. Ivanise Nazaré Mendes

### Resumo

No passado, o homem criava histórias para explicar eventos conhecidos e desconhecidos, resultando no surgimento de mitos e lendas que atribuíam veracidade a fatos inexplicáveis na época. Essas histórias foram transmitidas oralmente ao longo das gerações, mantendo-se vivas na imaginação das pessoas e adquirindo significados mais profundos. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência das lendas e mitos na cultura contemporânea e na educação, investigando seu impacto tanto no âmbito cultural quanto educacional da sociedade atual. A justificativa para este estudo reside na importância de compreender as lendas e mitos como elementos culturais e educativos, que transmitiram valores, conhecimentos e moldaram identidades individuais e coletivas ao longo da história. Compreender essa influência é fundamental para preservar nossa herança cultural e aproveitar o potencial pedagógico dessas narrativas na educação contemporânea. O problema de pesquisa consiste em examinar como as lendas e mitos continuam a exercer influência na cultura e na educação atual, considerando avanços tecnológicos e mudanças sociais. Pretende-se compreender se essas narrativas tradicionais ainda desempenham um papel relevante na formação cultural e educacional das pessoas ou se foram marginalizadas em meio a novas formas de comunicação e conhecimento. A metodologia utilizada inclui uma abordagem qualitativa, com análise de fontes bibliográficas, documentos históricos, estudos de caso, entrevistas e análise de conteúdo, para obter uma visão abrangente da influência das lendas e mitos na cultura contemporânea e na educação.

**Palavras-chave:** Lendas. Mitos. Educação. Folclore. Cultura.

### Abstract

In the past, humankind created stories to explain known and unknown events, giving rise to myths and legends that attributed truth to unexplained phenomena of that time. These stories were passed down through generations orally, remaining alive in people's imagination and acquiring deeper meanings. This research aims to analyze the influence of legends and myths on contemporary culture and education, investigating their impact on both cultural and educational aspects of present-day society. The justification for this study lies in the importance of understanding legends and myths as cultural and educational elements that have transmitted values, knowledge, and shaped individual and collective identities throughout history. Understanding this influence is crucial for appreciating and preserving our cultural heritage and harnessing the pedagogical potential of these narratives in modern education. The research problem consists of examining how legends and myths still exert influence on current culture and education, considering technological advancements and social changes. The study seeks to understand whether these traditional narratives still play a relevant role in cultural and educational formation or if they have been marginalized amidst new forms of communication and knowledge. The methodology employed encompasses a qualitative approach, involving analysis of bibliographic sources, historical documents, case studies, interviews, and content analysis to provide a comprehensive understanding of the influence of legends and myths on contemporary culture and education.

**Keywords:** Legends. Myths. Education. Folklore. Culture.

## 1 INTRODUÇÃO

No passado, o homem, com sua astúcia, criava histórias para dar explicações aos eventos conhecidos e também aos eventos que, para eles, eram desconhecidos. Essa hermenêutica que o homem utilizava para traduzir seus conhecimentos resultou no surgimento de diversos mitos e lendas, que atribuíam veracidade aos fatos sem explicação daquela época (Pires, Batalha, & Souza, 2016, p. 02).

Com o tempo, essas histórias inseridas em movimentos culturais foram transmitidas de geração em geração por meio da tradição oral. Dessa forma, elas se difundiram de maneira a permanecerem vivas na imaginação das pessoas. Ao longo do tempo, essas histórias passaram a ganhar mais significado na vida das pessoas, promovendo possibilidades de identificação e aproveitando seu potencial pedagógico em seus contextos e desfechos.

A pesquisa tem como objetivo analisar a influência das lendas e mitos na cultura contemporânea e no campo da educação. Pretende-se investigar como essas narrativas ancestrais continuam a exercer impacto na sociedade atual, tanto no âmbito cultural quanto educacional.

A justificativa para este estudo reside na relevância de compreendermos a importância das lendas e mitos



como elementos culturais e educativos. Essas histórias têm desempenhado um papel significativo ao longo da história da humanidade, transmitindo valores, conhecimentos e ensinamentos que moldaram identidades individuais e coletivas. Compreender essa influência é fundamental para apreciar e preservar nossa herança cultural e aproveitar o potencial pedagógico dessas narrativas na educação contemporânea.

O problema de pesquisa consiste em investigar de que forma as lendas e mitos ainda exercem influência na cultura atual e no campo educacional, considerando o contexto contemporâneo de avanços tecnológicos e mudanças sociais. Busca-se compreender se essas narrativas tradicionais ainda desempenham um papel relevante na formação cultural e educativa das pessoas, ou se foram marginalizadas em meio a novas formas de comunicação e conhecimento.

A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa compreende uma abordagem qualitativa, baseada na análise de fontes bibliográficas e documentos históricos. Serão realizados estudos de caso, entrevistas e análise de conteúdo, a fim de obter uma visão abrangente da influência das lendas e mitos na cultura contemporânea e na educação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 FOLCLORE, A CULTURA POPULAR

É importante falarmos do folclore e da sua abrangência, pois, as histórias populares em suas várias formas, que podem ir desde os contos de fadas, as fábulas, os ‘causos’, as parábolas, os mitos e as lendas, por exemplo, fazem parte de um conjunto de atividades que compõem a cultura nacional e internacional, pois, algumas narrativas são compartilhadas e difundidas em várias regiões do mundo.

Sabemos que, para muitas pessoas as lendas e mitos não passam de histórias fictícias, reproduzidas nas atividades folclóricas e compreendidas como parte da cultura do popular. Mas, por outro lado, elas são reais para muitos grupos de pessoas. E, “Estes elementos, vivenciados ou não, passam a ser revestidos por uma importância significativa, individual ou coletiva, e formam a identidade do conjunto, a memória coletiva.” (MANZKE; GONZALES; JESUS, 2018, p. 03)

No âmbito das sociedades, a cultura precisa ser observada sob diferentes aspectos, pois, ela encontra-se em um campo das práticas e do conhecimento que não poderíamos ser classificados como neutros. Antes, ela necessita ser observada sob o ponto de vista do interesse das diversas forças que agem, governam e dominam as sociedades.

Neste aspecto, é interessante observarmos, no âmbito social, onde estas forças se distanciam, onde se aproximam e/ou em que aspectos são a representação de uma resistência a um ou mais elementos das dicotomias existentes na sociedade.

Portanto, as histórias que originalmente pertenciam ao povo, às pessoas mais simples, foram aos poucos incluídas como parte de uma tradição de interesse universal. Este é o caso dos contos de fadas. De acordo com Falconi e Farago (2015), Perrault<sup>1</sup> ao coletar as histórias que o povo contava, ele resgatava aquelas que eram narradas de ouvido a ouvido e as modificava para que se adequassem aos padrões da corte francesa do rei Luís XIV. Mostrando, com isso, que havia um distanciamento entre a cultura ‘do povo’ e a ‘cultura da realeza’. Mas que, se ‘maquiadas’ conseguiam atrair o interesse das pessoas independentemente do seu nível social.

Além disso, em relação à cultura, Marilena Chauí (2006) em seu livro “Cidadania cultural: o direito à cultura”, comenta que, mesmo na atualidade, é possível percebermos a cultura sob vários aspectos, inclusive, sob os aspectos da divisão de classes, onde, coexistem uma ‘cultura de elite’ e uma ‘cultura popular’. Ela comenta que:

Ainda que cultura passasse a significar o campo materialmente determinado das formas simbólicas e dos modos de vida de uma sociedade, a divisão social das classes como distinção entre “culto” e “inculto” tonou-se predominante. Com ela: 1) a cultura e as artes distinguiam-se em dois campos principais: a erudita (ou de elite), própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais; 2) quando pensadas como produções ou criações do passado nacional, formando a tradição nacional, a cultura e arte populares recebem o nome de folclore, construído por mitos, lendas e ritos populares, danças e músicas regionais, artesanato etc.; e 3) a arte erudita passou a ser construída pelas produções e criações das belas artes, consumida por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidores de arte. (CHAUI, 2006, p. 13)

1 Os estudos da literatura folclórica e popular de cada nação iniciaram-se a partir do século XIX, ficando em destaque Charles Perrault, com seu livro Contos da mãe Gansa (1697). Os contos incluídos neste livro são: A Bela Adormecida no Bosque, Chapeuzinho Vermelho, O Barba Azul, O Gato de Botas, As Fadas, A Gata Borralheira, Henrique do Topete e O Pequeno Polegar. (FALCONI; FARAGO 2015, p. 89)

No entanto, a cultura popular, com os seus vários elementos, despertou em alguns estudiosos de diferentes campos do saber, o interesse em melhor compreendê-la e usá-la em benefício das ações educativas. Muitas pessoas que se dedicam ao estudo da cultura popular, são chamadas de folcloristas, e, estes folcloristas desempenham um importante papel na preservação de um ‘saber popular’, do saber que se origina do povo e que foi construído ao longo do tempo.

Enquanto folcloristas eles se dedicaram a estudar a cultura não elitizada, buscando preservar, compreender, registrar, coletar, arquivar e fazer a divulgação deste saber. Um saber que é mantido vivo de geração a geração predominantemente pela oralidade e na educação informal.

No Brasil, houve grandes folcloristas, entre estes podemos citar: Câmara Cascudo (1898-1986), Renato Almeida (1895-1981), Florestan Fernandes (1920-1995), Inezita Barroso (1925-2015) Mário de Andrade (1893-1945) e Pedro Teixeira (1915-2010), todos deixando importantes contribuições relacionadas ao saber popular difundido no Brasil.

Interessante destacar que o interesse em se conhecer melhor a sabedoria popular, obteve grande destaque no século XIX, quando o termo ‘folclore’ foi cunhado pelo pesquisador William John Thoms.

Sobre o conceito de folclore, expressão criada em 1846 pelo arqueólogo e pesquisador inglês da cultura europeia William John Thoms (1803-1885) para designar um campo de estudos até então apontados como “antiguidades populares” ou “sabedoria do povo” – registro de cantos, narrativas, costumes e usos de tempos de outrora e que vem assumindo outras interpretações ao longo da história por diversas linhas de pensamento [...]. (BATISTA, 2016, p. 16)

Deste modo, o termo folclore surgiu da proposta da junção entre duas palavras de origem saxônica: ‘Folk’, que significa povo, e ‘Lore’, que significa saber; formando o ‘folk – lore’, ou a ‘sabedoria do povo’. “Com o tempo, a palavra foi sendo utilizada sem o hífen, tornando-se simplesmente ”folklore” ou “folclore”, como foi usada no Brasil.” (ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA VERA CRUZ, 2021)

Portanto, o folclore, é um conhecimento que não é sistematizado como o conhecimento acadêmico, mas que é igualmente importante, pois, é o conhecimento que sobreviveu ao tempo, e, no campo do saber, esta palavra engloba uma ampla quantidade de elementos materiais e imateriais.

Entre os relevantes trabalhos realizados pelos folcloristas, merece destaque o de Câmara Cascudo que foi um pesquisador, historiador, folclorista, advogado, médico e professor, um homem de grande sabedoria que desenvolveu um forte interesse pelo saber do povo. Para Câmara Cascudo, o saber popular não poderia ser visto como um conhecimento inferior, antes, ele deveria ser tão valorizado, estimulado e difundido quanto os saberes que são compartilhados pela educação formal.

Com isso, Câmara Cascudo compreendia a relevância da cultura para a identidade das pessoas individualmente e também para a identidade dos povos enquanto nações. É na cultura que as pessoas encontram um identificador das suas origens, das suas raízes. Pois, é bem provável que, ao examinarmos as crenças e costumes que as pessoas trazem, conseguiremos identificar o lugar de onde vieram.

Câmara Cascudo foi o criador do Dicionário do Folclore Brasileiro, um livro com mais de 900 páginas, que evidencia a riqueza do conhecimento e práticas difundidas pela população brasileira de maneira informal, registra várias atividades materiais e imateriais do patrimônio cultural nacional. Deste dicionário encontraremos o registro de uma grande relação de mitos e lendas, oriundos de várias regiões brasileiras.

Além disso, ele descreve ainda de uma maneira mais ampla o que podemos definir como sendo o folclore. Ele cita:

FOLCLORE. É a cultura do popular, tornada normativa pela tradição. Compreende técnicas e processos utilitários, que se valorizam numa ampliação emocional além do ângulo do funcionamento racional. A mentalidade, móbil e plástica, torna tradicional os dados recentes, integrando-os na mecânica assimiladora do fato coletivo, como a imóvel enseada dá a ilusão da permanência estática, embora renovada na dinâmica das águas vivas. O folclore inclui nos objetos e fórmulas populares uma quarta dimensão, sensível ao seu ambiente. Não apenas conserva, depende e mantém os padrões imperturbáveis do entendimento e da ação, mas remodela, refaz ou abandona elementos que se esvaziaram de motivos ou finalidades indispensáveis a determinadas sequências ou presença grupal. [...] Não apenas contos e cantos, mas a maquinaria faz nascer hábitos, costumes, gestos, superstições, alimentação, indumentária, sátiras, lirismo, assimilados nos grupos sociais participantes. Onde estiver um homem aí viverá uma fonte de criação e divulgação folclórica. O folclore estuda a solução popular na vida em sociedade. Como há dez anos passados, e ao contrário da lição dos mestres, creio na existência dual da cultura entre todos os povos. Em qualquer um deles haverá uma cultura sagrada, hierárquica, venerada, reservada para a iniciação, e a cultura popular, aberta à transmissão oral e coletiva, estórias e acessos às técnicas habituais do grupo, destinada à manutenção dos usos e costumes no plano do convívio diário. [...] O folclore deve estudar todas as manifestações tradicionais na vida coletiva. (CASCUDO, 1999, p. 400 e 401 – grifos nosso).

Portanto, com base nestas descrições realizadas por Câmara Cascudo fica evidente que são muitos e amplos os elementos que compõe o folclore, e que, tanto os contos como as estórias<sup>2</sup>, são partes integrantes da chamada cultura tradicional. Demonstra ainda que há um rico repertório de ações relacionadas a este saber, que se arrola à memória e à troca de experiências entre as pessoas.

Sobre a compreensão da importância destes conhecimentos para a sociedade, em 1951 houve o primeiro Congresso do Folclore na cidade do Rio de Janeiro, onde foi escrita e divulgada a Carta Nacional de Folclore. Esta foi uma importante ação que visava uma melhor compreensão do que é o folclore sob o ponto de vista dos pesquisadores nacionais. E, embora na época houvessem encontrado uma definição mais atual para o mesmo, algumas décadas posteriores, no ano de 1995, na cidade de Salvador, após ter sido antecedida por uma ampla discussão nacional em torno desta temática, houve a adoção de uma nova releitura e definição para o que se compreendia com sendo o folclore. Este fato merece destaque por evidenciar que estas novas abordagens surgiram devido às transformações sociais e pelos avanços que haviam acontecido na sociedade, mudanças que influenciaram as práticas de estudo e pesquisa tanto nas ciências sociais, como nas ciências humanas.

Portanto, além desta definição dada por Câmara Cascudo, que já indicava haver quatro características importantes para que uma prática possa fazer parte do folclore, a saber: a antiguidade, a persistência, o anonimato e a oralidade (CASCUDO, 2012), na Carta do Folclore Brasileiro (1995), foram incluídas ainda as definições de aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade e funcionalidade. Ela registra que:

Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade, aceitação ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. [...] Sendo parte integrante da cultura nacional, as manifestações do folclore são equiparadas às demais formas de expressão cultural, bem como seus estudos aos demais ramos das Humanidades. Consequentemente, deve ter o mesmo acesso, de pleno direito, aos incentivos públicos e privados concedidos à cultura em geral e às atividades científicas. (CARTA, DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995, s. p.)

Desta forma, se as histórias, os mitos e as lendas estão incluídos como elementos da cultura popular, sou seja, do folclore, significa que elas são dotadas de todas estas características, tanto das características que foram citadas por Câmara Cascudo como as que foram alistadas pela carta do Folclore Brasileiro. Além do que, devido à sua relevância, elas merecem a atenção dos pesquisadores e estudiosos das temáticas relacionadas às ciências sociais e humanas.

Precisamos ter em vista que o saber popular é dinâmico, é vivo, e que pode ser modificado com o passar do tempo ao sofrerem a influência de novos elementos que emergem da forma como as pessoas se relacionam, se comunicam e como expressam os seus conhecimentos e sentimentos. Estes elementos são próprios da história humana que está em constante transformação e, por esta razão, podem ser constantemente (re)criados.

Mas, mesmo sabendo que a cultura precisa ser observada na sua pluralidade, Cavalcanti (2002) destaca que não existe uma fronteira rígida entre o que definimos como cultura popular ou cultura erudita, pois, elas sempre se comunicam. E que, elas precisam ser observadas e compreendidas dentro do contexto de relações que estabelecem. (CAVALCANTI, 2002).

Além disso, cabe destacar ainda que, nem tudo pode ser relacionado ao folclore, existem elementos que o determinam. “Para se tornarem folclore, é necessário que tenham origem anônima, ou seja, que ninguém saiba ao certo quem as criou. Além disso, precisam ter surgido há muito tempo e ser divulgadas e praticadas por um grande número de pessoas.” (PROCÓPIO, 2021). Assim, as tradições, preservada pela sabedoria popular, por sua oralidade, é um elemento importante para a sociedade, pois, ela é o resultado seletivo da nossa ancestralidade.

## 2.2 AS LENDAS

As lendas e os mitos, a depender do local em que são reproduzidas, assumem diferentes significados. E, neste contexto podem assumir diferentes papéis: sociais, econômicos, culturais e até políticos, ao serem integradas às políticas culturais.

4

Oliveira (2018) poderá que as lendas são importantes principalmente para alguns tipos de comunidades. Ele comenta que:

<sup>2</sup> [...] é interessante a observação de que houve uma época em que, para diferenciar uma história verdadeira de uma história imaginária, as pessoas costumavam usar duas grafias: história (história real) e Estória (história fictícia). Visava-se assim separar, na escrita, o que podia ser considerado uma história verdadeira de uma história fictícia. Com o tempo, porém, convencionou-se o uso da grafia “história” para designar ambos os sentidos. (SAGARIO, 2015, p. 15) A verdade é que a fronteira entre história real (história) e história inventada (estória) me parece fluida demais para tornar funcional a adoção de dois vocábulos. Todo mundo sabe – ou deveria saber – que a história, bem espregada, é cheia de “estórias”. E vice-versa. Acho mais inteligente deixar a distinção a cargo do contexto. (RODRIGUES, 2011)

Para as comunidades rurais, muitas destas histórias fazem sentido, são consideradas fatos que aconteceram e significam uma forma de pensar a sociedade. A inferiorização dos grupos marginalizados é reforçada por estereótipos que forçam a um pensamento excludente. É o caso das comunidades rurais e das comunidades indígenas que tem seu conhecimento visto por uma ótica minimizada, como folclore, como lenda, como mito e não como parte significativa da vida desses sujeitos. (OLIVEIRA. 2018, p. 07)

No campo dos conhecimentos científicos, as lendas ainda despertam a curiosidade de muitos pesquisadores, entre estes podemos citar, os das ciências sociais, da antropologia, da literatura, da pedagogia e da História. E, por intermédio dos seus estudos, que estão voltados para a compreensão dos assuntos relacionadas às crenças dos povos, o que influencia as suas práticas e costumes, podemos entender melhor a sociedade e as forças que a governa.

As lendas rurais falam de mundos fantásticos, de personagens envoltos em mistérios e magias, cuja existência é alimentada pela reprodução de uma narrativa que provoca tanto a curiosidade, quanto o temor e o respeito por parte das pessoas.

Além disso, é notável o fato de que, quanto mais próximo as pessoas estão com a natureza, embrenhadas nos meios rurais, distanciadas dos grandes centros urbanos, maior será a percepção e o envolvimento com o mundo mágico que as rodeia. E ali, no meio rural, as lendas como a do Caipora, do Curupira, do Boitatá ou do Mapinguari, ainda são contadas e repetidas pelas pessoas mais velhas para os mais jovens.

Assim, as lendas, quer sejam pouco conhecidas ou quer sejam do conhecimento de uma grande quantidade de pessoas e repetidas em mais de uma localidade, podem ser notadas ao observarmos os diferentes povos que residem nos diferentes biomas existentes no mundo. Neste aspecto, é interessante notar que cada povo terá uma lenda a ser contada, um mundo fantástico habitado por personagens mágicos a ser relatado, personagens capazes de influenciar a vida das pessoas que habitam estas localidades de diferentes maneiras.

Desta forma, as pessoas que moram nos desertos terão as suas lendas, o mesmo acontecendo com quem mora nas florestas, nos pântanos ou próximos aos grandes rios. Cada uma destas comunidades, contará uma história sobre a sua região e a magia que acontece na natureza que o rodeia.

Tanto os mitos quanto as lendas adicionam a si valores sociais e coletivos que são preservados por intermédio da memória dos sujeitos ao serem contadas e recontadas de geração a geração. Além disso, são instrumentos de grande valor para a educação ao estimularem o processo cognitivo. Elas agregam informações necessários para a evolução dos povos, quando o saber é difundido por intermédio de experiências compartilhadas e mediadas por processos em que a realidade e fantasia se fundem.

Com isso, ao serem narradas, as histórias evocam sentimentos que, de tão fascinantes, “[...] são transmitidas oralmente como se o narrador vivenciasse novamente a referida história. Esses narradores têm o prazer de contar, não somente com palavras, mas com gestos, e isso é o que mais enriquece a narrativa.” ((PIRES; BATALHA; SOUZA, 2016, p. 48)

Mas, o que são as lendas e quais as suas influências para as sociedades da atualidade?

A palavra lenda provém do baixo latim *legenda*, que significa “o que deve ser lido”. No princípio, as lendas constituíam uma compilação da vida dos santos, dos mártires. [...] atualmente, a lenda, transformada pela tradição, é o produto inconsciente da imaginação popular [...] O mito é uma forma de lenda; mas os personagens humanos tomam-se divinos; a ação é então sobrenatural e irracional. O tempo nada mais é do que uma ficção. Na realidade, essas categorias se embarçam e os mitos são de uma infinita variedade; relacionam-se às religiões, são cosmogônicos, divinos — ou heroicos. As lendas, com personagens mais modestos, fazem evoluir mágicos, fadas, bruxas, que, de uma maneira quase divina, influem nos destinos humanos. (BAYARD, 2005, s.p.)

Portanto, não existe apenas um tipo de lenda, elas são diversas; algumas falam da criação do mundo, outras abordam temas religiosos, há as lendas que despertam o medo nas pessoas e as que falam de justiça. Além disso, lendas que são narradas no meio rural têm umas características próprias e serão diferenciadas das lendas difundidas nos meios urbanos, cada uma delas apresentará as suas próprias distinções.

É pertinente notar que, com características próprias e diferenciadas, partindo até mesmo de uma necessidade lúdica e criativa que é própria do ser humano e mesmo nos meios urbanos o homem narrará as suas próprias histórias contemporâneas, algumas destas, inclusive, são chamadas de lendas urbanas. Elas agregam às narrativas elementos do cotidiano, valendo-se inclusive de formas de comunicação próprias da atualidade, como por exemplo, os meios tecnológicos e digitais, não se baseando apenas na comunicação oral.



Portanto, lendas não estão resumidas apenas aos meios rurais, distanciados dos grandes centros urbanos. Nas cidades existem um formato diferente de narrativas. Estas lendas, possuírem uma forma diferente de propagação, são relatadas em uma espécie de boato, trazem em seus desfechos elementos da contemporaneidade e ocupam geograficamente alguns espaços dentro dos domínios urbanos. Este fato pode ser observado pelo relato abaixo:

Surgiu recentemente, em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, a história de que em um bairro dessa região vem aparecendo um lobisomem. Os moradores afirmam que ele aparece à noite e começa a uivar. Alguns residentes utilizaram o farol da motocicleta para filmar, do celular, a aparição do ser. (LÓSSIO, 2009, p. 46 )

Assim, a história é repassada como um acontecimento que aconteceu com alguém, como um rumor, em um bairro da cidade e que, posteriormente, foi divulgada pelos meios de comunicação locais diversos meios de comunicação local. Além disso, Lóssio (2009), ao comentar este assunto, faz algumas interessantes ponderações sobre as lendas atuais e as tradicionais. Ele pondera que:

Relatos como esse reafirmam o solo fértil do cotidiano. Antes, os mitos e as lendas eram criados pelos poderosos para manter uma ordem social. As mulheres que viviam distantes da cidade e com muitos filhos para cuidar, utilizavam em seu dia-dia o medo para inibir as astúcias da infância. Diziam para os filhos não saírem do lugar, pois havia bichos, seres inexistentes que comiam crianças e por isso os meninos e meninas não desafiavam a ordem da mãe. Hoje, os mitos surgem para desafiar o poder e a mídia, no sentido de se opor às regras. Lobisomens, papa-figos, homens do saco, ou seja, todo bestiário brasileiro resolveu se tornar globalizado. A utilização dos mitos e das lendas foram inseridos até em comerciais de televisão [...] (Idem – Grifos nosso)

Deste modo, as lendas urbanas despertam nas pessoas a sua curiosidade e também o seu medo. E, como já destacado, estão relacionadas aos boatos, às fofocas e a um “ouvi falar” que vai sendo repassado de pessoa a pessoa. Algumas lendas urbanas são amplamente conhecidas no Brasil, como: ‘A mulher de branco; ‘O gato preto’, ‘A fada dos dentes’ e ‘A Loira do banheiro’.

É interessante a constatação de que muitas lendas contemporâneas tiveram a sua origem a partir de um evento real, este foi o que aconteceu, por exemplo, com a lenda urbana da ‘Loira do banheiro’, que é uma narrativa muito conhecida no Brasil.

[...] Ela aparecia em banheiro, principalmente de escolas, após alguém iniciar uma sequência de ações: gritar o seu nome três vezes na frente do espelho, chutar a privada e falar palavrões ou dar a descarga com o fio de cabelo no vaso sanitário.

Há várias versões da história, mas a versão mais aceita da lenda é que ela teria se inspirado na história da jovem Maria Augusta de Oliveira, nascida no final do século 19, em Guaratinguetá, São Paulo. Dizem que ela seria filha do Visconde de Guaratinguetá, que teria obrigado a menina a se casar aos 14 anos com um homem influente.

Nada feliz com o casamento, Maria Augusta vendeu suas joias, mostrou que tinha muita atitude e fugiu para Paris aos 18 anos. Na cidade, a jovem viveu até 1891, quando teria falecido com apenas 26 anos – o motivo ainda é um mistério, graças à desapareção do atestado de óbito da garota.

Com a notícia da morte, sua família pediu que o corpo retornasse ao Brasil e fosse colocado em uma urna de vidro na casa da família até que o túmulo ficasse pronto. Mas, mesmo após a sepultura estar pronta para receber o corpo, a mãe de Maria Augusta não quis enterrá-la. Foi só após ser acometida por diversos pesadelos enquanto o corpo estava na casa que ela consentiu em sepultar a jovem.

Algum tempo depois, em 1902, o casarão em que viviam deu lugar à escola estadual Conselheiro Rodrigues Alves, onde dizem que seu espírito vaga até hoje, aparecendo com frequência nos banheiros femininos. (SINGULAR, 2017)

De tal modo, as lendas urbanas são divulgadas, entre outras formas, por diversas maneiras, não se limitando à oralidade. Elas podem ser encontradas na literatura, em jornais, nas telas de cinemas e em peças teatrais e até mesmo podem ser compartilhadas pelos celulares. Pior (2008) comenta que “Assim, cada lenda é o lugar de uma reinterpretação de fatos.” Além disso, ela acrescenta que:

[...] a lenda contemporânea ou urbana é uma narrativa oral, exemplar, coletiva, anônima, que possui uma mensagem implícita e uma moral escondida à qual nos ligamos. Ancorada na cidade e na modernidade, baseada na crença, requerendo igualmente a cumplicidade de um ouvinte, a lenda urbana tem por objetivo explicar o inexplicável e o incompreensível, de acordo com o sistema de valores, a época e a visão de mundo da comunidade na qual ela se inscreve. (DINO, 2008, p. 03)

Dion (2008), destaca ainda que as diferenciações entre uma lenda urbana e uma lenda tradicional está ainda na coincidência entre o tempo do narrador e o tempo da narração, onde, nas lendas urbanas, tanto o



narrador como os demais protagonistas, são personagens contemporâneos.

Desta forma, de acordo com Lopes (2007), com a implantação da internet, que é uma das formas de comunicação da modernidade, houve uma ‘recontextualização do ambiente de transmissão’. Pois, a internet dispensa o ritual das pessoas se reunirem presencialmente uma com as outras para contarem histórias ou para narrarem os acontecimentos do seu dia a dia, pois, a sua comunidade de internautas tem aberta a possibilidade de trocarem informações sempre que quiserem, no horário e no dia em que desejarem e independentemente de estarem próximos uns dos outros.

Com isso, quando as lendas contemporâneas são divulgadas pela internet, não se espera que haja as reações que provavelmente aconteceriam se elas fossem relatadas com as pessoas reunidas presencialmente. Na forma presencial as pessoas demonstram que aceitam ou que rejeitam, por intermédio da linguagem verbal e da linguagem não verbal, o que ouvem. Elas interagem com o narrador, ao passo que, pela internet, na maioria das vezes, as pessoas tornam-se apenas receptoras das mensagens recebidas, sem que haja entre elas uma interação, expressões de sentimentos de discordâncias ou de acordos.

Com isso, percebemos que na atualidade houve uma mudança na forma dos sujeitos se comunicarem, mudança esta que pode interferir na maneira como as pessoas se envolverem com as histórias, estas alterações passam transpassam as relações interpessoais dos sujeitos e as experiências de vida.

Portanto o lúdico que as lendas contemporâneas trazem, são elementos que estimulam a imaginação, e, por terem em seus desfechos elementos que são retirados da vida real das pessoas, do seu cotidiano, cumprem a função de provocar o temor, a curiosidade e a incerteza, sem que com isso haja prejuízo para com as narrativas contadas, por estas conterem em seus contextos um pouco de veracidade. Além disso, ela transforma cada pessoa que as divulga, em uma espécie de cúmplice das histórias contadas.

As lendas podem ser de dois tipos distintos: 1) explicação de situações ou acontecimentos sobrenaturais que, muitas vezes, partem do imaginário e não encontram respaldo no conhecimento científico, ou por ele não ocorrer ou por ser desconhecido; e 2) apresentar um fundo moral, geralmente vinculado a ensinamentos de como orientar procedimentos e comportamentos. Assim, é importante destacar que uma lenda pode ter algum fundo de verdade, mas que se transformam com o tempo, o que explica a máxima da frase “quem conta um conto aumenta um ponto”. (FREITAS, 2018, p.145 – Grifos nosso)

Deste modo, as lendas retiram elementos da vida real e os misturam com elementos que contemplam os aspectos do imaginário, do sobrenatural, transformando assim as narrativas em histórias fabulosas. Além disso, agregam valores culturais e fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, que é também chamado de Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade, estes visam a proteção das expressões culturais e tradicionais que são repassadas de geração a geração.

Nas cidades, merece destaque o fato de que, existem vários ambientes e circunstâncias que despertam nas pessoas a imaginação e são propícios para a criação de histórias, ambientes como por exemplo: os cemitérios, as estradas isoladas, os dias santos e as luas cheias, todos estes despertam no imaginário popular e reforçam em muitos a crença nas lendas urbanas.

Vivemos no século XXI, onde é possível percebermos que há muitas mudanças que há poucos anos poderiam nos soar como inacreditáveis. Mas, nos dias atuais, esta é uma das realidades com as quais precisamos conviver, ou seja, o antigo, o milenar, têm que coexistir com o novo, com as transformações que impactam todos os aspectos da vida das pessoas, individuais e coletivos.

## 2.4 AS LENDAS TRADICIONAIS

As lendas tradicionais são narrativas antigas que também combinam em sua essência lugares e acontecimentos reais, com elementos da fantasia e da imaginação. Fruto da narrativa popular, muitas têm por objetivo fornecer às pessoas a explicação para um fato que, na percepção das pessoas, não encontram explicações científicas que as validem. Relatam seres fantásticos, a criação das coisas, invocam o respeito e o temor das pessoas que as ouvem.

7

A sua existência das lendas está alicerçada na reprodução oral que acontece de geração a geração e no decorrer dos tempos. Mas, na atualidade, elas também constam em diversas manifestações artísticas, culturais e midiáticas, como por exemplo, em novelas, canções, poesias, propagandas e filmes.

As lendas de origem indígenas, são educativas pois motivam, entre outras coisas, o respeito à natureza, ao fazê-las ponderarem sobre as forças que regem a vida e os mistérios que nos rodeiam. E que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos dos dias atuais, muitas coisas ainda não podem ser explicadas simplesmente por submetê-las à lógica humana. Portanto, é necessário refletir que a vida humana sempre acontecerá em

compassos que mesclarão a ficção e a realidade.

De tal modo, sempre que o ser humano conseguia encontrar uma resposta lógica para suas perguntas, outras perguntas surgiam, e, se o homem não as conseguisse responder, ele preenchia estas lacunas com a criação de uma história cheia de magia e mistério, pois, é por intermédio de suas perguntas e das ausências de respostas é que o ser humano criava – e ainda cria - histórias que visavam compreender o mundo que o rodeava, educar as crianças e valorizar a sabedoria dos mais velhos. Isso pode ser percebido pelas lendas e mitos criados para explicar a origem do homem e dos seus sentimentos - como o amor, a inveja e a esperança – e da criação do universo.

No Brasil, que é um país de proporções continentais e que possui uma população muito diversificada, teoricamente, foi descoberto no dia 22 de abril de 1500, pelos portugueses. Mas, quando aqui chegaram os ‘descobridores’ do Brasil, já encontraram neste país muitas nações indígenas. E, ao desembarcarem, tanto os europeus tinham as suas crenças, as suas lendas, como os povos indígenas também tinham as suas. Posteriormente, quando outros povos aqui chegaram, como os negros escravizados trazidos da África, como os japoneses e italianos, cada pessoa trazia consigo as suas crenças, seus costumes, tradições e histórias, que acabaram por se somar e se misturar às demais culturas, promovendo com isso uma rica diversidade cultural.

Portanto, sendo o Brasil um país de múltiplas culturas é natural que ele possua uma grande quantidade de manifestações culturais que acontecem em vários âmbitos do saber popular. O Brasil é muito rico em histórias, em lendas e mitos que fazem parte de um rico e diversificado patrimônio imaterial.

Com isso, no território brasileiro percebemos que algumas lendas terão uma abrangência maior ao passo que outras ficarão limitadas geograficamente a espaços menores. Isto pode ser percebido pela exemplificação de algumas lendas citadas abaixo.

**Quadro 1 – Algumas lendas das regiões brasileiras**

	Região	Personagem	Origem	Característica	Atribuições
01	Norte	O BOTO	Indígena	O boto que se transforma em um homem e seduz as mulheres engravidando-as.	Sedutor de mulheres
02	Norte	MUIRAQUITÃ	Indígena/ Grega	Mulheres guerreiras que vivem separadas dos homens na Amazônia.	Proteção por intermédio de um amuleto
03	Norte	PIRARUCU	Indígena	Um guerreiro maldoso, vaidoso e egoísta que foi transformado em um peixe.	Explicação da origem do peixe pirarucu
04	Norte	VITÓRIA-RÉGIA	Indígena	Um belo índio, que tenta beijar a imagem da lua (Jaci) que estava refletida na água, se afoga e é transformada em uma flor que vive nas águas.	Explicação da origem da planta aquática
05	Norte	COBRA GRANDE/ Boiuna/ Cobra Norato	Indígena/ Americana	Uma cobra gigantesca, filho de uma índia. Ela habita os rios e está ligada à criação do mundo.	Cobra com grande poder de destruição, relacionada à criação da terra, capaz de mudar o curso dos rios e de criar outros animais.
06	Norte	MAPINGUARI	Indígena	Um monstro de um olho só, com uma enorme boca que fica na sua barriga, pelos avermelhados, devorador de animais e pessoas que se perdem na mata.	Guardião da floresta. Monstro que habita as florestas da Amazonas e do Pará, devora pessoas e animais.



07	Norte Nordeste Centro-Oeste Sul Sudeste	CAIPORA	Indígena	Guardião da vida animal selvagem, assusta os caçadores.	Guardião dos animais selvagens.
08	Norte Nordeste Centro -Oeste Sul Sudeste	MULA-SEM-CABEÇA	Península Ibérica	Mulher transformada em mula que no lugar da cabeça ela tem é fogo, isso após ter relações amorosas com um padre.	Uma mula que solta fogo pela cabeça e que assusta as pessoas.
09	Norte Nordeste Centro -Oeste Sul Sudeste	SACI PERERÊ	Indígena do sul do Brasil	Menino negro e travesso que mora nas florestas, usa um gorro vermelho, fuma cachimbo, anda em um redemoinho e tem uma perna só.	Menino brincalhão e travesso.
10	Norte Nordeste Centro -Oeste Sul Sudeste	CURUPIRA	Indígenas do norte do Brasil	Entidade protetora das matas, tem os pés virados para trás, os cabelos vermelhos e grandes.	Guardião da floresta
11	Norte Nordeste Centro -Oeste Sul Sudeste	LOBISOMEM	Grécia – mitologia grega	Conhecido mundialmente é uma lenda que fala de um homem que se transforma em um lobo nas noites de lua cheia, ataca e assusta as pessoas.	Criatura feroz, homem que vira um lobo, sua transformação acontece em noites de lua cheia.
12	Nordeste Centro-Oeste Sudeste	NEGRO D'ÁGUA	Incerta	Um homem negro, sem cabelos, alto e forte, com orelhas pontudas e corpo coberto com escamas. E, nas mãos e pés, tem garras afiadas e entre seus dedos membranas iguais a um sapo. Assusta as pessoas/pescadores.	Mistura de um homem negro e forte com um anfíbio, vive nos rios.
13	Norte Nordeste Centro -Oeste Sul Sudeste	CUCA	Península Ibérica	Uma bruxa, com cabeça de jacaré que possui uma voz horrível e que rapta crianças desobedientes.	Uma bruxa que sequestra crianças desobedientes
14	Sudeste Sul	PROCISSÃO DAS ALMAS	Portugal	Uma procissão, conduzida por um humano, mas seguida por caveiras vestidas de branco, que são espíritos atormentados e desencarnados.	Procissão de pessoas mortas ou almas penadas.
15	Sul	NEGRINHO DO PASTOREIO	Africana/Cristã	Um menino escravo que, ao deixar escapar um cavalo, foi espancado e marrado, colocado sobre um formigueiro.	Espírito que ajuda as pessoas a encontrarem animais e objetos perdidos

Fonte: PROCÓPIO, 2021; CASCUDO, 1999; internet

9

Por esta demonstração no quadro anterior, percebemos, por exemplo, que a lenda do Boto Cor-de-rosa acontecerá predominantemente na região norte. O boto, por ser um mamífero que vive nas águas dos rios daquela região, instigará a imaginação e as crenças das que habitam estas localidades. No entanto, podemos perceber que há lendas, como por exemplo, a lenda da Cuca e do Curupira, que podem ser constatadas em mais de uma região brasileira.

É razoável destacar ainda que no Brasil há seis biomas: a Amazônia, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal, todos com uma grande diversidade de fauna e flora compondo estes habitats.



E, por esta razão, são também ricos em narrativas que os envolvem. Basta averiguar que lendas como a do Curupira, da Mãe do mato, do Mapinguari, da Vitória-régia, do Boto Rosa, do Boitatá, da Cobra Grande e várias outras que surgiram do contato do homem com a natureza.

Outra observação que podemos realizar é que existe uma grande influência da cultura indígena na constituição destas lendas. Para os povos indígenas, o contato com o mundo espiritual é uma realidade que precisa ser respeitada, pois, este se manifestará na vida destas pessoas, influenciando-as tanto individualmente como em grupo, atuando em seu modo viver, de conviver em sociedade e de explorar o território onde habitam. “[...] as narrativas indígenas estão imbricadas de espiritualidade e contribuem no estabelecimento das relações territoriais e do modo de se representar como coletivo e de se presentificar com os demais coletivos.” (SILVA, 2013, p. 113)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias é uma prática tão antiga como a própria história da humanidade e, as lendas e mitos, são formas de contar histórias de uma maneira repleta de magia e mistério. As histórias narradas sempre desempenharam um importante papel na vida das pessoas; elas serviam para os entreter, educar, transmitir experiências e dar respostas para tudo aquilo que o homem não conseguia encontrar explicações lógicas. E, embora algumas tenham passado por modificações em seus desfechos, muitas histórias sobreviveram ao tempo e ainda são contadas e recontadas na atualidade.

Contudo, a forma das pessoas se comunicarem passou a sofrer a influência de novos meios de comunicação, como: os celulares, computadores, tablets e televisores, aparelhos que permitem que as pessoas possam dialogar de uma forma mais distanciada e virtual, ao contrário de antigamente, onde as narrações de histórias aconteciam no aconchego familiar, nas rodas de conversas ou em volta das fogueiras. Com o tempo, a vida social e cultural das pessoas passou por profundas modificações. E, com isso, houve a preocupação em saber se as histórias vindas da oralidade sobreviveriam a esta nova realidade.

Mas, ao que tudo indica, as lendas e mitos têm sobrevivido agregadas ao folclore, mantidas pela cultura popular e preservadas em muitos lugares do mundo pela boca dos contadores de histórias e de pessoas que juram, que elas não são invenções e que, inclusive, elas também já viram muitos dos personagens narrados nas histórias.

Assim, por serem ricas de elementos desencadeadores e possibilitadores de diálogos é que as lendas e mitos precisam ser valorizados e preservados.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA VERA CRUZ. Associação Universitária Interamericana. **Especial folclore**. 2021. Disponível em: [http://site.veracruz.edu.br/doc/biblioteca\\_folclore.pdf](http://site.veracruz.edu.br/doc/biblioteca_folclore.pdf). Acesso em: 21 maio 2021.

BATISTA, M. M. S. **Brasilidade e Modernidade: folclore e sensibilidade romântica em Mário de Andrade (1920-1945)**. 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/dissertacao-de-mestrado---monique-mendes-silva-batista.pdf> Acesso em: 20 mar 2023

BAYARD, J P. **História das lendas**. Tradução: Jeanne Marillier. Ed. Ridendo Castigo Moras, 2005. Blog singrando horizontes. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/lendas.html> . Acesso em: 29 maio 2023.

CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Ediouro, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2012. Livro digital.

10

CAVALCANTI, M. L. **Entendendo o folclore e a cultura popular**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://marialauracavalcanti.com.br/2020/01/28/entendendo-o-folclore/acesso> em: 05 maio 2023

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO. Comissão Nacional de Folclore. **VIII Congresso Brasileiro de Folclore**. 12 a 16 de dezembro de 1995. Salvador, Bahia: [s.e.], 1995. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 26 mar 2023

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: O direito a cultura**; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SP, 2006





DION, S. **A lenda urbana: um gênero narrativo de grande mobilidade cultural.** Boitatá - Gt de Literatura Oral e Popular da Anpoll, Londrina, n 6, p. 01-13, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8012/lenda%20urbana%20Sylvie%20Dion%20ok.pdf?sequence=1> . Acesso em: 20 maio 2023

FALCONI, I. M.; FARAGO, A. C. **Contos de Fadas: origem e contribuições para o desenvolvimento da criança.** origem e contribuições para o desenvolvimento da criança. 2015. Centro Universitário UNIFAFIBE, instituição de ensino superior do município de Bebedouro (SP). Periódico anual técnico-científico. Disponível em: [http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/455/2015\\_IMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/455/2015_IMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 16 jun. 2023.

FONTENELLE, G. **Lendas e mitos típicos das cinco regiões brasileiras.** 2020. Blog Viagem no tempo - Editora Abril. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/blog/viagem-no-tempo/lendas-e-mitos-tipicos-das-cinco-regioes-brasileiras/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FREITAS, A. C. et al. Lendas, misticismo e credences populares sobre manguezais. Pinheiro MAA, Talamoni ACB. **Educação Ambiental sobre Manguezais.** São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Campus do Litoral Paulista, p. 144-65, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Joao/publication/322789118\\_Lendas\\_misticismo\\_e\\_credences\\_populares\\_sobre\\_manguezais/links/5a6fe901aca272e425eb313c/Lendas-misticismo-e-credences-populares-sobre-manguezais.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Joao/publication/322789118_Lendas_misticismo_e_credences_populares_sobre_manguezais/links/5a6fe901aca272e425eb313c/Lendas-misticismo-e-credences-populares-sobre-manguezais.pdf) Acesso em: 02 jun 2023

LOPES, C. R. **Lendas urbanas na internet: entre a ordem do discurso e o acontecimento enunciado.** 2007. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras e Ciências Humanas, Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Cap. 06. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-04122007-102908/publico/TESE\\_CARLOS\\_RENATO\\_LOPES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-04122007-102908/publico/TESE_CARLOS_RENATO_LOPES.pdf). Acesso em: 10 maio 2023.

LÓSSIO, R. Mídia e transformações nas lendas e mitos em Pernambuco. **Sessões do Imaginário**, v. 1, n. 21, 2009.

MANZKE, Sabrina Marques; GONZALES, Beliza; DE AMORIM JESUS, Thiago Silva. Folclore de Margem: um olhar sobre as manifestações populares do Rio Grande do Sul e sua (in) visibilidade. **Revista da FUN-DARTE**, v. 36, n. 36, p. p. 165-187, 2018.

PIRES, A. S.; BATALHA, C. A. ; SOUZA, J. B. A arte de contar histórias a partir dos mitos e lendas da Comunidade Toledo Pizza em Parintins-Am. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 13, p. 041-057, 2016.

PROCOPIO, Brenda Karoline de Oliveira. **Folclore Brasileiro.** 2021. Blog Colégio Nossa Senhora Aparecida. Disponível em: <http://cnsasousa.com.br/folclore-brasileiro/> . Acesso em: 29 maio 2023.

RODRIGUES, Sérgio. História x estória, um conflito histórico. 2011. **Revista Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/historia-x-estoria-um-conflito-historico/>. Acesso em: 24 maio 2023.

SAGARIO, Maria Cristina. **Cultura, enredos sociais e narrativas: contadores de histórias na cidade de Uberlândia (1988 a 2004).** 2015. 103 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Cap. 03. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16511>. Acesso em: 24 maio 2023

SINGULAR, Gabriela. **13 lendas urbanas brasileiras para você ler nesta sexta-feira (13).** 2017. **Gazetaonline**. Disponível em: [https://www.gazetaonline.com.br/eu\\_aqui/2017/10/13-lendas-urbanas-brasileiras-para-voce-ler-nesta-sexta-feira-13-1014103461.html](https://www.gazetaonline.com.br/eu_aqui/2017/10/13-lendas-urbanas-brasileiras-para-voce-ler-nesta-sexta-feira-13-1014103461.html). Acesso em: 09 jun. 2023.

OLIVEIRA, Joaquina Maria Batista de. Amazônia pelas lentes da oralidade e da memória: lenda ou verdade? **III SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SOCIEDADE E CULTURA NA PAN-AMAZÔNIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**, 2018, Manaus. Artigo. Manaus: Ufam, 2018. v. 01, p. 01-15. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-7b4f9cbb7fbc76f18dccb78f81c013b4e-70b578-arquivo.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.



## Dos Direitos Humanos às Políticas Públicas; Da Educação Especial à Educação Inclusiva

*From Human Rights to Public Policies; From Special Education to Inclusive Education*

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Políticas Públicas, Direitos Humanos  
*Keywords: Inclusive Education, Special Education, Public Policies, Human Rights.*

**Autora: Michelle Oliveira Correia**

ID Lattes: 4333573406371058

<https://orcid.org/0000-0003-4126-7214>

### 1 Introdução:

No âmbito da educação e da saúde, ressalta-se que a inclusão escolar configura-se como um direito do cidadão garantindo de forma universal, destacando-se como marco desse processo a Declaração de Salamanca que faz ênfase à educação inclusiva, seguindo as convenções e direitos humanos, voltados para as crianças e adolescentes, apresentando aqui, as principais, como mérito de conhecimento base do assunto. O documento teve este nome por se tratar de uma Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, em 1994, esta tinha como objetivo reestruturar a reforma de políticas de acordo com a inclusão, afirmando que toda criança tem direito fundamental à educação, que os alunos são pessoas únicas com processos de aprendizagem, interesses e habilidades individuais. O documento ainda relata que é necessário que as escolas implementem programas educacionais no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, e que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, com uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, assim, estas escolas alcançarão meios eficazes de combater atitudes discriminatórias, o objetivo deste documento a criação de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva e alcançar, de fato, a educação para todos. Além disso “tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (...)” (ONU, 2010, p. 78).

Esta proclamação nos coloca na obrigatoriedade de oferecer e oportunizar às crianças e adolescentes programas específicos e avaliação adaptada, garantindo o desenvolvimento pleno e o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo. Para isso, as readaptações de Currículo deveriam ser pensadas e nele estar contemplando a garantia de direito.

Trata-se de um acordo internacional sobre os direitos da criança e do adolescente. Considerando que, de acordo com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo e tendo em mente que os povos das Nações Unidas reafirmaram na sua Carta a sua fé nos direitos humanos fundamentais e na dignidade e valor da pessoa humana e têm determinado a promover o progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva (PEI) (2008) evidencia a necessidade de confrontar a segregação de alunos no ambiente escolar e propõe uma educação especial que se desenvolva de forma complementar, reafirmando o sistema único de ensino.

Nesse contexto, os direitos humanos são universais não podendo por qualquer motivo serem excluídos qualquer cidadão por suas condições físicas, mentais, ou por cor, raça, costume ou classe social, portanto, cabe às autoridades a elaboração de políticas públicas para atendimento desses indivíduos de forma igualitária.

### 2 Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência

1

A política pública vem sendo conceituada como um conjunto de decisões e ações governamentais que visam solucionar problemas da sociedade. O povo faz solicitações aos governantes eleitos para que estes atendam suas demandas através de políticas públicas. O SEBRAE-MG considera que:

(...) as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar

da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. (SEBRAE-MG, 2008 p. 5-6).

A finalidade das políticas públicas é a de tratar a realidade social com vistas ao desenvolvimento e a sustentabilidade das ações do governo. As políticas que têm caráter econômico visam ainda a proposta do Estado de diminuir as desigualdades sociais através da capacitação de grupos minoritários.

O IPEA (2009) entende que as políticas sociais não possuem uma visão global das situações, embora tenham crescido as propostas nesse sentido. Esta falta de visão do todo, contudo, fica mais prejudicada quando se considera que os estudos sociológicos e econômicos não lidam com as políticas voltadas para o combate à pobreza e a fome no Brasil. A densidade teórica incipiente acaba fragmentando a questão social e estreitando o alcance das políticas traçadas. Segundo o IPEA (2009) o Estado aplica significativas parcelas do Produto Interno Bruto (PIB) em um complexo sistema de proteção social com ações e programas sociais, que são distribuídos e redistribuídos em múltiplos sentidos entre a sociedade em geral. Segundo o documento:

Em sua trajetória histórica, cada sociedade incorpora o reconhecimento de determinados riscos sociais e igualdades desejáveis, exigindo que o Estado assuma a responsabilidade por sua defesa e proteção. Tais processos constituem, em cada país, sistemas de proteção social com maior ou menor abrangência, mas que são dinâmicos, estando na maior parte do tempo em construção ou em reforma. Compreende-se, a partir daí, por que elaborar uma definição de política social é uma tarefa complexa. (IPEA, 2009, p. 58).

Assim, a definição de política social se faz tendo em consideração a capacidade do governo de cumprir os programas e realizar as ações propostas como solução aos problemas sociais identificados. Assim, pode-se dizer que é um conjunto de ações do Estado que objetivam atender as necessidades e os direitos da população, inclusive contribuindo para diminuir a desigualdade econômica e social.

Para o IPEA uma política social deve buscar realizar a promoção social, mediante a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais, e, ainda, promover a solidariedade social, mediante a garantia de segurança ao indivíduo em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade, entre as quais se podem citar: a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual.

Por fatores externos entende-se a vulnerabilidade dos indivíduos e as situações de risco em geral. Essa definição é importante principalmente porque se deve ter em conta que a política de inclusão social, da qual faz parte a reserva de cotas para negros em universidades públicas, decorre de uma insatisfação direta de certas camadas populares, ela decorre de reivindicações que se tornaram quantitativa e qualitativamente incômodas o suficiente para pressionar o governo a adotar uma posição em relação ao problema. Trata-se do princípio da justiça social.

Dallari (2004, p. 29) define cidadão como uma demonstração de igualdade para todos e a expressão cidadania visa expor essa igualdade juridicamente. Marshall (1967) em seu ensaio “Cidadania classe social e status” mostra como o conceito de cidadania incorpora a dimensão civil, social e política. Contraditoriamente, a cidadania emergiu com o avanço do modo de produção capitalista, entretanto com as desigualdades sociais, emergiu as revoluções e lutas pelo direito à igualdade.

Foi em 1979, segundo Lanna Júnior (2010, p. 67) que começaram a se formar “organizações nacionais de cegos, hansenianos, portadores de deficiências físicas, surdos, ostomizados, talassêmicos, diabéticos, renais crônicos, paralisados cerebrais, entre outros, na perspectiva de luta por direitos”. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 gerou nos diversos segmentos sociais a esperança de uma sociedade democrática. Até a “Constituição Cidadã”, que era a única referência das pessoas com deficiência quanto aos seus direitos na

[...] a única referência aos direitos das pessoas com deficiência era a Emenda nº 12, de 1978, conhecida como “Emenda Thales Ramalho”, que no seu artigo único define: ‘É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos’. (PEC 13 DE 1978).

Uma das principais reivindicações das pessoas com deficiência foi sobre as “Tutelas Especiais”, uma vez que este reivindicava igualdade de direitos e o debate sobre a terminologia de e para pessoas com deficiência, assim como da necessidade de que as pessoas com deficiência conquistassem um lugar no documento constitucional.

O Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência (MDPD) e a Associação Nacional dos Ostomizados, contaram com 32.899 assinaturas no Projeto de Emenda Popular, incluindo temas, como: igualdade



de direitos, discriminação, acessibilidade, trabalho, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante.

Foi desse movimento que surgiu o capítulo “Dos Direitos Individuais”, pautado no princípio: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas ou por ser portador de deficiência de qualquer ordem.” Na redação final da Constituição de 1988 o texto aprovado foi: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Foi incorporada, ainda, uma proposta de iniciativa individual sobre “o pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência que não tivessem meios de se manter”, gerando o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Para Lanna Júnior (2010, p. 69), a experiência de articulação do movimento no processo constituinte “foi bastante profícua para que, independentemente do tipo de deficiência, se conseguisse incorporar os princípios de igualdade na Constituição de 1988”.

Chaves (2011) elucida como através da LDB (1961), da emenda constitucional de 1978 e da Constituição Federativa de 1989, as pessoas com deficiência conquistaram no plano interno o direito de cidadania, e com ela, a oferta obrigatória e gratuita de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino.

Ressalta-se que um dos fatores que afetam a qualidade da cidadania das pessoas com deficiência é o modo tradicional assistencialista das políticas na área, ao invés de contribuir com o protagonismo social, promove e reproduz processos de exclusão social, podendo-se dizer que seus direitos são lesados. De forma ampla, o direito é a maneira de determinar a ação ou decretar a condução das atitudes dos demais indivíduos, desta forma, os direitos humanos podem ser entendidos como uma forma de limitar o domínio e a exploração às pessoas, oferecendo-lhes condições dignas de vida.

De acordo com Carbonari (2010, p. 1): “Os direitos humanos afirmam-se através da busca constante contra o domínio, a exploração e todas as formas de agressão à dignidade humana”, para o autor trata-se de uma batalha incessante visando o bom entendimento entre as relações. É importante frisar que nas normas jurídicas, a determinação dos direitos humanos é razoavelmente nova, contudo, já vem em processo de mudanças importantes ao longo do tempo. Como bem ressalta Herkenhoff (2018, p. 30): Os direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir.

Dessa forma, verifica-se os direitos humanos como inerentes a todos os indivíduos, quaisquer que seja sua cor, raça, classe social ou gênero, sendo dever do Estado e toda a sociedade protegê-los. Hoje, independentemente de onde esteja o homem, ele já é reconhecido como sujeito de direitos, por estar inserido no contexto do mundo o indivíduo está propenso a ter seus direitos humanos violados, bem como ser autor de violações dos mesmos direitos. Assim, pode-se dizer que ao longo da história é que o homem vem conquistando os seus direitos por meio de batalhas com os governos, e, atualmente, não é diferente, cada dia que passa ele vai em busca de mais direitos.

Roland (2014) destaca a importância da prática dos direitos humanos como sendo um pressuposto para o bom andamento da democracia, inerente às demais políticas governamentais. Ademais, afirma que quando não há direitos básicos para o indivíduo, o mesmo não pode ser cobrado quanto a sua conduta perante a sociedade. Salienta-se que existe um vigoramento dos direitos humanos, seja no plano das legislações internas e dos tratados internacionais, seja no campo da reflexão jurídica e da busca da sua justificativa ética.

A promoção da igualdade implica antes de qualquer coisa, na igualdade de oportunidades, no acesso das políticas públicas, no reconhecimento e na participação ativa dos mesmos nas decisões políticas, na proteção social das pessoas com deficiência. Na Lei Maior de 1988 o ser humano tem sua integridade e dignidade bem destacada e garantida através do art. 1º, inciso III, onde é feita a tentativa de reaver os direitos até então limitados por meio do regime militar que o Brasil acabava de sair.

Diante do exposto, corrobora Martins (2003, p. 51) destacando que se “buscou acima de tudo estruturar a dignidade da pessoa humana de forma a lhe atribuir plena normatividade, projetando-a por todo o sistema político, jurídico e social instituído”.

Devido a sua amplitude, o digno para o ser humano passa a ter sua conceituação bem complexa, haja vista que no Brasil não há um conceito formado acerca do termo e quando se refere a tal, somente é destacado o que não vem a ser violação de dignidade. Para Guerra Filho (2009), por se tratar de uma norma-regra, a dignidade do indivíduo é um direito constitucional e quanto a ser também norma-princípio se justifica em razão de sua amplitude de circunstâncias que abrange.

Desta forma, pode-se afirmar que por ser o direito a dignidade um direito comum a todos, a norma-regra é

considerada rígida, absoluta, em contrapartida, a norma-princípio seria maleável, levando-se em consideração o aglomerado de fatores que estão ligados a outros princípios, contudo, os dois princípios se entrelaçam sendo ambos considerados de acordo com a situação. No âmbito do ordenamento jurídico a dignidade humana tem valor absoluto, ou seja, faz parte dos pressupostos e é norteador da aplicação do próprio ordenamento, é, portanto, um princípio elementar.

Ressalta-se que o princípio da igualdade se configura ao mais abrangente da Lei Maior de 1988 no que concerne à dignidade humana, sendo ele juntamente com o princípio da isonomia capazes de transformar todas as relações jurídicas, haja vista que se tratam de normas de direito substancial podendo, portanto, serem evocadas como fontes de uma disciplina de uma relação jurídica, quando não houver outras normas ordinárias que regularize o caso. Vale destacar que o princípio da igualdade não se limita apenas ao fato de estabelecer que todos possuem os mesmos direitos perante a lei, mas também, que a própria lei deve ser interpretada de forma igual para todos, com respeito pelas diferenças pessoais.

A criação dos conselhos de direitos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), os conselhos estaduais e municipais e as conferências nacionais têm mobilizado os segmentos organizados das pessoas com deficiência. O CONADE foi criado como órgão deliberativo, pelo Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999, com o objetivo de:

[...] zelar pela implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais relativas à pessoa portadora de deficiência; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; propor a elaboração de estudos e pesquisas; propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; aprovar o plano de ação anual da CORDE (LANNA JUNIOR, 2010, p. 76).

Participam do CONADE pelo governo, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte, o Ministério da Previdência Social, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério dos Transportes, o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e representações dos Conselhos Estaduais.

Por parte da sociedade civil, participam: a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos-FENEIS, a Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, a Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, a Federação Nacional das APAES – FENAPAE, a Federação Nacional de Associações Pestalozzi – FENASP, a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a Associação de Pais e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, a associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas, a Federação Nacional das AVAPES, a Federação das Fraternidades Cristãs das Pessoas com Deficiência do Brasil – FCD-BR.

Desde sua criação o CONADE já organizou duas conferências nacionais em Brasília: a primeira, de 12 a 15 de maio de 2006, com o tema “Acessibilidade – Você também tem compromisso”; e a segunda, de 01 a 04 de dezembro de 2008, com o tema “Inclusão, Participação e Desenvolvimento: Um Novo Jeito de Avançar”; mobilizando encontros nos estados e municípios, alterando não só a cultura política como o protagonismo social das pessoas com deficiência na luta por direitos e acesso às políticas públicas. O reconhecimento das pessoas com deficiência é, portanto, uma construção social, com avanços e dificuldades, um processo dinâmico e incompleto, exigindo educação, mudança de mentalidade, modos de vida, cultura e prática social e política.

### 3 Da educação especial à educação inclusiva

4

Atualmente, fazer educação em qualquer parte do mundo é sinônimo de complexidade, principalmente, em países no qual a educação não é considerada primordial. No contexto latino americano, a inclusão de pessoas com necessidades especiais (PNE) na sociedade ainda é historicamente recente, quicá no âmbito educacional.

Etimologicamente, a palavra **processo**, classifica como substantivo masculino, com origem do latim *processus* ou participio passado do verbo *procedere* é composto por *pro* (adiante) e *cedere* (caminhar ou ir). Portanto, *processus* significava avançar ou caminhar adiante. Atualmente, **processo** significa um conjunto de etapas ou procedimentos ordenados que levam a um fim determinado (CUNHA, 2019).

A evolução histórica da educação especial teve início a partir do século XVI, nesta época as crianças com deficiência mental grave eram consideradas como possuídas por seres demoníacos. Mesmo renomados



intelectuais acreditavam que era o demônio que estava ali presente. Segundo o pensamento da época, “o demônio possui esses retardados e fica onde suas almas deveriam estar” (SILVA, 1986, p.211).

Para Pessotti (1984), as primeiras reações contra a ideia de que a deficiência era ligada ao demônio partiram dos médicos. Mas, na segunda metade do século XIX que esta modalidade (educação inclusiva) ganha forma como uma parte de conhecimentos pedagógicos e didáticos, que buscam introduzir no âmbito educacional pessoas com diferentes deficiências físicas e sensoriais.

Com esta ideia naturalista pedagógica surgem alguns influenciadores como, Juan Pestalozzi (1746-1827), que promove a escola popular afirmando a existência de um equilíbrio entre os aspectos da condição humana como: o intelecto, o ético e o prático. Na Alemanha, Frederico Froebel (1782-1852), fundou o primeiro jardim da infância, assistindo crianças especiais ou não com métodos de manipulação e estimulação sensorial. Foi um grande contribuinte no que diz respeito à evolução psicológica da criança, assim como, o valor didático através de jogos e brincadeiras e, umas das partes principais que foi o desenvolvimento da linguagem no ensino habitual.

A escola especial passa primeiro por um momento de institucionalização, na qual o poder político tem o primeiro contato em assumir as responsabilidades da criança e seu direito à educação e, faz com que essas responsabilidades sejam prioritárias em suas ações políticas, ou seja, neste período institucionalização da escola obrigatória e o reconhecimento de que a escola era incapaz de responder pela aprendizagem dos alunos, fez com criassem salas especiais dentro de escolas regulares.

A educação para pessoas com necessidades especiais passou por diversas eras fazendo transformações de forma lenta, mas hoje podemos comprovar que não foram em vão, apesar de que muito ainda precisa ser feito. A atenção educativa às pessoas com deficiências sensoriais foi marcada por, Louis Braille (1809-1852), este publicou lançou um método chamado Sistema Braille constituído por 63 sinais, feito por combinações de pontos onde a criança adaptaram-se a utilizar as pontas dos dedos para fazer a leitura.

Somente a partir do século XIX com o Movimento da Escola Nova, com novas alternativas pedagógicas que organizou as escolas baseadas em novos modelos, assim, obteve-se um avanço na educação especial, pois a psicologia educativa da criança passa a ser levada em consideração. Isso fez com que houvesse atenção na educação em geral, principalmente dentro das instituições de ensino.

A partir do século XX a educação especial teve um grande avanço, ela passou a ser vinculada às disciplinas de psicologia e pedagogia. Então, surgem novas escolas para acolher alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares, ou seja, essas ideias de inserção de alunos especiais no ensino regular, parte como o conceito *mainstreaming*, nos Estados Unidos, por volta de 1970 que impacta a organização do ensino pela adoção de alguns critérios como:

Preferência pelos serviços educacionais com o mínimo de restrição de convivência social; Oferta de serviços educacionais especiais e regulares com acompanhamento de profissionais especializados; Promoção de situações escolares que favorecem a convivência comum entre grupos sociais de idades equivalentes (MENDES, 2006).

Ainda nos anos de 1970 surgem mudanças significativas na forma de estender e especificar a atenção educativa, a educação que deveria receber pessoas com déficit. Tem início um questionamento a respeito do atendimento segregado. Este movimento concretizou com o princípio de normalização que defendia os direitos de todos os cidadãos a terem uma melhor qualidade de vida, sendo elas pelas suas necessidades pessoais, permissões e acessos a ambientes e serviços comuns.

Quanto à normalização, Mendes (2006), indica que o princípio de normalização foi amplamente criticado por ser concebido equivocadamente como uma teoria científica, e não como um princípio de valor. Esta regra envolvia todas as pessoas para serem tratadas como seres humanos sem se importar com suas necessidades. O princípio da normalização afirma que toda pessoa com deficiência tem o direito de experimentar um estilo de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura, com acesso à educação, trabalho, lazer, etc.

5

No Brasil a educação especial teve início em 1854 quando surgiu a criação do Instituto dos Meninos Cegos, sendo que posteriormente foi ampliado o atendimento com a criação do Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 (MENDES, 2010). Neste período ocorreram várias tentativas de oferecer educação a pessoas com deficiência, mas apenas em 1874, no hospital Juliano Moreira em Salvador (BA), foi oferecido o atendimento médico-pedagógico a deficientes intelectuais.

Em 1930, houve a abertura de Classes Especiais Públicas, destinadas a separar os alunos normais dos anormais. Em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, criado por Helena Antipoff, e em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro, sendo este por Beatrice Bemis (BORGES, 2015).



Segundo Mazzota (1966), até em 1950 o país tinha apenas 40 escolas que prestava algum tipo de educação especial a deficientes mentais, das quais 14 atendiam alunos com outros tipos de deficiências, além de existirem, na mesma época, três instituições especializadas no atendimento de deficientes mentais e oito que se destinavam à educação de outros tipos de deficiência.

Essas instituições eram decorrentes de ações isoladas, tanto em escolas oficiais, assim como, nas particulares. O incentivo à educação especial veio a partir de 1958 quando o Ministério da Educação prestou assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, fazendo campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências.

Um dos passos importantes que o país deu foi com a criação da Lei 4.024/61, criando assim, o Conselho Federal de Educação em que em seu artigo 88, reafirma que para integrar os excepcionais na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar no sistema geral de educação (BRASIL, 1961).

Segundo Mazzota (1990), aponta a promulgação desta lei como marco inicial das ações oficiais do poder público na área de educação especial, que antes se restringiam a iniciativas regionalizadas e isoladas no contexto da política educacional nacional. No Brasil até meados de 1970 pouco se ouvia, comentar sobre crianças que possuem necessidades especiais frequentando escolas comuns, geralmente estavam fora do sistema educacional ou encontravam-se em escolas ou classes especiais.

A integração de alunos aos espaços educacionais dependia grandemente do progresso individual demonstrado pelo aluno. Segundo Mendes (2006, p. 391), “as transições para espaços mais integrados de ensino (...) raramente aconteciam, o que comprometia os pressupostos da integração escolar”.

Mesmo diante de alguns progressos, a educação do deficiente era pauta ausente das Conferências Nacionais de Educação, muito se aplicava a educar a criança denominada “normal”, dentro dos padrões de excelência, sem a preocupação em favorecer as pessoas com necessidades especiais.

Com a Lei nº 5.692, de 11 agosto de 1971, que tem por objetivo em seu artigo 9º proporcionar aos educandos com deficiência mental e física tratamento especial, fica definido que são os alunos da educação especial, sendo estes: deficientes físicos ou “mentais”, alunos com atraso em relação à idade e à matrícula no ensino regular e os superdotados (MENDES, 2010). Nesse período foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o qual ficou responsável pela educação especial no Brasil e de divulgar o movimento de integração dos indivíduos com restrições especiais.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia –, e coube ao país, como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação. Desse compromisso decorreu a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, concluído em 1993, que tinha como objetivo assegurar, até o final de sua vigência, a todos os brasileiros “conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam às necessidades elementares da vida” (BRASIL, 1993, p. 13).

O movimento de Educação para Todos atinge, de certa forma, as pessoas com deficiências. No entanto, parece-nos que as propostas direcionadas a essa população têm também alguns elementos específicos. Mel Ainscow, consultor da UNESCO, faz um histórico interessante da Educação Especial no mundo e afirma que nos anos 1970 mudanças importantes ocorreram em muitos países, que culminaram com as proposições atuais.

Ainscow (1995) apresenta um levantamento realizado por esse órgão na década de 1980 em 58 países, em que foi verificado que a organização da Educação Especial se dava predominantemente em escolas especiais separadas, que atendiam um número reduzido de alunos. A partir dessas informações, o relatório da UNESCO indica que diante das “proporções da demanda e os escassos recursos disponíveis, às necessidades de educação e formação da maioria das pessoas deficientes não pode satisfazer-se unicamente em escolas e centros especiais” (UNESCO, 1988) e, no Brasil também essa nova ideia passou a ser tratada com mais seriedade.

Um passo importante foi dado em 2009, pois a Resolução n.º 4 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento: Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009).

A política de “Educação Inclusiva” vai materializando-se, também, com a constituição de um conjunto de programas e ações: “Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial” e “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”

Nesta década, a cada ano se reforçava com intensidade a ideia de Educação Inclusiva para alunos portadores de deficiência. Com o movimento mundial de aplicação prática ao campo da educação que se chamava Inclusão Social, surge então, o termo: Educação inclusiva. Para Nascimento (2014), “o movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial” (p.18).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, (...) dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1).

Podemos definir a inclusão escolar como o acolhimento a todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.

Desta forma, “A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Sabemos que o ensino escolar brasileiro está aberto a poucos e, principalmente quando se trata de alunos com deficiência. De acordo com Cunha (2015), a inclusão de Pessoas com Deficiência na escola precisa de fundamentos teóricos, como também da lida diária da prática para estabelecer dados concretos que incentivem, guiem e deem segurança aos educadores. Também é preciso que o sistema de Educação Inclusiva observe as necessidades gerais dos alunos, exigindo da escola sensibilidade em trabalhar com as individualidades.

Então, podemos pensar em uma educação inclusiva que envolva todos de forma igualitária nas escolas regulares. Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (BLANCO, 2003).

É necessário pensar que não basta apenas inserir as pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, mas também, existe a necessidade de estruturar escolas para acolher essas pessoas, propor formação continuada aos docentes, para que possam fazer um trabalho de qualidade e que a aprendizagem seja significativa a eles, dando condições de incluir todos.

É importante e vale ressaltar também que a educação inclusiva implica em novas práticas docentes para que a inclusão possa realmente envolver todos de forma igualitária. Afinal, sendo a escola um espelho da sociedade, como afirma Dewey, é aí que se aprende a ser, a saber ser, a saber fazer e a saber viver com os outros (UNESCO, 1996).

#### 4. Aspectos gerais da inclusão escolar

A inclusão escolar é um tema atual e de interesse científico a demanda de como devemos educar crianças jovens e adolescentes com deficiência, que sempre se mostrou polêmica e até contraditória. O conhecimento de si mesmo, da sociedade, do meio ambiente onde habita, levou o homem a projetar o entendimento de buscar mecanismos tornando satisfatórios assuntos que até então eram obscuros e avanços no conhecimento da biologia humana, da psicologia, da antropologia, entre outras ciências humanas e sociais, permitiram a formação de ideias e critérios mais otimistas sobre estas pessoas, seu desenvolvimento, sua inclusão e autonomia.

Destaca-se que no âmbito escolar, poucas escolas já possuem estrutura necessária para receber crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. Não se fala aqui da antiga concepção de salas isoladas apenas para alunos com deficiência, mas da inclusão daqueles ditos normais. Assim, é necessário que se faça estudos verificando os desafios em torno de preparar uma escola para a inclusão escolar de alunos com deficiência, haja vista que não é uma tarefa simples. Sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência visual, Silva e Oliveira (2012, p. 3) elucidam:

7

A inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com estes alunos. [...] estes estudantes com baixa visão ou cegueira podem encontrar dificuldades durante o seu processo educativo, tanto em relação à formação adequada do professor, quanto ao fato de não existirem materiais adequados na escola em que este aluno esteja inserido. Até mesmo os pais da criança, por não terem conhecimento da deficiência e não ter clareza de como esta percebe o mundo, consideram que a criança não aprende por falta de interesse. (Silva & Oliveira (2012, p. 3).

Desse modo, entende-se que as dificuldades de inclusão escolar de alunos com deficiência visual ultrapassam as barreiras de infraestrutura, destacando-se a falta de materiais, falta de preparo dos professores e, até mesmo, dos pais, que esquecem que precisam considerar a forma de percepção de seus filhos no processo de aprendizagem.

A busca por uma didática inclusiva não é simples, deve respeitar e superar os modelos pedagógicos gerais enfatizando o impacto das variáveis específicas na implantação de uma educação para todos. Concluir que incluir alunos com deficiências em aulas de física, química, biologia, matemática, história, língua portuguesa etc. deve ir além dos princípios gerais, é reconhecer a necessidade do investimento em pesquisas que revelem propriedades ativas das variáveis específicas.

Com isso, é possível entender que a forma pela qual é permitido a esse indivíduo poder se apropriar da realidade vai determinar o nível de desenvolvimento de sua educação e, por consequência, sua humanização ou desumanização, sua cidadania ou sua fragmentação. Muitas dessas atividades que proporcionam a estimulação contêm os princípios de socialização sendo relevantes nos processos de apreensão da linguagem, como aspectos sociais e comunicativos.

A inclusão visa atender os educandos que estão mais próximos de nós, seja na escola, no bairro ou na vizinhança, ampliando acesso à rede regular de ensino, fornecendo suporte técnico aos docentes, compreendendo que todas as crianças interagem e aprendem juntas, independente dos objetivos e diferenças. Segundo Voivodic (2011), a educação tem o papel de proporcionar oportunidades iguais de desenvolvimento aos seus alunos, sendo dever da escola estar preparada para atender às suas necessidades, efetivando sua inclusão.

Muitas atividades como brincadeiras e jogos são capazes de estimular a socialização das crianças, contendo princípios relevantes nos processos de apreensão da linguagem, como aspectos sociais e comunicativos. É essencial estimular a partilhar suas experiências, procurando valorizar todas as formas de sua expressividade comunicativa ressaltando a utilização de perguntas (VOIVODIC, 2011).

Acredita-se que incluir uma criança com deficiência em uma escola de ensino regular é propiciar a mesma oportunidade para todas as crianças desenvolverem suas potencialidades, cognições e aspectos sócio afetivos. É importante que se faça um trabalho com os pais com o objetivo de mostrar a importância de sua relação com a criança, tentando ensinar-lhes a lidar com momentos de raiva, choros, comportamentos agressivos, fazendo com que a criança consiga obter confiança nos pais. Vale lembrar como este fator pode ser crucial para o desenvolvimento deste em sociedade.

A partir da inclusão deve ser buscada a aprendizagem das crianças considerando seu próprio nível de desenvolvimento, integrando-as, sem deixar de lado suas peculiaridades cognitivas. Freire (2007, p. 1) afirma:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem fazer ciência ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar, não é possível.

Nesse contexto, é possível dizer que a educação dos alunos com deficiência possui os mesmos objetivos que com os demais alunos, sendo necessário buscar meios de promover sua autonomia, fazendo com que sejam sujeitos ativos de seu desenvolvimento intelectual e social.

## 5- Enquadramento legislativo da Inclusão escolar no Brasil

Os marcos legais orientam os sistemas de ensino para uma Educação Inclusiva, a fim de romper com a ideia de integração das pessoas com deficiências, com base no paradigma de aproximação da normalidade, em que o sujeito se adapta às condições vigentes. Neste panorama, o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, onde escolas e professores devem amparar todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas físicas e outras, representam uma possibilidade de combate à exclusão e de responder às especificidades dos alunos.

Desta forma, o reconhecimento dessas diferenças tem sido fortemente respaldado por documentos legais que têm direcionado ao reconhecimento e à valorização dos direitos humanos em todas as suas dimensões. A ONU promulgou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos que representa um avanço significativo na revisão dos direitos humanos e na garantia legal do combate à discriminação.

No seu artigo 1º, a Declaração confere que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito



de fraternidade”. Isso significa que, independentemente de condições físicas ou outra qualquer, o direito à dignidade humana deve ser respeitado sem nenhuma distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, etc.

Assim, “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei”, conforme destaca o art. 7º. Esse aspecto legal dá a todos um tratamento pautado na ética e no respeito às diferenças, em que a participação social está intimamente relacionada ao exercício pleno de cidadania.

Promulgada em 05/10/1988, a Constituição Federal traz em seu art. 205 que a educação, sendo um direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Complementa, no artigo 208, inciso III, o dever do Estado com a educação, ao garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Dispõe-se esta sustentação legal na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), dentre outras resoluções e decretos que buscam reafirmar estes direitos, referindo-se a diversas nuances advindas desta problemática.

Toda esta legislação encontra-se de acordo com os documentos resultantes de Conferências Mundiais, em que o Brasil é signatário, como a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia; a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca na Espanha e a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada na Guatemala em 1999.

A história da educação especial no Brasil tem como marcos iniciais, a criação do “Instituto dos Meninos Cegos”, atualmente conhecido como “Instituto Benjamin Constant”, ano 1854 e do “Instituto dos Surdos-Mudos”, atual “Instituto Nacional de Educação de Surdos” INES, 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro (JANUZZI, 1992; BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

A precariedade em termos de atendimento quantitativo era evidente, dos 15.848 cegos e 11.595 surdos, havia atendimento para apenas 35 cegos e 17 surdos, portanto insuficiente (MAZZOTA, 1996, p.29). Portando desta forma, a Educação Especial caracterizou-se por ações isoladas, ficando segregado atendimento às deficiências físicas e descaso absoluto quanto à doença mental. No Brasil, a deficiência mental não era considerada como uma ameaça social, nem como uma degenerescência da espécie, mais sim como infortúnios ambientais, mesmo considerando uma concepção organicista e patológica. Apenas na década de 30 e 40 constataram-se mudanças na educação brasileira, com a expansão do ensino primário e secundário e com a fundação da Universidade de São Paulo, o panorama começou a mudar. Já na década de 50, houve discussão a respeito de serviços educacionais especiais, no final desta década a educação especial era encontrada em escolas regulares e públicas (MENDES, 1995).

Na década de 60, a Sociedade Pestalozzi do Brasil já contava com 16 instituições em todo o país. Em 1963, foi fundada a Federação Nacional das APAES (MENDES, 1995). Em 1973, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), institucionalizando, portanto, a Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas.

Apenas na década de 1980, ocorreu uma mobilização por lutas sociais. Portanto, da integração à inclusão escolar brasileira, fundamentam-se perspectivas e conceitos históricos de paradigmas e novas práticas (THULER, 2002; PERRENOUD, 2001), determinados no contexto brasileiro por prerrogativas legislativas educacionais inclusivas no sentido de assegurar o direito de acesso legítimo no âmbito escolar.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 208, estabelece a integração escolar, mesmo que o preceito institucional seja no ensino regular (MIRANDA, 2003). Segundo Saviani (1994), a implementação de políticas públicas para efetivo cumprimento envolvendo, educação, ação educativa, como prática social faz-se necessária.

Dentro dessa perspectiva, Saviani (1994, p. 91) compreende que a educação tem uma dimensão política e, por isso, não é e não pode ser neutra “[...] a importância política da educação está condicionada à garantia de que a especificidade da prática educativa não seja dissolvida”.

No Brasil, a Educação Inclusiva regulamenta-se, conforme reafirma Delou (2008), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, sendo considerada a primeira legislação que apresenta um capítulo sobre a Educação Especial, enquanto as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica foram instituídas pelo Parecer 17/2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004), definindo e caracterizando finalmente os alunos com necessidades educacionais especiais definindo no processo ensino-aprendizagem, as seguintes necessidades:

[...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que



dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas; aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (CNE/CEB/MEC, Resolução nº 2/2001, art. 5.º).

Assim, começa a sistematização de grupos e olhares direcionado a pessoas com deficiência ou pessoas com transtornos de aprendizagem. Em relação à inclusão educacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) determina que os Estados Partes reconheçam o direito das pessoas com deficiência à educação. Salienta-se que a referida convenção foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n. 6.959/2009.

A Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, promulgada em 2001 tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. De acordo com este documento, os Estados Parte deverão cooperar entre si em prol da integração social e desenvolvimento pessoal de pessoas com deficiência, trabalhando prioritariamente nas seguintes áreas: Prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis; Detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

Este documento norteia o novo paradigma da inclusão social no século XX, e contribui para novos horizontes na busca dos direitos das pessoas com deficiência. Segundo legislação do Ministério da Saúde (2009), que regulamenta a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do decreto 6.949 em 25/08/2009, diz que o Estado brasileiro elege a acessibilidade como ponto central para a garantia dos direitos individuais e diz que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento a longo prazo de natureza mental, sensorial ou física, onde essas barreiras podem obstruir a sua participação efetiva e plena na sociedade em igualdade de condições com os outros componentes da sociedade.

## Conclusão

A educação inclusiva visa contribuir para eliminar a exclusão social resultante de atitudes e respostas para a diversidade racial, classe social, etnia, religião, sexo ou habilidades entre outros possíveis. Portanto, parte da crença de que a educação é um direito humano básico e a fundação de uma sociedade mais justa. Neste contexto, a inclusão educacional vem ganhando cada vez mais destaque na pauta de discussões sociais, econômicas e políticas nacionais e internacionais, pois, a inclusão é um direito da pessoa com deficiência. De acordo com a Política Nacional da Educação Especial (BRASIL, 2009, p.22):

Segundo Rodrigues (2013, p.30), desde a vida intrauterina o ser humano busca pela inserção nos grupos que vão interagir, segundo ele a ideia do processo de inclusão sempre existiu, pois a inclusão começa dentro do âmbito da família, do grupo de amigos, da escola, entre outros grupos da sociedade. No contexto atual, o termo inclusão tem sido utilizado para designar ações que permite a todos os alunos beneficiar-se dos serviços oferecidos pela escola, sendo uma alternativa educacional com o objetivo de dar qualidade e acesso ao conhecimento para todos os alunos, indiscriminadamente.

O termo educação inclusiva é possível para perceber que este é na realidade um processo que amplia a participação de todos os estudantes que estão inseridos nos estabelecimentos de ensino regular. É uma forma de reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas respondem pelas diversidades dos alunos. No âmbito educacional se espalha a ideia de que todas as pessoas são singulares nas suas particularidades, independente de possuir ou não alguma necessidade educacional, onde cada sujeito tem seu próprio ritmo de aprendizagem e desta maneira todos são desiguais e a escola se beneficia com essa multiplicidade.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Bruna de Oliveira. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as repercussões no casamento e na união estável. Revista Âmbito Jurídico. 2016.
- ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. 16ª reimpressão. São Paulo:



Cia das Letras, 2013.

- BECK, Ulrich & LAU, Christopher, “Second modernity as a research agenda: theoretical and empirical explorations in the ‘meta- -change’ of modern society”. *British Journal of Sociology*, 56 (4): 525-557. 2005
- BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. 6. ed. São Paulo: Papyrus. 2007.
- BRASIL. Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.
- CARBONARI, Paulo César. *Direitos humanos: sugestões pedagógicas*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010.
- CHAVES, Vera LJ. Perfil do financiamento e da expansão do setor público e privado da educação superior brasileira pós-LDB. XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. São Paulo: Anpae, p. 01-11, 2011.
- CLEMENTE, Carlos Aparício. *Lei de cotas para o trabalho de pessoas com deficiência: Análise e fundamentação dos principais argumentos favoráveis e contrários ao seu cumprimento*. 2015.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- FUX, Luiz. O novo Processo Civil. In: FUX, Luiz (coord.). *O novo Processo Civil brasileiro (direito em expectativa): reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011. p. 4-24.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª. ed. Rio de Janeiro:LTC, 2008.
- HERKENHOFF, João Batista. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.
- KOYAMA, D. B. Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.
- LANNA JÚNIOR, Mário C. M. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: < [http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento(1).pdf)>. Acesso: em 06 de set. de 2018.
- LORENTEZ, Lutiana Nacur. *A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência*. São Paulo: LTr, 2006.
- MIRANDA, E. M. *Inovações introduzidas pela lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015)*. 2016.
- PASSOS, B. R. *O procedimento de interdição com as alterações introduzidas pelo estatuto das pessoas com deficiência*. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.
- PEREIRA, C. M. S. Personalidade e direitos da personalidade. In PEREIRA, CMS. (Org.). *Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol.1. p.177-217.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil*. Brasília, 2000.
- SILVA, C. H. R. *Teoria das Incapacidades*. [online]. 2008. Disponível em: <<http://www.ribeirodasilva.pro.br/teoriadasincapacidades.html>> Acesso em: 10 de out. 2018.
- TARTUCE, F. *Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte I. Disponível em < <http://www.migalhas.com.br> > Acesso em 10 de out. 2018.
- WALZER, Michael. *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<https://legis.senado.leg.br/>- Emenda Constitucional nº 12 de 17/10/1978



## As nuances do controle de constitucionalidade nos entes municipais com ênfase nas disposições jurisprudenciais

Hana Ferber Corezzi Ferrer Pinheiro

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objeto de estudo as nuances do controle de constitucionalidade nos entes municipais, definindo seus parâmetros e enfatizando especialmente as construções jurisprudenciais. Para tanto foi utilizado o método descritivo, amparado em pesquisas de artigos, pesquisas bibliográficas de obras doutrinárias em jurisprudência dos Tribunais Superiores, bem como materiais disponibilizados na internet. Procedeu-se então a leitura desses documentos e, através dos resultados obtidos, realizou-se uma discussão ampla, crítica e reflexiva, da qual culminou na conclusão geral de que o controle de constitucionalidade concentrado é aplicável às normas municipais, mas não plenamente, uma vez que possui parâmetros limitados. Em regra, o citado controle é realizado usando como parâmetro as normas presentes na Constituição Estadual, por meio do Tribunal de Justiça local, através de iniciativa de legitimados também previstos na Carta Estadual. Dessa forma, apenas diante de normas de reprodução obrigatória é que se utiliza a Constituição Federal como parâmetro, para fins de controle de constitucionalidade municipal, evitando decisões conflitantes com a norma suprema do ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, é importante destacar que tal possibilidade adveio de construções jurisprudenciais, não estando prevista expressamente em lei. Além disso, apesar da existência de divergência doutrinária, restou demonstrado a impossibilidade de controle concentrado de constitucionalidade usando como parâmetro as Leis Orgânicas Municipais. Isso posto, diante normas municipais que a violam, deve se restringir ao controle de legalidade.

**PALAVRA-CHAVE:** Controle de Constitucionalidade. Normas Municipais. Parâmetros.

**ABSTRACT:** The present work aims to study the nuances of judicial review in municipal entities, defining its parameters and emphasizing especially the jurisprudential constructions. For this purpose, the descriptive method was used, supported by research articles, bibliographical research of doctrinal works in jurisprudence of the Superior Courts, as well as materials available on the internet. These documents were then read and, through the results obtained, a broad, critical and reflective discussion was carried out, which culminated in the general conclusion that the concentrated judicial review is applicable to municipal norms, but not fully, a since it has limited parameters. As a rule, the said control is carried out using the norms present in the State Constitution as a parameter, through the local Court of Justice, through the initiative of legitimate parties also provided for in the State Charter. Thus, only in the face of norms of mandatory reproduction is the Federal Constitution used as a parameter, for the purpose of controlling municipal constitutionality, avoiding conflicting decisions with the supreme norm of the Brazilian legal system. In this sense, it is important to highlight that this possibility arose from jurisprudential constructions, not being expressly provided for by law. In addition, despite the existence of doctrinal divergence, the impossibility of concentrated control of constitutionality using Municipal Organic Laws as a parameter has been demonstrated. That said, given municipal regulations that violate it, it should be restricted to legality control.

**KEY WORLD:** Constitutionality. Control. Municipal Standards. Parameters.

### 1. INTRODUÇÃO

1

O controle de constitucionalidade é um mecanismo utilizado com o fim de verificar a adequação de leis e atos normativos elaborados em face da Constituição da República. Esse mecanismo se torna viável em razão da rigidez constitucional observada no Brasil, que possui um processo de alteração de normas mais árduo do que os demais preceitos infraconstitucionais, somado à atribuição de competência para julgamento a um órgão, que vai variar de acordo com o sistema de controle adotado. (LENZA, 2017, p. 239)

Há uma divisão do controle de constitucionalidade em duas matrizes, o modelo concentrado austríaco, também conhecido como modelo *kelsiano*, e o modelo difuso ou norte-americano, conhecido como *judicial review*. Além disso, também se vislumbra a existência de sistemas mistos, originado pela combinação desses modelos. (VITALIS, 2017)

O controle difuso ou norte-americano tem sua origem no ano de 1803 com o célebre precedente *Marbury v. Madison*, caso no qual a suprema corte americana decidiu, aferindo uma hipótese em concreto, que diante de conflito entre a aplicação de uma lei e a constituição, a última deveria prevalecer. Esse controle difuso é realizado por qualquer juiz ou tribunal de forma incidental, sendo a declaração de inconstitucionalidade a causa de pedir do processo. (LENZA, 2017, p. 274)

Em contrapartida, o sistema austríaco, chamado de controle concentrado, foi criado por Hans Kelsen na Constituição Austríaca de 1920. Neste, o controle é realizado por órgão único, um Tribunal Constitucional exclusivo, responsável pelo julgamento das ações constitucionais. Tal competência privativa se deu com o intuito de vincular tanto órgãos jurídicos, quanto a própria população às decisões tomadas pelo citado Tribunal. (MORAES, A., 2019, p. 770)

A grande diferença entre os dois sistemas reside nos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. O sistema Austríaco defende que a decisão tem eficácia constitutiva, produzindo efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroage. Por outro lado, o sistema norte-americano entende pela eficácia declaratória do reconhecimento de inconstitucionalidade, gerando efeito *ex tunc*, ou seja, retroage. (LENZA, 2017, p. 240-241)

Apesar da existência das duas formas de controles citadas (controle difuso e controle concentrado) o Brasil possui um sistema de controle ímpar, pois miscigena ambas, adotando assim, um sistema misto conforme disserta José Afonso da Silva (2007, p. 554-555):

o Brasil seguiu o sistema norte-americano, evoluindo para um sistema misto e peculiar que combina o critério difuso por via de defesa com o critério concentrado por via de ação direta de inconstitucionalidade, incorporando também, agora timidamente, a ação de inconstitucionalidade por omissão (arts. 102, I, a e III, e 103).

Dito isso, no Brasil é possível vislumbrar tanto a verificação de constitucionalidade de forma incidental, pelo controle difuso, realizadas pelos juízes de primeiro grau; quanto por meio do controle concentrado de constitucionalidade, que se dá de forma abstrata, realizado por órgãos competentes, definidos por lei. (PADILHA, 2019, p. 151)

Pois bem, a Carta Magna estabelece, nos artigos 102, I, a e 125, §2º os parâmetros que serão utilizados no controle concentrado de constitucionalidade, quais sejam, a Constituição Federal e a Constituição Estadual, respectivamente, e as leis que podem ser objeto de controle. Nesse sentido, em regra a ação direta de inconstitucionalidade Federal afere a constitucionalidade das leis federais e estaduais, e a ação direta de inconstitucionalidade estadual avalia a adequação das leis estaduais e municipais. A Lei Orgânica Municipal, por sua vez, não está prevista como parâmetro de qualquer espécie de controle objetivo. (BRASIL, 1988)

Isso posto, o presente artigo tem o objetivo de trazer à tona as diferenças bem como alguns problemas enfrentados em sede de controle de constitucionalidade de âmbito municipal, almejando, por fim, após realização de indagações e reflexões – sempre com base nos diplomas legais, na doutrina e nos entendimentos jurisprudenciais –, demonstrar as nuances desse sistema de controle e suas controvérsias.

## 2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO MUNICIPAL

Muitos doutrinadores sustentam que desde a constituição de 1988 os municípios são parte integrante do sistema federativo, com embasamento nas disposições do artigo inaugural da Carta Magna. Nesse ínterim, o art. 1º dessa prevê que o Brasil é formado pela indissolubilidade da União, dos Estados e dos Municípios, assim, afastando a existência de hierarquia entre os entes. (MENDES; COELHO, 2008, item 7)

Desde então os Municípios são reconhecidos como pessoas jurídicas de direito público interno, dotado de auto-administração, autogoverno e auto-organização, sendo esse último compreendido como a capacidade de redigir sua Lei Orgânica, por meio de elaboração legislativa municipal. (MORAES, G., 2020, p. 467) Não obstante, existem, de maneira geral, muitas diferenças no tratamento oferecido aos entes federados, pratica essa que também se verifica no controle de constitucionalidade.

Levando em conta a evolução histórica, se observa que somente 80 anos após a instituição do controle de constitucionalidade no Brasil, é que fora criado um mecanismo de controle de normas municipais. Sendo assim, o controle de constitucionalidade que temos hoje é fruto de uma lenta progressão, que teve seu início na constituição de 1891, e vem evoluindo até os dias atuais, vejamos:

QUADRO 1: Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.

Constituições	
1824	Inexistência de modelo de fiscalização jurisdicional de constitucionalidade das leis.
1891	Instituição da técnica de controle difuso.
1934	Criação da ADI interventiva; clausula de reserva de plenário; atribuição do senado de suspender a lei.
1937	O poder legislativo tinha possibilidade, por 2/3 dos votos, de tornar sem efeito a declaração de inconstitucionalidade.
1946	Foi instaurada a ADI de competência originária do STF, com legitimado único – PGR e também foi tentado o Controle concentrado estadual.
1967	Criação do controle de constitucionalidade de lei municipal em face de constituição estadual.
1988	Ampliou o rol de legitimados para ADI, criou a ADI por omissão, ADPF E ADC.

Fonte: LENZA, 2017.

Hoje em dia, nos termos da Constituição Federal, têm-se as seguintes possibilidades de controle concentrado de constitucionalidade para analisar a adequação das normas com a Carta Magna: a) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal (artigo 102, I, a); b) instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual (artigo 125, §2º). (BRASIL, 1988)

Com isso, apesar de observar uma grande evolução do controle de constitucionalidade brasileiro, com ampliação de ações de controle e de legitimados, é flagrante a importância tímida que se dá às leis municipais, quer seja como parâmetro de controle, quer como objeto.

## 2.1 CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E LEIS OU ATOS NORMATIVOS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O controle de constitucionalidade da Lei Orgânica Municipal, bem como de leis ou atos normativos, não pode ser realizado por meio de ação direta de controle de constitucionalidade perante o STF, com parâmetro na Constituição Federal. Nesses casos, o controle abstrato de constitucionalidade somente pode ser feito pelo referido Tribunal nos casos de Ação de Arguição de Preceito Fundamental (ADPF), única ação de controle abstrato que se presta a realizar controle de normas municipais. (PAULO; ALEXANDRINO, 2015, p. 939)

Por outro lado, em sede de controle difuso, qualquer órgão de competência decisória do Poder Judiciário pode declarar a inconstitucionalidade das leis (municipal, estadual ou federal) por violação à Constituição Federal. Ademais, eventualmente é possível lançar mão do recurso extraordinário para que o STF julgue a controvérsia constitucional travada nos tribunais inferiores, inclusive quando a norma discutida tratar de leis municipais. (PAULO; ALEXANDRINO, 2015, p. 816 e 920)

3 Esse permissivo se dá em razão da natureza do controle difuso, que é uma ação exercida diante do caso concreto a ser cotejado em juízo, envolvendo direitos subjetivos das partes, sendo a inconstitucionalidade analisada de forma incidental e não como questão principal. Ademais, como há análise específica do caso concreto, via de regra, é dotado de eficácia *ultra partes*, ou seja, entre as partes integrantes do processo. (PADILHA, 2019, p. 151)

Nesse sentido, conforme entendimento formulado na ADPF 127, a Arguição de descumprimento de preceito fundamental foi idealizada como forma de integralizar o modelo difuso e concentrado de constitucionalidade, permitindo que atos e normas outrora de apreciação inviável pelo STF fossem contemplados na



competência do Tribunal. Assim, com a instituição da ADPF, é possível o julgamento de normas pré-constitucionais e decisões judiciais contrárias às cláusulas fundamentais, desde que haja lesão constitucional qualificada pela relevância e/ou pela difícil reversibilidade, nos termos da Lei 9.882/99. (BRASIL, 2014)

Esse método de controle foi inspirado no recurso constitucional alemão e no recurso de amparo espanhol, com fito de preservar ou restaurar a efetividade da segurança jurídica, prevenindo problemáticas potenciais em detrimento de conflitos de interpretação, fruto da diversidade de modelos para exercício de jurisdição constitucional. (MOTTA, 2019, p. 918)

Imperioso definir o conceito de preceito fundamental para fins de controle concentrado. Entende-se, nas palavras de Sylvio Motta (2019, p.918) que são:

princípios atinentes aos Direitos e Garantias Fundamentais (estejam ou não localizados topograficamente no Título II); os princípios constitucionais explícitos e sensíveis relativos ao pacto federativo e a repartição de competências entre os entes federados; os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública; as cláusulas pétreas (art. 60, § 4º); os princípios pertinentes ao Sistema Tributário Nacional e as regras básicas sobre Finanças Públicas (Título VI); e os princípios da Ordem Econômica e Financeira, mormente os que se relacionam diretamente com os limites do Estado na intervenção na propriedade e na atividade econômica (Título VII).

Dessa forma, conclui-se que o controle difuso e a ADPF, são dois meios aptos de exercício do controle de constitucionalidade da Lei Orgânica e norma ou atos normativos municipais, em face da Constituição Federal.

## 2.2 CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E LEIS OU ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O controle de lei ou ato normativo estadual ou municipal é realizado pelo poder judiciário através do controle incidental, ou por meio de ação direta, usando como parâmetro a Constituição Estadual. Dessa forma, a aferição da constitucionalidade das normas será feita por meio deste instrumento indutor fundamental, a Constituição Estadual. (MORAES, G., 2020, p. 808)

Para fins de organização o constituinte originário abalizou o controle abstrato de constitucionalidade estadual e instituiu regras precisas. Nesse sentido, o objeto do controle são as normas municipais e estaduais e o parâmetro é a Constituição Estadual. Outrossim, é vedada a legitimação para impugnação das normas a apenas um único órgão e o julgamento da ação pela via principal é de competência do Tribunal de Justiça local. (LENZA, 2017, p. 431)

O citado entendimento, de que é vedado estabelecer competência exclusivamente a um órgão para interposição de ADI, é endossado pelo STF, podendo ser observado como fundamento na ADI 119/RO. Nesse julgamento foi reconhecido que não é inconstitucional normas da constituição estadual que determinam a legitimidade para defesa da constitucionalidade da norma estadual à Assembléia legislativa ou, ao Procurador-Geral do Estado. (BRASIL, 2014)

Nesse mesmo sentido, é inválida a norma de Constituição do Estado que entende o Tribunal de Justiça como competente para julgamento de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, em face da Constituição da República, visto que os estados não possuem aptidão para estabelecer, no âmbito de seu ordenamento positivo local, sistema de controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, contestados em face da Constituição da República. (MORAES, G., 2020, p. 813)

Contudo, a vedação de uso de norma da Constituição com parâmetro de ADI estadual é mitigada quando diante normas de reprodução obrigatória. Esse entendimento foi fixado sob a sistemática de repercussão geral, no ano de 2017, gerando a seguinte tese:

**RE 650898 - I** - Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados; II - O art. 39, § 4º, da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário. (BRASIL, 2017).

Além da possibilidade do uso da Constituição Federal como parâmetro de controle, de maneira excepcional, a ADI no Tribunal de Justiça local tem um importante desdobramento, foi estabelecido que nos casos de ação de controle direto de âmbito estadual, no qual a norma debatida é de reprodução obrigatória, o julgamento pode chegar ao STF por meio de Recurso Extraordinário. (LENZA, 2017, p. 439)

Conforme ensinamentos do Ministro Luis Roberto Barroso, no agravo regimental 17954, as normas de reprodução obrigatórias são disposições previstas na carta magna que diz respeito à organização dos Estados-membros, do Distrito Federal ou do Município. Essas normas são de observância compulsória por tais entes, podendo ser introduzidas por repetição textual, em sede da Constituição Estadual ou na Lei Orgânica, ou ainda diante do silêncio de tais leis, visto que não há que se falar em discricionariedade em relação à incorporação dessas normas no ordenamento jurídico. (Brasil, 2016)

Nesse sentido, destaca-se o posicionando da jurisprudência pátria:

Agravo regimental no agravo de instrumento. Representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face de Constituição estadual. Ausência de normas de reprodução obrigatória. Incidência da Súmula nº 280/STF. Precedentes. **1. Para que seja admissível recurso extraordinário de ação direta de inconstitucionalidade processada no âmbito do Tribunal local, é imprescindível que o parâmetro de controle normativo local corresponda à norma de repetição obrigatória da Constituição Federal.** 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação local. Incidência da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento”. (BRASIL, 2014)

Nessa toada, a decisão do STF terá eficácia *erga omnes* (contra todos), uma vez que fora proferida em sede de processo objetivo de controle de constitucionalidade. (CAVALCANTI, 2017)

O citado desdobramento, a princípio, acarretou uma desordem nos instrumentos de controle concreto e abstrato, como salienta Guilherme Penã de Moraes (2020, p. 811): “a questão pitoresca daí decorrente é que o julgamento do recurso extraordinário terá eficácia *erga omnes* no âmbito do Estado do qual se originou o procedimento”.

Entretanto, o STF passou a entender pelo cabimento da abstrativização dos direitos difusos, que consiste em utilização de instituto próprio do controle abstrato no controle concreto, para que se conceda efeito *erga omnes* a causas de direito difusos. De tal modo, alcançando pessoas que não tinham conhecimento do processo, nem participaram dele, em razão da importância da matéria nele tratada, tornando objetivo o processo subjetivo. (PADILHA, 2019, p. 151) Isso posto, essa mutação constitucional afastou a ambiguidade citada, notemos:

Se uma lei ou ato normativo é declarado inconstitucional pelo STF, incidentalmente, essa decisão, assim como acontece no controle abstrato, também produz eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes. Assim, se o Plenário do STF decidir a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, ainda que em controle incidental, essa decisão terá os mesmos efeitos do controle concentrado, ou seja, eficácia *erga omnes* e vinculante. Houve mutação constitucional do art. 52, X, da CF/88. A nova interpretação deve ser a seguinte: quando o STF declara uma lei inconstitucional, mesmo em sede de controle difuso, a decisão já tem efeito vinculante e *erga omnes* e o STF apenas comunica ao Senado com o objetivo de que a referida Casa Legislativa dê publicidade daquilo que foi decidido. STF. Plenário. ADI 3406/RJ e ADI 3470/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 29/11/2017 (Info 886). (BRASIL, 2017).

Desta forma, corrente doutrinária entendeu pela ocorrência da mutação constitucional do artigo 52, X, da CF/88, modificando a participação do Senado Federal no controle de constitucionalidade, que atualmente se restringe a tornar pública decisão exarada pelo STF. Portanto, mesmo em sede de controle difuso, o julgamento do STF possui de plano efeitos *erga omnes* e o Senado apenas confere publicidade a isso. (CAVALCANTE, 2017).

Ainda em relação à Constituição estadual, é preciso trazer à tona uma ausência digna de apontamento, a inexistência da ação declaratória de constitucionalidade para esclarecimento de leis estaduais, municipais, ou do Distrito Federal, conforme estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal. (RUVÉR, 2018).

Nesse mesmo sentido entende Marcelo Novelino, que ensina que o aspecto espacial da Ação Declaratória de Constitucionalidade é mais restrito que o da Ação Direta de Inconstitucionalidade, limitando seu objeto apenas a leis ou atos normativos federais. (2014, item 14.4)

Esse entendimento foi reafirmado em sede de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade 52, sendo exarada a seguinte ementa:

EMENTA: Lei Orgânica do Distrito Federal. Natureza jurídica: instrumento normativo primário “que equivale, em força, autoridade e eficácia jurídicas, a um verdadeiro estatuto constitucional, essencialmente equiparável às Constituições promulgadas pelos Estados-membros” (ADI 980-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, julg. em 03/02/94 – ADI 1.020/DF, Red. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO, julg. em 19/10/95). Impugnação, mediante ação declaratória de constitucionalidade, de regra inscrita nesse estatuto normativo. Inviabilidade. Instrumento de controle concentrado de constitucionalidade cujo objeto restringe-se, unicamente, no âmbito do ordenamento positivo, a “lei ou ato normativo federal” (CF, art. 102, I, “a”, parte final). Doutrina. Precedentes, nesse sentido, do Supremo Tribunal Federal. Inadequação do meio processual utilizado. Ação declaratória de constitucionalidade de que não se conhece.(BRASIL, 2018).

Destarte, percebe-se que a diferença do controle de constitucionalidade estadual vai além do objeto utilizado como parâmetro, havendo limitação também nas ações de controle concentrado que podem ser utilizadas.

### 2.3 COEXISTÊNCIA DE ADI NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E ADI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SIMULTANEUS PROCESSUS

O controle concentrado pela via abstrato estadual, de maneira excepcional, permite dupla fiscalização, tanto por ADI no Tribunal de Justiça (parâmetro Constituição Estadual), quanto pelo STF, ante norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal (parâmetro a Constituição Federal). (LENZA, 2017, p 441) Como consequência, uma mesma norma pode ser julgada simultaneamente, por tribunais distintos e com parâmetros díspares, fenômeno denominado simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade.

O citado fenômeno propicia algumas hipóteses de simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade, com diferentes efeitos. Nesse cenário, caso o STF realize o julgamento antes do que o Tribunal de Justiça local, pode-se visualizar duas situações distintas. A primeira seria declaração de inconstitucionalidade de lei estadual pelo STF, gerando a perda do objeto da ação estadual. Enquanto a segunda, a declaração de constitucionalidade de lei estadual, perante a Constituição Federal, caso no qual o Tribunal de Justiça local pode prosseguir com o julgamento, pois a norma pode ser compatível com a Carta Magna e não ser com a Constituição local. (LENZA, 2017, p. 442)

Fazendo a análise da situação oposta, na qual o Tribunal de Justiça Local se manifesta primeiro, as implicações são distintas, se por ventura o Tribunal de Justiça local declara previamente a lei estadual Constitucional, o STF pode, adiante, reconhecê-la como inconstitucional, e essa decisão prevalecerá sobre a coisa julgada estadual. Lado outro, se o Tribunal de Justiça declara inconstitucional a lei estadual, não há mais o que se falar em controle no STF, uma vez que a lei foi suprimida do ordenamento jurídico. (LENZA, 2017, p. 442).

Pois bem, os efeitos citados são afastados quando se trata de normas de reprodução obrigatórias, pois foi fixada tese jurisprudencial de que o processo estadual deve ficar suspenso, aguardando a manifestação do STF. (PAULO; ALEXANDRINO, 2015, p. 942). Esse é o posicionamento consolidado pela Suprema Corte:

Ação direta de inconstitucionalidade. Pedido de liminar. Lei nº 9.332, de 27 de dezembro de 1995, do Estado de São Paulo. – Rejeição das preliminares de litispendência e de continência, porquanto, quando tramitam paralelamente duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma no Tribunal de Justiça local e outra no Supremo Tribunal Federal, contra a mesma lei estadual impugnada em face de princípios constitucionais estaduais que são reprodução de princípios da Constituição Federal, suspende-se o curso da ação direta proposta perante o Tribunal estadual até o julgamento final da ação direta proposta perante o Supremo Tribunal Federal, conforme sustentou o relator da presente ação direta de inconstitucionalidade em voto que proferiu, em pedido de vista, na Reclamação 425. (...)” (STF, ADI 1423 MC, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/1996, DJ 22-11-1996). (BRASIL, 1996).

Apesar da determinação de suspensão diante o *simultaneus processus*, em dezembro de 2018 o STF foi noticiado pela ausência de suspensão de processo em sede estadual, e definiu a seguinte tese:

Coexistindo duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma ajuizada perante o tribunal de justiça local e outra perante o STF, o julgamento da primeira – estadual – somente prejudica o da segunda – do STF – se preenchidas duas condições cumulativas: 1) se a decisão do Tribunal de Justiça for pela procedência da ação e 2) se a inconstitucionalidade for por incompatibilidade com preceito da Constituição do Estado sem correspondência na Constituição Federal. Caso o parâmetro do controle de constitucionalidade tenha correspondência na Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato de constitucionalidade. STF. Plenário. ADI 3659/AM, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 13/12/2018.(BRASIL, 2018).

6

Sabendo que há um dever de suspensão, se a decisão do Tribunal de Justiça local viesse a prejudicar o conhecimento da ADI no STF, estaria havendo uma vinculação do STF à interpretação dada por órgão estadual, desvirtuando toda a sistemática do Controle de Constitucionalidade. Por ser o intérprete da Constituição, cabe a este a última palavra sobre interpretação da CF/88.

Sabendo que a suspensão não fora realizada, o STF decidiu que a ação estadual somente irá prejudicar a realizada no STF se a decisão do tribunal de justiça for pela procedência da ação (inconstitucionalidade da lei) e se a citada inconstitucionalidade estiver amparada em preceito da constituição estadual sem correspondência com



a CF/88. Caso o Tribunal de justiça local entenda que uma norma é inconstitucional, não há mais o que se falar em controle pelo STF, já que a lei estadual foi retirada do ordenamento jurídico. (CAVALCANTE, 2017)

## 2.4 CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE LEIS OU ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS EM FACE DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A ausência de norma regulamentadora no que diz respeito ao controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal gerou uma abstenção de discussão do tema em comento em sede doutrinária, que praticamente não existe. (ALMEIDA, Manuel, 2008, p. 99.) Dessa forma, proporcionou uma divisão da doutrina entre aqueles que entendem pela existência do Controle de Constitucionalidade da Lei Orgânica Municipal e aqueles que defendem a realização do controle de legalidade.

Marcelo Novelino explica que “O único parâmetro para o controle concentrado-abstrato no âmbito estadual são os dispositivos da Constituição do respectivo Estado, não sendo possível estender o parâmetro à Constituição da República, nem à lei orgânica municipal.” (2014, item 17.1.3)

Tal conclusão se dá porque não há previsão constitucional nesse sentido, tendo a carta magna optado apenas pela previsão do uso da Constituição Federal e Estadual como parâmetro de controle, impossibilitando que dispositivos de Leis Orgânicas Municipais possam vir a ser alvo de declaração de inconstitucionalidade em controle abstrato. (FRANCO, 2009)

Nesse mesmo sentido, o STF tem posicionamento antigo:

Recurso Extraordinário. **2. Controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Lei Orgânica do Município. Inexistência de previsão constitucional. 3. Recurso não conhecido.** (STF – Recurso Extraordinário – RE n. 175.087/SP – Relator(a): Min. Néri da Silveira – Julgamento em 19/03/2002 – Órgão Julgador: Segunda Turma – DJ 17-05-2002 PP-00073).(BRASIL, 2002).

Diante ofensa de lei municipal à Lei Orgânica Municipal se reconhece um controle de legalidade e não de constitucionalidade, não sendo possível a realização de controle abstrato de normas municipais, usando como parâmetro a própria lei orgânica. Nesse ínterim, não há o que se falar que a lei municipal que contraria a lei orgânica é inconstitucional, mas sim que pende sobre ela vício de ilegalidade. (JUNIOR; CARVALHO, 2019)

Tal conclusão é fruto de ausência de manifestação do poder derivado decorrente por parte dos entes municipais, entendendo-se que este é um poder de segundo grau, enquanto o Município descortina um poder derivado decorrente de terceiro grau. Por isso, mesmo dotado da capacidade de auto-organização, carece do poder de controle de constitucionalidade, se restringindo ao controle de legalidade. (LENZA, 2017, p. 206)

O tema não está pacificado na doutrina, e alguns pensadores, a exemplo de Manoel Carlos, acreditam na natureza Constitucional da Lei Orgânica municipal e por conseguinte defendem a possibilidade de controle de constitucionalidade pela via abstrata. Tal entendimento é justificado com base no reconhecimento do município com ente federativo, dotado de auto-organização, que se deu pela Constituição de 1988.

Nesse sentido, considerando que a Lei Orgânica é a verdadeira Constituição Municipal, essa ocupa o topo do ordenamento jurídico desse ente, dotada de superioridade em âmbito municipal, sendo plenamente viável o controle de constitucionalidade de Leis Orgânicas Municipais. (ALMEIDA, Manuel, 2008, p. 99.)

Contra tal argumento, doutrinadores como Luiz Alberto, David Araújo e Vidal Serrano Nunes Junior, não consideram que o poder dos municípios de auto-organizar, por meio de leis orgânicas, configura demonstração de Poder Constituinte Derivado Decorrente, entendendo as Leis orgânicas como singela elaboração legislativa da Câmara dos Vereadores. (FRANCO, 2017)

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle de Constitucionalidade atualmente vigente no Brasil é fruto de uma miscelânea do sistema Austríaco e Americano, que foi sendo construído pelo legislativo desde 1934 e, com diversas alterações, chegou ao modelo atual. É certo que o controle difuso tem uma aplicação una, sem qualquer diferença entre as leis federais, estaduais e municipais, contudo o controle concentrado, por sua vez, possui uma série de diferenças entre os controles concentrados federais, estaduais e municipais.





No controle de constitucionalidade, por meio da ação declaratória de inconstitucionalidade de âmbito federal se realiza o controle das leis federais e estaduais, perante a Constituição Federal, julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Com o mesmo fim, a ação declaratória de inconstitucionalidade estadual faz o controle de leis estaduais e municipais, perante a constituição estadual e tem o julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça local.

Desse cenário pode-se observar que não há ação direta de inconstitucionalidade que julgue a lei municipal em contraposto a Constituição Federal, ressalvadas, a Ação Declaratória de Arguição de Preceito Fundamental e as ações que tenham por objeto normas de reprodução obrigatória.

Enquanto a primeira é uma ação de caráter subsidiário, sendo aplicável quando não houver qualquer outro meio apto para sanar lesividades, e que torna viável o julgamento de normas pré-constitucionais, municipais e decisões judiciais contrárias às cláusulas fundamentais – desde que haja lesão constitucional qualificada; a segunda torna possível o julgamento de leis municipais e estaduais no tribunal de justiça local, usando como parâmetro de constitucionalidade a Constituição Federal, sendo cabível, eventualmente, a interposição de Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Diante da existência de diferentes parâmetros de controle de constitucionalidade (Constituição Federal e Estadual) é possível a existência concomitantemente de duas ações com o mesmo objeto, com diferentes parâmetros, sendo julgadas pelo STF e pelo Tribunal de Justiça, situação apta a causar insegurança jurídica. Nessa toada, a solução para essa problemática foi trazida por construção jurisprudencial que prevê a suspensão das ações em âmbito do Tribunal de Justiça local, prevendo ainda que caso não haja a suspensão – não sendo a norma estadual extirpada do ordenamento jurídico –, prevalece à possibilidade de julgamento pelo STF, para que prevaleça a existência de decisões uniformes em todo o ordenamento jurídico.

O ponto mais intrigante em relação às diferenças encontradas no controle de constitucionalidade de norma municipal está relacionado à inexistência de controle de constitucionalidade, conforme posicionamento de doutrina majoritária, com base em violação da Lei Orgânica municipal. Conclusão adotada com base na doutrina majoritária e entendimento jurisprudencial, que foi construída em detrimento da ausência de dispositivo na Carta Magna brasileira prevendo tal possibilidade, o que demonstra uma menor importância dada à norma maior do município, ensejando, diante afrontas a Lei Orgânica, a realização do controle de legalidade.

Nesse sentido, restam retratadas as principais diferenças do controle concentrado de constitucionalidade municipal em face do controle concentrado de normas federais e estaduais, bem como as devidas construções jurisprudenciais criadas para garantir a manutenção da segurança jurídica e o aperfeiçoamento do sistema concentrado do controle de constitucionalidade no Brasil.

## REFERÊNCIAS:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional descomplicado**. 14ª ed. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasil, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 de ago. de 2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3406/RJ e ADI 3470/RJ**. Relator: Ministra Rosa Weber. DJ: 29/11/2017. Buscador dizer o direito, 2017. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/8dd291cbea8f231982db0fb1716dfc55?categoria=1&subcategoria=3&assunto=26&palavra=-chave-Se+uma+lei+ou+ato+normativo+%C3%A9+declarado+inconstitucional+pelo+STF%2C+incidentalmente%2C+essa+decis%C3%A3o%2C+assim+como+acontece+no+controle+abstrato%2C+tamb%C3%A9m+produz+efeito+%C3%A1+erga+omnes+e+efeitos+vinculantes.+Assim%2C+se+o+Plen%C3%A1rio+do+STF+decidir+a+constitucionalidade+ou+inconstitucionalidade+&criterio-pesquisa=e>>. Acesso em : 14/08/2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **ADI 119/RO**. Relator: Ministro Dias Toffoli. DJ: 19/02/2014. Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25013318/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-119-ro-stf/inteiro-teor-114683483?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 24/08/2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental Na Reclamação 17.954/PR**. Relator: Ministro



Roberto Barroso. DJ: 21/10/2016. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/772433433/agreg-na-reclamacao-agr-rcl-17954-pr-parana-9960070-2220141000000/inteiro-teor-772433443>>. Acesso em: 15/08/2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 127**. Relator: Ministro TEORI ZAVASCKI. DJ: 25/02/2014. STF, Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%28127%2ENUME%2E+OU+127%2EDMS%2E%29%28%28TEORI+ZAVASCKI%29%2ENORL%2E+OU+%28TEORI+ZAVASCKI%29%2ENPRO%2E+OU+%28TEORI+ZAVASCKI%29%2EDMS%2E%29%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/p8dmwf9>>. Acesso em: 15/08/2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 650898**. Relator: Ministro Roberto Barroso. DJ: 01/02/2017. STF, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioTese.asp?tipo=TRG&tese=4641>>. Acesso em: 15/08/2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 0016059-81.2017.1.00.0000/DF**. RELATOR: MINISTRO CELSO DE MELLO. DJ: 04/05/2018. JUSBRASIL, 2018. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://STF.JUSBRASIL.COM.BR/JURISPRUDENCIA/868538419/MEDIDA-CAUTELAR-NA-ACAO-DECLARATORIA-DE-CONSTITUCIONALIDADE-MC-ADC-52-DF-DISTRITO-FEDERAL-0016059-8120171000000>>. ACESSO EM: 15/08/2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1423/SP**. RELATOR: MINISTRO MOREIRA ALVES. DJ: 20/06/1996. JUSBRASIL, 1996. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://STF.JUSBRASIL.COM.BR/JURISPRUDENCIA/743840/MEDIDA-CAUTELAR-NA-ACAO-DIRETA-DE-INCONSTITUCIONALIDADE-ADI-MC-1423-SP>>. ACESSO EM: 19/08/2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 3659/AM**. RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES. DJ: 13/12/2018. BUSCADOR DIZER O DIREITO, 2018. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.BUSCADORDIZERODIREITO.COM.BR/JURISPRUDENCIA/DETALHES/FC1F073FE-91403F00D2219185FDEA79B?CATEGORIA=1&SUBCATEGORIA=3&ASSUNTO=18>>. ACESSO EM: 10/08/2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO 175087/SP**. RELATOR: MINISTRO NERI DA SILVEIRA. DJ: 13/03/2002. JUSBRASIL, 2002. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://STF.JUSBRASIL.COM.BR/JURISPRUDENCIA/775095/RECURSO-EXTRAORDINARIO-RE-175087-SP>>. ACESSO EM: 21/08/2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Coexistência de ADI no TJ e ADI no STF, sendo a ADI estadual julgada primeiro**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/fc1f073fe91403f00d2219185fdea79b>>. Acesso em: 10/08/2020

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Efeito vinculante de declaração incidental de inconstitucionalidade**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/8dd291cbea8f231982db0fb1716dfc55>>. Acesso em: 15/08/2020

9

CAVALCANTE, MÁRCIO ANDRÉ LOPES. **STF MUDA SUA JURISPRUDÊNCIA E ADOTA EFEITO VINCULANTE DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE**. DIZER O DIREITO, 2017. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.DIZERODIREITO.COM.BR/2017/12/>>



FRANCO, Alberto. O controle de constitucionalidade de normas municipais. *Âmbito jurídico*, 11 de set. 2009. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-controle-de-constitucionalidade-de-normas-municipais/>>. Acesso em : 30/08/2020.

JUNIO, LUÍS; CARVALHO, PEDRO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM NÍVEL ESTADUAL E MUNICIPAL. *JUS*, 2019. DISPONÍVEL EM:<[HTTPS://JUS.COM.BR/ARTIGOS/73371/CONTROLE-DE-CONSTITUCIONALIDADE-EM-NIVEL-ESTADUAL-E-MUNICIPAL](https://jus.com.br/artigos/73371/control-de-constitucionalidade-em-nivel-estadual-e-municipal)>. ACESSO EM: 24/08/2020.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo, Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo, Atlas, 2019.

MORAES, Guilherme Penã de. **Curso de direito constitucional**. São Paulo, Atlas, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13<sup>a</sup>.ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. 28<sup>a</sup> ed. São Paulo, Método, 2019.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 9<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, Gen, 2014.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. São Paulo, Método, 2019.

RUVER, Tadeu. Não cabe ADC para discutir leis estaduais ou do Distrito Federal, afirma Celso. *Conjur*, 7 de maio de 2018. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2018-mai-07/nao-cabe-adc-discutir-leis-estaduais-afirma-celso-mello>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30<sup>o</sup> edição. Método. 2007

VITALIS, Aline. **Os efeitos temporais no controle concentrado de constitucionalidade: uma análise de julgados recentes da justiça constitucional portuguesa e brasileira**. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, 2016. <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDConsInter\\_n.96.04.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDConsInter_n.96.04.PDF)>. Acesso em: 24 ago. 2020.



## Os princípios da reanimação direcionados às queimaduras e traumas elétricos

*The principles of resuscitation for burns and electrical trauma*

Yngrid Jazmin Lino Caumol (Médica pela Universidad Autónoma Gabriel Rene Moreno/ E-mail: dra.yngridlino@gmail.com)

Patrícia Andrade de Araújo Harabari (Médica pela Universidade Anhembi Morumbi - campus de São Paulo capital / E-mail: patriciaharabari@gmail.com)

José Carlos Domingos Gomes (Farmacêutico pelo Centro Universitário Maurício de Nassau em Recife / Email: carlosdomingos26.jcd@gmail.com)

Emiliane Rodrigues (Médica pela Universidade Nove de Julho, Uninove/ Email: Emiliane\_Rodrigues@hotmail.com)

Israel Bregonci Trancoso Wernsbach (Médico pela Centro Universitário do Edpirito Santo UNESC/Email: israeltrancoso98@hotmail.com)

Vanessa da Costa Sousa (Médica Radiologista pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz/ E-mail: vanessamedrj@gmail.com)

Thiago Arthur Machado de Oliveira (Graduando em Medicina pela Faculdade de Medicina de Valença / Email: thiago85arthur@hotmail.com)

Joao Victor Araujo Guimaraes (Médico pela Universidade CEUMA/ Email: joaovictorguimaraes98@hotmail.com)

Ana Carolina Campos Moraes Guimarães (Médica pela Universidade de Rio Verde, campus Rio Verde/ Email: anacmguimaraes@hotmail.com)

Édsel Silva Belleza do Nascimento (Médico pela Universidade Federal do Piauí/ Email: edselsn@gmail.com)

Rafaela Kirsch Verza (Graduando em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas, UCPEL/ Email: rafaelakv18@hotmail.com)

Jennifer Freitas Galvão Gonçalves (Graduando em Medicina pelo Centro Universitário Fametro/ Email : Jenniferfgalvao@gmail.com)

Antonio Marcus Vinicius Rocha Pereira Bezerra (Médico pela Faculdade de Medicina de Olinda / Email: antoniomarcus2@hotmail.com)

Renata de Alencar Nogueira (Médica pela Uninovafapi/ Email: renataanogueira@yahoo.com.br)

Mariana Amorim Barbosa (Graduando em Medicina pela Universidade Católica de Brasília/ Email: marianamab10@gmail.com)

Claudia Soares Alves (Médica pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, UFTM/ E-mail: claudia.alves@ueg.br)

Amanda Trindade Pereira (Graduando em Medicina pela FAMENE/ Email: amandatrindadeenf@gmail.com)

Lara Bernardes Almeida (Médica pela Faculdade de medicina de Itajubá / Email: larabernardes06@gmail.com)

Gabriel Silva Assaf Ferreira (Médico pela Faminas BH/ Email:gabriel95assaf@gmail.com)

1

Marília Sonda (Médica pela Universidade Federal da Fronteira Sul- Passo Fundo/ Email: mariliasonda@hotmail.com)

Rodrigo Miranda Groberio (Médico pela Universidade Vila Velha / Email: rodrigogroberio@hotmail.com)

Nildo Redivo Junior (Médico Ginecologista e Obstetra, Doutorando pela Universidade do Oeste Paulista/ Email: nildodr@hotmail.com)

Maria Lorena Ribeiro Redivo (Graduando em Medicina pela Universidade do Oeste Paulista / Email: marialorenaredivo@gmail.com)





Muhammad adnan khan (Residencia Médica pela HE-UFPEL/ Email: medmk890@gmail.com)

Dalmo Hollen Dias Aniceto de Lima (Médico pelo Centro Universitário São Lucas, Porto Velho- RO/ Email: hollen.lima@gmail.com)

João Pedro Lima Diogo (Médico pela UniFTC / Email: joaopedrolimadiogo@gmail.com)

Mariana Ramos de Castro (Graduando em Medicina pelo Centro Universitário Uninovafapi / Email: ramoscastro.mariana@gmail.com)

José Songlei da Silva Rocha (Médico pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) / Email: songleirocha@gmail.com)

Thiago de Mello Tavares (Médico na Sociedade Brasileira de Medicina da Obesidade- SBEMO/ Email: Mdthiagotavares@gmail.com)

Lucas Luiz Fitipaldi Ferreira (Médico pela Universidade Cesumar - UniCesumar/ Email: lucasffitipaldi@outlook.com)

Lucas Cordeiro de Queiroz Nunes (Médico pela Escola Superior de Ciências da Saúde/ Email: lucascordeirodequeiroz@gmail.com)

Jaqueline Maria Pinheiro de Araujo (Médica pela Universidade de Gurupi / Email: jaquelinemparaujo@gmail.com)

Bruno de Andrade Viegas (Médico pela Faculdade Souza Marques Email: Bruno.Viegas12@hotmail.com)

Luciane Mari Brito Cavalcante (Graduando em Medicina pelo Centro Universitário São Lucas (UNISL)/ Email: lmaricavalcante@gmail.com)

Caio César Ferreira (Médico pela UniAtenas-Paracatu -MG / Email: caioopa@hotmail.com)

Eduarda Vianna Guimarães Balestra (Médica Residente em Clínica Médica pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal/ Email: balestraeduarda@gmail.com)

Clarice Paiva de Oliveira (Médica Residente em Clínica Médica pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal/ Email: Claricepaiva.o@gmail.com)

Felipe Cesar Dos Santos Lopes (Médico pela Universidade de Taubaté- Unitau/ Email: felipe.lopes1000@hotmail.com)

Yure Kayan da Rocha Ribeiro (Graduando em Medicina pela Uninovafapi/ Email: yurerocha.estudos@outlook.com)

Aristóteles Andrade dos Santos (Médico pela Universidad de Moron- Argentina/ Email: aristotelesand@gmail.com)

Luisa Vital Martins (Médica pela Universidade de Rio Verde, Unirv, campus Aparecida de Goiânia / Email: luisavitalmartins@gmail.com)

Bruna Aparecida dos Santos Burato (Médica pela Faculdade FACERES/ Email: bruna\_burato@hotmail.com)

João Pedro Braga Borges (Médico pelo Centro Universitário de Adamantina-Unifai/ Email: jpbragaborges@gmail.com)

Edgar Veiga Moneró (Graduando em Medicina pela Universidade de Rio Verde -Unirv Goianésia/ Email: Edgarveigamonero@yahoo.com.br)

Felipe Roque de Assis (Médico pela Universidade de Várzea Grande - Univag/ Email: feliperoquedeassis@gmail.com)

2

Gustavo Roque de Queiroz (Médico pela Universidade Iguazu - UNIG/ Email: gustavorqueiroz@outlook.com)

Bárbara dos Santos Tayt-Sohn (Médica pela Universidade Iguazu - UNIG/ Email: barbara\_taytsohn@hotmail.com)

Mauro Lopes Teixeira Filho (Médico pela Universidade Iguazu/ Email)

Malu de Aquino Almeida (Médica pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)/ Email: malualmeida98@hotmail.com)

Luilson cruz Alves da Silva (Médico pela Uninovafapi/ Email: luilson\_cruz@hotmail.com)





Daniel de Paula Sobreira (Médico pela Universidade Federal de Sergipe/ E-mail: ddp\_korn@yahoo.com.br)

Caio Afonso Pereira de Melo (Medicina pela Faculdade de Medicina de Garanhuns - FAMEG/AFYA / Email: caiomelo.med@gmail.com)

Leticia Duarte de Oliveira (Médica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ E-mail: duartletydia@gmail.com)

Ruth Isabel Zuna Serrano (Graduando em Medicina pela Unisul-Pedra Branca / E-mail: ruthisabel9@hotmail.com)

Claudia Regina Belo Soares (Médica Pediatra pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Email: claudiabello@me.com)

Maíra Lopes Sarmento (Médica pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale) - Governador Valadares, MG/ Email: mairasarmento1@gmail.com)

Alejandro Ferrer Garcia (Médico pela Universidade de Ciências Médicas da Havana/ Email: aleferrer881209@gmail.com)

Abid Ashraf Khan (Médico pela Faculdade: ELAM (Cuba)/ Email: khan.abid.med@gmail.com)

Arlon Gravatá Almeida Lima (Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas - Ufal/ Email: arlon.lima@famed.ufal.br)

Giordano Bruno Custódio D'Afonseca (Médico pela Universidade de Rio Verde/ Email: gbruno3@hotmail.com)

Marília Lima de Moura Santos (Médica pelo Centro Universitário Unifacid/ Email: Marilialima799@gmail.com)

Ana Leticia Batista Leal Barbosa (Médica pelo Centro Universitário Unifacid/ Email: aleticialbarbosa@gmail.com)

Guilherme Antônio Niemeyer Di Mango (Medicina pela UNIGRANRIO / Email: guilherme.dimango@gmail.com)

Amanda Souza do Nascimento (Médica pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG / E-mail: amndsn@hotmail.com)

Anne Caroline Corgozinho (Médica pela Universidade José do Rosário Vellano / Email: annemagella@gmail.com)

## Resumo

As queimaduras representam os principais determinantes de óbito no Brasil. Tratam-se de lesões dos tecidos orgânicos oriundos de agentes (químicos, elétricos e químicos) potenciais em desenvolver calor excessivo deteriorando os tecidos corporais e gerando morte celular. As queimaduras podem ser enquadradas conforme o agente causador e a profundidade das lesões, têm-se as queimaduras do tipo (químicas, térmicas, elétricas, ionizantes, biológicas, por atrito ou fricção). O nível alcançado de uma queimadura, ou seja a profundidade é determinada pelo exame clínico, fundamentado na observação dos aspectos patológicos das lesões e a palpação. A avaliação das injúrias resultantes das queimaduras é crucial para o manejo clínico a ser estabelecido, priorizando-se a sobrevivência da vítima e o bom prognóstico ao se evitar agravos nas lesões já existentes. Palavras-chave: Queimaduras, Ventilação, Hipovolemia.

## Abstract

Burns represent the main determinants of death in Brazil. These are injuries to organic tissues arising from agents (chemical, electrical and chemical) that have the potential to develop excessive heat, deteriorating body tissues and causing cell death. Burns can be classified according to the causative agent and the depth of the lesions, there are burns of the type (chemical, thermal, electrical, ionizing, biological, by attrition or friction). The reached level of a burn, that is, the depth, is determined by the clinical examination, based on the observation of the pathological aspects of the lesions and on palpation. The assessment of injuries resulting from burns is crucial for the clinical management to be established, prioritizing the victim's survival and a good prognosis by avoiding damage to existing injuries.

Keywords: Burns, Ventilation, Hypovolemia.

## Introdução

Na perspectiva clínica, as lesões térmicas são classificadas como emergência, devido ao alto potencial de morbimortalidade. Contudo, é transcendente a aplicação dos protocolos para o manejo das vítimas do trauma e reduzir a repercussão deste no organismo<sup>1</sup>.



As queimaduras são injúrias resultantes do calor, a qual pode ser pela aproximação com chama de fogo, água fervente ou demais líquidos e objetos abrasivos. Não obstante, pode ser produto de choque elétrico ou elementos químicos. Estima-se que o diferencial entre uma queimadura e demais lesões se baseiam nas repercussões destas serem respectivamente condizentes a amplificação da reação inflamatória para a lesão, isto é quanto mais ascendente e intenso este for mais grave será o quadro inflamatório<sup>5</sup>.

Neste contexto, os doentes urgem por condutas essenciais para cessar o seguimento da queimadura, ofertando perviedade das vias aéreas e da ventilação e imposição do acesso intravenoso<sup>3</sup>. O seguinte artigo objetivou descrever através da revisão de literatura os princípios da reanimação direcionados às queimaduras e traumas elétricos e os determinantes para o bom prognóstico do paciente.

## Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, adequado para debater sobre os princípios dos aspectos da lesão raquimedular. É composto por uma análise abrangente da literatura, a qual o método baseou-se por ser uma análise bibliográfica a respeito do trauma vértebro medular e suas respectivas repercussões, foram recuperados artigos indexados nas bases de dados do PubMed, Lilacs, SciELO, Latindex e demais literaturas pertinentes a temática, durante o mês de janeiro de 2023, tendo como período de referência os últimos 5 anos. Foram utilizados os termos de indexação ou descritores, trauma raquimedular, manejo clínico, déficits neurológicos, isolados ou de forma combinada. O critério eleito para inclusão das publicações era ter as expressões utilizadas nas buscas no título ou palavras-chave, ou ter explícito no resumo que o texto se relaciona aos aspectos vinculados ao trauma vértebro medular e suas repercussões na regularidade orgânica. Os artigos excluídos não continham o critério de inclusão estabelecido e/ou apresentavam duplicidade, ou seja, publicações restauradas em mais de uma das bases de dados. Também foram excluídas dissertações e reses. Após terem sido recuperadas as informações-alvo, foi conduzida, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos 20 textos. Como eixos de análise, buscou-se inicialmente classificar os estudos quanto às particularidades da amostragem, delimitando aqueles cujas amostras são dos aspectos fisiopatológicos das lesões e aqueles cujas amostras são dos tipos de lesões que abordam cada classificação e os acometimentos clínicos. A partir daí, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos, bem como a observação das características gerais dos artigos, tais como ano de publicação e língua, seguido de seus objetivos. Por fim, realizou-se a apreciação da metodologia utilizada, resultados obtidos e discussão

## Resultados e Discussão

A busca das publicações científicas que fundamentaram este estudo identificou 70 referências sobre queimaduras e os protocolos para o manejo da emergência nas bases de dados referidas, das quais 25 publicações foram incluídas na revisão. Entre os estudos selecionados, 28 artigos são de abordagem teórica, os demais apresentam desenho transversal e estudo de caso. Observou-se a prevalência de publicações na língua inglesa, representando 84% do total, quando comparada às línguas espanhola (9,6%) e portuguesa (6,4%).

A queimadura interfere na integridade funcional cutânea, responsável pela homeostase hidroeletrólítica, controle da temperatura interna, flexibilidade e lubrificação da superfície corporal. Logo, a magnitude das repercussões dessas funções varia conforme a extensão e profundidade da queimadura<sup>9</sup>.

A agressão térmica provoca no organismo uma reação local, traduzida por necrose de coagulação tecidual e progressiva trombose dos vasos adjacentes em cerca de 12 a 48 horas. A ferida da queimadura inicialmente é estéril, mas o tecido necrótico rapidamente se torna colonizado por bactérias endógenas e exógenas, produtoras de proteases, que levam à liquefação e separação da escara, ascendendo ao tecido de granulação responsável por cicatrização da ferida, fundamentada na potencial aptidão de retração e fibrose nas queimaduras de terceiro grau<sup>10</sup>.

A conduta inicial em um paciente queimado é evitar a perpetuação do processo, a qual deve-se desnudar o doente, em razão dos tecidos artificiais serem suscetíveis a inflamação e queimação em elevadas temperaturas, conseqüentemente formar produtos residuais que perpetuam o evento de queimadura, contudo nas situações em que a roupa estiver aderida a pele não é indicado remover. Ressaltando, que é imprescindível evitar a hipotermia e cautela com condutas recomendadas para amenizar o fogo podem infectar a porção queimada com resquícios e até água contaminada<sup>3</sup>.

A perviedade das vias aéreas é uma prioridade, em razão de ser suscetível a oclusão através da agressão direta, exemplificada pela inoculação de dióxido de carbono durante o evento, sendo comprovado por elevações acima de 10% de carboxihemoglobina, ademais impactos oriundos deste como a extensão e o nível da queimadura, trauma adjacente, a localização em porções da face, cabeça e no interior bocal por culminarem em edema



maciço, este apesar de não se desenvolve consecutivamente e os indícios de obstrução não serem evidentes, tornam indispensável o exame inicial para avaliar a necessidade de Intubação endotraqueal<sup>6</sup>.

Os protocolos que tornam a obrigatoriedade da imposição da via aérea definitiva, isto é a intubação precoce são: o quadro sugestivo de oclusão da via aérea como rouquidão, estridor, uso de músculos respiratórios acessórios, retração esternal; dimensão superior a 40% a 50%; disfagia; dificuldade respiratória, representada pela incapacidade em eliminar secreções; brônquicas; fadiga respiratória, déficit na oxigenação e ventilação; abaixamento do nível de consciência; precisão de transferência do enfermo grande queimado<sup>8</sup>.

A aeração deve ser garantida em um paciente queimado, visto que o agravo direto da via aérea apesar de incomum é proporcional a inalação de vapor superaquecido ou gases inflamáveis. A ventilação é clinicamente significativa, em razão da tríade clínica representada por hipóxia, intoxicação pelo monóxido de carbono e injúria pela exposição a fumaça. A redução no aporte de oxigênio é compatível com o dano inalatório, déficit na ventilação pelas queimaduras circunferenciais no tórax ou agravos traumato-torácicas não associada á queimaduras, sendo obrigatório a suplementação com oxigênio através de uma máscara de não-reinalação junto ou não de intubação. Justificado pela alta afinidade do CO pela hemoglobina<sup>11</sup>.

Em casos de pacientes queimados em situação de confinamento, é altamente favorável considerar a sujeição ao monóxido de carbono. A identificação deste ocorrido se baseia no histórico prévio e extensão direta da carboxihemoglobina (HbCO), sendo que medidas abaixo de 20% cursam de forma assintomática, já em níveis superiores é comum as aparições de coma, confusão, cefaleia, náusea e até óbito<sup>13</sup>.

A aspiração de cianeto, através dos elementos de combustão em queimaduras oriundas de espaços confinados é comum. Sendo o achado de continuo, sem fundamento e intensa acidose metabólica. Ademais, subsídios da combustão, tais como partículas de carbono e vapores toxigenos são determinantes no desfecho da lesão inalatória. Estas se alojam nos bronquíolos distais, resultando em deteriorações e morte celular da mucosa, conseqüentemente ocorre uma reação inflamatória exarcebada e alto extravasamento capilar, com isso se torna imprescindível o carecimento por infusão de líquidos e obstáculos na difusão de oxigênio. Associado ao evento das células mortas se tornarem um empecilho pela possível oclusão das vias aéreas, junto a queda abrupta do clearance (depuração) da via aérea resultar em maior propensão a pneumonia, além de contar com o manejo terapêutico mais desafiador e maior chance de óbito<sup>15</sup>.

A condução de um paciente alvo de ser portador de lesão por inalação de fumaça, o profissional responsável deve solicitar radiografia torácica e estimativas por gasometria arterial, contudo a ausência de anormalidades nestes exames não exclui lesão por inalação

Os pacientes que se encontram em estágios graves de queimadura são um desafio na questão de parâmetros acerca do volume sanguíneo e também pelo risco de serem acometidos por demais transtornos que culminam em choque hipovolêmico, sendo este manejado de acordo com os princípios de reanimação. Ressalta-se que a reanimação com fluidos para a terapêutica da queimadura deve ser efetivada, pois ocorre elevada e continua depleção líquida oriundo do extravasamento capilar resultante da inflamação. É necessário impor um cateter urinário permanente para avaliar a excreção urinária estimando o nível de perfusão, isto é, em casos de falha deste é necessário exponenciar até o objetivo ser alcançado<sup>16</sup>.

Entretanto, é transcendente regular a concordância para evitar exageros no decorrer da reanimação. Justificado pelo fato de o déficit gerar hipoperfusão e deterioração orgânica final, enquanto o excesso acarreta em maior chance de edema<sup>12</sup>.

Atendendo um acometimento por lesão por inalação de fumaça, correspondente a uma injúria resultante de queimadura considerável é altamente recomendada a intubação. Situações baseadas em estabilidade hemodinâmica e ausência de lesões na coluna vertebral urge por elevação torácica e da cabeceira em cerca de 30 graus auxiliando a precaver edemaciação na parede do pescoço e tórax. Todavia, em casos em que a queimadura total na região torácica anterior e lateral ocasionar agravante limitação na mobilidade, independente de uma queimadura circunferencial, tornando a escarotomia (incisão cirúrgica por meio da escara para livrar a constrição, recuperando a circulação e ventilação ideal) uma opção viável

5

O perfil clínico do paciente queimado é o principal norte para o manejo, isto é a sondagem gástrica é recomendada em situações que envolvem náuseas, êmese, distensão abdominal. É necessário cobrir a área queimada com um pano limpo, em nenhuma hipótese romper as bolhas ou administrar agentes antissépticos. Os antibióticos não são indicados para estágios iniciais pós queimaduras, mas sim para a terapêutica de infecções<sup>15</sup>.

As recomendações para se optar para a transferência dos acometidos para centros de queimados foram impostos pela Associação Americana de Queimados que se baseiam em: espessura parcial atingindo acima de 10%, envolvimento (face, mãos, pés, genitais, períneo, articulações principais), queimaduras de terceiro grau,



incidentes (elétricos, químicos), lesões por inalação, queimaduras por patologias prévias potencialmente agravantes ao atendimento, existência de trauma concomitante, o déficit estrutural dos hospitais de atendimento<sup>7</sup>.

### Conclusão

Conforme as informações analisadas neste estudo, pode se elucidar que uma história clínica detalhada associada ao tamanho da área de superfície corporal afetada e a profundidade da lesão oriunda da queimadura. Contudo, existem casos em que é imprescindível a transferência da vítima para o centro de queimados, se tornando indispensável os registros coletados sobre exames, temperatura, pulso, líquidos infundidos e débito.

### Referências

1. Barret JP, Herndon, DN. Effects of burn wound excision on bacterial colonization and invasion. *Plast Reconstr Surg*. 2003;111:744-50; discussion 751-2.
2. Ramos-e-Silva M, Ribeiro de Castro MC. New dressings, including tissue-engineered living skin. *Clin Dermatol*. 2002;20:715-23.
3. Sheridan RL, Hinson MI, Liang MH, Nackel AF, Schoenfeld DA, Ryan CM, et al. Long-term outcome of children surviving massive burns. *JAMA*. 2000;283:69-73.
4. Barillo DJ, Paulsen SM. Management of burns to the hand. *Wounds*. 2003;15:4-9.
5. Wassermann D. Évaluation et premiers soins d'une brûlure thermique. *Ver Prat*. 2002;52:2228-33.
6. Leão CEG. Queimaduras. In: Fonseca FP, Rocha PRS, editors. *Cirurgia ambulatorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1999. P.122-8.
7. Costa DM, Abrantes MM, Lamounier JÁ, Lemos ATO. Estudo descritivo de queimaduras em crianças e adolescentes. *J Pediatr*. 1999;75:181-6.
8. Rossi LA, Barruffini RCP, Garcia TR, Chianca TCM. Queimaduras: características dos casos tratados em um hospital escola em Ribeirão Preto (SP), Brasil. *Ver Panam Salud Publica*. 1998; 4:401-4.
9. Hettiaratchy S, Dziewulski P. ABC of burns: pathophysiology and types of burns. *BMJ*. 2004;328:1427-9.
10. Hettiaratchy S, Dziewulski P. ABC of burns. Introduction. *BMJ*. 2004;328:1366-8.



## Saúde Mental dos Profissionais de Enfermagem no Brasil: Revisão Integrativa

### *Mental Health of Nursing Professionals in Brazil: Integrative Review*

Monique Marques de Souza

<http://lattes.cnpq.br/5452821966171146>

#### Resumo

A saúde mental é descrita como o equilíbrio emocional e a capacidade de lidar com os desafios da vida. No entanto, no ambiente de trabalho, o uso de novas tecnologias, a competitividade e as metas ambiciosas podem prejudicar a saúde mental dos profissionais de enfermagem. O presente estudo possui o objetivo de refletir sobre as consequências de uma saúde mental fragilizada dos profissionais de enfermagem do Brasil. A metodologia partiu de uma pesquisa integrativa da literatura, de cunho qualitativo, para isso, foi realizada uma busca na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, sendo selecionados apenas sete artigos relevantes sobre as consequências da saúde mental prejudicada aos profissionais de enfermagem. Os resultados destacaram a importância de abordar a saúde mental dos profissionais de enfermagem, uma vez que eles lidam com situações de estresse e sofrimento diariamente.

**Palavras-chave:** Esgotamento Profissional. Profissionais de Enfermagem. Saúde Mental.

#### Abstract

Mental health is described as emotional balance and the ability to deal with life's challenges. However, in the work environment, the use of new technologies, competitiveness and ambitious goals can harm the mental health of nursing professionals. This study aims to reflect on the consequences of a fragile mental health of nursing professionals in Brazil. The methodology was based on an integrative research of the literature, of a qualitative nature, for this, a search was carried out in the Latin American and Caribbean Literature database in Health Sciences, with only seven relevant articles being selected on the consequences of impaired mental health. to nursing professionals. The results highlighted the importance of addressing the mental health of nursing professionals, since they deal with situations of stress and suffering on a daily basis.

**Keyword:** Professional Exhaustion. Nursing Professionals. Mental health.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de saúde é mais amplo que a ausência de doença, principalmente, levando em consideração o que pode provocar o surgimento das doenças. A OMS (Organização Mundial da Saúde), em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de enfermidade (BRASIL, 2020).

Ademais, a saúde mental é uma das dimensões da saúde, sendo sinônimo de qualidade de vida emocional, ou seja, o equilíbrio entre emoções e sentimentos diante dos desafios, conflitos, mudanças e outros eventos da vida. Estar mentalmente saudável significa estar bem consigo e com os outros indivíduos, conseguir aceitar as situações adversas e saber lidar com emoções boas e ruins, reconhecendo sempre seus limites e buscando ajuda se necessário (BRASIL, 2021).

Na saúde pública, a saúde mental também é abordada, podendo ser definida como um estigma, um sinal de vergonha, infelicidade ou reprovação, que resulta num indivíduo rejeitado pela sociedade, tornado objeto de discriminação e excluído da participação em várias áreas diferentes da comunidade, dificultando até mesmo a procura por uma ajuda profissional (WHO, 2002).

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (2021), o trabalho é um elemento chave para o bem-estar e uma saúde mental de qualidade, pois possibilita segurança financeira, identidade pessoal e social e oportunidade de contribuir para a comunidade.

Por outro lado, o ambiente de trabalho nas últimas décadas, tem o envolvimento de novas tecnologias, intensa competitividade, concorrência global e cobrança de metas cada vez mais ambiciosas, podendo prejudicar a saúde mental do trabalhador (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2021).

A Síndrome de *Burnout*<sup>1</sup>, conhecida como esgotamento profissional, pode afetar indivíduos que trabalham em diversas áreas. Este distúrbio é caracterizado pela tensão emocional e o estresse causados por condições de trabalho precárias e desgastantes. Além do cansaço, esta reação de estresse costuma ser de longo prazo e também é caracterizada pela ausência do sentimento de realização profissional (HEMOS, 2021).

Prestadores de cuidados de saúde, como profissionais de enfermagem, podem desenvolver distúrbios psiquiátricos de curto e longo prazo importantes após vivenciarem eventos profissionais estressantes. A enfermagem enfrenta desafios incluindo a sobrecarga de serviço, escassez de recursos humanos e materiais, e ainda preocupações com o gerenciamento da própria saúde, e a de seus familiares e pacientes (TOESCHER *et al*, 2020).

Assim sendo, torna-se significativo o teor reflexivo deste estudo acerca dos transtornos psíquicos que acometem os profissionais de enfermagem do Brasil. Diante disso, o presente estudo possui o objetivo de refletir sobre as consequências de uma saúde mental fragilizada dos profissionais de enfermagem do Brasil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia partiu de uma pesquisa integrativa da literatura, de cunho qualitativo. A revisão integrativa compreende em revisar pesquisas de conteúdos cientificamente significantes para auxiliar em decisões e contribuir para o aperfeiçoamento na prática clínica, permitindo a associação dos conteúdos conhecidos que necessitem ser contemplados em estudos futuros (MENDES, 2008).

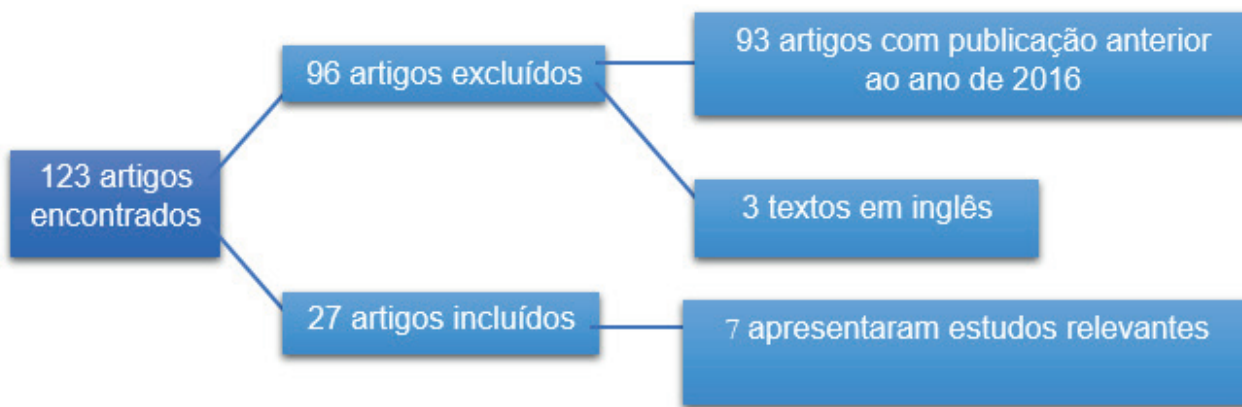
O presente estudo foi realizado de acordo com as 6 etapas da revisão integrativa de literatura, que são: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES, 2008).

Foi realizada uma busca na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Onde os critérios de busca e seleção das publicações englobam: artigos com textos por completos acessíveis, disponíveis em português e espanhol, publicados nos últimos 5 anos, e contendo os descritores selecionados Esgotamento Profissional, Profissionais de Enfermagem e Saúde Mental.

Como exclusão, foram retirados artigos que não abrangem ao tema. Assim, sendo selecionados apenas os artigos que responderam a questão de investigação e os critérios de elegibilidade. Ao todo, foram selecionados 123 artigos, aos quais 96 foram excluídos por não atenderem os requisitos de inclusão (publicação a partir do ano 2016, textos em português ou espanhol), sendo 27 incluídos na construção da revisão sistemática e apenas 7 apresentaram estudos relevantes sobre a temática (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma com o quantitativo de artigos encontrados e aplicação dos critérios de exclusão.



<sup>1</sup> Esgotamento (O presente termo aparece outras vezes ao longo do artigo).

### 3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A partir da leitura dos artigos sobre as consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem do Brasil, foi elaborada a Tabela 1, construída com os tópicos: Autor; Ano; Revista; Título e; Consequências de uma saúde metal prejudicada dos profissionais de enfermagem.

Os resultados da busca por artigos nas bases de dados selecionados foram 123 artigos, sendo que somente 7 atenderam os critérios de consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem. Abaixo, mostra-se a Tabela 1, referente aos achados.

Tabela 1: Resultados de artigos encontrados. Rio de Janeiro, 2021.

Autor / Ano / Revista	Título	Consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem
LUZ, D. C. R. P. <i>et al.</i> (2021) Revista <i>Nursing</i> <sup>2</sup>	<i>Burnout</i> e saúde mental em tempos de pandemia de COVID-19: revisão sistemática com metanálise	Fadiga, desconforto e desamparo.
OLIVEIRA, A. F. C. <i>et al.</i> (2020) <i>Online Brazilian Journal of Nursing</i> <sup>3</sup>	Sofrimento psíquico e a psicodinâmica no ambiente de trabalho do enfermeiro: revisão integrativa	Estresse, depressão, Síndrome de <i>Burnout</i> , suicídio.
ROCHA, L. J. <i>et al.</i> (2019) Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	Esgotamento profissional e satisfação no trabalho em trabalhadores do setor de emergência e terapia intensiva em hospital público	Depressão, hipertensão arterial, cefaleia, insônia, irritabilidade, tristeza, desinteresse, apatia e manifestações de ansiedade.
KOBAYASI, D. Y. <i>et al.</i> (2019) <i>Avances en Enfermería</i> <sup>4</sup>	Sobrecarga, rede de apoio social e estresse emocional do cuidador do idoso.	Depressão, ansiedade, insônia, cansaço mental, baixa concentração, falha da memória, apatia, indiferença emocional.
CRUZ, S. P. D. L. <i>et al.</i> (2019) Revista Latino-Americana de Enfermagem	Fatores relacionados à probabilidade de sofrer problemas de saúde mental em profissionais de emergência	Ansiedade, disfunção social e depressão.

2 Enfermagem.

3 Revista Brasileira de Enfermagem Online.

4 Avanços em enfermagem.





RAMOS, C. E. B. <i>et al.</i> (2019) Revista Brasileira de Ciências da Saúde	Impactos da síndrome de <i>Burnout</i> na qualidade de vida dos profissionais de enfermagem da atenção básica à saúde	Cefaleia, cansaço mental, dificuldades de sono, fadiga, irritabilidade, dificuldade de memória e concentração.
FABRI, J. M. G. <i>et al.</i> (2018) Revista Baiana de Enfermagem	Estresse ocupacional em enfermeiros da pediatria: manifestações físicas e psicológicas	Estresse, problemas de memória, desgaste físico, cansaço, angústia, ansiedade.

Fonte: Autoria Própria, 2021.

Foram encontradas vinte e duas consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem nos sete artigos evidenciados.

Sendo eles: Ansiedade, em 4 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Depressão, em 4 artigos (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020; ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019); Dificuldade de memória, em 3 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Cansaço, em 3 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018).

Também, fadiga em 2 artigos (LUZ, D. C. R. P. *et al.* 2021; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Insônia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Estresse, em 2 artigos (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Apatia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Cefaleia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Irritabilidade, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Baixa concentração, em 2 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019).

Em apenas 1 artigo foram encontrados: Desconforto; Desamparo (LUZ, D. C. R. P. *et al.* 2021); Síndrome de *Burnout*; Suicídio (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020); Hipertensão arterial; Tristeza; Desinteresse (ROCHA, L. J. *et al.* 2019); Indiferença emocional (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Disfunção social (CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019); Dificuldades de sono (RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Desgaste físico; Angústia (FABRI, J. M. G. *et al.* 2018).

#### 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Gomes e Oliveira (2013), os profissionais de enfermagem são os profissionais que estão mais propensos aos problemas de saúde mental, uma vez que são os que interagem por mais tempo com indivíduos que necessitam de seus cuidados, sendo que as pressões no trabalho contribuem para minar sua saúde mental.

Sousa *et al* (2019), aponta que estudos apresentam os transtornos mentais e comportamentais como causa de aposentadorias por invalidez entre trabalhadores da saúde, responsável por afastamentos de trabalhadores de enfermagem, que exigem maior tempo para recuperação, gerando mais gastos, associados à redução da capacidade para o trabalho.

A ansiedade e a depressão, juntas, formam a dupla do mal do século, acometendo seriamente os profissionais de enfermagem, e não são incomuns. A enfermagem lida com pacientes em situação de dor, sofrimento e morte, e isso abala o emocional desses profissionais (COREN-ES, 2019).

De acordo com Jodas e Haddad (2009), uma das consequências geradas ao aparelho psíquico dos profissionais resulta na síndrome de *burnout*, que é um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos, e que corresponde à resposta emocional às situações de estresse crônico em razão de relações intensas de trabalho.

Compreender a depressão e os riscos para o suicídio, como também os fatores envolvidos, é de extrema importância para os estudos relacionados à saúde do trabalhador. Cabe ressaltar que a prevalência de sintomas depressivos e suicídio, que corresponde ao processo e causas de morte provocados pela própria vítima, é elevada entre os profissionais da saúde. Salienta-se ainda que a prevalência é influenciada pelo estresse do ambiente e processo de trabalho, que interfere significativamente na vida laboral destes profissionais, com impacto na qualidade de vida. (SILVA *et al.*, 2015).



O acúmulo de carga do profissional de enfermagem, que já está sofrendo com um desgaste emocional, pode ser levado a uma situação de suicídio. Por ser silenciosa e, muitas vezes, gerar vergonha para quem sofre, a depressão pode levar a um suicídio quase sempre inesperado (NEVES, 2019).

## 5. CONCLUSÃO

Os estudos sobre saúde mental dos profissionais de enfermagem são de suma importância. Um assunto que deve ser discutido e não mascarado. Pois, os profissionais de enfermagem podem ter vergonha de seu estado mental prejudicado, estado esse que a sociedade pode interferir negativamente por falta de conhecimento, e não procurar atendimento especializado.

Há muitos fatores no âmbito da enfermagem que podem ocasionar transtornos psíquicos nos profissionais. Aumentando a possibilidade do profissional adquirir alguma doença e um esgotamento profissional.

A procura por um profissional especializado em doenças mentais é vital para o profissional que vive algum transtorno. O tratamento, somado a ajuda e compreensão de pessoas próximas, podem evitar consequências até mesmo irreversíveis, como o suicídio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. O que significa ter saúde? **Saúde Brasil**. 2020. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-queiro-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Qualidade de vida e saúde mental em tempos de pandemia da Covid-19: estratégias de cuidado. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/conteudobanner/temp/07042021100435261.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2021.

COREN-ES. Depressão é realidade entre enfermeiros. 2019. Disponível em: [http://www.coren-es.org.br/depressao-e-realidade-entre-enfermeiros\\_20285.html](http://www.coren-es.org.br/depressao-e-realidade-entre-enfermeiros_20285.html). Acesso em: 31 de out. 2021.

CRUZ, S. P. L; CRUZ, J. C; CABRERA, J. H; ABELLÁN, M. V. Fatores relacionados à probabilidade de sofrer problemas de saúde mental em profissionais de emergência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.27**. Espanha, 2019. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692019000100331](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100331). Acesso em: 31 de out. 2021.

FABRI, J. M. G; NORONHA, I. R; OLIVEIRA, E. B; KESTENBERG, C. C. F; HARBACHE, L. M. A; NORONHA, I. R. Estresse ocupacional em enfermeiros da pediatria: manifestações físicas e psicológicas. **Rev. baiana enferm. vol.32**. Salvador, 2018. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-86502018000100308](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100308). Acesso em: 31 de out. 2021.

GOMES, R. K; OLIVEIRA, V. B. Depressão, ansiedade e suporte social em profissionais de enfermagem. **Bol. psicol vol.63 no.138**. São Paulo, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432013000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432013000100004). Acesso em: 31 de out. 2021.

JODAS, D. A; HADDAD, M. C. L. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta paul. enferm. 22 (2)**. Londrina, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/Cwm4H8Sf63h4nMHc6HMwZGs/?lang=pt>. Acesso em: 31 de out. 2021.

5

KOBAYASI, D. Y; RODRIGUES, R. A. P; FHON, J. R. S; SILVA, L. M; SOUZA, A. C; CHAYAMITI, E. M. P. C. Sobrecarga, rede de apoio social e estresse emocional do cuidador do idoso. **Avances en Enfermería. vol.37 no.2**. Bogotá, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-45002019000200140](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002019000200140). Acesso em: 31 de out. de 2021.

LUZ, D. C. R. P; CAMPOS, J. R. E; BEZERRA, P. O. S; CAMPOS, J. B. R; NASCIMENTO, A. M. V; BARROS, A. B. Burnout e saúde mental em tempos de pandemia de COVID -19: revisão sistemática com



metanálise. **Revista Nursing.24 (276): 5714-571.** 2021. Disponível em: <http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1540/1760>. Acesso em: 31 de out. 2021.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. D. C. P; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm. vol.17 no.4.** Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 de out. 2021.

NEVES, U. Enfermagem é uma das principais categorias a sofrer com o suicídio. **Portal PEBMED.** 2019. Disponível em: <https://pebmed.com.br/enfermagem-e-uma-das-principais-categorias-a-sofrer-com-o-suicidio/>. Acesso em: 31 de out. 2021.

OLIVEIRA, A. F. C; TEIXEIRA, E. R; ATHANÁZIO, A. R; SOARES, R. S. Sofrimento psíquico e a psicodinâmica no ambiente de trabalho do enfermeiro: revisão integrativa. **Online Brazilian Journal of Nursing. vol.19. n. 1.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6353/html\\_2](http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6353/html_2). Acesso em: 31 de out. 2021.

RAMOS, C. E. B; FARIAS, J. A; COSTA, M. B. S; FONSECA, L. C. T. Impactos da síndrome de burnout na qualidade de vida dos profissionais de enfermagem da atenção básica à saúde. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde. Volume 23 Número 3 Páginas 285-296.** Paraíba, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/P4-43595/27686>. Acesso em: 31 de out. 2021.

ROCHA, L. J; CORTES, M. C. J. W; DIAS, E. C; FERNANDES, F. M; GONTIJO, E. D. Esgotamento profissional e satisfação no trabalho em trabalhadores do setor de emergência e terapia intensiva em hospital público. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. vol. 17. n. 3.** Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/467/pt-BR/esgotamento-profissional-e-satisfacao-no-trabalho-em-trabalhadores-do-setor-de-emergencia-e-terapia-intensiva-em-hospital-publico>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

SILVA, D. S. D; TAVARES, N. V. S; ALEXANDRE, A. R. G; FREITAS, D. A; BRÊDA, M. Z; ALBUQUERQUE, M. C. S; NETO, V. L. M. Depressão e risco de suicídio entre profissionais de Enfermagem: revisão integrativa. **Rev. esc. enferm. USP 49 (6).** Maceió, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/D7Bd3ZsmQkq4FTQ5Cq8FnhP/?lang=pt#>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

SOUSA, K. H. J. F; LOPES, D. P; TRACERA, G. M. P; ABREU, A. M. M; PORTELA, L. F; ZEITOUNE, R. C. G. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores de enfermagem de um hospital psiquiátrico. **Acta Paul Enferm. 32 (1).** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NzdtCtsbKQknT-jxg7qGwXrJ/?lang=pt#>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

TOESCHER, A. M. R; BARLEM, J. G. T; BARLEM, E. L. D; CASTANHEIRA, J. S; TOESCHER, R. L. Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio. **Esc. Anna. Nery 24.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/HwhCLFJwBRv9Mdd-qWCw6kmy/?lang=pt#>. Acesso em: 30 de out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós. 2021. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/guest/-/sa%C3%BAde-mental-no-trabalho-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-seguro%C2%A0depende-de-todos-n%C3%B3s>. Acesso em: 30 de out. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório mundial da saúde. Lisboa, 2002. Disponível em: [https://www.who.int/whr/2001/en/whr01\\_po.pdf](https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf). Acesso em: 30 de out. 2021.

## Aspectos socioeconômicos no processo de evasão escolar: uma análise na educação básica.

**<sup>1</sup>Leonardo de Oliveira Luna**

Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em  
Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
E-mail: leonardolluna@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5840-2306>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/8127979368118288>

**<sup>2</sup>Dionathan Almeida Amaral**

Graduando em Gestão de Recursos Humanos pelo Programa de Graduação em  
CST em Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário UniDom Bosco  
Curitiba, PR, Brasil  
E-mail: dionathanamaral.acad@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6738-3212>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/4609235672911542>

### RESUMO

Este artigo enfoca o impacto socioeconômico da evasão escolar, uma questão complexa que pode ser influenciada por diversos fatores. Estudos têm mostrado que crianças e jovens de famílias mais pobres têm maior probabilidade de abandonar a escola do que seus pares mais ricos. A pobreza pode dificultar o acesso à educação de qualidade, pois as famílias podem não ter meios para pagar o material escolar, uniformes e transporte. Escolas localizadas em áreas mais pobres também podem ter menos recursos e professores menos qualificados, o que pode afetar a qualidade do ensino e desestimular os alunos a permanecerem na escola. Além disso, a pobreza pode afetar a motivação dos alunos para continuar seus estudos, pois eles podem ter menos oportunidades e perspectivas para o futuro. A falta de apoio familiar também pode contribuir para o abandono escolar. Compreender a ligação entre a pobreza e o abandono escolar precoce é fundamental para encontrar soluções eficazes que assegurem que todos, independentemente do estatuto socioeconômico, sejam capazes de alcançar a sua educação e atingir o seu potencial.

**Palavras-chave:** Evasão; Escolas; Alunos; Abandono; Baixa; Escolaridade.



## ABSTRACT

*This article focuses on the socioeconomic impact of school dropout, a complex issue that can be influenced by several factors. Studies have shown that children and young people from poorer families are more likely to drop out of school than their wealthier peers. Poverty can make it difficult to access quality education, as families may not have the means to pay for school supplies, uniforms and transport. Schools located in poorer areas may also have fewer resources and less qualified teachers, which can affect the quality of teaching and discourage students from staying in school. In addition, poverty can affect students' motivation to continue their studies, as they may have fewer opportunities and prospects for the future. Lack of family support can also contribute to school dropout. Understanding the link between poverty and early school leaving is critical to finding effective solutions that ensure that everyone, regardless of socioeconomic status, is able to achieve their education and reach their potential.*

**Keywords:** *Evasion; Schools; Students; Abandonment; Low; Schooling.*

## 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um problema complexo que pode ser influenciado por inúmeros fatores, incluindo fatores sociais e econômicos.

A influência da situação socioeconômica sobre a evasão escolar é amplamente reconhecida, e estudos demonstram que as crianças e jovens provenientes de famílias mais pobres têm maior probabilidade de abandonar a escola do que seus pares de famílias mais abastadas. A relação entre a pobreza e a evasão escolar é multifacetada, e as causas podem variar de acordo com o contexto local.

Em muitos casos, a pobreza pode impedir o acesso à educação de qualidade. As famílias mais pobres muitas vezes não têm recursos para pagar por materiais escolares, uniformes e transporte, o que pode dificultar o acesso à escola. Além disso, escolas localizadas em áreas mais pobres podem ter menos recursos e professores menos qualificados, o que pode afetar a qualidade do ensino e desmotivar os alunos a permanecerem na escola.

A influência socioeconômica também pode afetar a motivação dos alunos para permanecer na escola. Crianças e jovens de famílias mais pobres muitas vezes têm menos oportunidades e perspectivas de futuro, o que pode levar a um sentimento de desesperança e falta de motivação para continuar estudando. Além disso, a falta de recursos financeiros pode levar à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, o que pode interferir no tempo dedicado aos estudos.

Outro fator que pode influenciar no abandono escolar é a falta de apoio familiar. As famílias mais pobres geralmente têm menos recursos e menos tempo disponível para ajudar seus filhos nos estudos, o que pode afetar o desempenho escolar e a motivação para continuar estudando. Além disso, em alguns casos, as famílias podem não valorizar a educação ou não ver a importância de seus filhos continuarem estudando.

Em síntese, a situação econômica influencia na evasão escolar é um problema complexo que pode ser influenciado por uma série de fatores. A falta de recursos financeiros, a qualidade do ensino, a motivação dos alunos e o apoio da família são apenas alguns dos fatores que podem influenciar o abandono escolar. É importante entender a relação entre pobreza e evasão escolar e buscar soluções efetivas para garantir que todos tenham acesso à educação e possam desenvolver suas potencialidades.



Assim, para a realização deste artigo, segue-se uma pesquisa em formato de revisão bibliográfica, que procura analisar textos de fontes e publicações confiáveis (Google Acadêmico, Scielo, entre outras), onde foram selecionados os estudos recentes, que trazem descrição detalhada e resultados de pesquisas realizadas em trabalhos práticos sobre o tema. Para a verificação dos dados obtidos, busca-se trazer uma comparação entre diferentes autores, analisando seus critérios e ensinamentos, aplicação em diferentes, voltados para o caso em questão.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A educação básica, abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. É a etapa primária da educação formal e é responsável por fornecer formação básica para a vida cívica e desenvolvimento humano integral. Visa assegurar o desenvolvimento do potencial pessoal e social dos alunos, preparando-os para o prosseguimento dos estudos e para a entrada no mundo do trabalho.

A conclusão da educação básica é essencial para o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Pessoas com esse nível de escolaridade têm mais chances de conseguir empregos com salários e benefícios mais altos, têm acesso mais fácil à informação, têm melhor capacidade de raciocínio e têm maior autonomia na tomada de decisões.

Além disso, a educação básica permite que os indivíduos adquiram uma melhor consciência e compreensão da sociedade em que vivem, bem como das questões políticas e sociais que afetam diretamente suas vidas. Dessa forma, a educação torna-se uma ferramenta importante para a formação de cidadãos críticos que compreendem seus direitos e responsabilidades.

Segundo Barros e Mendonça, no que tange o melhoramento de renda *per capita* familiar, sabemos que um ano a mais de estudo para os pais aumenta seus rendimentos em cerca de 10%. Assim, uma forma de avaliar a importância relativa da renda per capita e da escolaridade dos pais é comparar o efeito do aumento da renda familiar sobre a educação dos filhos. (IPEA, 1997).

Outro estudo realizado pela UNESCO observou que a conclusão da educação básica pode reduzir a pobreza e o desemprego, além de melhorar a qualidade de vida da comunidade. (UNESCO, 2020).

A educação básica pode trazer muitas oportunidades para as pessoas, como aquisição de conhecimento, inserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade de vida, aumento da participação social e política, etc.

De acordo com o Relatório de Monitoramento da Educação Global de 2020 da UNESCO, a educação básica de qualidade é fundamental para promover o desenvolvimento humano e a equidade social. Além disso, a formação básica contribui para a redução da pobreza e da desigualdade por meio da oferta de oportunidades de emprego, geração de renda e cidadania. (UNESCO, 2020).



Segundo a pesquisa “Educação, Capital Humano e Desenvolvimento Econômico” do Banco Mundial, a educação básica é um dos principais fatores de desenvolvimento econômico em diversos países. Isso porque a formação básica desenvolve as habilidades e competências necessárias às atividades produtivas e ao pleno exercício da cidadania. (Banco Mundial, 2017).

Além disso, o treinamento básico ajuda a promover saúde e qualidade de vida. Segundo o estudo "Educação e Saúde: Aproximando-se dos Determinantes Sociais" da Organização Mundial da Saúde (OMS), a educação básica é um dos fatores que afetam a promoção da saúde e o acesso aos serviços de saúde. (OMS, 2013).

Segundo o censo escolar de 2020 (INEP, 2021) o índice de alunos concluintes do ensino fundamental no Brasil naquele ano foi de 77,1%. Esse número é superior ao do ano anterior, quando o índice foi de 75,4%. No entanto, é necessário avançar para garantir que todos os alunos concluam essa etapa da educação.

As taxas de conclusão da educação básica variam em diferentes partes do país. Em 2020, a região Sul apresenta a maior taxa de graduação com 83,4%, seguida pela região Sudeste com 79,1%. A região Norte é a mais baixa, com apenas 67,7% dos alunos concluindo o ensino fundamental. (INEP, 2020).

Para o ano de 2021, o Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (INEP), apurou que 84,1% dos alunos que ingressam no ensino primário alcançarão a conclusão do ensino básico, enquanto no ensino secundário superior o valor será de 69,4%. (INEP, 2021)

Embora esses números mostrem progressos em relação aos anos anteriores, é preciso enfatizar que ainda há desafios para garantir que todos os alunos concluam a escolaridade obrigatória. Alguns dos fatores que podem afetar esse resultado são a qualidade da educação pública, a desigualdade social e a falta de acessibilidade em algumas partes do país.

Os governos devem investir em políticas educacionais que melhorem a qualidade da educação e garantam que a educação seja acessível a todos. Com isso, as taxas de conclusão da educação básica tendem a aumentar, assim como as oportunidades de trabalho, a renda e a qualidade de vida da população.

Observou-se também que a evasão escolar é um problema que afeta a educação globalmente, agravado ainda mais pela pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021. Segundo o Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (INEP), cerca de 15 milhões de alunos abandonaram a escola no Brasil em 2020. A maioria dos que

frequentam a escola no Brasil vem de famílias de baixa renda que vivem em áreas próximas. (INEP,2021).

A falta de acesso à internet e a dificuldade em frequentar as aulas online são alguns dos principais motivos apontados pelos evadidos. Além disso, muitas famílias perderam sua fonte de renda devido à pandemia, obrigando seus filhos a trabalhar para sustentar suas famílias. A evasão escolar é um problema grave, não só porque contribui para perpetuar as desigualdades sociais, mas também porque afeta diretamente a vida dos jovens, inclusive suas perspectivas de carreira. Os países e as sociedades, portanto, precisam tomar medidas para reduzir as taxas de abandono escolar e garantir educação de qualidade para todos.

A educação é um dos principais meios de promover a igualdade e o desenvolvimento econômico e social de um país. No entanto, o Brasil ainda apresenta grandes desigualdades no acesso à educação por classe socioeconômica, altas taxas de evasão entre os jovens de baixa renda e falta de qualificação profissional.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais e a evasão por pobreza. Um exemplo é o programa Bolsa Família, que distribui renda para famílias carentes e garante educação para crianças e jovens.

Outro exemplo é a implantação de políticas de inclusão e acessibilidade nas escolas públicas, como transporte escolar e jornada integral. Dessa forma, é possível oferecer educação de qualidade a todos, independentemente de sua origem social.

Além disso, é importante promover a qualificação profissional e a educação continuada dos jovens que saem do sistema escolar. Nesse sentido, o governo pode oferecer cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos, visando desenvolver jovens com habilidades e conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um dos principais fatores que afetam o abandono escolar. As famílias pobres têm dificuldade em fornecer aos seus filhos acesso adequado à escola, como material escolar, uniformes e transporte. Além disso, os pais muitas vezes dependem das contribuições de seus filhos para sustentar suas famílias, o que pode levar ao abandono escolar.

Além disso, a falta de visão de futuro pode reduzir a motivação dos alunos e tornar a escola uma atividade secundária devido às condições econômicas atuais. A falta de recursos financeiros para investir em educação também afeta negativamente a qualidade da educação, levando a uma infraestrutura escolar instável e a baixos salários dos professores.

Portanto, há necessidade de políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais por meio da adoção de medidas que garantam condições socioeconômicas mais dignas às famílias pobres e estimulem a permanência dos alunos na escola, como bolsas de estudos, programas de alimentação e transporte, educação pública de qualidade e oferta igualitária oportunidades para todos.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. O impacto do ambiente comunitário sobre o desempenho educacional. Rio de Janeiro: IPEA, 1996, 23 p, mimeo.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. A educação e o processo de determinação dos salários no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1997a, 12 p, mimeo.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2020 e 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2020 e 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018.

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação de 2020. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por)>. Acesso em: 10 mai. 2023.



IPEA. Textos para discussão 2447. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. 2019. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td\\_2447.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td_2447.pdf)> . Acesso em: 30 mai. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

Sawaia, B. B. (2010). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/psicologia-e-desigualdade-social.pdf>. Acesso em> 30 abr. 2023.



## A importância do Sistema Único de Saúde para o aprimoramento da Saúde Coletiva

### *The importance of the Unified Health System for the improvement of Public Health*

**Carolina Santana Krieger\***

\*Enfermeira Sanitarista com especialização em Saúde Coletiva e da Família, Gestão Clínica do Cuidado, Mediação de Processos Educacionais na Modalidade Digital, MBA em Gestão de Saúde 4.0, Mestrado em Saúde Coletiva e Doutoranda em Saúde Coletiva

#### Resumo

O artigo pretende resgatar a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) como Política Pública que alicerça a promoção e prevenção da saúde coletiva. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura a partir da busca de artigos em Lilacs, MedLine e Scielo, utilizando os descritores: SUS, Saúde Coletiva e Pública e História da Saúde. Procedeu-se ao cruzamento dos descritores para elucidar as implicações de ações de promoção e prevenção em saúde para o aprimoramento da saúde coletiva.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde, Saúde pública, Planejamento em saúde comunitária, Gestão da qualidade total.

#### Abstract

This article aims to rescue the relevance of the Unified Health System (SUS) as a Public Policy that underpins the promotion and prevention of collective health. The methodology used was an integrative literature review from the search for articles in Lilacs, MedLine and Scielo databases, using the descriptors: SUS, Collective and Public Health, History of Health. The descriptors were crossed to elucidate the implications of actions with promotion and prevention for the improvement of collective health.

**Keywords:** Unified Health System, Public health, Community health planning, Total quality management.

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades<sup>1</sup>. Direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, religião, identidade de gênero, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos. É uma conceituação ampliada que abarca a saúde coletiva.

O sanitarista Sérgio Arouca foi um dos principais teóricos e líderes do Movimento Sanitário, ressignificando a saúde pública brasileira e constituindo como um dos pilares da saúde como direito de acesso universal presente na Carta magna de 1988<sup>2</sup>. Citando Escorel<sup>3</sup>, para Arouca, a saúde coletiva era um processo de determinação social da saúde e doença, fundamentando as bases conceituais da saúde coletiva em contraponto à medicina preventivista, que, à época, era uma atividade educativa, com foco em indivíduos, em detrimento da coletividade.

Lima<sup>4</sup> expõe que o movimento pelo saneamento brasileiro, desencadeado durante a Primeira República (1889- 1930), explicitou as precárias condições de saúde das populações rurais como sendo impeditivas para o desenvolvimento civilizatório como nação. A origem etrajatória do movimento relacionam-se com o surgimento da tripanossomíase americana ou doença de Chagas, descoberta pelo médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, em Lassance (MG), no ano de 1909. Consoante com Kropf<sup>5</sup>, em outubro de 1916, Carlos Chagas e a delegação brasileira, ao regressarem de um congresso médico em Buenos Aires (Argentina), foram recepcionados e homenageados pela classe médica como reconhecimento pela representação da ciência nacional no exterior, além da descoberta da tripanossomíase, doença que acometia a população.

Para Paim<sup>6</sup> o estudo da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), no âmbito das ciências da saúde, é essencial para a compreensão da história da saúde pública e coletiva. Conforme Nunes<sup>7</sup>, a história da Saúde Coletiva no Brasil pode ser dividida em três períodos. O primeiro, chamado de fase pré-



-Saúde Coletiva, foi de 1955 a 1970, tendo sido marcado por um projeto preventista. O segundo, na década de 1970, foi denominado como fase da medicina social. Já o terceiro, teve início no final dos anos 1970 e é apontado como Saúde Coletiva propriamente dita. Com o advento da emergência sanitária provocada pelo novo coronavírus no final de 2019, tornaram-se pertinentes as ações e debates acerca de medidas para contenção da disseminação da doença, e, para tanto, a implantação de procedimentos voltados para a saúde coletiva. De acordo com Ocké- Reis<sup>8</sup>, em 11/03/2020, a OMS declarou a infecção respiratória aguda pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela Covid-19, como pandemia. Com o avanço da doença no Brasil, medidas foram adotadas para mitigar a propagação da doença, como isolamento e restrição de atividades não essenciais. Desse modo, além da crise sanitária, a população começou a sofrer com o colapso econômico. A queda da renda e o desemprego, aliados ao recrudescimento da pandemia, sobrecarregaram ainda mais a procura pelo sistema público de saúde.

Por conseguinte, estratégias para implementação de providências para o cuidado em saúde diante de um sistema público subfinanciado e diuturnamente demandado em larga escala, exigiram um reordenamento para atividades voltadas à promoção e prevenção- uso de máscara, etiqueta respiratória, distanciamento social, imunização em massa- menos onerosas, invertendo a lógica hospitalo-cêntrica, mais dispendiosa para os cofres públicos e com menoreficiência para a saúde da população. Desse modo, a pandemia evocou a importância da saúde coletiva como procedimento adequado para o cuidado em saúde para a coletividade.

### **A importância do SUS para o aprimoramento da saúde coletiva**

A história da saúde no Brasil teve início com atividades exercidas pela filantropia, de cunho religioso e de caridade. A população era assistida por instituições e médicos filantropos. Concomitantemente, o governo realizava ações pontuais diante de epidemias, como a vacinação e o saneamento básico. No final do século XIX e começo do XX ocorreu acampanha de vacinação contra a varíola. O Estado também fazia intervenção em doenças negligenciadas como em saúde mental, hanseníase, tuberculose, dentre outras. Ulteriormente, nascemos atendimentos às emergências e internações gerais.

Em conformidade com Braga<sup>9</sup>, a saúde pública tradicional, campanhista, era organizada por programas limitados diante das necessidades de saúde da população, dacapacidade financeira reduzida e do alto custo decorrente dos requisitos técnicos adotados, dispendo de uma lógica centralizadora, vertical, e além da uniformização que produzia efeitos nocivos de desarticulação com os serviços estaduais.

Com a Lei Elói Chaves, de 1923, a saúde dos trabalhadores vinculada à previdência passa a integrar um sistema para os trabalhadores. De início, as caixas de pensão, depois, os institutos e, finalmente, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Os Serviços Especiais de Saúde Pública (SESP), mais tarde transformado em Fundação SESP, atendia os trabalhadores da extração de borracha e manganês. Foi o programa mais completo de atenção à saúde associada ao saneamento do país. Contava em sua estrutura com uma equipe multidisciplinar, a partir de unidades mistas onde era realizado o atendimento básico, primeiro atendimento, urgência e emergência e internações hospitalares<sup>10</sup>.

Vale destacar o marco que representou a 3ª Conferência Nacional de Saúde de 1963 que englobava vários estudos para a criação de um sistema de saúde para todos (saúde como direito) e organizado descentralizadamente (protagonismo do município). Pelo prisma de Teixeira e cols.<sup>11</sup>, o movimento sanitário possui uma ótica socializante da problemática evidenciada pela crise da medicina mercantilizada, bem como sua ineficiência.

2

Entretanto, a ditadura militar iniciada em 1964 soterrou a proposta poucos meses depois, com alguns projetos privatizantes como o do Vale Consulta e, para as regiões mais vulneráveis, implantou uma reedição da Fundação SESP, o Programa de Interiorização de Ações e Serviços de Saúde (PIASS). De modo clandestino, organizações como movimentos populares, Universidades, partidos políticos, dentre outros protagonistas, esboçavam pilares de um sistema público de saúde integral e universal.

Nos anos 1980/90, a vigilância em saúde concretiza-se como modelo de atenção alternativo aos hegemônicos médico-assistencialista e sanitário-campanhista, ao propor reestruturar as práticas



sanitárias pela incorporação da interdisciplinaridade, articulando saberes da epidemiologia, do planejamento, da comunicação e educação, da política e gestão, da geografia e da organização dos serviços<sup>12</sup>.

Em 1973 foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que representou o desfecho de uma série de iniciativas do Ministério da Saúde na área do controle de doenças, influenciada pela criação da Central de Medicamentos (CEME), dois anos antes, em 1971, encarregada de implantar a política de assistência farmacêutica no país. Antes disso, a administração de imunobiológico era feita de diferentes modos, com maior ou menor participação do governo federal, visto que, em 1941, a reforma administrativa atribuiu à política federal o controle de algumas doenças transmissíveis e a vacinação contra essas doenças passou a ser gerenciada por órgãos autônomos, que assumiam o compromisso pela produção, normalização técnica e utilização dos produtos. As vacinas BCG e contra a febre amarela estavam sob responsabilidade dos serviços nacionais de tuberculose e febre amarela. Outras vacinas, não vinculadas aos serviços nacionais, estavam sob incumbência da rede de centros de saúde, em geral administrada pelos governos estaduais, embora também existissem redes autônomas, como a da Fundação SESP, presente em todos os estados. O governo federal cooperava tecnicamente e apoiava o suprimento de imunizantes, mas de forma insuficiente e irregular. A possibilidade de ampliação da cobertura vacinal dependia da iniciativa dos governos estaduais. A ação federal era episódica, movida por compromissos internacionais, como o controle da varíola ou o surgimento de novas vacinas, como as da poliomielite e do sarampo, já na década de 1960. A Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) e o Plano Nacional de Controle da Poliomielite (PNCP) tinham como estratégia básica a vacinação extensiva da população e exigiam estreita colaboração da rede de serviços de saúde, nesse caso, organizadas e dirigidas por técnicos da Fundação SESP. No caso da varíola, foi organizado um sistema de vigilância epidemiológica da doença, a partir de 1969. Mas conforme chegava o fim da campanha, houve a preocupação de manter a vacinação de rotina, para assegurar que as coberturas permanecessem elevadas. Já o PNCP foi concebido em 1971 e muito influenciado pela experiência da CEV, tendo buscado aperfeiçoar a estratégia de vacinação em massa, com esforços integrados de mobilização institucional e social nos estados<sup>13</sup>.

O sistema público de saúde brasileiro decorreu após décadas de luta de um coletivo denominado Movimento da Reforma Sanitária e culminou com a criação do SUS em 1990. Foi instituído pela Constituição Federal (CF) de 1988 e consolidado pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142<sup>14,15</sup>. Consta na CF, no art. 196 que “saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante o acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”<sup>16</sup>, e, no art. 198, “atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”<sup>16</sup>.

Ademais, Risi<sup>13</sup>, reitera o valioso trabalho dos programas de imunização por permitirem a apropriação da realidade demográfica brasileira, dimensionando os distintos territórios geográficos e exprimindo a atuação da saúde pública. Tal processo foi mais exitoso no combate aos vetores da febre amarela e da malária e teve a cooperação internacional, em especial da Fundação Rockefeller.

A ampliação da crítica ao projeto da medicina preventiva e comunitária e a oferta de ideias em torno de uma medicina social possibilitaram que, nos anos 1970, novos projetos de formação fossem propostos, desencadeando o alargamento do debate político-social. Em 1976, constituiu-se o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), e, em 1978-1979, organiza-se a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), instituições articuladas e engajadas no debate da saúde, sendo a primeira voltada para a articulação política, e a segunda, dedicada ao projeto acadêmico-formativo. Os debates propunham um projeto socializante do Estado<sup>17</sup>. Em 1979, o CEBES produziu o 1º Simpósio de Política Nacional de Saúde, indicando o “direito à saúde como direito universal e inalienável” e aprovando-o como princípio<sup>18</sup>.

Segundo Carvalho<sup>10</sup>, a crise da previdência na década de 1980 provocou a necessidade de criação de uma associação mais robusta entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e os serviços públicos de saúde. Assim, foram concebidas as Ações Integradas de Saúde (AIS), que consistiam em parceria da previdência com a saúde pública municipal e estadual; prestação de cuidados, principalmente primários ambulatoriais; transferência de recursos da previdência para que fossem realizadas essas ações pelos Estados e municípios. A partir de 1987, as AIS foram aprimoradas com o chamado Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), que durou até 1991 quando deu origem ao SUS. O Projeto da Reforma Sanitária culminou, em 1986, com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, que contou com cerca





de cinco mil pessoas de todo o Brasil, sendo parte delas composta por usuários. A proposta referendada pela população e trabalhadores foi entregue aos constituintes que agregaram a maioria das recomendações ao definir a Ordem Social e, em seu interior, a Seguridade Social.

Conforme Freitas<sup>19</sup>, a Vigilância em Saúde enquanto modelo de atenção, atua nas intervenções sobre problemas de saúde, ênfase naqueles que requerem atenção e acompanhamento contínuos, operacionalização do conceito de risco, articulação entre ações de promoção, prevenção e assistenciais, com atuação intersetorial e sobre um território; por isso, valoriza a regionalização e a hierarquização dos serviços, operando sob o princípio da integralidade. Paim<sup>20</sup> assinala que o sistema de vigilância deve possuir estruturas de informação para subsidiar a tomada de decisões, o planejamento e a avaliação constante das intervenções realizadas sobre os problemas locais de saúde.

Parafraseando Brito<sup>21</sup>, a concepção do SUS, impulsionada a partir da promulgação da Carta Magna, em 1988, e estabelecida com a publicação das Leis Orgânicas de Saúde, em 1990, foi uma conquista importante para os direitos sociais no Brasil. Entretanto, descortinou a complexidade da situação epidemiológica do país, caracterizada pela tripla carga de doenças na população: permanência de doenças agudas; aumento do peso relativo das condições crônicas; e das causas externas. O SUS também constitui uma vultosa política social, resultado da luta pela retomada do denominado Estado Democrático de Direito<sup>22</sup>.

A Saúde Pública surgiu a partir da necessidade de criação e aplicação de ações direcionadas ao controle e à prevenção de doenças que aniquilavam populações urbanas no período da Revolução Industrial. Enquanto cidades expandiram desordenadamente, comunidades eram acometidas por doenças infectocontagiosas, juntamente com a ausência de saneamento básico. Com esse cenário, a condução de práticas com vistas à prevenção de moléstias tiveram relevância para gestores públicos e industriais pois incidiam diretamente nos índices de produção e desenvolvimento econômico da população<sup>23</sup>.

Apesar da robustez da estrutura do SUS, com vistas ao acesso universal e igualitário, a garantia da equidade à saúde ainda está aquém do desejado<sup>24</sup>. Dessa maneira, percebe-se que é utópico desvincular a política pública da efetividade, porque seu propósito não se esgota com a eficácia, mas sim com a eficiência para atender a sociedade<sup>25</sup>.

Guimarães e cols.<sup>26</sup> explanam que as atividades contidas no bojo da saúde coletiva consideram a análise da situação de saúde e das condições de vida e a base territorial para proposições sobre os problemas e as necessidades identificadas. O território reúne um conjunto articulado e indissociável de objetos e ações que lhes permite compreender as dinâmicas e os movimentos constantes, e, conseqüentemente como um processo em permanente construção/reconstrução. As prioridades das políticas de saúde no Brasil baseiam-se no perfil de morbidade e mortalidade dos diversos estados e municípios do país, apresentando ampla variação entre as regiões. Com dados como estimativas de casos incidentes, pode-se oferecer informações epidemiológicas que são fundamentais para o planejamento de ações de promoção à saúde, detecção e diagnóstico precoces em todos os níveis, de maneira a reconhecer as desigualdades regionais provocadas por diferenças no desenvolvimento, sendo crucial para descentralizar as ações de forma que elas se tornem mais efetivas e direcionadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção e implantação do SUS surgiu de lutas históricas de diferentes segmentos sociais. Para além de um sistema de saúde e assistência, foi estruturado como uma política pública, capaz de prestar cuidado em saúde de forma universal, igualitária, equânime, integral e através da participação popular.

4

Empreender esforços para o financiamento adequado do SUS desde as ações coletivas que primam pela manutenção da saúde e qualidade de vida da população constitui como uma providência elementar enquanto política pública. A responsabilização do Estado em prover a saúde como um direito inalienável está alicerçada na Constituição Cidadã de 1988.

Indubitavelmente, garantir atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação em saúde são procedimentos que viabilizam cuidados basilares em saúde pública. Outrossim, conhecer e reconhecer os determinantes sociais nos diversos territórios de saúde favorece a organização de operações programáticas, pontuais e dirigidas para o cuidado em saúde de distintas comunidades brasileiras, promovendo a saúde coletiva. Porém, é imperioso asseverar que são primordiais os investimentos



em políticas públicas que assegurem o acesso à saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho e renda, transporte, segurança e saneamento básico para a população, os quais constituem elementos que incidem diretamente sobre a complexa definição de saúde proposta pela OMS.

## Referências

1. World Health Organization. *Constitution of the World Health Organization* [documentonaInternet]. New York: WHO; 1946 [acessado 2023 maio 30]. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>
2. Carnut L, Mendes A, Marques MCC. Outra narrativa no ensino da Reforma Sanitária Brasileira; o debate crítico de uma escolha política. *SaúdeDebate* 2019; 43 (spe8): 133-145.
3. Escorel S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.
4. Lima NT. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; 1998.
5. Kropf SP. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2009; 16(suppl 1):205-227.
6. Paim JS. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.
7. Nunes ED. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. *Saude Soc* 1994;3(2):5-21.
8. Ocké-Reis CO. O SUS sobreviverá aos tempos de pandemia? *Saúde Debate* 2020;44 (spe 4):261-266.
9. Braga JCS. Industrialização e políticas de saúde no Brasil. In: Braga JCS, Paula SG, organizadores. *Saúde e previdência: estudos de política social*. São Paulo: Hucitec; 2006.p. 41-85.
10. Carvalho G.A saúde pública no Brasil. *EstudAv* 2013; 27 (78): 7-26.
11. Teixeira SMF, Giovanella L, Gerschman SV, Labra ME, Vaitsman J. *Antecedentes da reforma sanitária: relatório de pesquisa PEC/ENSP*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz; 1988.
12. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Manual de Gestão da Vigilância em Saúde* [livro na Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009 [acessado 2023 mai. 26]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_gestao\\_vigilancia\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestao_vigilancia_saude.pdf)
13. Risi JB Jr. A produção de vacinas é estratégica para o Brasil. *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2003; 10(suppl 2):771-783.
14. Brasil. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990* [legislação na Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 1990 [acessado 2023 maio 26]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)
15. Brasil. *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990* [legislação na Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 1990 [acessado 2023 maio 26]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm)
16. Brasil, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Legislação do SUS*. Brasília, DF: CONASS; 2003.
17. Borges CF, Baptista TWF. Leituras sobre os sanitários e interpretações para a reforma sanitária brasileira e a saúde coletiva. *Hist Cienc Saude Manguinhos* 2021; 28(1):79-99.
18. Cordeiro H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis* 2004; 14(2):343-362.
19. Freitas CM. A vigilância à saúde para a promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 141-172.
20. Paim JS. Epidemiologia e planejamento: a recomposição das práticas epidemiológicas na gestão do SUS. *Cien Saude Colet* 2003; 8(2):557-567.
21. Brito F. *A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e o desafio para a economia e a sociedade*. Belo Horizonte: UFMG; 2007.
22. Dantas AV. Saúde, luta de classes e o “fantasma” da Reforma Sanitária Brasileira: apontamentos para sua história e crítica. *Saúde Debate* 2018; 42(spe3):145-157.
23. Kirst C, Darsie C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Único de Saúde. *Asklepion: Informação em Saúde* 2022;1(2):91-112.
24. Cerqueira DRC, Ferreira HRS, Lima RS, Bueno S, Hanashiro O, Batista F, Nicolato P. *Atlas da violência 2016*. Brasília, DF: IPEA; 2016.
25. Santos L. SUS-30 anos: um balanço incômodo? *Cien Saude Colet* 2018;23(6):2043-2050.
26. Guimarães RM, Meira KC, Paz EPA, Dutra VGP, Campos CEA. Os desafios para a formulação, implantação e implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde. *Cien Saude Colet* 2017; 22(5):1407-1416.







## Saúde Mental dos Profissionais de Enfermagem no Brasil: Revisão Integrativa

### *Mental Health of Nursing Professionals in Brazil: Integrative Review*

Monique Marques de Souza

<http://lattes.cnpq.br/5452821966171146>

#### Resumo

A saúde mental é descrita como o equilíbrio emocional e a capacidade de lidar com os desafios da vida. No entanto, no ambiente de trabalho, o uso de novas tecnologias, a competitividade e as metas ambiciosas podem prejudicar a saúde mental dos profissionais de enfermagem. O presente estudo possui o objetivo de refletir sobre as consequências de uma saúde mental fragilizada dos profissionais de enfermagem do Brasil. A metodologia partiu de uma pesquisa integrativa da literatura, de cunho qualitativo, para isso, foi realizada uma busca na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, sendo selecionados apenas sete artigos relevantes sobre as consequências da saúde mental prejudicada aos profissionais de enfermagem. Os resultados destacaram a importância de abordar a saúde mental dos profissionais de enfermagem, uma vez que eles lidam com situações de estresse e sofrimento diariamente.

**Palavras-chave:** Esgotamento Profissional. Profissionais de Enfermagem. Saúde Mental.

#### Abstract

Mental health is described as emotional balance and the ability to deal with life's challenges. However, in the work environment, the use of new technologies, competitiveness and ambitious goals can harm the mental health of nursing professionals. This study aims to reflect on the consequences of a fragile mental health of nursing professionals in Brazil. The methodology was based on an integrative research of the literature, of a qualitative nature, for this, a search was carried out in the Latin American and Caribbean Literature database in Health Sciences, with only seven relevant articles being selected on the consequences of impaired mental health. to nursing professionals. The results highlighted the importance of addressing the mental health of nursing professionals, since they deal with situations of stress and suffering on a daily basis.

**Keyword:** Professional Exhaustion. Nursing Professionals. Mental health.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de saúde é mais amplo que a ausência de doença, principalmente, levando em consideração o que pode provocar o surgimento das doenças. A OMS (Organização Mundial da Saúde), em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de enfermidade (BRASIL, 2020).

Ademais, a saúde mental é uma das dimensões da saúde, sendo sinônimo de qualidade de vida emocional, ou seja, o equilíbrio entre emoções e sentimentos diante dos desafios, conflitos, mudanças e outros eventos da vida. Estar mentalmente saudável significa estar bem consigo e com os outros indivíduos, conseguir aceitar as situações adversas e saber lidar com emoções boas e ruins, reconhecendo sempre seus limites e buscando ajuda se necessário (BRASIL, 2021).

Na saúde pública, a saúde mental também é abordada, podendo ser definida como um estigma, um sinal de vergonha, infelicidade ou reprovação, que resulta num indivíduo rejeitado pela sociedade, tornado objeto de discriminação e excluído da participação em várias áreas diferentes da comunidade, dificultando até mesmo a procura por uma ajuda profissional (WHO, 2002).

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (2021), o trabalho é um elemento chave para o bem-estar e uma saúde mental de qualidade, pois possibilita segurança financeira, identidade pessoal e social e oportunidade de contribuir para a comunidade.

Por outro lado, o ambiente de trabalho nas últimas décadas, tem o envolvimento de novas tecnologias, intensa competitividade, concorrência global e cobrança de metas cada vez mais ambiciosas, podendo prejudicar a saúde mental do trabalhador (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2021).

A Síndrome de *Burnout*<sup>1</sup>, conhecida como esgotamento profissional, pode afetar indivíduos que trabalham em diversas áreas. Este distúrbio é caracterizado pela tensão emocional e o estresse causados por condições de trabalho precárias e desgastantes. Além do cansaço, esta reação de estresse costuma ser de longo prazo e também é caracterizada pela ausência do sentimento de realização profissional (HEMOS, 2021).

Prestadores de cuidados de saúde, como profissionais de enfermagem, podem desenvolver distúrbios psiquiátricos de curto e longo prazo importantes após vivenciarem eventos profissionais estressantes. A enfermagem enfrenta desafios incluindo a sobrecarga de serviço, escassez de recursos humanos e materiais, e ainda preocupações com o gerenciamento da própria saúde, e a de seus familiares e pacientes (TOESCHER *et al*, 2020).

Assim sendo, torna-se significativo o teor reflexivo deste estudo acerca dos transtornos psíquicos que acometem os profissionais de enfermagem do Brasil. Diante disso, o presente estudo possui o objetivo de refletir sobre as consequências de uma saúde mental fragilizada dos profissionais de enfermagem do Brasil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia partiu de uma pesquisa integrativa da literatura, de cunho qualitativo. A revisão integrativa compreende em revisar pesquisas de conteúdos cientificamente significantes para auxiliar em decisões e contribuir para o aperfeiçoamento na prática clínica, permitindo a associação dos conteúdos conhecidos que necessitem ser contemplados em estudos futuros (MENDES, 2008).

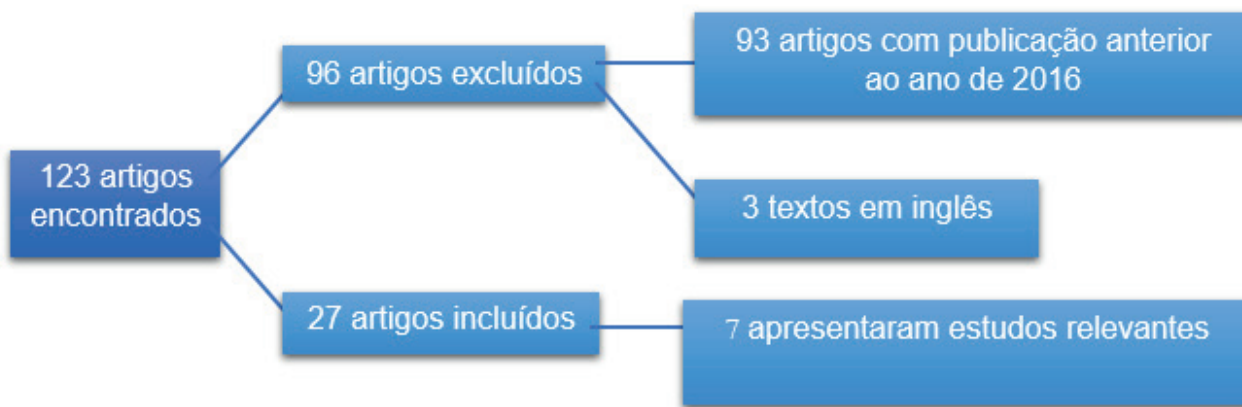
O presente estudo foi realizado de acordo com as 6 etapas da revisão integrativa de literatura, que são: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES, 2008).

Foi realizada uma busca na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Onde os critérios de busca e seleção das publicações englobam: artigos com textos por completos acessíveis, disponíveis em português e espanhol, publicados nos últimos 5 anos, e contendo os descritores selecionados Esgotamento Profissional, Profissionais de Enfermagem e Saúde Mental.

Como exclusão, foram retirados artigos que não abrangem ao tema. Assim, sendo selecionados apenas os artigos que responderam a questão de investigação e os critérios de elegibilidade. Ao todo, foram selecionados 123 artigos, aos quais 96 foram excluídos por não atenderem os requisitos de inclusão (publicação a partir do ano 2016, textos em português ou espanhol), sendo 27 incluídos na construção da revisão sistemática e apenas 7 apresentaram estudos relevantes sobre a temática (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma com o quantitativo de artigos encontrados e aplicação dos critérios de exclusão.



<sup>1</sup> Esgotamento (O presente termo aparece outras vezes ao longo do artigo).



### 3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A partir da leitura dos artigos sobre as consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem do Brasil, foi elaborada a Tabela 1, construída com os tópicos: Autor; Ano; Revista; Título e; Consequências de uma saúde metal prejudicada dos profissionais de enfermagem.

Os resultados da busca por artigos nas bases de dados selecionados foram 123 artigos, sendo que somente 7 atenderam os critérios de consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem. Abaixo, mostra-se a Tabela 1, referente aos achados.

Tabela 1: Resultados de artigos encontrados. Rio de Janeiro, 2021.

Autor / Ano / Revista	Título	Consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem
LUZ, D. C. R. P. <i>et al.</i> (2021) Revista <i>Nursing</i> <sup>2</sup>	<i>Burnout</i> e saúde mental em tempos de pandemia de COVID-19: revisão sistemática com metanálise	Fadiga, desconforto e desamparo.
OLIVEIRA, A. F. C. <i>et al.</i> (2020) <i>Online Brazilian Journal of Nursing</i> <sup>3</sup>	Sofrimento psíquico e a psicodinâmica no ambiente de trabalho do enfermeiro: revisão integrativa	Estresse, depressão, Síndrome de <i>Burnout</i> , suicídio.
ROCHA, L. J. <i>et al.</i> (2019) Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	Esgotamento profissional e satisfação no trabalho em trabalhadores do setor de emergência e terapia intensiva em hospital público	Depressão, hipertensão arterial, cefaleia, insônia, irritabilidade, tristeza, desinteresse, apatia e manifestações de ansiedade.
KOBAYASI, D. Y. <i>et al.</i> (2019) <i>Avances en Enfermería</i> <sup>4</sup>	Sobrecarga, rede de apoio social e estresse emocional do cuidador do idoso.	Depressão, ansiedade, insônia, cansaço mental, baixa concentração, falha da memória, apatia, indiferença emocional.
CRUZ, S. P. D. L. <i>et al.</i> (2019) Revista Latino-Americana de Enfermagem	Fatores relacionados à probabilidade de sofrer problemas de saúde mental em profissionais de emergência	Ansiedade, disfunção social e depressão.

2 Enfermagem.

3 Revista Brasileira de Enfermagem Online.

4 Avanços em enfermagem.



RAMOS, C. E. B. <i>et al.</i> (2019) Revista Brasileira de Ciências da Saúde	Impactos da síndrome de <i>Burnout</i> na qualidade de vida dos profissionais de enfermagem da atenção básica à saúde	Cefaleia, cansaço mental, dificuldades de sono, fadiga, irritabilidade, dificuldade de memória e concentração.
FABRI, J. M. G. <i>et al.</i> (2018) Revista Baiana de Enfermagem	Estresse ocupacional em enfermeiros da pediatria: manifestações físicas e psicológicas	Estresse, problemas de memória, desgaste físico, cansaço, angústia, ansiedade.

Fonte: Autoria Própria, 2021.

Foram encontradas vinte e duas consequências de uma saúde mental prejudicada dos profissionais de enfermagem nos sete artigos evidenciados.

Sendo eles: Ansiedade, em 4 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Depressão, em 4 artigos (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020; ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019); Dificuldade de memória, em 3 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Cansaço, em 3 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018).

Também, fadiga em 2 artigos (LUZ, D. C. R. P. *et al.* 2021; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Insônia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Estresse, em 2 artigos (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020; FABRI, J. M. G. *et al.* 2018); Apatia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Cefaleia, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Irritabilidade, em 2 artigos (ROCHA, L. J. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Baixa concentração, em 2 artigos (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019; RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019).

Em apenas 1 artigo foram encontrados: Desconforto; Desamparo (LUZ, D. C. R. P. *et al.* 2021); Síndrome de *Burnout*; Suicídio (OLIVEIRA, A. F. C. *et al.* 2020); Hipertensão arterial; Tristeza; Desinteresse (ROCHA, L. J. *et al.* 2019); Indiferença emocional (KOBAYASI, D. Y. *et al.* 2019); Disfunção social (CRUZ, S. P. D. L. *et al.* 2019); Dificuldades de sono (RAMOS, C. E. B. *et al.* 2019); Desgaste físico; Angústia (FABRI, J. M. G. *et al.* 2018).

#### 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Gomes e Oliveira (2013), os profissionais de enfermagem são os profissionais que estão mais propensos aos problemas de saúde mental, uma vez que são os que interagem por mais tempo com indivíduos que necessitam de seus cuidados, sendo que as pressões no trabalho contribuem para minar sua saúde mental.

Sousa *et al* (2019), aponta que estudos apresentam os transtornos mentais e comportamentais como causa de aposentadorias por invalidez entre trabalhadores da saúde, responsável por afastamentos de trabalhadores de enfermagem, que exigem maior tempo para recuperação, gerando mais gastos, associados à redução da capacidade para o trabalho.

A ansiedade e a depressão, juntas, formam a dupla do mal do século, acometendo seriamente os profissionais de enfermagem, e não são incomuns. A enfermagem lida com pacientes em situação de dor, sofrimento e morte, e isso abala o emocional desses profissionais (COREN-ES, 2019).

De acordo com Jodas e Haddad (2009), uma das consequências geradas ao aparelho psíquico dos profissionais resulta na síndrome de *burnout*, que é um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos, e que corresponde à resposta emocional às situações de estresse crônico em razão de relações intensas de trabalho.

Compreender a depressão e os riscos para o suicídio, como também os fatores envolvidos, é de extrema importância para os estudos relacionados à saúde do trabalhador. Cabe ressaltar que a prevalência de sintomas depressivos e suicídio, que corresponde ao processo e causas de morte provocados pela própria vítima, é elevada entre os profissionais da saúde. Salienta-se ainda que a prevalência é influenciada pelo estresse do ambiente e processo de trabalho, que interfere significativamente na vida laboral destes profissionais, com impacto na qualidade de vida. (SILVA *et al.*, 2015).



O acúmulo de carga do profissional de enfermagem, que já está sofrendo com um desgaste emocional, pode ser levado a uma situação de suicídio. Por ser silenciosa e, muitas vezes, gerar vergonha para quem sofre, a depressão pode levar a um suicídio quase sempre inesperado (NEVES, 2019).

## 5. CONCLUSÃO

Os estudos sobre saúde mental dos profissionais de enfermagem são de suma importância. Um assunto que deve ser discutido e não mascarado. Pois, os profissionais de enfermagem podem ter vergonha de seu estado mental prejudicado, estado esse que a sociedade pode interferir negativamente por falta de conhecimento, e não procurar atendimento especializado.

Há muitos fatores no âmbito da enfermagem que podem ocasionar transtornos psíquicos nos profissionais. Aumentando a possibilidade do profissional adquirir alguma doença e um esgotamento profissional.

A procura por um profissional especializado em doenças mentais é vital para o profissional que vive algum transtorno. O tratamento, somado a ajuda e compreensão de pessoas próximas, podem evitar consequências até mesmo irreversíveis, como o suicídio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. O que significa ter saúde? **Saúde Brasil**. 2020. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-que-ro-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Qualidade de vida e saúde mental em tempos de pandemia da Covid-19: estratégias de cuidado. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/conteudobanner/temp/07042021100435261.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2021.

COREN-ES. Depressão é realidade entre enfermeiros. 2019. Disponível em: [http://www.coren-es.org.br/depressao-e-realidade-entre-enfermeiros\\_20285.html](http://www.coren-es.org.br/depressao-e-realidade-entre-enfermeiros_20285.html). Acesso em: 31 de out. 2021.

CRUZ, S. P. L; CRUZ, J. C; CABRERA, J. H; ABELLÁN, M. V. Fatores relacionados à probabilidade de sofrer problemas de saúde mental em profissionais de emergência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** vol.27. Espanha, 2019. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692019000100331](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100331). Acesso em: 31 de out. 2021.

FABRI, J. M. G; NORONHA, I. R; OLIVEIRA, E. B; KESTENBERG, C. C. F; HARBACHE, L. M. A; NORONHA, I. R. Estresse ocupacional em enfermeiros da pediatria: manifestações físicas e psicológicas. **Rev. baiana enferm.** vol.32. Salvador, 2018. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-86502018000100308](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100308). Acesso em: 31 de out. 2021.

GOMES, R. K; OLIVEIRA, V. B. Depressão, ansiedade e suporte social em profissionais de enfermagem. **Bol. psicol** vol.63 no.138. São Paulo, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432013000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432013000100004). Acesso em: 31 de out. 2021.

JODAS, D. A; HADDAD, M. C. L. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta paul. enferm.** 22 (2). Londrina, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/Cwm4H8Sf63h4nMHc6HMwZGs/?lang=pt>. Acesso em: 31 de out. 2021.

5

KOBAYASI, D. Y; RODRIGUES, R. A. P; FHON, J. R. S; SILVA, L. M; SOUZA, A. C; CHAYAMITI, E. M. P. C. Sobrecarga, rede de apoio social e estresse emocional do cuidador do idoso. **Avances en Enfermería**. vol.37 no.2. Bogotá, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-45002019000200140](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002019000200140). Acesso em: 31 de out. de 2021.

LUZ, D. C. R. P; CAMPOS, J. R. E; BEZERRA, P. O. S; CAMPOS, J. B. R; NASCIMENTO, A. M. V; BARROS, A. B. Burnout e saúde mental em tempos de pandemia de COVID -19: revisão sistemática com



metanálise. **Revista Nursing.24 (276): 5714-571.** 2021. Disponível em: <http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1540/1760>. Acesso em: 31 de out. 2021.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. D. C. P; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm. vol.17 no.4.** Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 de out. 2021.

NEVES, U. Enfermagem é uma das principais categorias a sofrer com o suicídio. **Portal PEBMED.** 2019. Disponível em: <https://pebmed.com.br/enfermagem-e-uma-das-principais-categorias-a-sofrer-com-o-suicidio/>. Acesso em: 31 de out. 2021.

OLIVEIRA, A. F. C; TEIXEIRA, E. R; ATHANÁZIO, A. R; SOARES, R. S. Sofrimento psíquico e a psicodinâmica no ambiente de trabalho do enfermeiro: revisão integrativa. **Online Brazilian Journal of Nursing. vol.19. n. 1.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6353/html\\_2](http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6353/html_2). Acesso em: 31 de out. 2021.

RAMOS, C. E. B; FARIAS, J. A; COSTA, M. B. S; FONSECA, L. C. T. Impactos da síndrome de burnout na qualidade de vida dos profissionais de enfermagem da atenção básica à saúde. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde. Volume 23 Número 3 Páginas 285-296.** Paraíba, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/P4-43595/27686>. Acesso em: 31 de out. 2021.

ROCHA, L. J; CORTES, M. C. J. W; DIAS, E. C; FERNANDES, F. M; GONTIJO, E. D. Esgotamento profissional e satisfação no trabalho em trabalhadores do setor de emergência e terapia intensiva em hospital público. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. vol. 17. n. 3.** Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/467/pt-BR/esgotamento-profissional-e-satisfacao-no-trabalho-em-trabalhadores-do-setor-de-emergencia-e-terapia-intensiva-em-hospital-publico>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

SILVA, D. S. D; TAVARES, N. V. S; ALEXANDRE, A. R. G; FREITAS, D. A; BRÊDA, M. Z; ALBUQUERQUE, M. C. S; NETO, V. L. M. Depressão e risco de suicídio entre profissionais de Enfermagem: revisão integrativa. **Rev. esc. enferm. USP 49 (6).** Maceió, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/D7Bd3ZsmQkq4FTQ5Cq8FnhP/?lang=pt#>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

SOUSA, K. H. J. F; LOPES, D. P; TRACERA, G. M. P; ABREU, A. M. M; PORTELA, L. F; ZEITOUNE, R. C. G. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores de enfermagem de um hospital psiquiátrico. **Acta Paul Enferm. 32 (1).** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NzdtCtsbKQknT-jxg7qGwXrJ/?lang=pt#>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

TOESCHER, A. M. R; BARLEM, J. G. T; BARLEM, E. L. D; CASTANHEIRA, J. S; TOESCHER, R. L. Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio. **Esc. Anna. Nery 24.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/HwhCLFJwBRv9Mdd-qWCw6kmy/?lang=pt#>. Acesso em: 30 de out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós. 2021. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/guest/-/sa%C3%BAde-mental-no-trabalho-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-seguro%C2%A0depende-de-todos-n%C3%B3s>. Acesso em: 30 de out. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório mundial da saúde. Lisboa, 2002. Disponível em: [https://www.who.int/whr/2001/en/whr01\\_po.pdf](https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf). Acesso em: 30 de out. 2021.



**Sistema Único de Saúde (SUS) e National Health Service (NHS): uma análise  
comparativa das potencialidades e fragilidades das ações voltadas à saúde coletiva**

*Unified Health System (SUS) and National Health Service (NHS): a comparative analysis  
of the strengths and weaknesses of actions aimed at collective health*

Carolina Santana Kriege

**Resumo**

O trabalho é uma análise comparativa combinada com a metodologia de pesquisa exploratória entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e National Health Service (NHS) em relação às ações para o atendimento em saúde coletiva. A revisão integrativa foi realizada a partir da busca de artigos nas bases de dados Lilacs e Scielo, utilizando os descritores: Sistema Único de Saúde, National Health Service, Saúde Coletiva e Saúde Pública. Procedeu-se ao cruzamento dos descritores com as variáveis quantitativas contidas nos portais brasileiro (DATASUS) e britânico (DATASETS NHS Digital).

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde, Medicina estatal, Saúde pública, Planejamento em saúde comunitária, Gestão da qualidade total.

**Abstract**

The work is a comparative analysis combined with an exploratory research methodology between the Unified Health System (SUS) and the National Health Service (NHS) in relation to actions for public health care. The integrative review was performed by searching for articles in the Lilacs and Scielo databases, using the descriptors: Unified Health System (SUS), Collective Health, Public Health. The descriptors were crossed with the quantitative variables contained in the Brazilian (DATASUS) and the British (DATASETS NHS Digital).



**Keywords:** Unified Health System, State medicine, Public health, Community health planning, Total quality management.

## Introdução

O direito à saúde é parte integrante da gama de acesso aos direitos fundamentais presente na maioria dos países. Após a segunda guerra mundial, a saúde foi alçada como direito básico, estando intimamente relacionada ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em 1948, no artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi reconhecido que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”<sup>1</sup>. A dignidade da pessoa humana é intrínseca, devendo ser respeitada pelo Estado e sociedade<sup>1</sup>.

A Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>2</sup> define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades. O direito social, é inerente à condição de cidadania, e deve ser assegurado sem distinção de raça, religião, identidade de gênero, ideologia política ou condição socioeconômica, elevando a saúde como um valor coletivo, um bem de todos. É uma conceituação ampliada que abarca a saúde coletiva. Dessa maneira, os sistemas de saúde podem ser considerados os mais complexos dentro das políticas sociais<sup>3</sup>.

Com o advento da maior crise sanitária enfrentada nos últimos anos provocada pelo vírus SARS-CoV-2, muitos países precisaram elaborar estratégias para implementação de providências para o cuidado em saúde, tendo como premissa um reordenamento para atividades voltadas à promoção e prevenção menos onerosas, invertendo a lógica hospitalocêntrica, mais dispendiosa para os cofres públicos e com menor eficiência para a saúde da população. Desse modo, a pandemia evocou a importância da saúde coletiva como procedimento adequado para o cuidado em saúde para a coletividade.

Os elementos estruturais do sistema de saúde são extensão e tipo de financiamento público, tipo de regulação (pública ou privada) que ordena o financiamento, papel dos gestores em relação aos serviços, insumos e como empregador (direto ou indireto)<sup>4</sup>. Assim sendo, o acesso à saúde é basilar para o êxito das políticas públicas<sup>5</sup> sendo os serviços básicos de promoção e prevenção em saúde são primordiais na redução das despesas com o agravamento de condições clínicas da população<sup>6</sup>.

O SUS nasceu de movimentos sociais e políticos que demandavam maior organização nas ações sociais referentes à saúde, diante da ineficiência assistencial promovida pelo governo<sup>7</sup>. A inspiração para a concepção de um sistema de saúde público e universal foi o National Health Service (NHS) do Reino Unido, que, por sua vez, foi criado em 1948 nas reformas pós-Segunda Guerra visando a reconstrução nacional<sup>8</sup>.

A garantia de acesso aos serviços de saúde auxilia na manutenção da autonomia dos sujeitos, acautelando a elevação dos custos em cuidados de maior complexidade, além da perda da capacidade produtiva dos acometidos, e, conseqüentemente, na queda de arrecadação tributária, caracterizando um ônus evitável pelo estado<sup>9</sup>.

A saúde coletiva como campo de conhecimento, contribui com o estudo do fenômeno saúde/doença em populações, todavia, como processo social, investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social, analisando as práticas de saúde na sua articulação com as demais práticas sociais, com vistas a compreender as formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, auxiliando na reestruturação e enfrentamento<sup>10</sup>.

### **Sistema Único de Saúde (SUS)**

A concepção do SUS, impulsionada a partir da promulgação da Carta Magna, em 1988, e estabelecida com a publicação das Leis Orgânicas de Saúde, em 1990, foi uma

conquista importante para os direitos sociais no Brasil<sup>11</sup>. Entretanto, descortinou a complexidade da situação epidemiológica do país, caracterizada pela tripla carga de doenças na população: permanência de doenças agudas; aumento do peso relativo das condições crônicas; e das causas externas. O SUS também constitui uma exitosa política social, resultado da luta pela retomada do denominado Estado Democrático de Direito<sup>12</sup>. Vários são os fatores que resultam na complexidade da saúde no Brasil, dentre os quais: cobrir um país de dimensão continental, com mais de 200 milhões de habitantes e as diferenças regionais. O SUS é um sistema de saúde com 33 anos de existência, e que foi concebido já em uma era de tecnologia e informação em franca expansão<sup>13</sup>.

Não obstante, a Inglaterra iniciou a revolução industrial no século XVIII, expandindo o colonialismo para outros continentes; entretanto, somente no século XX, o Brasil experienciou a industrialização, época em que o país inglês enfrentava a primeira e segunda guerra mundial<sup>14</sup>.

Enquanto a expansão industrial brasileira ocorreu na Era Vargas, período com pouca regulamentação sanitária e políticas superficiais de saúde que objetivavam apenas estabelecer padrões de produção agrícola<sup>15</sup>, a pauta da adoção de um sistema de saúde unificado no Brasil somente foi esboçada ao término do século XX, quando o NHS já possuía 40 anos de existência<sup>16</sup>.

O SUS possui características de amplitude cultural, já que engloba povos indígenas, quilombolas, populações vulneráveis e em áreas de difícil acesso e até mesmo a menor parcela da população de maior poder aquisitivo que opta por não possuir planos privados de saúde suplementar. E, ainda, possui um histórico de foco social, de atenção básica e de preocupações com a melhoria da expectativa de tempo e de qualidade de vida da população. Ademais, o sistema ainda reforça a ideia de símbolo da democracia e combate à desigualdade social<sup>17</sup>.

Para muitos autores, o SUS foi inspirado no NHS, principalmente pela adoção dos mesmos princípios norteadores: universalidade, integralidade e gratuidade<sup>18</sup>.

Nos últimos anos, o orçamento para as políticas públicas encontra profundas restrições com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016<sup>19</sup>, a qual limita aportes financeiros para áreas como saúde e educação aos níveis de 2016, com reajuste anual pelo índice da inflação. Tal manobra federal na alocação de recursos possui efeito sobre os demais entes estaduais e municipais, comprometendo o sistema como um todo<sup>20</sup>.

#### *As ações do SUS voltadas à saúde coletiva*

É importante destacar que as atividades contidas no bojo da saúde coletiva consideram a análise da situação de saúde e das condições de vida e a base territorial para propor ações sobre os problemas e as necessidades identificadas. O território reúne um conjunto articulado e indissociável de objetos e ações que lhes permite compreender as dinâmicas e os movimentos constantes, e, conseqüentemente como um processo em permanente construção/reconstrução. As prioridades das políticas de saúde no Brasil baseiam-se no perfil de morbidade e mortalidade dos diversos estados e municípios do país, apresentando ampla variação entre as regiões. Com dados como estimativas de casos incidentes, pode-se oferecer informações epidemiológicas que são fundamentais para o planejamento de ações de promoção à saúde, detecção e diagnóstico precoces em todos os níveis, de maneira a reconhecer as desigualdades regionais provocadas por diferenças no desenvolvimento, sendo crucial para descentralizar as ações de forma que elas se tornem mais efetivas e direcionadas<sup>21</sup>.

Cumprе ressaltar medidas como imunização massiva (campanhas nacionais e regionais), atuação da Atenção Primária em Saúde (APS) e Estratégia de Saúde da Família (ESF). Os serviços primários, dotados de trabalhadores com formação em Saúde Coletiva,

Saúde Comunitária e/ou da Família, além de contarem com com Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate à Endemias (ACE), exercem papel crucial de prevenção, promoção, manutenção e recuperação de saúde em territórios adscritos. A APS funciona como a porta de entrada do sistema de saúde, que organiza para outros pontos de cuidado da Rede de Atenção em Saúde (RAS), de maneira hierarquizada, assegurando a integralidade das ações em saúde.

Paralelamente, as equipes da APS/ESF articulam o cuidado com ações coletivas, tais como: Programa Saúde na Escola (PSE)- acuidade visual, saúde bucal, identificação de situações de violências e no desenvolvimento dos escolares; Grupos de Ações Coletivas- tabagismo, gestantes, diabéticos e hipertensos, obesidade, asma, idosos, saúde mental, ciclos de vida, alimentação saudável; Visitas Domiciliares (VD)- para atendimento a usuários mais vulneráveis, com dificuldades de locomoção e cuidados específicos. Ainda, os profissionais da Atenção Básica (AB) promovem atividades dirigidas em associações comunitárias, centros religiosos e outros dispositivos dentro do território de atuação.

### **National Health Service (NHS): o modelo britânico de saúde**

Durante a Segunda Guerra Mundial, países como Inglaterra, acometidos pela fome e por numerosos combatentes feridos, viram a necessidade de implementar políticas de saúde pública para atender a crescente demanda. Em 1948, nas reformas de Beveridge, foi criado o NHS, que para além do suporte à saúde, propôs erradicar a escassez alimentar e fortalecer o sistema público<sup>22</sup>.

Desse modo, o sistema inglês é o precursor e referência internacional de saúde pública de acesso universal. E ainda implementa o cuidado integral por intermédio da atenção primária, com atuação de médico generalista- General Practitioner, o qual desempenha função



ordenadora para serviços especializados, localizados em ambulatórios hospitalares, em geral, públicos<sup>23</sup>.

O NHS atravessou diferentes estruturas organizacionais no intento de afiançar universalidade com equidade, de caráter regionalizado e com alocação de recursos em conformidade com as necessidades e especificidades populacionais. Porém, na década de 80, sob o comando de Margaret Thatcher, foram promovidas reformas na saúde orientadas pela lógica de mercado, sendo segregadas as funções de compradores e prestadores mediante contratos, no que ficou conhecido como “mercado interno”, como novos modelos de gestão dos hospitais públicos<sup>24</sup>.

Em 2010, com a crise financeira internacional, o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, implementou políticas de austeridade do orçamento público, infligindo gastos no setor de saúde. Já em 2012, foi aprovada a lei Health and Social Care Act 2012, a qual foi responsável por contingenciar 20 bilhões de libras e abrir caminho para a expansão da livre mercantilização na saúde, gerando competição na contratação de prestadores, públicos e privados, e reduzindo o controle central<sup>25</sup>.

No relatório elaborado por King's Fund em 2015, decorridos 3 anos após a implantação da lei Health and Social Care Act 2012, foi evidenciado que a mercantilização acarretou em fragmentação, desorganização e a complexidade do sistema regulatório de saúde inglês<sup>26</sup>. Todavia, a saúde permanece custeada pelos cofres públicos e advindas de impostos pagos pelos contribuintes, contudo, a mesma é contratualizada por qualquer prestador qualificado competitivo (any qualified provider)<sup>27</sup>.

Cumprido considerar que o NHS ocupa a primeira posição como sistema de saúde em relação ao acesso qualificado e eficiente em comparação com os 11 países mais ricos do mundo<sup>28</sup>.

### *As ações do NHS voltadas à saúde coletiva*

O NHS foi pioneiro na universalização do acesso a serviços de saúde, ordenando o cuidado de forma hierarquizada, baseado em evidências e tendo como porta de entrada a atenção básica<sup>29</sup>. Os princípios constitutivos como universalidade e gratuidade, amparados pelo Partido Trabalhista de 1948, corroboraram para que o NHS estabelecesse o bem estar social que, por sua vez, impulsionou o desenvolvimento socioeconômico do Reino Unido, penalizado pelo pós-guerra<sup>30</sup>.

Os dados obtidos de Hofstede<sup>31</sup> expõem o compromisso do NHS com a continuidade das políticas públicas, como observado desde a reforma de Beveridge, e que prossegue mesmo em períodos de rigidez fiscal, como nos anos 1980, onde as verbas sociais não sofreram cortes financeiros. Dessa feita, o sistema de saúde mantém políticas públicas assertivas em detrimento de resultados de curto prazo com ínfimas melhorias.

Existem muitas ações voltadas para a saúde coletiva como campanhas de informação, o desenvolvimento de um aplicativo do próprio NHS para disseminação de conteúdo relacionado à saúde e serviços primários de atendimento<sup>32</sup>.

Entretanto, os cortes de 15 bilhões de libras impactaram na qualidade, aumento de tempo de espera e redução da satisfação dos pacientes<sup>33-35</sup>. Tais restrições orçamentárias, redução de qualidade e gestão deficiente, combinados com elevados débitos das parcerias público-privadas para o financiamento da infraestrutura e carência de profissionais nos serviços de saúde, ocasionaram queixas recorrentes ao sistema de saúde britânico<sup>36</sup>.

### **SUS e NHS: análise comparativa das ações voltadas à saúde coletiva- potencialidades e fragilidades**

A avaliação de programas públicos, além da inclusão das características teóricas, deve compreender os dados existentes sobre os resultados das políticas aplicadas<sup>37</sup>. A

epidemiologia é crucial para a análise das políticas públicas de saúde por explorar os riscos aos quais a população está exposta<sup>38</sup>. Ressalta-se o tipo de alimentação e o sedentarismo como prováveis causas para o acometimento de doenças crônicas, ao passo que a falta de imunização, vigilância em saúde e controle de fronteiras como riscos para a exposição às doenças infectocontagiosas<sup>39</sup>.

Com o intuito de estabelecer contrapontos entre os sistemas NHS e SUS, a produção científica produzida assinala que o sistema brasileiro é reconhecido pelo atendimento humanizado e a capilaridade para assistência a diferentes culturas em um grande território geográfico. Adversamente, o sistema inglês não dispõe de forte vínculo com os assistidos.

Em um importante estudo desenvolvido em 2021 são trazidos elementos importantes para compararmos os sistemas de saúde brasileiro e inglês. Em relação ao uso de contraceptivos, a cada 1000 brasileiras abaixo de 18 anos, 53 apresentam gestação precoce. Na Inglaterra, esse quantitativo de gravidez na adolescência atinge 18 inglesas, ou seja, menos da metade dos casos. Quanto a doenças transmissíveis, o Brasil apresenta 10 vezes mais casos de Sarampo, Sífilis, HIV/AIDS e Tuberculose e mais de 700 vezes mais casos de Tétano comparado com a Inglaterra. No que diz respeito à incidência de Diabetes, o Brasil possui o dobro de diabéticos se comparados aos britânicos. Quanto à Hipertensão Arterial e Tabagismo, os índices entre os dois países se equiparam.

Importante referir sobre a capacidade médica instalada per capita: no SUS, há 1,4 médicos/1000 habitantes; em contrapartida, no NHS há 2,8 médicos/1000 habitantes. Quanto aos leitos hospitalares por habitante, a realidade brasileira corresponde a 30% da oferta no serviço inglês. O investimento no conjunto do sistema de saúde é 53 vezes superior ao modelo inglês quando comparado ao brasileiro.

Acerca do financiamento dos sistemas de saúde sobre o Produto Interno Bruto (PIB), os níveis de gastos apresentam semelhança. Contudo, é imperativo confrontar que o Reino

Unido possui 99% de saneamento básico, enquanto no Brasil, 50% da população não possui acesso a saneamento básico e 16% não dispõe de água tratada. Tais condições afetam diretamente as condições de vida da coletividade<sup>40</sup>.

## **Metodologia**

A presente pesquisa é uma análise comparativa combinada com a metodologia de pesquisa exploratória entre o SUS e NHS em relação às ações para o atendimento em saúde coletiva.

Foi realizada a partir da busca de artigos nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores: Sistema Único de Saúde, National Health Service, Saúde Coletiva e Saúde Pública. Procedeu-se ao cruzamento dos descritores com as variáveis quantitativas contidas nos portais brasileiro (DATASUS) e britânico (DATASETS NHS Digital).

Ao término da pesquisa exploratória comparativa, espera-se que sejam evidenciadas reflexões acerca da importância dos sistemas de saúde, nesse caso, SUS e NHS, para o aprimoramento das políticas públicas para a assistência à sociedade.

## **Considerações finais**

O SUS e o NHS possuem implantações e trajetórias muito diferentes. Em 1948, o NHS surgiu de uma iniciativa pública britânica após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de reconstruir o país e oferecer assistência aos sobreviventes dos conflitos, sob um sentimento patriótico de vitória. Enquanto em 1988, 40 anos após o NHS, o SUS foi fruto de movimentos sociais e políticos que culminaram com a Constituição Federal, a qual reconheceu a “saúde

como direito de todos e dever do estado”. A pretensão do SUS, em 1990, era prover a assistência pública fundamental em um país de intensas discrepâncias socioeconômicas, combatendo a desnutrição, a mortalidade infantil e buscando estender a expectativa de vida dos brasileiros. Ademais, o contexto político propiciou a redemocratização brasileira e, portanto, o próprio SUS representa uma conquista social na garantia de acesso aos serviços de saúde.

Indubitavelmente, há diferenças contrastantes entre NHS e SUS, como dimensões geográficas: o território inglês corresponde a 1,5% do brasileiro. Em relação ao financiamento dos dois sistemas, a diferença é ainda mais contrastante: enquanto o SUS será prejudicado por anos de subfinanciamento devido à EC 241/EC-95, o NHS aumenta seus investimentos para melhorar a cobertura para sua população.

Empreender esforços para o financiamento adequado do SUS desde as ações coletivas que primam pela manutenção da saúde e qualidade de vida da população constitui como uma providência elementar enquanto política pública. A responsabilização do Estado em prover a saúde como um direito inalienável está assegurada na Constituição Federal de 1988.

Insta inferir a necessidade de aportar maiores investimentos na AB, que tanto no NHS quanto no SUS, constituem a porta de entrada dos sistemas de saúde, atuando como ordenadoras da assistência e consistindo como modelo preferencial de atenção em saúde com viés de promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação de agravos de maneira menos dispendiosa para gestores e população.

## Referências

1. Sarlet IW. *Direitos fundamentais*. Londrina: Thoth; 2022.



2. World Health Organization. *Constitution of the World Health Organization* [documento na Internet]. New York: WHO; 1946 [acessado 2023 maio 30]. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>
3. Immergut EM et al. *Health politics: interests and institutions in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press; 1992.
4. Almeida C. Reformas de sistemas de saúde: tendências internacionais, modelos e resultados. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato, LVC, Noronha JC, Carvalho AI, organizadores. *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2014. p. 759-801.
5. Nonnenmacher CL, Weiller TH, Oliveira SG. Acesso à saúde: limites vivenciados por usuários do SUS na obtenção de um direito. *Ciênc Cuid Saúde* 2011; 10(2):248-255.
6. Batista AT, Saldanha AAW, Furtado FMF. Auto conceito masculino e auto cuidado em saúde. *Psicologia, Saúde e Doenças* 2017; 18(3):859-869.
7. Coronel ALC, Bonamigo AW, Azambuja MS, Silva HTH. Sistema Único de Saúde (SUS): quando vai começar?. *Interdisciplinary Journal of Health Education* 2016; 1(2):84-90.
8. Sheard S. A creature of its time: the critical history of the creation of the British NHS. *Michael Quarterly* 2011; 8:428-441.
9. Litaker D, Koroukian SM, Love TE. Context and healthcare access: looking beyond the individual. *Med Care* 2005; 43(6):531-540.
10. Paim JS, Almeida Filho N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev Saúde Pública* 1998; 32(4):299-316.
11. Brito F. *A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade*. Belo Horizonte: UFMG; 2007. p. 29-45.

12. Dantas AV. Saúde, luta de classes e o “fantasma” da Reforma Sanitária Brasileira: apontamentos para sua história e crítica. *Saúde Debate* 2018; 42(spe3):145-157.
13. Mendes JDV, Bittar OJNV. Perspectivas e desafios da gestão pública no SUS. *Rev Fac Ciênc Méd Sorocaba* 2014; 16(1):35-39.
14. Wrigley EA. Energy and the English industrial revolution. *Philos Trans A Math Phys Eng Sci* 2013; 371(1986):20110568.
15. Botas NCA, Koury AP. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era vargas (1930-1954). *Urbana Rev. Eletrônica Cent Interdiscip Estud Cid* 2014; 6(1):144-165.
16. Carvalho GCM. O momento atual do SUS... a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. *Saude Soc* 1993; 2(1):9-24.
17. Teixeira C. *Os princípios do sistema único de saúde*: texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador: Conferências Municipal e Estadual de Saúde; 2011.
18. Tanaka OU, Oliveira VE. Reforma(s) e estruturação do Sistema de Saúde Britânico: lições para o SUS. *Saude Soc* 2007; 16(1):7-17.
19. Brasil. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016* [legislação na Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 2016 [acessado 2023 maio 29]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em [30/12/2022](#)
20. Funcia FR, Bresciani LP. A gestão recente do Sistema Único de Saúde: financiamento restringido. *Anais do Encontro Nacional de Administração Público da Anpad* 2019; 16-18.

21. Guimarães RM, Meira KC, Paz EPA, Dutra VGP, Campos CEA. Os desafios para a formulação, implantação e implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde. *Cien Saude Colet* 2017; 22(5):1407-1416.
22. Musgrove P. Health insurance: the influence of the Beveridge Report. *Bull World Health Organ* 2000; 78(6):845-846.
23. Boyle S. United Kingdom (England): health system review. *Health Systems in Transition* 2011; 13(1):1-486.
24. Klein R. *The new politics of the NHS: from creation to reinvention*. London: Radcliffe Publishing; 2010.
25. United Kingdom, UK Public General Acts. *Health and Social Care Act 2012* [legislação na Internet]. Lobdon; 2012 [acessado 2023 maio 29]. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2012/7/contents/enacted>
26. Ham C, Baird B, Gregory S, Jabbal J, Alderwick H. *The NHS under the coalition government: part one: NHS reform*. London: The King's Fund; 2015.
27. Sheppard MK. Fallacy or functionality: law and policy of patient treatment choice in the NHS. *Health Care Anal* 2016; 24(4):279-300.
28. Davis K, Stremikis K, Squires AD, Schoen C. *Mirror, mirror on the wall: how the performance of the U.S. health care system compares internationally*. New York: The Commonwealth Fund; 2014.
29. Wenzl M, Mccuskee S, Mossialos E. Commissioning for equity in the NHS: rhetoric and practice. *Br Med Bull* 2015; 115(1):5-17.
30. Hofstede G. An interview with a pioneer in cross-cultural studies. *SIETAR Europa* 2010; 1(1): 2-6.
31. National Health Service. *The NHS Website* [página na Internet]. London; 2023 [acessado 2023 maio 29]. Disponível em: <https://www.nhs.uk/>

32. El-Gingihy Y. The NHS is on a one-way road to privatization. *The Guardian* [periódico na Internet] 2015 [acessado 2023 maio 29]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/healthcare-network/2015/oct/02/nhs-one-way-road-privatisation>
33. Appleby J, Baird B, Thompson J, Jabbal J. *The NHS under the coalition government: part two: NHS performance*. London: The King's Fund; 2015.
34. Appleby J, Robertson R. *Public satisfaction with the NHS in 2015: results and trends from the British Social Attitudes survey* [livro na Internet]. London: The King's Fund; 2016 [acessado 2023 maio 29]. Disponível em: <https://www.kingsfund.org.uk/sites/default/files/BSA-public-satisfaction-NHS-Kings-Fund-2015.pdf>
35. Leys C, Player S. *The plot against the NHS*. Pontypool: Merlin Press; 2011.
36. Costa FL, Castanhar JC. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Rev Adm Pública* 2003; 37(5):969-992.
37. Boufi M, Patterson BO, Loundou AD, Boyer L, Grima MJ, Loftus IM, Holt PJ. Endovascular Versus Open Repair for Chronic Type B Dissection Treatment: A Meta-Analysis. *Ann Thorac Surg* 2019; 107(5):1559-1570.
38. Suresh P, Raj A. Study and analysis of prediction model for heart disease: an optimization approach using genetic. *International Journal of Pure and Applied Mathematics* 2018; 119(16):5323-5336.
39. Gil AC. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas; 2019.
40. Leal G, Bresciani LP, Kubo E. Diferenças institucionais na saúde: uma comparação entre o SUS do Brasil e o NHS Britânico. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)* [artigo na Internet] 2021 [acessado 2023 maio 29]; 5(1). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/13714>







## Humanização da Arquitetura do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Humanization of Architecture by the National Institute of Social Security (INSS) and Autistic Spectrum Disorder (TEA)

### Alberto Claudio Sobral Lima de Souza

Servidor Público Federal do INSS, Graduado em Direito pelas Faculdades Santo Agostinho com especialização em Direito Previdenciário e Processo Previdenciário pela Damásio Educacional.

### Anna Carla de Sena Rodrigues

Graduada em Fisioterapia pela Faculdade Adventista de Fisioterapia da Bahia com habilidades em fisioterapia cardiocirculatória, terapias manuais, ortopedia e neurologia; adulto, pediátrico e pós graduada em saúde pública com ênfase em NASF.

### Resumo

Quando falamos em acessibilidade compreendemos como barreiras aquelas de natureza física ou arquitetônica geradoras de dificuldade ou impossibilidade em acessar um espaço. Desta forma, constitui uma responsabilidade social eliminar tais barreiras e garantir esse direito para todos (crianças, idosos, pessoas com deficiência, gestantes, canhotos, cardíacos, estrangeiros, etc.). Este trabalho traz sugestões de melhoria, a princípio, destinados ao atendimento na Agência da Previdência Social de Poções/BA, voltadas a garantir uma maior empatia as pessoas diagnosticadas com autismos. São recomendações na capacitação da equipe de trabalho, referentes a humanização da arquitetura existente proporcionando acessibilidade com equidade, ampliando assim, a responsabilidade, proteção e defesa dos direitos destes usuários dos serviços públicos. Pautando-se nos princípios de cidadania e de dignidade humana, alinhada com o debate internacional em favor de uma sociedade inclusiva, considerando a importância da acessibilidade cognitiva para a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as sugestões aqui apresentadas podem servir como análise para outras Agências da Previdência Social espalhadas por todo país. Desta forma espera-se que este trabalho inspire novas reflexões sobre a necessidade de políticas públicas fundamentadas nos princípios da inclusão social e o papel do Estado em garantir a aplicabilidade dos direitos das pessoas com autismo.

**Palavras-chave:** Humanização. Transtorno do Espectro Autista. INSS. Previdência Social.

### Abstract

When we talk about accessibility, we understand as barriers those of a physical or architectural nature that generate difficulty or impossibility in accessing a space. In this way, it is a social responsibility to eliminate such barriers and guarantee this right for everyone (children, the elderly, people with disabilities, pregnant women, left-handers, cardiac patients, foreigners, etc.). This work brings suggestions for improvement, at first, intended for assistance at the Social Security Agency of Poções/BA, and aimed at ensuring greater empathy for people diagnosed with autism. These are recommendations in the training of the work team, referring to the humanization of the existing architecture, providing accessibility with equity, thus expanding the responsibility, protection and defense of the rights of these users of public services. Based on the principles of citizenship and human dignity, aligned with the international debate in favor of an inclusive society, considering the importance of cognitive accessibility for people with Autistic Spectrum Disorder (ASD), the suggestions presented here can serve as an analysis to other Social Security Agencies throughout the country. In this way, it is expected that this work will inspire new reflections on the need for public policies based on the principles of social inclusion and the role of the State in guaranteeing the applicability of the rights of people with autism.

**Keywords:** Humanization. Autistic Spectrum Disorder. INSS. Social Security.

O Transtorno do Espectro Autista, conhecido por sua sigla TEA, é um transtorno neurológico do desenvolvimento. O termo “autismo” vem do grego “autós” (“de si mesmo”) e foi utilizado pela primeira vez para definir uma característica da esquizofrenia. Já “espectro” salienta que o comprometimento da síndrome varia de indivíduo para indivíduo, abrangendo dos casos leves aos severos. Não há cura para o autismo, mas diversos tratamentos podem auxiliar o desenvolvimento desses indivíduos e devem ser iniciados o quanto antes.



O seu diagnóstico, até o presente momento, é essencialmente clínico, sendo realizado majoritariamente por psiquiatras e psicólogos (CEFAPP, 2021).

O grande aumento da população autista desperta o interesse de inúmeros pesquisadores da área da saúde, e um grande número de pesquisas foi e está sendo desenvolvido para compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Mas as crianças autistas lidam, diariamente, com inúmeros desafios que poderiam ser evitados ou, ao menos, amenizados, por meio da arquitetura (ALOCHIO; QUEIROZ, 2020).

Além dos direitos constitucionais, garantidos à pessoa através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), as pessoas portadoras de deficiência, também tem direitos previstos em leis específicas (Leis 8.899/94, 10.048/2000, 10.098/2000, 13.146/2015, entre outras), bem como em normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).

A ONU, em uma pesquisa realizada em 2015, afirma que 1% da população mundial tem autismo. No Brasil, são cerca de 2 milhões de pessoas com autismo. Aqui há um atraso de informação em relação ao transtorno, comparado com outros países, o que é bastante preocupante, pois existe uma incidência alta de indivíduos com TEA, sem diagnóstico.

O número crescente de pessoas portadoras de deficiência, em especial a pessoa com transtorno do espectro autista, tem se tornado uma realidade mundial, conforme estatística atualizada e divulgada neste ano de 2023 — já que os dados são sempre anunciados pelo menos três anos após a coleta, do órgão de saúde americano Centers for Disease Control and Prevention (CDC): “em 2000, os Estados Unidos registraram um caso de autismo a cada 150 crianças observadas, em 2020, houve um salto gigantesco: um caso do transtorno a cada 36 crianças” (TENENTE, 2023, p. 12).

Não existem estatísticas atualizadas sobre o autismo, referentes à população brasileira, devido a muitos fatores, entre eles estão que aqui a avaliação da criança é multidisciplinar, ou seja, a partir de uma sequência de consultas e observações clínicas com diferentes profissionais de saúde além da inexistência de poucos profissionais especializados.

Dada a crescente prevalência do autismo, é fundamental que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como uma Autarquia Federal, prestadora de serviços públicos, contemple formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários com TEA, que a percepção do transtorno possa resguardar a valorização dos direitos humanos e da diversidade, tão necessárias à consolidação de uma sociedade cada vez mais inclusiva e democrática.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, em publicação sobre transtorno do espectro autista, disponível no seu site oficial (<https://www.paho.org/pt>), as intervenções para as pessoas com transtorno do espectro autista precisam ser acompanhadas por ações mais amplas, tornando ambientes físicos, sociais e atitudinais mais acessíveis, inclusivos e de apoio. Em todo o mundo, as pessoas com transtorno do espectro autista são frequentemente sujeitas à estigmatização, discriminação e violações de direitos humanos. Globalmente, o acesso aos serviços e apoio para essas pessoas é inadequado.

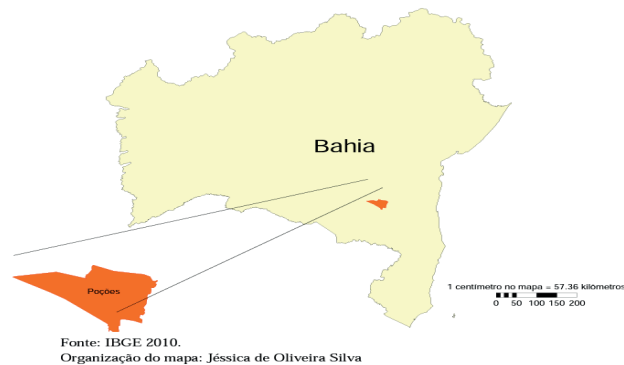
Ao INSS, prestadora de serviços públicos da administração pública federal, compete reconhecer o direito e viabilizar o acesso de todos os cidadãos aos benefícios e serviços da Previdência Social, procurando preservar a integridade da qualidade do atendimento ao público. (BRASIL, 2017) (grifos nossos).

Este trabalho traz sugestões de melhoria, a princípio, destinados ao atendimento na Agência da Previdência Social de Poções/BA, voltadas a garantir direitos e uma maior empatia as pessoas diagnosticadas com autismos.

## **A agência da previdência social de Poções e as necessidades dos autistas**

As origens do município de Poções, datam do ano de 1732, porém, a sua emancipação política foi realizada em 26 de junho de 1880. Poções está situado a Sudoeste de Salvador, sua população é de 48.293 habitantes, segundo o Censo demográfico do Brasil de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está localizado a aproximadamente 444,4 km da capital do Estado, mas precisamente na mesorregião do Centro Sul Baiano e na microrregião de Vitória da Conquista (Figura 1).

Figura 1- Localização do município de Poções no mapa da Bahia



A Agência da Previdência Social em Poções, possui seu funcionamento de atendimento ao público por 6 horas diárias, das 7h às 13h, foi criada em 10/06/1999, através da Resolução INSS/DC nº 34, atende várias cidades, além de Poções, se incluirmos os serviços das avaliações sociais e perícias médicas atende as cidades de Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Ibicuí, Iguai, Manoel Vitorino, Mirante, Nova Canaã, Planalto e até requerimentos oriundos do município de Jequié e cidades circunvizinhas.

Através da Portaria DIRBEN/INSS nº 1.027, de 28 de junho de 2022, foi estabelecida regras e procedimentos para o atendimento presencial ao cidadão, podendo ser realizadas orientações e informações básicas sobre benefícios e serviços previdenciários, protocolo de requerimentos para pessoas sem acesso aos canais remotos, juntada de documentos em requerimento com status “em análise”, que tenha atingido o limite máximo de 50 MB dos anexos”, além de orientação a solicitações de alta complexidade, consideradas aquelas onde o segurado não encontra o serviço disponível nos canais remotos.

De acordo com o Sistema (SIGMA<sup>1</sup>), a Agência da Previdência Social de Poções realizou 11.505 atendimentos no ano de 2022 e até maio de 2023 já são mais de 3.950 serviços prestados ao cidadão, entre os serviços estão a Avaliação Social BPC/LOAS e Perícia Médica.

Segundo Almeida e Neves (2020), o autismo configura-se em um campo dual de batalhas: deficiência ou transtorno. Nessa conjuntura, é importante problematizar a inclusão do autismo como deficiência, pois a criança que recebe esse diagnóstico tem direito ao benefício assistencial da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>2</sup>. Com base na lei, garante-se um salário mínimo mensal à pessoa que tenha idade acima de 65 anos ou que apresente alguma deficiência que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade. Para adquirir o benefício, é preciso que a renda por membro do grupo familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente. Esse benefício pode ser um elemento externo que caracteriza para a família um lugar seguro e estável diante da instabilidade na convivência com um filho, muitas vezes, qualificado como estranho. Nessa medida, esses pais que se encontram sós diante daquilo que causa angústia no filho podem, às vezes, experimentar um sentimento de abandono, “que os leva a fazer do filho ‘a causa’ de sua vida e a militar a favor de seus direitos. O terceiro torna-se, então, puramente externo, reduzindo-se a ser aquele junto a quem cabe reivindicar mais direitos e mais cuidados”.

Os serviços da Avaliação Social e Perícia Médica, são etapas de avaliação das crianças do Transtorno do Espectro Autista (TEA), para verificar a elegibilidade na concessão do BPC –Benefício de Prestação Continuada, serviços esses oferecidos na Agência da Previdência Social de Poções.

Existem relatos de mães, prestados no momento do atendimento na Agência da Previdência Social de Poções, que corroboram com a pesquisa bibliográfica: A criança autista pode apresentar sensibilidade sensorial, podendo ser hipersensível e/ou hiposensível aos estímulos sensoriais. Ou seja, seus sentidos podem captar mais ou menos informações que o normal (GOMES et al, 2015).

3

Os desencadeantes de comportamentos inadequados incluem: barulho, iluminação, problemas com a lotação das salas, corredores estreitos, fluxos de circulação, falta de conexão com o ambiente externo e o inverso (...) (BEZERRA, 2022) (grifos nossos). Muitas crises de agressividade podem ser ocasionadas porque a pessoa autista não quer fazer algo ou tem um desejo negado, por exemplo. Mas podem existir outros motivos, como estar em um local muito barulhento ou com muitos estímulos visuais (grifos nossos).

Percebe-se diante do exposto acima, que a Agência da Previdência Social de Poções não possui uma estrutura de atendimento adequada para os sujeitos autistas, no sentido de garantir uma adequação as suas

1 SIGMA - Sistema de Indicadores, Gestão e Monitoramento do Atendimento do INSS.  
2 Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

necessidades especiais, tornando os ambientes físicos, sociais e atitudinais mais acessíveis, inclusivos e de apoio.

## Importância de garantir a acessibilidade dos autistas nas agências previdência social

É importante mencionar a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, nomeada “Berenice Piana”, lei federal que garante direitos às pessoas autistas, equiparados às demais pessoas com deficiência. Destaca-se, então, que o autismo é considerado um tipo de deficiência para todos os efeitos legais, desta forma, garantindo o direito à acessibilidade.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015), em seu Art. 3º, inciso I, preconiza o conceito de acessibilidade:

I - **Acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) compete reconhecer o direito e viabilizar o acesso de todos os cidadãos e cidadãs aos benefícios e serviços da Previdência Social, à exemplo das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na concessão do BPC – Benefício de Prestação Continuada.

A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, em seu art. 5º, inciso I, preconiza informações sobre as condições de acessibilidade:

Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes:

I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários (BRASIL, 2017) (grifos nossos).

Outro ponto que merece atenção diz respeito a importância de investir na capacitação profissional para melhor atender a essa população. A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em seu Art. 2º, inciso VII, trata dessa importância:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis (BRASIL, 2012) (grifos nossos).

A acessibilidade para o autismo é a informação. Seus colaboradores precisam saber sobre autismo, o que é, quais são as características, como ajudar, como lidar, quais são os direitos, como se sente uma mãe pós-diagnóstico, como acolher, qual a importância dos estímulos sensoriais para uma pessoa autista. Informação é a chave para a inclusão de autistas (OPAS, 2020).

## A necessidade da arquitetura inclusiva nas agências da previdência social

4

Pessoas com TEA podem ter sensibilidade maior em um ou mais dos cinco sentidos - visão, audição, olfato, tato e paladar. Quando isso acontece, as reações delas podem ser intensas. Isso acontece porque a sensibilidade torna o estímulo insuportável (INSTITUTO OLGA KOS, 2023). As edificações, em grande maioria, não foram pensadas para estimular a inclusão e principalmente o desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista, tendo assim uma crítica a arquitetura sem pensar na inclusão (ANTUNES, 2017).

De fato, para muitos autistas, o mundo pode ser um lugar opressor. Mas com os apoios adequados, o impacto dessas dificuldades de processamento sensorial na saúde mental e no bem-estar pode ser reduzido significativamente (AUTISMOEMDIA, 2022). Os autistas e seus acompanhantes ao chegarem nas Agências do INSS, se deparam com um local de espera arquitetonicamente não humanizada, não preparada sensitivamente



as necessidades que possuem.

Sergio Altomonte, arquiteto e professor associado do departamento de arquitetura e ambiente construído da Universidade de Nottingham, defende que: “Os edifícios e espaços urbanos devem ser projetados pensando em seus usuários. A importância da arquitetura no bem-estar físico, fisiológico e psicológico das pessoas está se tornando um tópico cada dia mais relevante” (HARROUK, 2021).

A estrutura de atendimento das Agências do INSS, devem promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade. Para os autistas, a organização dos espaços conforme o nível sensorial facilita o entendimento da funcionalidade, possibilitando o desenvolvimento de vários sentidos (CEFAPP, 2021).

No Brasil, a Lei nº 12.764/12 foi promulgada instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas Portadoras do Transtorno do Espectro Autista, estabelecendo direitos como a integridade física e moral, a inclusão social, resguardando a igualdade e a dignidade da pessoa humana.

No intuito de resguarda à valorização dos direitos humanos e da diversidade, tão necessárias à consolidação de uma sociedade cada vez mais inclusiva e democrática, devemos incluir, quando possível, adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas, para garantir a igualdade e não discriminação, conforme prevê a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), em seu art. 4º, §1º:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015) (grifos nossos).

A arquitetura inclusiva tem uma importância fundamental na produção, desenvolvimento e equilíbrio do espaço físico, e é capaz de proporcionar condições físicas e mentais necessárias para os usuários que ali aguardam atendimento. Uma pequena sala, disposta próxima à recepção, com brinquedos para a interação das crianças que aguardam o atendimento, seria uma razoável adaptação oferecida pelo INSS, respeitando o art. 4º, §1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Os transtornos globais do desenvolvimento (TGD), conhecido por “espectro autista”, formam um conjunto de síndromes definidas por alterações no comportamento (Maciel, 2009). O autismo revela-se complexo para o diagnóstico, devendo ser investigados por uma equipe técnica de profissionais, para compreender as dinâmicas e demandas de uma criança autista. Dentro dessa perspectiva, vale destacar os profissionais envolvidos no desenvolvimento dos espaços físicos, em especial os arquitetos e urbanista, pois para projetar espaços destinados para indivíduos com esse transtorno, o profissional de arquitetura precisa refletir sobre sua atuação, e compreender as particularidades de cada indivíduo, aprofundando o olhar, para então entender que cada indivíduo percebe o mundo de maneira própria e particular, e seu aparente alheamento disfarça o fato de, em geral, estarem presentes e serem extremamente sensíveis, mas com dificuldades para se comunicar (SANTOS; FERRAZ, 2021).

## Considerações finais

O processo de inclusão de pessoas com deficiência é recente, se comparado à longa história de exclusão. Temos o desafio de construir políticas intersetoriais que garantam o acesso das pessoas com deficiência a serviços da previdência, da assistência social, saúde, educação, esporte, lazer, etc.

Ao longo desse trabalho, tecemos algumas considerações que fomentam o debate acerca dos indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus direitos, quanto usuários dos serviços públicos.

5

Os autistas que se dirigem até as Agências do INSS, lidam diariamente com inúmeros desafios, entre estes na falta de conhecimento sobre o transtorno, suas características, como identificá-lo e quais as medidas mais apropriadas à superação dos seus impactos durante o atendimento.

Há muitas possibilidades de atenuar os sintomas e de minimizar o impacto deles no atendimento, sugerimos a realização de capacitação aos agentes no atendimento e o fornecimento de um ambiente arquitetonicamente inclusivo que terá a função de potencializar as interações do ambiente com os usuários e seus familiares, garantindo a acessibilidade e melhores experiências com o espaço de espera, respeitando a dignidade do ser humano enquanto indivíduo limitado em suas necessidades especiais.



Este trabalho tem o intuito de contribuir com o tema do autismo e da arquitetura inclusiva no serviço público, pensar como melhorar a acessibilidade dos indivíduos com TEA, no atendimento das Agência do INSS.

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº 13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento. Sugerimos como adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas, nas salas de atendimento presencial, a instalação do dispositivo elétrico DIMMER<sup>3</sup>, no controle da intensidade da luz, proporcionando conforto de níveis sensoriais dos autistas.

É muito comum ver crianças autistas taparem os ouvidos, se esconderem ou terem medo de alguns sons e objetos. Muitas vezes, esses comportamentos acontecem devido a hipersensibilidade auditiva. Essa anomalia na percepção sensorial é um sintoma frequente em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por isso, sugerimos monitoramento do volume do som relacionado ao monitor de chamadas das senhas.

Acreditamos na importância da capacitação dos agentes que atuam junto ao público na Agência da Previdência Social, no intuito de conscientizar a respeito do TEA, orientando sobre as diferenças do autismo em cada pessoa, e entender o grande espectro de variedades em relação à maneira como o transtorno afeta cada indivíduo. Quem estiver no atendimento deve ser preparado a entender as especificidades do autista, visto que, sendo necessário estará apto a implementar estratégias no atendimento, que proporcione situações favoráveis no processo de comunicação, gerando um atendimento com humanismo, respeito, acessibilidade e cortesia.

Conclui-se que compreender que a arquitetura existente nos prédios das Agências Previdência Social pode ser humanizada/adaptada aos autistas, contribuí na construção de um espaço público que proporcione melhores condições para o atendimento à esta população, buscando avançar no processo da inclusão social para esses indivíduos.

Assim, o autista é alguém que tem direitos, valores, talentos, desafios, medos, potenciais e tudo mais que nossa humanidade nos permita, tudo isso a seu próprio modo. O modo autista de ser.

## Referências

ALMEIDA, M. L.; NEVES A. S. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, n. 10, 2020 v. 40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>. Acesso em: 08 jun 2023.

ALOCHIO, G. S.; QUEIROZ, V. M. **Arquitetura e autismo**: orientações para espaços terapêuticos. VIII ENEAC - VIII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído; IX Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. Natal-RN. 2020. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2020/77.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

ANTUNES, K. C. V. **Uma leitura sociológica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro na área de Educação, 2017.

AUTISMOEMDIA. **Autismo e sensibilidade sensorial**: o que pode ajudar. 2022. Disponível em: <https://www.autismoemdia.com.br/blog/autismo-e-sensibilidade-sensorial-o-que-pode-ajudar/>. Acesso em: 13 fev 2023.

BEZERRA, E. S. **Reflexões e Contribuições para Espaços Escolares com Vistas à Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 08 mar. 2023.

6

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/outros-assuntos/acordos-de-cooperacao-tecnica-act>. Acesso em: 30 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098, 08 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, nov.2000. Acesso em: 15 mar. 2023.

<sup>3</sup> O DIMMER é um dispositivo elétrico rotativo, que quando está em série com uma lâmpada, tem a capacidade de alterar os valores de luminosidade produzida pela lâmpada.



\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741, 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 15 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, nov.2009. Acesso em: 10 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em: 20 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União, dez. 2012. Acesso em: 30 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 15 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **Institucional:** [Brasília]: Ministério da Previdência Social, 10 mai. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/institucional>. Acesso em: 02 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.176-de-22-de-junho-de-2021-327647403>. Acesso em: 10 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Portaria DIRBEN/INSS nº 1.027, de 28 de JUNHO de 2022.** Altera a Portaria DIRBEN/INSS Nº 982, de 22 de fevereiro de 2022 que estabelece regras e procedimentos para o atendimento presencial nas Agências da Previdência Social do INSS. Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Edição: 121 | Seção: 1 | Página: 137. jun de 2022. Acesso em: 10 mar. 2023.

CEFAPP - Centro de Formação, Pós-graduação e Pesquisa em Saúde. **Quais os direitos das pessoas autistas?** 2021. Disponível em: <https://grupocefapp.com.br/blog/direitos-da-pessoa-autista/#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal%20diz%20que,em%20todas%20as%20%C3%A1reas%20necess%C3%A1rias>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GOMES, P. T. M, et al. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. **J Pediatr**, v. 91, n. 2), p. 111-121, 2015.

HARROUK, C. **Psicologia do espaço:** as implicações da arquitetura no comportamento humano, 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/936143/psicologia-do-espaco-as-implicacoes-da-arquitetura-no-comportamento-humano>. Acesso em: 14 mar 2023.

7

INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL (IOK). **Cartilha do Transtorno do Espectro Autista**, São Paulo, jan. 2023. Disponível em: <https://institutoolgakos.org.br/noticia/cartilha-do-transtorno-do-espectro-autist>. Acesso em: 19 abr. 2023.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtorno do espectro autista.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 15 fev. 2023.



SANTOS, A. K. S.; FERRAZ, P. S. Architecture x autism: challenges of inclusion in equestrian centers. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21793>. Acesso em: 5 jun. 2023.

TENENTE, L. **1 a cada 36 crianças tem autismo, diz CDC**: entenda por que número de casos aumentou tanto nas últimas décadas. Portal G1. São Paulo: Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/02/1-a-cada-36-criancas-tem-autismo-diz-cdc-entenda-por-que-numero-de-casos-aumentou-tanto-nas-ultimas-decadas.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2023.

## TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO: Promoção de uma Cultura de Inclusão nas Escolas Públicas Brasileiras

Markelen Dutra<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como proposição uma análise contemporânea acerca da Tecnologia Assistiva na Educação e a sua relação direta com a promoção de uma cultura de inclusão no contexto escolar. Os caminhos metodológicos percorridos foram os da análise de revisão bibliográfica; análise do fato social contemporâneo e também, com entrevistas com especialistas que atuam em projetos de inovação e tecnologia assistiva. Buscou-se trazer à baila uma contextualização do fato social relativo ao contexto escolar brasileiro sobre o uso e aplicação de Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas públicas brasileiras, bem como analisar dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que através do censo analisa o contexto social das pessoas com deficiência altas habilidades/superdotação e singularidades. Nesse afã, o artigo discorre através de análises acadêmicas de modo a tentar compreender alguns paradoxos que se instalam na convergência de informações. Através de uma perspectiva acadêmica, as investigações foram dos conceitos mais elementares acerca da Tecnologia Assistiva, bem como trouxe à baila questões de ordem social, pedagógica e também apresenta a tecnologia denominada Colibri, que se apresenta como uma alternativa para romper com obstáculos existentes para uma inclusão digital e social de pessoas com deficiência no Brasil.

**Palavras-chave:** tecnologia assistiva, inclusão escolar, educação especial, inclusão social.

### ABSTRACT

This article proposes a contemporary analysis of Assistive Technology in Education and its direct relationship with the promotion of a culture of inclusion in schools. The methodological paths followed were those of the bibliographic review analysis; analysis of the contemporary social fact and also, with interviews with experts who work in innovation projects and assistive technology. We sought to bring up a contextualization of the social fact related to the Brazilian school context about the use and application of Assistive Technology in Specialized Educational Assistance (AEE) in Brazilian public schools, as well as to analyze data and information from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) which, through the census, analyzes the social context of people with disabilities, high abilities/giftedness and singularities. In this eagerness, the article discusses through academic analyzes in order to try to understand some paradoxes that are installed in the convergence of information. Through an academic perspective, the investigations were of the most elementary concepts about Assistive Technology, as well as brought up social and pedagogical issues and also presents the technology called Colibri, which presents itself as an alternative to break with existing obstacles to a digital and social inclusion of people with disabilities in Brazil.

Keywords: assistive technology, school inclusion, special education, social inclusion.

### 1 Introdução

Na sociedade contemporânea, amplos são os estudos sobre os avanços e os incontáveis benefícios das tecnologias nas diversas áreas: empresarial; da saúde; da educação; do esporte; da cultura; dentre outros. Com o desenvolvimento das tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e o maior acesso aos dispositivos móveis, a população se acerca cada vez mais rápido de tais recursos, neste sentido é pertinente também compreender de que forma a tecnologia tem propiciado e apoiado a inclusão digital de pessoas com deficiência. O presente trabalho pretende apresentar os benefícios e os desafios da tecnologia assistiva para esse público, em especial aquele com comprometimento motor severo dos membros superiores, de modo a apoiar no processo de acessibilidade ao mundo digital: acesso à internet; à informação digital e aos dispositivos móveis, elementos tão importantes para garantir a comunicação; o acesso à informação e o convívio e interação social. E, também, trazer à baila um debate atual acerca dos desafios de implementação da tecnologia assistiva na educação, buscando uma relação com a cultura digital brasileira e a inclusão escolar.

<sup>1</sup> Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação; Especialista em Tecnologia na Educação, Neuropsicopedagogia, Pedagogia Empresarial, Gestão em Docência do Ensino Superior, Gestão Estratégica em Pessoas. Graduada em Pedagogia; Graduada em Psicologia (em curso).



A metodologia deste trabalho usa revisão bibliográfica, de modo a coletar um referencial teórico sobre inclusão digital e tecnologia assistiva com enfoque na pesquisa sobre as funcionalidades de um aparelho, que é um mouse que funciona através dos movimentos da cabeça para pessoas com deficiência motora severa. Este dispositivo, cujo nome é Colibri, capta movimentos intuitivos da cabeça para controlar o ponteiro do *mouse* com precisão e que beneficia o acesso à *internet* nas suas variadas funcionalidades, o uso e a aplicação de computadores e dispositivos móveis minimizando os esforços e simplificando o seu uso. Também, será utilizada a coleta de informações através de entrevistas acerca do uso e aplicação do Colibri. Essa coleta de informações foi feita junto aos consultores, que forneceram um arcabouço de conhecimento para a compreensão e validação das hipóteses dos desafios de implementação no contexto da educação inclusiva. Utilizou-se os vídeos e Guias do usuário, encontrados no site do fabricante, materiais que arrimaram com o arcabouço teórico que acerca da tecnologia em questão, trouxeram elucidaciones sobre as possibilidades e dificuldades de manuseio, acionamento e interação por meio dos usuários.

O novo Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva da OMS, divulgado em 2022, destaca que quase 1 bilhão de adultos e crianças com algum tipo de deficiência estão excluídos do acesso as ajudas técnicas ou tecnologia assistiva. No total, existem mais de 2,5 bilhões de pessoas carecendo de meios como cadeiras de rodas, aparelhos auditivos ou aplicativos de auxílio para a comunicação e cognição (OMS, 2022). Essa exclusão pode ocorrer por vários motivos, como a falta de tecnologia assistiva em determinadas regiões ou países, a falta de conhecimento ou recursos financeiros para adquirir essas tecnologias ou a falta de acesso a essas tecnologias para diferentes tipos de pessoas com deficiências. Por exemplo, no contexto escolar há recursos de tecnologia assistiva que são projetados para pessoas com deficiência visual ou auditiva, mas não são adequados para pessoas com deficiência motora. Para combater essa exclusão, é importante que a iniciativa pública, organizações sem fins lucrativos e empresas trabalhem juntos para desenvolver tecnologia assistiva acessíveis e inclusivas e garantir que todas as pessoas com deficiência possam se beneficiar dessas tecnologias, independentemente de sua localização geográfica ou condições socioeconômicas. A partir dessa compreensão, faz-se relevante trazer à baila e ao nível da discussão acadêmica o conhecimento sobre os benefícios dos recursos da tecnologia assistiva e os desafios da sua implementação na educação. Em suma, a exclusão de pessoas com deficiência do uso e aplicação de tecnologia é uma questão complexa que requer uma abordagem holística e colaborativa. Desta maneira se faz necessário estudos e análises para compreender esse fato social contemporâneo.

## 2 A Educação Inclusiva no Brasil

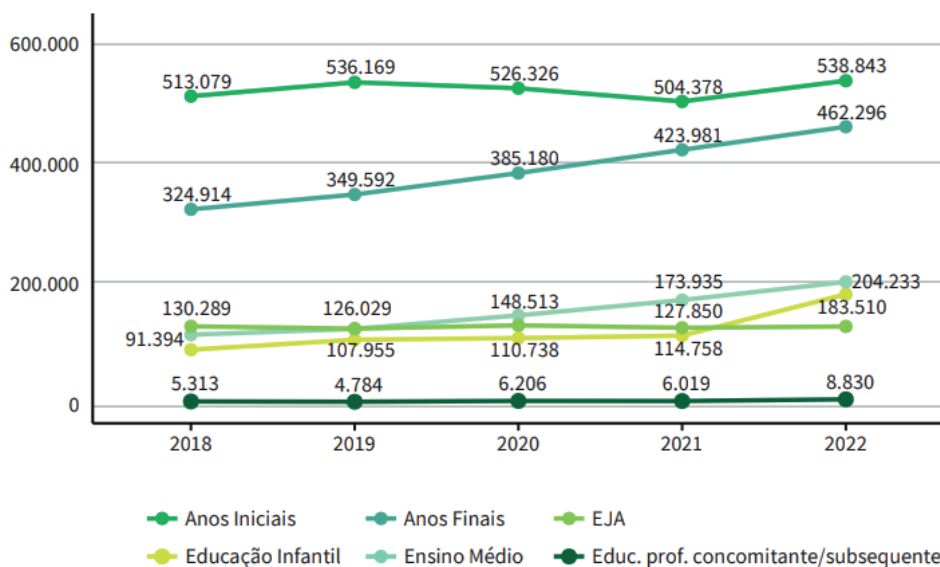
Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. No Brasil, em 2019, eram 17,2 milhões de pessoas com 2 anos de idade ou mais com ao menos alguma das deficiências estudadas, representando 8,4% da população dessa faixa etária. Estavam em 14,5 milhões de domicílios, 19,8% do total. Em média, a maior proporção entre pessoas de 60+ anos (24,8%) do que entre 2 e 59 anos (5,1%). Pessoas com deficiência tinham perfil mais feminino (9,9%) do que masculino (6,9%), mais pessoas pretas ou pardas (8,7%) do que brancas (8,0%) (IBGE 2019).

Na última década, de acordo com o Censo Escolar, houve um aumento substancial na demanda pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ao dialogar com professores e especialistas do setor eles são unânimes em afirmar que esta demanda aumente ainda mais nos próximos anos, eles apontam para o fato, principalmente, do aumento global da expectativa de vida e da população com algum tipo de Deficiência, além da maior disponibilidade e acesso à informação por parte da família, bem como da melhoria continua dos processos dos diagnósticos em relação aos transtornos, síndromes e suas comorbidades.

Os dados do Censo Escolar no Brasil (INEP, 2019) retratam essa realidade quando mostra o progressivo número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo cada etapa de ensino – Brasil – 2018-2022.



Gráfico 1 - Matrículas de alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo cada etapa de ensino no Brasil (2018-2022)



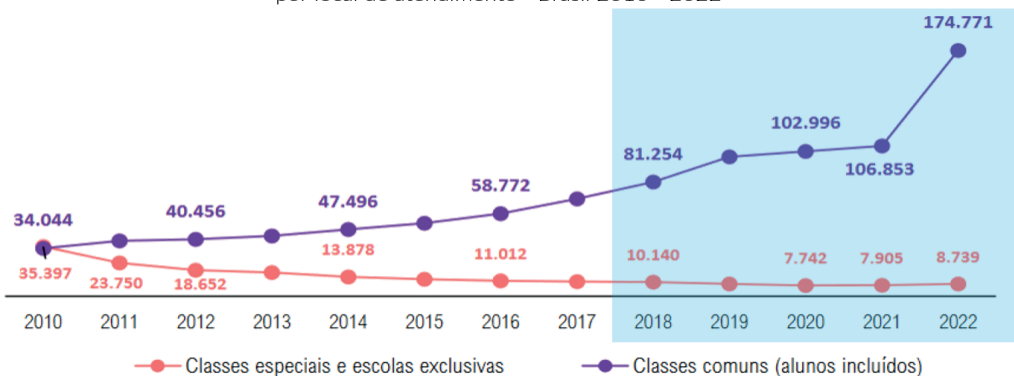
Fonte: INEP/Censo Escolar, 2022.

Os dados do Censo Escolar no Brasil (INEP 2022) deflagram que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8%. Os gráficos sobre a educação inclusiva no Brasil (INEP, 2022), trazem dados substanciais de que, cada vez mais, as crianças e jovens com deficiência estão inseridos nas escolas de classes comuns.

Gráfico 2 - Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil por local de atendimento - Brasil (2010-2020).

### Educação Inclusiva no Brasil

Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



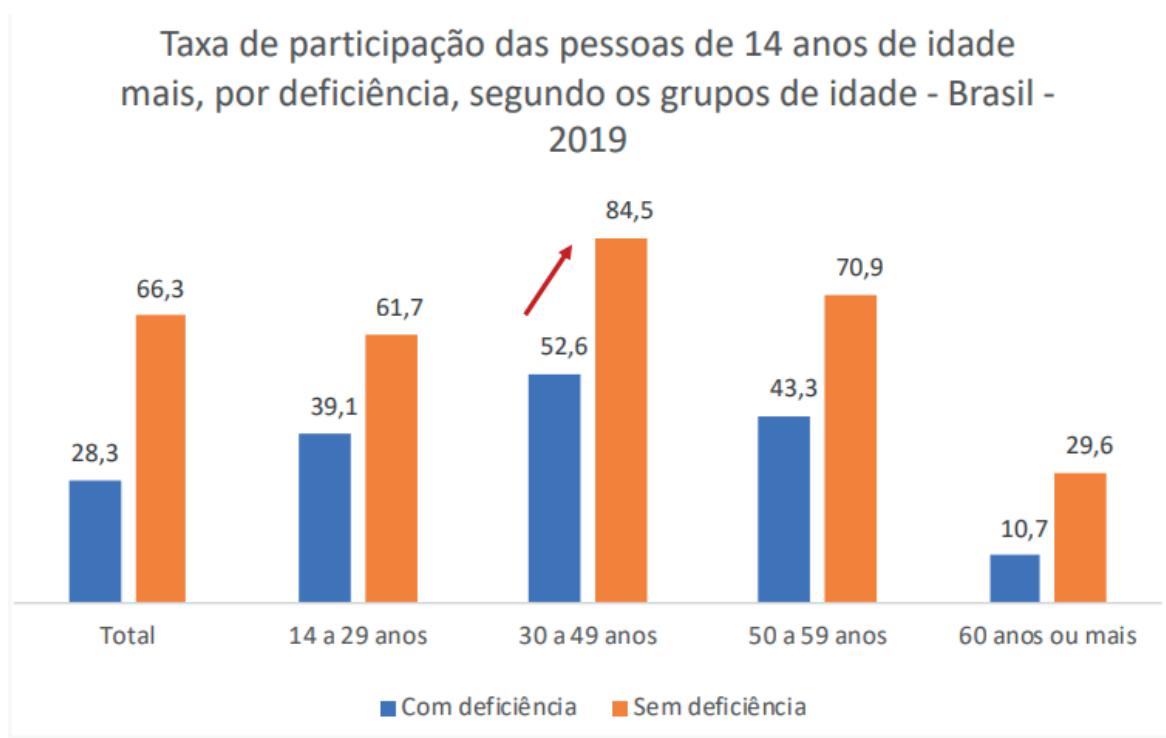
Fonte: Inep/Censo Escolar 2022

Fonte: Inep/Censo Escolar, 2022.

3

Na contramão dos dados do Censo Escolar 2022, a análise dos dados do IBGE de 2019, revelam que as pessoas com deficiência no Brasil estão menos escolarizadas, com maior dificuldade de acessar o mercado de trabalho e com menor renda. O compilado aponta para diversas desigualdades vividas por esse grupo que era de 17,2 milhões de pessoas em 2019 ou 8,4% da população.

Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de saúde, 2019.

A Agência Brasil, após a análise dos dados, afirma que a dificuldade que começa na educação e se intensifica no mercado de trabalho, pois enquanto 66,3% das pessoas sem deficiência estão dentro da força, sejam ocupadas ou à procura de uma vaga, essa participação cai para 28,3% no caso de quem tem alguma condição. De acordo com o IBGE (2022), concorrem para isso o fato de as pessoas com deficiência geralmente terem ocupações menos especializadas e de menor remuneração, além de uma série de preconceitos.

Nessa direção e sentido, a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para a análise da evolução das matrículas das pessoas com deficiência em classes comuns e a falta de participação nos grupos de força de trabalho. Mantoan (2015) alerta para a diferença entre os vocábulos: integração e inclusão, pois apesar de terem significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos-metodológicos divergentes.

O uso do vocábulo integração se refere-se mais especificamente a inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns. (...) pela integração escolar o aluno tem acesso às salas de aula de ensino regular. (...) oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento escolar especiais: classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. (...) Já a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, 2015)

Diante do exposto, é cada vez mais latente refletir sobre a educação inclusiva, como uma ponte para a igualdade de oportunidades e de direitos. Segundo Kleina (2015), a escola inclusiva requer revisão e a ampliação das práticas educativas que superem o trabalho pedagógico tradicional, atendendo não somente as dificuldades de aprendizagem advindas da deficiência, mas a todos os estudantes, ofertando iguais oportunidades de aprendizagem a todos.

Com efeito, ao se pensar na educação inclusiva e em oportunidades educativas para todos, os recursos da tecnologia assumem um papel de protagonista, quando proporciona novas formas de acesso a aprendizagem e a informação, uma ponte de acesso aos recursos de informação e comunicação com a vida em sociedade. O Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva (OMS, 2022) sugere, que seja assegurada a disponibilidade, segurança e eficácia, ao lado da acessibilidade a esses meios.

4

Por conseguinte, é inegável que, ao longo do tempo, a tecnologia tem ganhado cada vez mais protagonismo na sociedade contemporânea, ela está presente em todos os lugares e na escola, como já ocorreu em um tempo não tão distante, não tem ficado de fora. A tecnologia imbrica na direção de apoiar o cotidiano com ferramentas desenvolvidas para simplificar e dar acesso a rotina diária, seja da mais simples à mais complexa. Se é verdade que “seja com o professor ou com os estudantes, as tecnologias tem contribuído para a construção do

conhecimento” (Leite, 2022), é pertinente que nos perguntemos se essa tecnologia também está à mão do estudante com deficiência.

Segundo Kleina (2012, p.32), ela é imprescindível na educação especial:

(...) Enquanto o uso da tecnologia na educação ainda pode ser discutido, na educação especial e na inclusiva seu emprego é obrigatório, já que muitos alunos dependem desse meio para aprender. Assim, quando aliamos a aplicação da tecnologia na educação especial estamos dando ao estudante a possibilidade de demonstrar o seu potencial, aprender, interagir e participar ativamente em nossa sociedade.

Assim, a Tecnologia Assistiva, tem por objetivo proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade, pois melhora sua capacidade funcional, permitindo e aumentando sua participação e inclusão em todos os domínios da vida. Ainda nessa perspectiva, segundo Besch (2017), a TA promove a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitar a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. As definições de tecnologia assistiva e produtos assistivos diferem dependendo de sua finalidade e escopo. Por exemplo, alguns países desenvolveram suas próprias definições para especificar medidas legais, classificar produtos ou facilitar a comunicação (OMS, 2022). Ao pesquisar sobre o tema Tecnologia Assistiva nos documentos oficiais do nosso país, verificou-se os termos: tecnologia assistiva, ajudas técnicas, tecnologia de apoio. Na legislação brasileira, utiliza-se o termo “ajudas técnicas”, quando trata das garantias ao cidadão brasileiro com deficiência de acesso a recursos destinados a melhorar suas habilidades funcionais (BESCH, 2017). Para o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) as expressões “tecnologia assistiva” e “ajudas técnicas”, são entendidas como sinônimos, pois em nossa legislação oficial ainda consta o termo “ajudas técnicas”. A mesma autora, alerta para outro ponto importante sobre a terminologia encontrada na documentação produzida pelo CAT, que é a indicação do uso da expressão Tecnologia Assistiva sempre no singular, por referir-se a uma área de conhecimento e não a uma coleção específicas de produtos (BRASIL – CAT, ATA V, 2009). Utilizar corretamente o termo no singular ajuda à compreensão da abrangência deste conceito.

Segundo o Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva, “é provável que todos precisem de tecnologia assistiva durante a vida, especialmente à medida que envelhecem” (OMS, 2022). Segundo o mesmo relatório, a tecnologia assistiva também é um meio para o exercício dos direitos humanos. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece isso. Exige que os Estados forneçam a tecnologia assistiva necessária para permitir que as pessoas com deficiência exerçam seus direitos à educação, trabalho, lazer, participação na vida cultural da comunidade, etc., e liberdade de opinião e expressão. A diretora executiva do Unicef, Catherine Russell, disse haver 240 milhões de crianças com deficiências. Sem direito aos produtos essenciais para progredir, elas são afetadas em níveis individual, familiar e comunitário. A chefe da agência declarou que sem acesso à tecnologia assistiva, as crianças com deficiência continuarão a perder a educação, seguindo em maior risco de trabalho infantil e sujeitas ao estigma e à discriminação, que minam sua confiança e bem-estar.

A evolução de tecnologias focadas no apoio e auxílio de pessoas com limitações motoras para o uso dos recursos computacionais e digitais como a internet, contribui de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Sabe-se que há um grande esforço por parte dos profissionais na criação de matérias adaptados e na busca por recursos da tecnologia assistiva para busca da autonomia e interação social de estudantes com paralisia cerebral, tetraplegia ou comprometimento moderado a severo dos membros superiores para o acesso deles ao currículo escolar e ao desenvolvimento da aprendizagem, pois, em geral, alguns desses estudantes jamais poderão segurar em um lápis ou caneta, ou até mesmo desenvolver uma forma de escrita ou linguagem. Permitir que esses estudantes possam acessar computadores e celulares, softwares de Comunicação Alternativa e/ou Aumentativa sem usar as mãos, pode ser a única opção de aprendizagem para alguns deles. Sobrepor essas dificuldades é uma das finalidades da Tecnologia Assistiva, buscar esses recursos é papel da escola e da iniciativa pública. Um exemplo de tecnologia assistiva a favor da aprendizagem desses estudantes o aparelho Colibri<sup>2</sup>, o mouse de cabeça que permite que pessoas com comprometimento moderado a severo dos membros superiores, sem usar as mãos, controlem celular, tablet e computador apenas com movimentos da cabeça e piscar dos olhos.

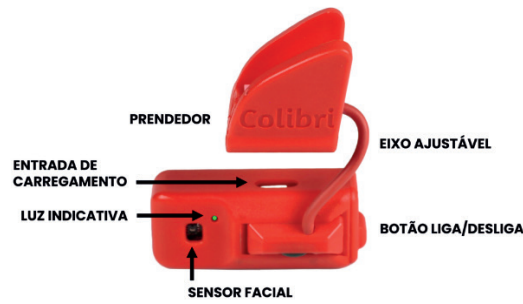


Figura 1 – Tecnologia assistiva: mouse de cabeça.  
Fonte: Tix Tecnologia Assistiva, s.d.

A tecnologia assistiva Colibri é projetada para ajudar pessoas com deficiência no acesso a computadores e celulares, para superar as limitações que enfrentam no dia a dia, permitindo-lhes uma maior independência e inclusão social. Dotado de sensores, que podem ser acoplados em óculos ou alguma vestimenta na cabeça, de modo a poder controlar o ponteiro do mouse. O colibri atua via tecnologia *bluetooth* e com microbateria recarregável de alta performance. Segundo o *site* do fabricante, o Colibri foi criado para apoiar e permitir o acesso à informação, a comunicação e ao uso dos recursos tecnológicos, às pessoas com nível de comprometimento severo das funcionalidades motoras superiores como: tetraplegia, paralisia cerebral, sequelas de AVC, entre outras.

Figura 2 - Diagrama de Funcionalidade do Colibri



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Na descrição do site do fabricante, o Colibri é pequeno, leve e sem fios. Dentro dele, há um sofisticado sensor de movimentos, um detector de gestos faciais e uma bateria recarregável. Ele também tem uma luz de indicação e emite bipes sonoros para sinalização e pode ser ajustado para as peculiaridades e características de cada indivíduo, para isso, a empresa criou um aplicativo capaz de personalizar minuciosamente o funcionamento do aparelho para que ele se adapte a cada pessoa.

6 Esses recursos de apoio tem um objetivo muito maior para os estudantes com deficiência, pois quando é utilizado pode romper preconceitos, barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas e de comunicação que limitam ou impedem o acesso às informações ou aos conhecimentos que podem ser adquiridos; pode, ainda, favorecer, o acesso ao currículo escolar e a participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos. Com o auxílio de soluções técnicas adaptadas às necessidades individuais de cada estudante, pode-se promover a autonomia, a independência e a plena participação nas atividades escolares no desafio de aprendizagem, a qual, sem esses recursos tecnológicos, seria restrita ou inexistente.



Sendo assim, pode-se concluir que os recursos da TA são ferramentas poderosas para promover a inclusão e a participação de estudantes com deficiência nas escolas, principalmente nas escolas públicas brasileiras, de classes comuns, onde concentra-se o maior número de matrículas, principalmente nos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O uso de tecnologia assistiva em escolas públicas pode ajudar, ainda, a diminuir as barreiras e dificuldades educacionais enfrentadas pelos estudantes com deficiência, mas também habilitá-los para o mercado de trabalho, de modo a permitir que eles desenvolvam suas habilidades e competências de forma mais eficaz. Partindo desse pressuposto, ao entrevistar um dos consultores da empresa que fornece o Colibri e questioná-lo sobre o alcance desse produto para âmbito educacional, ele informou que esse recurso de tecnologia assistiva faz parte do portfólio do Programa Educacional TiX Letramento (PETL) – um conjunto de soluções em tecnologia assistiva e serviços educacionais - comercializado para redes públicas de ensino. Segundo os consultores do PETL, esse conjunto de soluções educacionais está em diversas redes de ensino municipais e estaduais em todo Brasil, mas para implementá-lo efetivamente nas escolas públicas onde atuam, é preciso a formação continuada dos professores e profissionais que atuam diretamente no AEE para que estes possam utilizar as soluções técnicas de forma adequada e personalizada para cada estudantes. Para além dos produtos que auxiliam os estudantes no acesso aos recursos computacionais e dispositivos móveis, ele ressaltou, também, que é preciso garantir a acessibilidade e a interoperabilidade dos softwares educativos e de comunicação alternativa aumentativa que integram esses recursos de Tecnologia Assistiva que compõe esse conjunto de soluções, o que garante a continuidade do aprendizado e o apoio aos estudantes com deficiência em todas as fases da educação escolar.

### 3 Considerações Finais

Após os estudos e as análises dos dados aqui demonstrados, é mister parafrasear Mary Pat Radabaugh (1993), quando ela afirma que: “para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. De fato, o acesso à tecnologia assistiva apropriada pode significar a diferença entre permitir ou negar a educação de uma criança, a participação na força de trabalho de um adulto ou a oportunidade de manter a independência e envelhecer com dignidade para uma pessoa idosa. O acesso, o uso e aplicação de Tecnologia Assistiva empodera, proporciona autonomia, habilita indivíduos e garante a aquisição de direitos.

Ficou evidenciado, então, que investir em tecnologia assistiva pode contribuir para a promoção de uma cultura de inclusão nas escolas públicas brasileiras, na medida em que torna possível a igualdade de oportunidades educacionais, a ampliação da comunicação e interação com o mundo social, o acesso à informação e ao conhecimento, quando permite que o estudante com deficiência utilize os recursos computacionais com o mesmo objetivo que seus colegas: pesquisar na web, construir textos, tabular informações e até para se comunicar. O estudante com deficiência, assim como seus colegas, utilizaria o computador como uma ferramenta tecnológica aplicada tanto no contexto educacional e social, podendo se beneficiar da tecnologia para o aprendizado. Tanto na escola, quanto no mercado de trabalho, a pessoa com deficiência precisa estar inserida no mundo social, fazer uso de novas ferramentas tecnológicas com objetivo de se qualificar, mas também de ter acesso as múltiplas formas de organizar, expressar e adquirir os conhecimentos construídos.

### 4 Referências

- (s.d.). Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-09/ibge-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-renda-e-menos-escolaridade>
- Bersch, M. L. (2023). Fonte: Assistiva Tecnologia e Educação: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#topo>
- Costa, D., & Martins, G. (2022). *Plataformas Adaptativas Educacionais: a aprendizagem personalizada na cultura digital*. Curitiba: Letra e Forma.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, T. (21 de setembro de 2022). *Agência Brasil*. Fonte: Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-09/ibge-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-renda-e-menos-escolaridade>
- Gómez, Á. I. (2015). *Educação na era digital: a escola educativa*. Porto Alegre: Penso.
- Guedes, A., Rudi Birgman, G. m., Savioli, C., & Motta, J. (2020). *Educação para um mundo exponencial*. Belo Horizonte.
- Hummel, E. I. (2015). *Tecnologiaq Assistiva : a inclusão na prática*. Curitiba: Appris.
- Kenski, V. M. (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus.





- kleina, C. (2012). *Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva*. Curitiba: InterSaberes.
- Leite, B. S. (2022). *Tecnologias Digitais na Educação: da formação à aplicação*. São Paulo: Livraria da Física.
- Mantoan, M. T. (2021). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* . São Paulo: Summus.
- OMS. (16 de maio de 2022). *news.un.org*. Fonte: Nações unidas: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789172>
- Sancho, J. M., & Hernández, F. (2006). *Tecnologias para transformar a Educação*. Porto Alegre: Artmed.

## A função social da pena e o sistema penitenciário brasileiro The social function of penalty and the brazilian penitentiary system

Rafaele Pavéglio<sup>1</sup>

Submetido em: 28/02/2023  
Aprovado em: 28/02/2023  
Publicado em: 11/03/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.493

### RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir do tema a função social da pena e o sistema penitenciário brasileiro, delimitando-se ao sistema penitenciário brasileiro. O estudo busca responder a questão problema: O atual sistema penitenciário brasileiro cumpre com o papel social da pena? Para tanto se partiu da hipótese de que a pena tem como finalidade intimidar potenciais criminosos, castigando e ressocializando os condenados, além de promover a segurança jurídica aos acusados e defesa social. A relevância para tal estudo reside na realidade, frequentemente noticiada nos meios de comunicação, do sistema prisional, de modo que, pesquisar, estudar e discutir aspectos relacionados com a pena e as prisões se mostra de interesse da sociedade em geral, que anseia por maior segurança. O objetivo geral deste estudo é verificar se o sistema penitenciário brasileiro é capaz de promover a real função da pena. Buscando alcançar o objetivo traçado e responder a questão problema, realizou-se a presente pesquisa utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pena. Prisão. Sociedade.

### ABSTRACT

This article was elaborated from the theme the social function of the sentence and the Brazilian penitentiary system, delimiting itself to the Brazilian penitentiary system. The study seeks to answer the problem question: Does the current Brazilian penitentiary system fulfill the social role of punishment? For that, it was based on the hypothesis that the purpose of the penalty is to intimidate potential criminals, punishing and re-socializing the convicts, in addition to promoting legal security for the accused and social defense. The relevance of this study lies in the reality, often reported in the media, of the prison system, so that researching, studying and discussing aspects related to punishment and prisons is of interest to society in general, which yearns for greater security. The general objective of this study is to verify if the Brazilian penitentiary system is capable of promoting the real function of the penalty. Seeking to reach the outlined objective and answer the problem question, the present research was carried out using the bibliographical research technique.

**KEYWORDS:** Feather. Prison. Society.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade verifica-se que cada civilização sempre teve um questionamento penal, inicialmente, como manifestação de reação natural do homem primitivo para conservação de sua espécie, sua moral e sua integridade, após como um meio de retribuição e de intimidação, através das formas mais cruéis e sofisticadas de punição, até nossos dias, quando se pretende afirmar como uma função terapêutica e recuperadora. No que se refere a detenção, observa-se que esta aparece na história como uma medida simplesmente preventiva, onde só mais tarde toma um caráter repressivo e torna-se um tipo de penalidade.

Neste contexto, desenvolveu-se o presente artigo sobre o tema a função social da pena e o sistema penitenciário brasileiro, tendo como delimitação o sistema penitenciário brasileiro. Sendo que o objetivo geral é verificar se o sistema penitenciário brasileiro é capaz de promover a real função da pena.

Como se pode verificar o modo de atuação das prisões foi passando por mudanças ao longo dos anos, tanto no mundo como no Brasil, até chegar aos padrões que se tem atualmente. Diante disso, questiona-se: O atual sistema penitenciário brasileiro cumpre com o papel social da pena? Tendo como hipótese a condição de que a pena tem como finalidade intimidar potenciais criminosos, castigando e ressocializando os condenados, além de promover a segurança jurídica aos acusados e defesa social.

1

Neste contexto, este estudo apresenta relevância, sobretudo em função de que de acordo com a política criminal, é um direito do apenado a ressocialização, promovida a partir do cumprimento da pena. No entanto, a crescente criminalidade acaba indicando que o sistema carcerário brasileiro não está alcançando sua finalidade, de modo que, se justifica discutir questões relacionadas com a função da pena.

A metodologia usada no desenvolvimento desta pesquisa partiu do método de abordagem hipotético-dedutivo, realizado por meio de fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores, realizando a exposição dos resultados obtidos através de um texto descritivo.

<sup>1</sup> rafaelpavoglio@gmail.com

## 2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PENA E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

### 2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA PENA

As penas têm uma ligação direta com os movimentos políticos e evolutivos do Estado. Segundo Queiroz (2014), a discussão sobre os fins da pena é um tema político, uma vez que, na perspectiva do Estado, é uma das formas de gestão política de conflitos. E isso se comprova ao se observar a mudança na natureza das penas, inicialmente de caráter vingativo, que ao longo da evolução da sociedade, acabaram sendo banidas as penas cruéis e desumanas, passando ao suplício da alma. Sendo “[...] a ideia de retribuição da sociedade ao delinquente - dos clássicos – seria substituída, então pelos positivistas, pela ideia de defesa da sociedade contra os perigos.” (BOSCHI, 2004, p. 108). Culminando com a interpretação de que o direito de punir é uma forma de manutenção do poder por parte do Estado, cabendo a ele definir a forma que acontecerá.

Ao longo da história da humanidade verifica-se que cada civilização sempre teve um questionamento penal, inicialmente, como manifestação de reação natural do homem primitivo para conservação de sua espécie, sua moral e sua integridade; após, como um meio de retribuição e de intimidação, através das formas mais cruéis e sofisticadas de punição, até os dias atuais, quando se pretende afirmar como uma função terapêutica e recuperadora. A pena tem uma evolução histórica muito antiga, “[...] cujo surgimento se registra nos primórdios da civilização.” (OLIVEIRA, 2003, p. 23). Em relação ao histórico da pena, José Antonio Pagnella Boschi menciona que nos primórdios da humanidade não existia “[...] entre os homens qualquer ideia, mesmo que rudimentar de pena e acreditavam que eram seus pecados que provocam a ira dos deuses descontentes através dos fenômenos da natureza, e só aplacáveis com sacrifícios.” (BOSCHI, 2004, p. 94). Destacando-se que, conforme Enio Luiz Rossetto no antigo oriente as penas estavam atreladas à religião. E cita o “O Código de Hammurabi, [...] século XXIII a. C., distinguia a punição para os homens livres e os escravos, previa a composição em alguns delitos patrimoniais, com a devolução até o triplo do que havia sido tomado.” (ROSSETTO, 2014, p. 4). E também o Código de Manu, na Índia, fundado na religião hindu, entre 12 e 13 séculos antes de Cristo, onde “[...] a vingança divina domina a repressão para satisfação da divindade ofendida pelo crime.” (ROSSETTO, 2014, p. 5). Ele complementa dando exemplos de penas cruéis comuns naquela época, com base em Shecaira e Corrêa Júnior (2002, p. 26 *apud* ROSSETTO, 2014, p. 4), “jogar no fogo (roubo em um incêndio), cravar em uma estaca (homicídio praticado contra o cônjuge), mutilações corporais (como cortar a língua, cortar o seio, cortar a orelha, cortar as mãos, arrancar os olhos e tirar os dentes)”.

Cabe informar que as penas de suplício também foram uma realidade no Brasil. Inclusive, Tiradentes pode ser considerado um exemplo dessa prática, pois, após ter sido condenado, recebeu a punição de ser levado por ruas públicas até chegar ao ponto onde estava instalada a forca onde foi executado. Além disso, não foi permitido à sua família que ele fosse sepultado, sendo que sua cabeça ficou exposta pendurada em um alto poste, e o restante de seu corpo foi dividido em quatro partes, as quais foram distribuídas pela cidade, e ali permaneceram até que foram completamente consumidas pelo tempo (OLIVEIRA, 2003).

Observa-se uma mudança na visão da pena na Idade Média, que sob a influência da queda do Império Romano e da invasão da Europa pelos povos bárbaros, passa a visualizar a pena “[...] como reparação do mal sofrido pela vítima e como legítima reação do ofendido (vingança)”. (ROSSETTO, 2014, p. 11).

A partir da segunda metade do séc. XVII se evidencia o surgimento onde a pena assumiu nuances mais humanitárias, com base na argumentação de que as punições deveriam ser mais brandas e respeitando a gravidade dos crimes cometidos. A ideia neste período, não foi somente a de amenizar as duras penas que vinham sendo praticadas, eliminando assim os castigos aflitivos e infamantes, e principalmente, questionando a plena dominação da justiça por parte da monarquia, a qual era exercida pela figura do rei de modo absoluto, sendo-lhe permitido definir a punição que considerasse adequada, transformando a justiça em algo incerto e sem qualquer garantia de que fosse respeitada.

Ou seja, com o passar do tempo, entendeu-se que a função da pena não poderia mais ser de uma vingança pública, surgindo o consenso de que o suplício não causava mais o horror esperado, não servindo, portanto, a função de exemplar, castigar, pois em cada homem, por pior que fosse, há alguma humanidade, que deve ser respeitada. “Finalmente as autoridades perceberam a inutilidade do cerimonial meticuloso do espetáculo ostentado na execução da pena e que o condenado deveria deixar de ser o alvo da prática dos castigos.” (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Tatiana Viggiani Bicudo (2015, p. 110) explica que no século XVIII, “[...] o Direito Penal se constitui como uma teoria, à luz do Estado nascente como entidade forte, cuja função ou papel é estabelecer e manter a ordem social.” “A punição, nesse contexto, assume dois papéis relevantes: prevenir ações que perturbem a paz social e limitar o arbítrio do Estado na aplicação das reprimendas penais.” (BICUDO, 2015, p. 112). E indo além, como bem destaca a autora: “A tortura é repudiada como forma de obtenção da verdade, que deve ser conseguida com base em provas e indícios, cujos valores estarão previamente definidos por lei.” (BICUDO, 2015, p. 112).

A partir da normatização da pena pelo Estado, esta passa a ter um fim social e adequada ao delito. A pena assume o fim de retribuição, “[...] a culpa do autor deve ser compensada com a imposição de um mal, que é a pena.” (BITENCOURT, 2003, p. 68). No mesmo sentido, Gimbert Ordieg, citado por Bitencourt (2003, p. 65), “[...] entende que a pena constitui um recurso elementar com que conta o Estado, e ao qual recorre, quando necessário, para tornar possível a convivência em sociedade.”

Se observa, que a pena, por muitos anos, possuiu a finalidade de repressão, passando, posteriormente, a ocupar uma função de prevenção. Atualmente, utiliza-se a reprovação conjugada com a prevenção social, de forma que se tenta fazer com que o delinquente não volte a delinquir. Neste sentido, a pena de prisão assume uma nova finalidade, entendendo que não basta castigar o indivíduo, mas para que a pena cumpra seu papel de controle social, é necessário orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efetiva, evitando com isso a reincidência.

## 2.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO: SUA EVOLUÇÃO E ATUALIDADE

As prisões estão presentes nas sociedades desde tempos antigos, sendo que suas características foram mudando em função das evoluções sofridas pela própria função das penas. Inicialmente, a detenção possuía o caráter unicamente preventivo, ou seja, buscava-se isolar o delinquente criminoso do convívio da sociedade e com isso eliminar as possibilidades de esse indivíduo em vir a cometer novas transgressões, só posteriormente é que se percebeu que a detenção poderia ter um caráter repressivo, tornando-se um tipo de penalidade. Quanto ao sistema penitenciário, este foi criado com o intuito de se cumprir pelos delitos cometidos, mas de forma legal e não como vinha sendo praticado no início da história da civilização. Sobre as prisões em tempos remotos, Oliveira explica que pouco se sabe

[...] das prisões primitivas, para evitar a fuga, a prisão aparece localizada nos palácios dos reis, nas dependências dos templos, nas muralhas que cercavam as cidades; eram utilizados até buracos em forma de fossas, onde o condenado era remetido para ser exposto e lhe aplicarem suplícios. Lá apodrecia no meio dos vermes. (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

John Howard, dedicou sua vida ao estudo sobre os melhoramentos carcerários, considerava que “[...] o modelo de penitenciária a ser seguido era o de *Rasphius* e *Spinhius* de Amsterdam, destacando o fato de que eram os impostos aplicados ao tabaco e bebidas que possibilitavam o pagamento dos salários na administração das prisões.” (BICUDO, 2015, p. 99). Howard idealizou um sistema penitenciário baseado em recolhimento, reforma moral pela religião, trabalho diário, onde estivessem presentes as condições higiênicas e alimentares necessárias para a vida humana digna (BICUDO, 2015).

Oliveira (2003) explica que o criminalista e filósofo inglês, Geremias Bentham, com base nos estudos Howard, apresentou um modelo de estabelecimento prisional de forma, conhecido como Panóptico. Este sistema era caracterizado pela prisão celular, em forma radial, onde uma só pessoa podia exercer a vigilância dos interiores das celas.

Segundo Bitencourt (2017), em 1790, iniciou-se um novo regime de prisão: o sistema Filadélfico, impondo o isolamento absoluto, sem trabalho, nem visitas, estimulando somente a leitura da Bíblia. Bitencourt (2017, p. 31) explica que:

Ordenou-se, por meio de uma lei, a construção de um edifício celular no jardim da prisão (preventiva) de Walnut Street (construída em 1776), com o fim de aplicar o solitary confinement aos condenados. Não se aplicou, contudo, o sistema celular completo; impôs-se o isolamento em celas individuais somente aos mais perigosos; os outros foram mantidos em celas comuns; a estes, por sua vez, era permitido trabalhar conjuntamente durante o dia. Aplicou-se a rigorosa lei do silêncio.

Sobre este modelo de penitenciária, Foucault ressalta que:

Sozinho em sua cela o detento está entregue a si mesmo, no silêncio de suas paixões e do mundo que o cerca, ele desce a sua consciência, interroga-a e sente despertar em si o sentimento moral que nunca perece inteiramente no coração do homem. (FOUCAULT, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 55-56).

Em 1821, surge o sistema de Auburn, em New York, diferente da construção de Walnut Street, em 1776, este sistema agora permitia que o trabalho e as refeições ocorressem em ambiente comum; no entanto, eram proibidas as visitas, o lazer e os exercícios físicos. E no ano de 1934 surge um sistema que adota a forma de trabalho remunerado e o sentido regenerador da pena, era o Sistema de Montesinos (Espanha) (BITENCOURT, 2017). De acordo com Bitencourt (2017, p. 40),

A ação penitenciária de Montesinos planta suas raízes em um genuíno sentimento em relação ao outro, demonstrando uma atitude aberta, que permitisse estimular a reforma moral do recluso. Possuía firme esperança nas possibilidades de reorientar o próximo, sem converter-se em prejudicial ingenuidade; encontrou o perfeito equilíbrio entre o exercício da autoridade e a atitude pedagógica que permitia a correção do recluso.



Na Suíça também aparece um tipo de prisão semiaberta, onde os condenados eram remunerados, trabalhavam ao ar livre, em zona rural, numa grande fazenda com vigilância reduzida. Posteriormente, surgiu a modalidade de prisão aberta. Tratava-se de uma simples residência, onde o apenado somente se recolhe para dormir a noite, fins de semana e feriados, podendo trabalhar ou estudar todo o dia, utilizada até hoje no Brasil, conhecida como Albergue (OLIVEIRA, 2003).

Após breves considerações sobre pena e prisão de modo amplo, se passa a tratar do sistema penitenciário brasileiro, apresentando sua evolução ao longo da História, até os dias atuais.

### 2.3 SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL

No Brasil, a Carta Régia de 1769 aborda pela primeira vez a questão de “prisão”, a qual estava instalada no Rio de Janeiro, e se tratava de uma casa de correção, em que também funcionava a Câmara Municipal (PORTO, 2008). Em 1784, em São Paulo, ainda antes da regulamentação da pena de prisão, que ocorreu em 1830, quando o Código Criminal brasileiro; desordeiros, escravos fugitivos e presos provisórios esperando julgamento costumavam ser encarcerados em um estabelecimento denominado Cadeia de São Paulo, localizado no Largo de São Gonçalo, atualmente conhecido como Praça João Mendes. Assim como no Rio de Janeiro, neste imóvel também funcionava, no piso superior, a Câmara Municipal (PORTO, 2008).

Porto (2008) explica que o Código Criminal de 1830 regularizou as penas de trabalho e prisão simples, sendo que o Código Penal de 1890, aboliu a pena de morte, criando assim, o regime penitenciário com caráter correccional objetivando a reintegração do preso na sociedade. Segundo Brito (2022, p. 32), o Código Criminal do Império, de 1830, regulou alguns institutos, tratando

[...] das penas de galés e de prisão, do banimento e do desterro, bem como da pena de multa, já prevista como a preocupação de ressarcimento da vítima. Também abordou o trabalho na prisão e a pena de morte, permitida àquela época, que seria executada pela força, após o cortejo da população ao condenado, e da leitura de sua sentença em voz alta. Quanto à aplicação, esboçava o atendimento à individualização, quando se preocupava com a pena imposta às mulheres, aos menores de 21 anos e aos maiores de 60, que poderiam ter suas penas de morte e galés comutadas pela de prisão com trabalhos.

Motta (2011, p. 81) explica que “No Brasil, a pena de prisão é adotada pelo Código Penal de 1830; no entanto, o modelo de instituição proposto pelo código só será posto em prática a partir de 1850.”

Já a respeito do Código Penal de 1890, Souza e Japiassú citam João Batista Pereira que expressa:

Abolida a pena de morte e suprimindo as penas perpétuas e infamantes, substituiu todas as penalidades do provido arsenal do Código de 1830 pela prisão celular, segundo o sistema progressivo irlandês de Walter Crofton. A grande novidade da revisão de 1890 é a unicidade de pena, cujo tipo é a prisão celular, ao mesmo tempo intimidativa, repressiva e penitenciária, da qual se fez a chave da abóbada de todo o sistema repressivo. (PEREIRA apud SOUZA; JAPIASSÚ, 2018, p. 38).

“A primeira prisão brasileira foi inaugurada em 1850 e denominada Casa de Correição da Corte, mais conhecida nos dias de hoje como Complexo Frei Caneca, no Rio de Janeiro.” (PORTO, 2008, p. 14).

Essa prisão seguia o modelo de Auburn, no estado de New York, que se tornou conhecida por sua particularidade de possuir cela única. Esse modelo constituído por celas individuais acabou se tornando inviável em função do crescente aumento da população carcerária frente ao limitado espaço das prisões (BITENCOURT, 2017).

O sistema penitenciário brasileiro estava baseado no sistema irlandês, que surgiu após o sistema pensilvaniano e auburnino. De acordo com o sistema irlandês, a inserção e permanência na prisão acontecia em três estágios: o inicial (isolamento), o de trabalho em conjunto e o de livramento condicional (MOTTA, 2011).

Motta (2011) informa ainda, que a Casa de Correição da Corte, no Rio de Janeiro, tinha como técnica punitiva o trabalho obrigatório em oficinas durante o dia e isolamento na cela à noite. O trabalho tinha a finalidade de extrair ao máximo as forças dos detentos, obrigando-os à prática de bons hábitos. No entanto, Porto destaca que “[...] o trabalho não era definido como punição ao criminoso, mas como agente indispensável à transformação do indivíduo.” (PORTO, 2008, p. 14). Já o isolamento dos presos tinha como objetivo romper seus vínculos com o crime, através de um ambiente que proporcionasse a reflexão.

Em se tratando sobre a questão do trabalho durante o cumprimento da pena, Rossetto (2014) esclarece que ao longo da história, a atividade laborativa do encarcerado correspondeu a três grandes ideologias: de fundo religioso, trabalho como punição e trabalho como elemento fundamental para a ressocialização do apenado.

A visão religiosa entendia que o trabalho era fundamental para a regeneração moral do delinquente, afastando a ociosidade, o pecado e o crime, situação que evidenciou-se a partir do século XVIII. Já a interpretação do trabalho como um elemento da própria punição, ou seja, um castigo dentro do castigo, foi o aspecto que justificou o surgimento





da prisão com trabalhos, como uma espécie punitiva diversa da prisão simples (sem trabalhos), conforme dispunha o Código Criminal, de 1830 (SOUZA; JAPIASSÚ, 2018).

Conforme esclarece Rossetto (2014, p. 39):

O Código de 1890 previu as penas de prisão celular caracterizada pelo isolamento celular com obrigação de trabalho a ser cumprida em estabelecimento especial (art. 45); de reclusão executada em fortalezas e praças de guerra ou estabelecimentos militares (art. 47); prisão com trabalho obrigatório, cominada para vadios e capoeiras a serem recolhidos em penitenciárias agrícolas ou presídios militares (art. 48); prisão disciplinar para menores de até 21 anos e executada em estabelecimentos especiais (art. 49); a pena de banimento abolida em 1891; a de interdição, a suspensão e a perda de emprego público e multa (art. 43, 46, 56, 57 e 58). Estabeleceu o limite de trinta anos para execução da pena privativa de liberdade (art. 55). A Constituição da República de 1891, portanto, posterior ao CP, proibiu as penas de galés, de banimento e de morte, ressalvada legislação em tempo de guerra (art. 72, §§ 20 e 21).

Mais recentemente, na atualidade, se identifica o trabalho prisional como fundamental para o processo de ressocialização do apenado; partindo do pressuposto de que “[...] se a socialização do recluso é essencialmente prevenção da reincidência, há fundadas esperanças de que aquela capacidade contribua decisivamente para que o recluso consiga conduzir a sua vida futura sem praticar crimes.” (RODRIGUES, 2002, p. 95). Ainda sobre este aspecto Foucault refere em seu livro *Vigiar e Punir* que:

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina: ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos- operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela o “ocupa”. (FOUCAULT, 2014, p. 235).

No entendimento de Foucault, o trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos (FOUCAULT, 2014). Sendo semelhante a percepção de Marcão sobre o assunto, para o qual o trabalho não é uma ajuda, mas sim, um organismo que impede a ociosidade, afirmando que “[...] o trabalho do sentenciado tem dupla finalidade: educativa e produtiva.” (MARCÃO, 2007, p. 26).

Em função do aumento no número de presos, em 1904 surgiu a ideia da construção da Penitenciária do Estado de São Paulo, seguindo o projeto de Ramos de Azevedo, a qual foi inaugurada em 1920, tendo capacidade para 1.200 presos, correspondente à população carcerária do Estado naquele período. Essa Penitenciária dispunha de oficinas de trabalho, enfermaria e celas individuais, além disso, ela também apresentava critérios de individualização, sendo que os condenados eram divididos em três alas, uma delas destinada exclusivamente para presos políticos. Esse modelo de prisão chamou a atenção de estudiosos do Brasil e do mundo, servindo de parâmetro para construção de outros presídios no Brasil. No entanto, mesmo sendo consideradas prisões modelares, o princípio da classificação dos detentos, separando-os de acordo com a gravidade dos delitos praticados, não foi respeitado (PORTO, 2008).

Na década de 1950 foram criados, no Brasil, os institutos penais agrícolas, procurando, dessa forma, atender a individualização judiciária da pena. Neste modelo os detentos trabalhavam no campo durante o dia e eram recolhidos a celas coletivas no período noturno (PORTO, 2008).

Nos anos 1960, a estrutura arquitetônica penitenciária brasileira deixou de seguir o padrão europeu e americano, assumindo uma versão voltada para a realidade do Brasil. Essa evolução prisional acabou implementando o sistema Pavilhonar de presídio, em que os pavilhões eram isolados um dos outros, dificultando dessa forma que rebeliões se alastrassem. As diferentes formas de construção de prisões no Brasil seguiram sempre a ideia de Bentham em 1800, conhecida como Panóptico, e que consiste na possibilidade de visualização geral de todas as unidades por um ambiente de controle central (PORTO, 2008). Sobre esse modelo de construção, Rossetto (2014, p. 31) explica que

Bentham foi o criador do projeto arquitetônico denominado panóptico, panopticon. Um edifício em forma de anel, que se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior como para o exterior. Projetada no centro do pátio uma torre onde ficaria um vigilante. O olhar do vigilante podia atravessar toda a cela, ver tudo sem que ninguém, ao contrário, pudesse vê-lo.

5

Buscando uniformizar os projetos arquitetônicos dos presídios brasileiros, em 09 de novembro de 2011, foi editada a Resolução n. 9, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, firmando diretrizes para a construção de unidades prisionais no Brasil. As recomendações expressas na Resolução n. 9, foram adotadas como projeto-padrão pelo Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional, e esse tem sido o parâmetro adotado pelos Estados na construção de estabelecimentos prisionais, desde então (BRASIL, 2011).

Um dos desafios relacionados ao sistema prisional, diz respeito à ressocialização do apenado ao término de sua condenação. O conceito de ressocialização do condenado sempre é modificar o sujeito que transgrediu uma determinada lei. Desse modo, o sistema carcerário busca maneiras de socialização. A ressocialização tem como objetivo a humanização

da passagem do detento na instituição carcerária, implicando sua essência teórica, numa orientação humanista, passando a focalizar a pessoa que delinuiu como o centro da reflexão científica. Com isso, se busca moldar o detento de uma forma mais humana para que a passagem no sistema carcerário no que implicando sua essência teórica, numa orientação humanista, o que de acordo com José Ribamar da Silva, passa a focalizar a pessoa que delinuiu como o centro da reflexão (SILVA, 2003). Para Damásio Evangelista de Jesus, o modelo ressocializador indica que:

Um modelo ressocializador como sistema reabilitador, que indica a ideia de prevenção especial á pena privativa de liberdade, devendo consistir em medida que visse ressocializar a pessoa em conflito com a lei. Neste sistema, a prisão não é um instrumento de vingança, mas sim um meio de reinserção mais humanitária do individuo na sociedade. (JESUS, 2011, p. 95).

A pena de prisão determina nova finalidade, com um modelo que aponta que não basta castigar o indivíduo, mas orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efetiva, evitando com isso a reincidência. A reinserção social do indivíduo que cometeu a infração; admite-se a progressão na execução da pena, de acordo com o comportamento do condenado, iniciando-se no regime mais rigoroso ao regime mais ameno, sendo os regimes fechados; semiaberto; e, aberto, não necessariamente, o sentenciado inicia-se no regime fechado (SILVA, 2003).

No entanto, o sistema prisional brasileiro é marcado pelo que Andrade (2015) denomina de “eficácia invertida”, já que existe uma nítida contradição estrutural entre as funções declaradas ou prometidas que o sistema não realiza, mas que subsistem com uma eficácia simbólica; e funções reais que instrumentaliza sem que sejam declaradas. Isto porque, trata-se de um sistema estruturalmente incapaz de cumprir com as funções que legitimam sua existência, tais como promover a proteção dos bens jurídicos; combater e prevenir a criminalidade, por meio da pena, de modo a intimidar potenciais criminosos, castigando e ressocializando os condenados, além de promover a segurança jurídica aos acusados e defesa social.

Os presídios do Brasil apresentam números alarmantes de reincidência, sendo a mesma considerada um dos grandes problemas a serem resolvidos nesse sistema. Um alto percentual dos presidiários voltam para o sistema prisional após terem cumprido alguma pena anteriormente (BITENCOURT, 2017).

Assim, o confinamento prisional é um problema de graves proporções e implica em consequências danosas para todos os envolvidos, tanto presos, familiares, e trabalhadores da prisão. Dessa forma não representa uma resposta legítima a situações-problema; ao contrário, apresenta, ele próprio, características de um problema público. Levando em conta a real situação das penitenciárias do Brasil na atualidade. Sobre as prisões, Carvalho menciona que:

A prisão, como uma instituição social, pode ser observada como uma ‘sociedade miniatura’, que possui uma estrutura, indivíduos, culturas próprias, etc. No entanto, mesmo contando com padrões organizatórios específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e às necessidades sociais que dão sentido à sua existência, seus ritmos e suas transformações são determinadas também pelas condições, fatores e influências que a projetam no cenário mais amplo das ações e das relações humanas. (CARVALHO, 2011, p. 33).

Inúmeros fatores têm contribuído para que o sistema penitenciário do Brasil alcançasse uma situação altamente degradada. Dentre os pontos mais graves se destaca o abandono, a falta de investimento, descaso do poder público. Isso aliado à falta de pessoal devidamente qualificado para modificar a concepção de prisão enraizada na cultura brasileira, como sendo um local onde os indivíduos precisam pagar mais que suas penas, seus pecados, através do sofrimento intenso.

## CONCLUSÕES

Como se pode verificar o modo de atuação das prisões foi passando por mudanças ao longo dos anos, tanto no mundo como no Brasil, até chegar aos padrões que se tem nos dias atuais. Na realidade, o sistema carcerário que surgiu como uma alternativa substitutiva do que era considerado como uma forma desumana de penalidade, em que se impunha a pena de morte e a tortura; está longe de cumprir de fato o papel pelo qual surgiu, isso porque, as condições do sistema penitenciário brasileiro estão longe de cumprir com a sua finalidade que é a recuperação do apenado e sua ressocialização.

6

De modo que, constata-se que o sistema prisional, ambiente onde se executa a pena, mais que um sistema de proteção, onde são respeitados os direitos e através do qual se pune o criminoso e se oferece a este, condições para que retorne a sociedade apto e capaz; é um sistema de violação de direitos humanos, invertendo os princípios da sua função.

Além do problema de superlotação, podem-se elencar vários outros presentes e frequentes nos presídios brasileiros, como as rebeliões, o tráfico de drogas, o acesso a celulares e ainda as inúmeras irregularidades por diversas vezes noticiadas em vários meios de comunicação. Na verdade, se observa que o sistema carcerário, por vezes, considerado como preventivo, possui inúmeras falhas, a perspectiva dos que estão em custódia do Estado, é um tanto incerta. O sistema é ineficaz, portanto, oferecer condições de ressocialização é dever do Estado. Não se pode negar que a finalidade da aplicação da

pena, mais precisamente, sua eficácia, não corresponde aos anseios da sociedade, qual seja o resguardo da segurança individual e pública.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Durval Ângelo. **APAC: a face humana da prisão**. 3. ed. Belo Horizonte: Expressa, 2015.
- BICUDO, Tatiana Viggiani. **Por que punir? Teoria geral da pena**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte Geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão - Causas e alternativas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. **Resolução n. 9**, de 09 de novembro de 2011. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2011/resolucao-no-9-de-09-de-novembro-de-2011.pdf>. Acesso em 10 fev. 2023.
- BRITO, Alexis Couto de. **Execução Penal**. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.
- CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano encarcerado: o tempo como pena e o trabalho como “prêmio”**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARCÃO, Renato Flávio. **Lei de Execução Penal Anotada**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão um paradoxo social**. Florianópolis: UFSC, 2003.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária**. 2. ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2002.
- ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação da pena**. São Paulo: Atlas, 2014.
- PORTO, Roberto. **Crime organizado e sistema Prisional**. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, José Ribamar da. **Prisão Ressocializar para não reincidir**. Universidade Federal do Paraná. 2003. Disponível em: [http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_joseribamar.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf). Acesso em: 28 Jan. 2023.
- SOUZA, Artur de Brito Gueiros; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito penal: volume único**. São Paulo: Atlas, 2018.

# Políticas públicas no estado democrático: uma ferramenta para a promoção da cidadania

*Public policies in the democratic state: a tool for the promotion of citizenship*

Rafaele Pavéglio<sup>1</sup>

Submetido em: 28/02/2023

Aprovado em: 28/02/2023

Publicado em: 11/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.494

## RESUMO

O presente artigo tem como tema políticas públicas no estado democrático: uma ferramenta para a promoção da cidadania, delimitando-se aos aspectos relacionados com a garantia dos direitos expressos na Constituição Federal de 1988 para os cidadãos por meio de ações do Estado. O estudo busca responder a questão problema: qual o papel das políticas públicas e sociais na efetivação dos direitos do cidadão? Para tanto se partiu da hipótese de que por meio das políticas públicas se busca obter o equilíbrio social, de modo a cumprir o expresso pela Constituição brasileira. Neste contexto, a principal justificativa para o desenvolvimento da pesquisa sobre o tema proposto é que as desigualdades sociais são inquestionáveis no Brasil, sendo plenamente relevante a realização de estudos e pesquisas voltados a melhor compreensão dos meios disponíveis para alcançar a minimização desta situação. O objetivo geral deste estudo é analisar como as políticas públicas podem contribuir para a promoção dos direitos dos cidadãos, considerando a responsabilidade do Estado na sua implementação. Para tanto se desenvolveu uma pesquisa de metodologia bibliográfica, tendo como base a legislação pátria, e autores como Tavares (2020); Barroso (2013); Fernandes (2020); Secchi (2020), dentre outros que discutem o assunto. A pesquisa indicou os direitos promulgados pela Constituição Federal de 1988, são consolidados pelo Estado Democrático de Direito por meio de políticas públicas sociais, que representam importantes ferramentas de construção da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania. Direitos. Estado. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The present article has as its theme public policies in the democratic state: a tool for the promotion of citizenship, delimiting itself to aspects related to the guarantee of the rights expressed in the Federal Constitution of 1988 for citizens through State actions. The study seeks to answer the problem question: what is the role of public and social policies in the realization of citizens' rights? For that, it was based on the hypothesis that, through public policies, one seeks to obtain social balance, in order to comply with what is expressed by the Brazilian Constitution. In this context, the main justification for the development of research on the proposed theme is that social inequalities are unquestionable in Brazil, being fully relevant to carry out studies and research aimed at a better understanding of the means available to achieve the minimization of this situation. The general objective of this study is to analyze how public policies can contribute to the promotion of citizens' rights, considering the responsibility of the State in its implementation. For this purpose, a bibliographical methodology research was developed, based on national legislation, and authors such as Tavares (2020); Barroso (2013); Fernandes (2020); Secchi (2020), among others who discuss the subject. The research indicated that the rights enacted by the Federal Constitution of 1988 are consolidated by the Democratic State of Law through social public policies, which represent important tools for building citizenship.

**KEYWORDS:** Citizenship. Rights. State. Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

1

Este artigo foi desenvolvido sobre o tema políticas públicas no estado democrático: uma ferramenta para a promoção da cidadania, tendo como delimitação as questões voltadas à garantia dos direitos do cidadão, apresentados na Constituição Federal de 1988, pelo Estado democrático. O objetivo principal é analisar como as políticas públicas podem contribuir para a promoção dos direitos dos cidadãos, identificando a responsabilidade do Estado no incremento destas.

As desigualdades sociais são uma realidade expressiva e preocupante na sociedade brasileira. A dificuldade de acesso a direitos básicos, garantidos pela Constituição brasileira tem sido um desafio para os governantes da nação brasileira.

<sup>1</sup> rafaefe.paveglio@bol.com





Diante disso, questiona-se: qual o papel das políticas públicas e sociais na efetivação dos direitos do cidadão no Estado democrático?

A Constituição Federal de 1988 foi um referencial na construção e consolidação dos direitos sociais, pois concedeu à população brasileira o progresso e buscou amenizar as desigualdades sociais originárias do capitalismo. Neste contexto, este estudo apresenta relevância, sobretudo em função de que estudos e pesquisas voltados aos meios de promover e garantir o exposto na constituição é de interesse da sociedade em geral.

Com relação à metodologia utilizada para a realização desta pesquisa adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, com a utilização no seu delineamento da coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores, realizando a exposição dos resultados obtidos através de um texto descritivo.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO: UMA FERRAMENTA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

### 2.1 Cidadania e os direitos constitucionais

Inicialmente é importante definir e contextualizar o que é cidadania, para então adentrar nos direitos previstos na Constituição. Para esta abordagem além da própria Constituição brasileira, também foram usados autores como Tavares (2020), Souza (2004), Jacobi (1998), Barroso (2013), dentre outros.

De acordo com Hanna Arendt (*apud* TAVARES, 2020, p. 987) “a cidadania é o direito a ter direitos, é, pois, a representação da pertença de um indivíduo a uma determinada ordem jurídica qualificada (no sentido de humanizada) que lhe garante a posição de sujeito de direitos.”

Para Souza (2004, p. 50), ser cidadão é ter a capacidade de pensar e refletir sobre a própria vida, em todos os seus aspectos – político, econômico, cultural, social, ecológico – nos âmbitos local e global e ter uma postura respeitosa, solidária e justa nas relações com os outros. Essa orientação funda-se num processo de construção da consciência cidadã mediante a sensibilização e a capacidade de perceber e sentir o que acontece no entorno e compreender que ser cidadão é ter consciência dos direitos, exigindo o direito de ter direito e se responsabilizando pelos deveres.

Para Jacobi (1998, p. 02), o fortalecimento da cidadania na população “[...] concretiza-se a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e, por conta disso, converter-se em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida”. E Baena-Segura (2001, p. 45), complementa que a cidadania pressupõe a formação de sujeitos ativos, capazes de julgar, escolher e tomar decisões. Para tanto, a formação cidadã se dá pela construção de um sujeito capaz de respeitar as leis, o bem público, os direitos humanos; o sentido de responsabilidade, o reconhecimento da igualdade de todos, o acatamento da vontade da maioria e dos direitos das minorias; e o respeito a todas as formas de vida. Neste sentido, Barroso (2013, p.445) ressalta que:

Para serem livres, iguais e capazes de exercer uma cidadania responsável, os indivíduos precisam estar além de limiares mínimos de bem-estar, sob pena de a autonomia se tornar uma mera ficção. Isso exige o acesso às algumas prestações essenciais – como educação básica e serviços de saúde –, assim como a satisfação de algumas necessidades elementares, como alimentação, água, vestuário e abrigo.

A Constituição brasileira de 1988 é conhecida também como Constituição Cidadã, em função de ressaltar intensamente a cidadania, por meio da expansão do conjunto de direitos e garantias, de modo a incluir no rol dos direitos fundamentais, tanto direitos civis quanto direitos políticos e sociais, além de consagrar os direitos e interesses coletivos e difusos (TAVARES, 2020).

A promoção da cidadania é garantida constitucionalmente, sendo prevista como um dos pilares do Estado democrático, no art. 1º, II (BRASIL, 1988). Neste sentido, Piovesan (2003, p. 26) afirma que: “Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito, destacam-se a cidadania e dignidade da pessoa humana”, conforme o art. 1º, I e II da Constituição de 1988. De acordo com Fernandes (2020, p. 463):

2

A Constituição de 1988 elenca um rol de direitos fundamentais notadamente em seu artigo 5º, sem, contudo, [...] criar impedimentos para que existam outros direitos fundamentais para além desse dispositivo normativo. [...] não é possível afirmar hierarquização prévia, *in abstracto*, entre direitos fundamentais, já que a sua aplicação somente pode se verificar caso a caso.

A ideia de cidadania acolhida pela Constituição de 1988 corresponde com o conceito introduzido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, vinculando-se, desta forma, à internalização dos direitos humanos de modo efetivo.



Levy (2016, p. 55) salienta que dentre as importantes mudanças promovidas pela Constituição de 1988, voltadas à gestão pública brasileira, evidencia-se “a participação dos cidadãos na formulação e controle das políticas públicas [...]” Percebe-se que antes da Constituição de 1988, as políticas públicas sociais eram executadas como um fenômeno isolado, limitado e independente, apenas de caráter assistencialista e caritativo, ao passo que, após a promulgação vincularam-se a ações mais articuladas e planejadas, financiadas continuamente, propiciando a extensão dos direitos sociais para toda a nação brasileira (QUINSANI, 2009).

## 2.2 A responsabilidade do Estado democrático frente as Políticas Públicas e Sociais

Entende-se por Estado o poder soberano de criar regras de regulamentação das relações sociais para uma determinada população em um determinado território. Mello (2010) explica que é fundamental para a existência de todo Estado, o poder soberano, uma população e um território. O Estado Brasileiro, ou a República Federativa do Brasil, é uma República Constitucional. República, pois os cidadãos podem eleger um representante para o cargo de Chefe de Estado, no caso, o presidente, e Constitucional porque os poderes do Estado e consequentemente os poderes do Chefe de Estado, estão limitados por uma Constituição.

Para entender a ideia de Constituição deve-se pensar em uma Lei Maior. Nela estão previstos direitos básicos de todos os brasileiros, e inclusive estrangeiros, divisão e exercício do poder estatal, seus limites, etc (DI PIETRO, 2009).

Estado é uma instituição organizada politicamente, socialmente e juridicamente, ocupando um território definido, onde a lei máxima a Constituição, dirigida por um Governo que possui soberania reconhecida tanto dentro como fora do país. O Estado é responsável pela organização e pelo controle social. Assim, Di Pietro (2009) explica que o Estado deve garantir a ordem interna, assegurar a soberania na ordem internacional elaborar as regras de conduta e distribuir a justiça. Estão explícitos no artigo 3º da Constituição Federal os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é um Estado Democrático de Direito:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) garantir o desenvolvimento nacional;
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Secchi (2020, p. 44) explica que políticas públicas servem para tratar problemas públicos, e define problemas públicos com base em Dunn (1981, p. 98), “são valores, necessidades ou oportunidades não realizados que, uma vez identificados podem ser alcançados por meio de ação pública.”

Rosa; Lima e Aguiar (2021) recorrem a Peters (2015) para definir políticas públicas, o qual entende que estas são o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade. Os autores ainda citam Saravia (2006) que sublinha que uma política pública envolve um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Para ele, as políticas públicas podem ser consideradas estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

“A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade” (PEREIRA, 2009, p. 102).

As políticas públicas devem ser pensadas no sentido de emancipar os usuários, contribuir para a geração da autonomia. O desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da constituição das decisões sobre seu próprio destino (BOURDIEU, 1992).

3

De acordo com Pereira (2009, p. 94), concebe-se por política pública a “ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.”

Sendo assim, a concepção de política pública implica a ideia de direitos sociais, pois, se a política deve atender as necessidades dos cidadãos, é necessário ter conhecimento sobre quais são essas necessidades e transcrevê-las em forma de lei. Deste modo, o Estado tem o papel de executar as políticas públicas e os cidadãos desempenham a função de indicá-las e acompanhá-las na sua criação e execução.

A Constituição Cidadã, como bem ressalta Lotta (2016), recomenda a universalização de um expressivo conjunto de políticas sociais, conferindo-lhes a posição, a partir de então, de direitos sociais, condicionando com isso, a obrigação aos Estados promovê-los e garanti-los.

Se até então o Estado brasileiro era responsável pela provisão específica e determinada de alguns serviços a algumas parcelas sociais, a partir de 1988 ele passa a ser responsável pela provisão universal de serviços públicos a todos os brasileiros de forma indiscriminada e ainda respeitando suas diversidades. (LOTTA, 2016, p. 20).

Ocorre que, diante da excessiva regulamentação proporcionada pelo aparato legislativo do Estado e, por conseguinte, a falta de efetividade na implementação desses direitos, vê-se que o atual modelo estatal está em crise, vez que não possui capacidade de atender aos ditames que ele mesmo produziu. Neste mesmo sentido, escreve Antônio Baptista Gonçalves:

O Estado se mostra perdido, não enfrenta o caos social que ele próprio formou. Assim, o Estado Democrático de Direito não cumpre com o seu papel; ao contrário, falha e padece ao tentar combater outros elementos decorrentes de sua própria ineficácia (GONÇALVES, 2018, p. 90).

Dentre os objetivos primordiais do Estado democrático brasileiro verifica-se com grande expressão os direitos sociais, fundados no primado da dignidade da pessoa humana; sendo que o Estado o faz por meio de políticas públicas. Ana Julia Bonzanini Bernardi e Jennifer Azambuja de Moraes (2020, p. 48) exemplificam ações, informando que:

Desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2002) e ao longo dos 13 anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), identificou-se um incremento nas políticas sociais, principalmente na educação, que tinha como objetivo incorporar os segmentos excluídos da sociedade, valorizando a diversidade da população brasileira através de ações afirmativas para grupos étnico-raciais e para a população indígena. Com esse objetivo, os governos do PT projetaram como principal meta o fim da miséria, ampliando o atendimento a segmentos da população marginalizados da sociedade, aliada a uma estratégia de universalização da educação.

Até meados de 1990 predominava a abordagem estadocêntrica, segundo a qual as políticas públicas, considerando de forma analítica, eram monopólio de atores estatais. De acordo com essa concepção, “[...] o que determina se uma política é ou não ‘pública’ é a personalidade jurídica do ator protagonista” (SECCHI, 2015, p. 2 *apud* ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021, p. 15).

No entanto, a partir da década de 1990, sobretudo, na América Latina, surgiu e cresceu o conceito de capital social, que tem como foco a proposta de incluir outros setores além do Estado, na luta das melhorias sociais, desonerando com isso o dever único do Estado (BERNARDI; MORAIS, 2020).

Sobre este aspecto, Lotta (2016, p. 19-20) informa que “A construção e a adoção de instituições participativas têm sido características marcantes na atuação do Estado e na produção de políticas públicas nos últimos anos.” E a autora segue destacando que:

Ao longo dos últimos anos, tem ficado clara a necessidade de os Estados avançarem na construção de ações coordenadas para o aumento da eficiência e da efetividade das políticas públicas. Várias têm sido as experimentações nacionais e internacionais em torno desses novos arranjos institucionais, cujo eixo central é a dimensão da coordenação. (LOTTA, 2016, p. 33).

Porém, mesmo assumindo a condição de que pode o Estado atuar em conjunto com outros mecanismos, cabe a ele estimular, através das políticas públicas, o engajamento cívico, a confiança e a cooperação. Ou seja, a construção e o fomento de capital social podem ocorrer através das políticas de fomento do Estado, principalmente das políticas de transferências de renda, pois essas são necessárias para que haja uma verdadeira

emancipação da população desassistida, com o fim de realmente incluí-la no processo democrático como cidadão, aumentando suas capacidades e garantindo a inclusão, inclusive no âmbito do consumo (BERNARDI; MORAIS, 2020).

A manutenção e promoção dos direitos que estão assegurados na Constituição Federal, são responsabilidades do Estado. Desse modo, buscando oferecer à sociedade os direitos fundamentais que amparam o princípio da dignidade humana, cabe ao Estado garantir os subsídios necessários para efetivar suas políticas públicas, inclusive no que se refere aos recursos financeiros. Interessante mencionar o entendimento de Nabais que afirma que todos os direitos têm custos comunitários, ou seja, custos financeiros públicos (NABAIS, 2015).

## CONCLUSÕES

Atualmente, uma expressiva parcela da população brasileira enfrenta dificuldades devido à má qualidade da educação, da saúde pública, da falta de infraestrutura em diversas áreas, da fome e da miséria decorrente da insuficiência de oportunidades de trabalho e de qualificação profissional.

A pesquisa evidenciou que a Constituição de 1988 foi denominada de “Constituição Cidadã”, em função de ter reconhecido e ampliado os direitos sociais, trazendo inovações que foram significativas, ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas públicas sociais. O controle social, que é uma das principais novidades relacionadas à participação da sociedade civil nas decisões políticas, e o exercido pela população. Assim, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidada pelo Estado Democrático de Direito e tendo como fundamento a dignidade da pessoa humana, os direitos sociais foram constitucionalizados, pela primeira vez na história brasileira. Esses direitos passam a ser responsabilidade do Estado garantir, o qual tem nas políticas públicas sociais a ferramenta para concretizá-los.

Ao que se conclui que, atualmente, os programas e projetos de desenvolvimento de políticas públicas e sociais, são responsabilidades do Estado, porém, diferente do que se entendia a tempos passados, agora se reconhece a possibilidade de que a sociedade, através de organizações, contribua para o sucesso dessas ações de forma conjunta com os órgãos promotores.

## REFERÊNCIAS

BAENA -SEGURA, Denise. S. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. “Aqui, lá e em todo lugar”: a dignidade humana no direito contemporâneo e no discurso transnacional. In: BOGDANDY, Armin von; PIOVESAN, Flávia; ANTONIAZZI, Mariela Morales. (coords.) **Direitos humanos, democracia e integração jurídica: emergência de um novo direito público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; MORAIS, Jennifer Azambuja de. O impacto das políticas públicas educacionais na constituição de capital social nos jovens do sul do Brasil. In: MOZDZENSKI, Leo (org.). **Direitos humanos, políticas públicas e mudança social: diálogos e tensionamentos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 134p.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

5

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. rev., atual, e ampl. Salvador: JusPodivm, 2020.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Falência do estado democrático de direito brasileiro!?. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 22, n. 42, p. 67-96, jun. 2018. ISSN 2177-8337. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/26>. Acesso em: 14 jan. 2023.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos, a promoção da Cidadania Ativa e o desenvolvimento de uma consciência e uma cultura de paz e direitos humanos.** 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2023.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental e Cidadania. In: CASCINO, Fábio, JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de (org.). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e Experiências.** São Paulo, SMA/CEAM, 1998.

LEVY, Evelyn. Desafios contemporâneos à gestão pública. In: BASSOTTI, Ivani Maria; SANTOS, Thiago Souza (org.). **Tópicos essenciais sobre gestão pública.** São Paulo: Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão, 2016.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Políticas públicas: novos desafios à luz das transformações do Estado. In: BASSOTTI, Ivani Maria; SANTOS, Thiago Souza (org.). **Tópicos essenciais sobre gestão pública.** São Paulo: Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; NEVES, Mariana Barboza Baeta. A proteção dos direitos fundamentais em face dos principais tributos. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra; CASTILHO, Ricardo (org.). **Direito tributário e direitos fundamentais: limitações ao poder de tributar.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo.** Coimbra: Almedina, 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN: BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

QUINSANI, Márcia Dineia. **BPC- Benefício De Prestação Continuada: a efetivação de um direito ou mera transferência de renda para as pessoas com necessidades especiais múltiplas e famílias da Afapene de Santa Rosa/RS.** FEMA. RS: 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas** [livro eletrônico]: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SILVA, Enio Moraes da. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília a. 42 n. 167 jul./set. 2005. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/167/ril\\_v42\\_n167\\_p213.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/167/ril_v42_n167_p213.pdf). Acesso em: 14 jan. 2023.

SOUZA, Duílio D. Combate ao racismo: compromissos e ações propositivas. In. PINSKY, Jaime. **Práticas de Cidadania.** São Paulo, Contexto, 2004.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.



## Políticas públicas para educação profissional no Brasil e seu contexto histórico *Public policies for professional education in Brazil and its historical context*

Anderson Augusto do N. Oliveira

E-mail: cadedeu@hotmail.com

Submetido em: 01/03/2023

Aprovado em: 02/03/2023

Publicado em: 13/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.495

### RESUMO

Embora conste, no artigo 9º do Decreto 2.208 que as disciplinas do currículo do ensino técnico e profissionalizante deverão ser ministradas por profissionais devidamente preparados previamente através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica, a prática aponta uma ação diferente da preconizada no artigo e, o que se observa, são educadores que necessitam de uma formação mais global que os ajude a compreender e a dar conta das mudanças ocorridas na educação profissional, para que possam articular as inovações metodológicas e temáticas necessárias numa proposta abrangente e coerente. Durante a pesquisa, foi objetivado analisar o percurso das políticas públicas educacionais no âmbito profissional no Brasil. Para tanto, foi realizado um resgate histórico que tem como ponto de partida o século XX, chegando até os dias atuais. Foi adotada uma perspectiva metodológica qualitativa, na qual destaques são dados ao processo. É ressaltado ao longo do artigo os processos de complexificação dos direcionamentos da política educacional no Brasil. Movimento entrelaçado ao aparecimento de novas dinâmicas, tais como globalização da economia, bem como as novas formas assumidas pelos Estados Nacionais.

**Palavras-chave:** Ensino técnico. Educação profissional. Preparação profissional. Globalização.

### ABSTRACT

Although it establishes in art. 9 of Decree 2.208 that the subjects of the technical and professional education curriculum must be taught by professionals properly prepared in advance through regular undergraduate courses or special pedagogical training programs, the practice points to an action different from that recommended in the article and, as observed, are educators who need a more global training that help them to understand and account for the changes that have taken place in professional training, so that they can articulate the necessary methodological and thematic innovations in a comprehensive and coherent proposal. During the research, the objective was to analyze the trajectory of educational public policies in the professional sphere in Brazil. For that, a historical recovery was carried out, which has as its starting point the 20th century, reaching the present day. A qualitative methodological perspective was adopted, in which the process is highlighted. Throughout the article, the processes of complexification of the directions of educational policy in Brazil are highlighted. Movement that is confused with the emergence of new dynamics, such as the globalization of the economy, as well as with the new forms taken by National States.

**Keywords:** Technical education. Professional education. Professional preparation. Globalization.

## 1. INTRODUÇÃO

1

As políticas da educação profissional no Brasil sempre foi um tema bastante debatido. É necessário que os professores e demais profissionais da educação, debatam e ampliem o seu conhecimento sobre o tema e compreendam o histórico desse tipo de educação, bem como os fatores que levam o estado a implantarem políticas, projetos e programas voltados para o ensino profissionalizante. Dito isto, será abordado as políticas pensadas para a classe trabalhadora, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais dessa classe enquanto estudante da escola pública em busca da inserção no mercado de trabalho. Atualmente faz-se necessário um novo tipo de profissional da educação, e a capacitação ou a formação continuada integra-se na formação deste profissional. A formação acadêmica voltada à compreensão da educação profissional, é



extremamente relevante para os que vivendo trabalho e pensam numa educação para aqueles que vivem do trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho pretende auxiliar na compreensão do tema e no processo de formação dos profissionais que pretendem atuar nos cursos profissionalizantes.

Em função dessa ênfase, houve como pretensão obter noções gerais sobre a educação profissional ao longo da história da educação brasileira. Seu objetivo foi debater sobre as políticas públicas relacionadas a educação profissional e explicar acontecimentos relevantes na história da educação, relacionando os acontecimentos da história da educação no Brasil com as políticas públicas aplicadas atualmente.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Numa economia principalmente agroexportadora, como no Brasil até meados do século XX, na visão da classe “dirigente”, um nível de escolarização baixa era suficiente para a população trabalhadora. Nessas condições não se fazia necessária políticas públicas de formação profissional, e essa educação não contemplava ideias de formação crítica, mas reforçava a formação instrumental e a postura passiva de submissão. Ferreti ressalta que o interesse da Educação é a formação de mão-de-obra e identifica que os anseios da população na época não condiziam com o que o Estado oferecia: A escola única com qualidade igual para todos, pois na primeira etapa do processo de industrialização, foi possível ao nosso país estabelecer um parque industrial razoável contando com uma base estreita de mão-de-obra qualificada, somada a um contingente gigantesco de trabalhadores pouco educados e extremamente mal preparados para enfrentar desafios mais complexos (Ferreti et al., 1994, p.87).

No início da década de 1990, as políticas acerca do ensino profissional no Brasil passaram por uma série de mudanças somadas a grandes investimentos nessa modalidade e, como consequência, ocorreram aberturas de vários cursos profissionalizantes em diversas áreas e também concursos públicos específicos para atendimento a essa nova demanda. A educação profissional no Brasil tem origem em uma perspectiva assistencialista, que busca atender àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, para evitar que praticassem ações que pudessem pôr em risco a ordem e os bons costumes. No início do século XX a preocupação voltou-se para a formação de uma mão-de-obra especializada por meio das Escolas de Aprendizes e do ensino agrícola e ao atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria, representou um grande marco da educação profissional no país. Porém, apesar dos esforços empreendidos para estabelecer políticas educacionais afirmativas do ramo profissional, a educação profissional de nível médio foi discriminada por uma parcela da sociedade, que a via como um meio de fazer ingressar no mercado de trabalho pessoas consideradas possuidoras de capacidade intelectual, econômica e social insuficientes para prosseguirem nos estudos. “O conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos”. (Frigotto; et al. 2005).

Devido a disparidade tecnológica entre o Brasil e outros países e o ritmo acelerado do processo de urbanização, foi lançado na década de 1930, um projeto de educação profissional que visava suprir essa demanda das necessidades básicas de modernização tecnológica em função das necessidades de infraestrutura exigidas. A Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas de aprendizes por parte de empresas e sindicatos, colaborando para eliminar a referência que se fazia ao ensino profissionalizante como destinado a população de classe mais baixa. Logo após o Governo Constitucional (1934 a 1937), foi adotado, no período do Estado Novo (1937 a 1945), o ensino profissional, como prioridade, com o objetivo de formar trabalhadores que fossem capazes de se adequarem à organização científico trabalho, princípio que se ajustava à inspiração do Taylorismo e Fordismo para a organização do trabalho na produção industrial. Diante disso, o estado proporcionou um tipo de ensino próprio controlado pelo Estado para a população “menos favorecida”, ato que restringia a possibilidade de ascensão profissional dos indivíduos das classes mais baixas. Esse tipo de orientação educacional reforçava os abismos sociais, pois o Estado restringia e orientava a carreira educativa dos “indivíduos desfavorecidos” para a formação mão-de-obra ao mesmo tempo que oportunizava a continuidade do ensino às classes privilegiadas econômica e politicamente. Kuenzer afirma que:

“(…) é sempre bom ter claro que as escolas são antidemocráticas, não pelos conteúdos que ensinam \_ acadêmicos, “desinteressados”, ou técnico profissionalizantes, “interessados” \_, mas pela sua função, a de preparar diferentemente os intelectuais segundo o lugar que irão ocupar na sociedade, enquanto dirigentes ou enquanto trabalhadores.” (KUENZER, 2002, p.38)

Até meados de 1970, no Brasil, a formação profissional da população menos favorecida era baseada apenas em treinamento para efetuar uma produção em série e padronizada, o que resultava na incorporação de operadores semiqualeificados, desempenhando somente tarefas básicas, repetitivas e já delimitadas previamente no mercado de trabalho, havendo pouca ou nenhuma margem de autonomia para o trabalhador. Uma baixa escolaridade dos trabalhadores não era considerada um grande obstáculo para expansão econômica do país até então. Nesse período, em 1971, o Congresso nacional aprovou e o governo promulgou a lei 5.692, a partir do 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização sob a justificativa da demanda do mercado de trabalho por técnicos de nível médio, surgida em decorrência do crescimento econômico acelerado. Em pouco tempo, todas as escolas públicas e privadas desse nível teriam que se tornar profissionalizantes. Por falta de docentes habilitados, essa medida nunca chegou a ser amplamente adotada, o que levou o Governo, a editar outro instrumento legal, eliminando o caráter compulsório da profissionalização alguns anos depois. Isso aconteceu porque ao adotar um modelo de desenvolvimento baseado na associação com o capital internacional nesta época o país “embora possuísse um sistema industrial diversificado, equiparável às economias centrais, ainda apresentava certa ineficiência na utilização dos recursos disponíveis e enfrentava obstáculos para a adoção de inovações tecnológicas” (BONAMINO, 1999. p. 5).

Por isto foi difundido no país a necessidade de atrelar a educação aos planejamentos econômicos globais, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento econômico. Por essa razão o governo iniciou a política de transformar algumas escolas técnicas em CEFETs em 1978, essas escolas teriam como objetivo principal preparar os alunos para o mercado de trabalho e para seguir os estudos em nível universitário, visando assim a melhoria da população profissional como um todo. Mas se por um lado permitir o ingresso à universidade de indivíduos desfavorecidos ou que por algum motivo não puderam ter acesso a boas escolas de nível médio, pode ser visto como um ato positivo, por outro, segundo muitos políticos e grandes empresários da época, as CEFETs não estavam cumprindo a sua função principal, formar técnicos de nível médio para os setores produtivos. Visto isso, em 1982, o Estado por meio do Decreto 7.044 extinguiu a profissionalização compulsória. Segundo Lima (1980):

“A preocupação cada vez maior com os problemas do crescimento econômico e de uma melhor distribuição de renda, desde a década de 1960, ressaltaram a importância da Teoria do Capital Humano. De um lado pelo aumento do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações e da divisão de trabalho, conseqüentemente, a necessidade do treinamento e de acumulação de conhecimento, reconhecidos como fatores importantes para o crescimento econômico.” (Lima, Ricardo, 1980. p. 212).

Em meados dos anos 1990, através da Lei 9.394 / 96, foi estabelecida uma nova configuração para a educação profissional, com o Decreto Nº. 2208/97 e Portaria MEC Nº. 646 / 97, com o Apoio do Programa de reforma da educação profissional – PROEP, (Portaria MEC Nº. 1.005 / 97). A partir disto foram realizadas ações convergentes com a educação profissional, liderada pelo plano Nacional de Qualificação Profissional visando a oferta da educação profissional de nível básico, destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. São cursos que visam ao aluno atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mercado de trabalho, mas que não estão necessariamente sujeitas à regulamentação curricular, são estes os cursos: Técnico e Tecnólogo. Na prática, esta reforma estabeleceu a separação de duas redes de ensino, uma destinada à formação acadêmica, e outra, à formação profissional, que ganhou um capítulo na LDB. Sob a coordenação do Ministério da Educação, a reforma da educação profissional teve como objetivo promover o reordenamento estrutural e operacional do ensino técnico profissional, separando o mesmo da educação escolar nas escolas públicas no que se refere à iniciativa privada, promovendo e incentivando a diversificação e a ampliação da oferta.

Segundo Porter (1993), é de extrema importância entender o motivo pelo qual alguns países se tornam mais competitivos que outros, ou ainda a razão pela qual empresas internacionais optam por alguns países ao invés de outros. Encontrar respostas a esses questionamentos é muito importante para empresas que atuam em mercados cada vez mais competitivos e globalizados. Para Porter (1993) a educação é um fator importante na competitividade entre grupos, empresas, estados e países. Para Porter, o objetivo principal de um país é de fornecer ao seu povo uma qualidade de vida crescente e elevada. Segundo o autor isso não depende da competitividade, e sim da produtividade e da correta exploração dos recursos nacionais, incluindo o capital e a mão-de-obra. A educação, segundo Porter, influencia diretamente o modo de vida de um país, porque para atingir um elevado nível econômico num ponto de vista mundial é necessário que a população seja capaz de refletir, calcular, pensar e sintetizar, qualidades estas que são adquiridas durante o processo de desenvolvimento pessoal, e para isso o estudo faz-se indispensável. Porter tenta explicar de que forma o fator

econômico, político e institucional influência um país e suas empresas na competitividade internacional.

Uma empresa deve analisar entre as características de seu país de origem aquelas que vão determinar sua capacidade – ou sua incapacidade – a criar e a conservar uma vantagem competitiva a escala mundial. Mas esta análise se impõe igualmente a nação para assegurar sua prosperidade econômica. Como podemos observar o nível de vida a longo termo de um país depende de sua capacidade a alcançar um nível de produtividade elevado nos setores onde querem consagrar suas empresas. Isto está baseado na capacidade destas últimas em aperfeiçoar a qualidade ou a eficácia de suas produções. A influência do país de origem na procura de uma vantagem competitiva exerce um papel fundamental sobre o nível e a taxa de crescimento da produtividade, que pode realizar uma firma em um domínio dado (PORTER, MICHAEL, 1993, p. 2.).

Em abril de 1997 foi implantado o Decreto nº. 2.208, instrumento que deu suporte as reformas da época ao estabelecer os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional no país e os mecanismos de articulação desta com o ensino regular. Graças a este, também deu-se início ao Programa de expansão da Educação profissional (PROEP / MEC), trazendo a fragmentação do sistema nacional de educação e o desmonte da rede pública. Ao analisar o Decreto 2.208, em seu artigo 1º, é possível constatar que a educação profissional tem os seguintes objetivos: Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos; Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à sua inserção em melhor desempenho no exercício do trabalho. Essa expansão da oferta da educação profissional pela esfera privada e a submissão da educação à lógica e as práticas do mundo dos negócios, acentuou a dualidade estrutural e a segmentação social da educação no Brasil. Na mesma época, financiado com recursos do BID, implanta-se o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio (PROEM), um laboratório para a criação e experimentação de alternativas para o ensino técnico, sob orientação dos organismos internacionais.

“Parece cada vez mais evidente que o nível da educação alcançado pelos indivíduos que compõem uma economia constitui um determinante maior de seu sucesso sobre o jogo econômico mundial e, portanto, do nível de vida dos seus cidadãos.” (JOANIS, Marcelin. 2002, p. 1)

A política de expansão da Educação Profissional a partir de 2004 teve seu início com a revogação do Decreto 2208 e a promulgação do Decreto 5.154/2004 e partiu da realização do diagnóstico para levantamento das reais necessidades de expansão, considerando não só as tendências socioeconômicas como também o provimento de recursos materiais e humanos no país para a reestruturação curricular dos cursos voltados a formação do cidadão que necessita acesso aos conhecimentos técnicos e tecnológicos requisitados pelas empresas e instituições. Assim, o início da formação profissional no Brasil, antes restrita ao caráter assistencialista, hoje reconhece a boa formação profissional como uma das condições para o acesso ao mercado.

“Não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.” (LUIZ; APARECIDO, NAMO, GUIOMAR. Parecer CNE/CEB Nº 16/99. 1999.).

4 Com o Decreto nº. 5.840/2006, instituiu-se no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – destinado à formação inicial e continuada de trabalhadores, revela a decisão governamental de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral, são excluídos, bem como em muitas situações do próprio ensino médio. “Essa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que não se restringe a “tempos próprios” e “Faixas etárias”, mas que ocorre ao longo da vida (nos termos da declaração de Hamburgo).” (IRELAND. MACHADO.PAIVA, 2004).

As inovações aceleradas no mundo contemporâneo fazem com que a cada vez mais aumente a demanda do país por políticas sociais eficazes, inclusive para EJA, modalidade de ensino esta, que necessita de ações



sérias, bem implantadas e continuadas, com critérios bem estabelecidos e que respeitem as necessidades socioeconômicas, culturais, cognitivas e emocionais do jovem e do adulto que está em processo de aprendizagem escolar, que está adentrando a escola pela primeira vez ou que esteja retornando a mesma. Segundo Gurgand:

“Os indivíduos com alto nível de educação tendem a ocuparem os melhores postos de trabalho, pois a formação dos mesmos seria menos custosa para as empresas. Porém, nem todas as teorias do mercado de trabalho são compatíveis com a ideia de que indivíduos com melhores níveis de estudo possuem melhores salários devido ao fato de eles serem mais produtivos” (GURGAND, MARC. 2005, p. 65).

Atualmente a sociedade vê a educação escolar como um dos caminhos para o acesso aos bens básicos, como: bem econômico, empregabilidade, bom atendimento à saúde. Paulo Freire (1996) ressalta que “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”, ou seja, nenhuma nação dependesomente da educação, mas cabe a ela importante função. Joanis também afirma que:

“Parece cada vez mais evidente que o nível da educação alcançado pelos indivíduos que compõem uma economia constitui um determinante maior de seu sucesso sobre o jogo econômico mundial e, portanto, do nível de vida dos seus cidadãos. (JOANIS, MARCELIN. 2002.)

Se o Brasil tem a intenção de ganhar seu próprio lugar no mundo econômico e ser respeitado como uma possível potência, necessitará urgentemente consolidar ações que venham trazer resultados eficazes no sistema educacional. Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) nomeiam como políticas de inserção as ações imediatas, que não podem esperar, devido à dívida histórica do país com a sociedade, e como políticas de integração as que visam o médio e longo prazo, reinstituindo o pensar prospectivo, com visão de futuro e de incorporação do direito para as gerações vindouras.

O PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) trouxe desafios próprios para a construção e a consolidação desta proposta educacional como parte de uma política de inclusão social emancipatória. Disto isto, o caminho escolhido foi a formação profissional aliada à escolarização, tendo em vista como objetivo principal a formação integral, rompendo com a dualidade estrutural: cultura geral e cultura técnica, integrando a ciência técnica e tecnologia com o humanismo e a cultura geral de forma voltada ao mercado de trabalho, considerando as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos, como um campo de conhecimento próprio.

“(…) Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores, capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (GRAMSCI, apud FRIGOTTO, 2005, p. 84).

Esta é a visão de trabalho que há na proposta do PROEJA, princípios que necessitam de tempo, estudo e comprometimento de todos os que estão responsáveis de fazer com que as mudanças necessárias, que podem ser consideradas revolucionárias na educação profissional, aconteça no ambiente escolar.

### 3. METODOLOGIA

No presente trabalho de conclusão de curso, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com a finalidade de analisar o tema abordado, partindo de uma revisão bibliográfica composta por grandes autores e estudiosos da área. A atual pesquisa será baseada em estudos de autores, como por exemplo, Michael Porter, Antônio Gramsci, Gaudêncio Frigotto, entre outros pensadores que elaboraram artigos e livros pertinentes ao assunto. Entretanto, é importante salientar que o corpus de autores tende a aumentar na medida em que a leitura vier sendo desenvolvida.

5

O trabalho analisará o perfil histórico das políticas brasileiras voltadas a educação profissional, sempre trazendo também o ponto de vista dos pesquisadores já citados anteriormente entre outros. Para isso, será necessária uma pesquisa documental e também bibliográfica acerca do tema, além de reanalisar os projetos já estudados durante o curso.

Como parte do processo de análise histórica das políticas educacionais, será necessário o levantamento e pesquisa de artigos, dissertações, trabalhos acadêmicos e livros para compreender não só o tema em si, como também todo o contexto social da época. O estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase no

estudo documental ao mesmo tempo que será necessário o cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica já feita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja possível notar a evolução das políticas públicas na educação longo da história do país, a situação atual se mostra significativamente distante do objetivo final. Desde 1900 algumas políticas públicas voltadas para o aprimoramento da educação profissional vêm sendo pensadas e implementadas, mas ainda assim está claro que a mesma ainda não está completamente voltada em prol da busca de soluções aos problemas da população, visto que na maior parte destes anos poucas verbas foram destinadas à área social.

Há muitos programas e projetos voltados a Educação Profissional que contemplaram o aumento quantitativo, mas que embora tenham tido um processo de complexificação dos direcionamentos da política ao longo do tempo, não vieram acompanhados de melhora qualitativa significativa. Em grande parte das escolas públicas brasileiras o ensino funciona seguindo o mercado de trabalho, no caso específico do ensino médio geralmente manifesta-se e se resume pelo objetivo da aprovação no vestibular que se faz hoje quase uma necessidade de consumo, há alguns fatores inerentes a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam essas visões.

Apenas a educação profissional por si só, não garante desenvolvimento, trabalho ou renda, mas se for de qualidade tem a possibilidade de desempenhar um papel importante para a autonomia da população além de que historicamente podemos notar que não há desenvolvimento econômico se não houver desenvolvimento social e cultural. Dante Henrique Moura (2006) diz que:

“A formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, envolve a capacidade de assumir uma política de educação e qualificação profissional que não vise adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas, sim, que esteja voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível”.

## REFERÊNCIAS

- BONAMINO, Alicia. Políticas educacionais brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. Educação brasileira. Consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- FERRETI, C. et. Al. (Org.) Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATA, Maria. RAMOS, Marize Nogueira. GRAMSCI, Antônio. – Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo Cortez, 2005.
- GURGAND, Marc. Économie de l'éducation. (Collection Repères, N° 409). Paris : Éditions La Découverte, 2005.
- IRELAND, Timothy, MACHADO, Maria Margarida, PAIVA, Jane. Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V. In: Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos).
- JOANIS, Marcelin. L'économie de l'éducation: méthodologies, constats et leçons. In: REPEC. Research Papers in Economics. Connecticut: University of Connecticut, Department of Economics, 2002.
- 6 KUENZER, Acácia – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho / Acácia Zeneida Kuenzer (org). – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In. Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 10. N° 1. Rio de Janeiro, abr. 1980. P. 212-272.
- LUIZ, Fábio. APARECIDO, Francisco. NAMO, Guiomar. PARECER CNE/CEB N° 16/99. 1999.
- MOURA, Dante Henrique. O Proeja e a necessidade de formação de professores. In: Proeja: Formação técnica



integrada ao ensino médio. Programa Salto para o Futuro. Boletim 16. 2006.

PORTER, Michael. L'Avantage concurrentiel des nations. Paris Inter Editions, 1993.

## Uso da linguagem literária em aulas de História<sup>1</sup>

### *Use of literary language in History classes<sup>1</sup>*

Clara Madalena Xavier BARROS<sup>2</sup>  
João PACHECO<sup>3</sup>

Submetido em: 02/03/2023

Aprovado em: 03/03/2023

Publicado em: 15/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.496

#### Resumo

O presente artigo tem como objetivo levar a uma reflexão sobre o uso de literatura /poema como fonte histórica e sua utilização em sala de aula, uma vez que o poema reflete sobre o momento vivenciado pelo homem. Em primeiro momento abordou-se os caminhos traçados pela história cultural, tendo como base os teóricos: Sandra Pesavento, Robert Carlos Santos, Peter Burke, Roger Chartier. Analisou-se também a literatura como fonte histórica e a possibilidade da junção do ensino de História com a linguagem literária, dando relevância aos saltos e sobressaltos neste diálogo, as divergências e convergências na utilização de obras literárias na aula de história e a discussão acerca da limitação entre ambas, já que a História e a Literatura têm o mesmo objeto de estudo que é o homem como agente da História. Procurou-se mostrar os fatos históricos contidos nos poemas do professor Carlos Alberto de Assis Cavalcanti e sua utilização em sala, com o auxílio dos pensadores da história cultural. A utilização desses procedimentos proporcionou o entendimento e reflexão acerca da compreensão da temática escolhida, assim como fornecimento de informações para possíveis discussões sobre o assunto. A metodologia utilizada contemplou a pesquisa bibliográfica, analisando poemas do autor pesquisado, sobre a história e sua junção com a literatura nas ações pedagógicas. Priorizando a pesquisa de natureza teórica, foram selecionados e consultados livros, artigos, poemas, textos e trabalhos acadêmicos, com o objetivo de proporcionar o embasamento teórico necessário para a concretização deste trabalho científico. A partir desse pressuposto, este ensaio, traça um esboço teórico sobre o uso de literatura como uma linguagem diversa no ensino de História, demonstrando que há narrativa histórica em contos literários, sendo possível a utilização de escritos literários como fontes históricas.

**Palavras-Chave:** Literatura/poema. Ensino de história. Obras literárias.

#### Abstract

This article aims to lead to a reflection on the use of literature / poem as a historical source and its use in the classroom, since the poem reflects on the moment experienced by man. First time tracings paths approached by cultural history, based on the theoretical: Sandra Pesavento, Robert Carlos Santos, Peter Burke, Roger Chartier. also considered whether to literature as a historical source and the possibility of joint history teaching with the literary language, giving relevance to the jumps and jolts this dialogue, the differences and the use of literary works in history class and discussion of limitation between them, since history and literature have the same object of study that is man as agent of History. The methodology used included the literature, analyzing the author's poems researched on the history and its junction with the literature in the pedagogical actions. Prioritizing research theoretical, they were selected and consulted books, articles, poems, texts and scholarly works, in order to provide the theoretical foundation necessary for the realization of this scientific work. Finally, we try to show the historical facts contained in teacher poems Carlos Alberto de Assis Cavalcanti and their use in the classroom, with the help of thinkers of cultural history. The use of these procedures has provided understanding and reflection on the understanding of the chosen theme, as well as providing information for possible discussions on the subject. From this assumption, this paper outlines a theoretical outline on the use of literature as a different language in the teaching of history, demonstrating that there is historical narrative in literary tales, with the possible use of literary writings as historical sources.

1

**Keywords:** Literature / poem. History teaching. Literary works.

1 Artigo resultante de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, do Curso de Especialização em Historiografia e História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA - PE, apresentado a Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para a aquisição do Título de Especialista e por exigência para a Conclusão do Curso de Especialização.

2 Aluna do Curso de Especialização em Historiografia e Ensino de História da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde- AESA e do Centro de Ensino Superior de Arcoverde- CESA. Contato: [clara\\_mxb@hotmail.com](mailto:clara_mxb@hotmail.com)

3 Professor Orientador do Curso de Especialização.

*A História é o mais belo romance anedótico que o homem vem compondo desde que aprendeu a escrever. Mas que tem com o passado a História? Toma dele fatos e personagens e os vai estilizando ao sabor da imaginação artística dos historiadores. Só isso. (LOBATO, 1926).<sup>4</sup>*

## Introdução

O presente trabalho originou-se da necessidade de se realizar uma reflexão sobre a importância do uso metodológico da linguagem literária no ensino de História, a partir da análise da obra Literária do Professor Carlos Alberto de Assis Cavalcanti. Percebe-se que ainda predomina em sala de aula o uso exclusivo dos textos tradicionais dos livros didáticos, o que impossibilita que o professor possa relacionar fatos históricos com narrativas literárias priorizando a literatura nacional e estabelecendo o entrelace entre os fatos históricos e relatos literários.

Tendo em vista a grande importância de introduzir novos métodos em sala de aula, pois se percebe que ainda predomina em sala de aula o uso exclusivo dos textos tradicionais dos livros didáticos, o que impossibilita que o professor possa relacionar fatos históricos com narrativas literárias priorizando a literatura nacional e estabelecendo o entrelace entre os fatos históricos e relatos literários. Realizar uma reflexão sobre a importância do uso metodológico da linguagem literária no ensino de História. A utilização de narrativas literárias como fontes históricas, tem conquistado espaço nas discussões sobre a utilização de novas linguagens no ensino de História. Objetivou-se com esta pesquisa, evidenciar a importância de utilizar textos literários como fonte histórica.

A história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou. Suas propriedades são bem conhecidas. Ela faz sonhar, embriaga os povos, provoca falsas lembranças, exagera seus reflexos, cultiva suas velhas feridas, atormenta-os quando em repouso, os conduz ao delírio de grandeza ou ao de perseguição, e torna as nações amargas, soberbas, insuportáveis e vãs. A história justifica aquilo que quisermos. Ela não ensina rigorosamente nada, pois contém tudo e fornece exemplos de tudo. (VALÉRY apud CAMILOTTI, 2006)

## História e literatura

Ao compreender a História como ciência que investiga o passado da humanidade e todo o processo de evolução da humanidade, tem se observado que os historiadores buscam novos caminhos através de mecanismos que unam técnicas metodológicas, empregando a literatura na pesquisa histórica. Esta é uma realidade também vista em sala de aula.

A relação entre literatura e história pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. Para semelhante perspectiva é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. (CHARTIER, 1996).

A história, para ser abordada sob o olhar literário carecerá de uma análise metodológica a fim de identificar o conteúdo que melhor se familiarize para uma primeira abordagem temática, e toda sua contextualização deve ser previamente filtrada. Relacionar os textos literários aos acontecimentos históricos como opção metodológica no ensino de História pode proporcionar, aos alunos, não só a compreensão histórica como também a literária, visto que a literatura fecha lacunas que passaram despercebidas pelos historiadores. O controle dessa forma de manipular esta relação entre história e literatura constrói uma composição segmentada por posições específicas e legitimadoras.

[...] a História é uma espécie de ficção, ela é uma ficção controlada, e, sobretudo pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado. [...] A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre

<sup>4</sup> Romance de 1926, O excerto remete para diálogo desenvolvido por dois personagens de O presidente negro: o cientista Professor Benson, que havia inventado formas de alcançar o conhecimento do passado e do futuro, e Ayrton, homem comum que, ao acaso, entrou em contato com o primeiro. apud CAMILOTTI E NAXARA.

o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado. (PESAVENTO, 2003:58-59).

Este diálogo, História/Literatura, mostrará ao aluno que história do cotidiano é feita “*no agora*”, também por pequenos homens e pequenas mulheres e por todos os homens e mulheres. A partir desta análise observamos que a interdisciplinaridade entre História e Literatura possibilitará um enriquecimento no trato do conteúdo histórico, mesmo que este não seja abordado a partir de documentos como é de costume. Esta nova perspectiva construída sob uma estética de recepção diferenciada apresentará um novo caminho que percorrerá o imaginário na busca da construção do conhecimento. O processamento destas percepções entre diálogo literário e a História reflete alternativa de prática pedagógica identificada no contexto mais abrangente trabalhado pelo professor, como uma tendência inovadora de importância imprescindível para o reconhecimento dos estudos que doravante se tornará alicerce definitivo da aprendizagem.

[...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador. [...] Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ter nela é a representação que ela comporta[...]o que nela se resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa. (PESAVENTO, 1995:117)

A partir da problemática abordada neste trabalho, efetivamente concordamos que a inovação da metodologia abordada pelos professores de História e Literatura é uma forma de repensar o ensino de história para inovar as práticas docentes, já por muitas vezes tão desgastadas e saturadas, propiciando melhores resultados nas práticas docentes que incentivarão de forma universal o pensamento na análise destas duas áreas de conhecimento.

Para Pesavento (2004, p. 83), o historiador deve tomar a literatura a partir do tempo de sua escrita, do autor e da época em que foi produzida, tanto se o texto falar de sua época, de uma passada ou futura. Julgo que a história, como disciplina, é permanentemente ameaçada por duas tentações. Por um lado, fechar-se nos seus próprios objetos e hábitos disciplinares, evitando um debate intelectual mais vasto; por outro, satisfazer-se com as discussões metodológicas ou epistemológicas, esquecendo-se de que deve ser, acima de tudo, produção de novos conhecimentos, a partir da construção de objetos novos e da análise rigorosa dos documentos. Para se proteger destes dois perigos, um bom método será apoiar-se nas contribuições teóricas fundamentais das outras ciências humanas e sociais, e mobilizá-las para uma interpretação mais forte, mais densa, dos problemas históricos. É essa a razão de ser do cruzamento entre disciplinas que durante muito tempo se ignoraram (Roger Chartier, 2012).

Há muito tempo a junção entre História e Literatura vem sendo discutida, todavia ambas comungam do mesmo ideal, o estudo do homem como sujeito de sua própria história, e buscam respostas para tal, seja por meio da ficção na Literatura ou por meio dos fatos, arquivos e documentos utilizados por historiadores. Sabe-se que o historiador é, além de um escritor, um narrador. O poeta é em si um escritor que pode também narrar, mas uma coisa é escrever como poeta, outra, como historiador: o poeta pode contar ou cantar coisas não como foram, mas como deveriam ter sido, enquanto o historiador deve relatá-la não como deveriam ter sido, mas como foram, sem acrescentar ou subtrair da verdade o que quer que seja. (CERVANTES apud SANTOS 2005, p. 3)

3

Segundo Santos, a História e a Literatura passaram por diversos momentos na história. O século XIX é marcado por caminhos distanciados em que a Literatura e a História assumem trajetórias distintas, o romance literário embriaga-se com o imaginário e a subjetividade e a História deleita-se nas águas científicas dadas pelo positivismo, porém, tanto a História quanto a Literatura, em suas abordagens, priorizam o homem como ser transformador. Com o desenvolvimento da historiografia moderna e a consolidação do romance como

criação literária, a história afirma-se como narrativa de acontecimentos. Em pleno século XX observa-se uma nova postura de percepção das narrativas históricas, onde o historiador não está mais neutralizado pelos discursos que expõe, mas pela pesquisa os narra, assumindo o entrelace entre História e poema, conforme se atesta nos escritos abaixo:

Curiosamente, a era da suspeita acaba sendo também uma era de confiança na capacidade de a FICÇÃO desvendar sendas ocultas do real, justamente assumindo essa postura radicalmente crítica em relação ao poder mimético da palavra. Assumir a subjetividade e a precariedade das perspectivas no enfoque do real seria talvez uma forma menos ilusória e, portanto, mais eficaz, de conhecer. (...) É por aí que uma escrita do ROMANCE (e também o repensar da questão do narrador e da questão da VEROSSIMILHANÇA) encontra uma crítica da História e da filosofia da História, voltando a colocar-se a velha questão aristotélica da relação entre História, filosofia e poesia. (LEITE, apud SANTOS 2005 p.09).

É neste desejo, de que a ficção revele o que de mais oculto real tornou sem visibilidade, que o professor pode levar o aluno a “viajar” nas narrativas históricas através da Literatura, onde por meio da imaginação, passa-se a construir uma sociedade real, onde, o histórico inicia-se no pensar para depois tornar-se fato, onde o imaginário e o abstrato, o não visto e não experimentado podem servir de base para a compreensão da sociedade tal como é. O não visto é uma representação do mundo que se coloca no lugar da realidade, mas sem confundir-se com ela. Cabe ao historiador pesquisar a veracidade e sua verossimilhança, podendo converter tudo em fontes históricas, mostrando até onde uma obra literária é ficção e onde é narrativa histórica. Muitos historiadores trabalham com as tais marcas de historicidade e desejam chegar lá. Logo, frequentam arquivos e arrecadam fontes, se valem de um método de análise e pesquisa, na busca de proximidade com o real acontecido. Escritores de literatura não tem este compromisso com o resgate das marcas de veracidade que funcionam como provas de que algo deva ter existido. (PESAVENTO, 2006 P.12).

Um dos conhecimentos que podem fazer sentido é ensinar o aluno a usar narrativas literárias nas aulas de história, pois a Literatura, pela poesia ou pela prosa, constituída por romance, fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica, trazendo à tona as lembranças que estão cravadas nas memórias, e os registros que se guardam na memória podem apresentar opções de aprendizagem fantásticas. Segundo Jacques Le Goff, citado por Santiago e Miranda.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (2000.p.8)

A memória humaniza o homem, que não é uma tábua rasa onde se pode depositar o conhecimento, mas é contido de experiência que deve ser respeitada pelo historiador. Le Goff salienta que a História tem suas raízes na memória, e devemos trazê-la, usando-as como instrumento de liberdade, ela sendo o objetivo humano, condição alcançada por meio da aprendizagem, a qual não se dá apenas no conhecer o objeto, mas oportuniza condições para modificá-lo criando um novo conceito. Apesar desta possível junção, entre romance verdadeiro. História, para o iconoclasta Veyne, apud Pesavento (2006 p.9), “A História é um Verdadeiro porque aconteceu, mas romance porque cabe ao historiador explicar como”. O autor mostra a importância do historiador na investigação dos fatos, sem menosprezar o imaginário das narrativas já que uma completa a outra. Prosseguindo, o autor observa que, ao comparar História com a Literatura percebe-se que a História, ocupa um lugar de destaque, por lançar mão da pesquisa disciplinamos campos da Psicologia, Sociologia e Antropologia. Essa observação do autor comprova-se na citação seguinte:

Ao mesmo tempo, porém, grande parte da renovação intelectual entre os historiadores modernos resultou de sua disposição a recorrer a outras disciplinas acadêmicas em busca de insights teóricos metodológicos, o que a uma expansão e redefinição política da historiografia tradicional. (KRAMER apud SANTOS, 2005 p.05)



Na ótica do autor, a interdisciplinaridade no ensino de História deu mais dinamicidade à docência com o uso de diversas linguagens, facilitando a junção da narrativa literária com a realidade histórica. A vinculação do discurso literário com a narrativa histórica tem encontrado embaraços por causa da falta de limitação de ambos os campos, sendo tanto o discurso quanto a narrativa essencialmente literário. Ainda sobre a conexão entre o discurso literário e a narrativa histórica, Todorov, citado em Santos afirma que:

[...] contém frequentemente muitos fios e é apenas a partir de um certo momento que estes fios se reúnem. (...) A história é, pois, uma convenção, e não existe ao nível dos próprios acontecimentos. (...) A história é uma abstração, pois ela é sempre percebida e narrada por alguém, não existe em si. (2005 p.6).

Estas discussões, que tratam das obras literárias como fontes históricas, vêm sendo trabalhadas há muito tempo. Em seu artigo, Santos a firma que:

Há muito tempo a literatura deixou de ser um mero fenômeno de superestrutura, produzido, de certa forma, pela infraestrutura econômica (as relações de produção). Durante séculos a Literatura fez da História um dos pilares da ficção. Recentemente, são cada vez mais numerosos os exemplos de utilização da Literatura como fonte para a produção da História. (2005 p.10).

Estes encontros e desencontros se dão por causa do poder artístico no qual a Literatura estava banhada, não necessitando da veracidade do real, não se limitando ao tempo, do que aconteceu, se realmente aconteceu, utilizando a ficção, o imaginário, o anseio do escritor que pode embriagar-se de imaginação para, nas suas narrativas, usar caso almeje, a ver a semelhança e a modificação que a Literatura permite. Porém, a História não pode descolar de sua base, que é a vida humana. Para Sevecenko, citado por Santos, a Literatura é um produto artístico com raízes no social em que a humanidade está arraigada.

A História por sua vez é vivenciada no presente dinâmico, recorrendo ao passado com base em coletas de dados, fatos, fontes, documentos, investigações, pesquisas e rastros do acontecido para construir a narrativa histórica, com o auxílio de outras disciplinas. Estas observações comprovam - se na citação seguinte:

[...] A literatura é um produto da imaginação criadora, independente da atividade lógica e reflexiva {...} Diferentemente da literatura, é a história uma atividade racional de conhecimento e interpretação do passado, utilizando-se de toda uma aparelhagem técnica e conceitual, fornecida por diversas ciências auxiliares. Seu objetivo é o fato histórico, acontecido precisamente num determinado tempo e lugar. Não pode fugir do fato, e a ele se dirige através dos documentos escritos e monumentais, os vários testemunhos da ação humana a través dos tempos e lugares (COUTINHO apud SANTOS, 2005 p.7).

Para o autor a diferença está em que a História narra acontecimentos e a Literatura, fatos que poderiam acontecer. Os literários podem criar e recriar verdades modificadas pela cosmovisão do leitor que pode interpretá-la como desejo, construindo uma nova narrativa sobre a obra. Através do seu ponto de vista, ele pode ler nas entrelinhas, no que o autor queria falar, o que não falo, não precisando de comprovação científica. Observa-se que a Literatura,

Como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriu outra, graças a imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social. {...} O artista literário cria ou recria um mundo de verdades que não são mensuráveis pelos mesmos padrões das verdades fatuais. Os fatos que manipulam não têm comparação com os da realidade concreta. São as verdades humanas gerais, que traduzem antes um sentimento de experiência, uma compreensão e um julgamento das coisas humanas, um sentido da vida, e que fornecem um retrato vivo e insinuante da vida, o qual sugere antes que esgota o quadro. (COUTINHO apud SANTOS 2005 p.02).

Para Pesavento (2006, p.8), a História “formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a Literatura opera como fonte”. Esta forma de ver a Literatura como recurso didático, só aconteceu graças a não neutralização do pesquisador nas narrativas. O historiador tem um vasto campo de fontes para usar como ferramentas

em suas pesquisas não se limitando apenas a documentos escritos, podendo usar da memória como fonte, cabendo-o analisar verificar o grau de realidade e de ficção destas fontes. Esta inserção de narrativa literária em pesquisas históricas tem como finalidade mostrar ao historiador a mentalidade da época, os anseios, a possibilidade, como foi ou como poderia ter acontecido. Sobre esse quadro social o historiador se debruça no resgate dos sentimentos, das razões da época. A possibilidade de um determinado fato ter acontecido de outra forma, e não como foi, é o que o historiador busca, ele não se angustia com a verdade ou inverdade dos discursos literários, pois a narrativa literária:

É história, no sentido em que evoca uma certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real. {...}. Mas a obra é ao mesmo tempo discurso: existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor que a percebe. Neste nível não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos fez conhecê-los. (TODOROV apud SANTOS 2005 p.05).

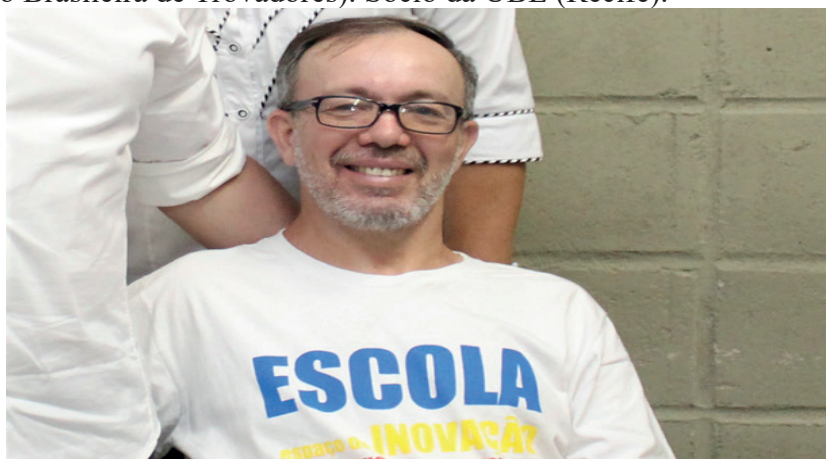
O belo da utilização da inter/multidisciplinaridade de outras disciplinas com história está na educação estética, no real e no imaginário, na construção, nos fatos históricos e da obra literária.

### Fatos históricos nos poemas do professor Carlos Alberto

Carlos Alberto de Assis Cavalcanti é casado com a Sra. Jaci Ferreira Lira Cavalcanti reside na Rua Edílio Simões da Rocha, 100 – Casa 18 Bairro: São Miguel 56509-490 – Arcoverde – PE Fone: 87-3822-1279 e-mail: cajaprof@hotmail.com. Professor do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – PE (área de Letras) e da Escola Industrial de Arcoverde – PE, Mestre em Teoria da Literatura - UFPE

Autor de: Itinerário Poético – poesias – Menção Honrosa no Concurso Nacional de Poesias da Academia Pernambucana de Letras (2001); várias premiações nacionais em concursos de poemas; sonetos e trovas.

Membro Correspondente da: Academia Cachoeirense de Letras – Cachoeiro do Itapemirim – ES; Academia de Letras Rio – Cidade Maravilhosa, RJ; Academia de Letras e Artes de Ponta Grossa – PR. Delegado Municipal da UBT (União Brasileira de Trovadores). Sócio da UBE (Recife).



Disponível: <http://darciorabelo.com.br/professor-carlos-alberto-ganha-mais-um-prêmio-nacional-de-poesia>

6

A escolha dos poemas do professor Carlos Alberto, deu-se por causa da sutileza com que ele aborda os fatos históricos em seus escritos, salientando os fatos “antigos” que necessitam ser lembrando para não ser, mas vivenciados, poemas/fatos que se misturam entre passados e presente, outros tão atuais e um saudosismo do passado e seus personagens.

O poema: Brilho mortal, foi escolhido por mostraras com sequências da guerra, mesmo de uma forma erudita o autor repassa as consequências de uma guerra, nos levando a vivência os fatos que foram reais ele “brincar” com a nossa imaginação e nos leva ao passado. Assim:

Naquela manhã quente e ensolarada, iriam esperar que lá de cima fosse a morte sobre eles derramada. Mas a trama mortal estava armada, uma nova Guernica se dizima, a cidade-cobaia enquadrada, o veneno letal invade o clima. (CAVALCANTI, 2015)

A partir dos versos acima o professor poderá abordar a segunda guerra mundial e o período posterior à segunda Guerra Mundial, em agosto de 1945 a cidade de Hiroshima fora marcada por uma bomba atômica, uma arma com poder de destruição superior, que antes vista, algo que mudaria a História.

Dobra-se o mundo em luto e desencanto ao ver os mortos, sobre o chão nipônico, imolados no altar das ambições. Que as lições ensinadas pelo pranto (alívio que restou do incenso atômico) permaneçam em nossos corações. (CAVALCANTI, 2015).

O seguinte poema vai além dos conflitos entre país, ele nos leva a pensar e analisar o sentido micro, os efeitos daquela manhã de agosto, as questões econômicas, políticas, social e culturas e as marcas deixadas na memória dos sobreviventes a guerras, com base nele o professor abordara os conflitos atuais as chagas deixadas.

Já em trechos do poema Ressonância, o autor faz uma relação das diferentes realidades existentes no Brasil, das injustiças sociais e da inconformidade daqueles que buscam viver em uma sociedade mais justa e igualitária. Veja:

O silêncio da voz agora é o grito que ressoa nas ruas da cidade a proclamar, do povo, num só rito, o protesto que estampa a realidade.

Existe um “berço esplêndido”, é verdade, mas fora dele dorme, muito aflito, o filho que, sem teto, na cidade, do rol do benefício está proscrito. (CAVALCANTI, 2015)

Assim, ao fazer uma leitura crítica do trecho destacado abaixo, pode-se abordar a crise econômica e política que passa o Brasil, e ao mesmo tempo buscar entender as consequências das mesmas para o povo brasileiro, que almeja uma resolução no sentido de caio Prado Jr, “Revolução ,ele afirma, não se relaciona diretamente ao caráter violento, insurrecional, da conquista do poder por uma grupo social,...em sentido profundo, revolução é um processo social que realiza transformações estruturais.” e na busca destas transformações que o povo vai as ruas para mostrar o seu descontentamento, observa-se:

E se alguns, que têm berço reluzente, negam o pão, que lhes sobra, ao indigente, há um hiato entre a prática e o discurso.

É por isso que o povo canta em coro contra aqueles que quebram o decoro, pois lhes falta a vergonha por recurso. (CAVALCANTI, 2015)

No poema “entra e sai”:

Entra (a pé) o paciente; paciente, enfrenta a fila do SUS; o médico lhe receita um chá (de cadeira); o paciente, desconfiado, sai pó-ciente de que logo será apenas pó. Ciente disso, dá um SUSpiro e sai (de carro) fúnebre... (CAVALCANTI, 2015).

A análise deste poema atravessa o dilema constante porque passam os menos favorecidos em todas as sociedades. A negativa da esperança de uma sobrevivência é afirmada a partir da desesperança. Trabalhar este conteúdo em sala de aula traz os questionamentos acerca de como andam os programas de atendimento em nosso país. Uma questão não apenas localizada, mas uma problemática que atinge uma vasta camada. A triste realidade enfrentada em hospitais não seria diferente da triste realidade enfrentada nas escolas, pois nem saúde e nem educação funcionam e o que resta é a desconfiança e um último suspiro... Este de alívio ou de tristeza.

7

A necessidade não suprida nos vários corredores dá lugar a desesperança e a certeza única que temos em nossa vida, que venha a morte.

Na penumbra do sol crepusculino, um menino se esconde nos escombros de um prédio abandonado. Clandestino, delira em meio à cola e seus assombros. Não ouve mais conselhos e dá de ombros quanto ao que lhe reserva seu destino. Não teme que lhe faltem os ensombros, pois, à margem da vida, é peregrino. Nem percebe que já não tem mais prumo, que a vida, em parafuso, perde o rumo, que a mísera existência valha um níquel. Que uma luz se lhe acenda neste mundo que não seja uma vela ao moribundo, mas que seja uma luz no fim do túnel. (CAVALCANTI, 2015)

O texto mostra claramente mais uma falha no sistema que remete nossas crianças à escuridão do abandono social e dessas muitas lutas vencidas a cada dia, um de cada vez. Trabalhando o texto em sala de aula poderemos abordar a problemática das drogas e da violenta destruição dos seus efeitos morais e materiais. A inocência perdida da criança que dificilmente será resgatada e do abandono familiar muitas vezes também afetado. Trabalhar esta realidade em sala de aula é mostrar o lado das duas moedas e de como este caminho não tem retorno. A incerteza é demonstrada pelo descaso e pela descrença no futuro no tanto faz à vida e o que ela pode proporcionar já que no agora entorpecido pelo veneno social não vê o futuro, pois ele nem existe.

As obras são valorosas, quanto se trata das questões sociais, o professor pode levá-las a sala de aula no intuito de que os alunos reflitam sobre as lutas sociais, no poema in foco verifica-se a banalidade nos dias atuais. Veja:

Um jornal cobre o corpo inerte estirado na calçada de uma rua; curiosos formam um círculo em volta daquele corpo embrulhado em notícias também mortas; o jornal é de ontem e o morto não tem amanhã; ambos jazem hoje, sob o efeito de furos distintos: um, jornalístico; outro, balístico. No dia seguinte, o extinto vira notícia na página policial até que outros furos sejam dados no jornal por cobertura. (CAVALCANTI, 2015)

Muito se tem falado sobre a utilização de fatos do cotidiano para relata fatos ditos históricos ,passando de uma macro-história para uma macro-história, ao deparamos com o poema última sessão sentimos um saudosismo daquela época e seus personagens tão marcantes na nossa história e memória, vemos uma cidade, na época da construção do Cinema Bandeirante é Rio Branco, hoje Arcoverde, em desenvolvimento, as relações sociais, os efeitos da segunda Guerra mundial, no qual o professor pode a partir dele analisar a importância do cinema para a ampliação da visão da vida através da arte, o crescimento e desenvolvimento da cidade, no poema última sessão ele nos mostra a história do cinema.

Levanta-se o letreiro indicativo do elenco, sob os acordes finais da trilha sonora; as luzes são acesas; as cortinas automáticas lentamente se fecham; as portas laterais são abertas; levanta-se e sai, silenciosa e pensativa, a plateia; aos poucos, o recinto, antes ocupado, vai esvaziando, até a próxima sessão, na sala-gigante do gigante da Praça da Bandeira: O Cine Bandeirante! Quantas vezes repetiu-se esta cena, agradável registro na memória dos que viveram este cenário lúdico nas tardes domingueiras de matinê, ou nas sessões noturnas: crianças, jovens, adultos, todos, enfim, postados à espera da sessão; era um encontro marcado com a sétima arte; todos queriam ficar mais pertos de Tarzan, do Gordo e o Magro, ou do mocinho (rápido no gatilho e demorado nos beijos...). Hoje, já não vive a fantasia na Praça da Bandeira, quem sabe, partiu com A ÚLTIMA DILIGÊNCIA, deixando para trás a poeira dos escombros do cinema. A sua tela panorâmica, palco de duras lutas entre os peles-vermelhas e os caras- pálidas, empalideceu ante o brutal ataque dos brancos; o cinema foi literalmente escalpelado pela artimanha dos especuladores; o Gigante tombou e O VENTO LEVOU os sonhos dos Moraes e de quem mais sonhava enquanto não atacados pela INVESTIDA DE BÁRBAROS, um golpe baixo contra o Gigante, uma perda gigante para Arcoverde, que a tela do tempo relembra, nostálgica, ao abrir as cortinas da saudade. Agora, as luzes iluminam outra cena; a Praça parece que acena à procura de quem tenha a mágica de fazer voltar a fita para o filme começar, e assim, talvez, o Super-Homem volte a voar (sem medo de criptonita) e os homens-comuns voltem a sonhar (sem medo do futuro). (CAVALCANTI, 2007)

Não poderia deixar de citar as palavras de José Leite Duarte-Rocky Lane- sobre o fechamento do cine bandeirante: o progresso veio triturando as tradições e os costumes, expulsando as pessoas em busca de novos conhecimentos, novos padrões de vida e melhoria de vida... e sua saudade daquele tempo... tempos difíceis, mas valia a pena tudo eram emoções, fantasias e ilusões que povoavam as nossas cabecinhas, transformando as dificuldades em momentos de prazer.” O autor do poema analisado utiliza os filmes exibido no gigante da Praça da Bandeira para conta a trajetória do mesmo e a trajetória de uma cidade e seus personagens, tendo este enfoque percebe-se através do poemas poema fonado ao quanto é fundamental conhecer os personagens da história de uma localidade valorizando-os para não deixar morrer .veja:

“Informações, bom-dia!” Assim começa o dia de João Vicente, o João da Informação. Ele traz, na cabeça, os telefones da cidade e não há um que ele esqueça, pois ele tem Arcoverde gravada no coração. Sua



comunicação convincente recebe o sinal verde da memória prodigiosa, que tem sido generosa, dando a informação segura a quem liga à sua procura para desfazer a dúvida ou, talvez, pagar a dívida da promessa de um contato. João, com seu jeito informal, sempre atende com presteza, dá notícia e faz relato e é parte da história da Terra do Cardeal. Sua memória fantástica já saiu no Fantástico e é um banco de dados de inteligência diversa, que dá sempre a certeza de que todos os recados têm um endereço certo, quando João está por perto pra garantir a conversa. (CAVALCANTI, 2015)

Recorrendo as memórias da “velha cidade” analisar-se rua velha para mostrar o desenvolvimento da cidade, o cotidiano, as eleições, tanto ênfase as memórias como produtora da história. Veja:

A Rua Velha se estende saudoso sobre as lembranças dos moradores de ontem e de agora. Com ela, tem início as ruas da cidade. Suas calçadas registram as passadas de quem já passou da flor da idade e de quem, em flor, dá as primeiras pisadas. Algumas casas ainda conservam seus traços de quando era nova a Rua Velha; outras, já estão maquiadas pela arquitetura moderna. Em uma dessas casas, eu fui criança e minha avó cantava, cheia de esperança, seus hinos preferidos, em devoção. Paralelo à Rua Velha, o Riacho do Mel desliza suas águas não tão doces assim, amargando a vida dos moradores, quando invadia a rua, entrando nas casas, sem pedir licença, com suas botas de lama. Havia também quem, à procura da fama, em democrático arrastão, visitava as casas, distribuindo doces palavras, atrás dos votos pra garantir a eleição. À noite, em plena campanha, na rua em festa e iluminada, os políticos faziam, com artimanha, velhas promessas não muito claras. E assim se renovam na memória as lembranças da Rua Velha, que o cartório do tempo registra às folhas tantas do livro de História. (CAVALCANTI, 2015)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa fez-se análise da contribuição da Literatura como uma linguagem diversa no ensino de História, examinando os poemas do professor Carlos Alberto constatou-se que os fatos históricos presentes na obra estudada, podem ser utilizados pelos professores de História, mostrando a importância da memória, como registro de experiências vividas, presente nas obras literárias dessa produção e que pode ser utilizada no estudo da História como reconstrução dos fatos do cotidiano, tendo em vista os detalhes e as sensibilidades fornecidas pelas lembranças. Os propósitos desta pesquisa foram alcançados, pois pelo estudo da obra selecionada e registros das possibilidades de junção entre o ensino da História e da Literatura, evidencia-se a importância de utilizar textos literários nas aulas de História como uma opção metodológica capaz de proporcionar aprendizagem e compreensão da História nacional e local destacando as confluências e divergências no emprego da linguagem literária no ensino de História. Os passos metodológicos, em busca de aporte teórico, obtiveram, José Carlos Reis, Robert Santos, Sandra Pesavento e Carlos Alberto, garantiram a validade das intenções desta pesquisa que afirmam ser possível a utilização de narrativas Literárias nas aulas de História. Após a realização deste artigo observou-se a necessidade de introduzir cada vez mais obras literárias, sejam elas poemas, prosa, poesia, conto e entre outras nas aulas de história, tendo em vista a aprendizagem do aluno e sua compreensão da sociedade em que faz parte da mesma e a transforma, será de suma importância na compreensão dos fatos e para o aprimoramento da leitura e contextualização. Ao final deste trabalho, conclui-se que, a utilização da Literatura como linguagem diferenciada no ensino de História pode oportunizar ao aluno a compreensão de fatos históricos ocorridos no passado, que muitas vezes não são passíveis de interpretação pelo distanciamento do tempo em que se deram e do tempo em que se encontra o aluno. Muitas outras pesquisas podem se concretizar a partir das lacunas deixadas por esta pesquisa, pois muito há ainda a se pesquisar sobre esse enlace

9 sedutor do poema, da prosa, da poesia, do conto, entre outras expressões da linguagem escrita.

## Referências

CAMILOTTI, Virgínia e NAXARA Márica: **História e literatura: Fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil**. 2006. Disponível em: ojs. C3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/história/article/download/.../10411



CHARTIER, Roger. **Culture écrite et société**. L'ordre des livres (XIV e XVIII e séculos), Paris, Albin Michel, 1996.

MIRANDA, Luca. **O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD**. *Rev.bras.hist.* vol.24 São Paulo 2004. Disponível em: <http://WWW.scileo.org.com>. Acesso: 10/10/11

PESAVENTO, Sandra. **História e literatura: uma velha-nova história**. 2006. Disponível em: <http://nuevo-mundo.revues.org/index1560.htm>. Acesso: 09/09/11

SAMPAIO, Andrade. **Literatura, prazer e ensino: que história é essa?** 2006. Disponível: <http://celosampaio@gmail.com>. Acesso: 20/09/11

SANTIAGO, Ana e MIRANDA, Maria. **História e linguagem: Elementos constitutivos Fundamentais da identidade social do Aluno**. 2006. Disponível: <http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1503.htm>. Acesso: 10/09/11

SANTOS, Robert Carlos. **História e Literatura: divergência e convergência**, 2005. Disponível em; <http://WWW.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/gt1504.htm>

Duarte, José Leite. **História do cinema bandeirante**, Recife.2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**, Fundação Getulio Vargas, 8ª edição, 2006.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. **História e Literatura: uma relação possível**, 2012  
Disponível em; <HTTP://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos>.

# Estratégias do núcleo ampliado de saúde da família e atenção básica para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia da Covid-19: uma revisão integrativa<sup>1</sup>

*Strategies of the expanded core of family health and primary care to encourage the practice of physical activity in the midst of the Covid-19 pandemic: an integrative review<sup>1</sup>*

Alba Maria Figueiredo Hammon<sup>1</sup>  
Aniele Mágata Pinheiro<sup>2</sup>  
Gleice Kelly De Assunção Patrício<sup>3</sup>

1. Acadêmico do curso de Residência Multiprofissional Em Saúde Da Família. [engalbamaria@hotmail.com](mailto:engalbamaria@hotmail.com)
2. Acadêmico Nutricionista. Mestre em saúde e nutrição em indivíduos e coletividades pela Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais. [aniele.pimheiro@aluno.ufop.edu.br](mailto:aniele.pimheiro@aluno.ufop.edu.br)
3. Coordenadora Preceptora da RMSF de Governador Valadares - Secretária Municipal de Saúde, Governador Valadares-MG, Brasil. [gleiceassuncaopatricio@gmail.com](mailto:gleiceassuncaopatricio@gmail.com)

Submetido em: 01/03/2023

Aprovado em: 02/03/2023

Publicado em: 16/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.497

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo mencionar estratégias traçadas por profissionais do Núcleo Ampliado De Saúde da Família e Atenção Básica para estimular a prática de atividade física em meio à pandemia do Covid-19, uma vez que a atividade física traz inúmeros benefícios à saúde. Trata-se de uma revisão integrativa, com coleta de dados retrospectivos. As palavras-chave utilizadas foram determinadas a partir da escolha do tema explorado: Covid-19; Pandemia; Atividade física; Estratégia; Atenção Básica; NASF-AB. Os dados foram coletados por meio da seleção de artigos científicos, no período de setembro a novembro de 2022, em periódicos indexados nos bancos de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Publisher Medine (PubMed). Obteve-se 190 artigos, dos quais 163 artigos foram selecionados para uma leitura dos títulos e resumos e, por fim, foram escolhidos 2 artigos que atendiam aos critérios de inclusão e aos objetivos da pesquisa. O presente estudo revelou as estratégias dos NASF-AB para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia do Covid-19, mostrando que existem poucos estudos nesse segmento e poucas estratégias adotadas pelos profissionais, revelando uma necessidade de desenvolver mais e novas estratégias para estimular a prática de atividade física pelos usuários, dando continuidade ao trabalho da atenção básica que é a prevenção e promoção à saúde.

**Palavras-chave:** Covid-19. Pandemia. Atividade física. Estratégia. Atenção Básica. NASF-AB.

## ABSTRACT

This study aims to mention strategies designed by professionals from the Expanded Center for Family Health and Primary Care to encourage the practice of physical activity in the midst of the Covid-19 pandemic, since it brings numerous health benefits. This is an integrative review, with retrospective data collection. The keywords used were determined from the choice of the theme explored: Covid-19; Pandemic; Physical activity; Strategy; Primary Care; NASF-AB. The data were collected through the selection of scientific articles, from the months of September to November in 2022, in journals indexed in the databases of Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (BVS), Latin Literature -American and Caribbean Association in Health Science (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Publisher Medine (PubMed). 190 articles were obtained, of which 163 articles were selected for title reading and abstracts furthermore, 2 articles were chosen that met the inclusion criteria and the research objectives. The present study revealed the NASF-AB strategies to encourage the practice of physical activity in the midst of the Covid-19 pandemic, showing that there are few studies in this segment and few strategies adopted by professionals, revealing a need to develop more and new strategies to encourage the practice of physical activity by users, continuing the work of primary care, which is prevention and health promotion.

**Keywords:** Covid-19. Pandemic. Physical activity. Strategy. Basic Attention. NASF- AB.

## 1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de três anos o mundo enfrentou a pandemia do novo coronavírus, uma emergência que traz grandes repercussões tanto para a vida humana, quanto para a saúde pública e atividade econômica (SILVA, 2020). Em 31 de Dezembro de 2019 com o surgimento de vários casos de coronavírus na província de Hubei na China provocou um alerta da Organização Mundial Da Saúde (OMS). Como se tratava de um novo coronavírus, onde não possuía nenhuma referência a este, ocasionou o aumento da preocupação. (Organização Mundial da Saúde, 2019). Devido ao crescimento de casos em diferentes países, conseqüentemente o aumento exponencial de pessoas infectadas e óbitos, motivou a OMS a declarar em 30 de Janeiro de 2020 que o que era um surto antes, constitui agora uma Emergência De Saúde Pública de Importância Internacional. Com o novo coronavírus espalhado pelo mundo, de forma rápida e descontrolada, atingindo assim proporções mundiais, a COVID-19 foi qualificada como pandemia no dia 11 de Março de 2020. No dia 26 de Fevereiro de 2020 o governo brasileiro confirmou o primeiro caso de COVID-19 no país. Antes o que era uma luta apenas de alguns países se tornou uma luta mundial, atingindo fortemente o SUS no Brasil dentre outros setores (BRASIL, 2021). A pandemia da COVID 19 tem gerado vários impactos em relação à mudança de estilo de vida das pessoas, acarretando um aumento na inatividade, fazendo com que aumentasse um número bem significativo de sedentarismo. Importante ressaltar que, devido às medidas da OMS em especial o distanciamento social, veio de uma forma para frear o contágio do vírus, gerando uma mudança na prestação de serviço e na qualidade de vida. (SILVA, SILVA 2020).

As Estratégias Saúde Família (ESF's) são o principal suporte físico da Atenção Básica (AB), onde se localizam próximas aos usuários, de forma a garantir o acesso a uma saúde de qualidade. Elas oferecem diversos serviços, dentre eles estão: consultas com médicos, enfermeiras, dentistas, acolhimento, vacinas, curativos, distribuição de medicamentos, pré-natal, visitas domiciliares, atendimento multidisciplinar com o Núcleo Ampliado Saúde da Família e Atenção Básica (NASF- AB) como Psicólogo, Nutricionista, Fisioterapeuta, Farmacêutico, Assistente Social, Profissionais de Educação Física (BRASIL, 2017).

Em 2008 o Ministério da Saúde (MS) pela portaria Nº 154 cria o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), em 2017 com a portaria Nº 2.436 o NASF se torna NASF-AB (Núcleo de Ampliado à Saúde da Família e Atenção Básica) com o objetivo de ampliar e fortalecer a AB, aumentando os profissionais atuantes na saúde pública, conseqüentemente ampliando as ofertas na rede, as ações e a abrangência tornando assim a rede mais resolutiva (BRASIL, 2017).

A Atenção Primária de Saúde (APS) é a porta de entrada dos usuários, onde estes são de fácil acesso e de maior aproximação deles. A preocupação com o coronavírus é cada vez maior, por isso se faz necessário trabalhar em todas as vertentes para que a população possa ter mais qualidade de vida. Pensando nisso, os profissionais de educação física buscam incentivar, orientar e ministrar a prática regular de exercício físico junto aos usuários dos seus territórios. Uma vez que estudos demonstram que a atividade física pode ser um modulador de imunidade, pois as quantidades das substâncias que compõem o sistema imunológico podem alterar de acordo com o nível, intensidade e duração de atividade física, essa alteração pode ocorrer para mais quanto para menos sendo este mais comum quando a pessoa se torna mais sedentário. Além da melhora do sistema imunológico ao praticar atividade física há também a diminuição da ansiedade e do estresse.

A atividade/exercício físico traz inúmeros benefícios, principalmente para aqueles que se encontram dentro do grupo de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), além disso, ajuda no tratamento de pessoas com doenças psicológicas. Devido a pandemia foi necessário adotar algumas medidas a pedido da OMS, como o isolamento social, distanciamento social dentre outras.

A pandemia atingiu diversos setores pelo mundo, uma delas foram os setores ligados à atividade/exercício físico. Um estudo realizado por Costa et al (2020) através de um questionário eletrônico onde entrevistou 2004 adulto pelo Brasil com o objetivo de analisar e avaliar como as medidas de distanciamento social tem influenciado o nível de atividade física dos brasileiros. O estudo demonstrou que diminuíram o nível de atividade física, principalmente nos centros metropolitanos, onde há um acúmulo maior de pessoas, e observaram um aumento da busca na internet para saber como realizar treinos em casa, provavelmente realizada por pessoas já ativas e que queriam continuar com atividade/exercício físico.

Ribeiro et al (2020) aponta que atividades física ou atividades esportiva se encontra em segundo lugar dentre os entrevistados na sua pesquisa, estando atividades de interesses sociais em primeiro, enaltece que essas atividades realizadas como lazer são essenciais para manter a saúde física e mental, e que devido ao isolamento social o tempo livre para estar realizando essas atividades é menor que antes da pandemia, pois o trabalho e as tarefas do dia a dia estão mais interligado principalmente quando se trata de home Office.

Mesmo com o isolamento e distanciamento social as pessoas continuam a buscar formas de se exercitar, devido a busca da atividade/exercícios físico Vancini et al (2021) buscou formular recomendações gerais de cuidado à saúde e de prática de atividade física na pandemia da COVID-19, com o objetivo de auxiliar na manutenção da atividade física e de cuidados de saúde e prevenção durante a pandemia do coronavírus. Dentre essas medidas estão: lavar as mãos utilizando água e sabão ou higienizador à base de álcool (70%) com frequências, ao sair de casa, mantenha pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa, uso de máscaras cirúrgicas descartáveis, ficar em casa se estiver com algum sintoma de síndrome gripal.

Vancini et al (2021) também além das recomendações com os cuidados com a saúde para continuar com prática de atividade/exercícios físico, ele traz alternativas do que e de como se manter ativo, como por exemplo: realizar atividades em ambiente interno (laborais e domésticas) com a presença ou não de música, atividades de força muscular por meio da utilização de halteres, pesos livres, bandas elásticas ou somente o peso do corpo, meditação, Yoga, Tai Chi Chuang e Lian Gong, dentre outras.

O Manifesto Internacional para a Promoção da Atividade Física no Pós-COVID- 19: Urgência de uma Chamada para a Ação busca ampliar ações em favor de atividade física diminuindo assim o nível de sedentarismo e aumentando a qualidade de vida, de modo a preparar não só para essa pandemia, mas para futuras pandemias, mas para isso essa busca não pode ser individual, todos devem buscar um mundo mais saudável e melhor.

Tendo em vista os pressupostos, o objetivo do presente estudo é reunir as principais estratégias do NASF-AB para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia, uma vez que a atividade física é um fator de proteção e prevenção à saúde.

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais de forma que a abordagem seja ampla (SOUZA, SILCA, CARVALHO, 2010).

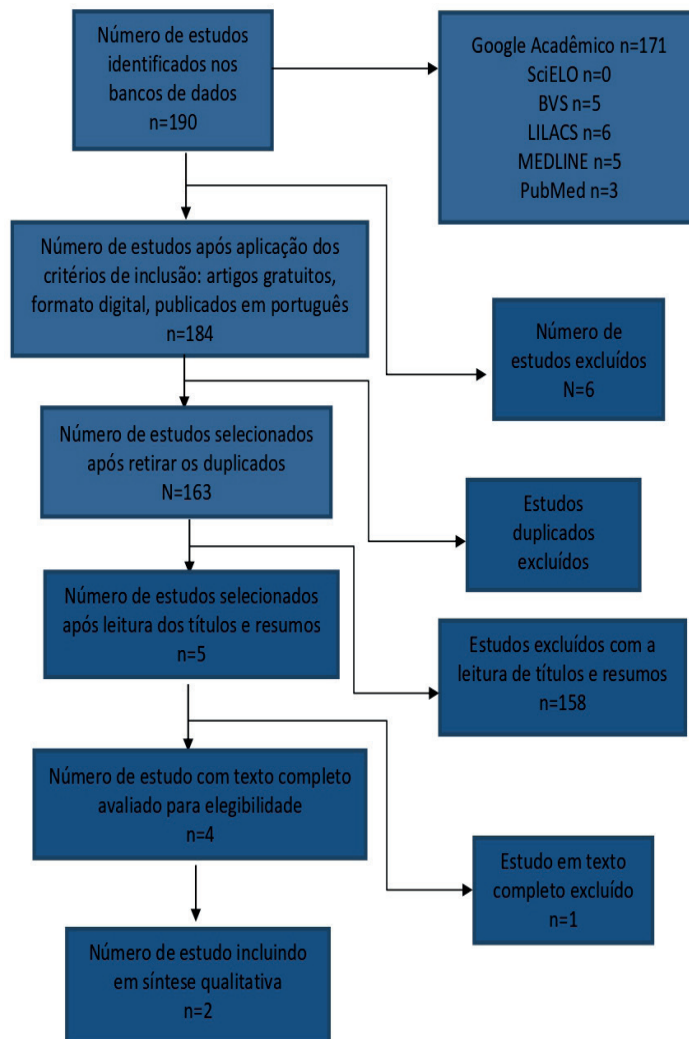
Foi realizado uma pesquisa virtual nas seguintes plataformas: *Google Acadêmico*, *Scientific Electronic library Online (SciELO)*, *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS)*, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE)*, *Publisher Medine (PubMed)* no período de setembro a novembro de 2022 com os descritores “atividade física”, “pandemia”, “covid-19”, “atenção básica” e “NASF-AB”, “estratégia”. Para este estudo de revisão integrativa foram estabelecidas as seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados e categorização dos estudos, análise crítica dos estudos incluídos, interpretação e discussão dos resultados e por fim apresentação da revisão integrativa (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

Considerou-se como questão de pesquisa: quais estratégias o NASF-AB utilizou para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia do Covid-19? Como critérios de inclusão foram utilizados: artigos disponíveis na íntegra, em formato digital e disponíveis gratuitamente; publicados em idioma português. Além dos trabalhos que não atendem os critérios de inclusão, foram excluídos deste estudo, os artigos que não se adequaram ao tema e os relacionados a estudos de revisão.

Assim, obteve-se 190 artigos, dos quais 163 artigos foram selecionados para uma leitura dos títulos e resumos e, por fim, foram escolhidos 2 artigos que atendiam aos critérios de inclusão e aos objetivos da pesquisa.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram recuperados 190 artigos, dos quais 158 foram excluídos após a seleção de títulos e resumos. Totalizou 4 artigos completos avaliados com elegibilidade. Destes, foram identificados 2 trabalhos relacionados com estratégias do NASF-AB para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia do covid-19, dos quais foram sintetizados e incluídos na revisão sistemática.





Autores	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
Becchi et. al, 2021	O estudo teve como objetivo a diminuição dos efeitos da inatividade física devido às medidas tomadas para controle da pandemia de COVID-19.	Através das plataformas digitais constitui-se um programa de atendimento remoto, proporcionando orientações e prescrições de exercícios físicos, assegurando a continuidade do trabalho dos profissionais, para estimular a realização de atividade física.	Como produto do programa houve um acréscimo do nível de AF semanal. Outras pessoas do núcleo familiar dos participantes do programa e comunidade em geral podem acessar livremente as videoaulas arquivadas na plataforma digital, ampliando assim a prática dos exercícios físicos para estes, não se restringindo a aqueles que já desfrutavam dos serviços oferecidos pela atenção primária local. De forma remota o programa extrapolou o território local e a forma presencial da aula, atingindo outros bairros, municípios, estados e países. Envolvendo também outros grupos como crianças, gestantes, pacientes com sequelas pós-COVID-19, entre outros.	O programa apresentou ganhos e resultados positivos, através das videoaulas na plataforma digital. Por essa razão, espera-se a continuidade do programa mesmo no período pós-pandemia, com propósito de oferecer às pessoas o cuidado integral, do qual é fundamental a prescrição e promoção de exercícios físicos.
Novaes et. al, 2020	O objetivo deste trabalho foi mostrar a implementação de um programa de Prática Corporal/Atividade Física, disponibilizado por tecnologias, de forma remota, através de um modelo lógico. Consequentemente avaliar a adesão dos usuários ao programa.	O estudo compõe em uma investigação, produzida no campo das Academias da Saúde e equipes de NASF-AB do município de Arapiraca, Alagoas, no esforço de determinar, através de um diagnóstico de situação problema, um plano ordenado, efetivo e viável de retomada dos grupos de PCAF durante a pandemia da SARS-CoV-2	O Agite em Casa foi concretizado em 32 grupos de saúde. Os exercícios físicos foram ofertados duas vezes por semana, e de acordo com as peculiaridades dos grupos foram selecionados. Para promover a prescrição dos exercícios foi produzido um banco com 53 vídeos e 26 mosaicos que expõem a descrição e demonstração dos exercícios. Dos 754 usuários que atuavam nos grupos de atividade física antes da pandemia, 344 (45,6%) seguiram ao programa remoto, e 225 (33,9%) integraram-se realmente no programa “Agite em Casa”.	A volta dos grupos de exercícios físicos, mediante o programa Agite em Casa, na APS, simboliza um importante passo para implementação de hábitos saudáveis, uma vez que ainda há o risco de contaminação recorrente por tempo indeterminado. Mas por causa de alguns motivos como: a dificuldade dos idosos em manejar os recursos tecnológicos; número alto de usuários que utilizam internet de dados móveis de baixa qualidade; menor número de aulas acompanhadas pelo profissional de educação física faz com que a participação dos usuários seja baixa. Mesmo com esses obstáculos os usuários estão sendo orientados

				a realizar exercícios físicos do programa em outros dias, com objetivo de atingir 150 min semanais aconselhado pela OMS.
--	--	--	--	--

**Quadro 1-** Fluxograma da seleção de artigos.

O isolamento social como medida de combater a pandemia de covid-19, fez com que a disponibilidade de locais como academias, quadras, clubes, dentre outros fechasse temporariamente ou suspendesse aulas coletivas, consequentemente tornando as pessoas mais propensas ao sedentarismo. Uma vez que isso acontece, influencia diretamente na saúde fisiológica, psicológica e na vida social das pessoas, por sua vez há uma diminuição na qualidade de vida destas.

Os principais objetivos dos profissionais do NASF-AB juntamente com o restante dos profissionais da atenção básica é a promoção e a prevenção à saúde junto aos usuários. Uma vez que isso acontece principalmente por meio de grupos operativos dentro das Estratégias, sendo o grupo de exercícios físicos um dos maiores na sua composição e com maior assiduidade. Com a suspensão dos atendimentos presenciais do NASF-AB, incluindo o grupo de exercício físico, observou-se uma necessidade de traçar novas estratégias para continuar estimulando a prática de exercícios físicos.

Nos artigos pesquisados a estratégia alcançada foi a utilização de recursos digitais, sendo eles por vídeo, videoaulas, imagens, mensagens através dos grupos online e aplicativos.

Becchi et al (2021) apresentou um projeto que teve como primeira estratégia abordada o envio de treinos previamente criados por meio redes sociais, utilizando imagens e descrição dos exercícios, mas infelizmente observou-se que essa abordagem não estava sendo efetiva, uma vez que não promovia a autonomia para prática em casa. Optou-se então pela realização dos treinos de forma remota por videoaulas com os profissionais que lecionam as aulas presenciais antes da pandemia. Além dessas gravações de videoaulas serem com profissionais já conhecidos pelos usuários, continua-se a usar a estratégia de materiais de fácil acesso ou baixo custo, como por exemplo, garrafas pets, bolas, colchonetes dentre outros materiais. A criação de um canal denominado “Exercício e Saúde – Prefeitura de Londrina NASF-AB” possibilitou que os profissionais enviassem videoaulas por aplicativo de comunicação via smartphone aos grupos pré-existentes do NASF-AB e aos grupos dos Centros de Convivência do Idoso.

Além das videoaulas com as orientações de treino, os profissionais utilizam da plataforma para abordar questões como, medidas de segurança para realização de exercícios como distanciamento, caso realizem como outro familiar, alimentação, hidratação, calçado, vestimenta dentre outras medidas. Além disso como estratégia adicionou a Educação em Saúde, que acontecia anteriormente na sala de espera ou em grupos operativos, trabalhando temas como, prevenção e controle da ansiedade, saúde da mulher, infecções sexualmente transmissíveis, prevenção ao Covid-19, através da inserção dos demais profissionais do NASF-AB. No canal criado é possível encontrar videoaulas de exercícios que contempla todas as fases da vida, desde criança ao idoso, incluído também as gestantes, também é possível escolher as aulas de acordo com a necessidade individual de cada usuário, que varia de treinos de força a treinos de alongamentos, tendo como opção até aulas de danças como modalidade diferencial, e o principal, devido a situação que o mundo e as pessoas se encontram, exercícios pós-Covid-19. Já no estudo apresentado por Novaes et al (2020) a estratégia utilizada foi a criação um banco de armazenamento de vídeos curtos contendo a descrições gestuais e verbais de exercícios físicos e de mosaicos contendo imagens explicativas de alongamentos, este protocolo recebeu o nome de “Agite em casa”. Mas como diferença do estudo apresentado por Becchi et al (2021), esse banco de dados foi ofertado somente para os participantes dos grupos presenciais de exercício físico que tivessem interesse. Assim como a estratégia apresentada por Becchi et al (2021), no protocolo “Agite em casa” os profissionais de educação física também mantiveram comunicação com os alunos, para esclarecimento dos exercícios e para orientações como, roupas adequadas, ingestão de água dentre outras.

6

O protocolo “Agite em casa” apresentou como resultado 88,9% dos grupos foram reativados, uma adesão de 45,6% dos usuários, aderência de 33,9% dos usuários cadastrados antes da pandemia e aderência de 65,4% dos usuários que iniciaram o programa “Agite em casa”.

Como pontos positivos ambos os programas conseguiram estimular a prática de exercícios físicos utilizando como estratégia o meio digital. Os dois programas encontraram fatores que influenciaram de forma negativa, como por exemplo, maior quantidade de usuários utilizando internet de dados baixos ou de má qualidade,

dificuldade de acesso ou entendimento da população mais idosa à recursos tecnológicos. Possivelmente podem ter encontrado como outro fator de influência negativa o recurso financeiro de cada usuário, uma vez que a pessoa possui baixo recurso financeiro pode nem ter acesso a recursos tecnológicos como celulares android ou iOS, por onde eram acessados os programas.

Diferente do programa “Agite em casa” o programa “Exercício e Saúde – Prefeitura de Londrina NASF-AB” apresentou melhores resultados. Há um registro de 1160 participantes através do aplicativo de comunicação, estes participantes vêm da lista de usuários dos grupos do NASF-AB registrados em Prontuários Eletrônicos do Cidadão (PEC), quanto o aplicativo de postagem de vídeos registra 2061 inscritos percebe-se então que esses registros se devem aos participantes dos grupos do aplicativo de comunicação mais a busca direta pelo canal de postagem de vídeos. Mesmo enfrentando os mesmos influenciadores negativos que o “Agite em casa”, isso pode ter ocorrido por vários fatores, mas dentre eles estão a não restrição do projeto, uma vez que ele foi inserido nos grupos dos Centros de Convivência do Idoso, como também em todos os grupos pré-existentes do NASF-AB, não somente aqueles de exercícios físicos, possibilitando aqueles que não realizavam nenhum ou pouco exercício físico a estarem aumentando ou começando uma rotina regular de exercícios físicos, e o estímulo de adesão ao programa aos demais membros da família, uma vez que sua plataforma contempla treinos para todas fases da vida e também a oferta de exercícios físicos para pós-pandemia sendo esse uma demanda aumentada de acordo com a proliferação do Covid-19.

Além de todos estes pontos enumerados a participação de todos os profissionais do NASF-AB não somente dos profissionais de educação física, possibilitou um cuidado maior aos usuários no que tange a promoção e prevenção a saúde, uma vez que, o projeto agregava a Educação em Saúde abordando os temas e assunto além do estímulo a prática de exercícios físicos.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho revelou as estratégias dos NASF-AB para estimular a prática de atividade física em meio a pandemia do covid-19. Os artigos compilados nesta revisão demonstram que existem poucos estudos nesse segmento e poucas estratégias adotadas por profissionais do NASF-AB, para que os usuários continuem a praticar atividade física em meio a pandemia, com ou não a paralisação dos grupos de exercício físico na atenção primária, devido o risco de contaminação recorrente por tempo do Covid-19.

Esses resultados exibem a necessidade de desenvolver mais e novas estratégias para estimular a prática de atividade física pelos usuários, dando continuidade ao trabalho da atenção básica que é a prevenção e promoção à saúde, principalmente ao que tange a atividade física, auxiliando no processo de autonomia do cuidado em saúde mesmo durante e pós pandemia de Covid-19.

## REFERÊNCIAS

BALEOTTI, M. E. Efeitos da atividade física na ansiedade e depressão: uma revisão bibliográfica. União das Instituições Educacionais de São Paulo. 2018. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20180813144247.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180813144247.pdf). Acesso em: 07 dez. 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. Disponível em: ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN | Santos | Revista Eletrônica de Educação (ufscar.br). Acesso em: 10 out. 2021.

BECCHI, Anne Cristine et al. Incentivo a prática da atividade física: estratégias do NASF-AB em meio à Pandemia de Covid-19. Revista da Rede Atenção Primária À Saúde: Atenção Primária à Saúde em Revista, Belo Horizonte, v. 3, p. 176-181, 2021. 3.

7

BENEDETTI, T. R. B.; BORGES, L. J.; PETROSKI, E. L.; GONÇALVES, L. H. T. Atividade física e estado de saúde mental de idosos. **Revista Saúde Pública** 2008. p.:302-7. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/rsp/v42n2/6482.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rsp/v42n2/6482.pdf). Acesso em: 07 dez. 2021.

BIELEMANN, R. M.; KNUTH, A.G.; HALLAL, P.C. Atividade física e redução de custos por doenças crônicas ao sistema Único de saúde. **Revista Brasileira De Atividade Física e Saúde**. v. 15, n. 01. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1240/Atividade%20f%3%adsica%20e%20redu%3%a7%3%a3o%20de%20custos%20por%20doen%3%a7as%20c%3%b4nicas%20ao%20Sistema%20%3%9anico%20de%20Sa%3%bade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 dez. 2021.





BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 20 out. 2021

Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul. Manifesto Internacional para a Promoção da Atividade Física no Pós-COVID-19: Urgência de uma Chamada para a Ação. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. 2020. Disponível em: <https://sbot.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Manifesto-RBAFS-Portugu%C3%AAAs.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. Fundação Escola De Comércio Álvares Penteado (FECAP), V. I, n. 1, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/156978274/Chagas-2000-O-questionario-na-pesquisa-cientifica>. Acesso em: 20 out. 2021

COSTA, C. L. A.; COSTA, T.M.; BARBORA FILHO, V. C.; BANDEIRA, P. F. R.; SIQUEIRA, R.C.L. Influência do distanciamento social no nível de atividade física durante a pandemia do COVID-19. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14353/11058>. Acesso em: 07 dez. 2021.

COSTA, R. A.; SOARES, H. L. R.; TEIXEIRA, J. A.C. Benefícios da atividade física e do exercício físico na depressão. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19, n. 1, p. 269-276, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/RpX434mLxwCh976f4b3dKqw/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2021.

FEHN, A.; NUNES, L.; AGUILLAR, A.; DAL POZ, M. (2020). Vulnerabilidade e Déficit de Profissionais de Saúde no Enfrentamento da COVID-19. Nota Técnica n.10. IEPS: São Paulo. Disponível em: <https://ieps.org.br/pesquisas/vulnerabilidade-e-deficit-de-profissionais-de-saude-no-enfrentamento-da-covid-19/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 2, 2018. p. 667-686. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412/pdf>. Acesso em: 20 out. 2021

GALDINO, F. F. S.; COELHO, D. W. S.; GOMES, C. A. S.; GALDINO, F. F. Diabetes mellitus: o exercício físico como ferramenta de controle. **EFDeportes.com Revista Digital. Buenos Aires**, n. 182, jul de 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd182/diabetes-mellitus-o-exercicio-fisico>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Governo do Brasil- Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v.25, dez.2011. p.37-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/LdkT3DR-37Cp8b7SzBXSjfhM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HILL, M. M.; HILL, A. A construção de um questionário. Dinâmia- Centro De Estudo Sobre a Mudança Socioeconômica, Working Paper, n.1998/11, out. 1998. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA\\_WP\\_1998-11.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

JÚNIOR, L. C. L. Alimentação saudável e exercícios físicos em meio a pandemia da Covid-19. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, Roraima, ano II, vol. 3, n.9, Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/62/66>. Acesso em: 10 ago. 2021.

8

NOVAES, Cinthya Rafaella Magalhães da Nóbrega *et al.* Protocolo de atividade física remoto para grupos de Academia da Saúde e Estratégia de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S.L.], v. 25, p. 1-6, 17 dez. 2020. Brazilian Society of Physical Activity and Health. <http://dx.doi.org/10.12820/rbafs.25e0167>. Disponível em <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14370/11097>. Acesso em: 28 nov. 2021.

OLIVEIRA, E.N.; AGUIAR, R. C.; ALMEIDA, M. T. O.; ELOIA, S.C.; LIRA, T.Q. Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental. **Revista Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n.50, 2011. p. 126-30. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84217984006.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

OMS-Organização Mundial De Saúde.Declaração do Diretor-Geral da OMS sobre a reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional sobre o novo coronavírus (2019-nCoV), 2019. Disponível em: [https://www.who.int/es/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/es/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 20 mai. 2021.

PRADO, A. D.; PEIXOTO, B. C.; SILVA, A. M. B.; SCALIA, L. A. M. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health*. v. esp. 46. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4128>. Acesso em: 07 dez. 2021.

RIBEIRO, O. C. F.; SANTANA, G. J.; TENGAN, E. Y. M.; SILVA, L. N. M.; NICOLAS, E. A. Os Impactos da Pandemia da Covid-19 no Lazer de Adultos e Idosos. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte*, v.23, n.3, set/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25456>. Acesso em: 07 dez. 2021.

SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A.L.; MEIRELLES, B.H.S.; LANZONI, G. M. M.L.; CUNHA, V. P.; ROSS, R. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. *Texto Contexto Enferm*, 2017. Centro de Ciências da Saúde -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/cXFB8wSVvTm6zMTx3GQLWcM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, M.; MATSUDO, V. K. R. Atividade Física e uso de medicamentos. Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFCSCS). *Diagnóstico Tratamento*. 2018. 152 p. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987490/rdt\\_v23n4\\_152-159.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987490/rdt_v23n4_152-159.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

SAPS- Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Núcleo Ampliado de Saúde da Família. Plataforma do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/nasf#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20Ampliado%20de%20Sa%C3%BAde,e%20o%20alvo%20das%20a%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20 out. 2021

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: Impactos e reflexões. *Observatório Socioeconômico da COVID-19*. Rio Grande Do Sul. 19 jun.2020. Disponível em: [tps://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

SOUZA, M.T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v.8, n.1, p. 102-6,2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05/10/2022

TURI, B.C.; CODOGNO, J. S.; FERNANDES, R. A.; MONTEIRO, H. L. Doenças crônicas e redução da atividade física. *Revista de medicina. Faculdade De Medicina Ribeirão Preto*. São Paulo. 2011, 389 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/72729/2-s2.0-84860755812.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VANCINI, R. L.; LEOPOLDO, A. P. L.; CARLETTI, L.; GUIMARÃES-FERREIRA, L.; LEOPOLDO, A. S.; LEITE, R.D. et al. Recomendações gerais de cuidado à saúde e de prática de atividade física vs. pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Fisiologia Exercício*. 2021. p.3-16. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/4144/6868>. Acesso em: 07 dez. 2021.

WAINER, J. Métodos de pesquisa qualitativa para a Ciência da Computação. Universidade Estadual De Campinas. São Paulo. Disponível em: <https://ic.unicamp.br/~wainer/papers/metod07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.



## Culturas brasileiras e as práticas pedagógicas para educação rural *Brazilian cultures and practical practices for rural education*

Elizarégia Reis de Castro

Submetido em: 05/03/2023

Aprovado em: 06/03/2023

Publicado em: 20/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.498

### RESUMO

Este estudo Buscando buscou investigar o processo de fechamento de escolas do campo, bem como identificar as estratégias de resistência adotadas pelos movimentos e grupos sociais organizados. Bem como, analisar as políticas de educação para os povos do campo, tendo como referência os projetos de campo e educação em disputa; Compreender o papel do Estado na efetivação do direito à educação; Discutir sobre o fechamento de escolas do campo, localizando em quais regiões e municípios esta política tem ganhado mais força nos últimos anos; Investigar como os movimentos sociais e organizações do campo se posicionam diante do fechamento das escolas do campo. A metodologia desta pesquisa envolve uma abordagem qualitativa e quantitativa. Concluiu-se que a educação rural possui suas bases nos movimentos sociais, que as conquistas, especialmente em relação a legislação, são fruto da luta permanente dos movimentos sociais organizados, os quais coletivamente buscam superar as desigualdades impostas aos camponeses ao longo da história brasileira.

Palavras-chave: cultura, pedagogia, educação rural.

### ABSTRACT

This study sought to investigate the process of closing schools in the countryside, as well as to identify the resistance strategies adopted by movements and organized social groups. As well as analyzing education policies for rural people, with reference to the field and education projects in dispute; Understand the role of the State in realizing the right to education; Discuss about the closure of rural schools, locating in which regions and municipalities this policy has gained more strength in recent years; Investigate how social movements and rural organizations are positioned in the face of the closure of rural schools. The methodology of this research involves a qualitative and quantitative approach. It was concluded that rural education has its bases in social movements, that the achievements, especially in relation to legislation, are the result of the permanent struggle of organized social movements, which collectively seek to overcome the inequalities imposed on peasants throughout Brazilian history.

Keywords: culture, pedagogy, rural education

## 1 INTRODUÇÃO

No campo brasileiro há uma disputa de projetos. O modo de produção capitalista, que é hegemônico no contexto atual, por meio de seu modelo de desenvolvimento do campo, com base na agricultura de negócios que visa atender os interesses de produção do capital, expropria os povos do campo de seus territórios, devasta os recursos naturais e aniquila os seres humanos a fim de manter a supremacia do latifúndio. Como forma de oposição e resistência, os povos do campo<sup>1</sup>, organizados em Movimentos Sociais, têm contraposto este modelo a partir de um projeto que concebe o campo como espaço de vida, desde a concepção de agricultura camponesa, buscando implementar práticas agroecológicas.

Entre as estratégias de luta, os Movimentos Sociais do Campo constroem a Educação do Campo como parte do projeto político e social em construção da classe trabalhadora organizada, compreendendo que a luta pela terra está vinculada à educação e aos demais direitos essenciais que tornam o campo um território de formação humana. Por isso, a Educação do Campo, combina a luta pela educação, pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. “Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela” (CALDART, 2012, p. 263-264).

A educação rural emerge da experiência de luta e organização dos trabalhadores do campo por meio de

1 Por povos do campo brasileiro entendemos: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias (CALDART, 2004).

Movimentos Sociais que denunciam a exploração e a opressão. Forjada na luta dos camponeses, a Educação do Campo nasce tendo como perspectiva a ruptura com o atual modelo hegemônico de agricultura, marcado pela concentração de terra, agricultura de negócio e exploração dos trabalhadores.

Por ser fruto das contradições causadas pela divisão social gerada pelo sistema capitalista, a Educação rural se constitui no interior da luta de classes, intrinsecamente vinculada a um projeto de sociedade em construção pelos Movimentos Sociais do Campo em articulação com as organizações de trabalhadores. Os fundamentos da Educação do Campo estão no “[...] embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.” (CALDART, 2012, p. 259).

Sendo assim, identifica-se que há incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2005). O caráter de classe assumido pela Educação do Campo gestada pelos Movimentos Sociais Rurais se diferencia da educação rural, que está baseada em uma visão colonizadora.

Suas bases pedagógicas para a formação dos sujeitos do campo se estruturam a partir das necessidades da cadeia produtiva agrícola e pecuária do agronegócio que, historicamente, esteve atrelada às iniciativas educacionais do Estado. Nesta lógica, segundo Fernandes (2006), o campo é compreendido apenas como espaço de produção agrícola. Considera-se somente a produção econômica e os aspectos técnicos do trabalho agrícola. Para o autor:

O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade, ela é uma dimensão do território. Quando a produção de mercadorias é analisada como totalidade, fora da multidimensionalidade territorial, constitui-se numa análise extremamente parcial e, às vezes, equivocada da realidade (FERNANDES 2006, p. 29).

Esta concepção de educação rural que pensa o campo meramente como território de produção econômica, não considera o espaço histórico-social e suas relações sociais e políticas. Além disto, valoriza o trabalho agrícola e os instrumentos técnicos para capacitação de mão de obra para todos os setores da agricultura de negócios. A proposta educacional é trabalhada a partir de referenciais urbanos industriais, que impõem à educação dos povos do campo à concepção de educação desenvolvida no espaço urbano. Esta perspectiva, que considera o campo como símbolo de acumulação de capital, fortalece as exclusões e desigualdades no espaço rural. Neste projeto, onde o agronegócio brasileiro é visto como um dos mais representativos do mundo, sobretudo no que diz respeito à dinâmica de exportações, a população camponesa é vista como algo extinção.

O paradigma da Educação rural compreende que o campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O Campo brasileiro traz uma heterogeneidade no modo de organização e produção da vida. É o território dos camponeses, dos faxinalenses, dos acampados e assentados da reforma agrária, dos pequenos agricultores familiares, das benzedeiros, dos quilombolas, dos ribeirinhos, entre tantos outros. É o campo das florestas e das águas, onde vivem diversas nações indígenas, onde se produz alimentos que possibilitam a soberania de uma nação. Por tudo isso, o campo é lugar de trabalho, de vida e, sobretudo, de educação (FERNANDES, 2005).

A existência da escola no e do campo coloca-se como um elemento crucial na (r)existência da população camponesa. Entretanto, atualmente estamos vivendo a realidade do fechamento de escolas do campo no Brasil, fenômeno que não é atual.

Segundo a Folha de São Paulo, “[...] a cada dia, em média, oito escolas da zona rural são fechadas em nosso país”. A matéria da folha destaca que nos últimos dez anos foram fechadas 32,5 mil escolas do campo. E, somente no ano de 2013, 3.296 escolas foram fechadas, e que em 2014 existiam 70,8 mil escolas do campo. Em 2003 eram 103,3 mil escolas do campo em nosso país.

2

Marrafon, (2016) percorreu sobre o processo de nucleação e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista no estado de São Paulo. Aprofundou o contexto histórico, político, socioeconômico e educacional, sobretudo as transformações ocorridas na agricultura no Estado de São Paulo, que resultou na expulsão de milhares de trabalhadores rurais, devido ao processo de mecanização agrícola impulsionada pela expansão do agronegócio.

A partir de tal conjuntura a autora buscou discutir e compreender a serviço de quem ou de quem as escolas rurais foram nucleadas? Como se deu e qual a causa do nucleamento e, conseqüentemente, do fechamento das

escolas rurais? Dessa forma, o estudo apresenta duas categorias consideradas indissociáveis: o modo de produção capitalista e a escolarização da população rural.

Mazur, (2016) investiga os determinantes gerais e específicos sobre o fechamento de escolas no campo, assim como, identifica as resistências e desafios das escolas no campo. Buscou apresentar as transformações no campo brasileiro a partir de 1950 e suas relações com a redução da população do campo; contextualiza e diferencia as concepções de educação rural e de educação do campo no cenário nacional; busca compreender os processos de fechamento de escolas no campo no contexto nacional e local; Descreve o processo de implantação e cessação da oferta das séries/anos finais do Ensino Fundamental no campo a partir de um caso conclusivo de fechamento e de um em vias de fechamento.

Constatou que as causas principais que levaram ao fechamento das escolas rurais foram: a naturalização do campo como local de atraso; o entendimento de que a educação escolar não é necessária para os filhos dos trabalhadores, a quem cabe apenas a educação para o trabalho; a influência do agronegócio e o esvaziamento do campo. O estudo também denunciou a pouca efetividade da legislação que trata do fechamento de escolas do campo dada falta de informação das comunidades, as quais são, muitas vezes, pressionadas em concordar com o fechamento de suas escolas.

Cordeiro, (2013) examina a política educacional referente à educação em espaços rurais - a nucleação escolar, política que gera conflitos e contradições no que diz respeito à luta pelo direito à educação no campo. Apresenta a dicotomia entre educação rural e educação do campo, discute o papel do Estado, o qual parece cooptar o conceito dos movimentos sociais ressignificando, apesar de acolher algumas das reivindicações, ao mesmo tempo em que legitima o processo de fechamento de escolas no campo, radicalizando o conflito.

A educação é um direito de todos e dever do Estado. Entretanto, presenciamos oportuna desconsideração ao cumprimento do dever constitucional do poder público. A violação deste direito É, muitas vezes, naturalizada pelas comunidades do campo. Paradoxalmente, o aumento deste fenômeno ocorre justamente num período em que a política de educação do campo é implementada e assegurada pela legislação educacional. Além disto, com o fechamento das escolas posterga-se o direito à participação da sociedade civil, através de suas organizações e movimentos sociais, no debate e na gestão das políticas públicas educacionais, bem como no planejamento pedagógico e administrativo.

Considerando estes elementos, a presente pesquisa busca responder as seguintes questões de pesquisa: Quais são as posições e estratégias de enfrentamento dos movimentos e grupos sociais organizados frente a política do fechamento? Buscando responder a estas problemáticas de pesquisa temos por objetivo investigar o processo de fechamento de escolas do campo, bem como identificar as estratégias de resistência adotadas pelos movimentos e grupos sociais organizados.

De modo específico, buscar-se-á: Analisar as políticas de educação para os povos do campo, tendo como referência os projetos de campo e educação em disputa; Compreender o papel do Estado na efetivação do direito à educação; Discutir sobre o fechamento de escolas do campo, localizando em quais regiões e municípios esta política tem ganhado mais força nos últimos anos; Investigar como os movimentos sociais e organizações do campo se posicionam diante do fechamento das escolas do campo.

A metodologia desta pesquisa envolve uma abordagem qualitativa e quantitativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O campo, a educação e o papel do estado na construção da política pública

A agricultura brasileira se organiza a partir de dois projetos distintos, claramente em disputa. De um lado, está o agronegócio, vinculado ao sistema capitalista, que tem como a produção de grãos em larga escala, bem como a apropriação de bens naturais para satisfazer o mercado internacional e obter rendimentos econômicos. Do outro lado, temos a agricultura camponesa fundamentada na produção de alimentos, baseada em relações familiares, culturais, com respeito e cuidado com a vida e a natureza. Um sistema de produção que busca preservar a saúde humana e do meio ambiente, a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo (CARDOSO, 2022).

Este antagonismo também perpassa e se manifesta no debate educacional. Vinculado à perspectiva da agricultura camponesa, a concepção de educação do campo, que possui suas bases históricas nos movimentos sociais do campo, organiza a escola desde os camponeses, a partir de um projeto contra hegemônico que busca a emancipação dos sujeitos. Já na concepção de educação rural, o modelo de educação não considera as especificidades, identidades e a cultura do campo. É uma educação submetida às necessidades do capital industrial,

do agronegócio, objetivando formar para executar, empreender e operar as tecnologias. Está voltada para o mercado agrícola e industrial e sua eficiência se dá através da gestão e comercialização.

A educação se institui a partir das políticas educacionais, o que nos leva a refletir sobre o papel do Estado. Esta análise está fundamentada nos estudos de Antônio Gramsci (1975, 2000), a partir do materialismo histórico, compreende a sociedade por meio da metáfora do edifício: infraestrutura e superestrutura. A infraestrutura é o conjunto das relações de produção, ou seja, as relações de classes estabelecidas na sociedade.

Base econômica da sociedade, onde, segundo os marxistas, ocorrem as relações de trabalho, marcadas pela exploração da força de trabalho no interior do processo de acumulação capitalista. Sobre esta estrutura econômica se organiza a superestrutura, que corresponde às formas de consciência social, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes etc (CARDOSO, 2022).

Na superestrutura se organizam os modos de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe. A ideologia está na superestrutura, assim como o Estado compreendido como sociedade política, incluindo aí a polícia, o exército, as leis, os tribunais e a burocracia. O conceito de hegemonia é essencial para compreender como se estabelece a relação entre o Estado e a sociedade civil. O conceito de hegemonia traz presente a função dos intelectuais e da cultura - o papel da escola e da mídia como instrumentos hegemônicos.

## 2.2 Projetos em disputa na educação dos povos do campo

A educação no meio rural, por muito tempo, foi tratada com descaso, pois se difundia a ideologia de que para o trabalho braçal não era necessário conhecimento historicamente sistematizado proporcionado nas escolas. De acordo com o Dicionário da Educação do Campo a educação rural é aquela oferecida à população agrícola, porém, “[...] na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas” (CALDART, 2012, p. 295), sem que haja uma preocupação de se adequar a escola rural às necessidades dos camponeses. Ainda sobre o que se ensina e se aprende, nesse modelo de escola o objetivo é “[...] oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples.” (CALDART, 2012, p. 295).

Historicamente, a educação rural, foi relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação da política educacional brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única – diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcada por construções culturais hegemônicas que considera o urbano como moderno e campo como atrasado. Segundo ARROYO; CALDART; MOLINA (2004, p. 56), “[...] a escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso e a garantia do direito à educação básica”. Também de acordo com LEITE (1999, p. 14),

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

A educação no meio rural foi utilizada para satisfazer o desenvolvimento econômico, não há necessidade educacional dos sujeitos. Priorizou o modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na industrialização nos centros urbanos em detrimento do rural. Também de acordo com Ribeiro,

Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas de formação para o trabalho neste setor, bem como pelas linguagens e costumes a ele ligados. Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas preocupações, seja porque sua natureza não é a de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não garante este ou aquele trabalho para quem estuda. (2012, p. 296).

Nas décadas de 1920 e 1945 ocorreram mudanças educacionais para as populações do campo, antes negligenciado, ganhou visibilidade e começou a ocorrer de debate em todo país, em defesa de um currículo diferenciado. Nesse período, ocorre à consolidação de uma corrente de pensamento denominada de *Ruralismo Pedagógico*, com o objetivo de propagar uma escolarização que integrasse o homem às condições regionais e o fixasse no campo. Os ruralistas buscavam manter o homem e a mulher no campo através da educação vinculada ao trabalho para dar fim à imigração de estrangeiros e conter o êxodo rural<sup>2</sup>. De acordo

<sup>2</sup> Êxodo rural é o termo pelo qual se designa o abandono do campo por seus habitantes que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos. Este fenômeno se deu em grandes proporções no Brasil nos séculos XIX e XX e foi sempre acompanhado pela miséria de milhões de retirantes e sua morte aos milhares, de fome, de sede e de doenças ligadas à subnutrição.



com Ribeiro,

Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (2012, p. 298).

Campos (2022) explica que o êxodo rural se apresentou de forma especial no Brasil e os trabalhos disponíveis eram a atividade que denota como subempregos, em péssimas condições laborais, em que homens, mulheres e crianças fugidos do interior se aglomeravam nas periferias da cidade

Foi uma proposta de educação direcionada para os trabalhadores rurais, sem visar o seu desenvolvimento do conjunto das necessidades econômicas e sociais. Segundo BEZERRA NETO (2003, p. 15),

Esse projeto de educação dos ruralistas procurou desenvolver, a ideologia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Para essa fixação os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia a dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

Tendo em vista as constantes mudanças introduzidas nos processos produtivos eram ofertados alguns cursos, e/ou toda a escola rural, ficava encarregada de capacitar estudantes, tornando-os mais produtivos para o trabalho que desempenhariam; assim, a escola era responsável por treinar, em vez de educar. Os programas de extensão rural e de capacitação para o trabalho se enquadram nesta proposta, embora não valorizem o trabalho agrícola (CALDART, 2012, p. 298). Atualmente, a educação rural incorporou nitidamente os interesses da classe dominante, e seu modelo agrário brasileiro hegemônico. Para Caldart,

[...] são importantes esforços específicos de pesquisa sobre a atuação de empresas ou corporações capitalistas junto a comunidades camponesas, através de projetos com secretarias de educação e a incidência direta nas escolas públicas, para verificar o andamento do que poderíamos identificar como práticas de uma “educação rural corporativa” (CALDART, 2014, p. 158).

A autora apresenta a hegemonia ideológica do agronegócio presente na educação. O avanço de uma educação rural corporativa, já é uma realidade. Para exemplificar, citamos brevemente duas ações desenvolvidas pelo agronegócio. Uma delas é a parceria firmada entre a ABAG<sup>3</sup> Ribeirão Preto no estado de São Paulo que desenvolve o Programa Educacional *Agronegócio na Escola* e realiza parcerias com as Secretarias Municipais de Ensino, da região de Ribeirão Preto.

O Programa da ABAG existe desde o ano de 2001 e há 18 anos trabalha temas relativos ao agronegócio com professores, coordenadores e estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Possui capacitação dos professores e coordenadores através de palestras e visitas a empresas agroindustriais da região.

Após a capacitação, os professores desenvolvem o tema de forma interdisciplinar com seus estudantes, ao longo do ano letivo. Seu objetivo é apresentar conceitos fundamentais do agronegócio aos estudantes, por meio de visitas às empresas associadas, demonstrar a importância do setor para a economia e valorizar as atividades agroindustriais locais.

De acordo com Schwendler, “[...] na medida em que a Educação do Campo se institucionaliza, ela é disputada, invadida por uma concepção de Educação Rural, a partir das novas demandas do capital” (2017, p. 69). Sendo assim, instituições de ensino, vinculadas ao agronegócio tem investido em programas educacionais para difundir e fortalecer sua ideologia. Por meio destes programas o agronegócio impõe sua hegemonia na escola pública, seduz seus intelectuais e estes assumem seu projeto, ao ponto dos interesses privados interferirem no projeto político pedagógico e curricular das escolas. Materializa-se também desta forma a interferência da classe dominante no sistema público educacional.

Para Gramsci, “[...] uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 206). A escola é um eficiente aparelho ideológico em constante disputa, onde os intelectuais desenvolvem sua ideologia. A fim de consolidar sua ideologia, o agronegócio vem adentrando neste espaço e assertivamente vem utilizando este lugar para formar crianças e jovens, em especial os filhos dos trabalhadores que estudam nas instituições públicas. Situação que demonstra que o currículo das escolas está sendo disputado pelo agronegócio. Para Saviani (2000) a construção do currículo escolar é um espaço de disputa política, que exprime a correlação de forças que estão presentes no ambiente escolar. Arroyo (2011)

3 Associação Brasileira do Agronegócio. <http://www.abag.com.br/institucional/historiamissaovisao>.





também compreende que o currículo não é apenas um território de disputas teóricas. A escola é disputada, os professores também são disputados, assim como suas consciências, que expressam a prática docente.

Nesta disputa, do outro lado, representando um projeto contra hegemônico, estão os Movimentos Sociais do Campo, que articulam escola e sociedade para pensar em um projeto educativo onde a instituição escolar seja um local de apropriação de saberes científicos, bem como, de emancipação humana. Para tal, os saberes formais devem estar articulados com a realidade do sujeito, sua história, cultura, trabalho e necessidades, com os saberes da prática social camponesa.

A expressão “Educação do Campo” surge na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que aconteceu em Luziânia, Goiás, em 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir do Seminário Nacional realizado em Brasília em 2002 e legitimado a partir das discussões que aconteceram em torno do tema, na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo e no Fórum Nacional de Educação do Campo (CALDART, 2012). Ela nasce com o desafio de:

[...] pensá-la em sua especificidade constitutiva, mas buscando compor a universalidade historicamente possível em cada período, para construção do projeto de sociedade da classe trabalhadora. E sempre considerando a particularidade da formação social brasileira na análise e na configuração das lutas necessárias a esta construção. (CALDART, 2017, p.1).

Algumas características da Educação do Campo foram expostas no Dicionário da Educação do Campo por Roseli Caldart. De acordo com a autora, o movimento de educação do campo luta pelo acesso à educação que deve ser dos camponeses, pensada por eles, a partir de sua realidade específica buscando a totalidade, contra a tutela política e pedagógica do Estado. E nesse âmbito, os educadores ocupam uma posição importante de formuladores pedagógicos e de agentes transformadores da escola. “Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela” (2012, p. 263), porque as lutas e reflexões pedagógicas são um desafio para a apropriação e produção do conhecimento; itens indispensáveis na formação dos trabalhadores que perpassa os muros da escola. Ainda de acordo com CALDART (2017, p. 3),

A Educação do Campo vem se construindo como uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação e como cooperação entre diferentes práticas educativas que se desenvolvem desde os interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, dos camponeses ou das famílias e comunidades vinculadas ao trabalho de base camponesa. Do ponto de vista da concepção de educação, integramos uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho, o que nos aproxima de uma tradição pedagógica de perspectiva socialista, justamente pelo acúmulo desta tradição no pensar o vínculo entre educação e trabalho numa perspectiva emancipatória.

O termo educação do campo é recente no cenário educacional brasileiro. Sua origem está nos movimentos sociais, elaborado na ação e reflexão, nas contradições, na luta de classe entre camponeses sem-terra e a estrutura fundiária brasileira. Sendo assim, a educação do Campo não nasceu como teoria educacional, sob a tutela de algum intelectual renomado. Foi e é convicção e prática lapidada pela ousadia e coragem dos trabalhadores. Sua perspectiva embrionária é emancipatória, vinculada a um projeto histórico de transformação social.

A educação do campo combina com a luta pela terra, pelo direito ao trabalho, à cultura, alimentação, a saúde, entre outros. Reconhece e valoriza a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos em todas as dimensões, reafirmando as identidades desses sujeitos, buscando superar as contradições impostas pelas relações capitalistas.

A educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. Compreende a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Reconhece a importância da agricultura familiar (CARDOSO, 2022).

De acordo com Seganfredo (2014), a Educação do Campo contrapõe-se a educação rural, porque valoriza a identidade dos povos do campo. É pensada a partir de dimensões formativas, dentre elas o trabalho e a cultura; o trabalho enquanto prática social, gerador de conhecimento e cultura, bem como, “[...] contesta e discute a prática pedagógica, a metodologia, o material didático, a avaliação e o currículo da educação rural” (2014, p. 80). A educação do campo, tendo como horizonte a libertação da classe trabalhadora, busca compreender a complexidade da luta pela emancipação humana e pela transformação das relações sociais constitutivas do capitalismo. É mais do que educação escolar, é uma prática social, que se faz no dia a dia. De acordo com Molina (2010 p. 140):

A Educação do Campo não é somente um projeto educativo, uma modalidade de ensino; ela é uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais não só do campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam.

A Educação do campo se constituiu na luta por escola, mas não se deixou prender pelas paredes da escola. É sinônimo de resistência, contém em sua gênese o germe da relação e da inter-relação capaz de dialogar com diversas realidades, contendo em si a perspectiva da mudança, aliada ao processo contínuo de conscientização e construção coletiva. De acordo com o movimento “Por uma educação do campo”, a uma escola do campo é:

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 53).

É mais do que educação escolar, é uma prática social, que se faz no dia a dia, enfrentando suas contradições. A escola do campo guia-se por um Projeto Político Pedagógico que aponta uma educação de caráter emancipatório, humanizador, capaz de fazer uma leitura de elementos do contexto local, produzindo conhecimento a partir da problematização, ressignificação da cultura do campo na perspectiva da não subordinação, da não discriminação e da superação da fragmentação e transmissão bancária do conhecimento.

A organização de uma escola que atenda aos princípios da educação do campo perpassa várias esferas. Além da sua organização, professores, alunos, comunidade, é preciso que o Estado assuma essa concepção e dê condições para que seja posta em prática. A escola do campo tem como pressuposto superar a fragmentação do conhecimento, promover uma educação emancipatória que rompa com a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, valorizando e dialogando com a cultura.

Para Iasi (2007, p. 69), “[...] a emancipação humana exige que os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana”, que será alcançada com a superação das desigualdades sociais, proporcionando igualdade de direitos para todos, dentre eles, o direito a educação.

A originalidade da educação do campo e de sua proposta de escola do campo está na prática pedagógica que combina conhecimento e realidades integradas às relações sociais e demais processos educativos que perpassam a sociedade e suas contradições, com destaque especial a valorização da cultura camponesa, a fim de construir as bases de outra sociedade, uma que contraste com a sociedade capitalista. Para Caldart:

A escola é um direito de todas as pessoas. Ela tem um papel educativo específico no mundo moderno, a ponto de que quem não passa por ela fica hoje efetivamente em condição social desigual. Mas reconhecer isso não é/não precisa ser o mesmo que absolutizar a educação escolar, como se apenas ela “contasse” na vida das pessoas e, pior, considerar a escola como referência única para pensar todos os processos formativos. Isso é um reducionismo enganoso do que de fato é a realidade da própria sociedade capitalista atual. Reduccionismo que é agravado pela difusão de uma visão igualmente simplificadora de escola, como se o processo educativo escolar fosse igual à dimensão da instrução ou do ensino. O projeto educacional que ajuda a dar sustentação à forma de sociedade que temos nunca foi somente escolar. (2008, p. 80).

Neste sentido, pode-se afirmar que nem toda escola existente no perímetro rural é do campo. Uma escola no e do campo possui algumas características: É construída desde a perspectiva dos movimentos sociais do campo, seus propulsores e, portanto, se insere na luta e construção de um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro a partir da agricultura camponesa. Dentre seus desafios, este projeto busca superar as desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e cognitivas existentes na sociedade brasileira. A escola do campo possui uma identidade própria e singular. Dialoga com a família, a comunidade e os movimentos sociais. Articula saberes presentes no cotidiano dos estudantes, da cultura e do currículo oficial. A essa compreensão da Educação, soma-se a compreensão de que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES OPERACIONAIS, Art. 2º, parágrafo único).

7

Os processos educativos desenvolvidos nas escolas do campo são resultados de escolhas políticas. Não existe neutralidade educativa, sobretudo na educação escolar. Os sujeitos envolvidos possuem concepções e projetos de vida e de sociedade. Sendo assim, as escolas do campo fazem sua opção desenvolvendo processos educativos onde a educação contribua para os processos de transformação da sociedade.

A fim de garantir a educação do campo foi necessário pleitear políticas públicas para efetivar sua proposta educacional nas suas diversas dimensões formativas. Foi preciso requerer um conjunto de legislação a qual foi estabelecida por meio de normas, portarias e resoluções para assegurar a legalidade da educação campo.

## 2.6 Ruralidade – pedagogias culturais rurais

O campo e a cidade sempre foram vistos como dois locais geograficamente distintos, sendo o campo considerado, popularmente, como aquele local pacato, onde são realizadas atividades rurais, e localizados nos interiores dos estados. Já a cidade, representada pela capital do estado, sempre foi vista como o espaço de urbanização, um centro comercial.

Marques (2002), em relação à interpretação das relações entre o campo e a cidade, considera duas correntes, sendo a primeira a visão dualista e dicotômica, que opõe o espaço rural do espaço urbano, sendo o campo, refletor do atraso, enquanto que a cidade reflete o progresso. A segunda corrente mencionada pelo autor é a *continuum rural-urbano*, esta que se baseia na ideia de que o avanço do processo de urbanização representa mudanças significativas para toda a sociedade, atingindo também o espaço rural, fazendo com que esse espaço se aproxime do espaço urbano.

Essa última corrente, *continuum rural-urbano*, é a que melhor se adapta aos dias de hoje, haja vista que traz uma proximidade do campo e da cidade, reforçando a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural (Wanderley, 2000).

Ressalta-se que na própria corrente do *continuum rural-urbano*, segundo Wanderley (2000), existem mais duas interpretações, a urbano-centrada onde ocorre uma hegemonização espacial e social que apontam para o fim da realidade rural.

E outra, que considera o *continuum rural-urbano* com a aproximação entre o campo e a cidade, havendo semelhanças entre eles, as peculiaridades de cada uma não são excluídas, portanto, não há possibilidade de fim do espaço rural.

Para analisar a relação entre o campo e a cidade, Marques (2002) menciona a teoria de Lefebvre, um geógrafo francês, que considera esses dois espaços como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. Para este geógrafo, o espaço rural encontra-se cada vez mais envolvido pelo tecido urbano. Rua (2005, p. 50) elucida que:

[...] o tecido urbano não designa de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

Como se pode perceber há uma ampliação do espaço urbano ao se utilizar o termo tecido urbano, os autores incluem as vias de circulação, torres de transmissão, redes de energia, enfim, objetos técnicos que estejam presentes no espaço rural, mas que na verdade tenham características urbanas.

Santos (1996) enfatiza a modernização da agricultura, considerando-a como um fator que aproxima o campo e a cidade. O autor elucida que:

Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes [...] a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima (Santos, 1996 p. 227).

Nesse contexto, a cidade passa a ter um importante papel na produção agrícola em decorrência da modernização, do surgimento de novas tecnologias disponibilizadas para a produção, o armazenamento, o acondicionamento e para a circulação do que é cultivado no campo.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. (Santos, 1996, p. 242).

Salienta-se, que as peculiaridades existentes entre os atores sociais do espaço rural e do espaço urbano necessitam serem constatados de forma empírica, visto que a população rural vem apresentando relações sociais com a cidade e com a ideologia urbana. Alentejano (2003) elucida que se faz de grande importância a desmistificação de que o espaço rural é sinônimo de espaço atrasado e de que urbano se trata do espaço em progresso, do espaço moderno, já que o domínio da técnica e da artificialidade não é de exclusividade do espaço urbano.

Mattei (2008) destaca que a emergência de novas tecnologias e o uso intensivo de capital na agricultura fez com que os agricultores ficassem dependentes de fatores não-agrícolas, como máquinas, equipamentos, e insumos químicos, sem mencionar os complexos agroindustriais que foram integrados, reduzindo de forma progressiva o seu papel nas áreas rurais.

Mattei (2008) ainda chama a atenção do leitor para o fato de ter ocorrido uma elevação da produtividade do trabalho aliada ao crescimento da produção global de alimentos, bem como, à diminuição das populações que ocupavam as zonas rurais. Segundo o autor, foi daí que desenrolou uma série de rupturas no modelo clássico de desenvolvimento agrário, que rebateram sobre o sistema de produção familiar com uma maior intensidade, obrigando a buscar novas formas de reprodução.

Adentrando-se mais no assunto aqui tratado, o tópico a seguir faz um estudo acerca do mundo rural e da ruralidade, destacando essa busca por novas formas de reprodução.

O mundo rural sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseavam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos (Martins, 1975).

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverizações, entre outras.

Enquanto isso, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos devido à proximidade da matéria prima e obtenção de mão de obra não sindicalizada e mais barata. Além disso, também passou a ser procurado como forma de lazer e de moradia das famílias urbanas de classe média e alta.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade, reduzindo a distância física e social entre as populações. Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluições urbanas. (Wanderley, 2000).

O fato é que essa modernização e as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão (Santos, 2000, p. 24).

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (Santos, 2000).

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

A ruralidade pode ser colocada então, como um processo rural ambivalente que envolve a construção de ruralidades no mundo urbano, havendo uma separação entre o imaginário e a realidade, como por exemplo, a festa junina no Brasil se trata de uma imagem urbana do rural, ou seja, uma ruralidade (De Paula, 2001).

Discorrendo sobre o conceito de ruralidades, os autores Candiotto e Corrêa (2008) mencionam que o termo é apontado por duas correntes, sendo que a primeira vê a ruralidade como um processo de valorização do meio rural, sendo a mesma disseminada pelas instituições globais por meio de financiamentos e políticas públicas. Segundo os autores, está embutido nesse interesse das instituições a ampliação das relações capitalistas por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural.

Candiotto e Corrêa (2008, p. 232) afirmam que:

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural.

Já a segunda corrente que conceitua ruralidade, prefere tratar a mesma como uma realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena, ou seja, internamente. Para demonstrar o conceito de ruralidade dessa segunda corrente, Candiotto e Corrêa (2008, p. 233) citam Moreira (2005) afirmando que “as ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais”.

Desta forma entra em questão a identidade onde o rural e o urbano pode está inserida no mesmo ator social produzindo elementos urbanos no meio rural e ampliando o projeto de modernização (Moreira, 2002).

Vale ressaltar que a ruralidade ocorre também com a população urbana, que é atraída pela mídia para o campo, vendo esse espaço como sinônimo de natureza e qualidade de vida, assim, Lima (2005) ressalta que



existem elementos da ruralidade no urbano e da urbanidade no meio rural.

Em relação a esse assunto, o autor Biazzo (2007, p. 19) elucida que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Diante do exposto, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e, sim expressa as relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente.

Neste sentido, cita-se a pedagogia cultural permite o entendimento de como o âmbito rural pode ser articulado com outras formas de trabalho para que se possa aprender a conviver com a natureza a partir de atividades rotineiras desse espaço.

A ruralidade atrelada a pedagogia pode, por exemplo, ensinar como se obter uma melhor qualidade de vida livre de agrotóxicos (Wandscheer; Teixeira, 2010). Nas palavras de Amaral (2000, p. 170):

Os educadores nos falam da possibilidade de reconstrução das relações entre cultura/natureza através da educação ambiental, e os empresários nos vendem imagens de natureza (publicidade), pacotes de natureza (turismo), (...) todas essas diferentes instâncias de produção cultural também acabam por reorganizar, redirecionar, ressignificar e restringir as possibilidades de fertilização cruzada entre os assim construídos, mundo da cultura e o mundo da natureza.

Estabelece-se, portanto, uma ética ecológica propondo o princípio do destino universal dos bens da criação e promoção dos bens indispensáveis à vida, prende-se como a comunidade rural convive com a natureza sem danificá-la.

Nas palavras de Luchiari (2000, p. 87): “o rural contemporâneo é resultado de um feixe de relações que soma as particularidades locais às demandas globais que o atravessam”. Teixeira (2005) menciona que a natureza é a maior ferramenta de aprendizagem, na qual guias e comunidade como um todo funcionam como tradutoras desse “outro mundo”.

Complementa Wandscheer e Teixeira (2010) que o espaço rural passa a ter uma ressignificação, deixando de ser visto como um ambiente atrasado para ser entendido como um espaço privilegiado em contato com a natureza, na qual se pode comer alimentos naturais, explorar trilhas e escalar rochas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB/96 foi um avanço com relação à educação do campo, pois delineou as principais ideias que norteiam essa proposta educação educacional.

No entanto, para que ocorressem outros avanços, foi necessária a articulação entre comunidade e movimentos sociais. Destacou se neste pleito o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), com demais Movimentos Sociais do Campo e entidades, as quais fortaleceram e fortalecem a organização das comunidades para lutar pela efetividade do direito dando vida e voz para a educação do campo.

Em âmbito nacional, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002), visando à garantia da universalização da educação básica e educação profissional em nível técnico à população rural (BRASIL, Parecer nº 36/2001, Artigo 3º).

Embora muitas escolas tenham se assumido como escolas do campo, não se pode afirmar, entretanto, que as escolas assumiram a sua identidade e os seus princípios.

Assim, conclui-se que a educação rural possui suas bases nos movimentos sociais, que as conquistas, especialmente em relação a legislação, são fruto da luta permanente dos movimentos sociais organizados, os quais coletivamente buscam superar as desigualdades impostas aos campesinatos ao longo da história brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, R. (2003). *As relações cidade-campo no Brasil do século XXI*. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez.

AMARAL, Marise Basso. *Natureza e Representação na Pedagogia da Publicidade*. In: COSTA, Marisa Voraber (org). *Estudos culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.



ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n], 2003.

BIAZZO, Pedro Paulo. (2007). Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma.

BRASIL (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p.32.

CALDART, Roseli Salete. **Reforma agrária popular e pesquisa**. In: ALENTEJANO, P. R. R; CALDART, R. S. (orgs). **MST: universidade e pesquisa**. SP: Expressão Popular, 2014.

CALDART, Roseli Salete. **A Educação do Campo e a construção da Pedagogia Socialista**. Seminário Construção histórica da Pedagogia Socialista: Legado da Revolução Russa de 1917 e os desafios atuais. São Paulo, Guararema, julho, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro: v.7, n.1, p. 35-64, mar/jun 2009.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA, 2008. (Série Por uma Educação do Campo, n.7).

CAMPOS, Selma Aparecida Araújo. A infância na escravidão. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022. DOI: 10.51473/rmos.v2i2.340

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; Correa, Walquíria Kruger. (2008). **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo**. In: *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: mar. 2023.

CARDOSO, Aparecida Mendes. Agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **Nenhuma escola fechada! Os impactos da nucleação escolar no embate entre educação rural e educação do campo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. – 2013.

DE PAULA, Silvana. (2001). Quando o campo se torna uma experiência urbana. **Estudos Sociedade Agricultura**, n. 17, out.

DOMINGUES, Tais De Moraes Affonso. Barreiras e desafios enfrentados pelos professores na implementação do método de ensino a distância nas escolas rurais do município de Pelotas/RS. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022. DOI: 10.51473/rmos.v2i2.45

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **As relações sociais na Escola e a Formação do trabalhador**. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Site: Reforma Agrária em dados. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF>. Acesso em mar. 2023.



FERNANDES, Bernardo Maçano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** In: FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Educação do Campo e pesquisa: questões para a reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete. “**Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório**”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Saete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere.** Torino: NuovaUniversaleEinaudi, 1975, p.763-764.

**GRAMSCI, Antonio. O Leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEITE, S. C. **Escola Rural:** Urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, E. N. **Novas ruralidades, novas identidades.** Onde? (2005). In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, p. 41-65.

MARQUES, Inez Medeiros. (2002). *O conceito de espaço rural.* Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95 a 112.

MARRAFON, Andrea Margarete de Almeida. **O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP).** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

MARTINS, José Souza. (1975). **Capitalismo e Tradicionalismo.** *Estudos Sobre As contradições da Sociedade Agrária no Brasil.* São Paulo: Pioneira.

MATTEI, Lauro. (2008). Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: evolução histórica dos debates sobre o tema. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 39, nº 3, jul-set.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOREIRA, Roberto José. (2002). **Ruralidades e globalizações:** ensaiando uma interpretação, Cadernos CPDA – Ruralidades. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 38p.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural.** In: CALDART, Roseli S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012, p. 295 -301.

RUA, J. (2005). A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66.

SANTOS, Milton. (2000). **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal.

SANTOS, M. (1996). **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SCHWENDLER, S.F. **Políticas Públicas de Educação do campo na Atualidade:** avanços e contradições. Sapelli, Marlene Siebert e Silva, Jefferson Olivatto. (Org.). Uma Face da Hidra Capitalista: Críticas às políticas Educacionais para a classe trabalhadora. 1 Ed., Curitiba, Editora Prismas, 2017, p. 69-99.

SEGANFREDO, Katia Aparecida. **Comitê estadual da educação do campo: a materialização da luta política no âmbito da educação do campo do Paraná.** Tese de Doutorado – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.

# Floresta amazônica, povos e biodiversidade: a realidade da comunidade Ribeirinha

## *Amazon rainforest, people and biodiversity: the reality of the riverside community*

Elizarégia Reis de Castro

Submetido em: 05/03/2023

Aprovado em: 06/03/2023

Publicado em: 20/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.499

### RESUMO

Esse estudo tem como objetivo verificar a realidade da comunidade ribeirinha na floresta amazônica, bem como caracterizar a produção científica sobre as populações das águas em território brasileiro; Caracterizar o perfil das famílias residentes na comunidade tradicional ribeirinha. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica e dados de documentos públicos. Concluiu-se que a dificuldade de acessibilidade da população ribeirinha tem como principais variáveis que influenciam nessa questão, a geografia do local, geralmente por localizações distantes dos centros urbanos ou de difícil acesso à comunidade muitas vezes só é possível pelo rio.

**Palavras-chave:** Floresta amazônica, biodiversidade, Ribeirinhos.

### ABSTRACT

This study aims to verify the reality of the riverside community in the Amazon rainforest, as well as to characterize the scientific production on the populations of the waters in Brazilian territory; Characterize the profile of families residing in the traditional riverside community. As a methodology, bibliographical research and data from public documents were used. It was concluded that the difficulty of accessibility for the riverside population has as main variables that influence this issue, the geography of the place, usually due to locations far from urban centers or difficult access to the community, which is often only possible by the river.

**Keywords:** Amazon rainforest, biodiversity, Ribeirinhos.

## 1 INTRODUÇÃO

São poucas as investigações científicas na região da Amazônia (AM) e as existentes ainda estão em fases iniciais. Tais desafios estão relacionados ao fato de que a Amazônia, ao contrário de outras regiões brasileiras e sul-americanas, representa uma miscigenação étnica que envolve pelo menos 184 povos indígenas, comunidades tradicionais ribeirinhas, que ainda vivem na beira dos rios e igarapés, com acesso difícil e restrito, além da população urbana que está fortemente concentrada em Manaus (considerada uma cidade-estado) (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018).

Outro aspecto que chama a atenção em populações longevas da Amazônia são os hábitos alimentares, investigações prévias já realizadas em ribeirinhos que vivem no interior da selva amazônica sugeriram que a alimentação baseada no consumo do pó da semente de guaraná, poderia ter impacto benéfico na saúde dos mesmos diminuindo a prevalência de riscos a doenças cardiovasculares, como a síndrome metabólica (Ferreira MJ, Rigotto RM, 2014).

Ainda, outro estudo realizado sugere que os ribeirinhos que consomem habitualmente guaraná teriam uma melhor qualidade visual, quando comparado com os que pouco consumiam ou não consumiam guaraná (RUIZ, et al, 2016).

Deste modo, essa pesquisa traz em seu bojo, uma reflexão sobre território, memória, identidade cultural e habitação dessas populações tradicionais da Amazônia brasileira, para entender as configurações dessas categorias para emancipação social desses povos.

1 Estudos sobre essa temática pode favorecer uma maior visibilidade da realidade dessas populações, bem como suas necessidades, anseios, de modo a demonstrar caminhos possíveis para uma emancipação democrática e participativa.

A finalidade deste estudo, além de trazer informações importantes sobre o assunto abordado, traz, de um modo geral e de forma mais explícita uma aproximação com a realidade atual da sociedade.

A vantagem de um estudo como esse não é apenas a informação apresentada nele, mas toda a metodologia usada para desenvolver essas informações, o conhecimento acerca do assunto que é repassado a quem o lê.

Aqui, estão filtradas informações importantes de diversas fontes de pesquisa, focadas na melhor forma de repassar o conhecimento adquirido sobre o assunto ao longo desses anos de estudo.

Assim, o tema gerador desta pesquisa foi escolhido visando à necessidade de aprofundar conhecimentos a respeito da realidade das populações ribeirinhas existentes na floresta amazônica brasileira, proporcionando material de estudo para profissionais e estudantes.

Assim, tem-se como objetivo analisar a realidade da comunidade ribeirinha na floresta amazônica. Como objetivos específicos: Caracterizar a produção científica sobre as populações das águas em território brasileiro; Caracterizar o perfil das famílias residentes na comunidade tradicional ribeirinha.

Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica e dados de documentos públicos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 A Região da Amazônia

A transição demográfica vem ocorrendo em larga escala no Brasil. O fenômeno é dependente de fatores macroambientais, socioeconômicos e étnico culturais, guardando uma heterogeneidade e especificidade muito grande especialmente no Brasil por ser um país tão extenso (Borja, 2014).

Seguindo esse padrão de mudança demográfica, as populações da região amazônica, tomando-se como referência o Estado do Amazonas, estão experimentando um forte declínio nos níveis de fecundidade e mortalidade e, por consequência, um aumento da expectativa de vida ao nascer. Em 2015 o Brasil apresentava uma esperança de vida ao nascer de 75,5 anos, no estado do Amazonas este índice esteve mais baixo: 71,7 anos (CARVALHO, et al, 2014).

A Amazônia compreende a região da Bacia do rio Amazônia, a mais vasta do planeta, constituindo 25.000km de rio navegável, em cerca de 6,9 milhões km<sup>2</sup> com 3,8 milhões de km<sup>2</sup> em território Brasileiro. A Amazônia brasileira cobre 59% do território do país em nove estados, incluindo 772 municípios (VAZ, et al, 2018).

Segundo o censo de 2010, a população total nesta região era aproximadamente 24,5 milhões, sendo que 72,2% dos habitantes vivem em áreas urbanas. Essa região tem uma baixa densidade demográfica (4,86 pessoas/km<sup>2</sup>) em comparação com a densidade nacional (22,4 pessoas/km<sup>2</sup>) (VAZ, et al, 2018).

Um intenso processo urbanização está ocorrendo na região, mas essa tendência contrasta com o estilo de vida rural das populações tradicionais (grupos indígenas, habitantes do rio, seringueiros) (VAZ, et al, 2018).

Além dos nativos indígenas, a região atualmente é habitada por ribeirinhos conhecidos popularmente como caboclos Amazônicos. Os caboclos são um povo mestiço de língua portuguesa que se considera um grupo “quase étnico” são reconhecidos como parte da história da Amazônia. Localmente, os caboclos/povos tradicionais são referidos como ribeirinhos (Borja, 2014).

As populações amazônicas possuem as características demográficas diferenciais em relação a outras partes do Brasil: (1) baixa densidade demográfica regional, segundo o IBGE existe cerca de 22 milhões de habitantes distribuídos em três milhões e meio de Km<sup>2</sup> (2) alto índice de crescimento por migração observado fortemente nas três últimas décadas; (3) alta concentração urbana na capital do estado e região metropolitana; (4) uma estimativa de seis milhões de indivíduos que compõem os chamados povos tradicionais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018).

### 2.2 A invisibilidade das Populações do Campo, da Floresta e das Águas como um problema de raízes históricas

A população amazônica é constituída de povos negros, indígenas e brancos, considerados caboclo amazônica em virtude na miscigenação de raças. A população ribeirinha é composta por trabalhadores que vivem do extrativismo, pesca e do artesanato, sendo o rio o elemento central da sua vida econômica, cultural e social.

No Baixo Amazonas, a denominação de ribeirinhos é relativa, uma vez que algumas comunidades se identificam como varzeiros, mesmo que desempenhe atividades ao longo do rio Amazonas, o que os caracteriza como um grupo social de ribeirinhos (CANTOS, 2007).

Pode-se considerar o rio como uma extensão das casas dos ribeirinhos, já que ocorre uma interação econômica e cultural com o meio, fazendo-se importante preservar e reconhecer sua identidade, entendendo os padrões de comportamento social do ponto de vista físico, ambiental e ecológico.

De modo a melhorar o acesso para as populações ribeirinhas, políticas públicas foram instituídas, como





o Programa Mais Médicos, da Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013, que é considerada uma estratégia de fortalecimento da atenção básica no Brasil. Esses médicos vieram de Cuba por meio desse programa e atenderam em locais de alta vulnerabilidade social, destacando-se os quilombolas e ribeirinhos (SILVA et al., 2017).

Contudo em 2019, o Programa Mais Médicos deixou de existir e a situação de desigualdade no acesso à saúde em áreas mais remotas voltou a ser destaque. Para serem atendidos, a população das águas e das florestas precisam percorrer uma média de 80 quilômetros para obter atenção básica e se precisarem de atendimento emergencial, a distância pode ultrapassar a marca de 400 quilômetros. Com a carência de recursos para tratamento técnico-científico de saúde, o uso de remédios caseiros a base de ervas medicinais para sanar problemas de saúde ainda persistem (FRANCO, et al, 2015). Esse fato evidencia a invisibilidade da população ribeirinha e demonstra a necessidade de maior atenção a essas populações (AGÊNCIA EFE, 2018).

A questão da posse de terra é uma relação que impacta a população ribeirinha, mas também intervém no preço dos alimentos nas cidades, uma vez que ao modificar o trabalho no campo, ocorre alterações no sistema produtivo dos agricultores. Além disso, as condições de serviços dessas populações, impõem a buscarem atendimento de seus direitos nas cidades.

Importa destacar que acessibilidade de políticas de educação, saúde e direitos já atinge os piores índices nas áreas de invisibilidade, demonstrando o desapareço e invisibilidade pelo Estado (CAMPOS, 2013).

É, portanto, fundamental instituir políticas públicas que forneçam qualificação de mão de obra, assistência, boa infraestrutura, educação, saúde e habitação, pois é diante de situações de sobrevivência que as populações acabam migrando para as cidades em busca de oportunidades (SILVA, 2011).

Contudo, sem escolaridade e baixo poder aquisitivo, esses trabalhadores se tornam alvo fácil para exaustivas jornadas de trabalho e exploração de mão de obra (SANTANA et al., 2016).

O modo de vida dessa população não se insere no âmbito capitalista e não participam do mercado de trabalho convencional, mas os ribeirinhos no território amazônico são capazes de se sustentarem do extrativismo e da pesca, devendo a questão ambiental ser pensada evitando assoreamento de rios e perda de árvores importantes para essas populações.

Por território, entende-se não apenas como espaço geográfico, mas como um ambiente de memória, sendo o lugar em que os ribeirinhos desenvolvem seus costumes e a cultura como um artefato social engloba significados do modo de morar e trabalhar (BARTH, 2000).

A luta por território é o meio de os ribeirinhos garantirem o uso de suas terras e recursos, bem como praticar sua cultura e fé, orientados pela relação com o passado e expectativas para o futuro (BARTH, 2000).

Além disso, essa população não vive isolada somente pela posição geográfica, mas também culturalmente, em que o próprio rio se torna uma barreira de acesso e ao mesmo tempo um campo de oportunidades.

Com relação às habitações dos ribeirinhos, há um predomínio de casas feitas de madeira, palha ou barro, com no máximo três compartimentos e ausência de serviços de energia elétrica e de conforto. As paredes em geral são decoradas com fotografias de familiares e imagens de santos.

Apesar dos avanços na construção de condições habitacionais no Brasil, este ainda se apresenta como um problema social e econômico não superado, com grande impacto na organização urbana, seja pela necessidade de infraestrutura, seja pelas pressões de regularização fundiária e de preservação ambiental, decorrentes das formas alternativas de sobrevivência e de habitação, realizadas pela população de baixa renda para a produção da moradia.

O curso da política habitacional brasileira é marcada por muitos anos de desafios, para o acesso de moradia em condições dignas, destacando-se a comunidade rural e as comprovações científicas sobre os fatores arrolados à habitação como determinantes de saúde (COHEN et al., 2012).

Conceituando ruralidades, Candiotto e Corrêa (2018) explicam que há duas correntes, a primeira entende a ruralidade como um processo de valorização do meio rural, sendo a mesma disseminada pelas instituições globais por meio de financiamentos e políticas públicas. Já uma segunda corrente a conceitua como uma realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena.

Em relação a esse assunto, o autor Biazzo (2009, p. 19) elucida que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Deste modo, entende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e, sim expressa as



relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente (CARDOSO, 2022).

Considera-se o termo população rural, por englobar a população do campo, floresta e das águas, demonstrando sua pluralidade e diversidade (PESSOA; ALMEIDA; CARNEIRO, 2018).

A existência dos serviços públicos adjacente da população é pré-requisito para viver com qualidade de vida, sendo possível trabalhar em articulação entre redes, por meio de parceiras, como meio de promover o acesso à cidadania, para que as necessidades básicas sejam supridas em destaque para a igualdade e universalização de direitos humanos (CARVALHO; RODRIGUES, 2016).

Quanto aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), em 2012, o déficit em abastecimento de água no país é maior em pequenos municípios e zonas rurais, destacando a importância do saneamento básico para a saúde pública, devendo o Estado adotar políticas públicas para que a qualidade ambiental seja mais ponderável.

Sobre o saneamento, Borja (2014) menciona que as políticas públicas ainda estão longe de garantir o direito ao saneamento básico no país, enfrentando desafios de diferentes dimensões, destacando-se a político-ideológica, a de financiamento, a da matriz tecnológica, e de controle social, dentre outras.

Neste sentido, os ribeirinhos enfrentam além dos riscos das suas atividades profissionais, a problemática ambiental relacionada à poluição química das indústrias e à falta de saneamento básico, devendo-se acrescentar a dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Dificuldades no acesso à educação, ao saneamento básico e aos serviços de saúde marcam especialmente as desigualdades geográficas e sociais entre grupos minoritários, denotando o que precisa ser melhorado acerca da prestação de serviços de saúde à população, principalmente em questão do acesso aos serviços de saúde, sobretudo quando se relaciona com a população rural.

Garnelo et al (2018) analisaram a extensão da cobertura que encobre barreiras de acesso geográfico para equipes de saúde da família, sendo encontrados dificuldades no acolhimento à demanda espontânea, agendamento de consulta e disponibilidade de transporte para o atendimento também foram reportadas.

A problemática da distância das populações ribeirinhas se caracteriza pelo baixo nível econômico e acesso limitado às cidades, e as limitações geográficas, são consideradas barreiras ao acesso de serviços de saúde e qualidade de vida (GAMA, et al, 2018).

A dificuldade de acesso é comentada por Barroso, Melo e Guimarães (2014), evidenciando que quanto maior o nível de complexidade, maior a dificuldade de acesso para os moradores de populações rurais.

A complexidade cultural e geográfica da região amazônica traz dificuldades ainda para o acesso à educação, incluindo número insuficiente de escolas e falta de professores para disciplinas específicas (ARAÚJO; SILVA, 2015).

Com famílias numerosas, os filhos acabam também por usar a força do trabalho para ajudar na economia familiar, e dificilmente conseguem chegar ao ensino superior, incluindo a falta de transporte eficiente e escolas nas proximidades (CARDOSO, 2022).

Carvalho et al (2014) verificaram em seus estudos que o trabalho inicia muitas vezes na infância sendo considerado pelas populações ribeirinhas como uma questão normal e necessária para complementar a renda e transmitir a profissão para as novas gerações.

Em épocas de enchentes, a situação se agrava, pois algumas áreas povoadas ficam alagadas e a locomoção dos moradores se torna ainda mais difícil, precisando caminhar por muitos quilômetros para chegar à escola.

Conforme Gonçalves et al (2021), as inundações geralmente ocorrem quando a precipitação é intensa e a quantidade de água que chega juntamente ao rio é maior que à sua capacidade de drenagem, resultando no transbordamento de suas águas as áreas ribeirinhas.

As principais variáveis naturais para a ocorrência de inundação são o relevo, a quantidade e intensidade das chuvas, cobertura vegetal, e capacidade de drenagem do solo. Já as principais condições artificiais decorrem do uso e manejo do solo, como obras hidráulicas, grau de impermeabilização do solo, desmatamento e reflorestamento (GOLDONI; VESTENA, 2006).

4

Para Franco et al. (2015) a invisibilidade da população da floresta e das águas se deve às raízes históricas do país, prevalecendo por muitos anos a concepção de um país dividido em população urbana e população do campo, esquecendo-se daqueles que viviam na floresta e nas margens dos rios.

Para Santos (2003) essa invisibilidade são meios de manter o poder colonial e as lutas dos povos tradicionais se adaptam na perspectiva da emancipação social. Os povos ribeirinhos buscam permanecer no território tradicional impondo-se à desumanização colonial que os condenou à condição de oprimidos.

Para Freire (2005), somente por meio da educação desses oprimidos, como sujeitos históricos sociais é possível terem condições de assumir suas vozes e suas memórias para assim, lutar por seus direitos.

Neste sentido, verifica-se que além da problemática histórica de invisibilidade, essas populações enfrentam também a carência de estudos que permitam desenvolver essa pesquisa de forma mais aprofundada.

## CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou a dificuldade de acesso aos serviços básicos da população ribeirinha tendo como situações que atuam nessa questão, a geografia do território e a distância ou difícil acesso às cidades já que a locomoção muitas vezes só é possível pelo rio.

Faz-se importante reportar a ausência de pesquisas sobre a realidade das populações ribeirinhas, podendo-se constatar que os artigos e obras selecionados para esta pesquisa são distintos quanto aos objetivos, o que dificulta uma discussão focada sobre o assunto, em especial quando se trata de comunidades ribeirinhas, tendo sua invisibilidade ampliada para além das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

Agência EFE. Saída de médicos cubanos expõe desigualdade na saúde do Brasil. **G1**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/09/saida-de-medicos-cubanos-expoe-desigualdade-na-saude-do-brasil.ghtml>

Barroso Sabrina Martins, Melo Ana Paula, Guimarães Mark Drew Crosland. Fatores associados à depressão: diferenças por sexo em moradores de comunidades quilombolas. *Rev. bras. epidemiol.* [Internet]. 2015, June [cited 2019 Oct 26]; 18(2): 503-514.

Barth, Frederick. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra C'P' Livraria, 2000.

Bonadiman BSR, Cadoná FC, Assmann CL, et al. Guarana (*Paullinia cupana*): Cytoprotective effects on age-related eye dysfunction. *Journal of Functional Foods*. 2017; v. 36 (2017): 375–386.

Borja PC. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. *Saúde e Sociedade*. 2014;23:432-47.

Brasil. Pesquisa nacional de saúde: 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Políticas de promoção da equidade em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

Cardoso, Aparecida Mendes. Agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022.

Carmo, Eraldo Souza. Processos educacionais e as estratégias de municipalização do ensino no município de Breves no arquipélago do Marajó. 2010. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2010.

5

Carvalho IG, Rêgo RD, Larrea-Killinger C, da Rocha JC, Pena PG, Machado LO. Towards a dialogue of knowledge between subsistence fishermen, shellfish gatherers and environmental labor law. *Ciencia & saude coletiva*. 2014 Oct 1;19(10):4011.

Ferreira MJ, Rigotto RM. Epistemological/methodological contributions to the fortification of an emancipatory con (science). *Ciencia & saude coletiva*. 2014 Oct;19(10):4103-11.

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gama AS, Fernandes TG, Parente RC, Secoli SR. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2018 Feb 19;34:e00002817.

Garnelo L, Lima JG, Rocha ES, Herkrath FJ. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. *Saúde em Debate*. 2018;42:81-99.

Gonçalves LPM, et. al, Estudo de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações na região urbana de Patos de Minas, Minas Gerais. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 06, p. 01-42, jun. 2021.

Nascimento MN, Oliveira IF. Ações das equipes volantes de CRAS no interior do Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 2018 Jun;23(2):122-32.

Pessoa VM, Almeida MM, Carneiro FF. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*. 2018;42:302-14.

Ruiz EN, Santos VF, Gerhardt TE. Mediações na atenção à saúde sob a ótica da Teoria da Dádiva: a saúde da população rural em destaque. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2016;26:829-52.

Santos, Boaventura de Souza. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 2003, p. 3-76. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera\\_o\\_direito\\_ser\\_emancipatorio\\_RCCS65.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF).

Vaz MR, Bonow CA, Abreu DP, Vaz JC, Mello MC, Xavier DM. Rural workload and factors associated with the use of medication by elderly people. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2018;52.

## Comunidades Ribeirinhas: identidade e diversidade Riverside communities: identity and diversity

Elizarégia Reis de Castro

Submetido em: 05/03/2023

Aprovado em: 06/03/2023

Publicado em: 20/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.500

### RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar a identidade e diversidade das comunidades ribeirinhas, contribuindo para o debate teórico sobre as comunidades tradicionais na Amazônia. Como metodologia se utilizou pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de modo a inter-relacionar os conceitos que dessem sustentação à pesquisa. Concluiu-se as comunidades ribeirinhas produzem uma gama de significados por meio das vivências as margens dos rios e de expressões simbólicas construídas e organizadas que se estabelecem socialmente legitimando as identidades territoriais individuais e coletivas.

**Palavras-chave:** comunidades, ribeirinhas, identidade, diversidade

### ABSTRACT

This article aims to analyze the identity and diversity of riverside communities, certainly for the theoretical debate on traditional communities in the Amazon. As a methodology, bibliographical research was used, with a qualitative approach in order to interrelate the concepts that would support the research. It was concluded that riverside communities reach a range of meanings through experiences on the banks of rivers and built and organized manifestations that establish themselves socially, legitimizing individual and collective territorial identities.

Keywords: communities, riverside, identity, diversity

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em diversidade e pluralidade cultural compondo um cenário de diferenças geográficas e identitárias, estando nesse contexto as regiões ribeirinhas da Amazônia que são formados por comunidades rurais cujo modo de vida social é reconhecido como tradicional.

As comunidades ribeirinhas possui particularidades como a cultura cabocla, residentes em locais rodeados por rios e florestas exigindo do Estado um olhar de reconhecimento das diferenças nesses ambientes.

Entende-se que o território é uma garantia de sobrevivência e manutenção da identidade das comunidades ribeirinhas, cujas particularidades advêm do processo de formação social do local.

Assim, a diversidade se dá por conta de fluxos humanos que formaram as comunidades tradicionais, construindo uma relação com o território e os agentes externos que se incluem em categorias não-tradicionais.

Deste modo, esse artigo tem como objetivo analisar a identidade e diversidade das comunidades ribeirinhas, contribuindo para o debate teórico sobre as comunidades tradicionais na Amazônia. Como metodologia se utilizou pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de modo a inter-relacionar os conceitos que dessem sustentação à pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O ESTADO

1

O campo e a cidade sempre foram vistos como dois locais geograficamente distintos, sendo o campo considerado, popularmente, como aquele local pacato, onde são realizadas atividades rurais, e localizados nos interiores dos estados. Já a cidade, representada pela capital do estado, sempre foi vista como o espaço de urbanização, um centro comercial.

Marques (2002), em relação à interpretação das relações entre o campo e a cidade, considera duas correntes, sendo a primeira a visão dualista e dicotômica, que opõe o espaço rural do espaço urbano, sendo o campo, refletor do atraso, enquanto que a cidade reflete o progresso.



A segunda corrente mencionada pelo autor é a *continuum rural-urbano*, esta que se baseia na ideia de que o avanço do processo de urbanização representa mudanças significativas para toda a sociedade, atingindo também o espaço rural, fazendo com que esse espaço se aproxime do espaço urbano.

Essa última corrente, *continuum rural-urbano*, é a que melhor se adapta aos dias de hoje, haja vista que traz uma proximidade do campo e da cidade, reforçando a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000).

Ressalta-se que na própria corrente do *continuum rural-urbano*, segundo Wanderley (2000), existem mais duas interpretações, a urbano-centrada onde ocorre uma hegemonização espacial e social que apontam para o fim da realidade rural.

E outra, que considera o *continuum rural-urbano* com a aproximação entre o campo e a cidade, havendo semelhanças entre eles, as peculiaridades de cada uma não são excluídas, portanto, não há possibilidade de fim do espaço rural.

Para analisar a relação entre o campo e a cidade, Marques (2002) menciona a teoria de Lefebvre, um geógrafo francês, que considera esses dois espaços como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. Para este geógrafo, o espaço rural encontra-se cada vez mais envolvido pelo tecido urbano.

Como se pode perceber há uma ampliação do espaço urbano ao se utilizar o termo tecido urbano, os autores incluem as vias de circulação, torres de transmissão, redes de energia, enfim, objetos técnicos que estejam presentes no espaço rural, mas que na verdade tenham características urbanas.

Nesse contexto, a cidade passa a ter um importante papel na produção agrícola em decorrência da modernização, do surgimento de novas tecnologias disponibilizadas para a produção, o armazenamento, o acondicionamento e para a circulação do que é cultivado no campo.

Salienta-se, que as peculiaridades existentes entre os atores sociais do espaço rural e do espaço urbano necessitam serem constatados de forma empírica, visto que a população rural vem apresentando relações sociais com a cidade e com a ideologia urbana.

Vale salientar que, com a entrada do capitalismo é sufocada a economia de subsistência, fazendo com que os trabalhadores rurais sejam inseridos no meio urbano como consumidores e em seguida expropriados de suas terras para viver e trabalhar na cidade em condições subumanas e escravistas.

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverizações, entre outras.

Enquanto isso, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos devido à proximidade da matéria prima e obtenção de mão de obra não sindicalizada e mais barata. Além disso, também passou a ser procurado como forma de lazer e de moradia das famílias urbanas de classe média e alta.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade reduzindo a distância física e social entre as populações (CARDOSO, 2022).

Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluições urbanas. (WANDERLEY, 2000).

O fato é que essa modernização e as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (SANTOS, 2000).

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

2

A ruralidade pode ser colocada então, como um processo rural ambivalente que envolve a construção de ruralidades no mundo urbano, havendo uma separação entre o imaginário e a realidade, como por exemplo, a festa junina no Brasil se trata de uma imagem urbana do rural, ou seja, uma ruralidade. (DE PAULA, 2001).

Desta forma entra em questão a identidade onde o rural e o urbano pode está inserida no mesmo ator social produzindo elementos urbanos no meio rural e ampliando o projeto de modernização. (MOREIRA, 2002).

Vale ressaltar que a ruralidade ocorre também com a população urbana, que é atraída pela mídia para o campo, vendo esse espaço como sinônimo de natureza e qualidade de vida, assim, Lima (2005) ressalta que existem elementos da ruralidade no urbano e da urbanidade no meio rural.

Diante do exposto, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e, sim expressa as relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS RIBEIRINHOS COMO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO

O conceito de identidade está adjunto à existência de “outros” e à identidade pessoal, está basicamente ligado a natureza psicológica, dando a percepção da própria existência do ser humano, como pessoa que se relaciona com outros sujeitos, com os quais forma um grupo social.

A identidade é a interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, ideias, crenças e ideologias do indivíduo, como um processo em contínua evolução e mudança constante, havendo um processo dinâmico associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

A definição da identidade é ampliada para o contexto social e cultural, sendo elaborado pelo convívio social, de geração para geração, pela vivência do dia a dia, tendo como elementos fundamentais o social e o religioso, onde o social é resultado da articulação entre o religioso e o cultural (FRIAS, 1998, p. 61).

A sociedade estabelece um modelo de conduta e relaciona as pessoas de acordo com as características consideradas comuns e adequadas aos membros de determinadas categorias.

Assim, pode-se dizer que a sociedade determina um padrão externo que presume ao indivíduo a classe e os predicados, a identidade social e as relações com o meio em que este deve estar inserido.

Pode-se dizer que a identidade é estabelecida na relação social com o outro, é um fenômeno concreto, social, histórico e político. A sociedade cria um modelo padrão a ser seguido que nem sempre corresponde à realidade, mas ao que Goffman (1988) designa de uma identidade social virtual. O que chama de atributos da identidade social real, são, de fato, o que pode confirmar a que classe o indivíduo pertence.

Assim, pode-se dizer que a identidade social virtual é aquela importada pela sociedade, e a identidade social real são as características que o indivíduo possui na realidade.

Atualmente, a identidade social sofre bastante influência dos meios tecnológicos, principalmente da internet, esta que consiste em um meio midiático que favorece as novas formas de sociabilidade e participação social.

Passou a ser um instrumento de distribuição de informações e preocupações, o que antes não tinha espaço para ser exposto. Se o objetivo seria reduzir as diferenças, ampliar o conhecimento, encurtar distâncias, estes fatores não poderiam vir juntos a influência de culturas que contrapõe contrastes entre a autonomia da pessoa em sua cultura de raiz e uma rede de relações necessárias para o exercício da sociedade, liberdade e prática de responsabilidade.

Embora o espírito capitalista de homogeneização sociocultural tenha predominado, não conseguiu eliminar as diferenças, e a utopia igualitária não burlou seu objetivo final, que na verdade, significava uma imposição cultural. (CITTADINO, 2000).

Seguindo esta linha de raciocínio, ressaltam-se que o ambiente e a identidade humana estão estreitamente ligados, as condições determinadas pelo lugar alteram o modo de vida das pessoas, portanto à medida que o local sofre modificação, as pessoas também se renovam para adaptar-se a esse.

As comunidades ribeirinhas, no cerne da agricultura familiar, portanto, sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseavam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre comunidades (MARTINS, 1975).

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverizações, entre outras.

O fato é que essa modernização, as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

3

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

De acordo com Bonano (1989, *apud* PIRES, 2004) junto ao processo de diversificação ocorre uma alteração da identidade dos ribeirinhos na qual o formato tradicional destes estão em vias de tornarem-se entidades bastante diferentes daquelas que estamos habituados a perceber, ou seja, a Pluriatividade nas atividades agrícolas gerou alterações em termos de representação política e autoidentificação.

Destaca-se ainda que a identidade aqui abordada se refere à identidade cultural como um mecanismo de sobrevivência, defendendo o sujeito e seu território local e suas relações com o mundo e com a sociedade.

É importante estabelecer que existe diferença entre tipos de territórios. Aquele estabelecido por decisão política com região pré-definida e o território construído a partir do encontro de atores sociais. Neste último, há uma identidade construída, associada ao espaço de ação coletiva, formadas por relações histórico-culturais (CUCHE, 2001).

Barth (2000) compreende a identidade dentro de uma perspectiva analítica de construção de categorias sociais, no qual devem ser compreendidos a partir do seu contexto geográfico, histórico e econômico.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE PODER

Entende-se por políticas públicas, as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, formuladas em documentos que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2006).

Fazendo uma distinção entre políticas públicas e políticas de governo, Carvalho Filho (2008, p. 110-111) explica:

Políticas públicas, por conseguinte, são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades. Vale a pena explicar o conceito. Diretrizes são os pontos básicos dos quais se originara a atuação dos órgãos; estratégias correspondem ao *modus faciendi*, isto é, aos meios mais convenientes e adequados para a consecução das metas; prioridades são as metas obtidas mediante processo de opção ou escolha, cuja execução antecederá à exigida para outros objetivos; e ações constituem a efetiva atuação dos órgãos para alcançar seus fins. As metas constituem os objetivos a serem alcançados: decorrem, na verdade, das propostas que nortearam a fixação das diretrizes. Por fim, temos os elementos mobilizadores, ou seja, as causas responsáveis pelas políticas públicas. De um lado, as demandas sociais, políticas e econômicas, representando os fatos que, em determinado lugar e tempo, rendem ensejo à perseguição de metas específicas. De outro, os anseios das coletividades, que é o que resulta das vontades coletivas, vale dizer, os resultados que, efetivamente, podem causar satisfação às pessoas em geral.

A adoção de políticas públicas é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários atores sociais para que se possa ter eficácia nas ações. Com isso a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados de questões que envolvem o interesse público devendo por isso ser transparente e elaborada em espaços públicos (CARDOSO, 2022).

Estudos sobre o rural têm demonstrado que este espaço não pode ser mais visto apenas como o conjunto de atividades em decorrência das suas novas funções, dos novos tipos de ocupação, da modernização e da conjuntura de crise de reprodução da agricultura entre outras questões (CARNEIRO, 1998).

Martins (1986) e Jollivet (1997 *apud* SCHNEIDER, 2009) ao referenciar estudos já realizados, sobretudo pela sociologia, compartilham a ideia de que o rural não pode ser compreendido mediante o adjetivo de lugar, demarcação do espaço físico ou atividade produtiva e, sim, é preciso estudar as relações sociais e suas transformações.

Essa afirmação dos autores remete ao fato de que indiferente do espaço urbano, há uma diversidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Inclusive, por este motivo os estudos sobre o rural não se limitam mais a determinadas áreas específicas tais como agronomia e veterinária.

Para Pires (2004), um dos autores que contribuíram para o entendimento do rural como construção social, que foi sendo progressivamente edificado por certas instituições, dentre as quais a sociologia rural, foi Marc Mormont.

Schneider (2009), ao buscar uma conceituação para a Pluriatividade, recorre a Fuller (1990), mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Em virtude da emergência do fenômeno da Pluriatividade, diversas pesquisas têm se voltado para aspectos ligados à identidade social das famílias com características pluriativas.

## 2.4 OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A instituição de áreas protegidas fundamenta-se em parte na visão ideológica preservacionista, onde o segmento industrial aparece como agente degradante da natureza.

Por conta dessas ideias, foi criado, nos Estados Unidos da América (EUA) em meados do século XIX, o primeiro parque nacional do mundo, denominado de Yellowstone, para proteger a vida selvagem ameaçada



pela civilização urbano-industrial, pois se acreditava que mesmo sendo a biosfera fortemente transformada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural preservado.

Diante desse cenário, os movimentos preservacionistas pautaram suas ações sob três ideias básicas: eficiência, equidade e estética, isto é, parte deles defendia o uso eficiente dos recursos naturais, enquanto os seguidores de Pinchot sustentavam que o uso adequado dos recursos naturais deveria ser estabelecido pelo acesso democrático.

Consequentemente, o modelo de áreas naturais protegidas ganhou expressividade, no mundo e se tornou em uma das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países periféricos. Destaca-se, portanto, as ideias de Gifford Pinchot, relacionadas com o uso dos recursos naturais pela geração presente e em benefício da maioria dos cidadãos, além da prevenção do desperdício, questões estas fortemente debatidas durante a primeira conferência das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente, em 1972 (DIEGUES, 2000).

O modelo designado de ilhas de conservação que não permite a presença do homem entrou em choque com a realidade dos países cujas florestas eram habitadas por populações indígenas, ribeirinhas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas distintas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais, com grande conhecimento do ambiente (DIEGUES, 2000).

Embora, o primeiro parque nacional de área protegida tenha sido criado nos EUA, as ideias precursoras advêm da Europa, principalmente Inglaterra do século XVIII, onde havia um conjunto de concepções que ressaltavam o mundo natural domesticado, as quais privilegiavam os campos cultivados, ou seja, o homem aparece como senhor da criação em relação aos animais (DIEGUES, 2000).

Mas no início da escalada industrial, a vida urbana antes caracterizada como símbolo da civilização começou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável, acentuando desta maneira o grau da degradação social (DIEGUES, 2000).

Os escritores românticos de parte da Europa, também contribuíram para a adoção de áreas protegidas, pois escreviam sobre o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime, isto é, os românticos do século XIX, tiveram grandes influências na criação de áreas naturais protegidas (DIEGUES, 2000).

Na França, o novo ecologismo foi inspirado por Pierre Fournier que propôs a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, com retorno ao campo, na tentativa de criar uma sociedade ideal, livre e libertária aos modos das comunidades hippies na Califórnia, onde estes viviam no meio rural e perseguiram uma vida autossuficiente, por meio do uso de tecnologia apropriada e socialmente controlada, conforme a escola de Boockchin (DIEGUES, 2000).

Por isso, na Europa, as questões ecológicas passaram a ser bandeira de luta em defesa da vida, em contraposição à antiga proteção da natureza, cujas instituições decorreram do século XIX (sociedade da natureza e da vida selvagem).

Por outro lado, o embasamento científico representado pelos escritos de Julian Steward, concernentes a Ecologia cultural, revela que nos processos adaptativos as sociedades são afetadas pelos ajustes e através deles o homem utiliza o meio ambiente.

Portanto, esses aspectos correspondem a formas de inserção do homem ao meio ambiente, ou seja, as estratégias de trocas e comercialização representam objetos de estudos da Ecologia cultural, embora esta não contemple elementos simbólicos importantes como o mundo mítico e ritual no núcleo cultural.

A Antropologia Ecológica ou Neofuncionalista representa uma corrente que teve fundamental importância sobre as ideologias e movimentos ecológicos modernos, inserindo nesta a Ecologia social de Boockchin (DIEGUES, 2000).

A corrente Antropológica ecológica recebeu crítica por ser mecanicista, pois não consegue explicar mudanças sociais, justamente por ter seu enfoque na noção de equilíbrio (homeóstase), termo da cibernética usado para designar o permanente equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente (DIEGUES, 2000).

5

A Etnociência preocupa-se em obter conhecimentos das populações tradicionais, por intermédio da linguística, ela analisa a forma como o homem percebe o meio que o cerca, ampliando desta maneira o saber das populações humanas a respeito dos processos naturais (DIEGUES, 2000).

Por conseguinte, o modo de produção e reprodução social, assim como a representação mítica e a forma como as populações percebem seus ambientes são objetos de estudos da Antropologia Neomarxista, embasada em teóricos franceses como Godelier, Meillassoux e Terray.

Godelier, Meillassoux e Terray, desenvolveram uma antropologia marxista segundo princípios comparáveis. Com isso, a colonização resulta da expansão capitalista e Meillassoux se interessa pelas formas econômicas da dominação nas sociedades pré-coloniais, antes de qualquer contato com a Europa.



Essa proposição nos remete as ideias de conservação dos recursos naturais de forma racional, ou melhor, evidencia a semente materializada do desenvolvimento sustentável, o qual representa um dos primeiros movimentos contra o desenvolvimentismo a qualquer custo, que ignora as necessidades das gerações futuras.

A apropriação estratégica dos recursos naturais é observada ao longo da história, em especial nos países periféricos, onde encontramos sociedades que mantêm estreita relação com o mundo natural, como: povos indígenas, camponesas e extrativistas, como na Amazônia brasileira.

A década de setenta congregou uma grandiosa gama de conhecimentos durante longos anos de estudos e debates governamentais e não governamentais, que se transformaram em um grande marco histórico, entorno do desenvolvimento sustentável. Neste processo, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (CMMAD), instituída pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável foi definido como: “aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades” (ALTVATER, 1992).

Todavia, transcorridos todos esses eventos, a percepção dos problemas ambientais continuam a corporificarem-se, tanto que inúmeros institutos de pesquisas ecológicas passaram a produzir para as sociedades interessadas, “relatórios retratando a situação ambiental em função da redução das reservas dos recursos naturais do planeta” (ALTVATER, 1992, p. 12).

Nos países periféricos como Brasil, México, Argentina e África do Sul, essa problemática é agravada pelo avanço do desenvolvimento ocorrido durante o pós-guerra, em face da bipolarização do mundo, pois na Ásia, África e na América latina iniciava-se um processo de recuperação do atraso industrial, não mais de substituição de importação (1930), mas agora financiada por crédito privado do exterior.

Porém, não foi a penas as dívidas externas dos países tomadores de empréstimos que cresceram, houve aumento da degradação ambiental e, conseqüentemente, da preocupação sobre estas questões divulgadas e discutidas na *Segunda Conferência do Meio Ambiente*, realizada em junho de 1992 (ALTVATER, 1992).

Como vemos a emergência das manifestações ecológicas discutidas, nas Conferências de Meio Ambiente das Nações Unidas, nos anos de 1972 e 1992, refletem a visão de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial e os efeitos sobre os ecossistemas naturais, os quais tendem a crescer no mundo potencializando a crise ambiental e social, levada adiante pela falta de engajamento efetivo das potências econômicas mundiais, que buscam favorecer o desenvolvimento econômico em detrimento da evolução social.

Nestes aspectos, a sinergia de forças tem contribuído para a formação e a difusão de uma consciência ecológica, assim como as discussões produziram avanços em termos ecológicos, já que foi estabelecida a separação entre áreas de proteção integral e as de uso sustentável, conforme Lei Federal nº 9985/2000, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, e determina a criação áreas de proteção de acordo com suas finalidades, possibilitando o uso eficiente dos espaços que necessitam de proteção, por parte do poder público e comunidade.

Dessa forma, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental, a fim de que possamos visualizar a consolidação do modelo de produção capitalista que nos coloca na situação de crise ecológica global, onde vários problemas de degradação das condições de vida no mundo e da conotação explícita de que o padrão de desenvolvimento social atual produz, não só melhoria de vida para uma pequena parcela da sociedade, mas também reproduz em grande escala pobreza e violência, que atinge uma parte significativa da população, assunto que foi debatido durante a preparação para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992.

Assim, as transformações econômicas, sociais e políticas operadas nas últimas décadas do século passado, confirmam a valorização do capitalismo como modelo econômico global, ou seja, neste processo está inserida a crise ecológica, de um lado e de outro, o sonho do projeto social, com a adoção do estado do bem-estar, onde houvesse uma política distributiva com justiça e cidadania, porém nem sempre os resultados previstos são favoráveis aos desígnios sociais (ALTVATER, 1992).

Portanto, a proposição de novos conceitos e modelos de desenvolvimento, objetivando assegurar o crescimento econômico e a preservação ambiental começa a mobilizar vários segmentos sociais. Observando as proposições de desenvolvimento sustentável da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), podemos identificar princípios como: integrar a conservação da natureza com o desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir a equidade e a justiça social; buscar a autodeterminação social, respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica (ALTVATER, 1992).

Sobre este aspecto, se entende que as lutas travadas no campo dos conceitos de desenvolvimentos têm

avançado, mas há necessidade da efetivação destes em políticas públicas com maior preocupação inserção nas realidades socioculturais.

Sendo assim, a proposição amplamente aceita e que se coaduna as necessidades da maior parte das sociedades é a do desenvolvimento sustentável, cuja eficiência econômica associada à eficácia social e ambiental, pode trazer supostamente, melhores condições de vida para a sociedade. Por conta deste fato, o projeto de sustentabilidade apresenta maior aceitabilidade.

Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é significado e ressignificado possibilitando projetos antagônicos, com apropriações distintas por diferentes grupos e classes sociais, com visões de mundo e interesses divergentes. Portanto, novos termos acabam sendo lançados, para se tentar incorporar as preocupações com o uso inadequado dos recursos naturais e demarcar campos distintos de compreensão acerca da sustentabilidade planetária como: socioambiental, justiça ambiental (ALTVATER, 1992).

Considerando esses pressupostos de novos termos, observa-se a tentativa de estabelecer mesmo que teoricamente, uma convergência entre a visão economicista e a ambiental. Nesse contexto os interesses nacionais estão sempre em consonância com os interesses dos países hegemônicos que, atribuem as áreas ricas em biodiversidade, uma função ecológica a nível mundial, com moldagem quase sempre de interesses globais (ALTVATER, 1992).

Esta proposição no revela que a integração de todos os elementos, faz com que o meio ambiente produza um conjunto de serviços ao sistema social, como: oferta de recursos naturais para suporte da vida e bem-estar.

Por outro lado, às incertezas do tempo presente, introduzidas pelas idéias pessimistas projetadas por aqueles que acreditam que no curto espaço de tempo haverá uma generalizada e irreversível destruição do planeta Terra por conta do sistema econômico mundial mercantilizado que atende a demanda do mercado e não se preocupa com o equilíbrio ecológico. Todavia esses fatos se contrapõem ao otimismo de muitos que acreditam que os avanços tecnológicos e científicos serão capazes de “criar alternativas viáveis para garantia do equilíbrio ecológico necessário à sobrevivência da espécie humana” (ALMEIDA, 2002).

A nova relação que se estabeleceu entre o homem e a natureza, baseada no mútuo respeito e na mútua dependência, com a predominância do interesse coletivo sobre o individual, induziram a uma nova postura da sociedade para o meio ambiente, que requer um novo enfoque dos problemas existentes e uma adequação da ordem jurídica para as suas soluções, levando em consideração os novos valores emergentes e a responsabilidade comum de sua defesa (ALMEIDA, 2002).

Ressalta-se, a necessidade de realizar a compatibilização da política criminal com as diretrizes da política ambiental, dotando-se a legislação penal de instrumentos e normas adequadas à proteção dos valores ambientais, refazendo a tipologia, redimensionando as penas e forjando um sistema que, além de apropriado às finalidades visadas, possa atender melhor aos anseios e às exigências da nova ordem social, que pretende a harmonização dos interesses da comunidade com a necessidade de preservar a natureza, no interesse das gerações vindouras (ALMEIDA, 2002).

Assim, a preservação de todos os seres bióticos e abióticos englobados na crise ecológica notabilizada na atualidade, como um dos grandes problemas a serem enfrentados pela sociedade planetária, revela uma situação caracterizada por diversos problemas que interagem mutuamente, contudo, as soluções propostas por modelos de desenvolvimentos fundamentados pelo conhecimento moderno, ainda não trouxeram resultados concretos para o equilíbrio da crise socioambiental.

O Brasil desde 1500 recebe influência do imaginário europeu, veja que a própria descrição da nova terra conquistada foi impregnada de ideias que nos remetem a um paraíso perdido. Pois os cronistas revelavam uma terra excelente por seu clima, a presença de animais e florestas exuberantes, que posteriormente serviu de atrativo ao colonizador. Os atributos ecológicos foram bem ressaltados, tanto que nossos colonizadores não tiveram a menor complacência com os recursos naturais, exploraram e levaram o que puderam, com um agravante, a base econômica colonial era instituída por ciclos de exportação de produtos agrícolas como o açúcar e o café, cuja produção demandava a degradação de grande parte das florestas, principalmente, costeiras onde as populações exerciam suas atividades produtivas (DIEGUES, 2000).

A degradação da natureza despontou sob o interesse do colonizador em explorar nossas riquezas naturais (minérios, madeira), tanto que até a árvore símbolo denominada de pau-brasil, que originou o nome Brasil quase foi extinta por conta dessa exploração desenfreada (DIEGUES, 2000).

Tanto que a própria coroa Portuguesa salientou na Carta Régia de 1797, da necessidade de se estabelecer controle na exploração dos recursos naturais da nova terra, fato constante na obra de Diegues (2000, p. 111), o qual esclarece que: “[e]m 13 de março de 1797, a carta Régia portuguesa preconizava a necessidade de tomar precaução para conservação das matas no Brasil, com intuito de evitar o seu desaparecimento”.

Certamente essa medida não sortiu efeito desejado, por isso em 1821, José Bonifácio (Ministro das negociações Estrangeiras do Reino) recebeu a tarefa de realiza as primeiras observações de cunho ecológico e propôs ao poder da época a criação de um setor administrativo encarregado da conservação das florestas, diante da crescente redução da mata atlântica, principalmente, no nordeste.

Neste sentido, esse quadro descrito teve um importante papel: o despertar de sentimento de proteção ambiental nas pessoas que se sentem incomodadas com a falta de responsabilidade de algumas pessoas com relação ao meio ambiente (DIEGUES, 2000).

Então, Historicamente, a primeira ideia de parque nacional em solo brasileiro partiu de Rebouças (abolicionista) em 1876, nos moldes Americano, mas com forte influência Positivista que almejava a necessidade de um desenvolvimento da ciência com intuito de reduzir o atraso econômico e social no Brasil, afinal, o projeto pensando para o novo mundo (Brasil) incluía a instauração de uma civilização (DIEGUES, 2000).

Euclides da Cunha, fervoroso representante desse movimento também manifestou seu protesto contra a destruição da natureza. Para ele tal ato significava a obstrução do processo da evolução social (DIEGUES, 2000).

Diante do clamor de vários segmentos da sociedade, tanto nacional como internacional, o poder público começou a se fazer presente na luta pelo uso comedido dos bens naturais, criando órgãos como o serviço florestal instituído inicialmente no estado de São Paulo em 1896 com a contribuição dos ambientalistas Coelho Neto e Augusto Lima, de outro lado Euclides da Cunha, Afonso Arinos e outros defendiam a literatura impressa em livros que tratavam da proteção da natureza, visto que ela não tinham boa aceitação naquele momento no Brasil (DIEGUES, 2000).

A primeira Conferência sobre a proteção da natureza instituída pelas sociedades dos amigos das árvores sob responsabilidade de José Sampaio e Leôncio Correia ocorreu em 1934 (DIEGUES, 2000).

A carta magna brasileira de 1937 acompanhou a de 1934 com relação ao mecanismo para combater agressões ambientais, atribuindo a União a responsabilidade de proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico (DIEGUES, 2000).

O ano de 1937 trouxe mais uma novidade no código florestal, criou em Itatiaia o primeiro parque nacional sob o prospecto do botânico Alberto Lofgrem de 1913, como meio de incentivo à pesquisa científica e lazer as populações urbanas (DIEGUES, 2000).

No Brasil, assim como nos EUA, os parques nacionais foram constituídos de grandes áreas geográficas com atributos naturais excepcionais, oferecendo oportunidades de recreação, contudo o uso era para populações externas e não incluíam indígenas, pescadores, ribeirinhos e coletores que nele moravam (DIEGUES, 2000).

Neste contexto, o governo brasileiro passou a instituir lentamente os parques nacionais, sob a incumbência do serviço florestal, criado em 1921, com o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar programas e trabalho dos parques, além de disponibilizar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos. Sendo que os parques foram, inicialmente, criados no sudeste do Brasil em áreas consideradas populosas e urbanizadas. Entre os anos de 1959 e 1961 contávamos com doze parques nacionais sendo três deles no Estado de Goiás e um no Distrito Federal (DIEGUES, 2000).

Em 1955, foi fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em agosto de 1958 Artur Basto, Eurico Santos e outros criaram no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com objetivos e modo de atuações estritamente conservacionistas, que centrava suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção (JACOB, 2003).

Quanto a localização dos parques, inicialmente, foram criados no sudeste-sul do Brasil, em áreas consideradas populosas e urbanizadas (DIEGUES, 2000)

Sendo que em 1965, o novo Código Florestal definiu parques nacionais, como áreas destinadas para resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora da fauna e das belezas naturais com objetivos educacionais, recreativos e científicos. O instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criado em 1967 e ligado ao Ministério da Agricultura, era responsável pela administração das unidades de conservação (DIEGUES, 2000).

8

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) em relação a sua atuação nos movimentos sociais promoveu o I Seminário de Educação Ambiental com ênfase nas Águas e Florestas do Pará. O seminário integra os programas Pará Terra de Direitos, Um Bilhão de Árvores para a Amazônia e Água para Todos e visa fomentar o uso racional da água, a manutenção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente em todas as regiões hidrográficas do Estado.

Inclusive, o rápido desmatamento para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia provocou a criação de algumas unidades de conservação importantes, manifestadas por preocupações ambientais e





incluídas no programa de integração regional de 1970 do governo Federal, assim foi criado quinze pólos de desenvolvimento na região Amazônica e unidades de conservação, dentre estas o parque nacional da Amazônia em Itaituba-PA, com mil hectares (DIEGUES, 2000).

O IBDF em 1979 desenvolveu o plano de unidade de conservação no país, a partir de um estudo detalhado nas regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades, objetivando, também, rever as categorias de manejo, parques e reservas biológicas (DIEGUES, 2000).

Portanto, esse período de 1970 à 1986, em pleno autoritarismo militar a criação era feita de cima para baixo, conseqüentemente, sem consulta das partes envolvidas (região e população) (ALTVATER, 1992).

Neste período, segundo Jacobi (2003, p. 3), “surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no início do processo de liberalização política” e pelo estímulo ambiental da Conferência de Estocolmo (1972). Entretanto, em âmbito nacional a postura brasileira recebia críticas por parte de alguns países desenvolvidos, pela ausência efetiva de normas reguladoras para combater os graves problemas ambientais.

É importante se observar a postura brasileira favorável ao crescimento econômico do país e, de outro lado, a necessidade de formalizarem-se mecanismos de proteção e conservação ambiental. Logo, em 1973 o governo criou a Secretaria do Meio Ambiente Federal (SEMA), qual passou a administrar as unidades de conservação até o surgimento em 1989 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), desse modo os órgãos de proteção do meio ambiente se efetivaram no contexto brasileiro, com o propósito de conservação do meio ambiente e permitir o uso racional dos recursos naturais (DIEGUES, 2000).

Diante desses fatos, os movimentos de proteção ao meio ambiente desenvolveram-se em maior parte na região Sul-Sudeste, e são formados por ativistas que aproveitaram os conhecimentos adquiridos em comunidades alternativas rurais como ações de educação ambiental, trabalhos de proteção e recuperação de ambientes degradados, protegiam ambientes ameaçados e denunciavam os problemas de degradação do meio ambiente aos setores competentes, sendo que alguns recebiam ajuda financeira de pessoas sensíveis a causa ambiental (DIEGUES, 2000).

As ações desses grupos começaram orientadas para a denúncia e a conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente, com enfoque local, e em outros casos, desenvolveram campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, como é o caso da campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná e outras registradas em literatura.

Muitas dessas lutas ambientais obtiveram bastante repercussão no exterior, e foram referências fundamentais para a multiplicação de pressões contra o governo brasileiro, durante os anos finais do regime autoritário, sendo que a maioria das práticas eram pautadas pelo voluntarismo dos militantes mais engajados.

O retorno de pessoas exiladas, fortaleceram as lutas dos movimentos ecológicos no Brasil, pois marcaram o início de questionamentos da comunidade científica e de organizações ambientalistas sobre as políticas de governo (DIEGUES, 2000).

As iniciativas ambientais ocuparam durante a década de 1970 e a primeira metade dos anos 1980, uma posição secundária no discurso dos movimentos reivindicatórios pela constituição da cidadania em função de dois fatos principais, o interesse em atender as necessidades básicas do ser humano e as ações do governo autoritário, o qual procurava estabelecer estratégias desenvolvimentistas (DIEGUES, 2000).

O cenário descrito reforça um discurso no qual o sonho desenvolvimentista aparecia como único capaz de contornar os terríveis problemas enfrentados pelo país. Tornou-se cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar, tendo em vista que os problemas sociais não foram resolvidos e as graves distorções como a concentração da renda e da propriedade se alastravam (DIEGUES, 2000).

Todavia, a crise do modelo de desenvolvimento representou um dado importante, considerando que, possibilitou o ingresso da problemática ambiental na pauta da opinião pública, alertando para a tomada de consciência da devastação contra o meio ambiente. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPEA) da avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros, indicam que o Brasil mantém em seu território a maior extensão de floresta tropical do planeta. Entretanto, a extensão das queimadas na Amazônia e no Cerrado, bem como a eliminação quase total da Mata Atlântica estimula a articulação de lutas que agregam ONGs europeias e norte-americanas a juntarem-se aos ambientalistas brasileiros, contra os projetos que interferem no meio ambiente (MMA/DBF, 2002).

Assim, sobre pressão de atores ambientalistas, em 1992, foi encaminhada ao congresso nova proposta do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que em seu plano atual (projeto de lei nº 2.892), reflete mais uma vez, a visão extremamente conservadora da questão ambiental no Brasil, que se encontra bem aquém do debate internacional.



Neste sentido, os movimentos ambientalistas não têm conseguido atingir os objetivos de informar e conscientizar a sociedade brasileira acerca dos problemas ambientais, desse modo passaram a buscar novas formas de trabalho.

Por isso, na década de 1980 podem ser observadas iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, uma parcela de ambientalistas enveredando no campo político-institucional, a profissionalização de ambientalistas e aproximação do ambientalismo junto aos movimentos sociais.

Essa configuração que ocorre no corpo dos movimentos se reflete em vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em diversas cidades do Sul-Sudeste, no nível do processo decisório das políticas públicas municipais.

Esse é um fato importante, pois traz gradualmente uma mudança qualitativa na opinião pública, que passa a legitimar as lutas ambientais e os atores envolvidos. Contribuindo de forma decisiva, para o fortalecimento do combate a degradação ambiental.

Esta ação representa tanto a percepção de parcela dos representantes dos movimentos ambientalistas da pouca efetividade das ações, bem como a formação de uma frente Parlamentar Verde, composta por deputados, fundamentalmente do Partido Social-Democrata Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores, que deram uma conotação moderna a legislação ambiental brasileira, em termos de proteção ambiental, com o zoneamento ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais, e a aplicação de diversas penalidades para os que causam danos ao meio ambiente (JACOBI, 2003).

Por conseguinte, ocorre uma crescente inovação na cultural ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia, e focalizam suas forças na formulação de alternativas viáveis de conservação e de restauração de ambientes degradados.

A importância da vertente socioambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação (JACOB, 2003).

É interessante, notar que o processo de melhor articulação das organizações ambientalistas e destas com as denominadas ONGs sociais é bastante complexo, mas tem possibilitado bons resultados, principalmente, na obtenção de recursos humanos qualificados e politicamente sintonizados com a causa ecológica, em consonância com a realidade da população brasileira.

Nesse sentido, as próprias organizações não governamentais remanescentes das organizações populares da década anterior, buscaram ampliar seu campo de atuação, recorrendo diretamente a financiamento externo para o desenvolvimento de projetos nessa área (JACOB, 2003).

Todavia, a união de esforços, ainda não são satisfatórios, parte dos segmentos sociais desconhecem as lutas travadas no âmbito ambiental, principalmente, quando verificamos dados de pesquisa a respeito da percepção da população brasileira diante da problemática do meio ambiente. Segundo Jacob (2003, p. 17), após cinco anos depois da Rio-92 os brasileiros continuam pouco informado sobre as questões ambientais.

Cerca de 95% da população brasileira nunca ouviu falar da Agenda 21. Além disso, a perda da Biodiversidade, a Desertificação dos solos e o Efeito Estufa permanecem desconhecidos para 78%, 71% e 54% da população, respectivamente.

Esse quadro demonstra que, embora, ocorra conjugação de esforços, os movimentos ambientalistas ainda não conseguiram tornar visível a questão ambiental para parte da sociedade brasileira.

Diante do exposto podemos dizer que, as ações dos movimentos ecológicos no Brasil, não conseguiram ainda a adesão massiva da sociedade como um todo em prol do meio ambiente, mas possibilitaram o despertar sobre a necessidade do engajamento de parte significativa dos segmentos sociais, em face das mudanças, principalmente climáticas, ocorridas no mundo.

## CONCLUSÃO

10

Este estudo permitiu uma reflexão sobre território, identidade e diversidade, demonstrando os valores das comunidades ribeirinhas e contribuindo para a incorporação da diversidade cultural e reconhecimento da sua identidade. Os ribeirinhos contem aspectos que os caracterizam e os fazem serem reconhecidos como, por exemplo, como os habitantes produzem por meio de seu uso, costumes, tradições e suas territorialidades.

Neste sentido, conclui-se as comunidades ribeirinhas produzem uma gama de significados por meio das vivências as margens dos rios e de expressões simbólicas construídas e organizadas que se estabelecem socialmente legitimando as identidades territoriais individuais e coletivas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova des) ordem mundial.** São Paulo: UNESP, 1992.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio: Contracapa, 2000.
- CARDOSO, Aparecida Mendes. Práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento local no Vale do Ribeira-SP. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.** ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022.
- CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva,** 2ed, Rio de Janeiro, Lúmen Júris. 2000.
- COMUNE, Antonio Evaldo. Meio Ambiente, Economia e Economista: uma breve discussão. In: **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: campos, 1994.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** São Paulo, EDUSC, 2002.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB; USP, 2000.
- FRIAS Aníbal. “**A Praxe dos caloiros: unrite de passage**”, *Recherches em Anthropologie du Portugal*, nº 5, Paris, Maison de Sciences de l’Homme: 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, LTC, 1988.
- JACOB, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil, representação social e complexidade de articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (ORG.). **Patrimônio Ambiental.** São Paulo: EDUSP, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, José Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. **Estudos Sobre As contradições da Sociedade Agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- OLIVEN, A. C. **A paróquialização do ensino superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- PIRES, André. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2004. p. 149- 171.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Hucitec – Ampur. SP, 2000, p. 24.
- TEIXEIRA, Jerônimo. Contra o mito da “nação bicolor” - As falácias da política de cotas raciais na análise demolidora de Ali Kamel. **Revista Veja.** Edição 1969. 16 de agosto de 2006. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/160806/p\\_126.html](http://veja.abril.com.br/160806/p_126.html). Acesso: mar. 2023.



## Marmitta *fit*, a escolha prática e saudável *Fit lunch box, the practical and healthy choice*

Cristina Laranjeira  
Geisse Martins

Submetido em: 31/03/2023  
Aprovado em: 01/03/2023  
Publicado em: 04/04/2023  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.501

### Resumo

A população brasileira de obesos com idade superior a 20 anos mais que dobrou no período entre 2003 e 2019, aumentando o risco de doenças cardiovasculares. Os hábitos alimentares inadequados dos pais podem ocasionar obesidade nos filhos. As mulheres obesas sofrem discriminação para conseguir emprego e ganham menos que as mulheres magras. A obesidade é uma epidemia e pode ocasionar diversos tipos de câncer, sendo que o da mama é um dos mais difíceis de ser tratado pelos efeitos do sobrepeso. As pessoas utilizam a comida como forma compensatória de reduzir a ansiedade, levando ao sobrepeso e obesidade. O apoio dos médicos, da família, dos amigos e das empresas pode contribuir para a redução da obesidade. Para as empresas, o investimento em comida saudável resultará em funcionários mais engajados e com menos absenteísmo e problemas de saúde. A demanda por marmittas *fit* cresceu nos últimos dois anos pela praticidade e pode ser uma alternativa viável, principalmente, para contribuir para as mudanças de hábitos das pessoas acima do peso e para as mulheres com jornada dupla, tendo que trabalhar, cuidar dos filhos e lidar com as tarefas domésticas, dentre elas, limpar e cozinhar. Para o sucesso nas vendas da comida saudável é recomendável a divulgação em locais frequentados por pessoas preocupadas com a saúde e a estética (academias, clínicas de estética, salões de beleza etc.) mas, sobretudo, nas redes sociais e nos canais de relacionamento. A presente pesquisa deste *paper* utilizou como metodologia uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Obesidade. Praticidade. Saúde. Tecnologia. Clientes.

### Abstract

*The Brazilian population of obese people over 20 years of age more than doubled in the period between 2003 and 2019, increasing the risk of cardiovascular diseases. Inadequate eating habits of parents can lead to obesity in children. Obese women suffer discrimination to get a job and earn less than thin women. Obesity is an epidemic and can cause several types of cancer; and breast cancer is one of the most difficult to treat due to the effects of overweight. People use food as a compensatory way to reduce anxiety, leading to overweight and obesity. The support of doctors, family, friends and companies can contribute to the reduction of obesity. For companies, investing in healthy food will result in more engaged employees and less absenteeism and health problems. The demand for fit lunchboxes has grown in the last two years due to its practicality and can be a viable alternative, mainly to contribute to changes in the habits of overweight people and women with double shifts, having to work, take care of children and deal with the household chores, including cleaning and cooking. For successful sales of healthy food, it is recommended to advertise in places frequented by people concerned with health and aesthetics (gyms, aesthetic clinics, beauty salons, etc.) but mainly on social networks and relationship channels. The present research of this paper used as methodology a bibliographic review with a qualitative approach.*

**Keywords:** Obesity. Practicality. Health. Technology. Customers.

## 1. Introdução

Segundo resultado da pesquisa realizada pelo IBGE (2020), com 108 mil domicílios brasileiros, entre 2003 e 2019, a população de obesos superior a 20 anos de idade mais que dobrou, passando de 12,2% para 26,8% (mulheres: de 14,5% para 30,2% e homens: de 9,2% para 22,8%). Na faixa etária entre 25 e 39 anos ultrapassou 50%, sendo mais elevada para os homens (58,3%) do que para as mulheres (57%).

Para o cardiologista do Incor (Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da FMUSP), Pedro Augusto Bastos, o sobrepeso continua sendo fator de risco para doenças cardiovasculares, mesmo que as pessoas obesas mantenham uma vida saudável com exercícios físicos e boa alimentação, portanto, é importante envidar esforços para a redução real de peso (Hart, 2021).

A substituição da tradicional refeição caseira por comida preparada por empresas e profissionais especializados em alimentação saudável, pode ser uma alternativa na reeducação alimentar, contribuindo para a redução do peso e sobra de tempo para a prática regular de exercícios físicos.

O presente trabalho teve como metodologia a revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e objetivou avaliar os benefícios em substituir a alimentação tradicional por marmitas *fit*, com foco principal em pessoas com sobrepeso e mulheres com muitas atribuições diárias.

## 2 A preocupação alimentar e a obesidade

### 2.1 Obesidade infantil

Pesquisa realizada pela Península *Medical School* na Inglaterra, revelou que o comportamento e hábitos alimentares inadequados dos pais pode ser fator determinante na obesidade dos filhos, podendo ocasionar diabetes, doenças cardiovasculares, cânceres, além de morte prematura na vida adulta. Cabendo a conscientização dos pais, a procura de apoio de profissionais especializados para a reprodução de hábitos alimentares saudáveis aos seus filhos e incentivo para a prática de exercícios regulares (Rauen, 2021).

Figura 1: Obesidade infantil





## 2.2 Mulheres obesas são menos contratadas e remuneradas

A pesquisa realizada pela *Vanderbilt University* com 10 mil americanas, concluiu que as mulheres que estavam acima do peso ganhavam salários menores em comparação àquelas que detêm corpo mediano, ou são magras, uma diferença média de sete dólares por hora. Além da remuneração reduzida, as mulheres com sobrepeso têm dificuldade de aceitação e de empregabilidade pelo mercado de trabalho e têm mais chances de conseguirem empregos que demandem esforço físico e pouca interação social (Gasparini, 2015).

Figura 2: Mulheres obesas

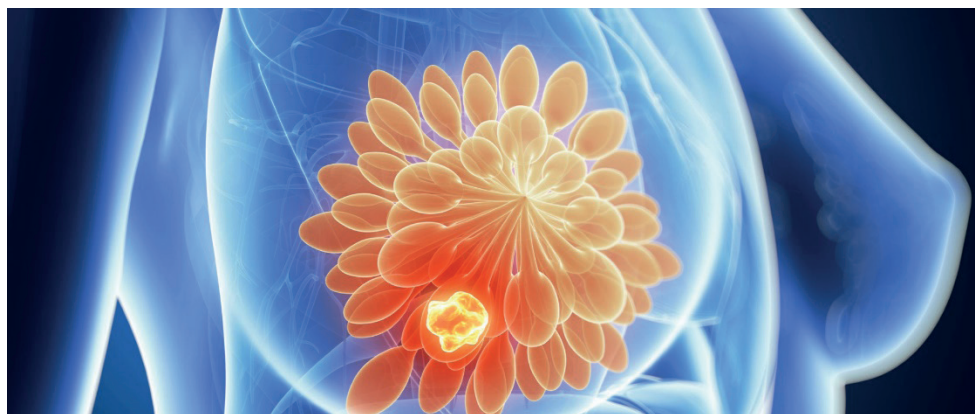


Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

## 3.3 Obesidade e o câncer de mama

A obesidade já é considerada uma epidemia e pode ocasionar vários tipos de câncer, dentre os quais, o da mama é um dos mais difíceis de ser tratado por conta dos efeitos negativos do sobrepeso. Há uma relação próxima entre a obesidade e o câncer de mama, pois o tecido adiposo (geralmente inflamatório), produz hormônios que, em excesso, contribuem para o desenvolvimento da doença, principalmente nas mulheres obesas, sedentárias e na menopausa. A prática de exercícios físicos regulares e a manutenção do peso com alimentação adequada, são fundamentais para a diminuição do risco da doença (Rauen, 2021).

Figura 3: Câncer de mama



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

## 2.4 Comer por ansiedade

O consumo exagerado de alimentos hipercalóricos (doces, chocolates, salgadinhos, refrigerantes, bebidas alcoólicas etc.), pode estar associado ao alto nível de ansiedade e de estresse, o que pode aumentar as chances de processos inflamatórios e impactar no sistema nervoso central e/ou desencadear problemas de saúde mental como a depressão (Guerra, 2022).

Figura 4: Ansiedade



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

As pessoas utilizam a comida como forma compensatória de reduzir a ansiedade, desconfortos e angústias, no entanto, na maioria das vezes consomem alimentos não saudáveis levando ao sobrepeso e a obesidade. Nesses casos, é recomendável procurar profissionais da saúde e identificar possíveis gatilhos que podem estar levando a esse descontrole alimentar (Guerra, 2021).

## 2.5 As empresas podem contribuir para a mudança de hábitos dos funcionários

A obesidade é uma doença e requer apoio médico/nutricional, da família, dos amigos e, principalmente, das empresas, visto que os trabalhadores passam maior parte do tempo no ambiente de trabalho. A redução do estresse e do peso contribuem para o aumento da produtividade e dedicação ao trabalho, para a diminuição do absenteísmo e de gastos com a saúde (Pessoa, s.d.)

Pode existir potenciais profissionais em pessoas com sobrepeso. As empresas que não investirem em diversidade vão ficar para trás, além de correrem sérios riscos de processos em eventuais situações de preconceitos. Pesquisa realizada em 2017 pela Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) demonstrou que 92% dos brasileiros já sofreram com a gordofobia nas relações sociais e no ambiente de trabalho. No Brasil não há lei específica para tratar o tema, sendo interpretada nos trâmites do assédio moral. Quando ocorre humilhação, são avaliadas com base na injúria e no crime contra honra, previstos no Código Penal.

4

Uma alternativa a ser avaliada pelas empresas, é o fornecimento de alimentação saudável, balanceada e preparada por profissionais especializados, durante o período de trabalho, contribuindo para a reeducação alimentar dos colaboradores, a redução de peso e garantindo uma vida mais saudável e produtiva.

## 2.6 a praticidade das marmitas saudáveis

A demanda por marmitas *fit* cresceu nos últimos dois anos, impulsionada, pela pandemia da Covid-19, que trouxe restrições na prática de exercícios em academias e ao ar livre e por público preocupado com a saúde e a praticidade. Esse tipo de alimentação pode ser solicitado no momento da refeição (*La Carte*), geralmente nos aplicativos de comida (ex. *Ifood*, *Rappi*, *Uber Eats*, *99 Food*, entre outros) ou encomendado em combos maiores para garantir comida saudável por mais tempo (semanal, quinzenal e mensal), com custo reduzido (Diário de Curitiba, 2022).

É de extrema importância o empreendedor ou a empresa da comida saudável garantir que o cardápio divulgado como *fitness* cumpra os requisitos na prática, principalmente pela possibilidade de pessoas com restrições alimentares consumirem as marmitas e agravar algum problema preexistente de saúde. Para tanto, contratar nutricionistas para elaborar o cardápio ou realizar cursos com esses profissionais é fundamental para o preparo da alimentação nos padrões recomendados (Diário de Curitiba, 2022).

Para o emagrecimento e alimentação adequada/saudável é importante priorizar alimentos como ovos, peixes, carne, verduras, castanhas, legumes, frutas, grãos integrais e laticínios (UOL, 2022). No entanto, a preparação desses alimentos demanda tempo e dedicação, o que na maioria das vezes concorre com o dia a dia corrido de trabalho e estudo.

Principalmente a mulher possui jornada dupla, tendo que trabalhar, cuidar dos filhos e lidar com as tarefas domésticas, dentre elas, limpar e cozinhar. Realidade corroborada pelo relatório divulgado pelas Nações Unidas de que as mulheres realizam 2,6 vezes mais trabalho não remunerado do que os homens (Wilding, 2018). Principalmente pelo fator cultural, as tarefas domésticas e o preparo das principais refeições ainda permanecem a cargo das mulheres, dentre as quais, 76% são mães de crianças entre sete e 17 anos e trabalham fora (Brenton; Bower; Elliott, 2020).

Para aliviar os afazeres, principalmente, das mulheres, o consumo de marmitas *fit* pode ser uma alternativa, que além de reduzir o tempo gasto com a compra e preparo dos alimentos, favorece o consumo de alimentação balanceada por serem preparadas por profissionais especializados no assunto. Também, reduz o tempo dedicado a lavagem das louças e limpeza da cozinha, sobrando tempo com a família e para a prática de atividades físicas.

## 3. Marmitas *fits*

### 3.1 Distribuição das marmitas

É recomendável que as empresas de comida saudável divulguem as marmitas *fit*, principalmente em locais frequentados por pessoas preocupadas com a saúde e a estética, como academias, clínicas de estética, salões de beleza, entre outros (Marmitex de Sucesso, 2019).

5

A publicação nas redes sociais e canais de relacionamento pode ser o divisor de águas para o sucesso do negócio *fitness*, sendo poderosos os meios de comunicação com os clientes. Por meio do *marketing* digital é possível demonstrar aos consumidores os bastidores da produção, os valores da empresa, o posicionamento e a reputação da marca, assim como a responsabilidade social do produto saudável. O Whatsapp, o Facebook, o Youtube, o Instagram, o LinkedIn e o Tik Tok são as redes sociais mais utilizadas e conhecidas na atualidade, portanto, é importante a empresa pesquisar qual a melhor opção para adequar a comercialização

do seu produto *fit*, considerando, inclusive, as mídias mais utilizadas pela concorrência (Agência Sebrae de Notícias, 2021).

O sucesso do negócio digital também está atrelado a qualidade de conteúdos bem trabalhados para posicionamento de destaque nos buscadores ou anúncios patrocinados. *Blogs* com matéria relacionada ao que a empresa fornece, assim como a qualidade dos textos, das artes, dos *links*, dos vídeos (interativo e dinâmico), podem ser oportunidades para atrair e fidelizar potenciais consumidores. Outra vantagem de promover os produtos na *internet* é a possibilidade de mensuração dos resultados das ações de *marketing*, pois no decorrer dessas ações é possível analisar e calibrar as atividades para atingir resultados mais precisos e eficazes. Por meio das redes sociais, também é possível gerar relatórios com dados (idade dos clientes, o horário de maior participação, localidade, sexo - feminino/masculino) e outras informações preciosas sobre como os usuários interagem com o conteúdo divulgado, permitindo a criação de campanhas específicas que atinja diretamente o público almejado. Ferramentas gratuitas como o Google Analytics e Google Adwords possibilitam as empresas extraírem informações da audiência dos seus *sites*, o que favorece uma gestão contínua e adequações de estratégias de divulgação (Cambui, 2017).

Também, as visitas dos usuários nos *sites* podem ocorrer de forma orgânica ou paga. No tráfego orgânico (não pago) a busca por produtos/serviços acontece de forma natural/espontânea, enquanto que no pago, há investimento (pode ser baixo) pela empresa para a divulgação dos conteúdos aos consumidores de forma rápida e eficiente, o que pode ser uma estratégia favorável e barata na divulgação da comida saudável (Agência Sebrae de Notícias, 2021).

Ainda, a ferramenta *remarketing* é outra estratégia que pode contribuir na venda das marmitas *fit*, pois exhibe o produto em outros *sites* após algum visitante acessar o produto no *site/blog* e não efetivar a compra (Cambui, 2017).

### 3.2 Empreendedores de sucesso com a venda das marmitas *fit*

Os setores voltados à saúde, como academias, loja de suplementos e de comida saudável não param de crescer. Dois amigos (de 28 e 29 anos) inauguraram a *Light Chef*, um *e-commerce* de marmitas *fit* congeladas que cresceu e faturou R\$ 3 milhões em 2016. Decidiram, inicialmente, atender somente a grande São Paulo em razão de perecibilidade dos produtos. O cardápio é elaborado pela nutricionista da empresa, o que transmite maior credibilidade aos consumidores. A empresa conta com o apoio de 22 funcionários (*chefs*, nutricionista, administrativo e logística), focados em elaborar e entregar as comidas saudáveis aos clientes (Ecommerce de Sucesso, 2017).

A empresa *Levinho Fit* foi criada pela empreendedora Gisa Oliveira (39 anos), moradora da periferia da Zona Sul de São Paulo. O negócio foi iniciado com os únicos R\$ 200,00 que ela possuía na época e hoje fatura em média de R\$ 7 mil (bruto) por mês, com a venda de cerca de 40 *kits* (marmitas *fit* + suco natural). Ela começou vendendo para os amigos e conhecidos que gostam de atividades físicas, no entanto, 40% dos pedidos chegam pelas mídias digitais. O sucesso dela e de outros empreendedores que comercializam comida saudável ratificam o resultado da pesquisa realizada pelo Euromonitor Internacional, de que o Brasil é o quarto colocado no *ranking* de vendas de alimentos saudáveis, cujo mercado cresceu 98% entre 2014 e 2017 (Martinelli, 2018).

Já a empreendedora Monique Turqueti realizou cursos de capacitação em *marketing* digital no Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e com as estratégias das ferramentas de divulgação nas redes sociais, conseguiu vender 700 marmitas *fit* em um único dia. A consultora do Sebrae Ariadne Mecato



recomendou que Monique continue engajando o seu público-alvo nas redes sociais, com fotos atrativas, publicações constantes nos *stories* do Instagram e degustação no ponto de venda físico, visando manter e aumentar as vendas (Agência Sebrae de Notícias, 2020).

## Conclusão

Preparar refeições recomendadas para uma vida saudável, demanda tempo para comprar, armazenar e cozinhar os alimentos, o que acaba concorrendo com os compromissos e as tarefas diárias.

Em razão disso, a demanda por marmitas *fit* vem crescendo, motivada por um público que busca praticidade e saúde ao mesmo tempo. A aquisição de comida saudável favorece o consumo de alimentação variada e balanceada, reduzindo o tempo dedicado ao preparo dos alimentos, lavagem de louças e limpeza da cozinha, possibilitando realizar atividades físicas regulares e permanecer mais tempo com a família.

Pode ser uma alternativa viável, principalmente, para as mulheres que trabalham e são responsáveis pelas tarefas domésticas e para as pessoas com sobrepeso ou obesas, como forma de reeducação alimentar.

O investimento e a disponibilização, pelas empresas, de alimentação saudável, provavelmente contribuirão para funcionários mais saudáveis e dedicados ao trabalho, além disso, favorece mudanças de hábitos que podem ser reproduzidos aos filhos dos colaboradores, ajudando na redução da obesidade infantil.

Os empreendedores de sucesso no mercado de comida *fit*, estão conseguindo alcançar e atender a demanda de diversos públicos, principalmente pela utilização das ferramentas e estratégias disponibilizadas pelo *marketing* digital.

A pesquisa revelou que a divulgação de conteúdos (vídeos, artes, *links* etc.) de forma clara e objetiva, assim como a gestão e a calibração contínua das campanhas, principalmente com base em dados de interação dos consumidores com os materiais já publicados, gerados/extraídos por ferramentas gratuitas como o Google Analytics e Google Adwords, podem ser oportunidades para atrair e fidelizar clientes.

Também, investir no tráfego pago e no *remarketing*, divulgando conteúdos aos consumidores com agilidade frente a concorrência, podem ser estratégias eficientes para atingir resultados mais precisos na comercialização do negócio *fit*.

## Referências

Agência Sebrae de Notícias (2020). **Ela vendeu 700 marmitas fit em uma semana com estratégia no WhatsApp**. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Alimentacao/noticia/2020/02/ela-vendeu-700-marmitas-fit-em-uma-semana-com-estrategia-no-whatsapp.html>. Acessado em: 21 mai. 2022.

Agência Sebrae de Notícias (2021). **5 dicas para potencializar a gestão das redes sociais do seu negócio**. Disponível em: <https://exame.com/pme/5-dicas-para-potencializar-a-gestao-das-redes-sociais-do-seu-negocio/>. Acessado em: 20 mai. 2022.

7

Brenton, J.; Bower S.; Elliott, S. (2020). **Tempo para cozinhar é um luxo que muitas famílias não têm**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/07/05/Tempo-para-cozinhar-%C3%A9-um-luxo-que-muitas-fam%C3%ADlias-n%C3%A3o-t%C3%AAm>. Acessado em: 20 mai. 2022.

Cambui, D. (2017). **O que é Marketing Digital e porque é importante para o sucesso do negócio?** Disponível em: <https://lamparinaweb.com.br/o-que-e-marketing-digital-e-porque-e-importante-para-o-sucesso-do-seu-negocio/>. Acessado em: 20 mai. 2022.

Ecommerce de Sucesso (2017). **Amigos faturam R\$ 3 milhões com marmitas fitness congeladas**. Disponível

em: <https://ecommercede sucesso.com.br/negocio-marmitas-fitness-insp1/>. Acessado em: 21 mai. 2022.

Martinelli, F. (2018). **Na periferia, ela investiu R\$ 200 em marmitas fit e fatura R\$ 7 mil por mês.** Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2018/11/07/ela-investiu-200-reais-em-marmitas-saudaveis-e-fatura-7-mil-por-mes/>. Acessado em: 21 mai. 2022.

Diário do Curitiba - Jornalismo independente, ético, plural e democrático (2022). **O crescimento do mercado de marmitas fit em época de pandemia.** Disponível em: <https://diariodecuritiba.com/2022/01/12/267443-o-crescimento-do-mercado-de-marmitas-fit-em-epoca-de-pandemia/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Governo do Brasil (2020). **Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos>. Acessado em: 17 mai. 2022.

Gasparini, C. (2015). **Mulheres obesas ganham menos que homens obesos, diz estudo.** Disponível em: <https://exame.com/carreira/mulheres-obesas-ganham-menos-que-homens-obesos-diz-estudo/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Guerra, A. (2021). **Por que você está comendo sem parar?** Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2021/06/arthur-guerra-por-que-voce-esta-comendo-sem-parar/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Guerra, A. (2022). **O que a alimentação tem a ver com saúde mental?** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbessaude/2022/04/arthur-guerra-o-que-a-alimentacao-tem-a-ver-com-saude-mental/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Hart, R. (2021). **Gordo, mas saudável?** Nova pesquisa sugere que condicionamento físico não cancela efeito negativo da obesidade na saúde. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbessaude/2021/01/gordo-mas-saudavel-nova-pesquisa-sugere-que-condicionamento-fisico-nao-cancela-efeito-negativo-da-obesidade-na-saude/>. Acessado em: 18 mai. 2022.

Marmitex de Sucesso (2019). **Onde vender marmita fitness?** Disponível em: <https://marmitexdesucesso.com/page/9/>. Acessado em: 20 mai. 2022.

Pessoa, R. F. (s.d). **Por que investir em um programa de qualidade de vida na empresa?** Disponível em: <https://www.sesi-ce.org.br/blog/por-que-investir-em-um-programa-de-qualidade-de-vida-na-empresa/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Rauen, E. (2021). **Câncer de mama e a sua relação com a obesidade.** Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2021/10/cancer-de-mama-e-a-sua-relacao-com-a-obesidade/>. Acessado em: 19 mai. 2022.

Rauen, E. (2021). **Qual a influência dos pais na obesidade infantil?** Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2021/09/eduardo-rauen-qual-a-influencia-dos-pais-na-obesidade-infantil/>. Acessado em: 18 mai. 2022.

UOL – Universo Online S/A (2022). **UOL lança projeto com cardápios para alimentação saudável e emagrecimento.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/05/cardapios-para-emagrecer-divulgacao.htm>. Acessado em: 19 mai. 2022.

8

Wilding, M. (2018). **Como o trabalho emocional atinge as mulheres.** Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2018/06/como-o-trabalho-emocional-atinge-as-mulheres/>. Acessado em: 20 mai. 2022.



## A importância da inteligência prisional ao combate do crime organizado

### *The importance of prisional intelligence to combat organized crime*

Nolar Pich<sup>1</sup>

Talita Palaver da Silva<sup>2</sup>

Submetido em: 01/04/2023

Aprovado em: 02/04/2023

Publicado em: 04/04/2023

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.502

#### RESUMO

Este trabalho versa acerca das atividades de investigação, inteligência policial e inteligência penitenciária. Em primeiro momento é realizada a análise das principais diferenças entre investigação policial, inteligência policial e penitenciária, abordando a interligação entre as atividades e sua imprescindibilidade no combate ao crime organizado. O principal objetivo é identificar a importância da efetiva implantação da atividade de inteligência no sistema carcerário do Estado do Rio Grande do Sul como instrumento capaz de prevenir, neutralizar e elidir a atividade das organizações criminosas, tendo em vista que as principais lideranças das facções estão reclusas nas casas prisionais e comandando de dentro do estabelecimento prisional o crime organizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Investigação. Investigação. Inteligência policial. Inteligência penitenciária. Estabelecimento prisional. Crime organizado.

#### ABSTRACT

This work deals with investigation activities, police intelligence and penitentiary intelligence. At first, the analysis of the main differences between police investigation, police and penitentiary intelligence is carried out, addressing the interconnection between activities and their indispensability in the fight against organized crime. The main objective is to identify the importance of the effective implementation of intelligence activity in the prison system of the State of Rio Grande do Sul as an instrument capable of preventing, neutralizing and suppressing the activity of criminal organizations, considering that the main leaders of the factions are inmates in prison houses and commanding organized crime from within the prison establishment.

**KEYWORDS:** Research. Investigation. Police intelligence. Penitentiary Intelligence. Prison facility. Organized crime.

#### INTRODUÇÃO

O trabalho versa sobre a atividade investigativa, inteligência policial, inteligência penitenciária e a importância da implantação no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é fazer uma análise da diferença entre as atividades de investigação e inteligência, dividida em inteligência policial e inteligência penitenciária. Considera-se existir investigação, como atividade reativa ao ato ilícito praticado ou tentado e a atividade de inteligência policial como atividade proativa a fim de prevenir, elidir, neutralizar ou identificar o ilícito. Este estudo aponta que as principais lideranças das facções que assolam o Estado do Rio Grande do Sul estão recolhidas nas casas prisionais, concluindo que a implantação da atividade de inteligência penitenciária é um relevante instrumento capaz de neutralizar as atividades criminosas.

1

#### DESENVOLVIMENTO

A atividade de inteligência está vinculada à inteligência de Estado. Conforme dispõe Gonçalves (2009, p. 40) que “A percepção clássica da atividade de inteligência está muito vinculada à inteligência de Estado. [...]”

tendo por escopo à segurança do Estado e da sociedade, e que constituem subsídios ao processo decisório da mais alta esfera de governo.”

Inicialmente cumpre distinguir os conceitos de investigação e inteligência policial. Nas palavras de Pereira (2010, p.) a investigação policial atua de maneira reativa e tem como função fornecer subsídios para repressão de delitos já ocorridos. A atividade investigativa busca identificar indícios e provas de delitos já consumados, cuja destinação é o inquérito policial e os autos criminais, em ocorrendo denúncia pelo Ministério Público. Em contraponto, a inteligência policial é uma atividade proativa e tem como função auxiliar tanto nas ações preventivas quanto repressivas da criminalidade. A atividade de inteligência tem como objetivo coletar informações que quando organizadas são capazes de impedir a realização de um delito ou identificar as organizações e modos de operação, bem como auxiliar na tomada de decisões para prevenir e combater novos crimes.

Segundo Celso Ferro Junior (2005, p. 9), a inteligência policial tem como objetivo a obtenção, análise, produção de conhecimentos de interesse da segurança pública no território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade e, ainda, assessorar as ações de polícia judiciária e ostensiva por meio da análise, compartilhamento e difusão de informações.

Pacheco (2005, p. 5) disciplina que a inteligência dita do Estado, correspondente a segurança nacional, deve ser complementada pela inteligência de segurança pública (ISP). Para o autor, a inteligência criminal divide-se em inteligência policial, desenvolvida no âmbito das polícias e inteligência prisional, desenvolvida no âmbito dos estabelecimentos prisionais.

O Ministério da Justiça (2018) definiu o conceito da atividade de inteligência prisional ou penitenciária como sendo:

(...) o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera dos sistemas penitenciários, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de políticas e de ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos.

Os doutrinadores Fioravante e Feliciano (2016, p. 88) preconizam que a inteligência prisional ou penitenciária possui grande relevância no monitoramento das organizações criminosas, pois em sua maioria os líderes das facções se encontram reclusos e de dentro do sistema prisional se comunicam e ordenam o cometimento das mais diversas infrações.

É de suma importância verificar que o Projeto de Lei n. 2.563/2003, preconiza que compete ao serviço de inteligência penitenciária acompanhar e analisar as atividades dos presidiários, monitorar todos os meios de comunicação, acompanhar e avaliar os contatos pessoais com visitas ou agentes penitenciários, bem como produzir dados e colher informações relacionadas aos crimes ou indícios de crimes e faltas graves cometidos durante a execução da pena. Vejamos:

Compete ao serviço de inteligência penitenciária:

Acompanhar e analisar as atividades dos presos;

Produzir dados e conhecimentos relacionados a crimes ou indícios de crimes e as faltas graves cometidas pelos presos durante a execução da pena;

Monitorar todos os meios de comunicação, inclusive de correspondência escrita.

Acompanhar e avaliar os contatos dos presos entre si, com visitas ou com agentes penitenciários.

Afonso (2006, p. 49) assevera que o serviço de inteligência executado de forma séria e comprometida tem a aptidão de fornecer informações explicativas e preditivas. Para o autor, a principal função da atividade de inteligência policial é aquilo que a torna indispensável para qualquer governo, é a competência de pôr em prática um conjunto de métodos materializado ao longo de um árduo e contínuo trabalho a fim de compor uma oportunidade de combater e prevenir delitos, com o máximo de imparcialidade, clareza e concisão.

2

O especialista em inteligência estratégica, Robson Gonçalves (2007, p.5) preconiza que “o Estado não pode prescindir dos serviços de inteligência, pois estes produzem o conhecimento necessário à tomada de decisões e trabalham na proteção destas informações, impedindo que elementos de inteligência adversos comprometam os interesses nacionais”.

É de conhecimento público que as casas prisionais do Estado do Rio Grande do Sul estão em condições precárias e superlotadas, corroborando com o desenvolvimento das organizações criminosas. Inclusive, há líderes de facções reclusos que desenvolvem sua atividade de dentro do próprio estabelecimento prisional.

Nas palavras de Manso e Dias (2018, p. 55), as casas prisionais possuem relação íntima com as facções e



gangues criminais, seja como ambientes propícios ao desenvolvimento inicial dos quais se originam, seja como espaço no qual se fortalecem as organizações através do recrutamento de membros e do exercício de poder através de interesses individuais e coletivos.

Para Fernandes (1995, p. 36), há três vertentes doutrinárias preconizando o conceito de crime organizado. A primeira vertente considera a existência de organizações criminosas nas quais os membros se utilizam dela para cometer crimes. A segunda utiliza as características básicas, sem adequação a tipo penal, incluindo o fato de o agente pertencer a organização criminosa e por fim, o enquadramento dos fatos ao tipo normativo, acrescentando outros, considerando os crimes organizados.

Em que pese não exista uma definição exata do que seja crime organizado, a Lei n. 12.850/2013, em seu Art. 1º, § 1º, estabeleceu que se considera organização criminosa a associação de quatro pessoas ou mais, desde que estruturalmente ordenadas e com divisão de tarefas, mesmo que de maneira informal, intuito de obter vantagem de qualquer natureza por meio da prática de infrações penais com pena máxima superior a quatro anos ou que possuam caráter transnacional. Vejamos:

Art.1º. (...)

§1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Desse modo, por crime organizado se pode concluir pela união de pessoas para consecução de crimes de maneira articulada, não se tratando de mera eventualidade ou coincidência. Portanto, notório que o exercício permanente e organizado da atividade de inteligência trará benefícios ao Estado, possibilitando identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais, cujo objetivo é elidir as organizações criminosas ou, pelo menos, prever, neutralizar e reprimir sua forma de atuação, subsidiando os tomadores de decisão a planejar e organizar as políticas e ações.

Em reportagem divulgada (2022), o Jornal Correio do Povo relata a remoção de líderes de facções para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, denominada PASC, na qual a Diretora do Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil afirmou que a remoção dos detentos e a inclusão em isolamento seria uma forma de desmobilizar as organizações criminosas.

Destaca-se que a atividade de inteligência penitenciária constitui parte essencial da produção de conhecimento, auxiliando na manutenção da ordem e paz social, influenciando sobremaneira no âmbito decisório do Estado.

## CONCLUSÃO

É pertinente destacar que as facções que comandam o Estado do Rio Grande do Sul logram êxito na atividade criminosa e formaram uma grande força paralela ao Estado, constituindo regras e meios de execução próprios, aumentando o índice de criminalidade e trazendo insegurança a população.

As autoras Genena e Cruz (2014) apontam que:

É notório que as facções criminosas não podem continuar logrando êxito em seus desígnios e por este motivo o Estado precisa de meios capazes de garantir a segurança pública, combatendo de forma eficaz as organizações criminosas que impõem terror à sociedade, seja pela edição de legislação própria para o combate deste tipo de crime, seja pelo investimento nas atividades de Inteligência para subsidiar suas decisões. (GENENA; CRUZ, 2014).

É possível concluir que o desenvolvimento da atividade de inteligência penitenciária em conjunto com ações de inteligência policial e investigação no Estado do Rio Grande do Sul, de maneira imparcial, é capaz de diminuir os números alarmantes da criminalidade. Conforme relatado, os principais comandantes das facções estão reclusos, portanto, ao implantar a atividade de inteligência penitenciária, é possível produzir dados e conhecimentos, mapear comportamentos, monitorar a comunicação com visitas e com os próprios agentes penitenciários, entre outras condutas, a fim de identificar, prevenir e neutralizar as atividades ilícitas.

Fernandes (2006, p. 12) ao traduzir a publicação da doutrina de inteligência do Department of the Navy, United States Marine Corps, Marine Corps Doctrinal Publication (1997, p.7-8), dispõe que:

“A boa inteligência não repete simplesmente informações reveladas por fontes. Ao contrário, ela desenvolve uma gama de material que nos diz o que aquela informação significa e identifica suas implicações para os tomadores de decisão”. (FERNANDES, 2006, p. 12).



Tendo em vista as situações explanadas, vê-se que o controle e monitoramento das unidades prisionais pelo Estado possui papel fundamental na prevenção e combate de crimes executados dentro e fora do sistema prisional, posto que as lideranças das principais organizações criminosas se encontram reclusas no sistema.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Leonardo Singer. **Fontes abertas e inteligência de Estado**. Revista Brasileira de Inteligência 2-2/49-62. Brasília: Abin, abr. 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.563/2003**, de 18 de agosto de 2021. Altera artigos da Lei nº 7.210/1984 que institui o Lei de Execução Penal e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020211022001880000.PDF#page=521>

**Lei nº 12.850/2013**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em: 16.07.2022.

GENENA, Samia Kamal; CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. **O papel da inteligência no enfrentamento ao crime organizado: a experiência recente do estado de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 2-11, 2014. Disponível em: <http://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/viewFile/163/63> Acesso em: 19.08.2022.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

GONÇALVES, Robson José de Macedo. **A inteligência e o Poder Legislativo**. Senado Federal, Brasília. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/spol/pdf/artigorobson1.pdf> Acesso em: 19.08.2022.

FERNANDES, Antônio Scarance. **O crime organizado e a legislação brasileira**. In: PENTEADO, Jaques de Camargo (Coord.). Justiça penal: críticas e sugestões, v. 3. São Paulo: RT, 1995. p. 36.

FERNANDES, Fernando do Carmo. **Inteligência ou informações?** Revista Brasileira de Inteligência 2-3/7-21. Brasília: Abin, set. 2006.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A atividade de inteligência na polícia civil do DF. MBA Segurança Pública e Defesa Social, disciplina Atividade de inteligência e contra-inteligência policial**. Apresentação áudio-visual. Brasília, União Pioneira de Integração Social (UPIS), 2005

FIORAVANTE, Rosane; FELICIANO, Antônio Marcos. **O Sistema de Inteligência Penitenciária e a Análise e o Monitoramento de Organizações Criminosas Atuantes em Santa Catarina**. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, nº 11. 2016. p. 79-93.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. (2018), **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo, Todavia.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Atividades de inteligência e processo penal**. IV Jornada Jurídica da Justiça Militar da União – Auditoria da 4.ª CJM, 30.09.2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <http://www.militar.com.br> Acesso em: 24.07.2022

4

O acesso completo às metas do Encla referentes aos anos de 2008 e anteriores está disponível no sítio do Ministério da Justiça na rede mundial de computadores: **Os serviços de segurança pública de natureza policial e não policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/> Acesso em: 16.07.2022

Sem autor: **REMOÇÃO de líderes de facções para PASC deve reduzir conflitos em Porto Alegre**,



**dizem autoridades.** Porto Alegre, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/remo%C3%A7%C3%A3o-de-1%C3%ADderes-de-fac%C3%A7%C3%B5es-para-a-pasc-deve-reduzir-conflito-em-porto-alegre-dizem-autoridades-1.805361>  
Acesso em: 04.08.2022



**A ressocialização de indivíduos encarcerados e o direito à educação**  
*The resocialization of incarcerated individuals and the right to education*

Talita Palaver da Silva<sup>1</sup>  
Nolar Pich<sup>2</sup>

Submetido em: 01/04/2023  
Aprovado em: 02/04/2023  
Publicado em: 07/04/2023  
DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.503

## Introdução

A ressocialização é concebida pelos dispositivos legais brasileiros como uma das funções da pena privativa de liberdade. No entanto, os graves problemas carcerários enfrentados pelo Brasil levam a refletir acerca da eficiência da atuação do sistema prisional na ressocialização dos indivíduos encarcerados (BITENCOURT, 2012).

No Brasil, a realidade atual das prisões dificulta o processo da ressocialização e acaba por representar um obstáculo para o alcance dessa finalidade. Entretanto, apesar das dificuldades, o ideal ressocializador não deve ser abandonado, mas sim reconstruído, por meio de políticas públicas eficientes e uma gestão prisional que privilegie a garantia dos direitos e assistências reconhecidos na Lei de Execução Penal (LEP) e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário (BARATTA, 2007; DEPEN, 2016).

Refletir sobre a ressocialização no âmbito prisional é pensar em possibilidades de transformação pessoal durante e apesar do cumprimento da pena. É preciso oferecer às pessoas privadas de liberdade mecanismos de mudança. Tais mecanismos são representados, precipuamente, pela garantia dos direitos fundamentais, oportunizando o desenvolvimento da pessoa presa e sua ressocialização, minimizando as chances de reincidência criminal (CARVALHO, 2012; CASTANHO, 2019).

Neste mote, sendo a educação um direito fundamental, essencial à própria existência do ser humano como um ser social, estando intimamente ligada ao livre desenvolvimento da personalidade e à dignidade da pessoa humana, atuando como condição para o exercício de todos os outros direitos e para o reconhecimento do indivíduo como um sujeito de direitos, a mesma apresenta-se como um elemento fundamental na socialização e ressocialização de todos os indivíduos.

## A ressocialização e o direito à educação

O direito à educação é considerado um direito fundamental, tendo papel preponderante no desenvolvimento humano, não estando as pessoas privadas de liberdade e excluídas do acesso a este direito (DEPEN, 2016; JULIÃO, 2009; SEN, 2010).

Zenni e Félix (2011) conceituam a educação como a dinâmica que possibilita ao ser humano sair de um estado de mentalidade sensitivamente comum para uma mentalidade consciente. Em suas palavras, significa “sair de uma concepção fragmentária, incoerente, passiva e simplista, para assumir uma concepção unitária, coerente, articulada, intencional, ativa e cultivada. Educar é evoluir, capacitar à dignidade” (ZENNI; FÉLIX, 2011, p.173).

Nesse sentido, os autores consideram a educação como o processo que permite aos indivíduos desenvolver-se, tornando-se um sujeito preparado para a elaboração de um pensamento crítico, não cedendo de forma passiva às ideologizações e construindo sua dignidade enquanto pessoa (ZENNI; FÉLIX, 2011). A partir dessa concepção, alertam para a influência da ação educacional não só no próprio ser humano, mas também em outros aspectos que afetam a sociedade:

1

Se no processo de educação é que a capacidade cognitiva do ser do homem exprime-o como ente metafísico, que vislumbra fins e constrói a sua dignidade certamente tal fenômeno passa a exaurir criminalidade, estancar violência, canalizar energia para o bem e o ético, tornar a convivência uma união justa e humana, dando sentido inclusive às promessas constitucionais de edificação de sociedade justa, fraterna e solidária (ZENNI; FÉLIX, 2011, p.178).

1 Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. E-mail: talita-palaver85@gmail.com

2 Especialista em inteligência policial pelo Centro Universitário Faveni. E-mail: nolarppich@gmail.com



A relevância da educação na vida das pessoas e na sociedade é tão evidente que Gadotti (2010) aponta ser dispensável a discussão acerca dessa importância, considerando óbvia a sua necessidade para o exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar os indivíduos mais autônomos e mais felizes; sendo, portanto, algo indispensável para a “sobrevivência do ser humano” (GADOTTI, 2010, p.41).

Nessa perspectiva, a educação é um direito fundamental, essencial à própria existência do ser humano como um ser social, estando intimamente ligado ao livre desenvolvimento da personalidade e à dignidade da pessoa humana, atuando como condição para o exercício de todos os outros direitos e para o reconhecimento do indivíduo como um sujeito de direitos, sendo assim consagrado como um “direito síntese”. Sobre essa questão, discorrem Rizzi, Gonzales e Ximenes (2011, p. 19):

Além de sua importância como direito humano que possibilita à pessoa desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo ao longo da vida, a educação é um bem público da sociedade, na medida em que possibilita o acesso aos demais direitos. Portanto, a educação é um direito muito especial: um “direito habilitante” ou “direito de síntese”. E sabe por quê? Porque uma pessoa que passa por um processo educativo adequado e de qualidade pode exigir e exercer melhor todos os seus direitos.

Na mesma direção de pensamento, Scarfó (2013) considera como finalidade precípua da educação o desenvolvimento integral do indivíduo e a denomina como um direito “chave”, por possibilitar o conhecimento de outros direitos e contribuir para a garantia deles.

Falcade (2019), corroborando com essas ideias, aponta que a educação é um direito que possibilita a melhora no desenvolvimento humano. Dessa forma, são indispensáveis políticas públicas que priorizem a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promovam oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, inclusive para a população prisional (FALCADE, 2019; PNUD, 2016).

Para Bittar (2004), a educação coloca-se como uma questão imprescindível ao desenvolvimento da personalidade humana, estando profundamente relacionada ao princípio da dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado o dever de assegurá-la a todos os sujeitos. Assim, refere o autor em suas palavras:

O direito à educação carrega em si as características dos direitos da personalidade, ou seja, trata-se de um direito natural, imanente, absoluto, oponível erga omnes, inalienável, impenhorável, imprescritível, irrenunciável [...], não se sujeitando aos caprichos do Estado ou à vontade do legislador, pois trata-se de algo ínsito à personalidade humana desenvolver, conforme a própria estrutura e constituição humana. No que concerne à educação, assegurada constitucionalmente, o titular desse direito é uma pessoa de qualquer idade, que teve ou não acesso à escolaridade obrigatória na idade própria. O sujeito deste direito é o indivíduo e o sujeito do dever é o Estado (BITTAR, 2004, p. 158).

O termo dignidade humana baseia-se na ideia de que o indivíduo, assim que nasce, carrega consigo uma gama de valores intrínsecos que perdurarão até a sua morte, devendo usufruir de uma posição de respeitabilidade, reconhecida e legitimada por toda a sociedade (BITTAR, 2004).

Nesse sentido, quando ocorre a privação do indivíduo ao acesso à educação, viola-se o princípio da dignidade da pessoa humana, pois a ausência do ato educacional prejudica a construção da cidadania e afasta o indivíduo do acesso a outros direitos e condições básicas da vida, tais como o trabalho e a aquisição de bens e serviços necessários para a manutenção de uma boa qualidade de vida (FREITAS, 2015).

Para além dos conceitos desses autores, é pertinente destacar-se a visão do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) sobre a educação, de acordo com seu Modelo de Gestão:

O direito à educação é considerado um direito subjetivo e inalienável de qualquer cidadão. Porém, para além da defesa deste direito, defesa esta que é imprescindível para fazer avançar seu alcance mesmo junto àquela população a quem se negam os direitos de cidadania, a educação deve ser compreendida como um valor em si mesma, ou como forma de participação da humanidade no mundo, ou, nos dizeres de Paulo Freire, como prática da liberdade (Freire, 1967). Nesta perspectiva, a garantia daquele direito para as pessoas em privação de liberdade faz parte de uma concepção ainda mais ampla de educação, qual seja, a educação como princípio organizador das múltiplas formas de sociabilidade humana, gerando valores e relações, caminhos de emancipação e de convivência (DEPEN, 2016, p. 84).

A partir dessas abordagens, concebe-se a educação como um direito de todos, procedente de um Estado Social que visa assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, buscando ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. Avançando nessa reflexão, cabe destacar, que o sujeito privado de liberdade preserva



todos os demais direitos não alcançados pela sentença e, portanto, tem direito à educação, devendo o Estado assegurar essa condição (ALBERGARIA, 1996; BITTAR, 2004; FREITAS, 2015).

Dessa maneira, importante analisar que o ordenamento jurídico brasileiro apresenta em seu bojo vários dispositivos legais que possuem o objetivo de preservar a dignidade da pessoa presa. Tais determinações são encontradas na Lei de Execução Penal, no Código Penal e na Constituição Federal.

A Constituição Federal traz a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, com vedação de penas cruéis, de caráter perpétuo, de morte, tortura e garantia de respeito à integridade física e moral dos indivíduos privados de sua liberdade (BRASIL, 1988, artigos 1º e 5º). Tais questões também constam nas leis penais vigentes, observando-se na LEP dispositivos que buscam a efetivação dessas garantias.

Outrossim, o Brasil é membro da Organização das Nações Unidas, signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos e outros relevantes instrumentos internacionais de proteção às pessoas reclusas e respeito aos direitos humanos, estando sujeito a um sistema de proteção de direitos humanos regional e global, os quais demandam atenção e cuidados direcionados à população prisional, tendo estabelecido diretrizes a serem seguidas para a preservação dos direitos não alcançados pela privação de liberdade (BETTINI, 2018).

O direito humano à educação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, e propõe o completo desenvolvimento da pessoa humana e o apreço aos direitos humanos, corroborando que as pessoas encarceradas, assim como os demais seres humanos, têm direito à educação (CARREIRA, 2009).

Nesse sentido, destaca a autora que “os direitos humanos são universais (para todos e todas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e exigíveis frente ao Estado em termos jurídicos e políticos” (CARREIRA, 2009, p. 10).

O direito à educação também é expresso no documento internacional: Regras Mínimas para o tratamento de prisioneiros, aprovado pelo Conselho Econômico e Social da ONU, em 1957, e abordado com mais detalhes no capítulo anterior. Porém, neste momento, é pertinente salientar que esse normativo prevê o ingresso à educação aos indivíduos que cumprem pena em regime fechado, assegurando que carecem ser adotadas ações com o objetivo de aperfeiçoar a educação dos sujeitos privados de liberdade (CARREIRA, 2009; ONU, 1977).

Dentre os diplomas legais brasileiros, além daqueles já citados, há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996. Essa lei define a educação de jovens e adultos como aquela destinada a pessoas que não estudaram na idade apropriada ou não conseguiram dar prosseguimento ao estudo, seja no ensino fundamental ou médio. A educação das pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário integra a chamada educação de jovens e adultos, que regulamenta o direito antevisto na Constituição Brasileira de 1988, que concebe o Ensino Fundamental e Médio como garantia de todos (HENRICH, 2017).

Para Freire (2011), a educação para jovens e adultos deve ser realizada com a participação livre e crítica dos estudantes. Por livre considera-se oferecer mecanismo que o permita superar as condições de opressão e alienação. Já a crítica, representa a possibilidade de o indivíduo refletir sobre sua realidade, discutindo acerca de sua problemática, bem como sua inserção nessa questão e a capacidade de diálogo com o outro. Isso significaria uma educação que desenvolve no estudante a capacidade de envolver-se com sua realidade, para então conseguir refletir, questionar e dialogar. Tal capacidade é essencial à participação social e à democracia e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

Cabe mencionar que algumas alterações realizadas na LEP, por meio da Lei nº 13.163/2015, ampliaram as obrigações relacionadas ao direito à educação, incorporando, além do dever de assegurar o ensino fundamental, já previsto, a obrigatoriedade de oferecer o ensino médio aos apenados: “Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização”. Porém, a LEP continua sem obrigar o oferecimento de ensino superior nos presídios. Em seu art. 83, a LEP define que o estabelecimento penal deverá contar em suas dependências com local para a realização das atividades educacionais (BRASIL, 1984/2015).

Desse modo, a implantação desses dispositivos educacionais nos presídios diz respeito ao cumprimento de preceito legal e constitucional de universalização da educação, configurado como dever do Estado.

3

Na mesma direção, a Lei nº 172/2001 – Plano Nacional da Educação, prevê em sua meta 17 implantar, em todas as unidades prisionais, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio e, na sua meta 5, garante o fornecimento de material didático-pedagógico (BRASIL, 2001).

Com o intuito de buscar mais engajamento dos presos e reconhecer a importância dada às ações educativas no ambiente prisional, a legislação penal brasileira inclui a possibilidade de remissão da pena, que trata de uma possibilidade de redução dos dias de encarceramento pelo tempo de trabalho e/ou estudo realizados no sistema penitenciário (DEPEN, 2016). A Lei nº 13.163/2015 – que altera a LEP – prevê a possibilidade de o tempo de

atividades educacionais serem remidas do tempo da pena, na proporção de um dia de pena para cada doze horas de estudo, sendo que essas doze horas deverão ser divididas em três dias (BRASIL, 2015).

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena:

§ 1o A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias. (BRASIL, 1984/2015, s.p.).

Outra importante alteração provocada pela Lei nº 13.163/2015 é descrita em seu artigo 21, que prevê a implantação de bibliotecas para todos apenados, dotadas de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Percebe-se, com as modificações incorporadas à LEP, uma tentativa de ampliação do processo de educação no cenário brasileiro, revelando uma política de Estado preocupada em assegurar e ampliar o acesso das pessoas privadas de liberdade ao direito à educação (SARAIVA, 2018). É o que se pode inferir a partir do artigo 21-A, que institui a realização de um censo penitenciário para apurar o nível de escolaridade dos presos e das presas, a confirmação da existência de cursos nos níveis fundamental e médio, bem como do número de pessoas atendidas pela educação formal, além da educação profissional em nível inicial e de aperfeiçoamento, e a existência de bibliotecas e outros dados que sejam relevantes para o aprimoramento educacional.

A educação nos presídios deve ter os mesmos valores e requisitos da rede regular, com igualdade de carga horária. As escolas e cursos proporcionados às pessoas privadas de liberdade devem estar associados ao sistema estadual ou municipal de ensino. Essas orientações visam evitar prejuízos à continuidade dos estudos quando o apenado sair do sistema prisional (BRASIL, 2015; HENRICH, 2017).

Julião (2006), pesquisando sobre a função da educação como apoio à reinserção social na política de execução penal, defende que a educação é uma ferramenta preponderante nesse processo, pois, além dos benefícios da instrução escolar, o apenado pode vir a participar de oportunidades adequadas para incentivar uma mudança em sua concepção de mundo, cooperando para a constituição de seu senso crítico, especialmente resultando no conhecimento do valor da liberdade e melhorando a conduta na vida carcerária.

No mesmo sentido, pondera Onofre (2011) que a educação praticada em espaços de privação de liberdade, no qual o protagonismo de cada indivíduo lhes é extraído em favor de um controle estatal, deve-se evitar e prevenir as concepções usuais de fazer da educação um instrumento para adaptação de cada sujeito às regras de contenção e disciplina que caracterizam o convívio no ambiente prisional. Dessa forma, se a educação possui funções socializadoras, estas devem permitir a construção de formas seguras, saudáveis e dignas de convívio, diferentemente das tentativas de adestramento que tanto caracterizam a história da educação nas prisões brasileiras.

Outro aspecto importante é o reconhecimento das especificidades que marcam o momento de vida de alunos e alunas dos programas educacionais realizados em prisões. Esse momento é marcado pela privação das relações pessoais, pela privação de direitos e, sobretudo, pela privação da liberdade civil, condições estas que exercerão influências cotidianas nos hábitos de estudo e participação escolar (DEPEN, 2016; ONOFRE, 2011; MIRANDA, 2016; SILVA, 2016).

Finalmente, considerando que as prisões são locais para onde são enviados jovens e adultos que atingiram a maioridade civil, deve-se compreender a oferta de educação nas prisões numa perspectiva de aprendizagem contínua ao longo da vida, aprendizagem esta que exige considerar os caminhos e conhecimentos já percorridos, sem perder de vista a necessidade de integração entre o uso social do conhecimento e dos conteúdos escolares, ou seja, sua dimensão prática e funcional, e os usos simbólicos, representacionais, cognitivos e pessoais que também estão presentes no ato de aprendizagem (DEPEN, 2016; SILVA, 2016).

Com base nas questões elencadas e em conformidade com a concepção adotada pelo próprio DEPEN, na formulação de seu modelo de gestão para as políticas públicas prisionais, pode-se compreender que a prática da educação concebida pelas políticas penitenciárias não é adstrita à escolarização. O exercício da educação nos estabelecimentos penais preconiza o desenvolvimento integral do indivíduo, por meio de atividades e rotinas que marcam o cotidiano do convívio numa instituição de privação de liberdade, de modo que essa rotina se estabeleça tendo como parâmetro o respeito pela dignidade da vida e das relações entre todos os sujeitos que interagem no ambiente prisional (DEPEN, 2016; SILVA, 2016).

Nesse sentido, é necessário entender que a educação não é um processo isolado, nem restrito ao ambiente escolar, tampouco estagnado e destinado exclusivamente ao conceito socialmente construído de idade escolar,



resumindo-se aos períodos de infância, adolescência e juventude, tornando-se um ponto central nas políticas de educação para as pessoas em privação de liberdade (SILVA, 2016).

Reforçando esse pensamento, de superação à concepção de idade “certa” para frequentar a escola, destaca-se o posicionamento da UNESCO e do Ministério da Educação:

O papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental para resolver questões globais e desafios educacionais. Aprendizagem ao longo da vida, “do berço ao túmulo”, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento (UNESCO; Ministério da Educação, 2010, p. 06).

Assim, adota-se a compreensão de que a educação se dá ao longo da vida, permitindo uma visão integral, que vai além das necessidades de aprendizagem e seus usos, atingindo uma dimensão libertadora e promotora de desenvolvimento humano, pessoal e coletivo. Tomada por este olhar, a oferta de educação nas prisões, embora assegurada pela Lei de Execução Penal desde 1984, foi regulamentada e teve seus propósitos atualizados a partir das Resoluções N° 03 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 11 de março de 2009, e N° 02, do Conselho Nacional de Educação, de 19 de maio de 2010, e da Lei n° 13.163/2015 (DEPEN, 2016; MIRANDA, 2016).

Tais normativas têm por objetivo dispor sobre as responsabilidades, as formas e finalidades da oferta de educação em prisões, marcando a incorporação de práticas educativas sob uma visão que vai além da escolarização e afirmando o segmento da Educação de Jovens e Adultos como paradigma de ação a ser implementada pelos estados, aos quais cabe a tarefa de articular os sistemas de ensino à gestão prisional (DEPEN, 2016).

Além disso, estudos na área, como os de Onofre (2011), Julião (2009), Miranda (2016), Silva (2016), entre outros, evidenciam que a educação na prisão é geradora de interações entre os indivíduos, promove situações de vida com melhor qualidade, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite a (re)conquista da cidadania. Dessa forma, ainda que inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura dos educadores como atores importantes na construção de espaços onde o aprisionado pode (re)significar o mundo como algo dinâmico e inacabado.

De acordo com Julião e Onofre (2013), verifica-se nos últimos anos alguns avanços na América Latina e especificamente no Brasil, no sentido de assegurar o direito à educação no ambiente carcerário; contudo, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, no sentido de integrar e de articular ações que possam efetivamente criar condições que contribuam para a melhoria da situação das unidades prisionais, permitindo que cumpram seu papel como instituições educativas.

Nessa perspectiva, Julião (2009) aponta que o indivíduo em situação de privação de liberdade carrega memórias e vivências, por vezes negativas, de situações pelas quais passou antes e durante sua trajetória na vida do crime. As pesquisas realizadas pelo autor revelam que, entre as expectativas de futuro do apenado, destaca-se o desejo de começar uma nova vida, na qual possa trabalhar, voltar a estudar e construir uma família. No entanto, os estudos acerca da reincidência criminal apontam que tais expectativas acabam, na maioria das vezes, frustradas pelos rótulos (estigma de “ex-presidiário”), pelo despreparo em assumir atividades profissionais, por distorções de visão de mundo que fatalmente adquirem na sociedade dos cativos.

A partir dessas constatações, impõe-se como fundamental que as políticas públicas prisionais e programas educativos destinados às pessoas privadas de liberdade levem em conta a relação presente/passado/futuro, considerando:

[...] o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, como memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerada, e a educação pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de mostrar-se ou se esconder, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver (JULIÃO; ONOFRE, 2013, p. 55).

A concepção de educação como um direito humano – concebida como eixo que leva a reconhecer o indivíduo em situação de privação de liberdade como sujeito de direitos, não vem sendo viabilizada em seu ponto de partida, tornando os fins da educação nas unidades prisionais distintos dos fins da pena. Por muito



tempo os sistemas penitenciários priorizaram o foco nos imperativos da punição, descartando as possibilidades de promover em seu interior, práticas sociais que promovam processos educativos. Reverter essa questão é algo imprescindível para o alcance do ideal de educação para todos, por toda a vida, uma vez que o reconhecimento da cidadania dos privados de liberdade é o ponto de partida para a defesa de seus direitos educativos (JULIÃO; ONOFRE, 2013).

Com isso, as políticas públicas penitenciárias formuladas nos últimos anos, a exemplo do PNPCP (2016-2020) e do modelo de gestão para as políticas públicas prisionais, sinalizam a tentativa de superar essa questão e proporcionar à finalidade ressocializadora da pena a mesma dedicação reservada à função punitiva, assumindo a importância da educação nesse processo, ainda mais, tendo em vista o perfil da população carcerária brasileira (BETIM, 2018; JULIÃO; ONOFRE, 2013).

A concepção adotada nesses instrumentos de planejamento e gestão colocam o direito à educação nos sistemas prisionais como instrumento de emancipação do indivíduo, algo que o capacita a obter autonomia e responsabilidade na condução de sua própria vida, que lhe permite dar continuidade aos estudos e receber uma certificação oficial para que consiga um trabalho digno e remunerado de maneira justa, o que lhe permitirá viver sua cidadania. Nesse sentido, discorrem os autores:

A educação deve se fazer presente em todos os espaços, como um sistema e não como um programa compensatório – nesse sentido, não se trata de uma educação especial e nem de segunda categoria. A qualidade é um quesito que deve primar em todos os espaços, pois se trata de um direito. Portanto, a função educativa e a função da segurança são dimensões que devem ser abordadas em suas especificidades, não podendo a segunda sobrepor-se à primeira, anulando seu sentido e significado. (JULIÃO; ONOFRE, 2013, p. 63).

As políticas públicas para a educação em espaços prisionais, devem, portanto, considerar a singularidade desse ambiente, administrado por meio de normas e regras que devem assegurar as regularidades estabelecidas pelo princípio da segurança e as especificidades dos sujeitos que ali se encontram (ONOFRE, 2011; SARAIVA, 2018).

A maioria da população carcerária é composta por indivíduos que ao longo de suas trajetórias foram privados de direitos humanos fundamentais, e a prisão, como instituição ressocializadora que é, deve assegurar o direito à educação aos apenados e contribuir no processo de construção de um projeto de vida que lhes permita dar continuidade ao processo de socialização e educação ao longo da vida (JULIÃO; ONOFRE, 2013; SARAIVA, 2018).

Portanto, dadas as características da prisão e a situação social dos sujeitos que nela vivem, compreender o espaço onde a escola está inserida, a fim de se estabelecer uma estratégia educativa que contemple a complexidade e a singularidade da instituição, apresenta-se como fator elementar (JULIÃO; ONOFRE, 2013).

A partir desses pressupostos e considerando a atual conjuntura do sistema penitenciário, proporcionar espaços com adequada infraestrutura, destinados às atividades escolares e não escolares, apresenta-se como um desafio, uma vez que em alguns estabelecimentos penais os locais destinados a essas finalidades são adaptados e algumas unidades prisionais ainda não possuem estrutura para assegurar o direito à educação aos apenados. Nesse sentido, uma das metas estabelecidas pelo DEPEN em seu modelo de gestão é a ampliação dos espaços educacionais, priorizando o repasse de recursos aos projetos com essa destinação (DEPEN, 2016).

Para Sacarfó (2013), o desafio que se apresenta é oportunizar mecanismos e convergência de ações de todos os envolvidos, em uma educação concebida como um direito humano e o fortalecimento da educação escolar em diálogo com as demais práticas sociais, que sejam traduzidas em investimentos na construção de bem-sucedidas trajetórias de vida. É preciso, portanto, conceber a educação por uma perspectiva pedagógica indispensável e prioritária, atribuindo-se igualdade de valores para a educação desenvolvida em estabelecimentos prisionais, consistindo na prática educativa voltada à construção de valores, liberdade, integridade pessoal, igualdade entre as pessoas, tolerância, participação, justiça, solidariedade, respeito aos acordos, escuta ao outro, expressão sem agressão, exercício da crítica construtiva e reflexão sobre a vida cotidiana.

Para Zaffaroni (2015, p.79), o desafio brasileiro é colocar em prática os direitos assegurados pelas normas e leis:

[...] este efeito compensatório da educação, no viés normatizado, esconde a negação dos direitos, pois o acesso à educação nos espaços prisionais brasileiros apresenta falhas no que diz respeito à dignidade humana, e uma negação da educação para as classes populares. Assim, baixíssima parcela desta população

é atendida, isto quer dizer que as políticas se encontram em “região marginal”, limitando-se a “atitudes discursivas” que permanecem longe da realidade concreta da sociedade brasileira, reforçando a ideia de que existe atitude, mas estas são meramente marginais.

Dessa forma, falar em direito à educação é mais que organizar um processo de alfabetização e aquisição de noções de cálculo, é além disso, promover um programa educativo integrado que respeite a singularidade de cada pessoa e construa com ela um projeto de vida. Trata-se de um processo global que dá significado ao passado, oferece ferramentas para formular projetos individuais no presente e ressignifica as perspectivas de futuro (ONOFRE, 2011).

### Considerações Finais

A função do sistema prisional de assegurar o direito à educação é fato inquestionável, sendo essa um direito considerado decisivo no processo de ressocialização; mais que isso, apresenta-se como elemento intrínseco à busca por um sistema penitenciário eficiente e, portanto, indispensável para a melhora do problema carcerário enfrentado pelo país (JULIÃO, 2009).

Entretanto, para que tudo isso seja efetivado e exista uma ampliação na capacidade do sistema prisional em assegurar o direito à educação, faz-se necessário o interesse e a vontade política do Estado, além do engajamento da sociedade civil. Assim, o Estado atua garantindo o acesso à educação de forma permanente, e a sociedade civil colabora no reforço da ação do Estado para garantir o exercício do direito à educação para essas pessoas, promovendo debates públicos sobre o exercício da educação na prisão (SCARFÓ; BREGLIA; FREJTMAN, 2011; ZAFFARONI, 2015).

Dessa forma, o Estado tem a responsabilidade de promover práticas de fortalecimento e controle de políticas públicas no sentido de que os direitos humanos básicos sejam garantidos, com igualdade para todos os indivíduos, incluindo-se aqueles que se encontram em privação de liberdade. Tais políticas devem estar evidenciadas no cotidiano prisional, fazendo-se dessa instituição um espaço educativo, sendo a educação um dos eixos fundamentais do processo de ressocialização.

### Referências

ALBERGARIA, Jason. **Das Penas e da Execução Penal**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 284 p.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado**. 2007. Disponível em: <<http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>>. Acesso em: 12/03/2021.

BETTIM, Niúra Silva. **Educação para a cidadania: possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2018. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_GO\\_814426afd8d07a1e3bfd6659b1b4bfa8](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_814426afd8d07a1e3bfd6659b1b4bfa8). Acesso em: 12 abr. 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 479 p.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral 1**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 2153 p. Disponível em: <<https://lelivros.love/book/download-tratado-de-direito-penal-parte-geral-1-cezar-roberto-bitencourt-epub-mobi-pdf/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

7

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Nas prisões brasileiras, o mínimo que se perde é liberdade**. Boletim de Notícias Conjur. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-06/cezar-bitencourt-massa-cre-manaus-foi-tragedia-anunciada>>. Acesso em 29 abr. 2021.

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre o cosmopolitismo e responsabilidade social**. São Paulo, SP: Manole, 2004. 266 p.



BRASIL. **Constituição, 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituacaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituacaocompilado.htm). Acesso em: 01 jul 2021.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituacao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituacao.htm). Acesso em 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/17209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17209.htm) Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394**, de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso 02 ago 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.163**, de 9 de setembro de 2015. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113163.htm). Acesso em: 03 ago 2021.

BRASIL. **Lei nº172/2001- Plano Nacional da Educação**, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em 03 ago 2021.

BRASIL. **Regras Mínimas para o Tratamento de Presos no Brasil**. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>. Acesso em 12 mai. 2021.

CARREIRA, Denise. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras** / Denise Carreira e Suelaine Carneiro – São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CARVALHO, Odair França de. **Educação escolar prisional no brasil: identidade, diretrizes legais e currículo**. Interfaces da Educação, Paranaíba, v.3, n.9, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/557/521>. Acesso em: 25 mai. 2021. p. 529-550.

CASTANHO, Ana Carolina Ferreira. **A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e Família**. 2019. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Brasília, 2016. 415 p. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao\\_documento-final.pdf](https://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf). Acesso em: 5 nov. 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Missão e Visão**. 2021. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/missao-visao-e-valores-1>. Acesso em: 10 maio 2021.

FALCADE, Ires Aparecida. **A (re) inserção social de mulheres com histórias de privação de liberdade**. 2019. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

FREIRE, Mariana Belchior Ribeiro; RIBEIRO, Gabrielle Carvalho. **Funções da Pena: paradoxos fáticos da teoria preventiva**. In: *Revista Direito e Liberdade (ESMARN)*, vol. 13, nº 02. São Paulo, jul./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



FREITAS, Pedro Ferreira de; MOTTA, Ivan Dias da. **O direito à educação como direito da personalidade e mínimo existencial.** Revista Jurídica do CESUCA, Cachoeirinha-RS, v.3, n. 6, dez/2015.

GADOTTI, Moacir. **A educação como direito.** In: YAMOTO, Aline (Org.) et al. Cereja discute: Educação em Prisões. São Paulo: Alfasol, 2010, p.41-44.

HENRICH, Carla A. B. Backes. **Inclusão Social de Apenados a partir do Sistema Educacional dentro de Estabelecimentos Penais:** uma análise do funcionamento da escola da penitenciária de São Luiz Gonzaga/RS. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - PPGEC, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Uma Visão Socioeducativa da Educação como Programa de Reinserção Social na Política de Execução Penal.** Brasília, Ministério da Educação e Ministério da Justiça, 2006.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro.** 2009. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Ressocialização por Meio do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro.** In: **Revista Em Aberto**, vol. 24, nº 86. Brasília, nov. 2011.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **A Educação na Prisão como Política Pública:** entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Trimestral.

MIRANDA, João Milton Cunha de. **Educação de jovens e adultos:** escola no cárcere e ressocialização de mulheres cearenses no regime semiaberto. 2016. 205 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas.** Enfoques e perspectivas contemporâneas. São Paulo: EdUFSCar, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas Para o Tratamento de Prisioneiros, 1977.** Disponível em: < <https://www.unodc.org>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas Para o Tratamento de Prisioneiros – Resolução ONU atualizada 70/175, 2015.** Disponível em: < [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson\\_Mandela\\_Rules-P-ebook.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. (1969). **Convenção Americana de Direitos Humanos** (“Pacto de San José de Costa Rica”). San José, CR. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 09 ago 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório de equipes de saúde existentes no sistema prisional:** Produto 01 da Consultoria Nacional Especializada para produção de subsídios voltados ao aperfeiçoamento da Política Nacional de Saúde Integral das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). ALVES, Eagles Muniz. Brasília: Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

9

RIZZI, Ester; GONZALEZ, Marina; XIMENES, Salomão. **Direito Humano à Educação.** 2ª ed. rev. e atual., 2011. Disponível em: <[http://www.direitoaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2011/12/manual\\_dhaeducacao\\_2011.pdf](http://www.direitoaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2011/12/manual_dhaeducacao_2011.pdf)>. Acesso em: 02 ago 2021.

SARAIVA, Emerson Sandro Silva. **Políticas públicas e educação para pessoas jovens e adultas em situação de privação de liberdade no Amazonas:** regulação da sociedade e antagonismos de direitos sociais.





2018. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Educação, Políticas Públicas, Inclusão Social e Educacional, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SCARFÓ, Francisco José. **O direito à educação nas prisões**: abordagem situacional: contribuições para a reflexão sobre a educação como um direito humano no contexto da prisão. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 1, mai. 2013. Artigos. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, p. 88-98.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras: 2010, 461 p.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. **A Dimensão Cultural da Educação nas Prisões**. 2016. 459 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Marco de Ação de Belém**. Confitea VI – Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010.

ZAFFARONI, E. Raúl e BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 660 p.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Globalização, Sistema Penal e Ameaças ao Estado democrático de Direito**. In ZAFFARONI, E. R. Globalização, Sistema Penal e Ameaças ao Estado emocrático de Direito.: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 4ª reimpressão, 2015.

ZENNI, Alessandro Severino Vállar; FÉLIX, Diogo Valério. **Educação oara Construção de Dignidade**: tarefa eminente do direito. Revista Jurídica Cesumar, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 169-192, 17 maio 2011. Semestral.

## Tecnologia e responsabilidade socioambiental são os principais desafios das cadeias de suprimentos *Technology and socio-environmental responsibility are the main challenges of supply chains*

Cristina Laranjeira  
Geisse Martins

Submetido em: 02/04/2023

Aprovado em: 03/04/2023

Publicado em: 08/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.504

### Resumo

As cadeias de suprimentos desempenharam papel fundamental durante o período crítico da pandemia da Covid-19, garantiram a entrega de insumos para a fabricação das vacinas e de testes em tempo reduzidos. No entanto, registrou-se aumento das reclamações pela morosidade ou não entrega das mercadorias adquiridas via *internet*. Atrasos nas entregas dos produtos e serviços, nos pontos físicos, ou nos canais digitais, podem comprometer a imagem da empresa. Para reduzir os atrasos e viabilizar os processos, várias empresas de logística recorreram a tecnologia (inteligência artificial, ciência de dados, entre outras) para solucionar problemas recorrentes, principalmente envolvendo fornecedores com atrasos na entrega de matérias-primas. Até 2025, os novos aplicativos de gerenciamento da cadeia de suprimentos devem ser desenvolvidos baseados em tecnologia de ponta, objetivando reduzir as interrupções que ocasionam morosidade nos fluxos operacionais. Não basta declarar a adesão aos princípios de ESG (Governança, Ambiental e Social), é importante colocar em prática, ações que sejam percebidas pelos consumidores. Além disso, é fundamental que os fornecedores e demais parceiros de negócios estejam alinhados aos mesmos princípios éticos. Fabricar produtos que não resulte em descarte de resíduos industriais na natureza, bem como extrair o mínimo possível de novas matérias-primas, é estar de fato comprometido com as boas práticas socioambientais previstas nos princípios ESG. A logística reversa possibilita a reutilização de resíduos como matéria-prima nos processos produtivos, reduzindo de forma sustentável o descarte de materiais sólidos em aterros, a emissão de carbono e a extração de novos recursos naturais. A presente pesquisa deste *paper* utilizou a metodologia de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Logística reversa. ESG. Clients.

### Abstract

*Supply chains played a key role during the critical period of the pandemic and ensured the delivery of inputs for the manufacture of vaccines and tests in reduced time. However, there was an increase in complaints about delays or non-delivery of goods purchased by internet. Delays in the delivery of products and services, at physical points or in digital channels can compromise the company's image. To reduce delays and make processes viable, several logistics companies have adopted technology (artificial intelligence, data science, among others) to solve recurring problems, mainly involving suppliers and delays in the delivery of raw materials. By 2025, new supply chain management applications will be developed based on state-of-the-art technology, aiming to reduce interruptions that cause delays in operational flows. It is not enough to declare adherence to ESG principles, it is important to implement actions that are perceived by consumers, in addition, it is essential that suppliers and other business partners are aligned with the same ethical principles. To manufacture products that do not result in the disposal of industrial waste in nature, as well as extracting as little new raw materials as possible, is to be in fact committed to the good socio-environmental practices provided for in the ESG principles. Reverse logistics makes it possible to reuse waste as raw material in production processes, sustainably reducing the disposal of solid materials in landfills, carbon emissions and the extraction of new natural resources. The present research of this paper used as methodology a bibliographic review with a qualitative approach.*

**Keywords:** Technology. Reverse logistic. ESG. Customers.

## 1. Introdução

As cadeias de suprimentos desempenharam papel fundamental durante o período crítico da pandemia da Covid-19, com a disponibilização de suprimentos e bens de consumo à sociedade impossibilitada de adquiri-los

nos pontos físicos. As cadeias farmacêuticas garantiram a entrega de insumos para a fabricação das vacinas e de testes em tempo reduzidos, o que beneficiou a população mundial (Duarte, 2021).

A pandemia acelerou também, o processo de transformação digital das cadeias de suprimentos e consequente substituição dos processos manuais por automatizados, melhorando a eficiência e a agilidade na entrega dos produtos e serviços, tornando a experiência dos clientes personalizadas e satisfatória (Exame Solutions, 2021).



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

O presente trabalho teve como metodologia a revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e objetivou avaliar a necessidade de implementação de tecnologia de ponta nos processos produtivos das cadeias de suprimentos, aliado às estratégias sustentáveis para a destinação correta dos resíduos pós consumo de produtos e serviços, visando contribuir na preservação do meio ambiente.

## 2. Tecnologia para superar desafios na cadeia de suprimentos

Embora o empenho das empresas em entregarem os produtos/serviços aos consumidores finais em menor tempo possível, o PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor), registrou 242 mil reclamações (entre janeiro e outubro/2020) pelo aumento da morosidade, ou não entrega das mercadorias decorrentes da crescente demanda por compras *on-line*, principalmente durante o período crítico da pandemia da Covid-19 (Lewgoy, 2020)

Atrasos nas entregas dos produtos e serviços, nos pontos físicos, ou nos canais digitais, pode comprometer a imagem da empresa, pois um cliente insatisfeito, além de falar mal da experiência para até dez pessoas, pode relatar o caso nas redes sociais e em *sites* de reclamação (Fernandes, 2022). Portanto, é imperioso o cumprimento do prazo estabelecido no momento da venda, mitigando a exposição negativa da empresa perante os consumidores e órgãos reguladores.

Para reduzir os atrasos e viabilizar os processos, várias empresas de logística (Interos, Labs, Klear, Now, Ferrom etc.) adotaram a tecnologia (inteligência artificial, ciência de dados, entre outras) para solucionar problemas recorrentes, principalmente com fornecedores e atrasos na entrega de matérias-primas. Informação ratificada na pesquisa realizada pela Garther, que constatou que até 2025, os novos aplicativos de gerenciamento da cadeia de suprimentos serão desenvolvidos com base em tecnologia de ponta, objetivando reduzir as interrupções que ocasionam morosidade nos fluxos operacionais (Forbes Tech, 2022).

A fabricante de sucos Natural One, por exemplo, está investindo na automatização da cadeia de suprimentos para tornar a gestão transparente, ágil, otimizada e segura. A implementação contemplará desde a obtenção dos insumos até a contratação dos fornecedores, com estimativa de rentabilizar R\$ 5 milhões no primeiro ano e, R\$ 30 milhões (R\$ 6 milhões/ano) nos próximos cinco. Também, tende a facilitar a gestão da totalidade dos pedidos gerados e negociados com a rede de fornecedores e aumentar a celeridade nas entregas, reduzindo os custos excedentes, principalmente de estocagem e de logística (Bússola, 2022).

A multinacional Bunge, do segmento de agronegócios, é outro exemplo de sucesso na adoção da tecnologia para o monitoramento de 64% das lavouras de soja pertencentes à cadeia de suprimentos (indireta no Cerrado), com perspectiva de cobrir a totalidade até 2024 (Forbes Agro, 2022).

Em contrapartida, a tradicional fabricante de cosméticos Revlon, que atuou no mercado por 90 anos no ramo de cosméticos, ingressou com o pedido de falência alegando problemas na cadeia de suprimentos, dentre os quais, a competição por insumos, a escassez de mão de obra e a exigência dos fornecedores por pagamentos à vista (antes parcelados em até 75 dias), são os principais motivos (Forbes Money, 2022).





Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

A escassez de *chips*, ocasionada pela pandemia da Covid-19, também afetou a cadeia de suprimentos da gigante *Apple*, que obteve resultado considerado aquém pelo próprio presidente da empresa (Reuters, 2021).

### 3. ESG (*Environmental, Social and Governance*) na cadeia de suprimentos

A ESG sigla, em inglês, para *Environmental, Social and Governance*, significa Ambiental, Social e Governança. O termo surgiu em 2004, num relatório da ONU e envolve um conjunto de práticas de governança voltadas para a preservação do meio ambiente, responsabilidade social e transparência corporativa. O tripé de valores ESG abrange práticas voltadas a preservação e a redução dos impactos ao meio ambiente (E), a estruturação de processos e controles que amparem a governança empresarial para proporcionar uma gestão eficaz e transparente (G) e ações sociais para construir um mundo ético e justo (S) (Sebrae, s.d).

Em 2021, o governo da Alemanha definiu regras de responsabilidade social para as cadeias de suprimentos das empresas com mais de mil funcionários, visando garantir que os fornecedores e terceirizados desses prestadores de serviços não utilizassem mão de obra escrava e trabalho infantil nos processos produtivos, bem como a remuneração de todos os participantes da cadeia deve ser digna. Grandes *players* como Microsoft, Google e IBM têm preferido fornecedores com principal liderança feminina (Picasso, 2022).

Não basta declarar a adesão aos princípios ESG, é importante pôr em práticas ações que sejam percebidas pelos consumidores, além disso, é fundamental que os fornecedores e demais parceiros de negócios estejam alinhados aos mesmos princípios éticos, pois os clientes podem identificar a ligação entre as empresas e cobrar uma postura responsável. É importante que a companhia contratante certifique, periodicamente, a existência e a atualização de licenças e de alvarás dos terceirizados, assim como a capacitação e reciclagem constante dos colaboradores, a adequação/segurança dos equipamentos utilizados e a realização periódica de exames médicos (Exame Solutions, 2021).

Fabricar produtos que não resulte em descarte de resíduos industriais na natureza, bem como extrair o mínimo possível de novas matérias-primas, é estar de fato comprometido com as boas práticas socioambientais previstas nos princípios ESG. Tais ações contribuem na competitividade da empresa e atraem investidores cada vez mais conscientes em preservar os recursos naturais do planeta (Filippe, 2022).

### 4. Logística reversa

A lei nº 12.305/10 que ampara a PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), determina que as empresas devem garantir a destinação correta dos resíduos pós consumo dos produtos e serviços produzidos e distribuídos, em consonância com as boas práticas previstas no ESG (Presidência da República, 1998).

3

Aliada a determinação legal, a sociedade e as empresas estão cada vez mais conscientes da necessidade de ações sustentáveis e de iniciativas dos órgãos públicos para diminuir o consumo indiscriminado de recursos naturais (Ballam, 2021).

Estudo realizado em 2021, pela Dentsu Internacional, revelou que 91% dos entrevistados desejam que as marcas demonstrem ações sustentáveis de preservação ao planeta. Tais dados são corroborados diante do aumento em 71% das pesquisas por produtos sustentáveis, na *internet*, nos últimos cinco anos (levantamento realizado pela Economist Intelligence Unit). As empresas que apostarem em soluções sustentáveis de reutilização de materiais pós consumo nos seus processos produtivos e na redução da demanda por recursos naturais se destacarão



frente à concorrência, por demonstrarem maior comprometimento com o meio ambiente (Maurício, 2022). A logística reversa possibilita a reutilização de resíduos como matéria-prima nos processos produtivos, reduzindo de forma sustentável o descarte de materiais sólidos em aterros, a emissão de carbono e a extração de novos recursos naturais. Os procedimentos operacionais para a coleta dos resíduos podem ser comprometidos de forma setorial, com os fabricantes, comerciantes e até com os importadores, produzindo produtos e serviços que preservem o meio ambiente em benefício da sociedade mundial (Lusina, 2021). A Nestlé em parceria com a Ambipar Boomera (líder em gestão ambiental), promoveu ações de logística reversa para recolher e transformar embalagens de Nescau em equipamentos esportivos (cestas de basquetebol, traves de futebol, postes de vôlei, etc.) doados para a ONG (organização não governamental) do Bairro da Juventude em Criciúma - Santa Catarina. Além do valor sustentável com menos resíduos disponíveis na natureza, os catadores das cooperativas (total de dez) ligados à Boomera são beneficiados, demonstrando impacto social positivo (Brand Voice Ambipar, 2022).



Fonte: Kjpargeter, Freepik, 2023.

O desenvolvimento tecnológico acelerado está contribuindo para que equipamentos eletrônicos se tornem rapidamente obsoletos e sejam substituídos por outros mais novos, o que resulta na produção de resíduos, cuja composição é composta por metais, em maior parte, considerados contaminadores em caso de descarte inadequado, o que pode ocasionar consequências graves ao meio ambiente. Grande parte das pessoas acumulam algum produto eletrônico (celular, pilhas, impressora, monitor, controles remotos etc.) e não sabem como descartá-los de forma correta ou não encontram facilmente Pontos de Coleta Voluntário (PEV). A Ambipar, disponibiliza PEVs para a população procederem o descarte sustentável de material eletrônico e realiza a desmontagem e a separação dos resíduos (cobre, alumínio, ferro, plástico, bateria etc.) que são retornados para a cadeia produtiva das empresas fabricantes como matéria-prima (Brand Voice Ambipar, 2021).

Para Ballan (2021), a diversificação tributária entre os estados dificulta o sistema de reciclagem, sendo fundamental a isenção de impostos para os processos de recolhimento e de reutilização de materiais nos processos produtivos, principalmente para aqueles resíduos que sofrem bitributação por serem recolhidos e tratados em estados distintos.

O descarte de medicamentos, seja por estarem vencidos ou por interrupção de um tratamento, por exemplo, é outro problema quando descartados de forma inadequada na natureza, pois são compostos por substâncias químicas, podendo contaminar o solo, os animais marinhos e até os coletores e garis. Segundo a Anvisa (Agência

Nacional de Vigilância Sanitária), mais de 28 mil toneladas de medicamentos são descartadas todos os anos.

Em 2020, foi determinado, pelo governo federal, o estabelecimento de pontos de coleta em farmácias para o recolhimento e a destinação correta dos remédios, o que resultou na incineração de 40 toneladas em 2021 (Vêncio, 2022), cabendo a conscientização da população na procura de pontos adequados para o correto descarte de medicamentos vencidos ou sem serventia, visando evitar danos críticos à natureza.

## 5. Conclusão

São várias as opções do mesmo produto ou serviço disponíveis no mercado para a escolha do cliente. Portanto,

na possibilidade de atraso na entrega ou avarias no produto físico, o consumidor tende a suspender o relacionamento com a marca e comentar a experiência ruim com familiares e amigos, além de expor nas redes sociais a sua insatisfação, o que pode ocasionar em prejuízos para a imagem da empresa.

Em razão disso, é fundamental que a organização firme parcerias com fornecedores e transportadoras que também se comprometam com a qualidade e o prazo de entrega definido no momento da venda, pois, caso contrário, a marca é fortemente prejudicada, podendo perder potenciais clientes por descaso ou mal planejamento das empresas parceiras.

Assim, aplicar tecnologia na cadeia de suprimentos é essencial para o gerenciamento dos processos produtivos para reduzir as interrupções que ocasionam morosidade nos fluxos operacionais, visando melhorar a eficiência e a agilidade na entrega dos produtos e serviços e tornando a experiência do cliente personalizada e satisfatória. Outro desafio é fabricar produtos que não resultem em descarte inadequado de resíduos em aterros, rios ou mares. Para tanto, é necessário promover ações para o recolhimento dos materiais pós consumo e reutilizá-los na cadeia produtiva, objetivando reduzir a extração de novas matérias-primas da natureza em aderência as boas práticas socioambientais previstas no ESG.

A não adoção de ações voltadas a preservação dos recursos naturais pode impactar na gestão e na competitividade do negócio e diminuir a atratividade de potenciais investidores e de clientes preocupados com a preservação do meio ambiente.

## Referências

Ballam, M. (2021). **Logística reversa no Brasil: como reciclar sem onerar a cadeia produtiva**. Disponível em: [https://exame.com/bussola/logistica-reversa-no-brasil-como-reciclar-sem-onerar-a-cadeia-produtiva/?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=barra-compartilhamento](https://exame.com/bussola/logistica-reversa-no-brasil-como-reciclar-sem-onerar-a-cadeia-produtiva/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=barra-compartilhamento). Acessado em: 16 set. 2022.

Brand Voice Ambipar. (2022). **Nescau investe em parceria com Ampibar Boomera para reciclar embalagens**. Disponível em: <https://forbes.com.br/brand-voice/2022/02/nescau-e-boomera-produzem-materiais-esportivos/>. Acessado em: 16 set. 2022.

Brand Voice Ambipar. (2021). **Resíduos eletrônicos: como destiná-los corretamente e por que isso é tão importante para promover a sustentabilidade**. Disponível em: <https://forbes.com.br/brand-voice/2021/07/residuos-eletronicos-como-destina-los-corretamente-e-por-que-isso-e-tao-importante-para-promover-a-sustentabilidade/>. Acessado em: 16 set. 2022

Bússola (2022). **Natural One investe R\$ 1 mi em supply chain mirando economia de R\$ 30**. Disponível em: <https://exame.com/bussola/natural-one-investe-r-1-mi-em-supply-chain-mirando-economia-de-r-30/>. Acessado em: 13 set. 2022.

Duarte, A. (2021). **Bem-estar, o novo e necessário foco das cadeias de suprimentos**. Disponível em: [https://exame.com/colunistas/impacto-social/bem-estar-o-novo-e-necessario-foco-das-cadeias-de-suprimentos/?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=barra-compartilhamento](https://exame.com/colunistas/impacto-social/bem-estar-o-novo-e-necessario-foco-das-cadeias-de-suprimentos/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=barra-compartilhamento). Acessado em: 11 set. 2022.

Exame Solutions (2021). **Quer saber o segredo de uma logística inteligente?** Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/quer-saber-o-segredo-de-uma-logistica-inteligente/>. Acessado em: 11 set. 2022.

Exame Solutions (2021). **Veja como acertar na escolha e na gestão dos fornecedores**. Disponível em: <https://exame.com/esg/veja-como-acertar-na-escolha-e-na-gestao-de-fornecedores/>. Acessado em: 14 set. 2022.

5

Fernandes, A. (2022). **Supply chain: o maior desafio da indústria e do varejo**. Disponível em: <https://exame.com/bussola/supply-chain-o-maior-desafio-da-industria-e-do-varejo/>. Acessado em: 11 set. 2022.

Filippe, M. (2022). **Os 6 pilares estratégicos para gestores de ESG**. Disponível em: <https://exame.com/esg/os-6-pilares-estrategicos-para-gestores-de-esg/>. Acessado em: 15 de setembro de 2022.

Forbes Tech (2022). **Startups aplicam inteligência artificial contra interrupções na cadeia de suprimentos**.

Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/05/startups-aplicam-inteligencia-artificial-contrainterrupcoes-na-cadeia-de-suprimentos/>. Acessado em: 12 set. 2022.

Forbes Money (2022). **Revlon pede falência, culpa problemas na cadeia de suprimentos**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/06/revlon-pede-falencia-culpa-problemas-na-cadeia-de-suprimentos/>. Acessado em: 13 set. 2022.

Forbes Agro (2022). **Bunge mostra como está rastreando seus fornecedores no Brasil**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/05/bunge-mostra-como-esta-rastreando-seus-fornecedores-no-brasil/>. Acessado em: 14 set. 2022.

Kjpargeter. 2023. **Logística reversa**. Figural 3. Disponível em: [https://br.freepik.com/fotos-gratis/3d-render-de-um-drone-quadrotor-com-o-pacote-voando-sobre-o-globo-gramado-com-caminhoes\\_970843.htm#query=transporte%20log%C3%ADstica%20reversa&position=41&from\\_view=search&track=ais](https://br.freepik.com/fotos-gratis/3d-render-de-um-drone-quadrotor-com-o-pacote-voando-sobre-o-globo-gramado-com-caminhoes_970843.htm#query=transporte%20log%C3%ADstica%20reversa&position=41&from_view=search&track=ais) Acessado em: 22 mar. 2023.

Lewgoy, J (2020). **Atraso na entrega ainda é principal problema em compra online**. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/blogs/julia-lewgoy/post/2020/11/atraso-na-entrega-ainda-e-principal-problema-em-compra-on-line-veja-o-que-fazer.ghtml>. Acessado em: 11 set. 2022.

Lusina, A. (2021). **Entenda a importância dos programas de logística reversa de resíduos**. Disponível em: <https://forbes.com.br/brand-voice/2021/07/entenda-a-importancia-dos-programas-de-logistica-reversa-de-residuos/>. Acessado em: 16 set. 2022.

Maurício, S. (2022). **O que é logística reversa que será tendência entre as marcas em 2022**. Disponível em: <https://exame.com/bussola/o-que-e-logistica-reversa-que-sera-tendencia-entre-as-marcas-em-2022/>. Acessado em: 17 set. 2022.

Picasso, F. (2022). **Responsabilidade social em cadeias de suprimentos: custo ou vantagem competitiva?** Disponível em: <https://exame.com/colunistas/impacto-social/responsabilidade-social-em-cadeias-de-suprimentos-custo-ou-vantagem-competitiva/>. Acessado em: 14 set. 2022.

Presidência da República. (1998). **Política nacional de resíduos sólidos**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acessado em: 16 set. 2022.

Reuters. (2021). **Problemas na cadeia de fornecimento afetam resultado da Apple**. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/problemas-na-cadeia-de-fornecimento-afetam-resultado-da-apple/>. Acessado em: 14 set. 2022.

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (s.d). **Entenda o que são as práticas de ESG**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-sao-as-praticas-de-esg,66c7e3ac39f52810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acessado em: 22 mar. 2023.

Vêncio, W. (2022). **O reverso da logística reversa de medicamentos: compre só o necessário**. Disponível em: [https://exame.com/bussola/o-reverso-da-logistica-reversa-de-medicamentos-compre-so-o-necessario/?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=barra-compartilhamento](https://exame.com/bussola/o-reverso-da-logistica-reversa-de-medicamentos-compre-so-o-necessario/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=barra-compartilhamento). Acessado em: 17 set. 2022.



## O brincar como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento da criança na educação infantil

*Playing as a child's learning and development tool in early children's education*

**Katiane de Mendonça Gondim**

<http://lattes.cnpq.br/6016647449000869>

**Maria Moreira de Gois**

<http://lattes.cnpq.br/7795639672534713>

**Keyna Kellya Firmino Segundo**

<https://lattes.cnpq.br/1735196053270036>

**Francisca Emanuela Forte Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/7614848020299518>

**João Ananias de Sousa Marques**

<https://lattes.cnpq.br/8326550620917673>

Submetido em: 29/03/2023

Aprovado em: 30/03/2023

Publicado em: 11/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.505

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar a importância da utilização do lúdico na aprendizagem das crianças da educação infantil e como os professores conduzem tais práticas como ferramenta para desenvolver a aprendizagem. O trabalho se justifica por conta de que o lúdico na educação infantil tem sido um dos instrumentos utilizados para estimular e transformar a assimilação do conhecimento em um processo prazeroso e divertido, promovendo uma aprendizagem significativa para a criança poder conhecer, compreender e construir seus conhecimentos tornando-se cidadão desse mundo, sendo capaz de exercer cidadania com dignidade e competência. O presente trabalho intenciona, por meio de questionário aplicado, explanar a respeito desta temática tão importante para o desenvolvimento da criança. O trabalho trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, objetivando responder ao seguinte problema de pesquisa: o brincar pode ser usado como ferramenta de aprendizagem para o desenvolvimento da educação infantil? O objetivo geral do trabalho é o de discutir acerca do brincar como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. Como objetivos específicos temos: apresentar a visão dos docentes acerca do brincar; identificar como o brincar é utilizado pelos docentes e debater sobre a importância que essa prática possui para o desenvolvimento do aluno segundo a visão dos professores entrevistados. O trabalho possui um breve referencial teórico, seguido da metodologia adotada na pesquisa e da apresentação dos dados aferidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lúdico. Educação infantil. Brincadeiras.

### ABSTRACT

This study aims to identify the importance of using playful activities in the learning of children in kindergarten and how teachers conduct such practices as a tool to develop learning. The work is justified by the fact that the ludic in early childhood education has been one of the instruments used to stimulate and transform the assimilation of knowledge into a pleasant and fun process, promoting meaningful learning for the child to be able to know, understand and build their knowledge making become a citizen of this world, being able to exercise citizenship with dignity and competence. The present work intends, through an applied questionnaire, to explain about this theme that is so important for the development of the child. The work is a qualitative field research, aiming to answer the following research problem: can play be used as a learning tool for the development of early childhood education? The general objective of the work is to discuss about playing as a tool for learning and development in early childhood education. As specific objectives we have: to present the teachers' view about playing; identify how playing is used by teachers and discuss the importance that this practice has for student development according to the interviewed teachers' point of view. The work has a brief theoretical reference, followed by the methodology adopted in the research and the presentation of the measured data.

**KEYWORDS:** Ludic. Child education. Jokes.



## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho encontra a sua justificativa em função da necessidade do brincar em ser mais valorizado, levando em consideração seu tempo, suas escolhas, com quem elas decidem brincar e de quê. Essa pesquisa foi construída sob a abordagem qualitativa e exploratória, com uso de entrevistas e conversas informais com o corpo docente acerca do brincar como prática pedagógica significativa. Tem-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: o brincar pode ser usado como ferramenta de aprendizagem para o desenvolvimento da educação infantil?

O objetivo geral do trabalho é o de discutir acerca do brincar como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. Como objetivos específicos temos: apresentar a visão dos docentes acerca do brincar; identificar como o brincar é utilizado pelos docentes e debater sobre a importância que essa prática possui para o desenvolvimento do aluno segundo a visão dos professores entrevistados.

O trabalho é organizado em um breve referencial teórico, que explana sobre as variantes que serão encontradas na pesquisa de campo. Logo em seguida é apresentada toda a metodologia que foi adotada pelo trabalho para se chegar aos resultados almejados que visam responder ao problema de pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A brincadeira pode ser entendida como vital na vida da criança, onde devemos garantir esse direito e até associá-lo com a mesma importância do direito à moradia, alimentação, educação e saúde. Uma vez que ele ajuda no desenvolvimento da criança de forma tão importante quanto os demais direitos apresentados.

A brincadeira é para a criança um espaço de investigação e construção de conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo. Brincar é uma forma da criança exercitar sua imaginação. A imaginação é uma forma que permite as crianças relacionarem seus interesses e suas necessidades com a realidade de um mundo que pouco conhecem (SEBASTIANI, 2003, p. 98).

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p.109), encontra-se a seguinte definição para a brincadeira: “[...] ato ou efeito de brincar [...] entretenimento, passatempo, divertimento [...]”. Na garantia deste direito, propiciamos que a criança cresça de forma saudável, e que possa se apropriar de uma forma ampliada de conhecimento sobre o mundo. Temos que viabilizar o espaço, respeitar o seu brincar e jamais, menosprezar que é mero momento sem importância. O brincar é uma atividade que construída de maneira intrínseca ao ser humano, o bebê brinca, a criança brinca, o adolescente brinca e o adulto tem a vontade de brincar, mas perdeu a sua essência no decorrer da vida.

A esse respeito, Fortuna (2011, p. 9) afirma que:

A brincadeira é tão importante para o desenvolvimento humano que até mesmo quando ocorrem brigas ela contribui para o crescimento e a aprendizagem. Negociar perspectivas, convencer o opositor, conquistar adesões para uma causa, ceder, abrir mão, lutar por um ponto de vista – tudo isso ensina a viver.

É no brincar, e talvez apenas nele, que a criança estimule os vínculos afetivos e é nesse momento também, onde ela está descobrindo o mundo e dando sentido as coisas. Enquanto brinca a criança exercita o corpo, a imaginação e interage com o universo que a cerca, transformando quaisquer objetos em um brinquedo fantástico. Ainda no momento da brincadeira a criança trabalha a motricidade (o andar, o correr, o subir e o descer), bem como, estimula os cinco sentidos (tato, audição, visão, olfato e paladar).

Assim, através da brincadeira, a criança irá refletir, organizar, desorganizar, construir, destruir e reconstruir o seu mundo, expressando de modo simbólico, as suas fantasias, desejos, medos, sentimentos e conhecimentos que irá construir através de suas experiências diárias (SEBASTIANI, 2003). Quando falamos em brincar podemos associar diretamente ao mundo do imaginário e que proporcionam diversos estímulos. De acordo com

Brasil (1998, p. 23):

Quando utilizam a linguagem do faz-de-conta as crianças enriquecem sua identidade, porque podem experimentar outras formas de ser e pensar, ampliando suas concepções sobre as coisas e pessoas ao desempenhar vários papéis sociais ou personagens.

Segundo Haetinger et. al (2006), a criatividade é a capacidade humana de criar novas ideias ou ações. Brincando, a criança desenvolve essa criatividade e fortalece a imaginação. Ainda segundo Sebastiani (2003), brincando a criança cria uma postura imaginária, se comportando como se estivesse atuando no mundo dos adultos. É nessas brincadeiras que as crianças imitam os adultos e realizam atividades assumindo papéis presentes no seu

contexto social que ainda não podem fazer. De acordo com Kishimoto (2011), é na brincadeira de faz de conta que se percebe com mais evidência a presença da situação imaginária.

O desenvolvimento criativo da criança se dá com as oportunidades oferecidas a ela, assim, Kishimoto (2002), diz que as brincadeiras de faz de conta têm mais efeitos positivos no desenvolvimento da criança quando há imagens mentais para subsidiar a trama. A ação do brincar é o que define a brincadeira, as regras não são pré-estabelecidas e podem, no entanto, gerar consenso ou conflitos, dependendo de como as crianças vão conduzir essa brincadeira.

Para Kishimoto (2002), o brincar é diferente por duas razões: para a criança, o brincar é importante para a expressão de seus interesses e a comunicação com os outros e, para o adulto, o brincar é importante para observar o objeto ou situação de interesse da criança e, posteriormente, planejar atividades que de fato representem situações que envolvam a criança.

O papel das brincadeiras na educação infantil contribui para o aprendizado das crianças, nesse processo elas aprendem a fazer escolhas através das brincadeiras e dos brinquedos, além de proporcionar vários outros benefícios, ajudando no raciocínio lógico e aumentando a autoconfiança da criança. Brincando, a criança desenvolve situações de interação social, “[...] porque, brincando, a criança desenvolve a sociabilidade, faz amigos e aprende a conviver, respeitando o direito dos outros e as normas estabelecidas pelo grupo [...]” (CUNHA, 2001, p. 11). Assim, o brincar assume papel de destaque dentro do processo educacional, necessitando ser valorizado e utilizado de maneira pedagógica, ou seja, tendo um fim em si mesmo, pois apesar do brincar livre ser importante, ele não pode ser utilizado em todos os momentos, pois assim, perde-se o objeto e os benefícios que essas práticas podem proporcionar. O professor assim, precisa antes de iniciar a suas intervenções com o brincar, planejar quais objetivos e variantes quer trabalhar e desenvolver, para assim conseguir atingir objetivos mais palpáveis.

### 3 METODOLOGIA

#### a. O cenário e os sujeitos pesquisados.

A pesquisa de campo foi realizada no Centro Integrado de Educação, Saúde e Assistência Social – CIES, localizado na cidade de Maracanaú. A unidade escolar oferta Educação Infantil (Infantil IV – 4 anos e infantil V - 5 anos) e Ensino Fundamental (1º ano - 6 anos e 2º ano - 7 anos).

Para a realização da pesquisa foram consultadas quatro professoras que atuam na referida unidade (que serão assim denominadas: Professora A, Professora B e Professora C e Professora D), nas turmas de infantil IV e V. A escolha dessas professoras se deu por conta de lecionarem em turmas da pré-escola, onde o lúdico deve se fazer presente.

#### b. Instrumentos e coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se uma entrevista contendo cinco questões abertas, aplicadas no local de trabalho das entrevistas, em momentos marcado previamente. Segundo Bleger (2001), a entrevista é uma ferramenta que possibilita um maior contato com os sujeitos da pesquisa possibilitando um vínculo de confiança entre as pessoas envolvidas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira questão destinada às professoras foi “Qual é a importância do brincar no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil?”. As quatro professoras responderam de forma bem contextualizada, apontando que o lúdico é fundamental para o desenvolvimento das crianças. A Professora A destacou que o brincar é essencial sendo onde a criança comunica-se consigo mesma e com o mundo. A professora D, por sua vez, enfatizou a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo afirmando:

O brincar desenvolve o cognitivo das crianças através da interatividade, desenvolvendo-se o intelectualmente, trabalhando os valores humanos essenciais à formação da personalidade. (Professora D)

Corroborando com o exposto, temos a colocação do documento norteador da etapa de ensino estudada, que assim se posiciona sobre a importância do brincar nessa etapa de escolarização:

brincar é umas das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. A criança ao brincar, pensa e analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, discutindo

sobre regras e papéis sociais. Ao brincar a criança aprende a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem e pensamento (BRASIL, 1998, p.23).

Na segunda questão, foi questionado às professoras se elas utilizam o lúdico em sua prática docente e como são desenvolvidas essas atividades. Todas as professoras responderam que utilizam com bastante frequência tendo em vista o currículo e as orientações passadas nas formações mensalmente.

A Professora B destacou que o Lúdico faz parte da rotina na educação infantil e está presente na contação de histórias, na chamadinha cantada e em muitas outras atividades. A professora D esclareceu que utiliza com frequência e que é uma forma de desenvolver o interesse das crianças pelo aprendizado, ou seja, é o aprender brincando. As demais professoras também utilizam muitos materiais lúdicos:

Através de jogos, dinâmicas, brincadeiras com músicas e quebra-cabeça. Através dos jogos a criança desenvolve a imaginação assimilando a realidade. (Professora C)

As práticas lúdicas acontecem a diferentes tempos e espaços: acolhida, rodas de conversa e história, atividades de pintura, modelagem e até na explicação das propostas/jogos didáticos. (Professora A)

Nesse mesmo caminho temo a fala de Santos e Pessoa (2015, p. 12):

O brincar é uma das formas mais comuns do comportamento infantil, é uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através do brincar a criança conhece o meio em que vive e interage com o mesmo, desenvolve suas habilidades, criatividade, inteligência e imaginação. A experiência do brincar possibilita a criança um melhor conhecimento de si mesma, facilitando também no processo de socialização, devido a situações vivenciadas com outras crianças, ou seja, brincar é uma atividade lúdica, prazerosa e livre.

No terceiro item, foi perguntado às professoras quais materiais elas utilizam para desenvolver a ludicidade. As quatro professoras tiveram resposta bem parecidas fazendo cada uma, relação de uma grande quantidade de jogos, brinquedos e brincadeiras.

Preciso de criatividade, saber entonar a voz nas contações, musicalizações e disponho de jogos de encaixe, fantoches, fantasias, quebra-cabeça, bonecos, carrinhos, jogos matemáticos e objetos de sucata. (Professora B)

Usar materiais diversificados é para Borba (2006), uma necessidade, pois se os docentes prenderem-se a somente um tipo de metodologia ou de atividade, por mais instigante que essa possa ser, um momento perderá o interesse da criança, fazendo com que a mesma realize a atividade, mas sem as características de espontaneidade, felicidade e interação que poderia ser proporcionadas.

A quarta questão abordou sobre as contribuições do lúdico no desenvolvimento da criança. A Professora A respondeu que brincado a criança experimenta, descobre, inventa, aprende, confere habilidades, estimula a curiosidade, autoconfiança e autonomia. A professora C respondeu que “a ludicidade é o instrumento ideal para aprendizagem, estimula o interesse e enriquece suas experiências”.

A criança aprende a expressar seus sentimentos em relação ao mundo social, fazendo leitura de mundo; é muito importante para o desenvolvimento psicológico e o raciocínio lógico, colocando em prática os valores essenciais à vida em sociedade. (professora D)

Pereira diz que:

As atividades lúdicas permitem que vivenciemos com inteireza um espaço- tempo próprio, que estejamos plenos na experiência, nos entregando a ela sem julgamentos, sem coerções, sem imposições e direcionamentos controladores, com abertura para novas possibilidades. Assim, considero como lúdicas não apenas as atividades que envolvem brincadeiras e jogos, mas também aquelas que possibilitam que se instaure esse estado de inteireza e entrega (PEREIRA, 2004, p. 82-83).

4

A quinta pergunta abordava sobre a disponibilidade de materiais lúdicos que ajudem no desenvolvimento das crianças ofertados pela escola. Todas as professoras entrevistadas disseram que sim. Mas a forma e a origem desses materiais chamaram a atenção, por provirem de espaços diversificados.

A professora A disse que a maior parte dos materiais lúdicos são provenientes de doações e usados (velhos) (professora A).

Temos além de brinquedos dispomos de TV, Data show, teatro de sombras. Mas o importante que ter o material é o papel do professor hora de facilitar os materiais e as brincadeiras (professora B).

O material poderia ser melhor, ter brinquedos novos e jogos (professora C).



Temos que fazer nossos materiais lúdicos de materiais recicláveis, para que se tenha a quantidade que oportunize a prática para todas as crianças (professora D).

Para, Velasco (1996) a falta de material nas escolas para serem trabalhadas as atividades lúdicas, é uma realidade presente em um grande número de escolas públicas. Mas mesmo frente a essa situação, os docentes segundo o autor, precisam lançar mãos de estratégias variadas para que se possa dar a oportunidade de vivência aos alunos, situação que é observada na pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final do trabalho constando que, através do brincar as crianças desenvolvem várias habilidades como a imaginação, o desenvolvimento físico, motor e afetivo, a socialização e também que essas atividades facilitam a aprendizagem e a convivência em grupo. Assim, podemos afirmar que o brincar é realmente importante na educação infantil e que contribui para a aprendizagem dos alunos.

As atividades lúdicas visam, portanto, a flexibilização e dinamização das atividades desenvolvidas na sala de aula como prática docente, oportunizando a eficácia e significação da aprendizagem na construção do conhecimento, objetivando uma educação de qualidade e ressignificação de todoo processo educativo.

Concluiu-se assim, que o lúdico na educação infantil é uma ferramenta pedagógica de muita valia, que deve ser desenvolvida com a finalidade de proporcionar o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e significativo, oportunizando o crescimento da criança e oferecendo um ambiente de qualidade que estimule as interações sociais e ao mesmo tempo enriquecedor de imaginação.

## REFERÊNCIAS

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 3ª ed. Tradução Rita Maria M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BORBA, Ângela M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL, MEC/SEB **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeane-te Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CUNHA, Nylce Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Vetor, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2001.

FORTUNA, Tania Ramos. **O lugar do brincar na Educação Infantil**. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, nº 27,p. 8-10, junho. 2011.

HAETINGER, D.; RELA, E.; GELATTI, L. S.; KONRATH, M. L. P.; KIST, T.; CARVALHO, M. J. S.; NEVADO, R. A. Formação de Professores e Práticas Pedagógicas no Contexto Escolar das Séries Iniciais. **RE-NOTE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2006. DOI: 10.22456/1679-1916.14140. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14140>. Acesso em: 28 mar. 2023.

5

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedoteca: espaço do brincar estimula a criatividade e a socialização. **Revista AMAE Educando**, ano XXVIII, n. 250, p. 13-15, abr. 1995.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PEREIRA, Lúcia Helena Pena. Ludicidade em sala de aula: montando um quebra-cabeça com novos sabores e saberes. In PORTO, Bernadete (org.). **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004.





SANTOS, Gislane de Lima. PESSOA, Jéssica das Neves. **A importância do brincar no desenvolvimento da criança.** 2015. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da Educação Infantil.** Curitiba: IESDE, 2003.

VELASCO, Calcida Gonsalves. **Brincar:** o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprit, 1996.



## A Importância da Gestão Escolar na inclusão de alunos com deficiência

*The Importance of School Management in the inclusion of students with disabilities*

João Paulo Peixoto Diógenes

Submetido em: 03/04/2023

Aprovado em: 04/04/2023

Publicado em: 11/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.506

### Resumo

Caracterizada pelos princípios de estimular as diferenças individuais, valorizar cada indivíduo, aprender pela cooperação e conviver com a diversidade como um único propósito, que é papel da educação e de sua gestão escolar, acima de tudo beneficiar cada indivíduo em um ambiente de liberdade e autonomia, reconhecendo entre seus pares o mesmo espaço jurídico que existe para si mesmo, essa análise pode concluir que o significado de inclusão também abrange aqueles que são excluídos dos ambientes educacionais, não apenas os alunos com necessidades especiais. Muitas instituições educacionais fizeram adaptações em seus sistemas de gestão escolar, para se adaptarem às especificidades de seus alunos, priorizando a eficiência geral, a eficiência administrativa e o desenvolvimento humano. As famílias atualmente estão cada vez mais familiarizadas com os direitos das crianças portadoras de deficiência e atua fortemente junto às escolas na defesa de uma inclusão de todos na sociedade e ambiente educacional.

**Palavras-Chave:** Gestão Escolar, Inclusão, Alunos com deficiências.

### Abstract

Characterized by the principles of stimulating individual differences, valuing each individual, learning through cooperation and living with diversity as a single purpose, which is the role of education and its school management, above all to benefit each individual in an environment of freedom and autonomy recognizing among their peers the same legal space that exists for themselves, this analysis can conclude that the meaning of inclusion also encompasses those who are excluded from educational environments, not just students with special needs. Many educational institutions have adapted their school management systems to adapt to the specificities of their students, prioritizing general efficiency, administrative efficiency and human development. Families are now increasingly familiar with the rights of children with disabilities and work strongly with schools in defense of the inclusion of all in society and the educational environment.

**Keywords:** School Management, Inclusion, Students with disabilities.

## 1 INTRODUÇÃO

Todas as crianças e jovens têm o direito de acessar um ambiente educacional inclusivo e de serem bem-vindos e valorizados. Isso significa que os alunos com deficiência devem ser envolvidos e apoiados em sua própria jornada escolar e comunidade. Sem segregação e com as mesmas oportunidades e ambiente que seus pares (COSTA, 2006).

Ser acolhido como um aluno valorizado e incluído na educação geral é algo que permite que as crianças com deficiência participem plenamente e desfrutem do processo de aprendizagem. Este ambiente inclusivo é importante para criar o tipo de sociedade em que os alunos com deficiência podem prosperar. Não é apenas a sociedade que se quer, mas se abre caminho para benefícios vitalícios para aqueles que dela participam. Então, como os sistemas educacionais podem garantir que os direitos dos alunos com deficiência sejam protegidos?

Existem muitos desafios enfrentados pelos alunos que tentam acessar a educação inclusiva. Esses desafios incluem, entre outros, intimidação, assédio, falta de apoio adequado, suspensões e expulsões. O incentivo e o apoio à participação plena de alunos com deficiência de forma igualitária é algo que pode ser usado para combater esses desafios. A eliminação gradual das práticas educacionais segregadas pode iluminar o caminho para alcançar a educação inclusiva e prevenir experiências escolares negativas para os alunos afetados (AFONSO, 2005)

As Nações Unidas descrevem maneiras pelas quais a educação inclusiva é adequadamente alcançada nos sistemas educacionais. Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações



Unidas: “Medidas eficazes de apoio individualizado são fornecidas em ambientes que maximizam o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com o objetivo da inclusão total.

Esta pesquisa visa estudar a importância da gestão escolar no contexto educacional dentro dos limites que a sala de aula pode impulsionar a aprendizagem sem deixar de promover a inclusão social.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada dentro da abordagem textual se esmera em uma pesquisa e consulta a autores especializados em Gestão Escolar, com experiência no convívio com alunos com necessidades especiais.

A seleção das fontes de pesquisa será baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico, artigos veiculados, sites da internet, relatórios de simpósios. Nesse processo tratou-se da busca de pesquisas relacionadas à importância da ergonomia de software para usuários com diferentes características, através da plataforma Scielo, Google, google scholar, utilizando-se de buscas por palavras chaves como Ergonomia Cognitiva. Gestão de Requisitos. Análise das Atividades.

A pesquisa foi desenvolvida e classificada de forma que fosse possível atingir o objetivo da pesquisa de forma mais eficiente pôr a respeito do papel da gestão escolar com alunos com necessidades especiais, explorando suas especialidades e as vantagens que agregam a flexibilização da Educação. Para melhor exploração desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória devido ao fato do uso de fontes bibliográficas e descritivas para que fosse possível descrever todo o processo.

## 3 DESENVOLVIMENTO

É sobre garantir que o fornecimento de ambientes de interação social consistente e apoio acadêmico seja o principal objetivo da educação inclusiva. A segregação dos alunos durante o processo de aprendizagem aumentou os casos de bullying por parte dos colegas, combinado com substancialmente menos oportunidades de interação social positiva dentro do ambiente de sala de aula, assim sendo, as barreiras à educação estão sendo exploradas pela Gestão Escolar (AFONSO, 2005)

Enquanto a Educação continuar a funcionar, é importante que a conversa continue em torno da educação inclusiva. Diferentes tipos de discriminação, como direta ou indireta, ocorrem nos ambientes escolares, a falta de conhecimento e compreensão da deficiência pode contribuir para esses casos. Destacando a gestão escolar e sua importância da educação inclusiva, arma-se pessoas com mais conhecimento e compreensão para combater as desigualdades. A igualdade de informação e compreensão pode levar ao acesso e oportunidades iguais (AFONSO, 2005)

Como educadores inclusivos, o desejo de tal corpo de profissionais é sempre alcançar todos os seus alunos com o objetivo de aprender. Acredita-se que todos os alunos podem aprender e também se acredita que todos os alunos devem ser incluídos em todos os componentes da educação.

Em se tratando de experiência de trabalho com alunos do ensino fundamental, eles perdoam muito mais as diferenças de aprendizado do que seus colegas do ensino fundamental ou médio. Um verdadeiro sistema educacional inclusivo é aquele que inclui todos os alunos, independentemente de raça, etnia, gênero ou diferenças físicas, sociais ou emocionais.

Educadores e comunidades escolares precisam entender o que é um sistema educacional inclusivo; também é fundamental entender por que é melhor para os alunos. Uma parte crítica disso é a necessidade de promover a educação inclusiva usando abordagens de melhores práticas que desenvolvam todos os alunos na aprendizagem ao longo da vida.

Promover um sistema educacional que inclua todas as crianças deve ser o objetivo de todos os líderes educacionais.

2

### 3.1 Benefícios da Educação Inclusiva

Se o objetivo de um sistema educacional inclusivo é incluir todas as crianças, deve-se pensar por que isso é bom para as crianças, professores e funcionários e toda a escola. Para que todos os alunos estejam em igualdade de condições, os alunos com deficiência precisam ter as mesmas oportunidades que a população em geral. Os alunos em um sistema inclusivo devem receber suporte acadêmico, social, emocional e físico. Por que essa abordagem inclusiva é melhor para os cidadãos?

Quando os alunos deixam a escola e ingressam no ensino superior ou no mercado de trabalho, eles

precisam entender a importância de cooperar com diferentes tipos de pessoas. Um sistema inclusivo de educação se baseia nessa compreensão para os alunos.

Quando os alunos com deficiência são retirados das salas de aula e instruídos em ambientes totalmente separados, eles nem sempre são aceitos por seus colegas. Esses alunos também podem começar a sentir e perceber as diferenças, escolas baseadas em ambientes inclusivos também podem promover mais trabalho em equipe e menos divisão.

As partes de um sistema educacional inclusivo incluem as áreas acadêmicas, não acadêmicas e extracurriculares da escola. O foco deve ser a inclusão de todas as crianças nesses três componentes principais desse sistema (COSTA, 2006).

A área acadêmica inclui a sala de aula tradicional, o centro de mídia e as configurações de intervenção do aluno, a área não acadêmica inclui áreas como refeitório, ônibus escolar e playground. As áreas extracurriculares envolvem como o aluno recebe suporte e permissão para participar de esportes ou clubes patrocinados pela escola. Se os alunos devem ser incluídos como parte do todo, todos devem ser atendidos em cada componente do sistema educacional.

### 3.2 Estratégias para promover a educação inclusiva na escola

Muitas escolas de ensino médio tiveram bom sucesso com ambientes inclusivos. Os alunos dessa faixa etária podem ficar apreensivos se sentirem que são tratados de maneira diferente. Por exemplo, os alunos do ensino médio geralmente desconfiam de ir a uma sala de aula de recursos ou de extensão e serem tratados de maneira diferente. No entanto, todas as escolas, independentemente dos níveis de ensino, podem se beneficiar de ambientes inclusivos (COSTA, 2006).

Estratégias específicas que devem ser consideradas para apoiar os alunos em ambientes inclusivos incluem: salas de aula de ensino em equipe, alunos com deficiência são agendados primeiro para que sejam incluídos em todas as áreas da escola, horários de almoço comuns para os alunos, ônibus compartilhados e 100% de participação em esportes e clubes.

As escolas devem incluir seus alunos no anuário por série e não por classe acadêmica. Em uma escola em que trabalhei anteriormente, uma turma de recursos não era apenas agrupada em uma área separada da escola, mas também retratada em uma área diferente do anuário. Os alunos em uma idade jovem percebem essas diferenças. As práticas recomendadas no nível da escola que incluem todos os alunos são as melhores para a escola como um todo.

Promover a equidade, oferecendo a melhor educação possível a todos os alunos, é um dos principais objetivos da escola inclusiva, a educação é um direito de todo ser humano, independentemente da circunstância e qualquer que seja a condição em que nasce no mundo. Todos os países têm a obrigação de garantir que todos os seus povos possam receber educação igual e este processo deve começar desde o nível pré-escolar, a educação inclusiva é um processo de mudança do ambiente escolar com base no respeito e na aceitação de outras pessoas (COSTA, 2006).

Implica uma gestão sábia dos processos escolares de forma a fazer com que as crianças se sintam apoiadas para desenvolver a sua capacidade e superar as adversidades; o que faz com que os professores se sintam encorajados e confiantes de que são capazes de lidar com os desafios crescentes, enquanto os pais podem assumir sua responsabilidade e papel em parceria com a escola.

Tal análise mostra que professores e gerentes de conselhos escolares uma visão geral do protagonismo em sala de aula e gestão inclusiva por meio de uma lente de equidade. Os professores exploram seus próprios valores e crenças, observando e refletindo sobre as táticas de outros professores, aprendendo sobre uma variedade de metodologias atuais e passadas de gestão de classe inclusiva e explorarão o trabalho com diversos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

3

Baseada na aprendizagem formal, informal e não formal, a metodologia utilizada procura estimular a participação ativa, pró-atividade, responsabilidade e partilha de problemas e pensamentos de todos os participantes envolvidos. Desta forma, para se construir um ambiente diverso e estimulante para estudar, refletir e trabalhar, deve-se atentar para os seguintes pontos: os educadores devem ter uma compreensão clara de exclusão e inclusão; a gestão escolar deve fornecer a todos ferramentas e conhecimentos para apoiar a transição para a educação inclusiva; Devem ser criadas estratégias pedagógicas para prevenir o abandono escolar precoce; a equipe escolar deve desenvolver habilidades de comunicação, colaboração, apresentação, resolução





de problemas, negociação, pensamento crítico e criativo. Desenvolver um plano de desenvolvimento realista para escolas inclusivas (pré-primária e primária) Enfrentar a diversidade e identificar as barreiras à participação e à aprendizagem que se colocam nas escolas. Elaborar prioridades de desenvolvimento e planejar intervenções para apoiar a diversidade (por exemplo, adaptações curriculares, design de aulas diferenciadas).

Escolas e salas de aula funcionam com base na premissa de que os alunos com deficiência são tão capazes quanto os alunos sem deficiência. Como resultado, todos os alunos podem participar plenamente na sala de aula e na comunidade escolar local. Grande parte do movimento tem a ver com a legislação que educa os alunos no ambiente menos restritivo. Isso significa que eles passam o máximo de tempo possível com seus colegas sem deficiência, e a educação geral é a colocação preferida de todos os alunos (RODRIGUES, 2003)

O princípio motriz é fazer com que todos os alunos se sintam bem-vindos, devidamente desafiados e apoiados em seus esforços. Também é muito importante que os adultos sejam apoiados também. Isso inclui professores de educação geral e professores de educação especial, bem como todos os outros funcionários e professores que são as principais partes interessadas, incluindo os pais.

A educação inclusiva bem-sucedida é alcançada principalmente por meio da aceitação, compreensão e atenção às diferenças e diversidade dos alunos, que podem incluir aspectos físicos, cognitivos, acadêmicos, sociais e emocionais. Isso não quer dizer que os alunos nunca precisem passar um tempo fora de suas aulas de educação regular, pois às vezes o fazem para fins muito específicos, como fonoaudiologia ou terapia ocupacional. Mas o objetivo é torná-lo excepcional.

A educação inclusiva está ganhando popularidade porque há muitas evidências baseadas em pesquisas desses benefícios. Em suma, alunos com e sem deficiência aprendem mais. Numerosos estudos nas últimas três décadas descobriram que os alunos com deficiência alcançam maior desempenho e habilidades mais altas por meio da educação inclusiva, enquanto seus colegas sem desafios também se beneficiam. (RODRIGUES, 2003)

Para alunos com deficiência (AcD), isso inclui progresso acadêmico em alfabetização (leitura e escrita), matemática e estudos sociais – incluindo notas e testes padronizados – melhor comunicação e habilidades sociais e mais amizades. Passar mais tempo na sala de aula geral do AcD também foi associado a menos absenteísmo e encaminhamentos por comportamento perturbador. Isso pode estar relacionado à atitude - eles têm um autoconceito mais elevado, gostam mais da escola e dos professores e são mais motivados para trabalhar e estudar.

Seus colegas sem deficiência também mostraram atitudes mais positivas nessas mesmas áreas quando estavam em uma sala de aula inclusiva. Eles alcançaram maior desempenho acadêmico em leitura e matemática. A pesquisa mostrou que a presença do AcD oferece novas oportunidades de aprendizado para não-AcDs. Uma delas é que, quando atuam como treinadores de pares, seu próprio desempenho melhora ao aprender como ajudar outro aluno.

Outra é que, como os professores levam em consideração seus diversos alunos com AcD, eles fornecem instruções sobre uma ampla variedade de estilos de aprendizado (visual, auditivo e cinestésico), o que também beneficia o aluno médio (RODRIGUES, 2003).

Condições interculturais: Ligações entre cultura e inclusão, EPT tornam-se compromissos globais, educação multicultural ou intercultural. A formação escolar sazonal destina-se principalmente a diretores e outros membros dos conselhos escolares, mas também a professores interessados na administração escolar.

A gestão escolar eficaz é considerada um elemento essencial na criação de um ambiente inclusivo e de um processo democrático que envolva todos os atores escolares. Usando uma abordagem experiencial e semelhante a um jogo, os participantes serão capazes de derivar as principais características da gestão escolar bem-sucedida. Por meio de estudos de caso e tarefas práticas, os participantes passarão pelo processo de desenvolvimento de uma visão para um ambiente inclusivo (RODRIGUES, 2003).

## REFERÊNCIAS

4

AFONSO, **Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico. Porto: Edições ASA. Ainscow, M. (1997). Educação para todos: Torná-la uma realidade.** Caminhos para Escolas Inclusivas (p. 11-32). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2005.

AZEVEDO, Diversificar: Um Risco e uma Urgência. Noesis, Mar./Jun. Barroso, J. **Factores organizacionais da exclusão escolar: A inclusão exclusiva.** (2000).

COSTA, M. **Desafios da Educação Inclusiva um estudo sobre representações e expectativas dos professores**



**do ensino regular face aos professores de apoio educativo.** Dissertação de Mestrado, Inédita. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.2006

DIAMENT, A. **Neurologia Infantil. The importance of early diagnosis and early physical treatment of Cerebral Palsy.** *Medicine and Biology*, 12(3), 119 – 122. (2005).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA Porto: Porto Editora. Neilsen, L. **Necessidades educativas especiais na sala de aula – Um guia para professores.** Porto: Porto Editora. Niza, S. (1996) *Necessidades Especiais de Educação: da Exclusão à Inclusão na Escola Inovação*, 1999.

GUERRA, **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso.** Lisboa: Principia. **Hegarty, S.** O apoio centrado na escola: Novas oportunidades e novos desafios (2008).

NOGUEIRA, C. *Educação Especial – Comunicar com crianças com Paralisia Cerebral.* Santo Tirso: Editorial Novembro. (2009).

OLIVEIRA, L. **Paralisia Cerebral uma visão actual.** *Revista Saúde*, 10-26.

Panteliadis, P. & Strassburg, H. *Cerebral Palsy-principles and management.* New York: Thieme. (2010).

POTASZ, C. **Bloqueios químicos como auxiliares na reabilitação de crianças com paralisia cerebral - a importância de uma visão multidisciplinar.** *Revista Neurociência*, 18(2), 172-178. (2010).

RODRIGUES, D. **A Educação e a Diferença.** In D. Rodrigues (Org.), **A Educação e a Diferença: Valores e práticas para uma Educação Inclusiva** (p. 13-34). Porto: Porto Editora. (2001).

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva. As boas e más notícias.** In D. Rodrigues (ed.), **Perspectivas Sobre a Inclusão** ,Porto: Porto Editora. (2003).



**IPTU Social, como ferramenta de Posse Provisória no Ordenamento Jurídico nas Comunidades e em áreas de Risco, na mitigação de Tragédias e outras Catástrofes Naturais**  
*Social IPTU, as a Provisional Possession tool in the Legal System in Communities and in Risk areas, in the mitigation of Tragedies and other Natural Catastrophes*

Fidelino Cordeiro Dias

Submetido em: 05/04/2023

Aprovado em: 06/04/2023

Publicado em: 16/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.507

## RESUMO

Este Estudo ou Proposta Oferecida, visa de maneira simples e com embasamento Jurídico, Legal e Social, chamar a reflexão de possíveis soluções a Nível Municipal, Estadual e Federal que de forma provisória conceda a Posse, em consequência a proteção Jurídica de Moradias em Comunidades e Áreas de Risco, para que de maneira transitória a Assistência Social do Poder Público Concedente, faça a transição, com Verba Total ou Parcial, a partir da arrecadação do IPTU Social, de forma programada ou imediata em caso de calamidade de forma a mitigar o Contexto Social da Propriedade e da Moradia em áreas de Risco.

**Palavras-chave:** IPTU Social, Tragédias, Moradias em áreas de Risco, Comunidades.

## ABSTRACT

This Study or Proposal Offered, aims in a simple way and with Legal, Legal and Social basis, calls for reflection on possible solutions at Municipal, State and Federal Level that provisionally grant Possession, as a result of the Legal protection of Housing in Communities and Risk Areas, so that, on a temporary basis, the Social Assistance of the Granting Public Authority, makes the transition, with Total or Partial Funding, from the collection of the Social IPTU, on a scheduled basis or immediately in case of calamity in order to mitigate the Context Property and Housing in Risk areas.

**Keywords:** IPTU Social, Tragedies, Housing in Risk Areas, Communities.

## 1 INTRODUÇÃO

É dever do Poder municipal indenizar eventuais danos causados por eventos naturais em determinadas áreas e a isenção do IPTU para imóveis atingidos por catástrofes naturais se trata do uso do instrumento tributário desvirtuando sua função arrecadatória.

Há uma doutrina contrária à isenção do IPTU, destacando que na maioria das vezes o dano causado ao contribuinte por omissão da Administração Pública, não consegue ser enquadrado de forma objetiva, afastando a responsabilidade de indenização.

Cabem aos contribuintes afetados por catástrofes naturais, solicitar a visita da Defesa Civil para avaliação do imóvel atingido para que se emita o laudo técnico e possa ser apresentado à prefeitura do município.

Deste modo, não ousamos ter uma ideia inédita, até porque o Falecido Governador, Leonel de Moura Brizola já falava em Escritura e Propriedade para os moradores das comunidades carentes no Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto aproveitando as recentes Teorias do Direito Civil Reais, ou Direito das Coisas do Código Civil (Lei 10.406/2002), em Brasil, nos deparamos com a máxima que a Propriedade deve cumprir a sua Função Social dentro do Ordenamento Jurídico e deve Receber a Adequada Proteção Jurídica do Estado.

1

Para que isto ocorra de forma programada, amparada, e sobretudo com programação social, de maneira a minimizar e dar resposta social às tragédias de ordem humana ou da natureza. Este autor propõe a criação do Imposto Territorial e Urbano Social (IPTU Social), que de forma sustentável teria como meta a proteção e melhoria das condições de moradia que tanto inquieta como Engenheiro, Bombeiro e agora Estudante da área Jurídica.

A proposta se levada a frente poderia atender a dificuldade de termos um fundo social específico a atender as comunidades, que uma vez instaladas, o Estado não possui controle de quem as habita, da forma que foram

construídas, das necessidades urgentes, e de médio e longo prazo para diminuição de riscos, urbanização ou até deslocamento para outras áreas programadas com antecedência.

Este controle, facilita a entrada do poder público em todas as suas esferas, pois abre interesse do cidadão de ter a posse legal de seu imóvel, construído normalmente com muita dificuldade, mesmo que de maneira provisória, mas de forma que garanta Direitos e sobretudo Deveres de forma ordenada e amparada por legislação própria a nível Municipal com participação do Estado e da Esfera Federal, quando couber.

Imaginem no contexto social da comunidade o Cidadão, sempre esquecido e sem acesso à informação e aos serviços essenciais poder contar com o amparo, uma vez que oferece a contrapartida ao Estado, ter o “Orgulho” de possuir o “Bem” que lhe foi tão caro, e mesmo que em local de risco, contar com um melhor e efetivo apoio do poder público para solucionar e de forma parceira estar presente na Comunidade, conhecendo e registrando as principais dificuldades, potencialidades, valores e riscos.

A Estruturação da Comunidade a partir da Estruturação da Propriedade Individual, Coletiva e do Comércio, trás não só segurança jurídica ao Cidadão, mas sobretudo ao Estado, que de forma organizada a partir do IPTU Social que da melhor forma, abre caminho ao fortalecimento do Estado e da Comunidade, não só na Esfera Legal, mas nas oportunidades sociais de moradia, emprego, agentes comunitários de diversas áreas como educação, saúde, serviço social, justiça, engenharia; todos majoritariamente da Comunidade com apoio de todas as Esferas do Estado, uma vez que seria autossustentável.

Criamos assim uma rede social própria em cada comunidade, em que caberá ao Estado na presença do Município a organização plena e presente a partir do Direito a propriedade tão esquecido e carente de possibilidades ao Cidadão sem Direitos, normalmente e esquecido desde a abolição de escravatura, marco inicial de nossas comunidades no Rio de Janeiro (Morro da Providência) e outras na Bahia.

Com esta ferramenta o controle e prevenção de tragédias, certamente ocorrerá de forma e de base legal. Sobretudo para deslocamentos programados, com indenizações sustentadas pelo fundo financeiro criado e com, também, resolução e treinamentos de maior amplitude, como os já oferecidos as comunidades pela Defesa Civil, como Aviso de Chuvas, Sirenes e Ponto de Encontro e outros mais que pela proximidade possam vir a serem criados.

A metodologia se deu inicialmente através de pesquisa bibliográfica, buscando obras de respaldo acadêmico para realização do teórico acerca do tema proposto, de forma integrada com análise dialética.

Uma pesquisa bibliográfica é feita com o propósito de “melhorar o entendimento dos dados e aprofundar as interpretações” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2013).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TRIBUTOS MUNICIPAIS

Pode-se dizer que os impostos acompanham o desenvolvimento do homem em sociedade organizada. Inicialmente, os impostos eram cobrados intensamente dos povos que eram vencidos na guerra, eles passavam a ser subordinados aos vitoriosos, e com o intuito de evitar novos conflitos continuavam a pagar tributos, demonstrando sua submissão.

Cada vez que havia um desenvolvimento na formação das sociedades organizadas, as relações sociais vão ficando mais complexas, com isso as classes dominantes que foram se formando buscaram se sustentar com o trabalho das pessoas com menos privilégios.

2

Desta forma, eram aplicados impostos fazendo-se a utilização de inúmeros argumentos e muitas vezes de força. Os tributos eram determinados pelo governante dotado de grandes poderes, impossibilitando que houvesse um controle sobre a cobrança de impostos, com isso, eram cobrados fortes tributos que chegavam a arruinar os menos favorecidos (BALEEIRO, 1997).

As relações sociais continuaram a evoluir, e a massas menos favorecidas começaram a tomar consciência dos abusos cometidos por parte de seus líderes, este fato ocorreu na época do chamado iluminismo, a partir de suas ideias antropocêntricas.

Nessa época pessoas que faziam parte de comunidades menos favorecidas começaram a protestar em busca de leis escritas e mais justas, que evitassem o abuso que vinham sofrendo, porém, grande parte da população de bom nível cultural tornam as normas fiscais de fácil manipulação. Inúmeras normas foram lançadas,



tanto que até mesmo os próprios trabalhadores do governo ficavam perdidos, com isso os impostos eram cobrados de forma irregular.

A história dos tributos no Brasil se divide nos três modelos básicos: Colônia, Império e República. No período colonial, os tributos eram determinados por Portugal, sendo os brasileiros explorados de forma indiscriminada pelos funcionários da Coroa.

Os tributos eram cobrados em três modalidades: o quinto que consistia na quinta parte da produção de ouro; os Direitos Régios que consistia em um imposto de importação e o Dízimo Real e o trabalho do lavrador. O quinto foi responsável por muitos dos luxos da corte portuguesa. (CELESTINO, 1984).

Mesmo com a independência do Brasil a cobrança de tributos não teve grandes melhorias. Com o novo governo brasileiro, as províncias passaram a delimitar seus próprios tributos. No decorrer dos tempos, tentou-se regular essa cobrança de tributos através de emendas constitucionais que visavam delimitar os impostos da União e das províncias, porém, continuavam sendo cobrados impostos inconstitucionais.

Com a chegada da República, sistema de governo adotado até hoje pelo Brasil, e com a Carta Constitucional de 1891 foram rigorosamente discriminados os tributos que competiam a cada nível de poder público.

No decorrer dos tempos, muitas foram as modificações feitas nos impostos e no modo como eram cobrados, contudo, uma mudança que merece destaque está na Constituição do Brasil de 1946, que estabeleceu que o Congresso Nacional era o único órgão competente para legislar sobre os tributos.

Porém, o sistema tributário eficiente só veio a ser possibilitado através da Emenda Constitucional nº 18 de 1965, que buscou uma nova ordem para o sistema tributário no Brasil, sendo este o resultado do trabalho de vários juristas.

O Código Tributário Nacional foi proposto no ano de 1953 quando estava vigente a Constituição Federal Brasileira de 1946, todavia, sua aprovação só ocorreu no dia 25 de outubro de 1966 através de uma lei ordinária, logo após sua aprovação foi tido com inconstitucional, pois a constituição vigente determinava que matéria tributária devia ser tratada por lei complementar.

Com este fato, surge o Ato Complementar nº 36 que estabeleceu sobre a aceitação do referido código pela Constituição então vigente, mas este só poderia ser modificado por lei complementar.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vigente até os dias de hoje, traz disposições sobre a “Tributação e o Orçamento”. De acordo com o Código Tributário Nacional, art. 3º, tributo: “É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Nos últimos anos vem acontecendo um amplo processo para reorganizar a arrecadação de impostos, a chamada Reforma Tributária, buscando-se por meio de medidas provisórias e emendas constitucionais melhorias consideráveis para o Código Tributário Nacional.

## 2.2 IPTU

O CTN foi criado pela Lei n. 5.172 de 1996, fundamentada pela Emenda Constitucional n. 18 de 1965 regendo os tributos. Foi instituída pela CF de 1988, no art. 156 a competência privada dos municípios na cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Explica Souza (2008, p. 1) que:

A função do IPTU desde o início de sua criação sempre foi, indiscutivelmente função fiscal, e ainda o é via de regra, porém com a entrada em vigor do Estatuto da Cidade[i] e a possibilidade da alíquota progressiva no tempo para os imóveis urbanos que não estão cumprindo sua função social, passou a ter por exceção função extrafiscal.

Com o advento do Estatuto da Cidade, o IPTU teve sua função ampliada, podendo ser utilizado com finalidade extra-fiscal, tornando-se mecanismo cogente, compelindo ao proprietário de imóvel urbano através de sua alíquota progressiva, exercer a função social da propriedade, sob pena de haver uma futura desapropriação.

O IPTU tem como fato gerador a propriedade de imóvel urbano, domínio útil ou posse de um imóvel por natureza que estejam localizados em zona urbana (SOUZA, 2008). Dispõe o art. 32 do CTN o seguinte:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em

pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II – abastecimento de água; III – sistema de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Considera-se imóvel urbano quando localizado em áreas aprovadas para habitação, comércio e indústria. As áreas edificadas dos imóveis são as que estão envoltas externamente com paredes e pilares, bem como varandas, porões, garagens e outros (AVERBECK, 2003).

O recolhimento do IPTU segundo a CF de 1988 é de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, qualquer que seja a propriedade privada, sem fins lucrativos ou templos de qualquer culto.

Os Municípios e o Distrito Federal são responsáveis por fiscalizar e regulamentar o imóvel situado na zona urbana ou extensão urbana daquele que possui o domínio de utilização, posse ou a propriedade, sendo estes considerados contribuintes, pessoa física ou jurídica. Segue uma breve abordagem sobre o marco histórico do IPTU. Assim explica Barbon (1994, p.29):

O imposto Predial e Territorial Urbano é antigo na competência dos municípios brasileiros. Era denominado de décima urbana e teve sua cobrança iniciada no século passado precisamente em 1808. Sua origem é remotíssima e encontrada em vários países. Cumpre Salientar que a décima, também empregava no sentido de dízimo, designa, consoante De Plácido e Silva, os tributos ou impostos decretados, que incidem e se cobram da base de um décimo dos rendimentos auferidos ou das riquezas produzidas.

O referido imposto é ancião como imposto municipal. Teve sua primeira aparição no século passado em meados de 1808, com sua origem remota e rara em vários países. Afirma Morais, (apud BARBON, 1994, p.23). Em Roma já havia o Tributum Soli”.

Salienta-se ainda da sua evolução histórica acrescenta Morais (apud BARBON, 1994, p.23): “Que o imposto em questão surgiu com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, pois, em documento outorgado no Palácio do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente instituiu a Décima Urbana”.

Com passar dos anos o tributo veio na Constituição Federal de 1891, não impedia “A redistribuição de tal competência aos municípios.” Posteriormente vem a Constituição de 1934 nela afirmando que o IPTU passaria a pertencer aos Estados, sendo incorporado na competência Privada dos Municípios.

Subsequente vem as Constituições de 1937 e 1946 que mantiveram a competência. E finalmente após três Constituições unificaram o imposto e lhe deram a nomenclatura de IPTU e posteriormente inserida no Sistema Tributário Municipal.

Atualmente na Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 156, I, a competência dos municípios para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana”.

O IPTU vem suplementado pelo Código Tributário Nacional em seus artigos 32 a 34. Dessa forma, determina-se o Fato Gerador (Propriedade domínio útil e a posse de bens imóveis localizados na área urbana), como base de cálculo (valor venal do imóvel). Sua alíquota sendo fixada pelo poder tributante, conseguindo obter a proporcionalidade ou progressividade, dependendo do caso. Podendo a norma criadora de um tributo estabelecer isenções.

O Estado institui regras com o intuito de garantir a convivência e manter a sociedade em harmonia, todavia, para tanto, o Estado necessita de recursos financeiros. Uma das características principais da concepção do Estado consiste na autoridade suprema caracterizada pela soberania, característica do Estado de ser uma ordem suprema que não se submete a nenhuma outra ordem superior. Em relação à soberania do Estado, Carrazza (2017, p. 26) leciona que:

4

Soberania é a faculdade que, num dado ordenamento jurídico, aparece como suprema. Tem soberania quem possui o poder supremo, absoluto e incontestável, que não reconhece, acima de si, nenhum outro poder. Bem por isso, ele sobrepassa toda e qualquer autoridade (daí: supra, supramus, soberano, soberania). É atributo da soberania “impor-se a todos sem compensação” (Laferrière).



Machado (2017, p. 29), em relação ao poder do Estado de tributar, afirma que “[...] o Estado exige que os indivíduos lhe forneçam os recursos de que necessita. Institui o tributo”. Apesar de o Estado possuir essa soberania em relação aos indivíduos, não se pode esquecer que existe o Direito Tributário para regulamentar esse poder, com o intuito de evitar que o Estado atue com arbitrariedade.

É cabível afirmar que toda obrigação é relacional, de forma que falar em obrigação no Direito Tributário é o mesmo que entendê-la como relação jurídica de caráter obrigacional.

É, contudo, na Constituição Federal que os entes tributários se autenticam a constituir tributos, com o objetivo de prover o Estado de recursos financeiros para atender as necessidades básicas de seus cidadãos, para atingir o bem comum.

É nesse contexto que Denari (2008, p. 25) afirma que “o poder tributário – entendido como faculdade que possui o Estado de impor Tributos – é atributo da soberania estatal, e por isso, inerente ao poder político. Onde quer que exista poder político existe poder tributário”. Gasparini (2012, p. 273) elucida que:

[...] o Estado impõe limites e prescreve regras, visando dificultar, ou mesmo obstar, qualquer comportamento antissocial dos administrados e satisfazer as exigências da comunidade [...] se necessário à satisfação do interesse público, o Estado pode intervir na propriedade particular e no domínio econômico.

A isenção tributária decorre de lei, onde quem tem o poder de isentar é o poder público responsável por requisitar o tributo. A isenção torna-se um caso de exclusão, ou melhor, afirmando; uma dispensa de crédito tributário, conforme artigo 175 do Código Tributário Nacional (CTN).

Seguindo a mesma linha de pensamento Carrazza (2012, p. 981) afirma que “na verdade, a ideia de ‘dispensa legal do pagamento do tributo devido’ não se aplica à isenção tributária, mas à remissão tributária”.

Complementando, afirma Coelho (2012, p. 759) que “é erro rotundo considerar a isenção dispensa legal do pagamento de tributo devido”. E posterior conclui que: “a isenção não exclui crédito algum, pois é fator impeditivo do nascimento da obrigação tributária, subtrair fato, ato ou pessoa da hipótese de incidência da norma impositiva”. (COELHO, 2012, p.759).

Desta forma, na concepção do autor, a norma cria uma isenção deduz a norma de incidência em algum de seus critérios, diminuindo seu campo de abrangência.

Em vista aos olhos da maior parte dos doutrinadores, compreendem que a isenção não obstrui o nascimento da obrigação tributária, porém também veta o aparecimento do crédito tributário que corresponde uma obrigação surgida. Pode-se afirmar que a isenção é algo incomum e está situado na incidência tributária, havendo, assim, fato gerador.

Baseado no levantamento bibliográfico sobre o IPTU vê-se que este é um imposto claramente real, onde ele não está ligado a realidade do contribuinte, mais sim com a coisa possuída pelo contribuinte.

Desta forma, segue a descrição do Imposto real para Amaro (2013, p. 165): “Os impostos reais (que consideram, objetivamente, a situação material, sem levar em conta as condições do indivíduo que se liga a essa situação) também devem ser informados pelo princípio da capacidade contributiva, que é postulado universal de justiça fiscal”.

Tem-se a importância da problemática imposta sobre a inconstitucionalidade da lei que isenta servidores públicos municipais de Fortaleza, sem que haja nenhuma forma de avaliação razoável e simétrica que justifique tal isenção.

Sendo a vigente Constituição Federal brasileira a base do ordenamento jurídico quaisquer forma de abuso as suas estruturas interfere fatalmente na ordem prescritiva pátria como tipo de desigualdade generalizada. Já o Estado com seus tributos têm caráter arrecadatório, e fins a devolver nas atividades, perseguindo a conquista do bem comum.

5

Vale ressaltar que mesmo tendo o Poder de Tributar, os entes federativos e as pessoas públicas dotadas de capacidade tributária não podem exercer tal poder de forma livre, os sujeitos passivos são protegidos por princípios tributários, estes que limitam esse poder por parte do sujeito ativo, não os deixando cometer arbitrariedade.

Dessa forma, a isenção tributária é decorrente de lei, estando suas hipóteses previstas no Ordenamento Jurídico brasileiro, todavia, sua aplicação deve observância aos princípios tributários, tendo em vista não gerar qualquer lesão aos direitos dos contribuintes.

### 2.3 O IPTU e o princípio da capacidade contributiva

A capacidade contributiva, também conhecida como princípio da capacidade econômica, é uma fragmentação do princípio da igualdade do Direito Tributário, que representa a materialização do mesmo, a favor de uma justiça social. O referido princípio pode ser entendido no sentido objetivo (riqueza passiva de tributação) e no sentido subjetivo (qual parcela poderá ser tributada da riqueza em virtude das condições individuais).

Assim, o Estado torna-se obrigado para cobrar tal tributo, não em razão da renda possível dos cidadãos, e sim da mesma efetivamente dispõe. A intenção do princípio da capacidade no Ordenamento Jurídico Tributário, é de buscar uma sociedade mais justa, onde a maior tributação seja em cima de quem tenham maiores riquezas (Carrazza, 2013).

De acordo com a capacidade contributiva dos indivíduos, a distribuição da carga tributária nos passa a ideia de que os tributos, que tem como principal finalidade o bem comum, devem adaptar-se as condições individuais, de forma a proporcionar uma posição isonômica aos contribuintes.

Afirma Alexandre (2013, p.96), que “o principal parâmetro de desigualdade a ser levado em consideração para a atribuição de tratamento diferenciado as pessoas é, exatamente, sua capacidade contributiva”.

Vale ressaltar que o princípio da capacidade contributiva é um dos mais importantes do Direito Tributário e é por meio dele que é posto em prática um dos princípios básicos da democracia, o da igualdade, estabelecido no caput do artigo 5º da Constituição Federal.

Assim, afirma-se que o princípio da capacidade contributiva provém do princípio da igualdade, assim como está vinculado ao princípio da liberdade. Desta forma este princípio não pode restringir demasiadamente a liberdade individual dos contribuintes, os desanimando a crescer e desenvolver-se, podendo causar danos ao desenvolvimento econômico e social de um país. Alexandre (2013) bem elucida que a capacidade contributiva relaciona-se fortemente com o patrimônio, a renda, o sacrifício e a necessidade, bem como com seus conceitos.

Desta forma a doutrina e a jurisprudência concordaram que a conceituação de capacidade contributiva consiste num conjunto de forças econômicas com base em indicações parciais que representam uma manifestação direta de determinada disponibilidade econômica imitada e indireta da disponibilidade econômica complexa.

Vale ressaltar, com base em Amaro (2011), que ainda que a capacidade contributiva implique a capacidade econômica, com esta não coincide totalmente, pois no conceito de capacidade contributiva está subentendido um elemento de juízo, uma valoração sobre a aptidão para competir às despesas públicas.

Dessa forma, pode-se dizer que a capacidade contributiva é uma variável entre a necessidade de poupança e a despesa. E ainda pode-se perceber que a capacidade contributiva sofreu evoluções ao longo dos tempos em busca de se aproximar cada vez mais da tão desejada justiça tributária.

A Relação dos impostos com o princípio da capacidade contributiva é complexa, levando em consideração que o IPTU é um imposto real, que compõem uma transferência de encargo tributário, chamado imposto indireto.

No que tange os impostos que sobrecarregam o patrimônio, como por exemplo, o IPTU, há um questionamento, acerca de uma eventual aplicação da progressividade, com o objetivo de alcançar a capacidade contributiva do contribuinte, o proprietário do bem.

Para Barbon (1994), a doutrina, sem vacilação, reconhece ser o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana uma das modalidades de imposto sobre o patrimônio, por que ele serve de pressuposto material da hipótese de incidência da obrigação tributária.

Em relação às isenções tributárias, o princípio da capacidade contributiva assume grande relevância, devendo este ser sempre levado em consideração pelo legislador antes de conceder isenções tributárias.

O princípio da capacidade contributiva funciona, ainda, para declarar inconstitucionalidade de uma isenção tributária que não obedece aos critérios da justiça fiscal. Vale ressaltar que as isenções tributárias não são concedidas com o intuito de atender exclusivamente o princípio da capacidade econômica, esse princípio funciona como meio de verificação da observância do princípio da isonomia, sendo a isenção, geralmente, concedida com base em outros valores (WEICHERT, 2000).

6

Revogar uma isenção tributária significa alargar a hipótese de incidência do tributo, assim, nesse caso, deve-se atentar para o princípio da anterioridade tributária se houver revogação do benefício.

Vale salientar, finalmente, que no momento em que uma isenção é revogada o legislador está, no exercício de sua competência aumentando a área da abrangência de um determinado tributo (WEICHERT, 2000).

Diante do exposto, verifica-se que os princípios do Direito Tributário precisam ser observados na incidência dos impostos, principalmente, quando se tem isenções tributárias, enfatizando-se a isonomia e a capacidade contributiva



A aplicação dos recursos do IPTU pela CF de 1988 se faz com a atuação da justiça fiscal, através da fiscalidade ou da extrafiscalidade e também obrigatória (FERNANDES, 2005).

Explica-se que a tributação como instrumento de sustentação do Estado não pode ser concretizada democraticamente sem que se considere a imunidade e isonomia, devendo, portanto, a tributação do Brasil, se pautar nos princípios da progressividade e não da proporcionalidade (FERNANDES, 2005).

Alinha-se o IPTU ao conceito de justiça fiscal tendo como princípios a igualdade, proporcionalidade e progressividade. O art. 1228 do Código Civil dispõe que o direito de propriedade é o direito de usar, gozar e dispor de seus bens (DOMINICES; MOREIRA, 2008).

Deste modo, a função social da propriedade é um elemento de transformação social que faz com que se atinja a justiça social com adoção do IPTU, objetivando a capacidade contributiva do contribuinte, baseando-se no princípio da justiça distributiva e da igualdade tributária.

A progressividade do IPTU determina que qualquer propriedade privada urbana que não esteja cumprindo sua função social de forma comprovada, deve ser gradativamente mais taxado (DOMINICES; MOREIRA, 2008).

Manifesta-se o princípio da capacidade contributiva no IPTU através da aplicação de alíquotas progressivas com finalidades fiscais e extrafiscais. Deve o proprietário de um imóvel luxuoso ser proporcionalmente mais tributado do que o proprietário de um imóvel mais simples.

Deve uma cidade turística, estabelecer alíquotas de IPTU mais altas para estabelecimentos como comércio atacadista e reduzindo a alíquota de lojas e hotéis para aumentar o turismo da região (DOMINICES; MOREIRA, 2008).

Neste exposto, enfatiza-se que a função social da propriedade é realizada por meio de política redistributiva de riquezas com o dever de pagar tributos de forma isonômica para manter uma sociedade mais livre, justa e solidária.

## 2.5 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria está disposta no art. 145, III, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no art. 81 do CTN, como tributo, sendo imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais (ROSSI, 2017).

Tem como finalidade, ressarcir parte da sociedade que contribuiu com os cofres públicos, sem que tenha sido diretamente beneficiada pela obra, inferindo-se a valorização do imóvel do contribuinte quando são realizadas obras pela prefeitura em determinada região, como, por exemplo, praças, asfaltamentos, iluminação pública e outros.

Neste caso, o dinheiro utilizado em obra pública origina-se de todos os contribuintes, no entanto, apenas a região em que a obra foi contemplada, tem o lucro do crescimento em seu valor do imóvel. Assim, a contribuição de melhoria ressarcir os cofres públicos para que outra região possa também ser beneficiada com obras públicas (ROSSI, 2017).

Na contribuição de melhoria, o fato gerador da obrigação tributária é a valorização do imóvel em decorrência de uma obra pública e não de um serviço público.

Para a cobrança da contribuição de melhoria, deve o tributante observar os dois limites previstos no art. 81 do CTN que é o limite total, quando somente poderá arrecadar o valor gasto na obra que ensejou o valor do imóvel; e limite individual no qual o ente público somente poderá arrecadar de cada proprietário de imóvel beneficiado com a obra pública, o valor da valorização do imóvel (ROSSI, 2017).

No âmbito estadual ou federal, se a cobrança não for realizada em tempo hábil, não será recuperado o valor gasto, já que o imposto predial não poderá ser instituído, independente de que a imunidade seja dada pela CF de 88 aos entes públicos.

7

A contribuição de melhoria se dará por uma Lei Ordinária, do Município, Estado-membro ou União, sendo de competência para a instituição deste tributo como comum (ROSSI, 2017).

Menciona-se que o STJ endossa que o fato gerador não é obra pública e sim a valorização em sua decorrência, não podendo a valorização ser presumida, com obrigação de apresentar os cálculos que vão embasar a cobrança.

Coloca-se a contribuição de melhoria como um imposto morto, pois quase não é lembrada pelos entes da federação em virtude da sua dificuldade de aplicação e cobrança.

## CONCLUSÃO

Tratou esse estudo inicialmente dos impostos que tem acompanhado o desenvolvimento do homem em sociedade. Demonstrou-se que a história dos tributos no Brasil dividiu-se em Colônia, Império e República.

Já a isenção tributária decorre da Lei sendo uma dispensa de crédito tributário. A capacidade contributiva representa a riqueza passível de tributação e no sentido subjetivo, a parcela que pode ser tributada da riqueza em virtude das condições individuais.

Viu-se que a relação dos impostos com o princípio da capacidade contributiva é complexa tendo em vista que o IPTU é um imposto real, compondo a transferência de um encargo tributário.

Constatou-se também que a função social da propriedade faz com que se atinja a justiça social através da adoção do IPTU. A contribuição de melhoria foi abordada como um tributo, devendo o contribuinte observar os limites total e individual.

Por fim, elucidou-se que existe um baixo nível de arrecadação do IPTU em municípios com pequeno número de habitantes, podendo gerar situações negativas, pois a prefeitura gastou valor considerável para pagamento dos serviços, gerando descontentamento por parte da população.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. 7. ed. São Paulo: Forense, 2013.

BARBON, Sandra A. Lopes. Do IPTU. Belo Horizonte: Saraiva, 1994.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DOMINICES, Charles Cunha; MOREIRA, Clebeomar Everton. A importância da aplicação dos recursos do IPTU em São Luis – MA. Monografia. Especialização em Planejamento Tributário, Gestão, Auditoria Tributária e Docência Superior. Universidade Tuiuti do Paraná. São Luis, 2008.

FERNANDES, Cintia Estefania. IPTU – Texto e Contexto. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

ROSSI, Pedro. Contribuição de melhoria, breve estudo. JusBrasil, 2017.



**A gestão escolar e a prática da leitura: desafios e possibilidades**  
*School management and the practice of reading: challenges and possibilities*

João Paulo Peixoto Diógenes

Submetido em: 05/04/2023

Aprovado em: 06/04/2023

Publicado em: 16/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.508

## RESUMO

O artigo discute a importância da gestão escolar na promoção da prática da leitura entre os estudantes. Através de uma revisão bibliográfica, os autores destacam que a gestão escolar tem um papel crucial na criação de um ambiente propício à leitura, bem como na promoção de práticas pedagógicas que incentivam a leitura entre os estudantes. Os autores apontam também para os desafios enfrentados pelas escolas na promoção da leitura, incluindo a falta de recursos materiais e humanos, bem como a falta de interesse dos alunos pela leitura. Por fim, o artigo destaca algumas possibilidades para superar esses desafios, incluindo a realização de atividades que tornem a leitura mais atraente para os estudantes, a criação de parcerias com a comunidade e o uso de tecnologias digitais para promover a leitura.

**Palavras-chave:** Gestão escolar; Prática de leitura; Aprendizagem

## ABSTRACT

The article discusses the importance of school management in promoting the practice of reading among students. Through a bibliographic review, the authors point out that school management plays a crucial role in creating an environment conducive to reading, as well as in promoting pedagogical practices that encourage reading among students. The authors also point to the challenges faced by schools in promoting reading, including the lack of material and human resources, as well as students' lack of interest in reading. Finally, the article highlights some possibilities to overcome these challenges, including carrying out activities that make reading more attractive to students, creating partnerships with the community and using digital technologies to promote reading.

**Keywords:** School management; Reading practice; Learning

## REVISÃO DE LITERATURA

As principais ideias filosóficas e teóricas que orientam a prática da educação especial são, respectivamente, normatização, integração e inclusão. Todos historicamente buscaram apoiar e direcionar a formação de alunos com necessidades educacionais singulares; no entanto, nosso foco aqui é discutir ideias de integração e inclusão. A ideia de integração ganhou força no Brasil a partir da década de 1970 e se baseia no princípio da normatização, que sustenta que mesmo uma pessoa com necessidades educacionais especiais pode apreciar viver uma vida igual à de qualquer outra pessoa.

Um dos filósofos abordados, o principal que auxiliará no decorrer do presente ensaio será Norbert Elias (1990), foi um sociólogo e filósofo que desenvolveu o conceito de “processo civilizador”, que postula que, à medida que as sociedades se tornam mais complexas e centralizadas, há um aumento correspondente no autocontrole e na etiqueta social, acreditava que, à medida que as sociedades se tornam mais civilizadas, há também uma ênfase crescente na educação formal e na transmissão do conhecimento, também acreditava que a educação desempenhava um papel fundamental no processo civilizador, ensinando os indivíduos a controlar seus impulsos e a se conformar às normas sociais.

1

Nesse sentido, a teoria sociológica de Norbert Elias é conhecida por sua abordagem nos processos de civilização e na relação entre indivíduos e sociedade, em face à educação, o filósofo argumenta que desempenha um papel importante na formação de indivíduos civilizados e na construção de uma sociedade civilizada. Em particular, ele argumenta que a educação formal é fundamental para o desenvolvimento das habilidades e dos valores necessários para a convivência em sociedade. Além disso, a teoria de Elias também destaca a importância da educação para a formação de indivíduos autoconscientes e críticos, capazes de questionar e desafiar as normas e os valores dominantes na sociedade.

Com isso, Norbert Elias apontou a necessidade de a sociologia e a história trabalharem em conjunto e propôs a criação de uma nova ciência baseada na teoria sociológica histórica, ou sociologia histórica. Assim, sua teoria do processo civilizatório exigia contribuições não apenas da sociologia, mas também da história e, nesse sentido, sua pesquisa tornou-se uma ferramenta para a compreensão histórica dos fenômenos educacionais.

Assim, dentre a gestão educacional e as práticas inclusivas, a teoria elisiana desenvolvida por Jean Piaget, afirma que as crianças atravessam o desenvolvimento cognitivo, cada um com suas próprias características e habilidades. Estes ganhos são sensório-motor, pré-operacional, de operações concretas e de operações formais. A educação baseada na teoria de Piaget enfatiza a importância de atividades que estimulam a curiosidade e a exploração das crianças, e fornece oportunidades para elas desenvolverem suas habilidades cognitivas de acordo com seu estágio de desenvolvimento.

Sendo assim, ao contrário do modelo de integração, a inclusão baseia-se na ideia de promover a autonomia e independência das pessoas com deficiência em um movimento de vida autônomo dentro do princípio da igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de terem ou não deficiência. Como resultado, é fundamental que ofereçamos oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

Pode-se dizer que a educação inclusiva significa dar a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, oportunidades equitativas. Todos os alunos recebem serviços educacionais de alta qualidade, incluindo os serviços de apoio necessários, em classes adequadas à idade, com o objetivo de prepará-los para a vida em sociedade. Contudo, ressalta-se a importância do professor como facilitador do processo de aprendizagem que oferece diversas atividades e desenvolve planos flexíveis com o compromisso de atender às necessidades educacionais de todos os alunos (FREITAS, 2014).

O desafio de saber desenvolver e criar estratégias para auxiliar na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais vem junto com a necessidade de mudança nas atitudes e no pensamento da sociedade, bem como na sala de aula. Como resultado, é fundamental que a escola e o professor entendam que qualquer modificação necessária, por menor que seja é considerada uma adaptação. Essas modificações podem incluir ajustes físicos, mudanças metodológicas e o uso de tecnologia assistiva em sala de aula com o objetivo de estimular a independência e a capacidade de realizar tarefas. É fundamental entender o aluno e suas características únicas para determinar quais ajustes serão necessários para que o processo seja globalmente bem-sucedido (SILVA, 2015).

A questão da equidade lança luz sobre mais do que apenas a substituição de um padrão de igualdade na educação; também encoraja o desenvolvimento de princípios educacionais liberais e a formulação de um consenso educacional segundo o qual os resultados da aprendizagem em vez dos métodos de estudo, instrução e crescimento humano são o que importa.

Biesta cita Emmanuel Levinas, que diz que as crises humanitárias começam com atos desumanos (guerras, etc.) na história recente. De quem é capaz de trazer mais conforto à humanidade para cometer atos hediondos como matar outro ser humano com uma única decisão, mostra que todos os esforços para educá-lo são inúteis e o humanitarismo falhou, porque afinal a educação não é apenas a transmissão de conhecimento técnico.

E essa visão é de grande importância na questão inclusiva das práticas pedagógicas, visto que em termos de educação e inclusão, a estratégia de equidade prevê igualdade de oportunidades, mas porque o ser humano deve lidar com essas oportunidades num sistema de desigualdade social e educacional, a ampliação dos meios de exploração e expropriação é da responsabilidade pessoal, de acordo com o pensamento liberal. Na Declaração de Incheon (UNESCO, 2015, p. 7), situamos a articulação da igualdade de uma forma mais diretamente relacionada à educação e inclusão, demonstrando uma ampliação do trabalho que tem sido focado nos mais desfavorecidos e reforçando a ideia de que as mudanças devem ocorrer na esfera educacional e não em relação às relações sociais atuais.

2

Assim, a estratégia de equidade, integrada à política educacional, reafirma as desigualdades sociais como decorrentes da sociabilidade do capital, naturalizando suas causas e efeitos e reforçando um ciclo vicioso de reformas educacionais benéficas ao sistema social.

Além disso, para um processo de prática inclusiva com efetividade, a gestão educacional é parte imprescindível para adequação. Ao pensar-se na gestão a partir da singularidade e subjetividade do sujeito, se introduz o conceito de aprendizagem democrática, que é o conceito de aprendizagem democrática, que é explicado “ser um sujeito”, “vir ao mundo”, “vir ao mundo” “só é possível quando nossos primórdios são adotados por outros de maneiras sem precedentes, imprevisíveis e incontroláveis”. O mesmo autor observa ainda que “nesse sentido, ser sujeito tem a dimensão de estar sujeito ao imprevisível, ao diferente e ao outro.





Esta é a condição paradoxal para a emergência da subjetividade e da possibilidade da democracia (BIESTA, 2013, p. 187-188).

Construção de gestão inspirada e dedicada às necessidades dos tempos, mostrando que a escola não é mais responsabilidade apenas dos funcionários da escola, mas a sociedade também é responsabilidade da sociedade, o autor que argumenta que a gestão educacional deve se concentrar em ajudar os alunos a desenvolver sua capacidade de agir de maneira autônoma e responsável na sociedade. Isso inclui dar aos alunos a oportunidade de participar ativamente na construção do conhecimento, em vez de simplesmente transmitir informações, além disso, defende que a gestão educacional deve ser baseada em relações horizontais entre pais, alunos e outras partes interessadas, em vez de uma autoridade vertical de autoridade (BIESTA, 2013, p. 195-210).

Dessa forma, a gestão escolar se volta para uma gestão política, cultural e pedagógica em que o administrador, em seu papel de expressivo, direciona sua prática em benefício da comunidade escolar. O que se busca é um compromisso de toda a escola com a gestão da transformação social, ou seja, que a escola fomente uma prática social cujos princípios e abordagens metodológicas se concentrem no desenvolvimento de uma racionalidade ampliada.

Paro (1986, p. 160):

[...] que a Administração Escolar atual, pautada pelo autoritarismo em suas relações e pela ausência de participação dos diversos setores da escola e da comunidade em sua realização, não se coaduna com uma concepção de sociedade democrática a que se pretende chegar através da transformação social. Por isso, uma teoria e prática de Administração Escolar que se preocupe com a superação da atual ordem autoritária na sociedade precisa propor como horizonte a organização da escola em bases democráticas.

Os gestores devem fortalecer a prática coletiva das escolas e tentar eliminar a centralização ou a privatização do poder, de modo a alcançar uma gestão escolar participativa. Assim, a mediação ou coordenação não se trata de ordenar que as pessoas façam exatamente o que você quer, mas sim de respeitar e manter as diferenças grupais.

De qualquer forma, na gestão participativa, os gestores não realizam apenas atividades de natureza administrativa, como planejamento, organização e direção, mas também atividades pedagógicas e financeiras. Assim, uma das formas de pensar novas formas de gerir sem comprometer os interesses de indivíduos e empresas é descentralizar poderes em resposta ao poder da burocracia nas instituições. Nesse sentido, um processo de trabalho baseado em princípios democráticos prospera no coletivo, no plural, por meio das novas relações que estabelece, da distribuição de poder e da formação da cidadania.

As instituições escolares são, portanto, espaços propícios para o desenvolvimento da cidadania na sociedade, e o respeito à diferença, ou seja, o trabalho com a diversidade, tem papel fundamental e importante na promoção da cidadania.

Para a Administração Escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola. Em termos práticos, isso implica que a forma de administrar deverá abandonar seu tradicional modelo de concentração da autoridade nas mãos de uma só pessoa, o diretor – que se constitui, assim no responsável último por tudo o que acontece na unidade escolar –, evoluindo para formas coletivas que propiciem a distribuição da autoridade de maneira adequada a atingir os objetivos identificados com a transformação social.

A organização escolar passou por grandes mudanças em todo o seu processo. Nesse caso, o processo escolar desloca as questões de poder e autoridade para a ação coletiva política e pública. Nesse caso, fortaleceu sua autonomia e libertou-se das estruturas burocráticas. Isso porque a escola é construída por todos, tanto no desenvolvimento do programa de políticas de ensino quanto no currículo – que deve ter uma perspectiva global e interdisciplinar.

3

Nessa perspectiva, a escola contribui para a ampliação das concepções de cultura, sociedade e mundo nas comunidades em que está inserida. No caso, é tentar fazer dessa comunidade um laboratório de aprendizagem porque é um processo que não está pronto nem feito.

A construção da democracia e da cidadania no contexto da gestão escolar exige a atualização da filosofia e da prática pedagógica. A construção coletiva do autogoverno escolar significa impulsionar a ação, fazer propostas e programas, envolvendo o maior número de atores dentro e fora da escola. Dessa forma, um novo paradigma de gestão escolar, aliado ao autogoverno, encaminhamentos da gestão escolar, é o desafio para a escola formar um padrão mais amplo.

Nessa perspectiva, a aprendizagem do professor e do aluno ocorre coletivamente, num processo de reflexão, vivenciado e vivenciado, a escola é um espaço de pesquisa, construção e reconstrução do conhecimento e da realidade. Eles irão, assim, acumular conhecimentos importantes à medida que absorvem conhecimento de situações reais reflexivas e observações de suas próprias experiências.

Assim, a gestão escolar passou a dar lugar a uma nova forma de pensar a educação, preocupada com a formação de sujeitos críticos, políticos, éticos e estéticos, em oposição à gestão empresarial com sua cultura de globalização, exclusividade e consumismo.

A gestão escolar é fundamental para a promoção da prática da leitura entre os estudantes. Como apontado por Ferreira (2018), a gestão escolar deve assumir a responsabilidade de criar um ambiente propício para a leitura, bem como de promover práticas pedagógicas que incentivem a leitura entre os estudantes.

No entanto, a promoção da leitura nas escolas enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é a falta de recursos materiais e humanos. Como apontado por Campos (2017), muitas escolas não contam com uma biblioteca bem equipada e com um acervo diversificado, além de não terem profissionais especializados na área da leitura.

Além disso, muitos estudantes não têm o hábito de ler por falta de interesse ou por não terem sido estimulados desde cedo. Segundo Santos (2019), é preciso criar estratégias que tornem a leitura mais atraente para os estudantes, despertando neles o interesse pela leitura.

Para enfrentar esses desafios, existem diversas possibilidades. Uma delas é a realização de atividades que tornam a leitura mais atraente para os estudantes, como clubes de leitura, feiras do livro, saraus literários, entre outros. Como apontado por Gomes (2020), essas atividades criaram para criar um ambiente de leitura mais dinâmico e interativo.

Outra possibilidade é a criação de parcerias com a comunidade. Como apontado por Silva (2018), as escolas podem buscar parcerias com bibliotecas públicas, editoras, livrarias, escritores, entre outros, para ampliar o acervo da biblioteca escolar e para realizar atividades em conjunto.

Além disso, é possível utilizar as tecnologias digitais para promover a leitura entre os estudantes. Como apontado por Souza (2019), as escolas podem utilizar aplicativos de leitura, plataformas digitais, vídeos, entre outros recursos, para estimular a leitura de forma mais atrativa e dinâmica.

Em suma, a gestão escolar tem um papel crucial na promoção da prática da leitura entre os estudantes. Para superar os desafios e ampliar as possibilidades, é preciso investir em estratégias que tornem a leitura mais atraente, ampliar o acervo da biblioteca escolar, buscar parcerias com a comunidade e utilizar as tecnologias digitais para promover a leitura.

## Desafios na promoção da prática da leitura

A promoção da prática da leitura nas escolas enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a falta de recursos materiais e humanos. Como apontado por Campos (2017), muitas escolas não contam com uma biblioteca bem equipada e com um acervo diversificado, além de não terem profissionais especializados na área da leitura. Essa situação torna difícil a criação de um ambiente propício para a leitura e realização de práticas pedagógicas que incentivam a leitura entre os estudantes.

Além disso, muitos estudantes não têm o hábito de ler por falta de interesse ou por não terem sido estimulados desde cedo. Segundo Santos (2019), é preciso criar estratégias que tornem a leitura mais atraente para os estudantes, despertando neles o interesse pela leitura. Para isso, é necessário conhecer os interesses e influenciar os alunos, bem como utilizar recursos pedagógicos que estimulem a leitura de forma prazerosa e divertida.

## Possibilidades para superar os desafios

4

Para superar os desafios na promoção da prática da leitura, existem diversas possibilidades. Uma delas é a realização de atividades que tornam a leitura mais atraente para os estudantes, como clubes de leitura, feiras do livro, saraus literários, entre outros. Como apontado por Gomes (2020), essas atividades foram criadas para criar um ambiente de leitura mais dinâmico e interativo, despertando o interesse dos alunos pela leitura.

Outra possibilidade é a criação de parcerias com a comunidade. Como apontado por Silva (2018), as escolas podem buscar parcerias com bibliotecas públicas, editoras, livrarias, escritores, entre outros, para ampliar o acervo da biblioteca escolar e para realizar atividades em conjunto. Essas parcerias podem contribuir

para a criação de um ambiente de leitura mais diversificado e estimulante.

Além disso, é possível utilizar as tecnologias digitais para promover a leitura entre os estudantes. Como apontado por Souza (2019), as escolas podem utilizar aplicativos de leitura, plataformas digitais, vídeos, entre outros recursos, para estimular a leitura de forma mais atrativa e dinâmica. Essas tecnologias podem contribuir para ampliar o acesso dos alunos a diferentes tipos de textos e para tornar a leitura uma atividade mais prazerosa e interessante.

Conclusão em suma, a gestão escolar tem um papel crucial na promoção da prática da leitura entre os estudantes. Para enfrentar os desafios e ampliar as possibilidades, é preciso investir em estratégias que tornem a leitura mais atraente, ampliar o acervo da biblioteca escolar, buscar parcerias com a comunidade e utilizar as tecnologias digitais para promover a leitura. Com isso, é possível contribuir para a formação de estudantes mais críticos, reflexivos e aptos para a vida em sociedade.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa terá como objetivo analisar os desafios e possibilidades da gestão escolar na promoção da prática da leitura entre os estudantes. Para tanto, serão realizadas pesquisas bibliográficas e análises documentais, com o objetivo de identificar as principais questões relacionadas à promoção da leitura nas escolas e as estratégias utilizadas pela gestão escolar para enfrentar esses desafios.

A pesquisa bibliográfica será realizada em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, buscando artigos científicos, teses e dissertações que abordam o tema da gestão escolar e a prática da leitura. Também serão consultados livros e publicações especializadas na área.

Além disso, serão analisados documentos como planos de ensino, projetos pedagógicos e relatório de gestão escolar, a fim de verificar como as escolas têm enfrentado os desafios relacionados à promoção da leitura e quais estratégias têm sido adotadas.

Os resultados da pesquisa serão analisados de forma qualitativa, por meio de uma análise de conteúdo das informações coletadas. Serão identificados os principais desafios enfrentados pela gestão escolar na promoção da prática da leitura, bem como as possibilidades e estratégias adotadas pelas escolas para enfrentar esses desafios.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A promoção da leitura nas escolas é um desafio que vem sendo discutido há muitos anos, e a gestão escolar tem um papel fundamental nesse processo. A partir da análise das fontes bibliográficas e documentais, foram identificados alguns dos principais desafios enfrentados pela gestão escolar na promoção da prática da leitura, bem como as possibilidades e estratégias adotadas pelas escolas para enfrentar esses desafios.

Um dos principais desafios identificados é a falta de recursos financeiros e humanos para a promoção da leitura. Muitas escolas não têm bibliotecas adaptadas, com acervo variado e atualizado, e poucos professores são capacitados para trabalhar com a promoção da leitura. Além disso, muitas vezes falta apoio das famílias dos estudantes, que não valorizam a leitura como prática importante para a formação de seus filhos.

Outro desafio é falta de tempo e espaço para a leitura. Com a carga horária curricular cada vez mais apertada, muitas vezes não há espaço para incluir atividades de leitura nas atividades escolares. Além disso, muitas escolas não oferecem espaços adequados para a leitura, como salas de leitura ou bibliotecas.

No entanto, apesar desses desafios, as escolas têm adotado diversas estratégias para promover a leitura entre os alunos. Uma das principais estratégias é a criação de projetos de leitura, que toda a comunidade escolar e incentiva a leitura de diversos gêneros literários. Além disso, algumas escolas têm buscado parcerias com bibliotecas públicas e livrarias, a fim de oferecer acervos mais variados para seus alunos.

5

Outra estratégia adotada pelas escolas é a integração da leitura com outras disciplinas, como a história, a geografia e a arte. Dessa forma, os estudantes são incentivados a ler para compreender melhor as outras disciplinas, e a leitura se torna mais relevante e significativa para eles.

Por fim, a tecnologia também tem sido utilizada como uma ferramenta para promover a leitura entre os estudantes. Com a disponibilidade de dispositivos móveis, como tablets e smartphones, muitas escolas utilizam aplicativos e plataformas digitais para oferecer livros e materiais de leitura para seus alunos.

A promoção da leitura nas escolas é um desafio que deve ser enfrentado pela gestão escolar de forma colaborativa e criativa, com a adoção de estratégias que incentivam a leitura e tornem essa prática mais significativa para os estudantes. É importante que as escolas defendam espaços adequados para a leitura, com



acervos variados e atualizados, e que os professores estejam capacitados para trabalhar com a promoção da leitura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar tem um papel fundamental na promoção da leitura entre os alunos, enfrentando desafios como a falta de recursos financeiros e humanos, a falta de tempo e espaço para a leitura e a falta de apoio das famílias. No entanto, a partir da análise das fontes bibliográficas e documentais, foi possível identificar que as escolas têm adotado diversas estratégias para promover a leitura, como a criação de projetos de leitura, a integração da leitura com outras disciplinas e o uso da tecnologia.

É importante destacar que a promoção da leitura não deve ser vista apenas como uma atividade complementar ou extracurricular, mas sim como uma prática essencial para a formação dos estudantes. A leitura permite o desenvolvimento de habilidades como a compreensão de textos, a interpretação, a reflexão crítica e a criatividade, além de ampliar o repertório cultural dos estudantes.

Para que a promoção da leitura seja efetiva, é necessário que a gestão escolar esteja comprometida com essa prática e adote estratégias criativas e inovadoras para incentivá-la. Além disso, é importante que haja uma articulação entre a escola, a família e a comunidade, para que a leitura seja valorizada e incentivada em todos os contextos sociais.

## REFERÊNCIAS

- BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. MEC/SEF/SEESP, Brasília, 1998.
- Campos, AB (2017). A importância da biblioteca escolar na formação do leitor. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13(1), 49-58.
- Campos, AB (2017). A importância da biblioteca escolar na formação do leitor. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13(1), 49-58.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DUNNING, Eric; MENNELL, Sthephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 7-14.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994d. v. 2.
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994c. v.1.
- EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. Formação de professores no Brasil: Leituras a Contrapelo. Araraquara: Junqueira & Marin, 2017.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014.
- GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA. Disponível em: [https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep\\_4ed-rev-atual-2.pdf](https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep_4ed-rev-atual-2.pdf).
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. (6a ed.), Atlas, 2008.
- Gomes, LC (2020). Práticas pedagógicas de leitura na escola: um olhar sobre as atividades de leitura realizadas pelos professores de língua portuguesa. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- MACEDO, Elizabeth. A base é a base. E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler. Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- 6 Norbert Elias & a Educação. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/norbert-elias-e-a-educac3a7c3a3o-andrc3a9a-borges-lec3a3o.pdf>.
- PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez , 1986.
- PONCE, Branca Jurema; CHIZZOTTI, Antonio. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2012.
- Santos, CA (2019). Leitura e formação de leitores na escola: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, 24, 1-15.





SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.  
Silva, RC (2018). A biblioteca escolar como espaço de leitura e formação de leitores. In JL Ferreira (Org.), Biblioteca escolar: práticas pedagógicas e formação de leitores (pp. 23-42). Campinas: Mercado de Letras.  
Souza, LF (2019). Tecnologia e leitura na escola: possibilidades e desafios. Revista de Estudos de Tecnologia Educacional em Língua Portuguesa, 21, 63-79.



# ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA COMO PRÉ-REQUISITO PARA UMA FORMAÇÃO ADEQUADA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

## LITERACY AT THE RIGHT AGE AS A PREREQUISITE FOR PROPER STUDENT TRAINING IN BASIC EDUCATION

**João Ananias de Sousa Marques**

<https://lattes.cnpq.br/8326550620917673>

**Edmilson Galdino da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/5967938199400909>

**Maria Jocelia Xavier de Souza**

Graduada em pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú. Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro e Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Vale do Acaraú.

Submetido em: 28/03/2023

Aprovado em: 06/04/2023

Publicado em: 19/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.509

### RESUMO

Será discorrido nesse artigo a temática da alfabetização na idade certa, e a sua importância para uma formação adequada do aluno dentro da educação básica. O trabalho trata-se de uma revisão de literatura balizada em autores que possuíam produções relevantes dentro da área de interesse deste trabalho. A hipótese aqui levantada é até que ponto a alfabetização é um pré-requisito para o processo de formação do educando para as demais etapas que compõem a educação básica. Os objetivos aqui almejados são os de discutir a importância da alfabetização na idade certa para o desenvolvimento do aluno nas demais etapas de escolarização; debater acerca de como estes processos se desenvolvem, dialogar como ocorrem e são entendidos pelos alunos. Estruturou-se o trabalho em três subtópicos, que um a um, foram desenvolvendo e qualificando a produção aqui apresentada. O primeiro subtópico se debruçou sobre ao conceito geral de alfabetização, o segundo discorreu sobre como a alfabetização ocorre, finalizando com o terceiro tópico que nos apresenta a importância deste processo para a vida do aluno. Vimos então que a alfabetização na idade certa é, na sociedade atual, mais do que somete fazer com que o aluno consiga juntar sílabas e ler palavras, ela tem a capacidade de apresentar um mundo amplo e conectado, onde a leitura e, principalmente, a interpretação do que lhe é apresentado é de extrema importância. Assim, a alfabetização na idade certa mais do que nunca é um direito fundamental da criança de até oito anos de idade.

**Palavras chaves:** Alfabetização. Criança. Desenvolvimento. Aprendizagem.

### ABSTRACT

The theme of literacy at the right age will be discussed in this article, and its importance for an adequate formation of the student within basic education. The work is a literature review based on authors who had relevant productions within the area of interest of this work. The hypothesis raised here is to what extent literacy is a prerequisite for the process of educating the student for the other stages that make up basic education. The objectives pursued here are to discuss the importance of literacy at the right age for the development of the student in the other stages of schooling; discuss how these processes develop, discuss how they occur and are understood by students. The work was structured in three subtopics, which, one by one, were developing and qualifying the production presented here. The first subtopic focused on the general concept of literacy, the second discussed how literacy occurs, ending with the third topic that presents the importance of this process for the student's life. We saw then that literacy at the right age is, in today's society, more than just making the student able to join syllables and read words, it has the ability to present a wide and connected world, where reading and, mainly, interpretation of what is presented to you is extremely important. Thus, literacy at the right age is more than ever a fundamental right of children up to eight years old.

**Keywords:** Literacy. Child. Development. Learning.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização do aluno, na atualidade, não ocorre como antigamente em uma série específica. Percebeu-se ao longo do tempo que não se consegue em apenas um ano alfabetizar um aluno de maneira plena. Assim a chamada alfabetização foi incorporada ao ensino fundamental que passou a ser de nove anos, e o processo de alfabetização é agora preconizado ao longo das três primeiras séries do ensino fundamental.

Mas não quer dizer que o aluno só será alfabetizado nestes três anos de ensino. Pois agora, diferente de algumas décadas atrás, este aluno já inicia seu processo de alfabetização e letramento na educação infantil. Esta primeira etapa de escolarização da educação básica ganhou importância nas últimas décadas, passando a ser o início do processo de alfabetização do educando.

Ser alfabetizado na idade certa é primordial por inúmeros fatores, dentre eles podemos citar a não repetência, a continuidade das aprendizagens que vão ficando cada vez mais complexas à medida que o aluno avança na educação básica, solicitando cada vez mais aprendizagem correlacionadas, e, ao ser alfabetizando na idade certa, este aluno também consegue se desenvolver nas demais disciplinas.

Assim este artigo trabalhará acerca da importância de se alfabetizar o aluno na idade certa. O trabalho trata-se de uma revisão de literatura embasada em um grande número de autores que já discutiram esta temática. Visando facilitar a leitura, organizou-se o trabalho em três subtópicos distintos, sendo o primeiro destinado a apresentar o conceito de alfabetização. O segundo discorrendo sobre como esse processo ocorre, sendo finalizado pelo último subtópico que nos apresentará a importância deste processo para o desenvolvimento do aluno.

Este trabalho tem como objetivos discutir a importância da alfabetização na idade certa para o desenvolvimento do aluno nas demais etapas de escolarização e debater acerca de como estes processos se desenvolvem, dialogar como ocorrem e são entendidos pelos alunos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Conceito de alfabetização

Antes de iniciarmos nosso debate sobre os processos que permeiam a alfabetização na idade certa, temos que começar explicando o que é a alfabetização e como o aluno se desenvolve e aprende. Tal parêntese se faz necessário para que quando chegarmos no ponto principal desse trabalho, localizado mais a frente do trabalho, tenhamos interiorizado esses conceitos, o que muito facilitará nossa interiorização da importância desse processo para a vida escolar do aluno.

A alfabetização desempenha um papel fundamental para toda a vida estudantil do aluno. Uma vez que, ao ser pleno, o aluno se habilita a aprender e a dar continuidade à sua escolarização, mas se for ineficaz, os prejuízos oriundos também irão acompanhar este estudante, o atrapalhando.

Segundo Ferreiro (2001, p.24) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.” Como podemos ver pela fala do autor acima, o primeiro conceito que temos que levar em consideração é de que o aluno em processo de alfabetização não é um ser passivo, pois traz para esse processo as suas vivências, experiências.

Assim, o processo de alfabetização também ocorre através da observação e interação do educando com a sala de aula, com os seus colegas e com o professor. Mas não se limita a somente o espaço escolar, pois a criança em casa ou na rua vai trabalhando e treinando a sua alfabetização, tentando ler letreiros de loja, por exemplo, ou mesmo conseguindo reconhecer letras vistas em casa.

Na atualidade, o conceito de alfabetização é muito mais ampliada do que o que perdurou na educação por séculos. Antigamente, se tinha uma visão de que o aluno já estaria alfabetizado se conseguisse falar e juntar letras e formar palavras. Mas, com o passar do tempo, se percebeu que alfabetizar um aluno vai muito além disso. Pois conseguiu-se provar através de estudos que somente realizar estas ações poder-se-ia formar o que chamamos de analfabetos funcionais, que são aqueles sujeitos que conseguem identificar letras e palavras, mas não conseguem lhes dar o devido sentido.

Muitos autores explicam e conceituam o que é alfabetização na sociedade moderna. Em função da finalidade deste trabalho, apresentaremos o conceito desenvolvido por uma autora e por um órgão de nível mundial. Soares (2003, p.55) considera que “alfabetização é a aprendizagem da técnica, domínio da escrita, da leitura e da relação que existe entre grafemas e fonemas, assim como dos diferentes instrumentos de escrita”. Analisado a fala da autora podemos ver que a alfabetização vai muito além do que somente ser capaz de decodificar letras e sílabas.

Ampliando ainda mais o sentido atribuído a alfabetização apresentado anteriormente, temos a descrição e explicação do que seria esse processo de acordo com a UNESCO, que é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esta agência da ONU tem como objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros. Assim, a UNESCO conceitua a alfabetização:

Conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

Como podemos ver, o conceito apresentado pela UNESCO mostra a importância que a alfabetização possui para o desenvolvimento não só da criança, mas de toda a sociedade. E, em uma sociedade onde a informação nos chega de maneira muito mais fácil, ser alfabetizado realmente se apresenta como um direito primordial que dota a pessoa a adentrar no mundo conectado em que vivemos.

Assim, todos devem lutar para garantir esse direito fundamental para as crianças em idade escolar. E o primeiro passo para que isso ocorra é o entendimento pleno de todos os envolvidos no processo, ou seja, professores, famílias e governos, e de como estes processos se desenvolvem na criança. Para assim serem efetivamente realizados e interiorizados.

Procurando então apresentarmos para o leitor mais informações que o balizem nesse processo de entendimento ampliado da importância que a alfabetização possui, iremos no próximo tópico apresentar e discutir como o processo de alfabetização ocorre na vida da criança que está iniciando a sua caminhada educacional, ainda mesmo antes de adentrar nas séries iniciais do ensino fundamental.

## 2.2 Como ocorre o processo de alfabetização

3

Como dito anteriormente, entender como o processo aqui debatido ocorre é o primeiro passo para entender também a sua importância para o aluno. Assim, temos uma educação que mudou bastante de umas décadas para cá, pois deixou-se os métodos sintéticos de repetição, onde o aluno era visto como somente um receptáculo de conhecimento, onde o professor iria transferir os seus conhecimentos para ele.

Na atualidade, o aluno é visto como um sujeito ativo e participante do seu próprio processo de



aprendizagem. É levado em consideração os conhecimentos e vivências que o aluno já traz de sua vida, e a aprendizagem tenta ser o mais articulada possível com a realidade dos alunos.

Assim, a alfabetização na atualidade é muito mais entendida e debatida do que antigamente. Apresentaremos aqui o conceito apresentado no livro “Psicogênese da língua escrita”, desenvolvido pela autora Emília Ferreiro, uma das maiores influências quando falamos sobre a alfabetização na educação. Segundo ela, a criança passa por quatro níveis de alfabetização. São eles:

1. **pré-silábico:** quando a criança começa a perceber que a escrita está relacionada à fala, embora não consiga relacioná-las corretamente;
2. **silábico:** quando a criança passa a entender a correspondência entre a escrita e a fala, fazendo rabiscos para interpretar as letras da sua maneira;
3. **silábico-alfabético:** ela começa a identificar que uma sílaba é formada por mais de uma letra e passa a se aventurar nessa relação, misturando a lógica (por exemplo: “Kvalo” pode passar a ser escrito como “cavalo”);
4. **alfabético:** ocorre quando a criança passa a corresponder o valor da escrita à fala corretamente e consegue reconhecer todos os fonemas, mantendo uma escrita convencional.

Apesar de à primeira vista esse processo parecer simples e rápido, cada criança aprende no seu ritmo e apresenta maiores ou menores dificuldades para passar por cada uma destas etapas. Diversos fatores podem explicar esta situação, como algum atraso no desenvolvimento, desinteresse do aluno, falta de apoio em casa por parte da família, ou mesmo dificuldades oriundas da estrutura educacional disponível, sendo este tipo de situação mais vista em unidades públicas de ensino, e até mesmo falta de capacitação e preparo dos docentes.

Mas um fato é unanimidade entre os autores, a importância que o brincar possui neste processo de alfabetização. Nesta etapa em que a criança está sendo introduzida nos processos de alfabetização. O brincar e as ferramentas lúdicas dotam a aula de uma possibilidade que vai além da mera exposição dos conteúdos, fazendo com que a criança aprenda de maneira leve. Quanto a isso Santos e Pessoa (2015, p. 12) nos falam que:

O brincar é uma das formas mais comuns do comportamento infantil, é uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através do brincar a criança conhece o meio em que vive e interage com o mesmo, desenvolve suas habilidades, criatividade, inteligência e imaginação. A experiência do brincar possibilita a criança um melhor conhecimento de si mesma, facilitando também no processo de socialização, devido a situações vivenciadas com outras crianças, ou seja, brincar é uma atividade lúdica, prazerosa e livre.

Então o professor, aproveitando-se desta predisposição ao brincar da criança, deve organizar as suas ferramentas pedagógicas para fazer com que o processo de alfabetização ocorra de maneira tranquila e qualificada. Assim se fica mais fácil realizar a passagem pelas quatro etapas apresentadas anteriormente.

### 2.3 Importância da alfabetização na idade certa para o desenvolvimento do aluno

De início queremos salientar neste tópico que alfabetizar a contento uma criança vai muito além de somente lhe ensinar a juntar sílabas e letras para formar palavras. Na sociedade contemporânea, ler é mais do que nunca uma necessidade, pois ao saber ler e principalmente interpretar, as informações que lhes são apresentadas, oportunizamos a abertura de um mundo novo e ampliado para esta criança.

4

Assim, a criança alfabetizada usará esta aprendizagem da língua escrita como uma ferramenta de interação e inserção nas práticas sociais que a rodeiam. Como bem nos falam Freire e Macedo (1990) “a relação entre o educando e o mundo” são ampliadas e oportunizadas quando esta criança é alfabetizada.

Os aprendizados da leitura e da escrita são, portanto, precursores do desenvolvimento da criticidade e autonomia do estudante. Se alfabetizar é o primeiro passo de um caminhar intenso de aprendizados, por isso é um processo tão importante (SOARES 2004, p.90).

Assim como vimos na afirmação acima, alfabetizar uma criança também lhe ajuda a construir uma capacidade muito importante para a sua formação enquanto cidadão, a criticidade. Ser crítico e ter um pensamento balizado não no senso comum, mas no pensamento autônomo, faz com que se consiga não ser enganado por falsas promessas e afirmações, situação que a cada ano se avolumam em nossa sociedade, sendo chamadas de Fake News.

Além de como já citamos anteriormente, ao alfabetizarmos a criança em sua idade correta, que segundo a LDB deve ocorrer até no máximo os seus 8 anos de idade, fazemos com que cada vez mais os índices de analfabetismo caiam em nosso país. Estes índices que já chegaram a ser de mais da metade dos jovens, hoje é de apenas um dígito.

Mas mesmo com esta redução, não se pode de maneira nenhuma privar uma parcela considerável de jovens de ter um futuro mais palpável e digno em função de seu analfabetismo, seja ele pleno ou funcional. Tal afirmativa se baliza em um estudo recente que nos apresenta não só os dados referentes a quantidade de pessoas analfabetas entre os jovens, mas também nos mostra os efeitos nocivos que tal situação desencadeia na vida deste jovem.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2017, 7% da população brasileira com 15 anos ou mais é analfabeta. São milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. Essas pessoas possuem menos oportunidades, tanto profissionais, quanto pessoais, ficando à margem da sociedade. Por não saberem ler e escrever elas não têm acesso a informações básicas e têm mais dificuldade de acessarem seus direitos. O analfabetismo é uma forma de exclusão social (FURTA-DO, 2018, p.71).

Assim, em uma sociedade moderna, esse tipo de exclusão social que o analfabetismo traz é inaceitável. E oportunizar as crianças um processo de alfabetização qualificada deve ser o maior objetivo dos governos, sejam estes municipais, estaduais ou mesmo federais. Na verdade, deve haver uma sinergia entre esses poderes para dotar as primeiras séries do ensino fundamental, e mesmo a educação infantil, de espaços de aprendizagem, desenvolvimento, alfabetização e letramento dos alunos.

## CONCLUSÃO

Finalizamos este trabalho com muitas constatações importantes. Tais constatações provaram a hipótese inicial e também nos fizeram atingir os objetivos preconizados. Uma vez que se conseguiu provar como é importante e mesmo imprescindível para o desenvolvimento e crescimento do aluno que o processo de alfabetização seja desenvolvido na idade certa.

Pode-se ver que ao ser alfabetizada na idade correta, a criança terá o seu percurso educacional facilitado, aprenderá os demais conhecimentos que vão se seguindo a medida em que vai avançando nas séries que compõem a educação básica e principalmente é inserida no mundo globalizado.

Então, a alfabetização se apresenta como um direito da criança, pois permite que esta se encaixe em um mundo que a leitura e a formação do senso crítico e autônomo se apresentam como uma condição primordial, não só para se integrar ao mercado de trabalho, mas também para não ser excluída do mundo conectado.

## 5 REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1985a.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre a Alfabetização**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.



FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: Leitura do mundo e leitura da palavra. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.

FURTADO, A. **Desemprego entre jovens**: situação do Brasil e lições da experiência internacional. Consultoria Legislativa. Estudo Técnico de julho de 2017.

SANTOS, Gislane de Lima. PESSOA, Jéssica das Neves. **A importância do brincar no desenvolvimento da criança**. 2015. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Disponível em: <http://www.anped.org.br/26/outros-textos//semagdssoares.doc> \_\_\_\_\_, Magda Becker. Leitura e escrita. 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

UNESCO. **Conferência Internacional de EJA**. Alemanha, Hamburgo, 1999.

## ECH 003, ECH 014 e ECH 016

Carlos Henrique Eduardo

Submetido em: 20/04/2023

Aprovado em: 21/04/2023

Publicado em: 25/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.510

Muitos conhecimentos de áreas distintas são requeridos para a construção de um projeto de pesquisa. Para o desenvolvimento do projeto de mestrado deste pesquisador, intitulado O Princípio da Dignidade Humana de Mulheres Idosas em Estado de Encarceramento e que Não Recebem Visitas, Sob A Ótica Dessas Mulheres, destaca-se a essencialidade dos estudos em três disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana: ECH - 003 Interdisciplinaridade na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais: fundamentos epistemológicos e metodológicos; ECH 014 – Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente; e - ECH - 016 Tópicos em Estudos Interdisciplinares I – Tema: O Envelhecimento e a Cidade.

A interdisciplinaridade é tida como a fundamentação para a pesquisa de mestrado conduzida por este pesquisador, visto que os fatos conectam temas possivelmente não relacionados, supostamente desligados, todavia, presentes na realidade nacional atual. Assim, na busca de aprofundar a temática e dar visibilidade às relações presentes sobre o possível abandono de mulheres idosas encarceradas e os prejuízos à dignidade humana destas, este projeto enxerga na disciplina Interdisciplinaridade na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais: fundamentos epistemológicos e metodológicos um de seus principais pilares.

É possível enxergar, na literatura científica nacional, uma tentativa crescente de debater a relação entre encarceramento e gênero, talvez pelo fato da desigualdade entre o tratamento de homens e mulheres em penas privativas de liberdade, tentando contextualizar a razão às diferenciações entre os sexos. A interseccionalidade, presente no projeto de pesquisa apresentado, integra mais uma importante variável: a idade. Assim, a pesquisa de campo a ser aplicada enxerga no fenômeno, fatores psicológicos, sociológicos e históricos, reorganizando tais áreas do conhecimento na abordagem da presente pesquisa para a criação remodelação e criação de novos saberes.

Estas áreas também se conectam no âmbito do envelhecimento nas cidades, tema da disciplina optativa Tópicos em Estudos Interdisciplinares I. Dada a reconstituição e reinvenção da velhice, a adaptação científica à temática também envolve a revisão de conceitos e a construção de novas significações na matéria. As possibilidades do grupo desta faixa etária se estenderam, a continuidade do tratamento e manutenção da saúde mental e física destas pessoas é cada vez mais importante, a ambientação de lugares que proporcionem experiências significativas a essas pessoas se expande e a inclusão social dos idosos coloca-se em foco.

Desta maneira, é fundamental que os estudos interdisciplinares que envolvem o envelhecimento na sociedade, especificamente nas cidades, abranjam esta nova realidade e, mais que adaptar o mundo atual, se prepare para o crescimento ainda maior da proporção de idosos presentes nas populações. As preocupações se iniciam na conscientização coletiva para o oferecimento de uma melhor qualidade de vida, redução da violência verbal, moral e psicológica contra o idoso e medidas abrangentes e efetivas de acompanhamento da saúde destes.

1

Em relação ao Estágio Supervisionado, entende-se a necessidade do desenvolvimento de metodologias de pesquisa, preparação de aulas e acompanhamento do desempenho de estudantes, tudo isso possibilitando a geração de uma autoavaliação ao final dos processos de ensino-aprendizagem para a busca da melhora constante das práticas envolvidas na educação. A real conexão da teoria com a prática para a atuação docente, por meio do contato direto com discentes, traz suporte ao autodesenvolvimento, autogerenciamento, essenciais para a preparação deste pesquisador na complementação dos estudos realizados no programa e, conseqüentemente, para a redação do projeto de mestrado apresentado.





Traçado o panorama acima, a contribuição das disciplinas citadas e das práticas realizadas no Estágio Supervisionado engrandecem o projeto de pesquisa apresentado e o crescimento deste pesquisador.

# EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

Luciangela Mendes Eduardo

Submetido em: 24/04/2023

Aprovado em: 24/04/2023

Publicado em: 25/04/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.511

### RESUMO

Este estudo buscou aprofundar conhecimento, através de levantamento bibliográfico, apresentar aspectos de relevância para o tema escolhido e estabelecer o conceito da história da educação especial, objetivando interligar com a educação especial inclusiva em uma visão histórico-cultural. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

**Palavras-chave:** educação; ensino; inclusão; metodologia.

### ABSTRACT

*This study sought to deepen knowledge, through a bibliographical survey, to present aspects of relevance to the chosen theme and to establish the concept of the history of special education, aiming to interconnect with inclusive special education in a historical-cultural vision. It is evident that the inclusion or exclusion of people with disabilities are closely linked to cultural issues.*

**Keywords:** education; teaching; inclusion; methodology.

### DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva se fortaleceu desde a declaração de Salamanca (1994), e no Brasil, desde a aprovação da constituição em 1988 e da LDB em 1996, ocorreram transformações no financiamento, currículo, gestão, avaliação, organização pedagógica, material didático, presença de ferramentas de comunicação.

A década de 1990 no Brasil caracterizou-se como um período de reformas, tanto no âmbito do Estado quanto no campo específico da educação e nesse contexto foram vistas como um espaço privilegiado para a manutenção das relações sociais. Tais reformas afetaram todas as áreas da educação, incluindo a educação especial. No que se refere à existência da educação especial nas instituições estatais brasileiras, a secretaria de Educação Especial - SESPE, extinta no governo de Fernando Collor de Melo, foi reconquistada pelo governo de Itamar Franco. A educação especial foi norteadada pelo documento Política Nacional de Educação Especial (1994), que teve como base a constituição Federal (1988), a lei de Políticas e Fundamentos da educação (lei 4.024/61), o plano Decenal de Educação para Todos (1993) e a lei da criança e do adolescente (1990).

Na década supracitada a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade humana eram os princípios da proposta política tanto para a educação quanto para a educação especial. Em meados da década de 1990, uma atividade pedagógica especial pautava sua atividade pedagógica por alguns princípios, a saber: normalização (que pode ser considerada a base filosófico-ideológica da integração); integração (referente a valores como igualdade, participação ativa, respeito aos direitos e responsabilidades); individualização (que requer atendimento educacional adequado para cada pessoa com necessidades especiais, respeitando seu ritmo e características pessoais); interdependência (incluindo parceria entre diferentes setores); construção real (para as necessidades da população estudantil); eficácia dos modelos de serviço educacional (inclui três elementos: infraestrutura, hierarquia de poder e consenso político sobre atividades sociais e educacionais); adaptação

econômica à dimensão humana (o valor que se deve atribuir ao valor das pessoas com necessidades especiais enquanto ser completo); legitimidade (participação direta ou indireta de pessoas com deficiência na elaboração de políticas, planos e programas públicos) (BRASIL, 1994).

Nota-se que o princípio da integração foi apresentado na época como organizador da política regional. Por outro lado, 1994 foi também o ano da vigência da Declaração de Salamanca, que, segundo muitos especialistas, substituiria a base integracionista por uma inclusiva. Porém, conforme aponta Bueno (2008), a integração do termo substitutivo no Brasil se deve a problemas relacionados à tradução desse documento. Segundo o autor, a primeira tradução impressa da Declaração de Salamanca publicada pela Coordenadora Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência (CORDE) em 1994 tinha uma orientação de integração. Em 2007, a mesma coordenação alterou essa tradução, substituindo integração por inclusão, criando um dilema conceitual e político (BUENO, 2008).

Já na década de 1990, um dos marcos da educação brasileira foi a lei LDBEN n.9394/96, que trata da educação especial em três capítulos. Nessa nova lei, o atendimento ao aluno com deficiência é responsabilidade do Estado, devendo sua educação ser pública, gratuita e preferencialmente na rede principal de ensino. No entanto, a lógica da obrigatoriedade do atendimento aos alunos com necessidades especiais ainda domina as relações de parceria, como mostra o documento da Secretaria de Educação Especial, que diz: “É preciso aumentar a participação social na implementação do atendimento na comunidade” (BRASILIO, 1994a, p. 29).

Dentre as propostas de integração a uma educação especial, o programa de formação interna, que visa o direito a diversidade, desde 2003, o MEC implementa um programa de capacitação inclusiva: O Direito à Diversidade. A inspiração para tal programa é o conhecido material da educação de professores da UNESCO: Necessidades especiais na sala de aula. Queremos difundir a perspectiva participativa entre os líderes para promover sua implementação política. Uma carta que acompanha o documento de orientação do programa menciona o alcance das metas estabelecidas se todos se comprometerem com a responsabilidade e a educação de todo o projeto. Portanto, pode-se considerar que a área de preocupação é a obtenção dos resultados esperados de projetos anteriores.

Segundo Bueno (2001, p. 108-109), O trabalho do gestor envolve a infusão de atitudes e culturas nas quais os/ os trabalhadores/ se sentem, eles/as próprios/as, responsabilizados/as e, simultaneamente, comprometidos/as ou pessoalmente envolvidos/as na organização [...]. Em termos, estas novas pedagogias invisíveis de gestão “criam o espaço” para mais controle sobre aquilo que é ‘gerido’.

Documentos recentes da Secretaria de Educação Especial referem-se à construção de “sistemas de educação inclusiva” em todos os níveis. Com base nas atividades realizadas, assumimos que um “sistema de ensino inclusivo” é considerado aquele que garante o acesso a uma instituição educacional (garante a aceitação e aprendizagem dos alunos) e que oferece assistência educacional especial para concluir ou terminar a escola, se necessário, atendimento (em salas de recursos multifuncionais com prioridade). Nesta proposta, as instituições de educação especial, principais organizadoras da educação especial, possuem os pré-requisitos para serviços adicionais ou adicionais de educação especial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

2

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação Especial. Cadastro Geral dos estabelecimentos do ensino especial. 2º volume. Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, DF, 1993.



BRASIL. Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

BUENO, J.G.S. Educação especial brasileira. Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 2004.

UNESCO. A educação no mundo. Vol. I. O ensino de primeiro e segundo graus. Seleção de textos extraídos da obra L'éducation dans le monde. Tradução de: GUEDES. Hilda de Almeida. V. 3, 1963. São Paulo: Saraiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.





## A importância do exame de Papanicolaou para o rastreamento do HPV1

The importance of the Papanicolaou test for HPV screening

CÍNTIA SOUSA ALENCAR

Submetido em: 26/04/2023

Aprovado em: 27/04/2023

Publicado em: 05/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.513

### RESUMO

O HPV é uma infecção sexualmente transmissível muito comum, pois estima-se que aproximadamente 80% das mulheres sexualmente ativas serão expostas pelo menos uma vez na vida a tal infecção. No entanto, esta infecção é, na maioria dos casos, transitória e raramente causa lesões. Objetivo: Esse estudo tem por objetivo analisar, o quadro de percepções, fatos, situações e processos, a fim de identificar e examinar as relações existentes entre causas e efeitos do diagnóstico de HPV por meio do exame preventivo de colo de útero, também conhecido como exame de Papanicolaou, avaliando o impacto causado pelo diagnóstico de lesões associadas ao HPV na sexualidade feminina. Metodologia: O método de pesquisa utilizado neste trabalho fundamentou-se em livros, artigos científicos proveniente de bases científicas como Medline, Lilacs e SciELO e artigos da internet, sendo essa, portanto, uma pesquisa bibliográfica. Conclusão: Após ler, analisar, comparar e sintetizar o conteúdo de artigos científicos de diferentes autores a respeito do assunto em comento, constatou-se que embora o HPV seja um dos tipos de câncer mais incidentes em mulheres, o exame de colo de útero ou exame de Papanicolaou é extremamente eficaz no diagnóstico precoce da doença. Por meio dele pode ser indicado o tratamento mais adequado em cada caso.

Palavras-chave: Saúde da mulher. HPV. Papilomavírus. Exame cervical. Exame Preventivo. Papanicolaou.

### ABSTRACT

Background: HPV is a very common sexually transmitted infection, as it is estimated that approximately 80% of sexually active women will be exposed at least once in their lifetime to such an infection. However, this infection is, in most cases, transient and rarely causes lesions. Objective: This study aims to analyze the framework of perceptions, facts, situations and processes, in order to identify and examine the existing relationships between causes and effects of the diagnosis of HPV through the preventive examination of the cervix, also known as Pap smear test, evaluating the impact caused by the diagnosis of lesions associated with HPV on female sexuality. Methodology: The research method used in this work was based on books, scientific articles from scientific bases such as Medline, Lilacs and SciELO and articles on the internet, which is therefore a bibliographical research. Conclusion: After reading, analyzing, comparing and synthesizing the content of scientific articles by different authors on the subject under discussion, it was found that although HPV is one of the most common types of cancer in women, the examination of the cervix or Pap test is extremely effective in early diagnosis of the disease. Through it, the most appropriate treatment can be indicated in each case.

Key words: Women's health. HPV. Papillomavirus. Cervical examination. Preventive Examination. Pap smear.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde, possui um conjunto de ações (individual e coletivo) e busca a promoção e proteção da saúde, além de outros objetivos que serão explorados mais adiante; de forma a conseguir uma atenção contínua, capaz de causar um impacto positivo na saúde da população.

Possui como objetivo desempenhar uma atenção completa que tenha um impacto significativo e benéfico na questão da saúde do coletivo. Esse nível é a porta de entrada central do SUS. Os princípios que a guiam são: cuidado prolongado, atenção contínua, coordenação, equidade, acessibilidade, humanidade, universalidade, abordagem familiar, responsabilidade, primeiro contato, foco comunitário.

Dessa forma, a APS atua como um filtro, de modo que se atue na doença antes dela se tornar grave e crônica; organizando os atendimentos independentemente de sua complexidade.

No Brasil, esse nível acontece muito próximo de todos, de maneira totalmente acessível a todos, abrangendo das pessoas com menores condições até as com melhores, não fazendo distinção, configurando-se, assim, como universal.

A APS precisa cumprir algumas funções, sendo estas: resolução, organização e responsabilização. A primeira é para que se resolva grande parte dos problemas das pessoas quanto à saúde; a segunda tem como papel organizar os fluxos das pessoas dentro dos pontos de atenção à saúde; a terceira cumpre a função de se responsabilizar pela saúde da população, independentemente do ponto de atenção à saúde em que se encontram.

Existem vários sistemas interligados a ela, sendo um deles a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que desempenha seu papel mediada pelas Unidades de Saúde da Família (USF). Essas USF permitem que os pacientes possam fazer os exames necessários, ter sua carteira de vacinação em dia, além de consultas e outros recursos que possam vir a necessitar.

A Atenção Primária à Saúde envolve diversas iniciativas, estando entre elas: o Saúde na Hora, o Previne Brasil, o Médicos pelo Brasil e a Estratégia de Saúde da Família. Existem outras ações, mas essas são as principais dentro da APS. Tais programas são realizados na USF, mas também nas Unidades Odontológicas Móveis (UOM), nas Unidades de Saúde Fluviais e nas Academias de Saúde. Vem merecendo especial destaque a assistência primária à saúde da mulher, incluindo exames para diagnóstico de HPV, como o exame de Papanicolau.

Diante dessas circunstâncias, pretende-se preencher a lacuna empírico/teórica identificada na relação entre causa e efeito, tanto no que se refere aos motivos que condicionaram a ocorrência do HPV, quanto às consequências na saúde da mulher por ela desencadeadas, além de avaliar o impacto na sexualidade feminina causado pelo diagnóstico de lesões associadas ao HPV.

O método de pesquisa utilizado neste estudo fundamentou-se em livros, artigos científicos proveniente de bases científicas como Medline, Lilacs e SciELO e artigos da internet, sendo essa, portanto, uma pesquisa bibliográfica. Como procedimento técnico de análise, a aplicação do método interpretativo aos materiais utilizados deu ensejo a deduções ou inferências, para a obtenção de resultados mais concretos e embasados nos achados científicos de outros pesquisadores.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Papilomavírus Humano (HPV) é um vírus da família Papillomaviridae. Existem mais de 120 tipos diferentes capazes de causar lesões em humanos. A maioria dos HPVs causa infecções de pele, como verrugas, enquanto cerca de 40 outros tipos causam infecções das membranas mucosas, particularmente dos órgãos genitais (CIRINO, NICHATA; BORGES, 2010) (RAMA, 2006) (BRITO, 2021) (DE SOUZA; COSTA, 2015).

O HR-HPV é uma infecção sexualmente transmissível comum. Cerca de 80% das mulheres sexualmente ativas serão expostas a essa infecção. Estudos epidemiológicos demonstraram que é mais frequente em mulheres jovens, antes dos 25 anos. (MACHADO; PIRES, 2018) (LOPES, 2016).

As lesões causadas pelo vírus HPV podem ser de baixo grau (Lesão intraepitelial escamosa de baixo grau - L-SIL) ou de alto grau (Lesão intraepitelial escamosa de alto grau - H-SIL). As lesões de alto grau (H-SIL) são denominadas NIC2, NIC3, displasia moderada ou displasia grave são anormalidades celulares avançadas. Correspondem a um estado pré- canceroso que em 60% dos casos, na ausência de tratamento, pode progredir para câncer do colo do útero ou câncer cervical que pode levar a óbito (BORSATTO, VIDAL, & ROCHA, 2011) (CIRINO, NICHATA, & BORGES, 2010) (ROTELI-MARTINS, 2007) (DE ARAÚJO, 2021) (CAETANO, 2006).



O Exame diagnóstico implica a triagem citológica, conhecida como exame de “Papanicolau”, primeiro método de detecção, que implica no exame de células do colo do útero sob microscópio, para encontrar possíveis anormalidades. Se a triagem pelo exame de Papanicolau diagnosticar quadro patológico, indica-se a colposcopia, exame complementar que determina a gravidade da lesão e permite a realização de biópsias para o rastreamento do câncer do colo do útero, se evoluindo. O teste de HPV é o primeiro método de detecção, pois por biologia molecular, detecta a presença do DNA viral nas células do colo do útero (CAETANO, 2006) (DE ARAÚJO, 2021) (RAMA, 2006) (BRITO, 2021) (DE SOUZA & COSTA, 2015).

Estudos randomizados comparando a eficácia do exame de Papanicolau juntamente com o teste de HPV mostram melhor sensibilidade em 40% para a detecção de cânceres. A sensibilidade do “Papanicolau” é estimada em 50-60%, ou seja, identifica anormalidades citológicas que, geralmente, desaparecem por conta própria. Por outro lado, o teste de HPV carece de especificidade, ou seja, um resultado positivo não significa necessariamente a presença de uma lesão de alto grau, pois a infecção é extremamente frequente. Assim, alguns autores sugerem o co-teste, ou seja, o exame conjunto do teste de HPV, como triagem primária, seguido do teste citológico para “triagem” de mulheres HPV-positivas. Possivelmente novas diretrizes para o rastreamento do câncer cervical serão adotadas no Brasil (LOPES, 2016) (MACHADO & PIRES, 2018).

Quanto aos tratamentos, é importante o acompanhamento da maioria das lesões. Certos casos exigirão tratamento médico ou cirúrgico. Essas intervenções não curam a infecção. Não há tratamento que erradique o HPV. Em relação às lesões de baixo grau, recomenda-se o monitoramento rigoroso a cada seis meses ou a aplicação de cremes à base de imiquimode, até o desaparecimento das verrugas ou por no máximo 16 semanas (BOR-SATTO, VIDAL, & ROCHA, 2011).

Para lesões persistentes ou que evoluem para de alto grau indica-se o tratamento cirúrgico. Lesões de alto grau requerem tratamento cirúrgico com laser ou conização. Essas intervenções visam prevenir a progressão de uma lesão pré-cancerosa para câncer, removendo as células afetadas. A conização, realizada sob anestesia locorregional, peridural ou geral, é a remoção de uma pequena área do colo do útero em forma de cone, excisão que permite o diagnóstico histológico. Inicialmente, era realizada com bisturi frio, depois surgiu a técnica Loop Electrosurgical Excision Procedure (LEEP), que por meio de alça diatérmica corta e coagula simultaneamente. A intervenção a laser causa uma queimadura local de 2o grau, mas cicatriza facilmente. Porém, pode haver complicações como sangramento, estenoses cervicais ou infecções (CIRINO, NICHATA, & BORGES, 2010) (RAMA, 2006) (BRITO, 2021) (ROTELI-MARTINS, 2007).

Sob a ótica obstétrica, as intervenções não impactam na capacidade de conceber, mas trazem dificuldades para a gestação. Estudos referentes à metanálise sobre as consequências dos tratamentos de ablação, evidenciam que a conização por bisturi frio aumenta o risco de parto prematuro em 2,8 vezes antes dos 34 anos, enquanto a conização por intervenção a laser dificilmente aumenta esse risco. A quantidade de tecido cervical que é removido durante o procedimento impacta no resultado de futuras gestações (DE SOUZA & COSTA, 2015). Os procedimentos pós-cirúrgicos implicam acompanhamento rigoroso. Seis semanas após a operação, recomenda-se um check-up para verificar a cicatrização. Neste período não devem ser utilizados tampões, ou quaisquer tipos de cremes e tampouco ter relações sexuais, para promover a cicatrização. Após seis meses do procedimento, realizam-se exames (colposcopia com citologia). No caso de diagnóstico de L-SIL, se o exame citológico for positivo, realiza-se uma tipagem para identificar o tipo de HPV. Se tudo estiver normal, recomenda-se um retorno à triagem. No caso de envolvimento de H-SIL, recomenda-se colposcopia e citologia aos seis meses durante um ano, depois um exame de Papanicolau por ano durante 20 anos (FERREIRA, 2009) (DE ARAÚJO, 2021).

Há risco significativo e persistente de recorrência nos primeiros 2 anos após o tratamento (H-SIL), variando de 10 a 25 anos. Os resultados se contradizem quanto à probabilidade de recorrência em longo prazo. Porém, o risco significativo de reincidência, justifica o acompanhamento regular (FERREIRA, 2009).

## 2.1 PAPILOMA VÍRUS (HPV)

3

Existem 40 tipos de HPV encontrados na mucosa genital são classificados de acordo com seu potencial carcinogênico em “Baixo risco” (HPV 6, 11, etc.) fortemente associado a cânceres do colo do útero (o seu ADN viral é encontrado em mais de 99% dos casos), bem como a outros cânceres como o cancro do ânus (induzido pelo HPV em 88% dos casos) e mais raramente de orofaringe (entre 13 e 56% dos casos), a vulva ou a vagina (de 43 a 70 dos casos) (RAMA, 2006).

Os tipos de HPV 16 e 18 são os mais comuns e causam quase 70% dos cânceres cervicais. Uma variedade

de outros tipos está implicada nos 30% restantes dos cânceres cervicais, mas esses tipos variam em geral. Da mesma forma, existem variações nos tipos de HPV que causam câncer cervical em diferentes regiões do mundo (BRITO, 2021).

De fato, dados de diferentes regiões da Ásia mostraram, por exemplo, que as lesões pré-cancerosas foram associadas principalmente aos tipos de HPV 52 e 58, que raramente são detectados nos países ocidentais (DE SOUZA; COSTA, 2015).

## 2.2 EPIDEMIOLOGIA E DIAGNÓSTICO DO HPV

O câncer cervical é o segundo câncer mais comum em mulheres em todo o mundo. A cada ano, cerca de 500.000 novos casos são diagnosticados e são a causa de quase 250.000 mortes. Cerca de 80% desses cânceres ocorrem em países em desenvolvimento. Na Europa Ocidental, representa apenas 4 a 6% dos cânceres femininos (ROTELI-MARTINS, 2007).

No que diz respeito ao Brasil, o câncer do colo do útero afeta particularmente a faixa etária de 20 a 49 anos. Todos os anos, milhares de mulheres são diagnosticadas com lesões pré-cancerosas. Muitas desenvolvem câncer cervical e muitas chegam a óbito por esse tipo de câncer (CIRINO, NICHATA, & BORGES, 2010). A triagem citológica é realizada no Brasil desde o final da década de 1960 e levou a uma redução significativa na taxa de incidência e mortalidade relacionadas ao câncer do colo do útero. Com efeito, entre 1980 e 2000 a incidência deste cancro diminuiu 28%, havendo significativa redução nos níveis de mortalidade/ano (BRITO, 2021).

De acordo com as recomendações referentes a essa doença, o rastreamento deve começar aos 21 anos, independentemente da idade da primeira relação sexual. Então, na ausência de fatores de risco, a triagem por citologia deve ser realizada a cada dois anos antes dos 30 anos (DE SOUZA & COSTA, 2015).

A partir dos 30 até os 70 anos, o exame de Papanicolau deve ser realizado a cada 3 anos, desde que as últimas três citologias (seguidas) tenham sido normais. Se o exame de Papanicolau para triagem diagnosticar um quadro patológico, a colposcopia é indicada. É um exame complementar que permite determinar o grau de gravidade da lesão e realizar biópsias (DE ARAÚJO, 2021).

Deve-se notar que o rastreamento do câncer do colo do útero está evoluindo. Os Estados Unidos, assim como vários países europeus, introduziram o teste de HPV como método de primeira detecção e o mesmo se aplica ao Brasil. O teste de HPV detecta, por biologia molecular, a presença de um vírus HPV (detecção de DNA viral) nas células do colo do útero (CAETANO, 2006).

## 3 METODOLOGIA

Este é um levantamento bibliográfico, exploratório com natureza qualitativa. Fundamentou-se em publicações entre 2006 e 2021, nas bases acadêmicas LILACS e SciELO. Os descritores para a busca dos artigos científicos foram definidos pelo site Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): HPV, Papilomavirus, Exame de Papanicolau; Conização; Câncer Cervical; Tratamento para HPV.

Os critérios de inclusão definidos para este trabalho foram: Trabalhos completos, publicados entre 2006 e 2021, em português e relevantes ao tema, excluídas pesquisas duplicadas encontrados nas bases de dados, sem relevância para o tema, em língua estrangeira e anteriores ao ano de 2006.



Quadro 1: Relação de dados dos trabalhos selecionados

ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO
2021	BRITO, A. B. <i>et al.</i>	Avaliação do conhecimento de estudantes tocantinenses do Ensino Médio de uma escola pública no norte do estado sobre o exame de rastreio do HPV e a principal via de transmissão.	Analisar em que medida os entrevistados, principalmente do sexo masculino, conhecem aspectos importantes e indispensáveis preconizados pelo Ministério da Saúde relativamente ao HPV e seu método de rastreio.
2021	ARAÚJO, L. de N. <i>et al.</i>	Impactos biopsicossociais do diagnóstico positivo de HPV nos portadores.	Revisar a literatura com o objetivo de elucidar os principais tópicos relacionados ao Papilomavírus Humano (HPV) e analisar
			o impacto desta infecção na qualidade de vida dos pacientes.
2018	MACHADO, L. S., & PIRES, M.C.	Rastreamento do papilomavírus humano (HPV) através do exame de papanicolaou	Aferir a importância do exame de Papanicolaou para rastreamento do HPV.
2016	LOPES, N. G.	Avaliação da eficácia do exame de rastreamento de lesões HPV em mulheres.	Avaliar a eficácia dos exames de rastreamento das lesões HPV do colúterino.
2015	SOUZA, A. de F., & COSTA, L. H.	Conhecimento de Mulheres sobre HPV e Câncer do Colo do Útero após Consulta de Enfermagem.	Compreender a capacidade de assimilação das mulheres que realizam o exame Papanicolaou acerca do papilomavírus humano e sua relação com o câncer do colo do útero, por meio das informações e/ou orientações repassadas durante a consulta realizada por enfermeiros.
2011	BORSATTO, A. Z., VIDAL, M. L., & ROCHA, R. C.	Vacina contra o HPV e a Prevenção do Câncer do Colo do Útero: Subsídios para a Prática.	O trabalho teve por objetivo demonstrar que há importantes lacunas do conhecimento sobre a vacina que ainda necessitam ser esclarecidas.
2010	CIRINO, F. M., NICHIIATA, L. Y., & BORGES, A. L.	Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do câncer de colo uterino e HPV em adolescentes.	Identificar o conhecimento, atitude e prática na prevenção do câncer de colo uterino e infecção pelo HPV na população adolescente e avaliar as situações que as tornam vulneráveis.
2009	FERREIRA, M. D. <i>et al.</i>	Motivos que influenciam a não realização do exame de papanicolaou segundo a percepção de mulheres.	Objetiva-se analisar o conhecimento das mulheres em relação ao Exame de Papanicolaou como preventivo para o Papilomavírus Humano (HPV).
2007	ROTELI-MARTINS, C. M. <i>et al.</i>	Associação entre idade ao início da atividade sexual e subsequente infecção por papilomavírus humano: resultados de um programa de rastreamento brasileiro.	Descrever a idade de início da atividade sexual (sexarca) e a sua associação com a idade das mulheres com a infecção por papilomavírus humano (HPV) e com as alterações citológicas no exame de Papanicolaou.
2006	CAETANO, R. E. <i>et al.</i>	Custo-efetividade no diagnóstico precoce do câncer de colo uterino no Brasil.	Analisar custo-efetividade, compararam o teste de Papanicolaou com as novas tecnologias de rastreamento do câncer cérvico-uterino.
2006	RAMA, C. H. <i>et al.</i>	Deteção sorológica de anti-HPV 16 e 18 e sua associação com os achados do papanicolaou em adolescentes e mulheres jovens.	Verificar a taxa de anticorpos neutralizantes anti-HPV 16 e/ou 18, e a sua associação com os achados da citologia oncológica do colo uterino em adolescentes e mulheres jovens.

Fonte: Próprio autor (2022).

Borsatto et al (2011) constataram em seus estudos que é de suma relevância indicar a vacina às mulheres, antes de serem sexualmente ativas, a qual deve ser administrada em três doses, haja vista que está comprovada a eficácia contra os sorotipos que a constituem, sendo altamente imunogênica. Os autores enfatizam a vacina garante proteção por cinco anos, sendo segura, já que, uma vez administrada, não ocorre a infecção. O estudo contou que os estudos sobre as vacinas precisam ser intensificados para resultados mais precisos.

Brito et al (2021) analisaram o nível de conhecimento na amostra alvo da pesquisa a respeito da transmissão do HPV por via sexual. De acordo com os autores, 74% da amostra afirmou que o HPV pode ser transmitido por via sexual, 14% disse que não pode ser transmitido sexualmente e 12% não soube responder. Dentre os que afirmaram que a via sexual não transmite HPV ou não sabiam responder, cerca de 60% eram do sexo masculino. 58% dos entrevistados nunca ouviram falar sobre o “Exame Papanicolau” e ao dividir por gênero, 56% do sexo feminino respondeu que já ouviu falar, enquanto no sexo masculino essa afirmação foi de 28%. Assim, os autores constataram que nas respostas que grande parte dos entrevistados, principalmente do sexo masculino, desconhecem aspectos importantes e indispensáveis preconizados pelo Ministério da Saúde sobre o HPV e seu método de rastreio.

Caetano et al (2006), em estudo sobre custo-efetividade, compararam o teste de Papanicolau com as novas tecnologias de rastreamento do câncer cérvico-uterino. A perspectiva adotada no estudo foi a do Sistema Único de Saúde. Os pesquisadores constataram que, embora o teste de Papanicolau possa ser mais custo-efetivo, existem novas estratégias mais eficazes de rastreamento do câncer cérvico-uterino que podem apresentar melhor razão de custo-efetividade relativamente aos preços praticados no setor de saúde.

Cirino et al (2010) em uma escola pública de São Paulo com 134 adolescentes entre 14 e 19 anos, constataram que a idade de iniciação sexual era de 14,8 anos em média e que grande parte das adolescentes não apresentou conhecimento adequado sobre a prevenção de HPV. A adesão ao exame de Papanicolau se mostrou baixa, justificando a inserção da adolescente nos programas para detectar a infecção. Os pesquisadores defendem investimentos na educação sexual nas instituições de ensino e campanhas para a realização do exame de Papanicolau com atividade educativa, com enfoque adequado e linguagem apropriada.

Araújo et al (2021) constataram que, dentre os fatores de risco dessa etiopatogenia destacam-se hábitos não salutares e comorbidades, que diminuem a resistência imunológica, ocasionando o aparecimento de lesões intraepiteliais. De acordo com os pesquisadores, os portadores tendem a apresentar manifestações assintomáticas ou tardias, transmitindo o vírus sem saber. O estudo permitiu concluir que é fundamental informar sobre o HPV, para induzir à vacinação e, prevenir lesões de alto risco, atenuando a prevalência do papilomavírus.

Em pesquisa realizada por Souza et al (2015) a partir da análise dos dados, emergiram três categorias distintas de problemas a serem analisados e combatidos: desconhecimento do papilomavírus humano; não aceitação do uso do preservativo; e orientações na consulta de enfermagem do exame preventivo do câncer do colo do útero. O estudo permitiu concluir que a persistência do desconhecimento de mulheres sobre o papilomavírus humano e sua relação com o carcinoma do colo uterino, decorre da deficiente comunicação entre enfermeiro e paciente durante as consultas e dificulta a prevenção desse tipo de câncer.

Lopes et al (2016) constataram em seus estudos que mulheres casadas e com grau de escolaridade mediana, em sua maioria não fazem uso de preservativo e conhecem a importância da realização do exame preventivo anualmente. Todavia, no grupo em questão, a incidência de casos de câncer de colo uterino é relativamente baixa, levando em consideração os dados estatísticos da pesquisa realizada e comparando-se a outros estudos, orientados à análise de fatores de risco para desenvolvimento do câncer e à realização do exame Papanicolau. De acordo com estudo realizado por Rama et al (2006), 27,7% das mulheres analisadas, resultaram positivo no exame sorológico para HPV, dos quais 14,6% em relação a anti-HPV 16, 6,4% relativamente ao anti-HPV 18 e, por derradeiro, 6,6% referentes a anti-HPV 16 e 18. Anormalidades citológicas foram identificadas em 20,5% dos casos, classificadas como Atipias Celulares de Significado Indeterminado (ASC-US), casos sugestivos Lesões Intraepiteliais Escamosas de Baixo Grau (LSIL) e casos sugestivos de Lesões Intraepiteliais de Alto Grau (HSIL). De forma conclusiva, o estudo permitiu constatar alta prevalência de sorologia positiva relativamente ao HPV 16 e 18.

No estudo realizado por Roteli-Martins et al. (2007), 8.649 mulheres foram entrevistadas. Em relação à infecção por HPV de alto risco, 3.463 mulheres foram testadas, com 17,3% de positividade para HPV. O estudo permitiu constatar que a infecção por HPV e a presença de alterações citológicas identificadas no rastreio de lesões cervicais em uma população assintomática estiveram significativamente associadas à idade mais precoce no início das relações sexuais. De acordo com o estudo, as mulheres da amostra apresentaram diminuição da idade ao início da atividade sexual, nas últimas décadas, sugerindo que essa é uma importante causa para o

acréscimo da prevalência de HPV e das lesões decorrentes desta infecção.

Ferreira et al. (2009) no estudo em questão constataram a prevalência da infecção em mulheres adultas jovens e solteiras com Ensino Médio, renda familiar inferior a cinco salários-mínimos. A realização do exame preventivo e sua periodicidade foram referidas por mais de 70% delas. Conclui-se que a escolaridade da mulher influencia fortemente sobre a realização do exame preventivo, sobre o conhecimento acerca do Exame Papanicolau e de sua finalidade, contribuindo para a vulnerabilidade a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o HPV. Embora esse seja um exame amplamente divulgado, são necessárias ações eficazes no âmbito da prevenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve início com a apresentação do conceito e as implicações provenientes do diagnóstico de HPV por meio do exame de colo de útero, também conhecido como Papanicolau. Na sequência, foram expostas as aplicações e a eficácia do uso de técnicas para diagnósticos da infecção por Papilomavírus, bem como as dificuldades para eficácia do tratamento, bem como os fatores intervenientes no processo e procedimentos específicos para a obtenção de resultados satisfatórios no tratamento.

Os principais assuntos correlacionados nesse estudo foram referentes à tipologia do Papilomavírus e escalas de gravidade de doenças desencadeadas pelas diferentes espécies, perpassando a escala terapêutica aplicada no tratamento do HPV, bem como o tratamento da causa e de seus efeitos. A abordagem desses tópicos ampliou a compreensão sobre o assunto e permitiu responder ao problema apresentado na problematização, confirmando a hipótese as hipóteses levantadas.

Os objetivos gerais e específicos foram atingidos, dos quais o principal consistia na validação da aplicabilidade das técnicas de tratamento do HPV, ou seja, com fins terapêuticos. Nesse intuito, foram apresentados e analisados os quadros de percepção, fatos, situações e processos que desencadeiam a doença. Para atingir esses objetivos, o método de pesquisa utilizado foi a análise de referências bibliográficas, por meio das quais, foi possível analisar o constante na literatura científica referente ao assunto.

Constatou-se que embora o HPV seja um dos tipos de câncer mais incidentes em mulheres, o exame de colo de útero ou exame de Papanicolau é extremamente eficaz no diagnóstico precoce da doença. Por meio dele pode ser indicado o tratamento mais adequado em cada caso.

## REFERÊNCIAS

BORSATTO, A. Z., VIDAL, M. L., & ROCHA, R. C. ( 2011). Vacina contra o HPV e a Prevenção do Câncer do Colo do Útero: Subsídios para a Prática. Revista Brasileira de Cancerologia, , v. 57, n. 1, p. 67-74.

BRITO, A. B. (2021). Avaliação do conhecimento de estudantes tocantinenses do Ensino Médio de uma escola pública no norte do estado sobre o exame de rastreio do HPV e a principal via de transmissão. Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 22.

CAETANO, R. e. (2006). Custo-efetividade no diagnóstico precoce do câncer de colo uterino no Brasil. . Physis: Revista de Saúde Coletiva, , v. 16, p. 99- 118.

CIRINO, F. M., NICHATA, L. Y., & BORGES, A. L. (2010). Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do câncer de colo uterino e HPV em adolescentes. . Escola Anna Nery, v. 14, p. 126-134.

7

DE ARAÚJO, L. N. (2021). Impactos biopsicossociais do diagnóstico positivo de HPV nos portadores. Revista Eletrônica Acervo Saúde, , v. 13, n. 5, p. e7358-e7358.

DE SOUZA, A. F., & COSTA, L. H. (2015). Conhecimento de Mulheres sobre HPV e Câncer do Colo do Útero após Consulta de Enfermagem. Revista Brasileira de cancerologia, , v. 61, n. 4, p. 343-350.

FERREIRA, M. d. (2009). Motivos que influenciam a não-realização do exame de papanicolaou segundo a



LOPES, N. G. (2016). Avaliação da eficácia do exame de rastreamento de lesões HPV em mulheres. Rev. enferm. UFPE on line, p. 1292-1298.

MACHADO, L. S., & PIRES, M. C. (2018). Rastreamento do papilomavírus humano (HpV) através do exame de papanicolaou: Screening of human papillomavirus (HPV) by pap smear. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 85, n. 23.

RAMA, C. H. (2006). Detecção sorológica de anti-HPV 16 e 18 e sua associação com os achados do papanicolaou em adolescentes e mulheres jovens. Revista da Associação Médica Brasileira, , v. 52, p. 43-47.

ROTELI-MARTINS, C. M. (2007). Associação entre idade ao início da atividade sexual e subsequente infecção por papilomavírus humano: resultados de um programa de rastreamento brasileiro. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria, v. 29, p. 580-587.



## A importância da biossegurança em laboratórios de anatomia patológica<sup>1</sup>

The importance of biosafety in pathological anatomy laboratories

CÍNTIA SOUSA ALENCAR

Submetido em: 26/04/2023

Aprovado em: 27/04/2023

Publicado em: 05/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.514

### RESUMO

O conceito de biossegurança e biossegurança vem sendo cada vez mais difundido e valorizado à medida que o entendimento da responsabilidade do profissional, envolvido em atividades que manipulam agentes biológicos, químicos, físicos e radioativos, não se limita somente às ações de prevenção de riscos derivados de sua atividade específica, mas também de todas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, participam dessa atividade. Nos laboratórios de anatomia patológica é muito importante que os profissionais entendam a distinção entre esses dois termos e os ponham em prática para maior segurança. Foi observado, de forma geral, que as legislações existentes em vigor em nosso país são pouco específicas para os laboratórios que trabalham com anatomia patológica (biópsias e citologia). Quando o enfoque é biossegurança, além dos cuidados normais de boas práticas de laboratório, são necessários procedimentos específicos para minimizar os riscos de acidentes pessoais e de contaminação ambiental. Cabe ao nosso país implementar medidas cabíveis para os profissionais que lidam com histotecnologia, oferecendo a estes o reconhecimento legal, por meio de cursos de qualificação aos técnicos. Da mesma forma, cabe a todos os gestores envolvidos na área da saúde orientar seus profissionais quanto à conscientização da prática diária de todos os aspectos envolvidos com a biossegurança e biossegurança.

**Palavras-chave:** Biossegurança. Laboratórios. Anatomia Patológica. Segurança. Contaminação.

### ABSTRACT

The concept of biosecurity and biosafety has been increasingly widespread and valued as the understanding of the professional's responsibility, involved in activities that manipulate biological, chemical, physical and radioactive agents, is not limited only to actions to prevent risks derived from its specific activity, but also of all the people who, directly or indirectly, participate in that activity. In pathological anatomy laboratories, it is very important that professionals understand the distinction between these two terms and put them into practice for greater safety. It was observed, in general, that the existing legislation in force in our country is not very specific for laboratories that work with pathological anatomy (biopsies and cytology). When the focus is on biosafety, in addition to the normal care of good laboratory practices, specific procedures are required to minimize the risk of personal accidents and environmental contamination. It is up to our country to implement appropriate measures for professionals who deal with histotechnology, offering them legal recognition through qualification courses for technicians. Likewise, it is up to all managers involved in the health area to guide their professionals regarding the awareness of the daily practice of all aspects involved with biosecurity and biosafety.

**Keywords:** Biosafety. Laboratories. Pathologic anatomy. Security. Contamination.

1

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso, para obtenção de certificado no Curso de Especialização – *Latu Sensu em Gestão em Biossegurança* da União Brasileira de Faculdades, UNIBF.

## 1. INTRODUÇÃO

Cientistas profissionais executam uma ampla gama de tarefas em vários ambientes. Por causa disso, muitas vezes enfrentam riscos não identificáveis. Algumas questões relacionadas à segurança desses cientistas precisam de atenção imediata. Por exemplo, eles podem transportar, armazenar ou manusear materiais químicos.

Os profissionais podem se tornar agressivos até a morte se os padrões de segurança não forem considerados ao operar o equipamento. Muitos equipamentos diferentes podem representar uma séria ameaça à segurança pessoal se os padrões adequados não forem seguidos. Para manter e melhorar a saúde, os funcionários devem trabalhar em condições higiênicas e respeitadas.

Trabalhar de forma limpa com processos de qualidade pode beneficiar muito essa organização, disciplina e segurança dos funcionários. Esta peça considera a necessidade de considerar a biossegurança dos profissionais de saúde em todos os momentos. As pessoas envolvidas devem sempre tomar precauções para evitar possíveis consequências futuras para a saúde.

A saúde pública é a ciência e a arte de prevenir doenças, melhorar a saúde física e mental e melhorar a eficiência geral, fornecendo assistência médica em comunidades organizadas por meio de esforços para limpar o meio ambiente, controlar infecções na comunidade, organizar profissionais médicos e paramédicos para diagnóstico precoce e tratamento preventivo, melhorar as estruturas sociais públicas que garantam a cada pessoa da comunidade um padrão de vida adequado para manter a saúde e determinar quais ambientes oferecem riscos à saúde e à qualidade de vida. Hoje, a saúde pública reconhece cada vez mais objetivos específicos com resultados específicos relacionados aos ambientes biológico, físico e social que se traduzem em ameaças à saúde e à qualidade de vida.

Também devem sempre considerar a importância desse assunto quando se pensa em saúde pública. Isso ocorre devido à presença de formaldeído em quase todos os aspectos da vida. A legislação de biossegurança exige normas de segurança específicas. Isso ocorre porque até mesmo pequenas mudanças nas rotinas diárias podem ser vitais.

Ao longo dos anos, pequenas discussões sobre as condições de biossegurança surgiram da importância e relevância de doenças infecciosas emergentes imprevisíveis entre os trabalhadores de laboratório. Essas doenças começam no laboratório com a exposição a substâncias voláteis, como o formaldeído. Isso causa relevância e importância em longo prazo desse assunto, pois afeta a saúde dos trabalhadores do campo. As pessoas precisam compreender sua responsabilidade profissional em relação à melhoria dos ambientes de trabalho e à intervenção na saúde do trabalhador. Este estudo mostra como os padrões tradicionais de segurança laboratorial enfatizam práticas de trabalho padrão, espaços físicos e equipamentos para contenção. Deve provar que os controles administrativos no local de trabalho minimizam o risco de contaminação ambiental e minimizam a possibilidade de lesões ou infecções aos trabalhadores.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2

Biossegurança refere-se ao procedimento e métodos utilizados para prevenir a presença de quaisquer riscos biológicos em um determinado ambiente. Isso incluía prevenção de quaisquer riscos físicos, como ergonomia, solicitações químicas e físicas. Em indústrias, hospitais, hemocentros e universidades, por exemplo, a biossegurança é importante porque a tecnologia moderna pode não estar presente. As pessoas pensam neste aspecto da segurança como engenharia de segurança, medicina ocupacional, higiene industrial e infecções (PENNA et al., 2020).

A década de 1970 viu a criação da biossegurança. Após um encontro na Califórnia, a comunidade científica se reuniu para discutir a engenharia genética e suas consequências para a sociedade. Esta foi a primeira vez que a ética aplicada à pesquisa tornou-se uma parte formal do discurso científico. Com o tempo, a biossegurança mudou conforme a própria palavra evoluiu. A Organização Mundial da Saúde concentrou sua atenção na saúde dos trabalhadores na década de 1970. Isso ocorreu devido ao aumento do risco de trabalhar com patógenos no local de trabalho (TEIXEIRA; VALLE, 2010).

Essas práticas são agora referidas como medidas preventivas para trabalhar com patógenos humanos. A OMS acrescentou alguns efeitos colaterais de trabalhar com patógenos mortais, como riscos radioativos, físicos, químicos e ergonômicos, à sua definição de biossegurança na década de 1980. Então, na década de 1990, a definição de segurança foi completamente alterada quando a OMS acrescentou esses riscos periféricos. Programas de biossegurança requerem consideração de questões éticas, ambientais, animais e genéticas. Esses tópicos aparecem em seminários realizados no Instituto Pasteur em Paris (TEIXEIRA; VALLE, 2010).

Outro seminário tem um título que diz que as atividades de pesquisa, produção e prestação de serviços devem considerar os riscos ambientais e à saúde humana. Essa ideia aparece no ambiente ocupacional quando as pessoas aprendem os fundamentos do manuseio seguro de materiais biológicos. Essa visão gira em torno da criação de espécies geneticamente alteradas, em vez de centrar sua atenção nos ambientes ocupacionais e na qualidade ambiental. Como parte de seus cursos, os alunos aprendem sobre condições seguras de trabalho em universidades, hospitais, bancos de sangue e laboratórios de saúde pública no Brasil (TEIXEIRA; VALLE, 2010). Segundo Hirata e Filho (2002) este aspecto da biossegurança envolve a prevenção de acidentes no ambiente de trabalho. Muitas pessoas consideram a biossegurança focada na segurança ocupacional, em vez da tecnologia de DNA recombinante. Essas pessoas acreditam que a biossegurança se concentra na eliminação de riscos tradicionais, como ferimentos e morte, em vez de lidar com tecnologias de DNA recombinante. As pessoas sempre olham para os processos e riscos tradicionais de engenharia genética quando aprendem sobre biossegurança. Isso é demonstrado pelas definições atualmente em vigor, que focam nos diferentes métodos de biossegurança. Incluir questões sobre a criação de representações seguras de biossegurança em discussões acadêmicas ajudaria a criar uma consciência mais ampla sobre sua importância. Isso também ajudaria a alcançar um maior acordo sobre o que significa biossegurança e como ela deve ser implementada (HIRATA; FILHO, 2002).

A segurança e a proteção dos funcionários estão constantemente sendo incrementadas na agenda profissional de negócios. Ao implementar ações de Segurança e Saúde Ocupacional em suas organizações, as empresas podem reduzir a chance de seus funcionários serem prejudicados. Isso pode aumentar a autoestima dos trabalhadores, o que pode levar ao aumento da produtividade e competitividade.

## 2.1 ANATOMIA PATOLÓGICA

Para Penna et al., (2020) os patologistas são especializados no diagnóstico de doenças com base no exame de células e tecidos. Eles também examinam amostras de tecido para doenças específicas. Um médico especializado em Anatomia Patológica é um patologista. Junto com o médico, um médico especialista em Anatomia Patológica pode realizar métodos de inteligência militar, como histoquímica e imuno-histoquímica. Este especialista também pode assinar laudos, declarar técnicas de biópsia congeladas, realizar necropsias e processar amostras histopatológicas.

A ciência médica se beneficia das contribuições dos patologistas. Alguns trabalham na sala de autópsia examinando a progressão natural das doenças. Muitos trabalham em patologia cirúrgica diagnóstica, estudando sintomas de doenças tradicionais, bem como Citopatologia e Patobiologia. Eles também preenchem relatórios

e educam profissionais médicos por meio de técnicas imunológicas e resultados de exames (PENNA et al., 2020).

De acordo com a ANVISA (RDC nº 50), o laboratório de anatomia patológica é uma área de apoio diagnóstico responsável por desenvolver os seguintes procedimentos:

- ✓ Receber e registrar material analítico (sítios, esfregaços, fluidos, secreções e cadáveres);
- ✓ Classificar materiais recebidos;
- ✓ Preparação e armazenamento de reagentes;
- ✓ Realização de inspeção macroscópica e/ou processamento técnico;
- ✓ Exame microscópico de tecido ou material citológico obtido por esfregaço, aspirado, biópsia ou autópsia;
- ✓ realizar uma autópsia;
- ✓ Emitir relatório dos testes realizados;
- ✓ Codificar os exames administrados;
- ✓ Manter documentos fotográficos científicos, slides e arquivos em bloco;
- ✓ Assegurar a proteção do operador.

Teixeira e Valle (2010) explicam ainda que um cirurgião que se concentra em diagnosticar a patologia da doença é chamado de patologista cirúrgico. Este trabalho examina a importância do formaldeído e discute os riscos de acidentes em laboratórios. O formaldeído é um fator importante na manutenção de um ambiente seguro - não apenas em laboratórios de Anatomia Patológica, mas também em qualquer outro laboratório de pesquisa de produtos químicos. Os melhores métodos de manuseio de materiais químicos são analisados e comparados entre si. Isso porque o formaldeído possui muitas características importantes relacionadas à biossegurança, que devem ser levadas em consideração ao utilizá-lo.

## 2.2 A AÇÃO DO FORMOL PARA A BIOSSEGURANÇA NA ANATOMIA PATOLÓGICA

O formaldeído é o fixador mais comumente usado para microscópios de luz eletrônicos. Uma preparação histológica adequada requer uma amostra devidamente fixada; portanto, o formaldeído é vital para o processo. Soluções de formaldeído em 10% são normalmente usadas para microscópios de luz, e soluções de 2% a 6% são usadas para microscópios eletrônicos (CASTRO et al., 2010).

Para isso é necessário tomar alguns cuidados obrigatórios:

- Os materiais coletados devem ser rapidamente imersos na solução fixadora;
- O volume do fixador deve ser no mínimo dez vezes (10X) maior que o volume da seção coletora. Os principais objetivos da correção são:
  - Inibir ou interromper a autólise tecidual;
  - Coagular ou endurecer tecidos e tornar difundidos substâncias insolúveis;
  - Proteção dos tecidos moles pelo endurecimento durante o manuseio e procedimentos técnicos subsequentes;
  - Preservação de vários componentes celulares e teciduais;
  - Aumento da diferenciação óptica dos tecidos;



- Facilitar a coloração subsequente.

O formaldeído é um aldeído importante e comum no meio ambiente. É incolor, insolúvel em água e de odor irritante. Também é muito solúvel no corpo, com alta reatividade química. O formaldeído é bem conhecido por ter efeitos negativos na maioria das pessoas: irritação dos olhos e do trato respiratório superior, náusea, sonolência, reações alérgicas na pele em concentrações superiores a 0,1 ppm e inferiores a 0,05 ppm, e dor de cabeça (CASTRO et al., 2010).

Segundo Franklin et al., (2009) o formaldeído é conhecido por ser mais irritante para pessoas com concentrações inferiores a 0,05 ppm. O formaldeído é uma substância química nociva que causa mutações e cânceres. Também é um teratogênio, o que significa que pode causar defeitos congênitos. O formaldeído é um poluente do ar interno comum devido à sua presença na fabricação de móveis, fumaça de cigarro, desinfetantes e materiais de construção.

Ao monitorar a concentração de formaldeído em um determinado ambiente, altas concentrações de até 0,5 ppm foram relatadas. Isso inclui o monitoramento em ambientes hospitalares – como UTI, centro cirúrgico e pronto-socorro – a fim de coletar dados para estudos toxicológicos relacionados à exposição a essa substância. O formaldeído é extremamente tóxico para o corpo quando ingerido, inalado ou aplicado na pele. Também é venenoso se for injetado por via intravenosa, intraperitoneal ou subcutânea. O formaldeído pode causar irritação ocular em concentrações de 20 partes por milhão no ar. Como gás, é mais perigoso do que como vapor (FRANKLIN et al., 2009).

O Instituto Nacional de Saúde e Segurança Ocupacional dos EUA recomenda que os trabalhadores usem máscaras e luvas de proteção ao manusear os produtos. Essas máscaras devem ter filtros de vapores orgânicos para que possam remover os vapores nocivos do ar. A AASSO afirma que a concentração máxima de um produto não deve exceder 10 ppm, enquanto 5 ppm é o limite máximo permitido para exposição contínua. O formaldeído, um composto suspeito de causar câncer em humanos, deve ser manuseado com cuidado (FRANKLIN et al., 2009). Deve ser armazenado em temperatura ambiente, mas não abaixo de 15 Co (60F), e deve ser mantido fora da luz solar e hermeticamente fechado para evitar o contato com a atmosfera e a lua. Remova todas as roupas contaminadas e coloque-as em um recipiente para descontaminação. Se houver contato de pele com móveis, lave a área afetada com água e sabão. Além disso, use papel absorvente para remover qualquer líquido derramado antes que ele se espalhe (FRANKLIN et al., 2009).

Segundo Erdtmann (2004) o formaldeído é um produto químico muito reativo com capacidade redutora significativa. Não se mistura bem com álcalis, amônia, sulfetos de potássio e ferro, preparações à base de iodo, prata ou caseína. Formaldeído não se mistura bem com caseína, ágar-ágar ou albumina. Se misturado com álcalis ou amônia, cria compostos insolúveis. Reage violentamente com peróxidos, carbonato de manganês, óxidos e nitrometano. Quando exposto a baixas temperaturas, pode transformar-se em nuvem.

### 3 METODOLOGIA

5

Conceitua-se pesquisa como o desenvolvimento de atividades demarcadas metodicamente, por meio de investigação sistemática que necessita de planejamento criterioso, que será elaborado de acordo com a natureza, situação espacial e temporal e condições de acesso aos dados necessários para compreensão de determinado objeto ou fenômeno a ser conhecido (RODRIGUES et al., 2007).

Nesse sentido, o delineamento metodológico se mostra fundamental para alcançar os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa. Definida como o estudo dos métodos e ainda como “[...] uma disciplina que

consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 09).

Para Mattar e Ramos (2021) a revisão bibliográfica é a base de toda e qualquer pesquisa academicamente científica e pode compreender em uma das principais etapas do planejamento de um estudo científico. Tal realidade se deve ao fato de que esse tipo de metodologia tem como objetivo apresentar as principais contribuições de autores acadêmicos sobre todos os pontos abordados na pesquisa que será desenvolvida.

Devido a sua condição singular, ou seja, cada indivíduo utilizado como objeto de estudo apresenta uma resposta diferente, se torna necessário que esses dados sejam analisados de forma individual, sendo que cada um deles apresenta uma perspectiva diferente para uma realidade igual ou similar. Finalizando assim, com o processo de análise e apresentação dos resultados obtidos com cada uma das contribuições humanas para a pesquisa qualitativa da produção acadêmica, tendo a sua importância altamente associada à parte prática das teorias apresentadas nas pesquisas que se formulam (PATIAS; HOHENDORFF, 2019).

Inicialmente, o estudo se trata de uma revisão integrativa sobre o tema, onde o período de busca para a seleção dos materiais acadêmicos é entre 2000 e 2022, sendo consideradas apenas pesquisas publicadas, de modo que as fontes de pesquisa tenham maior amplitude em sua contribuição, já que consistem em dados mais complexos. As fontes da coleta dos dados são SciELO e Google Acadêmico, onde foram buscados, coletados, analisados e selecionados os artigos e pesquisas acadêmicas que possam contribuir para a resolução do problema de pesquisa apresentado.

O idioma de pesquisa é português e inglês por serem o idioma de domínio integral do autor. Os critérios de exclusão compreendem naqueles estudos que não sejam trabalhos científicos completos e com restrição de acesso, publicações fora do período de pesquisa selecionado e publicações em idiomas que não sejam português e inglês. Os artigos foram identificados, analisados e selecionados para a construção do estudo que aqui se apresenta.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Alguns materiais biológicos, como saliva, fezes, sêmen, leite materno e outros fluidos, são considerados potencialmente contaminados por microrganismos transmissores de doenças. É por isso que consideramos o atendimento ao paciente ou atividades de apoio na área da saúde como fontes potenciais de germes. As pessoas que trabalham nessas áreas frequentemente entram em contato com sangue, urina, vômito e outras secreções ou excreções. Devido à falta de dados sobre a presença de germes neste equipamento, consideramos que estão contaminados. Isso exige nossa consciência constante da necessidade de nos protegermos ao manusear materiais, resíduos ou contaminação ambiental por sangue e secreções (ERDTMANN, 2004).

A lavagem adequada das mãos é o passo mais importante na prevenção da propagação de germes. É imperativo que as pessoas lavem as mãos com água e sabão quando estiverem usando luvas. Além de remover a sujeira, essa ação elimina quaisquer micróbios que possam estar presentes na pele de uma pessoa, mesmo quando ela não pode vê-los. Antes de iniciar qualquer nova atividade, devemos lavar as mãos. Também devemos lavar as mãos logo após terminar uma atividade. Devemos fazer isso porque fazemos isso em nossa vida cotidiana – antes e depois de comer ou ir ao banheiro (ERDTMANN, 2004).

Ao lavar as mãos, podemos reduzir a quantidade de germes que pegamos. Além disso, não devemos usar anéis nos dedos para reduzir a quantidade de germes que permanecem em nossas mãos. Sangue, saliva, muco e outras secreções não devem ser transferidos para os olhos, nariz ou boca. Instrumentos e materiais contaminados com essas substâncias devem ser manuseados de forma a evitar a contaminação de outros pacientes, ambientes

e pele. Métodos apropriados devem ser usados ao reprocessar instrumentos reutilizados. Antes de usar um profissional médico ou paciente novamente, certifique-se de que seu equipamento esteja devidamente limpo ou desinfetado. Descarte os suprimentos de uso único adequadamente e verifique se os locais de descarte são apropriados. Para evitar lesões pessoais, sempre tome cuidado ao manusear, limpar e transportar instrumentos perfurantes, como agulhas, lâminas de barbear, tesouras e outras ferramentas cortantes (ERDTMANN, 2004). Para Gomes (2019) esses instrumentos perfuram a pele e devem ser descartados em caixas protetoras de difícil penetração e impermeáveis. Descarte esses instrumentos o mais próximo possível de onde são usados. Não toque em agulhas usadas depois de retirá-las de uma seringa descartável. Além disso, não os remova manualmente e definitivamente não os quebre ou dobre. Ao reutilizar seringas ou cartuchos anestésicos, feche a tampa pressionando-a contra a parede da bandeja clínica. Tenha cuidado para não usar as mãos ao fazer isso. Em vez disso, coloque a seringa de volta em sua caixa ou bandeja antes de transportá-la para uma área de esterilização e limpeza em uma caixa ou bandeja de aço inoxidável. As organizações de saúde devem impor rotinas regulares de limpeza e esterilização para equipamentos e superfícies circundantes. Trabalhando com seus supervisores, essas organizações devem confirmar regularmente se estão seguindo essas diretrizes.

Com a utilização de barreiras como filme plástico, papel alumínio ou outro material, pode-se evitar o contato direto com superfícies como maçanetas de equipamentos, mouses, teclados e monitores. Isso ajuda a evitar que a sujeira grude na superfície - por isso só é necessário desinfetar as barreiras de entrada antes de trocá-las por outro paciente. Além disso, a troca dessas barreiras não requer limpeza do equipamento — na verdade, só é necessário desinfetar essas barreiras antes de dispensar um novo lote de pacientes. Ao transportar roupas sujas, tenha o cuidado de transportá-las em sacos plásticos (GOMES, 2019).

Os serviços de saúde que utilizam cortinas e lençóis reutilizáveis devem ter um sistema de lavanderia próprio ou terceirizado. Este sistema de lavagem deve garantir a desinfecção da roupa. Todos os profissionais de saúde devem ser vacinados contra hepatite B e tétano para aumentar sua proteção. Isso é facilmente acessível através do sistema público de saúde (SANGIONI et al., 2013). As vacinas fornecem proteção específica contra doenças. É importante participar de todas as campanhas do departamento de saúde que promovem a vacinação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sintomas que a exposição ocupacional consistente ao formaldeído produz no local de trabalho refletem aqueles apresentados pela pesquisa. Estes incluem dor de garganta, irritação sinusal, olhos lacrimejantes, dores de cabeça e náuseas. Além disso, a exposição a este material pode causar tosse, irritação do nariz e da garganta e outros sintomas indicativos de inalação do gás. Os funcionários devem dispor de equipamentos de proteção individual e coletivo. Isso ocorre porque é responsabilidade dos empregadores fornecer a seus funcionários esses equipamentos em condições adequadas de trabalho com pessoal treinado. Além disso, o manuseio descuidado de resíduos tóxicos foi observado em ambientes laboratoriais gerais.

7

Sem levar em conta as consequências significativas que isso teria sobre o meio ambiente, essa negligência foi inquestionável. As substâncias químicas não são lançadas no ar apenas por meio da poluição industrial. Muitas pessoas acreditam erroneamente que usar agentes químicos como se fossem inofensivos também é uma forma de disseminá-los. Isso leva muitas pessoas a desenvolverem problemas de saúde ao longo do tempo devido à exposição.

O grau em que as pessoas desenvolvem esses problemas de saúde dependerá de muitos fatores diferentes, incluindo o tipo de agente químico, concentração, frequência e duração da exposição, práticas e hábitos de

trabalho e suscetibilidade individual. As pessoas podem evitar esses problemas tomando medidas para reduzir sua exposição a agentes químicos ao longo do tempo.

As pessoas devem entender os perigos de trabalhar com produtos químicos para evitar que sua exposição cause danos. Por isso é importante implementar a Biossegurança. Ajuda os trabalhadores a reduzir o risco de exposição a produtos químicos nocivos. Trabalhar pensando na Biossegurança também torna os funcionários mais confiantes e competitivos. Isso também dá às empresas uma vantagem competitiva, já que os funcionários não precisam se preocupar com a saúde ou o meio ambiente. E ajuda a construir uma imagem responsável entre as empresas — o que é importante no mundo de hoje.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Tércia Maria Mendes de et al. Biossegurança e biosseguridade do manuseio de xilol em laboratórios de anatomia patológica. Brasília méd, 2010.

ERDTMANN, Bernadette Kreutz. Gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde: biossegurança e o controle das infecções hospitalares. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 13, p. 86-93, 2004.

FRANKLIN, Sheila de Lira et al. Avaliação das condições ambientais no laboratório de anatomia patológica de um hospital universitário no município do Rio de Janeiro. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, v. 45, p. 463-470, 2009.

GOMES, Maria Tháís Galino. Avaliação de gestão de riscos no setor de anatomia patológica. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.

HIRATA, Mario Hiroyuki; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. In: Manual de biossegurança. 2002. p. xxiv, 496-xxiv, 496.

PENNA, P. M. M. et al. Biossegurança: uma revisão. Arquivos do Instituto Biológico, v. 77, p. 555-565, 2020.

SANGIONI, Luis Antônio et al. Princípios de biossegurança aplicados aos laboratórios de ensino universitário de microbiologia e parasitologia. Ciência Rural, v. 43, p. 91- 99, 2013.

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010.





# REINSERÇÃO SOCIAL: AS DIFICULDADES DO EX-DETENTO NA REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE<sup>1</sup>

## SOCIAL REINSERTION: THE DIFFICULTIES OF EX-DETAINEE IN REINTEGRATION TO SOCIETY

Submetido em: 06/04/2023

Aprovado em: 07/04/2023

Publicado em: 10/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.515

Lucas Viana Rocha<sup>2</sup>  
Ana Maria Pereira de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise quanto à aplicação efetiva da LEP - Lei de Execução Penal na vida dos detentos para posterior reinserção social. O estudo deste artigo foi realizado com base em material bibliográfico e embasamento teórico-jurídico quanto à execução da Lei de Execução Penal Brasileira. A superlotação das celas e a violência dentro do sistema carcerário são fatores que dificultam a correta execução da Lei e desvalorizam a real intenção da LEP que é o devido cumprimento da pena para posterior reinserção social do apenado. A ressocialização do detento ainda não é bem vista socialmente, no entanto, o Estado vem criando programas de assistência educacional que auxiliem o ex apenado no seu retorno à sociedade. **Palavras-chave:** Reinserção Social. Ressocialização. Educação no Sistema Prisional.

### ABSTRACT

This article aims to present a brief analysis of the effective application of the LEP - Penal Execution Law in the lives of detainees for subsequent social reintegration. The study of this article was carried out based on bibliographic material and theoretical-legal basis regarding the execution of the Brazilian Penal Execution Law. The overcrowding of the cells and the violence within the prison system are factors that hinder the correct execution of the Law and devalue the real intention of the LEP, which is the due fulfillment of the sentence for the subsequent social reintegration of the convict. The resocialization of the detainee is still not well seen socially, however, the State has been creating educational assistance programs that help the ex-convict in his return to society. **Keywords:** Social Reinsertion. Resocialization. Education in the Prison System.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de criar um espaço responsável por reeducar um indivíduo que cometeu um delito, o sistema prisional brasileiro surgiu tendo como dever do Estado fornecer local adequado com mecanismos de ressocialização no intuito de realizar a devida punição ao detento. Contudo, o que se observa é um sistema prisional sobrecarregado refletido na superlotação de celas e com presos em péssimas condições de saúde.

O Brasil enfrenta diversos problemas de estrutura, principalmente quando se trata de política, saúde, educação e socialização, ou melhor, de reintegração à sociedade. No sistema prisional brasileiro há a LEP – Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que é responsável pela efetivação das decisões criminais, bem como, preparar o detento à futura reinserção à sociedade.

Apesar de o artigo 10, da suprarreferida lei estabelecer que ao detento/internado será garantido o direito a assistência material, à saúde, educacional, religiosa, social e jurídica, e sendo essa assistência dever do Estado, porque as pessoas após o cumprimento da pena imposta referente à algum delito cometido continuam enfrentando dificuldades no retorno ao convívio social?

O intuito do presente trabalho é fazer uma análise quanto a situação do ex detento, pois ainda se pode presenciar preconceito e exclusão do ex apenado quando este tenta se reinserir nas atividades sociais. Teoricamente a legislação que versa sobre o assunto apresenta mecanismos de proteção aos direitos do preso/internado, no entanto, na prática, ainda é necessário analisar de forma mais cautelosa se as aplicações desses direitos garantidos estão sendo efetivados.

1

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador(a): Prof. Ana Maria Pereira de Souza

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Bacharel em Direito da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista

<sup>3</sup> Orientadora da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista





Assim, o objetivo dessa pesquisa é investigar se a Lei de Execução Penal está sendo corretamente aplicada durante o cumprimento da pena dos detentos para que sua reinserção à sociedade seja mais harmônica possível. Para isso, será necessário verificar se a aplicação dos direitos elencados na Lei de Execução Penal está sendo inserida na rotina dos detentos e se o real objetivo da pena está sendo realizado, qual seja, educar o preso para que não cometa novos delitos, bem como demonstrar as dificuldades que o ex detento sofre quando tenta ser reinserido a sociedade e que um bom projeto de trabalho pode ser muito importante para a reinserção social.

A Lei de Execução Penal apresenta o rol de condições para que o detento cumpra sua pena, bem como os deveres do Estado perante aquele que cometeu algum crime. Durante esse período de reclusão devem ser garantidos direitos básicos como alimentação, educação e assistência médica e jurídica.

Sendo assim, a partir das informações apresentadas acima surgem as seguintes hipóteses: se existe legislação pertinente sobre o tema e há a aplicação correta do que é determinado por lei aos ex detentos, o retorno à vida social deveria ser realizado de forma mais tranquila e menos preconceituosa; se o ex detento/internado recebe a assistência necessária a sua reintegração social, esta deverá ocorrer de forma harmoniosa com o objetivo de não causar nenhum abalo emocional ou dificuldade na reinserção em sociedade, no sentido de que ao indivíduo não se deve existir discriminação por ter passado pelo estabelecimento prisional.

Destarte, o ambiente em que o detento está inserido diz muito sobre como será o seu regresso à vida social. A superlotação das celas, a falta de alimentação adequada, higiene precária e insalubridade. Todos esses são fatores desfavoráveis, que influenciam no comportamento e saúde do preso dentro do sistema carcerário. Aparentemente, quanto pior as condições em que está inserido maior será a chance de reincidência criminal.

Assim, quando ao condenado é apresentado um cenário mais coerente com o que está estabelecido na Lei de Execução Penal, ou seja, espaço que comporte a quantidade adequada de detentos, assistência à saúde (física e mental), à educação, assistência jurídica e algum programa de aprendizado que possa prepará-lo para a reinserção social é possível que seu retorno à sociedade ocorra de forma mais tranquila, menos discriminatória e mais receptiva.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do presente artigo versa sobre estudos bibliográficos com método dedutivo e análise da Lei de Execução Penal e demais conteúdos que dissertam sobre o assunto.

A técnica utilizada baseia-se em revisão bibliográfica através de livros e bases de dados e indexadores de artigo científico como Scielo, Google Acadêmico, Repositórios Universitários e Revistas Científicas, utilizando-se os descritores: Reinserção Social, A luta do ex detento à reintegração social. Também foi utilizada legislação brasileira, em especial a LEP – Lei de Execução Penal que versa sobre o conteúdo abordado.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do latim *punitio.onis*, punição tem substantivo feminino, sinônimo de pena, significa condenação imposta por um juiz à pessoa que cometeu um crime; também pode ser definida como castigo, recriminação feita a alguém (DICIO, 2022). A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal traz os direitos e deveres do Estado e do detento para o cumprimento da sentença ou decisão criminal imposta àquele que cometeu algum crime (BRASIL, 1980).

De acordo com a referida lei, em seus artigos 5º, 6º e 7º, os condenados devem ser classificados de acordo com sua personalidade e seus antecedentes criminais para que a individualização da pena ocorra de forma mais assertiva. Para que essa classificação seja feita a Lei determina que cada estabelecimento seja composto por um diretor, no mínimo dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social quando houver pena privativa de liberdade (BRASIL, 1980).

2

Ao Estado existe o dever de prestar ao preso assistência material (compreendendo vestuário, alimentação e instalações higiênicas), à saúde (atendimento médico, farmacêutico e odontológico), jurídica (quando o detento não tiver recursos para constituir advogado), educacional (instrução escolar e formação profissional) e assistência social (para preparar o detento ao retorno em sociedade) (BRASIL, 1980).

Para NUCCI (2018), a assistência material que compreende vestuário, alimentação e instalação higiênica poderia servir também como uma maneira de se iniciar a ressocialização e benefício ao preso, onde a cada três dias trabalhados, um dia da pena seria descontado. Assim, o Estado economizaria nos gastos para manutenção dos detentos ao mesmo tempo em que forneceria o direito garantido por Lei, ou seja, enquanto o detento recebe a assistência, a ele o benefício de se ter a redução dos dias em que foi condenado estaria garantido.

Desse viés, a punição não significa que o preso será transformado em objeto, pois ao cumprir a pena, o



condenado continua gozando dos direitos humanos fundamentais (NUCCI, p.28, 2018). E conforme aduz BITENCOURT (2001, p. 139) *apud* CHAVES et al “o objetivo da ressocialização é esperar do delinquente o respeito e a aceitação de tais normas com a finalidade de evitar a prática de novos delitos”. Desta forma, Direitos Humanos e Lei de Execução Penal caminham juntos na aplicação da penalidade com intuito de conseguir realizar a ressocialização e reintegração do indivíduo a sociedade.

Na teoria a Lei de Execução Penal traz em seu bojo todos os conceitos, meios e métodos para que a correta aplicação da pena e posterior ressocialização do ex apenado seja feita. A classificação correta dos detentos, a estrutura adequada para alocação dos presos, a assistência que deve ser prestada e todo o cuidado e respeito à dignidade da pessoa humana.

No entanto, divergente da teoria penal, na prática da execução da lei penal brasileira é ligeiramente diferente. Apesar de a LEP – Lei de Execução Penal, garantir que os detentos sejam alocados conforme os delitos cometidos e em número adequado de pessoas em cada cela, o que ocorre na realidade é a superlotação das celas no sistema carcerário brasileiro, a saber: “As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso a sua devida dignidade. Devido à superlotação muitos dormem no chão de suas celas, às vezes no banheiro, próximo a buraco de esgoto”. (MACHADO E MAGALHÃES *apud* CAMARGO, 2014, p.09).

Para SENNA (2008) o que acarreta a falta de individualização dos presos e consequente superlotação das celas é a falta de espaço físico concedido aos administradores e por conta dessa limitação não conseguem fazer a devida aplicação da Lei de Execução Penal.

Pela Lei, o Estado é responsável pelo espaço e condições materiais para manutenção do apenado, ou seja, a falta de espaço físico adequado gera essa superlotação e consequentemente a insalubridade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, em 2018 haviam 602.217 pessoas cadastradas no sistema como privadas de liberdade e desse número 40,03% são presos sem condenação (CNJ, 2019).

Segundo Mirabete “Um ambiente equilibrado pode gerar maior confiança entre administradores e detentos, tornando mais produtivo o trabalho” (MACHADO E MAGALHÃES *apud* MIRABETE, p. 569, 2014), sendo assim, se o estado fornecesse condições adequadas conforme aduz a Lei de Execução Penal seria possível criar-se um local mais adequado capaz de proporcionar mais eficiência na reeducação do detento, para que o mesmo possa ser reinserido em sociedade.

Viver em espaço inadequado e sujeito a condições de insalubridade e violência faz com que a pessoa cultive em seu interior o desejo de revolta e/ou vingança. Os diversos casos de desrespeito à dignidade da pessoa humana dentro do sistema carcerário contribuem para que o detento não consiga ser ressocializado, já que a realidade por ele vivida só alimenta desejos negativos de revolta, vingança, insatisfação e reinserção a vida criminosa.

Ao cometer um delito, o sujeito será julgado, condenado e inserido no sistema carcerário para cumprimento da pena estabelecida, mas isso não significa que ao responder pelo ato ilícito e reprovável que cometeu que os homens e mulheres deverão receber um tratamento ídigo com atos de violência, tortura, discriminação e repulsa.

Em 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, lançou relatório a respeito da situação de Direitos Humanos aplicados no Brasil e conforme o relatório apresentado, o Brasil se tornou o país com a terceira maior população carcerária do mundo tendo registrado um total de 755.274 de pessoas privadas de liberdade em 2019 com a taxa de superlotação em 170,74% (CIDH, p.64, 2021).

Ainda no relatório, o Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu que o alto grau de racismo institucional possa ser responsável pelo aumento da tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos e degradantes no Brasil, visto que, a massa prisional é caracterizada por afrodescendentes, e estes, sofrem com abuso policial, tortura, maus-tratos, racismo e discriminação nas prisões (CIDH, p. 65, 2021).

Ainda conforme o relatório da CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Estado ainda não é capaz de garantir a proteção necessária às pessoas que se encontram privadas da liberdade. Os casos e registros de tortura e maus-tratos, que violam as normas interamericanas e internacionais de direitos humanos ainda persistem.

3

Destarte, a execução correta da Lei de Execução Penal continua não sendo corretamente realizada, os detentos ainda sofrem com superlotação, maus-tratos, tortura, discriminação, preconceito, ou seja, condições insalubres e falta de adequação ao que é estabelecido pela LEP para que o sujeito possa ser reinserido à sociedade e traçar um novo caminho em sua jornada.

O intuito de manter o ser humano que cometeu ato ilícito fora do convívio social é para reeduca-lo, ressocializa-lo fornecer dentro do sistema carcerário meios e mecanismos que possam fazer com que o indivíduo perceba outras formas de subsistência sem que seja dentro da seara criminosa.

Sendo assim, após a intervenção da Organização das Nações Unidas e os frequentes relatórios da



Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Estado tem buscado programas para sanar as dificuldades que enfrenta pelo alto índice da população carcerária.

### 3.1 O ESFORÇO DO ESTADO NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece como direito social e dever do Estado, a educação. O Estado deve proporcionar aos cidadãos meios de acesso à educação; o objetivo é que seja realizado o desenvolvimento pleno da pessoa onde esta será preparada para o exercício da cidadania, qualificação e preparo ao mercado de trabalho (BRASIL, 1988).

Ao analisar o conceito de educação e formação do ser humano dito por Saviani em 1997, conceito este, extraído da obra de OLIVEIRA (2018) que trata das Considerações sobre o conceito de educação e a formação do sujeito crítico na contemporaneidade, que diz:

[...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, p.11-12, 1997 *apud* OLIVEIRA, p.2, 2018).

O ser humano aprende como viver e conviver em sociedade. No entanto, com a grande diversidade social e econômica em nosso país e apesar do Estado, pais e sociedade serem responsáveis pela aplicação do trabalho educativo, ainda é possível vislumbrar a discrepância da aplicação e acesso à educação no Brasil.

O acesso à educação básica é para todos, porém nem todos os indivíduos conseguem frequentar as unidades de educação, seja por não conseguir chegar até a escola seja por enfrentar uma realidade social que dificulta o seu acesso à unidade de educação básica.

Reconhecendo a importância da educação na vida do cidadão, o Estado tenta implementar de forma efetiva a assistência educacional durante o cumprimento da pena do detento, para que, após o devido cumprimento da detenção o ex apenado possa ter condições de ser reinserido à sociedade.

É sabido que a população carcerária brasileira é composta em sua maioria por homens e jovens negros, no entanto, o período de 2006 a 2019 trouxe o aumento da população carcerária feminina, e conforme foi informado ao CIDH pelo Estado Brasileiro o índice desse aumento cresceu para 116,27% (CIDH, p. 65, 2021).

Pensando nesse aumento de população carcerária, o Estado tomou algumas decisões para tentar reduzir o alto número de prisões preventivas, já que ainda não possui estrutura física para contenção do elevado índice de detentos.

Em 2018, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou o Habeas Corpus 143.641, tendo como Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, optando por medidas alternativas como a prisão domiciliar para mulheres e adolescentes que estivessem em condição gestacional, que tenham filhos menores com até doze anos de idade ou ainda que sejam encarregadas de pessoas com deficiência (STF, 2018).

Além da medida supracitada de tentar reduzir o alto índice de população carcerária, o Estado vem apresentando algumas medidas de reinserção social para auxiliar o ex detento no retorno ao convívio social.

Na Bahia, em cidades como Juazeiro, Vitória da Conquista e Salvador a SEAP - Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização apresenta programas de Certificação com o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; com o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade - ENCCEJA-PPL (SEAP, 2019)

Com o PRONATEC é feita a implementação de cursos (com fundamentos técnicos e científicos específicos) que apresentam aulas teóricas e práticas que visam o desenvolvimento e qualificação dos internos para que se facilite a empregabilidade e promova-se a ressocialização do ex detento) e com o ENCCEJA-PPL o objetivo é que haja a conclusão dos estudos para aqueles que não concluíram o ensino fundamental, nem o ensino médio (SEAP, 2019).

Em 2019, foi inaugurada em Salvador a unidade disciplinar especial intitulada de Colégio Estadual Prof. George Frago Modesto na Unidade Especial Disciplinar –UED. A UED está localizada no Complexo Penitenciário da Mata Escura, Salvador/BA e destina-se a conclusão dos estudos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para que eles possam dar continuidade ou ter acesso a um estudo adequado em ensino de idade apropriada (SEAP, 2019).

Um dos sistemas penitenciários brasileiros que mais apresentou melhora foi o sistema do Espírito



Santo. De acordo com o artigo realizado por FERNANDES, ANDRADE E ABREU em 2010, o Estado foi denunciado à Organização das Nações Unidas – ONU e na denúncia foi exposta toda a situação vivenciada pelos detentos capixabas, a saber:

[...]O relatório apontou casos de mortes, esquartejamento, tortura, maus-tratos e superlotação. Além dos presos serem mantidos em contêineres a temperaturas acima de 50 graus. Os presídios do Espírito Santo foram denominados de Masmorras, uma forma encontrada para definir as condições subumanas em que vive a população carcerária no Estado (FERNANDES, ANDRADE E ABREU, p.92, 2017).

Após a denúncia, o Estado trabalhou para corrigir os atos de abuso, violência e descaso para com o detento e iniciou uma reforma do sistema carcerário que hoje serve de exemplo para outros Estados do país.

Conforme apresentado no site da SEJUS – Secretaria de Justiça Governo do Estado do Espírito Santo, que atualmente apresenta um programa de tratamento penal que conta com Saúde Prisional, Programa de Humanização, Assistência Religiosa, Assistência Jurídico, Educação, Trabalho, entre outros (SEJUS, 2023).

Com isso, é possível perceber que o Estado começou a entender a importância da real efetivação dos direitos humanos e sociais dos indivíduos iniciando programas responsáveis por apresentar a educação e o trabalho como fontes basilares de reinserção social para a vida daqueles que se encontram privados de liberdade e detém a sensação de ter perdido todos os seus direitos.

Contudo, apesar da criação de programas que auxiliem na ressocialização da pessoa, esse ser humano considerado como ex detento que cumpriu sua pena respeitando as regras e normas estabelecidas pela Lei de Execução Penal, ao ser reinserido(a) no convívio social passará por diversas dificuldades e preconceitos causados por sua passagem no sistema carcerário.

Como bem ressaltado por Fiorelli e Magini, no texto de ARNDT e LANGE JUNIOR (2020), que trata da inclusão social de ex-detentos no mercado de trabalho, onde se diz:

As alterações comportamentais são uma das consequências percebidas posteriormente, quando o detento volta a ter o contato com a sociedade civil. O sujeito tende a se isolar, deixa de comparecer em festa, rejeita convites para sair e preferir ambientes com menos movimento. O indivíduo retoma sua “liberdade”, porém passa a conviver com o rótulo de “delinquente”, “infrator”, “criminoso”, vindo não só da sociedade, mas também dos seus familiares. A permanência de sinais físicos, deixados pelos maus tratos suportados dentro da penitenciária, também podem ter grandes consequências na recuperação do ex-detento, em muitos casos esses sinais têm tamanha proporção que a reabilitação do indivíduo se torna árdua, e constantes recordações aumentam ainda mais o sofrimento. (FIORELLI E MAGINI, p.210, 2015 *apud* ARNDT E LANGE JUNIOR, p.106,2020).

Conforme se observa nas palavras de Fiorelli e Magini, estar inserido em um sistema penitenciário deixa no sujeito traumas físicos e psicológicos causados pelos maus tratos, torturas, brigas e quaisquer outros tipos de violência que possam ocorrer dentro do cárcere, bem como, o estereótipo social de ser uma pessoa desprovida de confiança fazendo com que as oportunidades no mercado de trabalho sejam reduzidas.

Receber uma segunda chance é tarefa árdua na caminhada pós-presídio. O preconceito social que o ex detento sofre é perceptível, pois em uma matéria feita por Luiza de Carvalho, através da Agência CNJ Notícias, extraída do site do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (2023), uma das respostas mais ouvidas por um egresso do sistema prisional, foi: “Não podemos aceitar pessoas desse nível” (TRT, 2023)

A imagem que ainda permeia na coletividade é aquela em que o ex apenado não pertence mais ao convívio social havendo discriminação e rejeição quando este tenta participar das vagas ofertadas no mercado de trabalho. O olhar repressivo, de julgamento, por vezes maldoso, a rejeição, a crítica e a falta de oportunidades são fatores que dificultam as possibilidades do indivíduo ao se candidatar a uma vaga de emprego.

O corpo social não pensa nos sentimentos e sensações que o ex presidiário possa sentir como: sensação ou medo de fracasso, autoestima baixa, angústia, amargura, não se sentir suficiente, e por vezes, reviver mentalmente situações degradantes que tenha vivenciado dentro do cárcere. Assim, a busca por uma chance no mercado de trabalho se torna mais dura para o ex aprisionado que deseja uma segunda oportunidade no seio social e familiar.

Do ponto de vista da história brasileira, vê-se um país marcado com preconceito, discriminação e desigualdade social, e assim como preleciona Nelson Joaquim citado na obra de ARNDT e LANGE JUNIOR (2020), que diz:

A Constituição Federal declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] (art. 5º caput)”. Então, por quê falar em discriminação? - Infelizmente a discriminação é histórica e sempre existiu, sendo praticada pelos indivíduos, pelos governos e pela própria sociedade. Todavia, hoje, observamos que as nações, inclusive o Brasil, têm o dever de diminuir as desigualdades e contribuir para a inclusão social. (JOAQUIM, Nelson, 2010 *apud* ARDNT E LANGE JUNIOR, p.108, 2020).

Deste modo, são muitos os obstáculos e adversidades que levam o ex apenado a encarar a liberdade de maneira um pouco negativa, já que na luta pela aceitação na fase de reinserção, ele/ela enfrentará indiferença, raiva, ódio, revolta, negligência, julgamento, críticas, distinção e exclusão, todos esses fatores são responsáveis pelo embaraço vivido por aqueles que buscam aceitação após o cumprimento correto de sua pena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o intuito de demonstrar com base no referencial levantado que, apesar de o Estado buscar meios e programas que auxiliem o ex detento na sua jornada de reinserção social ainda existe um caminho árduo a se percorrer.

Ainda é comum um sistema carcerário envolto de discriminação, preconceito, maus-tratos, tortura e descaso. Conforme exposto, o Estado não detém um programa, meio, fórmula ou situação que seja extremamente eficaz para realização da correta alocação dos detentos, o que acarreta o índice de insalubridade que ainda existe em algumas penitenciárias do país.

O índice de infratores continua alto e, apesar de programas serem implementados no sistema penitenciário brasileiro terem realizado uma melhora significativa na situação dos que cumprem pena, ainda não é suficiente para conter a superlotação.

Os programas que preparam os ex apenados ao convívio social têm sido importantes não somente para o cumprimento correto do que está elencado na Lei de Execução Penal – LEP, mas também para preparar e ressignificar o ser humano que cumpre pena pelo ato ilícito cometido.

A aplicação da assistência educacional e da preparação para o mercado de trabalho além de estarem elencados na LEP e serem direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil são formas essenciais para a correta e devida ressocialização do indivíduo. No entanto, não basta o fornecimento de programas de ressocialização aos detentos, ao que parece, também se faz necessária uma abordagem social para que a população receba o sujeito que cumpriu sua pena e aproveitou as oportunidades ofertadas dentro do sistema carcerário de forma mais acessível. Quando o ex detento tenta se reinserir no meio social e retornar ao mercado de trabalho mesmo que possua qualificação para a vaga ofertada, este ainda é recebido de maneira negativa pela sociedade.

Assim, infere-se que mesmo que haja um sistema prisional adequado como apontado pela Lei de Execução Penal para o cumprimento da pena ao sair do sistema penitenciário, o ex apenado poderá sofrer com os atos de preconceito e sentimento de desvalorização da pessoa humana, sendo possível seu retorno ao cárcere, já que este pode cultivar em seu íntimo os sentimentos de revolta, repulsa e vingança.

Embora este ser humano tenha cumprido sua pena quando tenta se reinserir no seio social, ainda é comum observar o olhar de julgamento, crítica e repulsa da sociedade para o ex detento. Destarte, preparar a sociedade para receber o egresso do sistema penal, bem como dar o suporte psicológico essencial para que o sujeito saiba lidar com o estereótipo que ainda persiste na massa social é fundamental para a difícil tarefa de ressocializar.

## REFERÊNCIAS

ARDNT, Karine Alves e LANGE JUNIOR, Edison França. **INCLUSÃO SOCIAL DE EX-DETENTOS NO MERCADO DE TRABALHO. SOCIAL INCLUSION OF EX-DETENT IN THE LABOR MARKET.** Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ, v. 9, n. 1, Fev.- Jul./2020.

6

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Segunda Turma). **Acórdão.** Habeas Corpus 143.641 São Paulo. Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/>

CIDH. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Inter-American Commission on Human Rights. Situação dos direitos humanos no Brasil: Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**. BNMP. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CHAVES, Gesline Cavalcante; TEIXEIRA, Paulo Tadeu Ferreira e MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro. **Direitos dos Presos e Reinserção Social de Ex-presidiários pelo Trabalho: Uma Revisão Sistemática**. *ID on line Rev. Psic.* v.15, n. 57, p. 975-996, Outubro/2021 – Multidisciplinar. Acesso em: 20 set. 2022.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Punição. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/punicao/>. Acesso em: 15 set. 2022.

FERNANDES, Aline dos Santos; ANDRADE, Kelly Madela Pereira de e ABREU, Ivy de Souza. *Rev. AMBIENTE ACADÊMICO*, v. 3, n.2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/revista-ambiente-academico-v03-n02-artigo-05.pdf>. Acesso em 19 mar.2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Sistema prisional e encarceramento - Dados, pesquisas e análises**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/sistema-prisional/>. Acesso em: 02 out. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O DESAFIO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO: UMA PESQUISA EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. **A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/1008/Arquivo%2030.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de execução penal** .1. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: <https://acljur.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Curso-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Penal-Guilherme-de-Souza-Nucci-2018.pdf>. Acesso em 20 set. 2022.

OLIVEIRA, Dagmar Braga de. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE**. X – Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão, 2018. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/7/Consideracoes\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_educacao\\_e\\_a\\_formacao\\_do\\_sujeito.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/7/Consideracoes_sobre_o_conceito_de_educacao_e_a_formacao_do_sujeito.pdf). Acesso em 02 abr. 2023.

SEAP. Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. **Ações Ressocializadoras**. 2019. Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/pt-br/projetosressocializadores>. Acesso em 19 mar. 2023.

SEJUS. Secretaria da Justiça. **Tratamento Penal**. Saúde Prisional. 2023. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/saude-prisional>. Acesso em 19 mar. 2023.



## Responsabilidade Civil por vício oculto na venda de veículos usados<sup>1</sup>

Liability for hidden defects in the sale of used vehicles

Mário Herbert Souza da Silva

Prof. Me. Dênis Márcio Jesus Oliveira<sup>2</sup>

Submetido em: 10/04/2023

Aprovado em: 11/04/2023

Publicado em: 12/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.516

### RESUMO

Com o avanço das modalidades negociais nos tempos atuais, plataformas e aplicativos têm dinamizado os negócios, cabendo aos operadores do direito o acompanhamento das demandas sociais no sentido de garantir a segurança jurídica nessas relações. Os contratos de compra e venda de veículos usados por particulares se mostram como importante vetor de comércio, por essa razão é necessário averiguar qual arcabouço jurídico tutelar esse negócio específico. Portanto, o presente trabalho analisa as possibilidades de aplicação do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.

**Palavras-chave:** Contrato de compra e venda. Responsabilidade Civil. Vício redibitório.

### ABSTRACT

With the advancement of business modalities in current times, platforms and applications have streamlined business. It is up to legal operators to monitor social demands in order to guarantee legal security in these relationships. Contracts for the purchase and sale of used vehicles by private individuals are an important vector of trade, therefore requiring an investigation of the legal framework that will protect this specific business. This work, therefore, analyzes the possibilities of application of the Consumer Defense Code and the Civil Code.

**Keywords:** Purchase and sale contract. Civil responsibility. Redibitory defect.

## 1 INTRODUÇÃO

O contrato de compra e venda figura como um dos maiores instrumentos de circulação de riquezas existentes em nossa sociedade, além de se caracterizar como contrato difuso, cuja aplicação se estende aos diversos ramos do Direito, tais como o Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Administrativo, entre outros.

Essa sociedade é fruto de transformações nas relações sociais, além de constituir fator gerador dessas mudanças. Com a evolução das atividades comerciais, relações de consumo e circulação de bens, um novo desafio dinâmico se apresenta para o Direito contemporâneo no sentido de acompanhar tais demandas, com o objetivo de garantir segurança jurídica aos negócios, ao passo que busca construir ferramentas para correção de possíveis desequilíbrios entre as partes contratantes.

Dessa forma, este trabalho tem o intuito de fazer uma análise da responsabilidade civil no contrato de compra e venda de veículos usados, modalidade de transação que ganhou espaço no mercado mediante a comercialização por plataformas digitais e aplicativos de negócios entre particulares.

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador(a): Prof. Me. Dênis Márcio Jesus Oliveira

<sup>2</sup> Orientador



Diante disso, far-se-á uma breve apresentação da teoria do contrato de compra e venda, seguida da conceituação de responsabilidade civil no ordenamento jurídico e sua aplicação no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, ultimando, por fim, uma análise sobre os vícios ocultos na referida espécie de contrato, quando o objeto for um veículo usado e quando os contratantes são particulares, com o objetivo de verificar qual corpo normativo pode/deve ser utilizado para a resolução do problema.

## 1.1 METODOLOGIA

O método bibliográfico exploratório e a análise hipotético-dedutiva norteiam o presente trabalho, consubstanciado numa revisão bibliográfica sobre o tema proposto, valendo-se de legislações específicas, periódicos acadêmicos, análise de jurisprudência e artigos científicos publicados em meio virtual com acesso gratuito.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Denomina-se *compra e venda* o contrato bilateral pelo qual uma das partes (vendedor) se obriga a transferir o domínio de uma coisa à outra (comprador), mediante a contraprestação de certo preço em dinheiro (GONÇALVES, 2010).

O contrato de compra e venda não se submete à forma especial, salvo disposição em contrário, podendo ser celebrado de forma escrita ou verbal, pública ou particular. O art. 108 do Código Civil (2002), entretanto, dispõe acerca da necessidade da escritura pública quando o negócio jurídico tiver como objetivo bens imóveis de valor superior a trinta salários-mínimos, obrigatoriedade essa também presente sobre os negócios envolvendo aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, independentemente do valor, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 5.709/71.

De outro lado, vale ressaltar a existência de hipóteses em que a lei confere eficácia de escritura pública a determinados instrumentos particulares, como é o caso da norma constante no § 5º do art. 60 da Lei nº 4.380/64.

No tocante a classificação, o contrato de compra e venda é um contrato oneroso, translativo, bilateral e geralmente comutativo. Oneroso, pois ambas as partes auferem vantagem econômica. Translativo, em razão de ser um instrumento para a transferência e aquisição da propriedade. É bilateral ou sinalagmático, posto que as partes assumem respectivamente obrigações. E, via de regra, um contrato comutativo, pois as partes conhecem previamente o conteúdo de sua prestação (CASSETARI, 2011).

O contrato de compra e venda é constituído por três elementos: coisa, preço e consentimento. O primeiro deve ser suscetível de apreciação econômica, determinada ou determinável e de existência atual ou futura.

A compra e venda tem por objeto, suscetível da translatividade do domínio (efeitos do art. 481), coisa atual, ou seja, existente ou de existência potencial dizendo respeito à coisa futura, sejam elas corpóreas ou incorpóreas. Neste último caso, o negócio jurídico ficará sem efeito, não vindo a existir a coisa, ressalvada a hipótese de o contrato ser aleatório, nos termos do Art. 458 do CC e artigos subsequentes.

2

No que se refere ao preço, este deve ser fixado em dinheiro, caso contrário não se perfaz o negócio como uma compra e venda. Ademais, o preço deve ser certo, real e verdadeiro.

Por fim, o consentimento, que nada mais é que o acordo entre as partes sobre o objeto e o preço, consoante dispõe o art. 482 do CC, que preceitua que a “compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço”.

Nesse sentido, o contrato de compra e venda é meramente consensual, pois a transmissão do domínio ou da propriedade depende de modos específicos, dele decorrentes, porém autônomos (registro do título para



os bens imóveis – art. 1.245; tradição para os bens móveis – art. 1.267, ambos do Código Civil).

O ordenamento brasileiro acolheu o sistema romano, segundo o qual *traditionibus non nudis pactis dominia rerum transferuntur*. Afastou-se, contudo, do sistema francês, em que o mero consentimento, externado no negócio de compra e venda, transfere o domínio do alienante ao adquirente (ALMEIDA, 2018).

## 2.2 PRINCÍPIOS NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Para melhor compreensão do direito contratual, necessário se faz apresentar o arcabouço principiológico que o rege, conforme preleciona Rodrigues (2004), para o qual os princípios alicerçam a vida social preservando sua essência de afetações de particulares, com o objetivo de conservar a própria estrutura social.

Assim, destacam-se os seguintes princípios: da Dignidade da Pessoa Humana, da Autonomia da Vontade ou do Consensualismo, da Força Obrigatória do Contrato, da Relatividade Subjetiva dos Efeitos do Contrato, da Função Social do Contrato, da Boa-Fé Objetiva e o da Equivalência Material.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, incluído no texto constitucional, é, por si e por sua concretização, um instituto basilar do direito privado. Enquanto fundamento angular da ordem jurídica constitucional, ele é também do direito público. Enquanto garantia fundamental, impõe ressignificação de alguns dogmas civilísticos, em especial: a autonomia, os bens, o patrimônio, a pessoa e a propriedade. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010).

Lemisz (2010), sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, afirma existir uma grande dificuldade de se teorizar um conceito jurídico a respeito, posto que sua definição e delimitação são amplas, uma vez que engloba diversas concepções e significados, bem como o seu sentido tem construção atrelada ao desenvolvimento da axiologia do homem ao longo da história.

O Princípio do Consensualismo ou da Autonomia da Vontade versa sobre a ampla liberdade que as partes têm de contratar ou não, de estabelecer as cláusulas que estarão presentes, de definir o objeto do contrato, ou seja, como, o que, quando e com quem contratar, podendo ir além do que prevê o Código Civil, desde que as disposições legais sejam respeitadas.

Em outras palavras, autonomia da vontade se apresenta sob duas formas distintas: liberdade de contratar e de liberdade contratual (WALD, 2010). Vale ressaltar, contudo, a lição de Lorenzetti (1998), que preleciona que a ordem jurídica atual não deixou em mãos dos particulares a faculdade de criar ordenamentos contratuais, equiparáveis ao jurídico, sem qualquer intervenção.

O princípio da Força Obrigatória dos Contratos – também chamado de *Pacta Sunt Servanda*, Princípio da Força Vinculante dos Contratos, Princípio da Intangibilidade dos Contratos ou Princípio da Obrigatoriedade das Convenções – encontra seu fundamento de existência na vontade que gera os contratos (MARQUES, 2004). Malgrado não estar positivado no ordenamento jurídico brasileiro, o vínculo que une os contratantes, é tutelado pelo ordenamento em razão de ser considerado um princípio geral do Direito, de caráter universal transcendente, devido à estipulação válida de seu conteúdo, estabelecendo direitos e obrigações das partes, resultando, assim, em um acordo vinculante.

3

O Princípio da Relatividade Subjetiva dos efeitos do contrato, por sua vez, estabelece que a obrigação assumida pelos contratantes, só a estes vinculam, não afetando os demais, isto é, os terceiros (RODRIGUES, 2004).

O Código Civil de 2002 traz o Princípio da Função Social em seu art. 421: “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.”. Ou seja, tal princípio irriga e direciona os contratos para que eles sejam socialmente justos, em seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais,

balizando a liberdade contratual e os respectivos reflexos causados na sociedade e não apenas nas relações entre as partes que fazem parte do contrato estipulado (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010).

No mesmo sentido, o Princípio da Boa-fé Objetiva, passa a fazer parte integrante da figura contratual. O art. 422 do CC determina aos contratantes a obrigação de guardar, assim na conclusão do contrato como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé objetiva. Portanto, as partes têm o dever de guardar a lealdade e o respeito, o dever jurídico principal, qual seja a prestação de dar, fazer ou não fazer, bem como os deveres secundários de lealdade e confiança, assistência, informação, confidencialidade ou sigilo.

O Princípio da Equivalência Material busca preservar o equilíbrio do contrato, entre as obrigações e os direitos, desde a negociação até a execução, para que possa haver uma harmonia entre os interesses das partes. O aspecto subjetivo de tal princípio diz respeito à identificação do poder contratual dominante das partes e da presunção legal de vulnerabilidade. A lei presume que são juridicamente vulneráveis os aderentes aos contratos de adesão, os inquilinos, os consumidores e os trabalhadores.

Essa presunção é absoluta, pois não pode ser afastada pela apreciação do caso concreto. No aspecto objetivo verifica o real desequilíbrio de direitos e deveres contratuais, tanto presentes na celebração do contrato como na eventual aparição de circunstâncias supervenientes que levem à onerosidade excessiva para uma das partes (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010).

### 2.3 RESPONSABILIDADE CIVIL E VÍCIOS REDIBITÓRIOS

Outra conceituação necessária a ser feita previamente neste trabalho é sobre a responsabilidade civil. Entendida enquanto a obrigação que alguém tem de assumir as consequências jurídicas de sua atividade, aceitação que traz no seu bojo uma obrigação derivada, ou seja, um dever jurídico sucessivo, qual seja a “proibição de ofender”, isto é, a ideia de que não se deve lesar ninguém, em virtude do limite objetivo da liberdade individual em uma sociedade civilizada (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015).

A princípio a responsabilidade decorre da prática de ato ilícito, de uma violação da ordem jurídica, gerando um desequilíbrio social, contudo existe a possibilidade de a responsabilidade civil decorrer, também de uma imposição legal, seja em atividades lícitas, seja em função do risco da atividade exercida, tendo a natureza jurídica da responsabilidade um caráter sancionador, independentemente de se materializar como pena, indenização ou compensação pecuniária (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015).

No Brasil vige a regra dual de responsabilidade civil, em que se tem a responsabilidade subjetiva, regra inquestionável do sistema anterior ao código atual, coexistindo com a responsabilidade objetiva, em função da atividade de risco desenvolvida pelo autor do dano, *ex vi* do disposto no art. 927, parágrafo único do CC. Todas essas considerações iniciais surgem em decorrência de violação ao preceito fundamental do *neminem laedere*, ou seja, de que ninguém deve ser lesado pela conduta alheia (ALMEIDA, 2018).

Feita essas considerações, passa-se à conceituação dos vícios redibitórios e suas consequências. Estes dizem respeito aos defeitos ocultos em coisas que foram recebidas por via de contratos bilaterais, comutativos ou por meio de doações onerosas. Tais irregularidades se denominam como impróprias ao uso que se destina, ou até podem acarretar a diminuição do valor estabelecido em contrato.

4

Carlos Roberto Gonçalves (2011) procura explicar os vícios redibitórios por meio da teoria do inadimplemento contratual, fundamentado na ideia a partir da qual a responsabilidade pelos vícios redibitórios está ancorada no Princípio da Garantia, que aduz que: “Todo alienante deve assegurar, ao adquirente a título oneroso, o uso da coisa por ele adquirida e para os fins a que é destinada”.

Venoza (2013), por sua vez, afirma que tal ideia decorre dos Princípios da Boa-fé e da *exceptio non*



*adimpleti contractus*, e por consecução lógica, a garantia elementar é no sentido que o próprio alienante não venha a turbar a posse e o uso manso e pacífico da coisa pelo adquirente.

Ao se referir ao instituto dos vícios redibitórios, se destacam os arts. 441 e 442 do Código Civil, que, como já exposto anteriormente, são fundamentados a partir do princípio da garantia. Dispõem ser possível enjeitar a coisa do contrato comutativo devidos aos vícios ou defeitos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor; ou dá a possibilidade ao adquirente em ficar com a coisa, negociando o abatimento do valor pago anteriormente com o alienante. Assim, restando duas alternativas de ações possíveis: Uma ação redibitória para que se possa rejeitar a coisa, ou seja, fazer a devolução do bem; ou a ação *quantum minoris* ou estimatória, para que se verifique o abatimento do valor pago.

O art. 443 diz que o alienante restituirá o valor recebido, se desconhecia o vício, e, se este era de seu conhecimento, terá o adquirente direito à reparação de perdas e danos, além da restituição do valor pago.

O art. 444 do Código Civil diz que “A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição”. A ignorância de tais vícios pelo alienante não o exime da responsabilidade, devendo restituir “o valor recebido, mais as despesas do contrato”.

A expressão “vende-se no estado em que se encontra”, comum em anúncios de venda de veículos usados, tem a intenção de servir de alerta aos interessados de que não se acham eles em perfeito estado, não cabendo, por isso, nenhuma reclamação posterior.

O alienante é, de pleno direito, garante dos vícios redibitórios e cumpre-lhe fazer boa o objeto da venda. Ao transferir ao adquirente coisa de qualquer espécie, por contrato comutativo, tem o dever de garantir a sua posse útil, equivalente do preço recebido. O inadimplemento contratual decorre, portanto, de infração ao dever legal inerente a contratação (GONÇALVES, 2017).

Vícios redibitórios são, portanto, defeitos ocultos existentes na coisa vendida, objeto de contrato comutativo, que a tornam imprópria ao uso a que se destina ou lhe diminuem sensivelmente o valor, de tal modo que o ato negocial não se realizaria caso fossem conhecidos, dando ao comprador ação para redibir o contrato ou para obter abatimento no preço (GONÇALVES, 2017).

Para que se configure o vício redibitório é ainda imprescindível que a coisa seja recebida em virtude de relação contratual, que o defeito seja grave e contemporâneo à celebração do contrato; defeito de pequena monta ou superveniente à realização do negócio não afeta o princípio da garantia, segundo pacífico entendimento doutrinário (FILHO, 2019).

## **2.4 A (IN)APLICABILIDADE DO CDC NO CASO DE VICÍO OCULTO EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO USADO ENTRE PARTICULARES**

Feitas essas considerações iniciais, passar-se-á análise da aplicabilidade ou não do Código de Defesa do Consumidor – CDC no referido contrato de compra e venda de veículo entre particulares.

5

Preliminarmente, patente definir o conceito de relação de consumo, relação jurídica entre consumidor e fornecedor, aplicável ao CDC. O código conceitua consumidor como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, sendo a parte vulnerável da relação de consumo e, por isso, merece total proteção do ordenamento.

Fornecedor é o responsável pelo ciclo de produção, desde o desenvolvimento da atividade de produção e montagem até a distribuição ou comercialização do produto ou prestação do serviço (CDC, 1990).

A questão da vulnerabilidade se refere aos conhecimentos técnicos os quais o consumidor não possui



em relação ao produto ou o serviço adquirido. A hipossuficiência não se confunde com a vulnerabilidade, a primeira é em relação à parte financeira, técnica ou jurídica, já a segunda se refere ao consumidor que está em desvantagem, vulnerável na relação, ou seja, é a parte mais fraca e deve ser protegido.

A doutrina adiciona ao conceito de fornecedor o caráter de habitualidade. O fornecedor, portanto, realiza uma atividade civil ou mercantil, oferecendo produtos ou serviços para a comunidade e tal oferta deverá ser habitual, pois, em não o sendo, se configura uma relação civil ou comercial (SIMÃO, 2003).

Diante do exposto, fica evidente que em um contrato de compra e venda de veículo usado estabelecido entre particulares não se configura uma relação de consumo, tendo em vista que o alienante não se configura como fornecedor, conforme inteligência doutrinária e legal.

No caso em tela, a priori, inexistente a habitualidade na prestação do serviço ou comercialização do veículo, bem como diante do adquirente não se conforma a ideia de vulnerabilidade deste em relação ao alienante, visto que ambos ocupam a mesma posição para o direito, qual seja, de contratantes de um negócio civil.

Por consequência, eventual vício no objeto do referido contrato não chama para si a incidência do CDC e suas garantias em face ao fornecedor.

Nesse sentido, a jurisprudência é farta:

*APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – Compra e venda de veículo usado entre particulares – Alegado vício no motor do automóvel adquirido do réu – Pretensão de ressarcimento de valor gasto com conserto – Sentença de improcedência – Existência de relação civil entre as partes – Ausência de garantia contratual – Verificação da regularidade e condições do bem que compete ao adquirente – Perito que asseverou que os componentes e sintomas apresentados pelo veículo do autor cf. orçamentos analisados eram de fácil detecção se o bem fosse inspecionado por profissional qualificado e realizado teste de percurso em momento anterior à concretização da compra – Ausência de comprovação da pré-existência do vício e do alegado conhecimento do problema pelo requerido – Ônus do autor – Inteligência do art. 373, I, do CPC – Responsabilidade pelo pagamento do conserto do motor que não pode ser atribuída ao alienante – Manutenção da decisão que se impõe – Honorários advocatícios recursais – Negado provimento.*

(Apelação Civil nº: 035558-08.2010.8.26.0576. Comarca: São Paulo. 28ª Câmara de Direito Privado. Relator Celso Pimentel. Julgado em: 06/12/2016)

**COMPRA E VENDA VERBAL DE AUTOMÓVEL USADO – NEGÓCIO ENTRE PARTICULARES - CONSTATAÇÃO DE DEFEITOS APÓS A VENDA - VEÍCULO ADQUIRIDO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, SEM GARANTIA - AUSÊNCIA DE CONDUTA CULPOSA, OU MÁ-FÉ, QUE POSSA SER ATRIBUÍDA AO VENDEDOR – ADQUIRENTE QUE DEIXOU DE TOMAR AS CAUTELAS USUAIS NO MOMENTO DA COMPRA – RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO, PREJUDICADO O DA REQUERIDA.**

(Apelação Civil nº: 1002346-62.2018.8.26.0005. Comarca: São José do Rio Preto. 25ª Câmara de Direito Privado. Relator (a): Hugo Crepaldi, julgado em 04/03/2021)

Situação diferente se refere à compra de veículos por particulares em concessionárias, posto que nessa formação de relação jurídica existe a habitualidade na prestação do serviço e alienação de coisa, bem como especialidade, e se configuraria a vulnerabilidade do adquirente perante o alienante, portanto subjaz uma relação de consumo, perfazendo requisito para a aplicação da legislação consumerista, conforme jurisprudência a seguir:

6

**CONSUMIDOR. VÍCIO OCULTO. AUTOMÓVEL USADO (AUDI A3 2004). DEFEITO NO ESTÁGIO DE POTÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. COMPLEXIDADE AFASTADA. I. Automóvel Audi A3/2004 adquirido em concessionária da marca e que, com menos de 60 dias de uso, vem a apresentar defeito no componente denominado estágio de potência, que é relativo ao gerenciamento eletrônico do motor. II. Matéria de fato suficientemente elucidada pela prova, sendo desnecessária perícia formal. Complexidade afastada. II. Legitimidade ativa do autor, que suportou o prejuízo decorrente da**

reparação e é o usuário do veículo, não afastada pelo fato de o carro ter sido registrado em nome de sua empresa de advocacia. IV. Legitimidade passiva da comerciante para responder pelo vício do produto, na forma do art. 18 do CDC, descabendo cogitar de fato do produto e, pois, de responsabilidade exclusiva da fabricante, nos termos do art. 12 do mesmo Código. V. Hipótese em que a garantia legal do produto impõe à comerciante o dever de ressarcir o consumidor pelo reparo efetuado, já que se trata de componente essencial, cuja característica não é de desgaste normal pelo uso. Componente eletrônico com vida útil indeterminada, podendo perfeitamente coincidir com a do próprio veículo. Vício oculto caracterizado. Sentença confirmada pelos próprios fundamentos. Recurso desprovido. Unânime. (Recurso Cível Nº 71001642065, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 19/06/2008).

Diante do exposto, evidencia-se, assim, a impossibilidade de aplicação do CDC na relação jurídica objeto do presente trabalho, tendo em vista que não se amolda aos conceitos principais que tal regramento se dirige, restando, portanto, a aplicação da legislação civilista.

## CONCLUSÕES

Por tudo o exposto, fica evidenciado que a relação existente entre particulares, que entre si celebram contrato de compra e venda de veículos usados, não se configura, a princípio, uma relação de consumo, o que afasta a incidência do Código de Defesa do Consumidor em casos de responsabilidade civil por vício oculto na coisa objeto do contrato.

Tal afastamento se dá pela observação de que os participantes do referido negócio jurídico não se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor, insculpidos na doutrina e na jurisprudência, resolvendo-se, por consequência, as demandas, fruto de eventual vício oculto na seara comercial ou civilista abarcada no Código Civil.

Salienta-se, por fim e por oportuno, que o tema em si é pouco explorado na doutrina pátria. Muito embora, conforme dito anteriormente, as mudanças sociais na velocidade que se apresenta atualmente, aliada aos avanços tecnológicos e transformações nas relações virtuais de consumo, podem, futuramente, trazer a necessidade de que a doutrina e o legislador se debruçem com mais afinco sobre casos similares, com o intuito de se preservar a segurança jurídica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Cardoso de Sá Werneck. **Análise do instituto da evicção no ordenamento jurídico brasileiro e o contrato de compra e venda**. Disponível em: [https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/1911/4/CARLA%20MARIA%20CARDOSO%20DE%20SA%20WERNECK%20DE%20ALMEIDA\\_Trabalho.pdf](https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/1911/4/CARLA%20MARIA%20CARDOSO%20DE%20SA%20WERNECK%20DE%20ALMEIDA_Trabalho.pdf). Acesso em 04 de março de 2023.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm). Acesso em: 02 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil e da outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>: Acesso em: 03 de abril de 2023.

7

BRASIL. **Lei nº 5.709/71 de 07 de outubro de 1971**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5709.htm). Acesso em 03 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.380 de 21 de agosto de 1964**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14380.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14380.htm). Acesso em 05 de abril de 2023



DENSA Roberta, **Direito do Consumidor.** 3ª ed. Ed. Atlas. 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Código civil anotado.** 17ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

FERNANDO SIMÃO, José. **Vícios do Produto no Novo Código Civil e no Código de Defesa do consumidor, Responsabilidade civil.** Editora Atlas. 2003

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** São Paulo. 6. ed. Saraiva, 2010, v. 4.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil. Responsabilidade civil.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

LEMISZ, Ivone Ballao. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.** Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5649/O-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 30 de março de 2023.

LORENZETTI, Ricardo L. **Fundamentos do Direito Privado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARQUES, Cláudia Lima apud GOMES, Sidney Campos. **Algumas restrições ao princípio da força obrigatória dos contratos no compromisso de compra e venda de imóvel.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/566/algumas-restricoes-ao-principio-da-forca-obrigatoria-dos-contratos-no-compromisso-de-compra-e-venda-de-imovel>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

MARQUESI, Roberto Wagner. **Os princípios do contrato na nova ordem civil.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5996/os-principios-do-contrato-na-nova-ordem-civil>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

RODRIGUES, Silvio. **Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade.** São Paulo. 30. Ed. Saraiva, 2004.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos.** 13º Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WALD, Arnaldo. **Direito Civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos.** 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



A “Uberização” do Trabalho sob a Análise da PI N° 1471/22<sup>1</sup>  
The Uberization of Work under the Analysis of Bill No. 1471/22

Kaic Oliveira de Macedo  
[kaicmacedodr@gmail.com](mailto:kaicmacedodr@gmail.com)  
Solange Barreto Chaves<sup>2</sup>

Submetido em: 14/04/2023  
Aprovado em: 15/04/2023  
Publicado em: 16/05/2023  
DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.518

## RESUMO

O TCC abordará o Direito do Trabalho na era da Uberização, incluindo aspectos gerais e a relação entre Trabalho e Emprego. Também será discutido o impacto do Neoliberalismo e dos aplicativos de intermediação no “trabalho sob demanda” e a posição judiciária em relação à configuração da relação empregada na Uberização. A possibilidade de regulamentação através do PL n° 1471/22 também será observada.

Palavras-chave: uberização. Direito do Trabalho. PL n. 1471/22

## ABSTRACT

This dissertation will address Labor Law in the era of Uberization, including general aspects and the relationship between Work and Employment. The impact of Neoliberalism and intermediary applications on “on-demand work” will also be discussed, along with the judicial position regarding the configuration of the employment relationship in Uberization. The possibility of regulation through Bill No. 1471/22 will also be observed.

**Keywords:** Uberization, Labor Law, Bill No. 1471/22

## 1.INTRODUÇÃO

O direito do trabalho é uma área do direito que tem como objetivo regular as relações entre empregadores e empregados. Nesse contexto, é fundamental compreender a diferença entre relação de trabalho e relação de emprego, bem como os aspectos gerais do direito do trabalho. No entanto, com a chegada do neoliberalismo e da uberização do trabalho, que se caracterizam pela utilização de aplicativos de intermediação e trabalho “on-demand”, houve uma mudança na organização do trabalho, o que tem gerado discussões sobre a configuração da relação empregatícia nesse contexto. Diante dessa realidade social, muitos questionamentos surgem sobre a posição judiciária e a necessidade de uma lei regulamentadora, como o PL n° 1471/22, para garantir direitos e proteção aos trabalhadores da era da uberização.

Neste contexto, é importante analisar como a uberização do trabalho tem afetado a configuração da relação empregatícia. Com a utilização de aplicativos de intermediação, muitas empresas argumentam que não são empregadoras, mas apenas prestadoras de serviço, o que tem levantado diversas questões sobre a caracterização da relação de trabalho. Alguns especialistas defendem que esse tipo de trabalho deve ser caracterizado como relação de emprego, já que apresenta diversos elementos que configuram uma subordinação, como controle da jornada de trabalho e fixação de metas.

1

Diante desse cenário, muitas ações judiciais têm sido movidas por trabalhadores que buscam o reconhecimento da relação de emprego, com o objetivo de garantir direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro salário e FGTS. A posição judicial, no entanto, ainda é controversa em relação a esse tema. Algumas

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

<sup>2</sup> Orientadora



decisões têm reconhecido a relação de emprego, enquanto outras têm considerado que se trata apenas de uma relação de prestação de serviços.

Nesse contexto, há uma discussão crescente sobre a necessidade de uma lei regulamentadora para essa nova forma de trabalho. A PL nº 1471/22, por exemplo, propõe a criação de um regime jurídico específico para os trabalhadores que atuam em plataformas digitais, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários, além de estabelecer regras para a fiscalização e regulação dessas empresas. Essa seria uma maneira de proteger os trabalhadores em uma realidade social que tem se mostrado desafiadora para o direito do trabalho.

## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO

O Direito do Trabalho é o ramo da ciência jurídica que regula o relacionamento entre empregadores e empregados. Considerada uma área complexa que regula todas as questões relacionadas com contratos de trabalho, remuneração, horário de trabalho, direitos e obrigações dos trabalhadores, condições de trabalho seguras, saúde e segurança no trabalho, entre outras.

O Direito do Trabalho também regula a proteção às trabalhadoras grávidas, a discriminação e assédio no local de trabalho, os direitos trabalhistas dos trabalhadores em situação de desemprego, licenças remuneradas e não remuneradas, direitos adquiridos, horas extras, acordos coletivos e sindicais, entre outros.

O objetivo do Direito do Trabalho é assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, garantindo-lhes condições justas e dignas de trabalho. As regras do Direito do Trabalho abrangem todos os aspectos da relação de trabalho, desde a contratação até a rescisão, incluindo direitos e deveres, condições de trabalho, pagamento, férias, jornada de trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras questões relacionadas.

O Direito do Trabalho é fundamental para assegurar os direitos dos trabalhadores e garantir que eles possam desenvolver suas atividades em condições justas e dignas.

No tocante à Uberização do Trabalho, este é um termo utilizado para descrever o aumento da informalidade no emprego, que geralmente consiste em empregos com pouco ou nenhum direito trabalhista ou proteção social. Refere-se ao uso cada vez maior de contratos ou relações de trabalho por meio de aplicativos digitais, permitindo que as empresas reduzam os custos de mão de obra e possam contratar trabalhadores de forma mais flexível. Sobre isso, destaca (Pingle e Sharma, 2019, p. 2):

“A Economia de Gigs, em conjunto com a ampla adoção de tecnologia digital, está mudando fundamentalmente como os trabalhadores são contratados e tratados, levando à fragmentação, desestabilização e precarização das relações trabalhistas

A Uberização do trabalho está relacionada ao surgimento de serviços que são realizados de forma fragmentada, precarizada e desregulada. Nesta modalidade de trabalho, a relação entre empregador e empregado é muito mais flexível, pois ao contrário do que acontece nas relações de trabalho tradicionais, não existe contrato de trabalho formalizado entre os envolvidos.

2

Além disso, esses serviços são prestados por trabalhadores autônomos, que não possuem vínculo empregatício com a empresa contratante. Esses trabalhadores não recebem os mesmos direitos trabalhistas dos empregados tradicionais, como a estabilidade, férias, FGTS, entre outros.

O uso da Uberização do trabalho tem gerado muitas discussões, pois muitos argumentam que ela é uma forma de precarização dos direitos dos trabalhadores, uma vez que eles não recebem os mesmos direitos trabalhistas dos empregados tradicionais. Entretanto, outros defendem que ela pode ser uma forma de ampliar

a oferta de trabalho para aqueles que não possuem vínculo empregatício e que ela pode ser benéfica para a economia. Nesse sentido, completa Delgado (2019, p. 5):

O Direito do Trabalho é o conjunto normativo que regula as relações empregatícias, organizando e tutelando, de forma coerente e harmônica, a realidade social de trabalho entre o empregador e o empregado

O Direito do Trabalho é um ramo do Direito que regula a relação existente entre o empregador e o empregado, buscando garantir o equilíbrio e a efetiva proteção dos direitos de cada um. É um ramo do Direito Público, por ser de interesse da sociedade e por regulamentar as relações de trabalho, tendo em vista o bem-estar social.

O Direito do Trabalho se destina a regular todas as relações existentes entre empregador e empregado, abarcando desde a contratação, passando pelas condições de trabalho, horários, salário, pagamento de impostos, direitos de segurança e saúde, até a rescisão do contrato.

O Direito do Trabalho é baseado no princípio da igualdade entre as partes, na tutela do trabalhador e na proteção do patrimônio do empregador. Além disso, o Direito do Trabalho tem como objetivo proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, bem como garantir o cumprimento das leis trabalhistas e a conformidade com os padrões de qualidade e de eficiência.

“A uberização não só precariza ainda mais o trabalho, como trata os seus possuidores como mero insumos descartáveis de uma lógica de negócio sem compromisso com a vida” (SOUZA, 2019, p. 61).

A Uberização do Trabalho significa a substituição dos modelos de contratação tradicionais por relações de trabalho com maior flexibilidade e menos vínculo entre empregador e trabalhador. Esta tendência tem se tornado cada vez mais popular com o surgimento de novas plataformas digitais, como o Uber, que permitem que empresas contratem trabalhadores temporários para cumprir tarefas específicas sem a necessidade de serem formalmente contratados.

A Uberização do Trabalho pode ter vários impactos sobre a relação entre empregador e empregado. Por um lado, ela oferece menor proteção dos interesses dos trabalhadores, pois não há nenhuma garantia de direitos trabalhistas ou outras proteções, como salário-mínimo, jornada de trabalho, férias, etc. Por outro lado, esta forma de contratação pode oferecer maior previsibilidade para as empresas, pois elas não precisam se preocupar com as obrigações de contratação que normalmente acompanham os modelos de contrato mais tradicionais.

No entanto, é importante notar que o modelo de Uberização do Trabalho não é a única forma de contratação disponível, existem outras formas de contratação flexíveis que oferecem maior proteção aos trabalhadores, como o trabalho autônomo, que pode oferecer direitos trabalhistas e outras proteções. Assim, as empresas devem considerar as diversas opções de trabalho de acordo com o modelo de contratação que melhor se adequa aos seus interesses.

No que se refere aos aspectos gerais do direito do trabalho, podemos destacar alguns dos principais direitos garantidos aos trabalhadores pelo Estado, como: direito ao salário justo, direito à jornada de trabalho, direito à proteção contra assédio e discriminação no ambiente de trabalho, direito à segurança no trabalho, direito às férias remuneradas, entre outros. Além disso, o direito do trabalho também prevê o direito à negociação coletiva e à participação em sindicatos.

## 2.2 RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO

A relação de trabalho é um contrato em que o empregador e o empregado acordam o preço, o termo de duração, o local e outros aspectos relacionados ao trabalho. É o contrato que cria a obrigação e direitos entre o empregador e o empregado.

A relação de trabalho é aquela que tem como objetivo a prestação de serviços, sendo esta considerada

como um contrato de trabalho de curto prazo. Esta relação não gera nenhum tipo de vínculo empregatício entre o empregador e o empregado.

A relação de emprego, por sua vez, é aquela que possui características de estabilidade e que visa a continuidade dos serviços prestados. Esta relação gera vínculo empregatício entre o empregador e o empregado, o que significa que o empregado possui direitos trabalhistas garantidos por lei.

A relação de trabalho e relação de emprego é abordada em uma perspectiva ampla por Martinez (2019). Segundo o autor, a relação de emprego seria a relação jurídica que se estabelece entre o empregador e o empregado para o desempenho de serviço laboral remunerado, de forma regular e contínua, na modalidade de subordinação.

Por outro lado, toda e qualquer prestação de serviço de natureza não eventual, em que o empregado coloca a sua força de trabalho à disposição do empregador, com as remunerações correspondentes” (BARROS, 2018, p. 75). A relação de trabalho e relação de emprego são duas importantes formas de se estabelecer um vínculo de trabalho entre empregador e empregado. No atual cenário de transformações no mercado de trabalho, a relação de trabalho e emprego exigem adaptação e flexibilidade por parte das partes envolvidas. Ambos os modelos têm seu lugar e seu valor no mercado de trabalho, mas as leis e direitos trabalhistas devem ser respeitados e seguidos para garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores.

## 2.3 NEOLIBERALISMO E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO- UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O neoliberalismo é uma filosofia de governo que promove o livre mercado, um ambiente de negócios com pouca regulamentação, onde as forças de mercado determinam a oferta e a demanda. O neoliberalismo exalta os benefícios do mercado livre, a competição e a iniciativa privada.

O neoliberalismo é um conjunto de medidas econômicas adotadas no início dos anos 80, que visam à desregulamentação do mercado, à redução dos gastos públicos e à redução dos direitos trabalhistas. A uberização do trabalho é o processo de desregulamentação e precarização das relações de trabalho, que vem acompanhando esse movimento neoliberal.

Diversos escritores têm se posicionado diante desse fenômeno, destacando seus impactos sobre a sociedade. O filósofo francês Michel Foucault foi um dos principais críticos da lógica neoliberal, apontando como suas medidas acabam por excluir a população mais pobre e marginalizada. Ele argumentou que a lógica neoliberal, ao se concentrar na maximização do lucro e na eficiência, exclui pessoas que não são capazes de se beneficiar desses princípios.

Além disso, ele enfatizou que as visões de mundo que são promovidas pela lógica neoliberal reduzem a capacidade das pessoas de serem sujeitos de sua própria história e destino, pois as pessoas são forçadas a se adequarem a um determinado modelo econômico. Ele também criticou a lógica neoliberal pela desigualdade que ela cria e perpetua, pois as pessoas de baixa renda, aquelas que não se adequam às regras econômicas, são marginalizadas.

4 O economista francês Thomas Piketty, autor de “O Capital”, no Século XXI, também é uma importante voz crítica do neoliberalismo, destacando o aumento das desigualdades sociais e econômicas resultantes das políticas neoliberais. Ele argumenta que a concentração de renda e riqueza nas mãos de um pequeno grupo é fruto de um modelo econômico desequilibrado e desigual, que tende a aprofundar as desigualdades.

Para Piketty, a única forma de combater essa tendência é com políticas de redistribuição de renda, como o aumento de impostos sobre o capital para financiar investimentos em educação, saúde e infraestrutura. Além disso, ele defende a implementação de um salário-mínimo universal, que permitiria a todos os cidadãos desfrutarem de um padrão de vida decente.

O escritor estadunidense David Graeber aponta que a uberização do trabalho é parte de uma tendência mais ampla na direção da desumanização do trabalho, a qual vai na contramão dos ideais de liberdade e igualdade que foram defendidos durante o século XX. Segundo ele, a uberização é uma forma de reduzir os custos do trabalho, mas também tem como consequência a redução da autoridade dos trabalhadores, bem como a redução da qualidade do trabalho realizado.

Ele argumenta que a uberização cria uma economia de trabalho precário, com salários baixos e poucas ou nenhuma garantias de estabilidade no emprego. Além disso, ele argumenta que a uberização cria incentivos para o empreendedorismo individual em detrimento do trabalho coletivo, o que reduz o poder dos trabalhadores e aumenta a exploração dos trabalhadores.

O economista francês Guy Standing, autor do livro “O Precariado”: A nova classe de trabalhadores, também chama a atenção para os impactos da uberização do trabalho na vida das pessoas, destacando como ela acaba por gerar uma nova forma de precariedade e desigualdade na sociedade. Segundo ele, a uberização tem impactos diretos na perda de direitos trabalhistas, na redução dos salários, na precariedade dos contratos e na maior carga de trabalho, além de obrigar os trabalhadores a serem extremamente flexíveis para se adaptar às exigências do mercado.

Além disso, Standing argumenta que a uberização pode levar à criação de uma nova classe de trabalhadores, os precários, que são pessoas que não têm direitos trabalhistas, salários decentes ou qualquer forma de segurança social. Esta nova classe de trabalhadores está crescendo rapidamente, principalmente devido à expansão das plataformas de trabalho online, que permitem que as empresas contratem pessoas de forma mais fácil e barata, sem ter que cumprir as leis trabalhistas.

Por essas razões, Standing defende que é necessário criar mecanismos de proteção aos trabalhadores precários, que garantam a eles direitos trabalhistas básicos, como salários adequados, segurança social, acesso a benefícios, entre outros. Ele também acredita que é necessário criar formas de regulamentação para as plataformas digitais que permitam que os trabalhadores sejam devidamente remunerados e protegidos.

A uberização do trabalho se refere à tendência de empresas a substituir empregos regulares por empregos precários. Esta tendência tem se acentuado na última década, com a popularização do modelo de trabalho baseado em aplicativos, como o Uber.

Tiago Peixoto (2018), em seu livro “Neoliberalismo e Uberização do Trabalho: Desafios à Democracia”, argumenta que o neoliberalismo tem contribuído para a uberização do trabalho, ao reduzir a regulamentação do mercado de trabalho e ao incentivar a desregulamentação.

Peixoto (2018) afirma que a desregulamentação tem permitido que os empresários reduzam custos e obtenham lucros maiores, ao mesmo tempo em que precariza o trabalho dos empregados.

A “uberização” do trabalho é uma consequência da adoção do neoliberalismo. É o processo pelo qual muitas empresas estão se movendo de empregos permanentes para empregos temporários ou contínuos, em que os empregados não têm direitos trabalhistas e são pagos por hora. Esta mudança significa que os trabalhadores perdem direitos básicos, como seguro-desemprego, licença médica, jornadas de trabalho limitadas, licença-maternidade/paternidade, entre outros.

5

Essa nova organização de trabalho é um desafio para os trabalhadores, que precisam se adaptar às novas exigências e se esforçar para se manterem competitivos. Além disso, como os trabalhadores não têm direitos trabalhistas, eles precisam lidar com a instabilidade em seus empregos e a incerteza de serem demitidos a qualquer momento.

No entanto, a uberização do trabalho também traz alguns benefícios. Por exemplo, ela permite que os trabalhadores exerçam sua própria iniciativa, escolham seus horários e trabalhem em várias empresas ao



mesmo tempo. Além disso, os trabalhadores também têm maior flexibilidade e autonomia para trabalhar em suas próprias condições.

### 2.3.1 Trabalho “on-demand” e “uberização”

O trabalho “on-demand” e a “uberização” são termos usados para descrever o uso crescente de plataformas digitais para a contratação de trabalhadores. Essas plataformas permitem aos trabalhadores serem contratados de forma rápida e flexível, permitindo que eles sejam pagos por hora ou por tarefa concluída.

A “uberização” refere-se à tendência crescente de empresas usarem plataformas digitais para contratar trabalhadores. Estas plataformas permitem que as empresas contratem trabalhadores em tempo real, com base em suas necessidades e orçamento, e facilita aos trabalhadores a aceitação de tarefas de forma flexível. É uma forma de trabalho que permite aos trabalhadores ganhar dinheiro sem um vínculo permanente com uma única empresa, e oferece aos empregadores a possibilidade de contratar trabalhadores de forma rápida e econômica.

A Uberização dos Trabalhos tem sido tema de debate entre doutrinadores e juristas do Direito do Trabalho. Segundo o doutrinador Léo de Almeida, a Uberização dos Trabalhos é a tendência do mercado de trabalho em se adaptar às novas tecnologias, e as relações de trabalho são cada vez mais flexíveis. Estas relações, por sua vez, são adaptadas de acordo com as necessidades de cada trabalhador.

No entanto, os direitos trabalhistas ainda não acompanham esta mudança no mercado de trabalho. O direito do trabalho ainda não se adaptou às novas relações de trabalho e, em consequência, muitas vezes não protege adequadamente os trabalhadores. Por exemplo, os trabalhadores que trabalham como autônomos não têm direito a recesso remunerado, a contribuição previdenciária nem a seguro-desemprego, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade.

Assim, é necessário que o direito do trabalho se adapte às novas relações de trabalho, de forma a garantir que os trabalhadores não sejam colocados em desvantagem em relação aos seus empregadores. Uma forma de fazer isso seria estabelecer direitos específicos para os trabalhadores autônomos, de forma a protegê-los adequadamente.

O trabalho “on-demand” é uma forma de trabalho em que trabalhadores são contratados para completar tarefas específicas por um determinado período de tempo. Estas tarefas podem ser simples tarefas domésticas, como limpeza de casas, ou trabalhos mais complexos, como desenvolvimento de software. Esta forma de trabalho permite que os trabalhadores sejam pagos por hora ou por tarefa concluída, e oferece flexibilidade para que trabalhadores possam trabalhar em seu próprio ritmo.

O trabalho “on-demand” significa trabalho *freelance* que é realizado online, geralmente por meio de plataformas digitais. O professor de Direito do Trabalho Ives Gandra Martins Filho considera que o trabalho “on-demand” é um desafio para o direito trabalhista. Segundo ele, o trabalho “on-demand” tem alguns dos requisitos da relação empregatícia, tais como subordinação e onerosidade, mas não está sujeito às normas trabalhistas. Isso cria uma lacuna entre o trabalho “on-demand” e a legislação trabalhista, pois não há regulamentação para este tipo de trabalho.

6

Portanto, o professor Ives Gandra Martins Filho defende que o direito trabalhista deve ser aplicado ao trabalho “on-demand” para garantir que os trabalhadores sejam protegidos. Ele acredita que o direito trabalhista deve ser aplicado de forma abrangente e flexível para abranger todas as formas de trabalho, incluindo o trabalho “on-demand”. Isso permitiria que os trabalhadores desse setor recebessem os mesmos direitos e benefícios que os demais trabalhadores.

## 2.4 REALIDADE SOCIAL, POSIÇÃO JUDICIÁRIA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A uberização tem sido um tema muito discutido na sociedade atual devido ao seu impacto no mundo do trabalho e seus efeitos na dinâmica econômica e social. A palavra “uberização” vem do nome da empresa Uber, que transformou a forma como as pessoas usam o transporte por meio de um aplicativo que conecta motoristas independentes a potenciais clientes. Esse modelo de negócios inspirou outras empresas a adotarem a mesma abordagem e, com isso, surgiu uma nova forma de organização do trabalho.

A principal característica da uberização é a utilização de plataformas digitais para conectar prestadores de serviços independentes e consumidores finais, o que traz a flexibilidade de escolha para os usuários e também para os trabalhadores. No entanto, é importante considerar que a uberização pode trazer consequências negativas para a sociedade.

Um dos principais impactos da uberização na sociedade é a precarização do trabalho, uma vez que os trabalhadores independentes são responsáveis por garantir o acesso a direitos trabalhistas, muitas vezes sem proteção social ou salário-mínimo garantido. Essa ausência de uma regulamentação efetiva pode levar a uma exploração dos trabalhadores e uma crescente desigualdade social.

Além disso, a uberização pode impactar outros setores da economia, como o setor de comerciantes locais, uma vez que empresas de aplicativos internacionais podem oferecer produtos mais baratos e mais convenientes do que as lojas físicas, o que pode contribuir para a “uberização” da economia como um todo.

Em resumo, a uberização redefine a forma como as pessoas trabalham e consomem, mas é fundamental que sejam adotadas medidas para garantir condições justas de trabalho e proteção social para aqueles que realizam as atividades. Isso pode incluir esforços para regulamentar o setor, promover o diálogo entre empresas de aplicativos, trabalhadores e organizações sindicais e oportunidades para a formação de cooperativas e associações de trabalhadores. Somente assim, poderemos garantir uma economia justa e equitativa para todos.

A realidade social atual é marcada pela precarização do trabalho e pelo aumento da desigualdade social, que têm um impacto significativo na vida dos trabalhadores. A implementação de políticas neoliberais e a crescente utilização de plataformas de trabalho digital têm levado a uma maior incerteza e vulnerabilidade dos trabalhadores.

A precarização do trabalho é caracterizada pela falta de segurança, estabilidade e proteção social. Os trabalhadores muitas vezes são contratados de forma diferenciada, sem salário mínimo ou sem benefícios, como férias, 13º salário e jornada de trabalho regulamentada. Além disso, o aumento da terceirização e da informalidade tem contribuído para a diminuição dos direitos trabalhistas.

Aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores, a falta de proteção trabalhista é um problema que afeta muitos países ao redor do mundo. Os trabalhadores muitas vezes não têm acesso à segurança social, o que significa que, se ficarem doentes ou se lesionarem no trabalho, podem ficar sem assistência médica e financeira. Da mesma forma, em caso de demissão, eles nem sempre têm acesso à indenização ou um pacote decente de benefícios.

Em resumo, as condições de trabalho precárias e a falta de proteção social são temas urgentes que precisam ser endereçados para evitar uma crescente desigualdade social e exclusão econômica. É essencial que haja um trabalho conjunto entre governos, organizações trabalhistas e sindicatos para garantir que os trabalhadores não sejam deixados para trás ante as mudanças palpitantes na economia atual.

A posição judiciária a respeito dos trabalhadores de aplicativos é um tema bastante controverso em relação aos direitos trabalhistas. Há uma discussão em andamento sobre se esses trabalhadores devem ser classificados como autônomos ou como funcionários, uma vez que isso tem implicações significativas na forma como eles são tratados pela legislação trabalhista.

A questão da classificação dos trabalhadores se tornou especialmente importante com o crescimento do setor de plataforma digital. As empresas de aplicativos geralmente evitam classificar seus trabalhadores como empregados, argumentando que eles são autônomos independentes que trabalham “por conta própria”. Como resultado, esses trabalhadores muitas vezes não têm acesso a proteções trabalhistas, como salário-mínimo, férias remuneradas e assistência médica.

No entanto, há uma visão crítica à prática das empresas e que o Estado deve proteger estes trabalhadores, garantindo que eles tenham direito a proteção trabalhista adequada. Em alguns países, tribunais têm decidido que esses trabalhadores devem ser classificados como funcionários e não como autônomos, o que lhes dá acesso aos direitos trabalhistas básicos.

Assim, é evidente que existem controvérsias em relação aos direitos trabalhistas dos trabalhadores de plataforma digital. É crucial para o Estado, o Judiciário e as empresas de aplicativos que entrem num diálogo frutífero para regulamentar esta modalidade de trabalho, discutindo temas como a classificação adequada dos trabalhadores e proteção trabalhista adequada destes profissionais. Isso ajudará a garantir que os trabalhadores tenham acesso a direitos básicos e a realizar uma atividade de forma justa e segura.

Para enfrentar os desafios relacionados à precarização do trabalho de plataforma digital, é essencial discutir e implementar possíveis soluções que possam garantir a proteção social adequada dos trabalhadores envolvidos nesta modalidade de trabalho.

Uma das possíveis soluções seria a regulamentação das plataformas digitais, forçando-as a garantir melhores condições de trabalho para os seus colaboradores. Isso poderia incluir a exigência do cumprimento de leis trabalhistas e o pagamento de uma remuneração adequada, além de garantias de saúde e segurança no trabalho.

A inclusão dos trabalhadores de aplicativos na previdência social também seria uma solução importante, pois garantiria aos trabalhadores direitos básicos, como seguro-desemprego, licença médica remunerada e aposentadoria.

Outra medida seria o fomento à formação de cooperativas e associações de trabalhadores. Isso permitiria que os profissionais do setor de plataforma digital se unissem e tivessem mais poder de negociação, além de incentivar uma cultura de solidariedade voltada para a proteção dos direitos trabalhistas.

Por fim, um diálogo construtivo entre empresas de aplicativos, trabalhadores e organizações sindicais deve ser incentivado para que todos possam contribuir com ideias para ajudar a abordar esses desafios trabalhistas. A colaboração desses grupos seria fundamental para encontrar soluções que sejam viáveis e que resultem em melhores condições de trabalho para todos os envolvidos.

Portanto, é importante que todos trabalhem juntos na busca de soluções para garantir que os profissionais da plataforma digital tenham proteção trabalhista adequada e justiça social. A busca de diálogo e soluções inovadoras é o primeiro passo para uma transformação real do setor.

#### 2.4.1 Da (in) configuração da relação empregatícia na Uberização

8

A uberização das relações trabalhistas tem sido um tema muito discutido nos últimos anos. A transformação do mercado de trabalho, principalmente no setor de plataformas digitais, trouxe novos desafios quanto à configuração da relação empregatícia desses trabalhadores.

Na Uber, por exemplo, há uma dúvida na configuração da relação empregatícia de seus motoristas. A empresa defende a autonomia desses profissionais, rotulando-os como “parceiros”, ou seja, como se fossem autônomos. No entanto, muitos questionam se eles deveriam ser classificados como empregados, o que lhes

garantiria uma série de direitos trabalhistas, tais como garantias de férias, recesso, 13º salário, entre outros.

A principal preocupação é a precarização do trabalho, pois muitos desses profissionais trabalham em longas horas sem proteção trabalhista adequada, como a cobertura do seguro obrigatório de acidente de trabalho.

Entretanto, a situação é complexa e ainda não há uma solução clara para definir a relação empregatícia desses trabalhadores. O diálogo entre empresas de aplicativos, trabalhadores, organizações sindicais e governos é fundamental para encontrar soluções que possam garantir a proteção social adequada dos trabalhadores envolvidos nesta modalidade de trabalho.

A tecnologia pode ser uma aliada para melhorar a vida desses profissionais. Uma possível solução seria a criação de cooperativas e associações de trabalhadores, para que os trabalhadores possam se unir e oferecer serviços como um grupo. Com isto, os trabalhadores teriam maior poder de negociação, além de incentivar uma cultura de solidariedade voltada para a proteção dos direitos trabalhistas.

Além disso, a inclusão dos trabalhadores de aplicativos na previdência social seria uma solução importante, pois garantiria aos trabalhadores direitos básicos, como seguro-desemprego, licença médica remunerada e aposentadoria.

A relação entre os dois temas é que ambos se referem à precarização do trabalho na era da uberização. A PL Nº 1471/22 é um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados que visa regulamentar as atividades das empresas de transporte por aplicativo, como a Uber e a 99. Entre outras coisas, o projeto prevê a criação de uma “carteira de trabalho digital” para os motoristas, garantindo-lhes alguns direitos trabalhistas como jornada máxima de trabalho, pagamento de seguro e assistência médica.

Já a questão da (in) configuração da relação empregatícia na Uberização refere-se ao fato de que muitos motoristas que trabalham para essas empresas não são formalmente empregados, mas sim considerados contratados independentes, o que significa que não têm direito a benefícios trabalhistas como férias remuneradas, décimo terceiro salário e contribuição para a previdência social.

Ambos os temas, portanto, estão relacionados à precarização do trabalho na era da economia compartilhada, onde o trabalho formal está sendo substituído por formas mais informais e precárias de trabalho.

#### 2.4.2 Da criação de uma lei regulamentadora numa análise da PL nº 1471/22

A PL nº 1471/22 é um projeto de lei que busca regulamentar as plataformas digitais de prestação de serviços, incluindo empresas como Uber, iFood e Rappi. A proposta apresentada pretende definir direitos e deveres dos trabalhadores dessas plataformas e criar mecanismos de fiscalização e punição das empresas que não cumprirem a legislação.

A discussão em torno desse projeto de lei reflete a questão da “uberização” do mercado de trabalho, que tem sido cada vez mais presente nesse setor. A polêmica envolve a definição do tipo de relação de trabalho entre as plataformas e os trabalhadores que prestam serviços através delas. Há uma discussão se o trabalho nessas plataformas deve ser considerado como uma relação de subordinação, de parceria ou de autonomia.

9

Por um lado, alguns argumentam que as empresas de aplicativos devem ser obrigadas a garantir direitos trabalhistas e sociais aos seus prestadores de serviço, como seguro de vida, férias, décimo terceiro salário, dentre outros. Por outro lado, há quem defenda que o trabalho nesses serviços deve ser considerado como uma prestação de serviço autônomo, sem as garantias trabalhistas que são oferecidas pelos empregadores tradicionais.

A regulamentação do mercado de trabalho em plataformas digitais é um assunto que ainda gera muita controvérsia e não há consenso sobre a melhor abordagem. A PL nº 1471/22 é uma das tentativas de legislar



sobre o assunto, mas sua aprovação é incerta e dependerá de um amplo debate envolvendo legisladores, empresas e trabalhadores para encontrar um ponto comum que possa garantir a proteção trabalhista aos trabalhadores sem inviabilizar os modelos de negócios dessas empresas.

A PL n° 1471/22 visa justamente regulamentar e estabelecer algumas proteções trabalhistas para os motoristas que trabalham para essas empresas, que muitas vezes não são considerados formalmente empregados. A questão da (in)configuração da relação empregatícia na Uberização está diretamente relacionada à ausência de regulamentação trabalhista para esses profissionais.

Portanto, a análise da PL n° 1471/22 é importante para entendermos como o Estado está tentando regular o trabalho na era da Uberização, estabelecendo proteções trabalhistas para motoristas e outros profissionais que atuam em atividades semelhantes.

## CONCLUSÃO

A análise dos aspectos gerais do direito do trabalho e da relação entre trabalhador e patrão mostrou-se fundamental na compreensão do cenário atual da uberização. Com o advento do neoliberalismo, surgiu uma nova organização do trabalho, caracterizada por formas remuneradas e intermitentes, como o trabalho “on-demand” e a aplicação de modelos de intermediação. Diante dessa realidade, o judiciário enfrenta o desafio de definir critérios claros para a caracterização da relação empregatícia na Uberização. A apresentação e análise do PL n° 1471/22 mostram-se como possíveis soluções para a criação de uma lei regulamentadora. É preciso que as reflexões sobre os impactos dessa transformação no mundo do trabalho avancem ainda mais, de forma a garantir um equilíbrio entre a necessidade de inovação e a proteção dos direitos trabalhistas

Nesse sentido, é essencial que sejam realizados debates entre as partes interessadas, como trabalhador, empresas e governo, a fim de se discutir os prós e contras da Uberização e se estabelecer formas de se garantir a proteção dos direitos trabalhistas nesse novo formato de trabalho. Além disso, a criação de políticas públicas que incentivam a inovação e o empreendedorismo, aliados à proteção social dos trabalhadores, pode ser uma solução viável, capaz de conciliar as demandas do mercado e as necessidades dos trabalhadores. Cabe destacar, ainda, a importância da conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos, bem como sobre as possibilidades e limitação da Uberização, de forma a evitar a exploração e garantir a justiça social.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018

DELGADO, MG **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2019.

GRAEBER, D. **Dívida**: os primeiros 5.000 anos. Casa Meville, 2011.

10

GRAEBER, D. **Trabalhos de merda**: uma teoria. Simon e Schuster, 2018.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PEIXOTO, Tiago. **Neoliberalismo e Uberização do Trabalho**: Desafios à Democracia. Editora FGV, 2018.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.



PINGLE, S.; SHARMA, S. Gig Economy e suas implicações nas práticas de emprego: uma revisão da literatura. **Jornal Indiano de Ciência e Tecnologia**, v. 12, n. 26, p. 1-9, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Classe Média no Espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Autêntica Editora, 2014.



## A (In) Constitucionalidade Intrínseca da Regressividade Tributária no Brasil<sup>1</sup>

The (Un)constitutionality Inherent in Tax Regressivity in Brazil

Ana Vitória Santos Dias de Oliveira

Prof. Rodrigo Santos Meira<sup>2</sup>

Submetido em: 15/04/2023

Aprovado em: 15/04/2023

Publicado em: 16/05/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.519

### RESUMO

A Constituição Federal em seu art. 1 expõe os fundamentos da República Federativa do Brasil, especificamente no inc. III em que relata sobre a erradicação da pobreza, marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais. Esse princípio é de eficácia reflexa, em que o Estado deve observar na produção de suas normas e políticas públicas. O cenário da sociedade brasileira é reconhecida pela persistente desigualdade social que tem base na concentração de renda e riquezas, discriminação racial e de gênero, falta de investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Dados do *World Inequality Lab*<sup>3</sup>, isto é, Laboratório das Desigualdades Mundiais, analisando os anos de 2001 à 2021, apontam o Brasil entre os membros do G20 como sendo o segundo mais desigual do mundo, em que em torno de 59% da renda nacional total é concentrada nas mãos dos 10% mais ricos, os 50% mais pobres ganham uma renda cerca de 29 vezes menor do que os 10% mais ricos, e estes últimos detêm quase 80% do patrimônio privado do país. Além disso, os magnatas, representados pelo 1% mais abastado da população, controlando praticamente metade (48,9%) da riqueza nacional em 2021. Uma das causas mais determinantes para esses resultados é a carga tributária, que arrecada mais sobre o consumo do que sobre a renda e o patrimônio. O objetivo dessa pesquisa é responder: “O Sistema Tributário brasileiro está em conformidade com o fundamento constitucional de reduzir as desigualdades sociais e regionais no país?” A hipótese apresentada é que somente uma reforma tributária que reverta a injusta regressividade poderá alinhar o sistema tributário para que ele seja efetivamente constitucional. A pesquisa está baseada em estudos e teorias de órgãos e especialistas no assunto.

**Palavras-chave:** Regressividade do Sistema Tributário Nacional. Desigualdade Social e Regional. Extrafiscalidade.

### ABSTRACT

The Federal Constitution in its art. 1 exposes the foundations of the Federative Republic of Brazil, specifically in inc. III, reports on eradicating poverty and marginalization and reducing social and regional inequalities.

1 This principle is of reflex effectiveness, which the State must observe in the production of its norms and public policies. The scenario of Brazilian society is recognized for its persistent social inequality based on the concentration of income and wealth, racial and gender, lack of investments in health, education and infrastructure. Data from the World Inequality Lab<sup>1</sup>, that is, the Laboratory of World Inequality, analyzing

1 Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

2 Orientador - Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

3 Acesso em 12/05/23 e dados disponíveis em <https://wid.world/country/brazil/>

the years 2001 to 2021, points Brazil among the members of the G20 as being the second most unequal in the world, in which around 59% of the total national income is concentrated in the hands of the richest 10%, the poorest 50% earn an income about 29 times less than the richest 10%, and the latter hold almost 80% of the country's private assets. In addition, tycoons, represented by the wealthiest 1% of the population, controlling practically half (48.9%) of national wealth in 2021. One of the most determining causes for these results is the tax burden, which taxes more on consumption, than on income and equity. The objective of this research is to answer whether the Brazilian Tax System has shown to follow the constitutional right to reduce social and regional inequalities in the country? The hypothesis is that only a tax reform that reverses unfair regressivity can regulate the tax system so that it is effectively constitutional. The research is based on studies and theories of bodies and specialists in the subject.

**Keywords:** Regressiveness of the National Tax System. Social and Regional Inequality. Extrafiscality.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a constitucionalidade do sistema tributário brasileiro diante do objetivo da República de “reduzir as desigualdades sociais e regionais”, insculpido no artigo 3º, III, segunda parte, da Constituição Federal. Como objetivo geral, questiona-se como um sistema tributário reconhecidamente regressivo encontra respaldo no sistema político nacional diante de uma retórica de combate às desigualdades. Busca-se aqui propor meios para que a possível reforma tributária não contemple apenas questões de simplificação tributária, mas principalmente combata as desigualdades, tributando mais quem recebe mais, conforme o princípio da capacidade contributiva.

A escolha do tema foi baseada nas constatações científicas e exemplos práticos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que demonstram as melhorias da qualidade de vida da população quando a desigualdade é seriamente combatida. Dessa forma, a reforma do sistema tributário brasileiro pode contribuir para reduzir as desigualdades socioeconômicas do Brasil.

O Brasil é um país desigual carregado de uma herança histórica com travadas diferenças étnicas, raciais, de gênero, renda e patrimônio, porém a conscientização dos entraves tributários pode ensejar o começo do fim de tamanha desigualdade. Desde o advento da Carta Magna de 1988, a exuberância dos direitos e garantias fundamentais ainda continuam sem respaldo nas políticas públicas pelos desequilíbrios gerados por um sistema tributário que concentra a arrecadação na União, enquanto os principais entes fomentadores dessas políticas públicas são Estados e Municípios, em regra, sem recursos suficientes para promovê-las.

A estrutura atual do sistema tributário brasileiro tem impactado diretamente nessas desigualdades, uma vez que privilegia a tributação indireta, sobretudo no consumo, destruindo o poder de compra das famílias mais pobres, ao mesmo tempo que retroalimenta a concentração de renda ao tributar parcamente a renda e o patrimônio.

2

A pergunta de pesquisa é: O Sistema Tributário brasileiro está em conformidade como fundamento constitucional de reduzir as desigualdades sociais e regionais no país? Há inúmeras contradições no nosso sistema político-tributário, porém o objetivo maior é realmente questionar se, diante de tantos dados sobre a regressividade tributária, o sistema tributário comporta ainda legitimidade dentro de um país tão desigual.

Como hipótese, a resposta tentativa é “não”, porque o sistema tributário nacional tem sido fator de concentração de renda e promoção de desigualdade social. O que se confirma através dos dados coletados.

Justifica-se a abordagem pela necessidade de aproveitamento da transição de governo, influenciada por maior relevância na discussão sobre o sistema tributário, na busca por propostas que possam ensejar uma



mudança futura, ainda que incipiente.

O tema será abrangido de modo nacional, mas serão feitas incursões sobre países desistema tributário mais equilibrados, principalmente os países da OCDE, para fins de comparação.

A metodologia se pauta em uma pesquisa de cunho qualitativo, valendo-se do método de revisão bibliográfica secundária, mediante a interseção das perspectivas de distintos pesquisadores especializados no tema, por meio de fontes como obras acadêmicas, artigos científicos e outras referências bibliográficas. O estudo é conduzido sob uma perspectiva básica, balizada na técnica de análise de conteúdo, com o propósito de fomentar o saber jurídico.

O capítulo 1 analisará os princípios que regem a tributação vis-à-vis o objetivo de construir uma sociedade mais justa, que combata as desigualdades sociais e regionais, comparando a carga tributária sobre o consumo versus renda e patrimônio.

O capítulo 2 traz uma análise de como os tributos indiretos sobre o consumo influenciam o comportamento das classes menos favorecidas, além de abordar como o comportamento dos mais ricos é também influenciado pelos baixos tributos sobre a renda e o patrimônio, apresentando os percalços e as consequências da desigualdade tributária, que causa uma normalização indevida de situações inaceitáveis para a dignidade da pessoa humana.

O capítulo 3 apresenta de forma abrangente as propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, que se concentram principalmente na simplificação do sistema tributário, sem abordar a progressividade com o objetivo de analisar os argumentos subjacentes às possíveis alterações tributárias.

Por fim, conclui-se o trabalho com a organização temática do problema de pesquisa e a verificação se a hipótese pode ser refutada ou comprovada, por meio dos elementos trazidos à luz no debate.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 DOS PRINCÍPIOS QUE IMPACTAM A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Os princípios constitucionais tributários conferem respaldo aos direitos e garantias fundamentais, além de estabelecer limites à própria atuação do Estado no que se refere à cobrança de tributos. O princípio da isonomia é um dos pilares do Direito Constitucional e Tributário, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer tipo de discriminação. Desse modo, o Estado não pode tratar de forma diferenciada aqueles que se encontram em situações semelhantes.

Esse princípio está previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que garante a todos os cidadãos o direito à igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A mesma ideia é expressa na oração dos Moços de Rui Barbosa<sup>4</sup>, onde se afirma: “Todos têm direito a igual proteção da lei, sem distinção de qualquer natureza”.

No âmbito tributário, o princípio da isonomia se traduz na exigência de que todos os contribuintes sejam tratados de forma igualitária, sem que haja privilégios ou vantagens em relação a outros. Isso significa que as normas tributárias devem ser aplicadas de forma uniforme, sem criar exceções ou benefícios fiscais que favoreçam determinados setores ou grupos em detrimento de outros.

Durante a análise do Recurso Extraordinário 640.905/SP<sup>5</sup>, o Ministro Luiz Fux descreve que:

O princípio da isonomia, refletido no sistema constitucional tributário (art. 5º c/c art. 150, II, CRFB/88) não se resume ao tratamento igualitário em toda e qualquer situação jurídica, mas, também, na implementação de medidas como escopo de minorar os fatores discriminatórios existentes, impondo, por vezes, tratamento desigual em circunstâncias específicas e que militam em prol da igualdade.

4 Acesso em 12/05/2023: “<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14274788>”

5 Recurso Extraordinário nº 640.905/SP, relator Ministro Luís Fux, Brasília, dezembro de 2016.

O princípio da capacidade contributiva, previsto no art. 145, §1, da Constituição Federal é a ferramenta para promover a isonomia, uma vez que preconiza que cada pessoa deve contribuir conforme sua capacidade financeira. Machado entende que a adequação dos critérios de justiça pode afetar a aplicação do princípio da isonomia, ao passo que o princípio da capacidade contributiva pressupõe que a justiça tributária deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte (MACHADO, 2006).

O Estado apresenta um forte viés regressivo devido ao fato de que a maior parte da arrecadação tributária advém dos tributos indiretos, o que acarreta a ampliação das desigualdades sociais. Isso ocorre porque as pessoas de baixa e média renda suportam uma carga tributária mais alta sobre os itens de consumo básico e serviços essenciais, enquanto as pessoas de renda mais alta conseguem consumir e poupar uma parte de seus proventos.

Através do gráfico abaixo, disponibilizado pelo Tesouro Nacional, é possível ver a desproporcionalidade entre a arrecadação de produtos e serviços em relação ao patrimônio em 2021 e 2022:

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2021	2022	2021	2022
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governos Estaduais <sup>5/</sup></b>	<b>794.328</b>	<b>851.408</b>	<b>8,93%</b>	<b>8,59%</b>
<b>Impostos</b>	<b>748.887</b>	<b>801.043</b>	<b>8,42%</b>	<b>8,08%</b>
<b>Impostos sobre a propriedade</b>	<b>65.963</b>	<b>78.542</b>	<b>0,74%</b>	<b>0,79%</b>
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.221	1.218	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	651	521	0,01%	0,01%
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	12.330	12.874	0,14%	0,13%
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	51.762	63.928	0,58%	0,64%
<b>Impostos sobre bens e serviços</b>	<b>682.924</b>	<b>722.502</b>	<b>7,67%</b>	<b>7,29%</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	657.928	692.147	7,39%	6,98%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.206	2.639	0,02%	0,03%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	232	226	0,00%	0,00%
Taxas administrativas	22.553	27.486	0,25%	0,28%
Outros impostos sobre bens e serviços	4	4	0,00%	0,00%
<b>Contribuições sociais</b>	<b>45.441</b>	<b>50.364</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,51%</b>
Contribuições para o RPPS	45.441	50.364	0,51%	0,51%
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governos Municipais <sup>6/</sup></b>	<b>195.928</b>	<b>232.134</b>	<b>2,20%</b>	<b>2,34%</b>
<b>Impostos</b>	<b>178.178</b>	<b>210.008</b>	<b>2,00%</b>	<b>2,12%</b>
<b>Impostos sobre a propriedade</b>	<b>75.254</b>	<b>84.218</b>	<b>0,85%</b>	<b>0,85%</b>
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	54.678	63.109	0,61%	0,64%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	20.207	20.739	0,23%	0,21%
Outros impostos sobre a propriedade	369	370	0,00%	0,00%
<b>Impostos sobre bens e serviços</b>	<b>102.924</b>	<b>125.789</b>	<b>1,16%</b>	<b>1,27%</b>
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	86.488	107.218	0,97%	1,08%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.672	12.555	0,13%	0,13%
Taxas administrativas	4.764	6.016	0,05%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	0	0	0,00%	0,00%
<b>Contribuições sociais</b>	<b>17.750</b>	<b>22.126</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,22%</b>
Contribuições para o RPPS	17.750	22.126	0,20%	0,22%

Disponível em: (12/05/23):[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:46589](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:46589)

4

Da análise dos dados, é perceptível que a arrecadação excessiva sobre impostos incidentes sobre bens e serviços, como ICMS e ISS, onera o consumo. No entendimento de Zockun (2017) a concentração de renda no país acarreta propensões ao consumo muito diferentes entre as famílias, o que demonstra a consequência cruel da regressividade dos impostos sobre o consumo e serviços no Brasil.

O Estado pode intervir na economia para atender o planejamento da atividade econômica, que é determinante para o setor público e indicativa para o setor privado, para regular o mercado atendendo aos fundamentos do Estado Social e Democrático de Direito.

O artigo 165, § 3º, da Constituição Federal prevê a regulamentação das práticas de políticas extrafiscais

e a criação de fórmulas de controle em relação à intervenção estatal por meio de incentivos e benefícios fiscais. Essa técnica consiste na utilização de instrumentos tributários, como alíquotas diferenciadas em razão da essencialidade, isenções, incentivos fiscais e outras medidas, que visam regular o mercado.

No sistema tributário brasileiro o princípio da extrafiscalidade se opera em diversas áreas para inibir ou incentivar uma determinada prática. A exemplo da alíquota mais baixa sobre produtos essenciais, como os da cesta básica, para facilitar o acesso às pessoas com baixa renda. Além disso, pode-se aplicar impostos mais altos sobre produtos de luxo e de consumo supérfluo, enquanto se reduz os impostos sobre bens essenciais, como alimentos e medicamentos.

Assim, esse método pode ser utilizado para promover a redistribuição de renda, pois os impostos sobre produtos de luxo tendem a afetar mais os indivíduos de alta renda, enquanto a redução dos impostos sobre bens essenciais beneficia principalmente as famílias mais pobres.

Outro princípio importante a destacar é o princípio do não confisco, previsto no artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que proíbe os entes federativos de utilizar tributos com efeito confiscatório. O Dr. Ives Gandra Martins (1994, p.141), explica:

Se a soma de diversos tributos incidentes representa carga que impeça o pagador de tributos de viver e se desenvolver, estar-se-á perante carga geral confiscatória, razão pela qual todo o sistema terá que ser revisto, mas principalmente aquele tributo que, quando criado, ultrapasse o limite da capacidade contributiva do cidadão. Há, pois, um tributo confiscatório decorrencial.

A tributação excessiva sobre o consumo e serviço é confiscatória para as classes de baixa e média renda, já que estes acabam sem conseguir poupar, gastando todo o seu dinheiro em itens essenciais, como alimentação, higiene, saúde, moradia.

O governo, por intermédio de políticas sociais tais como o Programa “Minha Casa Minha Vida”, busca mitigar a desigualdade e fomentar a equidade social. Cumpre ressaltar, contudo, que referido programa é financiado por meio de recursos do orçamento geral da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o qual é nutrido por contribuições mensais vertidas pelas empresas em favor dos trabalhadores que laboram com vínculo empregatício, correspondendo a 8% do salário bruto, o que evidencia que o ônus recai sobre a própria camada carente.

O Programa Bolsa Família que consiste na transferência de renda que tem como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade social no país, é financiado com recursos do orçamento geral da União e de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que incidem sobre o consumo. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que tem como objetivo garantir alimentação saudável e adequada aos alunos da rede pública de educação básica do país e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) que busca garantir o acesso dos alunos da rede pública de educação básica à escola, ambos são financiados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que se sustenta de parte do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ou seja, vem da arrecadação dos tributos indiretos.

5 Faz-se necessária a implementação de políticas públicas que objetivem a redução da desigualdade social. Entretanto, é imprescindível verificar previamente se o referido programa será financiado por indivíduos que possuam capacidade econômica compatível com tal ônus, caso contrário o programa social não possui fundamento.

Apesar de não atingido o objetivo, os princípios da igualdade perante a lei, capacidade financeira e vedação ao confisco, têm como finalidade equilibrar e limitar a relação entre o Fisco e o contribuinte, de modo

a evitar uma arrecadação excessiva que possa comprometer a economia e a liberdade dos contribuintes, prejudicando suas garantias básicas para uma vida digna. Porém, na prática, esses princípios perdem seu valor diante de um sistema regressivo que mascara uma realidade triste no País: o descolamento da representatividade política no Poder Legislativo.

## 2.2 DA REGRESSIVIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O sistema tributário vigente no Brasil é notadamente marcado por sua regressividade, ou seja, os tributos são aplicados de forma mais onerosa às camadas de menor poder aquisitivo. Essa situação acaba por afetar significativamente os mais pobres do país, já que eles precisam arcar com uma carga tributária muito alta em relação ao que ganham.

Um dos tributos que mais afetam os mais pobres é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incide sobre bens de consumo. Como a maior parte do orçamento dessas famílias é destinada a esses bens, como alimentos, medicamentos e produtos de higiene, acabam pagando mais impostos proporcionalmente do que as classes mais ricas.

Há ainda outro tributo que impacta negativamente as camadas mais carentes da população, trata-se do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é de competência estadual e atinge uma vasta variedade de produtos e serviços. Mesmo sem ser cumulativo, esse tributo é considerado indireto, o que faz com que o ônus tributário recaia integralmente sobre o consumidor final.

Além disso, a tributação sobre a renda também acaba sendo regressiva, uma vez que os impostos sobre a renda das classes mais pobres são equivalentes ou até maiores do que os impostos pagos pelas classes mais ricas. Isso ocorre porque a maior parte da renda das classes mais pobres provém do trabalho, enquanto a renda das classes mais ricas é composta por investimentos, que são tributados de forma diferente.

Com a regressividade do sistema tributário, os mais pobres acabam sendo ainda mais prejudicados em um cenário já marcado pela desigualdade social. Isso pode gerar um ciclo vicioso de pobreza, já que essas famílias não conseguem economizar e investir em sua própria ascensão social.

Um hipótese para atenuar a estrutura regressiva do sistema tributário brasileiro é a concentração da arrecadação sobre tributos diretos e a redução das alíquotas dos tributos indiretos conforme o crescimento da tributação direta.

A progressividade tributária pode ser considerada como um mecanismo de redistribuição de renda e riqueza pelo Estado, com o objetivo de coibir sua concentração nas mãos de uma minoria e reduzir as disparidades socioeconômicas.

O imposto de renda progressivo se baseia na premissa de que quanto maior for a renda do contribuinte, maior será a alíquota do imposto que ele deverá pagar. Os países pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possuem sistemas tributários progressivos, onde os impostos são aplicados de forma proporcional à capacidade contributiva dos cidadãos, sendo que os que possuem maior renda e patrimônio pagam uma alíquota mais elevada em relação aos que possuem menor capacidade financeira.

6

Essa característica progressiva da tributação é um dos principais fatores que possibilitam esses países oferecerem serviços públicos de melhor qualidade, como saúde, educação, segurança, assistência social, além de infraestrutura e serviços de transporte eficientes.

A tributação progressiva, por possibilitar uma maior arrecadação de recursos pelo Estado, permite investimentos em políticas públicas que beneficiam a sociedade como um todo, especialmente as camadas mais vulneráveis. Além disso, contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas, pois promove uma



distribuição mais equitativa da renda e da riqueza entre os diferentes segmentos da população.

Entretanto, constata-se que a alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física em 2021 é de 27,5%, o que se mostra insuficiente para resolver a regressividade do sistema tributário brasileiro.

Dessa forma, é essencial que sejam implementadas medidas para tornar o sistema tributário mais progressivo, garantindo que os mais ricos paguem uma porcentagem maior de seus rendimentos em impostos e aliviando a carga tributária sobre as classes mais pobres. Isso pode incluir a arrecadação maior sobre patrimônio e renda, a taxação de grandes fortunas e uma revisão dos impostos sobre bens essenciais, a fim de torná-los menos regressivos.

## 2.3 DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária é um tema que vem sendo discutido há muitos anos no Brasil, mas o ponto central da divergência é apenas um só: os setores mais abastados da sociedade não querem justiça tributária, e os pobres mantêm, em regra, os votos em representantes que mascaram defender seus interesses, quando, na verdade, escondem suas péssimas intenções envoltas em discursos inflamados sobre temas que nada mudam a vida dos cidadãos mais pobres.

O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua complexidade e alta carga de tributos sobre o consumo, o que gera desigualdade social e conseqüentemente onera os que menos têm. Por isso, a necessidade de uma reforma que torne o sistema tributário mais simples, justo e eficiente é urgente e vem sendo debatida há décadas. Nos últimos anos, o debate sobre a reforma tributária ganhou visibilidade, especialmente em função das crises econômicas e fiscais que o país tem enfrentado. Diversas propostas de reforma foram apresentadas por diferentes setores da sociedade, porém, o que se pode notar é que nenhuma dessas propostas efetivamente realizam uma reforma tributária justa, apenas simplifica a forma de cobrança, mas mantém majoritariamente a tributação sobre o consumo elevada, através dos tributos indiretos. Isso é feito exatamente para não se tocar na necessidade de aumentar a tributação sobre renda e patrimônio.

Falar de reforma tributária é falar de justiça social. Não há possibilidade de se haver justiça social sem haver uma tributação justa e efetiva. O sistema tributário é capaz de promover desigualdade, bastando com que se tribute predominantemente o consumo, conseqüentemente tributando o mais pobre.

Não há justiça social quando um cidadão que ganha um salário mínimo paga a mesma carga de tributo em um quilo de feijão que uma pessoa que ganha 10 salários mínimos. Conseqüentemente o que ganha menos está pagando mais, proporcionalmente. Conforme tabela abaixo, é possível notar que os países que possuem elevado nível de desenvolvimento humano, tributam majoritariamente a renda e o patrimônio.



**Tabela 1**  
Imposto de Renda da Pessoa Física: características em Economias Avançadas da OCDE e na América Latina, países selecionados, 2020

País	Número Alíquotas	Crédito Tributário	Parcela Isenta <sup>a</sup>	Alíquota Mínima	Alíquota Máxima	Faixa Máxima <sup>b</sup>
Austrália	4		1,03	19,0	45,0	10,20
Bélgica	4		0,99	25,0	50,0	4,57
Canadá	5	x	0,93	15,0	33,0	15,13
França	4		1,14	11,0	45,0	17,94
Alemanha	3 <sup>c</sup>		1,06	14,0	45,0	30,48
Itália	5	x	1,01	23,0	43,0	9,47
Japão	7		0,39	5,0	45,0	32,42
Coréia	7		0,14	6,0	42,0	48,24
Holanda	3	x	2,94	9,7	49,5	7,20
Portugal	7		0	14,5	48,0	11,61
Espanha <sup>d</sup>	5		0,74	19,0	45,0	7,99
Suécia	1	x	4,85	52,0	52,0	4,85
Reino Unido	3		1,44	20,0	45,0	17,30
Estados Unidos <sup>e</sup>	7		0	10,0	37,0	43,20
Colômbia	6		2,39	19,0	39,0	68,04
Chile	6		1,61	4,0	35,0	14,33
México	19	x	0,03	1,9	35,0	30,93
Brasil	4		0,81	7,5	27,5	1,98
<b>Média OCDE-14</b>	<b>5</b>		<b>1,19</b>	<b>17,4</b>	<b>44,6</b>	<b>18,61</b>
<b>Média AL-4</b>	<b>9</b>		<b>1,21</b>	<b>8,1</b>	<b>34,1</b>	<b>28,82</b>

Fonte: OCDE (2021c), elaboração IPEA.

a- Parcela isenta mensal, em milhares de dólares internacionais (1 Int\$ = 2,36 BRL (2020))

b- Faixa mensal onde começa a ser aplicada a alíquota máxima, em milhares de dólares internacionais.

c- Alemanha: Na primeira faixa, entre 14% e 42% a alíquota aumenta linearmente a renda.

d- Espanha: Imposto de renda central e regional somados. Exemplo para Madri.

e- Estados Unidos: Apenas o imposto de renda federal.

A reforma tributária é essencial para que o país possa avançar no caminho do crescimento econômico e da redução das desigualdades sociais. Uma reforma tributária bem-sucedida pode melhorar o ambiente de negócios, aumentar a competitividade das empresas brasileiras e, conseqüentemente, gerar empregos e melhor distribuição de renda para a população.

Portanto, é fundamental que a sociedade brasileira, os empresários, os especialistas em finanças públicas e os parlamentares trabalhem juntos para construir um sistema tributário mais justo, simples e eficiente, que atenda às necessidades do país e promova o bem-estar social, reduzindo as mazelas e promovendo justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo responder se o Sistema Tributário Brasileiro está em conformidade com o fundamento constitucional de reduzir as desigualdades sociais e regionais no país. A hipótese apresentada foi que somente uma reforma tributária que reverta a injusta regressividade poderá alinhar o sistema tributário para que ele seja efetivamente constitucional.

A presente pesquisa traz que o sistema tributário brasileiro não está em conformidade com o fundamento constitucional da redução das desigualdades sociais, pois sua estrutura regressiva continua minando o poder econômico dos menos favorecidos. É um Robin Hood às avessas, ou seja, tira dos pobres para dar aos ricos. Não há previsão de mudança, uma vez que as propostas contemporâneas que tramitam no Congresso, que poderiam aproveitar a oportunidade para reestruturar o modo de tributação, não estão em pauta, sendo prioridade do Estado a eficiência arrecadatória.

A hipótese se confirma, uma vez que, para tornar a estrutura do sistema tributário progressivo, é necessário que haja a concentração da arrecadação sobre tributos diretos e focados na renda e no patrimônio. A redução das alíquotas dos tributos indiretos conforme o crescimento da tributação direta seria uma forma gradual de realizar esse objetivo. Isso pode ser feito através da arrecadação maior sobre patrimônio e renda, com a taxação de grandes fortunas e uma revisão dos impostos sobre bens essenciais, a fim de torná-los cada vez menores.

Somente a consciência coletiva em torno dessa meta de transformar o sistema tributário nacional de regressivo para progressivo seja o principal ponto do debate sobre a desigualdade. Essa pesquisa foi realizada exatamente para trazer substrato técnico sobre essa importante pauta política.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 640.905/SP. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AO LIVRE ACESSO À JUSTIÇA. RELATOR MINISTRO LUIZ FUX. Brasília, dezembro de 2016.

IPEA. **O sistema tributário dos países da OCDE e as principais recomendações da entidade: fornecendo parâmetros para a reforma tributária no Brasil.** Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/O-sistema-tributario-dos-paises-da-OCDE.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/O-sistema-tributario-dos-paises-da-OCDE.pdf). Acesso em: 12 mai 2023.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTINS, I. G da S. **O Sistema Tributário na Constituição de 1988.** 15. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

ZOCKUN, M. H.; AFONSO, J.R. [et.al](org.). **Tributação e desigualdade.** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

## Políticas públicas e história da educação

### *Public policies and history of education*

Anderson Augusto do N. Oliveira

E-mail: [cadedeu@hotmail.com](mailto:cadedeu@hotmail.com)

Submetido em: 23/12/2022

Aprovado em: 25/12/2022

Publicado em: 02/01/2023

DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.465

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo, compreender e analisar a educação básica brasileira e as políticas públicas destinadas a garantir uma educação a todos e de qualidade, tendo como marco a Constituição Federal de 1988, e a LDB - Lei 9.394/1996 A LDB, no seu artigo 2º garante que a educação, dever da família e do estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho e o artigo 32º, inciso I, faz menção ao Ensino Fundamental, tendo como objetivo, o desenvolvimento da capacidade, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo que as políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Entretanto, a educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Dessa forma, o presente artigo se objetiva a trazer o contexto histórico da educação no Brasil, bem como entender de que forma as políticas públicas colaboram para uma educação de qualidade e porque são necessárias. Pelo exposto na presente pesquisa posso concluir, que ainda não chegamos ao patamar de educação esperado, e há muito o que ser feito, no entanto, o Estado tem auxiliado por meio da implementação das Políticas educacionais em uma ajuda para que de fato se concretize essa “educação a todos” exposta na Constituição Federal.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, LDB, Escola, Políticas Educacionais.

#### ABSTRACT

This article aims to understand and analyze Brazilian basic education and public policies aimed at ensuring an education for all and quality, having as a milestone the Federal Constitution of 1988, and the LDB - Law 9.394/1996 The LDB, in its Article 2, ensures that education, the duty of the family and the state, aims at the full development of the student, its preparation for the exercise of citizenship and qualification for work and Article 32, item I, mentions elementary school, aiming at the development of capacity, with full mastery of reading, writing and calculation that public educational policies are everything that a government does or stops doing in education. However, education is a very broad concept to deal with educational policies. Thus, this article aims to bring the historical context of education in Brazil, as well as to understand how public policies collaborate for quality education and why they are necessary. From the above in this research, I can conclude that we have not yet reached the level of education expected, and there is much to be done, however, the State has helped through the implementation of educational policies in an aid to realize this ‘education to all’ exposed in the Federal Constitution.

**Keywords:** Public Policies, LDB, School, Educational Policies.

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas visam regular e desenvolver os setores de um Estado, e tem como premissa atender às necessidades básicas da população.

De acordo com Höfling (2001) As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado. Nievola (2011, p.9) entende que a escola é o lócus onde se materializam as políticas educacionais inseridas num contexto de políticas públicas sociais.

1 Desse modo, se faz necessário conhecer e compreender as políticas públicas da educação e como elas interferem no processo educacional.

No concernente à Educação, o direito dos cidadãos de terem acesso à educação é garantido pela Constituição Federal no artigo art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CF, BRASIL, 1988)



Bastos (2017, p. 12) esclarece que as políticas públicas se caracterizam por ações desenvolvidas pelo Estado, que envolvem ações e compromissos que visam o desenvolvimento social e cultural de um povo.

Novo e Mota (2019, p. 2) entendem que a educação qualifica o cidadão para o trabalho e facilita sua participação na sociedade. Todos os cidadãos têm direito à educação. Com ela, o brasileiro pode vislumbrar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho. Quem não tem nenhum acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna.

Nesse sentido, o presente artigo se objetiva a trazer o contexto histórico da educação no Brasil, bem como entender de que forma as políticas públicas colaboram para uma educação de qualidade e porque são necessárias.

Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, baseado em materiais recentemente publicados e condizentes com o tema. Foram utilizados artigos publicados, revistas científicas e outros, por meio das plataformas Capes e Scielo.

## 2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Novo e Mota (2019, p.1) esclarecem, que o Direito à educação é parte dos direitos sociais, que visa o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito teve seu reconhecimento somente a partir da Constituição Federal de 1988, outrora, o Estado não tinha como obrigação formal, garantir a educação de qualidade a sociedade, o ensino público era tratado de forma assistencial, ou seja, um amparo dado àqueles que não podiam pagar.

De acordo com Souza (2019, p.1) o Brasil apresenta, em cada período de sua história, conceitos e realidades diferentes, mas, não é diferente do modelo de educação que se destina às classes populares, nas palavras dos autores “uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro em precárias condições” o que acaba por privar de uma educação de caráter libertador, democrático, transformador e de fato de qualidade. Ainda que a lei trouxesse mudanças, a realidade era pouco alterada e a educação beneficiava somente a classe dominante “em detrimento” das classes populares.

Kujawa *et al* (2020) apud Barroso (2000) Na Europa, até meados do século XIX, a escola consistia em uma instituição destinada a poucos, tendo em vista que somente a minoria possuía condições de enfrentá-la, bem como obter as certificações. Significa dizer que a escola era um ambiente frequentado exclusivamente por classes sociais privilegiadas

Freitas e Martins (2019, p.12) esclarecem que os primeiros registros significativos indicadores da educação brasileira, no sentido acadêmico-escolar, andaram em paralelo com a história do país, a contar do seu descobrimento oficialmente no ano de 1500 (Freitas e Martins, 2019) A responsabilidade inicial pela Educação no Brasil, foi dos Jesuítas, e isso se manteve por aproximadamente 200 anos, uma vez que eles catequizaram os índios e posteriormente fundaram escolas e missões.

A obra educativa dos jesuítas era integrada a uma política de colônia, sendo um ensino de característica acrítica, bem como alheio a vontade da vida da colônia, foi transformando-se em uma educação voltada apenas à elite e, por conseguinte, em instrumento de ascensão social. (FREITAS, MARTINS, 2019. P.13)

Já no período imperial (1822-1889) as atribuições da Educação eram de responsabilidade do Estado, entretanto, a educação pública não tinha o significado de educação popular. Isso ocorria porque a educação não tinha um caráter de disseminação de conhecimentos essenciais à formação da nacionalidade e cidadania. (Kujawa *et al*, 2020)

Freitas e Martins (2019, p. 14) ressaltam que nessa época considerava-se que o ensino não apresentava utilidade prática aos que precisavam trabalhar para sobreviver, ou seja, a grande massa pobre. Piaia e Scalabrin (2011, p. 15) destacam que os ensinamentos jesuíticos foram uma ferramenta de exploração e imposição sutil dos costumes, valores e conhecimentos europeus.

De acordo com Souza (2019, p.2) o Brasil começou a apresentar um desenvolvimento cultural mais considerável após a chegada da Família Real, no Brasil em 1808, entretanto, o direito à educação era restritivo. Com a vinda da Família Real e futuramente a Independência (1822), o ensino superior foi a maior preocupação quando comparado a outros níveis de ensino, o que evidenciava o caráter classicista da educação, onde a classe dominante continuava a expandir seus privilégios e a classe pobre em segundo plano. A educação tinha esse direcionamento no período imperial, porque o objetivo era a formação de classes dirigentes.

Sendo assim Piletti, (1991, p.41) explana que as autoridades se preocuparam mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades,

Souza (2019, p.5) esclarece que com a independência do país, conquistada em 1822, algumas mudanças no panorama sociopolítico e econômico pareciam esboçar-se, inclusive em termos de política educacional.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.

De acordo com Souza (2019, p.17) após a Revolução de 1930, em 1934, a Constituição promulgada teve significativos avanços na área educacional. No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo, o que concedeu ao país uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso.

De acordo com Alves (2017, p.5) o Ministério da Educação teve seu surgimento em 1930 e era chamado de Ministério da Educação e Saúde Pública. Esse ministério desenvolvia atividades referentes a vários outros ministérios, como por exemplo: esporte, educação, saúde, e meio ambiente.

Nesse sentido, conforme nos elucida Souza (2019, p.20) a década de 1930 representou um grande avanço no que se refere à regulamentação das políticas educacionais no Brasil.

Em 1945, após a queda do Estado Novo, houve a retomada de muitos ideais, e em especial no âmbito educacional, estes ideais foram consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após muitos anos, teve sua aprovação somente em 1961, por meio da Lei nº 4.024 (Souza, 2019. p.18).

A integração de políticas educacionais e sociais contribuiu para a elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH) brasileiro. (MEC.)

De acordo com Ferreira (2011, p.153) nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil encontrava-se em um processo de impedimento do crescimento intelectual e escolar.

Neste sentido, por meio da Constituição Federal de 1988, foram inseridos instrumentos de reconstrução de um país, agora, com caráter democrático, esses instrumentos foram o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a LDB 9.394/1996, no qual a educação veio como não somente um direito destinado para crianças e adolescentes, mas um dever do Poder Público (FERREIRA, 2011, p.153).

Conforme entendimento de Ranieri (2000, p. 78) a grande inovação do modelo constitucional de 1988 em relação ao direito à educação decorre de seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para sua efetividade.

Piaia e Scalabrin (2011, p.8) entendem que em decorrência desse processo histórico, a educação cons-

titui-se diante de uma constante disputa entre as camadas populares e os setores dominantes da sociedade os autores esclarecem que por conta da terrível realidade socioeconômica, ocorre uma grande exclusão social, que impede a sociedade do ato de ler e escrever, isso porque, o processo de dominação cultural, política e econômica e da formação social brasileira implementou uma política educacional que contribuiu para consolidar a escola como uma instituição “conservada, alienante, imitativa da organização do trabalho no sistema produtivo” (PIAIA, SCALABRIN, 2011,P.8)

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas visam regular, bem como desenvolver os setores de um Estado, e tem como premissa atender às necessidades básicas da população.

De acordo com Höfling (2001) as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Souza (2003, p.14) as políticas públicas consistem em são “campos do conhecimento que colocam o governo em ação”, e que se objetivam a desenvolver e regular os setores de um Estado, tendo como prioridade o atendimento das necessidades básicas da população.

Bastos (2017, p. 12) esclarece que as políticas públicas se caracterizam por ações desenvolvidas pelo Estado, que envolvem ações e compromissos que visam o desenvolvimento social e cultural de um povo. Consiste em um conjunto de ações sociais que dependem, não somente do governo, e sim de instituições educacionais e de toda a sociedade, com intenções que buscam garantir os direitos de cidadania de todos, em especial aos que se encontram no declive da pobreza. (BASTOS, 2017.P.12)

Para Alves (2017, p.10) as políticas públicas são formuladas e desenhadas e tornam-se planos e/ou programas, que, quando postos em ação, são implementados e submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação.

De acordo com Oliveira *et.al*, (2010, p.5) a política pública é uma expressão que busca definir uma situação específica da política. Do ponto de vista etimológico, a política pública se refere à participação do povo nas decisões da cidade, território. Mas historicamente essa participação assumiu feições distintas, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta, pois um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: O Estado (OLIVEIRA, ET AL, 2010).

### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

No concernente à Educação, o direito dos cidadãos de terem acesso à educação é garantido pela Constituição Federal no artigo art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CF, BRASIL, 1988)

Nievola (2011, p.9) entende que a escola é o lócus onde se materializam as políticas educacionais inseridas num contexto de políticas públicas sociais. Desse modo, se faz necessário conhecer e compreender as políticas públicas da educação e como elas interferem no processo educacional.

De acordo com Bastos (2017, p. 15) s políticas públicas no Brasil surgiram desde os primeiros anos da república, quando se defendia o ensino primário gratuito para todos os indivíduos e a sua laicidade foi permitida pela Constituição, sendo criado, posteriormente, a Associação Nacional da Educação – ANE, que favoreceu o ensino fundamental público obrigatório.

Oliveira (2014, p. 15) esclarece que as políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo

faz ou deixa de fazer em educação. Entretanto, a educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais.

Lenzi (2018) esclarece que as políticas públicas de educação são propostas, estudadas e criadas a partir de leis que são votadas pelos membros do Poder Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) em cada uma das esferas de governo: federal, estadual e municipal.

De acordo com Bastos (2017, p.11) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96). A Lei de Diretrizes e Bases estabelece as principais regras que devem ser seguidas pelo sistema educacional do país. É aplicada tanto para a rede pública de ensino como para a rede privada.

Ferreira (2011) destaca que a LDB 9.394/1996 foi um marco nos rumos da educação brasileira. Bastos (2017) menciona que as políticas educacionais definem que todos têm o direito assistido à escola, que deverá ofertar um ensino de qualidade. Bastos

A LDB, no seu artigo 2º garante que a educação, dever da família e do estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho e o artigo 32º, inciso I, faz menção ao Ensino Fundamental, tendo como objetivo, o desenvolvimento da capacidade, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. (OLIVEIRA, 2014, P.20)

Conforme estabelecido na Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (FERREIRA, 2011).

Ferreira e Santos (2014) consideram que, tanto o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação foram precedidos por uma mobilização social que continha ânsias sociais, especialmente, no campo da educação e da democracia. Assim, ambas as leis influenciam grandemente no novo posicionamento da educação pública que intentou o resgate da proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

De acordo com Júnior (2016, p.14) as Políticas públicas educacionais, consistem em condições a fim de que o Estado possa tomar medidas e regular o funcionamento do setor educacional. Insta salientar que essas políticas se direcionam a uma das organizações mais complexas e antigas da sociedade. Em referência às políticas públicas educacionais, referem-se a essas medidas especificamente voltadas ao setor educacional, que precisam, além de publicadas, serem implementadas a fim de que as medidas tenham efetividade.

De acordo com Alves e Silva (2017) a fim de dar regularidade a várias ações de política pública, uma série de decretos foi assinada.

Os autores destacam I- Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; II- Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; III- Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; IV- Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; V- Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país; VI - Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; e VII- Decreto 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário. (ALVES, SILVA, 2017, P.11)

De acordo com Delgado (2019, p.5) essas políticas públicas objetivam-se a encontrar soluções aos desafios sociais inerentes da educação, visando diminuir os diferentes níveis de escolaridade, bem como as diferenças sociais dentro do ambiente escolar.

Conforme Schwartzman (2005) existem inúmeros problemas no ensino básico, que devem ser analisados



e levados em conta pelas políticas públicas educacionais, essas questões visam a qualidade da educação, a recuperação de adolescentes e adultos jovens que por algum motivo deixaram a escola ou estão atrasados no ensino.

Ferreira (2017) destaca a importância de se observar que as Políticas Públicas Educacionais não se relacionam apenas ao acesso de todas as crianças e adolescentes às escolas públicas, mas também, estão diretamente relacionadas à construção da sociedade que se origina a partir da educação nessas escolas (FERREIRA, 2017, p.144)

O supramencionado autor, destaca que diante destes aspectos, as Políticas Públicas voltam-se para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a qualidade na educação.

## 5. DA NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO

A educação qualifica o cidadão para o trabalho e facilita sua participação na sociedade. Todos os cidadãos têm direito à educação. Com ela, o brasileiro pode vislumbrar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho. Quem não tem nenhum acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna. (NOVO, MOTA, 2019, P.2).

Bastos (2017, p.10) entende que investir bem na área educacional, através de projetos que estejam sintonizados às necessidades da sociedade, significa economizar gastos futuros em outras áreas como saúde e segurança. Para o autor, uma sociedade que tem a educação firmada nos preceitos constitucionais, está preparada para a contribuição do desenvolvimento de sua Pátria.

De acordo com levantamento da UNESCO (2002) os problemas educacionais não possuem origem exclusiva da educação, no entanto, busca-se resolvê-los por meio de reformas educacionais. O tema do abandono precoce da escola, é um exemplo, um alto percentual de fracasso escolar tem sua origem direta nas carências econômicas, sociais e culturais, que atingem a maioria da sociedade. (UNESCO, 2002, p. 102)

Smarjassi e Arzani (2021, p.12) entendem que se deve conceber a educação como um dever moral de aprimoramento social e que requer a compreensão de educação pelo Estado.

“As políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação dos jovens brasileiros da classe trabalhadora são, no plano econômico-social e ético-político, tão imprescindíveis quanto complexas”. O caráter imprescindível das políticas públicas deriva da necessidade real para milhares de jovens de ingressar precocemente na luta pela sobrevivência em face do monstro social em que nos transformamos” (LIMA, 2015, P.2).

No entendimento de Carvalho (2000) para que sejam superados os desafios que as escolas do país enfrentam na atualidade, o contexto educativo brasileiro, são necessárias muitas mudanças, estas que não dependem somente da escola. Nesse sentido, a escola deve cumprir com seus deveres Estes deveres consistem em levar em consideração o contexto do aluno, além de aprender a conviver com as diferenças e as constantes mudanças familiares, bem como participar ativamente dessas mudanças, promovendo-as em sua forma de atuação, “a fim de saber lidar tanto com a família que tem tempo disponível para uma participação maior quanto àquela em que os pais não têm tempo, isso porque ambas possuem preocupações que são similares” (CARVALHO, 2000).

6

Tem-se que o sistema educativo adotado, e as Políticas Públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

De acordo com Piaia e Scalabrin (2011, p.8) as leis e normas educacionais são extremamente necessárias, entretanto, são insuficientes para garantir a construção de propostas curriculares democráticas, bem como

nas críticas que deem conta das demandas na área da educação.

No entendimento dos educadores progressistas, a Educação é dever do Estado e um direito da população. Sendo assim, está ligada diretamente à forma como os governos adotam suas políticas, que vão se refletir nas instituições escolares. “Maior ou menor oferta desse serviço, pelo Estado, é resultado do tipo de opção política” (PIAIA, SCALABRIN, 2011, p. 9).

Oliveira (2010, p.12) esclarece que a educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Significa dizer que as políticas educacionais devem ter um foco mais específico no tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares.

Novo e Mota (2019, p.4) esclarecem que são evidentes as consequências da falta de acesso a uma educação de qualidade. Os indivíduos excluídos do sistema educativo, não dispõem de oportunidades que se fazem necessárias ao pleno desenvolvimento da sua personalidade. Nesse sentido, esse desenvolvimento de caráter insuficiente acaba por afetar as tomadas de decisões, bem como suas relações no cotidiano. Os autores entendem que isso acaba por aumentar o abandono do sistema educativo e, conseqüentemente, a desigualdade, e “alimenta o círculo vicioso de marginalização e pobreza”.

Desta forma, as oportunidades de trabalho estável e satisfatório acabam ficando limitadas e “as frustrações resultantes de não se poder cumprir as expectativas naturais de apoio à família e a sensação de não contribuir para a sociedade no seu conjunto.” (NOVO, MOTA, 2019)

Ferreira e Souza (2014, p.5) esclarecem que a qualidade da educação, em especial nas escolas públicas não podem ser construídas somente com em políticas privatizadas e quantitativas, as quais a escola particular seja símbolo de eficiência, mas, sim, em programas que tenham no resgate da qualidade da escola pública a sua força maior, a fim de alcançar efetivamente um nível educacional de qualidade.

Nesse sentido, retomando o estudo de Novo e Mota (2019, p.12) sendo o Poder Público, um dos responsáveis pelo fomento à educação, tem o dever de promover ações não só no âmbito de elaboração de políticas públicas (executivo), mas também no âmbito de elaboração de leis (legislativo), exercendo o papel de fiscalizador e protetor desse direito (judiciário).

De acordo com Bastos (2017, p.9) o governo federal, através do Ministério de Educação e Cultura – MEC proporciona programas educacionais que se objetivam ao resgate da qualidade da educação brasileira. No entendimento do autor, esses programas demonstram as melhores intenções possíveis, entretanto, em muitos casos são ineficientes por conta da ausência de interesse do seu cumprimento, e pela falta de fiscalização dos recursos destinados, má aplicação, e uma série de fatores. Nesse sentido houve a implementação do FUNDEB, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação) o que veremos a seguir.

Então em um primeiro momento como avanço educacional temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96, que tem por objetivo disciplinar e estruturar o funcionamento do sistema educacional brasileiro. Em sequência, cabe ressaltar como programa que auxilia como uma política pública na educação o FUNDEB, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação) Lei nº 11.494/07, com vigência entre 2007/2020.

Nas palavras de Linze (2018) o FUNDEB dedica-se ao aumento de investimento financeiro do governo federal e em projetos de educação nos estados.

De natureza contábil e de âmbito estadual, o Fundo direciona uma parcela dos recursos integrantes da vinculação constitucional – 20% das receitas de alguns impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, bem como de receitas correspondentes à dívida ativa, juros e multas relacionadas aos respectivos impostos – para a educação básica, mais especificamente, para “a manutenção e ao desenvolvimento da educa-

ção básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração” (BRASIL, 2007, Art. 2º).

A complementação federal ocorre apenas quando, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, “o valor médio ponderado por aluno [...] não alcançar o mínimo definido nacionalmente” (BRASIL, 2007, Art. 4º).

O Fundeb tem por objetivo orientar a aplicação dos recursos na área, almejando o desenvolvimento social, ainda como programas e políticas públicas, podemos mencionar conforme nos elucida Bastos (2017) a instituição do Piso Salarial Nacional do Magistério – PSNM, Lei nº 11.738/08, que regulamenta o salário nacional dos profissionais em educação básica, além da elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, que é extremamente importante proposto pela Lei nº 13.005/04, e referido no artigo 214 da Constituição Federal, insta salientar que o PNE, possui vinte metas e mais de 254 estratégias, e tem sua vigência entre 2014/2024, ressalta o autor que essas políticas públicas trouxeram fôlego e energia para a “condução de uma das tarefas mais árduas e mais complexas do seio social”. (BASTOS, 2017 P.44)

Neste sentido, o Plano Nacional de Educação é um instrumento definido em função da política educacional a ser implementada, da legislação que lhe dá suporte e das condições humanas, materiais e financeiras à disposição da sociedade. Seu principal objetivo é atender às necessidades educacionais da população. Conforme esclarece Cury (1998, p.164) consiste em um programa de realizações que se destina a ser executado e cumprido em um certo período, “dentro de objetivos a serem atingidos e para os quais se pleiteiam os meios, inclusive pecuniários, necessários para a implementação adequada.

Para Julião (2017, p.44) o Plano Nacional de Educação é uma das tarefas mais necessárias e urgentes é a instituição do Sistema Nacional de Educação. Conforme art. 13 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o PNE (2014-2014) (JULIÃO, 2014, p.44).

De acordo com Ferreira e Nogueira (2015, p. 2) o Plano Nacional de Educação consiste na política pública mais atual e objetiva-se a melhoria da educação. Esse plano está amparado na Constituição Federal e visa efetivar os deveres do Estado em relação à Educação.

Nesse sentido cabe mencionar o que determina o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007, p.25).

A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (BRASIL, 2007, p.25)

Ainda, de acordo com Oliveira *et al* (2011, p.8) por meio do Plano Nacional de Educação pretende-se que se estabeleça políticas de Estado, partindo da participação democrática e ampla da sociedade civil, que visa realizar e garantir com qualidade os direitos educacionais para todos. “Que se definam as bases, diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira, incidindo sobre os demais planos decenais de educação a serem construídos por estados, municípios e Distrito Federal” (OLIVEIRA, et al, 2011)

Ferreira e Nogueira (2015, p. 9) definem os planos como documentos (políticas públicas), com força de lei, que visam estabelecer metas para garantir uma educação de qualidade, e que isso avance em um município, estado ou país, no período de dez anos.

Corroborando esse entendimento Mota Junior (2016, p.2) que entende que o PNE 2014-2024, é o principal documento para o desenvolvimento da educação nacional, e abrange questões referentes à organização da educação, bem como ações traduzidas em metas a serem atingidas, em um prazo de 10 anos. (MOTA JUNIOR, 2016.P.2)

Como visto é papel do Estado assegurar políticas públicas a fim de manter um ensino público gratuito e obrigatório e de qualidade, nesse sentido cabe trazer à baila o entendimento de Stefano (2014) que esclarece que o princípio inserido na Constituição Federal em seu artigo 206, VII “VII – garantia do padrão de qualidade”.

Esse princípio segundo o autor assegura o direito à igualdade. Stefano (2014) entende que não há o que se falar em ensino diferenciado às pessoas que possuem a mesma capacitação, sendo assim, é dever das escolas ministrar o ensino com seriedade, sempre com o objetivo de desenvolvimento do conhecimento e do pensar. (STEFANO, 2014, p. 348)

O supramencionado autor esclarece que não pode se admitir que pessoas na mesma situação tenham ensinamentos diversos, que em suas palavras “em que se finge que aprende e finge que se ensina,” para mudar isso é necessário que haja o máximo de seriedade no conteúdo ministrado e este conteúdo seja suficiente na capacitação do aluno em sua vida social e profissional.

No concernente à qualidade, para Novo e Mota (2019, p.12) ela é um desafio. Relatam os autores que na grande maioria dos países desenvolvidos, em média 30% das pessoas que concluem o Ensino Médio, ingressam no ensino superior. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse índice perpassa a 50%. Entretanto, em países europeus, o acesso ao Ensino Superior, ainda é bastante seletivo e restrito e as instituições em sua maioria públicas, mantêm padrões bastante similares entre si.

Nesse sentido, corroboram os programas e políticas públicas implementados pelo Estado. Acerca de programas e políticas públicas educacionais, Linze (2018, p.3) menciona alguns: o Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, se destina a fazer a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Temos o conhecido EJA, (Educação para Jovens e Adultos) que se objetiva à educação de adultos que não terminaram os estudos na idade indicada. O EJA atende desde o ensino fundamental até o ensino médio.

A supramencionada autora esclarece ainda que com relação a programas que auxiliem a sociedade no mercado de trabalho relacionado à educação temos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que se destina a aumentar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissionalizante. Esse programa é direcionado aos alunos da rede pública, trabalhadores e ainda beneficiários de outros programas sociais do governo.

No concernente à Educação de Ensino Superior, foi implementado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que se destina a oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. Cabe ressaltar que essas bolsas são destinadas em especial aos estudantes de baixa renda que ainda não têm ensino superior. (LINZE, 2018, P.6)

Nesse sentido, Novo e Mota (2019, p.9) esclarecem que a grande maioria dos brasileiros matriculados no ensino superior estuda em universidades privadas.

Relatam os autores que em 2015, dos oito milhões de estudantes de ensino superior, apenas dois milhões estavam em universidades públicas. Essa minoria que frequentam universidades públicas no Brasil tende a ser de famílias mais abastadas e que frequentaram escolas primárias e secundárias privadas. (NOVO, MOTA, 2019, p.9).

9 Para os estudantes do ensino médio, o governo federal oferece o MEDIOTEC, que consiste em um programa que oferece cursos de ensino técnico destinado aos alunos de ensino médio das escolas públicas estaduais. (LINZE, 2018, P.6)

Conforme entendimento de Novo e Mota (2019, p.12) as diversas instituições do poder público cumprem papéis importantes na garantia dos direitos dos cidadãos. O Brasil é um país marcado por desigualdades, onde a distribuição de direitos espelha essa desigualdade, garantir o direito à educação é, sem dúvida, nas palavras dos autores, “uma prioridade e um passo fundamental na consolidação da cidadania.” A educação



consiste em uma competência comum a todos os entes federados que formam o Estado brasileiro.

Bastos (2017, p.1) entende que apesar dos grandes avanços educacionais, o Brasil necessita de políticas mais enérgicas e mais eficazes, por meio de estratégias seguras e que possam sinalizar o combate às desigualdades sociais, trazendo de fato, uma oferta de uma educação de qualidade e tendo investimentos que possam atender às carências inerentes das áreas, bem como uma fiscalização essencial e rígida sobre a aplicação dos recursos destinados.

O autor supramencionado esclarece que não podemos admitir que o que se tem feito pela educação brasileira é suficiente, ainda mais quando é visível a desqualificação dos profissionais, além de “acentuados desvios de funções, instituições educacionais sem estruturas adequadas para funcionamento, número excessivo de alunos por classe e onde a exclusão social apresenta-se de forma bastante explícita”. (BASTOS, 2017, P.1)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

A educação qualifica o cidadão para o trabalho e facilita sua participação na sociedade. Todos os cidadãos têm direito à educação. Com ela, o brasileiro pode vislumbrar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho.

Como visto, é papel do Estado assegurar políticas públicas a fim de manter um ensino público gratuito e obrigatório e de qualidade, bem como inserir toda a sociedade nesse contexto.

Sabe-se que há grandes desafios a serem superados na educação no Brasil, que de certa forma limitam o trabalho das escolas, por exemplo com relação a atuação dos professores, que muitas vezes são prejudicadas pela falta de equipamentos e condições de ensino, além da deficiência na própria formação, entre outros. Desta forma, se faz necessária e mostra-se importante a participação ativa das Políticas Públicas Educacionais.

Como pudemos observar as Políticas públicas educacionais, consistem em condições que permitem ao Estado a que possa tomar medidas e regular o funcionamento do setor educacional.

Insta salientar que essas políticas se direcionam a uma das organizações mais complexas e antigas da sociedade. Em referência às políticas públicas educacionais, referem-se a essas medidas especificamente voltadas ao setor educacional, que precisam, além de publicadas, serem implementadas a fim de que as medidas tenham efetividade.

Nesse sentido, pelo estudo feito posso concluir, que ainda não chegamos ao patamar de educação esperado, e há muito o que ser feito, no entanto, o Estado tem auxiliado por meio da implementação das Políticas educacionais em uma ajuda para que de fato se concretize essa “educação a todos” exposta na Constituição Federal.

No entanto, é um caminho longo a ser percorrido, da mesma forma que pudemos observar que a educação no Brasil foi levada a sério tardiamente, hoje no contexto contemporâneo e com a implementação das políticas educacionais, ainda assim, a educação segue a passos lentos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leandro Francisco políticas públicas voltadas para a inclusão social de surdos, **Rev. Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 9, n. 2, p. 149-162, 2017. ISSN 2176-3070 1.

BASTOS, Manoel de Jesus. Políticas Públicas na Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 05. Ano 02, V. 01. pp 253-263, jul. 2017. ISSN:2448-0959. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.172,** de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001, Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 AGO. 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 11 ago. 2021

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cadernos de Pesquisa, 110, 144-155. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>. [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp)

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: uma reflexão provocativa ao debate. IN: O sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto.

DOURADO, Luis Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação Social**, Campinas, vol.28, n.100, p.921-946, out. 2007.72

DELGADO, Adriana Patrício. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. **Espaço do Currículo**, v. 4, n. 2, p.162-171, set. 2011 a Mar. 2012. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec162>

FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. Dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, p. 143-155, 16 mar. 2017.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. DIDONET, Vital. **Educação Infantil – Creches.** Período integral e parcial – Férias. 2015. Mimeo.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros, impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação. **Artigo.** <http://pne.mec.gov.br/alinhando-os-planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Kujawa, D., Martins, A., & Patias, N. 2020 Dez 9. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA NO BRASIL. **Revista Sociais e Humanas.** [Online] 33:3

LENZI, Tié. Políticas públicas na educação: quais são e quem faz? ARTIGO 2018. <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao>

LIMA, Andréa Félix de. **Políticas públicas para a juventude:** o Pronatec como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho. (Monografia). 2015.

FREITAS, Roberto Araujo de Moraes. MARTINS, Priscila Bernardo. A história da educação e da pesquisa científica no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, Ed. 12, V. 08, p. 127-138. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/historia-da-educacao>

JUNIOR. Haroldo Andriguetto. Políticas públicas em escolas: um desafio de implementação e gestão no caso da educação especial paraense. Rev. **Cong. Nacional de Educação.** 2017.

JUNIOR, Antonio de Macedo Mota. Políticas públicas para a educação superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 2, nov. 2012. Artigos. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

LIMA, Licínio, L. **A Escola como Organização Educativa**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Andréa Félix de. **Políticas públicas para a juventude**: o Pronatec como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho. (Monografia). 2015.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, p. 392-412, nov. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

NIEVOLA, Claudicéia Rosa. Políticas públicas da educação e gestão democrática e participativa na escola. **monografia** de especialização. Telêmaco Borba. 2011 disponível em [http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21411/2/CT\\_GPM\\_I\\_2011\\_18.PDF](http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21411/2/CT_GPM_I_2011_18.PDF)

NOVO. Benigno Núñez. MOTA, Antonio Rosembergue. O direito à educação na Constituição de 1988. Disponível em **Revista Jus Navigandi**. <https://jus.com.br/artigos/75568/o-direito-a-educacao-na-constituicao-de-1988>

OLIVEIRA, Francisco Adão. **Políticas Públicas Educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Puc, Goiás, 2010.

OLIVEIRA. Roneide Silva. **Políticas públicas educacionais**: Percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil Monografia Brasília, maio de 2013 [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8061/1/2013\\_RoneideSilvaDeOliveira.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8061/1/2013_RoneideSilvaDeOliveira.pdf)

PIAIA, Karine. SCALABRIN, Ionara Soveral. Um olhar sobre as políticas educacionais brasileiras: desafios e possibilidades. **Artigo**. Curitiba 2011

RANIERI, Nina. **Educação Superior, Direito e Estado**: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). São Paulo: Edusp, 2000.

SCHWARTZMAN, S. e col. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.

PIAIA, Karine. SCALABRIN, Ionara Soveral. **Um olhar sobre as políticas educacionais brasileiras: desafios e possibilidades**. Artigo. Curitiba 2011

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Artigo. 2014.

STEFANO, Isa Gabriela de Almeida; CANEGUSUCO, Miriam; KUMPEL, Vitor (Coord.). **Direito Constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n.º 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, n.º 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n.15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>

Disponível: [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2006/4/Po1%C3%ADticas%20P%C3%BA-blicas%20para%20a%20juventude%20o%20PRONATEC\\_Artigo\\_2015.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2006/4/Po1%C3%ADticas%20P%C3%BA-blicas%20para%20a%20juventude%20o%20PRONATEC_Artigo_2015.pdf) Acesso em: 08 ago. 2021

## Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos em tempos de pandemia<sup>1</sup>

*A look at the educational reality of education of young people and adults in times of pandemic<sup>2</sup>*

Erika Gomes Pereira

Heliana Pereira da Costa

Submetido em: 02/01/2023

Aprovado em: 03/01/2023

Publicado em: 06/01/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.466

### RESUMO

A modalidade de ensino educação de jovens e adultos (EJA) tem como propósito oportunizar aos jovens, adultos e idosos que não concluíram seus estudos no tempo devido, a retornarem à sala de aula. Neste trabalho de pesquisa buscamos compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes diante desses impactos. Constituído numa perspectiva qualitativa e dialética, foi produzido seguindo os tipos de pesquisa descritiva e exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica envolvendo os autores Freire (2020), Silva (2017), Barreto (2004), entre outros. Além disso, foi realizada pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, realizada na Escola Municipal Acre do município de Porto Grande, Estado do Amapá. Foram envolvidos cinco professores que atuam na EJA, dois gestores, seis estudantes que frequentam a EJA e três ex-estudantes que se evadiram da EJA, que responderam um questionário com questões abertas e fechadas. Na organização deste relatório consta uma introdução onde é apresentado informações iniciais sobre o trabalho de pesquisa realizado, o estado do conhecimento e os procedimentos metodológicos que foram adotados, os resultados e discussões sobre os dados que foram obtidos com a investigação, as propostas didáticas complementares advindas da pesquisa realizada e, por fim, são descritas as considerações finais do trabalho realizado. As repercussões do trabalho indicam que as dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino durante o período pandêmico são muitas: falta de conhecimento tecnológicos por parte dos professores e estudantes, falta de comunicação entre professor e estudante, o desconhecimento das palavras e a inability de formular uma conta de adição são questões se agravaram no atual cenário pandêmico, contribuindo ainda mais para a defasagem no processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-Chave:** EJA; Pandemia da Covid-19; Distanciamento social; Ensino remoto.

### ABSTRACT

The teaching modality Youth and Adult Education (YLE) aims to provide opportunities for youth, adults, and the elderly who have not completed their studies in due time, to return to the classroom. In this research paper we seek to understand the impacts of the Covid-19 pandemic on the teaching-learning process of the EJA modality, considering the need for social distance and the use of remote learning, analyzing how the permanence of students is facing these impacts. Constituted in a qualitative and dialectical perspective, it was produced following the descriptive and exploratory research types, through bibliographic research involving the authors Freire (2020), Silva (2017), Barreto (2004), among others. In addition, field research was conducted, of the case study type, carried out in the Acre Municipal School in the municipality of Porto Grande, Amapá State. It involved five teachers who work in EJA, two managers, six students who attend EJA, and three former students who dropped out of EJA, who answered a questionnaire with open and closed questions. The report includes an introduction where initial information about the research work carried out is presented, the state of knowledge and the methodological procedures that were adopted, the results and discussions about the data that were obtained from the investigation, the complementary didactic proposals arising from the research carried out, and, finally, the final considerations of the work carried out are described. The repercussions of the work

1

1 Este artigo foi apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia -EAD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Campus Porto Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia. Professor Orientador: Josimar de Aparecido Vieira.

2 This article was presented to the Degree Course in Pedagogy -EAD of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá - IFAP, Porto Grande Campus, as a partial requirement to obtain the degree of Degree in Pedagogy. Professor Advisor: Josimar de Aparecido Vieira.



indicate that the difficulties encountered in this teaching modality during the pandemic period are many: lack of technological knowledge on the part of teachers and students, lack of communication between teacher and student, the ignorance of words and the inability to formulate an addition account are issues that have worsened in the current pandemic scenario, contributing even more to the gap in the teaching-learning process.  
**Keywords:** EJA; Pandemic Covid-19; Social Distance; Remote Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

A história da educação de jovens e adultos (EJA), vem rompendo barreiras desde os primórdios e atualmente, é uma modalidade de ensino que tem seus direitos assegurado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) sendo oferecida gratuitamente aos estudantes que não tiveram acesso escolar na idade própria cabendo ao poder público estimular o acesso e a permanência do jovem e do adulto na escola. Nesta direção, este trabalho de pesquisa tem como tema a EJA, sendo uma modalidade de ensino criada com objetivo de oportunizar aos jovens, adultos e idosos que não concluíram seus estudos no tempo devido, a retornarem à sala de aula. Desta forma encontra-se delimitado da seguinte forma: “Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos (EJA) em tempos de pandemia”.

A modalidade de EJA vem ocorrendo no Brasil historicamente é marcada pelo desafio da permanência e êxito dos estudantes. Neste processo, constata-se um alto índice de evasão escolar que se tornou mais intensificado com a pandemia da Covid-19 tendo em vista a necessidade do isolamento social e a implementação do ensino remoto. No ensino remoto, as tecnologias digitais passaram a ser protagonistas do processo educativo e muitos estudantes dessa modalidade de ensino estão tendo dificuldades de acesso a essas tecnologias contribuindo para a ampliação do índice de evasão. Diante dessas considerações, o problema de pesquisa deste trabalho está assim delimitado: quais os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto? Diante deste cenário, como se encontra a permanência dos estudantes da EJA?

Então, o objetivo geral da presente pesquisa foi compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos. Por tanto também foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a modalidade EJA na rede pública municipal de Porto Grande-AP, apontando contribuições de Paulo Freire para esta modalidade de ensino; b) identificar os principais problemas enfrentados pelos professores e estudantes da EJA na pandemia da Covid-19, indicando decisões que foram tomadas para prosseguir com a EJA no contexto dessa pandemia no intuito de manter os estudantes frequentando as aulas; c) conhecer as repercussões das medidas adotadas pela EJA com a relação à permanência dos estudantes; d) Destacar fatores que estão contribuindo para possíveis abandonos de estudantes da EJA em decorrência das medidas que foram adotadas com a pandemia da Covid-19.

Diante desse cenário e, também pela experiência escolar de uma das autoras deste projeto que, embora não tenha frequentado a EJA, concluiu o ensino fundamental por meio de exame de massa hoje conhecido como ENCCEJA, entendemos ser necessário continuar refletindo sobre a EJA na busca de uma educação de qualidade nesta modalidade de ensino, garantindo acesso e principalmente permanência daqueles que nela ingressam.

Para tanto, considerando o contexto atual marcado por intensas transformações sociais e pelas repercussões da pandemia da Covid-19, tornou-se imprescindível a realização de trabalhos dessa natureza, que buscou contemplar mais um olhar sobre a realidade da formação escolar presente na EJA, onde estudantes sentem

a necessidade de regressarem à sala de aula em função das exigências postas pelas novas demandas do mundo do trabalho.

Voltado para esses propósitos, neste relatório constam o tópico estado do conhecimento em que apresenta subtópicos que fundamentam a presente pesquisa, consiste nos procedimentos metodológicos que foram adotados, os resultados e discussões sobre os dados que foram obtidos com a investigação, as propostas didáticas complementares advindas da pesquisa realizada e, por fim, são descritas as considerações finais do trabalho realizado.

## 2. ESTADO DO CONHECIMENTO

### 2.1 A realidade educacional da modalidade de EJA em tempos de pandemia

Hoje no Brasil em pleno século XXI, ainda existem muitos analfabetos, o que nos faz pensar em como mudar esse quadro, muito embora sabe-se que muitos dos problemas presentes na educação brasileira e advindo da falta de incentivo, e para mudar esse quadro precisa mobilizar a sociedade, a fim de conscientizá-los que é de fundamental importância uma educação de qualidade, mudando assim o quadro de evasão, onde o estudante muitas vezes desiste pela falta de recurso.

Nesse sentido, a EJA é uma modalidade de ensino que visa atender aqueles que não tiveram condições de concluir seus estudos na idade certa, e tem como objetivo diminuir o número de analfabetos, e resgatar os que se evadiram por algum motivo (SILVA, 2017).

Considerando que a EJA é voltada para alfabetizar o jovem e o adulto, e na atual conjuntura pandêmica onde muito não tem acesso às tecnologias como nos afirma Santos e Barbosa (2020, p.168) “as desigualdades ficaram mais marcantes, visto que grande parte dos estudantes das classes populares não dispõe dos recursos necessários para o novo momento”, e levando em conta as aulas remotas, o que se vê na realidade e a desistência de muitos, já que em sua maioria são adultos trabalhadores que tem como prioridade o sustento da família, e nesse momento o que já era difícil ficou pior.

Santos e Barbosa (2020), deixa claro que a pandemia da covid-19 abalou toda a estrutura da sociedade mundial, e a educação de modo geral teve impactos bastantes negativos, considerando que as aulas passaram a ser de forma online. Conforme relatam Santos e Barbosa (2020, p. 173):

Iniciado na cidade chinesa de Wuhan, onde foi identificado no último dia do ano de 2019 o primeiro caso motivado pelo novo coronavírus, SARS-CoV 2, o vírus começou a se espalhar com impressionante rapidez no continente asiático e deste para outros países. No Brasil, o primeiro caso foi identificado em São Paulo no mês de fevereiro de 2020. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto como pandemia, vindo, na sequência, a primeira morte em São Paulo, e duas outras no Rio de Janeiro. Iniciou-se, então, um longo período de distanciamento social e redobrados cuidados com a higiene pessoal. Novos hábitos se incorporaram à rotina da população.

Nesse cenário fica mais evidente a questão do educando de baixa renda que em sua maioria não tem acesso às ferramentas tecnológicas ou não sabe manusear, evidenciando o fator exclusão, ressaltando a modalidade de educação de jovens, que já não é considerada uma prioridade, deixando esses estudantes à mercê da sociedade, com isso eles acabam por desistir do tão sonhado conhecimento por meio da sala de aula.

3

Nesse contexto há professores desmotivados por falta de valorização profissional, devendo este ter investimentos em melhores salários e uma formação continuada condigna, país mais presente e menos omisso, ou seja, são muitas as deficiências na nossa realidade educacional.

Na EJA não é diferente, embora tenha como objetivo o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral para o desenvolvimento de sua autonomia, e está assegurado pela Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB) (nº. 9.394/96) dando acesso àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada, não minimizam as grandes mazelas que perpetuam por gerações.

Devendo destacar que a pandemia só agravou mais o quadro, e tornou mais evidente a questão da desigualdade na modalidade EJA, já que a maioria dos estudantes são de classe média baixa, o que impossibilita o acesso às tecnologias, como celular, computador e a internet, ou se tem os recursos necessários são detidos pela falta de experiência no manuseio dos tais equipamento, levando esse estudante da EJA a desistir.

Nesse contexto pandêmico de acordo com (Silva, 2020) “apud” Santos e Barbosa (2020, p. 178) afirma que:

Segundo matéria publicada no jornal digital Notícias Concursos, os estudantes de EJA são os mais vulneráveis com a suspensão das aulas presenciais e as escolas temem que adultos abandonem estudos após pandemia. Segundo a matéria, a pouca habilidade para lidar com equipamentos eletrônicos, os vínculos frágeis com a vida escolar e o risco de perda significativa de renda familiar são alguns dos fatores que tornam estes alunos mais suscetíveis a não voltar para a escola após a pandemia.

A pandemia do Covid-19 mudou a realidade de muitas pessoas que buscavam aprender, sonhos foram interrompidos, aqueles que já estavam desmotivados para ir à escola, encontraram uma brecha para interromper seus estudos, ou seja, cada indivíduo convive com uma realidade diferente e a pandemia só é mais uma das diversas razões.

Logo o abandono escolar existe por muitos motivos que vão além das pesquisas comprovadas, como por exemplo o método de ensino infantilizado adotado por alguns professores. Como afirma Santos e Barbosa (2020, p. 172):

O déficit de estudos sobre a EJA na formação inicial contribui para a permanência de antigos dilemas vivenciados na modalidade, tais como o desenvolvimento de práticas infantilizadas por parte de muitos professores, baseadas na adaptação/reprodução da mesma dinâmica de ensino aprendizagem desenvolvida com crianças e adolescentes.

É necessário que o educador busque se adaptar à realidade do estudante, e de acordo com os Santos e Barbosa (2020, p. 171), “sobretudo, por pautarem em um conceito restrito de alfabetização, limitada a ler, escrever e contar, sem objetivar a inserção dos jovens e adultos em um processo educacional continuado”.

Ainda segundo os autores:

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019), com dados de 2018, há no país cerca de 11,3 milhões de brasileiros analfabetos com 15 anos de idade ou mais, o correspondente a 6,8% da população. Esse quantitativo aumenta para 38 milhões de pessoas, de 15 a 64 anos, quando se considera os chamados analfabetos funcionais, isto é, pessoas com níveis de aprendizagens abaixo dos mínimos socialmente necessários em tarefas cotidianas de leitura, escrita e cálculo para que possam manter e desenvolver as competências características do alfabetismo. Os dados ainda revelam que, naquele ano, do total de 133,7 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais, 44,2 milhões (33,1%) não terminaram o Ensino Fundamental e 16,8 milhões (12,5%) não haviam concluído o Ensino Médio. (SANTOS; BARBOSA, 2020, p. 171).

Essas práticas devem ser revisadas e mudadas, pois, os adultos vivem uma realidade muito diferente das crianças, podendo acarretar em uma desmotivação no educando, como afirma Paulo Freire (2020, p.65) “O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores, exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância”, levando em conta que a aprendizagem é muito significativa para o ser humano, com ela o indivíduo descobre as coisas ao seu redor e desenvolve o senso crítico, e aprende a viver em sociedade.

Nesse sentido, Tamarozzi e Costa (2007, p. 73) nos faz refletir quando diz:

Assim, ensinar leitura hoje, e desenvolver nos alunos as habilidades de ler, de compreender, e interpretar diferentes gêneros de textos, escritos em diferentes modalidades de língua; e provocar situações em que a pessoa possa, efetivamente, interagir com diferentes portadores de textos, atribuindo-lhes sentido, dando-lhes significados, permitindo-lhes estabelecer relações com o que já conhecem sobre o assunto lido.

Em relação ao estudante da EJA, Tamarozzi e Costa (2007, p. 43) ressalta que, “o jovem e o adulto trazem experiências de vida que devem ser sempre o ponto de partida para sua alfabetização”. Ainda segundo os autores “O jovem e o adulto devem ter contato no ambiente da escola, com ampla diversidade de leitura e escrita que possa proporcionar-lhes habilidades e competências necessárias à alfabetização” (TAMAROZZI; COSTA, 2007, p. 75).

Diante disso a EJA carrega em suas bagagens experiências de vida, são histórias que mudam a forma de ensino do perfil desse estudante. Como nos assegura Paulo Freire (2020, p.34) “Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos”. Portanto, diante do contexto da pandemia da covid-19 com as várias mudanças tomadas, mudou a realidade educacional não só da modalidade EJA mais de diversas escolas do Brasil. Para tanto vale a pena ressaltar na próxima seção a importância e contribuição de Paulo Freire para a EJA.

## 2.2 Importância e contribuições de Paulo Freire para EJA

O educador Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade de Recife no estado de Pernambuco, é considerado o patrono da educação brasileira e foi reconhecido em todo País pela sua contribuição no ramo da educação, segundo (TAMAROZZI E COSTA, 2007).

Conforme Barreto (2004) Paulo Freire é filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire, os quais dedicou seu primeiro livro “Educação como prática de liberdade”. Ainda conforme Barreto, “Nascido numa família de classe média empobrecida com a crise, Paulo participou de dois diferentes mundos: de um lado, o status social dado pela gravata do pai e o piano da tia e, do outro lado, o coleguismo com os meninos pobres” (BARRETO, 2004, p. 19)

Barreto (2004, p.23) ressalta que “Aos 23 anos, Paulo casou-se com Elza. Viveram 42 anos de amor, com os filhos: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes”. Diante de tantas dificuldades vivenciadas pelo autor, fez com ele percebesse que havia um jeito de mudar essas injustiças no mundo (BARRETO, 2004).

Segundo Tamarozzi; Costa (2007, p.32) “Alguns momentos de sua trajetória de vida foram decisivos para que ele pudesse estruturar as bases de seu pensamento a respeito da educação”. Paulo Freire se forma em advocacia, mas em seu primeiro trabalho na profissão se depara com um jovem dentista endividado e se apieda, acabando por desistir da profissão (BARRETO, 2004).

Hoje Paulo Freire, é considerado o patrono da educação, foi o mais célebre educador brasileiro reconhecido internacionalmente por seu método de alfabetização de adultos, tinha como objetivo conscientizar os estudantes a entenderem sua situação de oprimido e agirem em favor de sua própria libertação Paulo Freire (2020). O autor também afirma que “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados ‘imersos’ na própria engrenagem da estrutura dominante, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi- la” (PAULO FREIRE, 2020, p.47).

Paulo Freire nos anos 1950 se destacou ao fazer críticas à estrutura e às metodologias aplicadas na EJA. O autor foi chamado de comunista por lutar por uma educação de qualidade. Como assevera Barreto (2004, p.29):

A pedagogia de Freire aplicada à alfabetização provocou profunda raiva nas classes dominantes, reação que Paulo explica da seguinte forma:

“E que as classes dominantes não importavam que eu não tivesse um rótulo porque elas davam um. Para elas eu era comunista, inimigo de Deus e delas. E não importava que eu não fosse. Perfila quem tem poder. Quem não tem é perfilado. A classe dominante tinha poder suficiente para dizer que eu era comunista [...]. Eu defendia uma pedagogia democrática que partia das ansiedades, dos desejos, dos sonhos, das carências das classes populares”.



Foi com sua experiência em Angicos com seu método de ensino que alfabetizou 300 estudantes em 40 horas. Angico/RN é uma pequena cidadezinha, onde mais da metade da população era iletrada, Paulo Freire com mais um grupo de universitários se unem com objetivo de alfabetizar os estudantes dessa região. Como afirma Nascimento (2013, p. 22):

Na década de 1960 Paulo Freire coordenou os projetos de alfabetização de jovens e adultos. Foi no Rio grande do Norte que ele em 45 dias alfabetizou 300 trabalhadores, em seu método Freire recomenda que não basta ler e escrever, mas dar continuidade aos estudos, havendo interação entre educador e educando, tomando como base o contexto social e cultural do aluno, sua realidade de vida, o ato educativo não pode ser um ato passivo, o que era definido por Freire como “educação bancária”, onde o aluno somente recebe.

Seu método parte do princípio do diálogo como principal ponto de partida, é por meio de conversas informais faz um levantamento do universo vocabular dos estudantes, seleciona as palavras mais utilizadas as “palavras geradoras” e assim trabalham de forma dinâmica a partir da interação coletiva. Conforme explica Freire:

Esta investigação implica, necessariamente, uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (PAULO FREIRE, 2020, p.121).

A metodologia de Paulo Freire é baseada na relação mútua, nesse processo, não só os estudantes aprendem, mas o professor também aprende com o estudante, conforme Nascimento (2013). Ainda assim, “Paulo Freire ofereceu a possibilidade de alfabetizar com aquilo que nos rodeia, a escola precisa ensinar o aluno a “ler o mundo” (NASCIMENTO, 2013, p. 22).

Para Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (NASCIMENTO, 2013, p. 15).

Por isso, o educador Paulo Freire promoveu muitas mudanças em relação ao processo de ensino aprendizagem do estudante, na visão de Paulo Freire (2020, p.121) “É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de amaciá-la”, colocando-o no centro deste processo e prezando por uma educação libertadora. Diante disso, a educação que o educador desenvolveu se tornou marco histórico no Brasil e ajudou na formação de cidadãos críticos e autônomos capazes de pensar e agir coerentemente. Nesse contexto destaca-se na próxima seção sobre a trajetória da EJA.

### 2.3 Breve histórico da trajetória da EJA no Brasil

A história da EJA, como é conhecida hoje no Brasil, vem se constituindo desde muitos séculos atrás, e foi com os jesuítas no período colonial que tudo começou, uma educação de cunho religioso, com o objetivo apenas de instruir os indígenas e mais tarde, negros a fé cristã, passa-se por quase dois séculos sem nenhuma mudança significativa. Santos (2014, p.10) afirma que “a educação deste contexto estava voltada para a doutrina religiosa, por isso tinha um caráter muito mais religioso que educacional”.

6

Nessa trajetória, chega-se ao século XX com mais da metade da população analfabeta, vindos de um contexto em que a desigualdade e a exclusão eram visíveis e apenas uma pequena parte chamada de elite ou classe dominante eram privilegiados, deixando os menos favorecidos à margem da sociedade.

E no governo de Getúlio Vargas, mais precisamente com a constituição de 1934 e a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) que começa a consolidação do sistema público de Educação, assegurando aos jovens e adultos trabalhadores o direito à educação, diminuindo assim o número de analfabetos.

Pode-se dizer que a EJA se iniciou com os jesuítas, passando por muito tempo sem nenhuma valorização, porém só passou a ter uma certa visibilidade muitos séculos depois.

Neste contexto, para Silva (2017) fica claro que no século XX o quadro do analfabetismo ainda é muito alarmante.

O mais preocupante, contudo, é constatar que esses contingentes de pessoas eram proibidos de votar, surgindo assim, a preocupação em alfabetizar jovens e adultos a fim de prepará-lo para as eleições.

Assim, a partir da constituição de 1934, o ensino começa a tomar forma e começa a ser reconhecido como necessário e obrigatório, surgindo assim o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), que vem priorizar a EJA. Como nos assegura Strelhow:

Em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos (STRELHOW, 2010, p.52).

A partir da constituição de 1934 e o (PNE), que instituiu o ensino primário, houve a necessidade de fazer melhorias com o propósito de erradicar o analfabetismo do Brasil que até então era considerado um mal a ser eliminado, assim, foram fundados alguns programas e campanhas. “Com o passar do tempo, a EJA vai conquistando um espaço próprio de reflexão e ação, cujas melhorias são marcas de disputas durante toda a trajetória da EJA, prevalecendo até os dias atuais” (SANTOS, 2014, p. 10).

Nesse contexto, inicia-se a ampliação do ensino, embora tivesse como prioridade apenas a qualificação da mão de obra, sem levar em conta a sua qualidade, formando cidadãos sem nenhum senso crítico, pois, o método empregado aos adultos eram os mesmos dadas as crianças já que eram considerados incapaz, no entanto estavam preparados para o voto.

Nas décadas que se seguiram surgiram muitos outros movimentos fundamentais para a educação, a exemplo no ano de 1938 é criado o INEP e em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário, a fim de incluir o ensino supletivo e em 1947 o SEA. Embora todos esses programas tivessem um só propósito, a erradicação do analfabetismo, o método utilizado para alfabetizar era questionável (STRELHOW, 2010).

Em outro momento “no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, observa-se o crescimento de uma nova visão na educação brasileira, baseada nas ideias de Paulo Freire que desenvolveu uma pedagogia voltada para as necessidades das camadas populares [...]” (SILVA, 2017, p. 66).

Ainda segundo Silva (2017, p. 66) “Neste momento inicia-se a execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) tendo como objetivo a construção de uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos”.

Paulo Freire se destaca ao questionar o método utilizado, pois acredita que o ensino pode libertar das amarras da opressão, tendo o diálogo como ponto de partida, respeitando a realidade do estudante para então formar cidadãos críticos e emancipados. Porém, com o golpe militar, toda a tentativa de uma educação libertária foi reprimida (SILVA, 2017).

Nesse sentido, antes de seu exílio Freire nos deixa uma reflexão, “há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos” (FREIRE, 2020 p. 31).

A partir de 1969, o governo federal organizou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais, proclamadamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. Diferentemente do que ocorreu na Campanha de 1947, o governo federal investiu um volume significativo de recursos na montagem de uma organização de âmbito nacional e autônoma em relação às secretarias estaduais e ao próprio Ministério da Educação (DI PIERRO; RIBEIRO, 2001, p. 61).

Segundo Costa (2007), deve-se considerar alguns eventos relevantes que marca a história da EJA, onde deve-se destacar Paulo Freire:

- Em 1958, Paulo Freire faz críticas ao método empregado no momento, pois acredita que se deve levar em consideração o conhecimento do estudante.

- Em 1964, o golpe militar extingue todos os movimentos até então existentes e Paulo Freire é exilado.

- Em 1968, no então governo do militarismo criou-se o Mobral com a finalidade de alfabetizar adultos e perdurou por quase 20 anos.

- Em 1988, a Constituição Federal veio garantir o ensino gratuito e obrigatório a todos que não tiveram acesso à idade própria.

- Em 1996, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que assegura o EJA como modalidade de Educação Básica.

- Em 2000, é criado o documento que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

- Em 2003, no governo Lula, foi criado o programa Brasil Alfabetizado, existente até os dias atuais.

Por fim, nota-se que a luta pelo fim do analfabetismo vem de gerações, contudo vem passando por muitos momentos significativos a fim de garantir uma educação de qualidade.

Pode-se dizer que a EJA vem de um contexto de muita luta e resistência, contra o preconceito a favor principalmente de respeito à diversidade de seus saberes e de sua experiência de vida.

Contudo não basta programas para erradicar com o analfabetismo, tendo professores despreparados e desvalorizados, seria necessárias políticas públicas de incentivo com melhores salários e formação continuada, para que todos possam usufruir desse conhecimento.

## 2.4 Currículo da EJA no Estado do Amapá - ensino fundamental

É de fundamental importância que o educador possua uma organização das disciplinas que ajude no processo de aprendizagem do estudante e desenvolva todas as áreas cognitivas dele. Principalmente de uma forma que trabalhe seu cotidiano, pois, a alfabetização de um adulto difere de uma criança. Faz-se necessário ter toda uma estrutura que possibilite a inclusão desse estudante no âmbito educacional de uma forma em que ele não se sinta desrespeitado, além de que é necessário que o estudante consiga ter total compreensão do assunto a ser abordado em sala de aula, pois, se o estudante não consegue compreender os conteúdos aplicados, pode-se dizer que isso se torne mais um motivo para que ele abandone os estudos.

[...] alguns problemas que enfrentamos nas escolas e classes decorrem exatamente dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve aprender e aprender os conteúdos escolares. No caso da EJA um outro agravante se interpõe e se relaciona com o fato de que a idade e vivencial social e cultural dos educandos são ignoradas, mantendo-se nestas propostas a lógica infantil dos currículos destinados a crianças que frequentam a escola regular (MOURA, 2008, p. 88).

Para as instituições de ensino é providenciado uma estrutura curricular onde cada estado pode adaptá-las de acordo com sua região. Portanto, no estado do Amapá, estado localizado no norte do Brasil, a qual essa pesquisa está sendo desenvolvida, buscou-se investigar como está organizado a estrutura curricular das escolas. Conforme Amapá (2015) o estado segue a seguinte organização curricular:

Art. 17. A organização curricular dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio, embasar-se-á no que estabelecem os artigos 26, 27 e 32 da Lei nº 9.394/1996, Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nas Resoluções CNE/CEB nºs 01/2000, 07/2010 e 02/2012.

b) História;

V - Ensino Religioso.

Art. 18. São componentes curriculares integrantes da Base Nacional Comum, articulados com as Áreas de conhecimento, no Ensino Fundamental:

I - Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

- b) Língua Materna para População Indígena;
- c) Língua Estrangeira Moderna;
- d) Artes;
- e) Educação Física;
  - II - Matemática;
  - III - Ciências da Natureza; IV - Ciências Humanas:
    - a) Geografia;

A EJA traz consigo uma grande história, repleta de acontecimentos que mudaram o pensamento de muitas pessoas durante os últimos tempos, pois, um estudante que desistiu de estudar e depois resolveu voltar à escola ele vai passar por diversas situações muitas das vezes constrangedoras, e para piorar não possui o apoio da família e nem da escola e muito menos do governo, leis ficam no papel e muita das vezes não é exercida, e isso não vale só para a modalidade EJA. São tantos acontecimentos que podem se tornar um dos motivos do estudante abandonar a escola, principalmente se ele não se sente à vontade na sala de aula, se ele não é bem recebido pelo professor ou pelos outros estudantes.

Algumas das qualidades essenciais ao educador de jovens e adultos são a capacidade de solidarizar-se com os educandos, a disposição de encarar dificuldades como desafios estimulantes, a confiança na capacidade de todos de aprender e ensinar (BRASIL, 2001.p. 46).

Quando o educador assume seu papel, ele precisa ter consciência de que deve haver uma aproximação entre ele e os estudantes, não é só passar os conteúdos programados e explicá-los. “Coerentemente com essa postura, é fundamental que esse educador procure conhecer seus educandos, suas expectativas, sua cultura, as características e problemas de seu entorno próximo, suas necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2001, p. 46).

O professor precisa conhecer o conteúdo ministrado, aperfeiçoá-los, estudá-los frequentemente para estar sempre atualizado e assim ajudar o estudante com as necessidades de aprendizagem e dentre outros Brasil (2001). Um problema que pode ocorrer é se o educando não consegue compreender os assuntos postos pelo educador e será que este professor está se importando se os estudantes estão aprendendo? Apesar de que o planejamento de aula ser feito pelo professor nem sempre ocorre como o planejado, mas este educador está sendo flexível com os estudantes em sala de aula? São perguntas que refletem a realidade educacional da modalidade EJA em muitas cidades pelo Brasil.

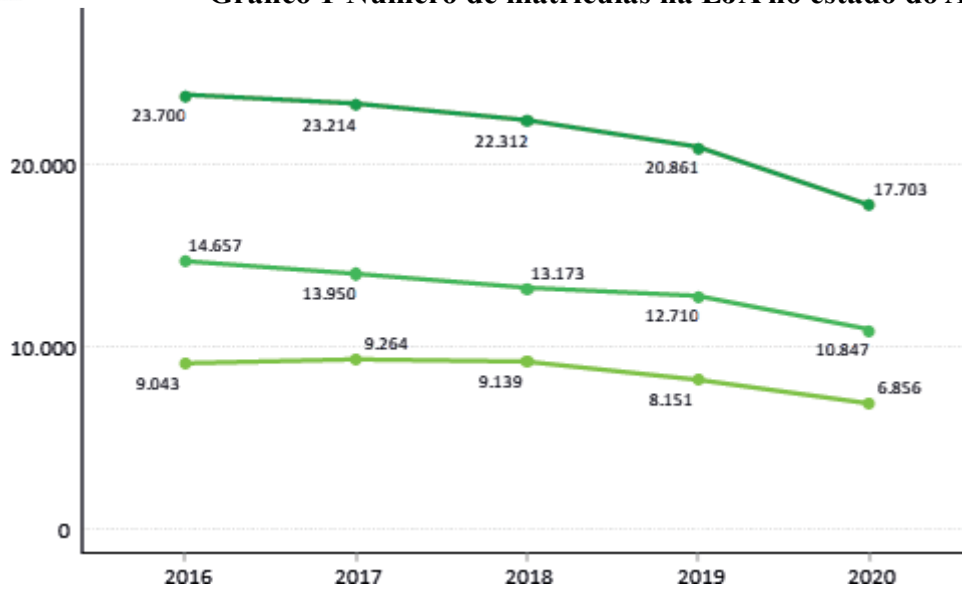
## 2.5 Censo da educação básica do ano de 2020 no Estado do Amapá

A EJA sendo fundamentada na Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, no artigo 37 onde afirma que a modalidade “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” Brasil (1996). Ela visa promover mudanças no cotidiano daquele indivíduo que busca mudar de vida por meio da educação. Esta modalidade passou por vários momentos tensos ao longo dos anos pelo Brasil, no estado Amapá não iria diferir, pois, em média 25% dos estudantes abandonam a escola, Amapá (2019). De acordo com dados do Inep (2021):

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) apresentou uma queda de 25,3% de 2016 a 2020, chegando a 17.703 matrículas em 2020. Em relação ao ano de 2019, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 14,7%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 15,9% em relação a 2019.



**Gráfico 1-Número de matrículas na EJA no estado do Amapá nos 2016 – 2020**



EJA fundamental

EJA médio

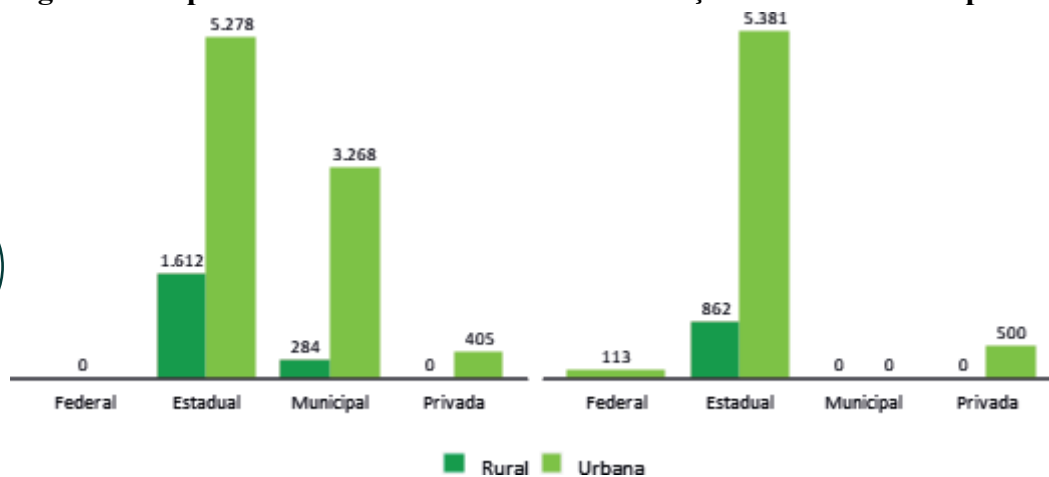
**Fonte: Inep (2021)**

Perante os dados coletados pelo INEP o ano de 2020 obteve uma grande queda de matrículas e foi o período em que a Covid- 19 se agravou em todo o mundo. Diante disso com as várias medidas tomadas pelo governo dificultou muito o acesso à educação de muitas pessoas e principalmente com os estudantes da EJA. Segundo Souza (2012, p. 20):

O que também acontece com os alunos do público da EJA, que além das dificuldades com os aparelhos eletrônicos ainda tem que conciliar os horários de trabalho, de cuidar da casa e dos filhos com as aulas remotas, o que gera muita desmotivação por parte deles.

A EJA no estado do Amapá no ano de 2020 teve menos matrículas do que no ano de 2019. Conforme dados do Inep (2021) a EJA no estado nesse mesmo ano possui uma quantidade maior de matrículas na zona urbana sendo que no ensino fundamental, na rede estadual tem cerca de 63,5% e no ensino médio 91,1% de estudantes matriculados e a municipal possui 32,7% no ensino fundamental e a rede privada possui 7,3% de estudantes matriculados. De acordo com dados do Inep (2021):

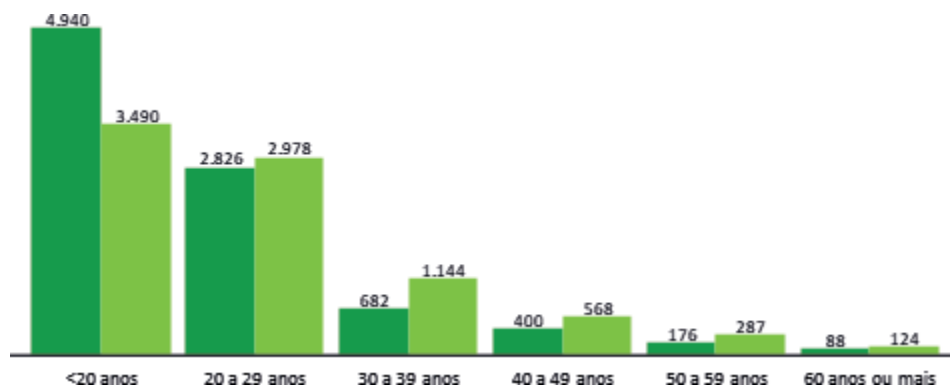
**Gráfico 2- Número de matrículas na EJA de nível fundamental e de nível médio segundo a dependência administrativa e a localização da escola – Amapá – 2020**



Fonte: Inep (2021)

O gráfico abaixo traz uma análise dos estudantes da modalidade EJA matriculados nas escolas do estado do Amapá.

**gráfico 3-Número de matrículas por faixa etária e sexo na educação de jovens e adultos -2020**



Fonte: Inep (2021)

São diversos fatores que impedem os indivíduos de se matricularem numa escola, não é de hoje que a EJA passa por essas frustrações. De acordo com Inep (2021) na EJA a maioria dos estudantes possui menos de 20 anos, ou seja, são praticamente 47,6% de educando matriculados, além de que 58,6% são do sexo masculino. Por fim, os gráficos apresentados demonstram especificamente os dados coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para que se tenha uma percepção de como continuam as matrículas no estado Amapá.

## 2.6 Caracterização e historicização da Escola Municipal Acre

Inspirado no Regimento escolar de fevereiro de 2017, e no Projeto político pedagógico reformulado em 2021, fez-se necessário compreender e conhecer a Escola aqui pesquisada.

A Escola Municipal Acre, com sede nesta cidade, fica à Avenida 08 de Agosto, nº 196 Centro, no município de Porto Grande, Estado do Amapá, jurisdicionado à Secretaria Municipal de Educação, é mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP, inscrita no CNPJ nº. 01.809.161/0001-93, segundo o Regimento Escolar (2017).

Ela fica distante cerca de 110 km da capital do Estado, segundo o PPP (2021). Tem como objetivo oferecer serviços educacionais em função das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem de crianças, jovens e adultos, considerando a faixa etária, os anos iniciais, anos finais e modalidades de ensino da EJA e Educação Especial de acordo com o disposto na Lei 9.394/96 de acordo com o Regimento Escolar (2017).

11

Segundo o PPP (2021) A referida escola foi construída juntamente com mais 11 (onze) estabelecimentos de ensino, denominados de “Grupo Escolar”, na gestão do Prefeito Alfredo Oliveira, o qual era gestor de Macapá.

Conforme a historicização da escola municipal Acre, assegurado no projeto político pedagógico PPP (2021) O Grupo Escolar Acre, foi inaugurado em 26 de julho de 1966, para atender às crianças do então Distrito de Porto Grande, o qual pertencia ao município de Macapá. Em 1976 obteve autorização legal para lecionar 3ª e 4ª séries, expandindo suas atividades com seriação lógica até a 8ª série.

Em 1996, já na gestão do 1º prefeito eleito Elias de Freitas Trajano, a escola foi reformada para conseguir atender um maior número de estudantes.

Em 2012 a Escola Municipal Acre passou pela escolha de diretor eleitos por votos de funcionários, pais e estudantes maiores de 16 anos, eleitas as professoras Zilma da Costa SILVA e Adriana de Lima do CARMO.

Em agosto de 2016 por meio de eleição democrática, foram eleitas ao pleito de gestores educacionais a Coord. JULIENE TEIXEIRA AMADOR e a Prof.ª MARIA DO LIVRAMENTO FORTUNA. Onde exerceram suas funções até julho de 2018.

E logo assumiram em agosto de 2018 por meio de eleição democrática os Professores ALEXANDRO SOUZA DE OLIVEIRA E GUSTAVO OLIVEIRA DA SILVA BARRETO, eleitos ao pleito de gestores educacionais.

Atualmente a escola Municipal Acre tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Porto Grande, na gestão o Prefeito José Maria de Oliveira Bessa, Secretário Municipal de Educação Ivaneide Vilhena de Castro, e como atual gestor, Gustavo Oliveira da Silva Barreto e Alexandre Souza de Oliveira, com a Parceria do Governo Federal – **FUNDEB** e secretaria de Estado da Educação – **SEED**

Inspirados nos princípios de gestão democrática no ensino, a Escola Municipal Acre tem a seguinte estrutura administrativa: Gestão Escolar, Secretaria; Equipe Técnica Pedagógica; Coordenação dos Anexos; de acordo com o Regimento Escolar (2017).

Conforme cita o Regimento Escolar (2017) O grande desafio da gestão democrática está em fazer com que toda a comunidade escolar se mobilize em busca de uma escola que ofereça ensino qualitativo, tendo como princípio norteador o seu Projeto Político Pedagógico, o qual deve estar retratando fielmente a realidade da escola.

A proposta pedagógica da Escola Municipal Acre leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, a Constituição Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o disposto na Base Nacional Comum Curricular –BNCC e no Referencial Curricular Amapaense-RCA. Citado no Regimento Escolar (2017).

A escola se define na Tendência pedagógica Progressista Crítico Social dos Conteúdos como pilar de sustentação teórica da linha filosófica da escola por acreditar que é possível construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social[...] conforme o PPP (2021) Os conteúdos não devem ser separados da realidade social, o professor é o mediador, facilitador, cuja função é orientar, abrir perspectivas numa relação de troca entre o ele e o estudante, a partir dos conteúdos.

Seu método de ensino, não se trata de transmissão de conhecimentos, tampouco de livre expressão de opiniões. Mas sim, de uma relação entre a prática vivida pelo estudante e os conteúdos propostos pelo professor por meio de uma nova metodologia em decorrência ao novo cenário que estamos vivendo, a pandemia da covid-19. A transição entre ensino presencial para ensino online (remoto) requer planejamento e investimentos, que não serão possíveis a curto prazo, mas que esta situação emergencial que a educação está vivenciando sirva de alerta para criar uma Escola conectada, capaz de oferecer experiências híbridas de aprendizagem, isto é, que consiga integrar a sua realidade presente e futuro o ensino presencial e online ao mesmo tempo.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de pesquisa teve como propósito compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social

e a utilização do ensino remoto, e a análise de como se encontra a permanência dos estudantes dessa modalidade de ensino diante desses impactos.

Nesta direção, com esta investigação buscou-se desenvolver novos conhecimentos, novas realidades, respostas para variadas situações, pesquisar não é só investigar e sim encontrar respostas, Marconi e Lakatos (2003). Conforme cita Prodanov e Freitas (2013, p. 126), a pesquisa “[...] envolve verdades e interesses universais, procurando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista”.

Para tanto, foi desenvolvido numa perspectiva qualitativa e dialética, seguindo as ideias de Medeiros (2012) onde destaca que a abordagem qualitativa promove uma aproximação entre o interpretador e o sujeito investigado, sendo sustentado por pesquisas literárias, a fim de estabelecer um conhecimento adequado sobre o que está sendo pesquisado. Dessa forma buscamos aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto com fins didáticos, definindo a pesquisa como de natureza básica e também de caráter exploratório, que conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como proposta um melhor entendimento acerca da problemática a fim de buscar respostas relevantes para a pesquisa.

Além disso, foi envolvida por uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso. Nesta pesquisa, o estudo de caso é compreendido enquanto “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” Yin (2005, p. 32). O caso estudado foi sobre a realidade educacional da modalidade de EJA em tempos de pandemia na Escola Municipal Acre, localizada no município de Porto Grande - AP.

Esta pesquisa também é considerada descritiva, pelo fato de se fazer uso de detalhamento podendo assim descrever o processo e alcançar os objetivos. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como ponto fundamental descrever algo relevante a fim de se obter um melhor resultado.

Para a realização deste estudo utilizamos fontes primárias com a aplicação de um questionário aos sujeitos investigados, levantando as dificuldades encontradas para manter os estudantes da EJA na referida escola, e como a pandemia da Covid-19 mudou a vida dos estudantes e dos professores e como a escola está lidando com as medidas adotadas. Também se optou por fontes secundárias, por meio de documentos adquiridos na escola pesquisada, assim como foram utilizados livros e artigos para embasar o trabalho.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174):

É a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas aos gestores, professores e estudantes que frequentam EJA numa instituição de ensino da rede pública municipal de Porto Grande - AP, assim como ex-estudantes que se evadiram desta modalidade de ensino nesta instituição, contabilizando quatro questionários. Também foram analisados documentos relativos à EJA que se encontram disponibilizados pelos órgãos da rede pública de ensino do estado do Amapá e da instituição de ensino envolvida.

Partindo do estudo de caso para realização da pesquisa, a Escola Municipal Acre possui aproximadamente 47 estudantes da EJA, sendo que na primeira e segunda etapa referente ao fundamental I, que corresponde do primeiro ao quinto ano tem nove estudantes atualmente e 38 estudantes na 3º e 4º etapa referente ao fundamental II. Como participantes da pesquisa foram contemplados dois gestores e cinco professores. Também participaram seis estudantes, sendo cinco de 1º e 2º etapa, e um estudante da 3º e por fim três ex-estudantes.



Para a realização da coleta dos dados e, por estar num contexto pandêmico, usamos tecnologia disponível, criando o questionário na plataforma google formulários e utilizando o aplicativo WhatsApp para conhecer os participantes e enviar os questionários.

Os resultados dessa pesquisa foram obtidos a partir da análise dos questionários produzidos no google formulário, com perguntas abertas e fechadas aos professores, gestores, estudantes e ex-estudantes.

Nesse contexto, os resultados referentes aos professores, correspondentes a informações obtidas, apontou que para atuar na EJA o professor precisa saber compreender melhor o estudante e sua realidade diária, identificar o potencial de cada um por meio das práticas educacionais, mostrar que todos podem alcançar seus objetivos, respeitando os limites de ensino visto que são estudantes de várias faixas de idades, saber acolher e ser bastante flexível com paciência e motivação.

Embora muitos dos problemas enfrentados na EJA seja recorrente, a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais, e segundo os professores a falta de conhecimento tecnológico por parte dos estudantes, as condições financeiras para adquirir os equipamentos necessários e a dificuldade de comunicação entre professor/aluno foram considerados os fatores mais significativos para que alguns dos estudantes acabaram desistindo das aulas, priorizando o trabalho.

Contudo a Escola municipal Acre, adotou alguns procedimentos para o enfrentamento dessas dificuldades, que segundo os professores, trata-se de atividades desencadeadas durante a pandemia da Covid-19 para auxiliar no processo ensino-aprendizagem da EJA, devendo ressaltar que o impacto da pandemia causou o afastamento dos estudantes e afetou no comportamento emocional e social, intensificando a falta de interesse pelos estudos, gerando sequelas como, escrita comprometida, dificuldade de aprender e assimilar os conteúdos.

Enfim, mesmo com todas as dificuldades vivenciadas pelo momento atípico, na Escola Municipal Acre, professores e demais servidores envolvidos estão sempre buscando uma forma de minimizar os problemas a fim de dar continuidade no processo educacional, com o propósito de diminuir a desigualdade, buscando a interação entre todos os envolvidos, contribuindo assim para um ensino de qualidade.

Em relação aos gestores buscou-se saber como a escola reagiu perante a pandemia da Covid-19, quais medidas foram adotadas pela EJA com relação à permanência dos estudantes. Outro tópico também abordado foi sobre a evasão dos estudantes e de acordo com os dados levantamentos, foi possível analisar que a escola buscou medidas que favorecessem o estudante, além de criar projetos para ir buscar o estudante que não apresentasse suas atividades. Para obter dados sobre os estudantes que frequentavam a instituição de ensino aqui investigada, resumidamente foi possível apurar que muitos estudantes, apesar das medidas adotadas pela escola, tiveram muitas dificuldades em aprender.

Por se tratar de uma pesquisa de grande relevância, tendo como propósito “Um olhar sobre a realidade educacional da EJA”, acha-se pertinente buscar dados dos ex-estudantes que evadiram (abandonaram), o que gerou uma certa dificuldade que a princípio foi a falta de contato, por se tratar de ex-estudantes, visto que alguns mudaram de localidade, trabalham ou simplesmente não estavam disponíveis.

Nesse sentido, obtivemos resultados de três ex-estudantes que justificaram suas desistências pelo fato de que o estudo online é muito mais difícil, alegaram que aprenderam menos que no presencial e pela falta de entendimento. Dois dos participantes já regressaram à sala de aula na busca de conhecimentos e com a finalidade de se qualificar para o mundo do trabalho. Contudo, deve-se ter um olhar especial para o terceiro participante, visto que este alega não conhecer as letras. Devemos ressaltar que diante desse entrave, as pesquisadoras se deslocaram até sua residência distante dois quilômetros do município, para que pudessem concluir o questionário.

O participante aqui mencionado trabalha como caseiro o dia inteiro sob o sol, e por não ter transporte e

sua residência ficar muito distante da escola, acabou por desistir de seu sonho de “aprender a ler e escrever”. Percebemos em seus olhos que anseia por conhecimento e conhecer as palavras. Segundo o participante, que é ex-estudante da EJA, já tentou buscar uma professora particular, mas ainda não deu muito certo por diversos motivos, entre eles a divergência de horários e disponibilidade.

No intuito de finalizar os resultados da pesquisa, uma das estudantes que responderam ao questionário com toda dificuldade de lidar com as tecnologias para assistir as aulas remotas, persiste na busca de realizar o sonho de se alfabetizar. No dia um de abril do presente ano, está aluna ligou para a pesquisadora a fim de relatar e constatar sua desistência, pelo mesmo motivo do participante acima mencionado, ou seja, o fato é que por morar distante da escola foi o seu maior motivo.

A estudante alega ter procurado a gestão da escola, porém não pode fazer nada, visto que a escola não dispõe de transporte para fazer os traslados de tais estudantes. Inconformada, ela ressalta que “só são lembrados em época de eleição”. Esse relato nos leva a perceber a falta de políticas públicas que assegurem o direito a uma educação de qualidade não só para a EJA, mas sim para toda a educação básica, dando mais visibilidade às classes populares.

Situações como essas, onde os estudantes sentem a necessidade de regressar à sala de aula e as dificuldades são tantas, tendo que priorizar sua família e seu trabalho, acabam por adiar novamente o retorno à sala de aula.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabemos que as dificuldades na EJA são recorrentes por diversos fatores, e com a Pandemia da Covid-19 só se agravou mais esse quadro. Os estudantes em sua maioria têm dificuldades de acesso às tecnologias e considerando a região onde a Escola Municipal Acre está situada, tornou-se ainda mais difícil o desenvolvimento das aulas.

Diante disso, buscamos por meio desta pesquisa, um aprofundamento de como se encontra a permanência destes estudantes nesse cenário pandêmico, e como os professores estão lidando com as dificuldades encontradas. Para tanto, aplicamos um questionário com questões abertas e fechadas aos professores, gestores, estudantes e ex-estudantes com a finalidade de obter dados para contribuir na compreensão do processo ensino-aprendizagem durante o período pandêmico.

Para que a pesquisa fosse realizada foi necessário pedir a permissão do diretor da instituição de ensino que não mediu esforço para que fosse realizada a pesquisa, posteriormente foi preciso ir até a secretaria da escola para pegar os contatos dos professores e algumas informações sobre a matrícula dos estudantes da educação de jovens e adultos do ano de 2019, 2020, 2021, e 2022, logo em seguida foi preciso entrar em contato primeiramente com os gestores da EJA e logo depois com os professores, após a conversas com os docentes foi possível entrar em contato com o estudante e pedir para que os mesmo respondesse os questionários que foi produzido no google formulários e encaminhado via WhatsApp, esse processo ocorreu com todos os envolvidos, nesta plataforma foi criado quatro questionário que obteve seis resposta dos estudantes, três resposta de ex-estudantes e duas respostas de gestores e cinco resposta de professores.

##### 4.1 O enfrentamento da pandemia da Covid-19 pelos professores

Os professores contatados foram muito solícitos e responderam os questionários. Por sua vez, os estudantes, principalmente os da 1º e 2º etapa, tiveram bastante dificuldade para responder às perguntas abertas,

tendo as pesquisadoras que se deslocar até suas residências para uma conversa, mais informal, sendo que os estudantes foram bastante prestativos.

Dos cinco professores envolvidos na coleta de dados deste estudo, três possuem graduação e dois pós-graduação *lato sensu* - especialização. Participaram também dois gestores que possuem graduação, seis estudantes e três ex-estudantes que se evadiram da EJA. Os cinco professores que foram envolvidos nesta investigação atuam diretamente na EJA da Escola Municipal Acre há algum tempo, sendo que um professor atua a uma semana, outro a seis meses, outro atua a um ano, outro a três anos, outros dezoito anos. Já os dois gestores, que são professores, um atua há dez anos nesta função na citada escola e o outro há oito anos.

Dentre os professores envolvidos nesta pesquisa, apenas um realizou formação/capacitação para atuar na EJA, e três participaram de atividades formativas relacionadas com o pensamento de Paulo Freire.

Quando questionados sobre as exigências para um/a professor/a atuar na EJA, os professores respondentes destacaram:

“Tem que ser bastante flexível com os estudantes pois os mesmos vivem uma realidade totalmente diferente dos alunos do ensino regular” (Professor V).

“Que o professor compreenda melhor o estudante e sua realidade diária podendo identificar o potencial de cada aluno por meio das práticas educacionais” (Professor G).

“Que seja acima de tudo uma pessoa que saiba acolher e tenha uma formação continuada na área. A EJA é diferenciada por vários aspectos no que concerne ao alunado, cada um tem um bom motivo para desistir, cabe ao professor saber acolher e mostrar que todos podem alcançar seus objetivos. Nesse caso, a paixão do mestre ao ensinar é que fará a grande transformação na vida desses estudantes” (Professor F).

“Trabalhar respeitando os limites de ensino de cada um, visto que são estudantes de várias faixas de idade” (Professora M).

“Compreensão, paciência e motivação” (Professora Q).

Essas declarações confirmam o pensamento de Paulo Freire (2020, p.65) onde afirma que “O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores, exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância”.

Dando continuidade na busca pela compreensão das dificuldades que professores estão enfrentando na docência da EJA durante o período pandêmico, os professores envolvidos nesta investigação foram indagados sobre os principais problemas que estão enfrentando na docência da EJA tendo em vista a pandemia da Covid-19, sendo que os mesmos responderam: “Problemas para os estudantes participarem das aulas remotas, visto que alguns alunos trabalham e chegam tarde da noite e Internet também” (Professor M).

“Alguns problemas enfrentados foi a comunicação entre o professor e aluno, pois tivemos na maioria das vezes o sinal de internet sem transmissão com os estudantes, etc.” (Professor G).

“Desistência dos alunos” (Professor F).

“A EJA é uma modalidade de ensino que têm um grande índice de desistência dos discentes e nessa pandemia esse índice subiu, tinha uma turma da quarta etapa que tinha 55 estudantes matriculados e somente 9 concluíram o curso frequentando aulas online e/ou fazendo só as apostilas, e só conseguimos esse feito porque tínhamos a busca ativa quinzenalmente” (Professor V).

“Os problemas enfrentados são: falta de conhecimentos tecnológicos por parte dos educandos, dificuldade de conexão de internet nas aulas, tendo em vista que muitos não têm condições financeiras de terem uma boa conexão de wi-fi e geralmente muitos abandonam o curso devido outras dificuldades que surgem durante o ano letivo” (Professor Q).

De modo geral, as respostas obtidas indicam falta de conhecimentos tecnológicos por parte dos estudantes, dificuldades de conexão de internet nas aulas, tendo em vista que muitos não têm condições financeiras de terem uma boa conexão de wi-fi, dificultando a comunicação entre o professor e o estudante. Também foi destacado que alguns estudantes trabalham e chegam tarde da noite, não conseguindo participar das aulas remotas. Um dos professores que respondeu o questionário destacou que a EJA é uma modalidade de ensino que apresenta um grande índice de desistência dos estudantes e nessa pandemia esse índice aumentou. Uma turma da quarta etapa tinha 55 estudantes matriculados e somente 9 concluíram o curso frequentando aulas online e/ou acompanhando somente pelas apostilas, que foi conseguido por meio da “busca ativa” que é realizada quinzenalmente. A busca ativa é um projeto existente na escola que tem a finalidade de resgatar os estudantes que deixam de frequentar as aulas, desenvolvido por voluntários.

Para o enfrentamento dessas dificuldades, a Escola Municipal Acre adotou alguns procedimentos que foram destacados pelos professores envolvidos neste trabalho de pesquisa. Trata-se de atividades desencadeadas durante a pandemia da Covid-19 para auxiliar no processo ensino-aprendizagem da EJA, tais como: a administração da Escola Municipal Acre, juntamente com a equipe dos professores, estabeleceu que as aulas continuassem por meio de apostilas impressas e aulas online, foram realizadas diversas “busca ativa constante”, reavaliação, reposição de conteúdo para os que não puderam participar da aula por vários motivos. Enfim, mesmo com as dificuldades já mencionadas e muitas outras, foi dada continuidade no processo educacional, de forma online, devido ao ano pandêmico vivido. As considerações apontadas pelos professores sobre as decisões nesse momento pandêmico para minimizar as dificuldades, confirmam o que Souza (2021) destaca, ou seja, que além das dificuldades com os aparelhos eletrônicos ainda tem que conciliar os horários de trabalho, de cuidar da casa e dos filhos com as aulas remotas, o que gera muita desmotivação por parte dos estudantes.

Na esteira do questionamento realizado anteriormente, buscamos saber dos professores envolvidos neste trabalho de pesquisa como estão funcionando as aulas remotas durante a pandemia da Covid-19. As respostas obtidas foram as seguintes:

“Com certas dificuldades devido à precariedade de conexão e também muitos dos educandos não terem o domínio tecnológico que o curso utiliza” (Professor M);

“As aulas remotas estão funcionando pelos grupos sociais criados dentro de WhatsApp, estamos trabalhando também com apostilados, muita interação com os estudantes” (Professor G);

“Temos aulas online e apostilas” (Professor V);

“Através do aplicativo WhatsApp, vídeos e apostilas” (Professor F);

“Por meio de material apostilado, entregue aos estudantes para resolução e com data de retorno” (Professor Q).

Nesse sentido fica claro que no contexto pandêmico, o uso das tecnologias foi muito importante para dar continuidade às aulas, embora, na sua maioria, os estudantes não tenham acesso, como nos afirma Santos e Barbosa (2020, p.168) “as desigualdades ficaram mais marcantes, visto que grande parte dos estudantes das classes populares não dispõe dos recursos necessários para o novo momento”.

Outro aspecto investigado que mantém relação com o andamento das aulas da EJA durante a pandemia da Covid-19 diz respeito à participação dos estudantes nas aulas remotas. Para tanto, perguntamos aos respondentes como está sendo a participação dos estudantes nas aulas remotas que estão sendo oferecidas durante a pandemia da Covid-19. As respostas sinalizam que de modo geral há pouca participação dos estudantes. No entanto, o professor (G) declarou que “[...] a participação dos estudantes está sendo de muita importância para a relação entre professores, direção e aluno, a interação entre todos os envolvidos evolui a cada dia”. Já o professor (V) acredita



que está sendo razoável, e que melhorou após a entrega de apostilas. Segundo este professor, nas aulas online não tinha tanto retorno”. Por sua vez, o professor (F) afirma que “na EJA está muito baixo o índice de participação”. O professor (Q) cita apenas “não querendo ser redundante, mas é remotamente”. Analisando as respostas dos professores, percebemos que a modalidade EJA deu um retrocesso com as aulas remotas e buscaram por meio das apostilas um meio de manter a aprendizagem, como cita Paulo Freire (2020, p. 121) “É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de amaciá-la”.

Chegando ao propósito maior desta investigação que foi compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, perguntamos aos professores quais os impactos que a pandemia da Covid-19 está causando no processo ensino- aprendizagem dos estudantes da EJA. Os resultados obtidos encontram-se descritos no Quadro 1 que segue abaixo:

#### Quadro 1- Impactos da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da EJA

Professor M	“muitos, inclusive a falta de conhecimento tecnológico”
Professor G	“Esse impacto causou o afastamento dos alunos da escola, afetando em seu comportamento mental, pois muitos deixaram a escrita comprometida, o distanciamento entre os colegas e funcionários”
Professor V	“Vejo que esses dois anos de pandemia atingiram não só a EJA, mas a educação básica como um todo. Mas percebi que os alunos da EJA se aproveitaram dessa situação para não frequentar a escola, apesar de muitos quererem estudar, ainda permanece a ideia que é só vim para escola que está aprovado, o sistema educacional fortaleceu essa premissa ao promulgar que ninguém poderia ficar retido”.
Professor F	“falta de interesse pelos estudos”
Professor Q	“dificuldades para aprender e assimilar os conteúdos”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Como bem nos assegura Santos e Barbosa (2020) a pandemia da Covid-19 abalou toda a estrutura da sociedade mundial, e a educação de modo geral, teve um impacto bastante negativo. Considerando que as aulas passaram a ser de forma online, deixando evidente a questão da desigualdade, onde muitos não têm ou não sabem manipular as ferramentas tecnológicas.

#### 4.2 Os gestores diante da pandemia da Covid-19

Para melhor compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino- aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e a utilização do ensino remoto, neste trabalho de pesquisa contemplamos a participação dos gestores da escola envolvida, ou seja, a Escola Municipal Acre. Foi aplicado um questionário para dois gestores da referida escola que nessa pesquisa são denominados de gestor (G) e gestor (D), sendo que o primeiro a responder foi o gestor (G) e o segundo o gestor (D). De acordo com algumas perguntas fechadas do questionário, constatamos que os dois gestores possuem pós-graduação *lato sensu* - especialização, mas não possuem capacitação para atuar na EJA. Em relação ao ano de atuação na instituição e na EJA, o gestor (G) está atuando há 10 anos e o gestor (D) há 8 anos. De acordo com o gestor (G), a modalidade de EJA iniciou na escola no ano de 2013.

No que diz respeito às diretrizes curriculares que são adotadas na EJA da Escola Municipal Acre, o gestor (G) destacou que “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA abrangem os processos formativos da EJA como uma das modalidades da Educação Básica na etapa do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) em acordo com a LDBEN 9394/96”. Conforme consta em Brasil (1996):

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Diante dos problemas que a pandemia vem causando na educação, os gestores responderam sobre os principais problemas que eles vêm enfrentando na gestão da EJA durante esse período, sendo que foi possível obter as seguintes respostas:

“A Evasão é o principal problema, com toda certeza” (GESTOR G).

“O resgate do estudante para o desenvolvimento pedagógico. Uma vez que este aluno não está dentro do ambiente físico escolar, e que segundo eles fica difícil se organizarem um momento para os estudos” (GESTOR G).

Diante disso, constatamos o quanto a aproximação da escola com o estudante é importante, o contato com a escola e com o educador será sempre mais eficaz, principalmente para o público da modalidade EJA, pois facilita o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e evita a possível evasão, já que esse distanciamento pode dificultar na sua aprendizagem.

Porém, cabe dizer que apesar da premissa de que o ensino remoto possa contribuir para a redução dos impactos do fechamento das escolas na aprendizagem, ele tem limitações e, além disso, não substituirá as aulas presenciais, em especial no contexto dos estudantes da Educação Básica, desde a Educação Infantil, Anos Iniciais até os Anos Finais (FARIAS; MELO; JÚNIOR, 2020, p. 40).

Durante esse contexto pandêmico muitas escolas estão usando vários métodos para que os estudantes permaneçam estudando. Nesta direção, questionamos os gestores sobre: que decisões foram tomadas na Escola Municipal Acre para prosseguir com a EJA durante a pandemia da Covid-19? Sendo assim, obtivemos as seguintes respostas:

“As aulas foram realizadas remotamente conforme decreto” (GESTOR G).

“O trabalho remoto desenvolveu o projeto Família x Escola: Além dos Conectados, uma forma de resgatar o aluno” (GESTOR D).

Farias, Melo e Júnior (2020, p. 40) confirmam estes posicionamentos dos gestores quando afirmam:

Com o cenário de fechamento provisório das escolas, surgiu a preocupação de como adequar-se a esta nova realidade de ensino em que se tornou ainda mais expressiva a necessidade de busca por estratégias que incentivem e apoiem atividades a distância, tendo em vista o caráter essencial que essas assumem para o momento.

Noutra direção, a Escola Municipal Acre buscou se adaptar ao método de ensino remoto e a partir disso, como mencionado pelo gestor (D), procurou uma forma de resgatar os estudantes que não entregam suas atividades ou não participavam das aulas. Para melhor compreender este processo, buscamos saber dos gestores como as aulas remotas estão sendo desenvolvidas na pandemia da Covid-19 e obtivemos as seguintes respostas

“Por meio do Google Meet, WhatsApp e apostilas” (GESTOR G)

“De forma remota com apostilados, grupos de WhatsApp, vídeos, links direcionados”. (GESTOR D).

Percebemos com esta indagação que hoje em dia existem muitos meios de comunicação que dão suporte à educação, e a escola buscou utilizar desses meios. Conforme destaca Farias, Melo e Júnior (2020, p. 40), “Em um mundo cada vez mais globalizado, as tecnologias assumem papel de destaque no que se diz respeito ao avanço, à prática e à comunicação. Os recursos tecnológicos apresentam-se, pois, numa ótica de auxiliar cada vez mais o homem em suas atividades cotidianas”.

As turmas da EJA sofrem com a evasão, e a pandemia se tornou mais um motivo para que isso ocorresse. Diante disso buscamos saber como as aulas estão sendo oferecidas durante a pandemia da Covid-19 e para tanto, obtivemos as seguintes respostas:

“É um público diferenciado e com muitos problemas sociais e de acesso, então a participação é mínima” (GESTOR G).

“Bastante enfraquecida” (GESTOR D).

Partindo da análise dessas respostas podemos destacar que a participação do estudante é muito distante, visto que, essas mudanças podem ser vistas como um choque na sua vida,

pois houve uma grande mudança de realidade. Nesta direção, Farias, Melo e Júnior (2020, p. 40) afirmam que:

Uma das grandes implicações desse momento foi a da percepção de que ensinar e aprender estão muito mais além do que os acontecimentos dados entre quatro paredes a ponto de que, no contexto atual, os ambientes de aprendizagem passem a coexistir com as vivências domésticas e familiares, tudo isso ocasionado pela brusca mudança de cenários causada pelo novo Coronavírus.

Não é de hoje que a evasão vem predominando na escola, há muitas outras causas e a pandemia da Covid-19 se tornou mais um motivo para tal acontecimento. Em vista disso, foi feita a seguinte pergunta para os gestores: que fatores estão contribuindo para a evasão (abandono) de estudantes da EJA durante o período da pandemia da Covid-19? As respostas obtidas foram as seguintes:

“O distanciamento do aluno na escola” (GESTOR G).

“São fatores adversos como: desemprego, ou mesmo emprego que dificulta o aluno a estudar, idade avançada, muitos ficam com seus netos para oportunizar os pais das crianças na escola, dentre outros” (GESTOR D).

Como já destacado anteriormente, a pandemia da Covid-19 não é o único motivo pela qual os estudantes chegam a desistir da escola. São diversos os fatores e o distanciamento da instituição de ensino são vistos como o grande obstáculo para o estudante e para o professor. Diante disso, a escola precisa ter um contato com o estudante para investigar os motivos do abandono. Assim, os respondentes foram indagados dessa forma: o que você recomenda para manter os estudantes da EJA frequentando as aulas no contexto da pandemia da Covid-19? As respostas obtidas foram as seguintes:

“Trabalho diferenciado com projetos que os envolvam e desenvolvam o domínio do código da leitura e da escrita, mas principalmente que ele desenvolva a competência como leitor e escritor do seu próprio texto, da sua própria história, e o reinventar os modos de sobreviver e de transformar o mundo, de ser cidadão” (GESTOR D). Constatamos dessa forma que o reinventar se tornou uma palavra que pode definir a escola, pois, nessa nova realidade foi preciso buscar novos métodos, criar projetos e renovar estratégias para que o estudante não seja prejudicado.

Apesar de todos os transtornos apresentados em virtude da pandemia, algo é notório: o surgimento de um movimento reflexivo em toda a comunidade acadêmica, buscando ressignificar a educação no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, novas habilidades, e o desafio de levar o ensino para extramuros escolares. Essas mudanças, e suas novas maneiras de “ensinar”, “aprender”, “interagir” e “avaliar”, tem sido um grande desafio para a escola, professores, estudantes e suas famílias (NASCI-MENTO; MANSUR; GOMES, 2020, p. 99).

### 4.3 Os relatos dos estudantes sobre os impactos da pandemia da Covid-19

20

Na realização dessa pesquisa buscamos saber sobre a visão do estudante. Partindo desse contexto foi possível entrar em contato com seis estudantes sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino com idade de 18, 25, 28, 36, 46 e 53 anos. Em relação à etapa da EJA, cinco estudantes são da primeira e segunda etapa e um da terceira etapa. Desses estudantes que foram investigados apenas dois trabalham. Os estudantes aqui destacados serão chamados de estudante (A), estudante (B), estudante (C), estudante (D), estudante (E) e estudante (F).

Diante da pandemia da Covid-19, assim como professores e gestores, os estudantes passaram por muitas dificuldades para permanecer na escola. Desse modo buscamos saber sobre os principais problemas que eles vêm enfrentando com as aulas da EJA durante a pandemia da Covid-19 e foi possível obter algumas respostas:

Estudante (B): De acordo com o estudante, a internet foi sua maior dificuldade. Estudante (C): O estudante diz que não conseguiu aprender nada.

A dificuldade em ter o acesso à internet ainda é muito predominante apesar de que a tecnologia está em diversos lugares, as pessoas de idade ou até mesmo o público jovem sofrem bastante ao tentar acompanhar essas mudanças, uma vez que não estão acostumadas ou sua situação financeira não custeia o acesso a tais serviços tecnológicos. Para Motta e Araújo (2020, p. 148), “[...] as dificuldades têm sido imensas, para todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, que não escolheram essa forma de ensinar e aprender e, portanto, não estão preparados para tal abordagem de ensino”.

Diante dessas dificuldades perante o contexto pandêmico buscamos fazer a seguinte pergunta: Você já pensou em desistir da EJA tendo em vista a pandemia da Covid-19? Nessa pergunta apenas um estudante pensou em desistir, sendo que ele não destacou o motivo em pensar em abandonar os estudos.

Nesta direção, foi questionado aos estudantes sobre quais providências a escola poderia tomar para manter os estudantes frequentando as aulas da EJA. De acordo com o estudante (B), os professores poderiam ter explicado melhor o conteúdo, pois, sempre as apostilas eram só entregues sem nenhuma explicação e o estudante procurava ajuda sempre no google. Sobre esta constatação, Souza (2021, p. 16) afirma “[...] que as ações do professor da EJA são de grande importância para que de fato seja proporcionada uma educação de qualidade e que seja adequada à realidade do estudante dessa modalidade”.

Relacionado com os desafios de manter os estudantes frequentando a EJA no período pandêmico, buscamos saber junto aos estudantes sobre o que mudou na sua aprendizagem com o ensino remoto que foi implantado desde o início da pandemia da Covid-19, e as respostas obtidas foram as seguintes:

Estudante (B): Com essas mudanças a aprendizagem se tornou muito difícil Estudante (E): Essa forma de ensino é muito difícil

Estudante (F): Também considera difícil com esse novo método

Essa nova adaptação do ensino pode ser difícil como os estudantes destacaram. No entanto, Souza (2021) afirma que as escolas atuantes se modificaram em detrimento dos acontecimentos emergenciais, modificando os conteúdos, os cenários e métodos necessários para que o processo de ensino aprendizagem do estudante não seja prejudicado nesse tempo de pandemia.

Uma outra questão também abordada foi sobre as dificuldades que os estudantes vêm enfrentando em relação ao uso da tecnologia que está sendo utilizada no ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. Diante desta preocupação, o estudante E expressou que o método de ensino remoto dificultou sua aprendizagem. Deste modo, buscamos saber sobre o que mudou na rotina escolar dos estudantes nesse contexto pandêmico, que, de acordo com o Estudante (E), o que mudou foi o processo ensino-aprendizagem.

As tecnologias fazem parte da vida de muitas pessoas, mas ainda assim há públicos que não possuem tanto acesso, e com a pandemia da Covid-19, o uso dessas tecnologias, como, internet, aplicativos, dentre outros foram cruciais para que a maioria das pessoas não ficassem sem trabalhar e estudantes não ficassem sem estudar. Além disso, diversas outras situações consideraram as tecnologias como o plano B, com o foco na educação, principalmente na EJA. Como foi destacado em algumas respostas do questionário, os estudantes sofreram com muitas dificuldades com o uso da internet, principalmente estudantes de idade mais avançada, e isso dificultou no processo de aprendizagem dos estudantes.



Diante de tantas mudanças não se pode desconsiderar que, apesar das tecnologias digitais fazerem parte do cotidiano de grande parte da população em nossa contemporaneidade, elas, por si só, não garantem transformações no processo de ensino e de aprendizagem, e podem não garantir melhorias no referido processo (NASCIMENTO; MANSUR; GOMES, 2020, p. 98).

A pandemia da Covid-19 facilitou para que ocorresse a desistência visto que o público da EJA já passa por muitos transtornos devido que muitos trabalham e agora com essa nova realidade que surgiu e pegou muitos de surpresa, muitos estudantes não têm acesso à internet, pois a maioria da escola e inclusive a escola envolvida neste trabalho de pesquisa adotou o ensino remoto para que pudessem permanecer estudando. A escola também não mediu esforços e buscou vários métodos para que os estudantes não viessem a desistir como, por exemplo, o projeto busca ativa.

Para melhor ilustrar o panorama da evasão e permanência dos estudantes da EJA no período pandêmico, a seguir é apresentada uma tabela representando a situação de matrícula das Escola Municipal Acre referente ao ano de 2019, 2020 (ano em que a pandemia da Covid- 19 iniciou), 2021 e 2022.

#### Quadro 2-Relação de estudantes matriculados na Escola Municipal Acre

Alunos matriculados no ano	2019	2020	2021	2022
1ª Etapa	13	5	4	4
2º etapa	28	11	11	5
3º etapa	58	41	26	17
4º etapa	43	41	47	21

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da Secretaria da Escola.

Nesta tabela é possível analisar que do ano de 2020 a 2022 as matrículas na EJA foram diminuindo. Não se sabe ao certo se os motivos dessa baixa procura pela escola foi ou não a pandemia da Covid-19.

Constatamos ainda que no ano 2019, oito estudantes abandonaram ou cancelaram as matrículas da EJA, no ano 2020 foi apenas um e no ano 2021 foram dois estudantes.

#### 4.4 Contribuições dos ex-estudantes

Entramos em contato com os estudantes da EJA que se evadiram da escola por algum motivo e solicitamos colaboração para responder um questionário. Tivemos dificuldades para realizar o contato pois trata-se de ex-estudantes que se mudaram da localidade na busca de trabalho, sendo que foi possível contar com a participação de três ex-estudantes, que aqui serão chamados de MC, J e OB.

22

MC, tem 46 anos e reside em Porto Grande, é casada e dona de casa. De acordo com essa ex-estudante, “[...] estudar online aprende menos que no presencial” e embora consiga manipular as ferramentas tecnológicas, a pandemia mudou muito sua rotina, vindo a parar os estudos, mas que em seguida retomou os estudos em outra escola e no ano de 2021 conseguiu concluir, porém não conseguiu matrícula para o ano de 2022 para dar continuidade nos estudos.

OB, tem 24 anos, residente em Porto Grande, é casado e trabalha como operador de máquinas. Para esse ex-estudante, “[...] sua desistência foi pela falta de entendimento”, mas já retomou seus estudos em outra escola.

O estudante (J) por não conseguir ler e responder os questionários, as pesquisadoras tiveram de se deslocar até sua residência, concluindo assim todas as perguntas. J, tem 31 anos, é casado e mora em um ramal o que dificulta o acesso à escola. Trabalha como caseiro, sendo esse outro motivo de sua desistência, pois não conseguiu conciliar o trabalho e a distância, e também pelo fato de não conseguir manipular os equipamentos tecnológicos e a dificuldade de leitura, pois segundo ele não conhece as palavras. Confirmando o que segundo Tamarozzi; Costa (2007, p. 75) “[...] o jovem e o adulto devem ter contato no ambiente da escola, com ampla diversidade de leitura e escrita que possa proporcionar-lhes habilidades e competências necessárias à alfabetização”, o que nos faz refletir, que muitas vezes os estudantes sentem a necessidade de regressar à sala de aula, porém as dificuldades são tantas, muitas vezes tendo que priorizar sua família, seu trabalho que acabam por adiar novamente o retorno a sala de aula.

Especialmente durante a pandemia da Covid-19, esses problemas se ampliam tendo em vista a implementação do ensino remoto com a utilização de tecnologias digitais de comunicação e informação e a indispensável rede mundial de computadores.

## 5 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

Com o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso foi possível desenvolver propostas didáticas para serem utilizadas em ações visando a permanência dos estudantes que frequentam a EJA em contexto da pandemia da Covid-19, podendo ser estendidas em outros episódios dessa natureza. São propostas que consideram a utilização do ensino remoto com a utilização das tecnologias digitais da comunicação e informação na EJA tendo em vista o contexto da pandemia da Covid-19.

São propostas produzidas a partir da análise dos impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos. Elas visam contribuir para que professores, gestores e demais membros da comunidade escolar que atuam na EJA, possam aperfeiçoar os trabalhos que são despendidos no controle da evasão e na manutenção dos estudantes na escola. Esperamos que essas propostas proporcionem avanços significativos no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos estudantes que frequentam a EJA.

As propostas didáticas aqui apresentadas foram produzidas a partir da seguinte indagação: quais os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem na EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e a utilização do ensino remoto? Diante deste cenário, como se encontra a permanência dos estudantes da EJA?

Seguem abaixo as propostas:

**1.1.** Por se tratar de estudantes que frequentam a EJA, torna-se necessário no ensino remoto que os professores sejam flexíveis em todos os momentos que envolvem as práticas pedagógicas, permitindo que eles possam desenvolver sua aprendizagem em tempos e espaços diferenciados, ajustando à sua rotina e condições materiais relacionadas com o acesso às tecnologias digitais de comunicação e informação;

**1.2.** No que concerne a comunicação, e tendo em vista que alguns professores alegam que uns dos problemas enfrentado no período pandêmico, foi a falta de comunicação entre professor/aluno por diversos motivos entre eles a má qualidade do sinal de internet, a falta de equipamento visto que muitos não têm condições financeiras de adquirir um aparelho celular, ou se tem os equipamentos, os estudantes não sabem como manusear. Nesse sentido faz-se necessário sugerir o uso constante das

tecnologias, a fim de os estudantes se aprimorem no uso e com isso diminuir o déficit de comunicação.

**1.3.** Já que as escolas adotaram vários procedimentos para manter o estudante na escola, pode-se pensar métodos que facilitam a inclusão nas aulas, apesar acontecerem online se tornaram bastante aptas para o momento pandêmico, por tanto, pode se propor um material apostilado, mas flexível, de fácil compreensão pelos estudantes de ambas as etapas da modalidade EJA.

**1.4.** As aulas remotas foram uma das opções mais adotadas pelas escolas, portanto sugere que os professores sejam mais flexíveis com os estudantes, principalmente se a aula for pelo WhatsApp, o educador precisa ser mais sucinto, ou seja, é necessário facilitar seu método de ensino para que o estudante não seja prejudicado no processo de ensino aprendizagem.

**1.5.** Uma forma de ajudar no processo de aprendizagem do estudante é desenvolver na sala de aula ou até mesmo virtualmente as atividades lúdicas, essa forma de trabalhar facilita na aprendizagem principalmente daqueles que possuem muita dificuldade em aprender. O importante também em meio a essas atividades é não esquecer o perfil do estudante da EJA.

**1.6.** A escola precisa estar ativa, acompanhando o processo de aprendizagem do estudante, e também, sempre estar atenta às suas dificuldades dentro e fora da sala de aula, para assim agir de uma maneira favorável ao estudante, ao professor e a escola, como, por exemplo criar projetos, que trabalhe nas dificuldades que os estudantes possuem.

**1.7.** Como muitos estudantes apresentam várias dificuldades em conciliar tempo, para estudar ou como já abordado apresentam dificuldade em usar as tecnologias, cabe ao educador analisar esse estudante, trabalhar detalhadamente seu aprendizado, buscar ter um diálogo a fim de descobrir qual o problema que ele vem enfrentando.

**1.8.** Com relação aos ex-estudantes, e de fundamental importância a utilização do projeto busca ativa, para que esses estudantes regressarem à sala de aula, promovendo atividades na escola que instigue a curiosidade e o retorno, buscando dentro das dificuldades de cada um, uma forma de aprendizagem significativa e dentro de seu contexto social.

Por fim, apresentamos duas propostas didáticas necessárias para o desenvolvimento do ensino remoto na EJA num contexto de pandemia:

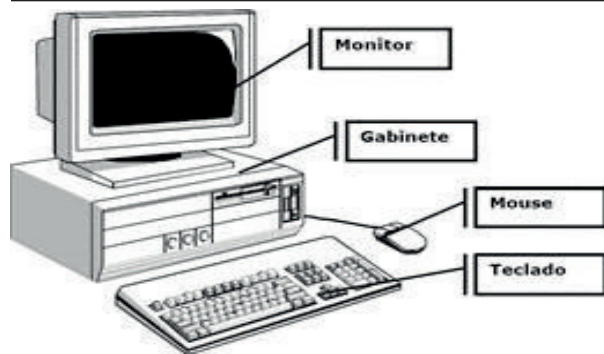
#### **a) Utilização de equipamento de informática na modalidade de ensino EJA:**

Com base no problema da pesquisa e em alguns resultados obtidos com esta investigação, buscamos criar uma proposta inicial na qual tem a finalidade de apresentar aos estudantes da modalidade EJA uma sala de informática a fim de que eles obtenham conhecimentos sobre os equipamentos que a sala possui. Esta atividade é importante pois permite que os estudantes da EJA conheçam as tecnologias, já que muitos não conhecem e muito menos sabem como utilizá-las.

Esta atividade compreende alguns momentos:

- Em um primeiro momento o professor deve apresentar de forma ilustrativa uma imagem de um computador mostrando cada parte que nele compõe e dar entrada a aula teórica apenas para informar ao estudante que aparelho ele irá manusear.

Figura 1-imagens ilustrativas de equipamentos eletrônicos



Fonte: Google imagens

- Em um segundo momento os estudantes devem ser convidados para assistir uma palestra sobre tecnologia com os seguintes conteúdos: conceito da informática básica (os tipos de computador, componentes etc.), que deve ser apresentado aos estudantes de uma forma bem ilustrativas, com vídeos e imagens

Figura 2- tipos de computador



Fonte: Google imagens

- Em um terceiro momento os estudantes devem participar de uma aula prática na sala de informática para aprender a manipular o computador.

- Em um quarto momento deve ser demonstrado ao estudante alguns modelos de celulares, desde a sua estrutura física até algumas funcionalidades, assim como acessibilidade para pessoas que têm dificuldade em manusear o aparelho. O estudante também deve ser orientado a fazer uma ligação de emergência, caso seja necessário.

Essa proposta propõe apenas uma introdução à informática para que o estudante tenha noção de conhecimento de alguns aparelhos.

### **b) Uso da leitura na EJA durante a pandemia da Covid-19:**

Com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia da covid-19 no processo ensino-aprendizagem da EJA, é pertinente sugerir atividades relacionadas à leitura, visto que os estudantes dessa modalidade têm



muita dificuldade para conhecer as palavras. A seguir é apresentado um exemplo de leitura que pode ser encaminhada aos estudantes da EJA:

### Figura 3-leituras

Fonte: Google imagens

Esta proposta tem como objetivo instigar as atividades em grupo, por meio de várias dinâmicas envolvendo livros, parlandas, gêneros textuais, revistas, jornais e informações diversas de seu contexto com debates e muito diálogo e troca de informações. A finalidade é seguir o método de Paulo Freire, que parte do princípio do diálogo, com o objetivo de dinamizar a interação do coletivo, e a relação mútua.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho de pesquisa possibilitou investigar uma realidade educacional da EJA em tempos de pandemia, visto que no ano de 2020 iniciou a pandemia da Covid-19, onde as pessoas precisaram se adequar à nova realidade e passaram a adotar o distanciamento social, trabalhando de forma remota, encontrando equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Nas escolas, professores e estudantes mantiveram-se ativos nos estudos, mesmo com dificuldades no acesso à internet e, por vezes, enfrentando problemas de maior amplitude que destacam a vulnerabilidade social ainda presente no dia a dia de muitos.

26

Nesta direção, neste estudo buscamos compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos. Após seu desenvolvimento, percebemos que o objetivo foi cumprido e conseguimos demonstrar que a pandemia da Covid-19 realmente dificultou o processo ensino- aprendizagem do estudante,

pois, muitos não tinham acesso à *internet*, não sabiam manusear o celular e o contato não presencial com o professor dificultou que compreendesse os conteúdos ministrados.

Durante a pesquisa foram estabelecidos quatro objetivos específicos, sendo que o primeiro que foi caracterizar a modalidade EJA na rede pública municipal de Porto Grande- AP, apontando contribuições de Paulo Freire para esta modalidade de ensino. Neste aspecto, constatamos em algumas pesquisas bibliográficas, uma grande contribuição do autor para a modalidade EJA, e foi possível caracterizar a modalidade EJA na rede pública municipal do de Porto Grande-AP.

O segundo objetivo específico foi identificar os principais problemas enfrentados pelos professores e estudantes da EJA na pandemia da Covid-19, indicando decisões tomadas para prosseguir com a EJA no contexto dessa pandemia no intuito de manter os estudantes frequentando as aulas. Esta meta foi atendida já que a escola tomou diversas medidas como a busca ativa, projeto esse que as pesquisadoras participaram ativamente, atividades apostiladas com a finalidade de reforçar o processo ensino-aprendizagem, principalmente dos estudantes que por algum motivo não tem acesso às tecnologias digitais deixando assim de participar das aulas remotas. Os professores envolvidos na pesquisa destacaram que uns de seus maiores problemas foi a falta de comunicação entre professor/estudante, visto a falta de conhecimento tecnológico por parte deles. Ressaltaram a dificuldade financeira que impossibilitou o acesso a uma boa conexão wifi e aos aparelhos eletrônicos. Ainda segundo os professores, os estudantes também vivenciaram diversas dificuldades, pois, tiveram que se adaptar a essa nova realidade do ensino remoto, inviabilizando ainda mais a questão do ensino por não saberem utilizar os aplicativos e a falta de contato com o professor presencialmente dificultou o andamento do processo.

No terceiro objetivo específico, que buscou conhecer as repercussões das medidas adotadas pela EJA com relação à permanência dos estudantes, foi possível constatar que a instituição de ensino se empenhou em criar projeto que buscasse os estudantes que abandonaram e não entregavam as atividades, como uma forma de dialogar sobre suas dificuldades de aprendizagem nesse contexto pandêmico.

Por fim, no quarto objetivo específico buscamos destacar fatores que estão contribuindo para possíveis abandonos de estudantes da EJA em decorrência das medidas que foram adotadas com a pandemia da Covid-19. A análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo possibilitou atestar que foram muitos os fatores que ocasionaram na evasão, conforme os gestores da escola aqui investigada. Porém, é possível salientar, conforme os ex-estudantes envolvidos na pesquisa, que um dos fatores para o abandono foi a falta de entendimento e por não conseguirem conciliar trabalho e estudos, embora dois dos envolvidos já regressaram à outra escola. No entanto, um outro não retornou pelo fato de morar bem distante da escola e trabalhar, considerado outro fator crucial para esses ex-estudantes e o fato de não saber manipular os eletrônicos com celulares e tão pouco o aplicativo e ainda alega não conhecer as palavras.

Tendo em vista o levantamento da questão principal desta pesquisa, foi constatado que a falta de experiência em utilizar os aplicativos, os aparelhos celulares e até mesmo o distanciamento social, causou um grande impacto no processo ensino-aprendizagem dos estudantes que frequentam a modalidade EJA. Outra questão também problematizada e que orientou a pesquisa foi, como se encontra a permanência dos estudantes da EJA, e esse questionamento possibilitou a concluir que houve muitas dificuldades para os estudantes, sendo variados os motivos que ocasionaram a evasão.

Para que os resultados dessa pesquisa fossem relevantes, os instrumentos de coleta de dados possibilitaram uma certa facilidade em analisá-los, mas para obter as respostas tivemos um pouco de dificuldade.

Dada a relevância da temática, ainda é preciso realizar outras pesquisas para aprofundar a percepção sobre as reais causas que levam o estudante da EJA a evadir da escola mesmo sabendo que são demasiados os problemas que os estudantes da EJA historicamente vêm enfrentando para manterem-se frequentando as aulas.

É necessário que as escolas busquem criar projetos de inclusão digital para a EJA de modo a aprimorar a participação do estudante no âmbito digital, tendo em vista que nesta pandemia da Covid-19 este problema acentuou dificuldades dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Educação. **Núcleo de educação de jovens e adultos**. [2015]. Disponível em: <https://nte.ap.gov.br/neja/>. Acesso em: 21 out. 2021.

AMAPÁ. C. M. Secretaria de Estado da Educação. **Núcleo de Educação propõe ensino profissionalizante a alunos da EJA**. 2019. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/1012/nucleo-de-educacao-propoe-ensino-profissionalizante-a-alunos-da-eja>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. 6. ed. São Paulo: Arte & Ciência, v. 6, 2004. 138 p.

BRASIL. MEC. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental proposta curricular - 1º segmento**. 3. ed. São Paulo, 2001. 239 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continua>. Acesso em: 01 jan. 2022.

BRASIL. **Resumo Técnico do Estado do Amapá - Censo da Educação Básica 2020**. Censo da Educação Básica 2020. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-estado-do-amapa-2013-censo-da-educacao-basica-2020>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Inep. **Resumo Técnico do Estado do Amapá: censo da educação básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-estado-do-amapa-2013-censo-da-educacao-basica-2020>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FARIAS, V. S.; MELO, V. T. S; SOARES JÚNIOR. Ações pedagógicas em contexto de pandemia: um estudo cooperativo com perspectivas para o futuro. In: INSFRAN, Fernanda, *et al.* **Pandemia e suas interfaces no ensino**. São Carlos (SP): Pedro & João, v. 1, 2020. Cap. 1, p. 39-52.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., v. 12, 2003.

OLIVEIRA, I. B. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. In: MOURA, T. M. M. *et al.* **Educação de Jovens e Adultos: currículo, trabalho, docente, práticas de alfabetização e letramento**. Maceió (AL): Edufal, 2008.

MOURA, T. M. M. (org.). **Educação de jovens e adultos: currículo, trabalho, docente, práticas de alfabetização**

NASCIMENTO, M. C.; MANSUR, G. S. S.; GOMES. Pandemia, tecnologias digitais e educação: pensamentos sobre a escola de hoje. In: INFRAN, Fernanda, et al. **Pandemia e suas interfaces no ensino**. São Carlos (SP): Pedro & João, v. 1, 2020. Cap. 1, p. 95-108.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de jovens e adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. Riut, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4489>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PIERRO, M. C. D.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedex**, São Paulo, v. XXI, SciELO Brasil, p. 58-77, novembro 2001.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica**. 2007. Pesquisa em educação. Disponível em: [http://pesquisae-meduacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues\\_metodologia\\_cientifica.pdf](http://pesquisae-meduacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf). Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTOS, R. D. S.; BARBOSA, C. S. Desafios da educação de Jovens e Adultos em tempo de pandemia da covid-19. In: INFRAN, F. *et al.* **Pandemia e suas interfaces no ensino**. São Carlos (SP): Pedro & João, v. 1, 2020. Cap. 1, p. 167-181.

SOUZA, A. S. A. **EJA em tempos de pandemia: uma análise da atuação do professor em sala de aula**. Uma análise da atuação do professor em sala de aula. 2021. Repositório Institucional da UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20591>. Acesso em: 02 jan. 2022.

SILVA, Valdirene R. D. J. Educação de Jovens e Adultos-Paulo Freire: Implicações Pedagógicas. **CLARA-BOIA**, Jacarezinho/PR, v. v.8, n. 2017, p. 64-74, Jul/dez 2017.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 29 dez. 2021.


SANTOS, Ana C. D. B. D. **O Programa Brasil Alfabetizado e os desafios da formação docente**. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias. Guarabira-PB, 2014.

TAMAROZZI, E.; COSTA, R. P. **Fundamentos metodológicos em EJA II**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da UNESCO apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. 2020. UNESCO. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 19 dez. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAPÁ</p>	<p>Rodovia BR-210, Km 03, s/n - Brasil Novo 68909-398 – Ma- capá – Amapá</p> <p>Home-page: <a href="https://www.ifap.edu.br/">https://www.ifap.edu.br/</a></p> <p>Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.</p>
--	--

### Questionário para professores da Educação de Jovens e Adultos Prezado/a professor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no Curso de Pedagogia do IFAP denominado “Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos em tempos de pandemia”. Suas respostas serão utilizadas para compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de educação de jovens e adultos, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos.

Agradecemos por sua contribuição. Erika e Heliana.

### INFORMAÇÕES GERAIS

E-mail (opcional): .....

- Qual a sua formação acadêmica? ( ) Magistério (ensino médio)  
( ) Graduação  
( ) Especialização ( ) Mestrado  
( ) Doutorado
- Quanto tempo atua na Escola Municipal Acre? ( ) 6 meses  
( ) 12 meses (1 ano) ( ) 18 meses  
( ) 24 meses (2 anos) ( ) 30 meses  
( ) 36 meses (3 anos)  
( ) Outro. Qual:.....
- Quanto tempo você atua como professor/a na modalidade de Educação de Jovens e Adultos?  
( ) 6 meses  
( ) 12 meses (1 ano)  
( ) 18 meses  
( ) 24 meses (2 anos) ( ) 30 meses  
( ) 36 meses (3 anos)  
( ) Outro. Qual:.....
- Quais as exigências para um/a professor/a que atua na EJA?  
.....

### FORMAÇÃO CONTINUADA

- Você realizou formação/capacitação para atuar na EJA? ( ) Sim  
( ) Não
- Se a sua resposta na pergunta 6 foi SIM, descreva quais atividades formativas sobre EJA você realizou?  
.....
- Você já participou de atividades formativas relacionadas com o pensamento de Paulo Freire?  
( ) Sim  
( ) Não
- Se a sua resposta na pergunta 8 foi SIM, descreva que atividades relacionadas com o pensamento de Paulo Freire você realizou?  
.....

30

### A EJA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

- Quais os principais problemas que você vem enfrentando na docência da EJA tendo em vista a pandemia da Covid-19?  
.....
- Que decisões foram tomadas na Escola Municipal Acre para prosseguir com a EJA durante a pandemia da Covid-19?  
.....

12. Como funcionam as aulas remotas que estão sendo desenvolvidas na pandemia da Covid- 19?  
.....

13. Como está sendo a participação dos estudantes nas aulas remotas que estão sendo oferecidas durante a pandemia da Covid-19?  
.....

14. Quais os impactos que a pandemia da Covid-19 está causando no processo ensino- aprendizagem dos estudantes da EJA?  
.....

15. Que metodologias de ensino você está adotando nas aulas remotas durante a pandemia da Covid-19?  
.....

#### **MEDIDAS ADOTADAS PELA EJA COM A RELAÇÃO A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS**

16. Que medidas foram adotadas pela Escola Municipal Acre para enfrentar a pandemia da Covid-19 e manter os estudantes da EJA estudando?  
.....


17. Cite outras medidas que você vem adotando durante a pandemia da Covid-19 no sentido de manter os estudantes da EJA frequentando as aulas.  
.....

#### **ABANDONO DE ESTUDANTES DA EJA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19**

18. Que fatores estão contribuindo para a evasão (abandono) de estudantes da EJA durante o período da pandemia da Covid-19?  
.....

19. O que você recomenda para manter os estudantes da EJA frequentando as aulas no contexto da pandemia da Covid-19?  
.....

20. O que a escola pode fazer para manter seus estudantes da EJA frequentando as aulas durante a pandemia da Covid-19?  
.....

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAPÁ</p>	<p>Rodovia BR-210, Km 03, s/n - Brasil Novo 68909-398 – Ma- capá – Amapá</p> <p>Home-page: <a href="https://www.ifap.edu.br/">https://www.ifap.edu.br/</a></p> <p>Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.</p>
--	--

### Questionário para gestores da Educação de Jovens e Adultos Prezado/a gestor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no Curso de Pedagogia do IFAP denominado “Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos em tempos de pandemia”. Suas respostas serão utilizadas para compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de educação de jovens e adultos, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos.

Agradecemos por sua contribuição. Erika e Heliana.

### INFORMAÇÕES GERAIS

E-mail (opcional): .....

- Qual a sua formação acadêmica? ( ) Magistério (ensino médio)  
( ) Graduação  
( ) Especialização ( ) Mestrado  
( ) Doutorado
- Quanto tempo atua na Escola Municipal Acre? ( ) 6 meses  
( ) 12 meses (1 ano) ( ) 18 meses  
( ) 24 meses (2 anos) ( ) 30 meses  
( ) 36 meses (3 anos)  
( ) Outro. Qual:.....
- Quanto tempo você atua como gestor/a na modalidade de Educação de Jovens e Adultos? ( ) 6 meses  
( ) 12 meses (1 ano)  
( ) 18 meses  
( ) 24 meses (2 anos) ( ) 30 meses  
( ) 36 meses (3 anos)  
( ) Outro. Qual:.....
- Quais as exigências para um/a gestor/a que atua na EJA?

5. Desde quando a modalidade EJA é oferecida na Escola Municipal Acre?

( ) 2021	( ) 2016	( ) 2011
( ) 2020	( ) 2015	( ) 2010
( ) 2019	( ) 2014	( ) 2009
( ) 2018	( ) 2013	( ) 2008
( ) 2017	( ) 2012	( ) Outro. Qual? .....

Quantos estudantes estão matriculados no momento na EJA da Escola Municipal Acre?

6. Quais são as diretrizes curriculares adotadas na EJA da Escola Municipal Acre?

7. Como a EJA é abordada no projeto político pedagógico da Escola Municipal Acre?

- Você realizou formação/capacitação para atuar na EJA? ( ) Sim  
( ) Não
- Se a sua resposta na pergunta 6 foi SIM, descreva quais atividades formativas sobre EJA você realizou?  
.....
- Você já participou de atividades formativas relacionadas com o pensamento de Paulo Freire?

- ( ) Sim  
( ) Não

11. Se a sua resposta na pergunta 8 foi SIM, descreva que atividades relacionadas com o pensamento de Paulo Freire você realizou?  
.....

#### **A EJA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

12. Quais os principais problemas que você vem enfrentando na gestão da EJA tendo em vista a pandemia da Covid-19?  
.....
13. Que decisões foram tomadas na Escola Municipal Acre para prosseguir com a EJA durante a pandemia da Covid-19?  
.....
14. Como funcionam as aulas remotas que estão sendo desenvolvidas na pandemia da Covid- 19?  
.....
15. Como está sendo a participação dos estudantes nas aulas remotas que estão sendo oferecidas durante a pandemia da Covid-19?  
.....
16. Quais os impactos que a pandemia da Covid-19 está causando no processo ensino- aprendizagem dos estudantes da EJA?  
.....
17. Que metodologias de ensino estão sendo recomendadas para as aulas remotas durante a pandemia da Covid-19?  
.....


#### **MEDIDAS ADOTADAS PELA EJA COM A RELAÇÃO A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS**

18. Que medidas foram adotadas pela Escola Municipal Acre para enfrentar a pandemia da Covid-19 e manter os estudantes da EJA estudando?  
.....
19. Cite outras medidas que a Escola Municipal Acre vem adotando durante a pandemia da Covid-19 no sentido de manter os estudantes da EJA frequentando as aulas.  
.....
20. Como a escola planejou suas atividades para evitar a evasão logo após a quarentena da pandemia da Covid-19 estipulada pelo governo?  
.....

#### **ABANDONO DE ESTUDANTES DA EJA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19**

21. Que fatores estão contribuindo para a evasão (abandono) de estudantes da EJA durante o período da pandemia da Covid-19?  
.....
22. O que você recomenda para manter os estudantes da EJA frequentando as aulas no contexto da pandemia da Covid-19?  
.....
23. O que a escola pode fazer para manter seus estudantes da EJA frequentando as aulas durante a pandemia da Covid-19?  
.....



 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAPÁ</p>	<p>Rodovia BR-210, Km 03, s/n - Brasil Novo 68909-398 – Macapá – Amapá</p> <p>Home-page: <a href="https://www.ifap.edu.br/">https://www.ifap.edu.br/</a></p> <p>Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.</p>
--	--

### Questionário para estudantes da Educação de Jovens e Adultos Prezado/a estudante,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no Curso de Pedagogia do IFAP denominado “Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos em tempos de pandemia”. Suas respostas serão utilizadas para compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de educação de jovens e adultos, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos.

Agradecemos por sua contribuição. Erika e Heliana.

### INFORMAÇÕES GERAIS

E.mail (opcional): \_\_\_\_\_

01. Qual o seu sexo?

<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Outro
02. Qual a sua idade?		
<input type="checkbox"/> 17 anos	<input type="checkbox"/> 21 anos	<input type="checkbox"/> 25 anos
<input type="checkbox"/> 18 anos	<input type="checkbox"/> 22 anos	<input type="checkbox"/> 26 anos
<input type="checkbox"/> 19 anos	<input type="checkbox"/> 23 anos	<input type="checkbox"/> 27 anos
<input type="checkbox"/> 20 anos	<input type="checkbox"/> 24 anos	<input type="checkbox"/> Outra. Qual?.....

03. Qual o município/cidade que reside?

.....

04. Qual seu estado civil?  Solteiro/a

- Casado/a  
 Separado/a  
 Divorciado/a  Viúvo/a

06. Qual sua etnia/cor?  Amarela

- Branca  
 Indígena  Preta  
 Parda  
 Não quero declarar

05. Você trabalha?  Sim

Não

06. Se a resposta da pergunta 05 foi SIM, que trabalho você realiza atualmente?

.....

07. Quais os principais problemas/dificuldades que você vem enfrentando com as aulas da EJA durante a pandemia da Covid-19?

.....

34

08. Você já pensou em desistir da EJA tendo em vista a pandemia da Covid-19?  Sim

Não

09. Se a resposta da pergunta 08 foi SIM, quais os motivos que levaram você a pensar em desistir da EJA?

.....

10. Quais as providências que a Escola Municipal Acre tomou logo após o surgimento da pandemia da Covid-19 no sentido de manter os estudantes frequentando as aulas?

.....



11. Que outras medidas você acha que a Escola Municipal Acre poderia implantar no sentido de manter os estudantes frequentando as aulas da EJA?  
.....


12. O que mudou na sua aprendizagem com o ensino remoto que foi implantado desde o início da pandemia da Covid-19?  
.....

13. Descreva como o professor está fazendo para ministrar as aulas durante a pandemia da Covid-19?  
.....

14. Quais as maiores dificuldades que você vem enfrentando em relação ao uso das tecnologias que estão sendo utilizadas no ensino remoto durante a pandemia da Covid-19?  
.....

15. No contexto da pandemia da Covid-19, o que mudou em sua rotina escolar?  
.....  
.....

APÊNDICE IV

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAPÁ</p>	Rodovia BR-210, Km 03, s/n - Brasil Novo 68909-398 – Ma- capá – Amapá  Home-page: <a href="https://www.ifap.edu.br/">https://www.ifap.edu.br/</a>  Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.
--	--

Questionário para ex-estudantes da Educação de Jovens e Adultos

**PREZADO/A,**

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no Curso de Pedagogia do IFAP denominado “Um olhar sobre a realidade educacional da educação de jovens e adultos em tempos de pandemia”. Suas respostas serão utilizadas para compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de educação de jovens e adultos, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a utilização do ensino remoto, analisando como se encontra a permanência dos estudantes da EJA diante desses impactos.

Agradecemos por sua contribuição. Erika e Heliana.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

E.mail (opcional): \_\_\_\_\_

01. Qual o seu sexo?

<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Outro
02. Qual a sua idade?		
<input type="checkbox"/> 17 anos	<input type="checkbox"/> 21 anos	<input type="checkbox"/> 25 anos
<input type="checkbox"/> 18 anos	<input type="checkbox"/> 22 anos	<input type="checkbox"/> 26 anos
<input type="checkbox"/> 19 anos	<input type="checkbox"/> 23 anos	<input type="checkbox"/> 27 anos
<input type="checkbox"/> 20 anos	<input type="checkbox"/> 24 anos	<input type="checkbox"/> Outra. Qual?.....

Qual o município/cidade que reside?

.....  
01. Qual seu estado civil? ( ) Solteiro/a

- ( ) Casado/a  
( ) Separado/a  
( ) Divorciado/a ( ) Viúvo/a

06. Qual sua etnia/cor? ( ) Amarela

- ( ) Branca  
( ) Indígena ( ) Preta  
( ) Parda  
( ) Não quero declarar

05. Você trabalha? ( ) Sim

- ( ) Não

06. Se a resposta da pergunta 05 foi SIM, que trabalho você realiza atualmente?

.....  
07. Quais os principais problemas/dificuldades que provocou sua desistência das aulas da EJA a partir da pandemia da Covid-19?

.....  
08. Quais os principais motivos que levaram você a desistir da EJA?

.....  
09. Quais as providências que a Escola Municipal Acre poderia ter tomado logo após o surgimento da pandemia da Covid-19 e que evitaria sua desistência da EJA?

.....  
10. O uso das tecnologias durante as aulas logo após o início da pandemia da Covid-19 contribuiu para sua desistência da EJA?

.....  
11. No contexto da pandemia da Covid-19, o que mudou em sua rotina?

.....  
12. A Escola Municipal Acre tomou alguma providência para que você voltasse a estudar?

- ( ) Sim  
( ) Não

13. Se sua resposta na pergunta 12 foi SIM, que outros motivos levaram você a desistir de estudar?

.....



## Reflexão sobre a importância da formação de professores para a prática pedagógica

*Reflection on the importance of teacher training for pedagogical practice*

**Adriani Goetz**

*Pedagoga. Pós em Psicopedagogia. Mestre em Educação*

Submetido em: 05/01/2023  
Aprovado em: 06/01/2023  
Publicado em: 10/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.467

### RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é oportunizar uma reflexão sobre a formação continuada de professores, momentos em que se busca subsídios para a atualização, tanto na área da legislação, quanto ao cotidiano da sala de aula, com sugestões de atividades que muitos não possuem nas escolas. A formação continuada oportuniza a reconstrução da prática pedagógica, pois os encontros com outros profissionais da área motivam a enfrentar os desafios constantes que se apresentam na escola através de problemas sociais e culturais que perpassam pela sociedade atual. A pesquisa é desenvolvida de forma bibliográfica, com apoio de vários artigos publicados, livros que tratam do tema.

**Palavras-chave:** Educação. Formação. Professores

### ABSTRACT

The objective of this research is to provide a reflection on the continued training of teachers, moments in which subsidies are sought for updating, both in legislation and in the daily classroom, with suggestions for activities that many do not have in schools. Continuing education opportunities the reconstruction of pedagogical practice because meetings with other professionals in the area motivate them to face the constant challenges that are presented at school through social and cultural problems that permeate the current society. The research is developed in a bibliographical way, with the support of several published articles, books that deal with the subject.

**Keywords:** Education. Training. Teachers

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas se refletiram diretamente no ambiente educacional, com concretização no espaço escola. Onde as transformações criam várias formas, exigindo constantes reformulações documentais e reconstruções pedagógica. Nesse cenário a Formação ofertada aos professores se tornou mais dinâmica e voltada ao interesse do professo que também se tornou mais exigente quanto aos temas abordados, que devem estar voltado aos seus interesses de conhecimento e reverbera na sala de aula. Nada descontextualizado.

Essa formação que era, na maioria das vezes, considerada a partir de critérios técnicos, atualmente visam levar a reflexão sobre o conhecimento de suas ações e isso se produz quando o profissional trata de explicar a si mesmo, fazendo aflorar saberes que estão implícitos na sua prática pedagógica, dando um novo sentido ao já mecanicamente explorado.

Nesse ambiente de muitas dúvidas e hesitações, “há uma certeza que nos orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho” (NÓVOA, 2022, p.68). A intenção desses encontros é “para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar” (NÓVOA, 2022, p.68).

1 Esses novos eventos se justificam pelas constantes mudanças sociais, as quais surgiram no momento em que a escola passa por transformações, assumindo papéis diversificados o que torna necessário a intervenção de professores conscientes e preparados para interagir com uma escola que reflete a necessidade de mudanças e para que essa mudança seja efetivada surge a necessidade de se formar profissionais reflexivos que se contraponham aos professores reprodutores de saberes produzidos pelos especialistas. O professor reflexivo é reconhecido como profissional capaz de refletir sobre sua prática e, baseado nela, produzir saberes docentes.





Nesse sentido, a prática pedagógica vai além do espaço escola, tratando do ser humano como um todo, um ser social que necessita de formação para se integrar em todas as nuances que a demanda social exige, e nesse sentido a importância da dos cursos e encontros de Formação de Professores.

## 2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sato e Castione (2022) relatam que no Brasil ao longo dos últimos anos, foram elaborados diversos normativos legais desencadeando inúmeros e fragmentados programas de formação docente, “que foram insuficientes para produzir os resultados que atendessem às necessidades atuais da escola da educação básica” (SATO; CASTIONE, 2022, p.135). Conforme as autoras, existe um distanciamento entre os sistemas, que compõem – universidades e faculdades -, daquele que contrata – estados e prefeituras, sendo necessário aproximar estas duas dimensões. “A formação pedagógica tem de fazer sentido com os dilemas da prática pedagógica que se deparam milhares de docentes no seu fazer pedagógico” (SATO; CASTIONE, 2022, p.136).

Ao se referir sobre a formação dos educadores, Cunha (2003) diz que, principalmente a partir da década de 1990, vem sendo alvo de muitas discussões e descontentamentos. Nesse sentido, muitas pesquisas têm centralizado as suas investigações na tentativa de encontrar bons professores, professores competentes, professores reflexivos, ou seja, educadores que apresentam um fazer pedagógico coerente com concepções progressistas de educação, que reverta a sala de aula. As pesquisas têm revelado o quanto à prática pedagógica destes profissionais pode ser ressignificada à luz das novas concepções de educação “formação contribui para com o desenvolvimento de profissionais mais comprometidos” (SILVA; NASCIMENTO, 2022, p.18).

Constantemente surgem novas propostas de inovação em todos os setores sociais e empresariais, e a escola no seu viés empresarial não pode se eximir da atualização dos seus educadores, pois, “Dado que o ensino, docência, se considera uma profissão, é necessário, tal como noutras profissões, assegurar que as pessoas que a exerçam tenham um domínio adequado da ciência, técnica e arte da mesma, ou seja, possuam competência profissional”. escola (GARCIA, 2003, p.22)

A importância das várias propostas que querem nortear os rumos da formação de educadores, é o fato de com tantas reflexões os objetivos estão se aproximando da realidade das escolas, do cotidiano do professor. Faz-se necessário, no entender de Garcia (2003), ressaltar que por muito tempo a formação oficial não teve a preocupação de incentivar a relação entre teoria e prática docente. Inicialmente, contentava-se em “reciclar” o educador, descartando o seu conhecimento real, introduzindo o novo desconectado do velho, oferecendo cursos rápidos e descontextualizado, somado a palestras e encontros esporádicos superficiais.

Vários autores se referem ao tema da formação do professor, entre eles se destacam Freire (1982), Nóvoa (2002) e Perrenoud (2003), onde os termos usados são “formação permanente” e ou “formação continuada”, sendo que estes dois termos podem ser considerados similares, pois destacam como eixo central a pesquisa em educação, valorizando o conhecimento do professor, e em um processo interativo/reflexivo, buscam contribuir para uma análise do próprio fazer docente.

A formação popular sempre esteve presente nas obras de Freire (1982, p.24), tendo a escola como fonte onde essa educação pode ocorrer, e contemplar a realidade do educando, ele diz : a “ultrapassar a visão fragmentada da realidade, levando as pessoas a superar o individualismo através da cooperação, das soluções coletivas, da liberdade de pensamento, tornando-se cidadãos, avançando de uma “consciência ingênua para uma consciência crítica”, a busca nesse contexto é por uma mobilização social que questione o próprio sistema e transforme a realidade.

No entender de Nóvoa (2002), o educar/formar nesta perspectiva é reconhecer, os professores a partir de três eixos estratégicos: a pessoa do professor e sua experiência; a profissão e seus saberes, e a escola e seus projetos. Dessa forma “A formação não se constrói por acumulação (de cursos de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho

de reflexão crítica sobre práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. (NÓVOA, 2002, p.38).

Portanto, os professores devem estar em constante formação, reconhecendo a necessidade de serem eternos aprendizes, buscando, através de uma formação contextualizada, transformar-se, ressignificar sua prática, entender o grupo no qual estão inseridos e ressignificar a suas práticas pedagógicas. Como relata Marin (2007, p.2):

Não se trata de uma simples aquisição de conhecimentos, mas de uma transformação da própria pessoa envolvendo mecanismos psicológicos mais amplos, e essa interação sujeito-mundo (local onde habito e no qual dou e recebo significações) é que faz aparecerem problemas mais profundos, os quais a simples instrução não consegue resolver. É necessária uma prática transformadora constituída pela teoria e pela ação, formando uma proposta pedagógica que não concebe as pessoas como ‘destinatárias’, mas como sujeitos da própria atividade política.

A busca é por uma nova competência pedagógica, obtida através da reflexão sobre a prática, que em um movimento de ação-reflexão-ação, caminha para uma menor dicotomia teoria/prática, entendendo sempre que entre uma determinada teoria que se quer assumir e a prática que se quer ressignificar existe a teoria do sujeito, a qual se constrói a partir das indagações daquilo que faz (MARIN, 2007).

Enfim, é fundamental que o educador seja induzido a refletir sobre sua prática, a elaborar suas próprias teorias, compreender as origens de suas crenças, muitas delas limitantes, para que possa tornar-se um profissional reflexivo, com melhoria no seu trabalho em sala de aula, ressignificando a sua prática. Precisa-se, fazer observação que a prática reflexiva do professor, aliada a atitudes de meta-aprendizagem por parte dos alunos só significará melhora na qualidade dos conhecimentos adquiridos na escola, se essa postura não se der numa perspectiva individual no espaço escolar.

Dessa forma, não se pode desassociar a formação continuada dos professores com a qualidade do ensino, “pois um professor fora dessa perspectiva, dificilmente conseguirá usar os conteúdos em prol das mudanças necessárias, não irá compreender o seu papel, de modo a oferecer, um ensino democrático e integral” (SILVA; FERNANDES; BRANDENBURG, 2021, p.10).

Ainda sobre a importância de formar professores, Moraes (2000), diz que o importante é que estes estejam suscetíveis a uma mudança de postura quanto ao seu papel de educador, promovendo a equiparação de oportunidades e de direitos de seus alunos, o que extinguirá todo e qualquer comportamento agressivo e promoverá o desenvolvimento não só cognitivo, como também social e afetivo deles. Esses procedimentos refletem a constante necessidade de formação continuada.

O ciclo do desenvolvimento profissional completa-se com a formação continuada. Face à dimensão dos problemas e aos desafios atuais da educação se faz necessário, reforçar as dimensões coletivas dos professores. A imagem de um professor de pé junto ao quadro negro, dando a sua aula para uma turma de alunos sentados, talvez a imagem mais marcante do modelo escolar, está a ser substituída pela imagem de vários professores trabalhando em espaços abertos com alunos e grupos de alunos. Esta nova construção pedagógica precisa de professores empenhados num trabalho em equipa e numa reflexão conjunta. É aqui que entra a formação continuada, um dos espaços mais importantes para promover esta realidade partilhada (NÓVOA, 2019, p.10).

## 2.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA E OS PARADIGMAS

Entende-se que a formação continuada, com qualquer tempo de execução das suas ações e do grau de estruturação, é planejada pensando em um modelo de professor, uma perspectiva de educação e de ensino, bem como uma concepção de formação, pois dessa formação também depende um ensino de qualidade que se efetiva através da reflexão sobre a prática pedagógica. A formação continuada do professor não é o “único vetor de uma profissionalização progressiva”, mas é uma forma contínua e “um dos propulsores que permitem elevar o nível de competência dos profissionais” (PERRENOUD, 2002, p. 12).

Para contextualizar, evidenciar o papel do paradigma se recorre a Morin [...] o paradigma desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supra consciente. (2004, p. 26).

Dessa forma é possível afirmar que os paradigmas funcionam como regulamentos e regras por meio dos quais o

ser humano faz uma leitura da realidade, “julgando e classificando os fenômenos e os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles” (MORIN, 2004, p. 25).

Destaca-se a estreita relação da qualidade do ensino com a formação dos professores, sendo que, para que isso aconteça de fato, a formação dos professores deve estar conectada com as transformações sociais e seus impactos na vida da comunidade, “para que em sala de aula, os professores saibam dar sentido aos conteúdos e produzam uma educação verdadeiramente democrática visando a humanização e consequentemente uma sociedade mais saudável” (SILVA, et.al. 2021, p.10).

Entender o processo de formação é importante, e para isso se toma como referência os paradigmas de formação de professores que foram propostos por Éraut (1985), conjuntamente com as propostas de outros autores, nomeadamente Zeichner (1983), Ferry (1983), Correia (1989) e Demailly (1992), no sentido de melhor fundamentar este estudo.

Conforme Éraut (1985) são quatro os paradigmas considerados na formação continuada de professores: do “déficit”; do crescimento; da mudança; da resolução de problemas.

Quanto ao paradigma do “déficit”, Éraut (1985) diz que conforme este paradigma, a formação contínua objetiva preencher lacunas existentes desde a formação inicial, partindo do entendimento de que existe uma limitação e que os educadores devem atualizar as suas competências práticas, como uma forma de tornar o sistema escolar mais eficaz. Quem define os conteúdos a serem trabalhados nos encontros de formação são as instituições de ensino, legitimadas, regra geral, pelo poder central. Sendo específico da formação contínua, este paradigma encontra correspondência em abordagens mais genéricas da formação de professores, tais como:

- O paradigma comportamentalista (“behaviouristic”) proposto por Zeichner (1983), que tem as suas raízes históricas no positivismo;
- O modelo centrado nas aquisições, segundo o qual a prática é apoiada e integrada na teoria, de que Ferry (1983) se refere.

Corresponde, também, de um modo geral, ao sistema pré-programado de formação mencionado por Correia (1989) e à formação que Demailly (1992) refere como forma escolar e forma universitária. Correia (1989) diz que os conteúdos de formação deste sistema, que se limita a ações pontuais de reciclagem, são pré-programados.

Na concepção de Demailly, uma grande parte das ações de formação contínua realiza-se segundo esta perspectiva: “O programa de formação organizado centralmente e ministrado por professores que cumprem um programa oficial que não é da sua responsabilidade” e o autor complementa dizendo que “é muito pouco negociável e a formação é quase obrigatória, justificando-se pela “legitimidade e a utilidade de um saber” (DEMAILLY, 1992, p.146)

No *paradigma do crescimento* a formação contínua que decorre deste paradigma tem como pressuposto a formação permanente. A formação inicial é o início do processo formativo dos professores e, nesse sentido, a formação contínua não visa preencher lacunas que resultam da inadequação do professor, mas o seu crescimento. Portanto, conforme este paradigma, o conhecimento não reside apenas nos especialistas, mas, sobretudo, na experiência profissional dos professores e na reflexão que estes fazem da mesma, embora ao se refletir sobre essa experiência, ela não seja suficiente como estímulo para o crescimento desejado, para o qual são necessários tempo, oportunidade e instrumentos adequados.

Ferry esclarece que a formação nessa perspectiva ocorre “como um processo de desenvolvimento individual tendente a adquirir e a aperfeiçoar as suas capacidades” (1983, p.36), os conteúdos dos programas de formação decorrem a partir das necessidades e das preocupações dos formandos.

Considerando as ideias de Ferry (2000), quando os professores têm chances de encontrar graus de liberdade para refletir durante e após a sua prática, procuram dar sentido ao seu próprio trabalho. Nos processos de formação a convivência e o desenvolvimento das ações geram reflexão, podem proporcionar inquietações, instigar para uma busca por novos horizontes e tornar os professores mais conscientes. No entendimento de Correia “ao assumir o currículo não só como um plano de ação, mas também como plano construído na ação, admite-se a sua precariedade sem prejuízo de se considerar necessário definir uma espinha dorsal do processo de formação” (CORREIA, 1989, P.146).

O paradigma proposto por Zeichner (1983), defende que a formação deve ser feita a partir das necessidades dos formandos e o modelo centrado nas “démarches” de Ferry (1983), segundo o qual a teoria

se fundamenta a partir da prática. Conforme o sistema centrado na análise das condições de trabalho, a formação contínua desenvolve-se e desenvolve dinâmicas que se articulam com a investigação, inovação e questões sociopsicopedagógicas, partindo do princípio que não existe mudança sem a participação dos agentes transformadores e transformados.

Couto (1998) relata que a forma interativa-reflexiva está presente nas ações de formação contínua que envolvem o acompanhamento a grupos de trabalho e a grupos que fazem investigação. Este modelo de formação contínua de professores é concebido segundo uma abordagem que defende a construção de currículos de formação que se fundamentam na experiência profissional dos professores e na reflexão sobre essa experiência, dentro de um determinado contexto educativo e social, ao qual está inerente um conjunto de crenças e de valores.

O terceiro paradigma da tipologia apresentada por Éraut (1985), é o *paradigma da mudança*, onde os sistemas educativos devem desenvolver uma formação contínua que vá ao encontro das mudanças verificadas na sociedade, que implicam uma inovação na política educativa, como é o caso da integração de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino e da educação multicultural.

Esta perspectiva de formação, que se pode associar às reformas dos sistemas educativos que se foram desenvolvendo ao longo dos anos sessenta e setenta nos países ocidentais, parte do pressuposto que os sistemas educativos devem ser revistos de tempos a tempos, de acordo com a evolução da sociedade, e que os professores, só por si, não conseguem realizar, de modo adequado, quer o diagnóstico das mudanças, quer as ações que vão ao encontro dessas mudanças (ÉRAUT, 1985). A formação de professores para a inovação depende do modo como ela é difundida.

O último paradigma abordado por Éraut (1985) é o *da resolução de problemas* considerando a complexidade do ato educativo, defende que a avaliação e a resposta às dificuldades ou problemas que emergem em cada escola, em cada sala de aula, têm vantagens quando é feita pelos próprios professores, uma vez que estes conhecem os alunos e o contexto específico em que os problemas ocorrem. A formação contínua decorre assim das problemáticas com que os professores se confrontam e para as quais vão encontrando a resposta que consideram mais adequada.

Ao ser centrada na escola, não implica, que ocorra apenas dentro desse espaço e somente com o seu quadro de professores, é importante a troca de ideia, de saberes com colegas de outras instituições de ensino, com outras realidades. Alguns autores, como Day (1991), por exemplo, consideram que a formação centrada na escola pode realizar-se, também, em centros de formação de professores ou em associações de escolas, tendo Thompson (1993) constatado, a este respeito, que as ações de formação pareciam mais eficazes quando se realizavam fora do local de trabalho dos professores.

Ao ter como princípio básico a reflexão, parte do pressuposto que os professores reflexivos são capazes de refletir sobre e para a sua prática. O que implica que cada realidade escolar deve ser vista em conformidade com essa realidade, para a qual se estabelecem currículos próprios. O que implica, também, que a formação contínua dos professores seja perspectivada como uma forma de desenvolvimento profissional, “pessoal, evolutivo e continuado” (GIMENO, 1990, cit. In: GARCIA, 1992, p. 55).

Para Ribeiro (1997), é necessário que estes paradigmas respondam às necessidades profissionais dos docentes valorizando o conceito de formação contínua. O paradigma orientado para a pesquisa *inquiry-oriented* proposto por Zeichner (1983), segundo o qual a formação decorre da investigação e da reflexão dos formandos, que são agentes da sua própria formação, bem como o modelo centrado na análise, caracterizado pelo fato de a prática e a teoria estarem articuladas em termos de regulação, abordado por Ferry (1983), correlacionam-se com esta abordagem de formação.

Demilly (1992) considera que as formas contratuais puras sejam difíceis de aplicar e de encontrar na formação de professores, sendo que uma parte significativa das ações de formação, parecendo uma forma contratual, são, na verdade, um modelo contratual escolarizado.

5

Lesne (1977) considera que o adulto que se forma é sempre um objeto de socialização, na medida em que o mundo social exerce sobre ele um domínio cultural. Nesse sentido, o indivíduo interioriza saberes, valores e normas. Por outro lado, também é o sujeito da sua própria socialização, uma vez que está em interação constante com o seu meio sociocultural, através do qual tem a percepção dos seus fracassos e dos seus sucessos. Sendo objeto e sujeito de socialização, o adulto é, ainda, um agente de socialização que exerce a sua



ação sobre os outros. Partindo, assim, do princípio de que os adultos são objetos de socialização, sujeitos da sua própria socialização e agentes de socialização, parece fazer sentido que a formação contínua de professores tenha em conta as suas preocupações, os seus ciclos de vida e os estádios de desenvolvimento da carreira em que se encontram, alguns dos quais abordaremos seguidamente.

É indiscutível que a eficiência do processo ensino-aprendizagem depende, entre outros fatores, da formação dos professores. Uma formação que deve ter em conta os próprios professores, as suas dificuldades, as suas expectativas, acima de tudo, a sua experiência, dados que parecem fundamentais para poder começar a olhar a sociedade, a escola, os alunos, e a própria profissão docente com outra perspectiva.

Não é novidade que cabe às instituições de formação e as Universidades um papel de extrema importância no (re)pensar de tudo isto. De acordo com o relatório da UNESCO<sup>1</sup>, feito pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, a educação, entendida como educação permanente, deverá organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais:

- Aprender a conhecer (ou seja, aprender a aprender, partindo do princípio que “a omnidisciplinaridade é um logro” e que “a especialização, mesmo para futuros investigadores, não deve excluir a cultura geral”);
- Aprender a fazer (tendo em vista “uma qualificação profissional” adquirida através de aprendizagens formais e informais);
- Aprender a viver em comum (num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro”, num segundo nível, e durante toda a vida, a participação em projetos comuns”);
- Aprender a ser (no sentido de saber “agir com autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal”). (EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR, 1996, p.77).

Encontra-se assim, perante a proposta de uma educação que vai além da formação inicial, para além da formação profissional e mesmo para além da formação contínua, esta perspectiva como atualização de conhecimentos. É uma educação que se processa durante toda a vida, tendo em conta que saber, saber fazer, saber viver com os outros e saber ser são dimensões presentes e indissociáveis.

Nos dias atuais, em que a informatização e informação exercem um papel fundamental na vida dos seres humanos, trazendo a cada dia novidades e experiências fundamentais para a formação profissional, não se concebe mais um educador que viva fora de seu tempo, de forma considerada pelos alunos “ultrapassada”. Sabe-se que se vive em uma contínua busca pelo ganho material, e nesta caminhada muitos se esquecem dos “ganhos” na área do conhecimento, da atualização.

Percebe-se que ainda existem muitas resistências por parte dos professores quando se fala em curso de aperfeiçoamento de atualização, ao menos que esses cursos se revertam em uma maior renda, o que não se critica, pois, a sociedade está cada vez mais competitiva e o poder aquisitivo se torna fundamental para se inserir no mundo do conhecimento, mas não se justifica a falta de interesse pelo aperfeiçoamento profissional, pois geralmente são oferecidas pela própria escola em uma reflexão e mediação do Coordenador Pedagógico.

Para Zeichner (1983, *apud.*, IBIAPINA, 2020, p.43), desde o início da formação de professores, no começo do século XIX, há uma grande controvérsia entre os defensores de diferentes perspectivas acerca de como deve ser a formação do professor. O autor reflete que, ao longo dos anos, o debate sobre a formação de professores tem sido muitas vezes realizado de acordo com os parâmetros de uma única orientação paradigmática hegemônica e entre sujeitos que compartilham de uma mesma visão, o que compromete a discussão sobre outras perspectivas. Como consequência da falta de um debate mais amplo o autor aponta que: “Nossos modelos de pesquisa e prática em formação de professores tendem a ser limitados em número e estreitos nos objetivos e são também intimamente ligados a orientações paradigmáticas que são dominantes em uma faixa determinada do tempo” (ZEICHNER, 1983, p. 3, *apud.* IBIAPINA, 2020, p.44).

Lima (2005) esclarece que o Coordenador Pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição.

1 Disponível em: [www.unesco.gov.com.br](http://www.unesco.gov.com.br). Acesso em dez. 12/09/2022.

Portanto, o contexto histórico-social que envolve os professores constitui-se num campo de pesquisa instigante e desafiador, principalmente no que se refere aos processos formativos. Neste trabalho, os processos de formação são entendidos como todos os fatores colaborativos - positivos e/ou negativos - da vida do professor e que podem identificar os desafios profissionais que faz que muitos dos professores fiquem fora da busca do aperfeiçoamento.

## CONCLUSÃO

A formação do professor é fundamental para seu desempenho em todos os espaços onde ocorre a educação, seja em espaços administrativos, Gestão ou sala de aula. O preparo através da aquisição de conhecimentos empíricos e as novas tendências pelas quais transitam a sociedade e se revertem na sala de aula são adquiridas em períodos de formação, principalmente a formação continuada, que acontece ao longo do ano, oportunizando experiências mais condizentes com o cotidiano escolar.

Este estudo se propôs a uma reflexão sobre a formação dos professores e se percorreu uma trajetória onde vários autores de forma significativa contemplaram esse tema. Assim, este estudo faz uma abordagem de temas significativos, tendo em vista possibilitar através da disponibilidade da pesquisa construída, o conhecimento e compreensão da constituição dos saberes docentes como parte colaborativa do processo formativo. E provocar uma reflexão quanto a prática educativa e a importância da busca por estudos de formação.

É importante nesse período de grandes transformações que também passam pelo espaço da educação, que os educadores estejam preparados intelectualmente para assumir a sua tarefa sabendo resolver e absorver as demandas socioculturais que cada dia mais fazem parte de sua realidade.

## REFERÊNCIAS

CANÁRIO, R. **Para uma estratégia de Formação Contínua de Professores**. Porto Alegre: Artesmed, 1998.

CANÁRIO, R. Ensino Superior e formação Contínua de Professores. **Revista Aprender**, nº 15, 1993.

CORREIA, J. **Inovação Pedagógica e Formação de professores**. Porto Alegre: Ertmed, 1989.

COUTO, C.G. Professor. O início da Prática Profissional. Lisboa: Faculdade de Ciência, **Tese de Doutorado**. PDF, 1998.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papyrus, 2003.

DEMAILLY, I. c. **Modelos de formação contínua e estratégias de mudança**, in Nóvoa (Org) os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR – **Relatório da UNESCO** para a comissão Internacional para o século XXI. Rio Tinto, Edições ASA, 1996.

ÉRAUT, M. **O profissionalismo na educação** (1985). Capturado na Internet e, 24/09/2012. Disponível em: [www.eca/index/artigos.com.br](http://www.eca/index/artigos.com.br).

ESTEVES, M. **Alguns Contributos para a Discussão sobre a Formação Contínua de Professores, Inovação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2001.

7 FERRY, G. (1983). **Problemáticas na prática educacional de adultos**. In: SILVA, Maria Odete. Formação Contínua do Professor, um caminho para a integração escolar. Tese de Mestrado. USP São Paulo (PDF), 1983 - 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GARCIA, C.M. **Formação de Professores para uma mudança educativa**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

**A Formação de professores:** Novas Perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor, In: Nóvoa

(org.) Os professores e sua formação: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

IBIAPINA, M. L. Paradigma da formação de professores orientada pela investigação no Brasil: estudo a partir de documentos normativos (1988-2018). 2020. 284 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - **Instituto de Biociências**, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2020.

LESNE, M. (1977). **A pedagogia para formação de adultos**. In: NÓVOA, Formação de adulto. Porto Alegre: Artemed, 1998.

LIMA, Paulo Gomes. Possibilidades ou potencialidades: a postura piagetiana na epistemologia genética sobre a gênese da inteligência. **Acta científica**. Ciências humanas. Engenheiro Coelho: Unaspres: v.02, n.09, p.17 - 21, 2005.

MARIN, Alda Junqueira. **Educação continuada**: introdução a uma análise de termos e concepções. Cadernos CEDES, nº 36, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓVOA, Antonio (org). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

NÓVOA, António. **Escolas e Professores** - Proteger, Transformar, Valorizar. Salvador, SEC/IAT, Bahia 2022.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

RODRIGUES e ESTEVES, M. **A análise de Necessidades na Formação de Professores**. Porto Alegre, Artemed, 1993.

SATO, B. A.; CASTIONI, R.; Formação docente: discussão internacional e a atualidade das ideias de Anísio Teixeira. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 31, p. 125-138, set./dez. 2022 125, disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br> Acesso, 19.12.2022.

SILVA, Mônica Batista da. NASCIMENTO, Maria Joselma do. A pesquisa na formação de professores iniciantes: a materialização profissional do professor pesquisador. **Revista docente**. Volume 07 - Nº 017 | abril de 2022.

SILVA, Jocilania Souza; FERNANDES, Francisca Risolene; BRANDENBURG, Cristine. Coordenador pedagógico no processo de formação continuada de professores: perspectivas de melhor qualidade de ensino-aprendizagem. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2021.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**, Lisboa. educa, 1983.

## Formação de professores e práticas educativas adotadas na pandemia: dificuldades e desafios

*Teacher training and educational practices adopted in the pandemic: difficulties and challenges*

Agênôra Freitas de Andrade

Submetido em: 11/01/2023  
Aprovado em: 12/01/2023  
Publicado em: 13/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.468

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o ensino emergencial a distância oferecida em cursos de formação de professores, com base na literatura existente. Mais especificamente, busca identificar os desafios e possibilidades da EAD emergencial e das práticas docentes/pedagógicas que podem prevalecer/permanecer após a pandemia do coronavírus nos cursos de formação de professores. Trata-se de uma revisão de literatura, que considerou dados das bases de dados SciELO e Google Acadêmico utilizando os seguintes termos/descriptores da língua portuguesa: pandemia de coronavírus, formação de professores, ensino a distância de emergência, utilizando os operadores lógicos “AND” e “OR” para combinar os termos acima. Na seleção, foram considerados apenas os estudos que disponibilizaram o texto completo para consulta, publicados entre 2020 e 2022 e que abordassem os desafios e possibilidades do ensino a distância em cursos de graduação, bem como as práticas pedagógicas/didáticas adotadas para o ensino a distância, consequentemente, sua descrição. Os dados foram organizados em três categorias de análise: desafios do trabalho docente remoto, possibilidades do ensino remoto e práticas pedagógicas que permanecerão pós-pandemia. Com a análise, encontramos desafios como entender a dinâmica dos ambientes virtuais, acesso precário aos equipamentos tecnológicos e à Internet, bem como o controle emocional para trabalhar em um ambiente inadequado para a prática docente e aprendizagem. Como possibilidade, destacou-se a qualidade de vida proporcionada por sua implantação, com economia de dinheiro e tempo pela ausência de deslocamentos, a organização de novas sequências pedagógicas, bem como a utilização de um imenso acervo digital educacional, que na época flexibilidade tornou-se disponível. Entre as práticas que podem prevalecer no pós-pandemia estão o uso do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que já era algo trabalhado na área de EaD; livros digitais; avaliações online; e a apropriação cada vez maior da cultura digital, trabalhando com metodologias como, por exemplo, a sala de aula invertida, o laboratório online e o rodízio. O trabalho não apresenta dados imutáveis, inquestionáveis, propõe uma reflexão sobre o ensino oferecido nos cursos de formação de professores.

**Palavras-chave:** Pandemia da Covid-19. Formação Inicial. Ensino Remoto Emergencial.

### ABSTRACT

This study aims to analyze emergency distance learning offered in teacher training courses, based on existing literature. More specifically, it seeks to identify the challenges and possibilities of emergency distance learning and teaching/pedagogical practices that may prevail/remain after the coronavirus pandemic in teacher training courses. This is a literature review, which considered data from the SciELO and Google Scholar databases using the following Portuguese language terms/descriptors: coronavirus pandemic, teacher training, emergency distance learning, using the logical operators “AND” and “OR” to combine the terms above. In the selection, only studies that made the full text available for consultation, published between 2020 and 2022 and that addressed the challenges and possibilities of distance learning in undergraduate education, as well as the pedagogical/didactic practices adopted for distance learning, were considered, consequently, its Description. Data were organized into three categories of analysis: challenges of remote teaching work, possibilities of remote teaching and pedagogical practices that will remain post-pandemic. With the analysis, we found challenges such as understanding the dynamics of virtual environments, precarious access to technological equipment and the Internet, as well as emotional control to work in an inadequate teaching and learning environment. As a possibility, the quality of life provided by its implementation was highlighted, with money and time savings due to the absence of displacements, the organization of new pedagogical sequences, as well as the use of an immense educational digital collection, which at the time flexibility was made available. Among the practices that may prevail in the post-pandemic are the use of the virtual learning environment, which was already so-



mething worked on in the EaD area; digital books; online assessments; and the growing appropriation of digital culture, working with methodologies such as, for example, the inverted classroom, the online laboratory, and rotation. The work does not present immutable, unquestionable data, it proposes a reflection on the teaching offered in teacher training courses.

**Keywords:** Coronavirus Pandemic. Teacher Training. Emergency Remote Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, um vírus mortal que se espalha imediatamente por gotículas liberadas por pessoas infectadas. O SARS-CoV-2 apareceu pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou pelo mundo. No Brasil foi em fevereiro de 2020 que ocorreram os primeiros registros de sua presença (SANTOS JÚNOR; MONTEIRO, 2020).

Sua rápida expansão tem causado muitas mortes e de pacientes com necessidade de atendimento médico especializado, criando uma emergência global, obrigando os países a tomarem medidas combativas e seguirem as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), incluindo distanciamento social e suspensão de atividades comerciais e educativas para conter a transmissão do vírus e proteger a vida dos cidadãos.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o mundo estava passando por uma pandemia causada pelo novo coronavírus, reconhecendo a presença geográfica do vírus e do COVID-19 (CoronavirusDisease2019) em diferentes países e regiões do mundo. Assim, em todo o mundo, instituições de ensino públicas e privadas paralisaram suas atividades na tentativa de conter a transmissão do vírus.

Como medida profilática, o distanciamento social foi implementado no Brasil. Nesse contexto, foi necessário rever os métodos de ensino e aprendizagem e buscar estratégias viáveis para o processo educativo. Todas as redes de ensino tiveram que adotar novas práticas de formação. A Didática Emergencial a Distância (ERE), portanto, surge como modalidade de ensino não presencial aprovada pelo Ministério da Educação (MEC, 2020), prevendo a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digital durante a epidemia de o Novo Coronavírus (COVID-19).

A adoção do Ensino Remoto Emergencial pelas instituições de ensino tem resultado em altos investimentos em tecnologia e capacitação de professores, além de uma contínua adaptação às plataformas digitais de ensino. Esse processo, por sua vez, traz benefícios e malefícios ao processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista a adoção de práticas para trabalhar com o ensino a distância emergencial, a licenciatura, assim como outros níveis e metodologias de ensino, tem passado por contínuas adaptações para amenizar a ausência de aulas presenciais em um espaço institucional. As opiniões sobre o ERE são muitas e variadas, deixando uma análise de seu uso em tempos de pandemia para os sujeitos que dele se beneficiam no processo formativo.

Cabe ressaltar que o ERE tem causado interferência na vida familiar, variações nas rotinas, trabalho e ocupações (MEDICI; TATTO; LEAO, 2020), fato que tem agravado a situação econômica e psicológica de muitas pessoas.

Portanto, o presente estudo justifica-se por oportunizar a compreensão dos desafios e possibilidades em meio à oferta emergencial de educação à distância nos cursos universitários. Além disso, por ter trazido esclarecimentos sobre seu funcionamento e funcionamento nos espaços institucionais. Trata-se de possibilitar uma análise das aprendizagens alcançadas em tempos de pandemia com o uso de plataformas educacionais digitais e apresentar o posicionamento dos sujeitos que fizeram parte dessa experiência formativa. Compreender as adaptações, as dificuldades, a superação das dificuldades enfrentadas na formação, como estratégia para estar preparado para situações futuras e perceber a tecnologia como uma ferramenta de apoio educacional com valor significativo em tempos de pandemia.

Para melhor compreensão das ideias aqui apresentadas, o trabalho está organizado com um referencial teórico, contendo relatos sobre a pandemia e a diferenciação entre educação à distância e educação à distância; metodologia, com o decorrer da pesquisa; resultados e discussão, onde são apresentados os dados identificados com a pesquisa e uma breve reflexão sobre eles; e considerações finais. O trabalho não pretende apresentar dados imutáveis, inquestionáveis, mas estimular reflexões no campo da formação de professores.

O objetivo geral deste artigo é analisar o ensino emergencial a distância oferecido pelos cursos de formação de professores, com base na literatura existente. Pretende, como objetivos específicos, identificar os desafios e possibilidades da EAD emergencial em cursos e formação de professores; relacionar práticas docentes/pedagógicas que podem prevalecer/permanecer após a pandemia do coronavírus; refletir sobre a prática docente em EAD emergencial.

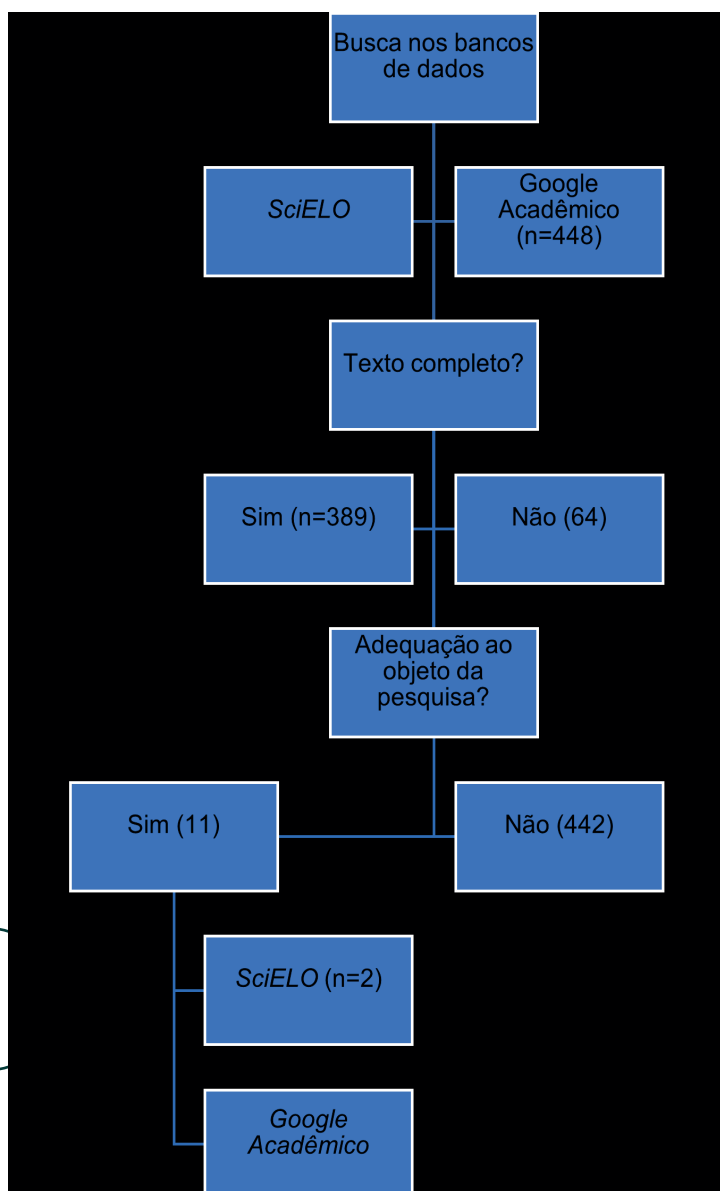
## 2 MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido segundo os preceitos da pesquisa como revisão sistemática da literatura, que, segundo Gil (2010, p. 50), “[...] se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído por livros e artigos científicos”.

As bases de dados SciELO e Google Acadêmico foram pesquisadas utilizando os seguintes termos/descriptores em português: pandemia de coronavírus, formação de professores, ensino a distância de emergência. No rastreamento das publicações, foram utilizados os operadores lógicos “AND” e “OR” para combinar os termos mencionados. Foram considerados apenas estudos que disponibilizaram para consulta o texto completo, publicado entre 2020 e 2022. Para a seleção das fontes bibliográficas que abordassem os desafios e possibilidades da educação à distância em cursos de formação de professores, práticas pedagógicas/didáticas adotadas para educação à distância e, conseqüentemente, sua caracterização, e aqueles que não responderam ao objetivo da pesquisa foram excluídos.

A partir da busca nas bases de dados indicadas, informando os termos apresentados, foram encontrados 453 artigos, sendo 5 na base de dados SciELO e 448 no Google Acadêmico. Destes, verificou-se quais disponibilizaram o texto completo para consulta e foram publicados entre 2020 e 2022, chegando a um total de 389, que tiveram o título lido. A partir dessa leitura, foram selecionados 11 artigos científicos, sendo 2 na base de dados SciELO e 9 no Google Acadêmico. Na Figura 1, um fluxograma das fases da pesquisa, que permite uma melhor visualização dos resultados relacionados à seleção das fontes.

**Figura 1** – Fluxograma do procedimento metodológico



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os artigos selecionados foram lidos analiticamente com o objetivo de ordenar e sintetizar as informações que eles contêm, a fim de obter respostas para o problema de pesquisa. Portanto, após a seleção dos artigos, os dados foram analisados levando em consideração três categorias: desafios do trabalho docente remoto, possibilidades no ensino remoto e práticas pedagógicas que permanecerão no pós-pandemia.

Quanto aos aspectos éticos, os direitos de produção foram respeitados mediante o compromisso de citar os autores utilizados no estudo de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

### 3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO REMOTO NO BRASIL

#### 3.1 O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Em março de 2020, com a declaração da OMS sobre o estado da pandemia de Covid-19, os estados brasileiros gradualmente tomaram medidas para interditar a circulação de pessoas, adotando medidas de isolamento social. Naquela época, as atividades educacionais das diversas modalidades e níveis educacionais foram suspensas após a publicação, pelos órgãos estaduais, dos decretos que instituíram essa medida. Depois de algum tempo, instituições privadas, tanto na educação básica quanto na educação superior, seguindo as orientações do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação, começaram a implementar plataformas de aprendizagem nos moldes já utilizados na EaD. Isso também aconteceu com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, em diferentes graus de adesão (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMAN, 2020).

Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos da América - EUA e Europa, onde em poucas semanas houve uma migração do ensino presencial para o ensino a distância, em muitas universidades brasileiras a falta de formação de alunos e professores tem sido justificada pela limitação desta medida. Assim, com exceção das universidades com maior concentração em algumas áreas do conhecimento, como, por exemplo, as de Alfenas, Itajubá e Lavras, entre outras (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020), as demais simplesmente suspenderam o ensino atividades, iniciando as negociações para a retomada do ensino a distância a partir de agosto de 2020, ou seja, cerca de 150 dias após a suspensão das aulas presenciais e, apesar disso, alguns deles indicaram atividades complementares ao calendário acadêmico que havia sido planejado originalmente para o ano letivo 2020 (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMAN, 2020).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, um total de 165 países foram afetados pela pandemia de Covid-19. Levando em consideração o número de crianças e jovens que ali vivem, são 1,5 bilhão de pessoas, o que corresponde a 87% da população estudantil mundial. Diante dos desafios percebidos nesse novo contexto, a Unesco lançou a campanha “Aprender Nunca Para”, organizando um portal no qual colocou à disposição dos países soluções para lidar com essa nova situação, permitindo assim o uso desses dados por pesquisadores e formuladores de políticas educacionais nos países afetados (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020).

As universidades públicas brasileiras têm se deparado, no entanto, com dois dilemas: um, ligado à rejeição histórica da modalidade EAD, com sua pouca aplicação entre elas e a associação negativa à amplitude de sua oferta por parte do setor privado; e o precário conhecimento das condições sociais de seus alunos, bem como a dificuldade de estabelecer contato individual com eles. Este tipo de situação dificultou esforços durante vários meses, desde a realização de inquéritos do tipo inquérito sobre a utilização do computador e os desafios vividos na prática em relação ao acesso à Internet entre professores e alunos, até à elaboração de editais e outras medidas de oferta e compra de equipamentos e pacotes de dados para cadastro de alunos interessados em doar ensino à distância (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMAN, 2020).

Segundo Macedo, Ornellas e Bomfim (2020), em relação ao ensino superior, atribuir o acesso à tecnologia como justificativa para a interrupção das atividades acadêmicas, mesmo sabendo que muitos alunos já estão familiarizados com as tecnologias de informação e comunicação e fazem uso de si mesmos em alguns momentos de sua vida acadêmica. cotidiano, também está vinculada à criação e implantação da Universidade Aberta do Brasil – UAB no Brasil, por meio da Portaria nº 5.800/2006, que apresenta índices de declínio progressivo de matrículas entre os Institutos Federais de Ensino Superior – IFES.

Em 2013, devido à expansão do ensino superior federal por meio do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as matrículas de EaD apresentaram comportamento errático (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020). Posteriormente, o pico observado em 2017 representou um aumento de cerca de 40% neste ano face ao ano anterior, interrompendo assim a tendência de

queda que vinha sendo observada. Porém, em 2018 e 2019, o cenário voltou a cair, 8% e 12% respectivamente, registrando em 2019 um total de 81.119 matriculados na modalidade EaD no IFES. No setor privado, porém, o movimento foi inverso: as matrículas em EaD cresceram ao longo da década, tanto que, em 2019, o número registrado foi três vezes maior do que o registrado em 2010 (SANTOS JÚNIOR; MONTEIRO, 2020).

Fazendo um retrospecto sobre a educação na pandemia de Covid-19, alguns autores, como Macedo, Ornelas e Bomfim (2020), Santos Júnior e Monteiro (2020), e Rodrigues, Pinheiro e Vasconcelos (2021) têm a concepção de que os conceitos de Emergência A Avaliação Remota e o ERE são os mais adequados para descrever as práticas registradas na primeira fase de enfrentamento da pandemia. Isso porque, segundo os autores, não haveria iniciativa imediata de rever a dinâmica da EaD nas instituições; ao contrário, buscou-se construir respostas emergenciais para atendimento durante o período de suspensão presencial de diversas atividades da vida diária, inclusive as educativas.

Portanto, considerando esses apontamentos, o texto a seguir apresenta os distanciamentos e aproximações do significado de EAD emergencial e EAD.

### 3.2 O ENSINO REMOTO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação - TIC, a sociedade passou a pensar em novas formas de organização social, econômica, política e educacional, constituindo a Sociedade da Informação - SI (SANTOS JÚNIOR; MONTEIRO, 2020).

Devido a essas transformações, a realidade começou a espelhar os novos paradigmas educacionais trazidos pelo rápido crescimento das TIC em escala global. O grande desafio, portanto, para professores e gestores é pensar a educação do século XXI para esta sociedade da informação, por meio de um ensino que promova desafios que contribuam para a inclusão do indivíduo na sociedade contemporânea, gerando novas formas de vida, trabalho, relacionamento, produção e oferecer serviços (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020).

Tudo isto sem esquecer que o impacto da Internet levou esta nova geração de jovens não só a procurar informação, mas a criar complexas redes educativas, sociais e globais, contribuindo assim para o nascimento do que se tornaram sociedades virtuais. Em Santos Júnior e Monteiro (2020) é possível identificar quatro forças ou fatores impulsionadores da rápida expansão destas empresas no mundo moderno, nomeadamente: o desenvolvimento das economias globais; políticas nacionais de suporte à Internet; a crescente literacia digital da população; e a melhoria progressiva da infraestrutura tecnológica disponibilizada à população em geral.

Tais forças motrizes, segundo Santos Júnior e Monteiro (2020), estão ligadas às seguintes esferas de incidência: as economias globais e a literacia digital da população ao nível individual, grupal e empresarial, que se refletem, respectivamente, nas seguintes formas: teletrabalho/teleaprendizagem, equipas virtuais e organizações virtuais. Políticas de apoio e infraestruturas tecnológicas têm impacto na comunidade e na esfera social, produzindo comunidades e sociedades virtuais como formas sociais virtuais.

O fato é que, com a globalização, as empresas expandiram seus mercados para diferentes continentes, de modo que o uso das TIC passou a ser amplamente adotado para entrar no comércio mundial. Assim, segundo Rodrigues, Pinheiro e Vasconcelos (2021), as políticas de apoio firmadas entre os diversos países têm aproveitado o processo de teletrabalho, que se firmou no mercado global, trazendo a necessidade de capacitação de quadros para diversas partes do mundo e expansão do mercado de trabalho. telelearning.

Desta forma, os países mais desenvolvidos aumentaram os seus investimentos em TIC, melhorando as suas infraestruturas e redes de comunicação, ajudando os seus cidadãos a enfrentar os desafios do comércio (e-business), trabalho (e-work), governação (e-governance) e educação (e-learning) (RODRIGUES; PINHEIRO; VASCONCELOS, 2021).

5

Nesse cenário percebe-se como a cada dia os indivíduos se veem inseridos na sociedade virtual, trazendo para a população a necessidade iminente de novas práticas de letramento envolvendo ferramentas e recursos digitais (novos letramentos), sendo necessário, diante desses multiletramentos, que renovam as velhas formas de lidar com tais fenômenos, pois, segundo Lemke (2010, p. 457-458):

Não é mais suficiente imaginar que as sociedades são ‘mentes’ individuais e autônomas de algum modo dissociadas do mundo material. Não podemos continuar pensando que exista apenas um ‘letramento’ o que isto seja apenas o que mentes individuais fazem quando confrontadas com um símbolo de cada vez.

Para o autor é preciso abandonar o paradigma dos letramentos convencionais, centrados nas culturas valorizadas da imprensa, e abrir espaço para novos letramentos advindos das novas tecnologias, partindo do



pressuposto de que “[...] comunidade representa potencialmente uma nova alfabetização”. Todo novo sistema de práticas convencionais para comunicações significativas já é um novo letramento, encerrado em novas tecnologias” (LEMKE, 2010, p. 460-461).

Diante desses apontamentos, também é importante considerar o grande avanço registrado na área educacional, principalmente no campo da Educação a Distância - EaD, com significativa utilização dentro das instituições de ensino superior. Porém, não é preciso confundir os conceitos de EaD e ERE, pois se referem a duas situações que, embora apresentem aproximações entre si, também carregam distâncias.

O ERE, segundo Oliveira, Corrêa e Morés (2020), foi concebido com o objetivo de evitar a suspensão total das atividades escolares durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Portanto, surgiria em 2020. Ou seja, surgiu como uma estratégia para não prejudicar o ano letivo dos alunos (WILLIAMSON; EYNON; POTTER, 2020). Nesse mesmo sentido, Moreira e Schlemmer (2020, p. 7) defendem que o ERE nasceu da migração de alunos e professores “para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas próprias dos territórios físicos de aprendizagem”. Já a EaD tem sua primeira notícia em 1904, com a oferta, em um anúncio de jornal, de um curso de datilografia em máquinas de escrever por correspondência. E, portanto, uma modalidade educacional que se opõe ao ensino presencial (WILLIAMSON; EYNON; POTTER, 2020).

Oliveira, Corrêa e Morés (2020) também apontam uma característica básica que distancia a concepção de ERE da de EaD: enquanto na primeira, o acompanhamento do aluno pode ser realizado tanto de forma síncrona (em aulas dialógicas quanto expositivas), utilizando o digital para interagir durante os encontros, por ser assíncrono (na leitura da bibliografia indicada, por exemplo), na EaD, como as aulas costumam ser gravadas, não há interação em tempo real entre professor e aluno, por isso aqui predomina o ensino assíncrono. A esse respeito, Moreira e Schlemmer (2020) sublinham que a preocupação do ERE é reproduzir o mais fielmente possível o ensino presencial – suas metodologias e práticas pedagógicas típicas - daí essa diferença de concepção.

Castro e Queiroz (2020), em estudo para analisar o uso de atividades remotas em substituição às aulas presenciais devido à epidemia de Covid-19, constataram que, inicialmente, a sigla EaD era aplicada indiscriminadamente para se referir às atividades escolares realizadas durante o período de isolamento social. Porém, em sua opinião, a denominação correta é ERE, como Educação a Distância, conforme regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/1996), pois revela uma forma diferenciada de realizar a prática educacional, que inclui o uso diferenciado de recursos tecnológicos, metodologias, normativas legais e políticas de acesso estabelecidas em nível nacional e institucional, o que não se aplica ao ERE.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1, as obras selecionadas para a pesquisa, com indicação dos desafios e possibilidades do Ensino Emergencial a Distância e apontamentos sobre a permanência das práticas adotadas em tempos de pandemia da Covid-19, nos cursos de formação de professores.

**Quadro 1 – Artigos selecionados para a pesquisa**

AUTOR(ES)	TRABALHO	ANO	BASE DE DADOS
WEBER, D. J.; ALVES, E. J.	(RE)pensando a formação docente: o que o ensino remoto emergencial diz sobre a formação do professor?	2022	Google Acadêmico
FERNANDES, A. C.	O ensino remoto emergencial no contexto de pandemia da Covid-19: Relatos de uma experiência desafiadora e exitosa numa turma de Licenciatura em Química do IFRN	2021	Google Acadêmico
PEREIRA, R. C. M.; LEITE, E. G.; FRANCISO, E. G.	Formação de professores no contexto pandêmico: reconfigurações do agir docente por alunos de graduação no estágio supervisionado no ensino remoto emergencial	2021	SciELO



RABELLO, C.	Aprendizagem de línguas mediada por tecnologias e formação de professores: recursos digitais na aprendizagem on-line para além da pandemia	2021	SciELO
SOUZA, G. H. S. de; <i>et al.</i>	Educação Remota Emergencial (ERE): Um estudo empírico sobre Capacidades Educacionais e Expectativas Docentes durante a Pandemia da COVID-19	2021	Google Acadêmico
VINHAS, T.; SANTOS, L. M. S. dos; BARRETO, A. C. F.	Estágio Supervisionado e ensino remoto emergencial: quais os desafios para a formação docente?	2021	Google Acadêmico
ZANOTTO, L.; OLIVEIRA, R. F. B. de; SOMMERHALDER, A.	A docência diante do ensino remoto: limites e desafios ao ensino na formação de professores	2021	Google Acadêmico
ALBUQUERQUE, A. de; GONÇALVES, T.; BANDEIRA, M.	A formação inicial de professores: os impactos do ensino remoto em contexto de pandemia na região Amazônica	2020	Google Acadêmico
FERREIRA, L. F. S.; <i>et al.</i>	Considerações sobre a formação docente para atuar online nos tempos da pandemia de COVID-19	2020	Google Acadêmico
OLIVEIRA, R. M. de; CORRÊA, Y.; MORÉS, A.	Ensino remoto emergencial em tempos de Covid-19: formação docente e tecnologias digitais	2020	Google Acadêmico
RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S.	Pandemia do Covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial: mudanças na práxis docente	2020	Google Acadêmico

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

#### 4.1 DESAFIOS DO TRABALHO NO FORMATO DE ENSINO REMOTO

Sobre os desafios de trabalhar no formato ERE, Oliveira, Corrêa e Morés (2020), realizando um estudo sobre formação de professores e uso de tecnologias digitais, constataram que como os professores estão atualmente experimentando o processo de ensino e aprendizagem, já que muitos não tiveram afinidade com o uso de tecnologias, necessidade de repensar o ensino de conteúdos e criar avaliações e atividades considerando ferramentas digitais. Porém, segundo os autores, isso tem gerado muito trabalho para o professor, pois, além de ensinar online, ele ainda precisa adaptar todo o material que tinha preparado para explorar presencialmente.

Assim, os autores destacam que o ERE promoveu mudanças significativas na forma de planejar, desenvolver e avaliar as atividades de sala de aula, exigindo dos professores a superação de suas dificuldades, uma vez que a formação inicial contemplava apenas a instrumentalização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC, e não a criação real de um espaço digital para interagir com os alunos. Ao mesmo tempo, o ERE contribuiu para o fortalecimento da educação da época, tudo possibilitado pelo uso das TDICs (OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020).

Ferreira et al (2020) também abordam a formação de professores para atuar no ERE, porém voltando sua atenção para a formação continuada e a necessidade de redirecionar as práticas até então estabelecidas com a utilização das TDIC como interface fundamental para tal situação. Nesse contexto, os autores destacam que pensar a atuação do professor em um momento de transição do presencial para o ensino a distância, principalmente diante da falta de formação, e, aqui, focar na formação continuada do profissional, afeta fortemente os dilemas contemporâneos do uso urgente e obrigatório de interfaces digitais, reforçando o caráter instrumentalista da prática – que, como destacam Oliveira, Corrêa e Morés (2020) e Zanotto, Oliveira e Sommerhalder (2021), não é o que é esperado no contexto do ensino do século XXI.

Ainda sobre os desafios para o contexto do ERE, Weber e Alves (2022) defendem que, além da formação para trabalhar com as tecnologias, que os professores não possuem, seja inicial ou continuada, existem outras questões que impactam negativamente o período, como, por exemplo, a presença de alunos sem acesso à internet e desestimulados; sobrecarga de trabalho para os professores devido ao processamento de uma infinidade de tarefas, entre outros.

Albuquerque, Gonçalves e Bandeira (2020) e Souza et al (2021) também apresentam importantes considerações sobre a relevância das competências e habilidades educacionais no ERE, destacando, além da questão profissional relacionada à formação de professores, outros aspectos concernentes à vida pessoal do professor. Souza et al (2021), por exemplo, destacam desafios como as necessidades individuais dos professores e suas necessidades familiares e domésticas como possíveis barreiras para o desenvolvimento efetivo do ERE. Problemas relacionados à disponibilidade de equipamentos computacionais e digitais, e mesmo da Internet, também foram relatados por eles, assim como por Albuquerque, Gonçalves e Bandeira (2020), que, em um contexto regionalizado (Amazonas), também citaram questões emocionais e problemas psicológicos, problemas de saúde de familiares e alunos concluintes, condições socioeconômicas por falta de recursos econômicos devido ao desemprego, falta de tempo para acompanhar aulas à distância e dificuldades decorrentes da mudança de metodologia de ensino.

Vinhas, Santos e Barreto (2021), por sua vez, analisando o contexto do ERE em relação ao estágio supervisionado, destacaram a necessidade de reestruturar a forma como as atividades e aulas são realizadas nessa modalidade, para que essa disciplina, considerada mobilizadora da pesquisa e da reflexão nas relações concretas da prática, passou por uma redefinição estrutural muito significativa. Com isso, segundo as autoras, os principais desafios impostos foram a necessidade de deslocar o conhecimento da teoria para a prática pedagógica durante o Estágio Supervisionado, sem ir de fato a campo. Portanto, as práticas foram no sentido de redefinir a proposição para forçar o aluno a pensar como se estivesse na prática, mas apenas no formato da simulação. Assim, a elaboração dos planos de aula, entre outros documentos e as atividades vivenciadas pelos alunos em sua prática diária, foram incorporados a esse novo contexto, sob essa leitura e visão diferenciadas.

Pereira, Leite e Francisco (2021) abordam esta necessidade de reconfiguração da ação didática pelos universitários no estágio supervisionado no ERE, tanto na fase de observação como na fase de regência, tendo no entanto constatado a presença de obstáculos na interação entre formadores de professores com preceptores, estagiários e alunos da educação básica, seja pela falta de recursos tecnológicos, seja pelas dificuldades de professores e estagiários em construir meios e disponibilizar artefatos capazes de constituir ferramentas de aprendizagem. Neste contexto, os autores sublinham que, embora o ensino a distância tenha as suas possibilidades, também é verdade que é dotado de características que favorecem dificuldades na sua implementação, abrangendo tanto o processo de formação inicial como o contínuo.

#### 4.2 POSSIBILIDADES DO ENSINO REMOTO

Rondini, Pedro e Duarte (2020), ao promoverem reflexões sobre as mudanças promovidas pelo ERE na prática docente, concluem que, além das dificuldades, o ensino a distância promoveu mudanças importantes uma vez que demonstrou suas possibilidades, que vão além do caráter até então atribuídos ao uso das TIC na educação. Essa mesma percepção é compartilhada por Weber e Alves (2022), que alertam, porém, que o potencial do ensino a distância só seria alcançado em profundidade se as plataformas fossem utilizadas de forma reflexiva e ampla. Nesse sentido, Zanotto, Oliveira e Sommerhalder (2021) ensinam a importância de explorar melhor as possibilidades do ensino a distância para promover um ensino verdadeiramente eficaz, capaz de apoiar a construção do conhecimento pelo aluno.

Segundo Fernandes (2021), o ERE no contexto da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 expôs uma série de possibilidades. Sobretudo se considerarmos que, na sociedade contemporânea, a formação do sujeito reflexivo e crítico, com capacidade de enfrentar os mais diversos e relevantes temas neste contexto, como educação, tecnologia, política e meio ambiente, considera o ensino contextualizado a partir da fundamentação científica e de uma prática educativa em que o aluno é colocado como sujeito de sua própria aprendizagem. Assim, é-lhe atribuído o protagonismo no processo de construção do seu conhecimento.

No entanto, a partir desse ponto de vista, os professores também recebem um olhar autorreflexivo sobre sua prática educacional e formação. Portanto, no contexto da educação do século XXI, o ensino sob uma perspectiva tradicional não é mais aceito. Portanto, a mudança e consequente quebra de paradigmas nos modelos de ensino considera a necessidade de colocar o professor no centro desse processo de mudança, atribuindo-lhe o papel de sujeito fundamental para a realização de qualquer reforma educacional que se faça necessária. Em meio a isso, o ensino tradicional dá lugar ao ensino investigativo, cuja proposta seria personificar o aluno e o professor como sujeitos ativos no processo ensino-aprendizagem (FERNANDES, 2021).

Pereira, Leite e Francisco (2021), por seu turno, sublinham que, apesar dos vários ajustamentos que se têm feito necessários, como, por exemplo, o acesso dos alunos a recursos tecnológicos com o apoio da Internet, a distribuição de atividades em papel para aqueles que não dispõem de recursos tecnológicos (excluídos



digitalmente), e apoio psicológico aos alunos devido à sobrecarga emocional exigida pelo distanciamento social, é certo que o ensino a distância tem possibilidades que favorecem o processo ensino-aprendizagem em que o aluno é autor de seu próprio conhecimento, tornando-se protagonista neste contexto, mediado pelas TIC.

Em outras palavras, é necessário o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, para que o aluno saia de seu papel de aprender apenas o que o professor ensina. Em vez disso, ele se torna responsável pela construção de sua própria aprendizagem, o que pode resultar em uma educação significativa. Portanto, em sua opinião, o ensino a distância tem suas possibilidades de benefício do processo ensino-aprendizagem, como, por exemplo, a qualidade de vida proporcionada por sua implantação, com economia de tempo e dinheiro pela ausência de deslocamentos, ou mesmo a flexibilidade dos planos de estudos (PEREIRA; LEITE; FRANCISCO, 2021).

Outra possibilidade do ERE, bem recebida pelos alunos, foi o ambiente virtual mais utilizado pelos professores, ou seja, Google Sala de Aula – GSA ou Google Classroom. A escolha pelo seu uso estaria baseada na organização do ambiente e na facilidade de adaptação do aluno ao contexto de sala de aula, além de ser de livre acesso e integrar o pacote oferecido pela plataforma Google, apenas mediante cadastro. Nela, o professor pode organizar aulas separadamente, criar disciplinas e módulos ou unidades, publicar notas e atividades assíncronas para os alunos ou ainda gerar um link para momentos síncronos, entre muitas outras funcionalidades (FERNANDES, 2021).

#### 4.3 PRÁTICAS QUE PODEM PERMANECER PÓS ENSINO REMOTO

Ferreira e cols. (2020), ao tecer considerações sobre a formação de professores para atuação online em tempos de crise sanitária vivenciada com a pandemia, destacou que, embora diversas dificuldades tenham sido encontradas, inclusive aumento da carga horária dos docentes, é certo que a implementação de o ERE teve um impacto na forma de trabalho dos professores e na forma como muitos alunos estudam. Isso porque, a partir desse novo contexto, passou a ser vivenciado um estado em que o aprendiz era responsável pela construção do seu próprio conhecimento, disseminando, assim, questões relacionadas à aprendizagem colaborativa e significativa. Com isso, novamente segundo os autores, acredita-se que o uso de ferramentas digitais no momento pós-COVID-19 pode permanecer, mas sem a característica pura de ferramenta, e, sim, como um recurso didático importantíssimo para o processo de ensino-aprendizagem.

As considerações de Pereira, Leite e Francisco (2021) também foram nesse sentido, quando defenderam que, no contexto da pandemia, era preciso reconfigurar a ação educativa até então instituída para que fosse possível adaptar-se às novas condições e necessidades que surgiram. Weber e Alves (2022) também destacam essa mudança no comportamento docente, destacando, em relação ao próprio processo formativo, a necessidade de mudar a visão das TIC como únicas ferramentas de ensino, passando a atribuir-lhes o real valor que possuem, o que está relacionado, segundo Souza et al. (2021), à percepção das concessões possibilitadas por esse novo cenário. A esse respeito, cita como exemplos a qualidade de vida proporcionada por sua implantação, com economia de tempo e dinheiro pela ausência de deslocamentos, a organização de novas sequências pedagógicas, a utilização de um imenso acervo digital educacional, que disponibilizou e a flexibilidade de horários.

Para Rondini, Pedro e Duarte (2020), a pandemia da Covid-19 tem contribuído para a migração de instituições de ensino ao redor do mundo do ensino presencial para o ensino a distância como forma de dar continuidade ao ano letivo. Em meio a tudo isso, porém, os professores foram solicitados a se reinventarem diariamente para que as atividades pedagógicas pudessem continuar. No entanto, segundo os autores, ao mesmo tempo em que o período foi desafiador, também abriu possibilidades no contexto educacional, com o aumento do uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, em todos os níveis de ensino. Assim, se antes eram utilizados apenas como recursos de apoio ao processo, a partir de então se tornaram artefatos principais, o que não significa, porém, que, com isso, as aulas tenham se tornado mais interessantes, exigindo do professor um esforço diferenciado para manter o aprendizado, atenção e envolvimento dos alunos durante todo o ano letivo. No entanto, é algo que pode prevalecer, segundo os autores, mesmo após o retorno das aulas presenciais.

Essa mesma perspectiva é encontrada em Fernandes (2021), que defende a importância da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (no caso, o GSA) em uma modalidade de ensino híbrida, onde os elementos do ensino presencial se justapõem com controle remoto, como no caso da utilização de um VLE. Isso porque, em sua opinião, a experiência tem sido bem recebida pelos alunos, ressaltando a necessidade de se pensar a aplicação das ferramentas digitais junto com o ensino de forma investigativa, deixando espaço para futuras melhorias na formação docente e, conseqüentemente, no meio e ensino de longa duração.



Também Rabello (2021), ao realizar uma pesquisa-ação em uma disciplina de Língua Inglesa do curso de Letras de uma universidade federal na modalidade ERE com o objetivo de avaliar, sob o ponto de vista dos alunos, a experiência de aprendizagem da Língua inglesa mediada por tecnologias digitais, além de identificar as contribuições dos recursos digitais e a metodologia utilizada no desenho da disciplina para aprendizagem de L2 dentro desta modalidade, verificou a possibilidade de utilização da aprendizagem de línguas mediada por tecnologia em contextos híbridos, online ou presenciais – Aprendizagem de Línguas Assistida por Computador – CALL.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com o levantamento bibliográfico mostraram que a pandemia causada pelo novo coronavírus têm causado forte impacto na rotina das pessoas, principalmente devido às medidas adotadas para controlar a propagação da doença, como o isolamento social. Isso porque expôs questões relacionadas ao cotidiano das pessoas e instituições. E na educação não foi diferente.

Nos cursos de formação de professores, a implantação do ERE tem ocorrido em algumas instituições de forma mais hesitante e em outras com ritmo mais frenético. O fato é que sua implementação influenciou a forma como os professores trabalham e quantos alunos estudam. A aprendizagem realizada neste período esteve intimamente ligada à utilização de ferramentas digitais e à construção de momentos de aprendizagem colaborativa.

A pandemia trouxe um novo ambiente de aprendizagem e com ele desafios e possibilidades de ensino e realização dos alunos. Assim, como desafios de trabalhar no formato de ensino a distância, constatou-se nas fontes consultadas a dificuldade de muitos em relação ao entendimento da dinâmica dos ambientes virtuais, o acesso precário aos equipamentos tecnológicos e à Internet, bem como o controle emocional para o trabalho em ambiente inadequado para a prática docente e aprendizagem, também são citados problemas de saúde decorrentes do isolamento.

Porém, não se pode negar que o ERE tem apresentado algumas possibilidades de trabalho e estudo que beneficiam o processo ensino-aprendizagem, como, por exemplo, a qualidade de vida proporcionada por sua implantação, com economia de dinheiro e tempo devido à ausência de deslocamentos, a organização de novas sequências didáticas de ensino, bem como a utilização de um imenso acervo didático digital, que passou a estar disponível. Além disso, a flexibilidade de horários também é um ponto positivo.

Por outro lado, exige o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, que fazem com que o professor se apresente cada vez mais como um mediador entre o aluno e o conteúdo ensinado, tirando o aluno da inércia e propondo uma aprendizagem significativa. O aluno torna-se diretamente responsável pelo seu aprendizado.

Dentre as práticas elencadas e citadas pelos autores pesquisados, que podem prevalecer no período pós-pandemia estão a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que já era algo trabalhado no campo da EaD; livros digitais; avaliações online; e a apropriação cada vez maior da cultura digital, trabalhando com metodologias como, por exemplo, a sala de aula invertida, o laboratório online e o rodízio.

Para estudos futuros, sugere-se um estudo mais aprofundado do tema, tentando corroborar ou refutar o que aqui se apresenta, tendo em vista que as tecnologias digitais já estão impregnadas nas culturas, sendo, portanto, uma realidade a ser vivenciada e compartilhada. Só assim será possível criar um cenário de construção de ensino que incorpore a cultura local e global, contribuindo efetivamente para a formação de uma sociedade verdadeiramente integrada e cidadã.

## REFERÊNCIAS

10

ALBUQUERQUE, A. de; GONÇALVES, T.; BANDEIRA, M. A formação inicial de professores: os impactos do ensino remoto em contexto de pandemia na região Amazônica. **Rede – Revista De Educação a Distância**, v.7, n. 2, p. 102-123, 2020. DOI: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.2.639>.

CASTRO, E. A.; QUEIROZ, E. R. de. **Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 3 - 17, 2020. DOI: 10.36732/riep.v2i3.59. Disponível em: <https://ojs.novapai-deia.org/index.php/RIEP/article/view/40>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNANDES, A. C. O ensino remoto emergencial no contexto de pandemia da Covid-19: Relatos de uma

experiência desafiadora e exitosa numa turma de Licenciatura em Química do IFRN. **Research, Society and Development**, v. 10, n.5, e4310514670, 2021(CC BY 4.0). DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14670>.

FERREIRA, L. F. S.; et al. Considerações sobre a formação docente para atuar online nos tempos da pandemia de COVID-19. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1–20, 2020. DOI: 10.35699/2237-5864.2020.24761. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24761>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Distance education or emergency remote educational activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e521974299-e521974299, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4299.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar -Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 1-10, 2020. DOI: 10.5935/encantar.v2.0001.

Ministério da Educação – MEC. **MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais**. 18 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020.

OLIVEIRA, R. M. de; CORRÊA, Y.; MORÉS, A. Ensino remoto emergencial em tempos de Covid-19: formação docente e tecnologias digitais. **Rev. Int. de Form.de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 5, e020028, p. 1-18, 2020.

PEREIRA, R. C. M.; LEITE, E. G.; LEITE, F. E G. Formação de professores no contexto pandêmico: reconfigurações do agir docente por alunos de graduação no estágio supervisionado no ensino remoto emergencial. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada [online]**, v. 37, n. 4, 202156059, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202156059>. Epub 10 Dez 2021. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202156059>.

RABELLO, C. Aprendizagem de línguas mediada por tecnologias e formação de professores: recursos digitais na aprendizagem on-line para além da pandemia. **Ilha do Desterro [online]**, v. 74, n. 3, p. 67-90, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e80718>. Epub 05 Jan 2022. ISSN 2175-8026. <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e80718>.

RODRIGUES, T. A.; PINHEIRO, M. N. dos S.; VASCONCELOS, M. A. de D. M. Formação de professores durante o ensino remoto: tessituras em construção. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Educação**, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>.

SANTOS JÚNOR, V. B.; MONTEIRO, J. C. S. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar – educação, cultura e sociedade**, Bom Jesus da Lapa, n. 2, p. 1-15, 2020.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **PráxisEducativa**, 15, e2016289. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094.

SOUZA, G. H. S. de; et al. Educação Remota Emergencial (ERE): Um estudo empírico sobre Capacidades Educacionais e Expectativas Docentes durante a Pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n.1, e37510111904, 2021(CC BY 4.0). DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11904>.

VINHAS, T.; SANTOS, L. M. S. dos; BARRETO, A. C. F. Estágio Supervisionado e ensino remoto emergencial: quais os desafios para a formação docente? **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 2, n. 10, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.36252>.

WEBER, D. J.; ALVES, E. J. (RE)pensando a Formação Docente: o que o Ensino Remoto Emergencial Diz sobre a Formação do professor? **EaD Em Foco**, v. 12, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i1.1632>.

ZANOTTO, L.; OLIVEIRA, R. F. B. de; SOMMERHALDER, A. A docência diante do ensino remoto: limites e desafios ao ensino na formação de professores. In: II Congresso Iberoamericano de Docentes. Docentes frente a la pandemia. **Anais...** 5 al 16 de julio de 2021.

# Abordagem transversal sobre produção do álcool em gel usado no combate ao coronavírus: Uma proposta pedagógica no Ensino de Química

*Cross-sectional approach to gel alcohol production used to combat coronavirus: A pedagogical proposal in Chemistry Teaching*

Jaime Ernesto Naene  
Carlos José Domingos Alfaced

Submetido em: 19/01/2023  
Aprovado em: 19/01/2023  
Publicado em: 20/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.469

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo discutir a abordagem transversal sobre a produção do álcool em gel em sala de aulas de modo a desenvolver o pensamento crítico e construtivo em alunos cuja saúde encontra-se em causa diante da atuação do vírus da covid-19. Para tal intuito, foi utilizado o método bibliográfico para embasamento teórico e, a técnica de entrevista e trabalho de campo para a recolha de dados no local de estudo. A pesquisa decorreu na Escola Secundária do Búzi e teve como amostra 20 alunos da 12<sup>a</sup> classe. A partir da análise qualitativa e quantitativa, foi possível concluir que, todas as atividades distinguidas, de quaisquer que sejam a metodologia e que dispensa o aluno do habitual quadro e giz, faz volver o seu fascínio pela disciplina. A operacionalização do projeto pedagógico proposto foi significativa pelo que, o conhecimento construído permitiu que os alunos ficassem mais conscientes e críticos sobre o cenário atual de pandemia, em defesa da sua saúde. Sugere-se que esta temática seja tratada como um tema transversal no Ensino Secundário Geral, na disciplina de Química e Biologia. Em Química, no estudo de compostos orgânicos álcoois, que seja sugerido o processo de produção de álcool em gel como forma de expandir o conhecimento.

**Palavras-chave:** Transversalidade, produção de álcool em gel, coronavírus.

## Abstract

The present study aimed to discuss the cross-sectional approach to the production of gel alcohol in the classroom in order to develop critical and constructive thinking in students whose health is at stake in the face of the performance of the covid-19 virus. For this purpose, the bibliographic method was used for theoretical basis and the interview and fieldwork technique for data collection at the study site. The research took place at Escola Secundária do Búzi and had a sample of 20 students from the 12th grade. From the qualitative and quantitative analysis, it was possible to conclude that all the distinguished activities, whatever the methodology and which dispenses the student from the usual blackboard and chalk, makes his fascination for the discipline return. The operationalization of the proposed pedagogical project was significant, so the knowledge built allowed students to become more aware and critical about the current pandemic scenario, in defense of their health. It is suggested that this theme be treated as a transversal theme in General Secondary Education, in the discipline of Chemistry and Biology. In Chemistry, in the study of organic alcohol compounds, the process of producing gel alcohol is suggested to expand knowledge.

**Keywords:** Transversality, alcohol gel production, corona virus.

## 1 INTRODUÇÃO

O SARS-CoV2, vírus causador da Covid-19, tem provocado diversas infecções no aparelho respiratório e prejudicado outros sistemas do corpo humano. Algumas das precauções que devem ser tomadas a fim de evitar ser infectado pelo vírus são: distanciamento social, uso de máscaras adequadas, limpeza e desinfecção constante das mãos e de superfícies (Leite, 2022). A desinfecção se refere basicamente ao uso de produtos químicos que entre muitos existe o álcool em gel, um dos mais recomendados para matar microrganismos.

1

Em comunidades escolares moçambicana o tratamento sobre uso de álcool em gel, obedece ao protocolo sanitário preconizado pelo ministério da saúde, pelo que, exclui a proposta de abordagem transversal nas disciplinas de ciências naturais e principalmente a de química. A ser assim os professores são os únicos que podem buscar alternativas de inserir este aprendizado de forma contextualizada através de aplicação de projetos pedagógicos significativos.

Na transmissão de conteúdos de química por exemplo, no estudo de álcoois, concretamente sobre a sua produção, não é inclusivo o tratamento sobre a produção do “álcool em gel”, tal que é confirmado a falta desta proposta em programas curriculares, assim como em livros didáticos do ensino básico e médio da disciplina



em causa. Devido a isso, fica em causa o questionamento. De que forma a abordagem transversal e didática sobre produção de álcool em gel em sala de aulas, pode sustentar a saúde escolar dos alunos e a comunidade no geral tendo em conta a atuação do vírus causador da covid-19?

Entretanto, o desenrolar do presente estudo surge como saída para trabalhar um projeto pedagógico na aprendizagem de química por forma a infundir nos alunos o pensamento crítico-constructivo na promoção da saúde escolar, e em todos os meios em que estiverem inseridos tendo em conta a atuação do vírus da covid-19. A abordagem por investigação facilita a aprendizagem e permite aos alunos acesso aos conceitos científicos de forma dinâmica e atrativa, além de quebrar paradigmas entre o imaginário e o real, permitindo uma nova visão do ensino – aprendizagem, desenvolvendo no aluno o espírito investigativo (Sampaio e Rotta, 2012, citado por Milbratz e Probst, 2015).

O objetivo que se pretende alcançar é discutir a abordagem transversal sobre a produção do álcool gel em sala de aulas de modo a desenvolver o pensamento crítico e constructivo em alunos cuja saúde encontra – se em causa diante da atuação do vírus da covid – 19. Para tanto, o objeto de estudo foram os 10% de alunos do ensino médio, 12ª Classe da Escola Secundária do Búzi, extraído de um universo de 201.

A pesquisa pode ser útil uma vez que para além de promover a saúde escolar de alunos diante da pandemia da covid – 19, pode permitir que nos programas curriculares e livros didáticos de química, a produção de “álcool em gel”, seja tratado efetivamente como um tema transversal.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Definição de álcool

Álcool é um composto orgânico que contém em sua estrutura química carbono e apresenta o grupo funcional hidroxila (-OH) ligado a um carbono saturado, com características anfífilas, ou seja, este é solúvel em composto polares e apolares, como a água e o óleo respectivamente; possui qualidades de desinfecção e assepsia, por esse motivo, nas concentrações adequadas, é usado em hospitais, postos de saúde e áreas em que os vírus possam causar dano.

### 2.2 Composição do álcool em gel

Tem existência real vários tipos de álcoois sendo comercializados para múltiplas finalidades no mercado, com concentrações variados, tais como 46%, 70%, 99% G.L, cada um para seus devidos fins. O álcool 70% é o usado no fabrico de álcool em gel. O álcool em gel nessa concentração inativa os vírus, tornando-os incapaz de sua ação biológica original, levando assim o nome de antisséptico, ou seja, usado em tecidos vivos para eliminação do vírus. Os álcoois usados nessa fabricação são os isopropílico e etílico devido ao baixo custo, baixa toxicidade e fácil produção. O álcool etílico é mais indicado quando comparado ao isopropílico, que é usado como uma segunda alternativa. Foi comprovado que o álcool isopropílico é menos eficaz contra os vírus, resseca mais a pele e é duas vezes mais tóxico.

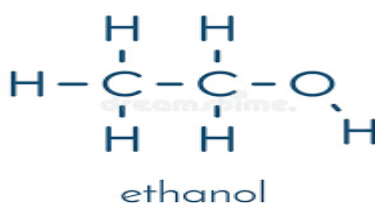
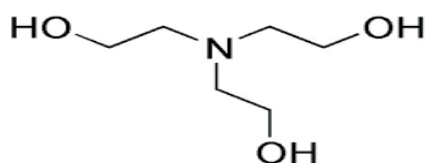


Figura 1: Estrutura do álcool etílico

### 2.3 Processos de produção de álcool em gel

Um estudo realizado por Magalhães e Degenhardt (2020), intitulado “Nova formulação de álcool gel (Micro-Celol) com celulose microfibrilada (MFC): avaliação em Escherichia coli”, que teve como objetivo “Apresentar uma formulação de álcool gel à base de etanol 92,8 o INPM, mais barato que o etanol anidro e facilmente

disponível no mercado, com gel de nano celulose mecanicamente desfibrilada (MFC) e um emoliente para não ressecar a pele humana”, utilizaram como reagentes: 1 L de álcool 92,8 o INPM; 2,5 g de ácido esteárico; 1,25 g de trietanolamina (TEA); 154 g de gel de celulose Klabin @3,99% m/v e 70 ml de água destilada.



**Figura 2:** Estrutura de trietanolamina

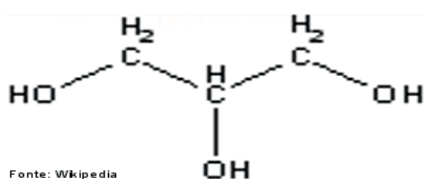


Fonte: Kátia Pichelli, 2020  
 Imagem 1: Celulose

O procedimento consistiu em 1- dissolver 2,5 g de ácido esteárico em 1 Litro de álcool 92,8 o INPM; 2 - dissolver 1,25 g de TEA (trietanolamina) em 70 mL de água destilada; 3 - misturar bem a solução aquosa de TEA com 154 g de gel de celulose Klabin @3,99%; 4 - sob forte agitação, adicione aos poucos o gel de celulose diluído na solução de TEA ao álcool com ácido esteárico. A agitação deverá ter duração entre 5 e 10 minutos até completar homogeneização.

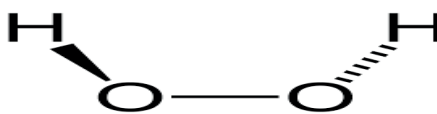
Outra proposta de produção de álcool em gel é recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), denominado “Guia de Produção Local” que propõe as “Formulações de gel antisséptico”. Para tanto, usa – se como reagentes Etanol 96%; Peróxido de hidrogênio 3%; Glicerol 98%; Água fria destilada ou fervida estéril.

**Figura 4:** Estrutura de Glicerol



Fonte: Wikipedia

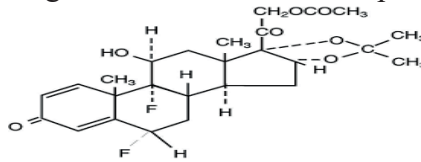
**Figura 5:** Estrutura de peróxido de hidrogênio



Os procedimentos de produção consistem em: 1. O álcool da fórmula a ser utilizada é derramado no grande frasco ou tanque até a marca graduada; 2. O peróxido de hidrogênio é adicionado usando o cilindro de medição; 3. O glicerol é adicionado usando um cilindro de medição. Como o glicerol é muito viscoso e adere à parede do cilindro de medição, o cilindro deve ser lavado com água fervida estéril ou destilada a frio e depois esvaziado no frasco / tanque; 4. O frasco / tanque é então completado até a marca de 10 litros com água destilada estéril ou fervida fria; 5. A tampa ou a tampa de rosca é colocado no tanque / garrafa o mais rápido possível após a preparação, a fim de evitar a evaporação; 6. A solução é misturada agitando suavemente quando apropriado ou usando uma pá; 7. Divide - se imediatamente a solução em seus recipientes finais (por exemplo, garrafas de plástico de 500 ou 100 ml) e coloque-as em quarentena por 72 horas antes do uso. Isso permite que os esporos presentes no álcool ou nas garrafas novas / reutilizadas sejam destruídos.

De acordo com a Farmacopeia Brasileira, o álcool gel é produzido a partir do álcool etílico (96 °GL) – 75,7 ml; polímero espessante Carbopol – 0,5g; solução de trietanolamina para correção do pH – 50% (p/v) e água purificada para diluição (quantidade suficiente).

Figura 6: Estrutura de carbopol 940



Orienta-se misturar o álcool etílico a um volume pequeno de água e dispersar a massa de Carbopol sob agitação. Completar o volume de 100ml com água purificada e ajustar o pH utilizando a solução de trietanolamina (ANVISA, 2019).

#### 2.4 Atuação do álcool em gel em contato com o vírus

É fundamental também compreender como acontece a interação do álcool em gel frente ao vírus, tornando-o inativas suas ações biológicas e prolíferas. Citado anteriormente, o álcool em gel age apenas em vírus envelopados, são alguns deles o vírus causador da influenza, como: hepatites (B e C) e o Covid-19, o atual causador da pandemia. Esse vírus possui uma membrana fosfolipídica que usualmente é chamada de camada de gordura e é a partir dela que o álcool em gel agirá em um processo chamado de desnaturação proteica (SILVA, R. 2020).

A desnaturação é um processo bioquímico em que ocorre a anulação da forma tridimensional de uma macromolécula (ácido nucléico ou proteínas), ou seja, a perda do arranjo tridimensional no espaço daquela macromolécula pois, quando há a quebra das ligações intermoleculares entre os átomos, faz com que não interajam mais uns com os outros como antes desse rompimento. Vale ressaltar que não há quebra nas ligações intramoleculares do tipo covalentes entre os átomos, ou seja, não tem alteração na sua fórmula estrutural, uma vez que as ligações entre os átomos permanecem as mesmas e apenas no arranjo tridimensional, que é a disposição dos átomos no espaço, ocorre mudança, o que é suficiente para interferir na ação desse vírus. (Silva, 2020).

O álcool etílico, etanol (CH<sub>3</sub>CH<sub>2</sub>OH), ao entrar em contato com o vírus envelopado, rompe as camadas de gordura com o grupo orgânico (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), ou ocorre a desidratação da membrana com o grupo (OH), pelas qualidades hidrosscópicas dos álcoois, essa parte da molécula atrai a água da membrana fosfolipídica expondo o material genético e inativando o vírus (Oliveira & Lemos 2021. P. 7)

No processo, as atrações se devem às respectivas polaridades da molécula de álcool que possuem característica anfílica, ou seja, possui características hidrofóbicas e hidrofílica, apresentando dupla polaridade. A parte apolar da molécula de álcool é atraída pelos lipídios (gordura) e pelas partes apolares que formam o envelope viral, que são insolúveis em água e solúveis em álcool; e a parte polar da molécula interage com as moléculas de água (polares) permitindo assim a permeação do álcool pela membrana fosfolipídica chegando ao material genético do vírus. O mesmo ocorre com o álcool isopropílico (propan-2-ol) (SILVA, P. 2015).

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se abordagem qualitativa e quantitativa. Ela é de natureza aplicada, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt & Siveira, 2009, p.35).

Seu objetivo é por um lado exploratória por “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2007, citado por Gero e Naene, 2021, p.10), e por outro lado é descritiva por ela proporcionar a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] e têm por objetivo estudar as características de um grupo [...]” (Gil, 1988, p. 44).

O estudo foi realizado com alunos do nível médio de ensino, 12<sup>a</sup> classe, da Escola Secundária do Búzi, em um número de 20 participantes. O critério de seleção, consistiu em escolher aleatoriamente 4 alunos por cada turmas (num total de 5) e depois formar - se grupos homogêneos de cinco elementos cada.

Para a recolha de dados, foi previamente utilizada a pesquisa bibliográfica, considerada como uma fonte de coleta de dados secundária, definida como “contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado” (Lakatos & Marconi, 2001; Cervo & Bervian, 2002). Na fase seguinte, foi feito o levantamento de dados no local de estudo, obtidos por meio da aplicação de questionários aos alunos. Conforme afirma (Gil, 2002), “o questionário é uma investigação composta de perguntas, a fim de se obter conhecimentos prévios, opiniões, sentimentos e visões sobre situações do cotidiano por parte dos investigados”.

A recolha de dados no local de estudo, intercorreu por etapas: **Na primeira**, os alunos em um grupo de cinco (5), por orientação, realizaram por 7 dias (06/04 a 13/04 de 2022) um trabalho de investigação que preconizava construir conhecimento sobre o processo de produção do álcool em gel, de forma inicial. O questionário procurava saber a diferença entre o álcool comum e o álcool em gel, a percentagem de álcool em gel, a justificativa sobre a produção do álcool em gel a 70%, a estrutura e o nome do álcool utilizado na produção de álcool em gel, os reagentes para a produção, procedimentos e a forma de atuação de álcool em gel na eliminação do vírus da covid-19.

**A segunda etapa**, foi de construção de conhecimento de forma efetiva. Para aquilo, foi realizado um encontro que coincidia com o dia de apresentação do trabalho de pesquisa (13/04/2022), na qual foi realizado um debate de forma faseada para garantir o alinhamento das ideias diferenciadas oriundas das investigações pelos alunos. Foi combinado que na sub etapa inicial seria de exibição das respostas por cada grupo. Nesta senda, em relação ao grupo apresentador, os outros ficavam em audição para garantir que depois haja uma discussão construtiva. A discussão de cada questão era mais de ideias equivalente, divergente, convergentes, de esclarecimento de termos científico, de linguagem e entre outros aspectos construtores de conhecimento. A síntese pelos professores pesquisadores, era sempre feita no final de cada questão discutida e no final do encontro.

**A terceira etapa** foi de verificação do nível aquisição de conhecimento pelos alunos participantes da pesquisa, ocorrido no dia 18 de abril de 2022. Não menos importante, esta verificação ocorreu de forma individual. O teste questionou sobre a percentagem de álcool em gel recomendada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, as razões da recomendação, a estrutura e o nome do álcool reagente na produção do álcool em gel, os reagentes básicos na produção do álcool em gel e a forma da sua atuação na eliminação do vírus da covid – 19.

Imagem 2: Dados referentes a verificação da aquisição do nível de conhecimento



Fonte: Autores, 2022

## 4 Apresentação e discussão dos resultados

### 4.1 Diferença entre álcool comum e álcool em gel

Tabela 1: Dados sobre a diferença entre o álcool comum e álcool em gel

P1	G1	G2	G3	G4
----	----	----	----	----



Qual é a diferença entre álcool comum e álcool em gel	O álcool comum é a versão líquida que tem mais probabilidade de se perder por ser difícil de controlar a quantidade a ser usada porque escorre mais facilmente e evapora mais rápido enquanto o álcool em gel a sua textura é	O álcool comum geralmente é utilizado para limpeza e higienização das superfícies de móveis e objetos pessoais. [...] higienizar as mãos, ele vai causar rachaduras nas palmas, sendo porta de entrada para novas bactéria. Enquanto o álcool em gel não pode ser usado para limpeza de móveis por ter uma consistência de gosma, ele não funciona corretamente	O álcool comum possui características líquidas e tem maior teor e o álcool em gel pode ser líquido ou mesmo se formar de gosma, com um teor a menos em relação ao álcool comum.	O álcool comum normalmente é usado para higienização de superfícies e objetos e a sua concentração é baixa. O álcool em gel tem alto poder antisséptico, ou seja, mata com eficiência bactérias e vírus e eficaz na prevenção da corona vírus, e formado por outras substâncias gelificantes
---	---	---	---	--

Fonte: Autores, 2022

Sobre a diferença entre o álcool comum e álcool em gel, a tabela 1 mostra que o álcool comum, ele possui características líquidas com maior teor (G3), enquanto o álcool em gel pode ser líquido (G3) ou mesmo em gosma (G2, G3), com um teor a menos em relação ao álcool comum (G3). Também, é dito que o álcool comum muitas das vezes é aquele usado para higienização de superfícies e objetos (G2 e G3) e que apresenta uma concentração baixa (G3), enquanto o álcool em gel é aquele com alto poder antisséptico, ou seja, mata com eficiência bactérias e vírus e é eficaz na prevenção contra corona vírus, além de ser formado por outras substâncias gelificantes. O G2 acrescenta dizendo que, o álcool comum é aquele que quando for usado para higienização das mãos, ele vai causar rachaduras nas palmas, tornando por sua vez, entrada para novas bactérias.

#### 4.2 Porcentagem recomendada de álcool em gel

Tabela 2: Dados referentes a percentagem recomendada, de álcool em gel

P2	G1	G2	G3	G4
Qual é a percentagem recomendada, de álcool em gel?	70%	70%	70%	70%

Fonte: Autores, 2022

Os dados da tabela 2 revela que, 70% (G1, G2, G3, G4) é a percentagem recomendada de álcool em gel.

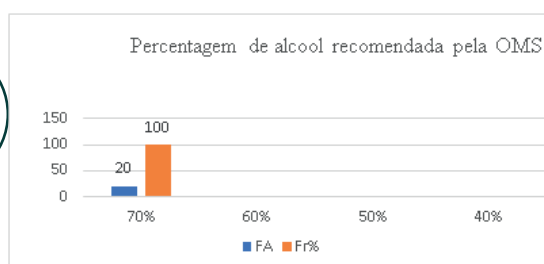
Este facto foi confirmado quando foi aplicado o teste de verificação do nível de aquisição de conhecimento, quando 100% escolheram 70% como sendo a opção correcta, conforme ilustra o gráfico 1, a seguir.

##### 4.2.1 Verificação da P2

**Questão:** Na produção do álcool em gel, existe uma certa percentagem recomendada pela organização mundial da saúde (OMS). Diga qual é?

Gráfico 1: Dados referentes a percentagem de álcool recomendada pela OMS

6



Fonte: Autores, 2022

4.3 Razão pela qual se recomenda 70% de álcool em gel

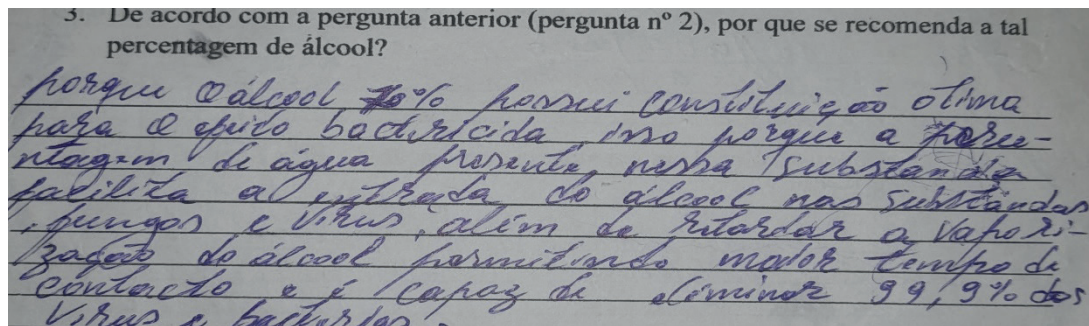
Tabela 3: Dados referentes a razão pela qual se recomenda o álcool em gel a 70%

P3	G1	G2	G3	G4
De acordo com a pergunta anterior (pergunta nº 2), por que se recomenda a tal percentagem de álcool?	[...] porque na percentagem de 70%, o álcool tem a quantidade exata de água para facilitar a entrada do álcool no interior do microrganismo, seja bactérias, fungos, vírus, como corona vírus. [...] a água além de impedir a desidratação da parede celular externa do microrganismo, retarda a evaporação do álcool.	O álcool 70% possuem concentração ótima para o efeito bactericida, isso porque a percentagem de água presente nessa substância facilita a entrada do álcool nas bactérias, fungos e vírus, além de retardar a volatilização do álcool, permitindo maior tempo de contacto [...].	Por que o álcool em gel possui constituição ótima para o efeito bactericida, isso porque a a percentagem de água presente nessa substância facilita a entrada do álcool nas bactérias, fungos e vírus, além de retardar a vaporização do álcool permitindo maior tempo de contacto e é capaz de eliminar 99,9% dos vírus e bactérias	Porque permite a desnaturação de proteínas e estrutura das gorduras das membranas celulares do vírus

Fonte: Autores, 2022

De acordo com a tabela 3, recomenda – se 70% de álcool em gel porque esta percentagem possui a quantidade exata de água de modo a facilitar a entrada do álcool no interior do microrganismo, como bactérias, fungos, vírus, além da própria água retardar a evaporação do álcool (G1). De outro modo equivalente, a razão de ser recomendada a tal percentagem deve – se a sua concentração, ser ótima para efeito bactericida, porém, a percentagem presente no álcool, facilita por sua vez a sua entrada na bactéria, fungos e vírus, além da própria água retardar sua evaporação permitindo maior contacto com o microrganismo (G2, G3). O G4, explica que a recomendação é dada por permitir a desnaturação de proteínas e estrutura das gorduras das membranas celulares do vírus.

Figura 7: Excerto sobre a razão de uso de álcool em gel a 70%



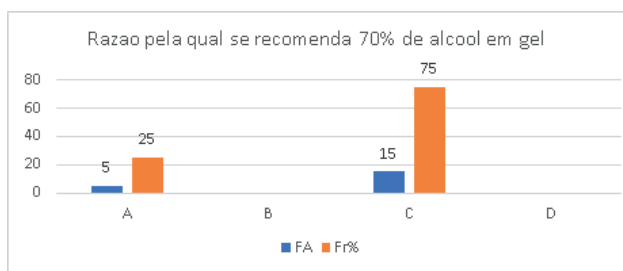
Fonte: Autores, 2022

Esta questão foi verificada e 75% acertaram (opção C), como ilustra o gráfico número 9.

4.3.1 Verificação da P3

**Questão:** Conforme a pergunta anterior (pergunta nº 1), por que se recomenda essa percentagem?

Gráfico 2: Razão pela qual se recomenda 70% de álcool em gel



Fonte: Autores, 2022

**N.B:** **A** - Porque não propicia a desnaturação de proteínas e de estruturas lipídicas da membrana celular, e a consequente destruição do microrganismo, além do álcool ser mais volátil; **B** - Porque não propicia a desnaturação de proteínas, mas propicia a destruição de estruturas lipídicas da membrana celular, e a consequente destruição do microrganismo, além do álcool ser mais volátil; **C** - Porque propicia a desnaturação de proteínas e de estruturas lipídicas da membrana celular, e a consequente destruição do microrganismo, além do álcool ser menos volátil; **D** - Porque propicia a desnaturação de proteínas, mas não propicia estruturas lipídicas da membrana celular, e a consequente destruição do microrganismo, além do álcool ser menos volátil.

#### 4.4 Nome e estrutura do álcool utilizado na produção do álcool em gel

Tabela 4: Dados referentes ao nome e a estrutura do álcool usado para produzir álcool em gel

P4	G1	G2	G3	G4
Qual é o nome e a estrutura do álcool utilizado na produção do álcool em gel?	[...] é o álcool etílico hidratado. $\begin{array}{c} \text{H} \quad \text{H} \\   \quad   \\ \text{H}-\text{C}-\text{C}-\text{O}-\text{H} \\   \quad   \\ \text{H} \quad \text{H} \end{array}$	É o álcool etílico hidratado $\begin{array}{c} \text{H} \quad \text{H} \\   \quad   \\ \text{H}-\text{C}-\text{C}-\text{O}-\text{H} \\   \quad   \\ \text{H} \quad \text{H} \end{array}$	É o álcool etílico hidratado $\begin{array}{c} \text{H} \quad \text{H} \\   \quad   \\ \text{H}-\text{C}-\text{C}-\text{O}-\text{H} \\   \quad   \\ \text{H} \quad \text{H} \end{array}$	Álcool etílico $\begin{array}{c} \text{H} \quad \text{H} \\   \quad   \\ \text{H}-\text{C}-\text{C}-\text{O}-\text{H} \\   \quad   \\ \text{H} \quad \text{H} \end{array}$

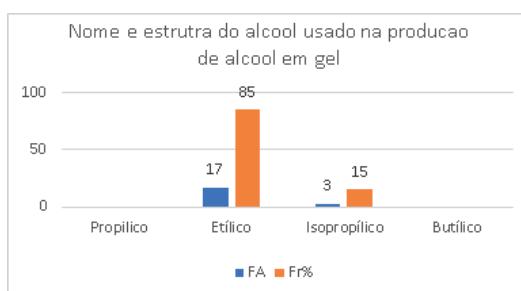
Fonte: Autores, 2022

Conforme a tabela 4, o nome do álcool utilizado na produção do álcool em gel é álcool etílico, cuja estrutura representaram conforme é representado a seguir:

Na verificação desta questão culminou com êxito quando foi evidente os alunos pesquisados escolherem o álcool etílico (85%) como sendo a opção correta. Apesar de a minoria escolher o álcool isopropílico (15%) como um dos usados na produção do álcool em gel, ela não se compara ao álcool etílico devido ao seu nível de eficiência.

#### 4.4.1 Verificação da P4

Gráfico 3: O nome e a estrutura do álcool utilizado na produção do álcool em gel



Fonte: Autores, 2022

#### 4.5 Reagentes utilizados na produção do álcool em gel

Tabela 5 reagentes utilizados para a produção do álcool em gel

P5	G1	G2	G3	G4
Quais são os reagentes (matéria prima) utilizados na produção do álcool em gel?	[...] são: etanol, água, espessante, peróxido de hidrogénio, glicerol com aditivos	O etanol, água, espessante, peróxido de hidrogénio e glicerol	O etanol, água, espessante, peróxido de hidrogénio e glicerol	Álcool etílico (96%), glicerina (glicerol), carbopol, trietanolamina (TET), água

Fonte: Autores, 2022

Conforme a tabela 5, sobre os reagentes utilizados na produção do álcool etílico, todos são unânimes ao mencionarem álcool etílico, água, glicerina (G1, G2, G3, G4). O G1, G2 e G3 acrescentam o espessante e peróxido de hidrogénio, assim como o G4 acrescenta o trietanolamina e carbopol. Na verdade, o carbopol é o espessante referido pelo G1, G2 e G3, mas, o G1 inclui na sua menção os aditivos. De acordo com a Farmacopeia Brasileira, os reagentes usados na produção do álcool em gel são álcool etílico; polímero espessante Carbopol; solução de trietanolamina e água purificada (ANVISA, 2019).

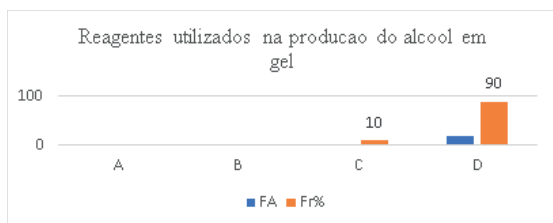
A Organização Mundial da Saúde, orienta na sua “fórmula 1” para produção do álcool em gel o uso como reagente etanol, peróxido de hidrogénio, glicerol e água (OMS, 2010)

A aprendizagem para esta questão foi tida como significativa na fase de verificação, onde a maioria (90%) e de forma certa, escolheu a opção D.

##### 4.5.1 Verificação da P5

**Questão:** Quais são os reagentes utilizados na produção do álcool em gel?

Gráfico 4: reagentes utilizados na produção do álcool etílico



Fonte: Autores, 2022

**N.B:** **A** - Álcool propílico (99,8%), água, carbopol 940 e trietanolamina; **B** - Álcool etílico (95%), água – H<sub>2</sub>O, carbômero 940 e glicerina (umetante); **C** - Álcool etílico (90%), água – H<sub>2</sub>O, carbômero 940 e glicerina, corante. **D** - Álcool etílico (96%), água – H<sub>2</sub>O, carbômero 940 (carbopol 940), trietanolamina (neutralizador do meio), glicerina (umetante).

#### 4.6 Procedimentos para a produção do álcool em gel

Tabela 6: Dados referentes à procedimentos para a produção do álcool em gel

P6	G1	G2	G3	G4
----	----	----	----	----

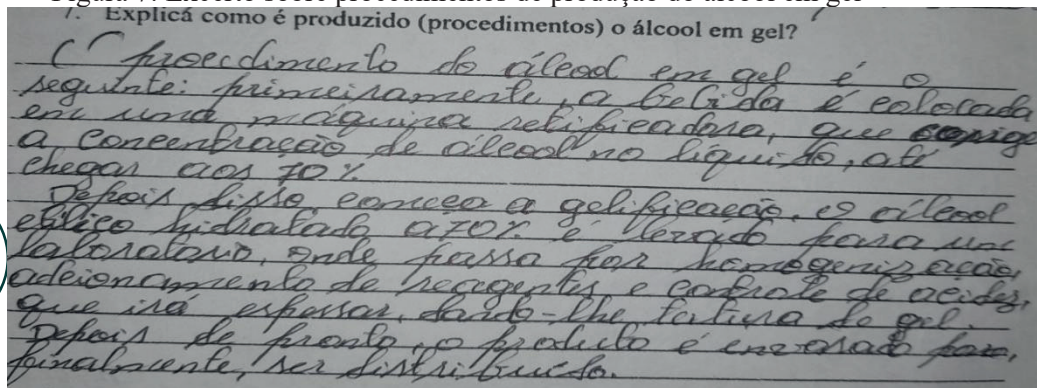


<p>Explique como é produzido (procedimentos) o álcool em gel?</p>	<p>1: A bebida é colocada em uma máquina retificadora, que corrige a concentração de álcool, até chegar ao 70%; 2: depois disso começa a gelificarão. O álcool etílico hidratado a 70% é levado para um laboratório, onde passa por homogeneização, adição de reagentes e controle de acidez, que irá espessar, dando – lhe textura de gel; 3: depois de pronto, o produto é envasado para finalmente ser distribuído.</p>	<p>1: a água deve ser purificada por processo de osmose reversa, destilação ou deionização; 2: dilui – se a água juntamente (com) etanol. A glicerina é adicionada a fase alcoólica antes da mistura com água. 3: O polímero acrílico é adicionado à água com agitação; 4: adiciona – se o etanol contendo glicerol e peróxido hidrogenado. 3: As soluções assim obtidas devem então ser neutralizadas (com trietanolamina ou solução aquosa de NaOH). Isso induz o inchamento do polímero, com a consequente formação de um gel transparente.</p>	<p>1: a água deve ser purificada por processo de osmose reversa, destilação ou dionização; 2: dilui – se a água juntamente com o etanol. A glicerina é adicionada a fase alcoólica antes da mistura com água. 3: o polímero acrílico é adicionado a água com agitação; 4: adiciona – se o etanol contendo glicerol e peróxido hidrogenado. 3: As soluções assim obtidas devem então ser neutralizadas (com trietanolamina ou solução aquosa de NaOH). Isso induz o inchamento do polímero, com a consequente formação de um gel transparente.</p>	<p>1: derramar o álcool em frasco ou tanque até a marca graduada; 2: adiciona – se o peróxido de hidrogênio com base em cilindro de medição; 3: adiciona – se o glicerol; 4: completa – se o tanque ou frasco até a marca de 10 litros (água destilada / fervida); 5: coloca – se a tampa rapidamente para evitar a evaporação; 6: agita – se a mistura (suavemente); 7: divide – se a solução em seus recipientes e coloca – se em quarentena (72H) para destruir os esporos.</p>
---	--	--	---	--

Fonte: Autores, 2022

Conforme a tabela 6, o processo de produção do álcool em gel inicia pela correção da percentagem do álcool até 70%, seguido de gelificação. Depois, o álcool é feito passar por homogeneização, adição de reagentes e controle de acidez, adição de espessante de forma a dar a textura de gel. Quando já estiver pronto é envasado para finalmente ser distribuído (G1). Para o G2 e G3 o processo consiste primeiramente em purificar a água pela técnica de osmose reversa, depois dilui – se a mesma com o etanol. Nesse processo a glicerina é adicionada a fase alcoólica antes da sua mistura com água. Depois, o polímero acrílico é adicionado a água com agitação. Por sua vez, adiciona – se o etanol contendo o glicerol e peróxido de hidrogênio. Quando esta fase estiver concluída, as soluções obtidas devem ser neutralizadas com trietanolamina ou solução aquosa de hidróxido de sódio, pelo que, induz o inchamento do polímero e consequente formação de um gel transparente. O G4, apresenta uma outra forma de produção que inicia com o derramamento do álcool em um frasco conforme a marca graduada. Após isso, adiciona – se o peróxido de hidrogênio e depois o glicerol. Completa – se por sua vez o frasco até a marca de 10 litros usando a água destilada e/ou fervida e, logo em seguida fecha – se o frasco para evitar a evaporação. Fimido isto, agita – se a mistura, suavemente. Finalmente, divide – se a solução em seus recipientes para depois serem colocados em quarentenas por 72H, de forma a eliminar esporos. Entretanto, o processo de produção de álcool em gel apresentado pelo G4, é de acordo com Organização Mundial da Saúde – O.M.S. ANVISA (2019), orienta misturar o álcool etílico a um volume pequeno de água e dispersar a massa de Carbopol sob agitação. Depois, completar o volume de 100ml com água purificada e ajustar o pH utilizando a solução de trietanolamina.

Figura 7: Excerto sobre procedimentos de produção do álcool em gel



Fonte: Autores, 2022

4.7 Forma de atuação do álcool em gel na eliminação do vírus da covid-19

Tabela 7: Dados referentes a forma de atuação do álcool em gel na eliminação do vírus da covid-19

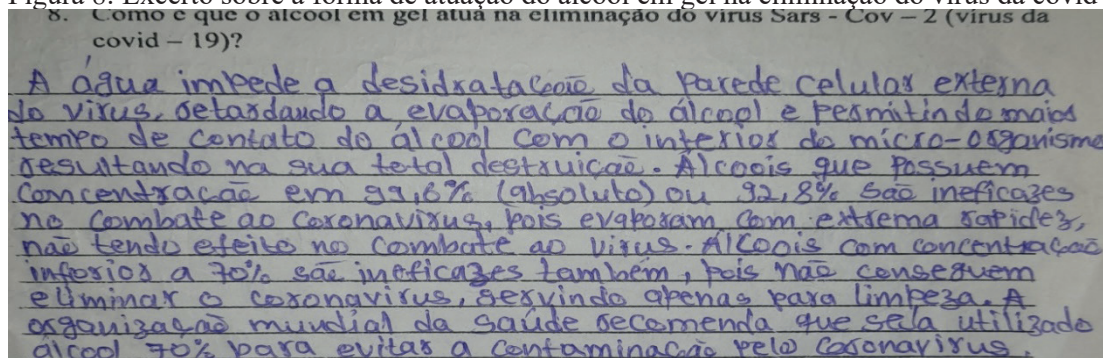
P7	G1	G2	G3	G4
Como é que o álcool em gel atua na eliminação do vírus Sars – Cov – 2 (vírus da covid – 19)?	[...] o etanol age rapidamente sobre bactérias vegetativas (inclusive microbactérias), vírus e fungos, sendo a higienização equivalente e até superior à lavagem de mãos com sabão comum ou alguns tipos de antissépticos.	A água impede a desidratação da parede celular externa do vírus, retardando a evaporação do álcool e permitindo mais tempo de contacto do álcool com o interior do microrganismo, resultando na sua total destruição [...].	A água impede a desidratação da parede celular externa do vírus retardando a evaporação do álcool com o interior do organismo, resultando na sua total destruição.	O álcool em contacto com o vírus quebra as camadas de gordura ou ocorre a desidratação da membrana, expondo o material genético e destruindo o vírus.

Fonte: Autores, 2022

De acordo com a tabela 6, para a eliminação do vírus Sars – Cov – 2, acontece quando o álcool em gel entra em contato com o vírus, ele quebra as camadas de gordura ou ocorre a desidratação da membrana, expondo o material genético e destruindo o vírus (G4). O G2 e o G3, falam da ação da água na atuação do álcool em gel, em que ocorre quando ela impede a desidratação da parede celular do vírus, atrasando e evaporação do álcool por forma a permitir maior tempo de contacto do álcool com o interior do organismo, resultando assim na sua destruição efetiva. O G1, explica que o etanol age rapidamente sobre a bactéria vegetativas, vírus e fungos. De acordo com Oliveira e Lemos (2021) o etanol (CH<sub>3</sub>CH<sub>2</sub>OH), ao entrar em contato com o vírus envelopado, rompe as camadas de gordura com o grupo orgânico (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), ou ocorre a desidratação da membrana com o grupo (OH), pelas qualidades hidrosscópicas dos álcoois, essa parte da molécula atrai a água da membrana fosfolipídica expondo o material genético e inativando o vírus.

De outra forma, pode se dizer que, a parte apolar da molécula de álcool é atraída pelos lipídios (gordura) e pelas partes apolares que formam o envelope viral, que são insolúveis em água e solúveis em álcool; e a parte polar da molécula interage com as moléculas de água (opolares) permitindo assim a permeação do álcool pela membrana fosfolipídica chegando ao material genético do vírus (Silva, 2020).

Figura 8: Excerto sobre a forma de atuação do álcool em gel na eliminação do vírus da covid – 19.



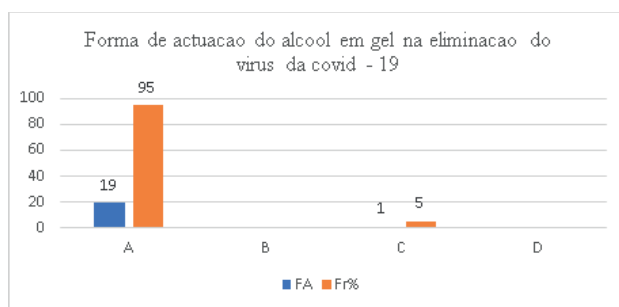
Fonte: Autores, 2022

Assim sendo, os dados revelam que na fase investigativa, com exceção do G4, os grupos não foram certos ao pesquisarem a forma como o álcool em gel atua sobre o vírus da covid – 19. A aquisição de conhecimento a respeito de forma de atuação do álcool em gel sobre o vírus da covid-19 em linguagem química ficou consumada na segunda fase do projeto (fase de bate e síntese, pelos pesquisadores). E, conforme a figura 12 (de resultados de verificação do nível de aprendizagem), nota – se que a aprendizagem foi significativa, uma vez a maioria (95%) escolheu a opção A (opção certa).

4.7.1 Verificação da P7

**Questão:** Como é que o álcool em gel atua na eliminação do vírus Sars - Cov – 2 (vírus da covid – 19)?

Gráfico 5: Forma de atuação do álcool em gel na eliminação do vírus da covid-19



Fonte: Autores, 2022

**N.B:** **A** - O álcool etílico, em contato com o vírus envelopado, rompe as camadas de gordura com o grupo orgânico (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), ou ocorre a desidratação da membrana com o grupo (OH), essa parte da molécula atrai a água da membrana fosfolipídica expondo o material genético e inativando o vírus; **B** - O álcool etílico, em contato com o vírus envelopado, só rompe as camadas de gordura com o grupo orgânico (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), expondo o material genético e inativando o vírus; **C** - O álcool etílico, pelas qualidades hidrocópicas, atrai a água da membrana fosfolipídica expondo o material genético e inativando o vírus; **D** - O álcool etílico, em contato com o vírus envelopado, não rompe as camadas de gordura com o grupo orgânico (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), mas ocorre a desidratação da membrana com o grupo (CH<sub>3</sub>-CH<sub>2</sub>), expondo o material genético e inativando o vírus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acabado, teve como objetivo discutir a abordagem transversal sobre a produção do álcool em gel em sala de aulas de modo a desenvolver o pensamento crítico e construtivo em alunos cuja saúde encontra-se em causa diante da atuação do vírus da covid-19.

No desenrolar da pesquisa, os alunos mostraram maturidade em buscar a todos níveis, informações certas sobre a produção do álcool em gel no contexto de abordagem transversal do projeto pedagógico proposto.

Foi contemplado nos alunos, domínio no conhecimento sobre a quantidade percentual (100%) de álcool em gel, para que ele possa agir como antisséptico (como sendo a razão da recomendação pelos pesquisadores bioquímicos - 75%), nome e estrutura do álcool utilizado na produção do álcool em gel (100%), reagentes utilizados para a produção (90%) e a forma de atuação do álcool em gel na eliminação do vírus da covid – 19 (95%).

Estas averiguações indicam que os objetivos traçados inicialmente e conforme a metodologia usada foram alcançados. Por conseguinte, foi possível concluir que, a partir das respostas coletadas em questionários e atividades diferentes, faz volver o aluno, o fascínio pela disciplina.

Também, concluiu – se que, a operacionalização do projeto pedagógico proposto foi significativa uma vez que o conhecimento construído, permitiu que os alunos ficassem mais conscientes e críticos sobre o cenário atual de pandemia, em defesa da sua saúde.

Ainda, o perfil dos alunos analisados no decorrer do trabalho, também nos coloca em uma reflexão sobre a importância do papel do professor para a turma, no olhar do processo operativo de um projeto pedagógico de temas que apresentam maior relevância em termos de transversalidade.

Como limitação, não foi possível por falta de materiais, reagentes e ambiente favorável, realizar uma experiência química sobre a produção de álcool em gel no contexto de ensino e aprendizagem da disciplina de química.

A ser assim, sugere-se que esta temática seja tratada como um tema transversal no ensino secundário geral, na disciplina de química e biologia. Em química, no estudo de compostos orgânicos álcoois, que seja sugerido o processo de produção de álcool em gel como forma de expandir o conhecimento.

## REFERÊNCIAS

D'AVILA, Gabriele et al. Álcool gel: aprendizado de função orgânica e benefícios à saúde. Seminário Institucional do PIBID UNISC, v. 1, 2017.

ANVISA. Farmacopeia Brasileira. 6 ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária SIA Trecho 5,



2019. 874 p. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/farmacopeia/farmacopeiabrasileira/arquivos/7985json-file-1>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas S.A. 1988.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2001.

LEITE, I. V. O. *Processo de produção e controle de qualidade do álcool 70 °INPM e sua eficácia na desinfecção de superfícies fixas como alternativa de combate ao vírus SARS-CoV-2* (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). 2022.

MAGALHAES, W. L. E.,; DEGENHARDT, J. Nova formulação de álcool gel (MicroCelol) com celulose microfibrilada (MFC): avaliação em Escherichia coli. *Embrapa Florestas-Comunicado, (INFOTECA-E)*. 2020.

MILBRATZ, R., & PROBST, M. *Alfabetização científica: reflexões sobre as possibilidades para o enfrentamento dos desastres naturais no município de Blumenau/SC*. *Estação Científica (UNIFAP)*, 5(2), 09-20. 2016.

OLIVEIRA, E. D., & LEMOS, I. N. Ação viricida do álcool em gel. *Diversitas Journal*, 6(1), 757-768. 2021.

Sampaio, A. F., Rotta, J. C. G. *Abordagem CTSA na Formação de Professores de Ciências Naturais*. 64ª Reunião Anual da SBPC. Maranhão. 2012.

SILVA, Rafael Salles Ferreira. Por que o álcool gel é eficaz no combate ao novo coronavírus? GenExatas, [S. l.], p. 1, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://genexatas.com.br/por-que-o-alcoolgel-e-eficaz-no-combate-ao-novo-coronavirus/>. Acesso em: 19 abril 2022.

#### Sites

<https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/03/Guia-produ%C3%A7%C3%A3o-de-gel-antiss%C3%A9ptico-OMS.pdf> . acesso em 08 de abril de 2022.

<https://senaicetiqt.com/wp-content/uploads/2020/05/NT-01-%C3%81lcool-em-gel.pdf> . acesso a 08 de abril de 2022.



# Os desafios da promoção à saúde e prevenção de doenças na percepção de psicólogos que atuam na Atenção Primária<sup>1</sup>

*The challenges of health promotion and disease prevention in the perception of psychologists working in Primary Care<sup>2</sup>*

Bruna dos Santos Alves<sup>3</sup>

Prof.<sup>a</sup> Priscila Silva Coelho Gonçalves<sup>4</sup>

Submetido em: 17/01/2023

Aprovado em: 18/01/2023

Publicado em: 19/01/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.470

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral compreender as dificuldades encontradas por psicólogos que atuam na APS para realizar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. E como objetivos específicos: Caracterizar a Atenção Primária à Saúde enquanto ordenadora do cuida na Rede de atenção à saúde; descrever a organização do trabalho da equipe interdisciplinar na atenção primária; apontar as dificuldades relatadas por psicólogos do NASF-AB em sua prática no contexto da APS. Esse estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica do tipo sistemática, a partir da análise de artigos e publicações *online* que fizessem referência ao tema proposto.

**Palavras-chave:** promoção à saúde, psicólogos, atenção primária.

## ABSTRACT

This study had as general objective to improve the difficulties encountered by psychologists working in PHC to carry out actions to promote health and disease prevention. And as specific objectives: To characterize Primary Health Care as an order for care in the Health Care Network; to describe the organization of the interdisciplinary team's work in primary care; to point out the difficulties reported by NASF-AB psychologists in their practice in the context of PHC. This study was carried out through a systematic literature review, based on the analysis of articles and *online publications* that referred to the proposed theme.

**Keywords:** health promotion, psychologists, primary care.

## 1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui-se de um conjunto de ações em saúde localizadas nos territórios, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, bem como ao tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde. Ela é o principal meio de acesso aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e conta com projetos que visam à abrangência e ao acesso da população a esses serviços (BRASIL, 2017).

É a Estratégia de Saúde da Família (ESF) que contribui para essas finalidades, além das ações dos agentes comunitários. Esta objetiva o atendimento interdisciplinar da população, sendo um dos projetos da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2013).

Logo, a saúde coletiva caracteriza-se como uma prática sanitária, que se utiliza de distintos saberes com o intuito de ampliar as bases epidemiológicas e sociais, atuando com base na integralidade, questionando o paradigma biomédico, tradicional, indivíduo-centrado e promovendo a autonomia do usuário em relação à **sua saúde**. Desse modo, há a exigência da mudança do modelo hegemônico para um cuidado multidisciplinar compartilhado, ressaltando a necessidade de uma formação profissional adequada a esse princípio **de intervenção**.

1 Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família de Governador Valadares como requisito parcial para aprovação no programa, sob a orientação da Professora Priscila Silva Coelho Gonçalves. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Secretaria Municipal de Saúde. Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

2 Research project presented to the Multiprofessional Residency Program in Family Health of Governador Valadares as a partial requirement for approval in the program, under the guidance of Professor Priscila Silva Coelho Gonçalves. Governor Valadares Town Hall. Municipal Health Department. Multiprofessional Residency Program in Family Health

3 Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família de Governador Valadares.

4 Orientadora. Psicóloga. Especialista em Gestão em Saúde. Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Com isso, a partir da criação dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF-AB), possibilitou-se a formação de uma equipe com profissionais de diferentes áreas apoiando tecnicamente as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) que atuam com a ESF diretamente nos territórios e destaca-se o papel do psicólogo para ampliar essa assistência de qualidade e para legitimar as atividades deste profissional no campo da saúde pública (CFP, 2019).

O psicólogo tem habilidades que vão muito além de escutas qualificadas e psicoterapias dentro da clínica tradicional. A psicologia se insere no espaço da atenção básica para, junto com a equipe multiprofissional, desenvolver uma saúde pública de qualidade de vida e potencialização do sujeito através da promoção, proteção e recuperação desse indivíduo, dessa forma, praticando uma clínica ampliada que vai além do seu consultório clínico tradicional (SOUZA, SANTOS; ROMÃO, 2021).

Nessa ótica de um olhar diferenciado é que se faz necessário que o psicólogo, enquanto membro da equipe de saúde possa trabalhar junto com a equipe da ESF, com o objetivo de fomentar o empoderamento do usuário, ou seja, mostrando-o que ele é o ator principal nesse processo de autonomia frente a política de saúde pública na APS, trabalhando dessa forma a promoção, a proteção e a reabilitação da saúde.

Mas para isso, é primordial que o profissional em destaque trabalhe de forma interdisciplinar com os outros profissionais de saúde no que tange a integralidade do cuidado desse usuário, tendo em vista um direcionamento à promoção dessa saúde.

Contudo, percebe-se que a inserção do psicólogo na ESF se faz de modo bastante tímido, e sem a especificidade de ser considerado um membro da equipe básica de saúde.

No âmbito das **políticas públicas da saúde mental** chega a ser caótico a ausência do profissional psicólogo na ESF, onde este profissional capacitado estaria viabilizando de forma integral e holística, a atenção ao cuidado em saúde mental para desmistificá-la sem reduzi-la apenas aos transtornos mentais, reorganizando dessa forma o modelo de assistência à saúde no Brasil (SOUZA, SANTOS; ROMÃO, 2021).

E por isso, a Promoção à Saúde como perspectiva de mudança na atenção às populações aglutina o consenso político em todo o mundo e em diferentes sociedades, como paradigma válido e alternativo à complexidade dos problemas de saúde. Considerada uma das grandes estratégias de produção de saúde, ou seja, com um modo de pensar e de operar articulado às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde (DEMARZO, 2010).

A busca pela promoção a saúde e prevenção de doenças ainda carece de investimentos e de profissionais capacitados. Um dos grandes desafios é a fragmentação do cuidado em saúde como uma das principais deficiências da Atenção Básica. Por isso, estudos que apontam o papel do psicólogo dentro das unidades de saúde ainda se apresentam limitados, necessitando de novos referenciais norteadores da atuação, bem como de estudos que a caracterizem.

## 2 PROBLEMA

Quais aspectos são apontados por psicólogos como fatores dificultadores para a realização de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças na atenção primária?

## 3 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o presente projeto visa compreender as dificuldades encontradas por psicólogos que atuam na APS para realizar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, ele poderá contribuir para o avanço tanto da Psicologia como ciência, bem como da Saúde Pública Brasileira. Principalmente por difundir conhecimentos e reflexões críticas sobre a promoção à saúde e prevenção às doenças no contexto da atenção primária e NASF-AB, no que concerne à atuação do psicólogo.

2 e Rodrigues (2006), mostra-se muito importante para a promoção da saúde coletiva. A contribuição da psicologia para garantir a integralidade do cuidado em saúde é relevante, mas para isso é necessário que o profissional seja capaz de realizar ações de promoção da saúde e prevenção das doenças de forma efetiva e eficaz.

A APS é a coordenadora do cuidado e ordenadora da RAS. Ela objetiva o acesso da população não somente a ações de reabilitação de doenças, mas também a ações sociais de promoção de bem-estar que valorizem o ser humano, sua interação com o meio que o rodeia e o saber popular (RONZANI; RODRIGUES, 2006).

Para promover qualidade de vida e ofertar atenção integral à saúde é imprescindível que se ultrapasse a barreira das especialidades, pautando-se num trabalho interdisciplinar, ou seja, onde todos possuam um objetivo em comum.

Sendo assim, justifica-se a escolha desse tema com o intuito de fornecer subsídio teórico aos profissionais da Psicologia inseridos na APS e equipe de NASF-ABe aos futuros psicólogos que ingressarão nessa política pública, a fim de expandir o arcabouço teórico e aperfeiçoar a prática desses profissionais.

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as dificuldades encontradas por psicólogos que atuam na APS para realizar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a Atenção Primária à Saúde enquanto ordenadora do cuida na Rede de atenção à saúde;
- Descrever a organização do trabalho da equipe interdisciplinar na atenção primária;
- Apontar as dificuldades relatadas por psicólogos do NASF-AB em sua prática no contexto da APS.

## 5 MÉTODO

Esse estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica do tipo sistemática, a partir da análise de artigos e publicações *online* que fizessem referência ao tema proposto. É um instrumento da prática baseada em evidências, que permite um aprofundamento sobre um delimitado tema, possibilitando o aprimoramento tanto da pesquisa quanto da assistência.

A opção metodológica por revisão é justificada em função da relevância do tema exposto, que tem como objetivo apresentar e discutir os achados da literatura referentes à temática.

Para seleção dos artigos do estudo, foram pesquisados cada descritor no banco de dados, como mostra o Quadro 01.

Descritores	Biblioteca Virtual em Saúde
Atenção Primária à Saúde	140.859
Prevenção de Doenças	589.767
Promoção da Saúde	1.402.923
Psicologia	<b>1.528.087</b>

Quadro 1- Banco de dados do total de artigos encontrados em cada descritor.

Devido ao grande número de artigos localizados, a busca foi refinada a partir da associação entre os descritores, conforme demonstra o Quadro 02. Após a busca deste material foram encontrados 205 artigos os quais continham as palavras-chave desse estudo, sendo selecionados apenas 28 para compor nossa amostra.

3

Descritores associados	Biblioteca Virtual em Saúde
Atenção Primária à Saúde and Psicologia	15.363
Atenção Primária à Saúde and Prevenção de Doenças and Promoção da Saúde and Psicologia	205

Quadro 2- Associação dos descritores do banco dados.

Os artigos foram coletados da Biblioteca Virtual de Saúde – BIREME, nas bases de dados MEDLINE (Pubmed), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). A seleção dos artigos aconteceu a partir da utilização das palavras-chaves: “Promoção da Saúde”, “Prevenção de Doenças”, “Psicologia” e “Atenção Primária à Saúde”.

Para a seleção dos artigos, realizou-se primeiramente, a leitura dos resumos das publicações encontradas, com o objetivo de refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão no estudo foram: artigos completos que abordassem a temática Atenção Primária à Saúde, Prevenção de Doenças, Promoção da Saúde e Psicologia, publicados nos últimos dez anos, disponíveis e gratuitos, somente no idioma português devido ao grande quantitativo de artigos mundiais, abrindo exceção para literaturas clássicas com conhecimentos ainda relevantes na atualidade. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos, de outros idiomas e os artigos que não contemplassem os objetivos propostos neste estudo.

Posteriormente, foram selecionados e salvos os artigos que tratam especificamente do tema de interesse, objetivo de estudo, e depois, foi feita uma leitura minuciosa de cada artigo e análise descritiva dos textos.

## 6 RESULTADO E DISCUSSÃO

### Atenção Primária à Saúde

No cenário atual, as políticas públicas de saúde brasileiras são organizadas e regidas pelas leis do Sistema Único de Saúde (SUS). No contexto da Atenção Básica, vem se concretizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF), uma das propostas do Ministério da Saúde para a reorganização da Atenção Primária, como um modelo de atenção substitutivo ao modelo biomédico, tradicional, indivíduo-centrado (STARFIELD, 2002).

A APS tem se consolidado como parte de umas das grandes estratégias operacionais das construções de Redes da Atenção à Saúde (RAS), representando o primeiro nível de atenção, considerada o contato preferencial dos usuários aos sistemas de saúde e conseqüentemente o elo destes com toda a rede. Ela é ordenadora da rede, coordenadora do cuidado e dispõe de uma capacidade resolutiva para parte significativa dos problemas de saúde mais comuns da população (BRASIL, 2017).

É também considerada a porta de entrada dos sistemas de saúde no Brasil, daquelas pessoas que estão sujeitas a eventualmente buscar amparo nos serviços públicos, podendo ser considerada uma alternativa de ação para o alcance dos objetivos dos princípios doutrinários do SUS de universalização, equidade e integralidade.

Apresenta como atributos essenciais a atenção no primeiro contato do indivíduo com o sistema de saúde, a longitudinalidade, a integralidade e a coordenação da atenção, garantindo a continuidade do cuidado. Assim, a organização dos serviços de saúde a ESF prioriza ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada (OLIVEIRA et al, 2013).

Logo, a Atenção Básica, ao representar o primeiro nível de atenção à saúde do indivíduo e da comunidade, direciona o trabalho de todos os demais níveis do sistema de saúde. Para que este nível de atenção atinja verdadeiramente seus propósitos, deve estar articulado a variáveis do meio físico e social no qual as pessoas vivem e trabalham, e não somente focar o objeto imediato de ausência de doença.

A busca por esta articulação rompe com a compreensão predominante por muito tempo, segundo a qual saúde era sinônimo de ausência de doenças físicas e mentais, determinando aos serviços de saúde privilegiar na sua organização a atenção médica curativa (ANDRADE et al, 2017).

Essas definições apontam para a complexidade do tema, que demanda considerar a necessidade de ações intersetoriais e interdisciplinares no sentido de criar condições de vida saudáveis. A garantia à saúde transcende, portanto, a esfera das atividades clínico-assistenciais, trazendo a necessidade de construção de novos conceitos que possam abranger amplamente o processo saúde-doença (GIOVANELLA, 2018).

Nesse sentido, o SUS, como política de Estado pela melhoria da qualidade de vida e pela afirmação do direito à vida e à saúde, dialoga com as reflexões e os movimentos no âmbito da promoção da saúde.

4

Para desenvolver a atenção integral à saúde do usuário o trabalho interdisciplinar se torna uma real necessidade do profissional de saúde. O conhecimento e a prática interdisciplinares surgem como alternativas de se promover a inter-relação entre as diferentes áreas de conhecimento, entre os profissionais e entre eles o senso comum, relacionando-se ao pensamento divergente que requer criatividade e flexibilidade, princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência e da compreensão de seus limites (BRASIL, 2006).

O saber interdisciplinar propicia ao profissional uma visão que transcenda a especificidade do seu saber, e sua atuação se torna ampla e contextualizada, possibilitando a compreensão das implicações sociais de sua prática para que esta possa se tornar realmente um produto coletivo e eficaz.



Através do princípio da integralidade, portanto, o SUS abre portas para novos atores nas equipes de saúde, para cuidar da saúde de forma integral, tornando-se imprescindível que, no primeiro nível de atenção, haja equipes interdisciplinares que desenvolvam ações intersetoriais. E o profissional psicólogo, nesse contexto, oferece uma grande contribuição na compreensão contextualizada e integral do indivíduo, das famílias e da comunidade (OLIVEIRA et al, 2013).

O psicólogo é responsável por uma gama bastante ampla de atividades, as quais incluem o estudo e avaliação do desenvolvimento emocional e dos processos mentais e sociais dos indivíduos, grupos e instituições, o diagnóstico e avaliação de distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social e, ainda, a coordenação de equipes e atividades da área (CBO, 2002).

Mas na Atenção Básica, ele encontra o principal desafio em transformar o paradigma de atendimento individual em uma reforma que possibilite “cuidados primários, como um conjunto de valores e princípios para orientar o desenvolvimento dos sistemas de saúde” (OMS, 2008).

## O papel do Psicólogo na Atenção Básica

O psicólogo na Atenção Básica é considerado o profissional mediador na promoção da saúde mental da população, para além do “consultório” e de sua “clínica”, ativando ações de promoção e trabalhando com a participação da comunidade (CFP, 2019).

O seu papel é crucial no que toca em provocar mudanças positivas, ou seja, como agente de mudanças, diante de situações e pessoas que se encontram em vulnerabilidade ou acometidos de uma patologia, conscientizando esta população assistida da importância de se aderir ao tratamento, formando grupos de trabalho operacionais para atender as demandas que surgem, resistências e possíveis desistências de usuários desses serviços (LEMOS; LHULLIER, 2020).

Inserir-se nesse contexto de saúde pública em políticas de prevenção, mostrando o verdadeiro papel do Psicólogo nesses espaços, não delimitando esse trabalho apenas de um contexto clínico tradicional e individualizante, mas sim de uma psicologia ampliada, trabalhando as demandas onde quer que ela esteja, na comunidade, na UBS, nos hospitais, desde que traga ao sujeito assistido uma sensação de ator principal nesse contexto de “saúde-doença” (PIRES & BRAGA, 2009).

Logo, o psicólogo inserido nesse âmbito de trabalho à saúde, trabalha com o sujeito de forma integral, intervindo no que for necessário para que o mesmo não tivesse a sua saúde física ou mental afetada, compreendendo que aquele indivíduo é uma pessoa que vive numa comunidade e nela existem contextos que fazem parte daquele sujeito e que o mesmo pode se empoderar através de intervenções e orientações realizadas pelo psicólogo junto a esse ser, se tornando uma peça importante não só por praticar uma clínica tradicional e individualizante, mas principalmente na vertente comunitária, indo onde essa comunidade e esse sujeito estão inseridos (CFP, 2019).

Os estudos apontaram a importância da sua inserção nas ESF, sendo nítido também o seu reconhecimento por outros profissionais de saúde, no que se refere à necessidade da sua presença em todos os níveis da saúde, desde o nível primário, passando pelo secundário até o nível terciário.

Sobre o papel social do psicólogo, as pesquisas trazem ainda a experiência de grupos para discussão de casos entre equipe de uma UBS, de forma a refletir sobre a importância do psicólogo nesse contexto, potencializando o entendimento sociocultural atrelado à saúde, por meio da atuação nos NASF. Por isso, reforçam a necessidade de o psicólogo ser inserido cada vez mais na APS com o intuito de efetivação da clínica ampliada por meio de matriciamento, promovendo a atuação em saúde coletiva (KLEIN, 2015).

Diante disso, pode-se pensar na importância de novas referências para a profissão do psicólogo, principalmente no que tange à prática em saúde coletiva dentro do setor público.

Sobretudo, a análise dos artigos mostra que esse fazer pautado no social exige um posicionamento que necessita ser construído desde a formação dos profissionais, pois esse olhar só é possível diante de uma desconstrução do saber. O psicólogo deve estar disponível para aprender e entender diferentes realidades, buscando intervenções adequadas e co-responsabilizando os demais envolvidos.

5

## Desafios da psicologia na APS

Muitos são os fatores que interagem recursivamente para a atual situação da Psicologia na saúde coletiva, ainda seja considerada indefinida e insatisfatória, sobretudo na APS. Um dos fatores mais debatidos refere-se à formação dos psicólogos e dos demais profissionais de saúde (ALEXANDRE; ROMANGNOLI, 2017).

Como fatores que justificam esse despreparo, está a formação insuficiente para atuação na área pública dos profissionais ou falta de capacitações e suporte técnico efetivo para atuar nesse nível de atenção. E a necessidade de que a saúde mental pudesse incluir mais as pessoas na comunidade, no seu bem-estar familiar, e não uma coisa separada, excluída, que vem consultar, que tem sido a realidade em saúde primária nas ESF. Isso chama a atenção para a importância de um cuidado integral, sem separar saúde mental de outras áreas da saúde (CEZÁRIO, 2019).

Assim, foi constatada a necessidade de desconstrução da hegemonia do saber, para atuar de forma humanizada e contextualizada. Esse movimento de saúde coletiva é um fator complexo, que exige uma reformulação da formação dos profissionais, assim como um interesse pela humanização da equipe técnica na atenção básica.

Também foi possível perceber que o papel do psicólogo na saúde pública não está claro, nem para a legislação vigente nem para a classe profissional. Isso fragiliza a atuação desse profissional, desqualificando seu potencial principalmente no que se refere à atenção básica de saúde (BÖING, ELISANGELA E CREPALDI, MARIA, 2020).

As pesquisas apontaram que para tentar resolver essa questão, foram estabelecidas parcerias, em várias regiões do País, entre Ministério da Saúde, Universidades e Secretarias Municipais de Saúde para a criação de cursos de especialização e residências em saúde da família com o objetivo de capacitar profissionais de saúde, dentre eles o psicólogo, para o desenvolvimento de um trabalho em conformidade com o modelo da ESF (HORI; NASCIMENTO, 2014).

Mas, o que se percebe, na prática, é que os profissionais, mesmo após dois anos de formação e de treinamento específicos, como é o caso das residências multiprofissionais, se encontram em situação indefinida na UBS, pois não encontram espaço e condições para desenvolverem um trabalho condizente com o novo modelo de atenção à saúde que se pretende efetivar.

E a condição primordial que falta aos psicólogos é a de fazer parte de uma equipe de saúde interdisciplinar, e de terem a possibilidade de assumir o papel de profissionais de saúde, como os demais, e não exclusivamente o de especialistas na atenção especializada.

Frente a essa situação, embora estes cursos de formação e treinamento sejam estratégias fundamentais para a atuação dos profissionais de saúde de acordo com o novo modelo de atenção, não podem ser tomados como únicas medidas, pois a mudança de modelo é um processo complexo que envolve muitos fatores inter-relacionados (FREIRE; PICHELLI, 2013).

Há também o entrave entre o compromisso curativo e preventivo das ESF, gerando nos profissionais uma confusão diante das demandas exacerbadas. Os estudos mostraram que atualmente a demanda de ações voltadas para a “doença é muito maior do que de saúde”, não tendo muito espaço para intervenções preventivas (CINTRA; BERNARDO, 2017).

Dessa forma, em meio a essa desconstituição de papéis e compromissos, a função do psicólogo não é bem compreendida na atenção básica. O profissional não tem clareza nem há diretrizes suficientes que respaldem sua função nessa esfera. Assim, os trabalhadores e os usuários acabam esperando que o psicólogo atue em formato individual, ou ainda como um profissional “quebra-galho”, que está ali para intervir em todas essas demandas emergentes.

Mas, na realidade, o setor da saúde precisa urgentemente de cuidados que não restrinjam somente a redução do indivíduo no contexto biomédico, sendo considerados como objetos nas mãos de profissionais. O psicólogo é um profissional capacitado e habilitado para demandas além de ordem biológica, sendo na sua maioria negligenciadas pelos profissionais da equipe de saúde, como médicos, enfermeiros e odontólogos, onde eles não são capacitados para estar atuando no contexto dessa saúde mental, e principalmente estarem alocados apenas no que tange a saúde como processo de ausência de doença (SILVA, BRUSCATO, 2012).

Toda via, na visão desses profissionais ainda persiste a visão única e exclusiva da clínica tradicional e individualizante, sendo ainda visto como o profissional que apenas lida com questões de enquadramento desse sujeito e de transtornos mentais.

6

A revisão evidenciou também que os profissionais identificaram que o psicólogo é o único profissional capacitado e habilitado para estar atuando no contexto da saúde mental, sendo visto como um profissional de olhar diferenciado, capaz de perceber nuances, contextos psicológicos, que justamente estejam colocando barreiras no tratamento desse sujeito no contexto da saúde (SCHNEIDER, 2015).

Nesse contexto, formar profissionais psicólogos para atuar neste âmbito da saúde sempre foi e será um enorme desafio, pois eles devem possuir no seu bojo de atuação, ferramentas que perpassam técnicas apreendidas na academia, onde se percebe na prática uma divergência entre o que se sabe e o que realmente é para ser feito (PEREIRA; ALVES, 2017).

Portanto, a atuação do profissional psicólogo no início da sua prática no contexto das UBS, foi marcada única e exclusivamente por uma prática clínica, elitista e individualizante, trazida com um viés que foi apreendido na academia, contexto esse que não existe para os usuários que buscam assistência na atenção básica à saúde.

E por se tratar de uma prática que tem seu legado marcado pelo enquadramento do sujeito e atendimentos apenas clínicos no contexto da saúde mental, e mais nitidamente no contexto de tratar de pessoas com transtornos mentais, é que essas pesquisas identificaram que muitas pessoas ainda enxergam a Psicologia limitada a esta esfera, de loucura e clínica. Sendo necessário um trabalho muito árduo e lento para que as pessoas no geral possam compreender que a saúde mental vai além da loucura (MOTTA; CARVALHO, 2015).

Representando ainda um grande desafio aos profissionais envolvidos, e apontando a necessidade da formulação e reformulação de práticas voltadas ao coletivo. Percebe-se que a necessidade de revisão de paradigma por parte de profissionais da saúde parece não ser exclusiva da psicologia, visto que outros profissionais da equipe de saúde têm igualmente apresentado dificuldades de aplicar as diretrizes preconizadas nas políticas públicas vigentes.

A atuação profissional das diversas áreas do campo da saúde, no contexto brasileiro, é questão complexa a ser debatida, haja vista a diversidade de variáveis envolvidas, dentre as quais se destacam as mudanças nas políticas públicas de assistência à saúde e a atual caracterização dos serviços de atenção básica oferecidos à população (FIGUEIREDO, 2015).

Além disso, a presença do psicólogo na UBS quebra paradigmas, visto que existe um estereótipo do profissional psicólogo arraigado a uma visão única e exclusiva no campo da saúde mental, mais precisamente em transtorno mental. Os resultados apontaram que muitos profissionais de saúde já não percebem o psicólogo inserido somente no contexto de transtornos, mas principalmente atuando junto a estes profissionais para toda e qualquer demanda, como visitas domiciliares, escutas, acolhimento, facilitando processos e trabalhando demandas relacionadas à equipe como um todo (FAUSTO; ALMEIDA; BOUSQUAT, 2018).

Outro desafio é que é preciso sair do paradigma de atendimentos individualizados e com foco na cura de sintomas, pois quando há o profissional psicólogo inserido na atenção básica, suas intervenções acabam em atendimentos individualizados, justificados pela resistência da equipe diante de outras propostas de intervenção.

Percebe-se a necessidade de qualificar o processo de formação dos psicólogos que atuam na atenção básica, visando as intervenções coletivas e integradoras, principalmente no que se refere ao compromisso social desses profissionais diante de suas intervenções. E ampliar o entendimento dos outros profissionais sobre saúde de forma integral e investir na atuação pautada em saúde coletiva sem “distinção entre saúde e saúde mental” (ARCHANJO, 2012).

Essa transformação do modelo biomédico para uma perspectiva coletiva de se produzir saúde, principalmente na atenção básica, corresponde à principal premissa da saúde coletiva, apostando em uma prática horizontal e integrada (CAMPOS, 2013).

Isto porque esse paradigma favorece o desenvolvimento saudável da população, ao incluir a saúde mental na atenção, bem como transforma a assistência por meio das ações humanizadas. Evidenciou-se que o objetivo do psicólogo que atua na atenção básica de saúde é a proposição de intervenções coletivas e integradas na busca de uma comunidade mais autônoma e consciente, evitando uma assistência curativa em saúde fundamentada na medicalização.

Portanto, com o profissional de psicologia inserido na atenção básica, também são afetados os modos de atuação dos demais profissionais, ampliando o entendimento sobre saúde, diminuindo estigmas e mediando as relações com o usuário e entre as equipes. Mas, para se alcançar os objetivos mencionados, é necessária uma revisão das diretrizes que fundamentam as práticas do psicólogo na atenção básica.

Com o psicólogo atuando nas equipes NASF-AB de forma direcionada ao apoio técnico no território, é possível, com uso de diálogos, capacitações e apoio ao profissional de saúde em intervenções complexas, dar suporte e promover ações em saúde coletiva, além de auxiliar na humanização do atendimento, com a promoção de uma escuta qualificada e criação de vínculo profissional, facilitando a adesão do usuário aos tratamentos.

Dessa forma, direciona-se para ações em saúde coletiva por meio da clínica ampliada, como preveem as normativas do SUS, de forma a gerar menos gastos desnecessários com a saúde pública, levando em consideração a diminuição de medicalização e menores índices de adoecimento.



## CONCLUSÃO

O estudo mostrou que os psicólogos têm o desafio de trabalhar em equipe e nas práticas de saúde coletiva, considerado peça fundamental no processo de promoção, proteção e recuperação da saúde, locados na atenção primária à saúde. O profissional psicólogo não está diretamente inserido na equipe da ESF, mas, em contrapartida, ele dá subsídios através do NASF-AB, assim, juntamente com outros profissionais dessa equipe, atuam com o objetivo de ampliar o escopo da atenção primária, inserindo-se nesse contexto para promover uma saúde integral, na promoção, proteção e recuperação da saúde.

A revisão apontou diversas dificuldades enfrentadas pelo psicólogo na APS, mas o mais desafiador é romper com o paradigma do modelo biomédico, ainda enraizado nas ações desenvolvidas pela atenção básica, como um fator que dificulta o processo de intervenções coletivas em saúde. Nessa perspectiva exige que a atenção à saúde tenha um caráter multiprofissional e interdisciplinar.

Nesse contexto foi compreendido que o trabalho do psicólogo pode ser inserido na UBS de forma contextualizada, sendo compreendido o sujeito e sua demanda de acordo com a sua realidade, construindo e constituindo esse sujeito como ator principal nesse processo, fazendo com que esse indivíduo possa compartilhar valores e crenças a respeito do fator saúde de forma integral, problematizando, orientando e facilitando esse processo na sua demanda específica.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marta de Lima; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Prática do Psicólogo na Atenção Básica – SUS: conexões com a clínica no território. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, pp. 284-299, dez. 2017.

ANDRADE, LOM. et al. Atenção primária à saúde e estratégia de saúde da família. In: Campos, G.W.S et al. **Tratado de saúde coletiva**. Atenção primária à saúde e estratégia de saúde da família. 2. ed. Ver. Aum. São Paulo: Hucitec, 2012.

ARCHANJO, A. M. & SCHRAIBER, L. B. (2012). A atuação dos psicólogos em unidades básicas de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, 21, 351-363. doi: 10.1590/S010412902012000200009

BÖING, ELISANGELA E CREPALDI, MARIA APARECIDA. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2010, v. 30, n. 3 [Acessado 13 nov. 2022], p. 634-649.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica 39: Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf). Acesso: 02 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no. 2.436** de 21 de setembro de 2017. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 09 de abril de 2021

CEZÁRIO, Paula Frassinetti Oliveira et al. A Inserção do Psicólogo na Atenção Básica: A Visão dos Profissionais de Saúde / The Psychologist's Insertion in Primary Care: The Health Professionals' View. ID online. **Revista de psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 47, p. 607-623, out. 2019. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2057>. Acesso em: 13 nov. 2022.

8

CINTRA, M. S., & BERNARDO, M. H. (2017). Atuação do psicólogo na atenção básica do SUS e a psicologia social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 37(4),883-896. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000832017>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência Técnica para Atuação das Psicólogas (os) na Atenção Básica à Saúde**. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/11/RT-Aten%C3%A7%C3%A3o-B%C3%A1sica-2019.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021

DEMARZO, Marcelo Marcos Piva. **Reorganização dos Sistemas de Saúde: Promoção da Saúde e Atenção Primária à Saúde**. Disponível em: [https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/1/modulo\\_politico\\_gestor/Unidade\\_3.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_3.pdf). Acesso em: 02 abr. 2021



FAUSTO, M. C. R.; ALMEIDA, P. F.; BOUSQUAT, A. Organização da Atenção Primária à Saúde no Brasil e os Desafios para a Integração em Redes de Atenção. In: MENDONÇA, M. H. M (Org). **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. p. 51-72.

FIGUEIREDO, L. C. M. Os lugares da Psicologia. In: FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. 8. ed. Editora Vozes, p. 32-56, 2015.

FREIRE, F. M. S.; PICHELLI, A. A. W. S. (2013). O psicólogo apoiador matricial: Percepções e práticas na atenção básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(1),162-173. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100013>

GIOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? **Cadernos de Saúde Pública** [Internet]. 2018 [cited 2022 May 31]; 34. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029818>

HORI, A. A., & NASCIMENTO, A. D. F. 2014. O Projeto Terapêutico Singular e as práticas de saúde mental nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em Guarulhos (SP), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(8),3561-3571.

KLEIN, Ana Paula. **Matriciamento na atenção primária à saúde: o trabalho do psicólogo no NASF** no Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03022016\\_144719/publico/AnaPaulaKlein.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03022016_144719/publico/AnaPaulaKlein.pdf) . Acesso em: 09 abr. 2021

LEMOS, Vanessa Santos; LHULLIER, Cristina. A Psicologia na atenção básica e a saúde coletiva. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 3, p. 177-188, set. 2020. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2020000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000300012&lng=pt&nrm=iso). acessos em 13 nov. 2022

MOTTA, A. C.; CARVALHO, W. M. E. Psicologia e Políticas Públicas em Saúde: a psicologia no SUS - reconhecer potencialidades e aprimorar competências. In: POLEJACK, L. et al. (Org.). **Psicologia e Políticas Públicas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 77-95.

OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos et al. Atributos essenciais da Atenção Primária e a Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2013, v. 66, n. spe [acessado 3 nov. 2022], p. 158-164.

PIRES, Ana Paula Tolentino; BRAGA, Tônia Moron Saes. **O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a13.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

PEREIRA, C. R.; ALVES, A. F. A atuação do psicólogo nas equipes de Núcleos de Apoio à saúde da família. **Psicologia em Debate**, v. 3, n. 1, nov, 2017.

Revisão Sistemática: Aprenda de uma vez sobre esse processo. **Doityteam**, 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/blog/revisao-sistemica-aprenda-de-uma-vez-sobre-esse-processo/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022

RONZANI, Telmo Mota; RODRIGUES, Marisa Consenza. **O psicólogo na atenção primária à saúde: contribuições, desafios e redirecionamentos**. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100012). Acesso em: 02 abr. 2021

SILVA, A. C.; BRUSCATO, W. L. A educação continuada para o psicólogo da saúde. In: BRUSCATO, W. L.; FREGONESE, A. A.; BRAGA, A. P. S. et al. (Org.). **A psicologia na saúde: da atenção primária à alta complexidade**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, 2012. p.365-384.

SCHNEIDER, D. R. Da saúde mental à atenção psicossocial: trajetórias da prevenção e da promoção de saúde. In: MURTA, S. G. et. al. (Org.). **Prevenção e Promoção em saúde 58 mental: fundamentos, planejamento e Estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo: Sinopsys, p.34-53, 2015.

9

STARFIELD B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Ministério da Saúde, 2002. 726 p.

SOUSA, Gleyciane Maria de; SANTOS, Marcieli Sales dos; ROMÃO, Michelli Nascimento. **Possibilidades de atuação de profissionais da Psicologia nas Unidades Básicas de Saúde**. Disponível em: <http://integracion-academica.org/32-volumen-8-numero-22-2020/265-possibilidade-de-atuacao-do-profissional-de-psicologia-nas-unidades-basicas-de-saude>. Acesso em: 02 abr. 2021

# Os desafios das práticas pedagógicas diante da alfabetização e letramento na educação infantil<sup>1</sup>

*The challenges of pedagogical practices in the face of literacy and literacy in early childhood education<sup>2</sup>*

Dayana Silva Almeida Moraes dos Santos  
Tatiana Aguiar Souza

Submetido em: 19/01/2023  
Aprovado em: 19/01/2023  
Publicado em: 20/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.471

## RESUMO

O presente trabalho tem objetivo esclarecer o que é alfabetização e quais as formas de o aluno adquirir conhecimento adequado para seu crescimento. Contextualizar as sequências didáticas de modo a torná-las mais significativa e compreensível para as crianças abordagem metodológica utilizada foi de pesquisa bibliográfica, sendo a principal procedimento a análise descritiva. Destacando o letramento como uma prática pedagógica a ser realizada de modo lúdico, e enfatizado que o processo de alfabetização seja para priorizar ações que oportunizar o acesso realizado deste trabalho, e fundamental que ocorra a participação ativa nas atividades propostas com foco em situações motivadoras e estimulantes que venha favorecer o desenvolvimento cognitivo e pessoal. A perspectiva na educação infantil deve assim ser concebida desde o momento em que o aluno ingressa na escola, o professor é essencial para o desenvolvimento na função psicológica superiores do alunado. Os Desafios da Educação Inclusiva sob um novo olhar. Para isso foi feito uma explanação do papel da escola, papel da família e papel do professor, praticas pedagógicas na educação infantil, projeto político pedagógico como base da pratica pedagógica e prática pedagógica mente e corpo. Observamos algumas pratica pedagógica dentre eles: Pratica pedagógica Romântica, Cognitiva e a Crítica. Pois é a partir do reconhecimento de mudanças desses três pontos é que se garante a inclusão do aluno e a formação para que a sociedade reconheça as diferenças sem discriminação e preconceito.

**Palavras-chave:** educação infantil. pratica pedagógica. professor. criança. Alfabetização.

## ABSTRACT

The present work aims to clarify what literacy is and what are the ways for the student to acquire adequate knowledge for their growth. Contextualize the didactic sequences in order to make them more meaningful and understandable for children. The methodological approach used was bibliographic research, the main procedure being the descriptive analysis. Emphasizing literacy as a pedagogical practice to be carried out in a playful way, and emphasizing that the literacy process is to prioritize actions that provide access to this work, and it is essential that active participation occurs in the proposed activities with a focus on motivating and stimulating situations that favors cognitive and personal development. The perspective in early childhood education must therefore be conceived from the moment the student enters school, the teacher is essential for the development in the higher psychological function of the student. The Challenges of Inclusive Education under a new look. For this, an explanation was made of the role of the school, the role of the family and the role of the teacher, pedagogical practices in early childhood education, political pedagogical project as the basis of pedagogical practice and pedagogical practice mind and body. We observed some pedagogical practices among them: Romantic, Cognitive and Critical pedagogical practice. Because it is from the recognition of changes in these three points that the inclusion of the student and training is ensured so that society recognizes differences without discrimination and prejudice.

**Keywords:** early childhood education. pedagogical practice. teacher. kid. Literacy.

## 1 INTRODUÇÃO

1

Ao se refletir sobre educação infantil faz-se necessário discutimos a ideia de infância. Não podemos negar a condição da criança como sujeito histórico e social. O conceito de infância não pode ser entendido apenas como um período da vida do indivíduo e sim como uma construção histórica, tendo em vista que passou e continua passando por concepções diferentes, sofrendo alterações de acordo com cada momento histórico.

1 Este artigo foi apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, campus Pedra Branca do Amapari, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia. Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos.

2 This article was presented to the Degree Course in Pedagogy -EaD of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá - IFAP, Pedra Branca do Amapari campus, as a partial requirement for obtaining the degree of Degree in Pedagogy. Advisor Prof. Dr. Sandra Maria Nascimento de Mattos.

Esta pesquisa tem como objetivo trabalhar os desafios das práticas pedagógicas diante da alfabetização e o letramento na educação infantil como uma jornada de mão dupla, este estudo em específico, procura adquirir a língua escrita, baseada no conhecimento do alfabetizar, não é suficiente o aluno na educação infantil apenas aprender ler simplesmente ou decodificar as letras.

É fundamental que o aluno saiba ler as letras, mas, é necessário que esse aluno saiba fazer a leitura do mundo que está ao seu redor, exercendo atividades sociais de leitura e escrita que a sociedade em geral exige do cidadão, saber ler é ver o mundo de uma forma bem ampla ou abrangente com os olhos de alguém que vai além da escrita, com olhos daquilo que está lendo seja vivido por toda a sua vida.

A criança que inicia o seu estudo logo nas series iniciais de fato seja alfabetizada, um bom número dessas crianças, infelizmente sabem apenas ler e conhece algumas palavras de forma em geral, elas de fato só vão ampliar a sua capacidade dando continuidade nos seus estudos e com passar do tempo esse aprendizado nunca cessarão até porque sempre surgem coisas novas para aprender.

Segundo Almeida (2012) procurar diferenciar as palavras letramento e alfabetização, até porque existe uma grande diferença. Além disso, uma pessoa que conhece todas as letras ela é denominada como alfabetizada, mas, infelizmente não letrado. Até porque o letrado sabe muito bem entender o que está lendo e pode muito bem interpretar aquilo que está lendo e acaba desenvolvendo tanto a leitura como a escrita com passar do tempo.

Infelizmente a educação aqui no Brasil, sempre houve várias dificuldades quando lidar com alfabetização e letramento, a educação Brasileira precisa de um olhar mais assertivo principalmente quando se trata dos alunos que precisa tanto da aquisição desse conhecimento que seja com qualidade a partir dos professores.

Almeida (2012) relata muito bem fazendo a diferenciação da alfabetização e letramento, até porque essas duas maneiras são inseparáveis e acabam caminhando como via de mão dupla. Aliás, precisa sim conhecer os códigos da escrita, no entanto precisa dentro do letramento o desenvolvimento dessa escrita como a interpretação do mundo em que ele vive.

Para Goulart (2006) quando se trata de educação não pode perder de vista o conhecimento teórico, como também a vida como ela é, essas duas realidades precisam se interlaçar dentro da sala de aula, para que o aluno entenda melhor a sua realidade e como pode contribuir dentro do seu estilo de vida na sociedade no qual está inserido.

Hoje em dia estamos diante de uma sociedade, em que os nossos alunos chegam na Escola com vários conhecimentos e ao mesmo tempo não tendo esse conhecimento. O professor precisa fazer a leitura ampla desse contexto e utilizar as melhores formas para compartilhar esse real conhecimento aos seus alunos, usando sempre os gêneros textuais de revistas, Jornais, anúncios e outros.

Existem vários textos de literatura em geral numa temática infantil dentre eles podem encontrar nos jornais da cidade, revistas do dia a dia deles, esses exemplos é para proporcionar um aprendizado de como ler e escrever de forma correta.

O objetivo dessa pesquisa é procurar analisar a real importância da alfabetização e letramento desenvolvido nos anos iniciais, lembrando que as práticas, os métodos são importantes na aquisição desse conhecimento. Levando em consideração esse aluno que acaba não tendo os recursos necessários no aprendizado como uma boa alimentação e estrutura escolar e outros fatores.

A pesquisa está distribuída em alguns tópicos: Alfabetização e letramento; a formação dos pedagogos nos exercícios de sua profissão; a importância do pedagogo no processo de ensino e aprendizagens; Educação inclusiva direito de todos; Desafios da educação inclusive sob uma nova perspectiva, escola, família e professor e as práticas pedagógicas no contexto escolar.

Este trabalho foi pautado na reflexão dos desafios do dia a dia desses professores. Os autores que estudam o assunto como: Freire (1987); Cagliari (1992); Kishimoto (1999); Leal (2005); Goulart (2006); Soares (2004); Frade (2007); Ferreira (2011); Almeida (2012); Barbosa (2013) e outros buscando a condição necessária para interpretação e a compreensão dos abordados.

Essa monografia pretende por meio da pesquisa bibliográfica descritiva contemplar de forma sucinta, o tema abordado, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, para no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade de cada estudante no processo educativo.

## 2 ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

Nos países desenvolvidos, os hábitos sociáveis da leitura e da escrita assumiam um problema relevante no contexto de que a população embora alfabetizada, não denominava as habilidades de leitura e de escrita



necessárias para uma participação efetiva e competente nas vivências sociais e profissionais que envolvem a caligrafia.

Na metade da década de 1980 no Brasil vários pesquisadores que trabalhavam com as práticas de uso da língua escrita sentiram falta de um conceito que se referisse a esse aspecto sócio- histórico do uso da escrita associadas à palavra alfabetização.

No Brasil o movimento se deu em despertar para a importância e necessidade de habilidades para o uso competente da leitura e da escrita tem sua origem vinculada à aprendizagem inicial da escrita desenvolvendo-se basicamente a partir do questionamento da concepção de alfabetização.

Segundo Goulart (2006) relata que além da alfabetização, este conceito de tema interdisciplinar do âmbito social, cognitivo e linguístico sendo este o letramento, é uma maneira ampla que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita de forma deliberada nas situações sociais.

Letramento é a palavra e conceito recente, introduzido na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível da aprendizagem perseguido, tradicionalmente, pelo meio de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 20).

O novo assunto de pesquisa sendo essas os hábitos sociais refletiam as transformações nas práticas letradas tanto dentro ou fora da escola, houve a demanda de reconhecer e nomear hábitos sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas de ler e de escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita.

O termo letramento se deu por caminhos diferentes daqueles que explicam a invenção do termo em outros países, no Brasil a discussão do letramento aparece sempre enraizada na concepção de alfabetização, em que os dois métodos devem caminhar juntos.

Essa nova palavra o Letramento veio para designar essa nova dimensão da entrada no mundo da escrita, que se constitui de um conjunto de conhecimentos, o letramento abrange o desenvolvimento e a utilização dos sistemas de leitura e escrita na sociedade, desse modo, se refere as várias práticas, que vem modificando a sociedade. (ALMEIDA, 2012, p.5).

Vygotsky (2007) a entrada da criança no universo da alfabetização se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever; precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades apropriar-se do hábito do sistema de escrita.

Para Frade (2007) Assim as alterações na concepção de alfabetização nos censos demográficos ao longo das décadas permitiam identificar uma progressiva extensão dessa definição. A partir da conceituação de alfabetização que vigorou até o censo de 1990, aquele que declara o saber ler e escrever, sendo aquele que exerce a prática de leitura e escrita ainda que trivial.

Segundo a autora Almeida (2012) Nas séries iniciais, a criança, sem ser alfabetizada, é apropriada em funções e no uso da língua escrita, essas são crianças letradas sem serem alfabetizadas. Pode-se letrar antes de alfabetizar ou o contrário, essa compreensão é o grande problema das salas de aula e explica o fracasso do sistema de alfabetização na progressão continuada.

Deve haver uma especificidade, aprendizagem sistemática sequencial, de aprender, não é possível ensinar a ler e escrever, ou qualquer coisa em educação, sem um método. O letramento não é só de responsabilidade do professor de língua portuguesa ou dessa área, mas de todos os educadores que trabalham, cada educador, é responsável pelo letramento em suas diferentes áreas de estudo.

Como bem disse: “O letramento, é o uso que se faz da língua escrita com toda sua complexidade, em capacidades sociais de leitura e escrita, é aquele cidadão que sabe fazer a leitura e a escrita, e que usa socialmente e atende devidamente às demandas sociais”. (SOARES, 2004, p 39). Pode ser considerado letrado mesmo quem não seja alfabetizado, na medida em que ao participar de contextos de letramento utiliza estratégias próprias dos conhecimentos construídos sobre a língua que se escreve, mesmo sem saber ler e escrever conhece a estrutura da língua escrita.

3

Frade (2007) comenta para que uma criança entre no mundo da escrita, é necessário passar por dois processos interdependentes, e indissociáveis, a aquisição do sistema convencional de escrita, sendo esse a alfabetização e pelo avanço de capacidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nos usos sociais que envolvem a língua escrita sendo essa o letramento.

O letramento é conhecido como um estudo de quem exerce padrões sociais de leitura e escrita de quem participa de eventos em que a escrita é integrante nas normas de interpretações, interações, atitudes e competências discursivas e cognitivas que traz um diferenciado estado de inserção em uma sociedade letrada.



Desse modo, essa pesquisa relata uma ampla compreensão da importância de o educador trabalhar com as práticas de letramento, sendo estas práticas de leitura e escrita, a qual é necessária para entender a ação educativa de desenvolvimento do seu uso, para ir além do apenas ensinar ler e escrever.

Soares (2011) relatar com muito propriedade que o cidadão que consegue fazer uma leitura e escrever o texto que adquiriu habilidade dos códigos e sabe como usá-lo ou seja quando se fala de domínio de recursos para realizar a escrita e as novas formas de assimilação e interpretação de forma em geral

Ferreiro (2001) saber ler e escrever vai além do código, é assumir a responsabilidade no seu uso diário, com a capacidade de fazer leitura de vários gêneros textuais apropriando de uma cultura no qual estava no papel ou no imaginário e possibilitando uma sociologia crítica diante da leitura.

Freire (1987) vai além de alguns autores, que a leitura não é propriamente apenas uma leitura ou o código escrito, mas, numa leitura crítica. Freire abraçava a concepção que o indivíduo aprende a fazer a leitura avaliação do mundo no qual ele está inserido muito antes de aprender a ler e escrever. Sendo assim, a leitura abrange do cosmos atua na leitura das palavras.

Afinal, ser alfabetizado não é aquele cidadão que tem capacidade de unir as letras para formar as palavras ou juntas as sílabas para formar as orações para dar corpo ao texto, no entanto o alfabetizado é também aquele que saber identificar o que está lendo e procura entender ou seja esse conceito parece não ser tão simplório como as pessoas imaginam.

Goulart (2006) os professores precisam entender que as crianças que estão estudando na escola, estão sendo alfabetizada essa é a proposta inicial de cada escola, no entanto, essas crianças vão sendo trabalhadas para serem amantes dos livros e totalmente voltada para expansão da educação tanto na leitura e como na escrita

Quando se fala de alfabetização não é simplesmente aprender ou ensinar a língua materna, não pode ser algo automático, mas, precisa fazer o uso correto da forma de ler e escrever conforme aprende na escola

Soares (2011) enfatiza esse processo de letramento e alfabetização é algo complexo e existem várias variáveis que explicam todo esse meio de como ensinar no qual tem estudado por vários pesquisadores. Ele bem explica que o aluno precisa ser alfabetizado e letrado ao mesmo tempo, ajudando o aluno a aprender a ler e a escrever, mas, não esquecendo que o professor precisa ajudar a criança a entender o que está lendo para ampliação do conhecimento como para o enriquecimento do vocabulário.

Ferreiro (2001) comenta que os professores precisam aproveitar esses alunos no contexto escolar ao ensinar ler e escrever, como também o letramento não pode ficar de fora, como bem disse alguns autores citado nessa pesquisa não de forma automática, mas, espontâneo. Existem várias pesquisas sobre a temática da alfabetização e letramento, essas pesquisas tem ajudado os professores de rever a sua metodologia na forma de ensinar os seus alunos.

Para Vygotsky (2007) a criança precisa e deve inter-relacionar-se de forma consistente e contínuo com a finalidade sempre social da escrita e dos textos importantes que desperte o desejo de buscar mais ouvir essas histórias que incentiva o conhecimento da interpretação e da imaginação.

Soares (2011) enfatizar nas suas pesquisas que alfabetização e letramento devem caminhar juntos apesar do significado ser bastante diferente, mas, é necessário trabalhar essas duas temáticas. Ambos têm o caminho diferente nesse processo, mas, a teoria precisa ser contextualizada sempre na vida do aluno para vivência.

Ferreiro (2001) comenta que letramento é levar o aluno que está iniciando a sua vida estudantil o hábito de ler essa leitura é intencional em busca de aprendizado, de informações, conhecimento, de interação, de interesse desde de pequenas histórias como também de outras fontes de informações recorrente

Frade (2007) continua na ampliação desse conceito dizendo que essa leitura deve ser constante e precisa ser emocional para que haja envolvimento naquilo que os autores estão desenvolvendo na sua escrita com os personagens. O letramento vai proporcionar o mundo além da sua imaginação, onde consegue ir em vários lugares sem sair do seu lugar, só a leitura interpretativa ou intencional no qual você deseja aprender e entender a leitura, vai proporcionar você para essa viagem sem fim.

Freire (1987) toda essa jornada de letramento não compete apenas na sala de aula, os professores precisam despertar nos alunos que o aprendizado é constante e a todo momento você sempre será o aprendiz. A vida é uma escola onde em constante aprendizado e múltiplas formas de adquirir esse conhecimento que vai permear por toda a vida.

## 2.1 A FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS NO EXERCÍCIO DA SUA PROFISSÃO

Quando se fala de formação de professores para o exercício da sua função na Educação Básica, precisa levar em consideração a sua formação acadêmica. Os cursos de licenciaturas habilitam o profissional atuarem dentro da sala de aula até o Ensino Médio, mas, o curso de pedagogia habilita os profissionais atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para Silva (2018) o profissional com formação em pedagogia pode exercer várias funções em que o conhecimento pedagógico for necessário, até porque é o profissional na área da educação e sempre será chamado de professor. O professor pedagogo tem capacidade de exercer a sua profissão na Educação Infantil 1º a 5º ano, ou seja, no Ensino Fundamental.

Conselho Nacional de Educação Conselho pleno Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Venho então destaca pelo menos dois dessas diretrizes abaixo:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Silva (2018) a realidade que ação pedagógica precisa ter como objetivo alfabetizar todos os alunos matriculados, precisa rever essas ações ou práticas pedagógicas. Mas, o aluno é o foco principal no ensino e aprendizagem, existem alguns alunos com certas dificuldades no aprendizado e por essa razão e outras precisa de novos métodos para alcançar esses alunos.

Silva (2018) continua afirmando que cada aluno tem o potencial e como professor não podemos abandonar esse aluno, assim é necessário sempre fazer uma reflexão a respeito da formação desse professor quando ele deixa a desejar na sua atuação como profissional. Essa formação corriqueira acaba comprometendo a sua preparação e isso, acabará comprometendo o ensino para o aluno da educação básica.

Para Ferreira (2001) precisamos repensar em várias formas que possibilite o professor atuar com excelência na alfabetização dos seus alunos, a escola tem a sua contra partida para auxiliar o professor nessa tarefa, as reuniões pedagógicas, formação continuada desses professores vai contribuir para a sua maior tarefa que é alfabetização e letramento.

Segundo Leal (2005) existem alguns saberes que são fundamentais para o professor, dentre eles. As percepções do letramento e alfabetização; Saber a escrita alfabética; gênero textual; as variáveis do qual o aluno pode procurar saber; estratégias na elaboração e execução do seu plano de aula; quais as ações pedagógicas que professor vai usar dentro da sala de aula e entre outros.

A preparação desse professor precisa ampliar a sua capacidade de conhecimento sobre essas maneiras de como você vai direcionar os alunos aprender a e escrever, as formas de intervenção e métodos que vão ajudar o profissional no seu dia a dia na sala de aula. Até porque existem vários estudos que as crianças tem forma de aprender diferente e acaba apresentado esse conhecimento muito abaixo do esperado na sala de aula.

Silva (2018) o professor que passa por essa formação acadêmica, estará sempre capacitado para o desafio, apesar de ser constante, mas, uma boa parte desses alunos vão corresponder o seu aprendizado. Apesar de alguns alunos não corresponderem devido as dificuldades desses alunos, cabe o professor não desistir e procurar novas formas de ensino para alcançar o máximo de alunos possível.

Para Cruz e Haubrich (2016) A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação do profissional, como também essa mesma formação é direito de todos os professores, conquista e direito da população por uma escola pública de qualidade para todos.

Com relação ao trabalho educativo com crianças pequenas, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), apresenta a necessidade da promoção de práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança.

As autoras Cruz e Haubrich (2016) Este processo de reflexão e autoavaliação, o qual acontece em diferentes tempos e espaços, precisa ser contínuo e coerente com a ação educativa que se pretende implementar. A formação se constrói por meio de reflexão crítica sobre as práticas e não por acúmulo de cursos, conhecimentos ou técnicas, a formação deve oportunizar aos professores meios para um pensamento autônomo, dinâmico e de auto formação.

Para Barbosa (2013), a Educação Infantil fundamenta-se no binômio educar/cuidar e conseqüentemente, a formação de seus profissionais também deve pautar-se nele. O cuidar e o educar são ações indissociáveis no processo educacional da criança pequena e está especificidade exige uma formação diferenciada da qual é dada a outros níveis de ensino.

O papel dos professores de crianças pequenas difere em alguns aspectos dos demais professores o que configura uma profissionalidade específica do trabalho docente na educação desta etapa. Esta singularidade docente deriva das próprias características da criança, das características dos contextos de trabalho dos educadores e das características do processo e das tarefas desempenhadas por elas. (CRUZ; HAUBRICH, 2016, p.5)

Diante das especificidades do trabalho docente, a formação continua desempenha um papel fundamental na preparação de um repertório de saberes para a atuação do professor na Educação Infantil, sendo esse, um processo que proporciona ao profissional construir saberes e formas que lhe possibilitem produzir a própria existência e a partir da profissão, onde os saberes são componentes da identidade profissional.

## 2.2 O LÚDICO NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Voltando um pouco na história podemos constatar que o jogo é uma criação humana, tanto quanto a linguagem e a escrita. O homem joga para encontrar respostas às suas dúvidas, para se divertir e para interagir com seus semelhantes. Por esse motivo pode-se dizer que existe no próprio jogo algo mais importante do que a simples diversão e interação, como muitos educadores ainda veem.

A nossa sociedade não aprecia, não sustenta as atividades lúdicas infantis, pois aos olhos dos adultos, as mesmas só são consideradas produtivas quando tem um enfoque esportivo, de dança, etc. Às vezes, por serem vistas como perigosos, violentos, agressivos, monótonos, improdutivos, fúteis, repetitivos e não oportunos, muitos tipos de jogos são descartados.

Somente quando a criança perceber que sua atividade é aceita pelo adulto, a pessoa por quem sente amor, terá coragem de se aventurar-se na exploração de seu mundo interno e a expressar, sem medo de ser julgada, a ampla gama de sentimentos e de emoções que a perpassam (BRENELLI, 1996, p. 78).

Contudo, Matos (2003), considera, como muito importante, a atitude empática do adulto, a qual o sintetizará com o registro emotivo infantil, oferecendo assim, um espaço e um sustento adequado às atividades lúdicas.

Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver forma de consciência social e permitir o prazer de brincar. Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, a brincadeira tradicional infantil garante a presença do lúdico, na situação imaginária (KISHIMOTO, 1999, p. 33).

Nesse contexto, a atitude do professor possui grande valor, pois ele pode dirigir suas atividades priorizando o lúdico ou negando-lhe o espaço, o que o faz negar, de certa forma, as “possibilidades” de pleno desenvolvimento do seu aluno. Sendo assim, faz-se necessário que a escola trabalhe com a diversidade cultural de seus alunos, valorizando a pluralidade, o movimento e a corporeidade, evitando, conseqüentemente, a linearidade, a passividade, a homogeneidade.

Santos (1997) em sua obra “O lúdico na Formação do Educador”, vem retificar, que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão, pois o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colaborando assim, para que se adquira uma maior facilidade nos processos de socialização, expressão e construção do conhecimento.

A importância dos educadores „mergulharem” no universo da criança para melhor compreendê-la, chegar sempre mais perto de suas necessidades e ainda, entender que as atividades e experiências alternativas promovem a aprendizagem da criança através do brincar, para tanto é necessário uma mudança, no que se refere à atitude do professor frente à essa situação de ensino e aprendizagem, pois parecem não estarem convencidos de que os jogos são fator de ativação e construção das relações humanas, contribuindo assim para o desenvolvimento da comunicação dos alunos entre si e entre os próprios docentes (BOMTEMPO, 1999, p. 63-64).

Segundo a visão de Moreno (2009 p. 65), “o simples dividir da experiência lúdica entre adultos e crianças faria praticamente desaparecer a relação de poder existente entre eles”. Nada será feito em favor do brincar, se os professores não se interessarem por ele; observar as crianças no decorrer de seus brinquedos e jogos é um dos melhores meios de conhecê-las. Enriquece e exige uma formação psicológica dos professores.

Participar dos jogos dos alunos pode instaurar uma relação autêntica com eles; à competência profissional é preciso acrescentar o entusiasmo, a criatividade, a alegria de viver, a aptidão para as relações humanas e a abertura de espírito, complementados pela formação contínua.



Wajskop (1996), também expressa sua preocupação quanto a formação do adulto que se ocupa da criança, pois ela acredita que o relacionamento com o brincar infantil dependerá da interpretação que ele faz da criança e de sua atividade lúdica.

Como resposta a muitas indagações feitas sobre a brincadeira infantil, em algumas brinquedotecas brasileiras e europeias, vêm sendo ofertado formação permanente de serviço para grupos de educadores e professores de diversas instituições, a fim de que os mesmos aprendam a observar as crianças.

Ao referir-se aos cursos específicos de segundo grau e de pedagogia Wajskop, (1989) faz uma crítica dizendo que ainda se preocupam muito com a teoria sobre o brincar infantil e pouco estabelecem relações entre a prática educacional e crianças reais.

O profissional que recebe esse tipo de formação geralmente, no seu cotidiano, encara a brincadeira de duas maneiras, em alguns momentos acredita não ter nada para fazer frente a ela e, em outros, aproveita-a de forma estritamente didática, transformando assim, o jogo livre em exercício motor.

Essa mesma autora, reforça esse pensamento quando fala sobre profissionais de creches, que por falta de cursos profissionalizantes, relacionam-se com as crianças de forma lúdica, de maneira puramente intuitiva não dando assim a possibilidade deles enriquecerem suas ações junto aos pequenos.

Wajskop (1996). ao considerar o jogo como uma atividade cultural, diz que o mesmo estabelece uma relação contraditória com seu repertório de origem, pois ao mesmo tempo em que ele tenta reproduzir o mundo do adulto (imitação), tente, também, superá-lo (imaginação). Portanto a criança interage constantemente na brincadeira com o adulto, o objeto, com outra criança e consigo mesma

Matos (2013, p.133) reforça esta linha de pensamento quando diz que, “quanto mais o educador vivenciar a ludicidade, maior será o seu conhecimento e a chance de se tornar um profissional competente, trabalhando com a criança de forma prazerosa estimulando a construção do conhecimento”.

Quando o educador vivencia experiências lúdicas o cotidiano pedagógico torna-se mais rico, pois ele solta sua imaginação estimulando suas capacidades, torna-se mais espontâneo, tem mais iniciativa, enfrenta desafios, modifica regras, torna-se mais confiante de si mesmo e assim facilita a integração com os educandos (SARAIVA, 2016, p. 90).

Diante de tudo que foi colocado, até o presente momento, constata-se a necessidade de oferecer, através de cursos de capacitação, subsídio que venham ser suporte aos profissionais que já atuam e que ainda não tem a consciência do papel da ludicidade no desenvolvimento da criança e de seu papel como mediador desse processo.

Se a ludicidade é tão importante na elaboração das situações vigentes das crianças, se contribui fundamentalmente no seu desenvolvimento cultural, social e intelectual, qual seria a postura adequada do educador? De que formação precisa, visto que muitos não tiveram a oportunidade de desenvolver este aspecto?

Pensando ainda na formação profissional desse educador, também Wajskop (1996), apresenta uma proposta de trabalho em grupo com educadores que partilham dos mesmos interesses. Tal trabalho exigirá encontros frequentes, constantes e um longo período de acompanhamento das atividades com as crianças, pois só assim, conseguirão inserir como coprodutores do conhecimento do grupo.

Tudo isso deve ser registrado, para que mais tarde, possa servir de apoio para outros colegas. As leituras afins em livros e revistas serão de grande enriquecimento para desenvolvimento do trabalho.

Este pensamento é enriquecido por Matos (2013, p.87), quando diz que “uma das formas de repensar a formação dos educadores é introduzir nos cursos de formação uma base e uma estrutura curricular: a formação lúdica”.

Todavia, o adulto que volta a brincar não se torna criança, apenas convive, revive e resgata com prazer a alegria de brincar, a oportunidade de conhecer-se como pessoa e de fazer descobertas de suas limitações e possibilidades.

## 2.3 A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO ENSINO E APRENDIZAGEM

7

Segundo Clagliari (1992) trata desse assunto com muita facilidade, quando discorre dizendo que o ensinamento é algo coletivo, e quem passar essas informações acha por bem importantes no processo de ensino. Agora aprender é um ato bem pessoal, até porque cada aluno tem o seu ritmo de aprendizado e suas dificuldades de todas as esferas desde familiar até física.

Na atualidade não cabe a imagem do professor como tendo todo o conhecimento, e o aluno apenas o receptor desse conhecimento. Até porque para Libâneo (2004) ele compartilhar que o ensino dever ser de fato a procura do entendimento, compreensão daquilo que que esta sendo compartilhado entre os alunos. O aluno



precisa de fato ter a autonomia do seu aprendizado o professor apenas abre as portas e direciona.

Maruyama (2007) afirma que o conhecimento é o processo duradouro. Os motivos vão influenciar no progresso e na ampliação do conhecimento. A vontade de estudar não é tão simples como imagina, até porque esse surgimento vai acontecendo espontaneamente, até porque tudo aquilo que vai acontecendo por obrigação não gera entusiasmo.

Agora, esse professor tem a oportunidade de despertar a buscar pelo conhecimento e acompanhar essas descobertas, gerando no coração dos mesmos essa vontade de sempre aprender e compartilhar o que aprendeu aplicando na sua vida e nos demais.

Mizukami (1986) toda resposta pronta sem questionamento pode limitar a busca pela verdade e pelo conhecimento. A rotina nos levar a ficar na zona de conforto. Até porque não procuramos soluções em prol dos problemas, haja vista, que sem problemas não tem resposta. Precisar-se gerar esses questionamentos para poder orientar os alunos nas suas descobertas. Explorados todos os recursos na aquisição do conhecimento.

Para Neto (2007) o educador tem tido muitas dificuldades, pois hoje ele é o facilitador desse conhecimento e todas as atenções estão voltado não para o professor como era outrora, mas, sim, para os alunos que acaba recebendo atenção devida para que ele cresça como cidadão.

No entanto precisa-se fazer uma reflexão sobre essa maneira como estão sendo direcionado isso na sala de aula, o ponto de partida deve ser do professor e as diretrizes para orientar os alunos nessa jornada do saber.

Por isso que o professor precisa estar bem preparado tanto na teoria como na prática desrespeito a sua competência. Freire (1996) o verdadeiro ensino não é método tradicional como era muito comum em outrora, e sim se ajustar nesse novo formato de ensino sem perder a autoridade e respeito dos seus alunos. Sabendo que toda mudança tem os seus riscos, mas, ajustando de forma equilibrada pode sim tirar melhor proveito dessa realidade.

A mudança segundo Freire (1996) para transformar o mundo e não simplesmente se deixar levar porque qualquer vento, essa ligação entre ensino e aprendizagem vai ser excelente, pois toda descoberta ou novidades, o profissional estará preparando para lhe dar da melhor forma possível e afastar-se do ensino tradicional que permeou por muito anos no Brasil.

Para Kishimoto (2006) quando se fala de quebra de paradigma os professores acabam tendo algumas resistências, haja vista que aquilo que não conheço com profundidade gera insegurança no meio profissional, mas, a verdadeira mudança está dentro do professor que resiste apesar de concordar que é necessária essa mudança. Mas, no fundo resiste. Mas, é possível paulatinamente que essa mudança ocorra dentro de cada professor.

Superando essa dificuldade o professor vai agindo de forma natural e atuando como mediador, que ajuda e equilibra esse processo educacional. Procurando a melhor forma encontrar soluções diante das demandas e conflitos, por essa razão é muito importante o papel do professor diante dos alunos que ainda tem os mesmos como referência na sala de aula e sociedade.

Conforme Barbosa (2013) quando se trata de ensino o papel do professor não é transmitir conhecimento, cabe a ele orientar, ser o instrumento, nesse aprendizado. No entanto para que seja uma realidade é necessário ter pesquisado suficiente para desenvolver com profundidade e habilidade esse conteúdo para os alunos. Até porque o professor precisa estar sempre preparado e sempre se preparando para qualquer eventualidade dentro da sala.

Diante desse desafio a professora com domínio da sala e sua experiência acadêmica ou profissional perceberá o momento propício para compartilhar esse ensinamento. Por outro lado, o professor precisa estar sempre atento em colocar em prática a sua habilidade no planejamento e elaboração levando em conta que todo planejamento precisa ser flexível, o mais importante é o aluno no seu aprendizado.

Lopes (2006) a escola precisa proporcionar o ambiente na sala de aula que facilitar o aprendizado do aluno, existem muitos fatores que ajudam por exemplo: a iluminação, a decoração, ambiente arejado, recursos didáticos e outros. Agora, precisa levar em conta que cada criança ter o seu ritmo de aprendizado como foi dito acima. Como pedagogo precisa-se estar atento a essa realidade.

## 2.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO DE TODOS

O processo histórico de desigualdade social, que afeta diretamente a esfera cultural, social e saúde educacional, reflete posturas de segregação a grupos minoritários em nosso país. A este grupo, Moreno (2009) pontua que, com viés sociológico do termo, se identificam por um subgrupo marginalizado, apartados socialmente do contexto nacional, podendo até constituir-se em uma maioria da população brasileira, em termos quantitativos.

As minorias são caracterizadas pela posição de não dominância que desempenham no âmbito social,

verificando uma questão de superioridade da maioria frente ao poder, criando situações de desfavorecimento e vulnerabilidade relacionadas às demandas sociais que envolvem a população geral.

Nesse contexto, a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos (UNESCO, 1994), ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1948, traz um direcionamento no trabalho para a eliminação das desigualdades sociais, econômicas e sociais de grupos menos favorecidos.

Desse modo, levanta-se a discussão a respeito de políticas de ações afirmativas, que visam atenuar distâncias e oferecer igualdade de oportunidades. Com caráter de ser um conjunto de políticas públicas e privadas que visa combater a discriminação racial, religiosa, de gênero e deficiência, além de reparar os efeitos da discriminação praticada no passado, tais ações objetivam efetivar a igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e emprego.

A educação inclusiva vem ganhando cada vez mais espaço e força, edificando-se hoje, em uma campanha tanto social, quanto política, que busca garantir os direitos das pessoas com deficiência, desta forma pensar em Educação Inclusiva significa buscar reforços para incluir todos os indivíduos no processo de ensino aprendizagem, possibilitando uma educação comprometida tanto com a formação quanto a transformação do homem perante a sua realidade e seu universo.

Inserir alunos com necessidades educacionais nos mais diversos níveis de ensino independente do grau de deficiência é mais do que garantir o direito de todos à educação, é cumprir com o que está imposto na Constituição Federal do Brasil.

Numa perspectiva integradora, a educação inclusiva consiste numa concepção filosófica, buscando exaltar os valores e deveres do homem, pois é através desse processo que a sociedade busca se ajustar para incluir pessoas com necessidades especiais no meio social, em geral levando-as a seguir o seu papel de cidadão.

Inclusão, segundo a educadora Tereza Motoan, (2006, p.98) “É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção”.

Trata-se, no entanto, de acolher os mais diferentes tipos humanos que estão adentrando no processo de inclusão escolar. Mas discutir sobre o assunto, requer uma busca mais minuciosa sobre o tema, considerando a diversidade humana e o preconceito que a sociedade ainda carrega quando o assunto é diversidade.

É fato, que a diversidade humana está imposta no mundo desde a antiguidade, mas apenas a partir do século XX é que passou a ser assunto discutido pela sociedade, e apesar de ser tema frequente de discussões, ainda causa um pouco de polêmica. Atualmente, muito se fala em inclusão, mas afinal, qual o significado desta palavra? Inclusão no dicionário Aurélio online, (2020) é possível encontrar o seguinte significado para Inclusão: Ação ou efeito de incluir. / Estado de uma coisa incluída. / A etimologia da palavra inclusão vem do latim INCLUDERE, «fechar em, inserir, rodear», de IN, «em», + CLAUDERE, «fechar».

Conforme se observa, a palavra inclusão possui vários significados, porém, quando se trata de educação inclusiva, o significado é muito mais amplo. Conforme enfatiza o movimento DOWM :

A educação inclusiva é a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos. É uma educação que respeita as características de cada estudante, que oferece alternativas pedagógicas que atendem as necessidades educacionais de cada aluno. (MOVIMENTO DOWM, ESCOLA PARA TODOS, 2013).

Quando se fala em incluir, menciona-se o fato de dar espaço àqueles que por muito tempo estiveram à margem da sociedade, uma vez que, esse privilégio era dado apenas àqueles que detinham poder financeiro. Porém, quando se tratava de indivíduo que nascesse com algum problema físico, esses eram levados à morte.

Na atualidade, esse tipo de prática não é mais permitido, porém, ainda se vive em meio a uma sociedade excludente. A busca por espaço na sociedade foi muito lenta, porém, aos poucos o processo de inclusão foi sendo inserido na sociedade e nas escolas. Esse processo se deu primeiramente através da reserva de cotas que surgiu primeiramente na Austrália e depois foi inserido em outros países.

9

Já no Brasil, o direito a inclusão teve garantia oficial através da Constituição Federal de 1988. De acordo com esta Carta Magna, promulgada em 05 de outubro de 1988, com o intuito de garantir o direito à cultura, e a inclusão, a Constituição diz no art. 215 o seguinte:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização. &1:º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- brasileiras, e dos outros grupos participantes do processo civilizado nacional. &2:º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988)

A partir da década de 1990 outros olhares foram dirigidos aos portadores de necessidades especiais com a conhecida Declaração de Salamanca:

[...] que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (UNESCO, 1994. p. 8-9).

Hoje a sociedade é mais igualitária. Embora, ela ainda viva cercada de preconceito, têm-se promovido a luta pelos direitos e deveres dos cidadãos, e dessa forma, a busca por espaço para aqueles que um dia tiveram seus direitos alheios.

Por tanto, a inclusão se estende aos mais diferentes tipos humanos, dando garantias e lugar a eles na sociedade, bem como, seus direitos estudantis que lhes são reservados, respeitando assim, as características de cada um, não cabendo a eles fazer quaisquer tipos de distinções e preconceitos.

Através do processo de inclusão, descobriram-se novos caminhos e oportunidade de incluir e desenvolver novas aptidões naqueles que não eram reconhecidos socialmente. Dessa forma, a sociedade passa a ser vista como um meio transformador, que acolhe e muda aqueles que precisam de seu amparo, tornando-se justa, embora ainda esteja cercada de olhares preconceituosos.

Sabe-se que o processo de inclusão é muito delicado quando se trata de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais, junto àqueles “ditos normais”. O ingresso nas escolas é de todos, assim como, aqueles que portam características especiais, como mencionado pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que diz “os portadores de necessidades especiais devem estudar de preferência nas escolas regulares e que todos tem direito à educação”.

Portanto, o ato de inclusão dá o direito a todas as crianças com necessidades especiais, de conviver e serem educadas no mesmo ambiente escolar que outras crianças, pois assim, poderão desenvolver suas habilidades sem serem vistas como um problema e, contudo, terem seus direitos garantidos, desenvolvendo, desta forma, suas potencialidades.

Sendo assim, essa perspectiva de inclusão requer novos olhares acerca da diversidade, um olhar mais acolhedor e transformador, que mude o processo de ensino aprendizagem das escolas.

## 2.5 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB UMA NOVA PERSPECTIVA

Por um longo período de tempo se ouviu falar de alguns especialistas, que as crianças com necessidades especiais teriam limitações para toda a vida, ou seja, eles pré diagnosticavam com total segurança a criança com deficiência, que faziam com que a família acreditasse e de certa forma se sentissem desestimuladas a buscar qualquer tipo de socialização para seus filhos.

Com o tempo as coisas mudaram, as tecnologias foram chegando e os avanços se fizeram presente em meio à sociedade que lutou e ainda luta por uma educação igualitária para todos, uma vez que esta é de fundamental importância na formação do indivíduo.

Conforme dito anteriormente, mesmo assegurados por lei, há inúmeros bloqueios encontrados pelas crianças e jovens com deficiência, fazendo com que essa lei não seja concretizada com garantia.

Em suma, apontar as barreiras encontradas pelos responsáveis se faz necessário, principalmente quando se fala da falta de acesso a essas pessoas, visto que, a acessibilidade abarca desde o déficit estrutural até a falta de preparo para os profissionais dessa área, uma vez que, para lidar com as necessidades desses alunos, é primordial que haja capacitação para esses educadores.

Há ainda situações que se analisadas com cuidado, será visível o problema em outras áreas também, como as cobranças realizadas indevidamente por muitos estabelecimentos, bem como, as taxas extras também, que isso sim, é revoltante.

10 Na maioria das vezes essa situação causa certa impotência nos responsáveis, conforme é visto nas mídias e telejornais. Daí a importância da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que prevê sanar os problemas de livre acesso, visando assim, a igualdade e permanência desses portadores de deficiência.

### 2.5.1 O Papel da Escola

Falar do papel da escola na educação inclusiva requer um tanto de cuidado, pois muito se sabe dos desafios encontrados na educação atual que não pode ser vista separadamente da realidade social e política do país. Atualmente muito se fala em inclusão social, mas, e quanto á educação inclusiva?

A educação para ser inclusiva precisa levar em conta os desejos dos alunos envolvidos e não as rotulações impostas a eles, como as diferenças de cada um, suas capacidades, limitações e deficiências. Precisa-se que o sistema funcione como um todo, para poder garantir qualidade de ensino para todos como igual, sem distinção, para atender a diversidade dos alunos que buscam sua formação, pois é na escola que eles vão buscar dessa possibilidade.

A escola é uma das principais fontes de transmissão de conhecimento para um indivíduo, ela é, não somente uma fonte de saber, como também a principal porta para o conhecimento de mundo, e todos enquanto criança passa por esse cenário.

Ela serve como alicerce para as mais diferentes formações do ser humano tanto no lado intelectual, como o social e cultural e em conjunto com a família, ajuda a formar o caráter moral da criança. Para Carvalho (2002, p. 70) “Pensar em respostas educativas da escola é pensar em sua responsabilidade para garantir o processo de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-os em suas múltiplas diferenças”.

Cabe a escola, não somente o papel de transmitir conhecimento que é fundamental, como o de garantir o direito a uma educação de qualidade a todas as pessoas, já que é direito de todo cidadão, uma boa educação, levando-se em conta suas necessidades individuais, para que todos possam ter seus direitos assegurados e de fato, possam se desenvolver em um ambiente enriquecedor, confortável e principalmente, que lhes estimule as emoções, seu desenvolvimento cognitivo e sua interação social, seja ele regular ou especial.

Além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contra turno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola. (MANTOAN; PIETRO, 2006. p. 03).

É de fundamental importância que a escola adote medidas práticas que se preocupe não somente com alunos homogêneos, mas com o todo, colocando em prática ações que viabilize a valorização da diversidade, para que os alunos sem distinção possam se sentir iguais e inclusos perante os demais, e o ambiente escolar se torne um lugar acolhedor e aconchegante para todos.

Para que o processo educacional inclusivo se concretize como uma realidade nacional, é necessário que atitudes sejam tomadas tanto do poder público, como privado e principalmente das instituições educacionais que devem adotar políticas pedagógicas de inclusão, valorizando as diferenças e tratando os alunos de igual para igual, proporcionando educação de qualidade para todos.

### 2.5.2 O Papel da Família

Fundamentalmente, a família tem papel vital na formação de uma criança, pois é na instituição familiar que ocorrem as primeiras aprendizagens da criança. Além de desempenhar a função procriadora, protetora, alimentar e educadora, a família exerce o direito de escolher as opções educacionais dos filhos dentro da sociedade, portanto a família é indiscutivelmente, o principal e mais importante agente educativo de uma criança. Conforme explica Giorgi a seguir:

A família é o principal agente de socialização, preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e à organização da vida afetiva e emotiva da criança. Acrescenta ainda, que como agente socializado e educativo primário. “Ela exerce a primeira e indelével influência sobre a criança”. (GIORGI, 1980. p.26).

Nesse contexto, a família é o principal agente influenciador na vida da criança, transmitindo a ela ensinamentos que repercutirão para o resto da vida, ajudando na formação do caráter da criança, que deve ser bem dosada, dando à ela equilíbrio emocional, segurança, respeito, liberdade com responsabilidade, limites na interação e relacionamento com as pessoas.

11

Contudo, muito se tem feito para que esse índice de rejeição diminua cada vez mais. Pois a criação de políticas públicas garantidas pelo governo federal, estado e município, voltadas a esse público em geral, está fazendo com que as famílias se sintam mais amparadas e busquem os direitos assegurados à criança portadora de necessidades especiais, colaborando para o seu desenvolvimento dentro de suas possibilidades.

### 2.5.3 O Papel do Professor

Não menos importante é o papel do professor, que executa uma árdua luta diária na batalha pela educação. São muitas as dificuldades encontradas por esse profissional não só em sala de aula, mas em todo o



sistema educacional, e quando o assunto é aluno com deficiência, os obstáculos se tornam ainda maiores.

Sabe-se, porém, que apesar de haver inúmeras deficiências, nenhuma delas é menos trabalhosa que a outra. Para todos, os cuidados e a atenção são essenciais, claro que não se podem deixar de lado os outros não portadores de necessidades especiais. Conforme se observa a seguir:

Não basta que haja numa escola a proposta de inclusão, não basta que a arquitetura esteja adequada. É claro que estes são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É preciso que o coração esteja aberto para socializar-se e permitir-se interagir. E, como quem semeia com o tesouro do conhecimento, que refaz e constrói, é o professor que alavancará os recursos insubstituíveis para uma educação inclusiva de qualidade. (ARANHA, 2004. P. 37)

De fato, se o educador acreditar que inserir é derrubar barreiras e extrapolar limites e possibilitar a troca de construção do aprendizado e do sentir, ele cumprirá seu papel principal para garantir a educação inclusiva que todos desejam, promovendo assim, um futuro pelo qual haja mais aceitação e menos preconceito.

Mas, para isso, é necessário que o professor como mediador dessa metodologia, precise conhecer de perto seus alunos. Pois só assim, poderá auxiliá-los diante de inúmeros questionamentos, e a formular estimativas que, os aproximem daquilo que se chama de formalização das nações.

## 2.6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Em pleno século XXI, a prática pedagógica ainda é uma temática bastante desafiadora para aqueles que se preocupam com uma educação de qualidade e vem ocupando lugar de destaque nas discussões que têm como objetivo a melhoria do ensino no país. Essas discussões em relação à prática pedagógica de educação infantil é um assunto que intriga muitos educadores devido as dificuldades que eles encontram no cotidiano escolar, haja vista que muitos professores subestimam a capacidade da criança pensar e se desenvolver plenamente.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, assegura a todos os direitos à educação e coloca a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, fazendo com que voltem à tona as reflexões e as ações voltadas para melhoria da educação no país., tendo como um dos pontos de discussões a prática pedagógica do profissional da educação infantil.

Para um melhor desenvolvimento e compreensão de nosso estudo, é importante e pertinente trazer alguns conceitos sobre atividade prática para podermos discutir essa prática pedagógica, pois ela é parte de um processo social, envolvendo a dimensão educativa, tanto na esfera escolar como nas relações sociais que produzem aprendizagem.

Segundo Silve e Machado (2002) Realizar a pesquisa sobre as práticas pedagógicas dos docentes no contexto escolar é importante, pois podem revelar as formas com que os sujeitos interpretam sua realidade e os significados que atribuem a determinada situação, que podem direcionar por meio de diferentes linguagens.

Para Costa (2013) A maneira como o professor organiza e sistematiza a sua prática tem de certo modo uma profunda relação das concepções sobre criança, infância e educação, conhecimentos estes que são relevantes para com a sua prática docente, como bem disse, a prática do professor é determinada entre outras coisas pela visão de mundo que o orienta.

No entanto, as vezes a prática pedagógica do professor não se efetiva satisfatoriamente no seu desempenho como docente referente ensino e aprendizagem, devido o mesmo não compreende ou desconhece o caráter pedagógico que a ampara e que a fundamenta.

De acordo com Kramer (2006), classifica a prática pedagógica como: prática pedagógica romântica, prática pedagógica cognitiva e prática pedagógica crítica, em que cada modelo revela valores e visão de mundo bem diferente, dessa forma, a prática pedagógica assumida pelo professor indica o sentido e significado político e social desse professor.

A prática pedagógica romântica o aluno é visto como o centro do trabalho pedagógico. O professor é aquele que apenas cuida. Essa prática pedagógica romântica surge no século XVIII, em as grandes transformações sociais, em que a escola tradicional passa a ser contestada. Essa prática trabalha a criança como se elas fossem pequenas sementes ou ainda plantinhas que brota, sendo a professora a jardineira ou cuidadora que aduba, cuida e observa atenta a tudo que cerca a criança para que o mesmo desabroche forte e possa descobrir a si própria, descobrir a sua essência.

Cabe ao professor trabalhar em particular com cada criança, ajudando-lhe quando necessário, observando a criança e interferindo quando solicitado, ouvindo-a sempre, pois a criança ao ser ouvida pelo adulto sente-se feliz e satisfeita.

A criança é a sementinha. A base de conhecimento é orientada pelo conhecimento da experiência,

objetivo é estimular aprendizagem espontânea das crianças, a função do professor é observar, aquele que apenas cuida e o aluno é passivo as orientações do professor.

A pratica pedagógica cognitiva ou construtiva, centrado na criança e nas relações que ela estabelece com os objetos no meio em que vive. Concentra-se seus principais fundamentos nas ideias de Jean Piaget (1896-1980), tendo como objetivo a formação de sujeitos críticos, ativos e autônomos.

Surge no Brasil por volta de década de 1970, ganhando força com Emília Ferreira e Ana Teberosky. A criança é concebida como um ser construtor, que pensa e, como tal, constrói seu conhecimento; a professora é a mediadora entre o conhecimento e o sujeito que aprende.

O professor prioriza os aspectos cognitivos em detrimento aos domínios sociais, afetivo e linguístico, estando atento apenas ao sujeito, isto é, o estudo dos processos de pensamentos presentes desde a infância pedagógica na educação infantil, valoriza-se o conhecimento adquirido e o desenvolvimento da inteligência como produto final da educação.

A criança é o sujeito que pensa, a base de conhecimento é orientada por conhecimentos teóricos, o objetivo possibilitar a criança o desenvolvimento amplo e dinâmico a partir de seus estágios de desenvolvimento, a função do professor facilitar e estimular priorizando os aspectos cognitivos e o aluno é ativo.

Finalmente a pratica pedagógica crítica, em que o professor, aluno, sociedade e objeto estão interligados. Este modelo está baseado na obra de Celestin Freinet (1896-1966), em que foi um dos educadores que renovaram as práticas pedagógicas de seu tempo. O objetivo é desenvolver uma escola popular, apoiando-se nos valores pedagógicos e sociais, valorizando a cooperação em detrimento da competição.

Segundo a escola Freinet, a educação deveria passar os muros da sala de aula e entrar nas experiencias vividas pelos alunos no seu meio social. Cabendo aos pais junto com a escola o acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Aprendizagem acontece na relação aprender fazendo.

Neste modelo de pratica pedagógica a criança não é mais vista como um adulto em potencial, tanto a criança quanto o adulto têm vez e voz. O professor tem, pois, um papel importante no processo de educação, cabendo a ele estimular na criança novos saberes. Até porque o professor é um mediador do conhecimento.

A criança é o sujeito do processo de desenvolvimento, a base de conhecimento é orientada por conhecimento teóricos e práticos, o objetivo é formar cidadãos atuantes, conscientes de seus direitos e deveres, a função do professor mediar, ensinar e cuidar e o aluno é interativo.

Temos vários pesquisadores com essa linha de pesquisa como Froebel (1782- 1852), Decroly (1871-1932) e Montessori (1870-1952). Apesar de todos pertencerem ao mesmo tipo de pratica pedagógica existem ainda algumas diferenças entre eles. Assim sendo, todos partem de uma visão de que a pré-escola seja um jardim e as crianças sementinhas e que as atividades automaticamente levam conhecimento. O professor tem um papel elementar, é aquele que cuida.

## 2.7 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO BASE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A pratica pedagógica do professor deve ter como base em vários documentos; dentre eles, o Projeto Politico Pedagógico. A necessidade de ações organizadas, planejadas e sistematizadas para a realização de práticas transformadora. É no projeto político pedagógico em ação que se torna possível a concretização de práticas para mudanças e transformação para formação do sujeito social.

Como bem disse Gadoti (2000,p.35) “Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições, portanto as escolas não são iguais”. Para construção do seu projeto pedagógico a escola tem que ter um direcionamento político e autonomia, pois todo projeto é uma tomada de decisão, é uma construção coletiva.

Em outras palavras, a construção do Projeto Político Pedagógico não é, pois, responsabilidade somente da direção, tem que haver o envolvimento dos professores e de toda comunidade escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil definem muito bem essa proposta pedagógica. Quando diz:

[...] é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade local. (DCNEI, 2009, p.13)

Segundo Costa (2013) O projeto Político Pedagógico é constituído pelo anseio da comunidade escolar em querer reverter o quadro em que se encontra a escola, pois é no Projeto Político Pedagógico que se define o que a escola espera da educação, os dilemas e desafios e é nesse projeto que ganham sentido as práticas pedagógicas, é um instrumento estruturante da vida da escola, não uma imposição de órgãos superiores.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil pontuam com muita propriedade que:

Art.4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.1)

Segundo autora Costa (2013) Educar, no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), significa propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagens orientadas, de forma que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança. O cuidado é parte integrante da educação e significa valorizar e ajudar a desenvolver capacitados, auxiliando assim na construção de sua autonomia.

Na construção de um Projeto Político Pedagógico a escola define a sua linha pedagógica, como tratará o conhecimento e como ele é adquirido, escolher os teóricos que a escola irá se apoiar. Se a escola optar por uma prática romântica; se a prática pedagógica for cognitiva ou construtiva ou a prática pedagógica será crítica. A escola precisa, portanto, ter uma identidade.

Quando se trata de educação infantil é tão importante as suas práticas pedagógicas que são realizadas nessa fase. Freire (2003) destaca que compreender o ensino sem conhecimento. Observa-se que no processo de ensinar há uma necessidade do professor saber todo esse processo do conhecimento daquilo que é ensinado.

Outro sim, o primeiro fato importante é que o professor precisa saber o que ensinar e como ensinar e realmente ter a consciência que o aluno está tendo a capacidade de aprender aquilo que está sendo ensinado. Para que tenha um êxito maior nesse processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Freire (1996) em seu livro “pedagogia da Autonomia”, relata o grande desafio dentro desse necessário escolar. Justamente no exercício da docência, para que o ensinamento a ser trabalho ou conteúdo deve ser relevante e precisa ocasionar inquietações no qual vai proporcionar a formação desse docente uma prática pedagógica reflexiva.

Existem uma normatização dentro da educação infantil, estabelecida pelo MEC, que vai direcionar uma política de educação infantil, proporcionando ações complementares no cuidar e educar. Diante desse contexto, podemos considerar que as creches e pré-escolas surgiram dentro do cenário de mudanças econômicas, trabalhos assalariados, o novo papel da mulher na sociedade e políticas sociais que ocorreram na comunidade.

As instituições de ensino da educação infantil, tem aberto as suas portas numa busca constante com o dialogo, percorrendo caminhos. Paulo Freire (1987) tem relatado que o mundo pedagógico, busca entender que a educação não vem pronto, mas, está em constante aperfeiçoamento.

Segundo Horn (2003), esses espaços na educação são fundamentais, pois ajudar a fortalecer as habilidades dos alunos. Assim, a sala de aula deve ser pensada, analisada e estruturada para acolher essas crianças e sua interação com os colegas da turma. Até porque a escola é um lugar privilegiado que desenvolve outras habilidades na criança além do seu convívio familiar.

As práticas pedagógicas na sala de aula, vai muito além de recepcionar as crianças, é importante observar toda a bagagem histórica dentro e fora da escola, levando em consideração que toda atividade precisa ser humanitária e social

Compreende-se que a prática pedagógica na educação nos ajuda a entender que a responsabilidade é de todos em trabalhar em equipe e numa força tarefa, através dos conteúdos, levando em suma o cuidado e aprendizagens para com os alunos. Outro sim, o ambiente escolar precisa proporcionar condições propicia tanto para com os alunos como para os professores levando em conta o que diz as diretrizes.

Segundo Freire (2009) a criança precisa ser desenvolvida os seus sonhos, até porque não há vida sem sonhos. É necessário produzir essa esperança como ser ativo dentro da criança para alcançar os seus sonhos. Vale ressaltar que a conversa em situações de ensino e aprendizagem vai despertar a curiosidade de conhecer o novo saber.

Segundo Hermida (2007) a prática pedagógica serve como complementação na educação infantil, à educação recebida pela família. Até porque essa criança não recebe uma orientação devida com cunho pedagógico dentro de casa, sendo assim ela a família é a primeira instituição socializadora da criança e uma referência positiva ou negativa pra toda a sua vida.

Por tanto a escola tem vários desafios, dentre eles, proporcionar um ambiente pedagógico e sadio para que o mesmo venha desenvolver empatia e sinta-se bem à vontade e bem acolhida pelo apoio de todos os profissionais da escola despertando incentivos para essas fases da vida.

A educação infantil precisa ser melhor trabalhada no sentido de aceitação, calor humano, segurança,



empatia, solidariedade, respeito, dividir esse ambiente pra todos independente pra quem quer que seja. Observa-se que temos avançado bastante, no entanto precisa ainda ser mais trabalhando esses desafios.

A escola tem essa responsabilidade em participar e contribuir para o crescimento e melhoramento do ser humano. Processo constante de crescimento. Essa criança precisa ser trabalhada em todas as dimensões físicas, emocionais, sociais, o cuidado e o educar fazem parte dessa construção pedagógica

Destaca-se que a formação desse professor não deve ser observada como um processo apenas de adquirir conhecimento de forma inerte, com teorias sem vida e nada de prática diária na sala de aula. Na verdade, a jornada do professor é uma formação continua todo tempo esse profissional está em processo de aprendizado promovendo as práticas pedagógicas com seus alunos e ao mesmo tempo ensinando e aprendendo.

A ação docente, portanto, precisa ser permeada de um sólido saber teórico e consolidada na prática cotidiana através do desejo/vontade de mudança, mudança essa que se faz presente na inovação e transformação do ato meramente pedagógico e burocrático para o ato essencialmente humano de ensinar e aprender e aprender e ensinar.

Essa educação participativa leva o aluno a pensar, questionar ou dúvida das coisas, onde ele pode expor os seus pensamentos e argumentar de forma construtiva gerando uma a proximidade com professor gerando uma relação de empatia, cumplicidade e respeito.

Portanto, ensino e aprendizagem é muito importante na vida de qualquer aluno. O que precisa cultivar essa capacidade do saber e motivar a criança a descobrir através do direcionamento do professor esse conhecimento que tem tudo a haver no seu dia a dia. Levando a libertação para novas descobertas.

## 2.8 PRÁTICA PEDAGOGICA MENTE E O CORPO

O professor que trabalha na educação infantil exerce um papel de suma importância na vida de seus alunos, através das práticas pedagógicas procura desenvolver de forma integral o ensino e aprendizagem na vida da criança. Segundo Sacristán (1999) essa atividade pedagógica é direcionada com objetivo de uma ação transformadora de uma realidade social para uma outra realidade condicionada a uma mudança de transformação no contexto que essa criança está inserida.

Vale destacar que a produção desse conhecimento vem com dialogo, compreensão e ação com a finalidade em gerar nos alunos sempre a possibilidade de transformação no mundo que todos nós somos participantes e também de ampliar essa mudança na vida de outras pessoas.

De igual modo, o professor precisa ter o conhecimento teórico e prático dessa educação infantil, para que venha contribuir de forma direta nesse progresso no qual seja ampliado em todos os seus aspectos sociais, motores e afetivos. Tendo esse embasamento com a realidade da criança conhecendo os seus problemas e dificuldades. Com certeza vai contribuir substancialmente nesse aprendizado.

De acordo com Sacristán (1999), o professor exerce a sua prática pedagógica baseado nos conhecimentos acadêmicos bem como, a sua carreira pessoal desenvolvida ao longo da sua caminhada profissional, essas ações de igual modo contribuem com a vivencia na sala de aula, além do conhecimento teórico.

Assim como, essa trajetória acadêmica não é definida de uma forma estática de uma só vez, embora, que esse processo seja continuo, no qual o docente vai adquirido esse conhecimento e experiencia de uma forma progressiva ao ponto de dominar certas pratica pedagógicas, domínio na sala de aula que facilita essa aprendizagem do aluno.

De acordo com, Tardif (2000) Entende-se que a prática pedagógica deve ser uma realidade na vida do professor, até porque a teoria nos leva a prática e vivencia que demarcam essa prática do docente, exemplificando os princípios, valores, o respeito, a ética e entre outros são basilares no qual o professor se estabelece como cidadão de bem.

Em conformidade Sacristán (1999) relata com muita propriedade que os conteúdos ministrados e vivenciados pelos docentes acabam desenvolvendo um conteúdo pedagógico mais intensa, uma vez que, o professor é agente de cultura e transformação social tanto na vida do aluno como na escola e sociedade.

Assim sendo, o professor precisa acreditar nos valores que devem nortear a sua vida, no qual serão essenciais na prática pedagógica, tão como na sua vida pessoal, levando sempre em consideração o ensino e aprendizagem dos seus alunos de forma correta e coerente dentro da sua realidade escolar.

Conforme Garanhan (2004), a prática pedagógica deve ser conduzida por três fatores, dentre eles: livre arbítrio e a conscientização do seu corpo; entendimento da linguagem para a socialização e finalmente conhecimento cultural. Assim, o docente na educação infantil precisa levar em consideração que as atividades que envolvem movimento do corpo, socialização, linguagem corporal e outros vão ajudar nesse processo pedagógico.



O exemplo disso, são atividades físicas na sala de aula, no pátio, na quadra e outros são locais propício para essas ações pedagógicas. Segundo Sayão (1997) que muitos professores limitam as suas ações pedagógicas apenas na alfabetização preparando o aluno para educação fundamental, e as demais atividades físicas são conferidas apenas ao professor de educação física.

Precisa-se de mais pesquisas nesse tema, para trabalhar a necessidade de movimentos dentro da sala de aula. Trabalhar tanto a mente como a expressão corporal. As crianças passam um bom tempo sentadas e com poucas locomoções, apesar das salas serem um pouco pequena ou tem um número significativo de alunos dentro da sala. Acabam dificultando essas atividades, no entanto, precisa-se dar uma atenção numa atividade física de cunho pedagógico na sala de aula.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. O cenário deste estudo foi por meio de buscas em conceituadas bases de dados virtuais como: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Livros, Revistas, Artigos Científicos, Monografia e Dissertação.

Para a execução deste estudo foram considerados como sujeitos da pesquisa os artigos científicos encontrados nas bases de dados de pesquisas com publicações dentro da temática de pesquisa com autores de credibilidade.

Como critério de exclusão: publicações duplicadas, pesquisas sem a identificação do real pesquisador e que não abordem o que foi proposto nos objetivos específicos, publicações as quais não estão com texto na íntegra e pesquisas em que os títulos estejam fora do tema central.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os artigos analisados que demonstram que os desafios da alfabetização e letramento nas séries iniciais. Tivermos vários autores que relatam o seu valor e sua importância na educação Brasileira.

Para Goulart (2006) e Soares (2004) ambos concordam que alfabetização e letramento apesar serem tema interdisciplinar é necessário que o aluno seja capaz de utilizar a escrita de forma deliberada. Essa nova pesquisa possibilita bons hábitos em busca do conhecimento, como a leitura e a escrita.

O termo letramento deu bem diferente daquilo que já sabíamos. Alfabetização era simplesmente aprender a ler. Não é bem verdade, vai muito além de uma simples leitura.

Almeida (2012) descreve que a criança entrando nesse mundo do aprendizado precisa saber fazer o uso correto das atividades e hábitos que ficarão por toda a vida. Frade (2007) concorda com Almeida quando afirma que alfabetização e a escrita deve ser cultivado diariamente na vida desses alunos até eles entenderem essa grande responsabilidade para o convívio em sociedade.

Soares (2004) pode ser considerado letrado mesmo que não seja alfabetizado ou vice e versa. O letramento é o estudo de quem exerce padrões sociais na leitura com entendimento. Adquirir habilidade do código não tudo no letramento. Por isso que letramento é fundamental na sala de aula.

Ferreiro (2001) amplia o conceito de letramento, quando diz ler e escrever vai além do código, é assumir a responsabilidade no seu uso diário possibilitando entendimento no que está lendo e aplicando no seu dia a dia, sempre fazendo uma análise crítica da sua realidade.

Freire (1987) vai além de Soares (2004) quando diz leitura que precisa ser ensinada é a percepção do mundo que ele vive. Dando a ele essa responsabilidade social do compromisso dele com a sociedade. A leitura, saber escrever é importante, mas, a visão macro é da realidade que ele está inserido. Ser alfabetizado não é aquele que saber ler, mas, é aquele que saber interpretar a sua leitura.

Segundo Vygotsky (2007) a criança precisa se inter-relacionar na sua forma como um todo com a finalidade social da escrita. Para que haja esse desejo para com leitura através das histórias de quadrinhos e outros gêneros textuais. Para isso Ferreiro (2001) os professores precisam atuar de forma constante nessa arte de ensinar a ler e a escrever. No entanto, sempre forma espontâneo e nunca forçado como se fosse algo doloso.

Silva (2018) o professor com formação em pedagogia, pode exercer várias funções, até porque está preparado, o próprio Conselho Nacional de Educação atribui essa responsabilidade ao pedagogo, agora, o pedagogo precisa sempre atuar nessa temática da alfabetização e letramento nas séries iniciais.

Segundo Leal (2005) existem saberes que são fundamentais para os professores e dentre esses saberes é a percepção de identificar quais os alunos que tem dificuldade no ensino e aprendizagem e os seus desafios. Essa capacidade de conhecimento a maneira de como você ver o outro é muito importante para terem êxito na sua profissão.

Para Cruz e Haubrich (2016) a formação é necessária não apenas para aprimorar a ação do profissional, como também essa mesma formação é direito de todos os professores, conquista e direito da população por uma escola pública de qualidade para todos. A formação se constrói por meio de reflexão crítica sobre as práticas e não por acúmulo de cursos, conhecimentos ou técnicas, a formação deve oportunizar aos professores meios para um pensamento autônomo, dinâmico e de auto formação

Libâneo (2004) e Silva (2018) compartilham da mesma ideia que o ensino dever ser de fato a procura do entendimento, compreensão daquilo que está sendo compartilhado entre os alunos. O aluno precisa de fato ter a autonomia do seu aprendizado o professor apenas abre as portas e direciona.

Neto (2007) Relata que o educador tem tido muitas dificuldades, pois hoje ele é o facilitador desse conhecimento e todas as atenções estão voltado não para o professor como era outrora, mas, sim, para os alunos que acaba recebendo atenção devida para que ele cresça como cidadão.

Barbosa (2013) A criança não é apenas um recipiente onde queremos depositar informações prontas e acabadas, ela tem capacidade de aprender sozinha, não se ensina a criança a ler, o professor fica encarregado de ajudá-la a conquistar tal feito.

Panteliades (2016) O professor procurar despertar nos alunos confiança, segurança, se o aluno sente que pode contar com o professor, ele se sentirá mais à vontade para aprender e o professor se sentirá motivado e animado para poder estar em sala de aula.

Machado (2017) comenta quem desejar ser professor, deve logo saber que a função não é simples, merece uma formação de qualidade, pois o professor dentro de sala de aula deve proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, que trará significado ao aprendiz, então é necessária muita competência, o professor precisa sempre inovar, buscar novas ferramentas pedagógicas, não se contentar com o mesmo de sempre, o novo atrai.

Tanto Giorgi (1980) e Mantoan e Pietro (2006) concordam que tratando sobre inclusão escolar, é fundamental que o professor saiba trabalhar com esses alunos, até porque as escolas estão se adaptando essa nova realidade que já um bom tempo no Brasil.

Carvalho (2002) trata muito bem essa questão quando escreveu removendo as barreiras do aprendizagem, o professor é o grande mediador desse ensino, por esta razão precisa sempre está preparado diante desse desafio de inclusão.

Aranha (2004) trata da transformação social que devemos fazer como professor, pais, escola, educadores em geral, todos tem uma parcela de contribuição que venham gerar essas mudanças.

Segundo Kramer (2006), a pratica pedagógica é complexa, contraditória e esta sempre em movimento. Para Vazquez (1977) discute que a teoria não transforma o mundo, mas contribui para sua transformação.

Kramer (2006) e Costa (2013) concordam que toda pratica pedagógica tem uma base de sustentação teórica, que tem reflexo nos aspectos metodológicos que constituem o fazer docente. A visão de mundo e da sociedade são, portanto, a teoria que sustenta a pratica.

Segundo Gadoti (2000); Silva e Machado (2002) concordam quando dizem: a função da educação infantil é educar e cuidar de maneira integrada, em que cuidar deve estar totalmente integrada no desenvolvimento integral da criança, pois a criança não é somente uma promessa de futuro, ela é sujeito de direitos.

Dessa forma, os professores não devem conhecer somente as teorias que tratam da forma como as crianças sentem e pensam, mas conhecer a capacidade de aprendizagem em cada atividade realizada.

Os autores concordam com a temática de que o papel do pedagogo sempre será importante para a expansão da educação no Brasil, no entanto, precisamos investir mais nos professores desde da matriz, proporcionando condições para atuarem de forma eficiente no mercado de trabalho e ajudando as crianças se desenvolverem. O professor alfabetizador incentivará o aluno a descobrir o mundo da leitura e da escrita, e assim possibilitar que este aluno alcance um nível de leitura e escrita mais avançado.

## 5 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

17

O documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* foi editado no ano de 1997 dando ênfase a importância dos direitos das crianças.

Nossas crianças têm direito à brincadeira. Nossas crianças têm direito à atenção individual. Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante. Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza. Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos [...] (BRASIL, 1997, p.11).

Este documento citado, ao estabelecer critérios e as práticas desenvolvidas no trabalho com as crianças enfatiza o direito das crianças a brincadeira, considerado indispensável o acesso delas ao brinquedo, a uma

organização dos espaços para as brincadeiras, e a importância desse professor na brincadeira.

Levando em questão essas situações, podemos sim destacar algumas questões norteadoras para que as crianças desenvolvam as capacidades de brincar, expressar emoções, sentimentos, desejos, autoajuda, necessidades, empatia e outros.

Para alcançar esses objetivos, apresenta-se três propostas didáticas como direcionamento com intuito de auxiliar o professor na sua atuação na sala de aula.

## 5.1 LÚDICO

**Imagem 01 - O lúdico na Educação Infantil**



<https://hubead.com.br/curso/3410/o-ludico-na-educacao-infantil>, acesso em: 25 de mar. 2022

Lucidade é uma ferramenta de comunicação para com as crianças, as ações lúdicas e movimentação através de brincadeiras aumenta o convívio entre as crianças. Se levantar, sair do lugar, brincar um com outro, interagir são ações que proporciona uma visão de mundo com cada um deles.

A brincadeira envolve vários tipos de aprendizagem não só individual, mas, aprende a compartilhar com os demais colegas a importância de compartilhar o seu tempo e brinquedos na sala de aula.

O professor na educação infantil precisa trabalhar essas brincadeiras na sala de aula, devem ser diferentes como jogos, leitura participativa e outros, quanto mais à vontade você estiver com seus alunos, mas vão participar desse tempo de qualidade. Sem plano de aula ou planejamento pedagógico.

Os professores da educação infantil precisam saber manusear essas brincadeiras e jogos para compartilhar com eles varias regras, por exemplo da matemática, da língua portuguesa ou até ensinar algumas frases em inglês, mas, a ideia é deixar a criança bem à vontade permitida usar a sua criatividade livremente.

## 5.2 SOCIALIZAÇÃO



**Imagem 02 - Socialização das práticas pedagógicas**

<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/seduc-realizara-o-i-seminario-de-socializacao-das-praticas-pedagogicas-exitosas-da-coordenacao-pedagogica-do-ensino-fundamental-anos-finais/>, acesso em: 25 de mar.2022



Quando se trata de socialização na escola, observa-se que o ambiente propicia de convívio social com outras crianças e com interesses bem diferentes dela mesma. No momento de recreação os professores estão desenvolvendo nessas crianças a empatia como também a importância da coletividade.

A socialização escolar onde a criança vai aprender as normas de vida com a sociedade. Essa caminhada acontece diariamente no ambiente escolar, no qual as regras serão compartilhadas com todos na escola.

Diante desse contexto da socialização, essas normas vão permitir, com esses alunos aprendam um com outro, tenham empatia, seja solidário, ajude o coleguinha que está precisando ou seja a colaboração com próximo e a necessidade de fazer amigos. Esse contato interpessoal é muito importante, combatendo a visão egocêntrica na vida da criança.

### 5.3 CONSCIENTIZAÇÃO

**Imagem 03 – Semana nacional e dia mundial do Meio Ambiente**



<https://blog.institutosingularidades.edu.br/semana-nacional-e-dia-mundial-do-meio-ambiente-uma-reflexao-sobre-a-urgencia-deste-tema-na-sala-de-aula/> acesso em: 25 de mar.2022

Essa prática pedagógica trabalha a questão de algumas datas nacionais como: dia da água, da árvore, do índio entre outros. São datas importantes que podem ser trabalhadas nessa conscientização na criança.

O objetivo é gerar uma geração de crianças mais humanizada, com a sensibilidade natural do ser humano, cuidando do meio ambiente desenvolvendo uma consciência crítica e realista do mundo atual.

A educação ambiental dentro da sala de aula é uma excelente oportunidade de conscientizar as crianças sobre a poluição mundial.

O educador tem um papel importante para a formação crítica do aluno para que possa entender a importância da preservação, mesmo a educação ambiental sendo, um tema transversal; é preciso que o educador trabalhe e multiplique essa ideia.

Por fim, percebe-se que no contexto escolar, principalmente na educação infantil, é preciso promover ações com o intuito de educar para a preservação do ambiente, onde haja ações e práticas educativas em defesa do meio ambiente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de fato é o mediador da educação, quando se trata de alfabetização e letramento apesar de serem diferentes, devem ser empregados junto como uma via de mão dupla. A educação de verdade para os alunos onde os mesmos são capacitados para interagir no mundo que rodeia, através de leitura e da escrita no qual vai precisar sempre no dia a dia.

19

Aprender a ler é o grande passo para o progresso, até saber não apenas reconhecer as letras, como também identificar o sujeito do verbo e as narrativas como gênero textuais que está sendo empregado nessa leitura, como também interpreta de forma coerente aquilo que está lendo. A compreensão da leitura é muito importante no letramento.

Tanto o letramento como alfabetização precisa ter propósito para que os métodos usados sejam conduzidos de forma correta na sala de aula. A formação acadêmica do professor vai proporcionar a ele vários métodos de ensino e o mesmo vai escolher o melhor para aplicar para os seus alunos. Pode ser tanto coletivo como individual.



Agora, não poderíamos esquecer de abordar na educação infantil a questão da inclusão, Sabe-se que a inclusão social tem sofrido grandes mudanças ao longo dos tempos através de movimentos sociais e políticas públicas, porém, o que se vê é que essas transformações ainda não são o suficiente para acolher a pessoa portadora de necessidade especial, e principalmente, quando se fala sobre a instituição escolar em receber esses alunos.

As instituições escolares ainda se mostram muito reservadas em acolher e aceitar essa diversidade, e sabe-se que a instituição escolar tem que ser a primeira a exigir mudanças no modo de vida e valorizar essa diversidade, pois, para que se tenha uma escola verdadeiramente inclusiva é necessário reverter alguns modos.

É através da escola que se garante uma boa convivência com as diferenças, é por isso que por meio dela e juntamente com ela, que o espaço do indivíduo, seja ele diferente ou não, vai sendo garantido na sociedade, uma vez que, a escola é a principal promotora do pleno desenvolvimento do cidadão, e para isso é preciso uma luta conjunta entre o corpo docente e os professores por uma escola de qualidade. Mas as escolas ainda enfrentam grandes desafios no processo de inclusão.

O pedagogo é importante na construção e formação dos alunos. Infelizmente muitos não reconhecem esse papel fundamental na consolidação da educação de forma em geral.

Como pedagogo precisamos sim, tratar os alunos com muito respeito e responsabilidade, até porque estamos semeando uma nova geração para dar continuidade na educação. Esse legado vai ficar para sempre nos corações e mente dos alunos, até porque você professor provocou essa busca pelo conhecimento na vida dos alunos e eles jamais irão esquecer desse incentivo de sempre buscar uma resposta para soluções dos problemas existências da vida.

O professor precisa assumir essa responsabilidade de ajudar as crianças promovendo cidadãos através da formação no ambiente escolar. Procurar conhecer as suas motivações, necessidades e interesses, cultivar nessa criança esse relacionamento interpessoal, respeitando as suas diferenças e agindo sempre com humanidade para com seu próximo.

Para colher esses resultados, o professor precisa analisar os seus conceitos dos seus anos iniciais para fundamentar a sua prática pedagógica no dia a dia, promovendo liberdade de agir a todos diante de novas situações.

A prática pedagógica é complexa, apesar de tantos e novos desafios na educação, ainda precisa amadurecer muito mais essa pesquisa, ampliando os seus conceitos e vivenciando novas descobertas. O professor é um agente de transformação nessas atividades, pois é o mediador entre o saber e o educando.

O presente estudo não tem a prerrogativa de encerra as discussões em torno da temática estudada, como todo trabalho científico, este olhar para um determinado fenômeno, que incitará novas discussões que analisam as praticas pedagógicas.

Portanto, essa pesquisa ampliou o conhecimento de alfabetização e letramento, como também a nossa responsabilidade como pedagogo que vai proporcionar esse compartilhamento do ensino e aprendizagem. Precisamos sim, ampliar mais pesquisa sobre esse tema para refletir dos desafios que estão diante de nós e dos futuros pedagogos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de. **A importância do Letramento nas séries iniciais**. Orientadora: Alessandra Corrêa Farago. 2012. 15 f. Artigo. Pedagogia, UNIFAFIBE, 2012. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074426.pdf>. Acesso em: 28 fev.2022.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva**: transformação social ou retórica. In: OMOTE, S. (org.). *Inclusão: intenção e realidade* (p. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental**. Departamento da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. Brasília, 2009.

20 BRASIL. Diretrizes **Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução CNE/CP N° 1,15 mai. 2006. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a **formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME,

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, 1998.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BOMTEMPO, E. Brinquedo e Educação: na escola e no lar. **Psicologia Escolar e educacional**. Vol. 3, nº 61-69. 1990.

BRENELLI, Rosely Palermo. **Uma proposta psicopedagógica com jogos de regras**. Petropolis. Editora: Vozes, 1996.

CRUZ, Sandra Oliveira da; HAUBRICH, Marisa Baptista. **A formação continuada na educação infantil e suas contribuições na prática pedagógica**. 8 f. 2016 (Graduação) – Curso de Pedagogia. Faculdade de São Fideles-FSF. 2016. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20formacao%20continuada%20na%20educacao%20infantil%20e%20suas%20contribuicoes.pdf>. Acesso em: 08 mar.2022.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetizando sem o ba, be, bi, bo, bu**. São Paulo: Scipione, 1992.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação,2002.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elisa P. da Silva (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

COSTA, Maria Lourdene Paula. **As práticas pedagógicas de professores de educação infantil**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais** Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Villa das Letras Editora, 2009.

FERREIRO Emília. **Alfabetização em Processo**. Tradução de Marisa do Nascimento Paro e Sara Cunha Lima. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRADE, I. C. A. S. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Revista Educação. Santa Maria**. Vol. 32. n.1. p. 21-39. 2007.

GIORGI Lisboa. **A Família: o desafio da diversidade**. Instituto Piaget. 1980

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico- metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n 33, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782006000300006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782006000300006&lang=pt). Acesso em: 13 mar. 2022.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GARANHANI, Marynelma Camargo. **Concepções e práticas pedagógicas de professoras da pequena infância: os saberes sobre o movimento corporal da criança**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

HORN, Maria da Graça Souza. **O papel do espaço na formação e transformação da ação pedagógica do educador infantil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: [http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1646?locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1646?locale=pt_BR) Acesso em: 20 fev 2022.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos, a criança e a educação**. Petrópolis: RJ. Vozes, 1999.

KRAMER, S. **Infância e educação: o necessário caminho de trabalhar contra barbárie**. 2002.

LEAL, Telma Ferraz. **Fazendo acontecer: o ensino da escrita alfabética na escola**. In: MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortes, 2004.

LOPES, Vargas. **O letramento e o papel do professor num processo interdisciplinar de construção de conhecimentos.** 2006. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/O%20LETRamento%20e%20o%20papel%20do%20professor%20num%20processo%20interdisc%3%a0.pdf> Acesso em: 17 mar. 2022.

MARUYAMA, Helena Harumi. **O pedagogo na docência e sua importância no ensino aprendizagem.** 2007. 5 f. (Graduação) – Curso de Pedagogia. Inesul, 2007. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq- idvol\\_3\\_1247601325.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq- idvol_3_1247601325.pdf). Acesso em: 14 mar. 2022.

MATOS, Marcela Moura. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Revista Cairu**, Jan 2013, Ano 02, n° 02, p. 133-142, ISSN 22377719. Disponível em: [http://www.cairu.br/revista/arquivos/.../1/09\\_LUD\\_FOR\\_EDU\\_133\\_142.pdf](http://www.cairu.br/revista/arquivos/.../1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf). Acesso em: 11 mar. 2022

MIZUKAMI, M.da G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. **Revista USCS – Direito**, ano X , n. 17, jul./dez. 2009.

MACHADO, Tiago Ribeiro. **Os desafios do professor alfabetizador.** 2017 Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/os-desafios-do-professor-alfabetizador.aspx>. Acesso em: 02 mar. 2022.

NETO, M.A.S. **Educação e mudanças sociais**: articulações possíveis. V S`INESUL – V Simpósio do INESUL, I Simpósio Inter nacional. Londrina, 2007.

PANTELIADES, Daniela. **Professor e Aluno**: entenda a importância dessa relação. 2016. Disponível em: <http://aprova.com.br/2016/01/25/professor-e-aluno/> Acesso em: 15 mar. 2022.

RISCO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 10 mar.2022

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Santa Marli Pires. **O lúdico na formação de educador.** Petrópolis Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1997.

SARAIWA, WASLANY BITTENCOURT. **A Psicopedagogia e a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem.** Faculdade Salesiana Dom Bosco.2016. Disponível em: <http://www.transduco.com.br/?p=90>. Acesso em 15 mar 2022.

SILVA, Luciana Nogueira da. **A formação do professor alfabetizador**: desafios e possibilidades para o trabalho docente. 2018. 15 f. Anais VII ENALIC Encontro Nacional Licenciaturas. Universidade Estadual de Goiás. 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51763>. Acesso em: 16 mar.2022.

SILVA, I; MACHADO, M. A profissionalização do professor da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAYÃO, Débora Thomé. **Corpo e movimento**: alguns desafios para educação infantil. Revista eletrônica zero a seis, n. 5, janeiro/ julho, 2002. Disponível em: [www.ced.ufsc.br/zeroaseis](http://www.ced.ufsc.br/zeroaseis). Acesso em: 07 de mar 2022

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY. L.S. **Formação social da mente.** Martins Fontes. São Paulo. 2007.

VÁZQUEZ, A.S. Filosofia da práxis. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WAJSKOP, Gisela. **Brinquedoteca**: espaço permanente de formação de educadores. São Paulo: Editora TT Scretta 1996.

## A vida de um Esquizio-Afetivo, Autorrelato Assistido, no contexto futuro da Demência do Idoso: Estudo de Caso

*The life of a Fective-Esifiable, Assisted Self-Report, in the future context of Dementia of the  
Elderly: Case Study*

Fidelino Cordeiro Dias

Submetido em: 19/01/2023  
Aprovado em: 19/01/2023  
Publicado em: 20/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.472

### RESUMO

Este estudo visa oferecer à comunidade acadêmica, um auto relato de como acontecem, principalmente os gatilhos que levam ao início de crises esquizofrênicas em uma pessoa ativa socialmente, que quando em crise afetiva e emocional perde o elo com a realidade por reforço, pela própria vida ativa familiar, laboral e estudantil que exerce, penalizando de uma certa forma as pessoas próximas que não a reconhecem em suas atitudes e a si mesmo em hábitos que passam a ser natureza auto destrutiva emocionalmente e auto punitiva com seus afetos. Evoluindo para uma análise de futuro a candidato a Demência Senil, ou como obter elementos interdisciplinares para sua prevenção.

**Palavras-chave:** Esquizofrenia. Demência. Idoso.

### ABSTRACT

This study aims to offer the academic community a self-report of how they happen, especially the triggers that lead to the onset of schizophrenic crises in a socially active person, who, when in an affective and emotional crisis, loses the link to reality by strengthening, by the active family, labor and student life that he exercises, penalizing in a certain way people close to him who do not recognize him/her in his/her attitudes and to himself/herself in habits that become emotionally destructive self-destructive nature and self-punitive with their affections. Evolving to a future analysis to senile dementia candidate, or how to obtain interdisciplinary elements for its prevention.

**Keywords:** Schizophrenia. Dementia. Old.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, usaremos o pseudônimo de “Alexandre”, como forma de preservar a figura protagonista de nossa história, que serve de base e construção do Recorte do Estudo de Caso, juntamente com o professor e médico, Dr. Dartagnham, que ora contribuirá com evidências científicas deste estudo de caso. Tendo ainda entrevistas com pessoas próximas afetivamente e outras mais distantes, mas que convivem com o nosso indivíduo em autoanálise assistida.

Analogamente a história do Professor John Nash (1), no filme uma mente brilhante, nos apresentamos como e vivemos uma vida bem parecida e bem próxima a do renomado professor em minha primeira crise, no que se refere as crises de Esquizofrenia e confusão mental.

1

Ao longo do tempo e buscando diversas alternativas que me estabilizaram, cheguei no Recorte dos últimos dois anos com o acompanhamento do Dr. Dartagnham e o uso de medicações de última geração como Rexulti (2), e outros para se evitar a oscilação de humor como Depakene (3).

O embasamento teórico oferecido neste Artigo aponta para a necessidade de um Estudo a quatro mãos, no mínimo. Uma vez que além do parecer médico que me assiste, gostaria que constassem entrevistas com pessoas próximas que assim como sofrem a minha esquizio-afetividade.



Efetivamente por ser uma pessoa produtiva e de ílibada conduta profissional, que a acompanharam por mais de 10 anos de efetivos serviços de engenharia de uma repartição pública. E por estar sempre dentro da sessão ou em deslocamento solitário. A minha exposição social era menor, assim como os desafios para lidar com pessoas.

Minha história de vida, a partir principalmente dos 27 anos, sinalizou que tendências e a cobrança sempre por auto perfeição de uma vida de funcionário público militar do Corpo de Bombeiros, tendo começado novo, e hoje vendo a falta de maturidade emocional para exercer o início desta carreira junto a tropa, não só pela particularidade e a natureza do serviço.

Protegido pelo acaso e por ser muito disciplinado, apesar de quase ter sido afastado, na crise que tive aos 27 anos. Consegui chegar aos 32 anos de efetivo serviço. Sendo promovido ao último posto, sem anotação negativa em ficha pessoal de serviço.

Estando no terceiro casamento, tendo ficado casado entre namoro e casamento no primeiro relacionando por 19 anos, no segundo por 8 anos e estar no atual por quase 9 anos. Tendo tido uma filha no primeiro com 30 anos e um enteado que convive e mora comigo com 12 anos.

Portanto, esta história teria tudo para dar certo e terminar com o tão almejado equilíbrio emocional social e afetivo, esperado que ocorresse em nosso Recorte de Tempo, ou temporal dos últimos dois anos do tratamento com o Dr. Dartagnham.

Hoje as crises são detectadas no início, mas ainda ocorrem. Ocorrem, mas efetivamente a medicação SOS, ou a autossugestão por estar vendo que perdeu a linha de raciocínio coerente, e alguns reforços ocorram, que levam a desestabilização emocional e afetiva.

Pudemos exemplificar com uma história que lembro perfeitamente em minha primeira crise. Perguntado se queria um copo d'água, ocorriam dois pensamentos: primeiro que seria envenenado ou dopado, e o outro se não bebesse algo de ruim aconteceria com alguém: Daí o reforço, bebendo a água, por autossugestão passava mal. Ou se não bebesse, algum avião cairia ou haveria acontecido algum acidente por eu não ter bebido. Olhe, foi bem difícil vencer estes pensamentos. Entretanto atualmente, as crises são mais emocionais e afetivas.

Como contribuição das práticas de letramento social e psicológico no cuidado que tive, destaco a interdisciplinaridade e o debate e estímulos a questionamentos e estudos de casos práticos dentro do universo profissional e a sempre estar estudando, como sempre sugeri um dos renomados médicos, que me assistiu por 10 anos, o falecido Dr. Paulo Neiva.

Foram cursos como Técnicos em Mecânica, Academia de Bombeiros e Engenharia, antes da crise maior (27 anos). Posteriormente, Engenharia de Segurança, 3 Pós-graduações, um curso técnico em enfermagem, um Mestrado em Educação e atualmente no 5 período de Direito.

Em novembro de 2021, fui levado por minha esposa ao Dr. Dartagnham por estar em crise emocional e afetiva. Desta vez de forma mais severa, avaliado e medicado. Retornei para a reavaliação bem mais centrado e curioso como se desencadeia a doença. Dartagnham, explicou sobre os gatinhos e tivemos durante a consulta uma longa conversa, entre outras depois, que me motivaram a relatar e escrever sobre as aflições da Esquizofrenia

Socioafetiva em conjunto.

2

A preocupação que me assola atualmente, e a minha companheira é como daqui para frente, como já possuo 58 anos, poderá se desenvolver uma demência senil ou evoluir a esquizofrenia socioafetiva.

Como dizemos informalmente, “é uma barra bem pesada para a família” e para nós também. Perdemos a confiança, não acreditamos em ninguém. A crise avançando muitas vezes não queremos tomar os remédios prescritos.

A negativa ao remédio não ocorre mais, mas nos frustra um pouco, de saber que os ganhos pessoais

serão interrompidos, seja em estudo ou fisicamente, mas já sabemos que faz parte do jogo. Até por primar a liberdade pessoal e social.

## 2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com a *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry* (apud PEREIRA et. al., 2005) a esquizofrenia consiste, em um transtorno de neurodesenvolvimento associado a déficits na cognição, afeto e funcionamento social. Assim, uma pessoa acometida pela esquizofrenia possui dissociação entre pensamento e realidade.

Historicamente, tem-se a esquizofrenia datada do século XIX por Emil Kraepelin, que descreveu da demência precoce, estabelecendo uma classificação de transtornos mentais com base no modelo médico, delineando a existência de doenças com etiologia, sintomalogia, curso e resultados comuns. Ressalta-se que ele nomeou esses transtornos de demência precoce pelo fato de começar no início da vida e quase invariavelmente levava a problemas psíquicos. (SILVA, 2006).

Os estudos de Kraepelin abriu espaço para novos estudos, aparecendo nesse cenário Eugen Bleuler criador do termo esquizofrenia, do grego *esquizo* (divisão) e *phrenia* (mente). De acordo com Silva (2006), Bleuler justificou o uso do termo por esse transtorno mental indicar a presença de uma cisma entre pensamento, emoção e comportamento nos pacientes afetados.

Em seus estudos Bleuler definiu sintomas primários para diagnosticar a esquizofrenia, os quais ficaram conhecidos como 4 A's: Associação frouxa de ideias; Ambivalência; Autismo; e Alterações de afeto.

De acordo com Gheno et. al. (2000), os primeiros sintomas da esquizofrenia aparecem nos primeiros anos da vida adulta. Corroborando com os autores, Silva (2006) afirma que os sintomas podem ser percebidos ainda na adolescência, apresentando sintomas padrões, que de acordo com a autora são: perda de energia, iniciativa e interesses, humor depressivo, isolamento, comportamento inadequado, negligência com a aparência pessoal e higiene, podem surgir e permanecer por algumas semanas ou até meses antes do aparecimento de sintomas mais característicos da doença.

Gheno et. al. (2000) destacam que os indivíduos acometidos pela esquizofrenia passam a ter seu progresso educacional perturbado, sendo assim, dificilmente chegam a concluir a etapa colegial ou mesmo manter um trabalho por um período prolongado. Os autores destacam ainda que com esses pacientes deve-se ter o maior nível de atenção possível, visto a facilidade que possuem em cometer suicídio, tendo, portanto, uma expectativa de vida menor que a da sociedade geral, justamente em decorrência dos atos de suicídio, visto que aproximadamente 10% daqueles acometidos pelo transtorno o comentem.

Ressalta-se ainda que os relacionamentos mantidos pelas pessoas acometidas pela esquizofrenia são negativamente alterados, tendo assim, dificuldades em mantê-los, tanto com familiares, amigos, relacionamentos amorosos, enfim, sendo difícil para essas pessoas conviver em sociedade, assim, raramente se casam e mantém contato social intenso. Por esse motivo as características da esquizofrenia são facilmente percebidas por aqueles que convivem com o indivíduo, mas dificilmente associa-se ao transtorno (GHENO, et al, 2000).

3

Dentre as causas da esquizofrenia, é possível que ela esteja relacionada a algum desequilíbrio do sistema de inter-relações químicas do cérebro, envolvendo o neurotransmissor dopamina.

Desta forma, a esquizofrenia possui diferentes de formas de ser ocasionada, tanto por fatores biológicos, quanto psicológicos e social, conforme mencionado pelas autoras. Em relação às características apresentadas pelos indivíduos que apresentam transtorno esquizofrênico tem-se, principalmente, alucinações e delírios, bem como pensamento e fala desorganizados, as emoções passa a ser perturbadas, assim como, os

aspectos afetivos, os déficits cognitivos e volição também são características. Ressalta-se que esta última característica consiste na incapacidade de iniciar e persistir em atividades dirigidas a um objeto, conforme ensina Renna (2012).

Os primeiros sinais da esquizofrenia ocorrem em geral com mudanças do comportamento. Cita-se a alucinação em que indivíduo acometido pela doença escuta vozes que outros não escutam, tais vozes comentam e criticam a pessoa, bem como aconselha ou dar ordens; O delírio abrangendo várias ideias, como de estar sendo perseguido, enganado ou traído e até de acreditar ser uma pessoa famosa ou importante na sociedade; Desorganização do pensamento em que ele pode ir e vir rapidamente numa sequência fragmentada; Expressão emocional, na qual o esquizofrênico pode ter as expressões faciais diminuídas e parecer extremamente apático; Retração social onde a pessoa evita o contato com os outros e em casos mais graves negligencia sua higiene pessoal, chegando a passar vários dias sem fazer nada. (ABP, 2008).

Porém, esses sintomas podem ser motivados por outras doenças e por isso para diagnosticar a esquizofrenia é importante realizar avaliação médica, exame físicos e laboratoriais para descartar outras possíveis causas dos sintomas. (ABP, 2008).

Por fim, vale ressaltar que devido a esquizofrenia possuir, de acordo com Giacon e Galera (2006), uma ampla gama de sintomas, eles podem variar de indivíduo para indivíduo, tendo-se que apenas 5% dos pacientes esquizofrênicos apresentam um só surto na vida, enquanto a maioria (95%) apresenta vários surtos, que se concentram, principalmente, no início do transtorno.

O CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) admite 9 (nove) subtipos de esquizofrenia, os quais: F20.0 Esquizofrenia paranoide; F20.1 Esquizofrenia hebefrênica; F20.2 Esquizofrenia catatônica; F20.3 Esquizofrenia indiferenciada; F20.4 Depressão pós esquizofrênica; F20.5 Esquizofrenia residual; F20.6 Esquizofrenia simples; F20.8 Outras esquizofrenias; F20.9 Esquizofrenia não especificada.

## 2.1 PANORAMA DA ESQUIZOFRENIA

Em nível mundial, de acordo com Sadock e Sadock (2007), a esquizofrenia atinge acerca de 1% da população total do mundo, assim, com base nos autores, pode-se dizer que a cada 100 pessoas uma delas está acometida pela doença.

Ainda embasado nos autores, afirma-se que em geral a doença tem início antes dos 25 anos, porém, no sexo masculino a idade de início varia entre 18 e 25 anos e no sexo feminino a faixa etária vai de 25 a 35 anos, independentemente da cor, etnia, raça ou classe social, não deixando nenhum indivíduo livre de adquiri-la.

Beck (2010) destaca que o sexo masculino possui uma maior incidência de esquizofrenia, podendo desenvolvê-lo mais cedo que as mulheres. Segundo o autor, o início de novos casos possui um índice de 0,3% e parece estar diminuindo.

Em relação à epidemiologia da esquizofrenia no Brasil, Mello, Mello e Kohn (2007, p. 132) destacam que: [...] estima-se que há entre 679.196 e 1.358.393 adultos no Brasil com essa condição psicótica durante um ano. O índice de prevalência para toda a vida variou de 1,1 a 1,9%, sugerindo que entre 1.867.790 e 3.226.184 de pessoas já tenham sido atingidas.

Nesse contexto, a esquizofrenia é considerada como caso de saúde pública no Brasil, que possui centros especializados para amparar as pessoas acometidas por essa doença. Essas pessoas são encaminhadas para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os quais são responsáveis por atender à saúde mental, sendo serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Assim, esses centros psicossociais assumiram todas as responsabilidades dos hospitais psiquiátricos em relação aos atendimentos diários, continuam a existir hospitais mentais que visam o atendimento de urgência para aqueles que estão em crise aguda.

Beck (2010) destaca que ainda não se tem ao certo os motivos do aparecimento da esquizofrenia, mesmo já se especulando sobre suas causas, e, não consegue se justificar por quais causas o homem possui mais incidência que as mulheres, mas a única coisa que se pode afirmar com precisão é que os números de esquizofrenia têm diminuído a cada dia em nível mundial.

## 2.2 A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E A ESQUIZOFRENIA

O termo esquizofrenia, ao longo do tempo, por se caracterizar por um transtorno mental assumiu um estereótipo de preconceito, o que gerou diversos tipos de interpretação, dificultando qualquer abordagem que busque minimizar os efeitos dessa doença, conforme elucida Szasz (1978). Assim, os indivíduos acometidos pela esquizofrenia são pessoas marcados pelo estigma.

Assim, pode-se dizer que os esquizofrênicos interiorizam uma identificação pela negação, por não se sentir parte da sociedade dominante. Conforme Goffman (1982), à medida que a sociedade estabelece métodos para categorizar as pessoas quanto aos seus atributos, está contribuindo para a construção da identidade.

Conforme Goffman (1988), o estigma situa uma relação impessoal com o outro, ou seja, o sujeito não nasce como uma personalidade empírica, mas como aspecto circunstancial de determinadas características peculiares à categoria do estigma, com deliberações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, e uma diferença de identidade social.

Goffman (1988) enfatiza que, quanto mais divergente for a diferença, mais acentuado o estigma, quanto mais aparente a diferença entre o real e as características determinantes do social, maior será a problemática do indivíduo conduzido pela força do controle social, esse indivíduo assumirá uma atitude isolada da sociedade ou de si mesmo, passando a ser uma pessoa desacreditada.

Em consequência ao estigma sofrido, o indivíduo muitas vezes passa a não aceitar a si mesmo, sentem-se sem espaço e sem função dentro da sociedade. A visibilidade do estigma compõe um fator categórico e aqueles que possuem uma convivência com o indivíduo podem influenciar na preocupação da sua identidade social.

Quando o indivíduo possui um estigma visível, o simples contato com o outro deixará perceptível o estigma. A informação que os outros têm do estigmatizado pode ser fundamentado nos rumores ou nas relações anteriores. Outro aspecto a considerar em uma circunstância do indivíduo estigmatizado é até que ponto isso interfere em suas interações com o meio social.

Um indivíduo com uma identidade social estigmatizada tem seus atributos e qualidades destruídos, a sociedade desempenha o poder de influência das suas ações e reforça a degradação da sua identidade social, destacando as irregularidades e ocultando a atitude ideológica dos estigmas.

No cotidiano, os indivíduos com transtornos mentais sofrem com termos que assumem representações discriminatórias e que contribuem para formar uma identidade inferiorizada. Desta forma, a esquizofrenia, torna-se um estigma, ou seja, sinal de referência àqueles que possuem esse transtorno. O estigma é ocasionado por falta de informação e preconceito ocasionando em exclusão social e fortes consequências para as pessoas que são estigmatizadas.

As famílias que possuem membros com transtornos mentais, como a esquizofrenia, nem sempre toma os devidos cuidados que esses indivíduos necessitam, não acertando na maneira de conduzir seus comportamentos, fator que agrava, na maioria das vezes, o problema para ambas as partes.



Sloboda (2002) destaca que se pode encontrar famílias que isolam seus membros que possuem transtornos mentais, os colocando em lugares escondidos, quartos escuros e afastados da casa, chegando, inclusive, a amarrá-las com cordas e correntes. Busca-se com isso manter o indivíduo longe da sociedade, sem oferecer perigos e mesmo de não estigmatizar a família ao saberem que possui um “louco” no âmbito dela. Vale lembrar sobre os hospitais psiquiátricos, onde essas pessoas são frequentemente entregues e abandonadas pelos seus familiares.

Ao ser abandonado, preso, isolado da sociedade e da família, o paciente esquizofrênico passar a ter baixa autoestima, perdendo sua identidade. Louzã Neto (1996) destaca que existem maneiras benéficas de acompanhar e ajudar familiares com transtornos mentais que é o internamento com o acompanhamento quase integral por arte do familiar, quando se pode perceber que algumas famílias não medem esforços para recuperar a dignidade, a alegria e, principalmente, o espaço perdido na sociedade de seus familiares com transtornos mentais.

Deve-se destacar que a família tem uma forte influência no processo de aperfeiçoamento do indivíduo dentro da sociedade, pois é com ela que ocorre os primeiros contatos quando criança. Os genitores têm uma sobrecarga adicional em vários aspectos de sua dinâmica individual e familiar, especialmente no que tange aos aspectos psicológicos, sociais, financeiros, e às atividades de cuidado do indivíduo. (SHAPIRO; BLACHER; LOPEZ, 1998).

### 2.3 FORMAS DE TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA

O tratamento para esquizofrenia possui vários aspectos, devendo, de acordo com Gabbard (1998), ser adaptado de acordo com cada indivíduo. Deve-se considerar que a esquizofrenia consiste em uma doença heterogênea com manifestações clínicas que podem ser modificadas de forma rápida e fácil.

Gabbard (1998) esclarece que para determinar o tratamento com o indivíduo esquizofrênico devem-se verificar os seus sintomas, descrevendo três grupos distintos: sintomas positivos; sintomas negativos; e relacionamentos pessoais desordenados.

Quanto ao grupo dos sintomas positivos são aqueles voltados para o conteúdo do pensamento, como os delírios, para os distúrbios de percepção, como as alucinações, e para as manifestações comportamentais, como catatonia e agitação, desenvolvendo-se em um curto espaço de tempo frequentemente, acompanhando um episódio agudo. (GABBARD, 1998)

Quanto aos sintomas negativos, de acordo com Gabbard (1998), têm-se os padrões que sugerem anormalidade da estrutura cerebral, que incluem ajustamento pré-mórbido pobre, mau desempenho escolar, maior dificuldade na manutenção de emprego, baixo desempenho cognitivo, pouca resposta a tratamento, idade precoce de início e dificuldades pré-mórbidas no funcionamento social e instrumental.

Já os relacionamentos interpessoais desordenados, Gabbard (1998) destaca que se trata de dificuldades interpessoais, se caracterizando com variação da personalidade, isolamento, expressões inadequadas de agressão e sexualidade, falta de consciência das necessidades dos outros, solicitações excessivas e incapacidade de fazer contatos significativos com outras pessoas.

6

O autor destaca que todo paciente esquizofrênico possui esses sintomas e que os pacientes podem mudar de grupo no decorrer do tempo. Segundo o autor, o tratamento para esquizofrenia inclui: farmacoterapia; psicoterapia individual; psicoterapia de grupo; intervenção familiar; e tratamento hospitalar.

A farmacoterapia é uma das mais utilizadas, segundo Gabbard (1998), estudos demonstram que a medicação psicotrópica é altamente eficaz na manipulação de sintomas positivos da esquizofrenia. Contudo, quanto aos sintomas negativos e de relacionamentos interpessoais desordenados não há uma eficiência na

medicação, para o autor esses sintomas exigem abordagens psicossociais, pois a clozapina, remoxaprida, risperidona e sulpiride demonstram causar um maior impacto sobre os sintomas negativos.

A psicoterapia individual, de acordo com Gabbard (1998) não possui eficiência necessária no tratamento, visto que é difícil um paciente esquizofrênico se engajar em um processo do tipo.

Já a psicoterapia de grupo, Gabbard (1998) elucida que estudos demonstram que possui eficiência no tratamento com esquizofrênicos, porém, destacam que o momento de sua implementação deve ser observado, considerando-se o melhor momento quando os sintomas positivos são estabilizados por meio do tratamento farmacológico.

Gabbard (1998) destaca que esse tipo de psicoterapia pode ser útil para criar confiança e oferecer um grupo de apoio, no qual os pacientes possam conversar livremente sobre as preocupações acerca de como manejar alucinações auditivas e como lidar com o estigma da doença mental.

A intervenção familiar é tida como um dos tratamentos mais eficientes, visto que a ajuda familiar traz conforto ao paciente, sendo considerado por estudos como o de Fallon (1982) como três vezes mais eficiente que o tratamento farmacológico isolado.

Quanto ao tratamento hospitalar deve ser aplicado em casos de crises psicóticas agudas, porém, a hospitalização prolongada é indicada para aqueles indivíduos que não respondem aos demais tratamentos, sendo considerados como risco para a vida de terceiros e para a própria vida.

Caballo (2003) elucida que apesar de a esquizofrenia ser considerada uma patologia grave e duradoura, sem cura, muitos pacientes apresentam melhoras significativas e progressivas, com alguns casos que ocorrem até a remissão total dos sintomas nos seus últimos dias.

## CONCLUSÃO

Procurei apresentar a conclusão do nosso trabalho de forma objetiva e fiel ao desenvolvido, deixando espaço aberto para que os leitores e pesquisadores do assunto entendam que esta ocorre de forma inacabada uma vez que o contexto e as particularidades do nosso estudo de caso podem ser reproduzidas em outras condições e disciplinas, mas que apontam para um resultado bem satisfatório no que se refere ao estudo de práticas de Médicas e Interdisciplinares que busquem o diálogo e o entendimento construtivo do saber e, sobretudo, o respeito à profissão e a Pessoa Idosa.

## REFERÊNCIAS

BECK, Aaron T. **Terapia cognitiva da esquizofrenia**. Traduzido por Cataldo Costa. Consultoria, supervisão e revisão técnica de Paulo Knapp. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CID-10. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas (1993). – Coord. Organização Mundial de Saúde; Trad. Dorgival Caetano. – Porto Alegre: Artes Médicas.

7

GHENO, Giovani Z.; SILVA, André L. F.; AGUIAR, Paulo R. D. C.; LOPES, Renan; SOUZA, Márcio; CASTRO, Elizabeth C.; ALEXANDRE, Cláudio O. P. **Esquizofrenia**. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Porto Alegre, novembro/2000. Disponível em: <http://genetica.ufcspa.edu.br/seminarios%20textos/Esquizofrenia.pdf> Acesso em: dez. 2022.

GIACON, Bianca Cristina Ciccone; GALERA, Sueli Aparecida Frari. Primeiro episódio da esquizofrenia e assistência de enfermagem. **Rev Esc Enferm**, USP 2006; 40(2):286-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/re USP/v40n2/18.pdf> Acesso em: dez. 2022.

MELLO, Marcelo Feijo de; MELLO, Andréa de Abreu Feijó; KOHN, Robert. (orgs.) **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, Ilza Borges; NUNES, Ana Paola Robatto; GUIMARÃES, Katharine; AGUIAR, Wania Márcia de; PINHO, Solange Rubim. **O diagnóstico da esquizofrenia na infância e adolescência**. Arquivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e medicina legal. V. 99, nº 1, jan/fev/mar, 2005. Disponível em: <http://www.aperjrio.org.br/publicacoes/revista/2005/jan/artigo8.pdf> Acesso em: dez. 2022.

RENNA, Marcos A. L. **Dicionário**. PsicNet, 2012. Disponível em: [http://www.psicnet.psc.br/v2/site/dicionario/registro\\_default.asp?ID=151](http://www.psicnet.psc.br/v2/site/dicionario/registro_default.asp?ID=151) Acesso em: dez. 2022.

SADOCK, Benjamin James; SADOCK, Virgínia A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Tradução de Claudia Dornelles et. al. 9 ed. Porto alegre: Artmed, 2007.

SILVA, Regina Cláudia Barbosa da. **Esquizofrenia: uma revisão**. Psicologia USP, 2006, 17(4), 263-285. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicosp/v17n4/v17n4a14.pdf> Acesso em: dez. 2022.

# Educação para inclusão: uma proposta de melhoria no atendimento ao uso das inteligências múltiplas em crianças nas séries iniciais do ensino fundamental<sup>1</sup>

*Education for inclusion: a proposal to improve the care of the use of multiple intelligences in children in the initial grades of elementary school<sup>2</sup>*

Magali Cristiane Ferreira Novais

Prof. Dr. Ivanildo A. Amaral<sup>3</sup>

Submetido em: 20/01/2023

Aprovado em: 21/01/2023

Publicado em: 24/01/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.474

## RESUMO

Este projeto propõe, a partir da investigação, identificação e análise de informações coletadas, conhecer e identificar ações e atitudes que possam melhorar o atendimento educacional baseado na inclusão e no uso concomitante das inteligências múltiplas nos estudantes, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de Vilhena-RO. Metodologicamente, se trata de uma pesquisa-ação, de abordagem mista: quantitativa e qualitativa. Utiliza os instrumentos de coleta de dados, testes e questionários pré-testes e pós-testes: teste de inteligências múltiplas, aplicado aos alunos, objetivando identificar os tipos de inteligências presentes; questionário, aplicado aos Professores, para identificar dificuldades e sucessos no atendimento a esses alunos; teste de verificação de aprendizagem direcionado para as inteligências múltiplas identificadas; registro diário, constatando as mudanças verificadas na aprendizagem e apresenta, como proposta, o uso de metodologias e estratégias que obtiveram sucesso. A investigação partirá de fontes semiestruturadas, visando melhorar as contribuições, discussões e resolver as inquietações verificadas no ambiente escolar, político e social relacionadas ao melhoramento do processo ensino aprendizagem das crianças com dificuldades cognitivas. Para tanto alicerça-se, também, em correntes teóricas que versam sobre as inteligências múltiplas, a importância da identificação das inteligências presentes nesses alunos, a relevância de conhecer o processo de construção do conhecimento e, também, para a melhor compreensão e exposição de conceitos sobre a percepção do Autista. O Produto Educacional será um conjunto de metodologias e estratégias docentes a serem aplicadas na escola pesquisada.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; inteligências múltiplas; diversidade; inclusão.

## ABSTRACT

This project proposes, from the investigation, identification and analysis of information collected, to know and identify actions and attitudes that can improve educational care based on the inclusion and concomitant use of multiple intelligences in students, with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the initial grades of Elementary School of schools in the municipal network of Vilhena-RO. Methodologically, this is an action research, a mixed approach: quantitative and qualitative. It uses the instruments of data collection, tests and questionnaires pre-tests and post-tests: multiple intelligence test, applied to students, aiming to identify the types of intelligences present; questionnaire, applied to teachers, to identify difficulties and successes in the care of these students; learning verification test directed to the multiple intelligences identified; daily record, verifying the changes in learning and presents, as a proposal, the use of methodologies and strategies that were successful. The research will start from semi-structured sources, aiming to improve contributions, discussions and resolve the concerns observed in the school, political and social environment related to the improvement of the teaching process learning of children with cognitive difficulties. To this end, it is also based on theoretical currents that

1 Projeto apresentado PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI como requisito parcial para ingresso no Mestrado de Educação Profissional. Orientação Prof. Dr. Ivanildo A. Amaral.

2 Project presented GRADUATE PROGRAM IN INCLUSIVE EDUCATION - PROFEI as a partial requirement for admission to the master's degree in Professional Education. Guidance Prof. Dr. Ivanildo A. Amaral.

3 Orientador. Membro do Conselho Editorial da Revista Científica Multidisciplinar o saber - RCMOS.



deal with multiple intelligences, the importance of identifying the intelligences present in these students, the relevance of knowing the process of knowledge construction and for the better understanding and exposition of concepts about autistic perception. The Educational Product will be a set of teaching methodologies and strategies to be applied in the researched school.

**Keywords:** inclusive education; multiple intelligences; diversity; inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto: “Educação para Inclusão: Uma Proposta de Melhoria no Atendimento ao Uso das Inteligências Múltiplas em Crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental” surgiu a partir de inquietações observadas e vivenciadas no espaço escolar, político, administrativo e social sobre o atendimento oferecido às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No aspecto teórico, destaca-se pelas poucas publicações relacionadas à inclusão focando as inteligências múltiplas. No aspecto prático, ele propõe uma contribuição para melhorar o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, favorecendo também todos aqueles que participam da práxis educativa baseada na inclusão.

Segundo Gardner (1995), a escola precisa superar o pensamento classificatório de que QI pode ser medido por escala numérica, e não mais enfatizar os testes padronizados, a procura de um indivíduo médio e de leis gerais de aprendizagem. Para Gardner, a escola deveria ser remodelada de forma a atender às diferenças entre os alunos, em vez de ignorá-las, e ao mesmo tempo garantir para cada pessoa a possibilidade de uma educação que aproveite seu potencial intelectual.

(...) uma prática crescente no país é usar testes padronizados estaduais para determinar o desempenho geral de cada aluno, cada professor e cada escola. (...) os testes padronizados mostram apenas uma imagem limitada do desempenho dos estudantes. Ainda assim, a prática da testagem padronizada continua e, na verdade, aumenta. A opressão produzida por essa prática de foco limitado é disseminada. Muitas escolas hoje focalizam o seu currículo para adaptá-lo a essa medida indiscutivelmente inválida da aprendizagem – uma ação que resulta em um dia escolar fatigante e monótono para todos, quando a prática de memorização e repetição determina a rotina (Gardner, 1995, p 305).

As escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, incluindo aquelas que possuem necessidades educativas especiais. Por que razão, os sistemas educativos devem dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria dos sistemas educacionais para que possam incluir todas as crianças, independentemente da idade, suas diferenças ou dificuldades individuais (DELEVATI, 2021).

Os modelos educacionais aplicados nas instituições brasileiras de ensino, na Educação Básica, não contribuem para resolver os problemas educacionais existentes na sociedade brasileira, como a discriminação contra pessoas com limitações físicas ou cognitivas (TELES, 2018). Quanto a autismo, a OMS aponta que,

O autismo representa um desvio do padrão biomédico do indivíduo, a definição dos seus elementos deve ser fundamentalmente elaborada pelos que, pela sua qualificação, possuem competência para formular juízos sobre o funcionamento físico e mental, de acordo com as normas habitualmente aceitas (OMS, 1989, p.35).

Silva (2015) afirma que ao longo da história, pessoas com características excepcionais receberam tratamento discriminatório.

### 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

2

Como oferecer educação para inclusão e melhoria no atendimento as crianças com TEA?

### 1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância deste tema está na necessidade de compreender, propor e substituir, parcialmente ou não, a metodologia excludente por uma metodologia e estratégias inclusivas, rompendo o paradigma que

atreia a educação especial à socialização para um novo modelo que contemple, também, o aproveitamento e o desenvolvimento das habilidades e competências considerando a multiplicidade das inteligências e as peculiaridades de cada aluno.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Silva, Pedro e Jesus (2017), ao se referirem às políticas de inclusão, bem como, seus aspectos legais e a necessidade de efetivação de práticas menos preconceituosas e segregacionistas,

Nas últimas três décadas o Brasil tem sido palco de uma discussão teórica que se refletiu na aprovação de uma legislação voltada para a educação inclusiva, tendo como foco principal os alunos designados como aqueles com necessidades educacionais especiais. Destaca-se aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambas afinadas tanto aos princípios da Constituição Brasileira de 1988, quanto a documentos internacionais como a Declaração de Jomtien sobre a Educação para Todos, de 1990 e a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais, de 1994. SILVA, PEDRO E JESUS (2017)

Oliveira, em suas reflexões, e reforçando o segregacionismo, aponta que as pessoas com TEA, anterior ao ano de 1993 sequer eram quantificadas nas pesquisas. Neste mesmo ano foram adicionadas, internacionalmente, à Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, somente em 2022, os autistas passaram a fazer parte do censo demográfico do IBGE.

Segundo dados do CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas. São mais de 300 mil ocorrências só no Estado de São Paulo. (OLIVEIRA, 2018)

A inclusão educativa é uma forma de responder e abordar a diversidade no contexto educativo; procura promover a expansão e democratização das oportunidades de formação, no quadro do conceito de aprendizagem ao longo da vida e como um direito; o que implica em um ambiente de aprendizagem que promove o desenvolvimento abrangente, pessoal, escolar e profissional de todos os estudantes, independentemente de etnia, classe social, gênero, necessidade especial, religião, cultura, preferência sexual ou estilos de aprendizagem (HATTGE; SANTOS; COSTA, 2020).

A interação social é inerente ao ser humano. O isolamento, bem como a exclusão proporcionam danos emocionais e psicológicos. Destacam Glat e Blanco: “O caráter interativo surge na relação do sujeito com uma nova aprendizagem. A necessidade educacional especial se manifesta na ação individual e subjetiva de conhecer/aprender um novo ‘conteúdo’ social. (GLAT; BLANCO, 2007, p.6).

O processo de aprendizagem é individual. Considerar a multiplicidade de inteligências é aspecto importante nesse caminho. As peculiaridades de cada aluno devem ser valorizadas e respeitadas sem a segregação das pessoas com dificuldades cognitivas. O tratamento, igualitário e humano deve partir de todos os setores da sociedade, prioritariamente, dos órgãos públicos e das autoridades políticas e estatais, rompendo com a falácia de que, a “inclusão” que se pratica hoje é atendimento diferenciado no Brasil. Incluir não implica mera interação com o outro, abrange também o desenvolvimento e evolução das habilidades e competências.

Essa mudança de olhar é decisiva, pois ao considerar que as **necessidades educacionais especiais se encontram na relação entre o processo ensino aprendizagem do aluno e a proposta curricular** desviamos o foco de atenção, anteriormente centrado nas dificuldades do aluno, direcionando-o para as respostas educacionais que a escola precisa. (GLAT e BLANCO 2007, p. 6, grifos nossos).

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) considera que atenção especial deve ser dada a todos os indivíduos e grupos que não podem exercer seu direito à educação - visando buscar desenvolver o pleno potencial de cada pessoa. A educação inclusiva e de qualidade é um direito de todos os estudantes, de receber a educação que atenda às suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas (UNESCO, 2019).

A Declaração de Salamanca deixa claro esse aspecto quando afirma que “todas as crianças [...] têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de Conhecimentos. (UNESCO, 1994, p. 10).

Orrú (2017) indica que a inclusão é a transformação dos sistemas e culturas educativas, bem como das práticas educativas e da organização das escolas de forma a ir ao encontro das diversas necessidades educativas

dos alunos, de modo a que a aprendizagem e a participação plena de cada criança possam ser alcançadas. A inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos inter-relacionados, a saber: a) a *presença* do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem; b) a sua *participação* efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de ‘estímulos’ de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e c) a *construção de conhecimentos*, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão. (Ainscow, 2004, p.345)

O autismo é uma condição que afeta a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo. Segundo Ferreira e Guimarães (2023) a humanidade sempre buscou explicações para o que é “diferente”, como produto de discriminação e segregação.

(...) os homens foram construindo sua existência e satisfazendo suas necessidades básicas, buscando sempre explicações para os fenômenos naturais, a vida e a morte, a saúde e a doença, seu nascimento, crescimento e desenvolvimento, procurando também compreender a autismo (p.49).

Ferreira e Guimarães (2003) ao citarem Rubem Alves (1998) nos mostra que a percepção do outro é o que estigmatiza e fere. “Se todos fossem cegos, então a diferença não doeria tanto. Ela dói porque, no espanto dos olhos dos outros, está marcado o estigma-maldição: você é diferente. A igualdade é coisa que todos desejam”, (p.73).

As pessoas com TEA ainda são marcadas pela discriminação e segregação por não atenderem às exigências dos padrões culturais relacionados à forma de organização social vigente.

De acordo com Gardner, essas sete inteligências se manifestam no ser humano, mas elas diferem no grau em que se evidenciam. A essência da teoria das Inteligências Múltiplas é respeitar as diferenças existentes entre os indivíduos, defendendo um ensino multimodal em que as crianças também aprendam com as experiências. Se não tivesse trabalhado junto dessas populações – crianças normais e superdotadas e as que haviam sido normais e sofreram danos cerebral – eu nunca teria concebido minha teoria das inteligências múltiplas (IM, como veio a ser chamada depois) (...), todos os dias em que trabalhava, eu entrava em contato com **exceções evidentes** a essa ortodoxia. Encontrei indivíduos com dano cerebral cuja linguagem havia sido muito prejudicada, mas que conseguiam bons resultados em contextos desconhecidos; observei pacientes com dano cerebral com dificuldades em termos espaciais, mas que conseguiam realizar todos os tipos de tarefas linguísticas. (GARDNER, 2010, p. 17. Grifos nossos)

Cabe, por fim, ainda esclarecer que, o uso das inteligências múltiplas pode ser melhorado de maneira natural e saudável, em crianças, permitindo o desenvolvimento delas sem forçá-las.

A teoria das Inteligências Múltiplas consiste em um novo posicionamento em relação ao processo de ensino-aprendizagem proposto por Howard Gardner, baseado na psicologia de Piaget. Essa nova posição descarta o número do quociente de inteligência e defende mais uma inteligência múltipla que inclui até sete dimensões: a dimensão linguística, a lógico- matemático, a visual espacial, a corporal-cinestésica, a musical, a intrapessoal e interpessoal e a naturalista (VERI, 2018).

A partir dessas concepções, surge uma nova perspectiva para a ação docente: avaliador de interesses e habilidades, gestor aluno-currículo, gestor escola-comunidade, coordenador do processo e supervisor do equilíbrio aluno-avaliação-currículo-comunidade (ANTUNES, 2015).

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

4

Compreender o modelo e estratégias educacionais, visando melhorar a inclusão educativa com um melhor uso das inteligências múltiplas dos estudantes com TEA.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o nível de inteligências múltiplas nos alunos da amostra;
- Conhecer as metodologias aplicadas, pelo corpo docente, que resultaram em sucesso insucessos no atendimento aos alunos que possuem TEA;

- Verificar o desempenho, dos alunos, na aplicação do teste voltado para inteligências diferenciadas;
- Elaborar uma proposta, com conjunto de metodologias e estratégias, que foram aplicadas e obtiveram melhores resultados.

#### 4 HIPÓTESES

- A socialização, não segregatória, oportuniza e estimula, pela convivência em sala de aula, uma melhor aprendizagem;
- O tratamento diferenciado, oferecido pelos cuidadores/docentes auxiliares, contribui para o aprendizado;
- O atendimento, voltado para o uso das inteligências específicas e em destaque, produz maiores/melhores resultados;
- As habilidades e competências podem ser melhor desenvolvidas a partir do melhor uso das inteligências que se sobressaem.

#### 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo será realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Martim Lutero, localizada na Rua 519, nº 730, bairro Jardim América, na cidade de Vilhena, Rondônia. A população do estudo será formada de alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental com TEA.

A abordagem quantitativa será utilizada por meio dos seguintes instrumentos:

- Teste aplicados nos alunos para identificação ou localização das inteligências múltiplas, aplicado aos alunos com TEA;
- Questionário aplicado aos professores para conhecer as dificuldades e sucessos no atendimento aos alunos com TEA;
- Teste de verificação direcionado aos alunos com inteligências múltiplas identificadas;
- Registro diário, contendo as mudanças na aprendizagem.

A análise de resultados será feita por meio da tabulação dos dados obtidos nos questionários e apresentados, de forma visual e gráfica, com seus respectivos percentuais e representatividade de cada questão ou item de questão.

#### 6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto Educacional, como legado dessa pesquisa, consiste em um conjunto de metodologias e estratégias docentes, para melhoria no atendimento educacional, a crianças das séries iniciais, do ensino fundamental, baseado na inclusão e no uso das inteligências múltiplas nos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a ser apresentado nas escolas municipais de Vilhena RO.



## 7 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	2023														2024
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	
<b>Projeto de Pesquisa</b>															
Levantamento bibliográfico	X	X													
Fichamento de publicações/textos	X	X													
Elaboração do projeto	X	X													
Entrega do Projeto		X													
<b>Planejamento da Observação</b>															
Amostra - Identificação e construção da amostra			X												
Técnicas - Elaboração dos questionários e testes			X												
<b>Observação inicial – Pré-teste</b>															
Organização do roteiro				X											
Pesquisa de campo - Aplicação de questionário/testes(pré-teste)				X											
Coleta de dados				X	X	X	X	X	X						
<b>Descrição</b>															
Descrição/Tabulação/Tratamento dos dados									X						
Descrição da análise									X						
<b>Observação inicial – Pós-teste</b>															
Organização do roteiro										X					
Pesquisa de campo - Aplicação de questionário/testes(pós-teste)										X					
<b>Interpretação</b>															
Análise interpretativa										X	X				
Conclusões										X	X				
<b>Relatório Final</b>															
Redação Final da dissertação											X	X	X	X	
Revisão do texto												X	X	X	
Apresentação/Defesa														X	
Revisão/Redação final/Entrega														X	

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **O que significa inclusão?** Disponível em: [http:// www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br). Acesso em: 24 jul. 2004.

ANTUNES, Celso. **As Inteligências múltiplas e seus estímulos**. São Paulo: Papirus, 2015.

6

DELEVATI, Aline de Castro. **A política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva (2007-2018): desafios para a constituição de Sistemas educacionais inclusivos no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/221552>. Acesso em 30 dez.2022.

FREITAS, Marcos Cezar. **Deficiências e diversidades: educação inclusiva e o chão da escola**. São Paulo: Cortez, 2022.

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

HATTGE, Morgana Domênica; SANTOS, Francieli Karine dos; COSTA, Daniel Marques. **Inclusão escolar:** um itinerário de formação docente. Lajeado, RS: Univates, 2020.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco Múltiplas Inteligências na Prática Escolar/ Kátia Cristina Stocco Smole - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999. 80 p. ; 16 cm. - Cadernos da TV Escola. **Inteligências Múltiplas.**

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão:** os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

OLIVEIRA. **Um Retrato do Autismo no Brasil.** Revista Espaço Aberto. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil> Acesso em: 16 jan. 2023.

OMS, **Organização Mundial de Saúde.** 1989. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/.../oms](http://www.brasil.gov.br/.../oms)> Acesso em: 16 jan. 2023.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Educação inclusiva:** a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6335/2/475283%20Texto%20Completo.pdf> Acesso em 29 dez.2022.

TELES, Larissa Sampaio. **O direito à inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar:** uma análise da política de educação inclusiva nacional. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em (<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21835/3/DireitoInclus%C3%A3oPessoa.pdf>). Acesso em 29 dez.2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO, Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação.** Brasília: UNESCO, 2019.

VERI, Carolina B. **Inteligências múltiplas para todo aprendizado.** Joinville, SC: Clube de Autores, 2018.

## Ensino de matemática e inclusão de pessoas com deficiência visual<sup>1</sup> *Teaching mathematics and inclusion of visually impaired people<sup>2</sup>*

Marcos Rallo Brancalion

Submetido em: 20/01/2023  
Aprovado em: 21/01/2023  
Publicado em: 25/01/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.475

### RESUMO

O presente trabalho discute o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em salas de aula regulares, em especial, para o ensino de Matemática. **Objetivo:** refletir sobre a importância da capacitação do docente para o ensino da matemática a alunos com deficiência visual total ou parcial a fim de garantir a inclusão escolar. **Metodologia:** Trata-se de estudo de revisão bibliográfica, cujo levantamento da produção científica foi realizado em teses e dissertações publicados em língua portuguesa sem período definido. As pesquisas foram realizadas na base de dados da Scielo e no Domínio Público. No que tange a análise de dados, primeiramente selecionou-se o material bibliográfico a partir dos parâmetros previamente estabelecidos. A próxima etapa consistiu na análise dessas informações, considerando, principalmente o conteúdo das afirmações contidas nos textos selecionados. Os dados foram analisados com base em procedimentos qualitativos no qual foi possível compor uma análise explicativa. **Resultados e discussões:** Apesar da escassez de materiais encontrados na literatura acerca do tema, afirmam a importância da capacitação de professores para o ensino de matemática a deficientes visuais e ressaltam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas, que contribuam para a formação dos docentes de matemática, visando a capacitação destes para ensinar um aluno com deficiência visual em sua sala de aula. **Considerações finais:** Há que se ter um olhar humanizado às reais necessidades de todos os alunos, em todos os níveis da educação, a fim de que os participantes do processo ensino-aprendizagem estejam imbuídos do mesmo espírito: a construção e o desenvolvimento do ser humano.

**Palavras-chave:** Inclusão – deficiência visual – Matemática - formação

### ABSTRACT

This paper discusses the process of inclusion of students with visual disabilities in regular classrooms, for the teaching of Mathematics. **Objective:** To reflect on the importance of teacher training for teaching mathematics to students with full or partial visual impairment in order to ensure school inclusion. **Methodology:** This is bibliographic review, whose scientific production survey was conducted of published theses and dissertations in English without a defined period. The surveys were conducted in the database Scielo and the Public Domain. Regarding data analysis, first you selected the bibliographic material from the previously established parameters. The next step was the analysis of this information, considering mainly the content of the statements contained in the selected texts. The data were analyzed based on qualitative procedures in which it was possible to write an explanatory analysis. **Results and discussion:** Despite the shortage of materials found in the literature on the subject, affirm the importance of teacher training for the teaching of mathematics to visually impaired and underscore the need for further research, to contribute to the training of mathematics teachers, aimed at training these to teach a student with visual impairment in their classroom. **Final Thoughts:** It is necessary to have a humanized look to the real needs of all students, at all levels of education, so that the participants in the teaching-learning process are imbued with the same spirit: the construction and development of the human being.

**Key words:** Inclusion - visual impairment - Mathematics – training

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme o artigo 205 da Constituição federal de 1988, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao programa de Especialização em Docência no Ensino Superior das Faculdades Metropolitanas, como requisito final para obtenção do título de Especialista. **Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Ms. Janaína Maria Ralo.

<sup>2</sup> Article presented to the Specialization program in Teaching in Higher Education of metropolitan colleges, as a final requirement to obtain the title of Specialist. **Advisor:** Prof.<sup>a</sup> Ms. Janaína Maria Ralo.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Assim todos os indivíduos devem estar conscientes de que a sociedade deve se estruturar para atender a todos cidadãos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura o número de pessoas com deficiência matriculadas na rede regular de ensino de educação básica em 1998 era de 200 mil, já em 2014 eram aproximadamente 900 mil (MEC, 2015).

A Secretaria de Educação Especial classifica os alunos que necessitam de educação especial da seguinte maneira: portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física ou múltiplas, portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de superdotação (SEESP/MEC - 1994).

Conforme dados do Censo Escolar 2014 do INEP/MEC o número de matrículas na Educação Inclusiva, isto é, de alunos com deficiência matriculados em escolas regulares, cresceu nos últimos anos. Em 2008 eram 507.971 alunos matriculados, já em 2014, 1.074.543.

A Educação Inclusiva vem crescendo no país, ainda que lentamente, pois existem leis que a definem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -Lei nº 4.024/61 e Lei nº 9.394/96, a Lei 5.692/71, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069/90, o Decreto-Lei 3298/99 e a Lei 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação.

Atualmente pessoas com deficiência circulam em todo e qualquer espaço público, porém muitas ações são necessárias no campo da saúde para que ocorram, de fato, os princípios previstos em lei. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência incentiva em seu artigo 4º, alínea i, a promoção e capacitação de profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, a fim de poderem prestar melhor assistência e serviços assegurando tais direitos. No artigo 25 desta Convenção, está previsto que os profissionais de saúde deem atendimento com o mesmo padrão e mesma qualidade do que é dado as pessoas sem deficiência.

A Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 2º, considera que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Já a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) distingue deficiência de incapacidade da seguinte forma:

- “Deficiência: Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente.

- Incapacidade: Restrição resultante de uma deficiência da habilidade de desempenhar uma atividade considerada normal que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência” (CIF, 2003, p. 267)

2

A compreensão de que a deficiência é uma condição que envolve toda a sociedade, traz a proposição da eliminação de barreiras físicas e sociais, a fim de favorecer a interação social. Desse modo torna-se imperativo estender a discussão sobre a inclusão para todos os componentes curriculares, e não a resumir apenas à alfabetização.

No que tange à temática desse estudo, o Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro 2004 define que a deficiência visual se dá quando a acuidade visual da pessoa é igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas situações (BRASIL, 2004).



Para a composição de um adequado processo de inclusão escolar, é preciso oferecer aos docentes uma formação humanista, que aborde as situações de deficiências e as necessidades especiais de cada pessoa. A legislação assegura a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e prevê o atendimento educacional especializado (BRASIL,2011). Porém, apesar das modificações realizadas pelas novas diretrizes curriculares, a verdade é que a formação dos professores, em sua maioria, ainda não aprofunda o tema e as instituições possuem currículos e programas pouco flexíveis.

Os sistemas de ensino precisam fornecer o apoio necessário para a qualificação do docente, inserindo-o num contexto social em que as ciências e as novas tecnologias possam trazer conhecimentos que precisam ser socializados. As escolas inclusivas não devem somente efetivar as matrículas de alunos com deficiência, mas também proporcionar a todos os alunos um ensino que os faça desenvolver. Neste contexto o docente tem um papel necessário e indispensável para um real e efetivo processo de inclusão.

As estratégias de ensino para cada tipo de deficiência devem ser trabalhadas durante a formação do docente, a fim de que sejam capazes de elaborar projetos individuais que possam ser trabalhados por todo o grupo em uma sala de aula, Estes projetos devem levar em conta o percurso, o ritmo e o modo de aprendizagem do aluno, considerando suas necessidades especiais.

No caso de deficientes visuais é possível eles conhecerem por meio de equações, fórmulas químicas e mesmo com experimentos, os objetos do mundo e as teorias. O conhecimento destas pessoas se desenvolve pelos processos mentais associados as experiências ligadas aos outros sentidos: audição, olfato, tato, paladar.

A Inclusão ainda é um tema novo para a Educação Matemática e ainda pouco pesquisado, com poucos trabalhos e pesquisas concluídos (GASPAR,2013; ARAUJO, 2005).

No que tange à deficiência visual, o ensino da matemática torna-se ainda mais desafiador, pois faz-se necessário mostrar ao aluno as formas geométricas, as representações dos números, por exemplo. Porém aos deficientes visuais, em especial os que apresentam a deficiência congênita, o processo de aprendizagem acaba sendo dificultado, uma vez que não apresentam memória visual. No entanto, é preciso desenvolver métodos por meio dos demais sentidos, criando associações para que eles possam identificar as figuras e resolver os problemas.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010, havia no Brasil, aproximadamente 506 mil pessoas que declararam total incapacidade de enxergar (IBGE, 2010).

E ainda de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC de 2005, o Brasil apresentava cerca de 63.000 alunos com acuidade visual fora dos padrões normais matriculados em Escolas Especiais ou Regulares.

No entanto, apesar da escassez de pesquisas sobre a temática há pesquisadores que propuseram iniciativas, como aplicativos de informática, para trabalhar as necessidades de cada aluno em salas de aula regulares. O conhecimento destas novas práticas pelo Professor de Matemática, é defendido pela equipe do projeto Rumo à Educação Matemática Inclusiva, que reuniu pesquisadores, professores e alunos para desenvolver cenários inclusivos para a aprendizagem matemática, como:

- MATRIZMAT: Ferramenta planejada para oferecer diferentes estímulos sensoriais para aprendizes com deficiência visual em classes inclusivas, a fim de facilitar o acesso ao conceito matemático de matrizes (SILVA,2012)
- RITMÁTICA: Micromundo no qual o aluno pode trabalhar matematicamente com som e/ou com imagens visuais e dinâmicas para explorar ideias relacionadas à razão e proporção. O ponto de partida para o seu design foi o uso de ritmos e polirritmos como expressões matemáticas. (CARRILHO,2013)

Apesar de escassas, há iniciativas para viabilizar o aprendizado de alunos com deficiência visual para

o ensino da matemática, a exemplo das experiências citadas anteriormente, no entanto indaga-se: como tem se dado a formação dos docentes para que estes possibilitem o ensino de matemática aos alunos com deficiência visual?

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da capacitação do docente para o ensino da matemática a alunos com deficiência visual total ou parcial a fim de garantir a inclusão escolar.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão bibliográfica, cujo levantamento da produção científica foi realizado em teses e dissertações publicados em língua portuguesa sem período definido, ou seja, todas as publicações disponíveis na literatura serão incluídas no estudo, uma vez que há expressiva escassez de estudos em relação à temática. As pesquisas foram realizadas na base de dados da SCielo e no Domínio Público.

Os termos utilizados para a busca foram: Inclusão, Educação Inclusiva, Matemática Inclusiva, Deficiência visual.

No que tange a análise de dados, primeiramente selecionou-se o material bibliográfico a partir dos parâmetros previamente estabelecidos, levando em consideração o seguinte critério de seleção: estudos que abordassem a importância da capacitação dos docentes para o ensino e aprendizagem de matemática a alunos com deficiência visual total ou parcial, possibilitando a inclusão educacional.

A próxima etapa consistiu na análise dessas informações, considerando, principalmente o conteúdo das afirmações contidas nos textos selecionados. Finalmente, a última etapa resultou na análise e reflexão dos documentos relacionados à apreensão do problema, na perspectiva de identificar as possíveis soluções considerando o objetivo do estudo. Após, realizou-se uma síntese de cada artigo, contendo autores/ano; objetivos; resultados e conclusões. Os dados foram analisados com base em procedimentos qualitativos no qual foi possível compor uma análise explicativa.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em pesquisa nas bases de dados da SCielo e no Domínio Público foram encontradas 12 publicações que tratavam de inclusão escolar de pessoas com deficiência visual, entre os anos de 2005 e 2015. Dentre eles foram analisados os resultados de 5 artigos científicos (ARAÚJO, 2005; FERNANDES E HEALY, 2010; RODRIGUES, 2010; GASPAR et. al, 2013; OLIVEIRA, 2015), 1 dissertação de mestrado (SILVA, 2012) e 1 tese de doutorado (FERNANDES, 2008), uma vez que somente esses atendiam aos critérios de inclusão do estudo.

Em sua maioria os estudos indicaram a eficácia do uso de recursos didáticos como o Soroban, o Multiplano, Pranchas com figuras geométricas, e ainda caixinhas plásticas imantadas. (ARAÚJO, 2005; FERNANDES E HEALY, 2010; GASPAR et. al., 2013; OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2012).

4

Gaspar et. al. (2013) em estudo cujo objetivo era ensinar geometria para alunos com deficiência visual por meio da integração do Multiplano<sup>3</sup>, verificou que seu uso proporcionou ao aluno deficiente visual uma visão geométrica com mais consistência, e ainda possibilitou a superação de obstáculos na resolução do cálculo de perímetro e área de figuras planas, e o volume de sólidos geométricos.

Como exemplo cita-se o cálculo da área e volume de um sólido geométrico (cubo), apresentando ao aluno com deficiência apenas a soma total das arestas deste sólido. Sem o auxílio do Multiplano o aluno respondeu rapidamente no papel que não sabia a resposta, em contrapartida, tendo a ferramenta à sua disposição por meio do

<sup>3</sup> O Multiplano é uma ferramenta que possibilita, através do tato, a compreensão de conceitos matemáticos pelo deficiente visual.

tato foi possível ele montar a figura, que o ajudou a construir o raciocínio para chegar à resposta. Percebe-se, portanto, que o recurso é potente, porém se o aluno não for instrumentalizado para seu uso manterá a resposta sobre não saber; daí a necessidade de o docente conhecer o recurso e ensinar como o aluno para utilizá-lo.

Araújo (2005), em pesquisa sobre o ensino da matemática para pessoas com deficiência visual, ratifica a importância da formação de docentes de matemática visando sua capacitação para saber lidar com as necessidades especiais de cada aluno. A pesquisa realizada no Distrito Federal constatou que são oferecidas aos cidadãos com deficiência visual, desde a pré-escola, uma escola especializada com professores que são - ou deveriam ser - capacitados, já que o Governo do Estado oferece aos profissionais interessados, cursos para essa capacitação. Também é oferecido junto a Secretaria de Educação apoio material e psicológico aos deficientes visuais para o dinâmico aprendizado de disciplinas como a Matemática que necessita da utilização de um material concreto para sua compreensão, tanto para alunos com necessidades visuais quanto para os alunos que apresentam outras necessidades educacionais (ARAÚJO, 2005).

Apesar da iniciativa descrita acima ser muito relevante, observa-se que ainda são criados espaços de exclusão para o deficiente, a exemplo da escola especializada descrita pelo autor, em detrimento da inclusão desse grupo na rede regular de ensino.

O desafio da inclusão está previsto na Constituição Brasileira em seu artigo 208, no qual propõe que é dever do Estado garantir «atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino». Pois, a legislação obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança com deficiência tem direito ao acesso à educação na rede regular de ensino sendo dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela mediante oferta de capacitações para eles.

Já Oliveira (2015) versa sobre a inclusão de alunos cegos no sistema escolar brasileiro e sobre a importância dos Códigos Braille e do Soroban<sup>4</sup> nas aulas, principalmente na disciplina de Matemática. Neste artigo verifica-se o histórico da utilização do Soroban no Brasil. Para os alunos com deficiência visual, a utilização do Soroban é um grande avanço na aprendizagem matemática. Usufruir de um instrumento de cálculo das quatro operações matemáticas fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão) que desenvolve habilidades essenciais para a compreensão de conceitos básicos da Matemática é um ganho muito grande que vem a refletir até mesmo nos alunos videntes, pois o trabalho com o Soroban em sala de aula apresenta a mesma eficácia, tanto para alunos videntes quanto deficientes visuais (OLIVEIRA, 2015).

Isso é inclusão, puder ensinar dentro de uma mesma sala de aula atendendo as singularidades de cada aluno, sem que haja a necessidade de todos os alunos utilizarem as mesmas ferramentas. Ao mesmo tempo em que se observa que a utilização destas ferramentas por todos os alunos, videntes e deficientes visuais, contribuiu para que o processo ensino aprendizagem de matemática.

Em estudo sobre o ensino de conceitos matemáticos como área, perímetro e volume para pessoas com deficiência visual congênita, elaboraram materiais que permitem a exploração tátil de figuras geométricas. Foram confeccionadas, pelas autoras, placas de madeira com EVA, sendo recortadas figuras geométricas (quadrados e retângulos), além de cubos menores (1 cm de aresta) para que fossem colocados dentro dos recortes. Percebeu-se que após tatearem os recortes e utilizarem os cubos pequenos como referência, foi possível aos alunos construírem corretamente o conceito de área e perímetro de cada figura (FERNANDES; HEALY, 2010).

Já Silva (2012) em sua tese identificou que o uso do MATRIZMAT possibilitou aos alunos com deficiência visual entender o conceito de matriz, qual sua importância e como realizar as operações de adição e subtração. São utilizadas caixas plásticas que podem ser preenchidas com quaisquer tipos de peças (botões,

4 O Soroban é um objeto utilizado há muitos anos por japoneses para realizar cálculos matemáticos nas escolas, bancos, profissionais de engenharia e outros. É um objeto de simples manejo e torna os cálculos mais concretos.

números em EVA, ou números em Braille). As caixinhas são imantadas, o que permite a construção de matrizes de qualquer ordem. (SILVA, 2012)

A utilização de materiais de baixo custo que estão ao alcance de todos envolve a criatividade do professor em confeccionar materiais que possam possibilitar o aprendizado de diferentes conceitos matemáticos (geometria, álgebra etc.), e assim atender as necessidades de cada aluno, mas para isso é preciso que tenha tido capacitação para fundamentar a criação dos materiais.

Nota-se, hoje em dia, a existência de muitas ferramentas para o ensino de conceitos e operações matemáticas a alunos com deficiência visual. Constata-se por meio dos resultados apresentados nos trabalhos citados a importância de utilização de ferramentas que permitam a exploração do sentido mais aguçado a estes alunos: o tato.

A exploração tátil torna-se o melhor método de ensino-aprendizagem de matemática para eles, e para os alunos videntes, o que facilita a inclusão dos alunos com deficiência e favorece a interação entre professores e alunos videntes.

Em sua maioria, os artigos salientam sobre a necessidade do desenvolvimento de pesquisas, que contribuam para a formação dos docentes de matemática, visando a capacitação destes para ensinar um aluno com deficiência visual em sua sala de aula. Ressalta-se que também cabe aos docentes promover reflexões sobre a educação especial, particularmente sobre o deficiente visual buscando oferecer a eles oportunidades iguais aos que não possuem deficiência.

Assim é imprescindível que os professores estejam capacitados e atualizados sobre estudos e ferramentas necessárias para a inclusão escolar de alunos com deficiência visual parcial ou total, possibilitando a eles o aprendizado da matemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu apreender a importância da capacitação dos professores para trabalhar com as necessidades de seus alunos em sala de aula. Os artigos permitiram refletir que cabe a nós docentes buscar a capacitação necessária para o ensino da matemática, e ainda promover reflexões em âmbito nacional sobre a oferta de cursos que preparem os docentes para o ensino dos alunos com deficiência visual parcial ou total, preferencialmente em escolas regulares.

Contudo esbarramos numa problemática neste âmbito, pois nem todos os professores estão capacitados a lidar com as diferentes necessidades educacionais de seus alunos em sala de aula. Não há conhecimento por parte dos docentes sobre o que é realmente inclusão, e ainda mais, de quais ferramentas existem e como elas funcionam. E esse desconhecimento, em alguns casos, se dá pela falta de busca das informações necessárias pelos próprios docentes, e em outros casos pela falta de formações específicas em nossas instituições de ensino superior que possam capacitar seu corpo docente para o desenvolvimento de práticas inclusivas em salas de aula.

6

Há que se ter um olhar humanizado às reais necessidades de todos os alunos, em todos os níveis da educação, a fim de que os participantes do processo ensino-aprendizagem estejam imbuídos do mesmo espírito: a construção e o desenvolvimento do ser humano.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. O. *A Inclusão social e o ensino da Matemática aos portadores de deficiências visuais no Distrito Federal*, Brasília, 2005.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, 1994.

CARRILHO, R. RITMÁTICA – micromundo que trabalha Matemática através de sons, 2013.

Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010, disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf).

Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2014, disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo.htm>.

Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2015, disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo.htm>.

Classificação Internacional de Funcionalidade- CIF 2003, [http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF\\_port\\_%202004.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf)

Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência, (CORDE), Brasília, 2003.

Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

Decreto nº 7611/11, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

FERNANDES, S.H.A.A. *Das experiências sensoriais aos conhecimentos matemáticos: uma análise das práticas associadas ao ensino e aprendizagem de alunos cegos e com visão subnormal numa escola inclusiva*, disponível no site [www.matematicainclusiva.net.br](http://www.matematicainclusiva.net.br). Tese (Doutorado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

FERNANDES, S.H.A.A., HEALY, L. e SERINO, A.P.A. *Das relações entre figuras para relações em um espaço matematizável: as percepções de alunos cegos sobre transformações geométricas*, 2012.

GASPAR, J.C.G. (et. al) *O Ensino de Geometria para alunos com deficiência visual por meio do Multiplano*, artigo publicado no VI Congresso Nacional de Ensino da Matemática, CANOAS, 2013.

LIMA, P. A. *Educação Inclusiva: Indagações e ações nas áreas de educação e saúde*, São Paulo – Ed. Avercamp, 2010.

OLIVEIRA, S. C. O trabalho com o Soroban na inclusão de alunos deficientes visuais nas aulas de Matemática, Minas Gerais, 2015.

Política Nacional de Educação Especial – PNEE, 1994

RODRIGUES, T.D. *Educação Matemática Inclusiva*, disponível no site <http://periodicos.uems.br>. Artigo sobre uma pesquisa de Mestrado da UNESP – Rio Claro/SP. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Paranaíba/MS, 2010.

7

SILVA, G.G. *O ensino de matrizes: um desafio mediado para aprendizes cegos e aprendizes surdos*. Disponível no site [www.matematicainclusiva.net.br](http://www.matematicainclusiva.net.br). Tese (Mestrado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

SILVA, G.G. MATRIZMAT - aplicativo que conceitua matizes para alunos cegos, 2012.

**Bibliotecários da Universidade Licungo de Moçambique na localização e disponibilização de informações pertinentes aos utentes**  
*Librarians of Licungo University of Mozambique in locating and providing information pertinent to users*

Vitorina Helena Dias Chuire.  
Email: vitorinachuire99@gmail.com  
Jaime Ernesto Naene.  
Email jaimenane@gmail.com

Submetido em: 22/01/2023

Aprovado em: 23/01/2023

Publicado em: 27/01/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.476

## RESUMO

O presente artigo teve como propósito compreender o que está na origem das dificuldades que os profissionais da Biblioteca da Universidade Licungo, Extensão da Beira, possuem em matéria de busca de informações no catálogo electrónico, disponível em linha, para ajudar aos utentes na disponibilização das informações. Para tanto, foi utilizado o método bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo e, a técnica de entrevista não estruturada para a coleta de dados no local de estudo. A pesquisa sucedeu na instituição previamente indicada e teve como amostra representativa seis bibliotecários. A partir da análise qualitativa foi possível concluir que, os bibliotecários carecem de capacitações, não apenas com frequência, mas também de acordo com a atualização do sistema de localização de informação e domínio de informática; as capacitações já oferecidas pela instituição estão em um número bastante reduzida, o que de certa forma impacta negativamente em suas atividades; nota – se também que há falta de trabalho em equipa porque se percebe em parte que, as dificuldades dos bibliotecários são individualizadas. Sugere – se que, além de acentuar as capacitações, haja a disponibilização de mais recursos informáticos, inclusive o sistema de segurança, de modo a evitar furto de livros.

**Palavras – chave:** Biblioteca. Catálogo electrónico. Bibliotecários. Utenes. Uni Licungo

## ABSTRACT

The purpose of this article is to understand what is at the origin of the difficulties that the professionals of the Licungo University Library, Beira Extension, have in terms of searching for information in the electronic catalogue, available online, to help users in providing information. Therefore, the bibliographic method was used to theoretically support the study, and the unstructured interview technique for data collection at the study site. The research took place at the previously indicated institution and had six librarians as a representative sample. From the qualitative analysis it was possible to conclude that librarians lack training, not only frequently, but also according to the updating of the information location system and computer skills; the qualifications already offered by the institution are in a very reduced number, which in a certain way negatively impacts its activities; It is also noted that there is a lack of teamwork because it is perceived in part that the librarians' difficulties are individualized. It is suggested that, in addition to enhancing training, more computer resources should be made available, including the security system, to prevent book theft.

**Keywords:** Library. Electronic catalogue. Librarians. Users. Uni Licungo

## 1 INTRODUÇÃO

1

A biblioteca principal da Universidade Licungo, Extensão da Beira, disponibiliza recursos bibliográficos nos formatos físicos e electrónicos. O uso do catálogo electrónico disponível em linha, possibilita ao utente a identificação de documentos a qualquer momento e em qualquer local, bastando para tal possuir um dispositivo electrónico ligado a internet. Para isso, há um porém de que, os profissionais da biblioteca são um alicerce para os utentes, pois, sendo que eles é que orientam o uso correto do catálogo electrónico aos utentes de modo que haja fluidez em suas buscas, devem ser altamente qualificados.

É no contexto das dificuldades dos profissionais da biblioteca que o presente artigo foca sua abordagem,

uma vez que nos mesmos tem – se observado dificuldades significativas em perceber com precisão o catálogo electrónico disponível em linha, com impacto no nível de orientação aos utentes, no acesso a biblioteca electrónica. Nesta senda, aliado ao problema em alusão, nota – se por sua vez, maior número de utentes com problema de uso de catálogo disponível cuja ajuda recai sempre nos profissionais da área. Entretanto,

não basta disponibilizar livros e periódicos, bases de dados e equipamentos de última geração, é preciso que tais recursos sejam mobilizados a favor de seus usuários. A mobilização requer estudos em Ciência da Informação junto a outras áreas das Ciências Sociais, pois o diálogo permite incentivar as conexões entre os sistemas de informações e os indivíduos na busca pela informação (Neves, 2006, citado por Sousa & Fujino, 2012, p. 2).

Em tudo, a questão que se levanta é: *o que está na origem das dificuldades dos profissionais da biblioteca da Universidade Licungo, Extensão da Beira, no uso de catálogo electrónico para melhor ajuda à utentes no acesso à biblioteca electrónica disponível?*

A reflexão que os autores procuram trazer surge da inquietação dos profissionais da biblioteca em buscar ajuda durante as realizações diárias das suas atividades na biblioteca da Universidade, desde 2012 até na atualidade. Mais ainda, pretende – se com a pesquisa, trazer uma outra dinâmica de forma a melhorar o atendimento dos utentes no acesso a biblioteca electrónica em linha.

Assim, o objeto de estudo, são os profissionais da biblioteca em alusão, cuja amostra ficou constituída por seis participantes. O objetivo proposto é compreender o que está na origem das dificuldades que os profissionais da Biblioteca da Universidade Licungo – Beira possuem em matéria de busca de informações no catálogo electrónico, disponível em linha, para ajudar aos utentes na disponibilização das informações.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Definição de conceitos

Para Ribeiro (1996), o termo biblioteca surge na Grécia com o significado de “cofre do livro” e, por extensão, designando o local onde os livros eram conservados, bem assim como as colecções de livros em si mesmas.

A maioria dos conceitos apresentados por muitos autores diz respeito aos relacionados à Biblioteca Virtual e Digital que, conforme enfatiza Krzyanowski (1997), não vem substituir as bibliotecas tradicionais, mas adicionar aos usuários outras opções de acesso às informações registradas. Alguns autores deixam claro essa questão, outros demonstram preocupação em conceituar esses termos.

Zang et al (2000), em uma primeira análise, comparam o conceito de biblioteca virtual com o de uma biblioteca no seu aspecto ambiente físico. Neste sentido, referem-se à biblioteca virtual como aquela que não existe fisicamente.

Nesta linha de pensamento, Rezende (2000) destaca que o conceito de biblioteca virtual se relaciona com o conceito de acesso através de redes a recursos de informações disponíveis em sistemas de base computadorizada, criando a oportunidade de melhoria da qualidade dos serviços e produtos da biblioteca que devem visar à eficiência, à qualidade, ao serviço orientado ao usuário e ao retorno de investimento, mesmo que de forma indireta, otimizando a prestação de serviços da empresa em questão.

Para Lemos apud Pereira & Rutina (1999), uma biblioteca virtual pode conceituada como sendo aquela que, proporcionando todos ou a maior parte dos serviços de uma biblioteca tradicional, inclusive o acesso aos textos dos documentos, somente existiria de forma latente, mostrando-se à medida que, lançando mão dos recursos disponíveis na Internet, com o emprego dos vínculos de hipertexto, o usuário fosse colhendo, em todos os pontos, as informações do seu interesse.

Para Marchiori (1997), biblioteca virtual é conceituada como sendo um tipo de biblioteca que, para sua existência, depende da tecnologia da realidade virtual, que criaria o ambiente de uma biblioteca com salas, estantes, entre outros cenários.

Com relação ao termo biblioteca digital, parece haver um certo consenso entre os autores, que consideram, neste caso, a existência da informação apenas na forma digital. Para Zang et al (2000), o conceito digital parece não permitir muitas alternativas: é uma forma de apresentação de acervo. O acervo pode ser digital, nas diferentes

formas de mídia: disquete, disco rígido, fita e disco compacto. Utilizando o mesmo conceito, Macedo & Modesto (1999) consideram que a biblioteca digital não contempla materiais convencionais impressos como livros, já que estes seriam convertidos/digitalizados para o formato digital. Assim, também, para Pereira & Rutina (1999), a biblioteca digital seria aquela que teria, além de seu catálogo, os textos dos documentos de seu acervo armazenados de forma digital, permitindo sua leitura na tela do monitor ou sua importação para o disco rígido do computador.

Para Cunha (2000), bibliotecas digitais são simplesmente um conjunto de mecanismos eletrônicos que facilitam a localização da demanda informacional, interligando recursos e usuários. Deixando bem claro a diferença entre biblioteca digital e as demais bibliotecas, observa-se em Marchiori (1997) que, biblioteca digital difere das demais, porque a informação que ela contém existe apenas na forma digital, podendo residir em meios diferentes de armazenagem, como as memórias eletrônicas (discos magnéticos e óticos). Desta forma, a biblioteca digital não contém livros na forma convencional, e a informação pode ser acessada, em locais específicos e remotamente, por meio de computadores.

Segundo Marchiori (1997), biblioteca eletrônica é o termo que se refere ao sistema no qual os processos básicos da biblioteca são de natureza eletrônica, o que implica ampla utilização de computadores e de suas facilidades na construção de índices on-line, busca de textos completos e na recuperação e armazenagem de registros.

Para Machado et al (1999), a biblioteca eletrônica é a que está totalmente automatizada, disponibilizando os seus serviços aos utentes de forma on-line. Complementando, Machado et al (1999), citando Cunha (2000), referem-se à biblioteca eletrônica como aquela que o seu acervo, catálogo e serviços são desenvolvidos em suporte eletrônico.

Efetuando-se uma reflexão a partir desses conceitos, observa-se o que a maioria das bibliotecas tem disponibilizado aos usuários. Trata-se de bibliotecas eletrônicas, apesar de serem rotuladas normalmente bibliotecas virtuais. Neste sentido, Macedo & Modesto (1999) colocam que, no ambiente da biblioteca eletrônica, a informação impressa coexiste com a eletrônica e consideram a biblioteca eletrônica como a réplica eletrônica da biblioteca tradicional, o que vem confirmar a reflexão acima.

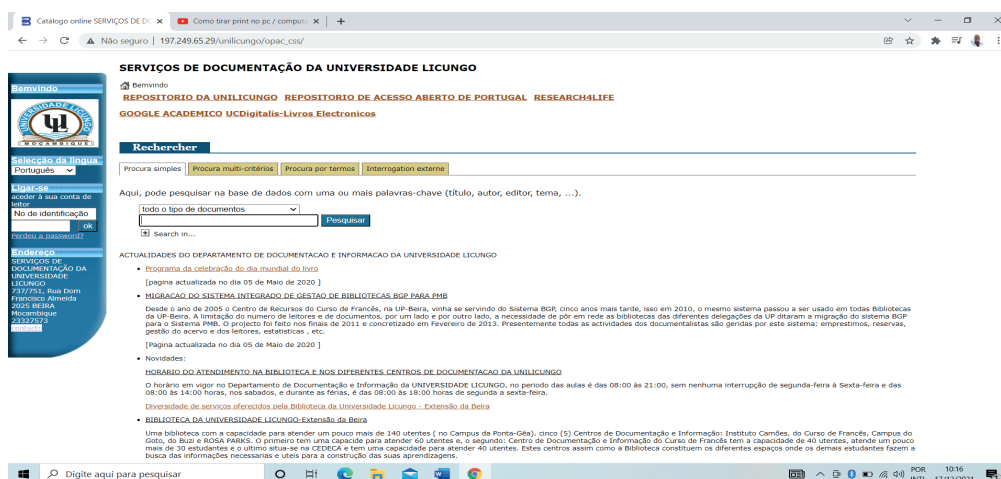
Não menos importante, é fundamental entender o conceito de **catálogo eletrônico**, um termo associado à biblioteca eletrônica, que de acordo com Arruda (2002) é um meio principal para difundir o conteúdo da coleção, da biblioteca, sendo que é o conjunto de fichas que determina a existência ou não de uma certa obra conhecida pelo autor, título, a sua localização e o que possui a biblioteca a cerca de um certo assunto e onde pode ser encontrado.

Segundo Queiroz e Araujo (citando Fiúza 1980), **o catálogo** é uma ferramenta informacional que através de pontos de acesso (autor, título, ano, mês, compilador etc.) descritos das obras pelos bibliotecários, há possibilidade na recuperação da informação dos materiais contidos nas unidades de informação, independentemente do tipo de biblioteca seja ela (escolar, universitária, etc.) por parte dos usuários na realização das suas pesquisas.

Desta feita é no catálogo onde se efetua a procura de informações contidas na biblioteca, que previamente foram introduzidas pelos profissionais no sistema de gestão eletrônico da biblioteca. Assim para procurar uma informação no sistema de gestão da biblioteca basta introduzir na página de procura(OPAC) o título da obra, ou tema, apelido do autor, palavras chaves, sinônimos das palavras, e entre outros aspectos.



## Imagem 1: Catálogo eletrônico da Universidade Licungo



Fonte: [http://197.249.65.29/unilicungo/opac\\_css/](http://197.249.65.29/unilicungo/opac_css/)

### 2.2 Ação mediadora do bibliotecário universitário

As funções social, educativa e investigativa do bibliotecário universitário são evidenciadas, quando esse profissional da informação é compreendido como um agente mediador nas iniciativas formadoras de Competência em Informação.

Apesar da natureza embrionária, o conceito de mediação da informação apresentado por Almeida Júnior (2009), possui relevância ao incorporar todo o fazer do profissional da informação, conforme constatado a seguir: toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009, p.92)

De modo análogo, as iniciativas formadoras de Competência em Informação contemplam a participação ativa dos bibliotecários universitários, dos docentes e dos usuários no desenvolvimento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes referentes ao uso efetivo e eficaz dos recursos informacionais disponíveis. Consoante Almeida Júnior (2009), a mediação da informação não está restrita aos serviços de atendimento da biblioteca, pois as atividades realizadas nos demais sectores também visam à satisfação das necessidades informacionais dos usuários.

O tópico de mediação da informação remete à presença dos usuários, ou seja, um conjunto de indivíduos que participam ativamente do processo de apropriação das informações para preencher as lacunas existentes em determinado estado de conhecimento. Os usuários competentes em informação reconhecem as suas necessidades informacionais, além de saber identificar e localizar as fontes principais de informação no processo de aquisição do conhecimento. Para tanto, é imprescindível a figura do mediador como alguém capaz de contribuir nas atividades de organização, de processamento e de transmissão das informações adequadas em determinado ambiente.

De modo correlato, Santos, Almeida Júnior e Belluzzo (2015) demonstram que a atuação profissional do bibliotecário está direcionada à função social da biblioteca no âmbito da mediação e da Competência em Informação.

4

A ação mediadora do bibliotecário universitário visa à satisfação das necessidades informacionais dos usuários para atuarem ativamente na sociedade da informação.

Existe a possibilidade de articulação entre a ação mediadora do bibliotecário universitário nas iniciativas formadoras de Competência em Informação e as categorias pertencentes ao fenômeno de mediação do conhecimento humano de Zins (2007, p.529):

i□ Recursos: O conhecimento é derivado da capacidade dos usuários de utilizarem, de modo eficiente e eficaz, os recursos disponíveis. A formação de usuários competentes em informação assegura a identificação e a recuperação das fontes principais de informação. Segundo Zins (2007, p.530), a noção de recursos está

relacionada com o conceito de qualidade. No ambiente universitário, as atividades de ensino, pesquisa e extensão dependem da assimilação das informações de cunho científico.

Santos (2017), afirma que, o bibliotecário universitário, enquanto agente mediador nas iniciativas formadoras de Competência em Informação, tem a função de identificar, de organizar e de transmitir aos usuários as informações concernentes aos principais autores, às bases de dados e aos canais de comunicação científica das respectivas áreas do conhecimento integrantes da estrutura universitária. Para tanto, deve trabalhar conjuntamente com o apoio docente, como forma de possibilitar a concretização das práticas de levantamento e de sistematização da literatura científica.

ii □ Profissionais de informação: O bibliotecário universitário está inserido na categoria de profissionais da informação, visto que deve possuir os Conhecimentos, as Habilidades e as Atitudes destinados à ação mediadora no processo de formação de usuários competentes em informação. Relacionado a isso, para Zins (2007), é possível identificar três aspectos profissionais relevantes: características da personalidade; conhecimento teórico e aplicação do conhecimento. Dentre as características da personalidade, Zins (2007) destaca a capacidade de preservar a mente aberta e ter sensibilidade para as questões éticas.

iii Os Conteúdos: As iniciativas formadoras de Competência em Informação são marcadas pela integração de conteúdos concentrados no uso adequado das informações disponíveis e dos recursos tecnológicos relacionados, como forma de possibilitar a participação ativa dos usuários na sociedade. De acordo com Zins (2007), a categoria de Conteúdos aborda as questões temáticas do conhecimento mediado e a contribuição das disciplinas envolvidas. Os seguintes conteúdos são primordiais nas práticas de inserção e de consolidação do Movimento de Competência em Informação no ambiente universitário: a normalização (conhecimentos das normas que possibilitam a elaboração e a comunicação dos trabalhos científicos) e as técnicas de pesquisa nas bases de dados (emprego das estratégias de busca para a recuperação das informações relevantes).

iv As Aplicações: “as aplicações envolvem o desenvolvimento de recursos destinados ao atendimento das necessidades humanas e os benefícios que podem ser alcançados por meio da aquisição do conhecimento” (Zins, 2007, p.530). Os bibliotecários universitários devem elaborar as estratégias que garantam, de forma efetiva, o aprendizado das práticas ligadas à Competência em Informação. Inúmeras iniciativas podem ser realizadas mediante a utilização dos recursos textuais, imagéticos, sonoros e audiovisuais, tais como: a produção de guias de fontes de informação; a criação de manuais didáticos sobre os conteúdos de normalização e de pesquisa nas bases de dados; a construção de modelos que permitam avaliar o processo de busca e de recuperação das informações pelos usuários; a conscientização sobre o uso adequado da biblioteca universitária, os seus recursos e a observância das suas normas internas; dentre outras ações bibliotecárias.

v As Operações e Processos: Na categoria de operações e processos, Zins (2007) destaca: a documentação, a representação, a organização, o tratamento, a publicação, o armazenamento, a manipulação, a avaliação, a mensuração, a busca e a recuperação do conhecimento. No que tange à ação mediadora do bibliotecário universitário nas iniciativas formadoras de Competência em Informação, é fundamental que esse profissional utilize as técnicas de tratamento e de disseminação da informação para que os usuários possam aprender e vivenciar os conceitos integrantes do Movimento. Ressalta-se que a informação desprovida de qualidade prejudica o crescimento e o aperfeiçoamento do usuário.

vi As Tecnologias: No cerne das iniciativas formadoras de Competência em Informação, os bibliotecários universitários oferecem treinamento nas principais bases de dados das áreas do conhecimento integrantes da estrutura universitária, com o propósito de permitir aos usuários a recuperação das informações científicas. Destaca-se, também, a capacitação dos usuários no uso dos catálogos em linha e dos recursos informacionais em formato digital disponíveis no site da biblioteca universitária. De modo abrangente, as bibliotecas devem utilizar as tecnologias disponíveis com consciência e criticidade, a fim de viabilizar a prestação de serviços informacionais adequados às necessidades informacionais dos usuários.

vii Os Usuários:

o bibliotecário universitário, enquanto agente mediador das práticas de inserção e de consolidação da Competência em Informação nas instituições acadêmicas, tem a função social e educativa de formar usuários que saibam utilizar, de modo eficiente e eficaz, as informações científicas e os recursos tecnológicos relacionados para atuarem ativamente no ambiente universitário e na sociedade da informação (Zins, 2007, p. 529).

A finalidade da ação mediadora do bibliotecário universitário é de satisfazer as necessidades informacionais dos usuários para que possam aprender e vivenciar os conceitos inerentes à Competência em

Informação, tais como: o pensamento crítico e reflexivo; o aprendizado independente e ao longo da vida; o uso ético da informação; o compartilhamento do aprendizado e a responsabilidade social diante da dinâmica de organização da sociedade da informação. Esses conceitos estão intimamente relacionados com as diversas áreas do conhecimento e com as atividades das universidades de ensino, de pesquisa e de extensão.

### 3 METODOLOGIA

Para o seguimento da pesquisa utilizou-se abordagem qualitativa. Seu objetivo é descritivo. É descritiva porque se centra na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] e têm por objetivo estudar as características de um grupo [...]” (Gil, 1988, p. 44). Para o embasamento teórico, aplicou-se o método bibliográfico, um método que “se desenvolve com base no material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Já no campo, a recolha de dados deu-se através de uma entrevista não estruturada. Em uma entrevista não estruturada, Richardson (1999) afirma que, em vez de responder às perguntas por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera aspectos mais relevantes de determinados problemas: as suas descrições de uma situação em estudo. Para o estudo, realizou – se a análise de conteúdo, que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2006, p. 38).

Nesta pesquisa, os funcionários da Universidade Licungo, Extensão da Beira, são tidos como a população em estudo, e a partir da mesma, extraiu - se a amostra representativa, um “subconjunto do universo ou população, pelo qual podemos estabelecer ou estimar as características deste universo ou população” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 98). A ser assim, constitui – se a população amostra, de seis (6) participantes, que confere parte do número de funcionários da biblioteca, da instituição.

#### 3.1 Recolha de dados

A recolha de dados, transcorreu em fases a primeira foi a de preparação e realização das entrevistas com os participantes, cujo tempo de duração foi diferenciado. O recurso usado para gravar as entrevistas foi um celular de referência “Hinfenix hot 8 lite” e, “android”, que apresenta alta resolução de áudio. Efetivamente, o tempo de duração de todas as entrevistas foi de 48 min e 1 segundo distribuído em 6 min e 49 segundos (E1), 4 min e 36 segundos (E2), 7 min e 7 segundos (E3), 9 min e 53 segundos (E4), 9 min e 25 segundos (E5) e, 10 min e 11 segundos (E6), respectivamente. Na segunda fase, realizou – se a transcrição de falas dos entrevistados de forma a tornar fácil o processo de categorização para melhor compreensão do conteúdo das entrevistas. Com base em análise de conteúdo foram produzidos os resultados, conforme se evidencia na secção a seguir.

### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 4.1 Procedimentos para localização de documentos na biblioteca

6

P1: De que maneira procedes para localizar documentos na biblioteca, em satisfação aos utentes?

E1: 1º tem que saber a cota do livro, entro na base [...] (ou) quando o estudante chega, falamos com ele, vai na base. Pode entrar através de tema.

E2: 1º entro no sistema, vou a procura do livro, (através) de título, link [...] reconheço depois tiro vou a partileira e, entrego ao estudante.

E3: [...] entro na base de dados. Na base de [...], entramos para fazer a procura de obra, para ver se a obra está disponível [...] depois de identificada a obra, levamos e mostramos o estudante para ver se é a obra que ele quer. Se ele disser que sim, fazemos o registo, entregamos o estudante e pedimos o cartão dele.



E4 □ [...] quando o estudante entra vem a recepção, ele dirige – se ao nosso servidor, então é ali onde ele vai pesquisar [...] então ele vai conseguir localizar a cota, vai anotar numa folha e vem entregar o bibliotecário, daí vou me dirigir a prateleira. Vou procurar na prateleira [...]

E5 □ primeiramente antes da corona, nós entrávamos no catálogo, ou diretamente na prateleira. O estudante vinha com nome do autor e título. Nós íamos no catálogo, procurávamos livros (ou seja), tirávamos cota, íamos na prateleira, procurávamos e dávamos o livro ao estudante.

E6 □ [...] temos aquele sistema de procurar né, de livros, uso um computador aí. [...] temos várias maneiras de pesquisar, através do título, através do tema, através do próprio nome mesmo do autor

N.B: E1 – primeiro entrevistado; E2 – segundo entrevistado; E3 – terceiro entrevistado; E4 – quarto entrevistado; E5 – quinto entrevistado e E6 – sexto entrevistado; P1 – primeira pergunta.

Para localização de um documento é primordial saber cota do livro (E1). Para isso, entra – se no sistema e/ou base (E2, E3, E6) a partir de título ou tema (E6) ou nome do autor e título (E5). Depois é feita a confirmação da disponibilidade da obra (E3). No caso afirmativo, tira -se a cota do livro (E1, E3, E4) para em seguida ir – se a prateleira buscar – se o mesmo e entregar o estudante (E4, E5) e/ou faz – se o registo e entrega – se o estudante depois que este tiver passado ao bibliotecário seu cartão (E3). No entanto, existe várias formas que permitem localizar os documentos para entregar os utentes (E6). De acordo com Santos (2017), é fundamentado que, o bibliotecário universitário, enquanto agente mediador nas iniciativas formadoras de Competência em Informação, tem a função de identificar, de organizar e de transmitir aos usuários as informações concernentes aos principais autores, às bases de dados e aos canais de comunicação científica das respectivas áreas do conhecimento integrantes da estrutura universitária. Para tanto, deve trabalhar conjuntamente com o apoio docente, como forma de possibilitar a concretização das práticas de levantamento e de sistematização da literatura científica.

#### 4.2 Alternativa de satisfação ao utente no caso de material inexistente na prateleira

P2: Quando o utente chega e pede um documento, você faz a procura e não encontra nada o que ele quer, qual sua posição perante a situação do utente? P2 – segunda pergunta

E1: [...] eu costumo dizer tenta entrar na biblioteca electrónica. Para entrar lá, outro já sabe ou costuma dizer não sei, já que também nós não dominamos [...] nós tínhamos que saber.

E2: [...] quando eu procuro e não encontro o estudante volta [...]. Sobre biblioteca digital ainda não entendo.

E3: [...] se não tiver, tento sugerir outro livro que tem um título semelhante [...]. sobre a biblioteca electrónica, tenho falta de prática. Com dr. Paulo tentamos praticar, mas, com coronavírus arrefeceu.

E4: [...] vou ter que procurar outros manuais. [...] se não tiver informação idêntico, tem que recorrer a versão virtual, naqueles nossos endereços, google académico, repositório etc. para ele saber eu tenho que lhe explicar, eu o consigo explicar por que ele deve entrar com serviços de documentação da Uni Licungo.

E5 [...] pode entrar no sistema, na biblioteca electrónica. Nós podemos entrar lá, como te expliquei no pdf driver, no catálogo online. Estou apto em ajudar os utentes nessa biblioteca electrónica.

E6 temos outras formas, através da biblioteca online. Os nomes estão a mi fugir, mas temos [...]. as vezes nós quando estamos a deparar com essa situação, sempre criamos condições de procurar este livro (sorriu quando perguntado se sabia usar essa via, preferindo depois o silencio).

Quando a localização do livro fracassa, a alternativa dos bibliotecários é tentar na biblioteca electrónica e/ou digital (E1, E4, E5, E6). Nisso, há um, porém, os profissionais não têm domínio da versão electrónica de biblioteca (E1, E2, E3, E6), além de também haver muitas dificuldades por parte dos estudantes como usuários (E1) mas,

o bibliotecário universitário, enquanto agente mediador das práticas de inserção e de consolidação da Competência em Informação nas instituições académicas, tem a função social e educativa de formar usuários que saibam utilizar, de modo eficiente e eficaz, as informações científicas e os recursos tecnológicos relacionados para atuarem ativamente no ambiente universitário e na sociedade da informação ( Zins, 2007, p.529).

Para alguns profissionais, não existe alternativas no caso de o material não ser encontrado disponível na biblioteca (E2), enquanto outros nesse caso, procuram manuais com títulos idênticos (E4, E3) para ver se satisfaz o usuário.



#### 4.3 Percepção sobre a forma de aquisição de conhecimento para aplicação em atividade bibliotecária

P3: Como adquiriu o conhecimento de procura de documentos na biblioteca, de forma a ajudar os utentes em informações que precisam? P3 – terceira pergunta

E1: *quando nós acabávamos de chegar aqui na biblioteca tivemos uma pequena formação, (ainda) com Dr Banze [...] depois fomos a Nhamatanda.*

E2: *[...] aprendi aqui mesmo com colegas [...]. formação, não e treinamento (também), não. No dia que Dr Banze deu eu não estava. Estava em casa [...].*

E3: *aprendi aqui na biblioteca [...] com ajuda dos colegas. Já me beneficieei de cursos de curta duração aqui na biblioteca. Já fui para Maputo uma vez na biblioteca central.*

E4: *[...] os colegas me receberam e foram eles que me ensinaram [...], depois tivemos formação em 2018 com Dr Banze [...] uma vez.*

E5: *são os colegas. Mesmo os chefes também né. Formação de curta [...] (e) longa duração, não [...]. mas, um treinamento já tivemos. Se a memória não me falha, 1 vez com todos os colegas [...].*

E6: *aprendi aqui mesmo na biblioteca, através de colegas que já tinham pouco de experiência nessa área [...] depois tivemos pequenas formações com Dr Banze [...]*

Em uma primeira fase, a aquisição de conhecimentos por parte dos bibliotecários tem sido por integração com ajuda dos colegas de trabalho, logo que estes chegam em uma primeira vez para exercer a atividade (E2, E3, E4, E5, E6) e, com exceção do entrevistado E1, que afirma ter recebido uma pequena formação quando com seus colegas acabavam de chegar para atividade bibliotecária. Os bibliotecários afirmam terem se beneficiado de capacitação ou formação de curta duração (E1, E3, E4, E5, E6), cujo promotor é o professor Banze (E1, E2, E4, E6), docente da Universidade Licungo, Extensão da Beira. De forma analítica, as iniciativas formadoras de Competência em Informação contemplam a participação ativa dos bibliotecários universitários, dos docentes e dos usuários no desenvolvimento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes referentes ao uso efetivo e eficaz dos recursos informacionais disponíveis. Entretanto, “a mediação da informação não está restrita aos serviços de atendimento da biblioteca, pois as atividades realizadas nos demais sectores também visam à satisfação das necessidades informacionais dos usuários” (Almeida, 2009, p. 92).

Podemos dizer que a necessidade de formação para exercer atividade da biblioteca é fundamental aos profissionais competentes e, não se restringe apenas a eles como também aos próprios utentes, sem exceção. No estudo realizado, há quem foi capacitado uma vez (E4, E5, E6), duas vezes (E1) e três vezes (E3).

#### 4.4 Percepção nos bibliotecários sobre suas realizações nos conhecimentos adquiridos

P4: Será que os conhecimentos por você adquiridos são suficientes para exercer sua atividade aqui na biblioteca? Comente a sua resposta? P4 – quarta pergunta

E1: *não são suficientes. Acho que tenho que aprofundar mais. Preciso uma formação ou tenho que aproximar colegas [...], mas uma formação é melhor.*

E2: *não são suficientes porque, da maneira que os colegas explicam é uma coisa que só leva alguns minutos [...]. No momento que você está, o colega está no computador. Quer mexer, depois aparece estudante, começa a interromper. não tem muito tempo.*

E3: *não. Para mim ainda não são bem suficientes. Eu próprio sinto que não tenho domínio de informática [...], acho que vou procurar uma escola fora.*

8

E4: *não [...], tem certas coisas que ainda não tenho. Por exemplo, aquilo de visualizar os livros em cada área, que só o professor Banze que sabe. Cada dia aparecem. As vezes são perguntas que os estudantes colocam, nós não conseguimos satisfazer [...]*

E5: *suficientes são. O que posso dizer, nunca chegam né. Aprender nunca é demais. Podemos ter mais capacitações ou formações pequenas para acrescentar mais conhecimento.*

E6: *para mim, não. Preciso mais aprender porque temos aquele sistema de procura virtual [...], esta parte estou a esquecer. Preciso mais aprender, ainda não sei.*

Os bibliotecários não se sentem realizados pelos conhecimentos adquiridos, porém, para eles, não são

suficientes (E1, E2, E3, E4, E6). Um dos motivos que justifica esta reclamação é a explicação deficiente entre colegas motivado por vários afazeres (E2). Não só, mas também por falta de domínio de informática (E3) e não domínio de visualização de livros no sistema, por área (E4), coisa que o professor Banze faz. Por isso, menciona haver capacitação, pois cada dia há novas coisas a surgirem, pelo que também o aprendizado é sempre contínuo (E4, E5). O entrevistado E6 aponta outro motivo de capacitação que é a deficiência no sistema de procura virtual, que se verifica praticamente quase em todos.

#### 4.5 Melhorias a serem feitas na biblioteca para acentuar a qualidade de atendimento aos utentes

P5: O que deve ser melhorado na vossa biblioteca de modo a acentuar, a qualidade do vosso atendimento aos utentes? P5 – quinta pergunta.

E1  *eu acho não há problema, só que temos que ter material para podermos melhorar né. Não temos impressoras. Custumo ver andarmos de um lado para o outro, não temos fotocópias (fotocopiadora) [...], computadores, alguns livros também porque há um livro que o estudante precisa e as vezes temos 1 livro só ou nenhum.*

E2  *vontade tenho de aprender mais. Por exemplo, ir à formação para conseguir entender melhor [...], eu mesmo tenho muita coisa que ainda não sei, gostaria mesmo de ter uma formação para conseguir ajudar os estudantes.*

E3: *gostaria que se investisse muito na biblioteca, como (por exemplo) obras actualizadas, fotocopiadoras, scanner, impressora, computadores. Motivar também os funcionários da biblioteca [...], talvez devemos ir mais no curso de capacitação, fora.*

E4: *na minha opinião sobre catálogo electrónico há muita coisa aí que está de trás que a gente **não conseguimos entender**. Para mim devia de fazer reciclagem, quer dizer, uma capacitação de 3 dias, 1 semana para melhor dominar a **área** porque cada um tem sua dificuldade. [...] tem que fazer como noutras instituições, por ano recordar as mesmas actividades, recordar aquilo que havia esquecido, actualizar.*

E5: *[...] talvez acrescentar mais instrumentos como [...], alguns computadores, (e) também sistema de segurança. Dar força aos colegas. [...], quando ver que o colega é um pouco atrasado deve ajudar e conseguir aquilo que você consegue [...]*

E6: *para mim gostaria que houvesse uma revisão. **Há algumas coisas que não estão com os nossos livros aqui. Precisa uma pequena revisão do próprio sistema mesmo, tipo procurar livros que não estão no sistema. Criar sistema de controle dos próprios livros. Gostaríamos que aquele sensor (sistema de segurança), voltassem a colocarem [...], para que os nossos livros não desapareçam.***

Uma das melhorias dadas como fundamental é aquisição de recursos informáticos para atividade bibliotecário, como computadores, fotocopiadoras, impressoras (E1, E3, E5) e scanner (E3). De modo abrangente, Zins (2007) afirma que as bibliotecas devem utilizar as tecnologias disponíveis com consciência e criticidade, a fim de viabilizar a prestação de serviços informacionais adequados às necessidades informacionais dos usuários.

Não menos importante, é fundamental também a revisão do sistema (E6), procurando adquirir livros que não possui, ainda que o catálogo contenha cota (E1, E6), assim como colocar à disposição o sistema de segurança (sensor que funciona como alarme) de modo a evitar furto de livros (E5, E6). As capacitações não é uma excepção para garantir o trabalho eficiente dos bibliotecários (E2, E3, E4), pois devem ser consideradas mais ainda como fundamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

9

O presente estudo teve como propósito compreender o que está na origem das dificuldades que os profissionais da Biblioteca da Universidade Licungo – Beira possuem em matéria de busca de informações no catálogo electrónico, disponível em linha, para ajudar os utentes na disponibilização das informações.

No entanto, as constatações a seguir indicam que o objetivo prévio a partir da metodologia utilizada foi alcançado. A ser assim, por meio da análise qualitativa, foi possível evidenciar as seguintes considerações:

➤ Em biblioteca, para localizar um livro e entregar o utente tem certos procedimentos para melhor controle. Sendo que os documentos estão codificados, o procedimento baseia na identificação

de cota a partir de nome do autor, título ou tema, para que ao ir – se na prateleira seja fácil a sua identificação;

- Por falta de domínio, para os profissionais, o uso de biblioteca electrónico não é sua preferência, por isso fica em causa e de forma óbvia o uso de catálogo electrónico disponível em linha;
- A capacitação formal dos bibliotecários, na atribuição de atividade do sector, pela primeira vez, não é imediata. Ainda, os resultados mostram que, as capacitações já oferecidas pela instituição estão em um número bastante reduzida (3), o que de certa forma impacta negativamente em suas atividades;
- Os bibliotecários carecem de capacitações, não apenas com frequência, mas também de acordo com a atualização do sistema e domínio de informática. Nota – se também que há falta de trabalho em equipa porque se percebe em parte que, as dificuldades dos bibliotecários são individualizadas.

Face a essa situação, sugere – se à instituição, acentuar as capacitações em benefício aos profissionais da biblioteca e se possível a formação de longa duração com mais enfoque na utilização de catálogo electrónico.

## REFERÊNCIAS

- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 127-147.
- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Gil, A. C. (1988). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Krzyzanowski, R F. (1997). Ações para a construção de uma biblioteca virtual: relato de experiência do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. *Revista USP: Informática/Internet*, São Paulo, n. 35, set./nov. 1997 Disponível em: <http://www.usp.br/geral/infousp/>
- Macedo, N. D. de; Modesto, F. (1999). Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 1999.
- Machado, R. das N et al (1999). Biblioteca do futuro na percepção de profissionais da informação. *Transinformação*, v. 11, n. 3, p. 215-222, set./dez.
- Marchiori, P. Z. (1997). “ Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. *Ciência da Informação*, 26, 115-124.
- Ohira, M. L. B., & Prado, N. S. (2002). Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). *Ciência da Informação*, 31, 61-74.
- Pereira, E. C.; Rutina, R. (1999). O século XXI e o sonho da biblioteca universal: quase seis mil anos de evolução na produção, registro e socialização do conhecimento. *Perspectivas Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 5-19, jan./jun.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale
- Queroz, N.G, Araujo, SA -*Múltiplos olhares em ciência da Informação*, 2013-periodicos.ufmg.br
- Rezende, Ana Paula de (2000). Centro de informações jurídica eletrônico e virtual. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/artigos/>
- Ribeiro, F. (1996). Biblioteca: novos termos para um velho conceito.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. E ed. São Paulo: Atlas
- Santos, R. B. (2017). Perfil do bibliotecário universitário: uma abordagem contemporânea sob a ótica das iniciativas formadoras de Competência em Informação (CoInfo).
- Silva, E. L. D., & Cunha, M. V. D. (2002). A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência*

*da informação, 31(3), 77-82.*

Sousa, M. M. D., & Fujino, A. (2012). A biblioteca universitária como ambiente de aprendizagem no ensino superior: desafios perspectivas. Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4, p. 175)*. São Paulo: Atlas.

Zang, Nelson et al. Biblioteca virtual: conceito, metodologia e implantação. Revista de Pesquisa e Pós-Graduação, Erechim, v. 1, n. 1, p. 217-236, 2000. Disponível em: <http://www.uri.br/publicacoes/>

Zins, C. (2007). Knowledge map of information science. *Journal of the American society for Information Science and Technology, 58(4), 526-535.*



## Processo de trabalho no serviço social: a atuação na docência do ensino superior

*Work process in social work: acting in higher education teaching*

Ewandelina de Moraes Folha Leite

<http://lattes.cnpq.br/4096993029073702>

Submetido em: 06/02/2023

Aprovado em: 07/02/2023

Publicado em: 08/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.477

1

**RESUMO:** O presente artigo discute teoricamente o processo de trabalho no serviço social no âmbito da atuação profissional na docência do ensino superior. Os aspectos metodológicos foram realizados através de estudo bibliográfico, abordando sobre o processo de trabalho inerente à atuação profissional e as atribuições privativas quanto à atuação na docência do ensino superior. Conclui-se que, o processo de trabalho no Serviço Social, as regulamentações profissionais trazem definições, posturas e competências, dentre elas “assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino”, desta maneira, sua atuação na educação do ensino superior, em especial na formação acadêmica, requer mais que um conhecimento específico da disciplina na qual atuará, é necessária uma concepção didático-pedagógica para uma formação de qualidade dos futuros bacharéis em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Processo de Trabalho. Assistente Social. Docência. Ensino Superior.

**ABSTRACT:** The present article theoretically discusses the work process in social work within the scope of professional performance in higher education teaching. The methodological aspects were carried out through a bibliographic study, addressing the work process inherent to the professional performance and the private attributions regarding the performance in the teaching of higher education. It is concluded that the work process in Social Service, professional regulations bring definitions, postures and competences, among them “to assume the teaching of Social Service and to coordinate courses and teaching units”, thus, its performance in the education of higher education, especially in the academic formation, requires more than a specific knowledge of the discipline in which it will act, it is necessary a didactic-pedagogical conception for a quality formation of the future bachelors in Social Service.

**Keywords:** Work Process. Social Worker. Teaching. Higher Education.

## INTRODUÇÃO

É sabido que as competências e habilidades profissionais do Assistente Social em campo são diferentes da atuação em sala, têm-se a compreensão que a teoria e a prática andam juntas, e as competências e habilidade em sala andam de mãos dadas. Vale ressaltar, que as competências pedagógicas e as habilidades instrutivas diferem do campo da práxis social. Assim, o processo de trabalho do assistente social na educação do ensino superior, em especial na formação acadêmica, ou seja, na docência, requer mais que um conhecimento específico da disciplina na qual atuará, é necessária uma formação didático-pedagógica desse técnico que adentrará em sala.

Os aspectos metodológicos foram realizados através de estudo bibliográfico, abordando sobre o processo de trabalho inerente à atuação profissional e as atribuições privativas quanto à atuação na docência do ensino

superior. Desta maneira, este artigo teve como objetivo discutir teoricamente o processo de trabalho no serviço social no âmbito da atuação profissional na docência do ensino superior. Primeiramente é apresentado os aspetos teóricos do processo de trabalho do assistente social, seguidamente sobre a docência do ensino superior e o serviço social e por fim, as considerações finais.

## DESENVOLVIMENTO

### Processo de Trabalho no Serviço Social

O Serviço Social é uma especialidade profissional dentro da divisão sociotécnica do trabalho, cujas funções são compreender a realidade socialmente contextualizada, produzir conhecimento acerca dessa realidade, e ao mesmo tempo, intervir para transformá-la. O conhecimento e a ação concretizam-se nas políticas sociais, no cotidiano das relações, na melhoria da qualidade de vida, tanto na execução quanto na formulação e planejamento de políticas sociais públicas ou privadas.

Ao realizar o processo de trabalho, o Assistente Social tem em vista a concretização e materialização dessas políticas e a modificação da questão social no cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Sendo assim, o processo de trabalho do Assistente Social se consolida no planejamento de programas sociais e na sua execução.

Assim que, o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Em que a prática profissional se apresenta como trabalho e se insere num processo de trabalho, no qual a força de trabalho do assistente social para ser consumida e transformada em atividade precisa de meios ou instrumentos de trabalho e uma matéria-prima ou objeto de trabalho que sofrerá alterações mediante a ação transformadora do trabalho (IAMAMOTO, 2007).

Logo, a autora define que a matéria-prima ou objeto de trabalho do assistente social é a questão social e suas múltiplas expressões. E ainda que os instrumentos ou meios de trabalho são os recursos institucionais que são fornecidos pelas instituições empregadoras e que o produto ou a consequência do trabalho é a viabilização do acesso aos serviços sociais que vai incidir sobre o processo de produção das mercadorias e da reprodução das relações sociais. A partir de tais contextos, expõe que tratar a prática profissional como trabalho não consiste apenas numa simples redefinição de nomenclatura, pelo contrário, supõe apreender a chamada prática profissional profundamente condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade civil entre classes na sociedade, rompendo com a endogenia do Serviço Social (IAMAMOTO, 2007).

Ressalta-se que, o Serviço Social é uma profissão da área de Ciências Sociais Aplicadas, pautado em valores e princípios éticos, desenha sua ação a partir do reconhecimento das condições sócio-históricas presentes nas diversas faces da questão social. Assim, o seu objeto de trabalho é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto de trabalho profissional (IAMAMOTO, 1999).

Desta maneira, refletir sobre o processo de trabalho e o Serviço Social traz grandes desafios, pois em sua história recente essa profissão sofreu profundas transformações, as quais, por sua vez, refletiram no cotidiano da prática profissional. E estas repercussões pulsaram condutas e ações cristalizadas na prática tradicional, questionando o que até então legitimava solidamente a profissão.

Assim sendo, é de grande valia compreender a questão social em uma dimensão coletiva, emergente do contexto de uma sociedade dividida em camadas, com objetivos e visões opostas, que trazem no seu bojo a produção e a reprodução das suas desigualdades. Nessa perspectiva, estabelecem efetivas mutações no cerne do processo de trabalho do Assistente Social, tendo em vista a constituição e a reconstrução dos saberes e as ações que levem em conta o sujeito em todas as suas dimensões, na sua integridade.

O processo de trabalho no Serviço Social não trata o ser humano de forma fragmentada ou isolada de seu contexto, ao contrário, reconhece a importância e a influência das dimensões indivisíveis da pessoa humana.

A profissão e os profissionais do Serviço Social vêm construindo respostas aos desafios e às demandas do contexto adverso, buscando instrumentos que sejam efetivos no processo de trabalho. Esses são entendidos como “um conjunto de princípios, procedimentos, métodos, técnicas, habilidades e atitudes que adquirem seu sentido, coerência e integração face às finalidades próprias e específicas do Serviço Social” (CARVALHO, 1977, p. 5).

E neste contexto, no processo de trabalho, traz regulamentações, definições, posturas e competências do Assistente Social, dentre elas “assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino”. No que tange a este processo de trabalho, há de se pensar em instrumentos e procedimentos técnicos que priorizem ações para a realização da docência no âmbito da profissão. O instrumental técnico-operativo é o meio pelo qual o trabalho se realiza.

Nesse sentido, o processo de trabalho reconhece o caráter multidimensional dos sujeitos e de suas ações, levando em consideração a complexidade do contexto e da questão social nas suas redes de relações expressas, no seu conjunto, na vida em sociedade. Ao entender a questão social como seu objeto de intervenção, o profissional vê-se na mediação dessas relações sociais.

## DOCÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL

A discussão no âmbito do Serviço Social e da Universidade está intrinsecamente conexa à formação do profissional e traz como um dos seus pilares a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, é evidente e unanimemente defendida pela literatura crítica do tema. Por essa razão, o docente da educação superior necessita articular múltiplos saberes, entre eles o ensinar, o pesquisar e o avaliar. Os três pilares juntos propor-se aproximar, articular e integrar as realidades acadêmica e socioeconômica, de modo que os conteúdos fornecidos na formação inerentes em todos os campos da vida social.

Diante disso, o Assistente Social docente deve ser um profissional atualizado, proativo e crítico, capaz de criar e refletir, tendo em vista que “[...] a atuação na docência exige atitude propositiva, investigativa e criativa ao processo ensino-aprendizagem, em um campo de atuação com expressiva demanda aos assistentes sociais” (MARTINS, 2006, p. 221).

3

O Serviço Social na área educacional além disso contribui no incentivo dos discentes com o que Yamamoto (2012, p. 271) chama de dimensões da política de prática acadêmica, no que concerne ao “ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão”, articuladas com as disciplinas do curso e as Diretrizes Curriculares.

O Assistente Social na docência, necessita desenvolver suas atividades de acordo com a ementa do curso e da grade curricular, conforme consta nas Diretrizes Curriculares, a qual apresenta os pressupostos da formação profissional, princípios, diretrizes, competências e habilidades, matérias básicas, perfil profissional,

enfim, um elenco de componentes essenciais para o processo de formação acadêmica do bacharel em Serviço Social.

[...] projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social deve promover a capacidade discente de apreender a realidade e analisá-la criticamente criando estratégias e/ou táticas de enfrentamento, mantendo-se coerente com a teoria –conhecimento científico produzido por outros assistentes sociais a partir da investigação e intervenção já realizadas, como aporte para a prática docente (NETO; BARROS; GAZOTTO, 2011, p. 10).

Sabe-se que existem disciplinas que são privativas do Assistente Social, como reza o Código de Ética do Assistente Social, Lei no 8662/93, onde este especifica também quais as atribuições do Assistente Social na atuação na educação superior, uma vez que o curso de Serviço Social é regulamentado e de formação de nível superior. Art. 5º que são atribuições privativas do Assistente Social:

- V - Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

É notório que o código de ética, adotou precauções e cuidados quanto a formação profissional do Assistente Social, uma vez que, também necessite das áreas transversais e de uma dinâmica multidisciplinar de aprendizado, ainda sim, há matérias específicas da profissão que faz jus ao profissional da área por estar inserido e trazer no seu escopo, subsídios teórico-metodológicos específicos do profissional de Serviço Social.

O Conselho Federal do Serviço Social acrescenta ainda que a Política de Educação Permanente – defendida pelos Conselhos Federal e Regionais – necessita caminhar junto com a dimensão política e pedagógica, visando a reafirmação de valores e conteúdo que integram o sentido da profissão, na busca do conhecimento contínuo, do aperfeiçoamento (CFESS, 2012).

Em sintonia ao processo de formação continuada, a didática, bastante defendida na área pedagógica de ensino, deve ser trabalhada no viés da teoria dialética, atentando-se sempre às modificações, ou seja, o profissional docente precisa acompanhar as atualizações, numa constância de sentido. A Didática possui fundamental contribuição nesse sentido, “pois seu objeto de estudo é o processo de ensino-aprendizagem sistemático e intencionalmente desenvolvido pela atividade educativa do professor” (PIMENTA, 2009).

Diante disso, compete aos professores universitários, estarem adequado ao que se caracteriza como processo ensino-aprendizagem, ao ensino vigente, empregando ferramentas e recursos necessários que proporcione uma formação de qualidade, uma experiência única aos discentes, apontando e sugerindo novas ideias de pesquisa e contribuindo para o desenvolvimento profissional e coletivo da sociedade.

Conclui-se que, o processo de trabalho no Serviço Social, as regulamentações profissionais traz definições, posturas e competências do Assistente Social, dentre elas “assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino”, desta maneira, sua atuação na educação do ensino superior, em especial na formação acadêmica, ou seja, na docência, requer mais que um conhecimento específico da disciplina na



qual atuará, é necessária uma formação didático-pedagógica desse técnico que adentrará em sala.

Trata-se de um campo de atuação com expressiva demanda aos assistentes sociais e que se torna necessária a qualificação profissional destes docentes para uma formação de qualidade dos futuros bacharéis em Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão.**

CFESS, 9 ed.: Brasília, 2011.

CARVALHO, M. do C. B. **Serviço Social: uma nova visão teórica.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

CFESS. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS.** Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf) Acesso em: 01/12/2022.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** ed. São Paulo, Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 1ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, R. A. de S. Docência em Serviço Social: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 15, n. 1, p. 203-226, 2006.

NETO, C. T. de C.; BARROS, J. de M; GAZOTTO, M. A. A docência em Serviço Social: espaço de atuação profissional. In: **Camino: caminhos da educação.** v. 3, n 2, 2011. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/463/457>. Acesso em: 01/12/2023.

PIMENTA, S.M. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

# Impactos da Segurança Cibernética na Economia Global

## *Cybersecurity Impacts on the Global Economy*

Wanderley Martins Junior<sup>1</sup>

Submetido em: 31/01/2023

Aprovado em: 01/02/2023

Publicado em: 06/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.478

### Resumo

Esse artigo tem o intuito de retratar o posicionamento das diversas entidades governamentais e privadas quando lidando com os temas referentes à segurança cibernética. É comum percebermos nas mídias sociais e digitais que o mundo vem experienciando diversos desafios quando o assunto são ataques cibernéticos, invasões em ambientes corporativos, roubos de informações, vazamento de dados, extorsões e até mesmo problemas relacionados com a privacidade. Com a expansão e a elasticidade da internet, diversas novas tecnologias têm emergido permitindo cada vez mais formas interação e possibilidades. E nessa interatividade que devemos friamente nos preocuparmos com a segurança no ponto de vista globalizado. Então, a ideia aqui é de apresentarmos e entendermos como todos esses itens podem, juntos ou separados, afetam diretamente a economia global. Muitas empresas se sentem ameaçadas pelos mais perigosos recursos que podem pô-las em risco, mas como resultado não estão preparadas para se protegerem de ataques como *Ransomware*, em que os invasores sequestram dados por pedido de resgate. Citaremos nesse trabalho alguns danos que podem ser causados por inadimplência corporativa, ou simplesmente por grupos de invasores tendo como alvo órgãos governamentais com o objetivo de destruição em massa. Por fim, identificaremos alguns recursos que podem ser favoráveis para a mitigação dessas invasões e ataques, bem como delinear formas de mantermos os riscos em um nível aceitável.

**Palavras-chave:** 1. Economia Global 2. Segurança Cibernética 3. *Ransomware* 4. Riscos

### Abstract

This article aims to portray the position of the various governmental and private entities when dealing with issues related to cybersecurity. It is common to see in social and digital media that the world has been experiencing several challenges when it comes to cyber-attacks, invasions in corporate environments, information theft, data leakage, extortion, and even problems related to privacy. With the expansion and elasticity of the internet, several new technologies have emerged allowing more and more forms of interaction and possibilities. It is in this interactivity that we must coldly worry about security from a globalized point of view. So, the idea here is to present and understand how all these items can, together or separately, directly affect the global economy. Many companies feel threatened by the most dangerous resources that can put them at risk, but as a result, they are not prepared to protect themselves from attacks like Ransomware, where attackers hijack data for ransom. We will cite in this work some damage that can be caused by corporate default, or simply by groups of invaders targeting government agencies with the aim of mass destruction. Finally, we will identify some resources that can be favorable for mitigating these intrusions and attacks, as well as outline ways to keep the risks at an acceptable level.

1

**Keywords:** 1. Global Economy 2. Cyber Security 3. Ransomware 4. Risks

<sup>1</sup> Mestrando em Business Administration pela Must University. Especialista em Gestão de Segurança da Informação (UNICIV). Tecnólogo em Gestão de Segurança da Informação e Defesa Cibernética (UNINTER).

CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/9768260128060816> / email: [wanderleymjr@protonmail.com](mailto:wanderleymjr@protonmail.com)



## 1. Introdução

A segurança cibernética é um assunto em alta desde o começo da pandemia do Covid-19. A possibilidade de teletrabalho, o lockdown obrigatório demandado pelos governos de todo mundo e as empresas sendo forçadas a mudar seus paradigmas para continuarem a sobreviver, foram de cara problemas e/ou soluções paliativas impostas por essa pandemia. Quando nos referimos a mudança de paradigma, esses foram novos *modus-operandi* criados obrigatoriamente para atender as demandas das empresas, como adequação de seus ambientes, funcionários, fornecedores e todos aqueles *stakeholders* impactados diretamente. Isso nos leva a realidade de que muitas dessas organizações tiveram que reavaliar seus ativos computacionais, introduzindo novas tecnologias e novos processos de adequação.

Devemos considerar, segundo (Bandyopadhyay, 2023, p. 1) que “novas tecnologias ou serviços introduzem novos riscos cibernéticos que precisam ser avaliados, priorizados pela análise de impacto e mitigados por meio de processo, tecnologia, habilidades e perspectiva de governança”.

A WEF (2023), explica que:

A instabilidade geopolítica, tecnologias emergentes e de rápido amadurecimento, falta de talentos disponíveis, uma crescente participação de acionistas e as expectativas regulatórias representam alguns dos desafios significativos que preocupam os líderes cibernéticos e empresariais (...) as tecnologias agora são compartilhadas por várias organizações. Essas organizações, consequentemente, têm dependências ou fraquezas comuns.

E com todos esses problemas seriamente desenhados, algumas organizações de repente ficaram limitadas, expostas e desprotegidas, o que deu o início de algo que podemos chamar de “*ciberterrorismo* em massa”.

(Pinto, 2011, p. 9) define ciberterrorismo como:

Atos fundados em motivações políticas, ideológicas ou sociais e em operações de hacking com o objetivo de causar prejuízos severos (perda de vidas humanas, prejuízos econômicos, ataques ou ameaças contra sistemas informáticos, redes e a respectiva informação neles armazenada) de forma a intimidar ou coagir um governo. Pode chegar a ser um ataque físico com o objetivo de destruir redes computadorizadas de infraestruturas críticas (Internet, telecomunicações) ou a grelha eléctrica de um país ou de uma cidade.

Segundo Dijk (2019), dois anos antes da pandemia, os ataques cibernéticos e as ameaças nele contidas já se enquadravam como a quinta maior preocupação das organizações ao redor de todo o mundo e eram considerados pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) como risco de prioridade número um, principalmente na América do norte, Europa e no leste da região Ásia-pacífico.

Esse artigo visa explorarmos os problemas socioeconômicos que ser diretamente afetados pela Cibercriminalidade no contexto do ciberterrorismo.

Utilizaremos para contexto desse artigo uma metodologia em caráter de pesquisa descritiva com foco em pesquisa bibliográfica e recursos de fontes confiáveis extraídos da internet.

## 2. Ciberterrorismo aliado à Economia global

O Ciberterrorismo é um tópico emergente em diversas partes e setores em todo o mundo. Ele envolve todas as espécies de crimes que possam ser cometidos de forma digital, mais conhecidos como crimes cibernéticos. “O Ciberterrorismo é o uso disruptivo da tecnologia da informação por grupos terroristas para promover sua agenda ideológica ou política. Isso assume a forma de ataques a redes, sistemas de computadores e infraestruturas de telecomunicações” (Ciaramello, 2019, p. 1).

A Cibercriminalidade se instaurou como um terror em todo mundo. Milhares de empresas sofrem ataques cibernéticos anualmente. E, hoje, seria impossível mensurarmos o impacto que isso causa aos cofres públicos e às iniciativas privadas.

Se fosse medido como um país, o cibercrime – que infligiu danos totalizando 6 trilhões de dólares globalmente em 2021 – seria a terceira maior economia do mundo depois dos EUA e da China. Segundo especialistas, os custos globais de crimes cibernéticos devem crescer 15% ao ano nos próximos 5 anos, chegando a 10,5 trilhões de dólares por ano até 2025, acima dos 3 trilhões de dólares em 2015. (Brasiline, 2022, p. 1)

Pinto (2011) diz que os *ciberterroristas* são normalmente jovens que são do sexo masculino, academicamente embasados (Mestres ou Doutores), que tem a consciência de que estão violando a Lei, a ordem e causando desrespeito a sociedade, bem como descontrolando os sistemas de ordem social.

Segundo James (2023), os hackers estão constantemente mudando suas formas de burlar a segurança e realizar mais ataques em ativos comerciais. O mundo experencia em torno de 2.200 ataques cibernéticos diariamente. Dados afirmam que existe um ataque hacker a cada 39 segundos, e em torno de 300 mil malwares são criados a cada ano.

Ainda sobre economia global relacionada à cibersegurança, (Brasiline, 2022, p.1) explica que:

Os custos do crime cibernético incluem danos e destruição de dados, dinheiro roubado, perda de produtividade, roubo de propriedade intelectual, roubo de dados pessoais e financeiros, desfalque, fraude, interrupção pós-ataque no curso normal dos negócios, investigação forense, restauração e exclusão de dados hackeados dados e sistemas e danos à reputação.

(Pinto, 2011, p. 9) afirma que “o cibercrime é um ato baseado ou que tem como alvo os sistemas informáticos. Pode envolver o roubo de propriedade intelectual, violação de patentes, roubo de segredos de comércio, violação das leis de direito de autor e a usurpação de identidade.”. Ele ainda explica que o ciberterrorismo é parecido com o cibercrime em uma versão ampliada, mas que contém consequências piores.

“O cibercrime é um crime de baixo risco que oferece altos retornos. Um cibercriminoso inteligente pode ganhar centenas de milhares, até mesmo milhões de dólares, quase sem chance de ser preso ou encarcerado”. (CSIS, 2018, p. 4)

Muitos são os desafios causados pelos estragos feitos pelo ciberterrorismo. Com isso as empresas precisam se antecipar e montar uma estratégia para conter essa gama de ações criminosas. Uma das opções que as empresas passaram a contratar com mais frequência e vem ganhando cada vez mais popularidade no mercado é o seguro cibernético. Ele pode ser comparado com seguro de automóvel no sentido em que tem como objetivo proteger a empresa em caso de danos à infraestrutura ou danos morais. (Vandiver; Murphy, 2023, p. 1) afirmam que:

O seguro de segurança cibernética protege as empresas contra perdas financeiras causadas por incidentes como violação e roubo de dados, hacking de sistema, pagamentos de extorsão de ransomware e muito mais. Se sua pequena empresa armazena informações confidenciais on-line ou em um computador, você deve ter pelo menos alguma cobertura de seguro cibernético.



## 2.1. Hacking e Hacktivistas

Traremos para nosso artigo dois tópicos bastante relevantes no mundo do ciberterrorismo. O primeiro deles refere-se ao conceito de “*hacktivism*”.

O Hacking trata da junção de dois conceitos: o ativismo online (ou ciberativismo) e a prática de hacking. Ou seja, é uma forma de manifestação que se utiliza da internet para divulgação de informações, em conjunto de métodos conhecidos pelos hackers (indivíduo com grande conhecimento em informática), normalmente ilegais, podendo ser destrutivos, a fim de que a transmissão de mensagens atinja um maior número de pessoas. (Arimura, 2016, p.1)

O segundo vem retratar quais são os autores que atuam em manifestações de *hacktivism*, mais conhecidos como *hacktivistas*. Stouffer (2021) afirma que os *hacktivistas* são ativistas online que buscam injustiças praticadas de ordens religiosas, sociais e políticas e tentam chamar a atenção do público para uma causa que é importante para eles, com o intuito de que esses atos provoquem mudanças e melhorias.

Os *hacktivistas* se enquadram na cibersegurança como ciberterroristas, considerando que suas ações têm o mesmo foco, direcionamento e geralmente o mesmo público-alvo.

Podemos aqui citar alguns exemplos dos ataques mais comuns exercidos pelos *hacktivistas*: desfiguração e redirecionamento de sites, ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), vazamento de dados de informações públicas, bombardeio geográficos com intuito de revelar a localização de prisioneiros políticos e ativistas de direitos humanos, dentre outros.

Sobre grupos de *hacktivism*, Arimura (2016) explica que o “Anonymous” é um dos mais conhecidos e influentes do mundo. Ele inclui pessoas de diferentes nacionalidades, que usam sempre o conceito de anonimato, e possuem como símbolo a máscara utilizada pelo protagonista do filme “V de Vingança” lançado em 2005 por Alan Moore.

Outros grupos *hacktivistas* de destaque são o WikiLeaks, LulzSec e Syrian Electronic Army.

## 3. Ransomware: a maior das ameaças cibernéticas

O *Ransomware* é um tipo de malware ou vírus designado para roubo de informações sigilosas nos mais variados sistemas operacionais, diretórios, e ativos de hardware e software em geral. Uma vez que o invasor encontre dados valiosos, ele utiliza o recurso de criptografia para que esses dados fiquem indisponíveis para o usuário responsável por ele. Esse ataque é considerado um dos mais antigos, com dados ocorridos desde os anos 90.

Este é o mais famoso por ter sido muito usado durante a pandemia da Covid-19. Trata-se de uma espécie de malware que entra nos sistemas a fim de sequestrar dados e exigir pagamento de resgate. Uma quantidade enorme de empresas foram vítimas deste tipo de ataque nos últimos anos, gerando prejuízos financeiros e de reputação. (Mack, 2022, p.1)

4

A Comparitech (2022, p. 1) explica que “algumas pesquisas mostraram que as perdas para as empresas podem chegar a US\$ 2.500 em média para cada incidente, com empresas dispostas a desembolsar milhões de dólares para descriptografar seus dados em alguns casos”. Porém, de acordo com Armis (2023), sejam atores de estado-nação ou cibercriminosos, a anatomia utilizada por um ataque de ransomware é relativamente a mesma. OS atacantes primeiro procuram uma forma de conseguirem acesso ao ambiente através de um site comprometido, uso de *Phishing* ou um ataque direcionado. Uma vez dentro do ambiente, os invasores se movem lateralmente pela rede, escalando privilégios para conseguirem acesso como administradores e se infiltrando na rede.

Os ataques desse tipo vêm tirando o sossego de muitas empresas ao redor do mundo e acontecimentos como a guerra da Rússia-Ucrânia geralmente são uma porta de fraqueza para que gangues cibernéticas possam atacar livremente.

Constantin (2023) diz que houve mudanças no ecossistema do *Ransomware* no ano de 2022. A utilização do *Ransomware* como serviço (RaaS) foi reduzida para que os invasores pudessem se flexibilizar e não chamar tanta a atenção da lei. Ele ainda afirma que grupos de *Ransomware* podem ter melhorado suas alianças tendo como membros e afiliados criminosos na Rússia, na Ucrânia ou noutros países da ex-URSS.

Quanto aos tipos de *Ransomware*, podemos ver na tabela abaixo com dados fornecidos pela ESET (2022):

Tipo de Ransomware	Objetivo
Diskcoder	Utiliza o serviço de criptografia em todo o disco da máquina e impede o acesso do usuário alvo ao sistema operacional.
Screen locker	Utilizado para realizar o bloqueio da tela do dispositivo, não permitindo que usuário acesse sem conseguir o código.
Crypto-ransomware	Criptografa arquivos que ficam armazenados dentro do disco da máquina do usuário alvo.
PIN locker	Ataque aos dispositivos Android que tenta bloquear o aparelho e impedir que o usuário alvo possa acessá-lo sem um código.

Tabela 1- Tipos de Ransomware

Existem ainda muitas variantes do vírus de *Ransomware* e dentre as mais famosas podemos citar o PC Cyborg, Locky, WannaCry, Rokku e Petya. Todas essas possuem suas particularidades, mas o objetivo final geralmente é o mesmo, a extorsão. Para isso o invasor sempre busca por um valor de “resgate” para que os atacados recebam a chave para desbloquear o acesso e conseguirem seus dados de volta. Mas, Miller (2017, p. 8) adverte que:

Não há honra entre ladrões. Embora um invasor geralmente forneça a chave de descryptografia para seus arquivos se você pagar o resgate, não há garantia de que o invasor já não tenha instalado outro malware e kits de exploração em seu endpoint ou outros sistemas em rede, ou que eles não roubarão seus dados para outros fins criminosos ou para extorquir mais pagamentos no futuro.

São muitas as estratégias utilizadas por golpistas cibernéticos quando pensam em realizar esse tipo de ataque. Segundo a Inforchannel (2022), esses golpistas precisam ter um melhor entendimento sobre qual a relevância da informação a ser adquirida, levando em consideração etapas para a realização do ataque. A primeira delas seria o estudo sobre a vítima, principalmente se ela tem o potencial para pagar o resgate de acordo com o valor que o atacante pensa em receber. A segunda etapa seria a forma como o criminoso conseguirá acesso à rede corporativa da vítima.

#### 4. Considerações Finais

Vivemos na famosa “era da informação” em que o aumento de possibilidades de interação digital tornou a internet um nicho para diversos atores mal intencionados cometerem crimes cibernéticos em todo o mundo. Esse aumento se potencializou pela devastação produzida pela pandemia do COVID-19, período pelo qual as organizações públicas e privadas ficam mais vulneráveis.

Nesse artigo, vimos uma síntese dos impactos causados pelo ciberterrorismo na economia global, com desafios da cibersegurança quando na mitigação, contenção e resolução dos mais diversos golpes, extorsões e outros ataques que possam comprometer as atividades de uma empresa. Fizemos uma breve menção aos conceitos de ciberterrorismo e cibersegurança, uso do seguro cibernético, bem como sobre o que é o *Hacktivism*, seus atores e potenciais vetores.

Por fim, exploramos informações sobre o *Ransomware*, considerado uma das ameaças iminentes e mais difundidas no mundo em termos de proteção, vazamento de dados e extorsões criminosas.

Sem dúvida, nos próximos anos muitos desafios ainda virão no quesito cibersegurança. E para tanto, esperamos haja uma evolução de algumas tecnologias que permitirão a diminuição ou contenção dos ataques cibernéticos.

## Referências

Arimura, M. (2016). **Hacktivismo: vilões ou mocinhos?** Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento (E-Gov). [online]. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/hacktivismo-vil%C3%B5es-ou-mocinhos> Acesso em 14 de dez de 2022

Armis. (2023). **The state of Cyberwarfare: Armis state of Cyberwarfare and trends report 2022-2023.** [online]. Disponível em: <https://www.armis.com/cyberwarfare/> Acesso em 10 de jan de 2023

Bandyopadhyay, S. (2023). **Cybercrime is now the world's third-largest economy.** [online]. Khaleej Times Journal. Disponível em: <https://www.zawya.com/en/legal/crime-and-security/cybercrime-is-now-the-worlds-third-largest-economy-hwpvrkd1> Acesso em 20 de jan de 2023

Brasiline. (2022). **O Cibercrime como império seria a terceira maior economia do mundo.** Brasiline Tecnologia. [online]. Disponível em: <https://brasiline.com.br/blog/o-cibercrime-como-imperio-seria-a-terceira-maior-economia-do-mundo/> Acesso em 20 de jan de 2023

Ciaramello, Marina. (2019). **Sequestros de informações e cyber espionagem são as principais ameaças cibernéticas para as empresas.** [online]. Disponível em: <https://www.segs.com.br/info-ti/190703-sequestros-de-informacoes-e-cyber-espionagem-sao-as-principais-ameacas-ciberneticas-para-as-empresas> Acesso em 25 de jan de 2023

Comparitech. (2022). **2018-2022 Ransomware statistics and facts.** [online]. Disponível em <https://www.comparitech.com/software-supply-chain-attacks/> Acesso em 10 de janeiro de 2023

Constantin, L. (2023). **Ecosistema de ransomware diversifica-se antes de 2023.** [online]. Disponível em: <https://www.comparitech.com/antivirus/ransomware-statistics/> Acesso em 18 de jan 2023

CSIS. (2018). **Economic impact of Cybercrime: No slowing down.** [online]. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/economic-impact-cybercrime.pdf> Acesso em 20 de jan de 2023

Dijk, Gina Van. (2019). **“Por que os ciberataques são uma preocupação global”.** [online]. Disponível em: <https://neofeed.com.br/dados-blindados/por-que-os-ciberataques-sao-uma-preocupacao-global/> Acesso em 10 de jan de 2023

6

ESET. (2022). **O que é um ransomware?** [online]. Disponível em: <https://www.eset.com/br/ransomware/> Acesso em 20 de jan de 2023

Inforchannel. (2022). **Kaspersky alerta: grupos de ransomware usam ferramentas de Red Teaming.** [online]. Dis-

ponível em: <https://inforchannel.com.br/2022/06/27/kaspersky-alerta-grupos-de-ransomware-usam-ferramentas-de-red-teaming/> Acesso em 20 de jan 2023

James, Nivedita. (2023). **160 Estatísticas de Cibersegurança 2023** – A Lista Definitiva de Estatísticas e Tendências. [online]. Disponível em: [https://www.getastra.com/blog/security-audit/cyber-security-statistics/#Top\\_Cybersecurity\\_Statistics\\_2023](https://www.getastra.com/blog/security-audit/cyber-security-statistics/#Top_Cybersecurity_Statistics_2023) Acesso em 10 de jan de 2023

Mack, Cecilia L. (2022). **Ataques cibernéticos devem continuar em 2023**. [online]. Disponível em: <https://www.segs.com.br/info-ti/366234-ataques-ciberneticos-devem-continuar-em-2023> Acesso em 15 de jan de 2023

Miller, Lawrence. (2017). **Ransomware defense for dummies®**, Cisco Special Edition. New Jersey: John Wiley & Sons.

Pinto, Marco A. G. (2011). **Teoria relativista do ciberterrorismo**. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Guerra da Informação. Academia Militar. Lisboa. Disponível em:

[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6826/1/Ciberterrorismo\\_tese\\_VersFinal.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6826/1/Ciberterrorismo_tese_VersFinal.pdf) Acesso em 15 jan 2023.

Stouffer, Clare. (2021). **Hackivism: An overview plus high-profile groups and examples**. [online]. Disponível em <https://us.norton.com/blog/emerging-threats/hackivism#> Acesso em 25 de jan de 2023

Vandiver, W. & Murphy, R. (2023). **Cybersecurity Insurance: What It Covers, Who Needs It**. [online]. Disponível em: <https://www.nerdwallet.com/article/small-business/cybersecurity-insurance> Acesso em 20 de jan de 2023

WEF. (2023). **Global Cybersecurity Outlook 2023**. World Economic Forum. [online]. Disponível em:

[https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_Security\\_Outlook\\_Report\\_2023.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Security_Outlook_Report_2023.pdf)

Acesso em 25 de jan de 2023



## Segurança Cibernética e seus Paradigmas na Era Digital *Cybersecurity and its Paradigms in the Digital Age*

Wanderley Martins Junior<sup>1</sup>  
Carlos Gustavo Lopes da Silva<sup>2</sup>

Submetido em: 31/01/2023  
Aprovado em: 01/02/2023  
Publicado em: 13/02/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.479

### Resumo

O presente artigo vem propor uma avaliação do cenário da segurança cibernética em relação aos seus paradigmas, definindo itens de ameaças e ataques que vem emergindo através da intensificação dos crimes cibernéticos. Com os excedentes ataques cibernéticos se expandindo em um cenário global, as empresas precisam se munir de ferramentas e processos para conterem riscos e incidentes voltados para segurança, com o objetivo de proteger todos seus ativos físicos e informáticos. Para tanto as organizações devem fornecer um plano para tratar os problemas de segurança através das mais variadas de ações de contenção e mitigação dessas ameaças. Vimos através desse artigo também apresentar conceitos básicos de segurança cibernética, seus principais perigos e ameaças e falar sobre dois dos maiores ataques existentes no mundo atual: o *Ransomware* e o *Phishing*. Finalmente, mostraremos como algumas tecnologias disruptivas emergentes como a Inteligência Artificial (IA) e a Aprendizagem de Máquina (ML) se apresentam vezes como facilitadores na mitigação, tratamento e proteção através do uso de algoritmos inteligentes e automação.

**Palavras-chave:** 1. Segurança Cibernética 2. *Ransomware* 3. *Phishing* 4. Inteligência Artificial

### Abstract,

This article proposes an assessment of the cybersecurity scenario in relation to its paradigms, defining items of threats and attacks that have been emerging through the intensification of cybercrime. With rampant cyberattacks expanding on a global stage, companies need to equip themselves with tools and processes to contain security-related risks and incidents in order to protect all of their physical and IT assets. To this end, organizations must provide a plan to address security issues through the most varied actions to contain and mitigate these threats. We came through this article to also present basic concepts of cybersecurity, its main dangers and threats and talk about two of the biggest attacks in the world today: Ransomware and Phishing. Finally, we will show how some emerging disruptive technologies such as Artificial Intelligence (AI) and Machine Learning (ML) sometimes present themselves as facilitators in mitigation, treatment, and protection through the use of intelligent algorithms and automation.

**Keywords:** 1. Cybersecurity 2. Ransomware 3. Phishing 4. Artificial Intelligence

## 1. INTRODUÇÃO

1

O cenário da segurança cibernética é cada vez mais relevante devido à crescente dependência da tecnologia e da internet em nossas vidas e negócios. Com o aumento e a sofisticação dos ataques cibernéticos e a exposição de dados sensíveis, é crucial compreender as ameaças existentes e as medidas de proteção adequadas. Isso abrange a proteção contra os mais variados tipos de vírus, malwares, roubo de dados, fraudes e outras ameaças digitais. A segurança cibernética é importante para garantir a privacidade, integridade e disponibilidade de informações e sistemas críticos, incluindo redes, sistemas financeiros, empresas

<sup>1</sup> Mestrando em Business Administration pela Must University. Especialista em Gestão de Segurança da Informação (UNICIV). Tecnólogo em Gestão de Segurança da Informação e Defesa Cibernética (UNINTER).

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9768260128060816> / email: [wanderleymjr@protonmail.com](mailto:wanderleymjr@protonmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Gestão e Negócios (UNISINOS). Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede (UFMS). Especialização em Desenvolvimento de Jogos Digitais (ESTACIO). Pós-Graduação (MBA) em Administração Estratégica (ESTACIO). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2632411668070729/> e-mail: [cgsilva33@gmail.com](mailto:cgsilva33@gmail.com)

e governos. Para garantir essa segurança, as organizações precisam também estar atentas às ameaças cibernéticas emergentes, trazidas por tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) e tomar medidas para proteger continuamente seus sistemas e dados.

Soares (2023) explica que nos dias de hoje, é indispensável pensarmos em uma combinação da segurança cibernética com a IA, já que isso serviria para fortalecer ainda mais a segurança em qualquer tipo de ambiente, seja corporativo ou industrial.

Neste artigo, discutiremos alguns conceitos e a importância da segurança cibernética e as principais ameaças enfrentadas pelos usuários incluindo ataques de *ransomware* e *phishing*.

Utilizaremos para esse artigo uma metodologia em caráter exploratório advindas de conteúdos bibliográficos e links de sites confiáveis.

## 2. PARADIGMAS DA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Microsoft, (2022, p. 1) define a segurança cibernética como:

Um conjunto de processos, práticas recomendadas e soluções tecnológicas que ajudam a proteger seus sistemas críticos e sua rede contra os ataques digitais. Com a proliferação dos dados e mais pessoas trabalhando e se conectando de praticamente qualquer lugar, os indivíduos mal-intencionados responderam desenvolvendo métodos sofisticados para obter acesso a recursos e roubar dados, sabotar negócios ou extorquir dinheiro.

Os paradigmas da segurança cibernética são abordagens gerais que orientam a proteção de sistemas e dados em um ambiente digital. Falaremos abaixo como podemos definir os principais paradigmas que envolvem esse ecossistema da segurança.

- **Confidencialidade:** Ela possui a função de proteger a privacidade das informações e garantir que apenas as pessoas autorizadas possam acessá-las. Quando mal gerenciada ou implementada, torna-se uma porta para que os atores mal-intencionados usem dados privilegiados para vazamento de dados, chantagens financeiras, sequestro dos dados entre outros ataques. Como forma de controle e prevenção deve-se aplicar recursos de criptografia, com uso de algoritmos específicos para que sejam processados, transmitidos e armazenados de forma segura.
- **Integridade:** Ela assegura que as informações não sejam corrompidas ou modificadas de forma maliciosa. Podemos aqui utilizar recursos da técnica de “*hashing*” que também é realizada através de algoritmos.
- **Disponibilidade:** Ela é responsável por manter os sistemas e os dados acessíveis e funcionando corretamente. Vale ressaltar que esses dados só deveriam estar acessíveis somente para pessoas ou usuários com autorização para tal acesso, portanto a falta de permissões para acesso não pode ser confundida com indisponibilidade.
- **Autenticação:** Esse serviço realiza a verificação da identidade de um usuário ou sistema antes de permitir o acesso a recursos sensíveis ou confidenciais. A autenticação pode ser feita através de diferentes meios, incluindo nome de usuário e senha, biometria, certificados digitais, entre outros.
- **Não-repúdio:** Essa é uma medida de segurança cibernética que impede que um usuário ou dispositivo negue uma transação ou ação realizada em um sistema. Em outras palavras, non-repudiation garante que uma ação específica tenha sido realmente realizada por uma parte específica e que essa parte não possa negar a realização da ação.

Estes paradigmas são interdependentes e trabalham em conjunto para garantir a segurança cibernética adequada.

A entidade governamental norte-americana (NIST, 2022, p. 1) define a Segurança da Informação (SI) como “a proteção de informações e sistemas de informação contra acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição para fornecer confidencialidade, integridade e disponibilidade”.

A SI abarca a segurança cibernética como o principal tópico que objetiva a proteção de ativos de informação. A ideia é focar na proteção dos três pilares da SI: a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade.

Muitos são os desafios propostos para SI em um contexto globalizado. A SI integra ainda outros três fatores que podem impactar diretamente em suas definições que são as pessoas, os processos e as tecnologias.

O fator “pessoas” é uma das maiores preocupações para área de segurança.

Uma empresa pode ter adquirido as melhores tecnologias de segurança que o dinheiro pode comprar,

pode ter treinado seu pessoal tão bem que eles trancam todos os segredos antes de ir embora e pode ter contratado guardas para o prédio na melhor empresa de segurança que existe. Mesmo assim essa empresa ainda estará vulnerável. (Mitnick; Simon, 2003, p. 15)

A SI considera o fator humano como o elo mais fraco, sendo utilizado como porta de entrada para diversos ataques cibernéticos, como por exemplo, a engenharia social e o *phishing*. É essencial que a empresa pense na implementação de um programa de conscientização em segurança, também conhecido como “*Awareness*”. Este programa visa capacitar colaboradores e prestadores de serviço com os conhecimentos necessários sobre segurança através campanhas de conscientização, com intuito final de ampliar o campo de visão das pessoas quanto aos perigos cibernéticos, principalmente no mundo online.

O número de ataques cresce a cada ano, e os invasores desenvolvem novos métodos para evitar serem detectados. Um programa de segurança cibernética eficaz inclui pessoas, processos e soluções de tecnologia que, juntos, reduzem o risco de interrupção dos negócios, perdas financeiras e danos à reputação em virtude de ataques. (Microsoft, 2022, p. 1)

Com a implementação de um programa de conscientização em segurança teremos como resultados os seguintes benefícios:

- Fornecer o conhecimento básico sobre a SI e seus principais pilares;
- Diminuir de riscos associados ao fator humano;
- Reduzir o volume de incidentes de segurança na organização;
- Fornecer maior visibilidade quanto a natureza de crimes cibernéticos.

Outro fator que merece uma atenção especial é a ideia de utilizarmos as tecnologias na segurança. Isso nos ajuda a assegurarmos e viabilizarmos a melhoria contínua. É também através das tecnologias implementadas que podemos medir os riscos e as consequências causadas pelos cibercrimes. A escolha das tecnologias adequadas depende das necessidades específicas de cada organização.

Exemplos de tecnologias utilizadas na segurança da informação incluem:

- **Criptografia:** esse serviço é utilizado para proteger informações sensíveis durante o armazenamento e transmissão de dados.
- **Firewalls:** esses são equipamentos de hardware ou software que permitem o bloqueio de acesso de usuários não autorizados a sistemas e redes.
- **Antivírus e Antimalware:** são softwares utilizados para proteger os ativos contra ameaças maliciosas.
- **Gerenciamento de acesso:** serviço utilizado para controlar quem tem acesso a quais recursos.
- **Monitoramento de segurança:** ferramentas utilizadas para detectar ameaças e vulnerabilidades.
- **Backup e recuperação de dados:** recursos utilizados para proteger contra perda de dados e permitir a recuperação rápida em caso de falha.

O resultado de implementação de tecnologias eficientes no combate aos crimes cibernéticos traz como benefícios:

- Prevenir que crimes digitais aconteçam ao proteger os dados da organização;
- Apoiar na coleta de evidências na análise forense em cenário de crimes digitais já realizados;
- Reduzir possíveis impactos através da agilidade de ferramentas modernas.

### 3. DESAFIOS IMPOSTOS PELA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

3

Começaremos aqui falando sobre o ataque cibernético de *Ransomware*, que é uma ameaça comum, mas que pode atingir empresas de qualquer porte. Ele pode colocar a empresa em risco, interromper operações importantes e até mesmo provocar grandes danos envolvendo a imagem da empresa.

Observando as tendências gerais de volume, houve dois picos principais na atividade de *Ransomware* nos últimos dois anos. O primeiro semestre de 2020 foi relativamente tranquilo; no entanto, em agosto e setembro de 2020, observamos um aumento significativo de vítimas de *Ransomware*. (Abnormal Security, 2022, p. 11)

Quando os invasores buscam por um resgate do *ransomware*, eles sempre optam pelo pagamento do resgate em criptomoedas. Mas o porquê disso?

O uso de Bitcoins, sendo a criptomoeda mais proeminente em crimes de Ransomware, está criando um ambiente de segurança para o agente malicioso. As transações de Bitcoin são difíceis de rastrear, embora não impossíveis, mas cultivam a persistência dos cibercriminosos e a dificuldade para que a justiça atue nos ataques de Ransomware. (Maglaras; Leandros, 2022, p. 157)

Já um ataque cibernético envolvendo *Phishing*, é um outro desafio que envolve pessoas em primeiro grau. Milhares e milhares de usuários digitais caem em golpes vindos por *phishings* todos os dias. De acordo com relatório da ESET (2022), os *phishings* são a porta de entrada para quaisquer tipos de ambientes...os ataques de phishing estão entre os principais perigos para as empresas, com um crescimento de 226% no primeiro semestre de 2022, no comparativo com a segunda metade de 2021.

Um relatório sobre *phishing* realizado pela (Interisle, 2022, p. 41) mostra que “uma marca pode se tornar um alvo de phishing a qualquer momento. Os ‘*phishers*’ procuram constantemente empresas que tenham informações de usuários potencialmente lucrativas”.

As fragilidades na postura de segurança da informação podem facilitar o ataque de *phishing*, levantando algumas preocupações. Esses ataques utilizam através dos canais de comunicação como email, SMS e telefone e é comum os cibercriminosos utilizarem técnicas de engenharia social para realizarem esses ataques, como a manipulação de emoções dos usuários como senso de urgência, medo e curiosidade.

Como estratégias podem ser aplicadas para conter os ataques de *phishing* por exemplo Implementação de autenticação de dois fatores adicionando uma camada extra de segurança aos logins, verificar se a URL é confiável antes de clicar em links, constantemente atualizar os softwares e utilizar uma proteção antivírus.

No contexto das tratativas que precisam ser aplicadas em relação à cibersegurança é de suma importância considerarmos controles para contenção de ataques cibernéticos, que atuarão na mitigação desses ataques bem como reduzir os riscos por eles apresentados.

#### 4. O USO DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES NA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Desde o início da última década, as tecnologias emergentes estão presentes em ecossistema tecnológico mundial. Vimos uma transformação através da Inteligência Artificial (IA), bem como empresas migrando suas aplicações para ambientes em nuvem. Essa mudança de paradigma trouxe diversos desafios para o contexto da segurança cibernética.

Graças às tecnologias e automação desenvolvidas pela IA, hoje é possível que ela possa auxiliar na detecção de ataques de *phishings* e de *ransomware* em questão de segundos. Quando falamos de benefícios trazidos pelas tecnologias da IA, a aprendizagem de máquina ou machine learning (ML) pode ser muito útil em questões que envolvem a segurança cibernética por um todo. Um bom exemplo disso é afirmado por (Ramachandran, 2019, p. 1): “felizmente, o IA com ML pode desempenhar um papel significativo na prevenção e dissuasão de ataques de *phishing*. Eles podem detectar e rastrear mais de 10.000 fontes de *phishing* ativas e reagir e corrigir muito mais rápido do que os humanos”.

Os ciberataques acontecem de diversas formas e a Inteligência Artificial busca analisar os grandes bancos de dados, identificar os padrões de comportamento de usuários e apontar desvios desses padrões. Assim, a IA se apoia no Machine Learning para entender essas curvas de segurança e dados para aprender, de forma autônoma, a solucionar ataques, antecipando-se ao erro e evitando grandes perdas de dados privados. (Soares, 2023, p. 1)

A IA e o ML em conjunto podem realizar uma análise em grandes quantidades de dados de forma rápida e eficiente, identificando padrões e tendências que seriam difíceis de detectar manualmente. Além disso, os algoritmos da IA podem ser treinados para detectar ameaças cibernéticas em tempo real permitindo que possamos tomar algumas ações precocemente contra essas ameaças, aumentando a eficácia na prevenção de ataques.

Sikos (2019) afirma que embora seja inevitável que os ambientes com infraestruturas críticas possam ser comprometidos por cibercriminosos, os sistemas inteligentes baseados em IA e ML podem ajudar na redução dos impactos causados pelos ataques cibernéticos e até podem ainda gerenciar os riscos de vulnerabilidade em tempo real.

Segundo relatório da IBM (2022), os últimos indicadores quanto ao uso de IA e automação para segurança revelam que houve um salto de quase um quinto em dois anos, de 59% em 2020 para 70% em 2022.

De acordo com Halder & Ozdemir (2018, p. 9):

Hoje, os sistemas baseados em assinaturas estão sendo gradualmente substituídos por agentes inteligentes de segurança cibernética. Os produtos de aprendizado de máquina são agressivos na identificação de novos malwares, ataques de dia zero e ameaças persistentes avançadas...novos produtos de segurança cibernéticas orientadas por aprendizado de máquina têm sido proativos no fortalecimento de sistemas de contêineres, como máquinas virtuais.

O ML, apesar de proporcionar diversas facilidades, pode gerar falsos alarmes, também conhecidos como



falsos positivos, dando espaço para cibercriminosos abrirem uma porta para atacar os ambientes. (Sikos, 2019, p. 48) explica que, “apesar dos benefícios das tecnologias de machine learning, os algoritmos de aprendizado podem ser abusados, oferecendo novas oportunidades para os cibercriminosos realizarem atividades ilícitas e altamente lucrativas”.

Muitos produtos voltados para segurança cibernética e que embarcam as tecnologias de IA com ML são utilizados por diversas empresas em todo mundo, dentre eles podemos citar o Security Information & Event Management (SIEM), Security Orchestration & Automated Response (SOAR) e Extended Detection and Response (EDR).

Outros desafios que a área de segurança pode enfrentar no futuro estão voltadas para as outras tecnologias emergentes como aplicações Blockchain, e até o mesmo o Metaverso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança da Cibernética tem como objetivo principal a proteção dos três pilares da SI: confidencialidade, integridade e disponibilidade. Ela é considerada uma preocupação crescente na era digital e está relacionada com aumento de ameaças como vírus, invasões de dados e fraudes na internet. É importante que as empresas e os usuários tomem medidas para proteger seus sistemas e informações pessoais. Além disso, é crucial que as leis e regulamentos sejam atualizados para acompanhar o ritmo da evolução da tecnologia.

Em suma, a segurança cibernética é uma responsabilidade compartilhada entre indivíduos, empresas e governos, e requer atenção constante e ação proativa para proteger as informações e os sistemas das ameaças cibernéticas.

Vimos através desse artigo a importância da aplicação da segurança cibernética quando na contenção e mitigação das mais diversas ameaças, incluindo os avanços ofertados pelas ferramentas que já utilizam a IA como fonte para acelerar o processo de identificação e correlação de incidentes voltados para segurança. Além do mais, o uso dos recursos da IA e do ML pode aumentar significativamente a eficácia na detecção e prevenção de ameaças, ajudando a proteger a integridade dos sistemas.

## REFERÊNCIAS

Abnormal Security. **The Evolution of Ransomware: Victims, Threat Actors and What to Expect in 2022**. [online], 2022. Disponível em: <https://abnormalsecurity.com/resources/ransomware=-victims-threat-actors?form-success> Acesso em 30 out. 2022

Eset. (2022). **Relatório de Segurança Edição Brasil**. Disponível em: [https://www.welivesecurity.com/wp-content/uploads/2022/09/ESET\\_Security\\_Report\\_Brasil.pdf](https://www.welivesecurity.com/wp-content/uploads/2022/09/ESET_Security_Report_Brasil.pdf) Acesso em 20 out. 2022

Halder, S. & Ozdemir, S. (2018). **Hands-On Machine Learning for Cybersecurity**. UK: Packet Publishing.

IBM. **Relatório do custo de uma violação de dados de 2022**: Resumo Executivo. IBM Security. 2022.

Interisle. **Phishing Landscape 2022: An Annual Study of the Scope and Distribution of Phishing**. Interisle Consulting Group. [online], 2022. Disponível em: <https://interisle.net/PhishingLandscape2022.pdf> Acesso em 31 out. 2022

Maglaras, L. & Kantzavelou, L. (2022). **Cybersecurity Issues in Emerging Technologies**. Boca Raton/FL: CRC Press.

Microsoft. (2022). **O que é segurança cibernética?**. [online]. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/security/business/security-101/what-is-cybersecurity> Acesso em 31 out. 2022

Mitnick, Kevin. D. & Simon, William L. **A Arte de Enganar - Ataques de hackers: Controlando o Fator Humano na Segurança da Informação**. São Paulo: Pearson Education, 2003.

NIST. (2022). **Computer Security Resource Center Glossary**. Information Technology Laboratory. [online]. Disponível em: [https://csrc.nist.gov/glossary/term/information\\_security](https://csrc.nist.gov/glossary/term/information_security) Acesso em 20 out. 2022

5

Ramachandran, Remesh. (2019). **How Artificial Intelligence Is Changing Cyber Security Landscape and Preventing Cyber Attacks**. [online]. Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/en-in/technology/how-artificial-intelligence-is-changing-cyber-security/339509> Acesso em 30 out. 2022

Sikos, Leslie F. (2019). **AI in Cybersecurity**. Intelligent Systems Reference Library, volume 151. UK: Springer.

Soares, L. (2023). **Inteligência Artificial e ataques cibernéticos: como a IA ajuda combatê-los?**. [online]. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/01/31/colonistas/inteligencia-artificial-e-ataques-ciberneticos-como-a-ia-ajuda-a-combate-los/> Acesso em 31 jan 2023

# Indicadores não financeiros aumentam a percepção de valor dos negócios e atraem investidores

## *Non-financial indicators increase the perception of business value and attract investors*

Cristina Laranjeira

Geisse Martins

Submetido em: 13/02/2023

Aprovado em: 14/02/2023

Publicado em: 17/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.480

### Resumo

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são gerenciadas e visa garantir a perenidade dos negócios. Fragilidade e/ou a insuficiência de governança nas empresas diminui a atratividade dos investidores. Os papéis e as responsabilidades dos agentes responsáveis pela governança devem ser formalizados e divulgados com clareza. O conselho de administração da empresa deve ser responsável pela definição das decisões estratégicas e por assegurar o cumprimento dos valores e princípios éticos organizacionais. É recomendado que o conselho seja composto por membros com perfis e gêneros diversos. Possuir uma auditoria estruturada e robusta possibilita identificar e reportar eventuais inconformidades processuais e gerenciais. A utilização de informações privilegiadas para obtenção de benefício próprio e/ou de terceiros configura prática ilegal e antiética. O código de conduta da empresa deve considerar violado o princípio de equidade em caso de utilização de informações privilegiadas. Para maior proteção dos acionistas, a CMN definiu que será, automaticamente, presumido que os administradores das empresas abertas detêm acesso a informações privilegiadas. O tema ESG está sendo o principal indicador para certificar que as organizações públicas e privadas estão de fato preocupadas com os impactos ao meio ambiente, o que as tornam mais atrativas perante clientes e investidores. A presente pesquisa deste *paper* utilizou como metodologia uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa.

**Palavras-chave: Governança corporativa. informações privilegiadas. ESG. investidores**

### Abstract

*Corporate Governance is the a system by which organizations are managed and aims to ensure the continuity of business. Weakness and/or insufficient governance in companies reduces the attractiveness of investors. The roles and responsibilities of those responsible for governance must be formalized and clearly disclosed. The company's board of directors must be responsible for defining strategic decisions and ensuring compliance with organizational ethical values and principles. It is recommended that the board be composed of members with diverse profiles and genders. Having a structured and robust audit makes it possible to identify and report any procedural and managerial nonconformities. The use of privileged information to obtain one's own benefit and/or that of third parties constitutes an illegal and unethical practice. The company's code of conduct must consider the principle of equity to be violated in the event of the use of privileged information. For greater protection of shareholders, the CMN defined that it will be automatically assumed that the managers of publicly held companies have access to privileged information. The ESG theme is being the main indicator to certify that public and private organizations are really concerned about the impacts on the environment, which makes them more attractive to customers and investors. The present research of this paper used as methodology a bibliographic review with a qualitative approach.*

1

**Keywords: Corporate governance. insider information. ESG. investors**

## 1. Introdução

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são gerenciadas e monitoradas. Abrange o relacionamento entre os *stakeholders* (sócios, diretoria, funcionários, membros do conselho de administração, entre outros) e visa garantir o valor econômico das companhias e a perenidade dos negócios. Portanto, é um

ingrediente fundamental para fortalecer o mercado de capitais e atrair recursos para o crescimento do país (IBGC, 2018).

Fragilidade e/ou a insuficiência de governança nas empresas, com baixo nível de proteção aos acionistas, diminui a atratividade dos investidores e está vinculada a custos de capital elevados (IBGC, 2016).



Fonte: Imagem elaborada pelos autores

Tomadas de decisões com base em interesses próprios e/ou de terceiros, expõe as empresas ao risco de reputação perante os *stakeholders*, assim como os acionistas ao risco econômico/financeiro (IBGC, 2016), portanto, as companhias devem estabelecer controles robustos capazes de mitigar conflitos de interesses na gestão administrativa das organizações.

O presente trabalho teve como metodologia a revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e objetivou avaliar os benefícios da gestão empresarial amparada por governança corporativa estruturada por políticas, regras e procedimentos operacionais confiáveis capazes de mitigar eventuais conflitos de interesse.

## 1.2. Boas práticas de governança corporativa organizacional

As boas práticas de governança corporativa estão ancoradas nos princípios de transparência, equidade (tratamento justo a todos os *stakeholders*) e prestação de contas. Os participantes devem observar os direitos, os deveres e as responsabilidades atribuídas/definidas, objetivando contribuir com a perenidade da organização (IBGC, 2018).

Para a CVM (2002), a governança corporativa é um conjunto de ações que deve proteger as partes interessadas. No quesito transparência, destaca-se a divulgação trimestral (em conjunto com as demonstrações financeiras) dos principais fatores de risco que a empresa está exposta, tornando as organizações mais valorizadas e atrativas aos investidores.

Para Lippert (2022), a governança corporativa organizacional objetiva garantir que todas as partes envolvidas (sócios, diretores, funcionários, fornecedores, etc) estejam alinhadas com equilíbrio, evitando conflitos de interesses e demonstrando maior transparência nos procedimentos operacionais e gerenciais, o que reflete positivamente na imagem do negócio.

Os papéis e as responsabilidades, assim como as alçadas de decisão dos agentes responsáveis pela governança devem ser formalizados e divulgados com clareza, prevendo o afastamento sumário e a anulação de votos dos envolvidos em qualquer fórum deliberativo em caso de constatação de eventual conflito de interesse (IBGC, 2016).

O conselho de administração (órgão colegiado, cujos membros são eleitos pelos sócios) da empresa deve ser responsável pela definição das decisões estratégicas e por assegurar o cumprimento dos valores e princípios éticos organizacionais, assim como das políticas, das regras, dos procedimentos operacionais e gerenciais que amparam a governança corporativa. Para maior qualidade na tomada de decisões, é recomendado que o conselho seja composto por membros com perfis e gêneros diversos (IBGC, 2018).

As discussões são mais produtivas em termos de visão globalizada quando os membros do conselho detêm experiências em áreas diferentes, dentre as quais, as principais são: financeiro, *marketing*, recursos humanos, tecnologia, entre outras. (Faber, 2021)

O planejamento anual dos trabalhos da auditoria interna, assim como os resultados obtidos devem ser submetidos ao conselho de administração para apreciação e deliberação. Possuir uma auditoria estruturada e



robusta possibilita identificar e reportar eventuais inconformidades processuais e gerenciais não aderentes as regras, políticas e normas internas vigentes (IBGC, 2018).

O regimento interno deve prever o funcionamento do conselho de administração em aderência aos preceitos estabelecidos no estatuto ou contrato social, o que fortalece a governança corporativa (IBGC, 2018).

A criação de comitês de temas específicos (auditoria, finanças, pessoas, riscos, sustentabilidade, etc.) contribui para as boas práticas da gestão corporativa pois, dentre suas atribuições, avaliam assuntos de sua competência, com posterior submissão ao conselho para apresentação/deliberação, com destaque para o comitê de auditoria, que por meio dos trabalhos da auditoria interna, auxilia na manutenção da qualidade das demonstrações financeiras, objetivando proteger a integridade e a confiabilidade de informações contábeis (IBGC, 2018).



Fonte: pixabay

A Instrução da CVM nº 586 determina que as companhias abertas, registradas na “categoria A” devem, preencher e encaminhar, via sistema eletrônico, em até sete meses do encerramento do exercício social, o informe (modelo “pratique ou explique”) sobre o código brasileiro de governança corporativa, o qual abrange, dentre vários aspectos, a consistência entre as práticas recomendadas e as adotadas, bem como as ações mitigatórias contra eventuais riscos suportado de parecer do conselho de administração (PwC, 2017).

Segundo o IBGC (2016), o modelo “pratique ou explique” é utilizado por diversos países e apresenta flexibilidade, possibilitando as companhias explicarem eventual não adoção de alguma determinada prática. Objetiva certificar a adequação das empresas as melhores práticas de governança.

Em razão dos custos envolvidos na estruturação da governança corporativa, muitos empresários ficam em dúvida quanto a viabilidade e retorno sobre tais investimentos. Segundo levantamento realizado pela consultoria norte americana *Ocean Torno*, 84% do valor de mercado de uma empresa está atrelado a ativos intangíveis, como a reputação. Outra pesquisa conduzida pela *Reputation Institute* com 301 gestores de empresas em 29 países revelou que a reputação é a prioridade número um para 65% dos executivos (Scherer, 2017).

### 1.3. Uso de informações privilegiadas

A criação de um código de conduta contemplando os princípios éticos, a cultura empresarial e os procedimentos para coibir e punir o uso indevido de informações privilegiadas, aumenta o nível de confiança e o valor reputacional da empresa, o que é uma vantagem competitiva (IBGC, 2018).

A utilização de informações privilegiadas para obtenção de benefício próprio e/ou de terceiros configura prática ilegal e antiética, prejudicando a integridade do mercado, da empresa e dos acionistas. Os envolvidos estão sujeitos a julgamento/punição de acordo com as esferas civil, criminal e administrativa (IBGC, 2018).

O código de conduta da empresa deve considerar violado o princípio de equidade em caso de utilização de informações privilegiadas para benefício próprio e/ou de terceiros e regulamentar procedimentos rigorosos sobre o tema, visando evitar e punir os envolvidos (conhecidos como “*insider trading*”) que porventura utilizem indevidamente tais informações (IBGC, 2017).

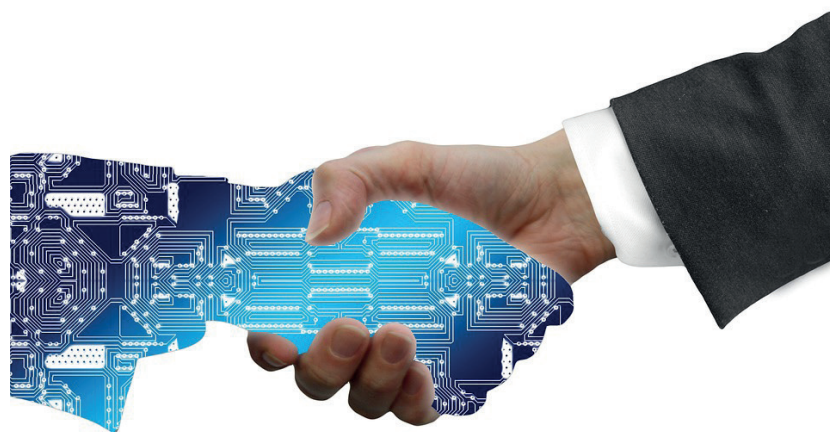




Fonte: Pixabay

Na ocasião da fusão entre a Sadia e a Perdigão (BR Foods), o diretor financeiro da Sadia comprou uma grande quantidade de ações na bolsa de Nova York antes da formalização do negócio. Ele tinha absoluta certeza que os valores das ações iriam subir. Tal prática de utilização de informações privilegiadas além configurar crime pode resultar em até cinco anos de prisão além de multa equivalente a três vezes o lucro da vantagem ilícita obtida (Minuto e-investidor, 2021).

Levantamento realizado pela FGV Direito/SP, revelou que no período entre 2008 e 2018, foram iniciados 54 processos contra 158 acusados de “*insider trading*” (utilizam informações privilegiadas), dos quais 66 tiveram condenações administrativas e uma definitiva. Nos Estados Unidos, as punições são mais severas, a pessoa condenada por utilização indevida de informações privilegiadas pode pegar até 20 anos de prisão e pagar multas entre US\$ 5 milhões e US\$ 25 milhões (Fogaça, 2021).



Fonte: Pixabay

Para maior proteção dos acionistas, a CMN (Comissão de Valores Mobiliários) definiu (a partir de primeiro de setembro de 2021) que será, automaticamente, presumido que os administradores das empresas abertas (acionistas/controladores diretos/indiretos, diretores e membros do conselho de administração) detêm acesso as informações privilegiadas, excluindo a necessidade de evidenciação prevista na lei anterior, o que contribuiu para coibir e punir tal prática ilícita (Bertão, 2021).

4

Portanto, as companhias devem estabelecer regras e procedimentos operacionais/gerenciais capazes de prevenir (*Chinese Wall*) que informações privilegiadas cheguem ao conhecimento de pessoas má intencionadas (Cadernos CVM, 2016).

#### 1.4. Benefícios em adotar os princípios ESG (*environmental, social and governance*)

A utilização de recursos naturais de forma inadequada é pauta de reuniões com vários chefes de Estado e, na atualidade, vai além da esfera governamental. O tripé de valores ESG está sendo o principal indicador



para certificar que as organizações públicas e privadas estão de fato preocupadas com os impactos ao meio ambiente, o que as tornam mais atrativas perante clientes e investidores das novas gerações cada vez mais conscientes em preservar os recursos naturais do planeta e incorporar ações de inclusão social (Tucci, 2021).

Os principais líderes mundiais já entenderam que a adoção e a aplicação dos princípios de ESG contribuem, principalmente, no fechamento de negócios importantes e no aumento do valor da marca das empresas no mercado, o que é atrativo para potenciais investidores e resulta em competitividade e rentabilidade. Pesquisa realizada pelo GNDI (*Global Network of Directors Institutes*) em conjunto com o IBGC revelou que 85% dos brasileiros acreditam que o foco nas questões de sustentabilidade tende a aumentar (BrandVoice, 2021).

As empresas que adotam as práticas de sustentabilidade ambiental, de inclusão social e de governança (ESG) atendem a demanda de consumidores que prezam por processos produtivos éticos e transparentes. Além disso, atraem capital, fortalecem a marca e promovem o crescimento no longo prazo, gerando maior credibilidade aos acionistas e garantindo juros mais baixos nos empréstimos financeiros. Contribui, ainda, na contratação e na retenção de talentos, pois os funcionários preferem trabalhar em empresas que valorizam a equidade de gênero e se preocupam com o impacto ambiental (Exame Solutions, 2022).

O reporte dos indicadores não financeiros está se tornando tão importante quanto os tradicionais financeiros e tendem a serem decisivos na escolha de ativos pelos investidores, bancos, corretoras e gestores de investimentos. Portanto, estruturar as estratégias organizacionais alinhadas aos princípios de ESG, assim como demonstrar o impacto positivo ao meio ambiente e a sociedade são ações fundamentais para a imagem e a credibilidade da empresa perante os *stakeholders* - investidores, funcionários, parceiros e consumidores, etc (Exame Solutions, 2022).

As organizações desprovidas de governança estruturada (políticas, regras, normas, etc.) podem não empregar os recursos de forma adequada/satisfatória e provavelmente não terão foco na implementação de ações voltadas a preservação do meio ambiente e na responsabilidade social (Faber, 2021).

Embora não seja obrigatório ou regulamentada a adesão ao ESG, as empresas como a Natura, Marfrig, Suzano e Ambev estão adicionando as ações envolvendo o tema nos relatórios aos investidores (Tucci, 2021). Pesquisa realizada pelo Instituto Akatu e a *GlobeScan* revelou que 70% dos consumidores brasileiros esperam que as empresas não agredam o meio ambiente (Guimarães, 2021), demonstrando que a adesão as três siglas (ESG) é um diferencial competitivo fundamental.

Dentre as principais ações do Bradesco, divulgadas ao mercado, envolvendo o tema ESG, destacamos a parceria firmada com a empresa Enel para a construção de nove usinas solares objetivando abastecer 308 agências (Ceará, Goiás e Rio de Janeiro) e reduzir 12.140 toneladas de CO<sub>2</sub> ao ano. Também, pelo quarto ano consecutivo, o Banco foi classificado na “categoria prata” pela *Sustainability Yearbook da S&P Global* e está entre os 5%, do segmento bancário mundial, com melhor avaliação. Ainda, foi escolhido pela *Global Reporting Initiative* (GRI) pela transparência na divulgação de informações sobre sustentabilidade (Relação integrado, 2022).

## 1.5. Governança corporativa da Petrobrás

A implementação de governança corporativa contribuiu para a majoração do valor da marca da Petrobrás no mercado financeiro.

Em 2021, o *rating* da Petrobras teve elevação passando de Ba2 para Ba1 (classificado pela Moody's) em razão de desempenho financeiro/operacional satisfatório e da regularidade das métricas de crédito amparadas por governança corporativa adequada.



Fonte: Agência Brasil

A Moody's prevê que a geração de caixa da petrolífera seja suficiente para cobrir as obrigações de caixa e de despesas de capital (total de US\$ 12 bilhões), além de honrar os créditos rotativos contraídos em Instituições Financeiras (R\$ total de US\$ 8,8 bilhões), o que irá fortalecer ainda mais a liquidez da empresa. No entanto, se houver queda no desempenho operacional ou em outros fatores que aumentem o risco de liquidez da organização, bem como se os aspectos de governança perderem qualidade, o *rating* pode ser rebaixado (Ravagnani, 2021), o que certamente afetará a imagem da empresa e a perda de potenciais investidores, ratificando a necessidade de um modelo de governança ético, efetivo e transparente.

## Conclusão

A governança corporativa representa grande importância para o funcionamento dos negócios e deve ser estruturada com base em valores e princípios éticos transparentes, assim como em políticas, regras, procedimentos e critérios gerenciais e operacionais seguros e auditáveis, objetivando a longevidade do negócio.

A criação do conselho de administração com membros de gêneros e experiências distintas, assim como de comitês de temas específicos (auditoria, finanças, pessoas, riscos, sustentabilidade, etc.) fortalece as boas práticas da gestão corporativa.

Os controles, também, devem ser robustos e capazes de identificar situações de conflitos de interesse, as quais devem ser imediatamente punidas com base em regras previstas em código de conduta claro, objetivo e compartilhado a todos os *stakeholders*.

O reporte dos indicadores não financeiros está se tornando tão importante quanto os tradicionais financeiros e tendem a serem decisivos na escolha dos ativos pelos investidores. A adoção dos princípios de ESG contribui, principalmente, no fechamento de negócios importantes e no aumento do valor da marca das empresas no mercado, o que é atrativo para potenciais investidores e resulta em competitividade e rentabilidade. São práticas não obrigatórias, no entanto, fortemente recomendadas para as empresas que buscam crescimento amparadas por governança focada em transparência, sociedade e meio ambiente.

A não estruturação de práticas de governança confiáveis e de ações voltadas a preservar os recursos naturais e a diversidade de gênero pode impactar na gestão do negócio e diminuir a atratividade de potenciais investidores e de clientes preocupados com a preservação do meio ambiente e da inclusão social.

6

## Referências

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2018). Código das melhores práticas de governança corporativa. Disponível em: [Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf](#). Acessado em: 31 de julho de 2022.



CVM - Comissão de Valores Mobiliários (2002). Recomendações da CVM sobre governança corporativa. Disponível em: <http://www.gecompany.com.br/gecompany/wp-content/uploads/2019/02/cartilhaCVM1.pdf>. Acessado em: 31 de julho de 2022.

PwC - PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (2017). CVM 586, o novo código brasileiro de governança corporativa e o modelo “pratique ou explique”. Disponível em: [https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/pwc\\_book\\_cvm\\_586.pdf](https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/pwc_book_cvm_586.pdf). Acessado em: 31 de julho de 2022.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2016). Código brasileiro de governança corporativa – companhias abertas. Disponível em: [https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21148/Codigo\\_Brasileiro\\_de\\_Governanca\\_Corporativa\\_Companhias\\_Abertas.pdf](https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21148/Codigo_Brasileiro_de_Governanca_Corporativa_Companhias_Abertas.pdf). Acessado em: 31 de julho de 2022.

Faber, R. (2021). Sem governança, o futuro da empresa fica comprometido. Disponível em: <https://exame.com/esg/governanca-futuro-empresa/>. Acessado em: 01 de agosto de 2022.

Lippert, D. (2022). Boas práticas de governança corporativa. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/boas-praticas-de-governanca-corporativa/>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (2019). É vantajoso seguir normas de governança corporativa? Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/painel-contabil/e-vantajoso-seguir-normas-de-governanca-corporativa/>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

Scherer, A. (2017). Empresas criam comitês para polir a imagem corporativa. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/empresas-criam-comites-para-polir-a-imagem-corporativa/>. Acessado em: 03 de agosto de 2022.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2017). Caderno de boas práticas de governança corporativa para empresas de capital fechado. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4249295-Caderno-de-boas-praticas-de-governanca-corporativa-para-empresas-de-capital-fechado.html#:~:text=26%20Caderno%20de%20Boas%20Pr%C3%A1ticas,e%20endere%C3%A7ando%20algumas%20particularidades%20das>. Acessado em: 03 de agosto de 2022.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2018). Princípios que geram valor de longo prazo. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acessado em: em: 03. de agosto de 2022

Ravagnani, A. (2021). Petrobrás tem rating elevado pela Mood’s e fica a um passo do grau do investimento. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/09/28/petrobras-tem-rating-elevado-pela-moodys-e-fica-a-um-passo-do-grau-de-investimento.ghtml>. Acessado em: 03 de agosto de 2022.

Minuto e-investidor (2021). O que é informação privilegiada? Disponível em: [https://einvestidor.estado.com.br/videos/o-que-e-informacao-privilegiada?amp&gclid=EAIAIqobChMI2\\_zni6ah-QIVaehcCh0w7g-3JEAMYAiAAEgIrlvD\\_BwE](https://einvestidor.estado.com.br/videos/o-que-e-informacao-privilegiada?amp&gclid=EAIAIqobChMI2_zni6ah-QIVaehcCh0w7g-3JEAMYAiAAEgIrlvD_BwE). Acessado em: 04 de agosto de 2022.

Bertão, N. (2021). CMN endurece a regra sobre o uso de informação privilegiada - o “insider” Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/de-olho-no-mercado/noticia/2021/09/15/cvm-endurece-a-regra-sobre-o-uso-de-informacao-privilegiada-o-insider.ghtml>. Acessado em 04 de agosto de 2022.

7 Fogaça, A. (2021). O que é insider trading e o uso indevido de informação privilegiada. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/o-que-e-insider-trading-e-o-uso-indevido-de-informacao-privilegiada#:~:text=O%20uso%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20privilegiada,empresas%20e%20do%20mercado%20financeiro>. Acessado em 04 de agosto de 2022.

Cadernos CVM - Comissão de Valores Mobiliários (2016). Uso indevido de informação privilegiada. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/atividades/>



BrandVoice Ambipar (2021). Implementar uma política eficiente de ESG não precisa ser tão difícil quanto parece. Disponível em: <https://forbes.com.br/brand-voice/2021/06/implementar-uma-politica-eficiente-de-esg-nao-precisa-ser-tao-dificil-quanto-parece/>. Acessado em 05 de agosto de 2022.

Exame Solutions (2022). ESG: indicadores não financeiros aumentam percepção de valor dos negócios. Disponível em: <https://exame.com/negocios/esg-indicadores-nao-financeiros-aumentam-percepcao-de-valor-dos-negocios/>. Acessado em 05 de agosto de 2022.

Tucci, A (2021). ESG: um novo olhar para os negócios para mitigar impactos ambientais e sociais. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/03/esg-um-novo-olhar-para-os-negocios-para-mitigar-impactos-ambientais-e-sociais/>. Acessado em 13 de agosto de 2022.

Guimarães, S (2021). Revolução ESG inaugura nova fase do capitalismo. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/08/revolucao-esg-inaugura-nova-fase-do-capitalismo/>. Acessado em 13 de agosto de 2022.

Relação integrado (2022). Sustentabilidade em destaque. Disponível em: <file:///C:/Users/crist/OneDrive/Area%20de%20Trabalho/Relatorio-Integrado-2021.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2022.

## Propostas experimentais para abordagem interdisciplinar de física e química no ensino médio

*Experimental proposals for an interdisciplinary approach to physics and chemistry in high school*

Ms. Arnaldo Gonçalves de Matos

<https://orcid.org/0000-0003-1822-7011>

Dr. Damião Pedro Meira Filho

<https://orcid.org/0000-0003-0421-1094>

Esp. Asley da Silva Sodré

<https://orcid.org/0000-0001-8901-908X>

Submetido em: 19/02/2023

Aprovado em: 20/02/2023

Publicado em: 23/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.481

### RESUMO

O produto educacional aqui apresentado faz parte de uma pesquisa que foi desenvolvida durante um Mestrado Profissional em Ensino de Física na Universidade Federal do Oeste do Pará, e consiste em um material instrucional destinado aos professores que desejam desenvolver atividades experimentais no ensino médio em uma perspectiva interdisciplinar com foco na Física e na Química. O material apresenta três possibilidades de experimentos com indicação dos materiais, possibilidades metodológicas, explicações sobre os fenômenos físicos e químicos ocorridos, bem como indicação de fontes onde o professor pode encontrar mais informações para a abordagem daquele experimento. Assim, espera-se que este material instrumental seja útil para um primeiro passo que os professores de Física e de Química possam dar para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares nas escolas. Para que a ação docente seja bem-sucedida nas práticas experimentais que envolvem Física e Química, é necessário que haja o envolvimento dos professores no planejamento das atividades, visto que, tal ação é importante para nortear o desenvolvimento das práticas a serem trabalhadas com os discentes.

**Palavras-chave:** Produto educacional. Material Instrumental. Física e Química.

### ABSTRACT

The educational product presented here is part of a research that was developed during a Professional Master's Degree in Physics Teaching at the Federal University of Western Pará, and consists of an instructional material intended for teachers who wish to develop experimental activities in high school from an interdisciplinary perspective, focusing on Physics and Chemistry. The material presents three possibilities for experiments with an indication of the materials, methodological possibilities, explanations about the physical and chemical phenomena that occurred, as well as an indication of sources where the teacher can find more information for the approach to that experiment. Thus, it is expected that this instrumental material will be useful for a first step that Physics and Chemistry teachers can take towards the development of interdisciplinary activities in schools. For the teaching action to be successful in experimental practices involving Physics and Chemistry, it is necessary that the teachers be involved in the planning of activities, since such action is important to guide the development of practices to be worked with the students.

**Keywords:** Educational product. Instrumental material. Physics and chemistry.

## 1 INTRODUÇÃO

1

O produto educacional aqui apresentado faz parte de uma pesquisa que foi desenvolvida durante um Mestrado Profissional em Ensino de Física na Universidade Federal do Oeste do Pará, e consiste em um material instrucional destinado aos professores que desejam desenvolver atividades experimentais no ensino médio em uma perspectiva interdisciplinar com foco na Física e na Química.

O material apresenta três possibilidades de experimentos com indicação dos materiais, possibilidades metodológicas, explicações sobre os fenômenos físicos e químicos ocorridos, bem como indicação de fontes

onde o professor pode encontrar mais informações para a abordagem daquele experimento.

Parte-se do pressuposto que “a experimentação no ensino potencializa a capacidade de aprendizagem, visto que contribui para a superação de obstáculos cognitivos” (SILVA; MOURA, 2018. p. 13). O fato de a Física e a Química serem Ciências relacionadas à compreensão da natureza e de caráter eminentemente experimental (GIBIN; SOUZA FILHO, 2016) também favorece a interdisciplinaridade no ensino. Dessa forma, o uso de abordagem interdisciplinar entre essas duas áreas de conhecimento apresenta-se como uma possibilidade de reorganização do saber para a produção de um novo conhecimento (FAZENDA, 2013).

É possível perceber que muitas vezes a carência de profissionais com a formação específica em Química e Física é uma das principais causas nas dificuldades para o desenvolvimento das práticas experimentais no ambiente escolar (GIBIN; SOUZA FILHO, 2016). Por outro lado, também, a ausência de discussões interdisciplinares durante os cursos de formação inicial ou continuada não incentivam os professores a começarem a desenvolver esse tipo de prática necessária e emergente. Em vários documentos educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino médio de 2006 (BRASIL, 2006), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e os documentos do novo ensino médio falam da necessidade de contextualização e interdisciplinaridade como fator de desenvolvimento do ensino e favorecimento da aprendizagem.

Assim, espera-se que este material instrumental seja útil para um primeiro passo que os professores de Física e de Química possam dar para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares nas escolas.

## 2 ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

Apresentamos a seguir três experimentos: Chama que suga a água, Corrente elétrica pela água e Motorzinho eletromagnético. Para cada experimento são apresentados os materiais necessários, assuntos abordados referente à Química e à Física, proposta metodológica para a abordagem, interpretação do fenômeno ocorrido sob o enfoque das duas áreas e sugestões de outras fontes de consulta para que os professores possam aprofundar o que julgarem necessário.

### 2.1 Chama que suga a água

#### 2.1.1 Materiais necessários

- 01 vela comum
- 01 copo de vidro transparente
- 01 prato
- 200 ml de água
- 01 caixa de fósforo ou isqueiro
- Tinta guache ou anilina para bolo (opcional).

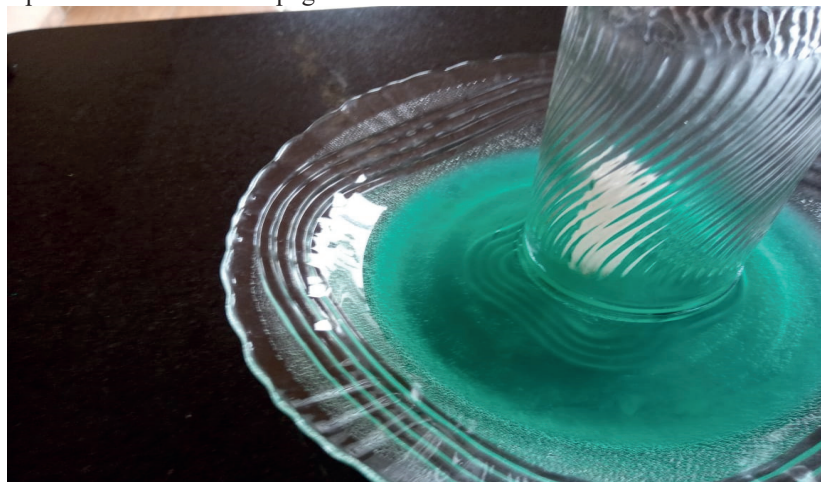
#### 2.1.2 Assuntos abordados

- Física: Formas de propagação de calor e suas consequências;
- Química: Reação de Combustão e suas consequências.

#### 2.1.3 Proposta metodológica

Esse é um experimento aparentemente simples que aparece em muitos livros didáticos tanto de Física quanto de Química. A proposta consiste em fixar uma vela sobre um prato com um pouco de cera derretida, acrescentar água no prato e em seguida acender a vela. Se for adicionado algum produto que deixe a água colorida (guache ou anilina, por exemplo) fica mais nítido o fenômeno que será observado. Ao colocar um copo de vidro vazio cobrindo a vela como indica a figura 01, observa-se que a chama da vela apaga e a água que está no prato é sugada para dentro do copo de vidro transparente, como indica a figura 02.

Figura 1 – Experimento com a vela apagada



Fonte: O autor (2020).

Figura 02 – Água sendo sugada para dentro do copo



Fonte: O autor (2020).

O professor que desejar utilizar esse experimento como motivador para o estudo da teoria vista em sala de aula, pode mostrar o experimento aos alunos para que eles acompanhem o que ocorre enquanto a vela apaga e criem suas hipóteses do por quê a água é sugada quando a vela apaga. É provável que as hipóteses dos estudantes sejam tanto de aspectos físicos quanto de aspectos químicos e poderá já ser uma boa oportunidade para o professor discutir com a turma o fenômeno sob um ponto de vista interdisciplinar.

Outra possibilidade é utilizar o experimento para demonstração da teoria vista em sala de aula. Nesse caso, o professor pode abordar a teoria dos fenômenos físicos e químicos e em seguida apresentar o experimento demonstrando essas teorias e ressaltando que é possível compreender o experimento a partir de diferentes áreas de conhecimento e que elas podem ser complementares para compreender o fenômeno com um todo.

#### 2.1.4 Interpretação do fenômeno ocorrido sob o enfoque da Física e da Química

Quando a vela queima ela sofre um processo químico conhecido como combustão. Esse processo precisa de um combustível que fornece energia para a queima (representado no experimento pela parafina da vela que é um Hidrocarboneto), um comburente que é a substância que vai reagir quimicamente com o combustível (o oxigênio do ar, nesse caso) e uma fonte de calor que vai desencadear a reação química do combustível com o comburente (o fósforo ou isqueiro nesse caso). A reação de combustão pode ser escrita genericamente como observado na equação 01:



Observe que o produto dessa reação é gás carbônico (CO<sub>2</sub>) e água (H<sub>2</sub>O), em forma de vapor que irá

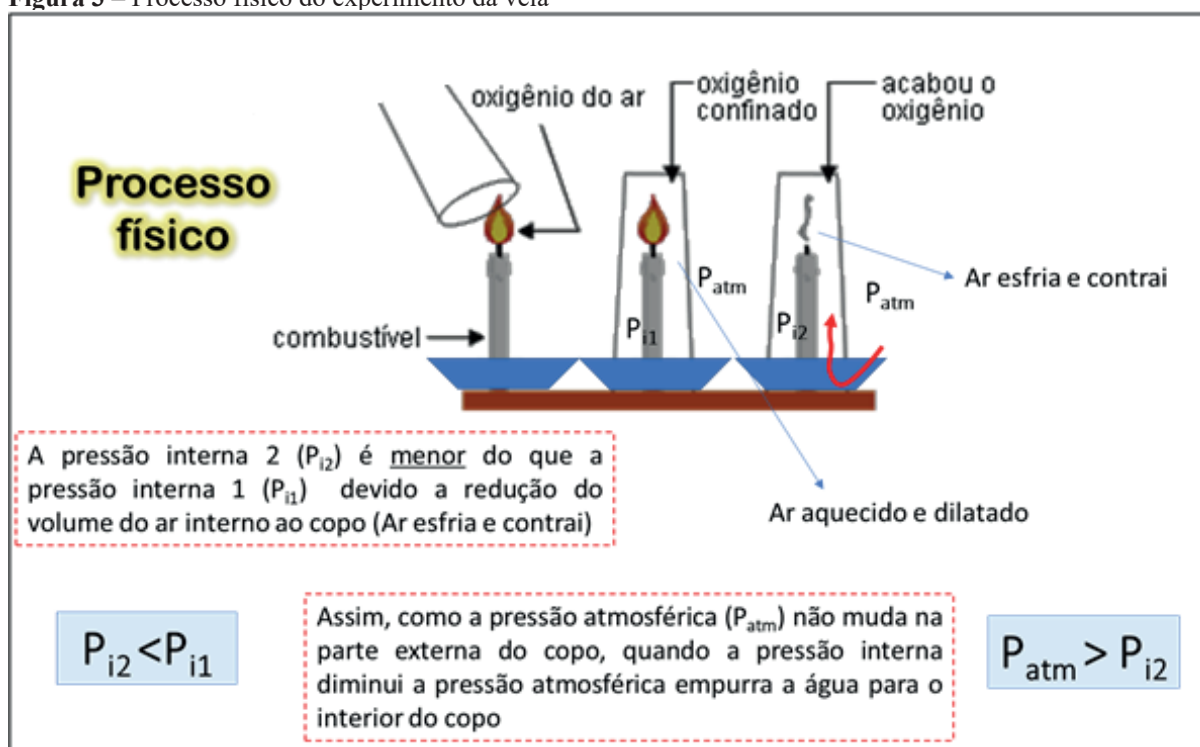


posteriormente condensar). Dessa forma, quando se coloca o copo sobre a vela acesa você está confinando uma pequena parte do ar atmosférico nessa região próxima à vela e o comburente ( $O_2$ ) fica limitado. Assim, quando a combustão consome todo o gás oxigênio que está confinado no copo, a vela apagará.

No entanto, porque ao apagar ela suga a água? Em alguns livros didáticos esse fenômeno de sugar a água é explicado pelo fato de haver consumo de oxigênio e portanto o volume de ar diminuiria dentro do copo, o que levaria a água a ocupar parte do copo para compensar essa perda de volume interno. No entanto, podemos perceber na reação de combustão que há consumo de oxigênio, mas como produto origina gás carbônico ( $CO_2$ ) e água ( $H_2O$ ). Além disso, Lavoisier ainda no século XVII publicou a Lei de conservação da massa em um sistema isolado, que diz que a massa total em uma reação se conserva, o que nos leva a crer que essa explicação não satisfaz.

Dessa forma, podemos pensar então sob o ponto de vista dos fenômenos físicos que ocorrem. A vela aquece o ar que está confinado no copo principalmente pelo processo de irradiação e convecção, provocando a sua dilatação térmica. Quando a vela apaga o ar esfriará e a pressão interna ao copo diminuirá, pois pressão e temperatura são grandezas diretamente proporcionais. Como a pressão atmosférica está atuando na parte externa do copo e é maior do que a pressão interna, a água do prato é então empurrada para dentro do copo devido a essa diferença de pressão. A figura 3 sintetiza o processo físico do experimento.

Figura 3 – Processo físico do experimento da vela



Fonte: O autor (2020)

### 2.1.5 Sugestões de outras fontes de consulta

Indicamos abaixo outros materiais referentes a esse experimento para aprofundamento que os professores podem consultar.

- Experiência da Vela (4). Disponível em: <https://redes.moderna.com.br/2016/10/31/o-experimento-da-vela/>. Acesso em 28/02/2020.
- A vela que levanta água. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid2014/files/2017/08/efeitos-da-diferenca-de-pressao-lucas-fagundes-de-souza.pdf> Acesso em 28/02/2020.

## 2.2 Corrente elétrica pela água

### 2.2.1 Materiais necessários

- 01 copo becker ou recipiente de 500 ml de garrafa pet

- 06 pilhas de 1,5 V
- 02 placas de metais diferentes ( zinco e cobre)
- 01 fio de cobre esmaltado
- 01 Lâmpada Led Bulbo

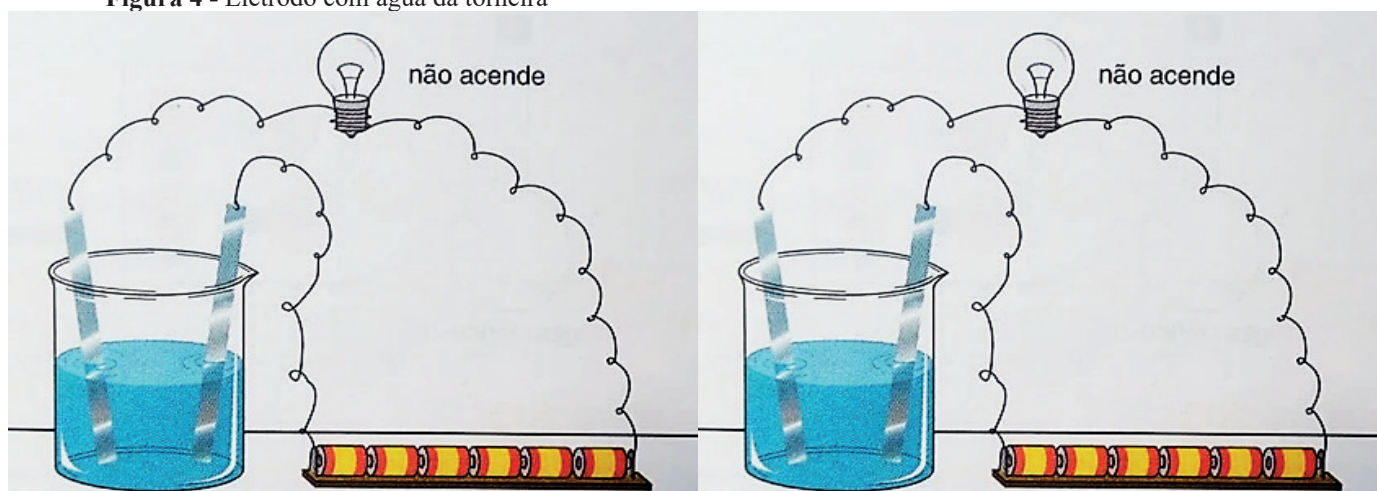
### 2.2.2 Assuntos abordados

- Física: Cargas elétricas e corrente elétrica;
- Química: Funções sais (eletrólitos e não eletrólitos) e o processo de dissociação iônica.

### 2.2.3 Proposta metodológica

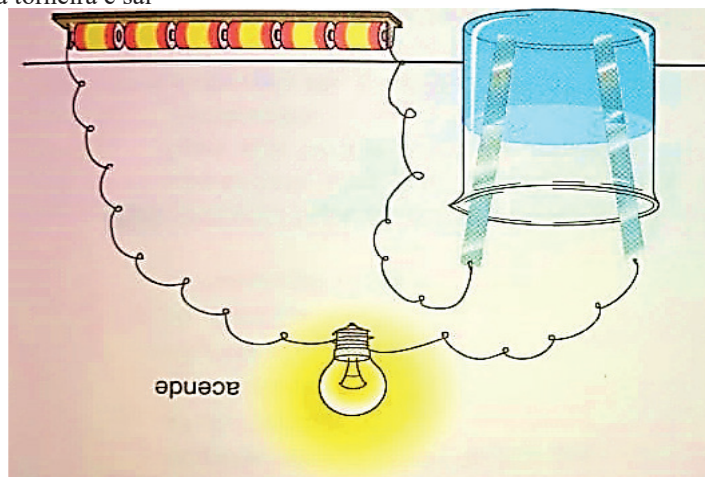
Esse é um experimento que chama atenção dos discentes, já que, é comum ter a ideia que água pode conduzir corrente elétrica, e tal questão é retratada em muitos livros didáticos tanto de Física quanto de Química. A proposta para desenvolvimento do experimento é colocar seis pilhas associadas em série, e nas extremidades do filamento, um fio de cobre ligado ao polo positivo e negativo. As outras extremidades do fio de cobre são interligadas com o metais diferentes, um de zinco e outro de cobre, que ficam dentro do recipiente. Entre um dos polos da pilha e o metal, é inserido uma lâmpada que fica presa ligada ao fio de cobre. Ao colocar o fio em contato com a água da torneira<sup>1</sup>, a lâmpada fica apagada, como indica a figura 4. Observa-se que a lâmpada fica acesa quando é adicionado sal ao recipiente, como indica a figura 5.

Figura 4 - Eletrodo com água da torneira

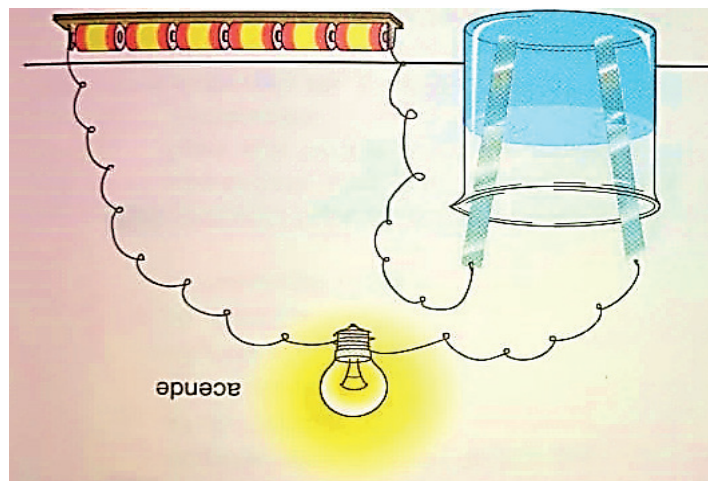


Fonte: Sardella (2000, p. 134).

Figura 5 – Eletrodo com água da torneira e sal



<sup>1</sup> Apesar da água da torneira não ser pura (somente H<sub>2</sub>O), a quantidade de sais dissolvidos nesta é pequena, o que veremos que não será suficiente para acender a lâmpada.



Fonte: Sardella (2000, p. 135)

O professor que utilizar o experimento como motivador para o estudo da teoria dos conteúdos, pode optar por mostrar aos alunos para que eles acompanhem o que ocorre quando o fio de cobre é colocado no recipiente contendo água da torneira, e desta forma, os discentes podem imaginar situações do por quê a lâmpada acende quando a água da torneira entra em contato com o sal. É possível que as indagações dos estudantes sejam tanto de aspectos físicos quanto de aspectos químicos e poderá ser uma boa oportunidade para o professor relacionar as duas disciplinas e discutir com a turma o fenômeno sob um ponto de vista interdisciplinar. O uso do experimento nesse primeiro momento em uma perspectiva investigativa, que permite os estudantes criarem hipóteses para verificar se estavam corretas posteriormente.

Uma outra possibilidade é utilizar o experimento para demonstração da teoria dos conteúdos. Nesse caso, o professor pode abordar a teoria dos fenômenos físicos e químicos e em seguida apresentar o experimento demonstrando essas teorias e ressaltar que é possível compreender o experimento a partir de diferentes áreas de conhecimento e que elas podem estar interligadas de tal forma que os seus elos podem favorecer a compreensão dos fenômenos da natureza.

#### 2.2.4 Interpretação do fenômeno ocorrido sob o enfoque da Física e da Química

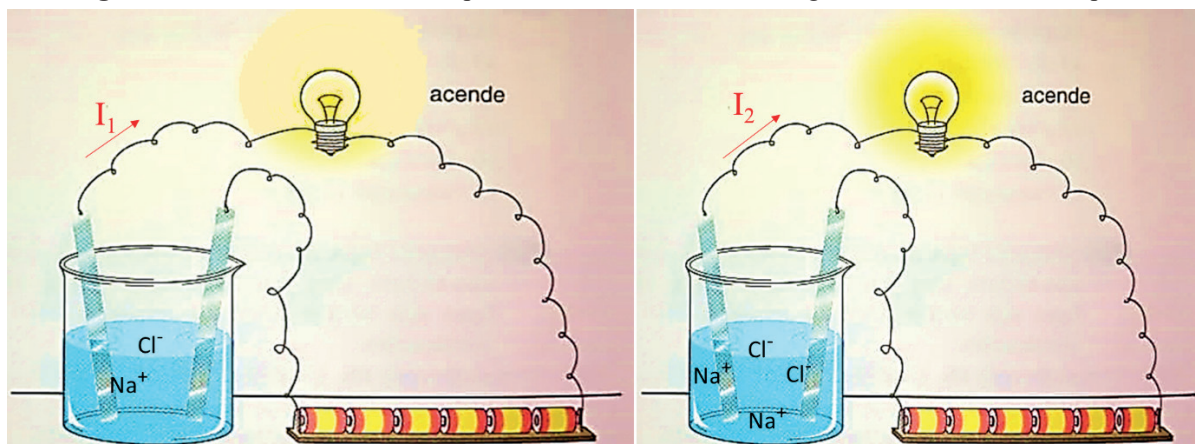
A água é uma substância formada por moléculas de  $H_2O$  e ela é considerada um solvente universal por conseguir dissolver a maioria das outras substâncias através de um processo de dissociação iônica. O sal ( $NaCl$ ), que é uma substância iônica, entra em contato com a água, liberando um cátion  $Na^+$  e um ânion  $Cl^-$ , como indica a equação 02. Esse é o fenômeno químico do processo.



Para que a lâmpada acenda, é necessária a existência de uma corrente elétrica, que é gerada a partir do movimento desses íons ( $Na^+$  e  $Cl^-$ ) pelo fio condutor ligado às duas placas de metal (condutoras) que estão imersas na água. Assim, quanto mais sal for colocado na água, maior será a corrente elétrica gerada e, conseqüentemente, maior será o brilho da lâmpada (Figura 6).



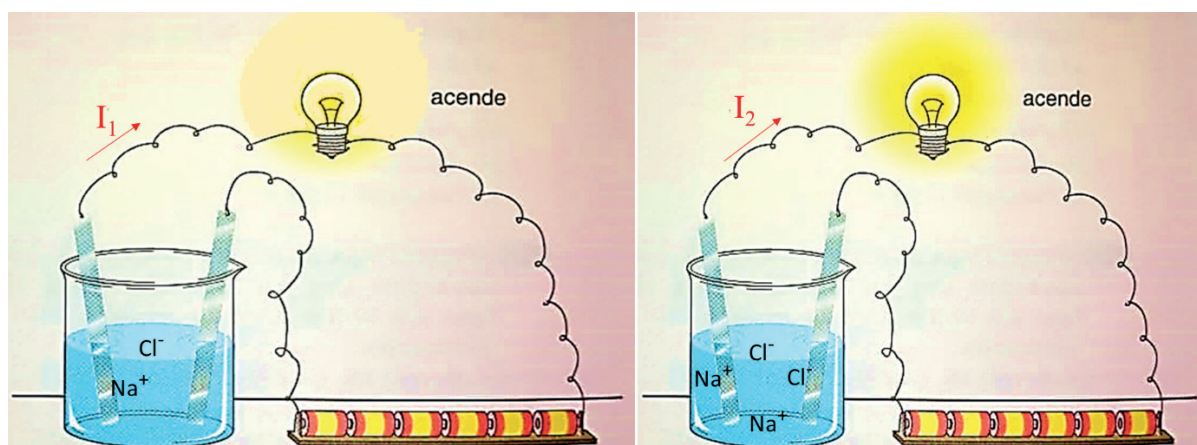
**Figura 6** – A Corrente elétrica no experimento. Quanto mais sal na água, maior o brilho da lâmpada



$$I_2 > I_1$$

$$I = \frac{\Delta q}{\Delta t}$$

I: intensidade de corrente elétrica  
 $\Delta q$ : quantidade de carga elétrica que passa pelo fio  
 $\Delta t$ : intervalo de tempo



$$I_2 > I_1$$

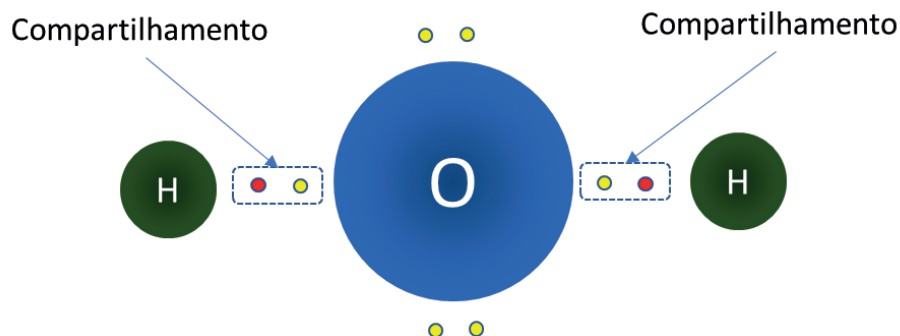
$$I = \frac{\Delta q}{\Delta t}$$

I: intensidade de corrente elétrica  
 $\Delta q$ : quantidade de carga elétrica que passa pelo fio  
 $\Delta t$ : intervalo de tempo

Fonte: Sardella (2000), com adaptações

Por outro lado, se tivermos água pura a partir de um processo de destilação, ou seja, sem a de sal ou qualquer outra substância, a lâmpada não irá acender, pois não haverá íons para gerar corrente elétrica. A molécula da água apresenta ligações covalentes, ou seja, os elétrons são compartilhados entre os átomos (Ver figura 7).

**Figura 7** – Molécula de água sendo representada com as ligações covalentes



Fonte: O autor (2020)



## 2.2.5 Sugestões de outras fontes de consulta

Indicamos abaixo outros materiais referentes a esse experimento para aprofundamento que os professores podem consultar.

Condutividade elétrica do vinagre, suco de limão, açúcar e sal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hivJgTk9WOOQ> . Acesso em: 20/10/2020.

- Condutividade elétrica de compostos iônicos. Disponível em: <<https://phet.colorado.edu/en/simulation/legacy/sugar-and-salt-solutions>>. Acesso em: 01/03/2020.

## 2.3 Motorzinho eletromagnético

### 2.3.1 Materiais necessários

- 01 pilha 1,5 V
- 01 fio de cobre
- 01 ímã
- 01 bexiga (utilizada em aniversários)
- 01 elástico
- 01 estilete
- 02 alfinetes de segurança

### 2.3.2 Assuntos abordados

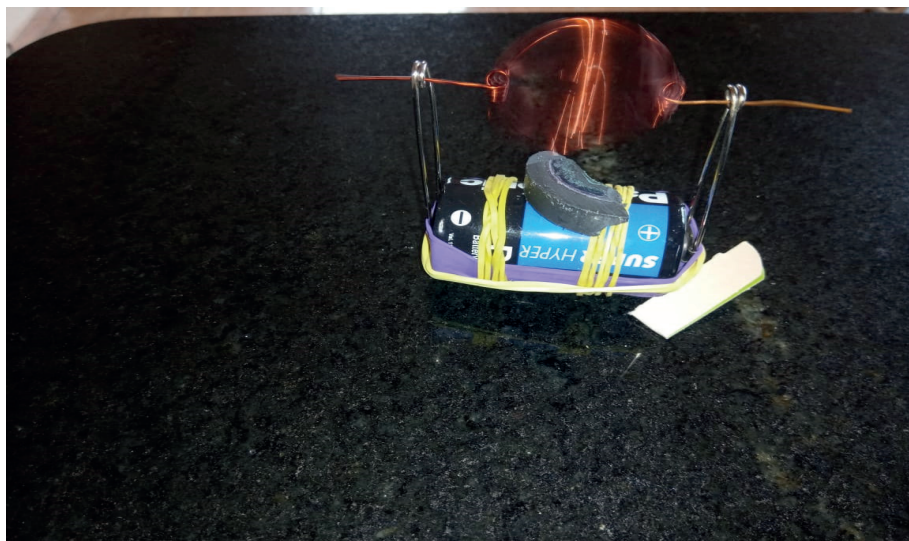
- Física: Eletromagnetismo;
- Química: Reações de oxirredução em uma pilha.

### 2.3.3 Proposta metodológica

Este é um experimento que representa o funcionamento de um motor em miniatura, com materiais de baixo custo. Um motor transforma energia elétrica em energia mecânica e para usar o experimento como motivador da teoria o professor poderá já trazê-lo pronto para montar e apresentá-lo aos estudantes fazendo os questionamentos necessários, mas também pode construir o experimento com os estudantes. Para isso, deve-se colocar a pilha na horizontal e fixar alfinetes nas duas extremidades, como indica a figura 8. Apoiado entre os alfinetes será colocada uma bobina feita com o fio de cobre esmaltado, que terá nas suas extremidades 2 cm de cada lado. Para que haja o funcionamento do motor eletromagnético será necessário descascar uma das extremidades do fio de cobre. Um ímã deve ser colocado em uma posição abaixo da bobina, pois será ele o responsável por gerar o campo magnético.

É importante dizer que só deve ser colocada a bobina quando o experimento estiver sendo demonstrado, para que a pilha não descarregue rapidamente. Outra observação importante é que o professor pode precisar dar um pequeno toque na bobina para que ela comece a girar a fim de vencer a inércia.

Figura 8 – Motorzinho eletromagnético



Fonte: O autor (2020)

O professor que for utilizar esse experimento como motivador para o estudo da teoria vista em sala de aula, pode mostrar o experimento aos alunos para que eles acompanhem o que ocorre quando o fio de cobre entra em contato com os polos da pilha, e ocorre o fluxo de carga ao redor da bobina. Os discentes podem criar suas hipóteses do por quê uma das extremidades do fio de cobre é descascado pela metade. É provável que as hipóteses dos estudantes sejam vinculados aos aspectos físicos em detrimento aos aspectos químicos, e, neste caso, haverá uma boa oportunidade para o(s) professor(es) discutir(em) com a turma o fenômeno sob um ponto de vista interdisciplinar, já que poderá abordar a parte Química que está inserida no experimento.

Uma outra possibilidade é utilizar o experimento para demonstração da teoria vista em sala de aula. Nesse caso, o professor pode abordar a teoria dos fenômenos físicos e químicos e em seguida apresentar o experimento demonstrando essas teorias e ressaltando que é possível compreender o experimento a partir de diferentes áreas de conhecimento e que elas podem ser complementares para compreender o fenômeno da natureza na sua totalidade.

#### 2.3.4 Interpretação do fenômeno ocorrido sob o enfoque da Física e da Química

No experimento observa-se a presença de uma pilha como parte da estrutura experimental, que tem a função de gerar corrente elétrica através de uma reação espontânea de oxirredução, em que um dos eletrodos perde elétrons, e o outro eletrodo ganha elétrons, fazendo desta forma fluir cargas através do fio de cobre, que está ligado aos polos.

A pilha fornece energia elétrica ao circuito formado pelos fios de cobre, por onde passa uma corrente, que percorre a espira, e gera um campo magnético associado a essa corrente, transforma-a num pequeno eletroímã.

O ímã colocado na superfície da pilha tem um de seus pólos voltados para a espira e quando ela se torna um eletroímã, passa a existir uma interação de repulsão, que movimenta a espira, formando o motorzinho eletromagnético.

#### 2.3.5 Sugestões de outras fontes de consulta

Indicamos abaixo outros materiais referentes a esse experimento para aprofundamento que os professores podem consultar.

9

- Motor Elétrico. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/experimentosdefisica/ele04.htm>. Acesso em: 01/03/2020.
- Eletromagnetismo. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/fisica/eletromagnetismo-4-oersted-faraday-e-o-motor-eletrico---3.htm>. Acesso em: 01/03/2010.

### 3 CONCLUSÃO

Para que a ação docente seja bem-sucedida nas práticas experimentais que envolvem Física e Química, é necessário que haja o envolvimento dos professores no planejamento das atividades, visto que, tal ação é importante para nortear o desenvolvimento das práticas a serem trabalhadas com os discentes.

O produto instrucional em questão deverá ser flexível na aplicação por parte do professor que for utilizar, e, neste contexto, poderá o docente adotar mecanismos diferentes do observado no trabalho em questão, haja vista, que o principal objetivo das práticas em sala de aula é contribuir para o processo de ensino aprendizagem, favorecendo a interação e o diálogo entre professores e os alunos.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, Base nacional Comum Curricular – BNCC. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia**, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_ver-saofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver-saofinal_site.pdf). Acesso em: 01/10/2019.

BRASIL, Orientações Curriculares para o Ensino Médio - **Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_02\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf). Acesso em: 01/10/2019.

FAZENDA, I. C. A. (Coord.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. – 13<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.

GIBIN, G. B.; SOUZA FILHO, M. P. de. **Atividades Experimentais Investigativas em Física e Química: Uma abordagem para o Ensino Médio**. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. – (série ensino de Química)

SARDELLA, A. Química Novo Ensino Médio. Volume único. São Paulo: Editora ática, 2000

SILVA, A. L. S. da; MOURA, P. R. G. de. **Ensino Experimental de Ciências** - uma proposta: atividade experimental problematizada (AEP). – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.









## Game, literatura e aprendizagem: contribuições na contemporaneidade

### *Game, literature and learning: contributions in the contemporary*

Ademar Berghetti<sup>1</sup>

Submetido em: 19/02/2023

Aprovado em: 20/02/2023

Publicado em: 23/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.482

## RESUMO

Neste artigo, proponho uma reflexão com enfoque no game em interface com a literatura e à aprendizagem e sua contribuição na contemporaneidade. Para tanto, considerarei determinados pressupostos teóricos estudados. Para Santaella (2013, p. 223), “além de sua relevância artística e cultural, cada vez mais evidenciada e estudada por pesquisadores e universidades de todo o mundo, os games representam hoje a maior indústria do entretenimento e uma das maiores entre todas as demais”. O uso de games na educação contribui eficientemente na formação do indivíduo. Eles podem enriquecer a aprendizagem compartilhada. Temos a contribuição de Rettenmaier e Rösing, (2013, p. 158), “toda forma de compartilhamento de informação é potencialmente uma oportunidade de aprendizagem”. Os games são uma nova forma artística, capaz de influenciar a maneira como produzimos literatura e outros tipos de arte. Cada vez mais pessoas passam tempo em experiências lúdicas, exploratórias, competitivas ou simplesmente sociais, que são os games, em contraste com a literatura tradicional, passiva e linear. Desta forma, a partir das conceituações e reflexões realizadas, nota-se que o trabalho com games e literatura torna-se potente ferramenta na contemporaneidade. Visando ampliar as discussões sobre esta temática, propõe-se demonstrar como este novo meio, o videogame, potencializou, acrescentou ou suprimiu marcas que estavam presentes no cotidiano das pessoas, criando assim novos significados.

**Palavras-chave:** Game. Literatura. Gamificação. Aprendizagem.

## ABSTRACT

In this article, I propose a reflection focusing on the game interface to the literature and learning and its contribution to contemporary. Therefore, I consider certain theoretical assumptions studied. For Santaella (2013, p. 223), “in addition to its artistic relevance and cultural increasingly evident and studied by researchers and universities around the world, games today represent the largest entertainment industry and one of the largest among all the others”. The use of games in education effectively contribute in shaping the individual. They can enrich shared learning. We have the contribution of Rettenmaier and Rösing (2013 p. 158), “all form of information sharing is potentially a learning opportunity. “ The games are a new art form, able to influence the way we produce literature and other types of art. More and more people spend time in play, exploration, competitive experience or simply social, which are games, in contrast to the traditional passive and linear literature. Thus, from the concepts and reflections carried out, we note that work with games and literature becomes powerful tool nowadays. Aiming to expand discussions on this theme, aims to demonstrate how this new medium, the videogame, potentiated added or suppressed brands that were present in the daily of people’s lives, thus creating new meanings.

**Keywords:** Game. Literature. Gamification. Learning.

## INTRODUÇÃO

1

O propósito deste artigo é desenvolver um estudo sobre o tema: “Game, literatura e aprendizagem: contribuições na contemporaneidade”. Assim, proponho uma reflexão sobre gamificação: a ubiquidade dos games; game lúdico e aprendizagem; e interface game e literatura. Para tanto, considera-se determinados pressupostos teóricos estudados em bibliografias e periódicos.

1 Graduação em Pedagogia. Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Orientação Escolar e Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial e Mestrado em Letras. E-mail: ademarberghetti@hotmail.com.

Na contemporaneidade é frequente a mistura de dois mundos: o da literatura com o do mundo dos games. Reinos fantásticos, heróis, vilões e histórias instigantes e arrepiantes são os elementos principais para fazer sucesso entre as crianças. Cada vez mais as tramas complexas se tornaram grandes o bastante para invadir as estantes e ganhar páginas e mais páginas de seus próprios livros.

No trabalho com a literatura, os games podem contribuir como fator de aproximação das obras clássicas, instigando os jovens a buscar os textos originais, ao aproximá-los do clima da história, dos meandros da trama, aguçando a curiosidade, os sentidos e a reflexão. Os jovens também aprendem ludicamente sobre as obras, seus contextos históricos e sobre os autores, participando das aventuras, dramas e vida dos personagens dos livros.

Destarte, acredita-se ser importante ressaltar que as considerações neste estudo tomam por base não só alguns princípios teóricos, como também observações que vimos fazendo ao longo de nossa trajetória como estudantes nos diversos níveis de ensino. Nesse sentido, consideram-se alguns conceitos relevantes que nos auxiliam a entender a análise em questão.

## 1 GAMIFICAÇÃO: A UBIQUIDADE DOS GAMES

A Gamificação é na verdade o estudo do momento, porque os games deixaram de ser processados e operados por meio de um computador, mas se tornou uma linguagem com suas particularidades que engloba suas potencialidades de realização, de pesquisa e aprendizagem, uma “Cultura Gamer”. Existem três campos de referências para os games: jogos para consoles estilo Playstation, jogos para computadores, jogos arcades que são máquinas grandes integradas com console e monitor, conhecido como fliperama. Por ter um campo bem vasto as pesquisas não param de crescer e os estudos estão em todas as áreas, filosofia, semiótica, psicologia... estudos que apoiam o desenvolvimento de jogos que gera mais criatividade estimulam o conhecimento com intuito de ensinar e educar.

Pelo fato dos games se adaptarem a outras mídias com, por exemplo, jogos se tornando filmes ou o gênero literário se tornando jogos, as informações são reaproveitadas pelos designers de games e isso se gera um ciclo vicioso. A tendência é expandir não apenas na tecnologia da criação dos jogos digitais, mas nas dimensões cognitivas, socioafetivas, ergonômicas, estéticas e lúdicas. Portanto,

a importância crescente que a “cultura gamer” vem desempenhando na sociedade, com inegável impacto no conceito de entretenimento, educação e treinamento, só é ignorada por poucos, e o game como produto cultural é visto, sob diversas perspectivas, enquanto mídia, manifestação de arte, nova aprendizagem e até como o mais recente ícone da cultura pop, o que só vem comprovar cada vez mais a notável influência e relevância cultural dos games na contemporaneidade. (SANTAELLA, 2013, p. 219).

Hoje não é preciso estar preso ao Telejogo (primeiro game da década de 80), você possui espaço para se movimentar até mesmo dançar enquanto joga; não precisa esperar a sua vez, pode jogar direto do celular ou enquanto navega na rede social. A tendência dos jogos é a evolução, pois estão para além do entretenimento. A Gamificação expandiu, levou os conceitos dos jogos para fora dos games.

Nos últimos anos, um corpo de teorias multidisciplinares sobre games vem aparecendo nos contextos acadêmicos, alargando e tornando mais complexo o discurso sobre essa mídia. Crescentemente vêm surgindo pesquisadores dispostos a compreender em profundidade quais são afinal as propriedades dessa nova mídia que a tornam capaz de produzir tal intensidade de apelo e aderência psíquica e cultural, não apenas nos jovens e não apenas no sexo masculino. A interdisciplinaridade evidente dos games tem atraído para seu estudo áreas diversas do conhecimento. Aquilo que é hoje chamado de “cultura gamer” e, de fato, bastante intrincado, uma área de produção criativa, de atividade e de teorizações que se transforma a uma velocidade surpreendente, não se deixando agarrar em categorias e classificações fixas, pois games são movidos pela inovação tecnológica que assume a vanguarda em relação a todas as outras mídias digitais.

A espriada relevância dos games tem levado, tanto no exterior quanto no Brasil, à implantação de cursos e pesquisas que incrementem a criação de um mercado brasileiro de jogos digitais educacionais e comerciais, por meio de uma ponte inovadora entre a pesquisa acadêmica, a produção tecnológica, as necessidades das instituições educacionais e a cadeia produtiva. Uma ponte que contemple não apenas a tecnologia da criação dos jogos digitais, mas também compreenda as dimensões cognitivas, socioafetivas, ergonômicas, estéticas e lúdicas envolvidas nesse campo de atuação. Várias pesquisas, em diferentes regionalidades do conhecimento, têm apontado para o potencial de desenvolvimento humano já proporcionado pelos jogos digitais, e ainda a proporcionar na medida mesma em que eles evoluem no que diz respeito às qualidades estéticas, técnicas e conceituais.

Para Santaella (2013, p. 223), “além de sua relevância artística e cultural, cada vez mais evidenciada e estudada por pesquisadores e universidades de todo o mundo, os games representam hoje a maior indústria do entretenimento e



uma das maiores entre todas as demais”. O setor de jogos digitais demanda a criação de novos espaços para a reflexão, a inovação e o aperfeiçoamento profissional em um circuito dinâmico entre universidades e empresas.

Para os trabalhadores da chamada Indústria Criativa, composta em sua maioria por um público de perfil mais jovem, a recompensa financeira nem sempre é tão importante quanto à realização pessoal e o reconhecimento social pelo seu trabalho. É por isso que games não só apresentam uma indiscutível relevância social como também estão se tornando ubíquos, mesmo quando não aparecem explicitamente como jogos. É o que vem sendo chamado de gamificação. Desta maneira,

com a entrada dos games nas redes sociais e nos *smartphones*, pessoas que jamais pensaram em jogar passariam a ser usuários ávidos por esse tipo de atividade. Mais do que isso, havia uma adivinhação daquilo que se transformou na atual palavra de ordem no campo dos games, a saber, a palavra “gamificação”, ou seja, a ubiquidade dos games. Quer dizer, o espírito e a lógica dos games estão penetrando capilarmente em quase todas as atividades e setores da vida humana. (SANTAELLA, 2013, p. 227).

A antecipação de vivências, a rapidez na aplicação de treinamento e o envolvimento propiciado pelos ambientes lúdicos têm levado o mundo corporativo a inserir os games no seu dia a dia. E, quaisquer campos em que se aplicam, os jogos digitais levam seus usuários a aprender sem perceber, de forma natural, além de desenvolver a habilidade para se trabalhar em equipe. Uma vez que aquilo que é aprendido nos games é imediatamente transferido para resolver problemas significativos no mundo real, não é de estranhar que os games estejam sendo incorporados no mundo do trabalho, pois favorecem o trabalho em grupo por criar a disposição para a especulação aberta.

Certamente não se pode ignorar que os games muitas vezes incorporam temas antissociais que incentivam o antagonismo e incluem roubo, violência e ferimentos, crueldade e representações problemáticas do corpo em termos de gênero e raça. Até mesmo situações competitivas maldosas são encorajadas quando ganhar é o alvo exclusivo do jogo. Os games podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento das faculdades cognitivas, no desenvolvimento da prontidão para a tomada de decisões e para a aprendizagem.

A gamificação não se limita ao mercado de trabalho. Outro campo em que ela tem se alastrado é o do marketing. Por mais que a gamificação, calcada nos atributos e motivações dos games, possa se tornar pervasiva é sua aptidão para o desenvolvimento das capacidades cognitivas mais proximamente responsáveis pela resolução de problemas que justifica a participação dos games na educação.

## 2 GAME, LÚDICO E APRENDIZAGEM

Muitos autores defendem processos de aprendizagens realizados através do uso dos jogos digitais e a utilização dos mesmos em contextos educativos de modo a melhorar e acelerar a dinâmica da aprendizagem, incentivando os educandos. De acordo com Santaella (2012, p. 188), “os fatores que contribuem para a força e a consistência dos games enquanto ferramentas educativas são o desafio, a fantasia, os estímulos sensoriais, a curiosidade que ajudam a dar eficácia às aprendizagens envolvidas”.

Em muitas áreas do conhecimento, inclusive na neurociência, autores têm levado à discussão o elevado potencial dos jogos para o desenvolvimento de habilidades socioafetivas e cognitivas. Sendo a motivação a maior alavanca para a aprendizagem e para a cognição, o lúdico é o elemento que lhe fornece potência. No entanto,

sem dúvida nenhuma, a nova ferramenta mais estudada no que se refere ao seu impacto no desenvolvimento cognitivo, social e emocional é a dos *videogames*, provavelmente porque foi a primeira relacionada com os computadores que entrou na vida cotidiana de crianças e adolescentes. (COLL, MONEREO, 2010, p. 51-52).

Embora os jogos sejam comumente considerados apenas no seu aspecto de diversão e entretenimento, cada vez mais os especialistas estão enfatizando que um dos fatores mais fundamentais dos jogos encontra-se no aspecto lúdico como aliado e incremento ao desenvolvimento cognitivo.

O uso de games na educação contribui eficientemente na formação das crianças. Entre os tópicos encontram-se: games podem tornar as crianças mais espertas e ajudar na resolução de problemas; eles podem enriquecer a aprendizagem compartilhada. A esse respeito, Rettenmaier e Rösing (2013, p. 158), mencionam que “toda forma de compartilhamento de informação é potencialmente uma oportunidade de aprendizagem”; por meio dos games, os alunos desenvolvem aprendizagem corporificada e situada; games nos ajudam a reinventar a aprendizagem para um melhor compartilhamento do sentido do jogo; eles também ajudam a pensar criticamente em grupo; games trazem contribuição importante para o pensamento criativo; os fundamentos da aprendizagem baseada em games devem ser integrados nos propósitos educacionais; games são essenciais para os currículos do século XXI; eles engajam e recompensam nossos

cérebros para querer sempre mais; podem também ser utilizados no Ensino Superior; games desenvolvem habilidades próprias do século XXI e ajudam a motivar os alunos. Desse modo,

é bom lembrar que, para serem utilizados com fins educacionais, os jogos precisam possuir objetivos de aprendizagem bem definidos, ensinar conteúdos das áreas de conhecimento visadas ou promover o desenvolvimento de competências para ampliar a capacidade cognitiva e intelectual dos estudantes. Para que isso aconteça satisfatoriamente, temos de atentar para questões fundamentalmente lúdicas. (SANTAELLA, 2013, P. 257).

Os fatores que contribuem para a força e a consistência dos games, enquanto ferramentas educativas, são o desafio, a fantasia, os estímulos sensoriais, a curiosidade, que ajudam a dar eficácia às aprendizagens envolvidas. Esses elementos devem ser agregados numa plataforma integrada, de modo a estruturarem os seguintes fatores: objetivos e regras; um contexto de aprendizagem interessante; *Feedback* imediato; um alto nível de colaboração entre os jogadores, não obstante jogadores comportamentos reflexivos aliados ao lúdico, esses aspectos determinam a motivação para jogar e ao mesmo tempo aprender, sendo, portanto, fundamentais para incrementar os processos educativos. Os games potencializam assim a aprendizagem, permitindo a elaboração de reflexões críticas que vão se delineando no próprio ato de jogar. Os games são, portanto, uma alternativa ativa e autônoma, se comparados às metodologias tradicionais usadas em contextos de ensino e aprendizagem. A mudança principal é a troca de um processo tradicional de ensino para um que alie diversão e aprendizagem, facilitando uma aprendizagem por descobertas.

Os games estimulam a aprendizagem procedimental, a capacidade de reestruturar e reconfigurar o conhecimento de modo a ver os problemas de múltiplos pontos privilegiados e, por meio desse processo, desenvolver uma maior compreensão sistêmica das regras e procedimentos que regem a experiência cotidiana. Por conseguinte, como em tudo na vida, é necessário ter moderação nas horas devotadas ao videogame. Mas ele é uma ótima forma de estimular o cérebro da criança e impedir sua regressão sináptica, além de ensinar planejamento, paciência, disciplina e raciocínio, algo que nem sempre se aprende em uma sala de aula. (KANITZ, 2005, p. 22).

Por engajarem os estudantes em conceitos científicos por meio da aprendizagem experimental imersiva, além de serem motivadores, os games permitem um maior foco e maiores recompensas para o sucesso do ensino. Além disso, os games requerem prática repetitiva, o que é uma chave para a aprendizagem, que nem sempre é lembrada e é até mesmo subvalorizada. Enfim, os games podem aperfeiçoar o ecossistema inteiro da aprendizagem.

Atualmente, os jogos educacionais ainda são uma área pouco explorada no mercado pedagógico. Um dos motivos encontra-se na dificuldade em se criar um jogo educacional que seja interessante ao jovem. Até agora, a maioria dos jogos educacionais apenas atrai aqueles que já têm um interesse em determinada área e não o público em geral. Por outro lado, os games de entretenimento que atraem o grande público não são produzidos com o objetivo explícito de fazer o jogador aprender alguma coisa.

O principal problema que se aponta nos jogos educacionais existentes consiste, com raras exceções, no fato de que possuem desafios fracos e pouco motivadores. Na maioria das vezes, esses jogos foram projetados por educadores e pedagogos, dando uma forte ênfase aos aspectos didáticos, não enfocando aspectos lúdicos. Dessa forma, esses jogos perdem sua espontaneidade, seu caráter prazeroso, e tornam-se semelhantes às tradicionais aulas com textos didáticos usando quadro e giz. Para que esses perigos sejam afastados, os jogos educativos têm muito a aprender com os jogos de entretenimento, num processo de tradução em que o lúdico seja colocado a serviço da aprendizagem.

### 3 INTERFACE GAME E LITERATURA

A evolução dos games é inegável, mas ainda assim há aqueles que apontam os jogos como coisa de criança ou os acusam de emburrecer seus players (acusação sem fundamento, pois já foi cientificamente provado o contrário). Mas o que incomoda é a perseguição com artes mais elaboradas, estamos acostumados a ver cenas explícitas em novelas desde a infância, e seguindo a lógica, enquanto jogos não são para todos, a novela é. O papel tanto da literatura quanto dos games é surpreender, seja com sangue, interatividade ou qualquer outra articulação usada pelo autor. O dia em que ficarmos indiferentes perante uma obra virtual, literária ou até cinematográfica, não há mais porque, estaremos mortos.

Os games são uma nova forma artística, capaz de influenciar a maneira como produzimos literatura e outros tipos de arte. Os videogames são um tipo de instrumento, com o qual os jogadores fazem performances artísticas, e um tipo de metamídia, que pode assimilar e emular poesia, pintura, música e cinema. Cada vez mais pessoas passam tempo em experiências lúdicas, exploratórias, competitivas ou simplesmente sociais, que são os games, em contraste com a

literatura tradicional, passiva e linear.

Já se foi o tempo em que o videogame era coisa de crianças. Inofensivo, objeto pertencente à categoria dos brinquedos e, como tal, insignificante no universo dos adultos. Esse entretenimento cresceu, amadureceu e hoje é uma das mais relevantes forças de determinação da psique humana. Há uma forte discussão social, acadêmica ou popular, sobre: “Os games violentos incentivam a violência”? / “Jogar games sangrentos podem tornar meu filho um psicopata”? / “Jogar videogame o tempo todo emburrece”? ou “deixa mais inteligente o jogador”? / “Videogame vicia”? A quantidade de gente debatendo esses assuntos não permite que continuemos tratando o universo dos games como pertinente apenas a crianças, adolescentes e nerds. O fenômeno já é mais profundo e influente do que se imagina.

Desde o início da era dos videogames, muito se discute sobre os jogos e sua influência na vida das pessoas. Problemas de saúde e comportamental são sempre os mais citados e há sempre suas verdades e seus mitos. Sabemos, no entanto, que há muitas coisas boas e, também, coisas não tão boas. Até hoje, ainda não há uma sentença definitiva sobre o teor prejudicial que os jogos podem causar e alguns destes estudos nos dão a impressão de que foram baseadas em “achismos”, principalmente por mostrar um lado negativo das coisas que gostamos e que não aceitamos. Porém, alguns deles também não podem ser levados a sério, devido ao seu conteúdo duvidoso e raso. Partindo do princípio de que as pessoas são seres influenciáveis, mutáveis e evolutivos, temos que concordar que qualquer experiência tem influência na formação do seu caráter. Logo, qualquer meio de entretenimento pode resultar em algum efeito na forma de pensar e agir de uma pessoa. Dentre estes meios existem a televisão, o cinema, a música, a literatura, os jogos, entre outros.

É muito comum ver crianças tendo acesso a jogos com classificação mais de dezoito anos quando deveriam experimentar jogos mais „adequados“ à sua idade. Quando se está crescendo, tudo à nossa volta se torna influenciável. Assim como as coisas podem fazer bem, também podem não fazer. Aí entra a questão dos adultos controlarem o que as crianças podem ter acesso. Não dá para negar que muitos dos jogos proibidos são bacanas e que causam curiosidade, mas vai do bom senso de cada um permitir isso. É muito fácil colocar a culpa em um jogo quando, na verdade, há muitas outras coisas que devem ser levadas em consideração e, se a classificação é acima da idade de quem vai jogar e alguém permite que seja jogado, então a culpa não é do jogo.

Há pessoas que tem acesso a conteúdos acima de sua idade e não sofrem danos psicológicos, enquanto outras são mais suscetíveis a determinados tipos de conteúdo. Depende muito de como as pessoas são, como elas pensam, e aí entra o papel fundamental dos adultos conhecerem as crianças e, aí sim, permitir que determinado tipo de conteúdo elas possam ter acesso. Se as organizações classificam os jogos de acordo com seu conteúdo, porque as pessoas não fazem sua parte nesse processo também? Assim como os demais meios de entretenimento, os jogos podem ter sua parcela de influência, porém, quando o assunto é relacionado de forma negativa, parece que as proporções são muito maiores.

Na vida de muitos jovens – em maior ou menor grau –, os consoles e jogos de vídeo game disputaram espaço com o futebol de rua, empinar pipa e todas aquelas brincadeiras clássicas que as pessoas conhecem. Com o passar dos anos, a qualidade gráfica e a tecnologia possibilitaram que os jogos se tornassem quase “reais”. Nos últimos anos, muitos roteiristas buscaram na literatura fonte de inspiração para criar mundos fantásticos e enredos intrincados que colocam o jogador como protagonista de uma grande narrativa de ficção. E não é só a literatura que enriquece muitos jogos; a arte, em geral, desde músicas, estilos artísticos e até mesmo visões filosóficas – em menor grau, claro – ajudam a construir essas grandes aventuras digitais. Destarte,

uma vez que o uso do computador e dos consoles de jogos se alastra socialmente, ele se transforma em prática de socialização habitual na nossa sociedade, e a prática precoce das tecnologias propiciada pela generalização dos *videogames* no âmbito doméstico acaba produzindo um forte impacto nas habilidades cognitivas que definem a inteligência em uma cultura particular, assim como um desenvolvimento mais precoce dessas habilidades. (COLL, MONEREO, 2010, p. 53-54).

É relevante pensar no questionamento: Você joga videogame? Para quem não tem um console de última geração em casa, a resposta automática pode ser não. Mas podemos refletir: Na fila do banco, ligamos o celular para brincar de “cobrinha”. Quando estamos sem nada o que fazer na frente do computador não resistimos em abrir o jogo da Paciência ou o Campo Minado. E se estamos no Facebook e vemos um joguinho bobinho, mas que parece divertido, clicamos para testar. Então, como muitos, sem nos darmos conta, jogamos videogame, pois eles estão em todo lugar.

Portanto, os jogos saíram do domínio exclusivo de consoles e de computadores superrápidos. De celular ao iPad, é possível jogar, mesmo que seja um simples xadrez online e não aqueles games ultramodernos. E, com essa diversificação, ampliou-se o público também.

O mundo se acelera cada vez mais e não há tempo para “olhar para trás”. A compreensão dos seus aspectos é uma necessidade fundamental que se transforma cada vez mais na busca de informações que

possibilitem nossa inserção na era tecnológica. Nesse contexto,

a tecnologia é parte notória do mundo contemporâneo. Essa parte é importante, porque pode significar tanto a nossa satisfação pelos aparelhos que tornam nossa vida mais cômoda, o nosso entusiasmo ante as possibilidades que o computador e a internet nos abrem, quanto o nosso temor às armas cada vez mais potentes e sofisticadas ou a nossa perplexidade ante a clonagem de organismos. A importância da tecnologia (isto é, o fato de que ela nos “importa”, quase inevitavelmente) implica que todos somos levados a pensar, de modo mais ou menos sistemático e duradouro, sobre a sua presença na nossa vida. (CUPANI, 2013. p.11).

A evolução tecnológica caminha em direção a um padrão cultural que nos faz utilizar e depender cada vez mais da tecnologia e, simultaneamente, percebê-la cada vez menos, à medida que se ampliam os níveis de imersão computacional.

No cenário atual, consoles são estações multimídias, celulares e smartphones são plataformas de jogos, tablets fazem de tudo, menos ligações, e as pessoas convivem com isso de maneira QUASE natural. Quase, porque a tecnologia que permite a conexão entre aparelhos (celulares, tablets, PCs, consoles, computadores de bordo, etc.) e ambientes (casa, carro, escola, trabalho, lazer), apesar de conhecida, ainda necessita desenvolver-se para oferecer, ao mesmo tempo, alto grau de imersão computacional e mobilidade a um custo acessível. Trata-se da chamada Computação Ubíqua – do latim *ubiquus*, que significa algo que está ao mesmo tempo em toda a parte, onipresença.

Portanto, a cultura está e é tudo o que nos cerca e assim também é a computação ubíqua. A Ubicultura seria, portanto, o tudo que está em tudo e, somente desta forma, reduz-se ao nada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados foi possível perceber que os games podem ser muito úteis para em vários aspectos como entretenimento, forma de passar o tempo, forma de se conectarem com a tecnologia e como mecanismo de aprendizagem contínua, ou seja, através dos jogos, podem se tornar mais inseridos na sociedade, diminuindo a exclusão digital.

O game deve despertar no usuário a motivação pela sua utilização e para isso é necessário que o mesmo atenda alguns quesitos como mostrar claramente os benefícios que o mesmo proporciona ao usuário, despertar a diversão, permitir a interação social, ser significativo, possuir enredo que envolva o usuário.

Após as conceituações e reflexões realizadas, nota-se que o games e a literatura são potentes ferramentas na contemporaneidade. Ainda, que o game está presente na vida dos seres humanos de forma intensiva, pois se trata de uma atividade prazerosa. Com os estudos teóricos, obtiveram-se inúmeras informações sobre a contribuição do lúdico, não somente no processo de alfabetização da criança, mas na própria formação do ser humano. Os jogos com games são atividades que identificam os seres humanos em diferentes espaços e tempos, contribuindo para a construção da vida social e coletiva, fortalecendo a prática social e criando laços de solidariedade entre os sujeitos que delas participam.

O uso dos games surge na medida em que percebemos o potencial de recorrer às novas tecnologias para desenvolver práticas pedagógicas capazes de combinar o pensar, o fazer (em especial, fazer novos games) e o brincar. A reflexão sobre ensino e tecnologia tornou-se absolutamente prioritária, mesmo entre aqueles que são contra o uso de computadores, celulares ou tablets em sala de aula ou no processo de aprendizagem. Há uma infinidade de jogos que testam memória e outras competências cognitivas, portanto, ajudam a desenvolver o cérebro como se estivéssemos numa academia.

Assim, o principal desafio no uso dos games nos processos educacionais é superar três preconceitos: que os jogos alienam, que incitam à violência ou à competição exagerada e que é apenas brincadeira, ou seja, coisa à hora do recreio. Dessa forma, é interessante que os educadores comecem a usar de forma criativa os games para abordar assuntos de relevância social e científica.

6

## REFERÊNCIAS

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Tradução Naila Freitas; consultoria, supervisão e revisão técnica: Milene da Rosa Silva. – Porto Alegre: Artmed, 2010.



KANITZ, Stephen. **Ponto de vista: a favor dos videogames**. In: Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, p. 22. 12 out. 2005.

RETTENMAIER, Miguel; RÖSING, Tania M. K. (org.). **Questões de ficção contemporânea**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação** / Lucia Santaella. – São Paulo: Paulus, 2013. – (Coleção comunicação)

SANTAELLA, Lucia. **O papel do lúdico na aprendizagem**. Revista Teias, v. 13, n. 30, set./dez. 2012. **Disponível em:** <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/re.vistateias/article/viewFile/1371/978>. **Acesso em: 12 jan. 2023.**

# Clareamento endógeno em dente traumatizado tratado endodonticamente: um relato de experiência

*Endogenous whitening in endodontically treated traumatized teeth: an experience report*

Natalie Vitoriano Guedes da Silva<sup>1</sup>

Patrick Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Victor Lima Drumond De Castro

1 Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: natalie\_vitorianog@hotmail.com

2 Graduando em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduando do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autor para correspondência: patrick.rsilva18@gmail.com

3 Mestre e Especialista em Endodontia, São Leopoldo MANDIC, Campinas, SP. Professor adjunto do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Belo Horizonte, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5254-4745>. Autor para correspondência: victor\_drumond@yahoo.com.br

Submetido em: 20/02/2023

Aprovado em: 21/02/2023

Publicado em: 24/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.483

## RESUMO

A busca pela estética dentária aumenta consideravelmente nos dias atuais. Dentes com histórico de traumatismo podem ter por consequência alteração cromática e necessidade de realização de tratamento endodôntico radical. O clareamento endógeno é uma alternativa de tratamento para dentes que sofreram escurecimento da coroa clínica visual. As técnicas de clareamento apresentam resultados extremamente satisfatórios, todavia, podem apresentar efeitos colaterais como a reabsorção externa quando se trata do clareamento endógeno. O objetivo deste trabalho é apresentar um caso clínico em que o dente 21 sofreu escurecimento coronário decorrente de traumatismo e após realização do tratamento endodôntico radical e do clareamento endógeno, obteve-se melhora significativa na coloração. Conclui-se que o tratamento de clareamento endógeno em dente traumatizado tratado endodonticamente é viável, desde que seja bem indicado e sejam respeitadas as limitações de cada caso pelo profissional cirurgião-dentista.

**Palavras-chave:** Clareamento endógeno, clareamento dental, traumatismo dentário.

## ABSTRACT

The search for dental aesthetics is increasing considerably nowadays. Teeth with a history of trauma may result in chromatic alteration and the need for radical endodontic treatment. Endogenous whitening is a treatment alternative for teeth that have suffered visual clinical crown darkening. The bleaching techniques present extremely satisfactory results, however, they may present side effects such as external resorption when it comes to endogenous bleaching. The objective of this work is to present a clinical case in which tooth 21 suffered coronal darkening due to trauma and after radical endodontic treatment and endogenous whitening, a significant improvement in color was obtained. We conclude that the endogenous bleaching treatment in traumatized teeth treated endodontically is feasible, as long as it is well indicated and the limitations of each case are respected by the professional dentist.

**KEYWORDS:** Endogenous whitening, tooth whitening, dental trauma

## 1. INTRODUÇÃO

O traumatismo dentário é considerado pela Organização Mundial da Saúde - OMS - um importante problema de saúde pública a nível mundial devido à sua alta taxa de prevalência. Atualmente o número de casos de dentes

traumatizados em pacientes adultos jovens tem crescido exponencialmente (RODRIGUES et al, 2015). De acordo com um estudo publicado pela Revista Científica Multidisciplinar no ano de 2022, cerca de 62,8% dos casos notificados de traumatismo dentoalveolar no Brasil foram em pacientes adultos, contrariando dados históricos de que a maior prevalência desse achado costumava ser no público infantil, principalmente nas três primeiras décadas de vida, justificado pelo fato de que nesta faixa etária a criança ainda não possui completa coordenação motora (FIGUEREDO et al, 2022).

As principais causas relacionadas ao acometimento de traumatismo dentoalveolar são as práticas esportivas, a violência doméstica, as quedas e os acidentes automobilísticos. Lesões traumáticas dos dentes podem originar danos que vão desde a perda mínima de esmalte até a avulsão dentária e a fraturas complexas envolvendo o tecido pulpar. A maioria destas fraturas necessitam de uma abordagem multidisciplinar e o tratamento de escolha vai depender de uma série de fatores, como extensão de fratura, invasão do espaço biológico, presença de exposição pulpar, estágio de desenvolvimento radicular, lesões de tecidos moles, presença de trauma periodontal concomitante, presença/ausência do fragmento do dente fraturado e sua adaptação, oclusão, estética, tempo e recursos disponíveis (ANDRIOLO, 2011).

Uma das consequências associadas aos traumatismos dentoalveolares é a necrose pulpar e a necessidade da realização do tratamento endodôntico radical como forma de restabelecer saúde e função do elemento dentário. Essa conduta é geralmente adotada quando há envolvimento do tecido pulpar na área de fratura. O escurecimento coronário também pode estar associado ao envolvimento pulpar, visto que ao causar lesão no feixe vasculo-nervoso, o conteúdo sanguinolento pode alcançar os túbulos dentinários, ocasionando em uma mudança na coloração do elemento dentário, o que gera por vezes insatisfação estética, principalmente quando se trata da dentição anterior (SANABE et al, 2009).

A busca pela estética no contexto da odontologia atual tornou-se objeto de preocupação do profissional Cirurgião-Dentista e da sociedade. Essa nova perspectiva vem exigindo aprimoramento de técnicas e materiais com o objetivo de oferecer ao paciente dentes com forma, tamanho, contorno, simetria e coloração de padrão contemporâneo (CARDOSO et al, 2011).

Uma das alternativas de tratamento para melhorar a coloração de dentes traumatizados tratados endodonticamente é o clareamento dental, o qual é um procedimento conservador e de baixo custo quando comparado a outros métodos de correção de cor como facetas. As técnicas de clareamento apresentam resultados extremamente satisfatórios, todavia, podem apresentar efeitos colaterais como a reabsorção externa quando se trata do clareamento endógeno (CARVALHO, 2017).

Além disso, segundo Baratieri (1995), a manutenção dos resultados a longo prazo não apresentam previsibilidade, mesmo quando o dente responde de forma favorável ao clareamento. Visto que o clareamento endógeno é um procedimento muito requisitado, de técnica conservadora, baixo custo e com resultados altamente satisfatórios, este relato de caso clínico tem por objetivo apresentar um caso clínico de dente traumatizado tratado endodonticamente que teve como consequência o escurecimento da coroa clínica visual e teve como resultado final melhora significativa na coloração.

## 2. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paciente M.F.S.P, 52 anos, sexo feminino, compareceu a clínica odontológica particular queixando-se de escurecimento do elemento 21. Durante anamnese, foi relatado que a paciente sofreu um trauma durante a adolescência, na época, a paciente relatou que bateu a boca em uma mesa. Durante as diversas consultas preventivas ao longo da vida, nunca havia sido feita investigação ou orientações quanto à queixa da paciente.

Durante exame clínico, foi observado ausência de sinais e sintomas no dente 21. Durante a palpação e percussão o dente não apresentou nenhuma resposta. Ao teste frio (Maquira Endo Ice Teste de Vitalidade Spray) o dente também não apresentou resposta, enquanto os elementos vizinhos apresentaram respostas positivas dentro do padrão. Foi concluído e diagnosticado necrose pulpar sem presença de lesão para o dente 21.

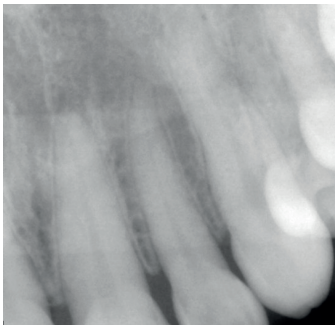
**Figura 1.** Aspecto inicial da coloração do dente 21



Fonte: Arquivo pessoal

Foi proposto o tratamento endodôntico do elemento 21 e posteriormente seria realizado o clareamento endógeno e exógeno além de reabilitação com resina composta.

**Figura 2.** Radiografia periapical inicial do dente 21



Fonte: Arquivo pessoal

Na primeira consulta foi planejado o tratamento endodôntico do dente 21. Deste modo, iniciou-se a abertura com broca esférica diamantada 1014 HL e logo que se teve acesso a câmara pulpar, em seguida o término da abertura foi realizado com broca diamantada tronco-cônica de ponta inativa 3082.

Foi realizado o isolamento absoluto para prosseguir o tratamento. A exploração do canal foi realizada com lima K #15, e a odontometria foi feita com uso do localizador apical que confirmou o CT = 21mm. A instrumentação mecanizada foi realizada com limas Protaper Next (Dentsply) X1, X2 e X3. Durante todo o processo foi feito irrigação com 50ml de Hipoclorito de Sódio 2,5% e ativação com inserto ultrassônico Irrisonic (HELSE) acoplada a um ultrassom com 20% de potência.

Após todo protocolo de instrumentação, foi feito o protocolo final de irrigação para potencializar o PQM. Foram utilizados 40ml de NaOCl, o canal foi irrigado com uma quantia de EDTA que fosse o suficiente para ser ativado 3x de 30 segundos com ultrassom. Por fim, foi utilizado 10ml de hipoclorito novamente e ativado com ultrassom. O canal foi secado com cones de papel.

- Explicação: utiliza-se hipoclorito após o EDTA, pois o EDTA desoblitera os túbulos dentinários ao remover a camada de smear layer, tornando possível uma melhor penetração do hipoclorito nos túbulos, aumentando a limpeza e descontaminação.

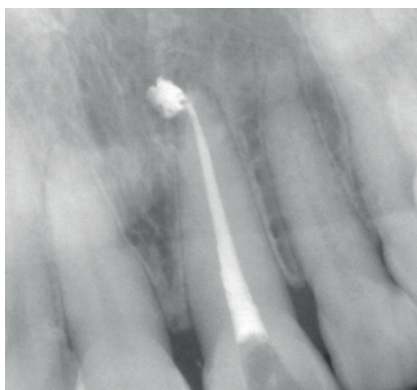
3

Na última fase, o processo de obturação foi iniciado. O canal foi seco com cones de papel e iniciou-se a obturação do mesmo. Foi utilizado o cone de guta-percha padronizado X3 da Dentsply, seguindo o padrão da última lima que foi utilizada na instrumentação. Após a prova do cone e conferência, o cone foi esterilizado no NaOCl. O cimento obturador utilizado foi o AH Plus (Dentsply). Foi realizado a condensação lateral e compressão vertical seguido do uso do condensador de guta-percha McSpadden 25mm #40.

Para finalizar, o dente foi selado provisoriamente com ionoseal (Voco) e encaminhado para o tratamento estético previsto.



**Figura 3.** Imagem radiográfica final após formação do plug apical de obturação visto por uma radiografia periapical.

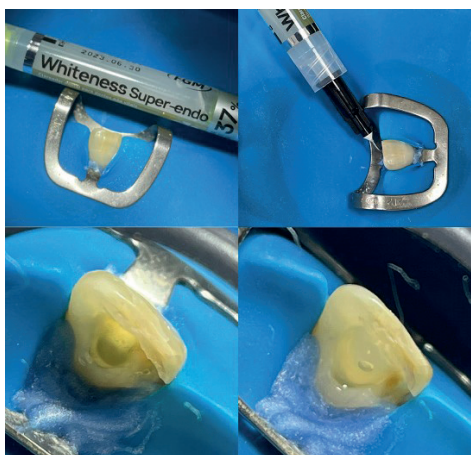


Fonte: Arquivo pessoal

Após 1 semana, o dente não apresentava sinais e sintomas e então, o tratamento de clareamento endógeno pode ser iniciado. O agente clareador utilizado para o clareamento endógeno foi o Whiteness Super-endo 37% (FGM). Foram realizadas 3 sessões com intervalo de 3 dias entre elas.

- Explicação: foi realizado o preparo de 3mm da guta percha abaixo do nível cervical, após a remoção da guta percha o dente foi selado com preparado e selado com resina flow Bulk Fill SDR Plus Refil Universal (Dentsply).

**Figura 4.** Processo de aplicação do gel clareador Whiteness Super-endo 37% (FGM)



Fonte: Arquivo pessoal

Após a última sessão do clareamento endógeno, foi realizada 1 sessão de clareamento exógeno Whiteness HP 35% (FGM) para terminar de chegar na cor adequada.

Após 1 semana do clareamento constatou-se que a cor do dente 21 já estava semelhante aos dentes adjacentes. Então, a reconstrução do dente com resina composta X350 (3M) foi realizada. Os dentes tiveram sua cor medida com escala de cores classical A1-D4 (Vita).

**Figura 5.** Aspecto final da coloração do dente 21 após clareamento endógeno e exógeno



Fonte: Arquivo pessoal

## DISCUSSÃO

Devido a sua alta prevalência, o traumatismo dentário é considerado um problema de saúde pública. Dentes anteriores com presença de overjet são os elementos mais acometidos (RODRIGUES, 2015). A reação da polpa frente a um traumatismo pode desencadear uma produção excessiva de dentina, levando, por vezes, a uma calcificação dentária, dificultando ou até mesmo inviabilizando o tratamento endodôntico. Esse processo fisiológico somente é cessado após ocorrer a necrose pulpar ou após a realização do tratamento endodôntico (VAZ et al, 2011).

O traumatismo dentário pode causar rompimento total ou parcial do feixe vasculo-nervoso pulpar, provocando uma hemorragia a qual pode levar ao escurecimento da coroa clínica visual do dente. O grau de pigmentação varia de acordo com a intensidade da lesão e com o tempo decorrido entre o trauma e a realização do tratamento endodôntico. Em alguns casos, a pigmentação coronária vem acompanhada de vitalidade pulpar, os quais podem ser explicados pela metabolização intracelular dos pigmentos hemoglobínogenos (CONSOLARO; NEUVALD; RIBEIRO, 2005).

Três agentes clareadores são atualmente utilizados com frequência: perborato de sódio, peróxido de hidrogênio e peróxido de carbamida, os quais se diferem nas concentrações, mecanismo de ação e técnicas aplicadoras. O agente clareador de escolha para realização do caso clínico foi o peróxido de carbamida 35%, o qual dissocia-se em 25% de uréia e 10% de peróxido de hidrogênio. O fato de haver baixa concentração do peróxido de hidrogênio e de a uréia regular o pH intracoronário torna este agente clareador muito benéfico. Quando há no interior da coroa um pH baixo, uma reação inflamatória é iniciada, aumentando as chances de se instaurar um processo de reabsorção radicular externa (HARRINGTON; NATKIN, 1979). Faz-se necessário, portanto, segundo Baratieri (1995), a confecção de um tampão cervical com material restaurador provisório, que tem por objetivo vedar áreas em que há espaços livres próximos à área de junção amelocementária. Caso a porção cervical não esteja completamente vedada, há risco de ocorrer extravasamento do material clareador, provocando uma reabsorção cervical externa.

A dentina, parte constituinte do elemento dental, é altamente permeável devido sua estrutura tubular e graças a essa permeabilidade é possível realizar o clareamento interno. O mecanismo de ação do agente clareador consiste em liberar no interior dos túbulos dentinários grandes quantidades de moléculas de oxigênio, as quais atingem as macromoléculas aderidas aos tecidos dentinários gerando uma reação de oxirredução, removendo, através do processo de difusão as macromoléculas pigmentadas dos tecidos dentários (DZIERZAK, 1991).

O clareamento endógeno é um procedimento muito procurado pelos pacientes que buscam ter a estética devolvida em decorrência do trauma, tendo a vantagem de ser um tratamento conservador, pois possibilita uma preservação dos tecidos dentários, considerando que se utiliza o mesmo acesso do tratamento endodôntico e por ser de baixo custo comparado com outros tipos de tratamentos. Todavia, a literatura apresenta desvantagens, visto que há altos índices de recidiva, devendo ser sempre sugerido como uma tentativa de resolução mais conservadora (CANUTO et al, 2020).

A faceta dentária é uma alternativa às recidivas do clareamento endógeno para recuperar o dente escurecido e acinzentado, pois ela bloqueia o fundo do dente, além de que a anatomia é devolvida pelas lâminas estéticas. Ainda assim, as facetas apresentam desvantagens por não serem conservadoras, visto que para sua perfeita adaptação, é necessário a realização de desgastes na estrutura do dente, além de ser um procedimento de maior custo ao paciente (BARBOSA et al, 2021).

## CONCLUSÃO

O caso clínico apresentado mostra que a técnica de clareamento endógeno como tentativa de minimizar o escurecimento dentário decorrido de trauma é viável e pode ser feita com sucesso se houver a conduta adequada do cirurgião-dentista.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLO, GISELE CRISTINA GALDEANO. Multidisciplinaridade do plano de tratamento no traumatismo dentário: relato de caso clínico 2011. 20 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/149398/000846248.pdf?sequence=1>. acesso em 19 de julho de 2022.

BARATIERY, Luiz Narciso et al. Nonvital tooth bleaching: guidelines for the clinician. Quintessence International, Berlim, v. 26, n. 9, 1995. p. 597- 608.

BARBOSA, Jatyra Souza; NERES, Anna Luisa Azevedo Dias; Amaral, Saryta Argolo Souza. Abordagem restauradora direta em dentes escurecidos: revisão de literatura. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e500101523130, 2021

CANUTO, Laryssa Costa. et al. Clareamento dental interno: relato de caso. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 48, p. e3236, 7 maio 2020. Disponível em <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3236/1912>> acesso em 29 de setembro de 2022.

CARDOSO, Renan Menezes; CARDOSO, Randerson Menezes; JUNIOR, Paulo Correia de Melo e MENEZES FILHO, Paulo Fonseca. Clareamento interno: uma alternativa para discromia de dentes tratados endodonticamente. Odontol. Clín.-Cient. (Online) [online]. 2011, vol.10, n.2, pp. 177-180. ISSN 1677-3888.

Carvalho BM Gruending A. Técnica combinada de clareamento em dente tratado endodonticamente após traumatismo: estudo de caso. Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo 2017; 29(3): 289-99, set-dez. Disponível em [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/07/908808/odont\\_03\\_2017\\_289-299.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/07/908808/odont_03_2017_289-299.pdf) acesso em 18 ago 2022.

CONSOLARO, A.; NEUVALD, L.; RIBEIRO, F. C., Clareação dentária: aplicações clínicas e suas relações com as reabsorções dentária. In: CONSOLARO, Alberto. Reabsorções dentárias nas especialidades clínicas. Maringá: Dental Press, 2005.

DZIERZAK, J. Factors which cause tooth color changes: protocol for in office ‘power’ bleaching. Pract Periodontics and Aesthetic Dentistry, Mahwah, N. J., v. 3, n. 2, Mar 1991.

FIGUEREDO M. S; FERRARI T. C; SANTOS, J. P; NEPOMUCENO, A. F. Ocorrência e fatores associados ao traumatismo dentoalveolar no Brasil. RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia. v.3, n.7, 2022.

HARRINGTON, G. W. NATKIN, E., External root resorption associated with bleaching pulpless teeth, J Endodon, v. 5, n. 11, Nov, 1979. p. 344-348.

MARTINS, Joana Dourado. et al. Diferentes alternativas de clareamento para dentes escurecidos tratados endodonticamente. R. Ci. méd. biol., Salvador, v.8, n.2, p. 213-218, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/4073/2970> acesso em 24 de julho de 2022.

6

ROCHA, Marcos Sousa. et al. Reintervenção endodôntica e clareamento endógeno de dentes anteriores escurecidos: relato de caso. Arch Health Invest (2020) 9(2):112-118. Disponível em: <<https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/articulo/view/4757/pdf>> acesso em 14 de setembro de 2022.

Rodrigues AS, Castilho T, Antunes LAA, Antunes LS. Perfil Epidemiológico dos Traumatismos Dentários em Crianças e Adolescentes no Brasil. UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde 2015;17(4):267-78.

SANABE, Mariane Emi. et al. Urgências em traumatismos dentários: classificação, características e procedimentos. Rev Paul Pediatr 2009;27(4):447-51. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpp/a/zPpVrJJv7LK-T9QQ8M9cpmPG/?lang=pt&format=pdf>> acesso em 18 out 2022.

VAZ, Irene Pina. et al. Tratamento em incisivos centrais superiores após traumatismo dental. RGO -Rev Gaúcha Odontol., Porto Alegre, v.59, n.2, p.305-311, abr./jun., 2011.



## Evolução nas ligas utilizadas na fabricação dos instrumentos endodônticos

*Evolution in the alloys used in the manufacture of endodontic instrumentation*

Izabel Cristina dos Santos<sup>1\*</sup>  
Lauro Fagner Viana<sup>2</sup>  
Rafaella Rafael de Aguiar<sup>3</sup>  
Victor Lima Drumond de Castro<sup>4</sup>

1. Graduando em odontologia. Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH, 2022. Belo Horizonte, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0337-0272>, [izabel\\_cristina\\_santos@yahoo.com.br](mailto:izabel_cristina_santos@yahoo.com.br)

2. Graduando em odontologia. Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH, 2022. Belo Horizonte, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0337-0272>, [laboratoriosousaviana@gmail.com](mailto:laboratoriosousaviana@gmail.com)

3. Graduando em odontologia. Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH, 2022. Belo Horizonte, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0337-0272>, [rafaellaguilar@hotmail.com](mailto:rafaellaguilar@hotmail.com)

4. Mestre e Especialista em Endodontia. São Leopoldo Mandic, Campinas, SP, 2000. Professora adjunta do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Belo Horizonte, MG. ORCID: 0000-0001-5254-4745, [victor\\_drumond@yahoo.com.br](mailto:victor_drumond@yahoo.com.br)

<sup>1</sup>\* autor para correspondência: Izabel Cristina dos Santos: , [izabel\\_cristina\\_santos@yahoo.com.br](mailto:izabel_cristina_santos@yahoo.com.br)

Submetido em: 20/02/2023

Aprovado em: 21/02/2023

Publicado em: 24/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.484

### RESUMO

*O êxito na realização de um tratamento endodôntico consiste na retirada dos tecidos inflamados e/ou infectados do elemento dentário, e de adequadas desinfecção e obturação dos canais radiculares, utilizando métodos apropriados para o preparo mecânico-químico. O objetivo do trabalho foi realizar uma revisão de literatura em artigos científicos para conhecimento dos vários grupos de limas endodônticas e os seus diversos materiais e as formas de fabricação ao longo dos anos. Para o levantamento dos artigos científicos realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados PUBMED e Scielo. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: Artigos publicados a partir do ano 2000, nas línguas portuguesa e inglesa, artigos na íntegra que retratassem a temática das ligas utilizadas nas fabricações das limas endodônticas. Os critérios de exclusão foram artigos de revisão, e os artigos que não atendiam o objetivo do trabalho. Na pesquisa foram encontrados um total de 41 artigos nas bases de dados. Foi realizado uma avaliação por três revisores e após leitura dos artigos, foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Na década de 90, as limas foram fabricadas com material de aço inoxidável e padronizadas de acordo com a norma ISO (Organização Internacional de Normalização), contendo calibre da ponta discriminado no cabo através de cores estabelecidas. A introdução das ligas NiTi e a subsequente automação preparo mecânico foram os primeiros para uma nova era na endodôntica. O desenvolvimento de instrumentos capazes de realizar um preparo de canal radicular mais anatomicamente previsível, alcançável em menos tempo e com maior conforto para dentina e paciente. Em busca da melhoria da qualidade e segurança da instrumentação endodôntica, e crescente os estudos por ligas metálicas biocompatível, que apresente elevada resistência à corrosão, ductilidade e possua efeito de memória de forma e superelasticidade.*

### ABSTRACT

*Successful endodontic treatment consists of removing inflamed and/or infected tissues from the tooth, and proper disinfection and filling of root canals, using appropriate methods for mechanical-chemical preparation. The objective of this work was to carry out a review of the literature in scientific articles for knowledge of the various groups of endodontic files and their different materials and forms of manufacture over the years. For the survey of scientific articles, a search was carried out in the following databases PUBMED and Scielo. The inclusion criteria defined for the selection of articles were: Articles published from the year 2000, in Portuguese and English, articles in full that portrayed the theme of alloys used in the manufacture of endodontic files. Exclusion criteria were review articles and articles that did not meet the objective of the work. In the search, a total of 41 articles were found in the databases. An evaluation was performed by three reviewers and after reading the articles,-- they were excluded for not meeting the inclusion criteria. In the 90's, the files were manufactured with stainless steel material and standardized according to the ISO standard (International Organization for Standardization), containing the tip gauge broken down on the*

handle through established colors. The introduction of NiTi alloys and the subsequent automation of mechanical preparation were the first for a new era in endodontics. The development of instruments capable of performing a more anatomically predictable root canal preparation, achievable in less time and with greater comfort for dentin and patient. In search of improving the quality and safety of endodontic instrumentation, and increasing studies for biocompatible metal alloys, which present high corrosion resistance, ductility and have shape memory effect and superelasticity.

**KEYWORDS:** Mechanized endodontics, endodontic instrumentation, rotary file

## 1. INTRODUÇÃO

A instrumentação tem como objetivos a limpeza e modelagem do sistema de canais radiculares, sendo realizados através do preparo mecânico-químico. Utilizando os instrumentais endodônticos associados à utilização das soluções irrigadoras (PRADO, ROCHA 2017).

No mercado conseguimos encontrar diversos tipos de instrumentais endodônticos. Produzidos de matérias-primas como o aço inoxidável, e em níquel-titânio (NiTi), com distintos desenhos e formas. Entre essas características devemos considerar as seguintes propriedades:

Físicas (peso, densidade, condutibilidades térmicas e elétricas, temperatura de fusão e cristalinidade);

Químicas (energia superficial, capacidade de oxidação e redução, reatividade e estabilidade);

Mecânicas (resistência a fadiga, fluência, fratura, torção, flexão, tração, compressão) (ESTRELA, 2013).

Ao iniciar um tratamento endodôntico é necessário explorar o canal com uma lima manual de pequeno calibre de aço inoxidável, para confirmar uma passagem livre até a saída foraminal. Essa via de passagem é chamada de “glide path” ou “túnel radicular”. Outro fator importante que deve ser levado em consideração são as características do conduto radicular, como: curto ou longo, estreito ou largo, essencialmente reto ou curvo. Essas variações anatômicas, podem se apresentar de forma múltipla em planos e não ser observados em imagens bidimensionais (LOPES, 2015).

O uso sistema de limas de instrumentação mecanizada representou um grande avanço tecnológico para a Odontologia, em especial para a endodontia, trazendo mais eficiência e previsibilidade ao tratamento. Foram desenvolvidos alguns grupos que dividiram-se nos seguintes complexos são elas: limas rotatórias e as reciprocantes (VILASBOAS *et al.*, 2013).

As limas endodônticas mecanizadas podem ser divididas em dois grandes grupos de acordo com a cinemática de movimentos. As limas rotatórias que são produzidas com liga NiTi, tem um movimento de 360°, representa uma evolução na instrumentação dos canais radiculares, sobre tudo canais atrésicos e curvos (AQUINO *et al.*, 2015). Já as limas reciprocantes, que realizam a instrumentação que se utiliza pelo movimento recíprocante, sendo a marca comercial mais conhecidos como, o Sistema Recíproc. As primeiras limas reciprocantes que surgiram no mercado, são fabricadas feitos com uma liga de NiTi especial, a M-Wire (material que recebe um tratamento termomecânico). Os sistemas reciprocantes são caracterizados por serem compostos por somente uma lima única, capaz de realizar a instrumentação completa do canal. A movimentação desse sistema corresponde a um giro em média 120° no sentido horário e de 30° no sentido anti-horário (AQUINO *et al.*, 2015). O objetivo do trabalho foi realizar uma revisão de literatura em artigos científicos para conhecimento dos vários grupos de limas endodônticas e os seus diversos materiais e a formas de fabricação ao longo dos anos.

## 2. METODOLOGIA

Para o levantamento dos artigos científicos realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Pubmed e SciELO.

Foram utilizados, para busca dos artigos, as seguintes palavra-chave nas línguas inglesa e portuguesa: “endodontia mecanizada” (mechanized endodontics) AND “instrumentação endodôntica” (endodontic instrumentation) AND “limas rotatórias” (rotary files).

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados a partir do ano 2000, nas línguas portuguesa e inglesa, artigos na íntegra que retratassem a temática das ligas utilizadas na fabricação das limas endodônticas.

Os critérios de exclusão foram artigos os artigos que não atendiam o objetivo do trabalho.

### 3. RESULTADOS

Na pesquisa foram encontrados um total de 41 artigos na base de dados da PUBMED e SciELO. Foi realizado uma avaliação por três revisores e após leitura dos artigos, 31 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. No entanto 10, referências foram incluídas neste estudo de revisão integrativa.

#### 4. DISCUSSÃO

##### 4.1 Tratamento endodôntico

O êxito na realização de um tratamento endodôntico consiste na retirada dos tecidos inflamados e/ou infectados do elemento dentário, e de adequadas desinfecção e obturação dos canais radiculares, utilizando métodos apropriados para o preparo mecânico-químico (PREETHY *et al.*, 2021).

##### 4.2 Ligas metálicas

O conhecimento dos materiais endodônticos é necessário para o sucesso do tratamento. As propriedades físico-química das ligas, estão relacionadas à liga metálica, conicidade, tamanho de ponta, padrão das arestas helicoidais e desenho da seção transversal (SOUZA, 2019).

###### 4.2.1 Aço inoxidável

Os primeiros instrumentos utilizados no tratamento endodôntico eram compostos de corda de piano, sondas farpadas utilizando-se molas de relógio para a sua fabricação. Sem refinamento, corte e padronização o tratamento endodôntico era ineficaz (MATOS, 2016).

Durante anos o aço constituiu a base principal para fabricação dos instrumentos. Inicialmente o processo de fabricação era a partir de um fio de carbono desbastado, primeiramente dando-lhes um formato transversal triangular ou quadrado cônico, é posteriormente torcidos a frio sobre o seu longo eixo produzindo lâminas de corte. O aço de carbono tinha autoredimento entretanto, na presença do hipoclorito de sódio, o instrumento ficava sujo e perdia o seu corte, devido à oxidação do material. Além do material ter dificuldade em manter a anatomia do canal, devido a sua rigidez (MATOS, 2016).

Ao procurar uma lima mais resistente ao desgaste, Harry Brealey em 1912 descobriu as limas de aço inoxidável. Nos seus estudos realizava ataque químico para revelar a micro estrutura de novos tipos de aço com altos teores de cromo, com isso observou que o ácido nítrico não surtia efeito. Assim obteve uma lima resistente a corrosão e não ao desgaste (MATOS, 2016).

Na década de 1990, as limas foram fabricadas com material de aço inoxidável e padronizadas de acordo com a norma ISO (Organização Internacional de Normalização), contendo calibre da ponta discriminado no cabo através de cores estabelecidas. A parte ativa possui 16 milímetros de comprimento, uma conicidade constante de 0,02 milímetros na parte ativa e eram fabricadas em comprimentos de 21 mm, 25 mm, 31 mm (SOUZA, 2019).

Limas manuais endodônticas são compostas de aço inoxidável, possuem alto poder de corte e baixo custo. Entretanto, suas limitações estão, principalmente, nos canais atrésicos e curvos, podendo causar: desvios, fraturas e deformações. Elas apresentam baixa flexibilidade e alto módulo de elasticidade. Foram as pioneiras no mercado, é são utilizadas até na hoje na fase exploratória do canal radicular e para determinação do glide-path (PREETHY *et al.*, 2021).

Conforme as suas limitações foi necessário a criação de materiais mais robustos que realizam o seu trabalho de forma mais eficaz. Com os estudos e avanços da tecnologia, produziram instrumentos endodônticos com outros tipos de ligas metálicas, como as de Níquel-Titânio (MONTEIRO, 2010).

3

###### 4.2.2 Liga Níquel – Titânio

Para diminuir essas intercorrências, então, em 1988, foi inserido o uso da liga NiTi na confecção das limas endodônticas, isso resultou em materiais com grande flexibilidade, maior eficiência nos cortes e memória elástica, sendo composta de 56% de níquel e 44% de titânio (SOARES, 2011).

As utilizações dessas ligas na odontologia apresentam funcionalidades para a criação das limas endodônticas

com as seguintes propriedades: superelasticidade, efeito de memória de forma e resistência à corrosão (GENERI, 2020).

A introdução das ligas NiTi e a subsequente automação preparo mecânico foram os primeiros para uma nova era na endodôntia. O desenvolvimento de instrumentos capazes de realizar um preparo de canal radicular mais anatomicamente previsível, alcançável em menos tempo e com maior conforto para dentina e paciente (GAVINI, 2018).

Atualmente, contamos com mais 160 sistemas de instrumentação automatizada, fabricadas com diferentes ligas de NiTi, tratadas termicamente ou não, com propriedades superelásticas e de memória de forma, usando cinética rotacional ou recíproca, movimento cêntrico ou excêntrico (GAVINI, 2018).

#### 4.3 Propriedades mecânicas do Níquel- Titânio

A maioria dos materiais metálicos apresentam comportamento elástico, em que a deformação causada é diretamente proporcional à força aplicada. Essa relação é conhecida como Lei de Hooke. Se a força aplicada ultrapassar um determinado limite, provoca uma deformação permanente no material. De acordo com a Lei de Hooke, a maioria das ligas metálicas pode ser elasticamente deformada em até 0,1 ou 0,2%, além do seu limite elástico. No entanto, as ligas de Niti, possuem uma superelasticidade, podem ser deformadas até 8% além do seu limite elástico sem apresentar qualquer deformação (GAVINI, 2018).

A fórmula molecular dessa liga é 55-Nitinol, ela tem capacidade de alterar o seu tipo de ligação atômica que causa mudanças nas suas propriedades mecânicas e arranjo molecular. Essas mudanças ocorrem em função da temperatura e do stresse. As características relevantes para uso odontológico ocorrem como resultado da fase austenita para transição da fase martensita na liga NiTi, essas características são denominadas memória de forma e superelasticidade (THOMPSON, 2000).

Na transformação da fase austenítica para a fase martensítica, está associada a uma mudança do estado sólido que ocorre por aplicação de stresse ou redução na temperatura, os átomos se movem de forma coordenada e reorganizada numa nova estrutura cristalina mais estável, sem alteração na composição química. Ao voltar a temperatura ambiente, ou sem indução do stresse, a sua retratransformação na fase austenítica, retornando sua forma original (SOUSA, 2019).

A superelasticidade pode ser caracterizada como a capacidade das ligas recuperarem as grandes deformações elásticas, permitindo a grande deformações cíclicas, sem ocorrer deformações residuais. O efeito de memória de forma pode ser caracterizado como a capacidade do NiTi deformado recuperar a sua forma original (ZUPANC et al., 2018).

Na tabela abaixo podemos visualizar as ligas NiTi utilizadas na fabricação de instrumentos endodônticos.



Tabela 1- Ligas NiTi utilizadas na fabricação de instrumentos endodônticos

Liga	Fase de composição- Propriedades	Sistema de NiTi
Niti convencional	Austenítica: Superelasticidade	Mtwo, OneShape, ProFile, ProTaper Universal
Eletropolimento		RaCe, BioRaCe,
iRace F360, F6		Skytaper
Fase-R	Austenítica: Superelasticidade Torcida	Twisted File Twisted File Adaptive K3XF
M-Wire	Austenítica com pequenas quantidades de Fase R e fase mar- tensítica  Superelasticidade	ProFile Vortex ProFile GT Series X Pro- Taper Next Reciproc WaveOne
CM-Wire	- Transformação induzi- da por stress através da fase R  Martensítica com quan- tidade variável de fase austenítica e Fase R	Hyflex CM THYPOON Infinite Flex NiTi Files V- Taper 2H Hyflex EDM
Tratamento térmico a ouro	- Efeito de memória con- trolado	ProTaper GoldWave- One Gold
Tratamento térmico Azul	- Deformável e pseudo- plástico  - Efeito de memória de forma  - Flexibilidade superior  - Resistência aprimorada à fadiga cíclica  - Maior ângulo de rotação na fratura  - Torque máximo mais baixo	ProFile VortexBlue ReciprocBlue
<i>MaxWire</i>	Martensítica (20 °C) e austenítica (35 °C) Superelasticidade  Efeito de memória de forma	XP-endo Finisher  XP-endo Shaper

#### 4.4 Instrumentos de Níquel – Titânio convencionais (sem tratamento)

Os instrumentos endodônticos convencionais de NiTi contêm aproximadamente 56% de níquel e 44% titânio. A sua temperatura de produção da austenita está abaixo da temperatura corporal, com isso possuem propriedades superelásticas (ZUPANC *et al.*, 2018).

Os primeiros instrumentos rotatórios de Niti, foram lançados em 1992, projetados pelo doutor John Mc Spadden, ainda padrão ISO e conicidade 0,02. Quebrando o paradigma de fabricação de instrumentos endodônticos exclusivamente conicidade 0,02, o doutor John introduziu os sistemas rotativos ProFile com conicidade 0,04 e 0,06 e seção transversal em forma de U (GAVINI, 2018).

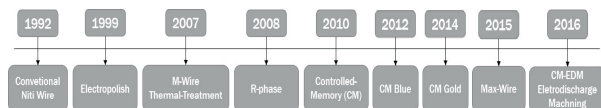
Um novo conceito em design de limas foi introduzido em 2001 com o sistema ProTaper, que era composto por: várias conicidades e progressivas ao longo da haste de corte do mesmo instrumento. Esse recurso, combinado com uma seção transversal triangular convexa, permite que os instrumentos trabalhem em uma área específica do canal, reduzindo o stresse no instrumento. Em 2006, a seção transversal de alguns instrumentos foi modificada e o sistema ampliado, com adição de limas para preparo apical, com a nova geração de limas Pro Taper Universal. Com isso aumentando a flexibilidade e consequentemente reduzindo as fraturas do instrumento (GAVINI, 2018).

#### 4.5 Tratamentos da liga de Níquel- Titânio

A fratura do instrumento endodôntico ainda é uma preocupação clínica, mesmo com as vantagens oferecidas pela superelasticidade das ligas NiTi. Para aumentar a sua eficiência e segurança novas estratégias de fabricação e o uso de novas ligas proporcionaram resistência das propriedades mecânicas e o seu comportamento (SOUSA, 2019).

Em 2018, Gavini apresentou uma linha cronológica (figura 1) com a evolução das ligas Niti conforme o seu tratamento.

Figura 1- Evolução dos tratamentos na liga de Níquel- Titânio



Fonte: Gavini *et al.*, 2018

O processamento térmico é visto hoje como a principal abordagem para melhorar as propriedades da liga, afetando a sua temperatura de transição e modifica a resistência a fadiga (Ounsi, 2017).

O eletropolimento é um processo de acabamento de superfície final estabelecido para peças metálicas que permite uma remoção eletroquímica controlada do material da superfície levando a uma superfície mais lisa com maior brilho, após o processo de usinagem. Durante a fabricação de instrumentos endodônticos de Niti, o eletropolimento é usado para remover irregularidades da superfície, trincas e tensões residuais causadas pelo processo de retificação anterior. Com isso melhorando a resistência à fratura, eficiência de corte e resistência à corrosão (ZUPANC *et al.*, 2018).

No ano de 2007, aprimorando os tratamentos termodinâmicos, a tecnologia de tratamento térmico CM-Wire (memória controlada) foram introduzidos pela DS Dental (Johnson City, TN, EUA). Após a usinagem do NITI, um processo de aquecimento e resfriamento confere à liga controle sobre o efeito de memória de forma, permitindo que os instrumentos sejam pré-curvados, o que confere maior resistência e flexibilidade contribuindo para um preparo do canal mais centralizado e com menor taxa de transporte (Gavini *et al.*, 2018).

6

Em 2008, logo após a introdução do M-Wire, a SybronEndo (Orange, CA, EUA) desenvolveu outro processo de fabricação para criar um novo sistema rotativo de Niti chamado de lima torcida. O procedimento de fabricação da lima torcida inclui três novos métodos: Tratamento térmico em fase R, torção do fio metálico e um condicionamento especial de superfície. O processo de torção é realizado transformando um fio de Niti bruto em estado austenítico através de um processo térmico em fase R. A fase R possui um módulo de cisalhamento mais baixo e sua deformação da martensita, a melhoria da flexibilidade M-Wire esta nessas duas fases (ZUPANC *et al.*, 2018).

O fio de memória controlada que foi introduzido em 2010 é a primeira liga endodôntica de Niti tratada

termomecânica que não possui propriedades superelásticas nem à temperatura ambiente, nem à temperatura corporal. Devido a sua composição de fase modificada, os instrumentos CM Wire podem ser deformados devido à reorientação das variantes de martensita. Com isso o controle de memória de forma, permite que os instrumentos não tendam a endireitar durante o preparo de canais radiculares curvos. Segundo os fabricantes, este efeito de memória controlada deve reduzir a incidência de erros de preparação dos canais radiculares (ZUPANC *et al.*, 2018).

Em 2012, a Dentsply Sirona introduziu um novo processo de tratamento térmico para ligas Niti CM, em que os instrumentos são repetidamente tratados termicamente e depois resfriados, o que resulta em uma cor de superfície correspondente à espessura da camada de óxido de titânio (GAVINI *et al.*, 2018).

O primeiro introduzido na endodôntia foi o ProFile Vortex Blue, possuindo um azul distinto na cor. Em estudos realizados as limas tratadas termicamente Gold e Blue demonstraram maior flexibilidade e resistência à fadiga em comparação com instrumentos convencionais de NiTi e M-Wire (ZUPANC *et al.*, 2018).

Em 2015, foi desenvolvida uma liga especial de NiTi conhecida como MaxWire (Martensite- Austenite Electropolishing-Flex, FKG) para fabricação de instrumentos da família XP-endo. A primeira liga endodôntica de NiTi que combina efeito de memória de forma e superelasticidade. Como resultado do tratamento liga, em temperaturas iguais ou superiores a 35°, ela passa da fase martensítica para a austenítica, conferindo ao instrumento uma forma semicircular que permite que ele se projete contra as paredes do canal radicular quanto girando, realizando movimento giratório excêntrico. Assim, os instrumentos XP-endo são capazes de se adaptar à morfologia do sistema de canais radiculares, expandindo ou contraíndo à medida que avançam ao longo do comprimento de trabalho (GAVINI *et al.*, 2018).

No ano de 2016, a Coltene lançou o Hyflex EDM. Também fabricado com liga de Niti é o primeiro instrumento endodôntico fabricado por meio de um dispositivo elétrico, processo de usinagem de carga. O sistema fabricado por descarga elétrica (EDM) é um procedimento de usinagem que permite a remoção do material por meio de descarga elétrica pulsada. Resultando em maior resistência à fratura e eficiência de corte (ZUPANC *et al.*, 2018).

#### 4 CONCLUSÃO

Após estudo realizado, foi possível concluir: que o conhecimento, estudo e a evolução das propriedades físico-químicas das ligas metálicas influenciam diretamente o sucesso do tratamento endodôntico. Em busca da melhoria da qualidade e segurança da instrumentação, e o crescente os estudos por ligas metálicas biocompatível, que apresente elevada resistência à corrosão, ductilidade e possua efeito de memória de forma e superelasticidade.

#### REFERÊNCIAS

AQUINO, M.B.; LIMA, D.A.M.; CÂMARA, A.C.; AGUIAR, C.M. **Avaliação comparativa da centralização do preparo biomecânico em Canais instrumentados pelos sistemas reciproc e mtwo.** XV ENEXT/INEXC., 2015.

ESTRELA, Carlos. **Endodontia Laboratorial e Clínica.** Grupo A, 2013. 9788536701967. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536701967/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GAVINI, G., dos Santos, M., Caldeira, C. L., Machado, M. E. de L., Freire, L. G., Iglecias, E. F., ... Candeiro, G. T. de M. (2018). **Nickel-titanium instruments in endodontics: A concise review of the state of the art.** Brazilian Oral Research, 32, <https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2018.vol32.0067>.

GENARI, Bruna et al. **Desempenho de sistemas endodônticos rotatórios constante e progressivo no preparo do canal radicular.** RGO - Revista Gaúcha de Odontologia [online]. 2018, v. 66, n. 03. [Acessado 3 Maio 2022], p. 225-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981863720180003000053366>>. **Pub** Jul-Sep. 2018. ISSN 1981-8637. <https://doi.org/10.1590/1981-863720180003000053366>.

7

LOPES, HÉLIO; SIQUEIRA JUNIOR, JOSÉ FREITAS. **Endodontia: biologia e técnica.** 4. Ed. Rio de Janeiro: elsevier, 2015. Xxviii, 817. P. Isbn 9788535279672.

MONTEIRO, ANTÓNIO. **Endodontia mecanizada.** Tese (grau licenciado em medicina dentária) - universidade fernando pessoa, porto, 2010. [Http://hdl.handle.net/10284/1664](http://hdl.handle.net/10284/1664)

MATOS HRM. **Endodontia mecanizada, das limas de aço inox a lima de m-wire.** Universidade estadual de campinas, faculdade de odontologia de piracicaba, 2016.



THOMPSON, S. A. (2000, july). **An overview of nickel- titanium alloys used in dentistry.** International endodontic journal, vol. 33, pp. 297– 310. [HTTPS://doi.org/10.1046/j.1365-2591.2000.00339.X](https://doi.org/10.1046/j.1365-2591.2000.00339.X)

OUNSI, H. F., NASSIF, W., GRANDINI, S., SALAMEH, Z., NEELAKANTAN, P., & ANIL, S. (2017A). **Evolution of nickel-titanium alloys in endodontics.** Journal of contemporary. Dental practice, vol. 18, pp. 1090– 1096. <https://doi.org/10.5005/jp-journals-10024-2181>.

PRADO, Máira D.; ROCHA, Nedi S. **Endodontia - Princípios para Prática Clínica.** [Digite o Local da Editora]: MedBook Editora, 2017. 9786557830437. Disponível <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830437/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PREETHY NA, Jeevanandan G, Mathew MG, Subramanian EM. **Evaluation of Quality of Obturation Using Two Different Rotary Files and Hand Files in Primary Teeth: A Randomized Controlled Trial.** *Int J Clin Pediatr Dent.* 2021 Jul- Aug;14(4):471-474. doi: 10.5005/jp-journals-10005-1990. PMID: 34824498; PMCID: PMC8585900.

SOUSA, LUÍS FILIPE MARTINS. **Evolução Da Composição Das Ligas Metálicas Utilizadas Em Endodontia Mecanizada: Da Liga De Aço Inoxidável À Liga M-wire.** Dissertação (grau De Mestre)- Universitário Egas Moniz, Camparica, 2019. [Http://hdl.handle.net/10400.26/30886](http://hdl.handle.net/10400.26/30886).

VILAS-BOAS, R.C.; et al., RECIPROC: **Comparativo entre a cinemática recíprocante e rotatória em canais curvos.** *Rev. Odontol. Bras. Central.*, V. 22, n. 63. p. 164-168, 2013. 44–65. <https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2018.vol32.0067>.

ZUPANC, J., VAHDAT-PAJOUH, N., & SCHÄFER, E. (2018). **NEW THERMOMECHANICALLY TREATED NITI ALLOYS - A REVIEW.** INTERNATIONAL ENDODONTIC JOURNAL, 51(10), 1088–1103.



## Como aprender efetivamente para o Revalida: aprenda ativamente e repita em intervalos

How to learn effectively for Revalida: learn actively and repeat in intervals

George Mantese<sup>1</sup>  
Mateus Espindola<sup>2</sup>  
Laura Cavalheiro Brizola<sup>3</sup>  
Felipe Borges Farias<sup>4</sup>  
Giovanna Rodrigues<sup>5</sup>

Submetido em: 28/02/2023  
Aprovado em: 28/02/2023  
Publicado em: 11/03/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.485

*1 Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. georgemantese@hotmail.com*

*2 Faculdade de Medicina; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. espindolamateus3@gmail.com*

*3 Faculdade de Medicina; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil. laura.brizola@ufcspa.edu.br*

*4 Faculdade de Medicina; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil. felipe.farias@ufcspa.edu.br*

*5 Faculdade de Medicina; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil. giovanna.srg@gmail.com*

### Contribuição dos autores:

Contribuição substancial na concepção e no design: George Mantese, Mateus Espindola, Laura Cavalheiro Brizola, Felipe Borges Farias, Giovanna Rodrigues

Obtenção dos dados: George Mantese, Mateus Espindola, Laura Cavalheiro Brizola, Giovanna Rodrigues

Análise e interpretação dos dados: George Mantese, Laura Cavalheiro Brizola, Felipe Borges Farias

Elaboração do manuscrito: George Mantese, Mateus Espindola, Felipe Borges Farias,

Revisão crítica do manuscrito: George Mantese, Laura Cavalheiro Brizola,

Aprovação final ao manuscrito submetido: George Mantese, Mateus Espindola, Laura Cavalheiro Brizola, Felipe Borges Farias, Giovanna Rodrigues

Supervisão administrativa, técnica ou material: George Mantese

Liderança do grupo de pesquisa: George Mantese

### RESUMO

**Introdução:** O Revalida é uma prova composta por duas etapas (teórica e prática) que permite aos médicos formados no exterior, tanto brasileiros como estrangeiros, exercer a medicina no Brasil, desde que estejam em situação regular com o país. São muitos os métodos utilizados e estudados para fixar melhor alguma informação nova que tenha sido apreendida. **Objetivo:** Revisar a literatura que identifica quais os métodos de aprendizagem mais efetivos no momento de preparação para o Revalida. **Método:** O estudo foi baseado em uma revisão sistemática da literatura acerca da temática. **Resultados e Discussão:** Dentre os dez métodos revisados na pesquisa, somente dois foram recomendados e classificados como de alta utilidade com base na revisão da literatura: testagem prática e prática espaçada. **Conclusão:** Com base nos resultados, recomenda-se que o candidato ao Revalida elabore um cronograma de estudos com testagens periódicas e espaçadas, utilizando como ferramenta de aprendizado, entre outros materiais, questões de provas anteriores do concurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação médica; Revisão da literatura; Desempenho nos exames*

## ABSTRACT

**Introduction:** Revalida is a two-step test (theoretical and practical) that allows doctors trained abroad, both Brazilian and foreign, to practice medicine in Brazil, provided they are in good standing with the country. There are many methods used and studied to better capture any new information that has been learned.

**Objective:** To review the literature that identifies the most effective learning methods when preparing for Revalida. **Method:** The study was based on a systematic review of the literature on the subject. **Results and Discussion:** Among the ten methods reviewed in the survey, only two were recommended and classified as highly useful based on the literature review: practical testing and spaced practice. **Conclusion:** Based on the results, it is recommended that the candidate for Revalida draw up a study schedule with periodic and spaced tests, using as a learning tool, among other materials, questions from previous exams of the contest.

**KEYWORDS:** *Medical education; Review of literature; Performance in exams.*

## REVALIDA

O Revalida é uma prova composta por 2 etapas (teórica e prática) que permite aos médicos formados no exterior, tanto brasileiros como estrangeiros, possam exercer a medicina no Brasil, desde que estejam em situação regular com o País<sup>1</sup>. A primeira fase do exame é formada por 100 questões objetivas e cinco discursivas sobre as grandes áreas da medicina (clínica médica, ginecologia e obstetrícia, pediatria, cirurgia, medicina de família e comunidade) e da saúde pública. A segunda fase (prática) consiste em realizar 10 anamneses em situações clínicas, com simulação de atores<sup>2</sup>.

O exame foi criado em 2011 e, posteriormente, em 2019, ganhou sua base legal na lei 13.959, que dispõe sobre as regras do certame<sup>3</sup>. Desde então, o Teste recebeu mais de vinte e duas mil inscrições até o ano de 2017, tendo uma média histórica de aprovação por volta de 18%. Porém, em 2017, a taxa de aprovação final foi menor do que 5%. Em 2021 o exame recebeu mais de 11.800 inscrições, tendo sido aprovados por volta de 50% deste número<sup>4</sup>. Sabe-se, então, que o Revalida é uma prova difícil, cansativa, que privilegia alguns conteúdos em detrimento de outros, principalmente no que concerne às questões de saúde pública.

Portanto, este artigo tem o objetivo de sugerir métodos de aprendizagem com evidências científicas que possam ser úteis para o aprendizado dos conteúdos para as provas do Revalida, bem como ressaltar a importância de um estudo organizado, objetivo e efetivo. A fim de saber quando e como encontrar as informações necessárias para o estudo, é preciso desenvolver habilidades de localização, de avaliação e de utilização efetiva das informações encontradas, ou seja, é necessário ter competência informacional para reconhecer as melhores técnicas de estudo<sup>5</sup>.

## TÉCNICAS DE ESTUDO

2

São muitos os métodos utilizados e estudados para fixar melhor alguma informação nova que foi apreendida. Alguns estudos, nesse sentido, tentaram identificar quais os métodos de aprendizagem mais efetivos. Uma revisão sistemática mostrou que, dentre os dez métodos revisados na pesquisa, somente dois foram recomendados e classificados como de alta utilidade: testagem prática e prática espaçada<sup>6</sup>.

O primeiro método diz respeito ao ato de testar a si mesmo de maneira prática, com desafios e questões elaboradas por si ou por terceiros. Em um estudo conduzido com universitários, estes foram divididos em dois

grupos, e ambos receberam a mesma informação, porém, um deles foi testado e o outro apenas releu o conteúdo. Foi visto, então, que o grupo submetido a teste prático lembrou livremente de mais informações em comparação ao segundo grupo (56% vs 43%)<sup>7</sup>.

O outro método altamente recomendado também tem relação com testes práticos, mas adiciona um intervalo de tempo entre os testes. Uma meta-análise conduzida em 2006 avaliou mais de 14 mil participantes em 254 estudos e constatou que a prática espaçada resultou em melhores resultados em relação ao aprendizado, com 47% de desempenho em recordação livre contra 37% do grupo que apenas estudou o conteúdo<sup>8</sup>. Ambas as formas têm limitações, mas mostram-se muito promissoras e são amplamente estudadas.

Ao contrário do que se acredita, algumas práticas frequentemente empregadas no aprendizado são contraindicadas por terem uma baixa utilidade, vistas em estudos científicos. Dentre elas, a prática de resumir, isto é, de criar formas de sintetizar a matéria para posterior leitura, não resultaram em melhores desfechos em relação à fixação de informações. Todavia, esse método depende muito da qualidade do material produzido e não se pode generalizar tal prática, uma vez que não existe padronização e a literatura foca mais em como treinar o estudante a resumir do que no impacto do resumo em si<sup>9</sup>.

Outra prática muito utilizada que também não se mostrou eficaz foi a de marcar o conteúdo mais importante, como sublinhar ou destacar o texto, pois não resulta em mais aprendizado a médio e a longo prazo, sendo útil apenas quando o estudante já tem um bom conhecimento prévio acerca do assunto e sabe as informações mais importantes que devem ser marcadas<sup>10</sup>. Além das práticas citadas, outra comumente usada, a de apenas reestudar um conteúdo aprendido, também não teve resultado positivo, pois não produziu uma melhor fixação de informações em testes de rememoração livre<sup>11</sup>.

Portanto, dentre as práticas mais promissoras para a retenção do aprendizado, sobre as quais a literatura científica têm vastas publicações, o ato de testar-se, principalmente em diferentes ocasiões, tem se mostrado de maneira positiva ao influenciar o aprendizado, por ser um método simples, rápido e generalizável a diferentes populações. É, dessa forma, mais efetivo do que simplesmente estudar massivamente algum conteúdo<sup>12</sup>.

## REMEMORAÇÃO ATIVA

Já foi visto que a literatura apoia amplamente o ato de testar a si mesmo após o aprendizado de alguma informação nova e que os resultados ainda melhoram se essas repetições forem feitas de maneira espaçada e repetitiva. Na sequência, apresenta-se duas estratégias para reter informações que podem ser aplicadas no estudo para o exame do Revalida, tanto em sua etapa teórica como em sua etapa prática.

Os métodos ativos de aprendizado envolvem a mente e não precisam necessariamente ser bem-sucedidos instantaneamente. Eles são superiores a simplesmente reestudar o conteúdo ou sumarizar as informações, pois produzem relações de causa e efeito não produzidas no estudo passivo<sup>13,14</sup>.

Mesmo com tentativas frustradas de rememoração, considerando que foram acompanhadas de feedback, foram associadas a um melhor aprendizado ao longo do tempo, pois este mecanismo é responsável por reter informações, uma vez que coloca o conteúdo aprendido a teste<sup>15</sup>. Até mesmo ser testado sobre conteúdos que nunca foram vistos anteriormente melhora o aprendizado desse mesmo conteúdo, demonstrando o poder da rememoração e da prática como método de aprendizagem.

Embora possa parecer desencorajador ao estudante ser submetido a testes repetitivos, é conhecido o seu efeito. Mesmo errando respostas de questões elaboradas ou não conseguindo, em uma primeira ocasião, relembrar a maior parte dos fatos, ao longo de práticas repetidas sobre o mesmo tema, o nível de retenção e

aprendizado do estudante supera os métodos passivos de aprendizagem, pois estimula um aprendizado subsequente e permanente<sup>16</sup>.

Portanto, é altamente recomendável, com base nas evidências científicas selecionadas, o exercício de rememoração ativa, sendo conveniente tanto quando o estudante deseja relembrar ativamente para si o conteúdo que foi estudado (como elencar fatos, repetir informações, fazer listas) como ao realizar questionários, provas e exercícios práticos para a retenção do aprendizado.

## REPETIÇÃO ESPAÇADA

A repetição espaçada é uma técnica para memorização eficiente que utiliza a revisão repetida do conteúdo seguindo um cronograma determinado por um algoritmo de repetição espaçada para melhorar a retenção a longo prazo<sup>17</sup>.

Nossa capacidade de lembrar uma informação depende criticamente do número de vezes que a revisamos, da distribuição temporal das revisões e do tempo decorrido desde a última revisão, conforme demonstrado pela primeira vez por um estudo seminal de Ebbinghaus<sup>18</sup>. O uso de flashcards tem sido muito utilizado com esse propósito. São pequenos pedaços de informação que um aluno revisa repetidamente seguindo um cronograma determinado por um algoritmo de repetição espaçada, cujo objetivo é garantir que os estudantes gastem menos tempo trabalhando para recordar informações momentaneamente esquecidas<sup>19</sup>.

Um estudo elaborou 4 métodos de repetição espaçada de rememoração ativa, dois deles com espaços de tempos pré-definidos e constantes, como de 10 em 10 dias, um deles sem intervalo entre o dia do aprendizado e o dia do teste e o outro com 7 dias de intervalo. Os outros 2 grupos tinham intervalos crescentes a partir do primeiro dia para o teste, 1 deles sem intervalo entre o dia do aprendizado e o outro com um intervalo de 1 dia. Ainda havia um quinto grupo, que serviu como controle, que apenas estudou passivamente os conteúdos<sup>20</sup>.

Ao final do vigésimo nono dia, todos os cinco grupos foram submetidos ao teste. Embora os grupos com repetições em intervalos crescentes tenham se destacado em relação aos grupos com intervalos fixos, foi notável a diferença que o simples fato de submeter-se a testes sobre o conteúdo aprendido elevou a performance dos 4 grupos em relação ao controle<sup>21</sup>. Portanto, práticas espaçadas melhoram a retenção de informações corretas a longo prazo e previnem a fixação de informações incorretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram abordados neste trabalho métodos eficazes e cientificamente embasados para melhorar o aprendizado e, conseqüentemente, o desempenho em testes oficiais, além de reter esses conhecimentos para a vida.

A faculdade de medicina, por vezes, não se mostra tão favorável ao desenvolvimento das práticas aqui estudadas devido à enorme quantidade de conteúdo a ser aprendido para uma única prova, compartimentando o conhecimento nas infinitas disciplinas que, muitas vezes, não conversam umas com as outras.

Além disso, o médico formado no exterior que quer exercer a profissão no Brasil é submetido a um teste exaustivo, o Revalida, que historicamente têm baixas taxas de aprovação.

Portanto, recomendamos fortemente que, com base nas práticas aqui estudadas, o candidato ao Revalida deve elaborar um cronograma de estudos com testagens periódicas e espaçadas, utilizando como ferramenta



de aprendizado, principalmente, questões de provas anteriores do mesmo concurso. Conforme apontado durante o texto, esse tipo de aprendizagem supera em grande escala o estudo e a releitura passiva do conteúdo.

## REFERÊNCIAS

1. Ministério da Educação. Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Ministério da Educação* [Internet]. [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/revalida>
2. Carvalho AB, Resende HL, Faria RMD, Toledo Júnior A. Análise de conteúdo de duas avaliações externas brasileiras de cursos de medicina: Enade e Revalida. *Rev. bras. educ. med.* [Internet], 2021; 45(01). <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.1-20200365>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/xGjLpbYv6sxNyLT-nSCQx4Gx/?lang=pt>
3. Brasil. Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019. Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). *Planalto* [Internet], 18 dez. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13959.htm)
4. Associação Médica Brasileira. O Revalida. *AMB*, 2022. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/2a-fase-do-revalida-2021-vem-ai-medicos-temem-flexibilizacao-d-o-exame/#:~:text=Em%202021%2C%20foram%2011.846%20inscritos,ficou%20na%20casa%20dos%2050%25>
5. Monteiro KO. O papel da biblioteca na produção de conhecimento em um hospital de referência. *Cadernos ESP* [Internet]. Jul. 2021; 15(1): 81-2. Disponível em: [//cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/606](http://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/606)
6. Dunloskic J, Rawson KA, Marsh EJ, Nathan MJ, Willingham DT. Improving students' learning with effective learning techniques: promising directions from cognitive and educational psychology. *Psychol Sci Public Interest* [Internet], Jan. 2013; 14(1): 4-58. doi: 10.1177/1529100612453266. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26173288/4>
7. Roediger, HL, Putnam, AL, Sumeracki, MA. Ten benefits of testing and their applications to educational practice. *Psychology of Learning and Motivation* [Internet], 2011; 55: 1-36. doi: 10.1016/B978-0-12-387691-1.00001-6. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/291166244\\_Ten\\_Benefits\\_of\\_Testing\\_and\\_Their\\_Applications\\_to\\_Educational\\_Practice](https://www.researchgate.net/publication/291166244_Ten_Benefits_of_Testing_and_Their_Applications_to_Educational_Practice)
8. Cepeda NJ, Pashler H, Vul E, Wixted JT, Rohrer D. (2006). Distributed practice in verbal recall tasks: a review and quantitative synthesis. *Psychol Bull* [Internet], May 2006; 132(3):354-80. doi: 10.1037/0033-2909.132.3.354. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16719566/>
9. Head MH, Readence JE, Buss RR. An examination of summary writing as a measure of reading comprehension. *Reading Research and Instruction* [Internet], 1989; 28: 1-11. <https://doi.org/10.1080/19388078909557982>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19388078909557982?journalCode=ulri19>
10. Peterson SE. The cognitive functions of underlining as a study technique. *Reading Research and Instruction* [Internet], 1991; 31: 49-56. <https://doi.org/10.1080/19388079209558078>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19388079209558078>

11. Callender AA, McDaniel MA. The limited benefits of rereading educational texts. *Contemporary Educational Psychology* [Internet], 2009; 34: 30-41. <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2008.07.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361476X08000477>
12. Roediger HL, Karpicke JD. Test-enhanced learning: taking memory tests improves long-term retention. *Psychol Sci.* [Internet], 2006; 17(3): 249-55. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2006.01693.x>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9280.2006.01693.x>
13. Augustin M. How to learn effectively in medical school: test yourself, learn actively, and repeat in intervals. *Yale J Biol Med.* [Internet], 2014; 87(2): 207-212. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4031794/>
14. Schmidmaier R, Ebersbach R, Schiller M, Hege I, Holzer M, Fischer MR. Using electronic flashcards to promote learning in medical students: retesting versus restudying. *Med Educ.* [Internet], 2011; 45(11): 1101-1110. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4031794/>
15. Roediger HL, Butler AC. The critical role of retrieval practice in long-term retention. *TiNS.* [Internet] 2011; 15(1): 20-7. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2010.09.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364661310002081>
16. Kornell N, Hays M, Bjork R. Unsuccessful retrieval attempts enhance subsequent learning. *J Exp Psychol Learn Mem Cogn.* [Internet] 2009; 35(6): 989-98. doi: 10.1037/a0015729. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19586265/>
17. Tabibian B, Upadhyay U, De A, Zarezade A, Schölkopf B, Gomez-Rodrigueza M. Enhancing human learning via spaced repetition optimization. *Proc Natl Acad Sci U S A.* [Internet] 2019; 116(10): 3988-93. doi: 10.1073/pnas.1815156116. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6410796/>
18. Ebbinghaus H. *Memory: a contribution to experimental Psychology.* Columbia Univ Teachers College, New York, 1985.
19. Branwen G. Spaced repetition for efficient learning. *Gwern* [Internet], 2009. Disponível em: <https://www.gwern.net/Spaced-repetition>
20. Dobson JL. Effect of uniform versus expanding retrieval practice on the recall of physiology information. *Adv Physiol Educ.* [Internet] 2012; 36(1): 6-12. doi: 10.1152/advan.00090.2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22383406/>
21. Storm BC, Bjork RA, Storm JC. Optimizing retrieval as a learning event: when and why expanding retrieval practice enhances long-term retention. *Mem Cognit.* [Internet] 2010; 38(2): 244-53. doi: 10.3758/MC.38.2.244. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20173196/>

## Remoção de instrumento fraturado em endodontia: um relato de caso

### Removal of a fractured instrument in endodontics: a case report

Bárbara Morsani Mordente<sup>1</sup>  
Camila Mansur Maffei<sup>2</sup>  
Emanuely Rodrigues Santos<sup>2</sup>  
Gabriela Mikaelly Souza Cazassa<sup>2</sup>  
Sabrina Gomes dos Santos<sup>2</sup>  
Victor Lima Drumond de Castro<sup>3</sup>

1. Mestre e Especialista em Endodontia, São Leopoldo MANDIC, Campinas, SP. Professor adjunto do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Belo Horizonte;

2. Acadêmico do curso de graduação de Odontologia do Centro Universitário de Belo Horizonte UNIBH;

3. Mestre e Especialista em Endodontia, São Leopoldo MANDIC, Campinas, SP. Professor adjunto do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Belo Horizonte.

Submetido em: 20/02/2023

Aprovado em: 21/02/2023

Publicado em: 28/02/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.486

#### RESUMO

A endodontia tem por fim a eliminação de bactérias e seus subprodutos do interior do canal radicular, de forma a paralisar a infecção e assim manter em função elementos dentários que, de outra forma, seriam perdidos, não causando prejuízos à saúde oral do paciente. Durante as etapas do procedimento endodôntico, o profissional está propenso a erros, tanto por falhas dos instrumentos e/ou anatomia radicular do elemento dentário, quanto pela falta de conhecimento/habilidade do dentista. O presente estudo tem como objetivo relatar o caso de um paciente que foi encaminhado para retratamento endodôntico do elemento 25, que apresentava no interior do canal radicular vestibular instrumento endodôntico fraturado. Após realizar exame clínico e radiográfico do paciente, o CD optou pela tentativa de remoção do fragmento via canal, com auxílio de insertos ultrassônicos. Após uma hora de vibrações ultrassônicas com a ponta E18 (HELSE) em potência de 50%, o fragmento foi removido.

**PALAVRAS-CHAVE:** fratura de limas rotatórias; tipos de fraturas de limas mecanizadas; remoção de lima fraturada.

#### ABSTRACT

Endodontics aims to eliminate bacteria and their by-products from inside the root canal, in order to paralyze the infection and thus keep dental elements in function that, otherwise, would be lost, not causing damage to the patient's oral health. During the stages of the endodontic procedure, the professional is prone to errors, both due to failure of the instruments and/or root anatomy of the dental element, as well as the lack of knowledge/skill of the dentist. The present study aims to report the case of a patient who was referred for endodontic retreatment of element 25, who had a fractured endodontic instrument inside the buccal root canal. After performing a clinical and radiographic examination of the patient, the DS decided to try to remove the fragment via the canal, with the aid of ultrasonic inserts. After one hour of ultrasonic vibrations with the E18 tip (HELSE) at 50% power, the fragment was removed.

**KEYWORDS:** fracture of rotary files; types of mechanized file fractures; fractured file removal.

## 1. INTRODUÇÃO

A endodontia é uma área específica da odontologia que tem como base o estudo da estrutura, do funcionamento e das patologias da polpa e dos tecidos que a envolvem, assim como a prevenção, o tratamento e o controle de alterações pulpares e as suas consequências sobre os tecidos periapicais<sup>16</sup>. O procedimento endodôntico tem como objetivo a eliminação de bactérias e seus subprodutos do interior do canal radicular, de forma a paralisar

a infecção. Para isso, é necessário o preparo químico mecânico (PQM) do canal radicular, que é uma das principais etapas do tratamento. Esse preparo engloba técnicas de irrigação com substâncias químicas auxiliares e também a limagem, que é realizada através do uso de limas endodônticas, que juntas, limpam, modelam e tendem a desinfecionar o canal e suas <sup>10, 15</sup>.

Em busca de otimizar o PQM, foram introduzidas no mercado as limas rotatórias de liga níquel-titânio (NITI), em substituição das limas de aço inoxidável, que ainda assim são usadas até os dias atuais. Como vantagem, as limas do tipo NiTi possuem alta elasticidade e resistência, quando comparadas às de aço inoxidável, além do efeito de memória de forma e biocompatibilidade. Essas inovações possibilitaram o desenvolvimento dos sistemas mecanizados, com seus movimentos em forma de rotação contínua ou rotação alternada<sup>8</sup>.

Embora as ligas metálicas passem por constante evolução, no intuito de aumentar a flexibilidade e a resistência à fratura, esses instrumentos continuam propensos a incidentes. Isso se dá tanto pela alta complexidade de variações anatômicas, uma vez que as limas sofrem tensões e flexões ao se ajustarem à anatomia interna do canal radicular, como também pela integridade do material e a habilidade do operador<sup>7,2</sup>. Dessa forma, durante o procedimento clínico, existe a possibilidade de fraturas, sendo elas por torção ou flexão<sup>15</sup>.

A fratura por torção ocorre quando a extremidade do instrumento está travada, enquanto na outra ponta há um torque maior que o nível de resistência do material, o que pode ser causado por um excesso de pressão apical durante a instrumentação. Já as fraturas por flexão decorrem quando a lima circula no interior de um canal curvo, causando um estresse contínuo que ultrapassa o seu limite elástico. Dessa forma, a recorrência destas tensões tende a provocar irregularidades nas microestruturas desses instrumentais, levando à fragmentação<sup>1</sup>.

Portanto, apesar de as limas de NiTi apresentarem uma ótima liga metálica e excelentes resultados nos dias atuais, a fratura desses instrumentos rotatórios, quando ocorre, gera um desafio a mais ao tratamento endodôntico, uma vez que o PQM do canal será prejudicado quando não for possível realizar a remoção do fragmento fraturado. Dessa forma, cada caso deve ser avaliado de forma única antes de seguir com o procedimento, analisando a região onde houve a fratura, sendo terço (cervical, médio, apical), a natureza da fratura, o tamanho do fragmento, o acesso à parte da lima, além de observar o estado periapical, considerando os riscos e benefícios <sup>8,2</sup>. O presente trabalho tem por objetivo apresentar um caso clínico que demonstra resultado satisfatório para remoção de lima endodôntica fraturada com auxílio de insertos ultrassônicos.

## 2. CASO CLÍNICO

Este trabalho trata-se de um relato de caso, que foi cedido com a permissão espontânea do paciente, para a utilização do caso clínico e do exame de imagem. Com o intuito de preservar o seu anonimato e utilizar informações presentes na ficha de anamnese, o referido paciente autorizou, por meio da emissão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a utilização da documentação.

Paciente P.J.D.C, 42 anos, sexo masculino, compareceu a clínica odontológica particular encaminhado por um dentista indicador, para o retratamento endodôntico do dente 25 e a remoção da lima fraturada. Durante a anamnese, foi relatado que o paciente havia realizado o tratamento endodôntico havia um ano.

Durante o exame clínico, foi observada a presença de sinais e sintomas no elemento 25. Durante a palpação e percussão, o dente apresentou resposta positiva. Ao teste frio (Maquiria Endo Ice Teste de Vitalidade Spray), o dente também respondeu de forma positiva.

Radiograficamente, o dente apresentava um fragmento de lima no terço médio do canal vestibular. O canal palatino estava com uma obturação insatisfatória. Foi proposto o retratamento endodôntico do elemento 25.

Para iniciar o tratamento foi solicitado o pedido do exame de Tomografia Computadorizada da região do dente como pode ser visualizado na figura 2. A tomografia computadorizada foi solicitada pois, apesar das radiografias periapicais na endodontia serem de grande importância, elas são um exame bidimensional, já a tomografia computadorizada cone beam (TCCB) é tridimensional. Como vantagens, as imagens de TCCB revelam maiores evidências e detalhes no tratamento, diferente das radiografias periapicais, principalmente na visualização de pequenas áreas, por ser tridimensional ela possibilita na endodontia uma precisão na visualização do número, localização, forma, tamanho e direção das raízes, além da posição das estruturas na dimensão vestibulo-linguale mésio-distal (inclinação de dentes) localização do ápice radicular, analisam a natureza topográfica do osso alveolar e a espessura da cortical<sup>11</sup>.



**Figura 1:** Tomografia computadorizada do elemento 25 (corte oblíquo ou parasagital).

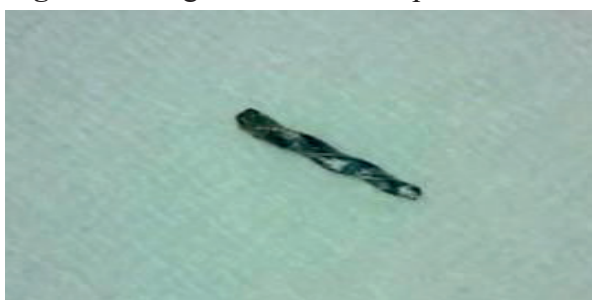


**Fonte:** Arquivo pessoal.

**Nota:** As setas pretas mostram o fragmento da lima no interior do canal radicular vestibular, e tratamento endodôntico insatisfatório no palatino.

Na primeira consulta foi planejado o acesso endodôntico do dente 25. Deste modo, iniciou-se a abertura com broca esférica diamantada 1014 HL e remoção do curativo provisório que o dente possuía. Após a localização dos canais (Vestibular e Palatino) o dente recebeu o isolamento absoluto e iniciou-se o desgaste circular com ponta ultrassônica EAD e E18D (HELSE) do canal vestibular, em seguida começou-se a realizar vibrações ultrassônicas com a ponta E18 (HELSE) em potência de 50%. Após 1 hora o fragmento de lima foi removido como pode ser observado na figura 2.

**Figura 2:** Fragmento da lima, após removido do canal.



**Fonte:** Arquivo pessoal.

A guta percha foi removida também com ponta ultrassônica R1 Black (HELSE) no terço cervical, e o restante, assim como o retratamento endodôntico, foi realizado com a lima recíproca R25 (RECIPROC). A exploração do canal foi realizada com lima K #15, e a odontometria foi feita com o uso do localizador apical, que confirmou o CT = 21mm em ambos os canais. Durante todo o processo foi feita irrigação com 40 ml de hipoclorito de sódio 2,5% e ativação com inserto ultrassônico Irrisonic (HELSE) acoplado a um ultrassom com 20% de potência.

Após 40 ml de NaOCl, o canal foi irrigado com uma quantidade de EDTA suficiente para o composto ser ativado 3x de 30 segundos com ultrassom. Por fim, foram utilizados 10 ml de hipoclorito novamente e feita a ativação com ultrassom. O canal foi seco com cones de papel absorvente e foram inseridas pasta de hidróxido de cálcio pronta ultracal XS (Ultradent) por toda extensão do canal e bolinha de algodão na câmara pulpar. O canal foi selado com ionoseal (VOCO), como pode ser visualizado através da figura 3.

**Figura 3:** Elemento desobstruído após a limpeza e formatação



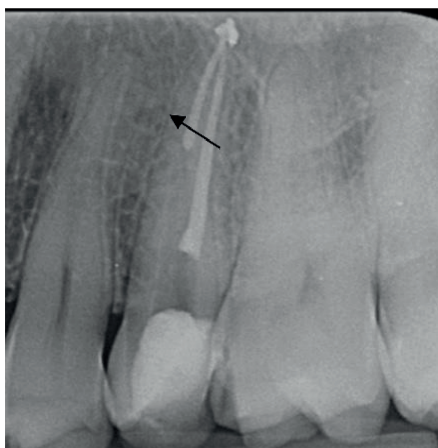
**Fonte:** Arquivo pessoal.

**Nota:** A seta preta indica o canal após remoção do fragmento de lima fraturada, retratamento já realizado e medicação intracanal.

Após 15 dias, o paciente retornou sem sinais e sintomas. Posteriormente a todo o protocolo de instrumentação, foi realizado o protocolo final de irrigação para potencializar o PQM. Foram utilizados 40 ml de NaOCl, e o canal foi irrigado com uma quantidade de EDTA suficiente para o composto ser ativado 3x de 30 segundos com ultrassom. Por fim, foram utilizados 10 ml de hipoclorito novamente e feita a ativação com ultrassom. O canal foi seco com cones de papel.

Na última fase, o processo de obturação foi iniciado. Foi utilizado o cone de guta-percha padronizado R25 Reciproc (VDW), seguindo o padrão da última lima que foi utilizada na instrumentação. Após a prova do cone e a conferência, o cone foi esterilizado no NaOCl. O cimento obturador utilizado foi o AH Plus (Dentsply). Foram realizadas a condensação lateral e a compressão vertical, seguidas do uso do condensador de guta-percha McSpadden 25mm #40. Para finalizar, o dente foi selado provisoriamente com ionoseal (Voco), assim como apresenta na figura 4. Em seguida foi encaminhado para o cirurgião dentista indicador.

**Figura 4:** Canal finalizado e obturado, com preparo do conduto (vestibular) para colocação de pino já realizado.



**Fonte:** Arquivo pessoal.

**Nota:** A seta branca indica o canal vestibular já tratado endododonticamente e com preparo para pino já realizado. E a seta preta indica o canal palatino obturado.

Apesar de toda a evolução das limas NiTi mecanizadas, ainda existe um importuno, que é a resistência mecânica. Isso pode ser notado quando submetidas a constantes esforços, associados a produtos químicos, ciclos de esterilizações, além da habilidade do operador, tornando-as sujeitas a fraturas<sup>5</sup>.

Esse acidente pode estar relacionado a inúmeros fatores, como o número de uso. Alguns profissionais utilizam os instrumentos de forma abusiva e repetitiva<sup>12</sup>. Alguns autores sugeriram que os instrumentos sejam usados

por, no máximo, dez vezes, sendo necessário realizar rotineiramente uma avaliação para avaliar sinais de deformação<sup>3</sup>. Outros optaram pelo uso dos instrumentos até oito vezes em canais simulados com curvatura de 35 graus. Sendo que, na medida em que aumenta o número de usos das limas, ocorre uma diminuição na resistência à fratura por torção dos instrumentos<sup>5</sup>. Existem ainda aqueles que afirmam, que a literatura não é clara em oferecer diretrizes sobre o número de usos, em especial as limas do tipo NiTi, uma vez que nem sempre as deformações são visíveis a olho nu. Os fabricantes defendem o uso único, apesar de que a falha é mais influenciada pela maneira que as limas são manuseadas do que pela quantidade de usos<sup>9,5</sup>.

Dentre as principais causas de fratura do instrumento endodôntico, estão as características anatômicas, como os raios e ângulos de curvatura do canal radicular, o comprimento do arco, o número de usos do instrumento, o torque aumentado e a experiência do operador<sup>5</sup>. A deformação também pode estar associada ao torque excessivo, assim como à quantidade de tensões tratadas e às forças de decompressão utilizadas na região de flexibilidade do instrumento<sup>15</sup>.

Apesar desse incidente aumentar a dificuldade do tratamento, existem diversas maneiras para dar sequência ao procedimento com eficácia. Pode-se utilizar a técnica de ultrapassagem do fragmento, *bypass*, estratégia que consiste em usar outro instrumento de menor calibre para transpassar o equipamento fraturado dessa forma, a partícula poder ser incorporada no material obturador. Há possibilidade também de intervir de forma cirúrgica, através da cirurgia pararendodôntica, ou até mesmo realizar a remoção do fragmento, como foi feito no caso apresentado neste trabalho<sup>15</sup>.

No caso em questão, o paciente chegou ao consultório odontológico com o fragmento da lima fraturado em um dos canais, e o outro canal com material obturador, apresentando sinais e sintomas, sendo nesse caso necessário realizar o retratamento endodôntico. Após a falha de tratamentos anteriores o retratamento não cirúrgico é o melhor método<sup>6</sup>. Além disso, a remoção do fragmento foi realizada com a técnica ultrassônica, o uso desse dispositivo ultrassônico provou ser um método eficaz e seguro para a remoção de instrumentos fraturados. Dentre os benefícios de um instrumento ultrassônico, destaca-se a sua capacidade de soltar a obstrução enquanto causa danos mínimos às paredes dentinárias do canal radicular. No entanto, as técnicas ultrassônicas são demoradas e demonstraram ter uma taxa de sucesso moderado<sup>14</sup>.

A remoção da guta percha do terço cervical do conduto palatino também foi feita com o auxílio de uma ponta ultrassônica. Já o restante deste material, assim como o retratamento endodôntico, foi realizado com uma lima específica para retratar canais, a R25 (RECIPROC), que é amplamente empregada para retratamento endodôntico, devido à facilidade de lidar em canais curvos, além de ser mais segura e efetiva para remover o material obturador de forma mais rápida do que os instrumentos rotatórios contínuos e manuais. Além do mais, as limas recíprocas demonstram maior resistência à fratura quando comparadas à instrumentação rotatória<sup>6</sup>. Por fim, vale ressaltar que vários dos fatores que contribuem para a fratura das limas podem ser minimizados pelas instruções de prevenção. É muito importante realizar treinamento prático em dentes extraídos com o sistema NiTi de escolha antes do uso clínico; iniciar a instrumentação com *glide path* (criar um caminho inicial) com limas #10, #15 ou mesmo as limas NiTi *pathfiles*, para certificar-se de que a passagem está desobstruída para acessar com limas de maior calibre; além de aplicar a técnica *crown down*, que consiste na instrumentação de sentido coroa-ápice. Recomenda-se, também, utilizar o motor endodôntico com velocidade e torque indicados pelo fabricante, além de manter a função auto reverse ativada, uma vez que esta diminui o risco de fratura por torção. Caso não seja possível adotar a política de uso único das limas, evitar o uso excessivo. Além disso, quando utilizadas em morfologia radicular desafiadora, deve ser considerado o descarte imediato dessas limas. Por fim, deve-se utilizar instrumento adequado em canais bruscamente curvos ou dilacerados<sup>14</sup>.

## CONCLUSÃO

5 O presente estudo permitiu relatar e discutir um caso de remoção de lima endodôntica fraturada no terço médio do canal radicular, dado que, apesar de toda a evolução das ligas metálicas, a possibilidade de fratura ainda existe. Por isso, o cirurgião dentista deve sempre prezar por um bom planejamento e protocolo técnico durante todo o tratamento endodôntico, evitando que ocorra fratura do instrumento. Entretanto, caso essa fratura venha a ocorrer, existem várias possibilidades para a remoção do fragmento, para isso, deve ser realizado um bom estudo do caso, pensando na melhor possibilidade e técnica a ser executada. No caso apresentado, a remoção do fragmento foi realizada de forma satisfatória, podendo considerar, então, uma tentativa válida para melhor previsibilidade do tratamento endodôntico, quando os benefícios do tratamento superarem os riscos.

## REFERÊNCIAS

- [1] ANDRADE, G. O. R., QUINTINO, M. A. Fratura de instrumento endodôntico - relato de caso. Repositório Uniube. Uberaba, 2018.
- [2] ARAÚJO L. A., Avaliação da fratura por fadiga de rotação de instrumentos de níquel titânio tratados termicamente. Repositório institucional UFC. Sobral, 2018.
- [3] BORGES, L. E., DANTAS, W. C. F., CREPALDI, M. V., MODESTO, D. F., CREPALDI, A. A., CREPALDI, M. L., fraturas de limas rotatórias: os principais fatores que influenciam na fratura do instrumento REVISTA FAIPE. Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 33- 37, jan./jun. 2014.
- [4] CARVALHO L. A., Avaliação da fratura por fadiga de rotação de instrumentos de níquel titânio tratados termicamente. Repositório institucional UFC. 2018.
- [5] CASELLI, R. Z., ROSAS, C. A. P., LIMOEIRO, A. G. S., PELEGRINE, R. A., FONTANA, C. E., FERREIRA E. H. R. G., FRANÇA, R. C., SANTOS, M., BUENO, C. E. S., Avaliação da resistência à fratura por torção dos sistemas TF Adaptive e Hyflex CM Research, Society and Development, v. 10, n. 14, e28101421604, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409|.
- [6] FARIAS, A. L.V., LIMOEIRO, A. G. S., FERRAZ, A.M., NASCIMENTO, W. M., FERNANDES, V., BUENO, C. E. S., MARTIN, A. S., MILLER, P. Eficácia das limas reciprocantes Reciproc Blue e ProDesign R na remoção de material obturador: Uma revisão integrativa da literatura. Research, Society and Development, v. 10, n. 6, e4010615443, 2021(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409.
- [7] GIRALDES, J. F. N., Avaliação da fratura por torção de instrumentos de NiTi tratados e não tratados termicamente 2017. 43 f. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Odontologia) - Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias.
- [8] LIMA, L. C., CORNÉLIO, A. L.G., Instrumentação com Sistema Reciprocante: Revisão de Literatura. R Odontol Plan Cent. 2020 Jan-Jun; 18(1): 1-18.
- [9] McGuigan MB, Louca C, Duncan HF. Endodontic instrument fracture: causes and prevention. Br Dent J. 2013 Apr;214(7):341-8. doi: 10.1038/sj.bdj.2013.324. PMID: 23579132.
- [10] MELO, CARVALHO, M., Comparação entre instrumentação mecanizada e instrumentação manual. Repositório U.L. Universidade de Lisboa. 2021.
- [11] MIRANDA, J. K. T., MORAES, M. E. P., PADILHA, E. M. F., ROCHA, A. O., SANTOS, D. D.D., de OLIVEIRA, A. L. P., SILVA F. R., FRANCO, A. V. M., LINS, F. F., Tomografia computadorizada em endodontia: revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, REAS/EJCH, Vol.Sup.n.50 e3238, 2020.
- [12] Moura, A. P., Remoção de limas endodônticas fraturadas com equipamentos de alta tecnologia: revisão de literatura. Governador Mangabeira. 2019.
- [13] PRILL, M. V. S., SALOMÃO, M. B., Acidentes e complicações em endodontia: fratura de limas. Revista cathedral. v. 3, n.4.2020.
- [14] PRUTHI P.J., NAWAL R.R., TALWAR S., VERMAM. Comparative evaluation of the effectiveness of ultrasonic tips versus the Terauchi file retrieval kit for the removal of separated endodontic instruments. Restor Dent Endod. 2020 Feb 6;45(2):e14. doi: 10.5395/rde.2020.45.e14. PMID: 32483532; PMCID: PMC7239682.
- [15] SANTOS, J. V., HILÁRIO, J. S., CARVALHO, R. K. H. C., SILVA, L. H. V., LINS, T. R. S., MELLA, E. L., LEMOS, I. P. L. Fratura de limas endodônticas no canal radicular: revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.3, p. 11983-11994 may./jun. 2021.
- [16] SOUZA, J. P., OLIVEIRA, L. K.L., ARAÚJO, W. R., LOPES, L.P.B., Instrumentação endodôntica mecanizada e suas evoluções- Revisão de literatura. Braz. J. Of Develop., Curitiba, v.6, n.12, p. 96231-96240 dec.2020.
- [17] UZAN, N., Fratura dos instrumentos em endodontia: estado da arte – revisão narrativa. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. 2021.



## Apicificação em dentes com rizogênese incompleta: um relato de experiência *Apicification in teeth with incomplete rhizogenesis: an experience report*

Agatha Maria Santos Bezerra<sup>1</sup>  
Camila Suanine Borba De Moura<sup>2</sup>  
Gabrielly Lopes DaSilva Araújo<sup>3</sup>  
Karine Ferreira Santos<sup>4</sup>  
Nayara Louise Da Silva Dias<sup>5</sup>  
Victor Lima Drumond De Castro<sup>6</sup>

Submetido em: 20/02/2023  
Aprovado em: 21/02/2023  
Publicado em: 28/02/2023  
DOI 10.51473/ed.al.v3i1.487

1. *Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: Agatha Maria Santos Bezerra: agathagreyjoy@gmail.com*
2. *Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: suanine.camila@gmail.com*
3. *Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: gabriellygaby@yahoo.com.br*
4. *Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: karine.ferreira12@outlook.com*
5. *Graduanda em Odontologia, UNI-BH, 2022. Graduanda do Centro Universitário de Belo Horizonte, MG. Autora para correspondência: naylouise@outlook.com*
6. *Mestre e Especialista em Endodontia, São Leopoldo MANDIC, Campinas, SP. Professor adjunto do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Belo Horizonte, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5254-4745>. Autor para correspondência: victor\_drumond@yahoo.com.br*

### RESUMO

O tratamento endodôntico em dentes com rizogênese incompleta necessita de atenção especial devido a algumas características que esses dentes podem apresentar como, paredes dentinárias finas, canal radicular largo e ápice aberto. Nestes casos, o tratamento endodôntico convencional não é recomendado. Para tanto, é necessária a realização de um procedimento para induzir a formação de uma barreira mineralizada com o auxílio de materiais biocompatíveis, como o hidróxido de cálcio, o agregado trióxido mineral (MTA) e cimento biocerâmico (Bio C Repair) denominado de apicificação. O objetivo deste trabalho é apresentar um caso clínico em que, por meio da técnica de apicificação utilizou a técnica combinada de hidróxido de cálcio e Bio C Repair, obtendo sucesso no tratamento de um dente com rizogênese incompleta e necrose pulpar. Concluiu-se que o tratamento de apicificação em dentes imaturos é viável, tendo sucesso clínico com a combinação de uma correta limpeza e desinfecção no canal radicular, uso de boa medicação intracanal e de materiais como hidróxido de cálcio e Bio C Repair, que induzirão formação de barreira apical mineralizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rizogênese incompleta; Bio-C repair; Hidróxido de cálcio; Apicificação.

### ABSTRACT

The endodontic treatment in immature teeth requires special attention due to the fragility, thin dentin walls, wide root canal and open apex in this elements. In this cases, the conventional endodontic treatment becomes unviable, which lead to a procedure that has the goal by induce the formation of mineralized barrier by using biologically compatible materials with consistent characteristics, like calcium hydroxide, MTA and bioceramic cement (Bio C Repair), named by apexification. The objective of this research is to present a successful experience of endodontic treatment in an immature teeth with by using the technique apexification with combination of calcium hydroxide and Bio C Repair. It was concluded that the apexification treatment in immature teeth is viable, having clinical sucess with the combination of a correct cleaning and disinfection in the rooth, the use of good intracanal medication and the use of materials like calcium hydroxide and Bio C Repair, which will induce formation of mineralized apical barrier.

**KEYWORDS:** Apexification, Immature teeth, Bio C Repair, Calcium Hydroxide.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento radicular continua por até 3 anos após a erupção dentária até alcançar o fechamento do forame apical. Quando ocorre uma agressão à polpa dental de elementos permanentes com formação radicular



incompleta, pode-se ocorrer a necrose pulpar (SIMON, S. *et al.* 2007). Conseqüentemente, o desenvolvimento dentinário e a formação radicular são interrompidos, fazendo com que esse elemento tenha um amplo canal radicular e o ápice aberto, além de paredes dentinárias finas e fragilizadas (FELIPPE W.T.; FELIPPE M. C. S.; ROCHA J. C. 2006).

A causa mais comum da necrose pulpar em crianças é o trauma e ocorre principalmente nos incisivos permanentes superiores que ainda não concluíram sua formação radicular, mas também pode ocorrer em dentes com lesões cariosas não tratadas (DUGGAL, M. *et al.* 2017; FOUAD, A. F. 2019). Quando ocorre a necrose pulpar em dentes com rizogênese incompleta, uma das opções de tratamento é a terapia endodôntica utilizando uma técnica chamada apicificação que consiste em induzir a formação de uma barreira física de tecido mineralizado, tendo em vista que nesses casos o tratamento endodôntico convencional se torna inviável devido ao amplo forame (KRÖLING, A. E. *et al.* 2014). O objetivo desse procedimento é selar a região de ápice radicular, removendo a comunicação entre o canal radicular e os tecidos periapicais, além de fornecer um bloqueio para que o material obturador seja barrado no ápice radicular e permita que esse material consiga ser compactado (AL-KAHTANI, A. *et al.* 2005).

A apicificação tem como padrão o uso do hidróxido de cálcio, pois este demonstra grande taxa de sucesso, tendo um papel importante nessa terapia devido a algumas propriedades que possui como ação antibacteriana e sua capacidade de induzir a formação de tecido mineralizado (GRÜNDLING, G. S. L. *et al.* 2010; REYES, A. D. *et al.* 2005).

Alguns materiais têm sido utilizados no processo de apicificação, um exemplo é o agregado trióxido mineral (MTA) (BESLOT-NEVEU, A. *et al.* 2011). Este material foi proposto como efetivo para o selamento do ápice de elementos dentários com rizogênese incompleta que sofreram necrose pulpar. Esse age prevenindo o extravasamento do material obturador e diminui a infiltração apical, sendo composto por pequenas partículas hidrofílicas que se unem na presença de umidade (TORABINEJAD, M.; WATSON, T.F.; PITT-FORD, T. R. 1993).

O plug apical de MTA gera uma boa barreira apical de tecido mineralizado, pois o mesmo possui boas propriedades de selamento, proporcionando um bom fechamento apical (BODANEZI, A. *et al.* 2009). O uso do MTA no processo de apicificação está se tornando muito utilizado e indicado pelas grandes taxas de sucesso, além disso, o tratamento endodôntico tem resolução mais rápida com esse material (OLIVEIRA, D. C. R. S. *et al.* 2011).

O MTA possui características comprovadas que favorece o seu uso nesses tratamentos como a biocompatibilidade (LEE, S. J.; MONSEF, M.; TORABINEJAD, M. 1993; TORABINEJAD, M.; WATSON, T. F.; PITT-FORD, T. R. 1993), boa capacidade de vedação (LEE, S. J.; MONSEF, M.; TORABINEJAD, M. 1993), capacidade de induzir formação e deposição de tecido mineralizado gerando uma barreira mineralizada satisfatória (FARACO JUNIOR, I. M.; HOLLAND, R. 2001; TORABINEJAD, M.; WATSON, T. F.; PITT-FORD, T. R. 1993), além disso, outra vantagem desse material é a boa radiopacidade e sua resistência a umidade (TORABINEJAD, M.; WATSON, T. F.; PITT-FORD, T. R. 1993).

Outro material que tem excelentes propriedades e tem sido muito utilizado na apicificação é o cimento reparador *Bio-C Repair* da empresa Angelus (Londrina, PR, Brasil), que possui as mesmas aplicações que o MTA por ter características semelhantes a este. Além disso, devido a algumas limitações do MTA, o *Bio-C Repair* se mostrou um biocerâmico com vantagens consideráveis, uma delas é que esse material vem pronto para uso, não sendo necessária a manipulação, reduzindo assim erros na consistência do material e tendo uma fácil aplicação (CINTRA, L. T. A. *et al.* 2017; PARIROKH, M.; TORABINEJAD, M. 2010).

Outra vantagem é que nesse material foi encontrada uma maior quantidade de óxido de zircônia que é um radiopacificador que está diretamente associado a prevenção de escurecimento dos dentes (LOVATO, K. F.; SEDGLEY, C. M. 2011; KOHLI, M. R. *et al.* 2015).

Já no MTA, o radiopacificador utilizado é o óxido de bismuto, um material que tem sido indicado como o principal componente responsável pelo escurecimento dental (BERGER, T.; BARATZ, A. Z.; GUTMANN, J. L. 2014; MARCIANO, M. A. *et al.* 2014; TSATSAS, D. V.; MELIOU, H. A. 2005.). O uso de óxido de zircônia na composição do *Bio-C Repair* traz ainda como vantagem o aumento da sua resistência a compressão (VASQUES-GARCIA, F. *et al.* 2016) e também aumenta sua capacidade antimicrobiana (ESPIR, C. G. *et al.* 2016) e de indução de proliferação celular (SILVA, G. F. *et al.* 2017).

O caso clínico presente nesse estudo mostra um resultado satisfatório no qual foi utilizado a técnica de apicificação combinando o hidróxido de cálcio e o cimento *Bio-C Repair* em dentes com ápice incompletamente formado devido a necrose pulpar.

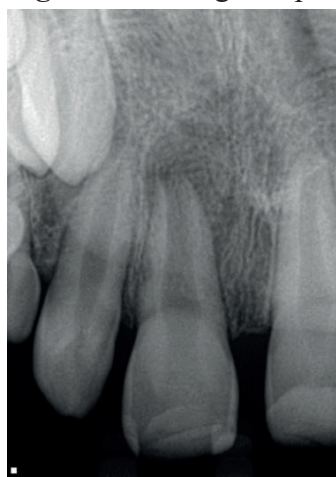
Essa pesquisa teve como objetivo apresentar a experiência em que se obteve sucesso no tratamento endodôn-

tico de um dente com rizogênese incompleta devido a trauma com fratura de coroa, utilizando a técnica combinada de apicificação com Hidróxido de Cálcio e *Bio-C Repair*.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paciente K.G.F.M., 10 anos, sexo feminino, compareceu a clínica odontológica particular queixando-se de dor exacerbada, espontânea, difusa e que não cessa com medicamentos na região do elemento 11. Durante a anamnese junto do responsável, foi relatado que a criança sofreu um trauma há 3 anos com fratura da coroa. Na época, procuraram atendimento odontológico, o profissional colocou o fragmento e dispensou o paciente. Durante o exame clínico, a paciente relatou aumento da dor ao teste de percussão horizontal e vertical e a palpação. Foi observado leve edema na região do fundo do vestibulo. O exame radiográfico digital evidenciou que o dente apresentava rizogênese incompleta, lesão periapical e paredes radiculares divergentes (Figura 1). A partir disso o diagnóstico final foi definido como abscesso agudo.

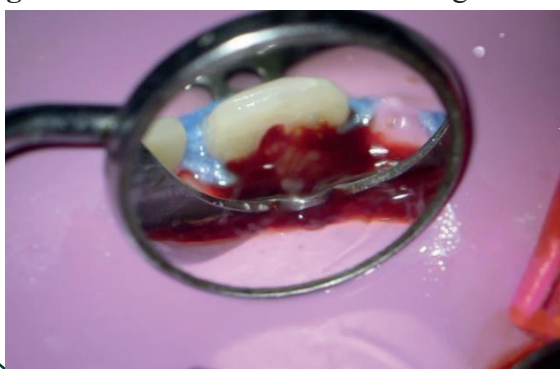
**Figura 1.** Radiografia periapical inicial do dente 11.



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Na primeira consulta foi planejado abertura e drenagem do exsudato purulento. Deste modo, iniciou-se a abertura com broca esférica diamantada 1011 de hastelonga (*KG Sorensen*) e logo que se teve acesso à câmara pulpar, ocorreu a drenagem espontânea do exsudato purulento via canal (Figura 2). Foram realizadas massagens no local para ajudar a drenagem. Após alguns minutos, o fluxo da coleção purulenta diminuiu, permitindo o término da abertura com broca diamantada tronco-cônica de ponta inativa 3082 (*KG Sorensen*).

**Figura 2.** Abertura coronária e drenagem do exsudato purulento.



**Fonte:** Arquivo pessoal.

3

O canal não foi instrumentado com limas, pois a amplitude permitia que a “instrumentação” do canal fosse realizada com inserto ultrassônico *Clearsonic (Helse)* acoplada a um ultrassom *Newtron Booster (Acteon)* em potência de 30% (Figura 3). Como o ápice ainda não havia se formado por completo, a odontometria com localizador apical pode perder sua precisão, por isso foi realizada a odontometria eletrônica e confirmada com a radiografia (Figura 4).

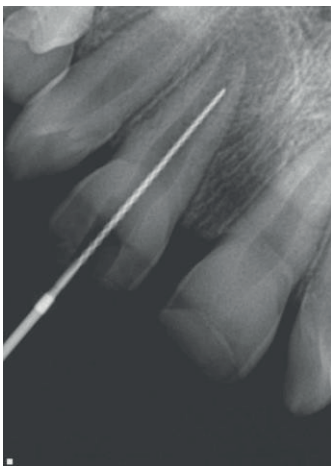


**Figura 3.** Processo de limpeza do canal com inserto ultrassônico acoplado a um ultrassom.



**Fonte:** Arquivo pessoal

**Figura 4.** Radiografia periapical odontometria

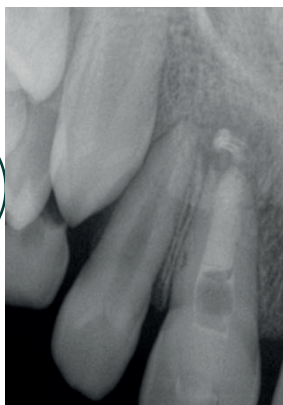


**Fonte:** Arquivo pessoal

Durante todo o processo foi feita irrigação com 50 ml de hipoclorito de sódio 2,5% e ativação com inserto ultrassônico *Clearsonic (Helse)* acoplada a um ultrassom com 20% de potência. Como a produção de exsudato não cessou no mesmo momento em que ocorre a primeira intervenção, optou-se pela colocação do Formocresol (Biodinâmica) em uma bolinha de algodão como medicação intracanal por dois dias. O dente foi selado com ionômero de vidro *Ionoseal (Voco)*.

Após dois dias, a paciente retornou para a segunda sessão, a qual foi realizada a remoção do Formocresol e irrigação abundante com hipoclorito de sódio a 2,5% sempre ativado com ultrassom. Após 40 ml de hipoclorito de sódio a 2,5%, o canal foi irrigado com uma quantidade de EDTA (Biodinâmica) para remover as rasas de dentina intracanal, facilitando a ação de remoção de matéria orgânica do hipoclorito de sódio, sendo ativado 3 vezes de 30 segundos com ultrassom. Por fim, foram utilizados 10 ml de hipoclorito de sódio a 2,5% novamente e ativado com ultrassom. O canal foi seco com cones de papel absorvente (Tanari) e foi inserido pasta de hidróxido de cálcio pronta *Ultracal XS (Ultradent)* por toda sua extensão (Figura 5). Bolinha de algodão na câmara pulpar e selado com Ionoseal.

**Figura 5.** Aspecto radiográfico do preenchimento intracanal com hidróxido de cálcio visto por uma radiografia periapical.



**Fonte:** Arquivo pessoal.

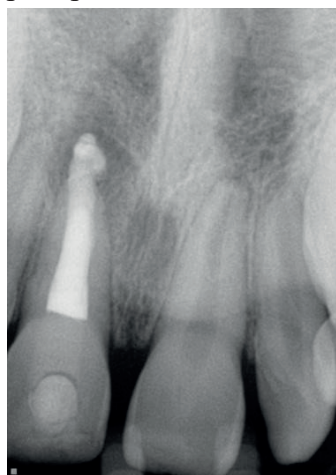


Na terceira sessão, após 30 dias, foi removida toda a pasta de hidróxido de cálcio do interior do canal com as pontas ultrassônicas *Clearsonic e Irrisonic (Helse)* junto ao hipoclorito de sódio a 2,5%. Após, foi realizada nova irrigação com EDTA e hipoclorito de sódio a 2,5%, ambos ativados 3 vezes de 30 segundos. O canal foi seco com cones de papel e iniciou-se a obturação do mesmo.

Como o ápice não estava formado, foi feita a confecção de um tampão apical com *Bio-C Repair (Angelus)*, cimento reparador biocerâmico. Foi introduzido o *Bio-C Repair* dentro do canal com porta MTA (*Angelus*), levado até a apical e acomodado com cones de papel invertidos. Após a confecção do plug apical, o canal foi obturado com cones de guta-percha (*Easy*) moldados para preencher todo o canal e utilizado cimento obturador *Bio-C Sealer (Angelus)*.

Para finalizar, o dente foi selado provisoriamente com *Ionoseal* e encaminhado para restauração definitiva (Figura 6).

**Figura 6.** Imagem radiográfica final após formação do plug apical de obturação visto por uma radiografia periapical.



**Fonte:** Arquivo pessoal

## DISCUSSÃO

Dentes com ápice aberto não devem ser obturados endodonticamente antes que ocorra o processo de apicificação. Essa etapa é imprescindível para que haja uma barreira para a condensação do material obturador e evite seu extravasamento (JEERUPHAN, T. *et al.* 2012; KAHLER, B. 2011; TORABINEJAD, M.; WATSON, T. F.; PITT-FORD, T. R. 1993).

Vários fatores contribuem para o sucesso desse tratamento. A limpeza e a desinfecção do sistema de canais radiculares são essenciais para promover um ambiente propício ao tratamento e bons resultados clínicos (DIÓGENES, A.; RUPAREL, N.B. 2017; ARSLAN, H. *et al.* 2019).

Como as paredes dentinárias imaturas estão finas e fragilizadas (FELIPPE, W.T.; FELIPPE, M. C. S.; ROCHA, J. C. 2006), o uso de um inserto ultrassônico acoplado a um ultrassom se torna eficiente para remoção de debris (RAHDE, N.; GRECCA, F.; BOTTCHEER, D. 2012), pois deve ser evitado o desgaste das paredes de dentina para moldagem do canal e remoção mecânica de matéria orgânica (LATHAM, J. *et al.* 2016). É de suma importância priorizar nesses casos uma irrigação eficiente, além de uma boa medicação intracanal (KONTAKIOTIS, E. G. *et al.* 2015).

O Formocresol é um potente agente bactericida, podendo agir tanto por contato, quanto por vapores liberados. Esse é aplicado na câmara pulpar neutralizando o conteúdo séptico/necrótico do canal radicular pela difusão de seus vapores. Apresenta alto índice de sucesso clínico e radiográfico nos tratamentos pulpares, porém não tem sido mais tão utilizado por possuir propriedades tóxicas aos tecidos (LOPES, H. P.; SIQUEIRA, JR. 2011).

5

A concentração de hipoclorito de sódio a 2,5% se mostrou, através de vários estudos, a melhor solução irrigadora para remoção de tecidos necróticos e infectados (ARSLAN, H. *et al.* 2019; MARTIN, D. E. *et al.* 2011; KIM, S. G. *et al.* 2018). O EDTA possui ótima capacidade de promover uma limpeza adequada das paredes dentinárias para que haja melhores resultados da desinfecção do hipoclorito de sódio 2,5% pelos túbulos dentinários (GALLER, K. M. *et al.* 2016). Uma das características que influencia no sucesso do tratamento endodôntico proporcionado pelo ultrassom é a potencialização das soluções irrigantes (PLOTINO, G. *et al.* 2007).

O material preconizado como medicação intracanal tem sido o hidróxido de cálcio, por suas propriedades anti-

microbianas, além de melhorar o comprimento da raiz e a espessura das paredes de dentina, visto sua capacidade de induzir formação de tecido mineralizado (BOSE, R.; NUMMIKOSKI, P.; HARGREAVES, K. 2009; CHALA, S.; ABOQAL, R.; RIDA, S. 2011; FARACO JUNIOR, I. M.; HOLLAND, R. 2001; GRÜNDLING, G. S. L. *et al.* 2010; REYES, A. D. *et al.* 2005).

O hidróxido de cálcio é um material com expressivas propriedades para sucesso no tratamento de apicificação, porém sendo usado sem introdução de algum material que sirva como tampão apical, haveria necessidade de várias trocas de curativo, fazendo com que o tratamento se torne longo (AJRAM, J. *et al.* 2019; BESLOT-NEVEU, A. *et al.* 2011; OLIVEIRA, D. C. R. S. *et al.* 2011; REYES, A. D. *et al.* 2005; SOARES, J. *et al.* 2008). Em casos de rizogênese incompleta e para realização da apicificação, o uso do MTA como plug apical é considerado primeira escolha para reparo endodôntico (CHEN, S. *et al.* 2018) deixando o mais vedado possível os últimos 3 mm do canal radicular (OLIVEIRA, D. C. R. S. *et al.* 2011; REYES, A. D. *et al.* 2005; MESQUITA, N. V. *et al.* 2011). O intuito do MTA como tampão apical é gerar segurança para o processo de obturação, formando uma barreira para que a guta-percha seja condensada (BODANEZI, A. *et al.* 2009; BRITO JÚNIOR, M. *et al.* 2011). Porém, embora tenha qualidades expressivas no tratamento de apicificação, o MTA apresenta algumas limitações (KOGAN, P. H. J.; GLICKMAN, G. N.; WATANABE, I. *et al.* 2006).

Tendo em vista as limitações do MTA, os cimentos biocerâmicos surgiram como alternativa para uso como tampão apical (JITARU, S. *et al.* 2016; WALSH, R. M. *et al.* 2018; KAKANI, A. K. *et al.* 2015). O *Bio-C Repair* é um biocerâmico com vantagens consideráveis, sendo disponível na forma pronta para uso (TOUBES, K. S. *et al.* 2012). Esse material fornece qualidades similares ao MTA, se diferenciando em relação à praticidade na aplicação (CINTRA, L. T. A. *et al.* 2017; PARIROKH, M.; TORABINEJAD, M. 2010), prevenção no escurecimento dental (LOVATO, K. F.; SEDGLEY, C. M. 2011; KOHLI, M. R. *et al.* 2015), alta capacidade antibacteriana (ESPIR, C. G. *et al.* 2016), além de induzir proliferação celular (SILVA, G. F. *et al.* 2017). O plug apical é apropriado para resistir ao deslocamento do material obturador além do ápice e evitar infiltração de fluídos no canal (OROSCO, F. A. *et al.* 2008).

Com os fatos expostos, é possível observar que o sucesso clínico depende de um passo a passo bem planejado e que o *Bio-C Repair* aliado a medicação intracanal com pasta de hidróxido de cálcio proporciona sucesso clínico a um dente com ápice não formado, como visto no caso clínico acima.

## CONCLUSÃO

O caso clínico apresentado mostra que a técnica endodôntica de apicificação em um incisivo central permanente imaturo é viável, e pode ser feita com sucesso clínico se houver uma conduta adequada do cirurgião-dentista, prezando por limpeza e desinfecção adequada do sistema de canais radiculares, escolha de medicações intracanais efetivas, aliadas ao biocerâmico *Bio-C Repair* no processo de indução de tecido mineralizado e vedamento apical.

## REFERÊNCIAS

ABBAS, A. *et al.* Efficacy of MTA and Biodentine as Apical Barriers in Immature Permanent Teeth: A Microbiological Study. *Int J Clin Pediatr Dent.* v. 13, n.6, p. 656–662, 2020. Disponível em: <https://www.ijcpd.com/doi/pdf/10.5005/jp-journals-10005-1853>. Acesso em: 02 abr. 2022.

AGRAFIOTI, A. *et al.* Analysis of clinical studies related to apexification techniques. *European Journal of Paediatric Dentistry.* v. 18, n. 4, p. 273-284, 2017. Disponível em: [https://www.ejpd.eu/pdf/EJPD\\_2017\\_4\\_3.pdf](https://www.ejpd.eu/pdf/EJPD_2017_4_3.pdf). Acesso: 15 abr. 2022.

AJRAM, J. *et al.* Management of an Immature Necrotic Permanent Molar with Apical Periodontitis Treated by Regenerative Endodontic Protocol Using Calcium Hydroxide and MM-MTA: A Case Report with Two Years Follow Up. *Dentistry Journal.* v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6767/7/1/1/htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

6 AL-KAHTANI, A. *et al.* In-vitro evaluation of microleakage of an orthograde apical plug of mineral trioxide aggregate in permanent teeth with simulated immature apices. *J End.* v. 31, n. 2, p.117-119, 2005.

ARSLAN, H. *et al.* Regenerative Endodontic Procedures in Necrotic Mature Teeth with Periapical Radiolucencies: A Preliminary Randomized Clinical Study. *J Fim.* v. 45, p.863-872, 2019.

BENETTI, F. *et al.* Cytotoxicity, biocompatibility and biomineralization of a new ready-for-use bioceramic repair material. *Braz. Dente. J.* v. 30, p. 325-332, 2019.

BENETTI, F. *et al.* Cytotoxicity, Biocompatibility and Biomineralization of a New Ready-for-Use Bioceramic

Repair Material. **Brazilian Dental Journal**. v. 30, n. 4, p.325-332, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bdj/a/9HBMghLXV7FHjPNX6LnJqNP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BERGER, T.; BARATZ, A. Z.; GUTMANN, J. L. In vitro investigations into the etiology of mineral trioxide tooth staining. **J Conserv Dent**. v. 17, n. 6, p. 526-530, 2014.

BESLOT-NEVEU, A. *et al.* Mineral trioxide aggregate versus calcium hydroxide in apexification of non vital immature teeth: Study protocol for a randomized controlled trial. **Trials**. v.12, p. 174, 2011.

BODANEZI, A. *et al.* Efeitos do tampão apical no potencial selador das obturações com agregado de trióxido mineral em dentes com rizogênese incompleta. **Rev. Clin. Pesq. Odontol**. v. 5, n. 3, p. 263- 266, 2009.

BOSE, R.; NUMMIKOSK, P.; HARGREAVES, K. A retrospective evaluation of radiographic outcomes in immature teeth with necrotic root canal systems treated with regenerative endodontic procedures. **J. Endod**. v. 35, p.1343-1349, 2009.

BRITO-JÚNIOR, M. *et al.* Evidências clínicas da técnica de apicificação utilizando barreira apical com agregado trióxido mineral – uma revisão crítica. **RFO**. v. 16, n. 1, p. 54-58, 2011.

ĆETENOVIĆ, B. *et al.* Use of mineral trioxide aggregate in the treatment of traumatized teeth in children: Two case reports. **Vojnosanit Pregl**. v. 70, n. 8, p. 781-784, 2013. Disponível em: <http://www.doiserbia.nb.rs/img/doi/0042-8450/2013/0042-84501308781C.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CEVEK, M. Treatment of non-vital permanent incisors with calcium hydroxide. I. Follow-up of periapical repair and apical closure of immature roots. **Odontol Revy**. v.23, p. 27-44, 1972.

CHALA, S.; ABOQAL, R.; RIDA, S. Apexification of immature teeth with calcium hydroxide or mineral trioxide aggregate: systematic review and meta-analysis. *Oral Surg. Oral Med. Oral Pathol.* **Oral Radiol.Endod**. v.112, n. 4, p. 36 - 42, 2011.

CHEN, S. *et al.* Novel fast-setting mineral trioxide aggregate: its formulation, chemical-physical properties, and cytocompatibility. **ACS Appl Mater Interfaces**. v. 10, p. 20334-20341, 2018.

CINTRA, L. T. A. *et al.* Cytotoxicity, Biocompatibility, and Biomineralization of the New High-plasticity MTA Material. **J Fim**. v. 43, p. 774-778, 2017.

DIÓGENES, A.; RUPAREL N. B. Regenerative Endodontic Procedures: Clinical Outcomes. **Dent Clin North Am**. v. 61, p. 111-125, 2017.

DUGGAL, M. *et al.* Interventions for the endodontic management of non-vital traumatised immature permanent anterior teeth in children and adolescents: a systematic review of the evidence and guidelines of the European Academy of Paediatric Dentistry. **Springer**.v. 18, p. 139-151, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s40368-017-0289-5.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

ESPIR, C. G. *et al.* Solubility and bacterial sealing ability of MTA and root-end filling materials. **J Appl Oral Sci**. v. 24, p.121-125, 2016.

FARACO JUNIOR, I. M.; HOLLAND, R. Response of the pulp of dogs to capping with mineral trioxide aggregate or a calcium hydroxide cement. **Dent. Traumatol**. v. 17, n. 4, p.163-166, 2001.

FELIPPE W. T.; FELIPPE M. C. S.; ROCHA J. C. The effect of mineral trioxide aggregate on the apexification and periapical healing of teeth with incomplete root formation. **Int Endd J**. v. 39, n.1, p.2-9, 2006.

FLORATOS, S. G. *et al.* Apical Barrier Formation After Incomplete Orthograde MTA Apical Plug Placement in Teeth with Open Apex: Report of Two Cases. **Brazilian Dental Journal**. v. 24, n. 2, p. 163-166, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bdj/a/RzVxtjZPCZsxvCpPXnWS4dM/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FOUAD, A. F. Microbiological aspects of traumatic injuries. **Dent Traumatol**. v. 35, p. 324-332, 2019.

7

GALLER, K. M. *et al.* EDTA conditioning of dentine promotes adhesion, migration and differentiation of dental pulp stem cells. **Int Endd J**. v. 49, p. 581–590, 2016.

GHILOTTI, J. *et al.* Comparative Surface Morphology, Chemical Composition, and Cytocompatibility of Bio-C Repair, Biodentine, and ProRoot MTA on hDPCs. **Materials**. v.13, ed. 9. p. 2189, 2020. Disponível em: [https://mdpi-es.com/d\\_attachment/materials/materials-3-02189/article\\_deploy/materials-13-02189-v2.pdf?version=1589279590](https://mdpi-es.com/d_attachment/materials/materials-3-02189/article_deploy/materials-13-02189-v2.pdf?version=1589279590). Acesso em: 14 abr. 2022.

GRÜNDLING, G. S. L. *et al.* Apexification in a tooth with crown-radicular fracture - a case report. **RFO**. v. 15, n. 1, p. 77-82, 2010.



GÜNES, B., AYDINBELGE, H. A. Mineral trioxide aggregate apical plug method for the treatment of nonvital immature permanent maxillary incisors: Three case reports. **Journal of Conservative Dentistry**. v. 15, n. 1, p. 73-76, 2012. Disponível em: <https://www.jcd.org.in/article.asp?issn=0972-0707;year=2012;volume=15;issue=1;spage=73;epage=76;aulast=G%FCnes>. Acesso em: 12 abr. 2022.

INADA, R. M. H. **Análise da alteração de cor promovida por materiais reparadores e cimentos endodônticos à base de silicato de cálcio com diferentes radiopacificadores**. 2018. Dissertação (Mestrado em Endodontia) - Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153833/inada\\_rnh\\_me\\_arafopar.pdf;jsessionid=9D298E3E-F361F34404E39FBE5D50179C?sequence=5](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153833/inada_rnh_me_arafopar.pdf;jsessionid=9D298E3E-F361F34404E39FBE5D50179C?sequence=5). Acesso em: 11 abr. 2022.

KONTAKIOTIS, E. G. *et al.* Regenerative endodontic therapy: a data analysis of clinical protocols. **J Endod**. v. 41, p. 146-154, 2015.

KRÖLING, A. E. *et al.* Use of MTA in teeth with incomplete root formation or open foramina: introduction of a protocol and report of clinical cases. **RGO, Rev Gaúch Odontol**. Porto Alegre, v. 62, n. 3, p. 325-330, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgo/a/Nsk5DWZkqJFpGSpZT3nDWXH/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LATHAM, J. *et al.* Disinfection Efficacy of Current Regenerative Endodontic Protocols in Simulated Necrotic Immature Permanent Teeth. **J Endod**. v. 42, p. 1218-1225, 2016.

JEERUPHAN, T. *et al.* Mahidol study 1: comparison of radiographic and survival outcomes of immature teeth treated with either regenerative endodontic or apexification methods: a retrospective study. **J. Endod**. v. 38, n. 10, p. 1330-1336, 2012.

JITARU, S. *et al.* The use of bioceramics in endodontics - literature review. **Clujul Med**. v. 89, p. 470-473, 2016.

KAHLER, B. Endodontic retreatment of maxillary incisors previously treated with a conventional apexification protocol: a case report. **Aust. Endod. J**. v. 37, n. 1, p. 31-35, 2011.

KAKANI, A. K. *et al.* A review on perforation repair materials. **J Clin Diagn Res**. v. 9, p. 09-13, 2015.

KIM, S.G. *et al.* Regenerative endodontics: A comprehensive review. **Int Endod J**. v. 51, p. 367-388, 2018.

KOGAN, P. H. J.; GLICKMAN, G. N.; WATANABE, I. The effects of various additives on setting properties of MTA. **J Endod**. v. 32, p. 569-572, 2006.

KOHLI, M.R. *et al.* Spectrophotometric analysis of coronal tooth discoloration induced by various bioceramic cements and other endodontic materials. **J Endod**. v. 41, p. 1862-1866, 2015.

LEE, S. J.; MONSEF, M.; TORABINEJAD, M. Sealing ability of a mineral trioxide aggregate for repair of lateral root perforations. **J. Endod**. v. 19, n. 11, p. 541-544, 1993.

LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR. **Endodontia. Biologia e Técnica**. Rio de Janeiro: MEDSI, 2011.

LOVATO, K. F.; SEDGLEY C. M. Antibacterial activity of endosequence root repair material and proroot MTA against clinical isolates of *Enterococcus faecalis*. **J Endod**. v. 37, p. 1542-1546, 2011.

MANIGLIA-FERREIRA, C. *et al.* 12-Year Follow-Up of Regenerative Endodontic Treatment of Immature Permanent Upper Incisors with Acute Abscess. **Brazilian Dental Journal**. v. 31, n. 6, p. 680-684, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bdj/a/rkvYGqRyQwQDRFRzv6RJGyD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MARCIANO, M. A. *et al.* Assessment of color stability of white mineral trioxide aggregate angelus and bis-muth oxide in contact with tooth structure. **J Endod**. v. 40, n. 8, p. 1235-1240.

MARTIN, D. E. *et al.* Concentration-dependent effect of sodium hypochloride on stem cells of apical papilla survival and differentiation. **J. Endod**. v. 40, p. 51-55, 2014.

8

MESQUITA, N. V. *et al.* Apicificação de um dente avulsionado utilizando MTA: relato de caso. **Rev. Fac. Odontol**. Porto Alegre. v. 52, n. 1, p. 67-71, 2011.

MORO, E. P.; KOZLOWSKI JUNIOR, V. A.; ALVES, F. B. T. Apicificação com hidróxido de cálcio ou agregado trióxido mineral: revisão sistemática. **Rev Odontol UNESP**. v. 42, n. 4, p. 310-316, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rounosp/a/5sc7tmbB5Zjfc6MVN\\_h8bqzS/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rounosp/a/5sc7tmbB5Zjfc6MVN_h8bqzS/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 17 abr. 2022.

NIEDERMAIER, K. C.; GUERISOLI, D.M.Z. Apicificação com plug apical de MTA em dente traumatizado.



**Rev. bras. odontol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 213-215, 2013. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rbo/v70n2/a24v70n2.p df>. Acesso em: 17 abr. 2022.

OLIVEIRA, C. T. S. *et al.* Mineral trioxide aggregate for Intruded Teeth with Incomplete Apex Formation. **Bull Tokyo Dent Cool.** v. 59, n. 1, p. 35-41, 2017. Disponível em: [https://www.jstage.jst.go.jp/article/tdepublication/59/1/5\\_9\\_2017-0002/\\_pdf/-char/en](https://www.jstage.jst.go.jp/article/tdepublication/59/1/5_9_2017-0002/_pdf/-char/en). Acesso em: 19 abr. 2022.

OLIVEIRA, D. C. R. S. *et al.* Avaliação da utilização de MTA como plug apical em dentes com ápices abertos. **Rev. Bras. Odontol.** Rio de Janeiro. v. 68, n. 1, p. 59- 63, 2011.

OROSCO, F. A. *et al.* Sealing ability of gray MTA AngelusTM, CPMTM and MBPC used as apical plugs. **J Appl Oral Sci.** v. 16, p. 50-54, 2008.

OROSCO, F. A. *et al.* Sealing ability, marginal adaptation and their correlation using three root-end filling materials as apical plugs. **J Appl Oral Sci.** v. 18, n. 2, p. 127-134, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jaos/a/8cJLWFX6PsNsdKtzgvzsBcw/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PARIROK, M.; TORABINEJAD, M. Mineral trioxide aggregate: a comprehensive literature review-part III: clinical applications, drawbacks, and mechanism of action. **J Endod.** v. 36, p. 400-413, 2010.

PLOTINO, G. *et al.* Ultrasonics in Endodontics: a Review of the Literature. **Journal of Endodontics.** v. 33, n. 2, p.81-95, 2007.

RAHDE, N.; GRECCA, F.; BOTTCHEER, D. Calcium hydroxide removal: effectiveness of ultrasonic and manual techniques. **Odontociência**, 2012.

REYES, A. D. *et al.* Study of calcium hydroxide apexification in 26 young permanent incisors. **Dent. Traumatol.** v. 21, n. 3, p.141-145, 2005.

SIMON, S. *et al.* The use of mineral trioxide aggregate in one-visit apexification treatment: A prospective study. **Int Endd J.** v. 40, p.186-97, 2007.

SILVA, G. F. *et al.* Zirconium oxide and niobium oxide used as radiopacifiers in a calcium silicate-based material stimulate fibroblast proliferation and collagen formation. **Int Endd J.** v. 50, n. 2, p. 95-108, 2017.

SOARES, J. *et al.* Calcium hydroxide induced apexification with apical root development: a clinical case report. **Int. Endod. J.** v. 4, n. 8, p. 710-719, 2008.

SOUZA, M. A. *et al.* Agregado trióxido mineral como material de selamento apical em dentes com rizogênese incompleta: uma série de casos. **Rev Odonto Cienc.** v. 26, n. 3, p. 262-266, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/roc/a/Z9hmqVqfZ6b5RbrQ8fZk7\\_ZR/?format=pdf&lang=en](https://www.scielo.br/j/roc/a/Z9hmqVqfZ6b5RbrQ8fZk7_ZR/?format=pdf&lang=en). Acesso em: 09 abr. 2022.

TORABINEJAD, M.; WATSON, T. F.; PITT FORD T. R. Sealing ability of a mineral trioxide aggregate when used as a root end filling material. **J Endod.** v. 19, p. 591-595, 1993.

TOUBES, K. S. *et al.* Bio-C Repair - A New Bioceramic Material for Root Perforation Management: Two Case Reports. **Brazilian Dental Journal.** v.32, n. 1, p. 104-110, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/bdj/a/dVYsBBcjY53bNQVW9hc\\_4qmm/?format=pdf&lang=en](https://www.scielo.br/j/bdj/a/dVYsBBcjY53bNQVW9hc_4qmm/?format=pdf&lang=en). Acesso em: 18 abr. 2022.

TREVINO, E. G. *et al.* Effect of irrigants on the survival of human stem cells of the apical papilla in a platelet-rich plasma scaffold in human root tips. **J. Endod.** v. 37, p. 1109-1115, 2011.

TSATSAS, D. V.; MELIOU, H. A. Sealing effectiveness of materials used in furcation perforation in vitro. **Int Dent J.** v. 55, n. 3, p. 133-341, 2005.

VASQUES-GARCIA, F. *et al.* Effect of silver nanoparticles on physicochemical and antibacterial properties of calcium silicate cements. **Braz Dent J.** v. 27, p. 508-514, 2016.

WALSH, R. M. *et al.* Bioactive endodontic materials for everyday use: a review. **Gen Dent.** v. 66, p. 48-51, 2018.

## Fatores associados a transmissão vertical do HIV *Factors associated with vertical transmission of HIV*

Cleber Gomes da Costa Silva<sup>1</sup>,  
Ingrid Regina Cariman Leite<sup>2</sup>,  
Francisco Kayo Lima da Silva<sup>1</sup>,  
Soray de Oliveira Vieira<sup>1</sup>,  
José Elias Duarte da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Centro Universitário de ciências e tecnologias do Maranhão, Caxias, Maranhão, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, Maranhão, Brasil

Correspondência: Cleber Gomes da Costa Silva, Centro Universitário de ciências e tecnologias do Maranhão- Unifacema, Caxias, Maranhão, Brasil. E-mail: klebbehgomez@gmail.com

Submetido em: 28/02/2023

Aprovado em: 28/02/2023

Publicado em: 04/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.488

### Resumo

São inúmeros os casos de transmissão vertical de HIV, no entanto com a implementação dos protocolos de segurança e manejo dessas mães esses casos têm diminuído, mais é indiscutível que existem fatores que contribuem para que as taxas da infecção da doença continuem deixando em evidencia a complexidade e a gravidade da doença em questão. O estudo tem como objetivo analisar os fatores associados a transmissão vertical do HIV. Trata-se de uma revisão integrativa realizada online através de pesquisas em bases de dados como SCIELO e PubMed, com os descritores “transmissão vertical do HIV”, e transmissão vertical de doenças infecciosas”. Com retorno de 144 artigos. Foram usados 10 artigos após a aplicação dos critérios de inclusão: artigos que relatavam exclusivamente da análise dos fatores associados a transmissão vertical do HIV, e além disso foram analisados documentos do site do ministério da saúde. Os principais fatores associados a transmissão vertical do HIV foram falhas no pré-natal, a não aderência da mãe ao tratamento antirretroviral de forma imediata, fragilidade no cuidado prestado e diagnostico tardio da doença. Indubitavelmente é indispensável a adoção de medidas que visem o controle e a estagnação da infecção de forma rápida e eficaz assim que descoberto a gravidez, dito isso é de suma importância a adoção por parte da equipe de saúde, medidas que evidenciem a transcendência do atendimento humanizado, pré-natal eficiente e uma maior cobertura de assistência a essas gestantes. Vale ressaltar a importância da qualificação e atualização desses profissionais e o sanamento de dúvidas relacionadas a doença, fazendo com que essas informações cheguem a essas mães e as impactem de forma indelével.

**Palavras-chave:** HIV, transmissão vertical, fatores de transmissão vertical

### Abstract

There are numerous cases of vertical transmission of HIV, however with the implementation of safety protocols and management of these mothers these cases have decreased, but it is indisputable that there are factors that contribute to the continued infection rates of the disease, highlighting the complexity and severity of the disease in question. The study aims to analyze the factors associated with vertical transmission of HIV. This is an integrative review carried out online through searches in databases such as SCIELO and PubMed, with the descriptors “vertical transmission of HIV”, “and vertical transmission of infectious diseases”. With a return of 144 articles. 10 articles were used after applying the inclusion criteria: articles that reported exclusively on the analysis of factors associated with vertical transmission of HIV, and in addition, documents from the Ministry of Health website were analyzed. The main factors associated with vertical transmission of HIV were failures in prenatal care, the mother’s non-adherence to antiretroviral treatment immediately, fragility in the care provided and late diagnosis of the disease. Undoubtedly, it is essential to adopt measures aimed at controlling and stagnating the infection quickly and effectively as soon as the pregnancy is discovered. Efficient prenatal care and greater coverage of care for these pregnant women. It is worth mentioning the importance of training and updating these professionals and solving doubts related to the disease, allowing this information to reach these mothers and having an indelible impact on them.

**Keywords:** HIV, mother-to-child transmission, mother-to-child transmission factors

## 1. Introdução

A transmissão vertical do HIV ocorre através da passagem do vírus da mãe para o bebê durante a gestação, o trabalho de parto, o parto propriamente dito (contato com as secreções cérvico-vaginais e sangue materno) ou a amamentação, sendo que cerca de 35% dessa transmissão ocorre durante a gestação, 65% ocorre no peri-parto e há um risco acrescido de transmissão através da amamentação entre 7% e 22% por exposição (mamada). A transmissão vertical do HIV, quando não são realizadas intervenções de profilaxia, ocorre em cerca de 25% das gestações das mulheres infectadas (MS 2007).

A transmissão vertical (TV) do vírus da imunodeficiência humana (HIV) é a principal via de infecção pela qual o HIV acomete a população infantil (RODRIGUES *et al.*, 2017). Segundo CARVALHO; PAES, 2011. Quando o diagnóstico não é feito precocemente, a infecção pelo HIV pode progredir para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), doença de grande importância clínica devido às repercussões negativas que impactam o paciente, física e socialmente.

De acordo com o protocolo para prevenção do HIV, sífilis e hepatites virais de 2019, do ministério da saúde, a transmissão vertical pode ser evitada por meio da adoção de medidas profiláticas e pela prevenção em mulheres em idades férteis, através da captação precoce dessa mulher e o pré-natal de forma imediata, uma das formas mais eficazes de conhecer, captar e manejar de forma eficiente a paciente que foi diagnosticada com o vírus, fazendo com que esse pré-natal seja eficiente e estagne a infecção e as chances de uma futura progressão da doença em questão.

Assim que diagnosticada com o vírus a gestante deve dar início ao TARV, tratamento antirretroviral, que tem como objetivo baixar a carga viral dessa gestante, sendo levada a zero e ficar infectáveis no momento do nascimento do bebê. Se por ventura a gestante já tinha o diagnóstico prévio da infecção o tratamento antirretroviral deve ser mantido, porém com reajustes de doses que se adéquem ao seu estado gravídico, esses reajustes também evitam a teratogenicidade, que são as más formações durante a formação do bebê.

Em um ofício emitido pelo ministério da saúde em 20 de março de 2020 sobre Atualização das recomendações de terapia antirretroviral (TARV) em gestantes vivendo com HIV, dispõe de informações correlacionadas ao TARV, onde diz que o mesmo deve ser iniciado de forma imediata mesmo sem os resultados dos exames de LT-CD4+, CV-HIV e genotipagem. De acordo com dados da organização mundial de saúde milhares de mulheres que são portadoras do vírus engravidam por ano, e não há medidas profiláticas que visam melhorias as essas mulheres pois muitas dela procuram os serviços de saúde já com a gravidez avançada passando do segundo trimestre de gestação, o que pode ser um risco para o feto. O UNAIDS fala sobre dados concretos de mulheres portadoras do HIV que engravidam por ano, o número gira em torno de 1,4 milhões de mulheres, e no Brasil as estatísticas afirmam que esse número em porcentagem cresceu 37% de 2008 até 2018.

Mediante as informações citadas acima, é indiscutível que são dados alarmantes com relação ao número de gestações em mulheres portadoras do vírus, no entanto estudos revelam que esse número de transmissão vertical vem caindo nos últimos anos, resultados de uma assistência de qualidade, pré-natal eficiente, qualificação continua dos profissionais e o manejo correto dessas gestantes, o que se deve também atribuir essas melhorias após a implementação dos protocolos de segurança e o acesso a terapia medicamentosa/tratamentos antirretrovirais. Mas sabe-se dos inúmeros fatores que é o foco dessa pesquisa que contribuem para que esse número ainda existente persista, carecendo de uma atenção redobrada e continua sobre a doença em contexto.

De acordo com dados do ministério da saúde a taxa de transmissão vertical veem diminuindo nos últimos anos, no entanto houve um aumento de 22% e infecção em mulheres já grávidas, o que denota a importância do pré-natal para a estagnação de imediato a transmissão. Todavia, é inquestionável que ainda existe falha com relação a estratégias que visam a estagnação ou eliminação total desse tipo de transmissão. O objetivo do presente estudo é contribuir de forma positiva, através da óptica assistencial, sobre os fatores associados a transmissão vertical.

## 2. Metodologia

2

Revisão da literatura por meio das bases de dados SCIELO e PUBMED. Foram usados como métodos de busca; os seguintes descritores, transmissão vertical do HIV e transmissão vertical de doenças infecciosas, nas línguas inglesas e portuguesa, os critérios usados para inclusão foram: artigos que relatavam exclusivamente da análise dos fatores associados a transmissão vertical do HIV, os artigos não utilizados foram excluídos devido a repetição de assunto, do tema e não adequação aos critérios de elegibilidade, a busca foi realizada de forma online nos meses de novembro e dezembro de 2022.

Além dos artigos cotados acima também foram analisados os seguintes documentos dos sites de saúde: A vida das mulheres grávidas e soropositivas, Atualização das recomendações de terapia antirretroviral (TARV) em

gestantes vivendo com HIV e protocolo para prevenção da transmissão vertical do HIV e sífilis.

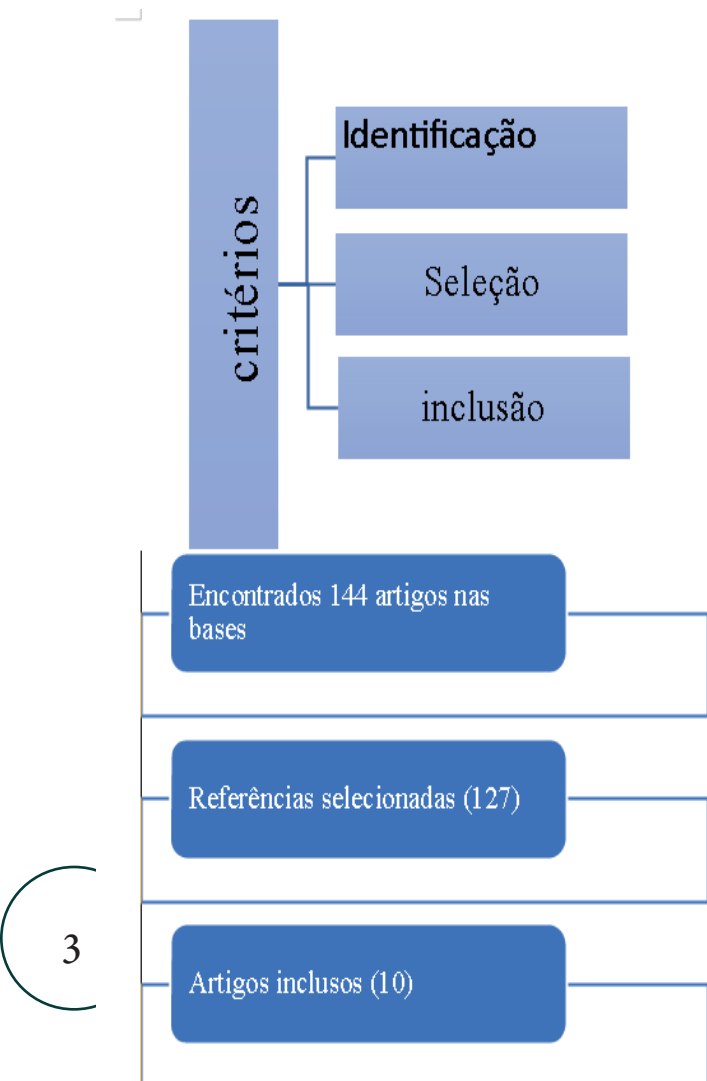
**Quadro 1-** Estratégias de busca e seleção nas bases de dados

Bases de dados	Estratégias	Resultados	Filtrados	Selecionados
SCIELO	(fatores associados ao HIV) and (transmissão vertical)	1.023	145	6
PUNMED	(vertical transmission of HIV) and (factors associated with vertical transmission) and (prevention protocols for vertical transmission)	2.345	37	4

**3. Resultados e Discussão**

Mediante ao que foi citado na metodologia do referente trabalho, após a utilização dos critérios de pesquisa e inclusão serem aplicados obteve-se os seguintes resultados.

**Figura 1-** fluxograma resumido do processo de identificação dos artigos e estudos que foram utilizados na elaboração deste mesmo, aos quais todos os incluídos cumpriram os critérios de elegibilidade e adequação ao tema, fatores associados a transmissão vertical do HIV.





Logo após a leitura e análises dos artigos e documentos selecionados para confecção do estudo em questão, observou-se que os fatores mais prevalentes correlacionados a transmissão vertical do HIV foram, falhas no pré-natal, a não aderência da mãe ao tratamento antirretroviral de forma imediata, fragilidade no cuidado prestado e diagnóstico tardio da doença.

Mediante as análises dos documentos selecionados foi perceptível que o manual de protocolos para prevenção do HIV e sífilis do ministério da saúde destaca que seu objetivo é o de avançar nesta prevenção, percebeu-se ser necessária a ampliação do “Projeto Nascer –Maternidades”, para que todos esses locais tenham condições de atendimento à gestante portadora de HIV ou com sífilis, bem como ao seu recém-nascido, e a ampliação do diagnóstico e atenção a essa mulher, principalmente durante o pré-natal; e para conseguir tal feito o ministério da saúde criou e desenvolveu estratégias que visavam a melhoria nas condições em que essas gestantes seriam atendidas, tais como a criação do programa citado anteriormente, projeto nascer e focou mais na capacitação dos profissionais com a finalidade de os tornarem profissionais qualificados e prestadores de um serviço com a devida exatidão, além do incentivo a captação precoce dessas mulheres, a realização de testagens rápidas com uma maior cobertura regional, a aderência do tratamento antirretroviral em tempo oportuno e incentivando a inclusão de seus parceiros em todo processo de tratamento. É indiscutível que os fatores relacionados a transmissão vertical estão diretamente ligados a uma falha na assistência que é prestada a essas grávidas, como mostra na tabela a seguir em forma de porcentagem.

**Tabela 1:** tabela com o número de citações de cada fator relacionado a TV.

Fatores associados ao TARV	Porcentagem de citações nos estudos %
Falhas no pré-natal	Citados em 8 dos 10= 80%
Não aderência da mãe ao tratamento antirretroviral	Citados em 10 dos 10= 100%
Fragilidade no cuidado prestado	Em 10 dos 10= 100%
Diagnóstico tardio da doença.	Citados em 8 de 10= 80%

Fonte: dados dos autores.

Os dados acima mostram o quão necessitante de estratégias que estagnem a doença a população de grávidas brasileiras. É imprescindível o desenvolvimento de um trabalho conjunto com outros ministérios, estados, municípios, organizações não-governamentais, sociedades científicas, entidades de classe e outras instituições envolvidas com o tema, para o aprofundamento dessas ações (MS 2007).

O que de fato seria uma tentativa de reaver erros passados que possa ter sido cometido e prevenir futuros equívocos, salvando recém-nascidos de uma possível infecção, oferecendo informações a respeito de todo contexto envolvendo a situação na qual essa grávida se encontra, pois além dos fatores citados ao longo do trabalho, o tipo de parto ou o aleitamento materno de mães infectadas também são fatores imprescindíveis. Mas o enfoque principal para evitar a transmissão vertical seria a aderência de estratégias e o uso do TARV, uma vez que segundo FEITOZA et al., 2021 a profilaxia com TARV no recém-nascido é um pilar essencial para atingir a eliminação da transmissão vertical.

#### 4. Conclusão

Diante dos fatos apresentados no estudo, percebe-se que na sociedade o conhecimento acerca do assunto abordado, dos fatores de transmissão vertical encontra-se defasado na vida de muitas mulheres, e como consequência é observado a alta prevalência das crescentes taxas de acometimento do vírus HIV em recém nascidos por conta da transmissão vertical, da falta de informações relacionadas a doença e de estratégias que visem o controle da infecção nos bebês de mães soropositivas.

4

Nessa perspectiva aliado a escassez de informações, evidencia-se que há estigmas, medo do preconceito, já que quem é portador do vírus sofre com isso, dificulta a ida dessas mulheres ao serviço de saúde o que resulta na não captação precoce dessa gestante, no diagnóstico tardio e na aderência ao TARV de forma imediata, o que consequentemente impede a efetividade do tratamento.

Desse modo, diante da atual realidade e cenário de exposição a transmissão vertical, a criação de estratégias e a disseminação de informações acerca do tema é de fundamental importância fazendo assim com que seja cada vez mais vidas poupadas e seguridade de um futuro relativamente satisfatório, estratégias de educação em saúde é a medida certa para o alerta necessário a essas mães.

Por fim, este estudo possibilitou a ampliação do conhecimento acerca da qualificação contínua dos profissionais,

captação precoce dessas grávidas, testagens rápidas em âmbito global e regional, pré-natal eficiente e assim por diante como forma de prevenção da TV, ou seja, educação em saúde disfarçada de atitudes e objetivos.

## 5. Agradecimentos

Ao Centro universitário de ciências e tecnologias do Maranhão, Caxias, Maranhão, Brasil e a universidade Estadual do Maranhão, Caxias, Maranhão, Brasil

## 6 Contribuições dos autores

Soray de Oliveira Vieira e Ingrid Regina Cariman Leite: construção da introdução e objetivo da pesquisa. Francisco Kayo Lima da Silva, Cleber Gomes da Costa Silva e José Elias Duarte da Silva: elaboração da metodologia, resultados e discussão e conclusão.

## 7. Conflitos de interesse

Não há conflitos de interesses.

## 8 Aprovação Ética

Não aplicável

## Referências

Da Rosa; C, M. Lobato C; R. Gonçalves; V, C Da Silva O; M. N. Barral; M, M.F. Barral de M, M; A. da Hora; P; V. SciELO - Avaliação dos fatores associados à transmissão vertical de HIV-1 Scientific Electronic Library Online. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2014.12.005>.

MARTÍNEZ, A. et al. Determinantes da transmissão vertical do HIV-1 no sul do Brasil. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 78, n. 1, p. 113-121, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolo de Investigação de Transmissão Vertical. Ministério da Saúde do Brasil. Brasília: 1-83p, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Oliveira, M. J. A. de F., Barros, C. R. dos S., & Bringel, K. A. (2022). Fatores associados à transmissão vertical do HIV em pacientes assistidas em um serviço de referência na Paraíba: um estudo caso-controle / Factors associated with vertical transmission of HIV in patients assisted in a reference service in Paraíba: a case-control study. Brazilian Journal of Development, 8(2), 12495–12514. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-269> enfermagem S-CIENTIA, (51)66, 1984-7688

Rosângela P. GianvecchioI; Tamara B. L. Goldberg. Fatores protetores e de risco envolvidos na transmissão vertical do HIV-1 Protective and risk factors related to vertical transmission of the HIV-1 SciELO - Scientific Electronic Library Online

Santos F, F. Melo F. J; Caldeira G, J. & Barbosa; P, N. Costa A, G. fatores associados à transmissão vertical do HIV nos últimos 10 anos no Brasil factors associated with vertical hiv transmission in the last10 years in brazil. Revista s-cientia. Vol. 14.2021.

Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis Coordenação-Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis OFÍCIO CIRCULAR Nº 11/2020/CGIST/. DCCI/SVS/MS.: Atualização das recomendações de terapia antirretroviral (TARV) em gestantes vivendo com HIV.

SIQUEIRA, Poliana Germano Bezerra de Sá. Fatores associados à transmissão vertical do HIV em crianças acompanhadas em um serviço de referência no Recife. 2018. 82 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30356>

Submetido em: 28/02/2023

Aprovado em: 28/02/2023

Publicado em: 08/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.489

## RESUMO

Este artigo analisa o universo dos deficientes visual e visa aprofundar estudos relacionados ao processo de alfabetização dos mesmos, suas especificidades e as metodologias utilizadas para a obtenção de melhores resultados. Aborda questões e caminhos que podem beneficiar o processo de ensino-aprendizagem. Na questão da prática pedagógica busca-se olhar o trabalho com alunos com deficiência visual e a reflexão de procedimentos e recursos específicos que ajudam a direcionar o professor em sala de aula. Neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa e da relação teoria-prática, evidenciando a necessidade de se ficar atento às práticas pedagógicas que melhor se adapte às peculiaridades do deficiente visual. O processo de educação para os alunos com deficiência visual. Pode-se concluir que em relação ao processo de alfabetização e letramento dos deficientes visuais, é necessário oferecer orientação pertinente à área da deficiência visual e qualificação aos professores, para que esses propiciem trabalho satisfatório que atenda às necessidades das pessoas que requerem condições específicas para se desenvolverem e participarem do processo de inclusão, tão almejado por todos. Por isso, é importante tratar este assunto.

**Palavras-chave:** Letramento. Alfabetização. Desafios. Criança. Deficiência Visual.

## ABSTRACT

This article analyzes the universe of children with visual impairments and aims to deepen studies related to their literacy process, their specificities and the methodologies used to obtain better results. It addresses issues and paths that can benefit the teaching-learning process. In terms of pedagogical practice, we seek to look at work with students with visual impairments and the reflection of specific procedures and resources that help to guide the teacher in the classroom. In this work, bibliographic research was used as a research methodology and the theory-practice relationship, highlighting the need to be aware of the pedagogical practices that best adapt to the peculiarities of the blind child. The education process for visually impaired children. It can be concluded that in relation to the literacy and literacy process of the visually impaired, it is necessary to offer relevant guidance in the area of visual impairment and qualification to teachers, so that they provide satisfactory work that meets the needs of people who require specific conditions to develop and participate in the inclusion process, so desired by all. Therefore, it is important to address this issue.

**Keywords:** Literacy. Literacy. Challenges. Kid. Visual impairment.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de deficientes visuais nas instituições de ensino e na sociedade é um grande desafio que a educação enfrenta hoje. Sociedade, professores, gestores educacionais e o poder público devem ser e estar preparados para a inclusão dos deficientes visuais, pois este, assim como toda a sociedade, tem direito à educação de qualidade.

No entanto, percebe-se a necessidade de se obter maiores conhecimentos para auxiliar a formação de professores que atuam no sistema regular de ensino, proporcionando uma educação eficiente e, que favoreça os alunos. Muitas vezes, o professor recebe um aluno cego e fica sem saber quais as ações corretas e como se deve proceder no processo de alfabetização do mesmo

Para tanto, buscou-se o conhecimento a respeito da deficiência visual com seus principais aspectos, características e peculiaridades, a alfabetização e aprendizagem de alunos cegos, a abordagem dos principais recursos didáticos para sua educação e o trabalho do Atendimento Educacional Especializado. Este trabalho se constitui numa oportunidade para um melhor entendimento do processo de alfabetização e das necessidades de uma educação com qualidade para o deficiente visual.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação. E-mail: sebastianasilvas@hotmail.com.

Outra motivação se relaciona aos resultados encontrados no estudo de caso. Diferentemente da maioria das publicações analisadas sobre os saberes e os processos de alfabetização e letramento dos alunos cegos. A linguagem escrita presente em nosso cotidiano favorece a compreensão sobre a importância da cultura escrita e possibilita a participação nas práticas sociais que a envolvem. Desse modo, ao iniciar o processo formal de aprendizagem da leitura e da escrita.

Sendo assim, buscando contribuir na construção dessa nova identidade docente, este artigo analisa o universo dos deficientes visuais e visa aprofundar estudos relacionados ao processo de alfabetização dos mesmos, suas especificidades e as metodologias utilizadas para a obtenção de melhores resultados.

Diante disso, os objetivos específicos são: a) caracterizar os desafios e as práticas que envolvem o método de alfabetização de um deficiente visual dentro do contexto da escola pública; b) Verificar as práticas de letramento que os professores estão utilizando aos alunos com deficiência visual.

Com isso, esse trabalho se debruça sobre a seguinte questão: Quais são os desafios e como os professores demovem conhecimentos/estratégias para enfrentá-los no processo de alfabetizar letrando os alunos com deficiência visual?

A relevância da produção do artigo se deu pelo fato de poder mostrar aos futuros leitores a perspectiva de aprendizagem para o deficiente visual e também a importância do professor como mediador, acreditando nas potencialidades destes deficientes e não focando nas dificuldades.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de educação inclusiva busca a inserção social de todas as crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesta integração busca-se a interação com outras crianças e um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surgem dificuldades por parte da escola e professores em integrar essas crianças devido às necessidades de obter condições adequadas.

No Brasil, a constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) mostra a importância de promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade. Para que a escola seja na íntegra um espaço de formação para todos, com um ambiente verdadeiramente inclusivo, é preciso que as políticas públicas de educação sejam direcionadas à inclusão e que esteja munida com materiais, equipamentos e professores especializados

A democracia da educação só se confirma nos sistemas educacionais que promovem a qualidade de ensino e se tornem aptas a responder às necessidades de cada educando de acordo com suas peculiaridades, pois todos precisam de escola para aprender e não para marcar presença ou serem atendidos à parte.

Uma escola inclusiva, embora seja contestada por alguns e tenha assustado a comunidade escolar por exigir mudanças e atitudes, nos leva a refletir que se trata de um posicionamento social que garante a igualdade e o respeito às diferenças. E para que haja sucesso na inclusão de alunos com deficiência é preciso atingir progressos significativos na aprendizagem das mesmas, por meio da adequação das práticas pedagógicas habilitadas para a diversidade e especificidades de cada criança.

A inclusão de um aluno com deficiência na escola regular vai além de permitir a participação e frequência nas aulas, requer participação ativa no processo de aprendizagem, na socialização e vivência.

### 2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO DEFICIENTE VISUAL

As concepções acerca dos processos inclusivos desafiam-nos a rever conceitos e práticas relacionados aos processos de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. No caso das pessoas cegas, há certas controvérsias e alguns conceitos que precisam ser repensados ou tornados objetos de reflexões mais aprofundadas.

2

As publicações, ainda escassas, sobre o processo de alfabetização dos alunos com DF são caracterizadas, em grande medida, pela ênfase no processo de aprendizagem da escrita e leitura do código Braille, tratada como sinônimo do processo de alfabetização (MONTEIRO, 2004).

A defesa do ensino do Braille como principal recurso para a aprendizagem da leitura e escrita para pessoas cegas é controversa. Para alguns autores, a aprendizagem do Braille é fundamental, pois somente através dele as crianças cegas teriam acesso à leitura e escrita (ALMEIDA, 2008).

Entretanto, há outros autores que defendem que o Braille é importante, mas há inúmeras formas das pessoas cegas aprenderem e usarem a leitura e escrita, além do Braille, através de recursos tecnológicos



computacionais, através de recursos de leitores e escribas, através de jogos e brincadeiras, entre outros. (BATISTA; LOPES; ULMAIRA, 2016).

Aliados aos questionamentos apresentados acima, há outros, envolvendo a escrita Braille, que vão além das questões relacionadas à aprendizagem da escrita e leitura por esse sistema. Há relatos referindo-se à limitação sociocultural da presença e circulação do Braille (RODRIGUES, 2014; SILVA, 2011).

A ausência da escrita Braille no cotidiano de nossa sociedade induz a questionamentos sobre a finalidade de aprender a usar uma escrita restrita a um grupo de pessoas, pouco utilizada e desprestigiada. Em outras palavras, nos diferentes contextos socioculturais em que pessoas cegas participam/interagem, os significados e valores que a escrita assume são construídos pelos e para os videntes (GABAGLIA, 2014).

Dessa forma, a escrita em Braille tem circulação e produção restritas. Quase não há produção e circulação de livros, revistas, panfletos, embalagens ou outros produtos com a escrita em Braille. As bibliotecas públicas, quando possuem acervo em Braille, não suprem as necessidades de acesso às publicações impressas, como veremos no relato de Karine, que demonstra a frustração de suas ambições de leitora pela falta de acesso a impressos em Braille (RODRIGUES, 2014).

Rodrigues (2014), usuária do sistema Braille, narra fragmentos de seu processo de letramento. Da infância à juventude, sua narrativa reflete as expectativas e frustrações relacionadas aos usos e funções da leitura e escrita.

Semelhante a seus familiares e colegas de escola, que ela observava participando de situações de uso da leitura e escrita, Karine ansiava participar mais ativamente da cultura letrada da qual fazia parte. Na seção em que relatou seus saberes sobre a presença da escrita fora da escola, ela discorreu sobre algumas de suas expectativas em aprender a ler (SILVA, 2016).

Entretanto, com o passar do tempo, vieram as frustrações com a limitada disponibilidade de impressos em Braille, com poucas possibilidades de acesso a textos escritos, além de existirem poucos leitores para a sua escrita.

As concepções sobre os processos de alfabetização e letramento de pessoas cegas, apresentadas por Leite (2003), Almeida (2008), Lima (2010) e Monteiro (2004), por sua vez, sugerem desvantagens no processo de aprendizagem das pessoas cegas, porque elas teriam pouco contato com a leitura e a escrita.

Para estas autoras, a criança cega só se familiarizaria com os caracteres de sua escrita e leitura quando lhes são apresentados, formalmente, na escola, na maioria dos casos, por volta dos sete anos. Somente a partir desta idade iniciaria seu contato com os caracteres do alfabeto Braille, já com o propósito do aprendizado da leitura e da escrita.

Assim, como a alfabetização em tinta, predominante até os anos 80, a aprendizagem do Braille é tratada por muitos autores como uma habilidade adquirida por um indivíduo, independente do contexto social mais amplo, como a aprendizagem de uma técnica. Ou seja, esse formato de ensino do Braille pode ser compreendido como associado ao modelo autônomo do letramento.

Como esclarece Street (2014), o modelo autônomo de letramento opera com a noção de letramento em termos técnicos, independentemente do contexto social. Embora os autores citados acima creditem suas propostas de ensino às especificidades das necessidades de aprendizagem das pessoas cegas, a concepção de ensino evidenciada reproduz propostas de alfabetização vigentes no período compreendido entre a década de 20 até, mais ou menos, meados da década de 1980 do século passado.

## 2.2 ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A família ao descobrir que a criança tem comprometimento na visão, normalmente procura a cura através da ciência ou da religião, esquecendo-se de trabalhar os conceitos básicos para sua formação, deixando de estimular os outros sentidos e não desenvolvendo na criança as habilidades necessárias como as táteis, gustativas, olfativas e auditivas. Provavelmente, pelo despreparo em lidar com esta realidade, os mesmos contribuem para o atraso no aprendizado da criança, chegando à escola com inúmeras dificuldades e dificultando seu processo de aprendizagem.

A família, especialmente os pais, ocupa um importante papel na aprendizagem da criança. Sabe-se que a educação não formal se constitui num dos pilares essenciais na construção do eu. Segundo KUPFER (1989):

*A educação da criança deve primar a dominação dos instintos, uma vez que tem que inibir, proibir, reprimir. Sabe-se que a ausência das restrições e de orientações pode deseducar em vez de promover uma educação saudável. As angústias são inevitáveis, mas a repressão excessiva dos impulsos pode originar distúrbios neuróticos. O problema, portanto, é encontrar o equilíbrio entre proibições*

É na família que a criança cega adquire suas primeiras experiências educativas, sociais e históricas, é nela que aprende a se relacionar com o outro, que aprende mitos, crenças e valores que traçam seu perfil como pessoa. A família ocupa papel importante na vida escolar do filho, e este não pode ser desconsiderado, pois influenciam muito na aprendizagem deles. No momento em que chega à escola, a criança já traz consigo toda uma gama de conhecimento a respeito do mundo e de si mesmo.

Quando a criança cega é bem estimulada e recebe apoio necessário nos primeiros anos de vida, ela chega à escola com um desenvolvimento bem próximo ao da criança que vê. É a escola que irá ajuda a ampliar sua vida social, a sair do espaço pessoal e restrito de sua casa para explorar outros lugares, a ter novas vivências e conquistas. Porém nem todas as crianças são iguais, podendo algumas apresentar atraso em seu desenvolvimento em decorrência da ausência de estimulação adequada ou a restrição de experiências.

Para incluir a criança com DV, a escola precisa estar atenta às condições físicas como infraestrutura, mobiliário, sinais táteis e visuais para indicação dos locais e assim facilitar a mobilidade e a autonomia do deficiente visual. Porém, também necessita preocupar-se em proporcionar melhor preparação ao docente e uma qualidade de ensino às pessoas com deficiência visual, tentando minimizar suas dificuldades e buscando incluí-las nas atividades da escola como um todo.

Ao iniciar a alfabetização de crianças cegas deve ser feito um trabalho de estimulação contínua e consistente, na qual favorecerá o desenvolvimento das habilidades indispensáveis e básicas, como percepção corporal e espacial, definição de conceitos, discriminação tátil e auditiva, motricidade ampla e fina. Para que isso corra, é importante que a criança manuseie brinquedos com diferentes formas e texturas, assim como massinha, argila ou pasta de papel e outros materiais variados.

O desenvolvimento pedagógico deve ser iniciado com a exploração de objetos concretos e compreensão do corpo, com diversos recursos, envolvendo brincadeiras e utilizando materiais adaptados às suas necessidades, sempre inserindo o aluno no contexto da sala de aula e estimulando-o a participar das atividades propostas, antes de introduzir o ensinamento do braille.

Toda escola deve oferecer material didático acessível para os alunos cegos e com baixa visão, como regletes e punção (ferramentas para escrita braille), soroban (ábaco para o ensino do sistema numérico), máquina de escrever em braille, ferramentas de comunicação, com sintetizadores de voz para o computador, lupas manuais, eletrônicas, plano inclinado, jogos com letras e palavras ampliados, cores contrastantes e sua representação em braille.

A falta de estímulos visuais poderá causar um retardo nas aptidões que são necessárias para a alfabetização. A criança cega precisa de materiais e recursos para motivá-la a movimentar-se, a deslocar-se e a descobrir o mundo, necessita de materiais táteis que possa manusear para desenvolver a percepção tátil e coordenar os movimentos das mãos, muito importante na aprendizagem do braille.

Para Vygotsky (2005, p.77) a invenção do sistema Braille fez muito mais para os cegos que milhares de ações filantrópicas. Para o autor, “(...) a possibilidade de ler e escrever é mais importante que o ‘sexto sentido’ e a agudeza do tato e do ouvido”, a possibilidade de ler, decodificar o signo e extrair as informações de um texto para atingir um objetivo. Ler para se defender, para participar, para libertar-se, por prazer, ou seja, fazer uso da leitura como uma prática social, possibilitando uma ascensão social para o indivíduo.

Desse modo, cabe ao professor desenvolver a autonomia social e intelectual da criança para que essa se veja enquanto sujeito no processo, desenvolvendo suas críticas para que se torne um cidadão. Faz-se necessário que o professor transmita segurança estabelecendo vínculos afetivos, que contribuirão para o crescimento social, pessoal, afetivo e cognitivo.

Dialogar também é importante, pois a partir disso a criança tentará compreender o mundo com suas subjetividades. Para que isso aconteça, é preciso descrever o que está em torno da criança para ela possa fazer uma imagem que mais se aproxime do real.

4

O professor não deve ser um mero repassador de informações e sim que tenha desenvoltura em sua prática pedagógica, pois não existe receita pronta para a melhor maneira de alfabetizar principalmente em se tratando de crianças que requerem uma metodologia mais diversificada.

Levando em conta o estudo Piagetiano, que demonstra que a função cognitiva de crianças portadora de deficiência visual se desenvolve bem mais lentamente, comparando-se com o desenvolvimento de crianças videntes pode-se afirmar que o educando deve primeiro estar consciente da grandeza e da complexidade dessa empreitada.

Deve ser um observador severo e ficar atento à trajetória evolutiva do aluno que está em suas mãos,

mostrando-se um estudioso permanente da área educacional em que atua e acredita.

É muito importante que o docente reflita sobre suas práticas, que larguem os modelos ditos tradicionais e procurem trabalhar sob um novo olhar que contemple todos de uma maneira mais inclusiva. Elaboras seus planos de aula levando em consideração que existe em sala uma criança com dificuldade visual, e adaptando as atividades de maneira a tender as necessidades dela.

Portanto, o professor de crianças deficientes visuais precisa obter conhecimentos prévios de cada caso para poder elaborar um plano de trabalho e a adaptação curricular adequado às necessidades assim exigidas.

### 2.3 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO BRAILE

A partir da leitura de ambos os textos, percebemos uma relação entre o processo de alfabetização e letramento da trajetória de vida escolar de Silva (2015) e as abordagens destacadas no artigo de Silva e Anjos (2016) que tratam do processo de alfabetização e letramento da pessoa cega no Brasil, tendo o Braille como principal instrumento de alfabetização e as perspectivas pedagógicas acerca do papel da escola e do professor neste processo.

*Desta forma, uma das primeiras dificuldades sofridas pela discente no processo de alfabetização, foi aprendizagem do código Braille. Conhecer alfabeto em Braille, para mim, aquilo ali era uma coisa muito sem graça porque eu tinha saído de uma vida que antes eu escrevia, eu pintava, eu tinha e não dependia de ninguém [...] foi muito impactante, na minha vida, eu deixar de fazer uma coisa que gostava pra fazer outra coisa que não gostava que era o Braille. Para mim, aquilo não tinha graça e eu também achava que nunca ia ler aquilo ali, porque sempre achei muito difícil ler o Braille [...] (SILVA, 2015, p. 27).*

Segundo a autora, aprender o código Braille parecia uma tarefa impossível, pois exigiu sacrifícios e um tempo maior de alfabetização comparado ao período de alfabetização dos alunos videntes. De acordo com ela o código Braille, era uma leitura chata e mecânica, tanto que ela acabou desistindo em determinado período do aprendizado, retomando tempos depois.

Em relação ao processo de alfabetização da pessoa cega, Silva e Anjos (2016, p. 73) destacam, que “as pesquisas e publicações sobre o processo de alfabetização e letramento da pessoa cega, ainda escassos, se caracteriza pela ênfase no processo de aprendizagem da mecânica da escrita e leitura do código Braille, tratados como sinônimos do processo de alfabetização”.

Percebemos então, em ambos os textos mencionados acima que a teoria e a prática se relacionam, pois o processo de alfabetização da pessoa cega acontece de forma mecânica não levando em consideração o conhecimento de mundo letrada que a pessoa traz.

### 2.4 OS DESAFIOS DOS DOCENTES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTES VISUAIS

Em 2002, foi inaugurada a “Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena”, por meio da Resolução nº 1, que versa sobre a sistematização de cada estabelecimento de ensino, que deverá constatar diferentes maneiras de tendências próprias à capacitação para o trabalho do educador, de modo que considerem as de forma que contemplem as peculiaridades dos estudantes com necessidades educacionais próprias (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Segundo Glat e Pletsch (2010), a fim de que a Educação Inclusiva decorra deveras, é imprescindível a atuação presente do professor, o qual terá papel primordial no preparo destes estudantes com deficiências educacionais próprias que estão se aproximando do ensino e também será ator na ambientação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos para ajudar na inclusão destes.

5

Mediante o dever de inserir os deficientes visuais em turmas comuns do ensino regular, algumas das principais barreiras afrontadas pelos agentes educacionais no dia-a-dia são: a harmonia com as peculiaridades, a interação família-instituição e docentes preparados para trabalhar com essa realidade.

O cenário atual demonstra que as instituições são sítios contraditórios, onde se encontra hábitos preconceituosos e compreensão, e que se encontram longe de estarem preparados ao que é recomendado nos documentos oficiais sobre inclusão escolar (MATOS, MENDES, 2015).

Confirmando esta posição, Dorneles (2002), reflete que conhecimento escolar do deficiente visual intermediada pelo educador em uma escola, encara algumas delimitações, como a capacitação do docente e as dificuldades que dizem respeito às políticas públicas desse setor.

É de intensa importância desatar pontos consolidados na coletividade, abrangendo a sociedade escolar e providenciar meios para recepcionar recursos com a finalidade de recepcionar e preservar o discente na classe regular. O docente necessita compreender o aprendiz deficiente visual como um indivíduo com diversas capacidades e não como um indivíduo desigual.

Conforme a explanação de Glat e Oliveira (2004), é necessário a formação de todos os docentes com rapidez para alcançar êxito na inserção desses alunos, mediante uma continuação crescente; dessa forma eles conseguirão interagir com seus dessemelhantes alunos e, por conseguinte, com suas peculiaridades e insuficiências próprias.

O docente da classe regular não está preparado para se deparar com o estudante portador de necessidade especial e também não há projeto de prosperidade focado na capacitação desses atores, por não haver debate profundo em relação a execução pedagógica que torne a qualificação regular e durável; além do escolar com necessidades especiais ainda é encarado como tarefa única da educação especial (GLAT, PLETSCH, 2010).

Diante desse cenário, é indispensável que os educadores floresçam aptidões para gerar, projetar, implantar diversos métodos didáticos e metodológicos que, realmente, assegurem a inserção desse estudante com necessidades especiais. Portanto, é necessário que educadores inseridos no ensino regular, bem como os que estão com a formação em andamento ultrapassem conceitos pré-julgados de que a necessidade especial é um ponto de impedimento no desenvolvimento do estudante (CAMARGO *et al.*, 2009).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica apoiando-se em artigos científicos, BNCC e sites educacionais e diversos autores. Os artigos, as teses e dissertações foram objetos de investigação desse estudo, retirados de sites e obras idôneas e reconhecidos pela confiabilidade

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo e bases de dados (GIL, 2010).

Como critérios de inclusão, foram utilizadas apenas as referências publicadas em idioma português, com textos completos para acesso nas bases de dados atualizados, publicações cujos objetivos fossem a identificação ou a descrição do assunto abordado. Foram excluídas publicações com outros idiomas, bem como publicações que embora dentro da temática, não davam resposta aos objetivos do estudo, ou o texto não se encontrava na íntegra.

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em se tratando de crianças com limitação visual, em fase de alfabetização, é necessário que o professor faça um trabalho sistemático para desenvolver os órgãos sensoriais antes de introduzir a leitura e a escrita, como veremos a diante. Lembrando que, no caso da alfabetização por meio do Sistema Braille, deve-se trabalhar, em primeiro momento, a leitura e, posteriormente, a escrita.

Isso se dá pelo fato de a escrita feita na reglete exigir um maior desenvolvimento da coordenação motora fina. E durante o processo de leitura, os alunos usuários do referido sistema vão adquirindo destrezas nas pontas dos dedos. Voltando a discussão vygotskyana, percebe-se que o aprendizado implica o desenvolvimento e vice-versa. Sendo assim, são determinados pelo menos dois níveis de desenvolvimento, o real e o potencial.

O primeiro é aquele em que a criança é capaz de realizar atividades complexas, sem a ajuda de outra pessoa. Esse nível de desenvolvimento determina funções que já amadureceram. Ele caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente.

6

O processo de aprendizagem de uma criança portadora de deficiência visual requer procedimento e recursos especializados. Para que seu crescimento global se efetive verdadeiramente, faz-se necessário que lhe sejam oferecidas muitas oportunidades de experiências e material concreto adequado, pois inúmeras habilidades devem ser trabalhadas.

A criança com deficiência visual deve participar de todas as atividades propostas, que estimulem a exploração e o desenvolvimento amplo dos outros sentidos, formando uma aprendizagem que tenha significado. Portanto, na ausência da visão, a audiodescrição surge como outro instrumento que deve ser oferecido e utilizado nas escolas. Audiodescrição é um recurso de tradução de imagens em palavras, visando à explicação



das imagens, dos objetos, entre outros.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que deve ser garantido e oferecido em toda e qualquer escola, por professores especializados em atender às crianças com necessidades especiais. Esse atendimento deve ser oferecido em trabalho conjunto com o professor da escola inclusiva, para que juntos possam proporcionar aos estudantes a participação ativa nas atividades escolares.

**Matos (2012)** enfatiza a importância da formação de educadores para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência, tendo em vista a concepção de Educação que respeita a diversidade. Ensinar uma criança com deficiência visual não é tarefa fácil, pois a ausência da visão dificulta o estabelecimento da contextualização do mundo exterior.

É importante lembrar que as pessoas com deficiência visual são capacitadas, com o seu cognitivo perfeito e excelentes ações motoras, e a única dificuldade está na forma que conduzirá e interpretará o mundo. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar será ampliada através da variedade de experiências, estimulando o seu desenvolvimento.

**Masini (1994)** enfatiza que, ao interagir, conhecer e explorar, estamos contribuindo para o desenvolvimento de habilidades motoras, equilíbrio, ensinando noções de mobilidade e orientação que ultrapassarão o âmbito escolar. Por isso, é importante destacar que, não se faz necessário supervalorizar ou subestimar a criança com deficiência. Devemos ter em mente que é necessário saber as suas limitações, mas, além disso, saber valorizar as suas potencialidades, que, no caso da cegueira estão relacionadas diretamente às condições estruturais e materiais de acessibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É extremamente pertinente considerar a relevância desta produção sinalizando que ainda são insuficientes as construções em torno do processo de alfabetização de deficientes visuais dentro da rede pública de ensino. Fundamentar o desenvolvimento da língua escrita e oral de uma criança cega dentro da teoria tomada como referência nesse artigo é um forte indício de que a escola pode ser inclusiva por essência e tornar-se o diferencial no que se refere a aquisição de conhecimento e socialização de especiais

A sociedade atual exige uma escola para todos e que atenda ao perfil social vigente, além de ter de preparar cidadãos competentes para o convívio social. Cada aluno é único em sua forma de aprender e de conviver e para isso a escola precisa encontrar formas de contemplar a todos com competência.

A inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação e a instituição escolar, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes. Por isso, traz consigo mudanças na forma de ver, pensar e fazer a educação escolar e à docência. Ela surge como um estímulo para se pensar a educação a partir da oportunidade de rever e repensar práticas escolares.

O professor, diante dessa realidade, precisa desempenhar seu papel profissional, sua forma de trabalhar e de se relacionar com seus alunos em uma abordagem diferenciada e amorosa, com o compromisso de democratizar o espaço escolar e promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Aprender a trabalhar com o aluno DV requer saberes que vão sendo adquiridos no dia a dia, na prática e na interação com os colegas. É preciso compreender o processo de aprendizagem dessa criança, aprendendo suas descobertas e promovendo seu desenvolvimento, a fim de que a ação educativa esteja de acordo com as suas necessidades.

A partir desta pesquisa, conclui-se que o processo de alfabetização do aluno com deficiência visual requer múltiplas ações e um procedimento pedagógico que seja adequada às suas especificidades. Não há maneira adequada para educar, é preciso ir fazendo descobertas no decorrer da alfabetização, e para isso o professor precisa conhecer a criança que tem em sala de aula. O desafio do professor não é somente inserir o aluno na classe, mas aprender como trabalhar com ele, e para isso deve acreditar em seu potencial.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia M. Araújo de; ALVES, Maria Glicélia. **A criança cega vai à escola: preparando para a alfabetização**. 1ª edição. São Paulo, Fundação Dorina Nowill, 2008.

BERSCH, Rita; Machado, Rosângela. **Tecnologia Assistiva- TA: Aplicações na educação**. Disponível em: <[http://elaineaee.blogspot.com.br/2011\\_10\\_01\\_archive.html](http://elaineaee.blogspot.com.br/2011_10_01_archive.html)> Publicado em 31 out. 2011.

CARLETTO, Marcia R. Vissoto. **A estimulação essencial da criança cega**. 2014.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2ª edição. Porto Alegre, editora Artmed, 2004.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação:** o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989, p. 46. Disponível em [www.pedagogiaaopedaletra.com.br/.../a-importancia-do-meio-familiar-n](http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/.../a-importancia-do-meio-familiar-n).

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva.** 1ª edição. Curitiba, editora intersaberes, 2012.

SANTOS, Rejane. **Sala de Recurso: Atendimento especializado ou reforço escolar?** 2009. Artigo disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/sala-de-recurso-atendimento-especializado-ou-reforco-escolar/26480/>> Publicado em 16 out. 2009.

SILVA, Maria das Dores M. da. **Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência visual.** Artigo disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14238/atendimento-educacional-especializado-a-alunos-com-deficiencia-visual>> Publicado em 26 de junho de 2012.

SOUZA, Ricardo Ferreira de; Fratari, Maria Helena D. **Alfabetização da criança cega nas séries iniciais.** 2011. 12 f. Artigo (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Católica de Uberlândia, MG. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo34.pdf>>.

# A remição da pena pelo trabalho e/ou estudo como instrumento de ressocialização dos presos

*The remission of the penalty through work and/or study as an instrument for the resocialization of prisoners*

Rafaele Pavéglio<sup>1</sup>

Submetido em: 28/02/2023

Aprovado em: 28/02/2023

Publicado em: 11/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.492

## RESUMO

O presente artigo aborda o tema a remição da pena pelo trabalho e/ou estudo como instrumento de ressocialização dos presos, delimitando-se à previsão legal dessa possibilidade na legislação brasileira. O estudo tem como questão problema norteadora: qual a previsão legal para a remição penal no Brasil? A relevância do estudo está na questão de que a pena tem, dentre suas finalidades, o ideal de ressocializar o preso, possibilitando a sua reintrodução na sociedade como um indivíduo consciente de seus direitos e deveres. Um dos elementos utilizados para concretizar essa função penal é a remição por meio do trabalho e/ou estudo, de modo que, interessa a sociedade de forma geral, compreender melhor este instituto, e suas formas de aplicação, já que representa um meio de reinserir o detento em um prazo menor que a pena estipulada a cumprir. O objetivo geral deste estudo é pesquisar na legislação brasileira, os aspectos que permeiam e definem a remição da pena. Para tanto se desenvolveu uma pesquisa de metodologia bibliográfica, tendo como base a legislação pátria, e doutrinadores que discutem o assunto. A pesquisa revelou que a remição da pena, no Brasil, pode ser por meio do trabalho, estudo e leitura, além disso, tem-se o entendimento de que outras atividades artísticas e culturais, também podem ser reconhecidas como meios de remir a pena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudo. Pena. Remição. Trabalho.

## ABSTRACT

This article deals with the subject of remission of the penalty through work and/or study as an instrument for the resocialization of prisoners, delimiting itself to the legal provision of this possibility in Brazilian legislation. The study has as its guiding question: what is the legal provision for penal remission in Brazil? The relevance of the study lies in the question that the penalty has, among its purposes, the ideal of re-socializing the prisoner, enabling his reintroduction into society as an individual aware of his rights and duties. One of the elements used to carry out this penal function is redemption through work and/or study, so that society in general is interested in better understanding this institute and its forms of application, since it represents a means of reinserting the detainee within a period shorter than the stipulated sentence to be served. The general objective of this study is to research in the Brazilian legislation, the aspects that permeate and define the remission of the sentence. For that, a research of bibliographic methodology was developed, based on the legislation of the country, and doctrinaires who discuss the subject. The research revealed that the remission of the sentence, in Brazil, can be through work, study and reading, in addition, there is the understanding that other artistic and cultural activities can also be recognized as means of remitting the sentence.

**KEYWORDS:** Study. Pity. Remission. Work.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido sobre o tema a remição da pena pelo trabalho e/ou estudo como instrumento de ressocialização dos presos.

O objetivo principal é pesquisar na legislação brasileira, os aspectos que permeiam e definem a remição da pena. A questão problema que norteou este estudo é: qual a previsão legal para a remição penal no Brasil?

1 Uma mente vazia pode levar a inúmeros problemas mentais e físicos, examina-se o contexto de quem está encarcerado. Passando dia após dia, sem o mínimo de perspectiva de futuro. Porém, com o trabalho e o estudo surgem efeitos revigorantes ao indivíduo, entre destes a autoestima, desejo de evolução, satisfação, o sentir útil, faz com que busque melhores condições de vida. Considerando estes aspectos, este estudo apresenta relevância, haja vista que medidas voltadas a ressocialização dos apenados, como o trabalho e o estudo, são importantes, mostrando-se como uma alternativa eficiente para o problema prisional no que diz respeito a reinserção da população carcerária na sociedade.

<sup>1</sup> rafaelpaveglio@bol.com

Para a realização desta pesquisa adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, com a utilização no seu delimitamento da coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis de modo online, realizando a exposição dos resultados obtidos através de um texto descritivo.

## 2 A REMIÇÃO DA PENA PELO TRABALHO E/OU ESTUDO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS

### 2.1 O instituto da remição da pena

O Direito Penitenciário brasileiro prevê a remição, permitindo assim, que o preso, seja ele provisório ou condenado, independente do regime, fechado, semiaberto ou aberto, pode, através do trabalho e/ou do estudo, diminuir o tempo de encarceramento que lhe foi atribuído, inicialmente, na sentença (BRITO, 2022).

O instituto da remição visa a ressocialização do indivíduo, subtraindo do ócio em que se encontra o encarcerado, criando e gerando valores perante a sociedade, antes esquecido pelo detento. A remição é um instituto criado pela Lei de Execução Penal, tem caráter geral, abrangendo todos os condenados sujeitos a ela (BRASIL, 1984).

A Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que estabelece a Lei de Execução Penal (LEP), versava no Capítulo III questões relacionadas ao labor penitenciário. Segundo o art. 28 da LEP: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.” (BRASIL, 1984). Portanto, o trabalho do apenado tem como prioridade a ressocialização e a remição.

O objetivo da ressocialização do condenado é de resgatar o indivíduo que infringiu uma determinada lei. A partir dessas primícias, o sistema carcerário busca maneiras de socialização. Neste sentido, Marcão explica que a partir da Lei n. 12.433/2011, os artigos 126, 127, e 128 da Lei de Execução Penal, passaram a permitir que, além do trabalho, o estudo também seja uma possibilidade de diminuição de pena, de modo que, o sentenciado tem a oportunidade de poder redimir a quantidade de pena a ele imposta na sentença penal condenatória, podendo ser concluída em um tempo menor (MARCÃO, 2012). Posteriormente, em 2013, a Recomendação n. 44, acrescentou a possibilidade de remição da pena por meio da leitura (BRASIL, 2013).

Sobre a remição, Marcão explica que:

O instituto da remição encontra-se regulado no art. 126 da Lei de Execução Penal, segundo o qual o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. O estudo formal e regular também permite remição de pena, e nesse caso poderão beneficiar-se com a remição presos que se encontrarem nos regimes fechado, semiaberto e aberto, bem como o liberado condicionalmente e o preso cautelar. (MARCÃO, 2012, p. 79).

Considerando que a remição da pena, atualmente no Brasil, pode ocorrer por meio do trabalho, do estudo e da leitura, os próximos itens deste artigo abordarão cada uma dessas possibilidades.

### 2.2 A remição pelo trabalho

O trabalho é um direito que está à disposição a todos, inclusive ao apenado, pois, a Lei de Execução Penal no seu art. 3º refere: “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. O ordenamento jurídico deve proporcionar instrumentos adequados para assegurá-lo.” (BRASIL, 1984).

Bitencourt explica que a remição “[...] pelo trabalho teve origem no Direito Penal Militar da guerra civil espanhola, na década de 1930.” (BITENCOURT, 2017, p. 637).

As Regras Mínimas de Tratamento de Presos da Organização das Nações Unidas, que se revela como o conjunto de diretrizes que norteia a atuação de seus países-membros, ao tratar sobre o trabalho penitenciário, expressa na sua Regra 96

2

“1. Os presos condenados devem ter a oportunidade de trabalhar e/ou participar ativamente de sua reabilitação, sendo esta atividade sujeita à determinação, por um médico ou outro profissional de saúde qualificado, de sua aptidão física e mental.” (LANFREDI, 2016, p. 41).

Destacando que o trabalho não deve ter caráter aflitivo, pois conforme determina a Regra 97 “1. O trabalho na prisão não deve ser de natureza estressante.” (LANFREDI, 2016, p. 41). Em sentido semelhante, a Constituição Federal de 1988, já proíbia o trabalho imposto forçadamente, acima dos limites suportáveis pela capacidade humana, que não deve ser confundido com a exigência de trabalho como requisito para progressão do regime (BRASIL, 1988). E Rossetto (2014, p. 91) complementa, informando que “a LEP e o CP estimulam o trabalho do encarcerado como meio de ressocialização e readaptação à vida social, com a remição de um dia da pena para cada três dias trabalhados.”



Brito (2022, p. 112) define a remição como sendo “[...] o cumprimento virtual da pena em razão de trabalho ou estudo em regime fechado ou semiaberto, na razão de um dia de pena a mais de pena cumprida por três dias de trabalho ou 12 horas de estudo.”

A Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que estabelece a Lei de Execução Penal (LEP), versa no Capítulo III ao labor penitenciário. Segundo o art. 28 da LEP: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.” (BRASIL, 1984). Portanto, o trabalho do apenado tem como prioridade a ressocialização e a remição. Observa-se conforme o artigo 28 da Lei de Execução Penal que o trabalho penitenciário é um dever social.

A atividade laboral influencia positivamente na saúde psíquica e física do custodiado, desta forma a possibilidade de trabalho é um direito que não deve ser negado a pessoa privada de liberdade. Pois como expressa Rossetto (2014, p. 178) “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, tem a finalidade educativa e produtiva, objetiva a formação profissional do condenado e integra o tratamento ressocializador.”

Cabe mencionar que o artigo 41 da Lei de Execução Penal garante ainda que o preso tem direito ao trabalho remunerado e o artigo 29, desta mesma legislação, assegura que este valor não pode ser inferior a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário-mínimo (BRASIL, 1984). Sendo que Rossetto (2014, p. 178) esclarece que

O produto da remuneração deverá atender à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios, à assistência à família, as pequenas despesas pessoais e ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.

A Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999, versa sobre a instituição de cooperativas sociais para inserção de pessoas com alguma desvantagem no mercado econômico através do trabalho, com o objetivo da promoção da dignidade da pessoa humana e a integração social dos cidadãos. Em seu artigo 3º, inciso IV os egressos de prisões como pessoas que precisam de auxílio para a obtenção de um trabalho que possa garantir o seu sustento e a sua manutenção fora do presídio e, a partir daí, retornar ao convívio social (SILVA, 2003).

Rossetto (2014, p. 178) esclarecer que “O trabalho prepara o condenado para a promoção ao regime aberto e ao livramento condicional.” Sendo que a Lei de Execução Penal em seu art. 114, inciso I, condiciona a progressão para o regime aberto ao trabalho ou à comprovação de poder realizá-lo imediatamente. Portanto, condiciona a concessão de alguns benefícios à prestação de trabalho. O art. 126 da referida lei, o apenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena, à razão de um dia de pena para três de trabalho (SILVA, 2003). A remição permite que o condenado submetido ao regime fechado ou semiaberto diminua sua pena por meio do trabalho, na razão de um dia de pena por três dias de trabalho (LEP, art. 126). (BRITO, 2022, p. 67).

Por meio da remição, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá diminuir a duração de sua pena, contabilizando para cada três dias trabalhados, um dia de pena a mais cumprido. (BRITO, 2022, p. 67).

Brito salienta que:

A remição refere-se ao trabalho efetivamente realizado, inclusive com o pagamento de salário. Não se pode irresponsavelmente reconhecer a remição sem a atividade, nem o pagamento de salário sem a produção ativa. Se, ao contrário, indistinta e aleatoriamente se reconhecesse a remição, o Estado premiaria o condenado com o ócio remunerado. (BRITO, 2022, p. 145).

O direito continua a ser contabilizado ainda que o preso, por acidente, fique impossibilitado de prosseguir no trabalho. Pelo que se nota da dicção da Lei, não se trata apenas de um desconto na pena cominada, mas de contagem fictícia de pena cumprida, pois o período remido poderá ser contabilizado para efeito de concessão de livramento condicional e indulto. (BRITO, 2022, p. 67).

A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles. A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos. (BRITO, 2022, p. 67).

3

Sabidamente Brito assevera que:

[...] se o condenado sofrer acidente de trabalho que o impossibilite de exercê-lo, o tempo que ficar afastado das atividades deverá ser contado para os efeitos de remição. Ao restabelecer-se, retornará às atividades laborais.

Note-se que o acidente do trabalho não deve ter sido provocado culposa ou dolosamente pelo próprio

condenado. A Lei de Execução Penal preconiza em seu art. 50, IV, como falta grave “provocar acidente de trabalho”. (BRITO, 2022, p. 144).

De acordo com Carvalho (2014, p. 72), o trabalho além de produzir bens e rendas, ainda “proporciona a capacitação e possibilita a reabilitação por meio das atividades”, contribuindo ainda no sentido de disciplinar e organizar o tempo, mantendo os presos ocupados. No entanto, apesar de todas essas vantagens que o trabalho realizado pelos apenados implica, o autor faz uma crítica, destacando que “a estrutura e o funcionamento das prisões não contribuem para o desenvolvimento de atividades de trabalho com uma produção eficiente.” (CARVALHO, 2014, p. 74).

Interessante ainda, comentar que em caso de Regime Aberto, que tem como um de seus requisitos, a condição do interno trabalhar ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente, indica que, neste caso, o trabalho é obrigatório, porém, não implica o benefício da remição (art. 126 da LEP). Sendo esta a interpretação do STF, que entende que não foi alterada pela Lei n. 12.433/2011 a redação do art. 126 da LEP que determina o direito à remição da pena pelo trabalho, somente do sentenciado que cumpre pena no regime fechado e semiaberto (ROSSETTO, 2014).

### 2.3 A remição pelo estudo

Bitencourt (2017) informa que a remição que era feita na base de três dias de trabalho por um de pena sofreu um acréscimo, relativamente ao estudo, com a alteração da LEP pela Lei n. 12.433/2011. E neste sentido, Brito (2022, p. 146) comenta que, “[...] a lei não admitia a possibilidade de remição por meio do estudo. A partir da edição da Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011, tal possibilidade foi autorizada.” Rossetto (2014, p. 179) informa que a partir das alterações promovidas pela Lei n. 12.433, de 29.06.2011, agora

Quem cumpre pena em regime fechado tem direito de frequentar cursos de instrução ou profissionalizante. [...] o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena (art. 126) na razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (inciso I).

De acordo com o conteúdo do artigo 126, tem direito a remição por estudo o detento que se encontra em regime fechado ou semiaberto. Porém, o parágrafo 6º, deste mesmo diploma legal traz outra possibilidade, ao determinar que, o condenado que cumpre a pena em regime aberto e semiaberto ou que usufrui de liberdade condicional também poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissionalizante, parte do tempo da execução da pena ou do período de prova. Além disso, de acordo com o artigo 126, § 7º, da LEP, há a possibilidade do preso cautelar remir sua pena, dando a oportunidade de remição condicionada à eventual condenação futura (BRASIL, 2011).

E Brito esclarece que “Pela previsão legal, para cada 12 horas de estudo, o preso poderá remir um dia de sua pena. A qualidade da formação pode envolver desde o ensino fundamental e médio até o profissionalizante, superior ou de requalificação profissional.” (BRITO, 2022, p. 146).

A cada três dias trabalhados ou 12 horas de estudo, o condenado terá cumprido mais um de sua pena (art. 126, § 1º, I e II). E a legislação prevê, inclusive a soma de trabalho e estudo, de modo que, “se ambos forem realizados, terá direito à remição de dois dias.” (BRITO, 2022, p. 144). Segnini (2017, p. 73) explica que:

É possível a cumulação de horas de trabalho e de estudo para remição da pena. A remição também pode ocorrer para presos em regimes semiaberto e aberto e para quem usufrui de livramento condicional, sendo os dias remidos computados no período de prova.

Rossetto (2014, p. 179) explica que “A alteração permitiu a cumulação, para fins de remição, das horas diárias de trabalho e de estudo (art. 126, § 3o).” E, Brito segue esclarecendo essa possibilidade, ao afirmar:

4

[...] o dia “diminuído” na verdade equivale a dia efetivamente cumprido de pena. Ao trabalhar por três dias haverá cumprido quatro de sua pena. Se, concomitantemente, nesses três dias realizar 12 horas de estudo, terá cumprido cinco dias de sua pena, e, para que isso seja possível, a lei determina que se adotem horários de forma a compatibilizar os dois institutos (art. 126, § 3º). (BRITO, 2022, p. 144).

Com relação a questão da “dificuldade de frequência a cursos de instrução ou profissionalizante é superada pela ferramenta tecnológica de educação a distância”, conforme explica Rossetto (2014, p. 179). Sobre este aspecto, Brito (2022, p. 146) ressalta que o estudo pode, inclusive, ser realizado de forma não presencial, ou seja, à distância. Com isso, além

da facilidade de disseminação deste recurso nos estabelecimentos penais, pelo uso da internet ou de sistema via satélite, essas opções “[...] são mais econômicas e práticas, bastando para tanto um equipamento de projeção de imagens e a utilização de um único professor para atender ao mesmo tempo vários estabelecimentos.”

Outro aspecto que Brito (2022, p. 146) destaca é a “[...] a concessão de um “bônus” de um terço de remição pela conclusão do curso a que se submeteu o preso além da remição que já lhe é de direito pelas horas de estudo.” E explica essa possibilidade, afirmando que, “[...] após o cálculo de quantos dias o preso tem direito à remição pelo seu estudo, o juiz deverá acrescentar 1/3 do resultado dessa operação ao total de dias que lhe será conferido a título de remição.”

## 2.4 A remição pela leitura

Cabe informar que em 26 de novembro de 2013, o presidente do Conselho Nacional de Justiça, apresentou a Recomendação n. 44 aos Tribunais, dispondo sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelecendo critérios para a admissão pela leitura (BRASIL, 2013).

A remição da pena através da leitura se mostra como uma alternativa importante, pois contribui para o acareamento do sistema penal brasileiro, especialmente porque o acesso à literatura e à informação integra a conduta pedagógica com a oferta de outros níveis de ensino aos privados de liberdade. Assim, possibilitar que o preso adquira uma educação cultural integral, por meio do ingresso às obras literárias, contribui para evitar a intenção de reincidir em crimes, promovendo a reinserção na vida em comunidade e a garantia imprescindível da individualização da pena; além de se preparar para as avaliações externas, dentre elas a Aplicação do Exame para certificação no Ensino (ENCCEJA PPL) e a Aplicação do Exame para certificação no Ensino Médio (ENEM PPL), oferecidas anualmente.

A Recomendação n. 44, determina que os presos terão direito à remição de pena após comprovarem a leitura de qualquer obra literária do acervo do estabelecimento prisional, por meio de um relatório a respeito do livro. Cada obra lida, depois do reconhecimento da Justiça, representa a redução de quatro dias da pena, considerando o limite de 12 livros lidos por ano e, portanto, 48 dias remidos como teto anual dessa modalidade de remição (BRASIL, 2013).

Além das possibilidades tratadas até aqui, em 08 de novembro de 2017, foi publicada no Informativo de Jurisprudência do STJ, Edição n. 613, um julgado que traz outras possibilidades de remição, tendo como pressuposto o entendimento de que o texto do art. 126 da LEP permite a interpretação de que a remição da pena pode ter como base outras atividades, já que seu rol não é taxativo, já que não descreve todas as atividades que podem contribuir para remir a pena (BRASIL, 2017).

A decisão do Superior Tribunal de Justiça reconhece a prática de atividades artísticas e culturais como possibilidades de remição da pena, uma vez que, esse tipo de atividade apresenta objetivos semelhantes aos do trabalho e do estudo, relacionados com a reeducação e reinserção do detento à sociedade, ao mercado de trabalho e afastando-o da reincidência.

## CONCLUSÕES

A Lei de Execução Penal Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984, em seu art. 1º procura garantir a todos os detentos e internados condições harmônicas e integração social, porém, na prática, não se verifica a concretização dessa norma, sendo que o que acontece nos presídios está muito distante do expresso por esta Lei.

Sabe-se de que nada agrega aos detentos, a privação de liberdade por si só, é vital oportunizar possibilidades para que ocorra o processo de ressocialização. O estudo e o trabalho são indicadores iniciais para a ressocialização. O trabalho e o estudo vêm proporcionando uma luz, para quem passa seus dias num lugar frio e sem vida. Onde o preconceito existe desde o primeiro momento em que se é inserido nessa declarada instituição de ressocializadora.

A ressocialização é um processo que está diretamente ligado a reeducação, de modo que a remição da pena pelo estudo é uma alternativa que precisa ser incentivada e cada vez mais valorizada, pois oportuniza ao indivíduo um meio de adquirir conhecimentos, concluir níveis de ensino, tornando-se apto a retornar à sociedade, com dignidade e a igualdade com os demais cidadãos que fazem parte desta sociedade.

5

Importante destacar que a pena é a perda da liberdade, e não de seus direitos fundamentais e sociais, aumentar a aflição não prevista em lei não se justifica no cumprimento da pena e não acrescenta em nada.

## REFERÊNCIAS

BICUDO, Tatiana Viggiani. **Por que punir? Teoria geral da pena**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão** - Causas e alternativas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 7210/1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compiladhttp://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compiladhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/). Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Lei 9867/1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9867.htm). Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.433/2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm). Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Recomendação n. 44**. Conselho Nacional de Justiça. 2013. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao\\_44\\_26112013\\_27112013160533.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_44_26112013_27112013160533.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Informativo de Jurisprudência do STJ**. Edição n. 613, 2017. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Informativo-de-Jurisprudência-destaca-remiçao-de-pena-pela-participação-em-atividade-musical](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Informativo-de-Jurisprudência-destaca-remiçao-de-pena-pela-participação-em-atividade-musical). Acesso em: 15 fev. 2023.

BRITO, Alexis Couto de. **Execução Penal**. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano encarcerado: o tempo como pena e o trabalho como “prêmio”**. São Paulo: Conceito Editorial, 2014.

LANFREDI, Luís Geraldo Sant’Ana (coord.). Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos**. Brasília: CNJ, 2016.

MARCÃO, Renato Flávio. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação da pena**. São Paulo: Atlas, 2014.

SEGNINI, Sandro. Arts. 360 e 361. In: MACHADO, Costa (org.); AZEVEDO, David Teixeira de (coord.). **Código Penal interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 7. ed. Barueri/SP: Manole, 2017.

SILVA, José Ribamar da. **Prisão Ressocializar para não reincidir**. Universidade Federal do Paraná. 2003. Disponível em: [http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_joseribamar.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.